

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

Aos 28 dias do mês de abril do ano de 2023, pelas 20h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal, sob a presidência de António Manuel Marques de Queirós Pereira, secretariado por Clarisse Cardoso de Matos e Eulália Margarida da Silva Rodrigues, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (45')

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA (16')

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (16')

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto Um (30'):

Análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Dois (40'):

Proposta da Câmara Municipal para reconhecimento de interesse público estratégico da utilidade pública municipal do alargamento do Aterro Sanitário da Braval da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico.

Ponto Três (20`):

Proposta da Câmara Municipal para apreciação e votação do relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2022, com anexação dos relatórios de contas das entidades nas quais a autarquia exerce posição dominante (EPAVE E.M. – também para efeitos do preceituado na Lei 50/2012, de 31 de agosto).

Ponto Quatro (15`):

Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 4.º Trimestre de 2022 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Ponto Cinco (15`):

Proposta da Câmara Municipal para celebração de adendas aos contratos de delegação de competências nos srs. Diretores, do Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio e Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, respetivamente, deliberados na sessão ordinária de Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2022.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: Maria Elisabete Cardoso da Cunha; Filipe Almeida Silva; Miguel da Cunha Pereira; Pedro Vale da Silva; Marta Maria da Cunha Vieira; Pedro Alexandre Oliveira Vale e Susana Patrícia Barbosa Morais; Fernando Leonel Brandão da Cunha.

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: Maria Gabriela da Cunha Baptista Rodrigues Fonseca; Sérgio Matias de Sousa Reis; Luís Carlos Lopes Carvalho; Fátima Elizabeth Campos Alves; José Miranda Gomes; Artur Vasco Lopes Salgado; Sónia Margarida da Silva Fernandes; Vítor Hugo Araújo da Silva; José João da Costa Fraga; José Vítor Lopes Martins e Diogo Amaral de Sousa.

Esteve presente o membro do CDS: Pedro Alexandre Dias Afonso.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Lanhoso; Monsul; Póvoa de Lanhoso; Rendufinho; Santo Emilião; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Travassos; Vilela; União das Freguesias de Esperança e Brunhais; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União de Freguesias de Calvos e Frades.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Taíde; Galegos; Geraz do Minho; União das Freguesias de Águas Santas e Moure; União de Freguesias de Campos e Louredo e União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia eleitas como independentes: Covelas e Ferreiros.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro; Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira; Paulo Jorge Fernandes Coimbra do Gago e Alberto Ricardo Teixeira Alves. Estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Olga de Jesus Oliveira Fernandes Duque e Alexandre Manuel Coimbra Peixoto.

O Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu início à sessão ordinária da Assembleia Municipal, começou por proceder à substituição do 1º secretário, convidando a deputada Clarisse Cardoso de Matos.

Esclareceu a Assembleia sobre a questão da aprovação da continuidade das sessões além das 4 horas ser por maioria, uma vez que no regimento não está estipulado outro método de apuramento da votação. Prestou um esclarecimento sobre aquilo que quis dizer na sessão de 27 de fevereiro sobre a reorganização das freguesias.

Informou que a Mesa tinha recebido um voto de pesar, subscrito por todas as bancadas e ao qual a Mesa se associou, pelo falecimento do Professor Manuel Joaquim Ferreira de Sousa, concedendo a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira para leitura do voto de pesar.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Volta pesar por Manuel Joaquim Ferreira de Sousa:

Manuel Joaquim Ferreira de Sousa nasceu a 19 de julho de 1957 na freguesia de Donim, concelho de Guimarães e faleceu no passado dia 15 de abril, com 63 anos.

Casado, pai e avô dedicado, partilhou a vida familiar com várias causas, mas duas ocuparam o centro da sua atuação: a docência e a escrita.

Manuel Joaquim Ferreira de Sousa, conhecido por todos nós como Professor Manuel Sousa, é recordado como tendo sido uma pessoa sensata, disponível e de uma entrega inexcedível à carreira de Professor e aos Colegas, que a todas e a todos honrou com a sua amizade, profissionalismo e amor à liberdade.

Quem teve o privilégio de ser seu aluno, guardará do Professor Manuel Sousa nas suas melhores memórias um reconhecido sentimento de gratidão pelo saber e a experiência de vida partilhados. Era também na escrita que o Professor Manuel Sousa procurava a universalização do seu ensinamento.

Autor e colaborador de várias obras e revistas, tinha a capacidade de transformar perceções e sentimentos em narrativas escritas com as quais procurava aguçar-nos o olhar sensível e curioso que nos fazia viajar pelos seus pensamentos.

O professor Manuel Sousa foi membro da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, eleito pelo Partido Socialista no mandato 2017-2021 e entre 2001 e 2009, Presidente da Assembleia de Freguesia, da Freguesia de Vilela.

Faleceu o Professor, o escritor, o democrata, mas ficam os seus ideais transmitidos no giz do quadro que cada aluno seu aprendeu, ficam as palavras marcadas a negro nas folhas brancas de cada verso que escreveu e a certeza de que a defesa da democracia fica em cada novo eleito no voto livre de Abril.

Obrigado, Professor.

A Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, reunida em sessão ordinária de 28 abril de 2023 propõe:

- Aprovar o presente "Voto de Pesar", guardando-se um minuto de silêncio em sua memória;
- 2. Transmitir à Assembleia de Freguesia de Vilela o teor deste "Voto de Pesar";
- 3. Manifestar à família enlutada, principalmente à esposa, filhos, netos, genros e amigos, as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste "Voto de Pesar".

Os deputados e as deputadas da Assembleia Municipal da Póvoa Lanhoso.

Póvoa de Lanhoso 28 de abril de 2023."

O Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, colocou de imediato à votação o voto de pesar, informou que o mesmo foi aprovado por unanimidade e deu-se cumprimento ao minuto de silêncio.

Seguidamente o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à segunda secretária da Mesa, Eulália Rodrigues, para leitura da correspondência. E após a leitura da correspondência deu início ao Período Antes da Ordem do Dia (PAOD). Informou sobre as inscrições e concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Caros povoenses, gostaríamos de aproveitar este período inicial para tecer algumas considerações em matéria de sustentabilidade, ambiente e desenvolvimento social. Em primeiro lugar, queremos alertar os povoenses para a abertura do programa de apoio a condomínios residenciais lançado pelo Fundo Ambiental no passado dia 4 de abril e ao qual se podem candidatar. Este programa visa promover a eficiência energética dos edifícios, apoiando a aplicação ou substituição de isolamentos térmicos em coberturas, pavimentos ou em paredes exteriores dos edifícios. As taxas de comparticipação são cerca de 70 e 80% consoante os casos dos materiais e as regras podem ser consultadas em www.fundamental.pt. Julgamos também que seria pertinente a Câmara Municipal, fizesse a divulgação através dos canais de comunicação do município. Fica aqui a nossa sugestão.

Posto isto, e não obstante o que mais à frente falaremos na atividade do município, louvamos as iniciativas do Gabinete Técnico Florestal, mas queremos voltar a questionar o executivo sobre o parco trabalho em matéria de criação e manutenção de manchas arbóreas, nomeadamente no parque do Pontido, e no parque do Horto. De há muito tempo a esta parte, o CDS tem vindo a alertar para o facto de termos um parque verde que no fundo é um relvado. Voltamos por isso a chamar a atenção de vossas excelências para a necessidade de uma intervenção cuidada no parque do Pontido, prevendo a criação de mais manchas arbóreas com espécies autóctones, até porque estas ações demoram muitos anos a terem consequência.

Outra situação na qual voltamos a insistir é na tomada de medidas relativamente ao parque do Horto, local onde é certo que algumas ações foram já levadas a cabo mas sobre o qual permanece um sentimento generalizado de falta de investimento e défice de atenção. O maciço arbóreo que outra hora existia no Monte do Pilar está a definharse e tornar-se completamente descaracterizado. Ainda no que à envolvente do castelo de Lanhoso diz respeito, outras chamadas de atenção há a fazer, nomeadamente quanto à dinamização turística de todo o Monte do Pilar numa perspetiva de instalação de pontos de informação gráfica com conteúdos de contextualização histórica; paisagística; e até mesmo, ambiental, a ser disponibilizado aos visitantes, de preferência compostos de

informação em toda a envolvente daquele que é o local mais emblemático no nosso concelho.

Quanto à iluminação cénica das muralhas e da torre de menagem do castelo de Lanhoso, que numa qualquer povoação espanhola, estariam visíveis a quilómetros de distância e serviriam como cartão-de-visita e fator de atração turística e que por terras da Maria da Fonte, a sua importância tem vindo a ser descorada. E ainda para algumas situações mais delicadas e problemáticas que acontecem na reta das pedreiras e nas imediações do edifício da antiga discoteca. São exemplos disso os casos que nos foram denunciados por povoenses preocupados com o assunto, como o caso da deposição indiscriminada de lixo nestes locais, o caso da existência de uma espécie de altares improvisados, muitos deles com velas a arder e que se apresentam manifestamente potenciadores de perigo de ocorrência de incêndios florestais e ainda a denúncia da prática de atividades de prostituição, que para além do flagelo humano a elas associado em nada dignificam a nossa Terra e as nossas gentes, seja pela componente humana, seja da questão, perdão, seja pela inação da tomada de medidas. Devem, pois ser efetuadas as necessárias diligências junto das entidades competentes para fiscalizar de modo a serem tomadas medidas urgentes nesta matéria, em defesa da dignidade humana, da preservação do património e da promoção da atratividade do nosso Concelho que ali tem o seu ex-libris.

Por tudo isto, questiono, senhor Presidente, tem conhecimento da situação descrita, acha normal criarem-se percursos pedestres e roteiros turísticos para quem nos visita e depois, nesses mesmos trajetos que supostamente deveriam ser para os munícipes, ou os turistas apreciarem a beleza paisagística dos locais, estejam prostitutas dentro dos carros dos seus clientes, preservativos, e lenços de papel espalhados pelo chão, lixos de toda a natureza e ainda velas de bruxarias? Porquê que em pleno século XXI ainda temos este quadro dantesco naquele que é considerado o cartaz de visita do nosso concelho? Que medidas tomou, a fiscalização municipal em relação à deposição de lixo naquele local? O que é preciso fazer em matéria de ação social para que se acabe definitivamente com o flagelo da prostituição naquele local? Prevê, ou está prevista a elaboração do projeto de gestão turística do Monte do Pilar que permita solucionar todos os problemas que o CDS tem vindo a elencar ao longo dos últimos anos? Não seria agora o momento certo, aproveitando as limpezas feitas pelos proprietários para por definitivamente, a chamada ordem na casa? Acredito plenamente que o senhor Presidente não ache nada disto normal, agradeço que tome medidas.

Para terminar, aproveito só para transmitir ao senhor vereador do pelouro do ambiente, Dr. Paulo Gago, que temos em nossa posse algumas fotografias que comprovam a deposição do lixo nos terrenos envolventes ao castelo, caso veja nisso vantagem, teremos todo o gosto em facultar as referidas fotografias. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PS, Eulália Rodrigues.

Interveio a deputada Eulália Rodrigues, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Há 49 anos, discutia-se a possibilidade de liberdade, contestou-se e concretizou-se a tão desejada revolução do 25/04/1974, vários foram aqueles que deram corpo à movimentação política e social, vários foram aqueles que acreditaram uma vida pautada pelos valores democráticos, a equidade, justiça, liberdade, igualdade e solidariedade, segurança, responsabilidade e participação, valores estes capazes de criar uma sociedade comunitária ao encontro da sustentabilidade, da paz e da esperança.

Eu não vivi o 25 de Abril, não o senti, mas cresci no seu seio, numa geração de liberdades e sinto gratidão por todos aqueles que lutaram por Portugal com coragem e esperança. Como se não bastasse a cor da nossa bandeira, também os cravos verdes e vermelhos embelezaram a postura portuguesa perante o regime ditador. Em união o Estado Novo desabou e o movimento político e social ganhou destaque, é então instituída a Constituição da República Portuguesa de 1976, passando o seu preâmbulo, a conter um destaque imensuravelmente célere, passo a citar a 25/04/1974 o movimento das Forças Armadas, Coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos derrubou o regime fascista. Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo, representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa. A revolução restituiu aos portugueses, os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do país. A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a Independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado Estado democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista no respeito da vontade do povo português, tendo sempre em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

Hoje sentamo-nos e debatemos em sede de Assembleia Municipal em prol da comunidade, em especial da Póvoa de Lanhoso. Hoje somos livres de manifestar os nossos ideais e de os questionar, hoje vivemos em democracia e é esta a realidade que eu conheço. Continuarei enquanto mulher e jovem, a lutar pela democracia, a praticar o meu dever, e a exercer os meus direitos. Hoje perante a comunidade povoense que defendo, afirmo a independência, em particular a independência feminista, a voz feminina é poder, um poder tão grande que lidera e potencia as decisões mundiais; que negocia a paz e liberdade; que sustenta e responde a problemáticas vastas, pensemos na nossa Maria da Fonte, o feminismo representa a revolta, a força e a inteligência da mulher. Hoje votamos, disputamos, contestamos, aprovamos, vemos garantidos os

direitos sociais e legais, somos vistas com igualdade. Ainda assim, uma igualdade que deve continuar a ser um baluarte de discussões.

É isto que eu vivo, esta é a minha realidade, aquela que represento e continuarei a patentear. A participação societária é uma preocupação. Façamos o raciocínio e ponderemos aquilo que desejamos para Portugal, para a Póvoa de Lanhoso. Somos um exemplo e esse deve ser o nosso ponto de partida. Somos um exemplo, porque temos um objetivo proveniente de uma luta consciente e liberal, a democracia. Portanto, aquilo que pretendo é discutir democracia, mas uma democracia de qualidade, a qualidade a que a tudo deverá ser sinónimo, uma qualidade conhecedora, interessada, participativa, ativa, que é, e será a minha. Vivo o presente com consciência, sem medo de exprimir as minhas convicções e de decidir ou evitar decisões permissórias, tal como todos os jovens povoenses o devem fazer.

Os jovens devem assumir mais presença, nós temos que fortalecer ainda mais a sociedade, tornar a política numa política de melhorias. Nós somos o futuro, não nos esqueçamos que o 25 de Abril tornou possível o impossível, a fuga a uma vida reprimida. Não nos esqueçamos que o 25 de Abril foi conseguido por uma juventude ambiciosa, a mesma que carregou sem medos o cravo na espingarda tão representativa da coragem e da esperança, amante da paz da liberdade e da fraternidade. Não nos esqueçamos que o 25 de Abril deve prevalecer hoje e sempre."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Miranda Gomes.

Interveio o deputado José Miranda Gomes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Com o 25 de Abril 1974 veio a liberdade em todas as suas dimensões, liberdade de pensamento; igualdade de direitos para todos; a exigência da transparência na vida pública, incluindo na vida autárquica, e a exigência de maior justiça social. No entanto, passados 49 anos sobre este dia histórico, novas ameaças se perfilam no horizonte. De facto, estamos perante a emergência de movimentos que pretendem reescrever a história, a cultura, a literatura, determinar o que é aceitável e o que não é, à boleia das redes sociais, tudo em nome do politicamente correto. O surgimento de uma nova censura, de um novo lápis azul. Os primeiros sinais surgiram nos países anglos-saxónicos, onde algumas obras de autores como Enid Blyton, autora da coleção dos 5 e criadora do Noddy, e lan Fleming, criador de James Bond, Agatha Christie, a criadora de Hercule Poirot; Roald Dahl, autor da fantástica fábrica de chocolate, estão a ser reescritas por terem uma linguagem inadequada para o nosso tempo, ou palavras racistas, para não ofender alguns leitores mais sensíveis, tendo havido uma atualização da linguagem no fundo, esses livros estão a ser reescritos para responder às sensibilidades modernas. Chegamos ao ponto de algumas bibliotecas na Inglaterra, esconderem os originais

desses livros que deixaram de estar acessíveis ao grande público em geral, tendo que ser requisitadas especificamente.

Na sequência desta problemática, ficamos a saber que o escritor Afonso Reis Cabral, vencedor dos Prémios Leya e José Saramago, viu 2 dos seus livros Pão de Açúcar, que é uma história de ficção inspirada no caso real de Gisberta, transexual que em 2006 foi morta por um grupo de jovens no Porto, e O Meu Irmão, que tem como personagem uma pessoa com síndrome de Down, serem rejeitados por editora norte-americana há dois anos. Bem sei que alguns mais afoitos vieram logo a terreiro afirmar que era apenas a ditadura do mercado a funcionar. Que não tinha nada a ver com a sensibilidade dos leitores ou com a ditadura do politicamente correto, não posso concordar. É verdade que uma editora é livre de não editar um livro por achar que não tem qualidade, não que não tem mercado, no entanto, neste caso ficamos a saber que, apesar de considerarem o escritor muito talentoso, a editora achou que a franqueza do Meu Irmão poderia ser problemática para o mercado norte-americano, onde estes assuntos são levados muito a sério pelos meios de comunicação social, que a crítica de Pão de Açúcar foi na sua maioria boa, mas um colega exprime preocupações quanto a uma pessoa Cis escrever sobre uma pessoa Trans, outro tema altamente sensível. Pelos vistos, uma pessoa Cis ou cisgénero, que é um individuo que se identifica em todos os aspetos com o seu género de nascença, não pode escrever sobre uma pessoa Trans e vice-versa, isto é, claramente censura, com muitos reconheceram. Na verdade, estamos perante um ataque à liberdade criativa, um verdadeiro retrocesso civilizacional. Em Portugal felizmente, o Grupo editora Leya já afirmou que não vai proceder à revisão de qualquer livro.

O que é que virá a seguir? Bem, já tivemos o exemplo daquela professora que foi obrigada a demitir-se nos Estados Unidos, porque mostrou numa aula de arte aos seus alunos do sexto ano, a imagem da estátua de David do artista renascentista Miguel Ângelo, porque uns pais que consideravam a obra pornográfica. Será que vamos ter que tapar a criação de Adão, também de Miguel Ângelo? Que pode ser admirada no teto da Capela Sistina no Vaticano ou o Nascimento de Vênus de Sandro Botticelli? A verdade é que isso já aconteceu de facto, em 2016, em Roma, aquando da visita do Presidente iraniano, Hassan Rohani, foram tapadas as estatuas de nus, para agradar a este, o que originou na época, muitas críticas. Esta tendência também atingiu a banda desenhada, onde já se tentou proibir a obra de Hergé, Tin no Congo, acusado de ser racista, o caso chegou a tribunal que rejeitou o pedido, tendo em conta o contexto da época.

De facto, temos que olhar para uma obra no contexto histórico em que foi escrita e nunca olhar para ela com os critérios de hoje, a não ser assim, estamos a negar a história. O problema é que muita gente concorda com estas posições. Ora a ser assim, qualquer dia alguém se vai lembrar de proibir as mulheres de usarem calças, porque ofende a sua moral, ou a sua visão religiosa. Bem, tal não seria novo. De facto, em França, o decreto de 7/11/1800 proibiu o uso das calças pelas mulheres, apesar da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão ter sido aprovada em 1789. Qualquer

mulher que quisesse usar calças tinha que pedir autorização na prefeitura de Paris e apresentar um atestado médico para isso. Confesso que ainda não percebi o que é que o médico atestava, essa autorização tinha que ser renovada de 6 em 6 meses, a autorização tinha como título sugestivo em francês permission a travesti, que podemos traduzir por autorização para se travestir e destinava-se a impedir as mulheres de exercer as profissões destinadas aos homens. Em 1892 e 1909, as mulheres ficaram autorizadas a usar calças desde que andassem a cavalo ou de bicicleta. Curiosamente, apesar deste decreto ter caído em desuso, apenas em 31/01/2013 é que foi revogado. Por isso, quase 50 anos depois do 25 de Abril, a luta pela liberdade continua e convocamos a todos. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Em 1996 foi constituída a Braval, originalmente constituída e promovida pelo município da Póvoa de Lanhoso, Braga e Vieira do Minho e tinha como objetivo o encerramento e recuperação ambiental das lixeiras a céu aberto, implementação das recolhas seletivas através de rede de ecopontos, entre outros. Um ano após o seu funcionamento em 1999, juntaram-se a estes os municípios de Amares, Vila Verde e Terras de Bouro. Esse alargamento deveu-se essencialmente a dar dimensão e escala ao aterro; à obrigatoriedade de construir um aterro para servir estes últimos 3 municípios e isso implicar um investimento avultadíssimo, entre outros.

No momento da sua criação e alargamento, foi determinado por todos os acionistas que um dos membros do Conselho de Administração seria sempre da Póvoa de Lanhoso, quem disser o contrário mente de forma descarada. Qualquer alteração posterior a este princípio configura um desrespeito a um compromisso para os povoenses, compromissos são assumidos e cumpridos escrupulosamente, doa a quem doer, independentemente dos mandatos autárquicos que são exercidos após esses compromissos. Quando se candidatam, fazem-no conhecendo e respeitando compromissos assumidos pelos seus antecessores e já este mandato, o Partido Socialista deu provas que faz exatamente isso. A determinação que previu que a Póvoa de Lanhoso indicasse sempre um dos seus membros do Conselho de Administração da Braval é compreensível, dado que parte significativa do aterro ou agora Ecoparque se encontra em território do Concelho da Póvoa Lanhoso e, entre outras, importava considerar: era devida a necessidade de fiscalizar de perto o impacto ambiental que este equipamento poderia provocar; era devida a necessidade de finalizar o investimento que o município da Póvoa de Lanhoso ia estar sujeito no seu momento de instalação, bem como em períodos futuros; era devida a necessidade de fiscalizar o equipamento ao longo do tempo para que fosse garantida

que o seu tempo de vida não fosse prolongado, como é do conhecimento público, foi assumido que seria 10 anos e após esse período fosse construído novo equipamento em outros municípios. Era igualmente, em função do período conturbado, de manifestações públicas por parte da população, devidamente instigados pelo PSD e pelo atual membro da Assembleia Municipal, quer dizer, já não sei se é atual ou passado membro da Assembleia Municipal, dado o pedido de suspensão, e membro do Conselho de Administração da Braval, Luis Amaro da Costa.

Em 2013, após autorização desta Assembleia Municipal de forma ampla, foi permitido criar condições para que o tempo de vida da Braval fosse prolongado por tempo indeterminado. E chegados aqui, importa fazer uma explicação mais detalhada deste momento em abril de 2013, precisamente há 10 anos. A Braval viu aprovada uma candidatura com um investimento total de 22 milhões de euros, apoiado pelo QREN, ou seja, cerca de 18 milhões de euros. Foi esta aprovação de candidatura, mas sobretudo, a aprovação desta Assembleia Municipal em 2013, que permitiu prolongar o período de vida normal da Braval para tempo indeterminado. Em 2013, a Póvoa Lanhoso e esta Assembleia Municipal também foi desrespeitada. À época, todas as intervenções das bancadas foram solidárias, com o coordenador da Comissão do Ambiente, senhor António Carvalho, que na sua intervenção reputou as considerações e omissões do diretor geral executivo de então, que se mantém, como nojo.

É precisamente dessa forma também pelas considerações e omissões que temos que reportar, as afirmações prepotentes do atual administrador executivo da Braval, a saber: foi solicitada uma sessão de esclarecimento pública com transmissão pública nos canais digitais ao administrador representante da Póvoa de Lanhoso e dos municípios acionistas minoritários, para que este estivesse presente, este administrador, Luís Amaro da Costa, numa atitude subserviente e indigna da posição para a qual foi mandatado na criação da Braval, pediu ao proprietário autorização para o fazer. Na sessão que antecedeu esta mesma de viva voz, disse que representava os pequenos municípios e que fiscalizava de forma rigorosa os procedimentos de todas as ações da Braval. Na sessão pública em que interveio o admirador executivo, para além de ter assumido que não respeitou a pretensão da Assembleia Municipal, fez questão de dizer quem manda é o acionista maioritário, numa atitude prepotente que faz lembrar o período que antecede Abril de 1974. Sem se deter, assumiu que o senhor Luís Amaro da Costa não representa a Póvoa de Lanhoso ou os pequenos municípios e, quando muito, há um acordo de cavalheiros que faz com que o acionista maioritário permita que seja indicado um nome pelos pequenos municípios.

Considera-se: não há pequenos municípios, há municípios que são acionistas maioritários, isso sim, pequenos não são os municípios, mas sim quem olha para eles dessa forma, se o acionista maioritário é sério e sabe honrar compromissos, não pode ter um representante que também é seu representante na empresa Municipal Agere que

detém o capital da Braval, fazer alusões à possibilidade de não cumprimento de compromissos. Isso é atentatório ao princípio da boa-fé e à sã convivência democrática. Comportamentos destes são muitas vezes geradores de conflitos e impedem o normal e regular funcionamento das instituições, porque à pequenez de caráter, não raras vezes, junta-se a pequenez de não perceberem que vivemos num mundo global, em que todos somos necessários e ninguém é dispensável.

Ao senhor administrador executivo da Braval, deixo-lhe as seguintes recomendações: considere que há homens e mulheres livres, como é o caso dos eleitos nesta Assembleia Municipal, e falo sobretudo de quem realmente conheço que são os eleitos do Partido Socialista e os senhores presidentes de junta, ao contrário de si e de quem o acompanha, há visões diferentes da sua, pelo que foi percebido, entende que a sua missão é executora, e induz essa filosofia aos demais que de forma obediente aceitam, provavelmente a mesma obediência que se comporta perante os acionistas da Agere ao invés de espírito crítico, capacidade de pensar pela sua cabeça, interiorizou que há seres superiores para pensar que a sua missão é serviçal.

Considera que a Agere a que preside, e por ser acionista maioritário e já agora, que não se devia manter na estrutura societária da Braval desde outubro de 2021, prazo que caducou a concessão atribuída pelo Estado tem o poder de pôr e dispor de todas as decisões da gestão da Braval. Pois é, pode tomar decisões que não interfiram com esta Assembleia Municipal, é certo, mas devia igualmente de forma inteligente entender que esta Assembleia Municipal tem o poder de colaborar e permitir que, por exemplo, em 2013, se tenha prolongado por tempo indeterminado o tempo de vida da Braval e, com isso, permitir o encaixe de 18 milhões de euros do QREN, num investimento global de 22 milhões de euros. Já agora, senhor Administrador, quem fez essas obras de milhões e beneficiou com isso?

Sobre contrapartidas e compromissos, provavelmente as contrapartidas que têm sido consideradas como possibilidade vão ter o mesmo comprimento que as outras contrapartidas que assumiram e não respeitaram em 2013. Fica, no entanto, uma mensagem a si e a todos os acionistas, há incumprimentos reiterados que um dia, quando a Braval voltar a necessitar da complacência desta Assembleia Municipal, como em 2013, ou mesmo agora, pode haver um desgaste de tal ordem que a proposta não seja avaliada de forma racional, mas assim à luz dos princípios que enunciou na apresentação pública. Quem tem o poder? Fica dito."

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Entrando no PAOD, a Assembleia de 2023, a primeira reportada a fevereiro, ficou marcada por uma reclamação que foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD no que concerne ao incumprimento do Regimento, incumprimento este que afeta e afetava os princípios da colaboração e da transparência. Todos nós sabemos que o PSD, além de fazer o seu trabalho de casa, não está à espera de qualquer tipo de tratamento privilegiado, quer sim que os normativos que são fixados para serem cumpridos no concelho da Póvoa de Lanhoso sejam rigorosamente cumpridos. Estamos certos que a reclamação que endereçamos ao senhor Presidente da Assembleia produziu os seus devidos efeitos, que tudo fará para pôr termo aos atrasos que vão sucedendo e que também tudo fará para que tenhamos os serviços de apoio que esta Assembleia merece e que a irá certamente dignificar. Como disse há pouco, o grupo parlamentar do PSD continuará a ter uma atitude bastante zelosa e atenta no que à matéria de fiscalização e ética profissional, diz respeito e até porque é isso que os povoenses esperam e exigem de nós, enquanto membro fiscalizador.

O assunto que trazemos hoje vem neste seguimento. A EPAVE, a escola profissional detida pelo município da Póvoa de Lanhoso dispõe de estatutos e regulamento interno a todos nós acessíveis através da sua página eletrónica, que foram desenvolvidos em conformidade com toda a legislação que é aplicável a escolas profissionais e também com todas aquelas que são as regras ministradas pelo Ministério da Educação e da Ciência. As questões que queremos ver respondidas hoje são as seguintes: a quem compete atualmente a direção pedagógica da EPAVE e quando foi autorizada formalmente essa nomeação pelo Ministério da Educação e Ciência? Obrigada."

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio a Vice-Presidente, Fátima Moreira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Respondendo à pergunta da senhora deputada, a EPAVE de facto tem os estatutos aprovados, como bem sabemos ou todos devemos saber, a diretora pedagógica que estava na EPAVE rescindiu o seu contrato, entretanto, houve necessidade de questionarmos a EPAVE de uma situação que foi criada com este vazio. Foi questionada a DGEstE sobre a possibilidade da diretora geral poder acumular as funções porque se leram também os estatutos no seu artigo. 30º, o diretor pedagógico é substituído nas suas faltas e impedimentos pelo diretor da escola ou pelo diretor de turma mais antigo e neste momento, por acaso recebemos ontem da DGEstE a informação que devemos de facto, nomear um novo diretor pedagógico e, nesse sentido, procederemos em conformidade. Estamos a cumprir os estatutos."

Interveio o vereador, Ricardo Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Senhor deputado Pedro Afonso, cabe-me a mim responder às várias questões que o senhor, muito bem, colocou e naturalmente eu começaria pela parte do Gabinete Florestal, que tem naturalmente a incumbência de tratar de todas essas questões que tem a ver com as florestas e muito bem disso parte corretamente, nomeadamente no parque do Pontido, já o mesmo não se aplica no parque do Horto. Como é sabido, o parque do Horto, toda a montanha do Monte do Pilar tem uma administração ou uma gestão que pertence à Confraria de Nossa Senhora do Pilar, pelo que a Câmara Municipal tem obrigação de única e exclusivamente, digamos assim, de zelar pela estrada que permite o acesso ao Monte do Pilar e, naturalmente, a tudo que diz respeito ao castelo, da área do castelo. E pegando pela parte que também falou da parte do castelo da sua iluminação, ela é de facto deficiente, já é deficiente há bastante tempo, mas ainda bem que fez essa questão, uma vez que nós estamos de facto e muito brevemente ainda este mês vai ser totalmente reestruturada essa iluminação no que diz respeito ao castelo, sendo que muito brevemente também, estas coisas do brevemente é importante gerir essas expectativas, mas brevemente já temos esse projeto aprovado para iluminação de toda a área envolvente do castelo, algo que eu diria que nos últimos séculos nunca se fez e irá ser feito nos próximos meses. Portanto, essa parte da iluminação é de facto uma preocupação, até porque fomos nós que de facto fomos refazendo todas essas iluminações e todas estas valorizações dos espaços públicos, nomeadamente e desde logo a situação da estátua da Maria da Fonte, o próprio Paços do Concelho, que tinham uma iluminação totalmente inútil ou totalmente destruída pelo passar do tempo e pelo descuido que houve nessa altura.

E, portanto, esses projetos estão a ser trabalhados e muito brevemente vão ser colocados para que toda a gente possa usufruir dessa, que é uma das grandes salas de visitas que a Póvoa de Lanhoso tem e, portanto, sobretudo no período noturno. Como também disse, e muito bem, em Espanha vesse muito isso e em Portugal também teve muitos lados, na Póvoa de Lanhos também se vai começar a ver.

Depois sobre aquilo que tem a ver com essa parte da florestação do parque do Pontido lembrar que todo esse parque está no centro da Vila, é um projeto dos anteriores executivos e portanto, nós já detetamos ali algumas situações que são necessárias de trabalhar, estamos a trabalhar junto da APA porque estamos a falar de uma zona ribeirinha e a APA tem naturalmente algo a dizer sobre isso. Tivemos também tempo de falar sobre isso com o Ministro do Ambiente numa visita que fez há um mês e meio, dois meses à Póvoa de Lanhoso, e portanto, dizer-lhe que estamos atentos a essa situação e que naturalmente vamos, dentro daquilo que são as nossas possibilidades económicas e também aquilo que é a possibilidade em termos de técnicas de valorizar um espaço que, de facto, é um espaço central, um espaço verde e que merece de facto também essa dignidade.

Monte do Pilar, relembrar-lhe que, a parte da situação da discoteca, foi resolvida rigorosamente neste mandato, com uma diligência como o vereador Dr. Paulo Gago, que solicitou essa intervenção junto dos proprietários e, portanto, já melhorou bastante. E nós, essa parte, também, da iluminação que não só do castelo, mas da estrada, se teve oportunidade de passar lá nos últimos dias, a Câmara Municipal está exatamente nos dias que correm e penso que na próxima semana estará concluída, nos próximos dias, brevemente, uma segunda fase ou até diria uma terceira fase da iluminação de toda essa estrada, precisamente porque nós acreditamos que quanto maior for a frequência daquela montanha, menos será provável os tais comportamentos que se veem, e deixeme dizer que se veem desde que eu era criança, portanto, não se via tanto porque nem tanta gente passava lá, hoje de facto, há mais pessoas a passar naquela área, mas isso normalmente também diz respeito às autoridades. Sim, naturalmente há um trilho, um trilho que foi feito também no anterior executivo, e muito bem, nós também vamos concluir uma parte que temos já projetada, e que estamos também, dentro de outras coisas que iremos falar brevemente, de uma reunião com a Confraria de Nossa Senhora do Pilar, precisamente para valorizarmos esse trilho, todas as pessoas que lá passam e os depósitos de lixo que veem constantemente. Sobre isso também dizer-lhe que o Dr. Paulo Gago, em conjunto com todo o executivo está atento a isso, já foram recolhidos dezenas de pneus naquela área, temos contratado uma empreitada com uma empresa que tem a capacidade de recolher aquilo que são placas de amianto, que também se vê muito por lá, portanto, dizer-lhe que estamos atentos, já tem feito um trabalho grande, é importante, também, perceber que este é um trabalho civilizacional, quer dizer, não depende da Câmara Municipal, depende também muito daquilo que são as ações de sensibilização que nós fazemos, mas também do comportamento da população em geral.

Naquilo que diz respeito à envolvência ainda da parte, digamos da parte de trás do

Confesso-lhe que não sei como é que pode evitar as situações de bruxarias e de velas e de outras coisas, eu já vi várias, acho divertido, mas é uma opinião só minha, de facto, não consigo perceber como se consegue evitar essas situações. Também já as vejo ali, há dezenas de anos e provavelmente haveremos de continuar a ver enquanto que houver pessoas que acham que numa encruzilhada à meia-noite num dia 13 pode fazer alguma coisa mais interessante.

E dizer-lhe também que sobre isso, e não só no Monte do Pilar mas em todo o Concelho, a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, junto com o SEPNA, a GNR, mesmo até com a polícia judiciária, nós temos feito algum trabalho, sobretudo na área da proteção civil, no que diz respeito aos incêndios, há um conjunto, aliás, o ano passado tivemos até uma pessoa que foi devidamente registada, filmada e comprovada e foi entregue às autoridades por contínuo colocação de fogo na floresta. Nós temos alguns equipamentos que adquirimos em parceria com a polícia judiciária, que não servem só para os incêndios, também serve para quando está a chover e alguém deposita resto de obras,

colchões, enfim, mobiliário, isso vê-se um pouco por todo o lado, já agora, aproveitava também este momento para sensibilizar as pessoas de que, e hoje vamos falar muito da Braval e de lixo, que é importante o viver numa Vila, viver num Concelho como o nosso exige de facto algumas responsabilidades de todos, e é um bocado caricato um pouco caricato ver-se em 2023 no centro da Vila da Póvoa de Lanhoso, pessoas que depositam mobílias, frigoríficos, caixotes das mais variadas origens, em plena luz do dia nos ecopontos, na parte exterior, eles às vezes até estão vazios, é só abrir aquilo, cortar as caixas, meter lá dentro e de facto, é um trabalho contínuo. Nós naturalmente estaremos atentos, mas cabe também à população ajudar-nos a todos a viver saudavelmente em harmonia com a natureza e uns com os outros. Muito obrigado."

Depois o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, passou À segunda fase de intervenções, informou sobre a distribuição dos tempos e concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Desde já agradeço os esclarecimentos da senhora vereadora, mas julgo que é pertinente para todos nós fazermos aqui o devido enquadramento. Da conjugação dos estatutos e do regulamento interno da EPAVE resulta claro o seguinte: que a estrutura orgânica desta escola contempla 3 órgãos, o órgão de gestão; o órgão consultivo e o órgão relativo à direção pedagógica. Resulta ainda que o órgão de gestão contém um Presidente e 2 vogais, assim, o órgão de gestão foi indicado por Assembleia Geral da EPAVE, na pessoa do senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Frederico, que nomeou a senhora Diretora Geral, Presidente do órgão de gestão, iniciando as suas funções a 29 de outubro de 2021. Assim, o órgão de gestão da EPAVE à data é composto pela senhora Diretora, com funções remuneradas, pela senhora vereadora da Educação, Dra. Fátima como vogal e também pelo senhor deputado Pedro Silva, também como vogal. Assim e com base nos estatutos da EPAVE, verificamos que é este órgão de gestão composto por estas 3 pessoas que acabei de enunciar a quem compete deliberar sobre o diretor pedagógico. Não há dúvidas que sabem que a nomeação da direção pedagógica carece da vossa intervenção enquanto vogais como órgão de gestão. Da mesma maneira que sabem que essa nomeação tem de ser validada pelo Ministério da Educação. E sabem ainda de uma simples análise dos estatutos, que é completamente impossível que estarem concentrados na mesma pessoa do diretor geral, como disse e bem, a senhora vereadora da educação, o diretor da escola, neste caso, o Presidente do órgão de gestão é substituído nas suas faltas ou impedimentos pelo diretor pedagógico, que, entre outras funções, responde perante a direção da escola pelo cumprimento do projeto educativo. Ninguém se pode substituir por si própria, da mesma maneira que não irá prestar contas a si própria, para além de qualquer responsabilidade pela sua prática, seja pela prática dos seus atos a nível de sanções disciplinares, também iriam depender de si própria.

Resulta claro e evidente que estas 2 funções não podem ser exercidas pela mesma pessoa, não obstante poder vir a ser agradável em termos financeiros, que fosse possível acumular funções, ou seja, pagar-se-ia uma remuneração a quem abarcaria os 2 órgãos, as 2 funções, a direção de gestão e a direção pedagógica, a verdade é que é manifestamente impossível. Basta ver as pautas de avaliação que foram afixadas, que a direção pedagógica está a ser efetivamente assumida pela Diretora geral, portanto, isto é um facto do conhecimento de todos, no entanto, a 29 de outubro de 2021, como referi a data em que tomaram posse, o senhor Presidente da Câmara afirmou querer implementar uma filosofia de profissionalismo, de rigor, de exigência, reconheceu à data o bom desempenho que a EPAVE apresentava em termos de qualidade e que deixava essa fasquia para aqueles que iniciavam as suas funções. Agora, o que é importante esclarecer é o seguinte, a demissão efetivamente aconteceu, da direção pedagógica, provavelmente já há alguns meses e o que é importante que se esclareça o seguinte, o que levou o órgão de gestão a deliberar a nomeação da Diretora Geral como Diretora pedagógica, em clara violação dos estatutos e do regulamento interno, sem autorização prévia do Ministério da Educação? Por outro lado, e uma grande preocupação que temos enquanto bancada e como é que vão ficar as avaliações dos alunos e a proteção dos seus direitos, tendo em consideração que as plantas que foram afixadas aparentemente tornar-se-ão nulas?

Questionamos porque estamos numa matéria de compatibilidades e incompatibilidades questionamos também o executivo se tem conhecimento de terem existido ou de ainda existirem incompatibilidades no exercício de funções de membros que integram o Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal, sabendo de antemão que constitui uma atividade profissional pública o exercício de funções como membro de junta de Freguesia, desde que o respetivo mandato seja desempenhado em regime de permanência, quer a tempo inteiro ou quer a tempo parcial a existirem ou a terem existido essa ou essas incompatibilidades, apesar das questões financeiras associadas que terão evidentemente de ser apuradas, podemos estar perante demissões dos seus intervenientes. Obrigada."

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio a Vice-Presidente, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"A diretora pedagógica demissionária no final de janeiro, trouxe uma situação que era necessário resolver de imediato na EPAVE, obviamente, que o Conselho de Administração se debruçou sobre o processo. Um processo que não é pacífico, não é

como não seria em nenhuma instituição, nem em nenhuma empresa e por isso também não foi um processo pacífico na EPAVE. Entendemos na altura que não deveríamos pensar numa substituição imediata por alguém só porque tínhamos que o fazer, correndo o risco de voltarmos a ter uma situação idêntica porque é preciso encontrar uma pessoa com perfil que reúna os critérios que consideramos que devem ser os critérios para a direção pedagógica, para de facto, não andarmos aqui com experiências que depois poderiam não resultar. E nesse sentido, o Conselho de Administração, depois na conversa que tivemos e da reflexão que fizemos, obviamente com a intervenção da senhora Diretora Geral, fizemos a proposta de durante um tempo, a senhora Diretora Geral poder assumir as 2 funções, porque, como eu disse, há pouco, os estatutos preveem isso também, os estatutos no seu artigo 30º, diz que o diretor pedagógico é substituído nas suas faltas e impedimentos pelo diretor da escola. Nesse sentido foi preparada a informação à DGEstE para nos informar se a diretora pedagógica poderia ou não acumular estas duas funções, sendo certo a senhora deputada e que fique aqui muito claro, para quem está aqui nesta sala, e para quem nos está a ouvir, que nunca a senhora Diretora Geral nem nunca o Conselho de administração teve subjacente esta acumulação de cargos com a acumulação de salários, nunca. Isso nunca esteve em cima da mesa, que fique clara aqui essa informação. Senhora deputada, recebemos, como eu disse, a informação da DGEstE que de facto a senhora Diretora Geral não pode acumular a função de direção pedagógica. Recebemos ontem o ofício, vamos agora diligenciar no sentido de indicar uma nova pessoa para a direção pedagógica, porque é isso também que nos pede a DGEstE, não diz que estamos em incumprimento, pede apenas que regularizemos a situação com a maior brevidade possível e é isso que vamos fazer.

Relativamente às pautas assinadas pela senhora Diretora Geral, não há nenhuma ilegalidade porque essa legalidade está coberta pelo artigo 30º dos estatutos, certo? Muito obrigada."

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Relativamente à questão que foi colocada pela deputada Fátima Alves a propósito, se bem entendi da acumulação de funções entre membros do Gabinete de Apoio à Presidência, e hipoteticamente membros de juntas de freguesia. Bom suscita-me a mesma dúvida, portanto, eu suponho que a lei seja clara relativamente a essa questão. Devemos provavelmente pedir esse esclarecimento à DGA para percebermos se há alguma questão que esteja fora daquilo que é integralmente legal, julgo eu parece-me que a sua pergunta vai nesse sentido. E se surgir alguma situação do género, ela deverá ser corrigida à luz daquilo que está previsto na lei. Não percebo em que medida é que isso põe ou deixa de pôr em causa qualquer questão que tenha a ver com a confiança política ou com o cargo que é exercido por qualquer membro do gabinete de apoio à Presidência. Portanto, quero aqui deixar muito claro que os gabinetes de apoio da

Presidência da Câmara Municipal têm a confiança política total do senhor Presidente da Câmara Municipal e, portanto, qualquer questão se existir que não esteja totalmente regular, tem que ser regularizada à luz daquilo que é a lei, se for o caso, muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves, dando inicio ao período de pedidos de esclarecimentos.

Interveio a deputada, Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Senhora vereadora, e senhores deputados, se foi isso que transpareceu, eu quero desde já deixar bem claro que aquilo que eu referi é o seguinte, poderia, os estatutos da EPAVE e o seu regulamento interno prever essa possibilidade até numa ótica de poupança de salário, nunca de duplicação, ou seja, vertermos na mesma pessoa a direção pedagógica e a direção da escola de forma a ser mais vantajoso em termos financeiros. Portanto, jamais a bancada parlamentar do PSD quis se referir que poderiam estar a ser duplicados salários, jamais, fica esclarecido.

No que diz respeito ao artigo 30º, não sou jurista, mas o que é certo, é que me parece que o entendimento deverá ser diferente. Tudo bem que esta situação irá ser sanada, já compreendemos e a nós também nos tranquiliza isso, mas a verdade é que se estiverem concentradas na mesma pessoa, e vocês poderiam e deveriam ter levado isso em linha de consideração, num impedimento dessa pessoa, a escola fica logo sem membro de gestão e membro de direção pedagógica, sabemos que é uma situação temporária, mas também sabemos que e, é isso que é importante que o Ministério da Educação também faça essa abordagem é que foram assinados documentos, nomeadamente pautas dos alunos nessa qualidade. Falta é saber se durante este período transitório, efetivamente, o Ministério da Educação vai reconhecer esse ato como lícito.

Relativamente à cumulação de funções e uma vez que tenho pouco tempo, Senhor Presidente. Efetivamente o senhor Presidente deixou-nos aqui uma palavra de conforto que vai ser averiguada a situação. Sabemos que quanto à cumulação de funções e uma vez que no início de cada ano são enviadas pelas juntas de freguesia aos serviços da Assembleia, quem irá exercer funções a tempo inteiro ou a tempo parcial, temos aí um mecanismo, por exemplo, para avaliar em 2022, hipotéticas ou não acumulações de funções, porque pelo que desde já solicitamos essa documentação.

Por último, e porque já não tenho muito tempo questionar a Câmara Municipal o que irá diligenciar quanto à resolução da Assembleia da República, que prevê que os novos serviços e organismos da administração pública possam ser localizados em territórios de interior, como é o caso da Póvoa de Lanhoso. E já que temos uma localização estratégica

em termos de território do interior, o que podemos e devemos fazer nesse âmbito? Obrigada."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio a Vice-Presidente da Câmara Municipal, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Só para esclarecer a senhora deputada, que a fundamentação da DGEstE, não é tanto relativamente aos estatutos, mas sim à lei geral, à Lei 50/2012 que, sendo a EPAVE uma empresa municipal é proibido o exercício simultâneo de funções, independentemente da sua natureza, e foi este o esclarecimento, por isso, a alteração dos estatutos não é que vai mudar esta situação, certo? Está aqui o esclarecimento veio agora em conformidade com este esclarecimento, atuaremos. Certo?"

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Frederico Castro, e no uso da palavra referiu:

"Só muito rapidamente em relação à última questão, explicar que naturalmente estaremos atentos às oportunidades que possam surgir nesse âmbito, sendo certo que, como bem sabe também, os serviços descentralizados do Estado são distribuídos regionalmente, e isto tem de ser feito numa análise no mínimo distrital e, portanto, não cabe só ao Concelho da Póvoa de Lanhoso analisar aquilo que possa ser ou não do interesse do Concelho, tem que ser uma análise muito mais transversal do que isso. E eu diria que é uma conversa que tem de ser, tem de ocorrer pelo menos no âmbito das CIM's, pelo menos no âmbito das CIM's. Portanto, estaremos atentos a essa oportunidade e, se for o caso, iremos fazer o nosso papel. Muito obrigado."

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu por terminado o PAOD, informou que havia uma inscrição para o período de intervenção dos Presidentes de Junta e concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lanhoso, António Machado.

Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Lanhoso, António Machado, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Não pedi ao Senhor Presidente da Assembleia para me dirigir aqui à tribuna, não para falar de assuntos relativos às juntas de freguesia, mas sim na qualidade de organizador do convívio dos ex-combatentes da Guerra do Ultramar.

E era só para anunciar aqui através das redes sociais, que este ano porque no dia 9 de abril teria havido o convívio dos ex-combatentes, não foi possível por coincidir com o Domingo de Páscoa, nessa perspetiva, aconselhamo-nos e conversamos e acabamos por

concluir que o melhor dia seria o 10 de junho, seria um dia mais compatível com a nossa missão.

E eu aproveito esta ocasião, e foi por essa razão que pedi ao senhor Presidente da Assembleia para solicitar aos senhores Presidentes de junta, a todos ou aos seus representantes, que quando saíssem, ali à saída do lado direito em cima da mesa, estão uns cartazes assim, a quem eu pedia para os colocarem nos placares das juntas, onde virem que é, de facto necessário. Cada rolinho tem dois cartazes, podem pegar naqueles que acharem convenientes. E é só por essa razão que eu vos peço o apoio para haver uma perfeita divulgação para todos os ex-combatentes do Concelho, muito obrigado."

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu ao representante da Assembleia Municipal na ACES – Gerês/Cabreira, o deputado José Fraga.

Interveio o deputado, José Fraga, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Como representante municipal do Conselho da Comunidade do nosso ACES, informo esta Assembleia que no dia 17 de fevereiro de 2023 realizou-se a primeira reunião do Conselho da Comunidade no Salão Nobre da Câmara Municipal de Vieira do Minho, com a seguinte ordem de trabalhos, prestação de contas 2022; SNS - novas perspetivas.

O sistema de saúde português, desde a publicação da lei de bases da saúde, tem como pilar fundamental os cuidados de saúde primários. O sistema de saúde assenta nos cuidados de saúde primários que devem situar-se junto das comunidades.

No que concerne ao Concelho da Póvoa de Lanhoso, enalteço aqui todo o trabalho de excelência desenvolvido pelos profissionais das USF's, no qual destaco uma maior visibilidade, maior iniciativa dos profissionais, melhor seguimento dos problemas de saúde dos nossos utentes. À USF das Terras de Lanhoso, pela sua passagem ao modelo B, à USF Maria da Fonte, também, modelo B já, pelos excelentes resultados obtidos no ano de 2022.

O trabalho desenvolvido pelo Senhor Diretor Executivo, Nuno Oliveira, o Conselho Clínico Dra. Rita e enfermeiro Gonçalo Alves, na articulação com os coordenadores das USF's para colmatar a lista de utentes sem médico de família, na qual podemos dizer que todos os municípios da Póvoa Lanhoso têm médico e enfermeiro de família. Foi apresentado pelo seu diretor Executivo, Dr. Nuno Oliveira, e pelo senhor enfermeiro Gonçalo Alves, vogal do Conselho clínico, os planos de melhoria contínua inseridos no PRR, na qual destaco o seguinte:

No plano de melhoria contínua na área da saúde oral, através de identificação dos concelhos e locais para consulta de saúde oral, levantamento das necessidades de intervenção, contratar prestadores de serviços médicos de medicina dentária, reforçar os serviços de suporte, conselhos técnicos de referenciação para a saúde oral.

No plano de melhoria contínua na área da gestão da doença, através da identificação para local de centro de diagnóstico, levantamento de necessidades de intervenção, contratar um técnico de cardiopneumologia, aquisição de equipamento raio-X, mapa, espirometria, entre outros, definição de critérios de referenciação.

No plano de melhoria contínua na área da diabetes, identificação dos locais da consulta do pé diabético, afetação de um profissional médico, afetação do enfermeiro especialista nestas consultas, contratar profissionais de podologia, aquisição de equipamento, critérios de referenciação e reforçar o serviço de suporte de apoio a esta consulta de diabetes, que é extremamente importante e cada vez mais útil para os nossos utentes. Com a criação das unidades locais de saúde, que brevemente será assim designados, o ACES acabará por deixar de existir, e é de esperar que estes planos sejam efetivados mais rápido para, assim, os utentes usufruírem de mais e melhores serviços nos cuidados de saúde primários. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Comissão Permanente do Ambiente e Proteção Civil, o deputado Miranda Gomes.

Interveio o deputado Miranda Gomes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"A Comissão Permanente do Ambiente e Proteção Civil realizou duas reuniões, uma no dia 23 de fevereiro de 2023 e outra no dia 19 de abril de 2023. Na primeira reunião, foi feita uma abordagem às atividades a desenvolver. Na segunda reunião, ficou decidido a realização de uma visita à Braval, que acabou por ser alargada a todos os deputados municipais em articulação com Mesa da Assembleia Municipal.

A Comissão do Ambiente esteve representada por vários dos seus membros na sessão de esclarecimento no dia 20 de abril de 2023, que contou com a presença de Luís Amaro da Costa, vogal do Conselho de Administração da Braval, e na sessão de esclarecimento do dia 24 de abril de 2023, contou com a presença do Presidente do Conselho de Administração da Braval, Dr. Rui Morais.

A visita à Braval foi realizada no dia 26 de abril, às 11:00, tinha sido solicitado à Braval, alteração do horário para um horário pós laboral, o que não foi possível. Nessa visita estiveram presentes vários membros da Comissão e números deputados, o Dr. Pedro Machado, diretor executivo da Braval, fez uma breve apresentação seguida de vários pedidos de esclarecimentos dos deputados presentes. Seguiu-se no final uma visita ao aterro sanitário. Muito obrigado."

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, informou que existiam dois pedidos de intervenção do público, informou sobre a

distribuição dos tempos e concedeu a palavra ao Sr. Rui Manuel Maia, residente em Ponte de Lima.

Interveio o Sr. Rui Manuel Maia, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Antes de mais dizer que esta é a minha primeira estreia num ato público, mais em concreto político, porque não é francamente a minha praia, com o devido respeito e pela perceção que eu tenho da extrema burocracia que incorpora as instituições públicas também me afasto muito da política por esse mesmo motivo.

Mas adiantando isto, onde é que eu queria chegar? Eu sou investigador do Centro de Estudos Regionais de Viana do Castelo, tenho uma série de projetos, já enfim, com a Câmara Municipal de Viana do Castelo e outras autarquias, como a autarquia de Vila Praia de Âncora e outros projetos, enfim, que vamos desenvolvendo.

Desenvolvemos recentemente no dia 14 e 15 de abril, o primeiro encontro sobre património industrial do Alto Minho, que deu origem inclusive à criação da rota da cerâmica de Alvarães, e há um empecilho que eu já ando a persegui-lo há muito tempo aqui na Póvoa de Lanhoso, que tem que ver precisamente com uma questão levantada pelo excelentíssimo senhor deputado do Partido do CDS, que agora me esqueço do nome, que levantou há uns tempos atrás na Assembleia, precisamente aqui nesta Casa que é de todos nós.

Eu gostava de perceber o que é que a autarquia da Póvoa de Lanhoso, na pessoa do senhor Presidente, o que é que pretende fazer com uma infraestrutura que foi à época doada pela CP, supostamente doada pela CP, sem qualquer encargo para a autarquia e que está abandonada numa empresa aqui em Covelas, abandonada há cerca de 3 décadas e que a autarquia de Âncora quer recuperar para incorporar no turismo industrial e não consegue precisamente porque não há uma resposta cabal da autarquia em relação àquilo que vai fazer, não conseguem justificar porque é que nunca o fizeram e se porventura alguma vez houve algum projeto em que essa ponte tivesse sido incorporada e que algo tivesse corrido mal, eu gostava de perceber qual é o mistério que envolve todo este processo, da não doação dessa infraestrutura à autarquia legítima, ainda por cima, na Póvoa de Lanhoso que é uma terra que, com toda a franqueza, nem sequer tem história ferroviária, portanto, eu gostava de levantar aqui essa pergunta, perceber o porquê da autarquia, não libertar uma infraestrutura que sabe que alguém quer, que alguém quer reutilizar e que teimam constantemente em dizer que vão fazer, mas nunca se sabe é quando, obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Sr. António Manuel Brás de Vila Praia de Âncora.

Interveio o Sr. António Manuel Brás, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Começo por agradecer ao senhor Presidente da Assembleia a oportunidade que nos concede para aqui poder explanar aquilo que são os valores e os sentimentos de uma região. E julgo que não poderia haver momento mais oportuno que este período em que todos celebramos a liberdade para trazer aqui a este fórum este mesmo assunto da Ponte Eiffel do Rio Âncora, que está há 3 décadas sensivelmente aprisionada.

Dizer, também, que a intervenção que surge na sequência natural da intervenção que o meu amigo Dr. Rui Maia aqui acabou de fazer e eu vou dizer que me chamo António Brás, como aqui já foi apresentado sou um ancorense de Âncora, poderia ser um ancorense de Vila Praia de Âncora ou de Riba de Âncora, mas não efetivamente, sou um ancorense de Âncora, porque são 3 freguesias distintas, e gostaria também que aqui fosse feita a devida distinção, e que são por assim dizer também um ancorense de Âncora, um cidadão português do Alto Minho que desde tenra idade calcorreou pela ponte ferroviária sobre o Rio Âncora, uma obra da Casa Eiffel. Obra erigida sob a responsabilidade daquele que, supostamente sem querer, obviamente, ferir qualquer suscetibilidade, será talvez o engenheiro mais prestigiado da história da engenharia de finais do século XIX, e até porque não dizer da história contemporânea na arte de trabalhar o ferro? Que deixou marcas profundas e indeléveis pelo mundo, caracterizando-se pela sua ousadia e inovação, competência e sentido de industrialização. Sou o anónimo que, como centenas ou milhares de outros, desfrutou da existência desta ponte para as suas brincadeiras de criança, para os seus entretenimentos de adolescente, para a atravessar a pé e me deslocar aos treinos da Âncora praia futebol clube, para poder atravessá-la inicialmente no comboio a vapor e mais tarde nas chamadas automotoras para chegar à escola, precisamente em Viana do Castelo. Tal como tantos outros que ao longo das gerações, que com ela privaram nos mais variados sentidos, com ela cresceram, com ela se tornaram homens e mulheres.

Sou, portanto, um saudosista, sou um admirador da arte, simpatizante da cultura, dos valores imateriais, do património cultural e sendo um aprendiz na área, reconheço a importância desta obra de arte, enquanto via de comunicação no desenvolvimento de toda uma região, a norte do Rio Âncora, inclusive da própria Galiza, nossa irmã aqui tão próxima. Sou o ancorense que quer velar pelas nossas vivências, juntamente com os que aqui me acompanharam, nomeadamente um lanhosense de gema, que está radicado em Âncora de seu nome, Manuel Almeida, e que os muitos que não puderam aqui estar, que também com certeza aqui estariam a manifestar a sua mesma vontade.

Em nome de todos estes e estas quero deixar neste fórum um apelo forte, profundo, sentido em nome de Âncora, em nome da salvaguarda do património cultural imaterial, de valorização do património industrial ferroviário. A todos nesta Assembleia, na pessoa do seu excelentíssimo senhor Presidente, ao excelentíssimo senhor Presidente da Câmara e restante executivo, à comunidade lanhosense em geral, que não permitam que este

baluarte definhe e apodreça a cada dia que passa no estaleiro fabril para onde foi deslocado e abandonado. Mas sobretudo deixar um apelo forte ao diálogo, à promoção das diligências que resultem na melhor solução de utilização da Ponte Eiffel do Rio Âncora. Que permita encontrar as formas e os meios para requalificar e valorizar o património cultural que é de todos nós.

Deixar um apelo à sensibilidade de todos para admitirmos que, sem dúvida, essa valorização histórico-patrimonial só se faz integralmente no seu local de origem, onde possa ser um Marco vivo de identidade, um veículo de informação e conhecimento para as gerações vindouras, um testemunho do progresso de uma região, promover a cultura através desta obra de arte, revelando a sua importância para todo um povo que derivou da implantação desta ponte sobre o Rio Âncora que permitiu chegar mais longe, chegar mais além no contexto do desenvolvimento comercial ou industrial, chegar mais rápido na criação de oportunidades para todas as classes e estratos sociais que permitiu de forma mais célere reduzir os efeitos da estratificação social severa que à época se faziam sentir, devendo só por isso, constituir um desígnio para todos nós, sem exceção.

Pensamos ser um dever, dar vida a um elemento que pode continuar a alavancar a transmissão de conhecimento e oportunidades, sobretudo que possa através da sua regeneração e adaptação a centro interpretativo, ilustrar um manancial de dinâmicas socioculturais que veio acrescentar a estas comunidades mais distantes da capital nos finais do século XIX, que possa representar um testemunho da realidade sobre esta importante obra da Casa Eiffel, da qual a Póvoa de Lanhoso faz parte integrante pela sua envolvência, nestes últimos 30 anos, mesmo não tendo tradição ferroviária.

Senhor Presidente desta Assembleia, para terminar, permita-me com a devida humildade, solicite explicações a este plenário sobre o estado de situação e, simultaneamente que me dirijo ao senhor Presidente da Câmara para lhe pedir que, tão breve quanto possível, se possam desenvolver as iniciativas tidas por convenientes e de interesse comum para definir o destino desta Ponte Eiffel do Rio Âncora. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, informou que embora os pedidos de esclarecimento tenham sido dirigidos ao Presidente da Assembleia, delegava esses esclarecimentos no Presidente da Câmara, se assim o entendesse.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Frederico Castro, cumprimentou e no uso da palavra referiu:

"Eu darei respostas em conjunto, tendo em conta que o tema é similar e, portanto, a abordagem permite que possa dar uma resposta o mais completa possível e em simultâneo.

Em primeiro lugar, eu queria dar uma nota de apreço por termos, iniciativa de populares, neste caso, não são do concelho, mas isso não é relevante. Relevante é que os populares aproveitem o facto de existir um período de intervenção do público para trazerem assuntos que são do interesse e seja do concelho, este também é interesse de outro concelho, mas também do nosso concelho, de forma que nós possamos também debater desta forma aberta, informada e comunicar todos aqueles que possam ter interesse neste caso concreto pelo tema da ponte Eiffel.

Bom, em primeiro lugar, dizer que este executivo tem 1 ano e meio de funções, a história da Ponte Eiffel tem mais de 30 anos ou cerca de 30 anos, de vários episódios sucessivos, e portanto eu próprio ao longo, pelo menos dos últimos 20 anos, interroguei-me muitas vezes, qual seria a razão de termos estabelecido este acordo com a CP e a CP ter doado a ponte ao município da Póvoa de Lanhoso e nunca ao longo destes anos todos ter sido feito o que quer que seja em relação ao aproveitamento desse importante equipamento, portanto, digamos que, desse ponto de vista, estamos de acordo em relação, eu não sei se lhe chamo mistério, chamou-lhe mistério, eu não sei se há algum mistério em relação a isso, mas há pelo menos alguma inoperância em relação a isso, penso que estaremos de acordo.

E é precisamente por isso que ainda antes deste executivo, estar em funções, eu exerço as funções de Presidente da Câmara Municipal, mas fui vereador da Câmara Municipal durante 8 anos. E, portanto, nos 4 anos que mediaram 2017-2021, eu próprio tive a oportunidade de contactar a Fundação Eiffel em Paris, que conhecerá certamente, e de estabelecer contato via telefone e depois presencialmente em Paris com o senhor Savin Eiffel, que é o Presidente da Fundação Eiffel, com quem tive a oportunidade de transmitir a minha preocupação, perceber também de que forma é que a própria Fundação Eiffel encara este tipo de assuntos, e qual é, designadamente, eu diria principalmente, qual é a disponibilidade que a Fundação Eiffel tem para ajudar a resolver este tipo de problemas, porque eles são diversos por todo o mundo, não é? E percebi facilmente na altura que a disponibilidade financeira não é só uma dificuldade nossa, a dificuldade financeira é uma dificuldade transversal e, portanto, também a Fundação Eiffel tinha, obviamente, dificuldades de ordem financeira, mas já à época e estamos a falar, portanto, 2018, 2019 por aí, já à época ficou em aberto a possibilidade de haver uma cooperação se um dia houvesse contexto político para isso, esse contexto político surgiu agora, existir uma cooperação entre a Fundação e a autarquia, no sentido de pelo menos poderem prestar algum apoio do ponto de vista técnico. E, foi isso que nós fizemos já neste mandato. Voltamos ao contato com a Fundação Eiffel e com o Savin, fizemos uma reunião online com ele para perceber de que forma podíamos concretizar a disponibilidade que ele tinha demonstrado uns anos antes e dessa reunião resultou o estabelecimento de contato com pelo menos 2 foram dedicadas indicadas mais, mas 2 responderam, 2 empresas que têm como core business fazer só manutenção de infraestruturas que foram projetadas, e, portanto, concretizadas pelo Gustavo Eiffel.

Há em França empresas que têm como negócio único exatamente esse tipo de intervenção, portanto, nós estabelecemos contactos com essas empresas e ficamos em estado de choque, o termo é esse, com o custo que envolve uma intervenção desta natureza, só para terem uma ideia, estamos a falar de um valor que pode rondar cerca de 1 milhão de euros, portanto, 1 milhão de euros para recuperar o equipamento, esta infraestrutura e para que pudesse ser instalado num local que nós pudéssemos definir e nós temos pelo menos 2 locais em mente, mas num local que pudéssemos definir como sendo o ideal e, portanto, isto tudo em 18 meses. E, portanto, isto serve também para se perceber, mas eu já continuo com os episódios sequintes, serve também para se perceber que se há coisa que não tem existido neste executivo em relação a este tema é inoperância, não tem existido inoperância. Há vontade política, há desejo de encontrar alguma solução, hoje não sabemos qual poderá ser ainda, mas há desejo de encontrar uma solução de forma que esse equipamento possa ser instalado devolvido à comunidade e seja útil de facto. E posso entrar, por exemplo, no roteiro das infraestruturas ou como sabe existe, existem milhares de seguidores das obras do Gustavo Eiffel, desculpe, eu estou a dirigir-me mais ao Rui Manuel, porque o António Brás eu não consigo vislumbrar daqui, mas está ali ao lado. Portanto, como sabem, existem no mundo milhares de seguidores do Gustavo Eiffel que fazem e existem roteiros que estão formalmente definidos, circuitos por onde podem passar os seguidores do Gustavo Eiffel e acompanhar visitar as obras que ele projetou e concretizou ao longo da sua vida, portanto, também o município da Póvoa de Lanhoso tem, para além do propósito que eu expliquei anteriormente, este propósito de poder transformar essa ponte como um ponto turístico e um ponto de atração de pessoas que tenham essa vontade e sejam seguidores, portanto, destas obras um pouco por todo o mundo.

Após essa fase, portanto, depois de percebermos que os custos seriam, com essa solução incomportáveis, decidimos abordar uma empresa que está sediada em Portugal, que presta funções ao longo de muitos, já prestou funções e presta ao longo de vários anos à CP, e que tem como negócio precisamente a manutenção de equipamentos deste género. Empresa que nos solicitou que fizéssemos um trabalho no sentido de, de alguma forma, expor, fazer uma espécie de exposição dos elementos que ainda existem para que a própria empresa possa fazer um levantamento mais exaustivo possível do estado em que se encontram os equipamentos, os equipamentos que existem e os que possam já não existir, porque há elementos que já não existem que já desapareceram, pelo que me foi explicado tecnicamente, são elementos que não são cruciais de somenos, importância na estrutura, digamos assim, mas ainda assim a informação que nós temos, e nem de propósito, esse trabalho foi concretizado há cerca de duas, três semanas. Portanto, esse trabalho que nós solicitamos a uma empresa da Póvoa de Lanhoso e que, no fundo, consistiu em poder relocalizar os elementos que ainda existem e distribuí-los de forma que esta empresa nacional possa de forma mais eficaz fazer um levantamento do estado em que se encontram os elementos e aí sim, apresentarmos uma proposta que esperamos nós seja muito melhor do que aquela que nos foi apresentada pelas empresas francesas, para que a partir desse momento possamos nós, município, desenvolver a solução que permita, como já expliquei, que permita que a ponte volte a ser ponte, não é?

Portanto, desta forma fica também, penso eu, claro que não é nosso propósito permitir que a ponte continue no estado em que está e que esse equipamento se mantenha mais, já são 30 anos, portanto, mais 10 ou 20 ou 30 anos sem utilidade, eu acho que isso é uma irresponsabilidade, seria uma irresponsabilidade. E, portanto, é vontade do executivo encontrar uma solução. Já nos foi proposta, inclusive, uma solução, partilhada pelo ex-Presidente da Câmara de Caminha o Dr. Miguel Alves, que participou numa reportagem em que eu também participei de uma jornalista, já não sei de que revista era, mas uma jornalista que desenvolveu um trabalho, todo um documentário a propósito desta ponte em que ele prestou declarações e eu também tive oportunidade de fazer já neste mandato em que existia a possibilidade de a ponte ser, não sei se o termo é correto, mas ser desmembrada em 2 partes em que uma das partes estaria na Póvoa de Lanhoso e outra parte estaria em Caminha e, portanto, em jeito de piada, até se dizia, ou a abordagem que me fizeram em jeito de piada foi no sentido de dizer que a ponte poderia ser uma ponte que ia da Póvoa de Lanhoso até Vila Praia de Âncora e, portanto, eu não sei que solução vai ter a ponte, mas com essa solução, francamente eu não concordo. Portanto, a não ser que não haja nenhuma solução melhor e depois teremos de pensar em planos B's ou planos C's, eu acho que a ponte deve voltar a ser ponte e nós estamos a trabalhar no sentido de poder reinfraestruturar a ponte na Póvoa de Lanhoso. Eu sei que para quem, e não sou insensível àquilo que foi, principalmente a intervenção do senhor António Manuel Brás, em que apelou bastante ao diálogo e algumas questões históricas e sentimentais, e todas elas são compreensivas, e o exercício da empatia também permite que compreendamos todos a importância que teve historicamente para muitas pessoas esta ponte a determinado momento da sua história, mas eu também diria que, com todo o respeito, a ponte está noutra fase da sua história. E, portanto, aquilo que eu acho que está claramente a falhar é que não deveriam ter sido necessários 30 anos para que alguma coisa fosse feita, ou alguma iniciativa e atenção, também quero aqui fazer justiça aos executivos anteriores que eu não sei se houve ou não alguma iniciativa deste género dos executivos anteriores e, portanto, também não quero passar a imagem de todo que não foi feito absolutamente nada pelos executivos anteriores e que nós é que estamos a querer fazer tudo. Não é nada disso. Eu estou a dar informação que tenho, mas admito que possa ter sido feita alguma tentativa em mandatos anteriores. Agora nós estamos determinados em resolver esse problema, porque eu acho que é de facto um problema, mas mais do que um problema, é uma oportunidade como eu já aqui, expliquei.

Portanto, é nosso propósito encontrar uma solução, estamos, como já perceberam, numa fase de podermos, já criámos as condições para que um novo orçamento seja

desenvolvido e seja apresentada uma nova proposta à autarquia e eu espero que essa proposta seja comportável e que nós consigamos criar as condições para que até final deste mandato, seria o ideal, a ponte esteja à disposição do público e das pessoas e de quem possa precisar dela e dessa forma também se respeite a memória de quem a projetou, de quem a executou, porque isso também é importante. E o respeito que nós temos pelo trabalho de um homem, como foi o Gustavo Eiffel, também nos define muito enquanto comunidade, portanto, penso que fui claro, espero ter sido claro em relação a este assunto. Muito obrigado."

Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto um da ordem de trabalhos. Ponto Um: Análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal. E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Vereador Ricardo Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Cabe-me a mim apresentar o ponto um da ordem de trabalhos com a atividade da Câmara Municipal nos últimos dois meses, e eu começaria desde já pelo desenvolvimento social, e, portanto, podem acompanhar-nos através da projeção.

No que diz respeito ao desenvolvimento social, à ação social e RSI o balanço foi positivo no primeiro ano desde que o Município assumiu estas funções. Na educação, a consolidação do processo de transferência de competências para o Município também está consolidado e, na saúde, a normalidade do processo de descentralização de competências, com efeitos a partir do dia um de março.

Tivemos uma reunião com a Ministra da Habitação, Marina Gonçalves e com o Secretário de Estado da Habitação, Fernando Rodrigues.

A integração da Póvoa Lanhoso na rede de autarquias que cuidam dos cuidadores informais. Fizemos a apresentação em sede de Núcleo Local de Inserção da nova resposta para as famílias povoenses com diagnóstico em saúde mental e fizemos também a apresentação do Gabinete de Apoio à Parentalidade.

Fizemos uma reunião plenária do Conselho Local de Ação Social e desenvolvemos o projeto Póvoa no Pedal, programa de mobilidade sustentável desenvolvido no agrupamento de escolas da Póvoa Lanhoso e no agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio através do programa EducaBicla.

Fizemos ainda também a entrega de duzentas e vinte e nove bolsas de estudo. O programa férias ativas inclusivas da Páscoa 2023 teve nove crianças no grupo com necessidades especiais, sendo a interação muito positiva. A visita de alunos e alunas das turmas do nono ano das escolas básicas de Taíde e Gonçalo Sampaio e das turmas do 12º ano do ensino regular da escola secundária ao Pólo de Guimarães da Universidade

do Minho. E recebemos também o grupo de Estudantes de Itália e da Eslovénia, no âmbito do projeto do projeto Erasmus+. Fizemos também a entrega de sessenta e seis apoios a bebés e respetivas famílias no âmbito do programa Natura Lanhoso.

Realizamos visitas inclusivas ao castelo de Lanhoso, em parceria com instituições locais e desenvolvemos uma ação temática, "Recuso ser vítima" dinamizada pela atriz Sílvia Abreu, da Associação Tocar Na Alma. Realizamos também o projeto pedagógico "O digital é real" dinamizado pelo cantor de rap nacional Jimmy P no âmbito do combate ao cyberbullying e violência no namoro.

Fizemos uma preparação da candidatura ao programa de cidades amigas das crianças com o objetivo de renovar este selo e demos continuidade do programa de formação parental com contexto grupal, "Mais família, mais criança". Temos realizado também o apoio colaboração com a unidade de cuidados Comunidade Coração do Minho, no centro de saúde, no desenvolvimento do projeto formação comunitária, em suporte básico de vida. Para além disso, realizamos a mesa-redonda justiça social, pensando em conjunto para envelhecer melhor com o Provedor do Idoso, com o Conselho e a Comissão de Proteção ao Idoso.

Realizamos também com cento e trinta mulheres, o almoço de mulheres nos centros de convívio, para assinalar o Dia Internacional da Mulher. Fizemos também a apresentação do segundo plano municipal para a igualdade de género e de oportunidades, assinalando o Dia Internacional da Mulher. O acolhimento de duas sessões de divulgação sobre conflitos de consumo, promovidas pelo CIAB, Centro Arbitral do Consumo.

E, como podem verificar nas fotografias que irão ser apresentadas à ilustração de todas estas atividades, de forma que fique esse registo em termos de imagem.

No que diz respeito à competitividade e coesão territorial fizemos também, como poderão ver, também de seguida, a inclusão de duzentas e sessenta e três pessoas inscritas no gabinete de empregabilidade. Duzentas e trinta e uma das quais foram encaminhadas para os diversos parceiros e para ofertas de emprego, com a colaboração de cerca de trinta inscritos.

No que diz respeito também a obras, fizemos a reparação, desobstrução de sarjetas aquedutos e tubagens de águas pluviais e saneamento. Manutenção de ETAR's de Monsul, Águas Santas e Moure. Requalificação da fonte ao lado da Rotunda do Foral, aqui bem perto. E no que diz respeito a obras municipais, fizemos a colocação de uma porta de saída de emergência no pavilhão da escola secundária, a reparação do pavimento e caixas infraestruturas no loteamento do Areaço, em Vilela, reparação de infiltrações em diversos espaços municipais, adequação e alteração de portões no bairro social de Garfe, execução e aplicação da paragem de autocarros em Fontarcada, reposição de betuminoso e calçada em valas e buracos no Concelho, reparações diversas em várias escolas, limpezas e lavagens de espaços públicos, reparações em dissuasores e reposição de sinais nas diversas vias municipais e espaços públicos.

No que concerne à água e saneamento, executamos vários ramais de abastecimento de água e saneamento, nomeadamente em Santo Emilião, em Sobradelo da Goma e na Póvoa Lanhoso, execução de montagem de válvulas redutoras de pressão em Sobradelo da Goma, requalificação da rede e ramais de abastecimento de água, também na Póvoa de Lanhoso, execução de rede e ramais de saneamento em Taíde, execução e ligação de saneamento na Póvoa de Lanhoso, execução de ramal de abastecimento de água em Garfe.

Fizemos também a criação de uma equipa multidisciplinar com três funcionários, dotada com uma viatura para garantir a boa manutenção dos diversos edifícios municipais.

No que diz respeito à Start-Up, estamos com a execução do revestimento no exterior e o interior está na fase de instalação de infraestruturas e de revestimento das paredes.

No que diz respeito às intervenções no parque escolar, concluímos as coberturas do recreio no jardim-de-infância de Taíde e no Jardim de infância Travassos, conclusão das obras na fachada, no jardim-de-infância, também de Travassos. Em execução estão os parques infantis dos jardins de infância de Simães, Garfe, Taíde, Travassos, EB da Póvoa de Lanhoso, EB António Lopes EB, Dona Elvira Câmara Lopes EB do Cávado. Ainda em execução estão as obras na fachada da EB da Póvoa de Lanhoso e na cobertura do jardim-de-infância de Simões e na cobertura do pavilhão da Escola Básica de Taíde.

No que diz respeito a outras intervenções, fizemos a disponibilização do novo parque de estacionamento com capacidade de aproximadamente cento e vinte lugares, localizado na continuidade da rua da Veiga, isto, numa primeira fase. Estão também ultrapassadas genericamente as questões relacionadas com os horários e circulações da transportadora Ave Mobilidade, no entanto, a rede ainda não se encontra estabilizada.

Acompanhamento da articulação constantes com entidades competentes, a autoridade de Transportes CIM do AVE e com a Ave Mobilidade para que sejam ultrapassados os constrangimentos e as salvaguardas das necessidades das populações.

Fizemos também a inauguração da casa do livro. A intervenção no âmbito do programa operacional Regional Norte 2020 e estamos a desenvolver o processo da segunda revisão do PDM, que está a seguir com os trâmites normais.

No capítulo de fornecimento de energia as freguesias de São João de Rei e Monsul passaram a beneficiar de um melhor serviço, com instalação de um novo posto de transformação em Negrelos pela E-Redes. E também fizemos, recentemente, a aquisição de uma viatura para os serviços veterinários.

No que diz respeito aos jardins e espaços públicos, realizamos limpeza de bermas ao longo dos percursos pudesses e dos trilhos de btt, intervenção nas árvores da Feira após avaliação das mesmas, execução de podas na Vila, Louredo e Covelas. Transplantações em Campo, construção de dois triângulos em Taíde e de canteiro em Louredo. Ainda também a renovação da faixa central da Avenida 25 de Abril, construção e renovação de canteiros em frente à Câmara Municipal e todas as segundas e sextas-feiras fazemos habitual manutenção do campo de futebol do Maria da Fonte.

A conclusão da formação em agricultura biológica. E ainda comemorámos o Dia da Árvore e da Floresta no dia 20 de Março, com a plantação de várias espécies autóctones no alto de São Mamede e aderimos também à Hora do Planeta, no dia 26 de Março.

Isto tudo podem, naturalmente e mais uma vez, verificarem nestas imagens que se segue onde naturalmente o destacaria aqui a criação de um parque de estacionamento nesta primeira fase que, de facto, vem colmatar uma falha sentida há muitos anos por toda a população e que serve um lado da vila que ainda não tinha esta possibilidade de albergar este número de carros. Naturalmente, esta é uma primeira fase e que terá uma segunda fase, no mais curto espaço de tempo possível.

No que diz respeito à marca Póvoa de Lanhoso, a via circular urbana tem já a conclusão do estudo prévio, seguir-se-á a prospeção geotécnica e o projeto de expropriação.

O encerramento do 18º Concurso Nacional de Teatro Ruy de Carvalho.

Realizamos as festas de São José com um balanço positivo.

Realizamos novamente o evento Norte clássico, peço desculpa, recebemos este evento e fizemos uma participação na BTL, Bolsa de Turismo de Lisboa, e também uma participação na AGRO.

Realizamos a assinatura do protocolo de atribuição de subsídios para apoio às atividades culturais, nomeadamente no que diz respeito a bandas de música, ranchos folclóricos e ao grupo de teatro da Póvoa de Lanhoso. Demos continuidade à realização da Feira de Antiguidades e Velharias e realizamos os Fins de Semana Gastronómicos com o tema "Sente-se à Mesa com a Gente".

Comemoramos também o Dia Mundial do Teatro, com dois espetáculos nos dias 26 e 27 de março.

No que diz respeito ao Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, também o comemorámos, fizemos uma visita guiada, noturna, ao Monte de Lanhoso, com entradas gratuitas no núcleo museológico também do castelo.

Fizemos a semana da leitura de 20 a 28 de abril. E celebramos, como toda a gente teve oportunidade de ver, o 49º aniversário do 25 de Abril com uma mega-aula de hidroginástica, a 2º Milha da Liberdade, o hastear da bandeira, um momento simbólico da educação do dia da liberdade, no momento 25 de Abril, naturalmente, a inauguração da Casa do Livro e a realização de várias atividades culturais, conjugando o teatro com a música e a poesia.

Mais um conjunto de imagens que poderão ver.

No que diz respeito às notas finais, a continuidade da descentralização das reuniões de Câmara fizemos no dia 24 de fevereiro, em Rendufinho e no dia 21 de março em Santo Emilião.

Início das visitas a todas as freguesias e uniões de freguesias do Concelho por parte do Senhor Presidente da Câmara e restante executivo.

Realizamos mais uma vez a edição das conversas fora de jogo e desta vez com a atleta Filomena Costa, no dia 11 de março.

Realizamos pela primeira vez a semana da proteção civil com a presença do Ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, e da Secretária de Estado da Proteção Civil, Patrícia Gaspar.

Colocamos também pela primeira vez na Póvoa de Lanhoso, dois desfibriladores automáticos externos, um no Campo dos Jogos Municipal e um outro nas Piscinas Municipais.

Fizemos a aprovação, recentemente, do Plano Operacional Municipal em reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Florestais.

Disponibilizamos ainda, como também já é hábito, o transporte gratuito para o dia da Defesa Nacional e realizamos a dia o Dia Mundial da Atividade Física, Dia Internacional do Desporto, com a realização de um torneio triangular com a ASSIS, o Centro de Atividades e Capacitação Para a Inclusão Ser Igual e o Centro Dom João Novais e Sousa. Reestruturámos o Balcão Único, no âmbito da implementação de medidas de modernização administrativa que visam a melhoria contínua do serviço Público.

Demos continuidade à tradição Pascal da receção das cruzes na paróquia de Nossa Senhora do Amparo, aqui nos Paços do Concelho. E é tudo. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós, saudando o dinamismo verificado na apresentação do ponto, concedeu a palavra ao Deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o Deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"É para o CDS-PP motivo de satisfação ver os nossos alertas e sugestões aqui apresentados serem pertinentes para a comunidade. Afinal de contas, é para isso que também cá estamos. Mesmo que nem todas as carências tenham sido ainda supridas, é com orgulho que vemos serem implementadas ações que geram uma crescente consciencialização e importância dada por todos a proteção civil. É bem disso exemplo a organização da semana municipal da proteção civil e a instalação dos desfibriladores nos equipamentos desportivos municipais. Como temos vindo a alertar uma comunidade mais atenta, será sempre uma comunidade mais segura ou, por exemplo, a criação de planos e equipas de manutenção de equipamentos municipais tantas vezes, por nós, aqui solicitada.

Temos ainda a dinamização de equipamentos municipais como Centro de Cycling e o Centro Interpretativo do Carvalho de Calvos, que estavam de meios parados.

Caros povoenses, por aqui se vê que o olhar atento do CDS faz falta à Póvoa de Lanhoso. Muito havendo que louvar de meritório nas ações desenvolvidas por este executivo e pelos que o antecederam, há ainda muitas necessidades que se perpetuam e têm urgentemente ser atendidas. É notória uma dinâmica positiva em algumas ações levadas a cabo pelo Município, mas outras parecem não gozar do mesmo ímpeto do executivo

para a tomada de medidas. Dou, como exemplo, a gestão da mobilidade urbana, por um lado e bem, assistimos com agrado a pertinente criação do novo parque de estacionamento junto ao Continente, que melhorará sem dúvida, a dinâmica de estacionamento no coração da Vila. Mas continuamos sem a requalificação dos pavimentos rodoviários, como são os casos da Avenida 25 de Abril e da Avenida dos Bombeiros Voluntários, que se encontram em degradação acelerada. Continuamos ainda sem a aqui prometida requalificação de passadeiras e sem a delimitação dos lugares de estacionamento em algumas artérias da vila, cuja escassez tanto prejudica os lojistas e o comércio local, pelo que mais uma vez aqui reiteramos e agradecemos que atentem urgentemente a esta matéria.

Destacamos com agrado a reorganização administrativa do Balcão Único, esperando que a mesma permita reduzir os tempos de espera no atendimento aos munícipes que a ele recorrem e ainda no âmbito da modernização administrativa, é de saudar a implementação do atendimento online.

Outro ponto que julgamos ser deveras importante é o esclarecimento sucinto da atividade desenvolvida pelo Município nas redes de água e saneamento, cuja informação prestada se limita a elencar, geograficamente, as intervenções não fornecendo quaisquer dados quantitativos sobre as mesmas. Só com esses mesmos dados será possível aferir a atenção e o trabalho desenvolvido pelo Município nesta matéria, sobre a qual sempre demonstramos a nossa sensibilidade e solidariedade, pelo que agradecemos que no próximo relatório a mesma possa ser melhorada para conhecimento de todos os povoenses. Alertamos que, em termos de água e saneamento, muito ainda há a fazer, pelo que cá estaremos sempre a relembrar a importância deste tema.

Uma palavra de apreço para as atividades desenvolvidas em matéria ambiental, com especial enfoque para as efemérides, iniciativas pedagógicas e ainda para a iniciativa de reflorestação do alto de São Mamede, desenvolvida de forma inclusiva com auxílio de jovens e seniores, com plantação de espécies autóctones da nossa região, cuja pertinência tantas vezes aqui mencionamos. Aqui fica o nosso agradecimento, público, ao Município e às diversas entidades parceiras por esta iniciativa.

Quanto ao PDM e via circular, estamos inteirados do desenvolvimento dos processos, mas questionamos o ritmo com que os mesmos estão a ser desenvolvidos, sobretudo o do PDM, que nos parece manifestamente atrasado, ainda mais porque a primeira reunião setorial ocorreu já quase há um ano. Aguardamos, por isso, com elevada expectativa, novos desenvolvimentos nestes dois assuntos.

Salientamos, com agrado, a continuidade do trabalho desenvolvido em matéria de educação e ação social, temáticas nas quais o nosso Concelho tem vindo a ser referência de há anos a esta parte e que, sinceramente, desejamos continue no bom caminho neste âmbito é de saudar, em especial, a entrega de mais sessenta e seis apoios a bebés no âmbito do programa NaturaLanhoso, como medida importante no combate ao envelhecimento da população.

Relativamente aos cuidadores informais, gostaríamos de saber quantos cuidadores estão inscritos e que estratégia está a ser desenvolvida para atrair maior adesão ao projeto. Termino com votos de sucesso à rádio União, que com a sua isenção característica, será seguramente um projeto vitorioso. Parabéns Domingos Silva, por mais um projeto arrojado e inclusivo e por continuares a ser um grande embaixador da Póvoa de Lanhoso. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós, concedeu a palavra ao Deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o Deputado Miguel Pereira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Senhor Presidente, permita-me só fazer um ponto prévio a este ponto, como eu gostava, mesmo muito, de ter visto o PSD que hoje temos nesta Assembleia Municipal, tão ativo ao longo destes últimos dezasseis anos. Acredito que hoje seríamos um concelho com muita maior atratividade, muito mais desenvolvidos, pois hoje, reparem e espantem-se, o PSD é este que hoje aqui está, tudo vê, tudo deteta e tudo questiona, sendo que há uma realidade, reparem só exemplo da Assembleia Municipal que foi dada há pouco, não aumentamos o número de Deputados, não aumentamos o número de Presidentes, aumentamos o número Vereadores, e espantemo-nos que, agora, os serviços da Assembleia Municipal não chegam para aquilo que é solicitado. A grande diferença é que ao longo de dezasseis anos, se calhar, podíamos ter aumentado o número de funcionários, colaboradores da Assembleia Municipal, mas por opção não fizemos e agora o PSD quer que, em apenas dezoito meses, consigamos fazer um trabalho que não foi feito ao longo de dezasseis anos. Isto, realmente, só denota uma coisa neste PSD, ainda estão em pleno estado de negação e já detetam muita falta de memória.

Voltando agora ao ponto da situação financeira do Município importa aferir, acima de tudo, que o que está a ser cumprido é o programa eleitoral que foi sufragado pelos povoenses nas últimas eleições autárquicas. Trabalhar para todos e para todas, lutar por mais investimentos e aumentar a competitividade e a coesão territorial e promover a marca Póvoa de Lanhoso.

O salto qualitativo que esses relatórios são espelho, desde a vossa tomada de posse. Mas mais que a quantidade de atividades, que não eram sinónimo de qualidades em executivos passados, a qualidade das atividades atuais e a forma como se explanam já são, por si, evidentes da forma como encaram a coordenação dos destinos da Póvoa de Lanhoso. Ora destaquemos, por exemplo, nas festas de São José, mais uma vez este ano voltamos a promover a prata da casa, voltámos a dar palco aos artistas do Concelho, fizemos dinamização da economia local.

Foi criado também, no dia 18 de Março, um novo parque de estacionamento com capacidade aproximada para cento e vinte lugares, algo que já vinha a ser pedido há muito pelos habitantes da Vila, principalmente, por exemplo, na questão de no verão, temos esplanadas e ter que reduzir imenso os lugares de estacionamento. Este executivo, em dezoito meses, foi capaz de criar um parque de estacionamento num terreno que é do Município. Não é preciso fazer muito, muitas vezes é só vontade de o fazer.

Destacar que foi criada uma equipa multidisciplinar com três funcionários, dotados viatura própria para garantir a boa manutenção diária dos diversos edifícios municipais. Mais uma vez não é preciso muito, é preciso é querer fazer, é preciso ter cuidado com aquilo que é de todos nós, que os Senhores, ao longo de dezasseis anos, muitas vezes deixaram por tratar.

Dar nota também de algo que já vinha sendo prática naquilo que é a atividade do Senhor Presidente de Câmara que, enquanto Vereador da oposição e que, felizmente, ficamos a ver com bons olhos, enquanto Presidente da Câmara, quer realmente fazer um trabalho de proximidade, como são as visitas às freguesias, de estar em contacto com os Presidentes de Junta, perceber melhor o que é que necessitam, ver in loco as dificuldades das freguesias, sair, o Presidente da Câmara sair do seu gabinete, ir ao terreno. Isso é uma forma de dar visibilidade àquilo que realmente os presentes votaram nas últimas eleições que é um trabalho de proximidade. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é por demais evidente que muito ainda há por fazer por realizar. Contudo, se há algo certo e que podemos garantir é que continuamos a contribuir, trabalhar e avançar com as prioridades certas, sem recuo e sem ficar a marcar passo, progredindo, passo a passo, com a mesma confiança para aquele que o nosso futuro coletivo, a Póvoa de Lanhos, disse."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do PSD, José Silva.

Interveio o Deputado José Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Quero iniciar, antes de entrar no ponto da análise, a deixar aqui o reconhecimento, já que na semana passada a nossa Deputada Fátima Alves exigiu, e bem, aquilo que são responsabilidades da Mesa da Assembleia Municipal, hoje entendo fazer um reconhecimento, que é justo, o Senhor Presidente da Assembleia, numa imprecisão que aconteceu na última Assembleia Municipal, fez hoje a devida correção. Este é um exemplo que todos nós devemos registar, para memória, não só presente, mas também para memória futura. Por isso deixo aqui o meu registo e este reconhecimento, pela atitude e pelo comportamento. Isto só engrandece a política e os políticos, não só do nosso concelho como do país.

Relativamente ao ponto em análise, agradeço a apresentação feita pelo Senhor Vereador Ricardo Alves e tenho aqui algumas considerações sobre o mesmo e uma outra questão. A primeira prende-se com a transferência de competências que já está consolidada, na área de ação social e da educação e ainda está em fase embrionária na área da saúde, e eu queria questionar o executivo sobre estas matérias, quais têm sido neste período, as principais dificuldades que têm sentido e aquelas também numa perspetiva a médio prazo que poderão vir a acontecer.

Relativamente à empregabilidade, registamos com agrado que há duzentas e setenta e três pessoas inscritas, na última Assembleia, presumo que a bancada do Partido Socialista referiu que terminamos o ano com redução do número de inscritos no centro de emprego.

Registamos também isso de forma positiva, até de forma dupla. Pelo abaixamento e também, isto é um reflexo, porque a empregabilidade é sempre uma variável económica que nos dá reflexo do passado, e quando no passado discutimos aqui como é que se falava, economia estava forte e como é que se media, era preciso um contador restaurantes, de facto o tempo deu-nos razão, porque tivemos uma economia local a funcionar e por isso baixamos e terminamos o ano passado com um número muito reduzido de desempregados. Registamos com agrado e aquilo que perspetivámos é que continue assim esta evolução no futuro com o aumento da empregabilidade, que será sempre bom e registamos com agrado. Por isso, Senhor Deputado Miguel Pereira, nós não devemos dizer mal as coisas que são boas, para sermos corretos na nossa análise, Senhor Deputado.

Registo, com agrado, estas intervenções, essas pequenas intervenções, no fundo domésticas que o Município foi realizando, os ramais pequenas e estas pequenas intervenções.

Naturalmente que registámos aqui o desinvestimento que tem sido desde o início do mandato, tem a ver com a rede viária e isso é algo que nos preocupa, porque por mais possamos promover a cultura, o turismo, temos que ter uma rede viária apetecível, atrativa e temos notado claramente um desinvestimento notório e é importante que possamos aqui, isto também não se faz dezoito meses. É importante fazermos um plano a longo prazo e dar sequência às boas medidas e eu entendo, e acho que todos acompanharão que o investimento que foi feito no passado na rede viária, que foi um bom investimento e devemos dar continuidade ao mesmo e neste momento, não tem acontecido. E deixo este registo para que se possa continuar a investir, a criar melhor e acessos, para assim promovemos também aquilo que é o nosso património natural, nosso património edificado.

Relativamente aos empréstimos para contratualizar os investimentos que serão realizados nas freguesias, presumo que na Assembleia de dezembro que aprovámos essa autorização de consulta ao Banco. Gostaria de perguntar ao Executivo em que fase está, na altura tínhamos todos, mais ou menos, perspetiva da execução dos investimentos

seria no segundo semestre, queria perguntar se mantém a mesma perspetiva. Não fazem aqui referência, se já consultaram os bancos, não consultaram, para fazermos o enquadramento porque, naturalmente, que todos os Senhores Presidentes de Junta estão ansiosos para poder fazer estes investimentos nas freguesias do nosso Concelho. Saúdo, naturalmente, todas estas atividades têm sido realizadas no âmbito cultural, ainda ontem foi com agrado que estive presente em mais uma iniciativa e acho que aqui todos nós também devemos, e eu incluído, também dar um exemplo e que temos outro tipo de responsabilidade, tivemos um ator extraordinário, a Vereadora e responsável da coordenação do livro também estiveram muito bem na exposição que fizeram e, de facto, a imagem que nos fica anfiteatro vazio, isto não deve acontecer, acho que todos nós devemos dar o exemplo, e hoje também seria uma chatice, fazermos esta Assembleia se não arranjássemos um substituto. Eu acho que devemos ter na Póvoa de Lanhos também a nossa maneira de promovermos a arte, a cultura também depende muito de nós, que todos nós também e por isso devemos dar esse exemplo e também pela responsabilidade, enquanto membros desta Assembleia Municipal.

Relativamente às festas de São José, o Vereador diz que foi positiva que, francamente positivo, até que foi excessivamente positivo. Correu bem, as coisas correram muito bem. Reparo aqui que em todas as atividades do Município faz sempre referência à articulação com as coletividades que participam e aqui nesta não faz referência às coletividades que apoiaram para que o cortejo fosse um sucesso e, nomeadamente, refiro-me aos Senhores Presidentes de Junta que se empenharam, que deram o melhor de si e para que este cortejo fosse um sucesso e também, mais uma vez, sem a colaboração de todos nós, as coisas não aconteciam e acho que é, como disse no inicio do mandato, unidos é juntos é conversando e partilhando que conseguimos encontrar as melhores soluções e temos bons exemplos como este cortejo etnográfico. Mas fica aqui o registo, nos discursos de 25 de Abril as Juntas, tirando as saudações, não houve uma palavra às Juntas, porque eu também tive oportunidade de dizer, num outro local, o 25 de Abril abriu as portas ao poder autárquico e muitos homens, muitas mulheres, dão o melhor de si para criar melhores condições para as nossas terras, para o nosso Concelho e para o nosso país, e acho que era o reconhecimento aos autarcas, a nós e aqueles que nos antecederam, pelo trabalho desenvolvido pelo progresso do Concelho e deixo este registo para um futuro 25 de Abril. E, por último, tivemos aqui a BTL e AGRO que são eventos que normalmente se participam. Vemos isto com agrado. Eu gostaria de colocar aqui só duas questões, porque diz, para estas participações, contamos com a presença de artesãos e empresários locais, a minha questão é, qual foi o critério de seleção desses artesãos e empresários locais?

A outra questão, dizem que também foi, deram a conhecer nestes dois momentos, não é? As potencialidades turísticas do Concelho. Eu pergunto quais foram as potencialidades turísticas que deram a conhecer no Concelho.

Por último, e não podia deixar de ser, quero dizer ao Senhor Deputado Miguel Pereira, porque se um dia quiser ter um debate sobre o passado, terei todo prazer em ter esse debate sério, mas acho que devemos olhar para o presente e para o futuro Senhor Deputado, mas se quiser ter esse debate, tenho todo o gosto e todo o prazer em ter esse debate consigo, obrigado."

Em seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio a Vereadora, Fátima Moreira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

Senhor Deputado Pedro Afonso, relativamente à questão, ao repto aqui lançado para que possamos falar um pouco mais sobre o projeto dos cuidadores informais referenciado e que foi também premiado, e sobre a questão, quantos estão inscritos. Dá me oportunidade de explicar um pouco melhor o projeto municipal, o projeto municipal de facto é um projeto que complementa o estatuto do cuidador informal, e é assim que prevê a inscrição e essa competência não é nossa, está com a segurança social. No entanto, o Município foi distinguido pelo projeto que tem, municipal, no âmbito dos cuidadores informais, que é o Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal que é uma resposta multidisciplinar, constituída por uma equipa na área da saúde, na área da ação social, na área da psicologia, que visa apoiar não só o cuidador, mas também a pessoa cuidada. Nesse aspeto foi já desenvolvido um trabalho, também feito com uma associação com uma larga experiência, que é a Cuidar de Quem Cuida, que tem apoiado também todo esse trabalho desenvolvido, no âmbito deste projeto.

Foram desenvolvidas várias ações, muito numa perspetiva no ano anterior, diria eu em modelo projeto-piloto, mais dirigido ao baixo concelho, em que foi trabalhado já um grupo de cuidadores informais e que também visou apoiar não só os cuidadores, mas também as pessoas cuidadas e este gabinete, além deste apoio direcionado a esse tipo de pessoas, faz também a divulgação do próprio Estatuto e ajuda as pessoas em todo o processo burocrático, para ter, depois, acesso ao estatuto do Cuidador informal.

Fizemos também já um balanço do trabalho realizado não só pelo próprio gabinete, mas também pelas pelos parceiros que o integram e percebemos que, de facto, relativamente ao Estatuto do Cuidador Informal a nível nacional, ainda há um processo aqui a ser construído, nomeadamente com algumas das situações que lá são disponibilizadas ao cuidador que ainda não estão no terreno, refiro-me muito concretamente, por exemplo, às vagas que depois na área social e nas respostas sociais estariam, estão lá referenciadas como uma possibilidade para depois dar descanso ao cuidador, no sentido em que uma pessoa cuidada possa usufruir dessas vagas e, de facto, isso tem sido uma dificuldade no âmbito da implementação no terreno, e é ainda um dos um dos aspetos que, no âmbito do Estatuto, ainda está com muito baixa execução. Penso que estamos

todos a trabalhar nesse sentido, sobretudo a Segurança-Social, mas de facto ainda está aqui um processo a construir muito no âmbito do cuidador informal.

Depois, também relativamente ao apoio que o próprio Estatuto prevê, as pessoas às vezes têm alguma expectativa relativamente ao apoio, mas ele também tem alguns critérios. Os critérios que são relativamente apertados para as pessoas usufruírem desse apoio pecuniário, mas este nosso projeto municipal, que não visa esse apoio, visa todo o outro apoio, um apoio ao nível de da formação, de como é que deve cuidar da pessoa de quem cuida, do aspeto daquelas medidas que nós temos, municipais, e também dos parceiros da rede social, podermos também pô-las ao serviço dos cuidadores e da pessoa cuidada e, nesse aspeto, a saúde tem feito um trabalho fantástico. A equipa da saúde dos cuidados à comunidade tem feito também um trabalho fantástico, de proximidade com estas pessoas que são identificadas. Por isso é que recebemos esta distinção, porque, de facto, este GACI tem tido um papel, ainda que não muito visível na comunidade, mas um papel, eu diria de formiguinha, que faz a diferença já em algumas famílias.

Relativamente à questão do Senhor Deputado José Manuel Silva e as dificuldades do processo de delegação competências, nós temos um ano na delegação competências nas áreas da saúde e da ação social. Estamos recentemente com a delegação de competências na saúde, eu diria que temos os processos consolidados na educação e na ação social, aliás, agora numa iniciativa que vamos chamar mais social e que vamos trabalhar várias temáticas, vamos também publicamente apresentar o balanço deste ano de delegação de competências. Mas eu diria, Senhor Deputado, que as maiores dificuldades nestes processos estão relacionadas com o facto de os municípios terem um reforço de tarefas enorme, e as equipas não são reforçadas na mesma dimensão, as equipas municipais. Nós olhamos para os serviços de educação ou para os serviços da contratação pública ou dos recursos humanos e nós temos as mesmas equipas para tarefas que triplicaram em muitas situações com este processo de delegação de competências. Para isso, de facto, não recebemos as respetivas dotações financeiras. Essa, de facto, é maior dificuldade dos municípios. E nós temos feito um trabalho, já não me canso de dizer, e volto aqui a enfatizar, um trabalho muito capaz com os recursos que temos, porque temos técnicos e colaboradores muito profissionais, muito capazes e que não têm defraudado aquelas que são as nossas, as nossas obrigações, digamos assim, perante estes processos de delegação de competências e só graças a isso é que estamos a conseguir levar o barco a bom porto. Mas é assim, é trabalhar em equipa e superando um dia após o outro."

Em seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Vereador, Paulo Gago, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Queria começar a responder, em termos de mobilidade urbana, aqui ao Senhor Deputado Pedro Afonso. De facto, nós estamos bem melhores do que estávamos antes. Temos um parque estacionamento, a primeira fase já foi realizada, que dará para cerca de cento e vinte lugares de estacionamento e já tem iluminação para a segurança noturna. E temos também a rua dos Moinhos Novos, que também já foi marcada, a passadeira foi recolocada.

Relativamente às esplanadas, por exemplo, isto também é mobilidade urbana, as esplanadas ocupavam muitos espaços e muitos estacionamentos e a maior parte delas foram regularizadas. E também quero dizer-vos que parte daquele traçado que o Senhor diz que está em mau estado, não é de responsabilidade da Câmara Municipal é da responsabilidade do IP e são eles que terão que fazer, senão sobraria a despesa para o Município.

Também relativamente às passadeiras, desde que este Executivo tomou posse e desde que começamos a trabalhar, uma das prioridades foi a requalificação das passadeiras e como sabem, eu acho que já afirmei aqui na Assembleia Municipal, já o disse foi das primeiras prioridades que nós vamos avançamos logo e submetemos ao IP vários projetos de requalificação, o primeiro dos quais foi não foi aprovado pelo IP. E então o que é que nós fizemos? Contatamos o IP e ele neste momento, o projeto requalificação das passadeiras, de várias passadeiras, não só na Vila, nas várias passadeiras do concelho está ainda em apreciação do IP. Estamos à espera, infelizmente, ainda dessa decisão.

Isto quanto à mobilidade urbana, acho que respondi aquilo que me questionou, relativamente ao PDM, o processo da segunda revisão do PDM está a seguir os tramites normais, foi submetido à DRAPN Direção de Agricultura e Pescas do Norte a carta RAN bruta à Reserva Agrícola Nacional, que aguarda a sua validação. Também já temos uma proposta de áreas edificadas, eficaz, devidamente validada pelo executivo, que será submetida a uma análise prévia pela CCDR-N, por forma a marcar a segunda reunião da comissão consultiva, o que é uma das etapas do processo. Entretanto, também já está, e está em constante atualização, a carta dos compromissos urbanísticos.

Relativamente aos transportes, ainda há pequenos constrangimentos, mas ainda na última reunião, no passado dia 21, tivemos uma reunião da CIM do Ave em que, a CIM do Ave é a autoridade de transportes, mas em que de facto já foi abordado alguns incumprimentos contratuais por parte da Ave Mobilidade, entre os quais seis muito graves e dois graves, e à qual a Autoridade de Transportes, que é responsável, vai aplicar já a dois desses incumprimentos contratuais muito graves, duas coimas de 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros), cada uma, à Ave Mobilidade. Por isso deixo-vos aqui esta informação. Nós estamos em constante acompanhamento e vamos estar sempre atentos também para servir e colmatar esses problemas que, de facto, ainda se

verificam, em muito menor escala, mas ainda se verificam aqui na nossa rede. Muito obrigado,"

De seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Vereador Ricardo Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Dizer só ao Deputado José Manuel que, de facto, quando fiz referência às festas de São José, com balanço positivo, corresponde a tudo, porque senão tínhamos que descrever três semanas de festas e isto já é um bocadinho extenso. Naturalmente também, e é evidente o trabalho que as Juntas de Freguesia têm, não só no desfile histórico, que este ano foi histórico, mas na própria procissão, foi histórico só mesmo porque temática era história, às vezes é etnográfico, mas também acredito que tenha ficado na história. Pronto, o Senhor também referiu de uma forma bastante engraçada, a habitual presença na BTL e na AGRO. Deixe-me lembrar-lhe que Póvoa não estava na BTL há doze anos, há 12 anos que não havia nenhuma representação na BTL e desta vez nós tivemos presentes na BTL com stand próprio, com marca própria, com a Póvoa de Lanhoso como marca identitária. Até porque acreditamos precisamente nisso, que a Póvoa de Lanhoso, inserida no "Porto e Norte de Portugal" no "Amar o Minho", acabaria por sempre ser diluída, perdendo a sua identidade. O que é que nós fomos promover a BTL? Fomos promover, como calcula e naturalmente, aquilo que é o nosso património, a nossa cultura, a nossa gastronomia, naturalmente o nosso Castelo, a Maria da Fonte, o Carvalho de calvos e a nossa bela filigrana foram, de facto, as grandes atrações. Levamos, como também é hábito nestas coisas, é sempre importante adoçar a boca aos nossos visitantes, levamos os nossos doces tradicionais, as rochas do pilar, os charutos muito tradicionais aqui da Póvoa de Lanhoso, que foram, de facto, o grande sucesso da festa. Tivemos também a presença de algumas marcas de vinhos produzidos localmente, e deixe-me dizer-lhe que estavam todas as marcas que são produzidas. E respondendo também à pergunta, qual o critério de seleção dos artesãos? O critério é simples, e é um daqueles que nós acreditamos na totalidade, convidamos rigorosamente todos os artesãos da Póvoa de Lanhoso a poderem estar presentes. Infelizmente, tivemos resposta de um único. Naturalmente, contamos com esta participação de uma forma maior, melhor, é normal que as pessoas possam não ter essa disponibilidade, é uma pessoa ao longo de cinco dias lá. Nós próprios também fizemos essa proposta, podia estar um artesão um dia ou dois e depois trocaria com outros. Enfim, criamos essas possibilidades, mas, de facto, só um é que respondeu positivamente e, naturalmente, foi com esse um que nós participamos. Deixe-me dizer, mais uma vez, e também acho que sabe, é conhecimento geral, a magia da filigrana é de facto fantástica e teve os mais rasgados elogios de toda a gente que nos visitou.

são os barómetros, ao contrário daquela métrica que havia, do preenchimento dos restaurantes, mais ou menos gente, dizer-lhe que de janeiro a dezembro de 2022, portanto no último ano, os comércios e serviços da Lanhoso tiveram um aumento de 19% e, portanto, fizeram um valor 129.900.000,00 € (cento e vinte e nove milhões e novecentos mil euros), na restauração, houve um aumento de 68%, naquilo que é o alojamento tivemos, imagine, um aumento de 98%, isto é o barómetro da Associação Empresarial de Braga, que nos fez chegar a informação. Portanto, há muitas formas de fazer esse balanço, mas este é um daqueles que nós tomamos como válido e, portanto, é uma associação que tem anos de experiência que, naturalmente, dá essas informações. Muito obrigado."

Dizer-lhe também, por último, em termos de desenvolvimento económico daquilo que

De seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Responder em primeiro lugar ao Deputado Pedro Afonso, relativamente ao processo da via circular, dar-lhe nota que estamos em plena fase de conclusão da cartografia e cadastro, o projeto de estudo de tráfego também já conclui no final deste mês, a elaboração dos estudos ambientais estão também a decorrer e serão concluídos durante o mês de maio, previsivelmente, assim como a aprovação do estudo prévio já ocorreu em reunião de Câmara, portanto, estaremos em condições de poder prosseguir para o projeto de execução definitiva assim que tenhamos esta fase concluída, eu diria final de maio, algures entre final de maio e início de junho, espero que não haja atrasos, mas por enquanto final de maio.

Em relação à intervenção do Deputado José Manuel Silva, bom em primeiro lugar em relação aos Senhores Presidentes de Junta e à participação dos Presidentes de Junta, está sempre subentendida a importância dos Senhores Presidentes de Junta, podemos referi-la em todos os documentos se acharem que isso tem alguma utilidade adicional, eu diria que todo o trabalho que é desenvolvido nas festas de São José ou noutro âmbito qualquer, seja ele qual for, do ponto de vista autárquico municipal, tem participação importante de todos os autarcas, portanto, aplica-se à Câmara Municipal, aos Presidentes de Junta aos membros da Assembleia Municipal, portanto, a toda a gente. Não há nenhuma a desconsideração pelo facto de não existir uma referência especial aos Presidentes de Junta que estão sempre, como é evidente, claramente subentendidos em todas as atividades que desenvolvemos, designadamente no grande sucesso que foi cortejo histórico, este ano foi um grande sucesso, que teve adesão, inicialmente, de todas as Juntas de freguesia e na última semana, devido a um mero percalço pessoal, não foi possível uma freguesia participar e meramente por essa razão, foi

completamente justificado e explicado pela Senhora Presidente. Portanto, este ano tivemos todas as freguesias, menos uma. Eu espero que no próximo ano consigamos ter todas as frequesias representadas, até porque é uma marca, o cortejo este ano foi histórico já tem sido etnográfico, no próximo ano logo veremos, mas é uma marca que, com interrupção de dois anos de pandemia, que já existe em relação ao Concelho da Póvoa Lanhoso e eu, se bem me recordo, o autor dessa iniciativa à data terá sido Vereador Armando Fernandes, que lançou a ideia e, como é evidente, os primeiros anos são sempre difíceis, as coisas levam o seu tempo e depois tem que se fazer um balanço para perceber se vale a pena continuar ou não. Acho que foi uma excelente iniciativa, o Vereador Armando Fernandes, na altura, defendeu, e bem, o reforço da continuidade dessa iniciativa, ao longo dos anos, ela foi ganhando força e hoje é uma das marcas do Concelho e acho que já nenhum de nós imagina um cartaz de São José sem o cortejo histórico ou etnográfico. Só não aconteceu o ano passado porque, se bem se recordam, saímos de um período de pandemia muito forte, que foi o final de 2021, e o tempo de preparação do cartaz das festas de São José foi muito curto, portanto, as Juntas de Freguesias precisam de tempo para poder desenvolver o trabalho que há a fazer de preparação em relação a este cortejo, portanto, tão somente por essa razão que não aconteceu em 2022.

Outra nota em relação ao empréstimo, o Tribunal de Contas não visa empréstimos, enquanto as contas não estiverem aprovadas por nós, precisamos aprovar as contas, em primeiro lugar, fazer o envio da ficha para a DGAL para, posteriormente, podermos pedir o visto do Tribunal de Contas, sendo certo que vamos, nesta fase, solicitar à banca, aos bancos da nossa praça, as propostas para que, simultaneamente, portanto, aprovadas as contas e tendo o procedimento legal, do ponto de vista do que é necessário remeter para a DGAL garantido, recebermos as propostas e haver a seleção da melhor proposta, para depois podermos voltar à discussão do assunto neste órgão.

Há uma referência que foi feita, tanto pelo Deputado Pedro Afonso, como pelo Deputado José Manuel Silva que tem a ver com o estado das vias, o estado da rede viária. Primeiro, eu acho que nós devemos separar muito bem aquilo que são vias de comunicação da responsabilidade do Município, e aquilo que não são vias de comunicação da responsabilidade do Município. Em segundo termos algum cuidado, e não digo que seja premeditado, mas algum cuidado com os termos, porque desinvestimento pode, involuntariamente, passar a sensação que a Câmara Municipal, por opção, não investe na recuperação, na qualificação das vias. E não é disso que se trata, trata-se simplesmente de a Câmara Municipal ter recursos que sabem, e os Presidentes de Junta sabem por maioria de razão, o Senhor sabe, por maioria de razão adicional, porque foi membro do Gabinete de Apoio à Presidência no mandato anterior, são limitados os recursos da autarquia, são limitados e nós não temos, como é evidente, meios para resolver todos os problemas em simultâneo. Sabemos também todos nós, que quanto mais violento foi no Inverno, e este Inverno foi especialmente violento, maior o dano que

é criado nas vias de comunicação. Portanto, fazendo uma análise, um exercício honesto, sabemos que é de facto assim e não é só na Póvoa de Lanhoso, é em todos os municípios por esse país abaixo, portanto, os meios são aqueles que todos sabemos e temos conhecimento que são sempre limitados. A Câmara Municipal entendeu e o Executivo Municipal entendeu adquirir equipamentos que vão permitir um tipo de intervenção nas vias de comunicação, diferente daquele que é o tradicional. Adquirimos equipamento que será entregue, espero eu durante o mês de maio, equipamento que permite fazer o corte, a remoção do betuminoso danificado e a colocação do novo betuminoso a quente e não a frio. Durante todos estes anos, como todos sabemos, o método utilizado foi sempre existe um buraco tapa-se o buraco com betão a frio calca se da melhor forma, mas nunca com os meios adequados, digamos assim. Nós já adquirimos, portanto, temos propostas e está a contratação pública, a aquisição de novos equipamentos, num investimento que deve rondar os setenta ou oitenta mil euros, mas que nos permitirá ter uma intervenção mais capacitada, para poder também resolver de forma mais definitiva, e para não fazer aquilo que é a perceção natural de qualquer povoense ou de qualquer cidadão, em qualquer conselho deste país, que é deixar de passar a sensação que andamos sempre gastar dinheiro, gastar dinheiro que pode parecer que é mal gasto, porque andamos sempre, literalmente, a tapar buracos, não é? Portanto, o cidadão comum tem a sensação que a autarquia, ou a Junta de Freguesia, ou o Estado está sempre a gastar dinheiro mal gasto, está sempre a corrigir o mesmo tipo de problemas, isso vai permitir que nós qualifiquemos as intervenções e, espero eu, que essas intervenções possam ser mais duradouras e o dinheiro, dessa forma, também ser mais bem gasto, digamos assim. Uma das coisas que também limita, de certa forma, a capacidade de intervenção da autarquia na resolução deste tipo de problemas são também os imprevistos, as ocorrências que podem acontecer. Olhe, ainda hoje, um membro do Gabinete de Apoio à Presidência foi a um espaço no Monte do Pilar, onde aconteceu um algum acidente, nós não conseguimos identificar qual terá sido, mas uma parte do muro caiu e nós temos a intenção de resolver esse problema antes do dia da Senhora do Pilar, precisamente para não dar um mau aspeto daquele espaço, já agora, abrir um parêntesis, apesar de continuar no limbo de quem é a responsabilidade daquilo que devem ser as intervenções no Monte da Senhora do Pilar, nós já solicitamos várias vezes, e ainda hoje voltei a falar com o Senhor Vereador sobre isto para que nós possamos esclarecer e fazer uma separação de águas em relação àquilo que é da responsabilidade do Município e o que é da responsabilidade da confraria, mas ainda assim temos a responsabilidade, assim como foram as intervenções que fizemos neste troço, que vai do cimo da Avenida até à Rotunda das Bolas de Ouro, não sendo um troço que pertence à autarquia tivemos, necessariamente, que fazer algum tipo de intervenção, porque temos uma responsabilidade que está para lá daquilo que é a nossa responsabilidade, não é? Portanto, neste caso concreto, também é disso que se trata. Mas, relativamente aos imprevistos, dizer-lhe que, por exemplo, o Senhor sabe que na

freguesia que preside nós já tivemos, este ano, de recuperar três demolições de muros e vamos agora partir para a quarta como sabe, não é? Mas as três que já foram recuperadas ascendem a valores acima dos 60.000,00€ (sessenta mil euros) e temos agora uma intervenção que vai ser muito onerosa também. Portanto, nada disso está previsto quando fizemos o plano e orçamento no final do ano passado, portanto, nós temos de estar preparados para imprevistos também e, como todos sabem, não há sol na eira e chuva no nabal, isso não existe. Portanto, quando cobrimos a cabeça, descobrimos os pés e quando precisamos de gastar, prioritariamente, um valor em situações que são urgentes, que são emergentes, isso não está em causa, mas quando precisamos de canalizar para determinadas intervenções, como esta que acabei de descrever, os meios da autarquia, necessariamente, pois naturalmente não podemos acorrer outras necessidades que são também importantes, mas para as quais, momentaneamente, e não há recursos. Portanto, não é por falta de vontade política, não é por falta, não é por nós não vermos aquilo que outras pessoas vêm, porque todos vemos as necessidades que existem, é porque a determinado momento não temos os meios necessários para resolver problemas. É disso que se trata e não, recuperando o termo, um desinvestimento na rede viária. Não há desinvestimento nenhum na rede viária."

Em seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, verificou que não haviam mais pedidos de intervenção e deu por terminado o ponto um.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminada a primeira parte da sessão da assembleia, informou que fariam um intervalo de dez minutos antes de dar passar ao segundo ponto da ordem de trabalhos.

Após o intervalo, o Presidente da Assembleia, retomou os trabalhos passando ao segundo ponto da ordem de trabalhos. Ponto dois: Proposta da Câmara Municipal para reconhecimento de interesse público estratégico da utilidade pública municipal do alargamento do Aterro Sanitário da Braval da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico.

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Trata-se efetivamente do reconhecimento de interesse público estratégico de utilidade pública, do alargamento do aterro sanitário da Braval, sendo que como nota inicial, evidentemente vamos ter intervenções das bancadas e depois a Câmara Municipal poderá prestar mais esclarecimentos mas, como nota inicial, explicar que aquilo que na origem do projeto da Braval corresponderia ao nono e décimo alvéolos, após uma prospeção geológica e ter-se concluído que as áreas que estavam predefinidas para esse alargamento teriam um custo substancial, à data de hoje imagina-se que seja um custo que poderá ser de aproximadamente 2.000.000,00€ (dois milhões de euros) e teve, portanto, a Braval a iniciativa de apresentar ao Município a proposta de uma alternativa que ocupa mais terrenos do lado da Póvoa de Lanhoso e menos terrenos do lado de Braga, após uma análise exaustiva, e após esclarecimentos devidos também, o Município entendeu que era do interesse da Póvoa de Lanhoso aprovar em reunião de Câmara esta proposta e, portanto, remetemos a proposta agora a Assembleia Municipal para que seja discutida e para que seja debatida. Explicar também que foi-nos solicitado, oportunamente, a possibilidade de fazermos duas sessões de esclarecimento, a primeira sessão interna entre Câmara Municipal, representante da Braval e os grupos parlamentares, e essa sessão de trabalho ocorreu, teve lugar. Como teve lugar uma segunda sessão pública e com transmissão através das redes sociais, que também ocorreu recentemente e que serviu para tirar-se dúvidas que pudessem existir, esclarecer mais cabalmente possível os Senhores Deputados da Assembleia Municipal e os Senhores Presidentes de Junta, que têm a importante missão de aprovar ou não este ponto, sendo certo que ele foi aprovado em reunião de Câmara Municipal, avaliando todas as vantagens e desvantagens correspondentes à solução A ou à solução B. Importa aqui também referir o seguinte, não existe nenhum impacto adicional, nem nenhuma diferença que seja, pelo menos, possível de perspetivar entre o plano A e o plano B. Quando falamos do território de Braga ou do território da Póvoa de Lanhoso, a diferença entre uma localização e outra é de cerca de cinquenta ou cem metros. Portanto, não estamos a falar de uma diferença de quilómetros, não é? Estamos a falar, quem conhece a Braval, mas aí interessa descrever o assunto para quem não conhece a verdade, para quem não conhece a Braval, a Braval ocupa terrenos da Póvoa de Lanhoso e Braga e, portanto, o próprio aterro está dividido entre terrenos da Póvoa de Lanhoso e Braga, é exatamente numa área limítrofe. Portanto, esta alteração faz com que uma parte de terrenos da Póvoa de Lanhoso seja ocupada, sendo que não estava previsto inicialmente. No plano inicial, uma parte também significativa desses terrenos, já seria ocupada, portanto, estamos a desocupar terrenos de Braga e ocupar mais algum terreno, mais alguma área do lado da Póvoa de Lanhoso, sendo que reforço a ideia de que não existe nenhuma diferença do ponto de vista ambiental, nem do ponto de vista de, por exemplo uma questão com a qual todos lidamos há muitos anos, que é o cheiro que emana da Braval em algumas horas do dia, não há nenhuma diferença desse ponto de vista e, portanto, a única diferença que de facto é muito significativa, tem a ver com o custo de

uma solução e de outra. E esse custo, importa também explicar, que esse custo é, naturalmente, diretamente refletido na operação da Braval. Quem custeia a operação da Braval são os habitantes dos concelhos de Braga, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Amares, Terras de Bouro e Vila Verde. Portanto, quanto maior for o custo operacional da Braval, maior o maior a fatura de cada um dos habitantes destes concelhos no final do mês e, portanto, não existindo nenhuma diferença significativa entre as duas propostas, este custo adicional de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros), pareceu-nos relativamente inútil. Essa foi, diria eu, a razão macro para a decisão que tomámos em reunião de Câmara. É evidente que depois existem aspetos de pormenor mais ou menos significativos, que poderão ser questionados e até mesmo já apresentados, porque já não se trata propriamente de esclarecer as bancadas que elas nesta fase do campeonato, estão tão esclarecidas como o Executivo Municipal, mas termos aqui um debate que sirva, pelo menos, para esclarecer a população sobre a decisão que tomar, porque a informação que temos não está, certamente, suficientemente difundida, portanto, interessa explicar aos munícipes, em razão da aprovação ou da falta dela nesta Assembleia Municipal. Nesta fase, eu ficaria por esta exposição, mas se tiverem alguma questão a colocar ou se justificar, naturalmente, mais alguma intervenção, eu voltarei."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do CDS, Pedro Afonso.

Interveio o Deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Não obstante toda a explicação dada pelo Senhor Presidente da Câmara agora, sobre a presente proposta da Câmara Municipal, onde se aborda uma temática sensível e nem sempre consensual para os povoenses, a Braval, o CDS gostaria de tecer os seguintes considerados:

Em primeiro lugar lamentar a forma como este processo teve início, suportado na pouquíssima informação de suporte remetida para apreciação dos Deputados. Prova do que dizemos, houve mesmo a necessidade de se agendarem sessões de esclarecimento, precisamente com o intuito de se debelar a falta de informação prestada inicialmente. Foi também por isso que surgiu a necessidade da visita às instalações da Braval e ao local onde se pretende instalar o alargamento do terreno. Por último, documentação deveras importante à justificação apresentada pela Braval e que deveria ter constado, desde a primeira hora, no processo teve de ser solicitada e bem, honras sejam feitas, pelo colega Deputado do Partido Socialista Pedro Silva, na referida visita, tendo sido remetida apenas no dia de hoje.

Processos deliberativos de interesse público e estratégico não podem e não devem ser tratados desta forma, isto, se quisermos ser merecedores do respeito daqueles que em

nós depositaram a sua confiança para os representar. Desta notória falta de informação nasce, como sabemos, a dúvida que muitas vezes leva à criação de opiniões desinformadas que em nada contribuem para o exercício das difíceis, tarefas ou decisões da governação e da fiscalização autárquica, lançando sobre os detentores de cargos públicos a suspeição e desconfiança por parte das populações. Em segundo lugar, relembrar a todos, sem exceção, que são os povoenses que mais padecem com o facto de termos o aterro sanitário instalado na Serra do Carvalho. Disso não tenham dúvidas e, por isso mesmo, não podemos deixar nunca de ser exigentes isentos e reivindicativos, mesmo que alguns possam ter uma perspetiva contrária suportada meramente em critérios económicos, de redução de custos, de exploração e de geração de emprego no Concelho. As decisões não podem ser suportadas somente neste tipo de critérios. Até porque muitas vezes esses referidos critérios, vistos como um todo, são extremamente negativos para o nosso Concelho e para os nossos munícipes. Critérios como a qualidade ambiental, a saúde pública, a qualidade de vida das populações, a equidade e a solidariedade terão sempre de estar na base de suporte para estas tomadas de decisão. Os referidos critérios são autênticas linhas vermelhas para o CDS-PP da Póvoa de Lanhoso. Todos sabemos que tratar os resíduos é essencial para preservar o ambiente. Sabemos ainda que os centros de tratamento têm de estar alojados em algum lado, mas também sabemos que o processo é muito rentável. Nesse sentido e em linha com a solidariedade que os povoenses têm vindo a demonstrar há mais de vinte anos para com os outros municípios, é essencial que exista reciprocidade nesta relação.

Como já aqui foi dito por nós inúmeras vezes, os povoenses merecem contrapartidas justas, contrapartidas que passam, por exemplo, por deixarmos de ser flagelados com os maus odores, por deixarmos de correr riscos quando circulamos em estradas carregadas de gorduras provenientes de derrames, por sermos detentores de informação permanente e atualizada sobre a monitorização ambiental da Braval, por possuirmos um sistema de recolha de resíduos digno com caminhões mais modernos e em maior número para a recolha do chamado lixo comum, mais ecopontos para recolha seletiva de resíduos e maior número de trajetos e frequência de recolha em todo o Concelho. Por exigirmos maior articulação entre Município e empresa e melhores políticas de comunicação, formação e informação ambiental aos utilizadores do sistema, sobretudo aos adultos, porque com as crianças isso já é feito e bem feito. Contrapartidas que há muito vimos a reivindicar e que têm sido negligenciadas ao longo dos anos. Por último, lembrar que desde a criação da Braval em 1996 muito mudou na legislação nacional e Europeia sobre a instalação deste tipo de infraestruturas, mesmo com toda a informação obtida, tratar esta temática de forma isolada, circunscrevendo-a somente a questão económica, nomeadamente ao ónus do acréscimo de cerca de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros) no custo da obra, parece-nos desajustado. No nosso entender, não é razoável suportar decisões desta natureza, desconhecendo os estudos ou avaliações ambientais que lhe serviram de suporte à data e dos quais não dispomos.

PSD, ou mesmo fazendo fé no cumprimento integral da legislação que lhes deu origem, tais documentos estarem já obsoletos e, como tal, desatualizados em relação aos atuais critérios ambientais. Para nós, CDS-PP os motivos elencados são mais do que suficientes e evidentes para entendermos que não estão reunidas as condições necessárias para votar favoravelmente a proposta da Câmara Municipal. Pelo que iremos abster-nos nesta votação, seguramente que a futura criação da comissão de acompanhamento de aterros de resíduos, que foi constituída a primeira salvo erro para Ponte de Lima, por incrível que pareça, os aterros não tinham comissões de acompanhamento trará as necessárias informações para a tomada de decisão sobre esta temática. Assim o desejamos, muito obrigado."

Nós, Deputados, entenda-se, mas que aqui foram solicitados por colegas Deputados do

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a Deputada Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"O assunto do alargamento da Braval é um assunto que tem merecido, como sabem, especial atenção pela bancada e pelos Senhores Vereadores do PSD, essencialmente os últimos sete meses a esta parte, data em que o assunto foi a reunião de Câmara. São várias as intervenções que fizemos nesse âmbito, realmente porque consideramos que tudo aquilo que estava a ser feito era, e é claramente insuficiente para abordar uma temática desta dimensão. Na última Assembleia, julguei que teríamos encontrado aqui um caminho de discussão para que pudéssemos aclarar a forma de votação e para que todos pudéssemos exercer o nosso dever em conformidade em consciência. O Senhor Presidente de Câmara, já focou aqui alguns aspetos que sintetizou na última Assembleia Municipal, nomeadamente que o alargamento vai ocorrer indiscutivelmente, que temos em cima da mesa um plano A já aprovado para Braga e um plano B, que poderá surgir com alargamento para a Póvoa de Lanhoso, se essa for a decisão desta Assembleia Municipal. E que entre ambas as localizações, não vou precisar, do apontamento que tirei da última Assembleia, fiquei com a anotação que entre ambas as localizações que distará, a cerca de cento e cinquenta metros, pronto, poderá, eventualmente, ser cem metros, não é essa a questão primordial. Há aqui também uma diferença de custos, já explanados aqui pelo Senhor Presidente de Câmara, entre o plano A que é alargar para a solução que estava inicialmente preconizada, Braga, que, fiquei a saber, e aqui tenho que fazer esta observação, que foi partilhado um estudo geotécnico no dia de ontem não sei porque não foi remetido a todas as lideranças parlamentares, porque acho que deveria. Não foi pela assembleia? pronto, OK! Peço desculpa então, mas pronto é um elemento que desde logo, reparem bem, nós temos uma reunião de Câmara que faz uma introdução através de uma informação técnica, que não me canso de citar e ainda vou

citar aqui algumas vezes, que nos diz, efetivamente, que há um diferencial de custo e que à partida derivaria de um estudo geotécnico. Ora, se nós estamos perante algo que define um diferencial superior a um milão de euros, à data um milhão e trezentos, com todas as atualizações de preços que as matérias-primas têm sofrido, efetivamente, poderá estar orçado os dois milhões, como é que um estudo geotécnico não é, desde logo, uma documentação que tem que integrar a ordem de documentos, a dispensar às pessoas para uma análise consciente?

Disse também o Senhor Presidente de Câmara, que estes dois milhões de euros, digamos assim, acabariam, e pela abordagem que tivemos nas sessões de esclarecimento, foi dito, pelo Conselho da Administração da Braval, que o sistema de gestão vai para o lucro, direi assim, zero, ou seja, as receitas são contrabalançadas para cobrir os custos e daí os resultados líquidos positivos que a Braval, apresenta são manifestamente baixos para uma empresa que terá um volume de negócios de vários milhões de euros e, portanto, apresenta realmente um resultado líquido baixo, precisamente que é alegado no sentido de não se reverter, digamos assim, num acréscimo de taxa para os Povoense e para todos aqueles que são abrangidos, porque de tudo aquilo que foi explanado não se vislumbrou, em momento algum, que a Póvoa de Lanhoso tenha tido algum benefício económico por ter as suas terras, tal como Braga, oneradas, digamos assim, pelo posicionamento do aterro?

Uma das questões também muito abordada foi a questão do estudo de impacto ambiental. Esta questão foi interpelada ao Senhor Presidente de Câmara, que nos disse, na última Assembleia, que a Câmara Municipal não pode obrigar simplesmente a Braval a fazer um estudo de impacto ambiental. Tendo em consideração que o aterro não recebe mais de cento e cinquenta mil toneladas de resíduos por ano. No entanto, também foi dito pelo Senhor Presidente de Câmara que, por um descargo de consciência, se dependesse da Câmara Municipal, esse estudo seria efetivamente feito ao Ecoparque da Braval, à semelhança daquilo que está a acontecer na via circular urbana, em que não sendo obrigatório a Câmara, e muito bem, decidiu levá-lo a efeito.

Agora, entrando na questão primordial, na última Assembleia, quando eu digo que achei que teríamos encontrado um caminho, ficaram aqui algumas coisas por apurar, lembrome que o Senhor Presidente de Câmara utilizou precisamente a expressão, não sei se estaremos a fazer uma tempestade num copo de água, é preciso esmiuçar. Ora, muito bem, estamos no dia da decisão, é preciso saber se estamos com a gota ou se estamos com um oceano. E as questões que eu tenho aqui para lançar são as seguintes, e achei que o Senhor Presidente nos ia elucidar na introdução do ponto, porque elas foram realmente faladas na última Assembleia Municipal, e o que é certo é que as sessões de esclarecimento não serviram para clarificar isto, nem isto foi vertido em qualquer documento que, no futuro, sirva de prova que os Senhores Deputados da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, no dia 28 de abril de 2023, tomaram, sim uma decisão consciente, com base em factos para prova futura, que também é importante. Então eu

questiono se foi efetivamente abordado o registo histórico dos lençóis freáticos e o seu impacto na saúde pública. Não é que eu concorde que reduzir o estudo de impacto ambiental a uma mera avaliação das águas subterrâneas seja correto, mas certamente que as águas subterrâneas ocupam aqui um papel fundamental na parte de análise.

Outra questão também muito importante, e trazendo novamente as palavras do Senhor Presidente, a questão monetária, estamos aqui a tomar uma decisão que poderá ter influência, aliás durante este mandato já foram inúmeras as vezes que fomos chamados a tomar decisões dessa matéria, basta lembrar do saneamento. E o que eu achava que Senhor Presidente nos ia explicar aqui, eram as questões monetárias para a carteira dos povoenses, caso seja viabilizado o plano A, ou caso seja viabilizado o plano B, portanto, houve uma coisa que foi percetível, nós temos um capital que é para amortizar durante a vida útil daquele aterro e é importante perceber que impacto tem nas famílias de todos os concelhos que são servidos pela Braval. Vou-vos deixar aqui com um número de cinco cêntimos por mês para reflexão e, mais adiante, explicarei.

Ainda pelo Senhor Presidente, foi dito que o seu executivo, e temos prova disso, é um executivo. Persistente, que se dita pelo respeito pela Póvoa de Lanhoso e que lutará por compensações válidas para o nosso Concelho e, portanto, no dia de todas as decisões, é importante perceber se estas compensações estão clarificadas? Ou primeiro vamos dar o aval e depois vamos, efetivamente, clarificar que compensações estão em cima da mesa?

Outro aspeto importante, não sei se isto foi concertado e lanço aqui, o que é certo é que nunca ouvimos, durante este período, o Senhor Vereador do pelouro do ambiente tecer considerações relativamente a este alargamento. O que eu questiono também, é se há aqui uma posição concertada ou se, eventualmente, quer também tecer aqui algum considerando? Obrigado.

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o Deputado Pedro Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Antes de mais, esclarecer o pedido do estudo geotécnico que aconteceu na visita à Braval. Eu formulei o pedido, o Engenheiro Pedro Afonso, Deputado Municipal, estava presente, a Engenheira Fátima Alves não estava presente e, provavelmente, também por isso não teve a oportunidade de pedir igual estudo geotécnico. Nenhum Deputado da bancada do PSD formulou esse pedido e, no dia de ontem, com conhecimento ao Engenheiro Pedro Afonso, reforcei o pedido e foi reencaminhado para os dois, e foi exatamente assim, não há qualquer responsabilidade da Mesa da Assembleia Municipal e não há qualquer responsabilidade de ninguém. Exceto a nossa vontade em ter

conhecimento do estudo e o facto da bancada do Partido Social Democrata e nenhum dos Deputados que estavam presentes terem formulado igual pedido.

Em relação às questões suscitadas pela Engenheira Fátima Alves, eu confesso que fico perplexo com as suas dúvidas porque eu assisti às sessões, não assisti a todas convenhamos, assisti a duas das três sessões. Uma delas foi pública e, em nenhum momento, colocou essas mesmas questões aos responsáveis da Braval, que vieram cá prestar esclarecimentos às bancadas e são eles que, no fundo, têm conhecimento técnico detalhado sobre estas matérias. E acho estranho que o faça. Aliás, em rigor, não acho estranho, eu percebo bem qual é a sua intenção, mas acho que não é correto, e acho que não é sério até, utilizando o termo correto, não acho sério que coloque essas questões neste momento, e não tenha feito no passado. Mas, já agora, em relação aos benefícios económicos, eu nunca ouvi ninguém fazer referência a um benefício económico que a Póvoa de Lanhoso tem de forma indireta, mas tem que é o facto de a localização permitir um acesso facilitado e rápido ao transporte do lixo que, desde 98, foi quando começou em funcionamento o aterro sanitário, permitiu que a distância percorrida entre a Póvoa de Lanhoso e o local a depositar os resíduos fosse pequena e, com isso, certamente os cofres do Município beneficiaram e muito, ainda que tenhamos naturalmente sofrido de algum impacto ambiental e isso é inquestionável, mas, portanto, considerada a discussão pública, considerada as duas ou três sessões de esclarecimento, uma delas públicas e com transmissão nos canais digitais, feitas as considerações em momento anterior, vamos entrar na matéria de facto da proposta hoje apresentada. E a verdade é que em 2013, esta Assembleia Municipal, que tal como agora, é composta maioritariamente por Deputados do PSD, votou maioritariamente favoravelmente, sem votos contra. Nas intervenções e declarações de voto fez-se menção à liberdade de voto e ao facto de uma questão desta sensibilidade e, sobretudo, face ao desrespeito da Braval com a Assembleia Municipal, como referi anteriormente, não havia outra solução que não fosse esta orientação. Realço para que não haja dúvidas. Em 2013, há dez anos, os Vereadores, por unanimidade, e os membros da Assembleia Municipal, muitos deles pertencentes a esta Assembleia Municipal, votaram maioritariamente uma proposta que prolongou o prazo de vida da Braval por tempo indeterminado. Esta é a realidade. A proposta foi viabilizada, e em momento algum foi pedido um estudo de impacto ambiental, reforço, para tomar uma decisão de prolongar o prazo de vida da Braval por tempo indeterminado. Não foi exigido qualquer estudo de impacto ambiental. Os Presidentes da Junta onde o Ecoparque se encontra localizado, Lanhoso e Ferreiros, votaram favoravelmente e nunca questionaram, no passado, bem como agora, qualquer dúvida sobre estes equipamentos e os seus potenciais malefícios às suas terras e as suas gentes. Posto isto, e visto que hoje a proposta apresentada é construir alvéolos previstos no projeto base, se a proposta for chumbada, ou então face ao maciço encontrado construir uns metros ao lado, passando a ocupar uma área maior do que a que já estava prevista ou de ser ocupada em terrenos do Concelho da Póvoa de

Lanhoso, há duas opções. Faz-se no local previsto e tem um custo adicional de dois milhões de euros, e eu confesso engenheiro Pedro Afonso, Deputado Municipal, que esta não é uma questão de somenos, mas ainda assim isso fica ao critério da interpretação de cada um, que vão ser imputados aos utilizadores, inclusive a todos os povoenses, ou então aceita-se a deslocação do alvéolo, neste caso, por alguns metros, e evita-se que este valor seja imputado aos utilizadores. E realço ainda que. para além das sessões de esclarecimento, como foi já referido, foi feita a visita ao local e quem visitou o local percebeu claramente que a diferença, e tenho pena que não haja a projeção da imagem porque teria alguma utilidade, e o ideal é até que todos os povoenses tivessem a possibilidade de lá ir e ver com os próprios olhos para perceber, de facto, a localização é mesmo uns metros ao lado, ou seja, não é nada de extraordinário. Mas dizia que, quem visitou local e alguns de nós tiveram essa oportunidade ficou, nesse aspeto, bastante confortável e clarificado em relação à matéria. E eu bem sei que há teorias para todos os gostos, mas, de forma objetiva, há estas duas opções e estamos cá para fazer a defesa dos povoenses e haver duas possibilidades de decisão, entendemos que a posição deve ser favorável, e dessa forma, desonerar povoenses nestes custos que teriam e sem jogos de cálculo partidário, isso sim é que é importante e deve ser o nosso foco nas decisões que são tomadas por todos nós. E estamos de consciência tranquila, a nossa posição tem sido sempre coerente em relação a esta matéria e consistente desde o início. Não andamos à deriva e sem rumo como muitos andam. Há quem, desde 96, tenha estado em frente às manifestações com ataques vis aos decisores políticos de então, em 2013, quando no poder e maioritários na Assembleia Municipal, tenham votado favoravelmente o prolongamento da vida da Braval por tempo indeterminado e por isso, também será curioso perceber como se vão comportar nesta votação e com todos os elementos aqui postados quando continuam com maioria, também eles nesta Assembleia Municipal, mas sem governar os destinos da Póvoa Lanhoso.

Caso para perguntar qual o exemplo que vou seguir do Senhor Luís Amaro da Costa? O exemplo do manifestante contra a abertura da Braval, ou o exemplo do administrador da Braval que votou favoravelmente esta decisão? Obrigado."

Em seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Bom em primeiro lugar, falar da avaliação de impacto ambiental foi uma referência comum às duas intervenções, as intervenções do CDS e PSD, e eu já me pronunciei sobre isso na última Assembleia Municipal e, portanto, a Senhora Deputada até deu exemplo precisamente da via circular urbana, portanto, não sendo obrigatória a avaliação de impacto ambiental, eu entendo que deveria ser feita a avaliação de impacto ambiental,

precisamente para que as consciências estejam mais sossegadas, se for o caso, ou sobressaltadas se fosse também, mas clarificadas, pelo menos, não é? Portanto, eu disse na última sessão, que foi pública que nós podemos cingir-nos aquilo que diz a lei ou ir além da lei, portanto a lei determina os parâmetros mínimos em relação a determinadas matérias, nós podemos frequentemente ir além daquilo que está previsto na lei. Portanto, essa posição é conhecida e aconselha trabalho, sabe que essa é a minha opinião. Mas eu queria também esclarecer o seguinte, quer dizer, acaba por ser de alguma forma, quase é um dever, como é evidente, mas acaba por ser de alguma forma quase ingrato, o Executivo Municipal estar a apresentar este ponto, dando a sensação que concorda, escrupulosamente com tudo que estamos aqui a discutir, não é disso que se trata, portanto, existe um Conselho de Administração da Brava, existe uma proposta que foi remetida pelo Conselho de Administração ao Executivo Municipal, que tomou a decisão, permitam-me o termo, menos má, porque a decisão ideal não está em cima da mesa. Não estamos a discutir se a Braval mantém, ou não a sua operação na Póvoa de Lanhoso e terrenos contíguos com Braga. Nós estamos a discutir se mantém a operação nestes termos, ou nestes termos, a discutir se mantém ou se mantém. Portanto, é importante esclarecer isto a quem está cá dentro e a quem nos ouve a partir de casa, porque pode parecer que o executivo acha que devemos manter, não é nada disso. Nós estamos perante uma solução que é má e outra que é a menos má, e é por isso que eu falo da questão económica, porque ela, do meu ponto de vista, não é de somenos importância, estamos a falar de dois milhões de euros, aproximadamente dois milhões de euros, que terão de ser, necessariamente, custeados pelas pessoas que habitam nos seis municípios que referi há momentos, precisamente porque a operação da Braval tende a ter um resultado mínimo positivo, não é? A Braval não pode ter operações negativas, não necessita por opção da administração de ter, está estrategicamente definido assim, resultados como outras empresas municipais que existem no distrito e o administrador da Braval deu o exemplo da AGERE que é uma empresa que apresenta resultados significativos porque tem uma operação montada dessa forma e, portanto, é uma filosofia diferente daquela que existe na Braval.

Mas eu também esperava ouvir da Senhora Deputada dizer, por exemplo, que a Braval tem, e repito, acaba por ser ingrato ser eu a fazer esse papel mas corresponde aos factos, a Braval tem a taxa mais baixa do país. Portanto, nem tudo é negativo e os aspetos negativos que quiserem apresentar e eu subscrevo todos, portanto, fica já esclarecido, todos aspetos negativos que quiseram apresentar ei assino por baixo de todos. Agora também temos para fazer um exercício rigoroso de falar dos aspetos positivos, a Braval tem uma taxa que, sendo a mais baixa do país, sendo a mais baixa de Portugal, é menos de metade da segunda mais baixa, recordam-se na sessão de esclarecimentos o Senhor administrador ter falado deste assunto, já agora, nas mesmas sessões de esclarecimento em que a Senhora Deputada entrou muda e saiu calada, portanto, nunca apresentou questão nenhuma, nunca teve dúvida nenhuma e agora,

pelos vistos, tem aqui várias dúvidas, mas estou aqui para esclarecer aqueles que puder, as que não puder remeto ao conselho de administração da Braval e eles foram a favor de esclarecer, certamente.

Também esperava que a Senhora tivesse explicado aos munícipes que nos ouvem que a Póvoa de Lanhoso, apesar de tudo isto, é claramente beneficiada por ter um custo de depósito de resíduos muito inferior àquilo que é praticado no resto do país e isso também devia ser dito, a Póvoa de Lanhos e os seis municípios, a taxa é a mesma, portanto são os seis municípios. E também esperava que a Senhora nos explicasse de forma evoluiu a posição do PSD nos anos, porque essa é uma curiosidade que às vezes ainda me assalta, como é possível que ao longo dos anos se tenha mudado de posição várias vezes e termos inclusive, e não estou a pôr em causa o desempenho nem a dedicação, porque não é disso que estamos a tratar, mas o facto de termos tido no período inicial da vida da Braval determinadas pessoas contestando publicamente a vida do aterro sanitário para a Póvoa de Lanhos e essas pessoas hoje serem as primeiras a estar na linha da frente, na defesa daquilo que é o projeto da Braval. Primeiro, leva-nos a uma reflexão do ponto de vista da coerência, cada um tira as suas conclusões, mas depois leva-nos a outra reflexão, se até essas pessoas que tinham essa posição, nesse tempo, hoje são os primeiros a defender que o exercício e a operação da Braval é defensável e justificável. Eu quero acreditar que seja por razões técnicas, não quero acreditar que haja nenhuma outra razão por trás disso, não sei se a Senhora Deputada tem alguma informação privilegiada em relação a esse assunto, mas eu quero acreditar que seja por razões técnicas e que seja por razões que são do interesse do Município, que são do interesse da Póvoa de Lanhoso, não é?

Os dados são estes, portanto, eu quero só clarificar o seguinte, no fim de toda a reflexão e no fim de todos os exercícios que possamos querer fazer sobre o que foi correto, o que não foi correto, ou as contrapartidas. la escapar-me a questão das contrapartidas, e a questão das contrapartidas é importante, sabe porquê? Porque eu falo muitas vezes das questões das contrapartidas das questões relacionadas contrapartidas com pessoas que têm mandatos autárquicos, pessoas que não têm mandatos autárquicos, e é curioso que cada um tem a sua visão, e a imaginação não tem limites sobre aquilo que possam ser as possíveis contrapartidas que a Braval poderia acordar ceder ao Município da Póvoa de Lanhoso. Eu próprio, e a Senhora Deputada é testemunha disso, eu próprio na última sessão de esclarecimento, disse ao administrador da Braval, no limite, se a Braval poupa dois milhões de euros passando do plano A para o plano B, então isso significa que temos contrapartidas, temos na melhor das hipóteses, dois milhões de euros de margem, não é? Porque qualquer negócio que seja inferior a dois milhões de euros é bom para Braval, certo? Portanto, se passarmos do plano A para o Plano B, deixamos gastar dois milhões de euros, se gastassem meio milhão era bom negócio para a Braval, certo? Ou um milhão, ou um milhão novecentos e noventa, não é? Portanto, agora é evidente que nós temos de encontrar o ponto de equilíbrio em relação a estas matérias e temos de

encontrar aquilo que é, eu sei que é um critério relativo, mas o bom senso, em relação àquilo que a negociação, aquilo que faz sentido, aquilo que é comportável. Sendo certo que dois milhões ou um milhão, ou meio milhão, um euro que seja, é refletido de forma que já foi aqui explicado por mim, e pela Senhora Deputada, naquilo que é a consequência direta, no custo que tem para os consumidores, portanto. As contrapartidas, na minha opinião, e eu sei que é um tema controverso, na minha opinião, não se circunscrevem a um momento, não é porque estamos neste momento a discutir este assunto que as contrapartidas são discutidas neste momento. Façam um histórico daquilo que foram as contrapartidas da Braval ao longo dos últimos vinte anos e chega à conclusão que a Braval, em vários momentos, acedeu a determinadas contrapartidas ao Município, precisamente porque, em determinados momentos, foram surgindo determinadas necessidades e houve um processo negocial em função das necessidades já neste mandato, em abono da verdade, não estou a defender, eu nem sou advogado de defesa nem sou advogado de acusação da Braval, eu estou a explicar aquilo que é a realidade, já neste mandato, nós tivemos oportunidade de reforçar o número de ecopontos que a Póvoa de Lanhoso vai beneficiar comparativamente com aquilo que estava negociado no mandato anterior, e isso porquê? Precisamente porque há momentos em que nós temos que aproveitar as oportunidades, vamos ter mais sete ou oito ecopontos para além daqueles que já estavam previstos, porque negociamos porque surgiu essa oportunidade, vão surgir outras oportunidades em que nós vamos, como sempre, e com a persistência que a Senhora Deputada referiu, exigir o máximo de contrapartidas possível, atendendo às possibilidades que estejam em cima da mesa, não é? Mas sobre as contrapartidas, também eu, na primeira sessão de esclarecimento que ocorreu internamente, com a vossa presença, tive a oportunidade de desafiar os partidos com assento na Assembleia Municipal para que nos fizessem chegar sugestões, as revindicações, um caderno de encargos sobre aquilo que é a visão de cada uma das bancadas sobre aquilo que possam ser as contrapartidas, porque uma coisa é a visão do Presidente da Câmara Municipal ou do Executivo que, já agora vou abrir um parêntesis, não há nenhuma dúvida, Senhora Deputada, sobre aquilo que é ou deixa de ser a posição de qualquer membro do executivo sobre esta matéria sobre outra matéria qualquer, portanto, e fecho este parêntesis, que nos façam chegar as vossas opiniões, as vossas sugestões para que nós possamos ter, digamos assim, esses trunfos adicionais. Eu não estou a dizer que eles façam falta, mas aquilo que eu estou a dizer é que não perdemos nada com esse exercício. Portanto, se nós tivermos da parte das bancadas do Partido Socialista, do PSD, do Deputado Municipal, do CDS e do Deputado, que por acaso até é de uma das freguesias abrangidas por este tema, se tivermos sugestões da vossa parte são trunfos adicionais que nós vamos utilizar nos momentos em que surgir essa possibilidade de haver negociações. Agora, no fim do dia e no fim do debate, o que está em cima da mesa é, e eu expliquei isso na minha primeira intervenção, já agora deixando em aberto outras explicações, não é, portanto, aquilo que estivesse à espera de ouvir também é matéria de expectativa sua, não é? Portanto, eu estou aqui para esperar, para prestar os esclarecimentos que entenderem necessários. Mas, no final, aquilo que nós temos para decidir é se custa mais de dois milhões de euros ou se custa menos de dois milhões de euros. Essa, na minha opinião, é a verdadeira questão e eu entendo que se, de facto, não existe nenhuma necessidade, e foi por isso que levamos o assunto à reunião de Câmara e foi aprovado, se não existe nenhuma necessidade de termos um custo adicional em dois milhões de euros e não resulta daí nenhum benefício direto ou nenhuma mais-valia para os habitantes do Concelho e sendo uma inevitabilidade, a criação dos dois alvéolos desta última fase, seja neste local ou naquele local. E se, na última Assembleia Municipal, eu referi cerca de cento e cinquenta metros e hoje falei em cinquenta ou sessenta metros, eu não fiz nenhum levantamento topográfico, como deve imaginar, não é? Aquilo que eu referi, foi um exemplo aproximado daquilo que é a distância entre uma e outra localização. Portanto, sendo estes os dados, sendo objetivamente isto que estamos a discutir, na minha opinião, na nossa opinião, não há necessidade de onerarmos os munícipes se não resulta daí nenhuma mais-valia.

No entanto, também lhes quero dizer a todos o sequinte, e o Executivo Municipal está à vontade em relação a esta matéria, porque se a decisão que for tomada for aquela que nós acompanhamos saímos todos beneficiados com essa decisão, na minha opinião. Se a decisão que nós tomamos na reunião de Câmara não for aquela que for tomada por esta Assembleia Municipal, só há uma coisa a fazer, com toda a transparência, esclarecer os munícipes e os munícipes perceberem que a Câmara tomou uma decisão a Assembleia Municipal tomou outra decisão e as consequências são o que são e não vem daí nenhum mal ao mundo, não é? Aliás, no exercício de liberdade de cada um dos Deputados tem para votar nesta Assembleia Municipal como muito bem entender. Agora, eu acho que é importante, e quando eu falava na última Assembleia Municipal na tal tempestade num copo de água, eu acho que nós não devemos dramatizar aquilo que não precisa de ser dramatizado, temos é de falar claro e explicar com transparência e com lucidez total o que está em cima da mesa, a decisão que temos para tomar e depois os Senhores Deputados tomam a decisão que muito bem entenderem, é assim a democracia e o 25 de Abril fez-se para isso também, e nós cá estaremos para respeitar e para comunicar se a decisão for de onerar mais os munícipes, pois paciência, nós vamos respeitá-la."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a Deputada Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Vou tentar utilizar os nove minutos da melhor maneira possível. Esclarecer aqui duas situações. Efetivamente, não foi possível, como sabe, à hora que foi agendada a visita à Braval todos os membros comparecerem e nota disso, foi inclusivamente dada à

Assembleia Municipal. No entanto, é prática nossa, e bem, a Assembleia Municipal tem feito isso eximiamente, quando recebe um documento, costuma partilhar com todas as bancadas.

Esteja certo que se eu recebesse um documento da Braval, certamente, partilharia com todos os líderes parlamentares.

Feito um esclarecimento entrando na questão que em 2013 houve uma decisão, reparem o seguinte, nós estamos a discutir a Braval ter vindo para a Póvoa de Lanhoso em 1998. Todos nós sabemos que a Braval veio para a Póvoa de Lanhoso sobre uma grande contestação envolvida, mas também foi criada a expectativa, e acredito que tenha sido inclusivamente documentada, que a vinda da Braval tinha efetivamente um tempo determinado, tinha uma licença também determinada e que haveria um claro compromisso de rotatividade entre concelhos. Em 2013 veio aqui o Senhor Deputado Pedro Silva falar no assunto, eu não estava cá, tive a oportunidade de ler a ata, efetivamente os posicionamentos foram uns. Agora, não podemos esquecer o seguinte, também era importante falar dos posicionamentos do PS à data, as reivindicações que foram feitas e as notas positivas, diga-se de passagem. Agora também é importante ter em consideração, isto leva-me a acreditar que, com os desabafos que vão constantemente fazendo, o PS não soube ser oposição, porque agora nós somos acusados que vamos ao detalhe que somos rigorosos. Vocês não eram? Se não eram, deveriam ser não vos parece? Eu parece-me. E entretanto, reparem o seguinte, 2013 passaram-se dez anos, a legislação ambiental tem sofrido grandes alterações, como o Deputado Pedro Afonso inclusivamente já citou, não sei se tiveram essa preocupação de analisar, as coisas não estão estáticas, a nossa sensibilidade aumentou, a própria legislação, assim o exigiu, portanto, não me parece sensato dizer-se que com estudo de impacto ambiental, que nem esse, inclusivamente, foi divulgado, de 1998, por ter considerado dez alvéolos, que esteja válido à presente data. Talvez não sei, não tive oportunidade de ler, esse estudo não integrou o ponto. O que é certo é que estamos em 2023 e há uma coisa que ficou muito clara das sessões de esclarecimento, é que elas foram promovidas, com toda a sinceridade, extemporaneamente, Senhor Presidente, estas conversas, estes esclarecimentos, não acham que deveriam ter ocorrido previamente a uma discussão pública? Não acha que era antes de submeter o ponto da discussão pública que deveriam ser pedidos aos partidos, formulem sugestões? Vamos ser reivindicativos, vamos lutar pelo Conselho, é a dois ou, três dias ou, que seja, a uma semana da deliberação, que vêm dizer deem sugestões.

Há aqui uma coisa que formulou Senhor Presidente da Câmara há pouco que foram, entrei muda e saí calada, Senhor Presidente, esteve atento? Então veja a gravação outra vez, sabe porquê? Repare o seguinte, o Senhor Presidente falou, e muito bem, em dois milhões de margem, também o Senhor Presidente do Conselho de Administração vem dizer e vem falar, após questões quer do Deputado Pedro Afonso, quer minhas, da vida útil. Automaticamente é possível, através desse valor, calcular o real impacto, que era

isso que eu gostava que o Senhor Presidente usasse o tempo, que não tem limitação eu tenho, o Senhor Presidente não tem, portanto, devia explicar aqui como é que esses dois milhões se repercutem ao longo de cento e vinte mil fogos que abrangem os seis concelhos ao longo de vinte e cinco anos. Portanto, se calhar estaríamos a falar que esses dois milhões diluídos nesse período de tempo só são cinco cêntimos por mês. Será que é a tempestade, a gota ou o oceano? Não sei, Senhor Presidente, falar-se em dois milhões deixa as pessoas confusas. Depois o Senhor Presidente vem esclarecer.

Da mesma maneira que vem esclarecer, o Senhor Presidente do Conselho de Administração da Braval vem dizer, e reiterou e muito bem, é um facto que a Braval apresenta a taxa mais baixa do país, mas também foi dada nota que as taxas têm que subir por imposição, certo? Estou equivocada? Que não tem nada a ver com os dois milhões diluídos em vinte e cinco anos, como disse, em cento e vinte mil fogos, com o aumento que os povoenses vão ter. É para as pessoas perceberem que, independentemente da votação, o que nós estamos a falar, não são dois milhões, estamos a falar em dois milhões em vinte e cinco anos, diluídos em seis concelhos e isto tem que ser dito com esta clareza, portanto, se querem ser permissivos e dizer um estudo impacto ambiental não faz sentido, que faz. Se o PSD tomou atitudes menos conscientes no passado nesta matéria não estava cá para tecer considerandos o que estou, para tecer considerandos, é agora, Senhor Presidente, que eu estou aqui a tecer considerados, os Senhores Vereadores do PSD, na reunião de Câmara, chamaram a atenção para inúmeras situações. Pediram, inclusivamente, que fosse massificada a divulgação da discussão pública, inclusivamente que fosse divulgada a informação às Juntas de freguesia. Pois bem, o que foi feito por este executivo relativamente, àquelas que foram as sugestões dos Vereadores? Zero. No entanto, após uma conferência de líderes, que decorreu para planeamento desta Assembleia, veio a linha de consideração, sugerida aqui pelo Senhor Deputado Filipe Silva, ser elaborada uma nova sessão de esclarecimento. Sessão de esclarecimento que dizia o Senhor Deputado Filipe Silva, à data, que era importante que fosse novamente com o Senhor Deputado, que está suspenso, para esclarecer porque foi lido na correspondência, portanto, é um facto, pediu suspensão até dezembro de 2023, então o Senhor Deputado vem com essa sugestão e é abordado pela bancada, por mim, enquanto liderança do PSD, pelo Deputado Pedro Afonso, enquanto CDS, que já que era para esclarecer, era de todo pertinente que fossem chamados os quatro técnicos do Município que subscreveram a informação técnica, inclusivamente pelo Senhor Deputado Pedro Afonso, foi dada a sugestão da Agência Portuguesa do Ambiente. Nós andamos a falar nisto desde 25 de outubro. Vem o Senhor Deputado Filipe Silva, lembrar-se de fazer uma sessão de esclarecimento, a tal que devia ser abrangente e estaria cá para esclarecer, a uma semana da votação do ponto, estranho, não é? O que é certo é que na conferência de líderes ficou assente que não se iria levar a cabo uma sessão de esclarecimento nos mesmos moldes. A ser tinha que ser noutros moldes e, o que é certo, é que o Senhor Deputado Filipe Silva formula o pedido à Assembleia Municipal e desde logo aparecem todos os meios da Câmara Municipal para fazer a dita sessão de esclarecimento. Portanto, esses meios podiam e deveriam ter também sido disponibilizados para aquelas que foram as solicitações dos Senhores Vereadores do PSD na reunião de Câmara. É isto tratamento privilegiado, quando falar em tratamento privilegiado, convém equacionar da forma como se diz.

Relativamente a dramatizar o que não precisa ser dramatizado, Senhor Presidente quem está a dramatizar o assunto é o Senhor. O Senhor é que vem constantemente falar em dois milhões de euros, como se dois milhões de euros, em vinte e cinco anos por cento e vinte mil fogos, seja relevante para a decisão que estamos a tomar, o que cada um de nós tem que decidir se realmente queremos dar uma carta branca à Braval ficar em terras da Póvoa de Lanhoso, fazer a sua extensão para a Póvoa de Lanhoso, sem ser acautelados aqueles elementos que precisam ser devidamente acautelados, Senhor Presidente, que podiam por si ter sido exigidos. Obrigada."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o Deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Eu como ponto prévio, e por que falou aqui na oposição que nós éramos, quando vocês eram poder, quero relembrar-lhe que foi o trabalho que fizemos na oposição que fez com o Partido Socialista ganhasse as eleições, foi o trabalho que fizemos nesta Assembleia Municipal, que fez com que a Assembleia Municipal votasse maioritariamente no Partido Socialista e foi também esse trabalho que ajudou a eleger o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.

E podia dizer, ao contrário, que foi precisamente quando a Senhora Deputada iniciou funções e com algum protagonismo na bancada do Partido Social Democrata, que o PSD perdeu as eleições, passados dezasseis anos.

Mas sinto que deveria ter começado esta minha intervenção com um genuíno Bravo. É aquilo que se costuma dizer quando somos brindados com atuações, em salas de espetáculo, que nos cativam a atenção e, de alguma forma, nos divertem. Foi o que aconteceu com a atuação protagonizada pela Deputada Fátima Alves. Em várias situações a Senhora Deputada já sentiu a necessidade de auto elogiar o seu trabalho de casa, como fez há bocadinho? E devo dizer também, eu lhe tiro o chapéu, a forma como cria o argumento, como treina as falas e quando entra em cena, luzes, câmaras e, a Senhora Deputada, ação. Fica a faltar apenas a edição que acontecerá horas depois da Assembleia e dentro de dois ou três dias teremos a estreia nas redes sociais. Tudo isto seria aplaudível, se não estivéssemos nós a desenvolver trabalho no âmbito de uma Assembleia Municipal onde demagogia, populismo e as estratégias político-partidárias,

que pretendem criar palco, são contraproducentes e não consideram o propósito para o qual a Senhora Deputada foi eleita. Sugiro que deixemos os discursos montados em função dos argumentos que, pode pensar serem os argumentos que as pessoas querem ouvir para os Venturas desta vida, sob pena de acentuar a decadência do Partido Social Democrata da Póvoa de Lanhoso, que é um partido com história, um partido respeitado no nosso Concelho, mas que corre, atualmente, um sério risco de ser confundido com qualquer partido de extrema-direita, graças às estratégias populistas que os Senhores têm adotado ao longo deste mandato.

Falemos do ponto em questão, esmiucemos exatamente aquilo que temos que votar. Ora como aqui foi dito nos últimos dias, foram levadas a cabo duas sessões de esclarecimento, uma em que o representante do Conselho de Administração da Braval prestou esclarecimentos sobre este tema e sobre aquilo que pretende ser executado pela Braval, corrijo sobre aquilo que vai ser executado pela Braval, e uma segunda sessão de esclarecimento, agora com a presença do Senhor Presidente do Conselho de Administração da Braval, que foi uma cerimónia pública transmitida nas plataformas digitais com o mesmo intuito. Nestas sessões de esclarecimento estiveram presentes uma boa parte dos membros desta Assembleia que tiveram ali a oportunidade de confrontar o Conselho de Administração da Braval, com todas as dúvidas que considerassem pertinentes, para que hoje todos estivéssemos em condições de tomar uma posição em consciência, com todos os dados em cima da mesa, e que vá de encontro à defesa dos interesses dos povoenses, que é precisamente o que esperam de nós. Assim, ficámos a saber que a Braval tem, desde a sua criação, em 1998, um projeto devidamente aprovado e licenciado, que ao longo dos anos aqui foi ratificado, como já se falou, que prevê a construção de dez alvéolos de depósito de resíduos. Ora, esta é a primeira informação importante, porque aquilo que discutimos hoje aqui não é um alargamento da área para a criação de mais alvéolos do que aqueles que estavam previstos no projeto inicial, mas sim a possibilidade destes últimos dois alvéolos terem uma ligeira localização diferente, e ressalvo aqui a ligeira, como também já aqui foi referido. Portanto, o que tem que decidir é a possibilidade ou não, que estes alvéolos tenham uma localização ligeiramente diferente do que a prevista inicialmente. Este, chamemos-lhe, desviar do local é precisamente a razão que leva à necessidade para que este ponto tenha que ser hoje aqui votado. E porquê? Porque caso a Braval quisesse seguir com o projetado inicialmente, não teria que pedir autorização rigorosamente nenhuma, uma vez que aquela construção já está, como eu disse anteriormente, autorizada. Foi, aliás, assumido pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração da Braval que, caso a Póvoa de Lanhoso não autorizasse esta alteração, então seguiriam, com o, vamos chamar-lhe, plano A, até porque é obrigatório que a construção destes alvéolos esteja concluída no final deste ano, uma vez que a capacidade de armazenamento de resíduos da Braval está a chegar ao limite.

Mas, retomando, então por que não seguem o plano A? Ora, no momento em que fizeram os estudos do solo para darem início à obra, detetaram que parte do terreno onde seria instalado um dos dois alvéolos está em solo rochoso e que, para ser desmantelado, levaria um acréscimo de custo na ordem do milhão e duzentos mil euros. Este estudo data de um período anterior a esta subida da inflação, pelo que nesta altura provavelmente rondará os dois milhões de euros. Dois milhões de euros que, obviamente, como já aqui foi referido também, serão depois imputados ao consumidor no preço da tonelada do lixo. Por esta razão, a Braval procurou uma solução que não obrigasse a este custo extraordinário, por forma a evitar que os munícipes, incluindo os povoenses, fossem brindados com um aumento para além da atualização das taxas que decorrerá da lei. A solução encontrada foi então, deslocar a construção dos alvéolos para um local que dista da previsão inicial cinquenta a cem metros. Sendo que, desta forma, entraria em terrenos que são propriedade da Braval, mas que se encontram no Concelho da Póvoa de Lanhoso. Neste período, já em sessões de assembleias municipais anteriores, em conferência de líderes, nas sessões de esclarecimento, muito foi discutido, como já aqui falou anteriormente, foi amplamente discutida a questão da necessidade de um estudo de impacto ambiental. Fomos também nestas sessões esclarecidos que não havia necessidade ou se quisermos, não há obrigatoriedade de fazer um estudo de impacto ambiental, uma vez que, aquando da aprovação do projeto inicial, foi feito um estudo de impacto ambiental que contemplava precisamente a construção dos tais dez alvéolos e que abrangia também toda aquela área, inclusive na área para onde a Braval propõe que sejam agora instalados estes alvéolos.

E dir-me-ão, mas o estudo de impacto ambiental já tem vinte e cinco ou trinta anos e muitas coisas mudaram, entretanto. Concordo por inteiro e mais à frente, irei falar sobre esta necessidade de estudo de impacto ambiental.

Outro dos temas também abordados nas sessões de esclarecimento, foram as contrapartidas. É entendimento de todos que o facto do Ecoparque Braval estar localizado, em boa parte, no Concelho da Póvoa de Lanhoso e, como tal, principalmente as populações das freguesias que circundam a Braval é prejudicada, nomeadamente com a questão dos cheiros. É entendimento de todos que a Póvoa de Lanhoso deva receber algum benefício de forma a compensar estes prejuízos. E este é, obviamente, um tema delicado como falou aqui o Senhor Presidente de Câmara e muito bem, quaisquer que sejam as contrapartidas, elas serão sempre insuficientes, até porque a expectativa de cada um é completamente diferente. Contudo, neste ponto das contrapartidas, ouvimos o Senhor Presidente do Conselho de Administração da Braval assumir que está disponível para continuar a discutir este assunto, nomeadamente com o Senhor Presidente de Câmara, que todos sabemos que é extremamente reivindicativo quando se trata de defender dos interesses dos povoenses, e dentro daquilo que é possível a Braval fazer irá encontrar soluções.

Portanto, Senhoras e Senhores Deputados, povoenses que aqui e lá em casa nos assistem, depois de todo este debate em torno das questões que aqui referimos anteriormente, depois de todas as informações que possuímos de todos os esclarecimentos que foram prestados, o que é que temos que analisar?

Um, a Braval vai mesmo avançar com a construção dos alvéolos, seja com um plano A ou plano B, sendo que entre os dois a distância são cinquenta metros, ou seja, qualquer que seja o impacto ambiental, o resultado é o mesmo.

Dois, as contrapartidas serão, como disse anteriormente, sempre insuficientes, sendo que, por um lado, sabemos que o executivo, na pessoa do seu Presidente, tem sido insistente e inconformado neste capítulo, como já ouvimos, e também há bons indicadores. Por outro lado, a mim parece-me óbvio que, a capacidade negocial de contrapartidas será incomparavelmente menor se a Braval tiver que avançar com uma solução onde terá que gastar dois milhões de euros a mais.

A questão temporal, eu não falei dela, mas também se colocou aqui nas sessões de esclarecimento, também não é aquilo que pensava inicialmente, uma vez que foi dito que a construção destes dois alvéolos representa o fim do projeto inicial.

E termino, Senhor Presidente, dizendo que, no limite, aquilo que estamos a votar hoje é se votamos a favor de um aumento de taxas, seja ele pequeno ou grande, ou contra o aumento de taxas.

Relativamente ao estudo de impacto ambiental, e para que não restem dúvidas do posicionamento da bancada do Partido Socialista que, não só reconhece a importância, pertinência do estudo de impacto ambiental de forma a ficarmos todos esclarecidos quanto ao respeito por parte da Braval de todas as regras ambientais e, acima de tudo, para estarmos precavidos e garantidos quanto à saúde dos solos envolventes e das populações, como eu me disponibilizo, desde já, para, juntamente com a liderança da bancada do PSD, liderar uma manifestação envolvendo a população da Póvoa de Lanhoso, exigindo que seja feito um estudo de impacto ambiental. Eu, se concordar, estarei consigo, na linha da frente, com cartazes e megafone em punho, para protestar e exigir que seja feito um estudo de impacto ambiental. Muito obrigado."

Em seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Uma intervenção rápida só com três ou quatro aspetos que podem eventualmente acrescentar alguma coisa à discussão que estamos a ter.

Em primeiro lugar, esclarecer que toda esta teoria da conspiração que a Senhora Deputada veio aqui montar, simplesmente não existe. Portanto, não há teoria da conspiração nenhuma, às vezes nós temos ideia que as coisas são muito complexas e que

têm esquemas mirabolantes e que há alguma coisa que nós não sabemos e que não conseguimos entender. Não há absolutamente nada disso. Às vezes, as melhores explicações são, mesmo, as mais simples. E aquilo que estamos aqui, de facto, a discutir e que eu, vão permitir que não repita, é aquilo que eu já disse duas vezes. É isso que estamos aqui a discutir, estamos a discutir se devemos adotar uma solução ou outra solução.

Sobre o timing das sessões de esclarecimento, a Senhora Deputada sabe que na última Assembleia Municipal foi muito interessante falarmos do tema da Braval e percebermos a forma como falou dele antes e depois de eu revelar, porque a Senhora Deputada não fez, que a bancada do PSD já tinha feito uma reunião com o Conselho de Administração. É que a Senhora Deputada escondeu esse jogo, na altura, a escondeu esse jogo. Na altura, já tinham feito uma reunião do Conselho de Administração, não partilhou essa informação com a Assembleia Municipal e trouxe preocupações, não foi verdade? Está nas atas, portanto. E, portanto, durante essa discussão é que eu revelei que Vossa Excelência já tinha feito uma primeira reunião com o Conselho de Administração. Portanto, as duas sessões de esclarecimento que foram levadas a cabo, foram levadas a cabo quando o Executivo Municipal e os Deputados municipais perceberam que existiam motivos suficientes para nós precisarmos de esclarecer isso entre nós e, já agora, é importante referir aqui um aspeto, é que este assunto vem a esta Assembleia Municipal e não foi à Assembleia Municipal de fevereiro, precisamente para dar mais espaço, mais tempo para podermos esclarecer as pessoas e para os Deputados poderem ter um sentido de voto consciente. O Senhor Presidente sabe desta matéria, tivemos esta conversa na altura sobre isto também, portanto, o Executivo Municipal quer tudo, menos aquilo que a Senhora Deputada aqui disse. Queremos promover o esclarecimento, queremos que as pessoas tenham consciência daquilo que está aqui em causa. Queremos que votem da forma que muito bem entenderem.

E, Senhora Deputada, eu, como é evidente, estou convencido, estou convicto, que a Senhora Deputada vai votar contra, obviamente, portanto, admitindo que vá votar contra porque, depois da intervenção que aqui fez, qualquer outro voto não faria sentido. Portanto, admitindo que vai votar contra, Senhora Deputada, tem de estar preparada, se for chumbado este ponto na Assembleia Municipal, para responder por isso aos povoenses. É só isso e, portanto, a consequência que isso tem. Eu não sei medir, porque a Senhora Deputada disse que são vinte e cinco anos e são cento e sessenta mil fogos, não é? Ou cento e vinte mil fogos, como diz, não é? Portanto, primeiro a Senhora Deputada dá por adquirido um dado que não foi transmitido, com certeza total, a questão dos vinte e cinco anos, não é? Não foi transmitido com certeza total, a Senhora sabe isso. Segundo faz uma previsão da construção nos próximos vinte e cinco anos, por município, portanto, há cento e vinte mil fogos, mas daqui a 25 anos continuam a ser cento e vinte mil fogos. Eu não sei fazer esse estudo, confesso as minhas enormes limitações, não sei fazer esse estudo, nem sei fazer esses belíssimos cálculos que a

Senhora sabe fazer, aquilo que eu sei fazer é analisar à luz dos critérios que temos hoje, o impacto que possa ter hoje, é isso que eu sei fazer. A Senhora tem essas tem essa capacidade de conseguir antever, é vidente, e portanto, isso é útil para podermos tomar decisões que tem a ver com os próximos vinte e cinco anos, eu tenho capacidades. Muito obrigado."

Terminado o período de intervenções e aberto o período de esclarecimentos, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado Pedro Afonso.

Interveio o Deputado Pedro Afonso Alves, para dar um esclarecimento cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

Só mesmo para dar um esclarecimento para quem nos está a ouvir lá em casa, que eu tenho aqui ouvido falar nos dois milhões de euros de acréscimo, importa referir que, para os povoenses, é uma pequena percentagem destes dois milhões. É proporcional e que pelas minhas contas equivalerá a cerca de 140 mil euros, era só esta prestação de esclarecimento, obrigado.

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a Deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Há aqui um antagonismo da forma de pensar, ou seja, para umas coisas é importante esmiuçar as taxas, os valores, quando discutimos aqui verdadeiros aumentos, com reflexo nos bolsos dos povoenses, quando foi do saneamento ouvimos até, inclusivamente, um Senhor Presidente de Junta a dizer, eu não me importo de pagar, desde que tenha. Se calhar muitos povoenses também não se importavam de pagar os cinco cêntimos por mês para realmente começar a colocar um ponto dissuasor nisto. Relativamente à abordagem do Senhor Deputado Filipe Silva dos cartazes, isto faz-me pensar, se calhar, que anda a ver alguns partidos que realmente andam cheios de cartazes e quer vestir essa camisola, Senhor Deputado. Eu não quero, o que eu tenho que dizer é o seguinte, acho que as contrapartidas a serem exigidas, a manifestação relativamente à exigência do estudo do impacto ambiental teria que ser promovido pelo Senhor Presidente da Câmara e pelo seu executivo porque, quando mandou o ponto a reunião de Câmara de 25 de outubro, tinha uma informação técnica datada de 4 de outubro, a dizer precisamente a pertinência do mesmo, a necessidade do mesmo, para se tomarem decisões numa área que estava afetada por receio das linhas de água, portanto, significa que realmente era nessa fase que teria que ser promovida a discussão pública. Não fui eu enquanto técnica, não foi o Deputado Pedro Afonso enquanto técnico, foram os técnicos do Município que o disseram pelo bem dos povoenses.

Quanto a ficar perplexo porque eu escondi a reunião, Senhor Presidente, eu tanto escondi a reunião, veja bem, que nessa reunião foi dada indicação ao Conselho de Administração da Braval para qualquer documento relativamente ao ponto ser enviado através da Mesa da Assembleia Municipal. Toda a documentação que a Braval enviou complementar, inclusivamente assinada pelo Senhor diretor executivo da Braval a dizer que os cento e cinquenta mil toneladas de resíduos não constituíam obrigatoriedade para fazer o estudo de impacto ambiental, veio na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, que estará cá, certamente, para confirmar."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o Deputado Pedro Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"É uma questão e um esclarecimento, eu percebo o nervosismo da Deputada Fátima Alves, e tenho que lhes dizer, com franqueza, que eu na posição dela ficaria igualmente constrangido. Porque daquilo que percebemos nesta discussão deste ponto é que há, claramente, uma rutura com a pessoa que poderia e que tinha obrigação de esclarecer este ponto, que é o Deputado Luís Amaro da Costa, que é um dos vogais do Conselho de Administração da Braval, que tinha a responsabilidade, e pelo que se percebe, aliás alguém com história no Partido Social Democrata foi Presidente do Partido Social Democrata, e pelo que ficou patente, as informações que não conseguiu através dele, procuras através do Presidente da Câmara. Eu acho que isso faz com que a Senhora Deputada fique nervosa e eu percebo a sua situação. E o facto que o Senhor Deputado Luís Amaro da Costa pedir a suspensão do mandato até final do ano é um sinal que, de facto, é algo se passa na bancada do Partido Social Democrata e a minha questão é mesmo essa, há rutura entre a bancada do Partido Social Democrata e o Deputado Luís Amaro da Costa, que é vogal do Conselho de Administração? É a minha pergunta.

Em relação ao esclarecimento, deixar esta referência, é a Deputada Fátima Alves, especialista em fazer previsões, espero bem que nunca as suas previsões sejam certeiras, porque habitualmente é portadora da mensagem da desgraça, mas, portanto, o esclarecimento é que a bancada do Partido Socialista, considerado o desrespeito por parte do administrador executivo Braval, foi decidido, por unanimidade, por parte desta bancada que o Partido Socialista exercerá o direito de voto, individualmente e com liberdade de voto naturalmente, para que e fique bem expressa a vontade de cada um. Muito obrigado."

Em seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, verificou que não haviam mais pedidos de intervenção e deu por terminado o ponto dois passando, de imediato, à votação do ponto.

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com 20 votos a favor e 25 abstenções, a Proposta da Câmara Municipal para reconhecimento de interesse público estratégico da utilidade pública municipal do alargamento do Aterro Sanitário da Braval da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico.

De seguida, nos termos do artigo 32º n.º 2 do Regimento da Assembleia Municipal, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, considerando que a duração da sessão que já ultrapassava as 4 horas, colocou ao plenário a deliberação de continuação da mesma, tendo tal sido aprovado por maioria, com 38 votos a favor e 7 votos contra.

No seguimento da votação do ponto dois da ordem de trabalhos e após a deliberação de continuação da sessão, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira questionou os partidos quanto à intenção de apresentar declaração de voto, os grupos parlamentares do PS e PSD decidiram apresentar declarações de voto, cujo teor integral se anexa à presente ata e dela se considera parte integrante. Não obstante, no uso dos três minutos previstos no Regimento da Assembleia, os grupos parlamentares decidiram ler excertos das declarações de voto apresentadas.

Seguidamente o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, passou ao terceiro ponto da ordem de trabalhos. Ponto três: Proposta da Câmara Municipal para apreciação e votação do relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2022, com anexação dos relatórios de contas das entidades nas quais a autarquia exerce posição dominante (EPAVE E.M. – também para efeitos do preceituado na Lei 50/2012, de 31 de agosto)

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Em relação a este ponto, que é um ponto mais simples, já não permite lavar as mãos como Pilatos, portanto, é um ponto que deixa as pessoas mais à vontade. Dizer que há aqui alguns aspetos que merecem algum destaque por parte do Executivo Municipal. Primeiro, no que respeita à execução da receita, em que foi um ano excecional e conseguimos executar 99.4% da receita e em que a execução da despesa se situou nos 88.8%, tendo em conta que este valor assegura o cumprimento da lei, e fez com que transitasse alguns compromissos, por força das circunstâncias, nomeadamente

relacionados com fundos comunitários, compromissos com o IPSS's e projetos de IPSS's e

que, portanto, transitaram para o ano seguinte e que este diferencial justifica também diretamente o saldo de gerência que transitou de 2022 para 2023.

Em relação ao acréscimo de receita, realçar que a transferência de competências tem um impacto direto neste tipo de receita em 7.7 pontos percentuais. Outro aspeto importante, está relacionado também com a variação das receitas correntes em que o Orçamento de Estado tem um acréscimo de cerca de trezentos e dezassete mil euros, que faz com que haja um aumento de receita de capital de 13,5%. Outro aspeto importante a referir tem a ver com a variação da despesa orçamental, nomeadamente da despesa com pessoal. A despesa corrente tem uma variação superior a dois milhões de euros, em que a despesa de pessoal tem aqui um peso muito significativo também, de um milhão e duzentos mil euros, que tem a mesma relação com a transferência de competências.

Depois, do que tem a ver com a aquisição de bens e serviços, está repartida entre aquisição de bens na ordem dos cento e setenta e um milhares de euros e aquisição de serviços em quatrocentos e noventa milhares de euros. E aqui, o primeiro está quase totalmente relacionado com tudo que tem a ver com materiais para obras e para consumo das equipas da Câmara Municipal. E o segundo tem dois eixos muito significativos, um deles relacionado com um aumento dos encargos em relação ao serviço prestado pela Águas do Norte e outro relacionado diretamente com o aumento do custo da energia ano durante o ano de 2022 e que teve um impacto muito significativo no Concelho e em todos os municípios do país. E, portanto, tem aqui uma fatia muito grande nestes quatrocentos e noventa milhares de euros.

Quanto às transferências e subsídios correntes, há aqui cento e setenta e dois milhares de euros de diferencial relativamente a 2021, em que existe um impacto também muito grande relativamente, também à delegação de competências está aqui em todos os aspetos, mas, sobretudo, neste caso, em relação ao valor transferido para as instituições sem fins lucrativos, que, neste caso concreto, tem uma relação direta com o prolongamento de horários e, portanto, que teve este impacto nas contas de 2022.

Outro aspeto importante prende-se com a despesa de capital que cai um milhão e seiscentos mil euros em relação ao ano de 2021 e que têm uma fatia muito grande relacionada com a contração de empréstimos. Portanto, no ano 2021 existia uma contração de empréstimos que aumentou a capacidade de execução de despesa de capital da autarquia, naturalmente, existindo um empréstimo e existiu um empréstimo em 2022, primeiro de um valor muito mais baixo, segundo, que foi executado só parcialmente e, portanto, faz com que haja uma despesa de capital, comparativamente com 2021, muito inferior, neste caso, na ordem de um milhão e seiscentos mil de euros.

Mais dados importantes que pudesse referir, têm a ver, por exemplo, com as depreciações. Já o ano passado tivemos esta discussão, tivemos em 2021 um resultado negativo relacionado com as depreciações de quase um milhão e duzentos mil de euros e este ano estamos a falar de sensivelmente metade desse valor, seiscentos e trinta e seis

mil euros, e que está diretamente relacionado com o facto de, à medida que o Município vai registando mais património ao longo dos anos, e isso ocorreu com mais algum vigor, diria eu desde 2010 a esta parte, quanto mais património temos registado, maiores serão as depreciações ao longo dos anos. Portanto, isso não tem nenhum reflexo, nenhum prejuízo em termos de prestação de contas, mas faz com que, inevitavelmente, se apresente um resultado líquido negativo do exercício por força destas depreciações. Aliás, aqui é exatamente a mesma explicação que o ano passado sobre esta questão. Obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do CDS, Pedro Afonso.

Interveio o Deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Relativamente ao ponto em questão, devido à morosidade e complexidade de análise das demonstrações de resultados e o parco tempo disponível para o fazer, desde a receção da documentação, e esta Assembleia que, recordamos, já no ano passado, termos solicitado a disponibilização da mesma informação com mais tempo para análise, o que voltou a não acontecer, pelo que reiteramos novamente o pedido e atendendo à informação legalmente exigível que estava pelo revisor oficial de contas ser positiva em termos CDS-PP não proferir pronúncia específica nesta matéria, entenda-se as demonstrações de resultados. Contudo, analisando de forma sucinta o relatório de gestão e prestação de contas de 2022, verifica-se que o desenvolvimento social é, sem dúvida, uma das áreas de maior intervenção do Município, sendo que com o avizinhar de tempos maiores constrangimentos económicos, novos desafios sociais surgirão como, aliás, já começa a ser reportado pelas principais organizações nacionais de apoio aos mais desfavorecidos, como por exemplo, a AMI. Pelo que alertamos, desde já, o Município para a adoção de uma atitude preventiva e criação de almofada financeira para o efeito, caso tal venha a ser necessário.

Por outro lado, o aumento da atratividade e do desenvolvimento económico deverá ser acelerado, como forma de mitigação dos efeitos de possível retração económica internacionalmente já vaticinada por muitos, e que poderá conduzir a tempos de aumento de desemprego e perda de rendimentos por parte das famílias.

Da análise efetuada, saltam ainda à vista alguns pontos que mereceram a nossa atenção e, aqui o necessário o alerta. Foi possível identificar um acréscimo de despesa com pessoal de cerca de um milhão e meio de euros de 2021 para 2022, o que, mesmo com o ónus da transferência de competências, nos parece um valor global elevado só para um ano, sobretudo sem transferência de verbas adequadas do Estado Central, o que poderá comprometer as finanças do Município. Facto pelo qual alertamos, desde já, o executivo para dedicar especial atenção à maximização do potencial dos recursos humanos de que

já dispõe e reduzir o ritmo de contratação de novos colaboradores. Ainda que sendo sensíveis à reorganização e adaptação de serviços levada a cabo, importa garantir que o Município disponha, ao longo do resto do mandato, dos necessários capitais próprios para a execução dos demais projetos a que se propuseram, sem ficar estrangulado financeiramente pelo acréscimo do quadro de pessoal. Deverá também o recurso a contratualização de novos empréstimos, por esta altura, ser evitada ao máximo em virtude dos constrangimentos económicos que se avizinham. Outro ponto a reter é o aumento da receita face a 2021, muito por conta do acréscimo do aumento da receita com a cobrança de taxas. Aqui, alertamos o executivo que a temática das taxas deverá ser atentada com a máxima urgência, especificamente o regulamento de cobranças de taxas em vigor, que sugerimos seja rapidamente revisto, uma vez que se trata de, por um lado, de uma ferramenta essencial ao desenvolvimento da atividade económica do nosso Concelho e, como tal, terá de ser atrativo e, por outro lado, é uma das principais fontes de receita do Município, para além dos impostos diretos e transferências do Estado Central, o que o define como um instrumento de gestão fulcral para o exercício do mandato. Sugerimos, por isso, a sua rápida reestruturação.

Para terminar, salientar que em matéria de coesão territorial e apesar das diversas intervenções efetuadas, e bem, muito ainda está por fazer no que toca a obras essenciais à população, como, por exemplo, o reforço da rede de saneamento, tantas vezes aqui falado e, como todos sabemos, para além de serem extremamente onerosas, poderão fugir, em larga medida, às estimativas previstas, pelo que se recomenda prudência redobrada na restante despesa, sob pena de se comprometerem os compromissos assumidos com os povoenses ou se hipotecarem acesso a candidaturas a futuros projetos. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a Deputada Sónia Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Ora chegamos a este ponto que refere, portanto, este documento eminentemente técnico, e que traduz, obviamente, uma opção de políticas adotadas pelo Executivo Municipal. Tratamos, portanto, do relatório de gestão e prestação de contas relativamente ao exercício de 2022. É um relatório muito extenso que, como muito bem disse o Deputado Pedro Afonso, deveria ter vindo com mais tempo. No entanto, ele permite que se denote aqui alguns aspetos que a bancada parlamentar do PSD vai fazer notar, porque é, efetivamente, uma preocupação dos povoenses. Ora verifica-se que a despesa tem vindo a aumentar de forma progressiva e que neste ano de exercício de 2022, que aqui se trata, apresentou o valor mais elevado. Ora a par disto é-nos dito no relatório que o total dos compromissos assumidos e não pagos no ano de 2022, alcançou

cerca de um milhão e seiscentos mil euros. A par disto podemos verificar, com inquietação, quanto à demonstração de resultados, que o resultado líquido da autarquia da Póvoa de Lanhoso no ano de 2022 é negativo na ordem dos seiscentos e trinta e sente mil euros. E isto, em consequência, em larga medida, pelo acréscimo verificado nos gastos e cujos rendimentos não acompanharam, ou seja, gasta-se mais do que aquilo que se recebe. E isto é um princípio básico. Eu estava a dizer, ou a pensar que isto é um princípio de um bom pai de família e, portanto, gastar mais do que aquilo que se recebe irá ter, mais tarde ou mais cedo, consequências desastrosas.

Quanto à análise aos gastos de 2022, podemos concluir então que houve um aumento de cerca de dois milhões e setecentos mil euros comparativamente ao ano de transato, portanto, ao ano de 2021 e isto, fazendo o paralelismo com os rendimentos que estão provenientes à autarquia, como disse muito bem o excelente Senhor Presidente são, na sua maioria, provindos de transferências e subsídios correntes. O facto é que esses rendimentos da autarquia provêm em segunda linha de impostos, contribuições e taxas, portanto, impostos, contribuições e taxas que sobrecarregam os povoenses que são pagos pelos povoenses e que representam 24% dos rendimentos totais e verificaram um acréscimo de quinhentos e trinta e quatro mil euros face ao ano anterior. Portanto, o que vemos é que os povoenses estão a pagar, estão sobrecarregados em impostos, em taxas e em contribuições e ainda assim, gasta-se mais do que aquilo que se recebe. Muito obrigada a todos e a todas."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o Deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Começar este ponto por fazer uma referência, e eu vou dividir o ponto em dois. Primeiro, falar um bocadinho dos eixos e depois das contas, que estão erradas.

Começar neste ponto por fazer uma referência, uma chamada de atenção, para algo que me parece pertinente e que valoriza ainda mais a atividade ou a governação protagonizada por este Executivo Municipal no ano 2002, as eleições aconteceram em setembro de 2021, tendo sido a tomada de posse em outubro e, por esse facto, o orçamento apresentado pelo executivo para o ano 2022 foi um orçamento todo ele condicionado pelos compromissos assumidos pelo anterior executivo, que foram escrupulosamente cumpridos por este executivo e por este Presidente de Câmara. Bem sei que me dirão, só tem que ser assim quando se herdam compromissos dos outros é obrigação, cumpri-los e isso é uma verdade incontestável no presente. Nem sempre foi assim no passado e trago à memória os compromissos assumidos pelos dois antecessores do atual Presidente de Câmara com a ERSAR que, apesar de terem sido

assumidos pelos Presidentes do PSD, os seus representantes nesta Assembleia não tiveram a hombridade de respeitar esses compromissos.

Outro fator condicionante na governação do ano 2022 foi a força de bloqueio apresentada pela bancada social democrata. E bem sei que me virão cá dizer que aprovam a maioria das propostas que vêm à Assembleia, mas, em primeiro lugar o título de força do bloqueio foi conquistado antes de perceberem na praça pública que a estratégia que tinham escolhido lhe estava a ser prejudicial. E como políticos que já provaram ser ainda há pouco numa votação, que andam ao sabor do vento e que guiam a vossa ação em função do voto, tomaram a decisão de inverter essa estratégia. Depois, quando falamos em força de bloqueio, falamos naturalmente de questões estruturantes em termos de estratégia de governação. Como teria sido o mapa de pessoal que chumbaram em 2022? Como teriam sido as negociações ou os aditamentos aos contratos interadministrativos que também chumbaram? Como teria sido a fixação das taxas de IMI em 2021, que também chumbaram e prejudicaram os povoenses? Portanto, estamos a analisar o relatório de prestação de contas de um ano extremamente complicado de desenvolver trabalho pelos motivos que mencionei. Ainda assim, e daí ter feito referência ao facto de essa ser uma situação que valoriza o trabalho desenvolvido, ainda assim, este Executivo Municipal, na pessoa do seu Presidente, foi capaz de encontrar as soluções certas para honrar os compromissos assumidos, sem descurar ninguém nem nenhuma frequesia e ainda criar bases necessárias para desenvolver os projetos do futuro.

Falemos de factos, a aprovação da estratégia local de habitação foi importantíssima, na medida que era um requisito obrigatório para o acesso ao programa 1º Direito, que contempla promover o acesso a uma habitação adequada às pessoas que vivem em situações habitacionais indignas e que vivem em dificuldades financeiras, sem condições para encontrar solução. A concretização da transferência de competências nas áreas da saúde, educação e ação social foi um dossier complicado, está a ser, mas que serviu de cartão-de-visita para percebermos a coragem e ambição e a determinação deste executivo. É com enorme agrado que vemos plasmadas neste plano uma série de iniciativas nas vertentes da sensibilização e literacia para a saúde, o reforço das bolsas de estudo atribuídas no ensino secundário e superior, a oferta dos cadernos de atividades dos alunos do primeiro ciclo, a continuidade de medidas como NaturaLanhoso, PóvoaCresce, o Programa Viver+, entre outros, são medidas que viram as suas verbas reforçadas e constituem um apoio muito importante para as famílias. A intervenção no pavilhão da escola secundária, que há muito era uma necessidade, a intervenção nas piscinas municipais descobertas, que vieram restituir segurança aos utilizadores, respeito pelo ambiente e otimização de custos no Município, a reparação das caldeiras das piscinas cobertas, que colocavam em risco o normal funcionamento das mesmas, a aprovação da candidatura apresentada no âmbito da construção de um novo canil/gatil, que se ouve falar há anos sem consequências práticas em breve, será uma realidade, a renovação, ou melhor, a recuperação da Rotunda do Foral, mais conhecida pela Rotunda da Fonte Luminosa, as obras de requalificação das escolas, relativamente à rede de abastecimento de água foram executados 7.6 km de rede, foram mais de duzentos e vinte e quatro ramais no saneamento, mais 5 km correspondente a mais de cento e quinze ramais. Estes pequenos avanços no saneamento são importantes, mas bem sabemos qual ambição deste executivo e apesar de haver na oposição quem espalha a mensagem que nem daqui a trinta anos haverá saneamento no baixo concelho, é bem conhecido o empenho do Senhor Presidente de Câmara junto dos decisores, junto dos governantes para os sensibilizar e, num trabalho conjunto, encontrar soluções. Tenha convicção de que esses trinta anos vão passar muito rápido para desespero de alguns.

O acordo de gestão assinado com a Infraestruturas de Portugal e a confirmação de que este grande projeto estará incluído no plano de atividades e orçamento da IP para 2024. Em suma, penso que o Senhor Presidente deve se sentir orgulhoso com o trabalho desenvolvido no ano de 2022 e todos os povoenses devem sentir para além de orgulhosos confiantes por percebermos que a nossa terra está boas mãos. Para já é tudo, depois falarei sobre os números, muito obrigado."

De seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Em relação à intervenção da Deputada Sónia Fernandes, bom, eu vou repetir aquilo que já disse há momentos, não é? O problema de trazer uma intervenção pronta de casa é que depois são feitos os esclarecimentos que eu fiz e a Senhora Deputada coloca na mesma as questões da forma que as colocou, mas, tudo bem.

A despesa não aumenta progressivamente, a despesa aumentou exponencialmente no ano de 2022, porque abraçamos a delegação de competências, teve esse impacto direto isto está espelhado nas contas, eu expliquei-o na minha intervenção.

Os compromissos assumidos e não pagos, não há compromissos assumidos e não pagos. Há compromissos que transitam de 2022 para 2023, relacionados, por exemplo, com fundos comunitários, com execução de candidaturas relacionados, por exemplo, com compromissos com IPSS's que não estiveram em condições de executar em 2022 e nós temos que transitar essa verba para 2023. É disso que se trata, não são compromissos assumidos e não pagos dessa forma.

O resultado negativo? A preocupação toda e o espanto em relação a resultados negativos, quase parecia que eu não tinha acabado de dizer três minutos antes. Portanto, está diretamente relacionado com as depreciações, isto é uma questão eminentemente técnica, não tem nada de político. Há quinze anos atrás, não teria

resultados negativos nenhuns, sabe porquê? Porque não tinha registado o património da forma que está registado hoje. Isso é técnico, não tem nada de político, portanto não tem nada a ver com resultados negativos, não tem a ver com gerir bem, já nem sei que termo utilizou, achei tão despropositado, quer dizer, não tem nada a ver com gerir bem ou mal, o que se tem ou deixa de ter, isto não tem a ver com as receitas que a autarquia tem, ou não, serem positivas ou negativas, tem a ver com o impacto das depreciações nas contas do Município, por força do registo do património ao longo dos últimos anos, tem a ver com isso só.

Em relação aos impostos, contribuições e taxas, que a receita tem vindo a aumentar. Eu diria que a receita felizmente tem vindo a aumentar, porque a atividade económica no Concelho está cada vez mais pujante e se há prova que o Município até defende, na medida do possível, devemos ir atenuando este efeito junto dos povoenses, é o facto de termos, pela primeira vez na história da Póvoa de Lanhoso, reduzido taxa de IRS no último plano e orçamento. Portanto, Senhora Deputada, todos os indicadores vão em sentido contrário daquilo que disse e eu só tenho pena que não tenha feito alguma adaptação à sua intervenção, porque eu já tinha respondido a isto, a Senhora Deputada veio dizer o contrário e as evidências são estas, eu só vim a repetir aquilo que já tinha dito."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a Deputada Sónia Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Quero esclarecer a todos que fui acusada de que as contas estavam erradas e de que a minuta ou o que preparei e que trazia de casa. Pois bem, eu não preparei nada e as contas não são minhas. Se as contas estão erradas, serão de quem elaborou o documento. Eu não preparei nada, eu não trazia nada, ao contrário de todos os que vieram cá, eu tenho aqui o próprio documento e isto ainda bem que áudio e imagem também. E quando seriam necessários, e é pena não poder fazer um aparte do que foi dito há pouco, mas então eu limitei-me a propalar os elementos que constam deste relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2022. Portanto, nesta Assembleia Municipal, eu na minha pessoa e em representação da bancada do parlamentar do PSD, dando voz aos anseios e às preocupações dos povoenses devo realçar aquilo que preocupa e que inquieta os povoenses e que foi, efetivamente, o facto de que a despesa tem vindo a aumentar, gasta-se mais do que aquilo que se recebe, há compromissos assumidos e não pagos, posso-lhe citar as páginas do documento, Senhor Presidente, se para isso tiver interesse, mas penso que não será necessário chegarmos a tanto. E, já agora, eu também pretendia chegar aqui a excelentíssima Senhora Vice-Presidente já tinha dito no início desta Assembleia Municipal, que a transferência de

competências implica, para este Executivo Municipal, um acréscimo de tarefas, o que todos compreendemos e aceitamos, naturalmente, portanto, e isso traz-nos uma outra preocupação, acrescida, portanto, e também já foi aflorado várias vezes aqui por outros Deputados e é um facto que essas tarefas implicam gastos para o Executivo Municipal e que as dotações, as transferências e os subsídios do Estado Central não estão a cobrir essas necessidades. Portanto, a nossa questão é de saber que diligências está este Executivo Municipal a encetar com o Estado Central no sentido de colmatar, de mitigar, estas despesas que estão, portanto aqui a minar as contas do executivo e que se prevê só virem aumentar naturalmente. Muito obrigada a todos e a todas."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o Deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"É só mesmo para confirmar que a informação que a Doutora Sónia deu está errada, disse nesta Assembleia que se gasta mais do que aquilo que se ganha, portanto, a receita está explanada no quadro um e é de vinte e três milhões de euros, a despesa está explanada no quadro dois e é de vinte milhões de euros. Ora, se subtrair aqui a receita à despesa, eu penso que é fácil provar que não se gasta mais do que aquilo que entra. É tão simples quanto isso. Muito obrigado."

De seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Eu vou-lhe dar, tentar dar, uma explicação em relação à questão que colocou. E a melhor forma de lhe explicar isto é reportando-me a 2021, portanto, se a Senhora Deputada, entende, e eu acho que há claramente um erro de interpretação dos dados, e a explicação que eu dei poderia ajudá-la se tivesse essa abertura de espírito para perceber, para saber interpretar os dados. Mas respondo lhe desta forma, se a Câmara Municipal com resultado negativo de seiscentos e trinta e seis mil euros, gere mal ou há algum tipo de irresponsabilidade na gestão, e estou a usar os seus termos, então, em 2021, que foi um milhão cento e noventa mil euros, diga-me, qual é a sua opinião? Digame, qual é a sua opinião em relação a 2021?"

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o Deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Bem, a Senhora Deputada Sónia Fernandes diz que não preparou nada e, efetivamente, na intervenção reparou-se que não preparou mesmo nada.

Ora, num ano em que comum orçamento condicionado, como eu disse anteriormente, uma oposição que mais não fez do que criar obstáculos à governação em que foi necessário fazer face a despesas que eram inesperadas, como a questão das piscinas municipais, entre outras. Assumindo a transferência de competências, apresentar um resultado em que as receitas se sobrepõe em larga escala às despesas, diminuir a dívida, que também é importante falar e aumentar a capacidade de liquidez imediata do Município, eu diria que é um ótimo resultado. Mas deixem-me recuar precisamente a junho de 2021 para ver a coerência da intervenção da Senhora Deputada Sónia Fernandes, aquando da análise deste documento em junho de 2021, a atual líder da bancada do PSD, disse o seguinte, e passo a citar: "encerramos o ano de 2020 com um valor de financiamento de um milhão setecentos e oitenta e cinco mil euros. É certo que o endividamento aumentou, mas também é certo que tudo foi feito para melhorar a qualidade de vida e de saúde e de circulação de todos os povoenses" e mais à frente completava, citando novamente, portanto, "se é para pôr em causa este executivo com valores como os que aqui apresenta, então não sei, meus Senhores", bem se num ano em que aumentar o endividamento era considerado positivo, eu deduzo que num ano em que se diminui a dívida perante as adversidades que aqui enumerei anteriormente, todos vocês estejam preparados para fazer uma vénia ao atual Executivo Municipal e ao Senhor Presidente de Câmara. Tenho dito muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a Deputada Sónia Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"A bancada parlamentar do PSD, formulou uma questão ainda não viu a sua questão respondida excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal e excelentíssima Senhora Vice-Presidente, quais as diligências que estão a ser encetadas junto do Estado Central no sentido de mitigar este forte encargo que está a recair e que se prevê aumentar sobre o Executivo Municipal com a transferência de competências. Muito obrigada."

De seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Eu estava convencido que vinha falar de um milhão e duzentos mil euros de maus resultados em 2021, mas afinal não.

As delegações de competências têm, como todos sabemos, já foi discutido aqui várias vezes, comissões de acompanhamento. Essas comissões de acompanhamento periodicamente elaboram um relatório para se perceber se estamos além, se estamos aquém, daquilo que é a receita necessária para poder comportar a despesa que temos com cada uma das delegações de competências. É assim aqui e em todos os municípios deste país. Isso já foi discutido aqui várias vezes. Portanto, Senhora Deputada, repetindo-me, nós vamos, juntamente com as comissões de acompanhamento, aferir o resultado das delegações de competências. E se, em determinado momento, percebermos que o Município está a ser lesado em algum valor, em algumas dessas áreas, vamos pedir às respetivas tutelas a compensação nas contas do Município, do valor que possa eventualmente estar em falta, para que não haja o tipo de preocupação que a Senhora Deputada acabou agora aqui de relatar, sendo certo que não nos sentimos, neste momento, lesados de nenhuma forma. Até porque tanto o cumprimento da delegação de competências como as verbas que têm sido transferidas têm sido, até ao momento, suficientes com ligeiras variações, no caso da educação, por exemplo, nos primeiros meses tivemos um ligeiro défice. Portanto, nós se for o caso pedimos a correção às tutelas, é assim que acontece em todos os municípios do país e a Senhora Deputada, se não sabe isso, tem obrigação de o saber porque já está aqui há muitos anos."

Em seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, verificou que não haviam mais pedidos de intervenção e deu por terminado o ponto três.

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com 21 votos a favor e 24 abstenções, a Proposta da Câmara Municipal para apreciação e votação do relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2022, com anexação dos relatórios de contas das entidades nas quais a autarquia exerce posição dominante (EPAVE E.M. – também para efeitos do preceituado na Lei 50/2012, de 31 de agosto).

Seguidamente o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, passou ao quarto ponto da ordem de trabalhos. Ponto quatro: Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 4.º Trimestre de 2022 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio a Vereadora Fátima Moreira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Trazemos, no âmbito do cumprimento da lei, a informação do relatório da EPAVE relativo ao quarto trimestre de 2022. Este trimestre coincidiu com o início do ano letivo. Do documento nada há assim de significativo a salientar, vem no sequimento dos restantes relatórios têm sido aqui trazidos para vossa informação. Apenas aqui referir que como é o último trimestre do ano acaba por ser também coincidente com a informação de que consta do relatório de contas da EPAVE e que integra também o relatório que há pouco aprovámos. Dizer, então, em termos muito sucintos, que a despesa teve uma execução de 82.5% e a receita de 75%, tendo esta ficado aquém daquilo que era esperado, uma vez que houve uma falta, digamos assim, no âmbito do adiantamento de uma verba que era expectável, até ao final do ano. Essa verba só entrou em janeiro e prejudicou aqui os níveis de execução da receita da EPAVE. Em termos de alterações, há apenas aqui referir algumas mais significativas, relacionadas com a contratação de pessoal, que está relacionada com a nova competência que a EPAVE assumiu no âmbito da dinamização das atividades de enriquecimento curricular que obrigou a EPAVE a contratar professores, sendo depois obviamente compensada com um contrato-programa que foi celebrado com a Câmara Municipal."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do CDS, Pedro Afonso.

Interveio o Deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Gostaria de dar nota a esta Assembleia e aos povoenses que o CDS PP se encontra inteirado do conteúdo do relatório de execução orçamental do quarto trimestre de 2022 da Escola Profissional do Alto Ave. Contudo, solicitava o esclarecimento do executivo sobre a rubrica orçamental B7-investimentos, que apresenta uma execução somente 23% do valor inicialmente previsto, sendo que as verbas nela inscrita em sede de plano e orçamento de 2022 se prendiam com a aquisição de computadores e equipamentos e programas necessários para o normal desenvolvimento de três cursos a lecionar na escola, nomeadamente o curso técnico de comunicação e serviço digital, o curso técnico mecatrónica automóvel, o curso de eletrónica, automação e computadores. A pergunta é se não houve necessidade de realizar o referido investimento, se os cursos tiveram o normal desenvolvimento, ou foram alguma forma afetados pela não aquisição dos referidos equipamentos, ou se se deveu ao facto da maior parte do investimento previsto estar associado ao teletrabalho e ao sistema de aula em contexto familiar. Agradecemos desde já a explicação para o porquê deste facto ter acontecido, uma vez que o relatório apresentado não menciona, neste ponto, qualquer explicação justificativa para a baixa taxa de execução desta rubrica. Muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do PSD, Vítor Hugo Silva.

Interveio o Deputado Vítor Hugo Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Em relação a este relatório de execução orçamental da EPAVE, precisamente quanto ao quarto trimestre do ano transato são apresentados resultados da execução orçamentais, despesa e receita satisfatórios e, como tal, o grupo parlamentar do PSD encontra-se inteirado. Contudo, na análise do momento, surgem aqui algumas questões que gostaríamos de ver explanadas por parte da Câmara Municipal, nomeadamente no mapa da demonstração da execução orçamental da receita, onde consta aqui na coluna doze, uma execução orçamental igual a 79, 27%, ao invés do que é referido na introdução, de uma taxa igual a 82,5%. Eu não sei se será equívoco ou se deveremos considerar, então os 82,5% ou 79,27%.

Em relação também a este mapa da demonstração da execução orçamental da despesa, nada a opor quanto às taxas de execução orçamental, contudo surge aqui à vista na rubrica D-4.3 relativas às famílias, uma taxa de execução igual a 93,34%, em relação ao período homólogo, no relatório do ano passado, foi apresentada uma taxa de 99%. Eu gostaria que me explicassem se transitaram para o ano seguinte os subsídios aos alunos, e como é que essa situação ficou? E também gostaria de questionar sobre o relatório intermédio, se tem previsto a elaboração de uma avaliação intermédia do cumprimento do contrato-programa entre a EPAVE e o Município, conforme também referiu na Assembleia de junho do ano passado, obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Deputada do GP do PS, Elisabete Cunha.

Interveio a Deputada Elisabete Cunha, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Referente a este ponto número 4, que incide sobre a informação da Câmara sobre relatório de execução orçamental do quarto de trimestre de 2022 da Escola Profissional do Alto Ave. E, sendo que a explicação foi muito clara, entende-se que a execução orçamental deste trimestre vai no seguimento do que tem sido os anteriores. E para não me voltar a repetir, posto isto, a bancada socialista encontra-se devidamente inteirada sobre este ponto. Obrigado."

De seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio a Vereadora Fátima Moreira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Relativamente à execução do investimento, de facto, ao longo do ano, a execução foi sempre relativamente mais baixa do que aquilo que estava delineado em termos de plano. Isto prendeu se sempre com o facto de ter existido sempre pouca folga orçamental, digamos assim, relativamente ao investimento que era expectável fazer quando se construiu o plano. Isso não colocou em causa, obviamente, execução dos cursos, é verdade que houve um investimento significativo quando houve a questão da necessidade do reforço do ensino à distância relativamente aos meios tecnológicos. Agora, de facto, o que nós pensamos que vai acontecer num futuro próximo, com a viabilização, digamos assim, do centro tecnológico especializado, nós vamos ter a possibilidade de relativamente, sobretudo aos cursos relacionados com a parte industrial, de fazer um investimento significativo na EPAVE e, por isso, esta situação fica completamente sanada, e eu diria superada, é uma preocupação que não devemos ter nessa matéria relativamente à EPAVE.

Relativamente à percentagem de execução, eu não sei se percebi a pergunta, Senhor Deputado Vítor, de facto, o relatório é um documento técnico, a média da execução da despesa é 82,5%. O Senhor Deputado diz que está algures 87%, não é? Qual era a página? Deve ser só relativamente a esta, deve ser geral o que está na informação e deve ser do trimestre. Deve ser essa a informação.

Quanto ao contrato, a EPAVE já terminou o contrato-programa no final do ano, e ainda bem que trouxe essa questão aqui, porque importa também esclarecer, como bem sabem, esse contrato programa está relacionado com a comparticipação pública nacional. Nós, em determinado momento, tivemos informação que este ano o Orçamento de Estado poderia contemplar essa verba os 15%. E nesse aspeto, estivemos até este momento à espera que houvesse essa resolução por parte do Governo, da inclusão da comparticipação pública nacional no Orçamento de Estado. Entretanto, a informação que temos é que, apesar de ter sido aprovada na Assembleia da República, ainda não está integrada no Orçamento de Estado, temos protelado, digamos assim, a renovação do contrato-programa, mas vamos ter que o fazer porque ainda não temos a convicção de que, de facto, o Orçamento de Estado vai contemplar essa greve. E nesse aspeto, dizer-vos que o relatório relativamente ao ano de 2022 está feito. Agora, pensávamos que não íamos ter que fazer um contrato programa, tendo em conta esta expectativa positiva de ver esta verba contemplada no Orçamento de Estado, mas vamos ter que fazer um novo contrato-programa, porque a EPAVE está desde janeiro, sem essa rubrica, sem essa verba, tanto da parte do Orçamento de Estado coma da parte do Município e vamos ter que, de facto, analisar esta situação. Relativamente ao relatório final, que é esse relativo ao ano de 2022, os indicadores foram cumpridos e o relatório indica que a EPAVE cumpriu com aquilo que estava determinado no contratoprograma. Muito obrigado."

Em seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, verificou que não haviam mais pedidos de intervenção e deu por terminado o ponto quatro.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada sobre o Relatório Orçamental do 4.º Trimestre de 2022 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Seguidamente o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, passou ao quinto ponto da ordem de trabalhos. Ponto Cinco: Proposta da Câmara Municipal para celebração de adendas aos contratos de delegação de competências nos srs. Diretores, do Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio e Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, respetivamente, deliberados na sessão ordinária de Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2022.

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio a Vereadora Fátima Moreira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"O que trazemos aqui é uma adenda contratos de delegação de competências nos senhores diretores, uma adenda que traz a alteração ao Anexo I, que prevê um acréscimo da despesa que estava prevista na rubrica de fornecimento de serviços externos para os dois agrupamentos, em vinte e dois mil euros para o Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso e, em dezanove mil euros para o Agrupamento de Escolas Professor Gonçalo Sampaio. Verificamos que, de acordo com o que está definido, as escolas vão entregando as suas despesas e a Câmara vai validando e vai pagando em conformidade com a verificação da despesa feita. Há uma expectativa já delineada, de acordo com aquilo que tem sido as despesas dos dois agrupamentos, que o dinheiro que inicialmente foi aqui previsto não vai chegar até ao final do ano letivo. Houve necessidade, então, de antecipar aqui esta deliberação e não a levar até junho, porque poderia pôr em causa a impossibilidade de pagar algumas das despesas que estariam nestas duas rubricas.

Poderão questionar, mas então fizeram mal os cálculos? O que é que aconteceu de errado para agora terem uma necessidade de estarem a reforçar as verbas? Não se trata nem de má gestão nem de cálculos errados no âmbito daquilo que foi aqui proposto inicialmente. Trata-se sobretudo de duas questões e dois motivos principais. Um deles, como se bem lembram, o primeiro contrato de delegação de competências, que fizemos com os Senhores Diretores no ano passado, de abril até agosto, depois, no final de agosto, fizemos acerto de contas, era isso que estava previsto. Os agrupamentos que não gastaram aquele dinheiro entregaram o dinheiro não gasto à autarquia. O que aconteceu foi que depois desse processo, já depois de celebrarmos estes novos contratos, aconteceu que os dois agrupamentos, aconteceu nos dois, apresentaram

despesas que, entretanto, não tinham sido faturadas, mas correspondiam ao período anterior, ou seja, entregaram verba do primeiro contrato que não gastaram, mas depois apresentaram faturas que já entraram neste contrato, o segundo contrato que foi feito, e isso não tinha sido previsto, digamos assim. Por outro lado, também houve aqui também, como bem sabemos, aumentos significativos em despesas relacionadas, sobretudo com energia, comunicações, etc. que depois também fizeram aqui os números, digamos assim, não corresponder àquilo que era expectável. Nesse sentido, a Câmara Municipal está atenta e obviamente que não vai pôr causa a gestão dos agrupamentos. Por esse motivo estamos aqui então para vos apresentar e trazer a aprovação estas duas adendas, ou melhor, uma adenda em cada contrato."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do CDS, Pedro Afonso.

Interveio o Deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Conforme explanado pela Senhora Vice-Presidente e conforme constante do teor da proposta apresentada, tendo sido identificadas necessidades adicionais que motivam o reforço dos meios financeiros, existindo a necessária dotação orçamental para o efeito, factos que aliados ainda a noção do próprio Município, que nada têm a opor ao competente exercício de gestão levado a cabo pelos agrupamentos de escolas. São condições justificativas bastantes para aprovação da proposta. Por isso, nada tendo a opor o ressalvar, o CDS votará favoravelmente muito obrigado."

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do PSD, Diogo Sousa.

Interveio o Deputado Diogo Sousa, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Senhora Vereadora da Educação Doutora Fátima Moreira, relativamente à delegação de competências na área da educação, temos tido a oportunidade de ouvir diversos Presidentes de Câmara e/ou responsáveis pelas pastas da educação dos municípios tecerem duras críticas a este processo conduzido pelo Governo do Senhor Primeiro-Ministro, António Costa.

Entre outras coisas, queixam-se da famosa questão do envelope financeiro que já foi abordada aqui hoje, isto é, para que as pessoas entendam, estes autarcas alegam que o dinheiro transferido pelo Estado para as autarquias não é suficiente para que estas façam face aos encargos inerentes às responsabilidades que lhe foram transmitidas. Eu ia questioná-la se a Póvoa Lanhoso é, contra a corrente, a exceção saudável em que o dinheiro chegava e sobrava, não havendo qualquer motivo de preocupação, mas pela

sua intervenção no ponto um e pela intervenção do Senhor Presidente de Câmara no ponto três, já percebemos que partilham destas críticas a este processo conduzido pelo Governo de Portugal, porque dinheiro não é suficiente no caso da educação e autarquia, é claramente prejudicada. Portanto, no caminho do que disse o Senhor Presidente da Câmara, pedimos que façam tudo que está ao alcance para corrigir esta situação.

Relativamente a esta adenda, sendo da responsabilidade da Câmara Municipal dotar os agrupamentos de ferramentas para que se pratique um ensino de qualidade ou com a

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a

qualidade que se exige, somos completamente favoráveis. Muito obrigado"

palavra ao Deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o Deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Só para dar conta que não nos restam dúvidas depois até da excelente apresentação do ponto pela vereadora Fátima Moreira, e, portanto, votaremos a favor da proposta apresentada.

De seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio a Vereadora Fátima Moreira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Dizer-vos que este mês, aliás, já tínhamos conversado algumas vezes sobre isto, este mês de abril é o mês em que temos que apresentar o relatório, digamos assim, financeiro, no âmbito da Comissão de Acompanhamento e é também o mês, digamos assim, em que temos que trabalhar, porque foi nesse aspeto que nos foi também apresentada a proposta, de apresentarmos também os custos que, de facto, temos e de relativamente àquilo que recebemos. Mas, dizer-vos que nós estamos constantemente a ser monitorizados e a preencher plataformas relativamente à delegação de competências, tanto daquilo que recebemos como daquilo que pagamos. E, há pouco, eu não sei se ficou percetível, que o Senhor Presidente da Câmara, quando falou que, relativamente ao relatório, as contas estão equilibradas relativamente à delegação de competências, também havia um, em termos de receita, cobria a despesa e a minha intervenção inicial foi no aspeto de reforçar, e volto aqui a dizer, a delegação de competências relativamente às competências que estão emanadas na lei, tem um envelope financeiro associado, mas há todo um processo que veio sobrecarregar a estrutura da Câmara e todas as tarefas que acresceram às equipas da Câmara Municipal que essas sim, não têm envelope financeiro, certo? Nós temos as equipas, mas não é por isso que também temos reforçado as equipas, não temos, temos trabalhado

praticamente com as mesmas equipas, por isso essa questão nem se coloca. O que eu dizia há pouco, se calhar o maior problema da delegação de competências nesta matéria, tem a ver com o facto das nossas equipas, apesar de serem as mesmas equipas, estão agora muito mais sobrecarregadas de tarefas que não tinham e vai haver, certamente, num futuro próximo, a necessidade de reforçar estas equipas de trabalho, porque as competências trouxeram essa responsabilidade. Por outro lado, e não podemos esquecer disso, e foi isso sempre em que nós acreditamos, a delegação de competências têm que nos trazer oportunidade de estarmos mais próximos das coisas, mais próximas das decisões, o tem que trazer ganhos para a nossa população. Se traz ganhos para a nossa população, obviamente vai trazer custos também, é natural que traga estes custos também, indiretos às nossas estruturas e às nossas equipas, mas são custos que nós estamos disponíveis a assumir, tendo em conta o ganho em que acreditamos que as competências podem trazer para o nosso território, para a melhoria da qualidade das nossas populações, porque estamos muito mais no processo de decisão, podemos acompanhar muito mais depressa e de forma muito mais próxima os processos, tanto na educação como na ação social, como na saúde, e nós vemos isso como um investimento válido e justificável. Muito obrigado."

Em seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, verificou que não haviam mais pedidos de intervenção e deu por terminado o ponto cinco.

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para celebração de adendas aos contratos de delegação de competências nos srs. Diretores, do Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio e Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, respetivamente, deliberados na sessão ordinária de Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2022.

Em seguida, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, colocou à votação a aprovação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27.02.2023, informando de seguida, que a mesma foi aprovada por unanimidade.

Tendo depois, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, colocado à votação a aprovação da ata da presente Assembleia, em minuta, para que possam, de imediato, ter eficácia as deliberações ali aprovadas, informando de seguida, que a mesma foi aprovada por unanimidade.

Por fim, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira desejou a todos votos de uma boa noite e de um bom Dia do Trabalhador e deu por terminada a sessão da Assembleia Municipal. Anexa-se à presente ata, as declarações de voto apresentadas pelas bancadas do PS e do PSD referentes ao ponto dois, bem como, a documentação adstrita aos pontos da ordem de trabalhos, fazendo dela parte integrante.

ANEXO I

Declarações de voto apresentadas pelas bancadas do PS e do PSD no ponto dois da ordem de trabalhos

DECLARAÇÃO DE VOTO

28 04 2023

A 6 de Agosto de 1996 foi constituida a BRAVAL. Uma empresa criada para concretizar o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de residuos sólidos urbanos, integrando, como utilizadores originários e constituintes, os municiplos de Braga, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho.

Objetivos que presidiram à criação da Braval:

- Encerramento e recuperação ambiental das lixeiras a céu aberto.
- Construção das infra-estruturas necessárias para tratamento de residuos sólidos, nomeadamente, o aterro sanitário.
- Implementação da recolha seletiva através de uma rede de ecopontos.

Em 1999, um ano após entrada em funcionalmente das instalações, foi alargado este sistema aos municípios de Amares, Vila Verde e Terras de Bouro. Esse alargamento deveu-se essencialmente a:

- Dar dimensão e escala ao atemo;
- Obrigatoriedade de construir um aterro para servir os 3 municipios e isso implicar um investimento avultadissimo;
- Nenhum dos três municípios pretender acolher o aterro;

O sistema Braval abrange uma área total de 1 121 km² é uma população de 290.387 habitantes que produz, sensivelmente, 112 mil toneladas/ano de Residuos Sólidos Urbanos.

No momento da sua criação e alargamento (oi determinado por todos os acionistas que um dos membros do conselho de administração seria sempre da Póvoa de Lanhoso. Quem disser o contrário mente de forma descarada.

Qualquer alteração posterior a este princípio configura um desrespeito a um compromisso. Para os Povoenses "compromissos" são assumidos e cumpridos escrupulosamente doa a quem doer, independentemente dos mandatos autárquicos que são exercidos após esses compromissos. Quando se candidatam, fazem-no conhecendo e respeitando compromissos assumidos pelos seus antecessores. Há, no entanto, um portador de mensagens, que define compromissos como "acordos de cavalheiro", que pelos vistos, na sua definição, é permitido que a qualquer momento sejam alterados, bastando para isso a vontade dos decisores presentes sem que a história ou as decisões e compromissos de quem os antecedeu tivesse que ser respeitada. A quem pensa dessa forma sugiro que para além de reverem o conceito de "compromisso", e de "acordo de cavalheiros", reveja igualmente o conceito de "carater".

A determinação que previu que a Póvoa de Lanhoso indicasse sempre um dos membros do conselho de administração da BRAVAL é compreensível dado que parte significativa do aterro ou agora Ecoparque, se encontra em território do concelho da Póvoa de Lanhoso e entre outras importava considerar:

*Era devida a necessidade de fiscalizar de perto o impacto ambiental que este equipamento poderia provocar;

*Era devida a necessidade de fiscalizar o investimento que o Municipio da Póvoa de Lanhoso la estar sujelto no seu momento de instalação bem como em períodos futuros;

*Era devida a necessidade de fiscalizar do equipamento ao longo do tempo para que fosse garantido que o seu tempo de vida não fosse prolongado. Como é de conhecimento público foi assumido que seria de 10 anos e após esse período fosse construído novo equipamento num dos outros municipios;

*Era devida igualmente em função do período conturbado de manifestações públicas por parte da população, devidamente instigados pelo PSD, e pelo atual membro da Assembleia Municipal, e membro do conselho de administração da BRAVAL, Luís Amaro da Costa.

Em 2013, após autorização desta Assembleia Municipal, porque assim foi exigido pela CCDR-N, de forma ampla, foi permitido criar condições para que o tempo de vida da BRAVAL fosse prolongado por tempo indeterminado.

E chegados aqui importa fazer uma explicação mais detalhada deste momento, em abril de 2013, precisamente há 10 anos.

A BRAVAL viu aprovada uma candidatura com investimento total de 22 milhões de euros, apoiado pelo QREN num valor médio de 77%, ou seja, cerca de 18 milhões de euros.

Essa candidatura permitiu que em 2016, entrasse em funcionamento da Central de Valorização Orgânica, com Tratamento Mecânico e dessa forma veio revolucionar o tratamento dos resíduos. Permite a valorização de 30 000 toneladas da fração orgânica dos resíduos indiferenciados, 10 000 toneladas de resíduos verdes e castanhos, retirar a fração reciciável e valorizar energeticamente o biogás.

Foi esta aprovação de candidatura, mas sobretudo a aprovação desta Assembleia Municipal em 2013, que permitiu protongar o periodo de vida normal da Braval para tempo indeterminado porque ao invés de ser somente um aterro a Braval passou a ser um ecoparque em que parte significativa dos resíduos passaram a ser valorizados e não depositados.

Em 2013, a Póvoa de Lanhoso e esta Assemblela Municipal fol desrespeitada. Há época, todas as intervenções das bancadas foram solidárias com o coordenador da comissão do Ambiente, Sr. António Carvalho, que na sua intervenção reputou as considerações e omissões do diretor geral executivo de então, que se mantém, como "nojo". É precisamente dessa forma, também pelas considerações e omissões que temos que reputar as afirmações prepotentes do atual Administrador Executivo da Braval.

A saber:

Foi solicitada uma sessão de esclareclmento pública, com transmissão pública nos canais digitais, ao Administrador representante da Póvoa de Lanhoso e dos municípios minoritários para que ele estivesse presente;

- Este administrador, Luís Amaro da Costa, numa atitude subserviente e indigna da posição para a qual foi mandatado na criação da Braval, pedro ao proprietário, autorização para o fazer;
- Na sessão que antecedeu esta mesmá, de viva voz, disse que representava os pequenos municipios e que fiscalizava de forma rigorosa os procedimentos e todas as ações da Braval;
- Na sessão pública em que interveio o Administrador executivo para além ter assumido que não respeitou a pretensão da Assembleia Municipal fez questão de dizer que quem manda é o acionista maioritário numa atitude prepotente e que faz lembrar o período que antecedeu abril de 1974;
- 4. Sem se deter, assumiu que o Sr. Luís Amaro da Costa não representa a Póvoa de Lanhoso ou os pequenos municípios e quando muito há um acordo de cavalheiros que faz com que o acionista maigritário permita que seja indicado um nome pelos pequenos municípios.

Considera-se:

*Não há pequenos municípios, há municípios que são acionistas minoritários. Pequenos não são os municípios, mas sim quem olha para eles dessa forma;

*Se o aclonista majoritário é sério e sabe honrar compromissos não pode ter um seu representante, que também é seu representante na empresa municipal AGERE que detém o capital da BRAVAL, fazer alusões há possibilidade de não cumprimento de compromissos. Isso é atentatório ao principlo de boa fé e à sã convivência democrática:

Comportamentos destes, são muitas vezes geradores de conflitos e impedem o normal e regular funcionamento das instituições. Porque à pequenez de carater não raras vezes junta-se a pequenez de não perceber que vivemos num mundo global em que todos somos necessários e ninguém é dispensável.

Ao Sr. Administrador Executivo da Braval delxo-lhe as seguintes recomendações:

- Considere que há homens e mulheres livres, como é o caso dos eleitos nesta assemblela municipal, e falo sobretudo de quem realmente conheço que são os eleitos do Partido Socialista e os senhores presidentes de junta;
- 2. Ao contrário de si, e de guem o acompanha, há visões diferentes da sua. Pelo que foi percebido, entende que a sua missão é executora e induz essa filosofia aos demais que de forma obediente aceitam. Provavelmente com a mesma obediência que se comporta perante os acionistas da AGERE. Ao invês de espírito crítico ou capacidade de pensar pela sua cabeça, interiorizou que há seres superiores para pensar e que a sua missão é serviçal;
- 3. Considera que a AGERE, que preside, e por ser acionista maioritária, já agora, que não devia estar na estrutura societária da Braval desde outubro de 2021, prazo que caducou a concessão atribuida pelo Estado, tem o poder de pór e dispor de todas as decisões de gestão da Braval. Pois é, pode tomar decisões que não interfiram com esta Assembleia Municipal, é certo, mas devia igualmente, de forma inteligente, entender que esta Assembleia Municipal tem o poder de colaborar e permitir que por exemplo em 2013 se tenha prolongado por tempo indeterminado o tempo de vida da Braval, e com isso permitir o encaixe de cerca de 18 milhões de euros do QREN, num investimento global de 22 milhões de euros.

Já agora Sr. Administrador, quem fez essas obras de milhões e beneficiou com isso? Terão sido os mesmos que fazem do si portador de mensagens?

4. Sobre contrapartidas e compromissos. Provavelmente as contrapartidas que tem considerado como possibilidade vão ter o mesmo cumprimento que as contrapartidas que assumiram e não respeitaram em 2013. Fica no entanto um mensagem a si e a todos os acionistas: há incumprimentos reiterados que um día, quando a Braval voltar a necessitar da complacência desta Assembleia Municipal, como em 2013 ou agora mesmo, pode haver um desgaste de tal ordem que a proposta não seja avaliada de forma racional mas sim à luz dos princípios que enunciou na apresentação pública: quem tem poder?

Fica ditol.

Feitas as considerações varnos centrar-nos na matéria de fato da proposta hoje apresentada.

Em 2013, esta Assembleia Municipal, que tal como agora, é composta maioritariamente por membros do PSD, votou maioritariamente favoravelmente, sem votos contra. Nas intervenções e declarações de voto,

fez-se menção à fiberdade de voto e ao fato de numa questão desta sensibilidade e sobretudo face ao desrespeito da Braval com a Assembleia Municipal não havia outra solução que não fosse esta orientação. Realço para que não haja dúvidas: em 2013, há 10 anos, os vereadores por unanimidade e os membros da Assembleia Municipal, muitos defes que pertencem a esta Assembleia Municipal, votaram maioritariamente, uma proposta que prolongou o prazo de vida da Braval por tempo indeterminado!

A proposta foi viabilizada e em momento algum foi pedido estudo de impacto ambiental. Reforço, para tomar uma decisão de prolongar o prazo de vida da Braval por tempo indeterminado não foi exigido qualquer estudo de impacto ambiental.

Os presidentes de junta de freguesia onde o ecoparque se encontra localizado, Lanhoso e Ferreiros, votaram favoravelmente e nunca questionaram, no passado bem como agora, qualquer dúvida sobre estes equipamentos e os seus potencials maleficios às suas terras e suas gentes.

Posto isto, e visto que hoje a proposta apresentada é construir os alvéolos previstos no projeto de base, se a proposta for chumbada, ou então, face ao maciço encontrado, construir uns metros ao lado, passando a ocupar uma área maior à que já estava prevista na ocupação dos terrenos da Póvoa de Lanhoso há duas opções. Faz-se no local previsto e tem um custo adicional de 2 milhões de euros que vai ser imputado aos utilizadores, inclusive a todos os Povoenses, ou então aceita-se a deslocação dos alvéolos por alguns metros e evita-se que este valor seja imputado aos utilizadores.

Bem sei que há teorias para todos os gostos, mas de forma objetiva há estas duas opções. Por estarmos cá para fazer a defesa dos Povoenses e haver duas possibilidades de decisão entendemos que a posição deve ser favorável e dessa forma desonerar Povoenses neste custo que teriam.

Os Povoenses, pelos Povoenses e sem jogos de calculismo partidário. Deve ser esse o nosso foco nas decisões que são tomadas. Estamos de consciência tranquila. A nossa posição é coerente e consistente desde 1996, não andamos à deriva, sem rumo.

Há quem em 1996 tenha estado na frente das manifestações, com ataques vis aos decisores políticos de então, em 2013, quando no poder e maioritários na Assembleia Municipal, tenham votado favoravelmente o prolongamento de vida da Braval por tempo indeterminado, e por isso também, será curioso perceber como se vão comportar nesta votação e com todos os elementos aqui prestados quando continuam com maioria na Assembleia Municipal, más sem governarem os destinos da Póvoa de Lanhoso.

Caso para perguntar, qual o exemplo que vão seguir do Sr. Luis Amaro da Costa: o manifestante contra a abertura da Braval ou o administrador da Braval que votou favoravelmente?

Pelo exposto e considerado o desrespelto por parte do Administrador executivo da Braval foi decidido por unanimidade desta nossa bancada que o Partido Socialista terá liberdade de voto.

Solicita-se ao Sr. Presidente desta Assembleia Municipal que a presente declaração de voto seja remetida a todos os acionistas da Braval.

A Bancada do Partido Socialista.

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO 28-04-2023

DECLARAÇÃO DE VOTO

Aos 28 dias do mês de abril de 2023, no âmbito da votação do ponto n.º 2, da Ordem de Trabalhos desta Assembleia Municipal, a liderança parlamentar da Bancada do Partido Social Democrata, vem declarar o seguinte:

O assunto do alargamento do ecoparque da Braval é um assunto que tem merecido especial atenção por parte do Partido Social Democrata, especialmente nos últimos sete meses, marcando o seu ponto de vista, quer em reuniões de câmara, quer nas duas últimas duas assemblelas, quer ainda em todas as diligências que encetou em prol de um melhor esclarecimento.

De recordar que, este assunto foi deliberado em reunião de Câmara do pretérito dia 25 de outubro, com a votação favorável do Partido Socialista e com a abstenção dos vereadores do Partido Social Democrata.

Referiram os Senhores Vereadores do PSD, nessa data, que:

"A Braval é, sem dúvida, uma empresa com diversos impactos no vida do nossa concelha, que podem ser cansiderados positivos e negativos.

O impacto positivo no economia local, sobretudo, ao nivel da criação de postos de trabalho, é inegável.

Contudo, existem impactos negativos correntes a nível ambiental e dos constrangimentos provocados às populações circundantes, bem como impactos negativos pontuais, por exemplo, incidentes em que a localização do Ecoparque no nosso concelho pode influir de forma directa ou indirecto.

Considerando de especial formo o impacto ambiental, salientam os Vereadores eleitos pela Partido Social Democrata a ausência de um estudo de Impacto ambiental na documentação relativa ao panto e sem o qual se torna impossível calcular os reais impactos, a sua amplitude e grau de gravidade que possa ter o projecto em apreciação.

Sem este documento, a deliberação da proposta vertida neste ponto, afigura-se um exercício difícil e entendem os Vereadores do PSD que não se encontram reunidas as condições para uma deliberação esclarecida e consciente.

Face à aparente inexistência do referido estudo, recomenda-se o sua elaboração com o maior brevidade possível. Caso este existo, solicito-se o seu envio aos vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata, à Comissão de Ambiente do

Assemblela Municipal e às juntas de freguesia e seja amplamente divulgado durante a período de discussão pública.

Recomenda-se, ainda, que a participação no período de discussão pública seja fomentada pelo Município através do massificação de informação sobre o referido período, utilizando para o efeito todas os seus canais de comunicação e, ainda, a remissão da informação às juntas de freguesia.

Assim, os Vereadores do PSD decidem pela abstenção da votação do ponto."

O período de discussão pública deste reconhecimento, decorreu entre novembro e dezembro de 2022, tendo o executivo liderado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Frederico Castro, entendido não existir qualquer inconveniente para a Póvoa de Lanhoso em sujeitar o assunto a discussão pública, sem um estudo de impacto ambiental, menosprezando a informação técnica interna de que dispunha, elaborada a 4 de outubro de 2022, por quatro técnicos do Municipio, onde, entre outros aspetos, estava ressalvado o seguinte:

- "- A alteração da morfologia do terreno, em cabeceiros de linhas de água, tem consequências sendo, por isso, obrigatório ser assegurado, previamente, um estudo de impocte ambiental, por forma a percebermos quais as consequências ambientais da referida alteração;
- Para além de cumprir à Braval informar a alteração que esso intervenção tem, nomeadamente com linhas de água, com indicação das medidas para minimizar esse efeito."

Em periodos de debate político que antecederam esta deliberação, fomos acusados pelo Partido Socialista, de o PSD estar a "meter o carro à frente dos bois", de querer tornar este assunto num caso político, pois é esta a argumentação possível a uma bancada que se encontra claramente condicionada pela decisão que o executivo do seu partido já tornou.

Este assunto, foi resumido pelo Senhor Presidente de Câmara Municipal, da seguinte forma:

- O alargamento vai ocorrer indiscutivelmente, alargando para Braga (plano A), local para onde já dispõe de autorização, ou alargando para a Pôvoa de Lanhoso (Plano B);
- Entre ambas as localizações distarão aproximadamente 150m;
- O alargamento para Braga tem um custo superior ao alargamento para a Póvoa de Lanhoso, o que acabará por ser refletido nas tarifas de lixo pagas pelos Povoenses.
- Portanto, o plano A (Braga) e o Plano B (Póvoa de Lanhoso), apresentam custos diferentes;

- Entende a Câmara Municipal, que não pode obrigar a Braval a fazer um estudo de impacte ambiental, tendo em consideração que o aterro não recebe mais de 150.000 toneladas de residuos por ano. No entanto, foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, que por um descargo de consciência, se dependesse da Câmara Municipal seria feito um estudo de impacte ambiental ao ecoparque da Braval, à semelhança do que irá acontecer no projeto da via circular urbana (que não sendo obrigatório, será feito).

Para além disso, na última Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu ser importante perceber se estariamos ou não, a fazer uma tempestade num copo de água, ficando de diligenciar previamente à votação do ponto, as seguintes informações:

- O Registo histórico dos lençõis freáticos e o seu impacto na saúde pública;
- As questões monetárias para a carteira dos Povoenses do Plano A e do Plano B, clarificando a diferença na fatura mensal a pagar pelos Povoenses, caso não fosse permitido o alargamento da Braval em território da Póvoa de Lanhoso;
- Ademais, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Frederico Castro, comprometeu-se a ser reivindicativo por contrapartidas justas para a Póvoa de Lanhoso.

Importa ter presente, que este ponto foi aprovado pelo PS em reunião de Câmara, foi sujeito a discussão pública e foi remetido a este órgão deliberativo, fazendo <u>apenas</u> parte integrante os seguintes elementos:

- Deliberação da reunião de câmara de 25 de outubro de 2022, com a declaração de voto do Partido Social Democrata;
- A Informação técnica interna subscrita por 4 Técnicos do Município da Póvoa de Lanhoso e datada de 4 de outubro de 2022;
- As especificações e memória descritiva do projeto de execução da ampliação do aterro, reportadas a novembro de 2020 e,
- As medições do dito projeto de execução, reportadas a julho de 2021.

Apesar de tados os esforços encetados pelos Vereadores e Grupo Parlamentar do PSD:

- Tivemos um período de discussão pública, desconhecido pela generalidade da população;
- Uma declaração de voto dos vereadores do PSD, assim como intervenções na Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, que não provocaram no órgão executivo a proatividade e sensibilidade necessárias para gerir esta situação. Apenas puderam contar com a desconsideração e inércia deste executivo.

- Uma sessão de esclarecimento que ocorre após o deputado Luís Amaro da Costa remeter aos serviços da Assembleia, um email, no qual se mostrava à disposição para a realização de uma sessão de esclarecimento;
- E, no dia 17 de abril, após uma conferência de líderes em que se define a não necessidade de uma nova sessão de esclarecimento com os mesmos intervenientes, o Lider Parlamentar do PS, deputado Filipe Silva, remete um email ao Senhor presidente da Assembleía Municipal, aparentemente, não com os objetivos de esclarecer, mas sim, com objetivos claramente políticos, até porque se fosse efetivamente para esclarecer a população, para além da Braval que poderia e deveria estar representada nessa nova sessão de esclarecimento, era imprescindível que estivessem presentes os Técnicos do Município, conforme sugestão da liderança parlamentar do PSD e, também, a Agência Portuguesa do Ambiente, conforme foi sugerido pelo Deputado Pedro Afonso nessa mesma conferência de lideres.

De salientar, que a dita sessão de esclarecimento, solicitada a 17 de abril, após 3 dias, e pôde contar com a pronta disponibilização de melos por parte da Câmara Municipal, ao Invês de todos os pedidos de ação solicitados pelo PSD, que simplesmente, cairam em "saco roto".

Todos nós sabemos, que em 1998 a Braval velo para a Póvoa de Lanhoso, sob a incidência de uma grande contestação, com um período de tempo determinado, com uma licença de exploração com limites temporais definidos e com o claro compromisso que iria haver rotatividade entre concelhos envolvidos.

Volvidos 25 anos desde que a Braval se sediou na Póvoa de Lanhoso, o reconhecimento do interesse público municipal, significa manter permanentemente nas terras da Póvoa de Lanhoso, aquillo que, alegadamente, seria rotativo entre concelhos.

Sabemos que as lixeiras a seu aberto que estavam espalhadas ao longo do concelho antes de 1998, não eram, nem são solução.

Mas o que também não é solução, é decidir-se onerar a Povoa de Lanhoso, por largas décadas, considerando como válido um estudo de impacte ambiental de 1998, porque, afinal, não se depositam nesses terrenos mais do que 150.000 toneladas de residuos por ano.

Assistimos, com agrado, a um grande incremento de legislação em torno das questões e responsabilidades ambientais.

Chegados ao momento de decidir:

- Desconhecemos os processos de controlo e seus resultados, relativos ao enchimento de residuos!
- Desconhecemos os processos de controlo e seus resultados, relativos à produção e qualidade dos lixiviados!
- Desconhecemos os processos de controlo e seus resultados, da qualidade das águas subterrâneas e superficiais!
- Desconhecemos os processos de controlo e seus resultados, quanto ao assentamento da massa dos residuos!
- Desconhecemos todo e qualquer processo de Recuperação paisagística previsto!
- Desconhecemos a qualidade do ar em funções das emissões gasosas que são produzidas!
- Desconhecemos os níveis de ruídol.

Mas, mesmo com todos estes desconhecimentos, o executivo considerou como válido um estudo de impacte ambiental de 1998, porque, afinal abrangia 10 alvéolos e, porque, afinal, não se depositam mais 150.000 toneladas de residuos por ano, numa extensão total de terreno que deve ultrapassar já os 60ha, dos quais, cerca de 70% dessa área está na Póvoa de Lanhoso.

Com inúmeros indices desconhecidos, sem um estudo de impacte ambiental atualizado, sem contrapartidas justas para o concelho da Póvoa de Lanhoso, devidamente clarificadas e acordadas, e apenas com um acréscimo de custo na implementação no alargamento para Braga (Plano A), de cerca de cinquenta cêntimos por ano e por familla, não restou outra alternativa à liderança parlamentar do PSD, que não seja a de abstenção.

Póvoa de Lanhoso, 28 de Abril de 2023 :

A Liderança de Bancade do Partido Social Democrata

Anexo II

Documentação adstrita aos pontos da ordem de trabalhos



Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso

Ponto Um (30`):
Análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do
artigo 2.º do regimento da assembleia municipal.
DELIDEDAÇÃO.
DELIBERAÇÃO:



Cumprindo o estabelecido no Artigo 2º, número 2, alínea c) do Regimento remete-se, para análise, informação referente à atividade do Município bem como à sua situação financeira.

O período em causa diz respeito a pouco mais de dois meses de atividade, já que a anterior sessão ordinária do presente mandato decorreu no passado dia 27 de fevereiro de 2023.

Desenvolvimento Social

- No âmbito do processo de transferência de competências, fazemos aqui um ponto de situação, nas áreas da ação social, educação e saúde.
 - Ação Social e RSI No dia 1 de abril, cumpriu-se o primeiro ano desde que o nosso Município assumiu estas funções e o balanço é positivo. Realizamos um trabalho de articulação com os parceiros da comunidade, cujo foco são as várias dimensões da família.
 - No período em análise, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social tem vindo a monitorizar a medida de RSI e a acompanhar famílias no âmbito social. Também temos realizado reuniões quinzenais de Núcleo Local de Inserção e têm vindo a ser aplicados os apoios eventuais na área da habitação, saúde, de entre outros.
 - Educação No presente ano letivo, o processo de transferência de competências para o Município encontra-se em fase de consolidação. Após a receção das competências a meio do ano letivo 2021/2022, desenvolvemos todas as diligências no sentido de o ano letivo em curso à data da transferência decorresse sem constrangimentos ou alterações significativas, que pudessem pôr em causa a sua estabilidade, procedendo à delegação da maior parte das competências nos Diretores dos Agrupamentos de Escolas.

No ano letivo 2022/2023, formalizámos novos contratos de delegação de competências nos Diretores dos Agrupamentos, mas o Município assumiu mais competências do que no ano letivo anterior (Leite Escolar, circuitos especiais das crianças e alunos integrados na Educação Inclusiva, gestão dos refeitórios escolares de todos ao ciclos de ensino, implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular, conservação e manutenção dos edifícios escolares e gestão, em estreita articulação com os Agrupamentos de Escolas, do pessoal não docente em exercício de funções em todas as escolas do concelho).

Continuamos a encarar este processo com enorme responsabilidade e temos vindo a assumir de forma plena e comprometida as competências transferidas por parte da administração central, empenhando-nos na sua rentabilização e na definição de políticas públicas locais que respondam às necessidades identificadas no nosso território e que alavanquem as potencialidades existentes, promovendo e



assegurando, assim, uma melhor prestação do serviço público de educação no nosso concelho.

- Saúde No que concerne ao processo de descentralização de competências no âmbito da Saúde, o Auto de Transferência produziu efeitos a partir de 1 de março, sendo que os procedimentos, articulações e etapas conducentes à plena assunção de competências têm vindo a decorrer com normalidade.
- No final do mês de março, reunimos com a Ministra da Habitação, Marina Gonçalves, e com a Secretária de Estado da Habitação, Fernanda Rodrigues, que estiveram no nosso concelho para conhecer o ponto de situação da implementação da Estratégia Local de Habitação, homologada pelo IHRU Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, em dezembro de 2022.

No decorrer da reunião, nos Paços do Concelho, foi ainda apresentada a estratégia definida pelo Município para agilizar a concretização das ações previstas na Estratégia Local de Habitação e que visam responder às necessidades identificadas neste âmbito.

Já no terreno, as representantes do Governo também visitaram o Bairro Social de Oliveira, que é um dos que vai brevemente ser intervencionado, assim como as instalações da sede da Junta de Freguesia de Oliveira, que serão transformadas em duas habitações em regime de arrendamento apoiado.

- A Póvoa de Lanhoso já faz parte da Rede de Autarquias que Cuidam dos Cuidadores Informais, que integra os municípios e as freguesias do território nacional português que adotam as melhores práticas e medidas de apoio em benefício das pessoas que são cuidadoras informais.

A candidatura Povoense que foi aprovada tem por base o trabalho que é desenvolvido pelo GACI – Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal. O projeto é um dos que obtiveram as melhores avaliações globais (com base nos diferentes critérios que constam no regulamento). Este reconhecimento da relevância desta resposta para o território concelhio materializa-se na atribuição de um selo de mérito, com vigência até ao final de 2023. O GACI é uma resposta inovadora, de âmbito social e de saúde. Encontra-se ao dispor de todos os familiares, residentes no concelho, cuidadores de pessoas com dependência, independentemente da sua idade (desde crianças a idosos) e da sua condição base. Realiza o diagnóstico de necessidades nos domínios físico, social, habitacional e de carga emocional do idoso ou da pessoa dependente e do seu cuidador informal. Outra vertente assenta no apoio e acompanhamento das pessoas dependentes e dos cuidadores, dando resposta às necessidades identificadas, procedendo ao encaminhamento dos utentes para outros recursos na comunidade. Dinamiza ainda um Grupo de Ajuda Mútua, com reuniões mensais.

Este recurso, que tem constituída uma equipa multidisciplinar, da área da saúde, da área da educação e da área social, também se propõe a realizar sessões de formação e informação à comunidade de cuidadores informais, promovendo a qualidade dos cuidados disponibilizados à pessoa dependente e a redução dos riscos. Também promove ações



que permitam diminuir a ansiedade, apoio na gestão de emoções, prevenção de estados depressivos ou mesmo apoio no processo de luto.

 - Ainda no mês de março, foi apresentado em sede de NLI – Núcleo Local de Inserção, uma nova resposta para as famílias povoenses com diagnóstico em saúde mental. Tratase do projeto da equipa de Apoio Domiciliário em Saúde Mental, que integra o Centro Social do Vale do Homem, sediado em Vila Verde, mas que é mais um recurso da rede concelhia.

Na mesma oportunidade, também foi apresentado o Gabinete de Apoio à Parentalidade desta Câmara Municipal, que é outra resposta para as famílias já acompanhadas pelo NLI, designadamente, beneficiárias de medidas de apoio social, tais como o RSI.

A equipa de Apoio Domiciliário em Saúde Mental e o Gabinete de Apoio à Parentalidade enriquecem o leque de ferramentas de que o Núcleo Local de Inserção passou a dispor, sendo que, com o contributo de todas as entidades envolvidas, terá mais e melhores respostas sociais.

- No dia 29 de março, realizou-se mais uma reunião plenária do Conselho Local de Ação Social (CLAS). Da agenda constou a apresentação do Plano de Desenvolvimento Social (PDS), um documento de planeamento estratégico municipal que pretende apresentar uma resposta concertada para reduzir a pobreza e exclusão social e para desenvolver uma consciência coletiva dos problemas sociais. O PDS tem como objetivo potenciar os recursos locais e criar respostas adequadas aos problemas, através de uma intervenção estratégica social, a nível concelhio.

Este documento foi objeto de parecer positivo por parte das pessoas presentes e contempla informação muito relevante sobre a realidade do nosso concelho, em múltiplas dimensões, abrangendo todas as áreas de atuação da Rede Social. O PDS é um documento em aberto, recetivo ainda a sugestões que os parceiros queiram apresentar.

Na referida reunião, foi ainda apresentada a Rádio União - a Nossa voz, da Associação de Apoio aos Deficientes Invisuais do Distrito de Braga, assim como o projeto "Snoezelen Sobre Rodas", que resultou da aprovação de uma candidatura da "Associação Em Diálogo" aos Prémios BPI La Caixa.

O Conselho Local de Ação Social ficou ainda a conhecer que dos projetos da Unidade de Cuidados na Comunidade - Coração do Minho fazem agora parte, também, os cuidados paliativos ao domicílio prestados por uma equipa multidisciplinar; a consulta direcionada a consumos de álcool conduzida por uma equipa multidisciplinar; duas propostas na área dos problemas respiratórios ("Reabilitar para Respirar" e "Palmadinhas"); a reabilitação cardíaca direcionada para doentes com patologia cardíaca; a consulta de informação sobre o testamento Vital-Diretiva antecipada de vontade e também o apoio ao aleitamento materno, tanto no Centro de Saúde como ao domicílio.

Também o Serviço de Apoio Domiciliário especializado em Saúde Mental, que era uma área de atuação quase inexistente no concelho, é um novo serviço que vai ser dinamizado por técnicos/as da Instituição Casa de Citânia, do Centro Social do Vale do Homem.

Foi ainda apresentado o relatório de execução anual do CLDS4G Lanhoso relativo a 2022, cujas ações apresentam um grau de execução elevado, cumprindo assim as metas e



indicadores previstos. Foi verificado com agrado, que mesmo com o termo do projeto previsto para agosto de 2023, o mesmo deixará ações relevantes que terão continuidade no nosso território e instrumentos que podem ser utilizados por agentes locais no desenvolvimento das suas atividades.

Ainda no que se refere ao CLDS4G Lanhoso e à margem deste plenário do CLAS, é de referir que, no presente ano letivo, estamos a implementar, em parceria, o programa "Devagar se Vai ao Longe".

Este projeto tem como objetivos a melhoria das competências socioemocionais e do desempenho académico dos/das alunos/as de todas as turmas do 3.º ano do 1.º ciclo do ensino básico e propõe-se, também, a prevenir ou reduzir os problemas de comportamento e emocionais em crianças.

- Ainda no âmbito do trabalho que é realizado nas escolas, referência para o projeto "Póvoa no Pedal - Programa de Mobilidade Sustentável ", que está a ser desenvolvido no Agrupamento de Escolas de Póvoa de Lanhoso e no Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio, através do Programa EducaBicla, e que abrange 187 alunos e alunas do 6.º ano.

Inseridas no currículo escolar e fazendo uso dos tempos letivos das disciplinas de Educação Física e de Educação para a Cidadania, as sessões são desenvolvidas em várias fases, que englobam teoria e prática. No final, acontece uma sessão de avaliação de conhecimentos adquiridos e de certificação, ficando assim os/as "ciclistas" aptos para receber o Cartão de Ciclista Urbano.

- No dia 11 de março, entregámos 229 Bolsas de Estudo: 164 para estudantes do Ensino Superior e 65 para alunos/as do Ensino Secundário. Realizámos uma cerimónia, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, num momento que contou ainda com a intervenção de um empreendedor, Alexandre Mendes, para abordar a temática "Competências para o/a Profissional do Futuro". O valor do investimento nesta medida de incentivo à continuidade da aprendizagem e da formação é de 141 mil euros.
- Referência para o programa Férias Ativas Páscoa 2023. Participaram 19 crianças com idades entre os seis e os 15. Nove destas crianças com necessidades especiais. A interação do grupo foi muito positiva. O programa funcionou com normalidade, com propostas de carater lúdico e pedagógico, ligadas ao ambiente e à cultura, por exemplo. As próprias crianças fizeram um balanço muito positivo da sua participação no programa.
- No dia 31 de março, promovemos a visita de alunos/as das turmas do 9.º ano das Escolas Básicas de Taíde e Gonçalo Sampaio e das turmas do 12.º ano do ensino regular da Escola Secundária ao Pólo de Guimarães da Universidade do Minho.

Esta iniciativa, que apoiámos através do transporte, teve como objetivo mostrar a Universidade do Minho, numa perspetiva integral, e dar a oportunidade a estes/as jovens de conhecer a diversidade da oferta educativa que ali existe.

Foram 324 os/as estudantes, que, acompanhados por 20 docentes, participaram na ação UPA - Universidade de Portas Abertas 2023 e estiveram em contacto com o ambiente e a vivência académica, numa das mais reputadas universidades do país.



A atividade foi promovida em colaboração com os Agrupamentos de Escolas, designadamente, no que respeita ao trabalho no domínio da Intervenção vocacional.

- No dia 27 de março, recebemos, nos Paços do Concelho, um grupo de estudantes de Itália e da Eslovénia, no âmbito do Projeto Erasmus+ "Bee Live". Este grupo esteve na Póvoa de Lanhoso até ao dia 31 de março, tendo ainda incluído estudantes franceses/as.
- No dia 28 de fevereiro, entregámos mais 66 apoios a bebés e respetivas famílias, no âmbito do programa Naturalanhoso. Neste caso, falamos de um investimento de 35 mil euros, no apoio à natalidade e comércio local.
- De forma a assinalar o Dia Municipal para a Igualdade (23 de março), demos início a um conjunto de visitas inclusivas ao Castelo de Lanhoso, em parceria com instituições locais.

No arranque do projeto Castelo Inclusivo, utentes da Casa de Trabalho de Fontarcada puderam ficar a conhecer melhor o ex libris do concelho. Instituições como a ASSIS - Associação de Solidariedade Social, Integração e Saúde do Norte e a Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga também participaram neste projeto.

Tornar o Castelo de Lanhoso acessível a todas as pessoas visitantes através de dinâmicas que desafiam as suas capacidades é o objetivo principal do projeto Castelo Inclusivo.

A Póvoa de Lanhoso assinala o seu Dia Municipal para a Igualdade a 23 de março, data apontada pelos historiadores como a do início da Revolta protagonizada por uma Mulher Povoense, a Maria da Fonte.

- No âmbito da interrupção letiva de Páscoa, promovemos mais uma edição das Férias Ativas Inclusivas. O programa realizou-se em dois períodos distintos: entre os dias 3 e 6 de abril e entre os dias 11 e 14 de abril.
- No dia 6 de abril, promovemos a ação temática "Recuso ser vítima" dinamizada no Theatro Club pela atriz Sílvia Abreu, Presidente da Associação Tocar n'Alma.

Para além de uma componente artística, este momento ofereceu um interessante espaço de reflexão e interação em que o tema da violência doméstica e no namoro, que é ainda tabu, foi tratado abertamente e foram partilhados testemunhos e histórias de vida.

Já no dia 30 de março, participámos na apresentação do projeto pedagógico "O Digital é Real", dinamizado pelo cantor de rap nacional Jimmy P., no âmbito do combate ao cyberbullying e violência no namoro. Esta iniciativa decorreu no Pavilhão da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso, perante um público juvenil (alunos/as do 3.º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário).

- Encontramo-nos a preparar a candidatura ao Programa Cidades Amigas das Crianças. O objetivo é renovar o selo de Cidade Amiga das Crianças, com o qual fomos distinguidos pela UNICEF, em 2018, na sequência da apresentação do Plano Local "Eu no meu Município".
- No período em análise, demos continuidade ao Programa de Formação Parental em contexto grupal "Mais Família, Mais Criança".



- No âmbito da saúde, apoiámos e colaborámos com a Unidade de Cuidados na Comunidade "Coração do Minho", do Centro de Saúde, no desenvolvimento do projeto de formação comunitária em Suporte Básico de Vida.

O conjunto de formações arrancou no dia 28 de fevereiro, no polo de Calvos, do Centro Social das Paróquias de S. Pedro de Serzedelo e S. Gens de Calvos, com 17 elementos da equipa não clínica, incluindo assistentes que trabalham no serviço de apoio domiciliário e no centro de dia. Estas formações visam capacitar, para situações de emergência, o pessoal técnico das equipas não clínicas de várias entidades concelhias pertencentes à Rede Social. Durante o mês de março, outras entidades locais também receberam esta formação.

- No capítulo dos/as seniores, destacamos o seguinte:
 - Mesa Redonda "Justiça Social pensar em conjunto para envelhecer melhor", que a Câmara Municipal, o Provedor do Idoso para o concelho e a Comissão de Proteção ao Idoso dinamizaram, juntando no mesmo espaço representantes de entidades com intervenção nas dinâmicas de envelhecimento.

Apresentar publicamente os resultados do trabalho desenvolvido pelo Provedor do Idoso e refletir sobre as diferentes barreiras que enfrentam as pessoas com mais de 65 anos na sociedade atual e no concelho, em domínios como a Participação, as Políticas Sociais, a Sociedade Digital e a Intergeracionalidade, a Saúde e a Segurança foram os objetivos deste momento, que decorreu no dia 9 de março, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, que esteve lotado com dirigentes de entidades locais e regionais e de seniores do concelho.

Esta sessão permitiu traçar um retrato do envelhecimento na Póvoa de Lanhoso bem como refletir e apontar caminhos para o futuro.

- Almoço de Mulheres dos Centros de Convívio, para assinalar o Dia Internacional da Mulher (8 de março). Um momento de confraternização que teve uma adesão que superou todas as expectativas. Participaram cerca de 130 mulheres, com idades entre os 60 e os 94 anos.
- No âmbito do SIGO Serviço para a Promoção da Igualdade de Género e de Oportunidades (PMIGO), destacamos a apresentação, no dia 8 de março, do II Plano Municipal para a Igualdade de Género e de Oportunidades, assinalando o Dia Internacional da Mulher. O PMIGO está alinhado com os objetivos da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 e com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. De entre outros aspetos, o documento apresenta oito eixos de intervenção: Governação, Gestão de Pessoas e Bem-Estar Organizacional; Educação, Formação e Emprego; Saúde; Urbanismo e Mobilidade; Coesão e Cidadania; e Desporto.
- No dia 7 de março, acolhemos, nos Paços do Concelho, duas sessões de divulgação sobre Conflitos de Consumo, promovidas pelo CIAB Centro Arbitral de Consumo.



O objetivo destas sessões foi divulgar junto dos funcionários da autarquia, bem como dos Presidentes de Junta de Freguesia e Uniões de Freguesia, a importância do CIAB nas relações entre agentes económicos e consumidores.

Competitividade e Coesão Territorial

- No capítulo do apoio às empresas e ao emprego, referência para o Gabinete de Empregabilidade que tem como principal objetivo aumentar a empregabilidade no concelho e responder às necessidades de contratação de mão de obra das empresas. Neste momento, existem 273 pessoas inscritas.

Destas, 231 foram encaminhadas para os diversos parceiros (IEFP, CNO, Centros de formação, criação do próprio emprego - GPDE) e para ofertas de emprego das empresas que chegam até nós por via do Gabinete de promoção do Desenvolvimento Económico, tendo sido colocados diretamente cerca de 30 inscritos.

Nesta área, e de forma articulada com o Gabinete de promoção do Desenvolvimento Económico, foram já realizadas reuniões exploratórias de trabalho com empresas locais e entidades parceiras do território no sentido de se desenhar um projeto de "mentoring"/"shadowing", que facilite a integração dos desempregados e outros no mercado de trabalho, bem como, um ajuste do perfil profissional pretendido.

A curto prazo, o Gabinete de Empregabilidade constará com uma ferramenta de trabalho (plataforma) de acesso livre, que resulta de uma ação em parceria com o projeto - Contrato local de desenvolvimento social 4G da Santa casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso e do centro distrital da segurança social, que permitirá uma maior divulgação digital de informações diversas neste âmbito, bem como uma maior proximidade com o público desempregado e outros.

- No período em análise, através da Divisão de Obras Municipais e Ambiente, executámos as intervenções que apresentamos de seguida.

Águas/Saneamento

- Execução de ramal de abastecimento de água e saneamento (Santo Emilião)
- Execução de rede e ramais de abastecimento de água (Sobradelo da Goma e Póvoa de Lanhoso)
- Execução/montagem de válvulas redutoras de pressão (Sobradelo da Goma)
- Requalificação da rede e ramais de abastecimento de água (Póvoa de Lanhoso)
- Execução de rede e ramais de saneamento (Póvoa de Lanhoso e Taíde)
- Execução de ligação de saneamento (Póvoa de Lanhoso)
- Execução de ramal de abastecimento de água (Garfe)



Diversos

- Reparação/Desobstrução de diversas sarjetas, aquedutos e tubagens de águas pluviais e saneamento
- Manutenção de ETAR's Monsul; Águas Santas e Moure
- Requalificação da Fonte da Rotunda do Foral

Obras Municipais

- Corte de parede para colação de porta de saída de Emergência no Pavilhão da Escola Secundária
- Reparação de pavimento e caixas de infraestruturas no loteamento do Areaço em Vilela
- Reparação de infiltrações em diversos espaços municipais
- Adequação/alteração de portões no bairro social de Garfe
- Execução e aplicação de paragem de autocarros em Fontarcada
- Apoio à organização de diversos eventos organizados pelo Município
- Reposição de betuminoso e calçada em valas e buracos no concelho
- Reparações diversas em Escolas
- Limpezas e lavagens de espaços públicos
- Reparações em dissuasores e reposição de sinais nas diversas vias municipais e espaços públicos
- De destacar que foi criada uma equipa multidisciplinar com três funcionários, dotada com uma viatura, para garantir a boa manutenção diária dos diversos edifícios municipais.
- Relativamente à criação da StartUp, prosseguem os trabalhos de construção civil, numa das chamadas "Casas dos Magistrados". Em termos de envolvente exterior, já se encontra executado o revestimento, faltando a colocação das caixilharias. No interior, está-se na fase de instalação das infraestruturas e revestimento das paredes.



A respeito das intervenções no parque escolar, o ponto de situação é o seguinte:

Empreitada	Fase
Parques Infantis Jardim de Infância de Simães Jardim de Infância de Garfe Jardim de Infância de Taíde Jardim de Infância de Travassos Escola Básica da Póvoa de Lanhoso Escola Básica António Lopes Escola Básica D. Elvira Câmara Lopes Escola Básica do Cávado	Obra em execução Prazo conclusão 11/05/2023
Coberturas de recreio Jardim de Infância de Taíde Jardim de Infância de Travassos	Obra concluída
Pintura do interior do pavilhão Escola Básica D. Elvira Câmara Lopes	Obra concluída
Jardim de Infância de Travassos Essencialmente obras na fachada, requerendo boas condições meteorológicas para a sua execução	Projeto concluído
Escola Básica da Póvoa de Lanhoso Essencialmente obras na fachada, requerendo boas condições meteorológicas para a sua execução	Trojete conciuide
	Projeto em execução
Jardim de Infância de Simães Obras em cobertura, requerendo boas condições meteorológicas para a sua execução	Draiata am avaguaão
Facala Dácias da Taída	Projeto em execução
Escola Básica de Taíde Obras em cobertura e pavilhão, requerendo boas condições meteorológicas para a sua execução	Projeto em execução
Escola Básica do Cávado	Projeto em execução
Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso	Foi incluída no mapa de escolas prioritárias a intervencionar no âmbito do plano estabelecido entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios.
Laboratório de química e biologia Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso	Concluído



- No dia 18 de março, disponibilizámos à população um novo Parque de Estacionamento com capacidade aproximada de 120 lugares, localizado na continuidade da Rua da Veiga (acesso pela Rua Comandante Luís Pinto da Silva), na Vila Povoense.

Após a conclusão desta primeira fase, este espaço estará disponível para servir de apoio aos diversos serviços existentes nas imediações. Esta infraestrutura irá ser alvo de uma segunda fase de intervenções, antes da sua conclusão.

- No âmbito dos transportes públicos, atendendo aos problemas com os serviços prestados por parte da Ave Mobilidade, de que demos conta na última Assembleia Municipal, cumpre-nos informar que, nesta fase, foram ultrapassadas genericamente as questões relacionadas com horários e circulações. No entanto, a rede ainda não se encontra estabilizada.

Como tem acontecido ao longo de todo este processo, continuamos a acompanhar de perto todas as questões e a articular com as entidades competentes (Autoridade de Transportes CIM do Ave e com a Ave Mobilidade) no sentido de que sejam ultrapassados os constrangimentos nesta matéria e salvaguardadas as necessidades da população.

- No que se refere à "Casa do Livro", a inauguração está marcada para o dia 25 de abril. A intervenção, no âmbito do Programa Operacional Regional NORTE 2020, visou a reabilitação integral do edifício e criar um novo espaço cultural para a população.

Para além de poder beneficiar de um novo espaço onde serão desenvolvidas atividades de incentivo ao hábito de ler, através de oficinas literárias e ciclos de leitura, que apresentam os livros como fonte de lazer e reflexão, a comunidade também irá ter ao dispor novas dinâmicas e oferta de qualidade.

A possibilidade criada com a reprogramação da operação, de dotar o Largo António Lopes com sistemas de som e de iluminação cénica, permitirá trazer para o exterior do edifício, para o jardim, uma panóplia diversificada das atividades que integrarão a agenda da Casa do Livro.

Esta operação tem associado um investimento total elegível de 622.606,96€ e conta com um apoio do FEDER de 523.644,95€, que corresponde a uma taxa de comparticipação de 84,11% do valor do investimento elegível.

- O processo da segunda revisão do PDM está a seguir os trâmites normais. Foi submetida à DRAPN (Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte) a Carta da RAN Bruta (Reserva agrícola Nacional), que aguarda validação.

Também já temos uma proposta de áreas edificáveis devidamente validada pelo Executivo que será submetida a uma análise prévia pela CCDR-N, por forma a marcar a segunda reunião da comissão consultiva, o que é uma das etapas de todo o processo. Entretanto, também está em constante atualização a carta de compromissos urbanísticos.

- No que se refere a equipamentos municipais, mais concretamente, ao Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos (CICC), este espaço completou, no dia 4 de março, o primeiro ano desde que reabriu. Uma reabertura depois de uma reforma da sua imagem,



acontecimento que decorreu em paralelo com a abertura do Centro Cycling', o primeiro do distrito, localizado na zona envolvente.

O CICC tem sido um local privilegiado para a realização de atividades com escolas locais, que têm tido a oportunidade de participar em atividades ambientais adaptadas a diferentes idades e níveis de aprendizagem. No primeiro ano após a reabertura, foram dinamizadas neste espaço um total de 159 atividades, em que participaram diferentes públicos-, incluindo estudantes, seniores, grupos comunitários e entusiastas da natureza. O CICC contabilizou um total de 3 mil 755 visitantes e participantes nestas propostas.

Estes números mostram o impacto que o CICC tem tido na comunidade local e na promoção da educação ambiental. As atividades realizadas incluíram visitas guiadas ao interior do CICC, ao Carvalho de Calvos e à horta social e comunitária; a comemoração de efemérides ambientais; ações informativas sobre diversas temáticas; oficinas práticas e usufruto do parque em atividades lúdicas e pedagógicas. As iniciativas implementadas tiveram como objetivo proporcionar aos visitantes uma experiência educativa envolvente, para que possam aprender a rica história do Carvalho e a biodiversidade que nele habita, bem como a importância de todos os recursos e ecossistemas naturais.

- A 21 de março, assinalámos o Dia da Árvore e da Floresta com a plantação de várias espécies autóctones, no alto de S. Mamede, numa iniciativa que foi levada a efeito pela Divisão do Ambiente, pelo Gabinete Técnico Florestal e pelo Serviço Municipal da Proteção Civil.

Para participar nesta ação foram convidados alunos da EPAVE, da Escola Secundária, do Jardim de Infância de Simães e os seniores do Centro Social de Monsul que aceitaram o convite e ajudaram nesta tarefa de reflorestação, contribuindo, assim, para a recuperação de uma área florestal bastante fragilizada do nosso concelho. Pretende-se, num futuro próximo, dar continuidade a este projeto, alargando esta área de plantação.

Foram plantadas 50 árvores de diferentes espécies autóctones e nativas da nossa floresta, designadamente, carvalhos nacionais, tramazeiras, borrazeiras pretas, medronheiros, loureiros, lódãos bastardos, bétulas e amieiros.

Associaram-se ainda a esta iniciativa a GNR, através do Comando Distrital da GNR de Braga, o Destacamento Territorial da GNR da Póvoa de Lanhoso, bem como as valências do SEPNA (Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente) e da UEPS (Unidade de Emergência, Proteção e Socorro) e ainda a ANEPC (Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil).

- No dia 26 de março, associámo-nos à Hora do Planeta e desafiámos a comunidade a apagar as luzes e a fazer, por uma hora, algo pelo nosso planeta.

No Município, desligámos as luzes em diversos espaços: Paços do Concelho, Castelo de Lanhoso, Theatro Club, Centro de Interpretação Maria da Fonte, Estátua da Maria da Fonte e Parque do Pontido.

Esta é uma iniciativa promovida pela Associação Nacional de Municípios Portugueses com a World Wide Fund For Nature - WWF Portugal.



- No período em análise, temos vindo a acompanhar no terreno as atividades de revitalização de vários espaços verdes e espaços públicos.

Estas obras, que têm vindo a ser efetuadas pelos serviços municipais e acompanhadas contribuem para a valorização de todo o espaço público, tornando-o mais aprazível e funcional para a população.

Desta forma, apresentamos de seguida um resumo do trabalho mais relevante desenvolvido, desde o início do ano:

- Limpeza de bermas ao longo dos percursos pedestres e dos trilhos BTT
- Intervenção nas árvores da Feira, após avaliação das mesmas
- Execução de podas, na Vila, e em Louredo e em Covelas (podas de formação)
- Transplantações em S. Martinho do Campo
- Construção de dois triângulos (ilhéus) em Taíde e de canteiro em Louredo
- Renovação da faixa central da Av. 25 de Abril
- Construção/Renovação de canteiros em frente à Câmara
- Todas as segundas-feiras e sextas-feiras Manutenção do Campo de Futebol
- Intervenções na Casa do Livro e na fonte da Rotunda do Foral
- Concluímos a formação em Agricultura Biológica que proporcionámos, no Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos. No dia 6 de março, realizámos a sessão "Multiplicação de plantas aromáticas/medicinais (chás)" e, no dia 3 de abril, a sessão "Multiplicação de plantas - métodos".

Esta iniciativa surgiu no seguimento do sucesso alcançado com um conjunto inicial de sessões, em 2022, no âmbito das Hortas Comunitárias.

- No capítulo do fornecimento de energia, as freguesias de S. João de Rei e de Monsul passaram a beneficiar de um melhor serviço de, com a instalação de um novo posto de transformação (PTD) em Negrelos, pela E-REDES, empresa do grupo EDP responsável pela operação da rede de distribuição de energia elétrica em Portugal continental.

Esta intervenção vai permitir acabar com quebras no fornecimento, em zonas que são fins de linha, e, ao mesmo tempo, libertar a restante rede. Este é um melhoramento importante para a vida quotidiana das populações, que ficam mais bem servidas.

- Referência ainda para a aquisição de uma viatura para os serviços veterinários, o que permitirá colmatar uma lacuna que se arrasta há muitos anos. Com esta viatura devidamente equipada, os serviços veem a sua capacidade operacional aumentar de forma relevante, o que vai permitir maior produtividade e respostas mais céleres.



Atratividade do Concelho. A Marca "Póvoa de Lanhoso"

- No que se refere à atratividade do nosso concelho e à Via Circular Urbana, prosseguimos o nosso trabalho de modo a que esta seja uma realidade, no decorrer do mandato. Neste momento, podemos revelar que está concluído o respetivo estudo prévio. Seguir-se-á a prospeção geotécnica e o projeto de expropriação.
- O período em análise foi marcado por uma forte agenda cultural e turística, com a realização do Concurso Nacional de Teatro Ruy de Carvalho (4 de fevereiro e 11 de março) e com as festas concelhias em honra de S. José (4 e 19 de março).

No que se refere ao Concurso Nacional de Teatro Ruy de Carvalho, ao longo das várias semanas da competição, passaram pelo palco do Theatro Club nove companhias de todo o país, com outras tantas peças. Ao todo, estas produções envolveram 75 atores/atrizes e 108 técnicos/as e assistentes.

Este ano, o CONTE ficou marcado pelo regresso da Fundação INATEL à organização deste certame, juntando-se à Câmara Municipal e à Federação Portuguesa de Teatro. Outra das novidades deste ano, foi a associação da música ao teatro com as atuações da Banda de Música dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso, antes de cada espetáculo, uma proposta que veio enriquecer todo o evento, que é a principal competição de teatro associativo no nosso país.

No que se refere às Festas de S. José, as festividades concelhias, o balanço que fazemos é francamente positivo, sendo que nos permitimos destacar a realização do Cortejo Histórico de S. José, no dia 12 de março, que trouxe para as principais ruas da Vila uma multidão de pessoas para participar e para assistir a este evento. O tema deste ano foi a ocupação humana do Monte de Lanhoso em milénios de história. Uma escolha que está relacionada com o programa POVOAR.TE que, no ano passado se debruçou sobre a Maria da Fonte; este ano, sobre o Castelo de Lanhoso; e, nos próximos dois anos, irá abordar os temas Filigrana e Gonçalo Sampaio.

- No dia 15 de abril, voltámos a receber, na Póvoa de Lanhoso, o evento de carros clássicos Norte Classic. Esta iniciativa permitiu às cerca de 220 pessoas participantes, e também ao público em geral, descobrir as riquezas do nosso concelho e conhecer o que de melhor temos para oferecer. Foi, portanto, um evento de promoção turística das Terras de Lanhoso.
- No período em análise, participámos em dois eventos relevantes para a promoção económica e turística do nosso território. Assem, de 1 a 5 de março, estivemos presentes na BTL Bolsa de Turismo de Lisboa e, de 30 de março a 2 de abril, estivemos na AGRO.

Ambas foram oportunidades para dar a conhecer as potencialidades económicas e turísticas da Póvoa de Lanhoso assim como para promover os nossos elementos identitários como é o caso da Filigrana, do Castelo de Lanhoso, da Maria da Fonte e de outros, como a gastronomia, os vinhos, as novas indústrias ligadas à produção agrícola. Para estas participações, contámos com a presença de artesãos e empresários locais.



Promovendo um concelho rico em cultura, património e tradição, mas também um território que abraça o futuro, prosseguindo a modernidade, a sustentabilidade, a inovação e o empreendedorismo, suscitou o interesse e a curiosidade nos milhares de pessoas que recebemos nos nossos stands próprios nestes dois eventos e, portanto, o balanço que fazemos destas participações é francamente positivo.

- No período em análise, assinalámos o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios (18 de abril) com dois momentos. Um primeiro, no dia 14 de abril, consistiu numa visita guiada noturna, que ofereceu às pessoas participantes uma rara oportunidade para poderem desfrutar de alguns pormenores do Monte de Lanhoso, apenas com recurso à luz da lanterna. Um segundo momento, acontece no domingo, dia 23 de abril, proporcionando entradas gratuitas no Núcleo Museológico do Castelo de Lanhoso.
- Encontramo-nos a promover a Semana da Leitura (20 a 28 de abril). Este acontecimento literário, sendo uma iniciativa do Plano Nacional de Leitura 2027 que conta com a parceria da Rede de Bibliotecas Escolares e da Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas, tem, este ano, como tema a Sustentabilidade.

A realização da Semana da Leitura conta com o apoio dos Agrupamentos de Escolas da Póvoa de Lanhoso, através das bibliotecas escolares.

Partilhamos, de seguida, o programa:

20 de abril

10h00 - Marcha "Póvoa Lê Connosco...!"
Turmas do 4º ano - Rede de Bibliotecas Escolares
Concentração: Largo António Ferreira Lopes

10h00 - Abertura da Exposição "25 de Abril em cartaz" Galeria de Exposições do Theatro Club

21 de abril

10h00 | 15h00 - Espetáculo "A Estação" A partir da obra literária "Diálogos de Refugiados" de Bertolt Brecht Bruno Laborinho e Tiago Guimarães Público escolar Theatro Club

21h30 - Apresentação do livro "Democracia real contra a corrupção" de José Macedo Barros

Centro Interpretativo Maria da Fonte

22 de abril

15h30 - Apresentação do livro "Reencontro Inesperado" de Adriana Ribeiro Centro Interpretativo Maria da Fonte

21h45 - Espetáculo "A Estação"



A partir da obra literária "Diálogos de Refugiados" de Bertolt Brecht Bruno Laborinho e Tiago Guimarães Theatro Club

23 de abril

Dia Mundial do Livro 16h00 às 17h30 - Jardim da Leitura Oferta de livros: Edições Municipais ou Apoiadas pelo Município Presença da Mascote "Mané" Largo António Ferreira Lopes

24 de abril

10h30 | 15h30 | 21h30 - "Anel das Fábulas. O pai que se tornou mãe" Espetáculo intimista de Pedro Giestas direcionado para crianças dos 3 a 12 anos Largo António Ferreira Lopes

25 de abril

16h00 - Inauguração da Casa do Livro Animação de rua pelas Oficinas de Teatro Largo António Ferreira Lopes

16h30 - "Trovas e Cantigas muito belas" Teatro - Música – Poesia Largo António Ferreira Lopes

26 de abril

10h00 - Concurso Nacional de Leitura Prova de escrita Rede de Bibliotecas Escolares Casa do Livro

27 de abril

21h30 - Apresentação do Livro Infantojuvenil "Uma Aventura Histórica: Viagem ao tempo da Maria da Fonte"
Curta-metragem: "Inquietação"
Centro Interpretativo Maria da Fonte

28 de abril

Todo o dia Concurso Nacional de Leitura - Fase Final Rede de Bibliotecas Escolares Auditório Francisco Ferreira, Câmara Municipal de Vizela

20h00

Igualdade, Cidadania e Direitos Humanos



Espetáculo de teatro protagonizado por crianças dos Jardins de Infância Theatro Club

- De referir ainda que, no momento em que elaboramos a presente informação, temos tudo a postos para as comemorações do Dia da Liberdade.

A sessão solene evocativa do 25 de Abril, iniciativa conjunta da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, é um dos destaques das comemorações, numa altura em que se cumprem os 49 anos do Dia da Liberdade.

No dia principal, 25 de abril, as comemorações, da parte da manhã, realizam-se nos Paços do Concelho. Com início às 10h00, a cerimónia do Hastear da Bandeira, no exterior do edifício da Câmara Municipal, contará com a presença das autoridades locais e da Banda Musical de Calvos. Seguir-se-á, pelas 10h30, a sessão solene evocativa do 49º aniversário do 25 de Abril, já no salão nobre do edifício. Este momento resulta de uma iniciativa conjunta da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso.

Durante a tarde, as propostas irão distribuir-se pela Av. 25 de Abril e pelo Largo António Lopes. Assim, para as 15h00, está marcado um momento simbólico de evocação do Dia da Liberdade, junto ao momento ao 25 de Abril. A inauguração da Casa do Livro, no Largo António Lopes, está marcada para as 16h00, seguida por várias atividades de índole cultural, que irão conjugar teatro, música e poesia, e em que participarão alunos/as das oficinas de teatro, sendo esta excelente oportunidade de mostrarem os resultados do seu trabalho.

As comemorações do 25 de Abril começam, no entanto, já no próximo sábado, dia 22 de abril, com atividades desportivas. A mega aula de hidroginástica, a partir das 12h30, na Piscina Coberta Municipal, e a II Milha da Liberdade, a partir das 16h00, na Avenida Veteranos de Guerra (Parque do Pontido), são os eventos marcados para esse dia. A prova de atletismo, que integra o Circuito Regional de Milhas da Associação de Atletismo de Braga, é organizada pela Autarquia Povoense, mas conta com o apoio da ADRC Gonçalo Sampaio e da Associação de Atletismo de Braga.

- No dia 3 de abril, as Bandas de Música, os Ranchos Folclóricos e o Grupo de Teatro da Póvoa de Lanhoso assinaram protocolos de atribuição de subsídios para apoiar as atividades culturais que levam a efeito regularmente. Estes apoios, analisados e aprovados em reunião de executivo municipal, ascendem a um valor de 68.200€, destinado exclusivamente a incentivar o associativismo cultural.

Assim, a Banda Musical de Calvos e a Banda de Música dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso e os Ranchos Folclóricos do concelho, designadamente, o Rancho Folclórico da Póvoa de Lanhoso, o Rancho Folclórico Maria da Fonte-Fontarcada, o Rancho Folclórico de Garfe, o Rancho Folclórico de Porto d'Ave - Taíde e o Rancho Folclórico de Santa Maria de Verim, bem como a "Heroína Teatral - Associação de Teatro e Cultura" estiveram representados e participaram numa cerimónia que teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

Os compromissos ora assumidos com as Bandas de Música e os Ranchos Folclóricos pressupõem várias atuações e participações a definir de acordo com calendarização



previamente acordada, bem como, no caso da Associação de Teatro, que se compromete a contribuir para uma programação regular e a promover espetáculos, incentivando o crescimento do teatro.

- No período em análise, também demos continuidade à Feira de Antiguidades e Velharias, com edições nos dias 25 de março e 22 de abril.
- De referir ainda que no âmbito dos Fins de Semana Gastronómicos Sente-se à mesa com a gente, promovemos o seguinte:
 - Cabrito à São José & Rochas do Pilar (17, 18 e 19 de março)
 - Vitela Assada (15 e 16 de abril)
- Nota ainda para a comemoração do Dia Mundial do Teatro (27 de março), através das seguintes propostas:
 - 26 de março Espetáculo de Marionetas "Pinóquio"
 - 27 de março Espetáculo "As Pérolas da Dona Emília", do jovem ator e encenador Povoense, Diogo Marinho

Notas finais para destacar o seguinte:

- Dando continuidade à descentralização, depois da reunião realizada no dia 24 de fevereiro em Rendufinho, no dia 21 de março, realizámos a reunião de Câmara nas instalações da Junta de Freguesia de Santo Emilião.

De referir ainda que iniciámos um conjunto de visitas que iremos realizar a todas as Freguesias e Uniões de Freguesias do concelho, no âmbito de uma política de proximidade que queremos implementar. Com esta medida, será possível auscultar as pretensões dos autarcas com o intuito de melhorar a qualidade de vida das populações.

No dia 18 de abril, visitámos a União de Freguesias de Águas Santas e Moure e reunimos com os representantes da Junta desta União de Freguesias.

- As "Conversas Fora de Jogo" regressaram à Póvoa de Lanhoso, no passado dia 11 de março, tendo como convidada a atleta Filomena Costa. A sessão decorreu no Salão Nobre dos Paços do Concelho e tratou-se de uma interessante e enriquecedora partilha de experiências com esta maratonista, que já representou o SC Braga.
- As "Conversas Fora de Jogo" decorrem em clima informal, que permite uma maior proximidade entre público e convidados/as. No final, Filomena Costa mostrou-se muito satisfeita por ter participado. Eurico Gomes e Carlos Sá foram convidados em sessões anteriores desta iniciativa.
- Em matéria de Proteção Civil, desenvolvemos a primeira Semana Municipal de Proteção Civil (25 de fevereiro a 3 de março). No dia 25 de fevereiro, tivemos a presença do Ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, para a apresentação da terceira Equipa de Intervenção permanente dos Bombeiros. Já no dia 3 de março, contámos com a presença da Secretária de Estado da Proteção Civil, Patrícia Gaspar, no encerramento da Semana



Municipal da Proteção Civil e na apresentação do Clube de Proteção Civil da Escola Básica Gonçalo Sampaio.

O programa que executámos foi diversificado, quer do ponto de vista das temáticas abordadas, e das iniciativas propostas, quer do ponto de vista dos intervenientes e dos públicos-alvo.

O propósito da Semana da Proteção Civil prendeu-se essencialmente com a disseminação da mensagem de que "Todos somos Proteção Civil".

Ainda no âmbito da Proteção Civil, no dia 9 de março, aceitando o convite do Comandante Distrital da GNR de Braga, o Tenente Coronel Carlos Nuno da Maia Morgado, visitámos as instalações do Comando da GNR de Braga.

Nesta deslocação, pudemos inteirar-nos das parcas condições e das enormes limitações de que mais de 200 agentes dispõem no exercício das suas funções de garantir, diariamente, a segurança de todos nós. Qualquer cidadão que precise de aceder a estes serviços da GNR ou do Trânsito aperceber-se-á de que aqueles espaços não dispõem de condições mínimas, o atendimento às vítimas é feito em salas sem condições de privacidade e com constrangimentos vários.

Nos jardins do Seminário Menor, localizados na Rua do Taxa, em Braga, foram instalados, em 2009, vários contentores, para acomodar o Posto Territorial de Braga e os Destacamentos de Território e de Trânsito. Outos departamentos da GNR estão instalados dentro do edifício do Seminário, como é o caso do Comando Operacional, em reduzidos espaços, caraterizados pela sua a exiguidade e falta de condições. De assinalar que é a partir destas instalações que tudo é feito para acautelar a segurança de 632 mil habitantes de 14 concelhos, dispersos por uma área geográfica superior a 2626 Km2.

Do Comando Territorial de Braga fazem parte cinco destacamentos territoriais, um destacamento de trânsito e um destacamento de intervenção, articulados em 23 postos territoriais, bem como um posto de trânsito, um pelotão de intervenção, uma secção cinotécnica e uma secção de explosivos.

Existem excelentes relações entre a autarquia da Póvoa de Lanhoso e a GNR, que servem os interesses do concelho em termos de segurança, a todos os níveis e, por isso, comprometemo-nos a ser porta-vozes ativos, para fazer as diligências necessárias, para sensibilizar junto de quem tem o poder decisório, que é o Ministério da Administração Interna.

- O Campo de Jogos Municipal e as Piscinas Municipais foram os primeiros equipamentos desportivos do concelho a receberem desfibrilhadores automáticos externos, o que aconteceu na manhã de 3 de março, à margem da Semana Municipal da Proteção Civil.

Com estes recursos, toda a população que frequenta ou utiliza estes espaços (atletas, equipas técnicas, famílias, por exemplo) fica mais bem protegida, até porque funcionários/as do Município e elementos das coletividades que utilizam o Campo de Jogos Municipal também receberam formação para utilizar estes dispositivos que podem salvar vidas. A Póvoa de Lanhoso fica assim mais bem apetrechada para fazer face às necessidades de proteção e segurança da comunidade.



- Nos dias 17, 18 e 19 de abril, voltámos a disponibilizar o transporte para o Dia da Defesa Nacional, de forma gratuita. Um transporte que contemplou a viagem de ida e de regresso à Póvoa de Lanhoso.
- Assinalámos o Dia Mundial da Atividade Física e Dia Internacional do Desporto para o Desenvolvimento e a Paz (7 de abril) através da realização de um torneio triangular de futebol com atletas da Assis (Associação de Solidariedade Social, Integração e Saúde), do CACI Ser Igual (Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão) e do Centro D. João Novais e Sousa (Centro de Atividades Ocupacionais). Nesta atividade, que decorreu no dia 4 de abril no Pavilhão Municipal 25 de Abril, participaram cerca de 30 utentes destas instituições.

Sendo também objetivo desta iniciativa a promoção da inclusão e a não discriminação, envolvendo toda a comunidade, a realização desta atividade reforçou a criação de oportunidades iguais para todos.

- No âmbito da implementação de medidas de modernização administrativa que visam a melhoria contínua do serviço público, nota para a reestruturação do Balcão Único. Sito no edifício da Câmara Municipal e inaugurado em julho de 2016, dispõe desde essa data de seis postos de atendimento, diferenciados, que integram os serviços de administração geral, arquivo municipal, urbanismo, águas, resíduos e saneamento e tesouraria.

No âmbito da implementação de medidas de modernização administrativa, salienta-se a restruturação do Balcão Único, enquanto estrutura física de atendimento ao público e a implementação do atendimento online, desde o passado dia 17 de abril.

- O Balcão Único contará com a uniformização de todos os postos de atendimento, dispondo, brevemente, de uma configuração transversal a todos os serviços, proporcionando inúmeros benefícios ao serviço e ao munícipe.
- O atendimento online concretiza-se através do portal https://atendimentonet.mun-planhoso.pt/atendimentonet/login.xhtml. Trata-se da disponibilização online de formulários adstritos à Divisão de Gestão Administrativa e Divisão de Obras Municipais e Ambiente, que, após autenticação, poderão ser submetidos em formato digital de forma rápida e célere. Este portal, assume-se como uma ferramenta prática e intuitiva de fácil acesso aos munícipes.
- Por fim, referir que foi com agrado que cumprimos a tradição pascal de receber as cruzes da paróquia de Nossa Senhora do Amparo, no dia de Páscoa (9 de abril), nos Paços do Concelho. Este ano, desafiámos a Associação de Funcionários a elaborar o arco de Páscoa, que colocámos no exterior da Câmara Municipal, e através dos Centros de Convívio, foram construídos 11 arcos, que estiveram patentes na Praça Eng. Armando Rodrigues, e também um tapete de flores, que foi possível apreciar já no dia de Páscoa, nos Paços do Concelho. Estamos satisfeitos com o envolvimento de todas as pessoas, num programa que englobou ainda o Concerto de Páscoa da Banda de Música dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso, no Santuário de Nossa Senhora do Porto d'Ave.



Informação Financeira (18/04/2023)

Execução da Receita:

Execução Orçamental da Receita – 9.063.746€ (34,3% do valor do Orçamento)

Valores a receber:

Comparticipações comunitárias – 211.355€ Outras receitas – 793.217€ Total – 1.004.572€

Execução da Despesa:

Total da dívida orçamental – 6.859.041€

Pagamentos em atraso (31 de março de 2023) – 0,00 €

Execução Orçamental da Despesa Paga – 4.935.496€ (18,7% do valor do Orçamento)

Processos Judiciais Pendentes (17/4/2023)

1) EXECUÇÃO

PROCESSO Nº 613/06.7TBPVL-A

Exequente: Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso Executados: António Cândido Barros e Silva e mulher

Valor: 27.757,51€

Assunto: Execução (sentença)

Estado: Encontram-se penhorados salários, automóvel e imóvel. O prédio urbano penhorado foi vendido e já se encontra depositado à ordem do Ex. mo Sr. Agente de Execução o produto da venda.

Obs: Foi elaborada a conta final pelo Agente de Execução. A Executada (Margarida Maria Lopes da Silva), notificada da conta final, veio requerer a prescrição dos juros de mora. Foi deduzida resposta/oposição ao pedido de prescrição de juros. Aguarda-se decisão e subsequentemente pagamento do remanescente em dívida.



2) ACÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM

PROC. Nº1155/18.3BEBRG - ACÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM - Unidade Orgânica 1 -

Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga

Autor: Markyan Cheletskyy

Réus: Município da Póvoa de Lanhoso e outros

Assunto: Reclamação de indemnização no valor de 150.292,92€

Estado: Foi deduzida contestação. Foi apresentada nova petição no seguimento do convite ao aperfeiçoamento da petição. Foi exercido contraditório. Foi junto aos autos o relatório de perícia médico-legal que, entretanto, foi objecto de reclamação pelo Autor. Foi o Ex. mo Sr. Perito Médico notificado para prestar esclarecimentos. Foram juntos aos autos os esclarecimentos prestados pelo Sr. Perito Médico, de acordo com os quais não há nexo de causalidade entre os alegados problemas de saúde invocados pelo Autor e o funcionamento da carpintaria. Está a decorrer o prazo de reclamação/pedido de 2ª perícia.

3) ACÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM

PROC. Nº 297/18.0BEBRG - ACÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM - TRIBUNAL AMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA.

Autor: SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REGIONAL, EMPRESAS PÚBLICAS, CONCESSIONÁRIAS E AFINS (STAL)

Réus: Município da Póvoa de Lanhoso e Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso

Assunto: O Autor pede a condenação dos Réus a reconhecer que as horas de trabalho prestadas a mais pelos seus associados (uma hora por dia), no período de 20.01.2014 a 20.07.2014, sejam consideradas trabalho extraordinário, e, consequentemente, a pagar o valor dessas horas, acrescido de juros de mora.

Estado: Foi deduzida proferida sentença, que julgou a acção totalmente improcedente. Não conformado, o Autor interpôs recurso. Aguarda-se prolacção de Acórdão.



4) ACÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM

PROC. N°1757/18.8BEBRG - ACÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM - TRIBUNAL AMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA.

Autor: Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE)

Réu: Município da Póvoa de Lanhoso

Assunto: O Autor pede a condenação do Réu a pagar-lhe a quantia de €62.276,67, acrescida de juros vencidos de €14.318,90 e juros vincendos.

Estado: Foi deduzida contestação. O Autor deduziu réplica. Aguarda-se o agendamento de audiência de julgamento.

5) ACÇÃO ADMINISTRATIVA

PROC. Nº167/19.4BEBRG - ACÇÃO ADMINISTRATIVA - TRIBUNAL AMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA.

Autor: Ministério Público

Réu: Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso

Assunto: O Autor pede a declaração de nulidade dos actos impugnados no processo de licenciamento nº70/2013 da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, em nome de Fernando Araújo de Matos, designadamente a dos despachos de aprovação do projecto de arquitectura datado de 28.03.2014; de licenciamento da construção datado de 17.06.2014; e do Alvará de Licença de Obras de 18.11.2014, bem como de todos os despachos e licenças que lhes são posteriores.

Estado: O presente processo foi instaurado pelo Ministério Público na sequência de participação dirigida pela Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, assinada pelo então Vereador do Pelouro, Dr. Armando Fernandes. Em consequência, e sob pena de consubstanciar litigância de má-fé e abuso de direito na modalidade de *venire contra factum proprio,* foi decidido, por razões óbvias, não apresentar contestação. Com data de 30 de novembro de 2022 foi proferida Sentença, que julgou a acção improcedente, alegadamente porque não se provou que o acto impugnado padecesse de nulidade. O processo judicial encontra-se findo.



6) ACÇÃO ADMINISTRATIVA

PROC. Nº1495/20.1BEBRG - TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA.

Autora: Vera Filipa Vieira Silva Gomes

Réu: Município da Póvoa de Lanhoso

Assunto: A Autora pede a condenação do Município da Póvoa de Lanhoso a pagar-lhe a quantia de 84 331,91 €, a título de danos patrimoniais e não patrimoniais, alegadamente sofridos em consequência de queda numa caixa de saneamento. Foi deduzida contestação. Foi proferido despacho saneador. Fomos notificados do resultado da perícia médico-legal. Não se conformando com o resultado do mesmo, a Autora requereu a realização de segunda perícia. Foi agendada para o dia 29.05.2023, pelas 15.20 horas, a realização de exame pericial. Aguarda-se a realização do exame pericial, bem como o resultado da segunda perícia.

7) ACÇÃO ADMINISTRATIVA

PROC. Nº1976/20.7BEBRG - TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA.

Autor: Fernando José da Silva Castro

Réu: Município da Póvoa de Lanhoso

Assunto: O Autor pede: a) o reconhecimento do deferimento tácito do pedido de informação prévia, objecto do processo n.º IP-EDI-3/2019 do réu, e da situação jurídica subjectiva do autor daí resultante, enquanto beneficiário dos direitos e faculdades emergentes do disposto no artigo 17.º do RJUE; e, subsidiariamente, b) a anulação da decisão de indeferimento notificada ao autor a 24 de Agosto de 2020 no processo n.º IP-EDI-3/2019 do réu, e o reconhecimento do deferimento tácito do pedido de informação prévia, objecto daquele processo, bem como da situação jurídica subjectiva do autor daí resultante, enquanto beneficiário dos direitos e faculdades emergentes do disposto no artigo 17.º do RJUE."

Foram apresentadas alegações finais. Por douta sentença de 29.10.2021, foi julgado totalmente improcedente o pedido principal formulado pelo autor, constante da alínea a) do respetivo petitório, absolvendo a entidade demandada do mesmo; e julgado parcialmente procedente o pedido subsidiário formulado pelo autor, constante da alínea b) do respetivo



petitório, e, em consequência, anulado, por se mostrar verificado o vício de falta de fundamentação de direito, o despacho proferido em 04.08.2020 impugnado nestes autos, que indeferiu o PIP apresentado pelo autor; absolvendo a entidade demandada quanto ao demais peticionado na referida alínea. O Autor interpôs recurso da decisão proferida. Foram apresentadas contra-alegações de recurso. Aquarda-se prolacção de Acórdão.

8) ACÇÃO ADMINISTRATIVA

PROC. N°535/21.1BEBRG - TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA.

Autor: Joaquim Aurélio Almeida Lopes de Oliveira

Réu: Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso

Assunto: O Autor pede: a) a anulação do acto (decisão de indeferimento parcial) transposto no ofício que acompanha a petição inicial como doc. nº7; b) a condenação do Réu a proferir nova decisão sobre o pedido de legalização que o A. lhe dirigiu em 11/04/2019 e que deu origem ao Processo LE_EDI 41/2019, expurgada dos vícios que geram a respectiva anulação; c) a condenação do Município a pagar, a título de sanção pecuniária compulsória, quantia não inferior a 500,00€ por cada dia em que incumpra o decidido.

Foi deduzida contestação. Foi proferido despacho saneador. Foram apresentadas as alegações finais. Aguarda-se seja proferida douta sentença.

9) ACÇÃO ADMINISTRATIVA

PROC. N°1033/21.9BEBRG – TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA.

Autores: Manuel Pereira Moreira e mulher

Réu: Município da Póvoa de Lanhoso

Contra-interessado: Alcino Rodrigues Moreira

Assunto: Os Autores pedem: a) que se declare que são donos do prédio urbano identificado em 1, 2 e 3 da pi; b) que o Réu seja condenado à prática do ato legalmente devido, ordenando a demolição da obra que os contrainteressados levaram a cabo no seu prédio, contíguo ao dos Autores; c) a condenação do Município a pagar uma sanção pecuniária compulsória.



Foi deduzida contestação. Foi apresentada réplica. Foi dispensada a audiência prévia. Correu prazo para as partes de pronunciarem sobre a eventual incompetência do TAF quanto ao pedido de reconhecimento da propriedade formulado pelos Autores. Aguarda-se decisão sobre a competência.

10) INSOLVÊNCIA PESSOA COLECTIVA (Apresentação)

PROC. Nº2501/21.8T8GMR - TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE BRAGA - JUÍZO

DE COMÉRCIO DE GUIMARÃES - JUIZ 2

Reclamante: Município da Póvoa de Lanhoso

Reclamado: PADARIA POLO NORTE L.DA

Objecto: Foi deduzida reclamação de créditos contra a Insolvente, no valor de €353,97, já reconhecidos nos termos da Lista de Créditos Reconhecidos. Aguarda-se a subsequente tramitação do processo de insolvência.

11) ACÇÃO ADMINISTRATIVA

PROC. Nº137/23.8BEBRG - TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE BRAGA

Autor: Município da Póvoa de Lanhoso

Réu: António Carlos Pereira da Silva

Objecto: O Município da Póvoa de Lanhoso pede a condenação do Réu a pagar-lhe a quantia de €15.000,00, acrescida de juros de mora à taxa legal, vencidos e vincendos, somando os já vencidos a importância de €1.170,13. O Réu apresentou contestação, alegando, em suma, que, durante a pandemia, celebrou um acordo de redução/isenção de pagamento de rendas. Aguarda-se a marcação de audiência prévia.

12) ACÇÃO ADMINISTRATIVA

PROC. Nº269/23.2BEBRG - TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DO PORTO

Autor: Município da Póvoa de Lanhoso

Réu: KILLERKILO FITNESS, ATIVIDADES FÍSICAS UNIPESSOAL, LDA

Objecto: O Município da Póvoa de Lanhoso pede a condenação do Réu a pagar-lhe a quantia de €15.672,16, acrescida de juros de mora à taxa legal, vencidos e vincendos,



somando os vencidos até 13.10.2022 a importância de €1.616,33. Corre prazo para o Réu, querendo, deduzir contestação.



Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso

Ponto Dois (40`):		
Proposta da Câmara Municipal para reconhecimento de interesse público estratégico da utilidade pública		
municipal do alargamento do Aterro Sanitário da Braval da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico.		
~		
DELIBERAÇÃO:		
Votos contra:Votos a favor: Abstenções:		



Ponto Trêş

Proposta do sr. presidente da câmara municipal para reconhecimento de interesse público estratégico da utilidade pública municipal do alargamento do Aterro Sanitário da Braval da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico.

Seguidamente foi presente proposta do sr. presidente da câmara municipal do seguinte teor:

"PROPOSTA:

Considerando que:

Foi transmitido à Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, pela BRAVAL, a irredutibilidade da CCDR-N no

acolhimento dos argumentos apresentados para a alteração do local da construção da Unidade de Tratamento.

Mecânico e Biológico referindo que, a presente situação só ficaria regularizada através de uma das seguintes

formas:

Alteração do PDM da Póvoa de Lanhoso, com a desclassificação dos terrenos em causa, excluindo-os da REN.

OU

2. Reconhecimento do relevante interesse público da totalidade da área do aterro sanitário (de forma análoga ao

realizado para a Unidade de Tratamento Mecânico) processo para o qual é necessária, entre outra

documentação, declaração da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso a reconhecer a utilidade pública

municipal do alargamento do Aterro Sanitário da BRAVAL Tratamento Mecânico e Biológico. Informação

detalhada sobre a pretensão de expansão do ecoparque da BRAVAL no limite do concelho da Póvoa de Lanhoso,

no sentido de avaliar o Interesse demonstrado.

No âmbito do presente processo, foram consultados os respetivos serviços, tendo resultado a informação interna,

subscrita por Carlos Marinho, eng.º, Eduardo Barros, eng.º, Melisa Costa, eng.º, e Sónia Sousa Dias, dra., datada

de 04 de outubro de 2022, em anexo à presente proposta, fazendo dela parte integrante.

Face ao exposto, PROPÕE-SE:

Que a câmara municipal delibere aprovar a presente proposta para reconhecimento de interesse público.

estratégico da utilidade pública municipal do alargamento do Aterro Sanitário da Braval da Unidade de



Tratamento Mecânico e Biológico, devendo ser diligenciado procedimento de discussão pública para posterior apreciação pelo órgão deliberativo.

Mais se determina que, no âmbito do procedimento da discussão pública, caso não se verifiquem alterações à proposta que agora se apresenta, considere, desde já, esta câmara municipal, aprovada a presente proposta, para efeitos da sua apreciação final por deliberação da assembleia municipal.

Póvoa de Lanhoso, 19 de outubro de 2022.

O Presidente da Câmara Municipal,

Frederico de Oliveira Castro, dr."

DELIBERAÇÃO: APROVADO POR MAIORIA, COM A ABSTENÇÃO DOS SRS. VEREADORES DO PSD.

Os srs. vereadores do PSD, apresentaram a declaração de voto, conforme a seguir se transcreve:

"Relativamente à apreciação e votação do panto 3, entendem os Vereadores do Partido Social Democrata o seguinte:

A Braval é, sem dúvida, uma empresa com diversas impoctos no vido no nosso concelho, que podem ser considerados positivos e negativos.

O impacto positiva na economia local, sobretudo, ao nivel da criação de postos de trabalho, é inegável.

Contudo, existem impactos negativos correntes a nivel ambiental e dos constrangimentos provocados às populações circundantes, bem como impactos negativos pontuais, por exemplo, incidentes em que a incolização do Ecoparque no nosso concelho pode influir de forma directa ou indirecta.

Considerando de especial forma o impacto ambiental, sallentam os Vereadares eleitos pelo Partido Social Democrata o ausência de um estuda de impacto ambiental na documentação relativa ao ponto e sem o qual se



tarno impossível colcular o reals impactos, a sua amplitude e grau de gravidade que possa ter o projecto em apreciação.

Sem este documento, a deliberação da proposta vertida neste ponto, ofigura-se um exertício dificil e entendem os Vereadores do PSD que não se encontram reunidas os condições para uma deliberação esclarecido e consciente.

Face à aparente inexistência do referido estudo, recomenda-se a sua elaboração com a maior brevidade passível. Casa este exista, solicita-se o seu envio aos vereadores eleitos pelo Portido Social Democrato, à Comissão de Ambiente da Assembleia Municipal e às juntos de freguesia e seja ampiamente divulgado durante o periodo de discussão público.

Recomendo-se ainda que a participação no período de discussão pública seja fomentada pelo Município através da massificação de informação sobre o referido período, utilizando para o efeito todos os seus canais de comunicação e, ainda, a remissão da informação às juntas de freguesia.

Assim, os Vereadores do PSD decidem pela abstenção da votação do ponto.

Póvoa de Lanhoso, 25 de Outubro de 2022,

Os Vereadores do Portido Social Democrata"



Assunto: Alargamento Ecoparque BRAVAL

Informação Interna

Foi transmitido à Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, pela BRAVAL, a irredutibilidade da CCDR-N no acolhimento dos argumentos apresentados para a alteração do local de construção de Unidade de Tratamento. Mecânico e Biológico referindo que, a presente situação só ficaria regularizada através de uma das seguintes formas.

Alteração do PCM da Povoa de Lanhoso, com a desclassificação dos terrenos em causa, excluindo-os da REN.

OU

2. Reconhecimento do relevante interesse público da totalidada da área do atemo sanitário (de forma enéloga eo realizado para a Unidade de Tratamento Mecánico) processo para o qual é necesarário, entre outra documentação, declaração da Assembleia Municipal de Póvoa de Lanhoso a reconhecer a utilidade pública municipal do alargamento do Atemo Sanitário da BRAVAL Tratamento Mecánico e Biológico. Informação detalhada sobre a pretensão de expansão do ecoparque da BRAVAL no limite do concelho da Póvoa de Lanhoso, no sentido de avaltar o interesse demonstrado.

O pedido foi analisado pelos serviços técnicos tendo resultado as seguintes conclusões.

 A afteração da morfologia do terreno, em cabeceiras de finha de água, tem consequências sendo, por isso, obrigatório ser assegurado, previamente, um estudo de impacto ambiental, por forma a, percebermos quais as consequências embientais da referida alteração;

 Cumpre é BRAVAL informar a alteração que essa Intervenção tem, nomeadamente nas tirhas de água, com Indicação das medidas para minimizar o seu efeito,

3. Num passado bem recente, numa intervenção semelhante, e à qual a Câmara Municipal foi efheia, devido a forte precipitação, as tinhas de égua transformeram-se numa tomente de tame e inertes, que provocaram uma forte destruição com demube de muros, destruição de passagens hidráulicas e corte de estradas, has freguesias de Covelas, Ferreiros e Geraz do Minho, processo esse assegurado palos serviços da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso conforme relatórios juntos ao presente;

Os referidos relatórios foram submetidos, em devido tempo, à BRAVAL;

As reparações de caráter urgante foram assegurades pelos serviços da Câmara Municipal.

A ESTA DATA:

 O Município salvaguardou na Revisão do PDM da Póvoa de Lanhoso, em vigor, a pretensão de ampliação que a BRAVAL apresentou no processo de revisão do respetivo plano;



- 2. A revisão ocorreu, no ano de 2015, e volvidos sele anos, a mesma entidade informa que deixeu de ter interesse com a pretensão antenor, devido a um estudo que conclutu um gasto econômico minimizado em 1,3 milhões de euros com a relocalização da ampliação do Ateno Sanitário, e vem apresentar uma nova localização para a ampliação, a qual recai em Reserva Ecológica Nacional (REN) nes apologias de cabeceras de linhas de água e linhas de égua (Ribeira de Reamondes);
- A BRAVAL Instrutu um processo de Licanciamento Único Ambiental tendo a CCDRN emitido um perecer destavorável pelos factos anteriormente descritos nos pontos 1 e 2;

SUCEDE QUE,

- A BRAVAL só consegue a alteração pretendida médiante o reconhecimento de relevante interesse público municipal ou pela revisão do Plano Diretor Municipal;
- 5 Salientemos que o reconhecimento do relevante interesse público municipal é soficitado expire a totalidade da érea do aterro sanitário (de forma análoga ao realizado para a Unidade de Tratamento Mecânico) e não sobre a área necessária para a ampliação em questão.

COM INTERESSE E NA SALVAGUARDA DOS INTERESSES MUNICIPAIS.

Contorme extrato de planta REN, anexo ao presente, a pretensão apresentede não invisibiliza de forme direta os projetos futuros do executivo municipal, sendo a VIa Circular ou o Parque Empreyarial.

PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO.

- 1. O reconhecimento pela assembleia municipal sob proposte de câmara municipal do interesse gúblico municipal quanto aos instrumentos de gestão territorial vigentes, constitui condição prévia Indispensável para que se possa desencadear o processo de regulanzação dessas situações, monmente em matéria de desconformidade de localização com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares;
- O órgão competente para o reconhecimento (ou seja, para a prética de um ato administrativo com esse conteúdo) é a assembleia municipal através de uma sua defiberação aprovada na devida forma;
- Tal deliberação deve ser fundamentade devendo a ate conter não apenas a descrição da proposta e sua aprovação como também os fundamentos em que assenta o sentido da mesma, os quais podem resultar de remissão para a respetiva proposta da câmara, caso possa ser considerada apla para tal;
- 4. Cabé à camara municipal apreciar todo e qualquer pedido que lhe seje presente e lever à assembleis municipal a proposta que, sobre etc, melhor considere de acordo com o (e conforme so) interesse público municipal, quer eta seje a de reconhecimento desse interesse quer a do seu não reconhecimento;
- 5: Mesmo no caso de a cârtista municipal considerar que o caso constante da prefenção do requerente não se reveste de interesse público municipal não deve nem pode deixar de submeter à assembleia municipal uma proposta, em sentido negativo, pois que só à assembleia municipal cabe pronuncier-se, reconhecendo ou não a existência desse inferesse;



- Qualquer pronúncia da câmera municipal que pretenda ter a natureza de decigão final do essunto constituirá um ato anulável por incompetência (relativa);
- 7. À luz do princípio da decisão, todos os órgãos da Administração Pública têm o dever de se pronunciar sobre fodos os assuntos da sua competência que thês sejam apresentados e, nomeadamente, sobre os assuntos que aos interespados digem diretamente respeito (...);
- 6. A pura e symbles omissão de pronúncia sobre um pedido de particular (ainda que o desatendimento do pedido seja plenamente justificável) permite a este intentar uma ação administrativa contra a entidade omitente, visando e sua condeneção é prétice do ato administrativo devido;
- O reconhecimento do interesse público municipal epenas permitirá à BRAVAL instruir o pedido do reconhecimento do relevante interesse público (RIP) junto da CCDR-N.

Альжа:

- 1. Extrato da planta Reserva Ecológica Nacional.
- Relatórios das ocorrências verticadas a data de 2011 e 2013.

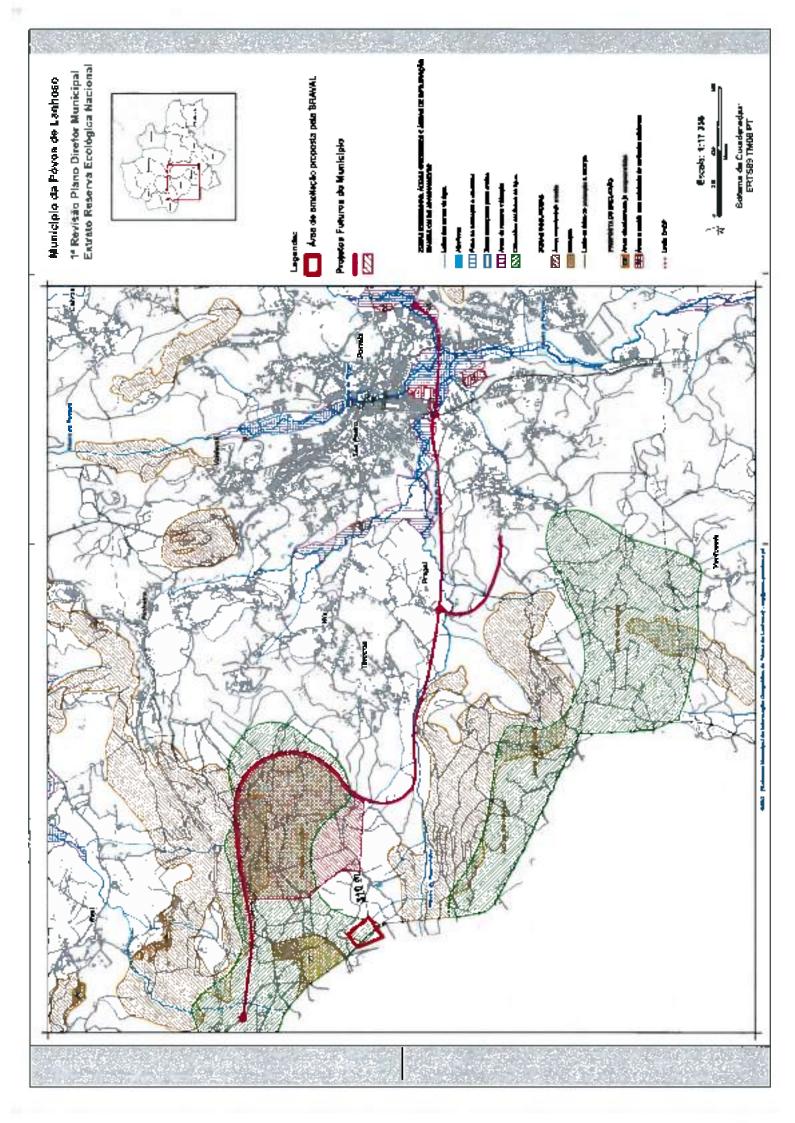
Sendo o que nos cumpre informar.

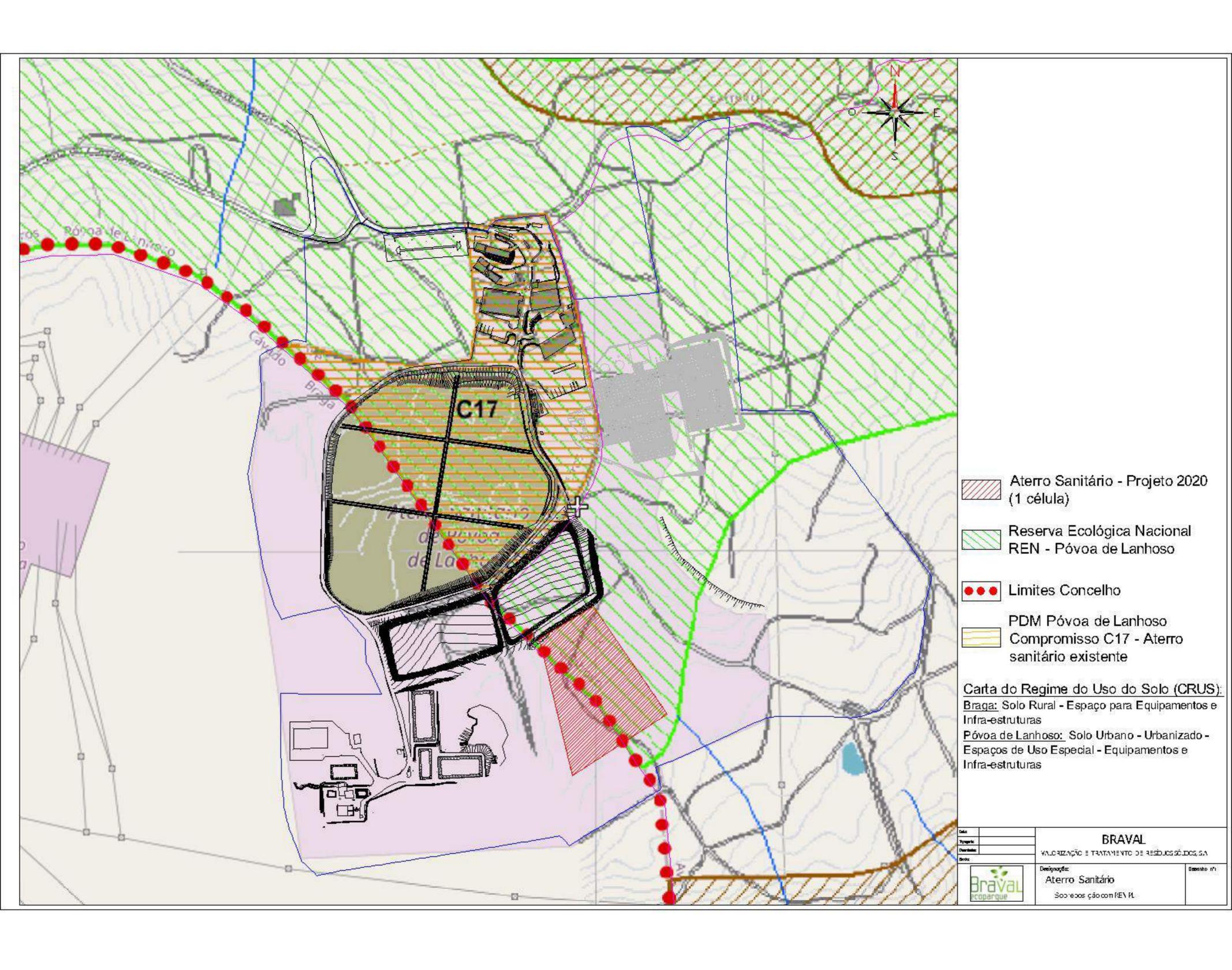
Ficamos so dispor para os esclarecimentos que necesaltarem da nossa parte.

Póvez de Lanhoue, 04 de outubro de 2022

Carlos Marinho Eduardo Barros Melisa Costa Sónia Sousa Dias

in grad@muniplantesa pi Wilawa pokinghila tigsa at







PROJECTO DE AMPLIAÇÃO DO ATERRO DA BRAVAL

PROJECTO DE EXECUÇÃO ESPECIFICAÇÕES

C.P.A. - CONSULTORIA E PROJECTOS DE AMBIENTE, LDA
NOVEMBRO 2020



PROJECTO DE AMPLIAÇÃO DO ATERRO DA BRAVAL

PROJECTO DE EXECUÇÃO

CONTEÚDO GERAL DO PROJECTO DE EXECUÇÃO

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

ESPECIFICAÇÕES

PEÇAS DESENHADAS

MEDIÇÕES



PROJECTO DE AMPLIAÇÃO DO ATERRO DA BRAVAL

EQUIPA DO PROJECTO DE EXECUÇÃO Direcção de Projecto Eng.º Mário Aguilar Engenharia civil Eng.º Eduardo Ferreira Modelação Dr. Benedito Rodrigues Impermeabilização Eng.º Mário Aguilar Eng.ª Eduardo Ferreira Hidráulica Lixiviados Eng.a Eduardo Ferreira Electricidade Eng.º Luís Matos Rede de incêndio Eng.º António Vedor Vias Eng.a Eduardo Ferreira Eng.ª Eva Rei Biogás Medições Nuno Araújo Desenho Nuno Araújo A Direcção de Projecto:



ÍNDICE

1.	DEFIN	NIÇÃO DA EMPREITADA	1
	1.1 OE	SJECTO	1
	1.2 RE	ELAÇÃO DOS TRABALHOS	1
	1.2.1	Trabalhos de construção civil	1
	1.2.2	Equipamentos metalomecânicos, hidromecânicos e eletromecânicos	3
	1.2.3	Instalações eléctricas e Instrumentação	3
	1.3 OL	JTROS TRABALHOS INCLUÍDOS NA EMPREITADA	4
	1.4 EN	ICARGOS E OBRIGAÇÕES DO EMPREITEIRO	4
		CTERÍSTICAS DOS MATERIAIS, NATUREZA, QUALIDADE, PROCEDÊNC ÕES, CONDIÇÕES DE RECEÇÃO E DE ARMAZENAMENTO	
	2.1 PR	RESCRIÇÕES COMUNS A TODOS OS MATERIAIS	7
	2.1.1	Âmbito	7
	2.1.2	Normas e regulamentos aplicáveis	7
	2.1.3	Prescrições adicionais	7
	2.2 INI	ERTES EM GERAL	10
	2.2.1	Godos, britas e areias para o fabrico de betão	10
	2.2.2	Tout-venant	11
	2.3 LIC	SANTES	11
	2.3.1	Cimentos	11
	2.3.2	Ligante hidráulico	12
	2.3.3	Adições	12
	2.3.4	Cal aérea	12



2.3.5 Cal hidráulica	12
2.3.6 Gesso	13
2.4 ÁGUA DE AMASSADURA PARA ARGAMASSAS E BETÕES	13
2.5 ADJUVANTES PARA BETÃO	13
2.6 MADEIRA PARA COFRAGENS E ESTRUTURAS	13
2.6.1 Âmbito	13
2.6.2 Normas e regulamentos aplicáveis	13
2.6.2.1 Legislação	13
2.6.2.2 Normas portuguesas	14
2.6.3 Prescrições adicionais	14
2.6.3.1 Madeiras comuns para moldes e cimbres	14
2.6.3.1.1 Características	14
2.6.3.1.2 Determinações e ensaios de recepção	15
2.6.3.2 Madeiras para estruturas	15
2.6.3.2.1 Características	15
2.6.3.2.2 Determinações e ensaios de recepção	16
2.7 AÇOS MACIOS	16
2.7.1 Âmbito	16
2.7.2 Normas e regulamentos aplicáveis	17
2.7.2.1 Legislação	17
2.7.2.2 Normas portuguesas	17
2.7.3 Prescrições adicionais	20



2.7.3.1	Aço em estruturas metálicas	20
2.7.3.2	Parafusos, porcas, anilhas e pernos roscadas	20
2.7.3.3	Material de adição para soldadura	21
2.7.3.4	Aço em chapa perfilada	22
2.7.3.5	Aço em tubos para guardas e vedações	22
2.7.3.6	Aço vazado e forjado	23
2.8 AÇ0	OS PARA ARMADURAS DE PRÉ-ESFORÇO	23
2.8.1	Âmbito	23
2.8.2	Normas e regulamentos aplicáveis	23
2.8.2.1	Legislação	23
2.8.2.2	Normas	23
2.8.2.3	Prescrições adicionais	24
	NHAS, CALDAS DE CIMENTO PARA INJECÇÃO E ANCORAGENS ÇO	
2.9.1	Bainhas para armaduras de pré-esforço	26
2.9.2	Ancoragens de pré-esforço	26
2.9.3	Caldas de cimento para injecção das bainhas	27
2.10 l 29	NEOPRENE PARA JUNTAS, APARELHOS DE APOIO E BATENTES DE TF	RAVAMENTO
2.10.1	Âmbito	29
2.10.2	Prescrições	29
2.11	SOLOS PARA ATERRO	30
2.11.1	Âmbito	30



2.11.2	Prescrições	30
2.12 E	BRITA PARA SISTEMAS DRENANTES	31
2.12.1	Âmbito	31
2.12.2	Normas e regulamentos aplicáveis	31
2.12.3	Prescrições	32
2.13 N	MATERIAIS PARA ENROCAMENTO DE PROTECÇÃO	33
2.13.1	Âmbito	33
2.13.2	Normas e regulamentos aplicáveis	33
2.13.3	Prescrições	33
2.14	GEOTÊXTEIS	34
2.14.1	Âmbito	34
2.14.2	Normas e regulamentos aplicáveis	34
2.14.3	Prescrições	34
2.15	GEOSSINTÉTICOS	36
2.15.1	Âmbito	36
2.15.2	Prescrições	36
2.15.2.1	Tipo dos geossintéticos	36
2.15.2.2	Características dos geossintéticos	36
2.15.2.3	Experiência do fabricante	40
2.15.2.4	Fabricação. Controlo de qualidade	40
2.15.2.5	Transporte e armazenamento	41
2.16 A	GREGADOS COM CARACTERÍSTICAS DE SUB-BASE E BASE	41



2.16.1	Disposições comuns	41
2.16.2	Com características de sub-base	41
2.16.3	Com características de base	43
2.17	RESINAS EPÓXI	44
2.17.1	Aplicação como ligante	44
2.17.2	Aplicação por injecção	44
2.17.3	Validade dos produtos	45
2.18	TINTAS E VERNIZES	45
2.19	EMULSÃO BETUMINOSA PARA PROTECÇÃO DAS SUPERFÍCIES DE BETÃO	45
2.19.1	Descrição do produto	45
2.19.2	Características técnicas	45
2.19.3	Utilizações	46
2.20	TUBOS E ACESSÓRIOS EM PEAD	46
2.20.1	Âmbito	46
2.20.2	Disposições gerais	46
2.20.3	Material	47
2.20.4	Características dos tubos	47
2.20.5	Classe de pressão	47
2.20.6	Dimensões e tolerâncias	48
2.20.7	Acondicionamento	48
2.20.8	Certificado de Fabrico	49
2.20.8.	1 Geral	49



2.20.8.	2 Identificação do Certificado de Fabrico	49
2.20.8.	3 Garantia que a matéria não sofreu alterações	49
2.20.8.	4 Ensaios realizados à matéria prima	50
2.20.8.	5 Inspecções e ensaios realizados ao tubo	50
2.20.9	Recepção e Assistência Pós-Venda	50
2.20.10) Fabricante	51
2.20.11	Documentos normativos aplicáveis	51
2.21	MANILHAS E MEIAS MANILHAS DE BETÃO PRÉ-FABRICADAS	51
2.21.1	Âmbito	51
2.21.2	Normas e regulamentos aplicáveis	51
2.21.3	Prescrições	52
2.22	CAIXAS DE LIGAÇÃO E DE RECEPÇÃO DE BETÃO	52
2.22.1	Âmbito	52
2.22.2	Prescrições	52
2.23	CAIXAS DE LIGAÇÃO E DE RECEPÇÃO EM PEAD	53
2.23.1	Âmbito	53
2.23.2	Prescrições	53
2.24	TUBOS E ACESSÓRIOS DE AÇO	54
2.24.1	Prescrições gerais	54
2.24.2	Materiais e métodos construtivos	54
2.24.3	Ensaios	55
2.25	TAMPAS DAS CAIXAS E CÂMARAS DE VISITA	56



	2.26	MATERIAIS NÃO ESPECIFICADOS	57
3	. EXEC	UÇÃO DOS TRABALHOS	.58
	3.1 DIS	SPOSIÇÕES COMUNS	58
	3.2 ES	TALEIRO	59
	3.2.1	Disposições gerais	59
	3.2.2	Vedações provisórias	60
	3.2.3	Acessos provisórios	60
	3.2.4	Construções provisórias	60
	3.2.5	Escritórios	61
	3.2.6	Armazéns	61
	3.2.7	Instalações sanitárias	61
	3.2.8	Instalações para o pessoal	62
	3.2.9	Instalações dos serviços médicos	62
	3.2.10	Instalações provisórias de águas e de esgotos	62
	3.2.11	Rede eléctrica e iluminação provisórias	63
	3.2.12	Aparelhos elevatórios	63
	3.2.13	Documentos normativos aplicáveis	63
	3.2.14	Critérios de medição e de pagamento	64
	3.3 PI	QUETAGEM E IMPLANTAÇÃO TOPOGRÁFICA	64
	3.3.1	Disposições gerais	64
	3.3.2	Critérios de medição e de pagamento	65
		SMATAÇÃO, DESENRAIZAMENTO E DECAPAGEM DA ZONA DE IMPLANTAÇÃO D	
	OBRAS	3	66



3.4.1	Ambito	66
3.4.2	Critérios de medição	66
3.4.3	Remoção de vegetações	66
3.4.4	Decapagem	66
3.4.5	Trabalhos de protecção	67
3.5 SA	NEAMENTO DA FUNDAÇÃO	67
3.5.1	Âmbito	67
3.5.2	Disposições gerais	67
3.6 ES	SCAVAÇÕES	67
3.6.1	Âmbito	67
3.6.2	Critérios de medição	68
3.6.3	Disposições gerais	68
3.7 CC	DNTACTO ATERRO-FUNDAÇÃO	70
3.7.1	Âmbito	70
3.7.2	Critérios de medição	70
3.7.3	Preparação da fundação	70
3.8 AT	ERROS	71
3.8.1	Âmbito	71
3.8.2	Critérios de medição	71
3.8.3	Disposições gerais	71
3.8.4	Espalhamento e compactação	72
3.8.5	Aterros experimentais	73



3.8.6	Controlo da compactação	74		
3.8.7 I	Equipamento para execução dos aterros75			
3.8.8 I	Equipamento laboratorial	76		
3.8.9 I	Encarregado	77		
3.9 INS	TALAÇÃO DE CONDUTAS PARA FUNCIONAMENTO EM PRESSÃO	77		
3.9.1 (Considerações gerais	. 77		
3.9.2	Materiais	77		
3.9.2.1	Geral	. 77		
3.9.2.2	Prescrições específicas para cada material	78		
3.9.3	Movimentação de tubos e sua colocação nas valas	78		
3.9.3.1	Manuseamento	78		
3.9.3.2	Transporte	79		
3.9.4	Armazenamento	79		
3.9.4.1	Empilhamento	80		
3.9.4.2	Colocação junto ao local de aplicação	80		
3.9.4.3	Protecção interior dos tubos	81		
3.9.4.4	Tubos com costura longitudinal	81		
3.9.4.5	Inspecção antes da montagem	81		
3.9.5	Montagem	82		
3.9.5.1	Trabalhos preparatórios	82		
3.9.5.2	Escavação e preparação da vala	82		
3.9.5.2.1	Recomendações gerais	82		



3.9.5.2	.2 Largura da vala	. 83
3.9.5.2	.3 Profundidade da vala	. 83
3.9.5.2	.4 Preparação do leito de assentamento	. 84
3.9.5.3	Assentamento de tubagem	. 85
3.9.5.4	Aterro e compactação	. 86
3.9.6	Juntas e acessórios	. 87
3.9.7	Maciços de apoio e ancoragem	. 87
3.9.7.1	Maciços de apoio	. 87
3.9.7.2	Maciços de ancoragem	. 87
3.9.8	Lavagem e desinfecção	. 88
3.9.9	Recepção	. 88
3.9.10	Cadastro das obras executadas	. 89
3.10	BETÕES	. 90
3.10.1	Prescrições gerais	. 90
3.10.2	Composição dos betões	. 90
3.10.3	Preparação dos betões	. 92
3.10.4	Betonagem e desmoldagem	. 93
3.10.5	Controlo das características dos betões	. 95
3.10.6	Rejeição dos betões	. 98
3.10.7	Critérios de medição e de pagamento	. 99
3.11	ARGAMASSAS E CALDAS DE CIMENTO	101
3.11.1	Prescrições gerais	101



3.11.2	Fabrico de argamassas	103
3.11.2.1	Argamassas hidráulicas	103
3.11.2.2	Caldas	103
3.11.2.3	Recepção	104
3.11.3	Transporte a depósito	104
3.11.4	Condicionamento de aplicação	104
3.11.5	Critérios de medição e de pagamento	105
3.12 M	IOLDES, CIMBRES E ESCORAMENTOS	105
3.12.1	Objectivo	105
3.12.2	Disposições regulamentares	105
3.12.3	Cláusulas aplicáveis	105
3.12.4	Características gerais	105
3.12.5	Construção dos moldes	106
3.12.6	Aplicação dos moldes	108
3.12.7	Conservação e armazenamento dos moldes	109
3.12.8	Cimbres e cavaletes	109
3.12.9	Critérios de medição e de pagamento	110
3.12.9.1	Unidades e materiais incluídos	110
3.12.9.2	Cálculo das áreas de cofragem	110
3.13 G	EOMEMBRANA	111
3.13.1	Âmbito	111
3.13.2	Critérios de medição	111



3.13.3	13.3 Condições de aplicação	
3.13.3.1	Preparação da superfície a impermeabilizar	
3.13.4	Aplicação da geomembrana	112
3.13.5	Soldaduras	113
3.13.5.1	Ligações ao betão	115
3.13.5.2	Fixação da geomembrana à parte superior do talude	115
3.14 G	EOTÊXTIL E GEOCOMPÓSITO BENTONÍTICO	115
3.14.1	Âmbito	115
3.14.2	Critérios de medição	115
3.14.3	Condições de aplicação	116
3.15 V	ALETAS PRÉ-FABRICADAS TIPO MEIAS MANILHAS DE BETÃO	116
3.15.1	Âmbito	116
3.15.2	Critérios de medição	116
3.15.3	Prescrições adicionais	117
3.16 C	AMADAS EM AGREGADO BRITADO DE GRANULOMETRIA EXTENSA	117
3.16.1	Âmbito	117
3.16.2	Critérios de medição	117
3.16.3	Preparação do leito e compactação	117
3.16.4	Espalhamento e compactação	118
3.16.5	Regularidade e espessura das camadas	119
3.17 P	INTURAS	119
3.17.1	Prescrições gerais	119



3.17.2	Modo de execução	120
3.17.3	B Pintura sobre betão com verniz incolor	121
3.17.4	Pintura de superfícies enterradas com emulsão betuminosa	122
3.17.5	Critérios de medição e de pagamento	122
3.18	SERRALHARIAS	122
3.18.1	Prescrições gerais	122
3.18.2	Critérios de medição e de pagamento	124
3.19	GUARDAS DE SEGURANÇA E ESCADAS	125
3.19.1	Material	125
3.19.2	Pabrico	125
3.19.3	Colocação e fixação de guardas e escadas	125
3.19.4	Critérios de medição e de pagamento	126
3.20	TRABALHOS NÃO ESPECIFICADOS	126
	ECIFICAÇÕES TÉCNICAS RELATIVAS AO EQUIPAMENTO HIDROMECÂNIO	
4.1 D	ISPOSIÇÕES GERAIS	127
4.2 O	BJECTO	127
4.3 E	SPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS	128
4.3.1	Especificações gerais	128
4.3.2	Materiais	129
4.4 E	QUIPAMENTOS	129
4.4.1	Introdução	129
4.4.2	Grupo de bombagem das águas freáticas e de lixiviados	129



4.4.2.1	Prescrições técnicas
4.4.2.2 freáticas	Grupos eletrobombas submersíveis dos poços de bombagem de lixiviados e águas 131
4.5 PRO	TEÇÃO ANTI-CORROSÃO131
4.5.1 D	isposições gerais
4.5.2 E	squemas de protecção
4.6 CON	TROLO DE QUALIDADE132
4.6.1 D	isposições gerais
4.6.2 N	lateriais
4.6.2.1	Normas a aplicar
4.6.2.2	Certificação de qualidade dos materiais
4.6.3 S	oldaduras
4.6.3.1	Generalidades
4.6.3.2	Preparação dos chanfros e parâmetros de soldadura
4.6.3.3	Estabilização das peças soldadas
4.6.3.4	Controlo da qualidade dos cordões de soldadura
4.6.3.5	Eléctrodos 134
4.6.3.6	Qualificação dos soldadores e processos
4.6.3.7	Reparação de soldaduras
4.6.4 C	ontrolo dimensional
4.6.5 P	rotecção anti-corrosão
4.6.5.1	Controlo dos revestimentos
4.6.5.2	Registos



	4.6.5.3 Inspecção/reparação na obra	136
	4.6.5.4 Equipamentos de fabrico corrente	136
	4.6.6 Plano de inspecção e ensaios	136
	4.6.7 Acesso às instalações pelo Dono de Obra	136
	4.6.8 Não conformidades	137
	4.6.9 Arquivo da qualidade	137
	4.6.10 Garantia da qualidade	137
	4.7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO	138
5	5. EQUIPAMENTO ELÉCTRICOS, INSTRUMENTAÇÃO E AUTOMAÇÃO	.139
	5.1 INTRODUÇÃO	139
	5.2 ÂMBITO	139
	5.3 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS	140
	5.4 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARTICULARES	141
	5.4.1 Quadros eléctricos	141
	5.4.1.1 Generalidades	141
	5.4.2 Instalações de utilização de energia eléctrica	142
	5.4.2.1 Condutores	142
	5.4.2.2 Tubagens, calhas e esteiras de cabos	143
	5.4.2.3 Caixas	145
	5.5 CONTROLO DA QUALIDADE DOS EQUIPAMENTOS	146
	5.5.1 Generalidades	146
	5.5.2 Normas e regulamentos	146



	5.5.2.1 Certificação de qualidade1	147
	5.5.3 Planos de inspecção e ensaios1	147
	5.5.4 Não conformidades e acções correctivas	148
	5.5.5 Arquivo da qualidade - "dossier da qualidade"	149
	5.5.6 Acesso às instalações pelo dono da obra e seus representantes	149
	5.5.7 Garantia da qualidade1	149
	5.6 PEÇAS DE RESERVA 1	150
	5.6.1 Disposições gerais	150
6	CONDIÇÕES DE RECEPÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NA OBRA1	151
	6.1 PROCURA 1	151
	6.2 FABRICO, INSPECÇÃO FABRIL E ENSAIOS DE FÁBRICA 1	152
	6.3 ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE E DESALFANDEGAMENTO 1	152
7	PROTECÇÃO E SEGURANÇA1	155
	7.1 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL1	155
	7.2 MEDIDAS DE PROTECÇÃO E SEGURANÇA1	156
8	CONDIÇÕES AMBIENTAIS1	157
	8.1 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	157
	8.2 OBRIGAÇÕES AMBIENTAIS CORRENTES 1	157
9	ELEMENTOS A APRESENTAR APÓS A CONCLUSÃO DA OBRA	159
1	LEGALIDADE DOS DOCUMENTOS	160



1. DEFINIÇÃO DA EMPREITADA

1.1 OBJECTO

A presente Empreitada tem por objecto o fornecimento de materiais e a execução de todos os trabalhos necessários à ampliação do aterro da BRAVAL, tal como é definido nas peças escritas e desenhadas do presente Projecto de Execução, englobando a integral execução do conjunto de obras de movimentação de terras, construção civil, fornecimento, montagem, instalação e ensaios de equipamentos hidromecânicos e electromecânicos e instalações eléctricas, automação e comunicações, que incluem, essencialmente:

- a) A movimentação de terras (escavações e aterros) para a modelação da nova célula, construção de taludes e preparação da zona de deposição;
- Execução de impermeabilização da nova célula com geomembrana assente sobre geocompósito bentonítico, protecção com geotêxtil e camada de drenagem;
- c) A execução dos trabalhos de construção civil e fornecimento e montagem de equipamentos metalomecânicos, hidromecânicos, electromecânicos, instalações eléctricas na rede de lixiviados e na rede de águas freáticas;
- d) A execução dos trabalhos de construção civil e fornecimento e montagem de condutas do circuito de lixiviados;
- e) A execução dos trabalhos de construção civil e fornecimento e montagem de condutas do circuito de águas freáticas;
- f) A execução dos trabalhos de construção civil e fornecimento e montagem de drenagem de águas pluviais;
- g) A execução dos trabalhos de construção civil e fornecimento e montagem da rede de incêndios;
- h) Execução dos trabalhos de construção civil da via periférica de acesso à nova célula.

1.2 RELAÇÃO DOS TRABALHOS

1.2.1 Trabalhos de construção civil

No âmbito dos trabalhos de construção civil consideram-se incluídas as seguintes rubricas principais:



- a) Montagem, manutenção e desmontagem do estaleiro geral, incluindo acessos e ligações às redes de água, de esgoto e eléctrica.
- b) Piquetagem e implantação topográfica das obras objecto da presente empreitada.
- c) Desmatação e limpeza das zonas afectadas pela implantação das obras.
- d) Execução dos movimentos de terras: escavações, regularizações e aterros compactados, incluindo eventuais entivações, saneamentos, remoção de bolsas lodosas, drenagem e rebaixamento temporário do nível freático, necessários para a execução de fundações e das estruturas enterradas;
- e) Execução de todos os trabalhos relativos à identificação e desenvolvimento da zona de empréstimo para a obtenção de materiais de construção, solos e enrocamentos, necessários à realização da presente Empreitada, incluindo a prospecção preliminar de avaliação e os ensaios de caracterização e de classificação dos solos disponíveis;
- f) Execução de aterros experimentais;
- g) Execução de trabalhos de nivelamento geral das zonas de implantação das obras, de modo a garantir as cotas de projecto;
- h) Execução das estruturas de betão simples e armado que constituem as estações elevatórias e o muro de suporte;
- i) Fornecimento e assentamento das serralharias civis;
- j) Execução dos movimentos de terras para implantação das condutas, incluindo abertura de vala para fundação das tubagens, aterro e compactação após assentamento e ensaio de prova hidráulica;
- k) Fornecimento e colocação de telas impermeabilizantes e sistemas de drenagem interna e secundária:
- I) Fornecimento, montagem e ensaios de tubagem;
- m) Fornecimento e montagem de bainhas técnicas para enfiamento de cabos de comunicações e telecomando, incluindo a construção de caixas de passagem;
- n) Fornecimento e assentamento das serralharias civis, tampas, escadas, grades, varandins, protecções, etc., incluindo protecção anticorrosiva;
- o) Realização dos ensaios de recepção dos materiais, tubagens, acessórios e equipamentos, em fábrica, em estaleiro, pós-montagem e recepção provisória e definitiva;



p) Execução de acessos e de arranjos exteriores da nova célula.

1.2.2 Equipamentos metalomecânicos, hidromecânicos e eletromecânicos

As actividades relacionadas com esta Empreitada incluem o fornecimento, a montagem e os ensaios dos seguintes equipamentos:

- a) Grupos de bombagem;
- b) Válvulas diversas;
- c) Peças de reserva para garantia de funcionamento da instalação, durante o prazo definido neste Caderno de Encargos;
- d) Conjunto de ferramentas e aparelhos especiais destinados à execução de todas as tarefas de manutenção corrente;
- e) Referenciação e etiquetas.

1.2.3 Instalações eléctricas e Instrumentação

As actividades relacionadas com esta Empreitada incluem os trabalhos, os fornecimentos, as montagens e os ensaios em ordem de marcha seguintes:

- a) Quadros eléctricos;
- b) Instalações de cabos de força motriz, comando, sinalização e medida;
- c) Instalações de iluminação e tomadas;
- d) Interligação com os sistemas de alimentações existentes;
- e) Fornecimento de peças de reserva para garantia do funcionamento das instalações no prazo definido neste Caderno de Encargos;
- f) Referências e etiquetas.



1.3 OUTROS TRABALHOS INCLUÍDOS NA EMPREITADA

Fazem ainda parte da empreitada quaisquer outros trabalhos, mesmo que eventualmente omissos, caso se revelem indispensáveis à boa execução e correcto funcionamento das obras, tal como previsto no Projecto de Execução e nestas Cláusulas Técnicas.

Não se considera como omissão a falta de referência a quaisquer trabalhos e operações que sejam indispensáveis para a execução das obras.

Faz parte das obrigações do Adjudicatário o desenvolvimento do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD), bem como a sua adaptação permanentemente durante a execução da obra às condicionantes efectivamente verificadas, em tudo de acordo com o Modelo disponibilizado pela Agência Portuguesa do Ambiente, conforme estipulado no nº 6 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de Março. O Adjudicatário deverá apresentar todos os procedimentos referentes à gestão dos resíduos de construção e demolição (RCD), que reger-se-ão pelo disposto no referido diploma.

1.4 ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DO EMPREITEIRO

O Empreiteiro terá ainda a seu cargo e incluído nos preços unitários da Empreitada, para além do estipulado nas Cláusulas aplicáveis, as seguintes actividades:

- a) A construção, a montagem, a manutenção e a exploração do Estaleiro da obra, em tudo de acordo com as disposições constantes do Plano de Segurança e Saúde;
- b) A vedação da área de Estaleiro;
- c) A elaboração e desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde (PSS), conforme definido nas cláusulas deste Caderno de Encargos;
- d) A elaboração e desenvolvimento da Compilação Técnica (CT), conforme definido neste
 Caderno de Encargos;
- e) A implementação das medidas de segurança e saúde em todas as frentes de trabalho e locais de intervenção, salientando-se a implementação de sistemas de emergência para fazer face à eventual ocorrência de cheias no período de construção;
- f) A elaboração do Plano de Acompanhamento Ambiental e respectiva implementação;
- g) A implementação de medidas mitigadoras de impactes ambientais em todas as frentes de trabalho e locais de intervenção;



- h) O fornecimento e a montagem, em locais a acordar com a Fiscalização, de painéis publicitários, fixos e móveis, referentes à Empreitada, com a publicitação de eventuais comparticipações da União Europeia, de acordo com a legislação respectiva, com as dimensões mínimas de 2,0 m x 3,0 m, nos painéis publicitários fixos e 1,0 m x 1,5 m, nos painéis publicitários móveis, a cores, cujas "maquetes" serão fornecidas pelo Dono da Obra. Os painéis deverão ser montados em locais a acordar com a Fiscalização e serão: dois painéis fixos de obra, dois painéis fixos provisórios e quatro painéis móveis;
- i) O desvio, criação, manutenção, remoção e reposição das condições iniciais dos acessos e servidões a estabelecimentos com atendimento ao público e a privados se necessário na envolvente;
- j) A montagem da sinalização de trânsito e/ou pedonal provisória, vertical e horizontal, diurna e nocturna, necessária para a execução da Empreitada, baseada no Plano de Sinalização a apresentar para aprovação nas entidades respectivas, designadamente Câmaras Municipais e Estradas de Portugal;
- k) O estudo e a planificação da execução da obra;
- O fornecimento e a montagem de eventuais cimbres, andaimes e outras estruturas provisórias para a execução da obra e montagem de equipamentos em perfeitas condições de trabalho e de segurança;
- m) Aquisição, embalagem e transporte desde a origem ao local das obras incluindo cargas e descargas;
- n) A guarda e o armazenamento dos materiais durante todo o período de execução da Empreitada;
- o) Todos os encargos legalmente estabelecidos;
- p) A formação do pessoal do Dono da Obra;
- q) A constituição de um seguro da obra;
- r) As despesas com a realização dos ensaios e visitas às instalações fabris, incluindo as despesas de deslocação e de estadia dos representantes do Dono da Obra, no país e no estrangeiro;
- s) O fornecimento das Telas Finais e da colecção dos desenhos finais da obra (transparentes e formato digital) e das especificações, catálogos e manuais de



montagem, de manutenção e de reparação dos equipamentos fornecidos, do qual se fará depender a Recepção Provisória da Empreitada;

- t) A remoção antes da data da Recepção Provisória de Empreitada de todo o material excedente, escombros, andaimes e similares;
- u) O rearranjo dos terrenos afectados pelas obras de acordo com o modelado inicial, nomeadamente a reposição de eventuais muros ou vedações que deverão ser reconstruídos de acordo com os novos posicionamentos;
- v) A reposição temporária de todos os serviços que venham a ser interrompidos, voluntária ou involuntariamente, devido à destruição de cabos telefónicos, eléctricos, condutas, e outros, durante a obra. Terá o empreiteiro que repor todas estas infraestruturas destruídas, antes da data de "Recepção Provisória";
- w) De igual modo, são da responsabilidade do empreiteiro os danos causados nas estruturas instaladas nos terrenos contíguos às faixas de instalação das condutas;
- x) É inteiramente responsável pela reparação de danos causados a terceiros, durante a execução das obras;
- y) Entender-se-á sempre que o Empreiteiro efectuou observações directas e pormenorizadas aos locais de trabalho, aproveitando a informação eventualmente disponível relativa à natureza dos terrenos, proporcionada por escavações ou amostras de sondagens existentes, que tomou à sua conta as iniciativas de realizar os estudos e os trabalhos necessários para esclarecer devidamente os condicionalismos de qualquer natureza e que de modo algum possam afectar a realização da obra;
- z) É responsável pela organização de todos os processos de licenciamento necessários e pela assistência ao Dono de Obra na obtenção de todas as licenças e certificados necessários.



2. CARACTERÍSTICAS DOS MATERIAIS, NATUREZA, QUALIDADE, PROCEDÊNCIA, DIMENSÕES, CONDIÇÕES DE RECEÇÃO E DE ARMAZENAMENTO

2.1 PRESCRIÇÕES COMUNS A TODOS OS MATERIAIS

2.1.1 Âmbito

Definição das características gerais a que devem satisfazer todos os materiais a empregar em obra.

2.1.2 Normas e regulamentos aplicáveis

Todos os materiais que se empregarem nas obras terão a qualidade, dimensões, forma e demais características designadas no respectivo projecto, com as tolerâncias regulamentares ou admitidas nestas especificações.

Todos os materiais a aplicar devem ser acompanhados de certificados de origem e obedecer ainda a:

- a) Sendo Nacionais, às Normas Portuguesas, Documentos de Homologação de laboratórios oficiais, Regulamentos em vigor e Especificações deste Caderno de Encargos;
- b) Sendo Estrangeiros, às Normas e Regulamentos em vigor no País de origem, caso não haja Normas Nacionais aplicáveis e Especificações deste Caderno de Encargos;
- c) Na eventualidade de se encontrarem em vigor quer a Pré-norma Europeia, quer a Norma Nacional, de aplicação simultânea, relativas a um determinado material, fica entendido que o referido material obedecerá obrigatoriamente à Especificação mais severa, considerando-se não só os regulamentos citados ou pertinentes, mas também o estabelecido nestas Especificações deste Caderno de Encargos.

2.1.3 Prescrições adicionais

As exigências estabelecidas no artigo 166º do Decreto-Lei nº 159/2000, de 27 de Julho, relativas às especificações dos materiais a empregar, deverão ser rigorosamente seguidas pelo Empreiteiro.

O estabelecido no Artigo 174º do Decreto-Lei nº 159/2000, regerá as exigências a observar relativamente à aplicação dos materiais e deverá ser rigorosamente seguido pelo Empreiteiro.



Os critérios para a aprovação dos materiais deverão seguir, escrupulosamente, o estabelecido no Artigo 171º do Decreto-Lei nº 159/2000.

O facto de se indicar uma marca de produto nos elementos de projecto serve, unicamente, para referir o tipo ou estabelecer o padrão mínimo de qualidade do produto em questão.

Todos os materiais necessários à obra serão directamente adquiridos ou explorados pelo Empreiteiro, sob a sua responsabilidade e encargo, e ficam sujeitos à aprovação da Fiscalização.

Todos os materiais e produtos a utilizar deverão ser produzidos por fabricantes que possam provar ter experiência na produção destes materiais com a qualidade e nas quantidades exigidas.

A aprovação de todo e qualquer material estará dependente da apresentação de declaração por escrito, pelo Empreiteiro, a garantir o cumprimento das propriedades e das características desse material relativamente ao estipulado nas Especificações Técnicas deste Caderno de Encargos.

Nenhum material pode ser aplicado em obra sem prévia autorização da Fiscalização.

O Empreiteiro fará prova de que todos os materiais possuem as características de qualidade exigidas pelas normas e regulamentos aplicáveis, em vigor à data de execução da empreitada, ainda que não expressamente referido, e justificará que a composição, o fabrico e os processos de aplicação são compatíveis com a respectiva finalidade.

O Empreiteiro, quando autorizado pela Fiscalização, poderá aplicar materiais diferentes dos previstos se a solidez, estabilidade, aspecto, duração e conservação da obra não forem prejudicados e se não houver alteração, para mais, no preço.

O facto de a Fiscalização permitir o emprego de qualquer material não isenta o Empreiteiro da responsabilidade sobre o seu comportamento.

Dentro dum critério de equivalência de preço e qualidade dar-se-á preferência a materiais e produtos da indústria nacional.

Serão da conta do Empreiteiro todos os transportes, cargas, descargas, armazenamentos e aparcamentos, realizados de modo a evitar a mistura de materiais de tipos diferentes, bem como a sua conservação e todos os encargos com a arrumação dos materiais e seu acondicionamento.

Serão da conta do Empreiteiro as perdas de materiais no transporte, armazenamento e aplicação.



O Empreiteiro obriga-se a apresentar à Fiscalização, com a antecedência mínima de quinze dias em relação à data prevista de aplicação na obra, amostras de todos os materiais a empregar, acompanhadas de certificado de origem, os quais, depois de aprovados, servirão de padrão.

Cumpre ao Empreiteiro fornecer em qualquer ponto do estaleiro e sem direito a retribuição todas as amostras de materiais para ensaios laboratoriais que a Fiscalização pretenda efectuar.

As amostras serão geralmente tomadas em triplicado e levarão as indicações necessárias à sua identificação.

As análises, provas e ensaios necessários à determinação das características dos materiais a aplicar em obra serão sempre executados por conta do Empreiteiro e por entidades previamente aprovadas pela Fiscalização.

A Fiscalização poderá mandar efectuar, sempre que assim o entender, a expensas do Empreiteiro, todos os ensaios que considere necessários para verificação das características dos materiais a aplicar em obra em complemento dos que o Empreiteiro tenha de efectuar.

A aceitação e o controlo exercidos pela Fiscalização não reduzem a responsabilidade do Empreiteiro sobre os materiais utilizados.

Todos os resultados destes ensaios serão comunicados à Fiscalização, devendo o Empreiteiro respeitar as instruções que lhe forem dadas por escrito resultantes da análise dos resultados desses ensaios, nomeadamente e se for o caso, a interrupção da frente de trabalho onde estava prevista ou se estava a proceder à sua aplicação.

Após a interrupção de uma frente de trabalho esta só poderá ser retomada por ordem escrita da Fiscalização.

Os materiais que não satisfaçam as condições exigidas serão rejeitados, sem excepção, pela Fiscalização, e considerados como não fornecidos.

Os materiais rejeitados serão retirados pelo Empreiteiro do local dos trabalhos e dos terrenos do Dono da obra, no prazo máximo de três dias após a data da comunicação escrita da rejeição, sem direito a qualquer indemnização ou prorrogação de prazos.

A falta de cumprimento desta determinação confere à Fiscalização o direito de remover a encargo do Empreiteiro, pela forma que entender, os materiais rejeitados, cabendo ao Empreiteiro toda a responsabilidade pela eventual deterioração ou extravio.



Os materiais deterioráveis serão obrigatoriamente colocados em armazéns que ofereçam segurança e protecção aos agentes atmosféricos, à humidade do solo, do ambiente do local da obra e de todo o tipo de intempéries.

O Empreiteiro assegurará a guarda e conservação dos materiais durante o seu armazenamento e depósito. Rejeita-se qualquer responsabilidade por prejuízos que ocorram nos materiais a encargo do Empreiteiro ou nos trabalhos da Empreitada, antes da recepção provisória, sejam quais forem as circunstâncias que tenham originado tais prejuízos.

Todos os materiais que se deteriorarem e não apresentarem as características exigidas serão rejeitados e considerados como não fornecidos, devendo ser removidos do local da obra pelo Empreiteiro por sua conta.

Caso o Empreiteiro não proceda à sua remoção esta será assegurada pela Fiscalização sendo todos os encargos daí resultantes da conta do Empreiteiro.

O Empreiteiro não poderá depositar no estaleiro da obra, sem autorização da Fiscalização, materiais ou equipamentos que não se destinem à execução dos trabalhos da Empreitada.

A Fiscalização reserva-se no direito de controlar todos os estaleiros e instalações do Empreiteiro e seus fornecedores relacionados com a obra, pelos seus próprios meios ou por organismos ou empresas da sua escolha. O Empreiteiro deverá facilitar o trabalho de controlo da Fiscalização ou dos seus representantes, os quais se apresentarão devidamente habilitados e credenciados para tal.

Após a conclusão da Obra o Empreiteiro é obrigado a remover do local, no prazo fixado nas Clausulas Jurídicas, os restos dos materiais, entulhos, equipamentos e andaimes e tudo o mais que tenha servido de apoio à execução dos trabalhos e, se não o fizer, a Fiscalização mandará proceder à sua remoção a expensas do Empreiteiro.

2.2 INERTES EM GERAL

2.2.1 Godos, britas e areias para o fabrico de betão

As britas e areias a utilizar nesta Empreitada deverão satisfazer à especificação do LNEC E373-1993, "Inertes para argamassas e betões, características e verificação de conformidade".



2.2.2 Tout-venant

O material a utilizar como tout-venant deverá possuir as seguintes características:

- resultar de materiais rijos e sãos;
- resistência mecânica, resistência ao esmagamento, e composição química adequadas à utilização;
- ausência de elementos geladiços ou friáveis;
- ausência de terra, matéria orgânica e outras impurezas em quantidade prejudicial ao fim a que se destinam.

Em todos os casos o material terá as seguintes características mínimas:

- 45% na resistência ao esmagamento segundo a NP 1039;
- 50% de desgaste Los Angeles segundo a E237.

2.3 LIGANTES

2.3.1 Cimentos

Salvo disposições em contrário nestas Cláusulas Técnicas, o cimento deverá estar em conformidade com a NP 2064 e satisfazer as prescrições regulamentares de fornecimento e recepção referidas na NP 2065 e cumprir integralmente o disposto no Decreto-Lei n.º 139/96, de 16 de Agosto.

A escolha do tipo de cimento a utilizar deverá permitir o cumprimento das exigências de comportamento especificado, definidas nas secções referentes aos betões e às argamassas de cimento e adequar-se às características de agressividade das águas dos solos e das águas de contacto.

Em todo o caso, o Empreiteiro deverá ter em atenção de que o cimento a utilizar não terá valores de calor de hidratação, determinado segundo a Especificação LNEC E68, superiores a 67 cal/g, 78 cal/g e 85 cal/g, às idades, respectivamente, de 3, 7 e 28 dias.

Serão rejeitados os lotes que não possuam as características exigidas, e igualmente todas as quantidades que tenham sofrido acção da humidade e não se encontrem em perfeito estado de conservação.



2.3.2 Ligante hidráulico

Para efeitos de aplicação das prescrições destas Cláusulas Técnicas considera-se ligante hidráulico a massa cimentícia constituída por cimentos e adições a usar em betões, argamassas ou caldas de injecção e de selagem.

A selecção adequada do tipo de ligante a utilizar em cada caso deverá satisfazer as disposições da Especificação LNEC E-378 - Guia para a utilização dos ligantes hidráulicos.

2.3.3 Adições

As adições a utilizar eventualmente nesta Empreitada, no fabrico de betões, serão constituídas por sílicas de fumo e por cinzas volantes, cujas características deverão satisfazer à especificação do LNEC E377 e a NP EN 450, respectivamente.

Em casos especiais devidamente justificados e aceites pela Fiscalização, poderão utilizar-se adições de cinzas volantes cujo limite de perda ao fogo ultrapasse o valor definido na respectiva norma, com o máximo de 10%.

2.3.4 Cal aérea

Será de boa qualidade, bem cozida, sem cinzas, terras, fragmentos de calcário cru ou recozido e outras impurezas. A cal viva (cal em pedra) será extinta por aspersão (cal em pó) ou por imersão (cal em pasta): as primeiras serão conservadas em armazém, livres de humidade e a última conservar-se-á coberta de água e só será empregue 48 horas depois de extinta.

2.3.5 Cal hidráulica

Salvo outras disposições destas Cláusulas Técnicas a cal hidráulica satisfará às prescrições regulamentares de fornecimento e recepção.

A Fiscalização rejeitará os lotes que não possuam as características exigidas, tenham sofrido acção da humidade ou não se encontrem em perfeito estado de conservação.



2.3.6 Gesso

O gesso será de fabrico recente, deverá apresentar cor clara e uniforme, e deverá ser bem cozido, moído e untuoso ao tacto.

2.4 ÁGUA DE AMASSADURA PARA ARGAMASSAS E BETÕES

Será doce, limpa e isenta de impurezas e de substâncias prejudiciais aos fins em vista, em especial de cloretos, sulfatos e óleos e deverá satisfazer as características constantes da Especificação E372 - 1993 do Laboratório Nacional de Engenharia Civil referida ao betão armado e pré-esforçado.

Em qualquer caso, a variação nas principais características de argamassa normal, não poderá ser superior a 10% entre a argamassa fabricada com água destilada e com água industrial da obra.

2.5 ADJUVANTES PARA BETÃO

Os adjuvantes a incluir no fabrico dos betões serão classificados e verificada a sua conformidade de acordo com as características da Especificação LNEC E-374.

2.6 MADEIRA PARA COFRAGENS E ESTRUTURAS

2.6.1 Âmbito

Definição das características e condições de emprego a que devem satisfazer as madeiras a utilizar nos vários trabalhos de construção, quer com carácter definitivo quer provisório.

2.6.2 Normas e regulamentos aplicáveis

2.6.2.1 Legislação

Decreto n.º 46 318/65, de 29 de Abril, Regulamento do Exercício da Indústria de Serração de Madeiras.



2.6.2.2 Normas portuguesas

NP 180	Anomalias e defeitos das madeiras de construção.
NP 890	Madeiras e resinosas. Nomenclatura comercial.
NP 480	Madeiras serradas de resinosas. Terminologia e definições.
NP 481	Madeiras serradas de resinosas. Medições das dimensões.
NP 486	Madeiras serradas de resinosas. Tolerâncias nas dimensões.
NP 614	Madeiras. Determinação do teor em água.
NP 615	Madeiras. Determinação da retracção.
NP 616	Madeiras. Determinação da massa específica.
NP 617	Madeiras. Determinação da dureza.
NP 618	Madeiras. Ensaios de compressão axial.
NP 619	Madeiras. Ensaios de flexão estática.
NP 620	Madeiras. Ensaios de flexão dinâmica.
NP 621	Madeiras. Ensaios de tracção transversal.
NP 622	Madeiras. Ensaios de fendimento.
NP 623	Madeiras. Ensaio de corte.

2.6.3 Prescrições adicionais

2.6.3.1 Madeiras comuns para moldes e cimbres

2.6.3.1.1 Características

- As madeiras para moldes devem ser aplainadas e tiradas de linha e possuir secções que permitam assegurar a indeformabilidade dos moldes durante as operações de betonagem.
 Regra geral, terão uma espessura não inferior a 3 cm e as juntas serão a meia madeira, para que as superfícies exteriores das peças de betão resultem perfeitamente lisas e isentas de cavidades, com vista a dispensar-se a aplicação de rebocos de argamassa.
- As madeiras a empregar devem ser bem cerneiras, não ardidas, sem nós viciosos, isentas de caruncho, fendas ou falhas que possam comprometer a sua resistência.



- Devem ser de primeira escolha, isto é, seleccionadas por forma a que, mesmo os pequenos defeitos (nós, fendas, etc.) não ocorram com grande frequência, nem com grandes dimensões, nem em zonas das peças em que venham a instalar-se as maiores tensões.
- Devem ser de quina viva e bem desempenadas, permitindo-se em casos a fixar pela
 Fiscalização, o emprego de peças redondas em prumos ou escoras, desde que tal não comprometa a segurança ou a perfeição do trabalho.
 - Os calços ou cunhas a aplicar devem ser de madeira dura.
- Se forem utilizados cavaletes de madeira, não é permitido o emprego de peças de peso específico excessivamente baixo, não podendo ser inferior a três o número de anéis de crescimento da madeira, sendo preferível que seja igual ou próximo de seis.
- As madeiras a empregar em obras auxiliares tais como andaimes, escoramentos, etc, terão qualidades e dimensões adequadas aos fins a que se destinam, segundo as regras de arte e o consenso geral.

2.6.3.1.2 Determinações e ensaios de recepção

As determinações e ensaios a que as madeiras devem ser submetidas para a sua completa caracterização e aprovação, sempre que a Fiscalização o exigir, são as definidas pelas normas portuguesas atrás listadas.

2.6.3.2 Madeiras para estruturas

2.6.3.2.1 Características

- As madeiras para estruturas deverão ser duras, com reconhecida resistência natural ao ataque de fungos, insectos e moluscos xilófagos (neste caso quando mergulhados no mar abaixo do nível médio).
- A Fiscalização poderá permitir o uso de madeiras que não obedeçam às características de dureza e de resistência natural antes referida, desde que sejam tratadas com preservativos adequados, tais como:
 - ✓ produtos à base de sais de cobre;
 - ✓ creosote;



√ solução de creosote e alcatrão ou "epóxi-alcatrão".

Neste último caso, a mínima retenção de preservativo deve ser de 300 kg/m³.

2.6.3.2.2 Determinações e ensaios de recepção

- Aplicam-se as disposições do nº 2.6.3.1.2 .
- As tensões exigidas serão as seguintes:

✓	Flexão	. 12 MPa
✓	Compressão paralela às fibras	9,0 MPa
✓	Compressão normal às fibras quando sore toda a largura	2,4 MPa
✓	Compressão parcial normal às fibras	3,6 MPa
✓	Corte longitudinal	1.2 MPa

2.7 AÇOS MACIOS

2.7.1 Âmbito

Definição das características a que deverão obedecer os vários tipos de aço utilizados em construção civil, a saber:

- · Aço em varões para betão armado;
- · Aço em perfis, barras e chapas;
- · Aço para parafusos;
- Aço vazado e forjado;
- Aço em tubos para guardas e vedações.



2.7.2 Normas e regulamentos aplicáveis

2.7.2.1 Legislação

Decreto-Lei nº 349-C/83, de 30 de Julho, e Decreto-Lei nº 357/85, de 2 de Setembro, Regulamento de Estruturas de Betão Armado e Pré-esforçado.

Decreto-Lei nº 128/99, de 21 de Abril, Certificação Obrigatória de Varões Nervurados Laminados a Quente.

Decreto-Lei nº 28/07, de 12 de Fevereiro, Certificação Obrigatória de Aços Par Pré-Esforço.

Decreto nº 46 160/65, de 19 de Janeiro, Regulamento de Estruturas de Aço para Edifícios.

2.7.2.2 Normas portuguesas

NP 1279 -	Produtos siderúrgicos. Aços de construção (caso geral). Definições. Classificação. Características e condições de recepção;
NP 105 -	Metais. Ensaio de tracção;
NP 173 -	Metais. Ensaio de dobragem;
NP 106 -	Metais. Ensaio de dureza Brinnel;
NP 141 -	Metais. Ensaio de dureza Rockwell;
NP 269 -	Metais. Ensaio de choque Charpy de provete entalhado;
NP 711 -	Metais. Ensaio de dureza Vicker;
NP 331 -	Aço laminado. Varão. Dimensões;
NP 332 -	Aço laminado. Varão para betão. Dimensões;
NP 333 -	Aço laminado. Vergalhão. Dimensões;
NP 334 -	Aço laminado. Cantoneira. Dimensões;
NP 335 -	Aço laminado. Barra. Dimensões;
NP 336 -	Aço laminado. Perfil L. Dimensões;
NP 337 -	Aço laminado. Perfil T. Dimensões;
NP338 -	Aço laminado. Perfil U. Dimensões;



NP339 - Aço laminado. Perfil I. Dimensões;

EN ISO 15630 - 1, 2, 3: 2002 (Ed. 1) - Steel for the reinforcement and prestressing of concrete. EN 10025- 1, NP EN 10025 - 2, 3, 4,5, 6 - Produtos laminados a quente de aços de construção.

Os aços para armaduras sob a forma de varões ou redes eletrossoldadas a utilizar em todos os elementos de betão armado deverão satisfazer as características fixadas nas especificações LNEC, devem ser obrigatoriamente classificados pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), em cumprimento do artigo 23º do Regulamento de Estruturas de Betão Armado e Préesforçado (REBAP), Decreto-Lei nº 349-C/83, de 30 de Julho, e Decreto-Lei nº 357/85, de 2 de Setembro (a lista dos aços para armaduras ordinárias classificados pode ser consultada em (http://www-ext.lnec.pt/qpe).

As características dos aços classificados são as que constam nas seguintes Especificações do LNEC: E 455-2002: Varões de Aço A400 NRSD (de Ductilidade Especial) para Armaduras de Betão Armado. Características, Ensaios e Marcação; E 456-2000: Varões de Aço A500 ER para Armaduras de Betão Armado. Características, Ensaios e Marcação; E 458-2000: Redes Eletrossoldadas para Armaduras de Betão Armado. Características, Ensaios e Marcação; E 460-2002: Varões de Aço A500 NRSD (de Ductilidade Especial) para Armaduras de Betão Armado. Características, Ensaios e Marcação.

A utilização de outros tipos de armaduras não correntes, que não se enquadrem nas Especificações LNEC antes referidas, deve ser obrigatoriamente precedida pela sua homologação pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), em cumprimento do artigo 23º do Regulamento de Estruturas de Betão Armado e Pré-esforçado (REBAP), Decreto-Lei nº 349-C/83, de 30 de Julho, e Decreto-Lei nº 357/85, de 2 de Setembro.

De acordo com o Decreto-Lei nº 128/99, de 21 de Abril, os varões nervurados de aço laminado a quente (varões dos tipos A400 NRSD de Ductilidade Especial e A500 NRSD de Ductilidade Especial), para além da classificação, estão sujeitos a certificação obrigatória em Portugal.

Os aços para armaduras ordinárias deverão ser fornecidos dando satisfação a todas a condições previstas nas Especificações LNEC aplicáveis antes referidas ou nos respectivos Documentos de Homologação.

No caso de se pretenderem efectuar emendas dos varões por soldadura deve ser apresentado o correspondente procedimento de soldadura recomendado pelo Fabricante do Aço e realizar-se-ão ensaios com a finalidade a que se referem os artigos 21º e 156º do diploma supra citado.



No caso de utilização de acopladores na ligação de varões, devem ser apresentadas, as especificações técnicas do material com indicação das características técnicas e recomendações de aplicação e devem ser preparadas, três amostras por tipo de acopladores, para ensaios prévios de tracção por Entidade Acreditada.

Todos os aços recepcionados em obra têm de fazer ensaios obrigatórios conforme DNA (Documento nacional de aplicação) da NP ENV 13670-1 Julho 2007, do Decreto-Lei n.º 301, de 23 de Agosto. Para tal o empreiteiro deve dividir o aço em lotes de fornecimento constituídos por, simultaneamente, provir do mesmo produtor e ser do mesmo tipo de aço (e no caso de aço de pré-esforço, do mesmo diâmetro). O número mínimo de amostras a colher em cada lote e as dimensões deste são, para as armaduras de aço não certificadas, as seguintes: Para as armaduras de aço ordinárias: 2 amostras por cada 50 toneladas; para as armaduras de aço de pré-esforço: 2 amostras por cada 25 toneladas. Para as armaduras de aço certificadas, o número de amostras é metade do indicado para as não certificadas.

As propriedades das armaduras de aço a verificar na recepção por meio de ensaios a realizar em laboratório acreditado sobre provetes cortados de cada amostra, e o número destes provetes, são os seguintes:

Propriedades/características	Número de provetes a ensaiar em cada amostra de						
	armadura	s ordinárias	armaduras de pré-esforço				
	varões	redes electrosoldadas	fios	cordões	varões		
mecânicas (incluindo ductilidade)	2	1 em cada direcção	2	2	2		
aderência (geometria das nervuras)	1	1 em cada direcção	-	-	-		
resistência ao corte da soldadura	-	1	-	-	-		

Estas propriedades/características devem ser determinadas em ensaios realizados de acordo com os métodos indicados nas Especificações LNEC aplicáveis a cada tipo de aço, indicadas no DNA 6.2(1) e no DNA 7.2.3(1). NP ENV 13670-1.



Os resultados individuais obtidos nos ensaios devem satisfazer os valores especificados nas mesmas Especificações LNEC para cada propriedade. Para efeito destes ensaios de recepção, os valores especificados devem ser entendidos como valores limite.

Se para determinada propriedade se obtiver um valor não conforme, a amostragem deve ser repetida com o dobro das amostras. Caso se repita algum resultado não conforme, o lote deve ser rejeitado.

Quando as especificações de projecto exigirem ensaios de recepção de outras propriedades (por exemplo, fadiga ou relaxação), deve ser estabelecida nessas especificações o método de ensaio, o plano de amostragem e os critérios de aceitação.

Todos os encargos para controlo das características dos aços, especificamente mencionados, ou não, são da exclusiva conta do Adjudicatário, e consideram-se incluídos nos preços unitários respectivos.

2.7.3 Prescrições adicionais

2.7.3.1 Aço em estruturas metálicas

O aço a utilizar será de textura compacta e homogénea, de grão fino, isento de fendas, inclusões ou outros defeitos prejudiciais à sua utilização.

Os perfis laminados, os tubos e as chapas de aço deverão apresentar-se nas formas prescritas, desempenados, e deverão respeitar as tolerâncias gerais para o fabrico indicadas no caderno de Encargos.

O aço em perfis, tubos e chapas a utilizar em estruturas soldadas, deverá apresentar características de soldabilidade, a comprovar por laboratório oficial, especificadas pelas respectivas normas de qualidade, ou as especificadas no EUROCÓDIGO EC3.

As dimensões e respectivas tolerâncias dos perfis, tubos barras e chapas, deverão respeitar as normas específicas.

2.7.3.2 Parafusos, porcas, anilhas e pernos roscadas

As dimensões e tolerâncias dos parafusos e pernos roscados são as especificadas nas normas NP-110, NP-400 e NP-1895.



Os parafusos, porcas, anilhas e pernos roscados serão fabricados por casas da especialidade. O Empreiteiro deverá informar a Fiscalização qual o fabricante escolhido.

A qualidade dos parafusos, porcas, anilhas e pernos roscados utilizados na estrutura metálica é a indicada nos Desenhos do presente Projecto de Execução.

Nos parafusos da classe 6.8 não serão permitidas anilhas de um aço com resistência inferior ao Fe 510 e espessura menor que 3 mm.

Os parafusos, porcas e anilhas terão as dimensões normalizadas indicadas no projecto.

Os parafusos brutos só podem ser utilizados nas ligações em que não seja inconveniente os elementos a ligar jogarem entre si.

Os parafusos terão na parte roscada o comprimento correspondente à espessura da porca e da anilha acrescido de 3mm. A transição entre a zona roscada e a zona lisa da espiga deve ficar dentro da espessura da anilha.

O furo da porca será centrado e em esquadria com as bases, que deverão apresentar-se planas.

As anilhas serão planas, com uma espessura mínima de 3 mm e o diâmetro interior superior em 2mm aos dos parafusos.

Os parafusos serão obrigatoriamente munidos de anilhas de lado das porcas. No caso de, excepcionalmente o aperto da ligação se fazer pela cabeça do parafuso, deverá colocar-se uma anilha desse lado.

2.7.3.3 Material de adição para soldadura

O material de adição para soldadura deverá possuir as características definidas no artigo 19º e Anexo I ao R.E.A.E. ou as correspondentes às Normas Portuguesas e normalização internacional aceite (AWS - ASTM a 233 e AWS - ASTM 559).

Deverá em particular ser respeitada a seguinte norma:

NP EN 1599, NP EN 1600, NP EN 757, NP EN 758 - Consumiveis para soldadura

Caso se utilize soldadura por arco eléctrico com eléctrodo revestido (S.E.R.) só será permitida a soldadura com eléctrodos com revestimento básico. (AWS/E7018).

Neste caso os eléctrodos deverão ser secos antes da sua utilização e só serão retirados da estufa à medida que forem sendo utilizados.



De cada lote de consumíveis será entregue à Fiscalização o respectivo certificado do fornecedor.

2.7.3.4 Aço em chapa perfilada

As características mecânicas mínimas do material base deverão corresponder às do S 235 JR de acordo com a EN-10025 – 3, 4, 5, 6.

A chapa de aço deverá apresentar-se protegida contra a corrosão, por galvanização segundo o processo "Sendzimir". A camada de zinco em ambas as faces não deverá ter uma espessura inferior a 25µ (175g/m²).

As nervuras da chapa perfilada poderão ser obtidas por perfilagem a frio, estampagem ou quinagem.

A secção da chapa perfilada a utilizar em pavimentos mistos deverá ser tal que a aderência conseguida entre a chapa e o betão, permita considerar o pavimento como um elemento misto, onde a chapa desempenha um papel de armadura inferior na zona dos momentos positivos. O aumento da aderência poderá conseguir-se quer pela existência de rugosidades na alma das nervuras, quer pela própria forma destas.

As espessuras mínimas a utilizar serão respectivamente, 1,0mm em chapa de pavimento misto e 1,0 mm em chapa de revestimento de cobertura.

As chapas de pavimento e cobertura deverão apresentar-se pré-lacadas nas faces em que o projecto indica.

As cores serão indicadas pelo Dono da Obra.

2.7.3.5 Aço em tubos para guardas e vedações

Os tubos das guardas e das vedações serão de ferro galvanizado e obedecerão à NP 513.

Os tubos serão de primeira qualidade, perfeitamente cilíndricos e convenientemente zincados por galvanização, interior e exteriormente.

A zincagem será perfeita, por forma que não tenham sido alteradas as qualidades do ferro e que a camada de zinco seja de espessura uniforme, bem aderente à superfície interna e externa dos tubos, e cobrindo-os completamente.



2.7.3.6 Aço vazado e forjado

As características que estes aços deverão apresentar serão as seguintes:

- Tensão de rotura mínima de 64kg/mm² com tensão de cedência superior a 42kgf/mm²;
- Alongamento superior a 17%, determinado em barretas com comprimento igual a 5 diâmetros.

2.8 AÇOS PARA ARMADURAS DE PRÉ-ESFORÇO

2.8.1 Âmbito

Definição das características e condições de emprego a que devem satisfazer os aços para armaduras de pré-esforço.

2.8.2 Normas e regulamentos aplicáveis

2.8.2.1 Legislação

O aço de alta resistência para armaduras de pré-esforço deverá satisfazer às características especificadas e estar de acordo com a técnica do pré-esforço escolhida pelo Empreiteiro, e deverá estar em conformidade com a NP EN 1992-1-1: Eurocódigo 2: Projecto de estruturas de betão - Parte 1-1: Regras gerais e regras para edifícios.

Para armaduras não aderentes interiores ou exteriores as propriedades do material deverão estar conforme a NP EN 1992-1-5: Eurocódigo 2: Projecto de estruturas de betão Parte1-5: Regras gerais - Estruturas pré-esforçadas com cabos não aderentes.

2.8.2.2 Normas

Os aços a utilizar serão obrigatoriamente de baixa relaxação e as características a que devem obedecer não podem ser, em nenhum caso, inferiores às estabelecidas nas especificações aplicáveis, nomeadamente as seguintes:

Especificações do LNEC: E 452-2004: Fios de aço para pré-esforço. Características e ensaios;

E 453-2002: Cordões de aço para pré-esforço. Características e ensaios;

E 459-2002: Varões de aço para pré-esforço. Características e ensaios.



2.8.2.3 Prescrições adicionais

- a) Os aços para armaduras de pré-esforço a utilizar nas obras, seja sob a forma de fios, cordões ou varões, devem ser obrigatoriamente certificados Decreto-Lei n.º 28/2007, de
 12 de Fevereiro, por uma entidade acreditada pelo IPAC (Instituto Português de Acreditação) e seguir as especificações LNEC referidas.
- Serão fornecidos, junto em cada lote de aço, os diagramas de tensões-extensões e os resultados dos restantes ensaios na origem que certificam as suas propriedades.
- c) Se a Fiscalização assim o entender serão executados, além dos ensaios necessários para comprovação das características indicadas e dos valores dos módulos de elasticidade. Esses ensaios obrigatórios serão realizados conforme DNA (Documento nacional de aplicação) da NP ENV 13670-1 Julho 2007, do Decreto-Lei n.º 301, de 23 de Agosto. Para tal o empreiteiro deve dividir o aço em lotes de fornecimento constituídos por, simultaneamente, provir do mesmo produtor e ser do mesmo tipo de aço (e no caso de aço de pré-esforço, do mesmo diâmetro). O número mínimo de amostras a colher em cada lote e as dimensões deste são, para as armaduras de aço não certificadas, as seguintes: Para as armaduras de aço ordinárias: 2 amostras por cada 50 toneladas; para as armaduras de aço de pré-esforço: 2 amostras por cada 25 toneladas. Para as armaduras de aço certificadas, o número de amostras é metade do indicado para as não certificadas.

As propriedades das armaduras de aço a verificar na recepção por meio de ensaios a realizar em laboratório acreditado sobre provetes cortados de cada amostra, e o número destes provetes, são os seguintes:

Propriedades/características	Número de provetes a ensaiar em cada amostra de						
	armac	luras ordinárias	armaduras de pré-esforço				
	varões	redes electrosoldadas	fios	cordões	varões		
Mecânicas (incluindo ductilidade)	2	1 em cada direcção	2	2	2		
Aderência (geometria das nervuras)	1	1 em cada direcção	-	-	-		
resistência ao corte da soldadura	-	1	-	-	-		



Estas propriedades/características devem ser determinadas em ensaios realizados de acordo com os métodos indicados nas Especificações LNEC aplicáveis a cada tipo de aço, indicadas no DNA 6.2 (1) e no DNA 7.2.3 (1). NP ENV 13670-1.

Os resultados individuais obtidos nos ensaios devem satisfazer os valores especificados nas mesmas Especificações LNEC para cada propriedade. Para efeito destes ensaios de recepção, os valores especificados devem ser entendidos como valores limite.

Se para determinada propriedade se obtiver um valor não conforme, a amostragem deve ser repetida com o dobro das amostras. Caso se repita algum resultado não conforme, o lote deve ser rejeitado.

Quando as especificações de projecto exigirem ensaios de recepção de outras propriedades (por exemplo, fadiga ou relaxação), deve ser estabelecida nessas especificações o método de ensaio, o plano de amostragem e os critérios de aceitação.

Só poderão ser aplicados em obra, lotes de aço já ensaiados ou já aceites pela Fiscalização.

Se o transporte e o fornecimento forem efectuados em bobinas, elas devem ter obrigatoriamente um diâmetro tal que, aquando do seu desenrolamento os cabos não apresentem qualquer deformação. Para todos os efeitos o diâmetro interior das bobinas não poderá ser inferior a 200 vezes o diâmetro do fio mais espesso do cordão.

Serão tomadas todas as precauções no transporte e armazenamento por forma a impedir a corrosão e a contaminação dos aços.

Toda a duração de armazenamento em obra superior a um mês, dará lugar a uma verificação periódica do estado dos aços e à renovação, sempre que necessário, da matéria especial de protecção.

Todas as bobinas de aço serão devidamente identificadas pelo fornecedor, terão etiquetas com a inscrição de ensaiadas ou por ensaiar, e só deverão sair do armazém para serem utilizadas. As que não foram utilizadas deverão regressar imediatamente àquele.



2.9 BAINHAS, CALDAS DE CIMENTO PARA INJECÇÃO E ANCORAGENS PARA PRÉ-ESFORÇO

2.9.1 Bainhas para armaduras de pré-esforço

As bainhas de protecção das armaduras de pré-esforço deverão ter uma resistência ao esmagamento suficiente e uma estanquidade completa à aguada e ser suficientemente flexíveis para se adaptarem aos traçados previstos.

Serão rejeitadas pela Fiscalização todas as bainhas que apresentem indícios de ferrugem, tenham vestígios de óleo ou estejam deformadas.

As bainhas devem ser transportadas e armazenadas com os topos vedados e devidamente limpas interiormente quando da colocação em obra.

2.9.2 Ancoragens de pré-esforço

As ancoragens do sistema de pré-esforço que o Adjudicatário propuser, e que venha a ser aceite pela Fiscalização, deverão ser de origem e ser acompanhadas das respectivas especificações (qualidade dos materiais, dimensões e tolerâncias), certificados de qualidade e controle de conformidade e documentos de homologação.

O corpo de ancoragem será constituído por peça única, em aço vazado, dotada de nervuras transversais adequadas à transferência dos esforços ao betão.

Só será aceite material de origem, isto é, não serão aceites quaisquer componentes que não tenham sido fabricados ou pela Empresa de origem do sistema que for aprovado ou em fábricas pelas quais a mesma se responsabilize.

A Fiscalização reserva-se o direito de mandar, de cada lote de trinta ancoragens de cada tipo, ensaiar uma delas por si escolhida, de mandar verificar se os materiais que a constituem correspondem as qualidades especificadas e se todas as dimensões estão dentro dos limites de tolerância indicados nos documentos de homologação apresentados pelo fabricante.

Os encargos inerentes são da conta do Adjudicatário e encontram-se incluídos no preço do préesforço.



2.9.3 Caldas de cimento para injecção das bainhas

Calda coloidal ou pasta de cimento com o traço determinado em ensaios, e com os ajustamentos necessários, também determinados em ensaios, para a quantidade de água e do plastificante em função da temperatura e do comprimento dos cabos a injectar.

O Adjudicatário submeterá à aprovação da Fiscalização, após estudos detalhados, a composição nominal da calda, precisando:

- a natureza, qualidade e origem dos constituintes;
- a dosagem de cada constituinte expressa em peso, com as tolerâncias admissíveis;
- a ordem de introdução dos constituintes no misturador.

De qualquer modo a relação água/cimento será a menor possível, compatível com a trabalhabilidade adequada e não deve ser superior a 0,40.

O cimento, do tipo I, fornecido em saco, das classes 32.5 ou 42.5, deve respeitar, além das NP aplicáveis, ainda o seguinte:

- não apresentar fenómenos de falsa presa;
- ter um teor de ião cloro inferior a 0,05%;
- não conter nem iões de enxofre nem qualquer outro elemento que possa provocar corrosão no aço.

O Adjudicatário proporá a marca do adjuvante que pretende utilizar, acompanhando a proposta de um certificado de origem indicando a data limite para além da qual o produto não deve ser utilizado, ficando desde já entendido que nesse adjuvante não deve existir nenhum produto corrosivo para o aço, como, por exemplo, cloretos ou alumínio.

Além da Especificação LNEC E 372 a água respeitará, adicionalmente, as especificações seguintes:

- cloretos por ião Cl- < 500 mg/l; ☐ sulfatos por ião SO42- < 400 mg/l;
- ausência de detergentes.



Para o conjunto dos constituintes (cimento, água e adjuvante) o teor em iões agressivos será globalmente inferior a:

0,1% da massa de cimento em iões Cl-; □ 0,1% da massa de cimento em iões SO42-; □ traços de iões S2-.

As tolerâncias sobre as dosagens serão as seguintes:

- ± 2% sobre a massa de cimento;
- ± 1% sobre a massa de água;
- ± 2% sobre a massa do adjuvante.

Serão conduzidos ensaios de acordo com as especificações da prEN 445, devendo os resultados desses ensaios obedecer às especificações da prEN 447:

- A mistura será estudada em função das condições locais e das condições reais de injecção, por forma a ter boa trabalhabilidade, a qual deverá ser sempre testada com o cone de Marsh. O tempo de escoamento pelo tubo inferior do cone deve ser inferior a vinte e cinco segundos até decorridos, pelo menos, trinta minutos após a fabricação da calda ou até ao fim do período de injecção;
- A exsudação da calda, medida sobre provetes cilíndricos hermeticamente fechados, não deverá ser superior a 2% às três horas, nem a 3% como máximo absoluto, devendo a leitada absorver toda a água exsudada em vinte e quatro horas;
- A variação de volume da calda, medida sobre provetes cilíndricos, deverá estar compreendida entre -1% e +5%. Se forem usados agentes expansivos não poderá haver diminuição de volume. O seu tempo de início de presa a 30°C deverá, em todas as circunstâncias de temperatura, ser superior a 3 horas.

Serão conduzidos ensaios sistemáticos de resistência aos 3, 7 e 28 dias para garantir a resistência exigida e afinar a composição da calda. Cada um desses ensaios será realizado, em cada amassadura, sobre, pelo menos, uma amostra de três provetes, ficando a critério da Fiscalização aumentar o número de amostras por amassadura:

• A sua resistência à compressão aos 28 dias não poderá ser inferior a 50 MPa.



2.10 NEOPRENE PARA JUNTAS, APARELHOS DE APOIO E BATENTES DE TRAVAMENTO

2.10.1 Âmbito

Definição das condições a que devem satisfazer o neoprene para juntas, os aparelhos de apoio e os batentes de travamento.

2.10.2 Prescrições

- a) O neoprene para aparelhos de apoio será obtido a partir de borracha sintética de cloroprene, elastomérica, inatacável à acção do tempo, aos agentes químicos atmosféricos e da obra nomeadamente cimentos, produtos betuminosos ou outros.
- b) O neoprene utilizado nos aparelhos de apoio deverá satisfazer as especificações regulamentares do país de origem, pelo que o Adjudicatário deverá submeter à Fiscalização os respectivos certificados de garantia, com resultados de ensaios de resistência e durabilidade, devendo em qualquer caso satisfazer às seguintes características de qualidade:
- Dureza shore (DIN 53 505) 60°C ± 5;
- Resistência à tracção (DIN 53 504 RI) > 17 N/mm²;
- Alongamento na rotura (DIN 53 504 RI) > 450%;
- Deformação residual sob compressão (DIN 53 517):
 - ✓ A 70°C, 24 horas< 15%;
 - ✓ A 22°C, 28 dias< 15%.
- Módulo de elasticidade transversal para 0,2 < tg < 0,91,0 ± 0,2 N/mm².
- Além das características acima, o neoprene a utilizar deverá ainda possuir as seguintes características:
- Inexistência de fissuras quando submetido a ensaios de resistência ao ozono segundo a DIN 53 509:
- Resistência à propagação de rasgos segundo a DIN 53 515;
- características de resistência no que se refere ao ensaio de envelhecimento acelerado segundo a DIN 53 508;
- Respeitar as condições especificadas na DIN 53 512, referentes à resiliência.



- d) A Fiscalização reserva-se o direito de só permitir a aplicação do material após a realização de ensaios necessários à verificação da resistência à rotura à compressão e de resistência ao envelhecimento (72 h a 100°C), nomeadamente de variações de dureza, variação de resistência à rotura e variação do alongamento à rotura, ensaios estes que decorrerão por conta do Adjudicatário.
- e) O neoprene cintado por chapa de aço, utilizado em blocos nos aparelhos de apoio, deverá satisfazer as condições de resistência na ligação elastómero/metal devidamente comprovadas no certificado de garantia.
- f) Deverão ser indicados nos respectivos certificados a resistência à compressão e respectivo alongamento do neoprene cintado utilizado nos aparelhos de apoio de modo a garantir que são satisfeitas as especificações de dimensionamento dos referidos aparelhos de apoio constantes dos Desenhos do presente Projecto de Execução.
- g) Serão rejeitadas placas e blocos de neoprene que não estejam perfeitamente planos ou que possuam qualquer defeito.

2.11 SOLOS PARA ATERRO

2.11.1 Âmbito

Definição da proveniência e das características dos solos a utilizar na execução de aterros.

2.11.2 Prescrições

Os solos a utilizar nos aterros serão os solos de melhores características provenientes das escavações a executar em obra, em solos residuais e maciço rochoso muito alterado, ou de empréstimos escolhidos pelo Empreiteiro, com o prévio conhecimento e aprovação da Fiscalização.

Os solos devem respeitar as seguintes prescrições:

- % de finos (percentagem de material que passa no peneiro ASTM nº200) < 25%
- Índice de plasticidade, IP < 10
- c'≥ 0 kPa e φ'≥ 35°



Os solos a utilizar nos aterros deverão estar isentos de ramos, folhas, raízes, ervas, lixo ou quaisquer detritos orgânicos e ter características ajustadas a uma fácil colocação e compactação.

2.12 BRITA PARA SISTEMAS DRENANTES

2.12.1 Âmbito

Definição das características da brita a utilizar no sistema de drenagem sub-superficial.

2.12.2 Normas e regulamentos aplicáveis

Os ensaios a realizar serão efectuados de acordo com as seguintes normas:

- Análise granulométrica da fracção do solo retida no peneiro de malha quadrada de 0,074 mm de abertura: LNEC E196 -1966;
- Determinação dos limites de consistência: NP143 1969;
- Determinação do peso volúmico seco máximo: ASTM D 4253;
- Determinação do peso volúmico seco mínimo: ASTM D 4254;
- Ensaio de Equivalente de areia: LNEC E199 1967;
- Ensaio de desgaste de Los Angeles: NP EN 1097-2;
- Ensaio de desgaste Micro-Deval: NP EN 1097-1;
- Ensaio de compactação pesada: LNEC E 197 1966;
- Determinação do valor do ensaio CBR: BS 1377:1990;
- Ensaio de fragmentabilidade: NF P 94-066;
- Ensaio de degradabilidade: NF P 94-067;
- Determinação da argilosidade: NF P 94-068;
- Determinação do teor de sulfatos solúveis em água: NP EN 1744-1;
- Ensaio de libertação de substâncias perigosas: EN 12457-4.



Deverão ainda ser tidas em conta as seguintes especificações:

Guia para a utilização de agregados reciclados em camadas não ligadas de pavimentos:
 LNEC E473 - 2006.

2.12.3 Prescrições

De uma maneira geral, a brita a usar em sistemas drenantes deverá possuir as seguintes características:

- Resultar de materiais rijos e sãos;
- Resistência mecânica e composição química adequadas à utilização a que se destinam;
- Ausência de elementos friáveis;
- Ausência de terra, matéria orgânica e outras impurezas em quantidades prejudiciais ao fim a que se destinam.

Deverá ser isento de argilas, matéria orgânica ou quaisquer outras substâncias nocivas.

A brita a usar em sistemas drenantes deverá apresentar as seguintes características especiais:

•	Percentagem máxima de desgaste na máquina de Los Angeles
•	Percentagem máxima de desgaste na máquina Micro-Deval
•	Somatório máximo das percentagens de desgaste nas máquinas
	Micro-Deval e Los Angeles
•	Índice de plasticidade máximo NP
•	Argilosidade (valor de Azul de Metileno)
•	Coeficiente de fragmentabilidade7
•	Coeficiente de degradabilidade7

A brita deverá apresentar as características granulométricas definidas por:

Dmín ≥ 20 mm e Dmáx ≤ 40 mm.



2.13 MATERIAIS PARA ENROCAMENTO DE PROTECÇÃO

2.13.1 Âmbito

Definição das condições a que devem obedecer os materiais a aplicar nos enrocamentos de protecção.

2.13.2 Normas e regulamentos aplicáveis

Os ensaios a realizar serão efectuados de acordo com a seguinte norma:

• NP EN 13383-1:2010 - Enrocamentos. Parte 1: Especificações.

2.13.3 Prescrições

Os enrocamentos de protecção deverão ser provenientes de pedreiras em exploração na região.

De uma maneira geral, os materiais para enrocamentos deverão possuir as seguintes características:

- resultar de materiais rijos e sãos;
- resistência mecânica e composição química adequadas à utilização a que se destinam;
- ausência de elementos friáveis;
- forma n\u00e3o lamelar nem alongada;
- ausência de terra, matéria orgânica e outras impurezas em quantidades prejudiciais ao fim a que se destinam.

Os materiais deverão apresentar as seguintes características:

•	desgaste "Los Angeles" máximo sob a fracção G	40%
•	percentagem máxima de desgaste na máquina Micro-Deval	. 35
•	coeficiente de fragmentabilidade	7
•	coeficiente de degradabilidade	7



O enrocamento deverá apresentar as características granulométricas definidas por Dmín ≥ 60 mm, D50 = 100 mm e Dmáx ≤ 150 mm.

2.14 GEOTÊXTEIS

2.14.1 Âmbito

Definição das características do geotêxtil a utilizar na proteção da geomembrana e no envolvimento dos sistemas de drenagem sub-superficial, bem como as suas condições de armazenamento.

2.14.2 Normas e regulamentos aplicáveis

EN 964-1 - Geotextiles and geotextile-related products - Determination of thickness at specified pressures - Part 1: Single layers.

EN 965 - Geotextiles and geotextile-related products - Determination of mass per unit area

EN ISO 10319:1993 - Geosynthetics - Wide-width tensile test.

EN ISO 12236:2006 - Geosynthetics - Static puncture test (CBR test).

ASTM D4491- 99a (2004) - Standard Test Methods for Water Permeability of Geotextiles by Permittivity.

EN ISO 12956:1999 - Geotextiles and geotextile-related products - Determination of the characteristic opening size.

UNE-CEN/TR 15019 IN - Geotextiles y produtos relacionados. Control de calidad in-situ.

2.14.3 Prescrições

O geotêxtil a utilizar terá como função, durante a fase de instalação, manter a superfície de assentamento da geomembrana regularizada e limpa e, durante a fase de exploração, constituir um reforço contra as acções a que a geomembrana estará sujeita, nomeadamente, contra cargas pontuais.

O geotêxtil a utilizar no envolvimento dos sistemas de drenagem sub-superficial deverá exercer a função de separação e filtro.



O geotêxtil a utilizar será de polipropileno (PP), com gramagem não inferior a 500 g/m² (segundo a norma EN ISO 9864).

O geotêxtil a utilizar no envolvimento dos sistemas de drenagem sub-superficial será de polipropileno (PP), com gramagem não inferior a 200 g/m² (segundo a norma EN ISO 9864), com permeabilidade vertical de 90 l/m²s (segundo a norma EN ISO 11058), e com diâmetro eficaz dos poros Dw (segundo a norma EN ISO 12956) correspondente a 100 µm.

O Empreiteiro deverá submeter à aprovação da Fiscalização o tipo e características do geotêxtil que se propõe utilizar com pelo menos um mês de antecedência.

O armazenamento dos rolos de geotêxtil em obra será feito pelo Empreiteiro em local apropriado devendo apenas retirar-se o revestimento de protecção da fábrica no início da sua colocação.

No caso de ter havido deficiências no transporte, armazenamento ou manuseamento, com rotura do plástico protector, será necessário eliminar as primeiras espiras do rolo afectado.

Deverão ser tomados os cuidados especiais para evitar uma exposição directa prolongada do geotêxtil à acção dos raios solares, poeiras, solos argilosos, ou outros factores que possam afectar a sua qualidade.

O geotêxtil a utilizar deverá ser durável e imputrescível, mantendo-se inalterável sob a acção dos agentes físicos e químicos e biológicos do meio em que será colocado.

No controlo em obra dos geotêxteis deve ser seguida a norma UNE-CEN/TR 15019 IN - Geotextiles y produtos relacionados. Control de calidad in-situ, considerando que a aplicação dos geossintéticos no aterro sanitário corresponde à aplicação "normal de segurança" definida nessa norma.

O geotêxtil a aplicar deverá apresentar as seguintes características mínimas:

resistência à tracção mínima (segundo a EN ISO 10319)≥ 5,3 kN/m

resistência ao punçoamento (segundo a EN ISO 12236)≥ 3,15 kN



2.15 GEOSSINTÉTICOS

2.15.1 Âmbito

Definição das características da geomembrana e geocompósito bentonítico a utilizar no sistema de impermeabilização da nova célula, assim como, da georede a aplicar no sistema de drenagem a executar nas zonas onde ocorram exsurgências de águas subterrâneas.

2.15.2 Prescrições

2.15.2.1 Tipo dos geossintéticos

A geomembrana a utilizar no sistema de impermeabilização da nova célula deverá ser em polímero termoplástico do tipo polietileno de alta densidade (PEAD), com 2,0 mm de espessura, rugosa em ambas as faces.

O geocompósito bentonítico a utilizar no sistema de impermeabilização da nova célula deverá possuir uma constante de permeabilidade K≤ 2x10⁻¹¹ m/s.

A georede de drenagem a utilizar no sistema de impermeabilização tem como função a drenagem, protecção, filtração e antipoluição de finos. Este tipo de georede aplica-se em selados e vasos novos em aterros, drenagem horizontal de plataformas e muros de contenção, drenagem vertical em estribos de pontes, porões e canais, drenagem horizontal em terraços e jardins.

2.15.2.2 Características dos geossintéticos

Ao geossintéticos a utilizar deverá satisfazer as seguintes condições:

- a) ser suficientemente deformável e resistente por forma a que não rasgue por efeito de eventuais assentamentos do terreno, de esforços localizados provocados por variações diferenciais de retracção/expansão ou de quaisquer outras tensões desenvolvidas;
- b) ser o mais estável possível às radiações ultravioletas;
- c) ser resistente à acção da vegetação, dos roedores e das aves;
- d) não libertar quaisquer produtos tóxicos e apresentar uma inércia química adequada ao contacto com os lixiviados.



O Empreiteiro instalador deverá prestar prova através da apresentação de documento escrito do cumprimento das condições acima expressas, bem como a indicação de obras semelhantes já realizadas por si com os referidos geossintéticos e que se encontrem em funcionamento, indicando o seu comportamento posterior à instalação, com indicação de locais e datas.

A geomembrana deverá ter uma espessura mínima nominal determinada segundo a norma DIN EN ISO 9863-1/A de 2,00 mm, devendo ainda obedecer aos valores especificados no quadro seguinte:

Material		Geomembrana PEAD	
Propriedades	Unidade	Norma	Valor
Espessura	mm	ASTM D 5199	2,0
Superfície	-	-	Rugosa
Densidade	g/cm3	ASTM D 792	≥ 0,94
Resistência ao rasgamento	N	ASTM D 1004	≥ 275
Resistência ao punçoamento	N	ASTM S 4833	≥ 690
Resistência à tracção (ambas as direcções)	N/mm	ASTM D 638 type IV D 6693	30
Conteúdo em negro de carbono	%	ASTM D 1603	2,0 – 3,0
Tempo de indução da oxidação (OIT)	min	ASTM D 3895	≥ 100
Dispersão de negro de carbono	-	ASTM D 5596	1/2



O geocomposto bentonítico deverá possuir uma constante de permeabilidade K≤ 2x10⁻¹¹ m/s, devendo ainda obedecer aos valores especificados no quadro seguinte:

Material		Geocompósito Bentonítico	
Propriedades da Bentonite	Unidade	Norma	Valor
Bentonite Sódica Natural	%	-	100
Montmorilonite	%	XRD	≥ 90
Absorção de água	%	ASTM E 946	≥ 600
Humidade	%	DIN 18121 / ISO 11465	< 15
Propriedades do GCL	Unidade	Norma	Valor
Massa de bentonite por unidade de área	g/m2	UNE EN 14196	≥ 5 000
Coeficiente de permeabilidade	m/s	DIN 18130 ASTM D 5887	≤ 2,0 x 10-11
Resistência à tracção (ambas as direcções)	kN/m	UNE EN ISSO 10319 ASTM D 4595	12
Propriedades do Geotêxtil	Unidade	Norma	Valor
Polipropileno, não tecido, agulhado	-	-	-
Massa por unidade de área	g/m2	EN ISO 9864	220

A georede de drenagem deverá obedecer aos valores e normas especificados nos quadros seguintes:

GEOREDE		
	Ud	Norma
Material	PE alta densidade	
Negro de Carvão	1,2-1,5%	ASTM D 1603
Densidade	>0.94g/cm ³	ASTM D 1505
Espessura a 20kPa/200kPa	5.2/4.8mm	ISO 9863-1



GEOTEXTIL			
	Ud	Norma	
Material	pp		
Massa	120g/m ²	ISO 9864	
Punçoamento dinâmico (Cone)	30mm	ISO 9863-1	
Punçoamento estático (CBR)	1.4kN	EN ISO 12236	
Abertura do poro O ₉₀	<170µm	EN ISO 12956	

CARACTERÍSTICAS DE DRENAGEM			
		Ud	Norma
Massa		890g/m ²	ISO 9864
Espessura a 2kPa/20	0kPa	5.8/5.2mm	EN 9863-1
Resistência à tracção máxima MD/CD		20/17kN/m	ISO 10319
Elongação à rotura MD/CD		40/50%	ISO 10319
Capacidade de drenagem no plano, MD			ISO 12958**
	σ = 20kPa	1.16	
i = 1.0	σ = 50kPa	1.03	
1 = 1.0	σ = 200kPa	0.74	
	σ = 500kPa	0.48	

Para a resistência aos raios ultra-violetas deverão ser respeitadas as prescrições das Normas ASTM G26 e D2565 e para a resistência química as Normas ASTM D543, ENV ISO 12960, ENV 12447 e ENV 13438.

O Empreiteiro deverá submeter à aprovação da Fiscalização o tipo e características dos geossintéticos que se propõe utilizar, devendo para o efeito ter em consideração as condições particulares referentes às águas residuais a armazenar, em particular no que respeita à sua agressividade química.

O Empreiteiro deverá indicar os valores mínimos e as correspondentes normas das seguintes propriedades operacionais: flexibilidade a baixas temperaturas em °C, teor em negro de fumo em % e dispersão em negro de fumo.



2.15.2.3 Experiência do fabricante

Os fabricantes dos geossintéticos deverão previamente demonstrar as suas qualificações para a produzir, tendo já fabricado uma quantidade considerável dos referidos materiais para impermeabilização.

2.15.2.4 Fabricação. Controlo de qualidade

Os geossintéticos deverão ser produzidos isentos de buracos, bolhas, matéria prima não dispersa, ou outro sinal da presença de materiais estranhos. Qualquer um destes defeitos poderá ser eliminado em obra, a título excepcional, após aprovação da Fiscalização e desde que o Empreiteiro possa fazer a reparação das zonas afectadas, recorrendo à sua substituição através da utilização de equipamento portátil capaz de efectuar as soldaduras das zonas a reparar.

A geomembrana deve ser produzida em peças com uma largura mínima de 5,0 m podendo aceitar-se a existência de soldaduras intermédias como forma de atingir a dimensão indicada desde que todas as soldaduras venham certificadas de fábrica, devendo respeitar-se o prescrito na Norma ASTM D6392.

Todos os rolos dos geossintéticos deverão ser identificados através de uma etiqueta onde deverão ser indicados os seguintes dados:

- Espessura;
- Número do rolo;
- Largura;
- Comprimento;
- Tipo de material;
- · Data de fabrico.

Uma vez fabricados os geossintéticos deverão ser recolhidas amostras de cada rolo que serão sujeitas aos testes de controlo de qualidade com a finalidade de verificar as suas características.

Baseados nos testes efetuados no controlo de qualidade, os fabricantes terão como obrigação fornecer, conjuntamente com os materiais, um certificado de qualidade atestando os valores



obtidos nos ensaios e onde serão obrigatoriamente identificados os rolos a que se referem, através da indicação da espessura, número do rolo, largura, comprimento, tipo de material e data de fabrico. Todos estes certificados deverão ser assinados por um responsável pelo controlo de qualidade e consequentemente pelos valores apresentados.

O Empreiteiro deverá apresentar um conjunto de amostras dos geossintéticos que se propõe aplicar, bem como, um documento do fabricante atestando, para todos os efeitos, sobre as suas propriedades físicas e mecânicas.

2.15.2.5 Transporte e armazenamento

O transporte dos rolos dos geossintéticos para o local da obra, bem como, o seu armazenamento em local apropriado, deverão ser garantidos pelo Empreiteiro, devendo o revestimento de protecção de fábrica dos rolos só ser retirado no início da sua colocação.

Deverão ser tomados cuidados especiais para evitar a exposição directa dos geossintéticos a acções que possam afectar a sua qualidade.

O local de armazenamento dos rolos deverá garantir protecção contra perfurações, agentes abrasivos, poeiras e humidade.

2.16 AGREGADOS COM CARACTERÍSTICAS DE SUB-BASE E BASE

2.16.1 Disposições comuns

Os agregados, provenientes da exploração de formações homogéneas, deverão ser limpos, duros, pouco alteráveis sob a acção dos agentes climatéricos, de qualidade uniforme e isentos de materiais decompostos, de matéria orgânica ou outras substâncias prejudiciais.

A homogeneidade de características de cada fracção deverá ser tal que garanta a homogeneidade da mistura de agregados recomposta em central.

2.16.2 Com características de sub-base

Em agregado britado de granulometria extensa



Os agregados em material britado serão provenientes de exploração de pedreiras ou seixeiras e apresentar, no mínimo, três faces de fractura e com um coeficiente de redução 4D, devendo, ainda, obedecer às seguintes prescrições:

a) A sua composição granulométrica obtida por produção direta, respeitará o seguinte fuso granulométrico:

Abertura das Malhas de Peneiros astm	Percentagem Acumulada do Material que passa
37,5 mm (1 1/2")	100
Abertura das Malhas de Peneiros astm	Percentagem Acumulada do Material que passa
31,5 mm (1 1/4")	75 - 100
19,0 mm (3/4")	55 - 85
9,5 mm (3/8")	40 - 70
6,3 mm (1/4")	33 - 60
4,75 mm (n.° 4)	27 - 53
2,00 mm (n.º 10)	22 - 45
0,425 mm (n.º 40)	11 - 28
0,180 mm (n.º 80)	7 - 19
0,075 mm (n.º 200)	1 -10

- b) A percentagem de material retido no peneiro de 19 mm (3/4") deve ser inferior a 30%
- c) A curva granulométrica dentro dos limites especificados apresentará, ainda, uma forma regular
- d) Perda por desgaste na máquina de Los Angeles (Granulometria A), máxima 45%
- e) Limite de liquidez NP

Nota: A verificação dos limites de consistência será dispensada sempre que a percentagem de material passado no peneiro de 0,075 mm (n.º200), for inferior a 5%.



2.16.3 Com características de base

Em agregado britado de granulometria extensa

O agregado deverá ser constituído pelo produto de britagem de material(is) explorado(s) em formações homogéneas e ser isento de argilas, matéria orgânica ou de quaisquer outras substâncias nocivas.

Deverá, ainda, obedecer às seguintes prescrições:

a) A sua composição granulométrica, obrigatoriamente obtida, pelo menos, a partir de duas fracções distintas, será recomposta na instalação ou em obra, por forma a obedecer ao seguinte fuso granulométrico:

Peneiro ASTM	Percentagem Acumulada do Material que passa
50,0 mm (2")	100
37,5 mm (1 1/2")	85 - 95
19,0 mm (3/4")	50 - 85
4,75 mm (n.º 4)	30 - 45
0,425 mm (n.º 40)	8 - 22
0,075 mm (n.º 200)	2 -9

- b) A curva granulométrica, dentro dos limites especificados, apresentará ainda uma forma regular
- c) Percentagem máxima de desgaste na máquina de Los Angeles(Gran. F) 30% (*)
- d) Índice de plasticidadeNP

⁽¹) No caso especial dos granitos a % de desgaste na máquina de Los Angeles pode ser de 40% (Gran. F).

^(**) Admitem-se Equivalentes de areia até ao mínimo absoluto de 40%, desde que o índice de azul de metileno seja inferior a 1 e a Fiscalização avalize o procedimento.



O material a aplicar como preenchimento e regularização superficial deverá ser constituído por produtos de britagem ou por saibro obedecendo às seguintes características:

a) Granulometria de acordo com o quadro seguinte:

Peneiro astm	Percentagem Acumulada do Material que passa
9,51 mm (3/8")	100
4,75 mm (n.º 4)	85 - 100
0,180 mm (n.º 200)	7 - 20

b) Limite de liquidez máximo	NP
c) Índice de plasticidade	NP
d) Equivalente de areia mínimo	25%
e) Percentagem máxima passada no peneiro # 200 ASTM	12%

Nota: A verificação dos limites de consistência será dispensada sempre que a percentagem de material passado no peneiro de 0,075 mm (n.º.200), for inferior a 5%.

2.17 RESINAS EPÓXI

2.17.1 Aplicação como ligante

As resinas epóxi de dois componentes (resina base e agente de cura) para colagem estrutural entre betão fresco e betão já endurecido deverão cumprir as especificações relativas à classificação do Tipo II ou V, Grau de viscosidade 2 ou 3 e Classe C da norma ASTM C881.

2.17.2 Aplicação por injecção

Para aplicações por injecção, as resinas devem também cumprir as especificações da ASTM C881, com o Tipo I, de grau de viscosidade 1 e Classe C.



2.17.3 Validade dos produtos

Os produtos constituintes da resina epóxi a usar em obra deverão estar no limite de um ano da data do seu fabrico, pelo que o Empreiteiro solicitará ao fornecedor a respectiva comprovação, por cada lote fornecido em obra.

2.18 TINTAS E VERNIZES

O tipo de tintas e vernizes a utilizar serão os definidos nas presentes Cláusulas Técnicas ou pela Fiscalização, em obra.

Só podem ser utilizadas tintas e vernizes aprovados pelo Dono de Obra, acondicionados nas embalagens de origem com a marca e referência do fabricante bem visíveis.

Os vernizes fabricados à base de óleos, essências ou álcool, deverão não ser queimados e permitir cobertura completa e homogénea das superfícies.

Devem ser armazenados nas condições de temperatura ambiente recomendadas pelo fabricante e serão aplicados segundo as suas instruções.

As cores e tonalidades a utilizar são as definidas nas peças desenhadas. Em caso de omissão, serão definidas pelo Dono de Obra durante a execução da obra.

2.19 EMULSÃO BETUMINOSA PARA PROTECÇÃO DAS SUPERFÍCIES DE BETÃO

2.19.1 Descrição do produto

A emulsão betuminosa do tipo "Imperalum – Imperkote F", ou equivalente, consiste numa mistura não iónica de aspecto pastoso, solúvel em água e misturável com areia, cimento, gravilha, fibras minerais, etc. É constituída por betumes e resinas, filerizada e estabilizada com emulsionantes minerais coloidais que asseguram a sua estabilidade. Uma vez dada a rotura da emulsão, por evaporação da fase aquosa, consegue-se uma camada contínua que não flui a temperaturas elevadas.

2.19.2 Características técnicas

- Massa Nominal (a 25° C) 1.0 / 1.1 ton/m³
- Extracto seco » 50 % em peso



- Teor de água « 50 % em peso
- Inflamabilidade N\u00e4o inflam\u00e1vel
- Combustibilidade N\u00e3o combust\u00edvel
- Tempo de secagem < 24 Horas

2.19.3 Utilizações

- Como primário em impermeabilização diluído 2/3 de emulsão e 1/3 de água.
- Como reparação de pequenas fendas e juntas.
- Na protecção anti-corrosiva de tanques e de depósitos metálicos.
- Como pavimento industrial: Uma parte de cimento, três partes de areia, uma parte de emulsão, uma parte de água (Deve utilizar-se uma camada 2 cm no mínimo e podem adicionar-se óxidos de ferro como corantes).
- Como barreira às humidades por capilaridade: (constituem uma eficaz barreira à
 capilaridade e, como tal, uma prevenção eficaz ao aparecimento de zonas de "salitre"
 nas alvenarias).

2.20 TUBOS E ACESSÓRIOS EM PEAD

2.20.1 Âmbito

Definição das características do tubo em PEAD da conduta de ligação do sistema de bidirecional.

Esta especificação aplica-se aos tubos de polietileno de massa volúmica alta, utilizados em canalizações de águas ou de esgotos a temperaturas inferiores a 30°C.

2.20.2 Disposições gerais

O emprego de tubos e acessórios de polietileno de massa volúmica alta está condicionado a aprovação da Fiscalização, pelo que estes devem estar homologados por documento actualizado.



Os tubos e acessórios deverão possuir qualidade e espessura adequadas e ser isentos de fendas, poros, grânulos e outras imperfeições de fabrico.

2.20.3 Material

O material utilizado no fabrico dos tubos será de polietileno de massa volúmica alta, com a conveniente proporção de um antioxidante apropriado e 2 a 3% de negro de fumo, uniformemente disperso.

Não poderão ser utilizadas quaisquer substâncias que transmitam odores ou outras características prejudiciais à saúde, especialmente no caso de transporte de água para abastecimento.

O índice de fusibilidade do material não deve exceder 1,6 gramas por dezena de minutos e a sua densidade deve estar compreendida entre 0,93 e 0,96 kg/cm².

2.20.4 Características dos tubos

Os tubos devem apresentar cor negra, devido à integração do negro de fumo na massa do polietileno de acordo com a norma europeia UNE-EN12201.

Devem ser marcados de modo indelével de 3 em 3 m com as seguintes inscrições:

- · marca do fabricante;
- sigla PE ou outra reconhecida internacionalmente como identificando o polietileno de massa volúmica alta;
- diâmetro nominal exterior;
- · classe de pressão.

2.20.5 Classe de pressão

Os tubos são classificados consoante a sua pressão nominal, de acordo com a norma europeia UNE-EN12201.

Consultoria e Projectos de Ambiente, Lda.

2.20.6 Dimensões e tolerâncias

Os diâmetros nominais exteriores dos tubos devem estar de acordo com a norma europeia UNE-EN12201.

Serão as seguintes as características das tubagens a instalar no sifão, de acordo com as normas europeias UNE-EN13244 e UNE-EN12201:

- tipo de Polietileno: PE 100;
- · cor: preto com listas azuis;
- diâmetro exterior nominal: 630 mm;
- espessura das paredes: 15,4 mm;
- tensão de segurança do material: 10 MPa;
- · pressão nominal: PN4;
- acessórios da mesma classe de pressão
- ligações através de Electrofusão, com rastreabilidade e emissão de registos em equipamento com classificação IV ISO12176.

A escolha das classes dos tubos será confirmada pelo fornecedor, em função das pressões de serviço e da verificação da estabilidade do tubo instalado para as condições de carga de serviço, num período equivalente à vida útil do tubo, não se admitindo deformações diametrais superiores a 1%, considerando o contraventamento devido aos cavaleiros de afundamento das tubagens, ou a 5% nos troços a instalar a céu aberto.

As tolerâncias admitidas para os diâmetros exteriores e espessuras dos tubos são as fixadas na norma DIN 8074.

2.20.7 Acondicionamento

Os tubos serão fornecidos em varas com comprimentos de 6 ou 12 metros. As extremidades dos tubos devem ser tapadas.

Os tubos devem ser guardados em locais onde se encontrem protegidos, nomeadamente de acções que conduzam ao seu esmagamento ou furação.



No caso de o armazenamento ser prolongado, os tubos devem colocar-se em recinto coberto e fora da exposição directa da luz solar, de acordo com as instruções dos fabricantes.

Devem ser tomadas também precauções em relação ao calor excessivo e aos agentes químicos prejudiciais.

2.20.8 Certificado de Fabrico

2.20.8.1 Geral

Por cada expedição de tubo, o fornecedor deverá emitir um certificado de inspecção 3.1 (segundo a norma EN 10204) contendo a seguinte informação:

- Garantia que a matéria-prima utilizada não sofreu alterações.
- Inspecções e ensaios realizados ao tubo.
- Identificação do certificado de fabrico.
- Ensaios realizados à matéria-prima.

O fornecedor do tubo deverá informar o Dono de Obra, com 72 horas de antecedência do processo de fabrico do tubo. Assim deverá indicar a data e hora de início e fim de fabrico de forma a se poder inspeccionar "in loco" a qualidade do tubo fabricado, caso o Dono de Obra assim o entenda.

2.20.8.2 Identificação do Certificado de Fabrico

O certificado de fabrico deverá estar identificado da seguinte forma:

Identificação do fabricante / Designação da resina / DN e série de espessura / Ano e
 Semana de Fabrico / N.º de Lote de fabrico.

2.20.8.3 Garantia que a matéria não sofreu alterações

O certificado de fabrico deverá conter uma declaração onde o fabricante de tubo confirmará que a matéria-prima utilizada possui as mesmas características das constantes no relatório de aprovação da mesma.



2.20.8.4 Ensaios realizados à matéria prima

O certificado deverá conter o resultado dos ensaios realizados à matéria-prima.

Caso alguns dos ensaios não sejam efectuados pelo fabricante do tubo, este deverá indicar quais os ensaios em causa, apresentando um relatório com os resultados e identificação da entidade que os efectuou.

O envio do certificado de fabrico do tubo deverá ser acompanhado do certificado de fabrico da respectiva matéria-prima.

2.20.8.5 Inspecções e ensaios realizados ao tubo

O certificado de fabrico deverá conter o resultado dos ensaios realizados ao tubo fabricado.

No certificado deverão estar identificados os equipamentos de inspecção.

2.20.9 Recepção e Assistência Pós-Venda

Durante as operações de fabrico, o fabricante deverá prestar as informações solicitadas, de forma detalhada, sobre a actividade de fabrico dos tubos.

A entidade compradora somente dará por concluída a recepção, após a análise do certificado de fabrico e da conclusão das acções de controlo qualitativo que entender levar a efeito, durante o processo de recepção, nomeadamente, controlo visual e dimensional.

A entidade compradora informará, na forma mais conveniente, de aceitação ou não da encomenda face ao seu estado de qualidade.

Em caso de rejeição da tubagem o fabricante deverá promover imediatamente, sem qualquer encargo para a entidade compradora a substituição da tubagem rejeitada, ou a sua recuperação se esta for aceite e fará submeter a nova tubagem a nova inspecção e novos ensaios.

A rejeição de 10% de tubagem de um lote de um determinado fabricante implica a suspensão da utilização da tubagem fornecida por esse fabricante durante um período suficiente para esclarecimento e eliminação das causas dessa rejeição.

As inspecções ou ensaios que a entidade compradora efectuar, não excluem nem diminuem, em caso algum, a responsabilidade do fabricante.



2.20.10 Fabricante

O Fabricante de tubos e acessórios deverá possuir um sistema de qualidade certificado de acordo com a Norma NP EN ISO 9001.

2.20.11 Documentos normativos aplicáveis

- UNE-EN 12201 Tubos de material plástico de secção circular, para transporte de fluidos. Diâmetros exteriores e pressões nominais.
- NP 558 Tubos de polietileno. Determinação do índice de fusibilidade do polietileno.
- NP 691 Tubos de polietileno de massa volúmica baixa, para canalizações de água e esgoto. Características e recepção.
- NP 925 Tubos de polietileno. Ensaio de estabilidade das dimensões.
- NP 1372 Tubos de material plástico. Uniões. Ensaio de pressão interior.
- DIN 8074 Pipes of High-density PE (High-density Polyethylene). Type. General Quality. Requirements. Testing.
- DIN 8075 Pipes of High-density PE (High-density Polyelhylene). Dimensions.

2.21 MANILHAS E MEIAS MANILHAS DE BETÃO PRÉ-FABRICADAS

2.21.1 Âmbito

Definição das características das meias manilhas de betão pré-fabricadas a utilizar no sistema de drenagem de águas pluviais e das manilhas de betão pré-fabricadas a empregar na construção das passagens hidráulicas.

2.21.2 Normas e regulamentos aplicáveis

EN 1916:2002 - Tubos e acessórios de betão não armado, betão com fibras de aço e betão armado.



2.21.3 Prescrições

As meias manilhas a empregar no sistema de drenagem de águas pluviais terão um diâmetro interior de 0,60 m.

Deverão apresentar-se de acordo com as normas oficiais aplicáveis.

Nas ligações entre peças serão usadas corda alcatroada e argamassa de areia e cimento (traço 1:3) bem apertadas.

Estas peças de betão deverão ser duráveis, mantendo-se inalteráveis sob a acção dos agentes físicos e químicos do meio em que serão colocados.

O Empreiteiro deverá submeter à aprovação da Fiscalização o tipo e características das manilhas e meias manilhas que se propõe utilizar.

O armazenamento em obra destas peças de betão será feito pelo Empreiteiro em local apropriado devendo apenas retirar-se o revestimento de protecção de fábrica no início da sua colocação. Deverão ser tomados cuidados especiais para evitar uma exposição directa prolongada destas peças de betão a acções que possam afectar a sua qualidade.

2.22 CAIXAS DE LIGAÇÃO E DE RECEPÇÃO DE BETÃO

2.22.1 Âmbito

Definição das características das caixas de ligação e de recepção do sistema de drenagem subsuperficial e do sistema de drenagem das águas pluviais.

2.22.2 Prescrições

Os elementos pré-fabricados a utilizar deverão ter as características e dimensões apresentadas nos desenhos do projecto.

Todas as caixas deverão apresentar-se de acordo com as normas oficiais aplicáveis.

Todas as caixas deverão incluir os negativos necessários para a ligação aos respectivos órgãos de drenagem.

As caixas pré-fabricadas deverão ser duráveis, mantendo-se inalteráveis sob a acção dos agentes físicos e químicos do meio em que serão colocados.



O Empreiteiro deverá submeter à aprovação da Fiscalização o tipo e características das caixas pré-fabricadas que se propõe utilizar.

O armazenamento em obra das caixas pré-fabricadas será feito pelo Empreiteiro em local apropriado devendo apenas retirar-se o revestimento de protecção de fábrica no início da sua colocação. Deverão ser tomados cuidados especiais para evitar uma exposição directa prolongada destas caixas a acções que possam afectar a sua qualidade.

2.23 CAIXAS DE LIGAÇÃO E DE RECEPÇÃO EM PEAD

2.23.1 Âmbito

Definição das características das caixas de ligação e de recepção do sistema de drenagem de lixiviados.

2.23.2 Prescrições

Os elementos pré-fabricados a utilizar deverão ter as características e dimensões apresentadas nos desenhos do projecto.

Todas as caixas deverão apresentar-se de acordo com as normas oficiais aplicáveis.

Todas as caixas deverão incluir os negativos necessários para a ligação aos respectivos órgãos de drenagem.

As caixas pré-fabricadas deverão ser duráveis, mantendo-se inalteráveis sob a acção dos agentes físicos e químicos do meio em que serão colocados.

O Empreiteiro deverá submeter à aprovação da Fiscalização o tipo e características das caixas pré-fabricadas que se propõe utilizar.

O armazenamento em obra das caixas pré-fabricadas será feito pelo Empreiteiro em local apropriado devendo apenas retirar-se o revestimento de protecção de fábrica no início da sua colocação. Deverão ser tomados cuidados especiais para evitar uma exposição directa prolongada destas caixas a acções que possam afectar a sua qualidade.



2.24 TUBOS E ACESSÓRIOS DE AÇO

2.24.1 Prescrições gerais

Os tubos de aço de construção soldada deverão estar de acordo com as indicações constantes nas normas DIN 2448 e DIN 2458, conforme aplicável.

Os tês e curvas das tubagens de construção soldada deverão ser construídos de acordo com a norma AWWAC-208-83 e a norma DIN 2605, conforme aplicável.

As flanges deverão ter valores do seu diâmetro exterior, diâmetro de furação, número de furos e respectivos diâmetros de acordo com as normas DIN aplicáveis.

As espessuras das tubagens e seus acessórios, reforços, aberturas e outros pormenores estruturais deverão ser calculados de acordo com a Norma AWWA C-200-91 ou código ASME, Section VIII – Pressure vessels.

Para tubos de aço de construção soldada (com costura), a espessura mínima será de 5 mm na qual se considera uma sobre espessura para corrosão de 2 mm.

Os parafusos de aperto das flanges e os chumbadouros deverão ter um comprimento tal que ainda reste, após aperto das porcas, um comprimento da parte roscada não inferior a uma altura de porca.

2.24.2 Materiais e métodos construtivos

As chapas destinadas à realização das virolas dos tubos deverão ser de aço St 235 ou equivalente definido na Norma EN 10025.

Os tubos de aço sem costura deverão ser em aço ST 35.4 de acordo com a Norma DIN 1629.

As flanges deverão ser em aço forjado ST 37.2 de acordo com a norma DIN 17100.

Quando o diâmetro da tubagem for maior ou igual a 400 mm esta deverá ser do tipo construção soldada (com costura).

Os tubos serão construídos por chapa calandrada, com as costuras circunferenciais e longitudinais de estaleiro realizadas automaticamente com arco submerso. O primeiro passo de soldadura será feito com um eléctrodo de forte penetração, devendo-se garantir a deposição de material de ambos os lados da costura soldada.



As soldaduras circunferenciais executadas na obra deverão obedecer à Norma AWWA C – 20691 e ao prescrito no Welding Handbook, Section 5, ou Norma AINSI B.31.

Nos tubos apoiados descontinuamente, as soldaduras circunferenciais devem ficar afastadas no mínimo 60 cm dos apoios.

Todas as soldaduras serão executadas automaticamente, devendo os chanfros obedecer às Normas DIN 2559 ou AINSI B.16.25 e os eléctrodos oferecerem as características estabelecidas na Norma DIN 1913.

Todos os trabalhos executados até à instalação e ensaio da tubagem deverão obedecer ao estabelecido na Norma DIN 19630.

As zonas soldadas deverão ser tratadas termicamente de acordo com a Norma AINSI B.31.

2.24.3 **Ensaios**

Todos os tubos e acessórios serão ensaiados em fábrica à pressão interna e à impermeabilidade de acordo com a Norma NP 674 e DIN 50104, com água a uma pressão 1,6 vezes superior à pressão nominal.

Na recepção dos tubos e acessórios seguir-se-á a Norma DIN 1626 nas partes aplicáveis, ou a Norma DIN 1629, devendo os elementos ensaiados vir acompanhados de um certificado de fabrico de acordo com o nº 3 da Norma DIN 50049.

As costuras das juntas de soldadura serão radiografadas sob a responsabilidade e a expensas do fabricante, sendo as radiografias examinadas pela Fiscalização. As ligações soldadas serão ensaiadas por um método não destrutivo, segundo a Norma DIN 54111.

O critério de aceitabilidade dos defeitos de soldadura dos tubos será o do Código ASME. As soldaduras rejeitadas serão reparadas e novamente radiografadas não tendo o fabricante direito a qualquer pagamento adicional por radiografias executadas sobre soldaduras reparadas.

As soldaduras executadas manualmente em obra serão ensaiadas de acordo com a Norma DIN 8563, partes 1 e 2 da qual constam informações sobre o controlo e qualidade de soldadura, particularmente de soldadura manual, devendo o Empreiteiro apresentar um relatório elaborado por entidades credenciadas, sobre os exames radiográficos.



O fabricante terá que ter em atenção que a tubagem será ensaiada depois de montada sendo que a impermeabilidade e a resistência da tubagem serão verificadas por ensaio com água sob pressão, realizado conforme as prescrições da Norma DIN 4279 nas partes aplicáveis.

Em primeiro lugar realizar-se-á um ensaio prévio de acordo com a referida Norma e com a pressão máxima de serviço. Para o ensaio final a pressão a utilizar será 1,5 vezes a pressão de serviço. Os ensaios terão a duração máxima de 24 horas.

2.25 TAMPAS DAS CAIXAS E CÂMARAS DE VISITA

As tampas das caixas e câmaras de visita deverão ser de ferro fundido sem acabamento, ou com estrutura metálica e acabamento igual ao pavimento, ou pré-fabricadas de betão armado, conforme definido nos Desenhos do Projecto de Execução.

As tampas de ferro fundido deverão ter vedação hidráulica e verificar as seguintes normas:

- NP EN124 1989 (IPQ);
- Norma AFNOR NF A 32-201;
- Norma AFNOR NF P 98-311;
- Norma AFNOR NF P 98-302.

As tampas pré-fabricadas de betão armado deverão ter as juntas vedadas com cordão de espuma de polietileno e refechadas com mastique asfáltico.

No que respeita à sua resistência mecânica, as tampas deverão ser das seguintes Classes:

- Classe 15 (carga de controle 15 kN) em superfícies, áreas ou espaços verdes utilizados exclusivamente por peões;
- Classe 125 (carga de controle 125 kN) em passeios ou superfícies comparáveis e parqueamentos acessíveis ou destinados exclusivamente a automóveis de turismo;
- Classe 250 (carga de controle 250 kN) em passeios, valetas dos arruamentos, bermas das estradas e parqueamentos destinados a veículos pesados;
- Classe 400 (carga de controle 400 kN) nas faixas de rodagem dos arruamentos e estradas.



A Fiscalização procederá à inspecção geral de todas as tampas, reservando-se o direito de rejeitar as que apresentem imperfeições de fabrico ou outras cuja eventual reparação a Fiscalização não considere tecnicamente aceitável.

2.26 MATERIAIS NÃO ESPECIFICADOS

Se nos elementos do Projecto ou nas Cláusulas Técnicas existirem omissões quanto à qualidade dos materiais, o Empreiteiro não poderá empregar materiais que não correspondam às características da obra ou que sejam de qualidade inferior aos usualmente empregues em obras que se destinem a idêntica utilização.

No caso de dúvida quanto aos materiais a empregar nos termos do parágrafo anterior deverão observar-se as normas portuguesas em vigor ou, na falta destas, as normas utilizadas na União Europeia.



3. EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

3.1 DISPOSIÇÕES COMUNS

Todos os trabalhos definidos neste Projecto deverão ser executados de acordo com as suas peças desenhadas e com as disposições das respectivas Cláusulas Técnicas e, se for caso disso, com eventuais aditamentos, ajustamentos ou alterações que venham a ser introduzidos durante a execução da obra, desde que devidamente aprovados pelo Dono da Obra representado pela Fiscalização.

A execução das várias partes da obra, bem como os fornecimentos e montagens deverão seguir as técnicas relativas adequadas a cada caso, resultantes da experiência dos Empreiteiros ou eventualmente indicadas e/ou aconselhadas pelos fabricantes e fornecedores de equipamentos.

Na ausência de definições nestas Cláusulas Técnicas no que respeita a materiais ou técnicas construtivas, ou a equipamentos e respectivas montagens, deverá a execução dos trabalhos obedecer às disposições legais em vigor e ainda às Normas Portuguesas e às Especificações e Documentos de Homologação do LNEC ou outros Laboratórios Oficiais Portugueses e ainda ao Código da Boa Prática e documentação existente.

Dada a natureza da obra haverá que assegurar uma inter-relação muito rígida entre as diversas especialidades de engenharia intervenientes, pelo que deverá prestar-se uma grande atenção ao planeamento de execução da obra e seus diversos faseamentos, nomeadamente no que respeita à precedência de execução.

No que respeita à parte de construção civil, as quantidades de trabalho, tendo em vista a realização de pagamentos, são medidas:

- No geral, a partir dos Desenhos de Projecto;
- A partir dos Desenhos de Projecto e do levantamento topográfico do terreno natural quando a definição deste seja necessária;
- A partir dos elementos da obra, quando assim se especifique na lista de preços unitários, ou tenham sido introduzidas alterações ao Projecto aprovadas pela Fiscalização.

Aplicar-se-ão os critérios gerais estipulados nas Cláusulas Gerais sempre que ocorram trabalhos a mais de natureza diferente dos previstos ou que se verifiquem omissões nestas Cláusulas Técnicas.



As dúvidas de interpretação e os erros ou omissões que o Empreiteiro considerar que existem quanto aos critérios de medição do Projecto deverão ser apresentados ao Dono de Obra na fase de concurso.

Em caso algum a ocorrência de diferenças, ainda que significativas, entre as quantidades de trabalho previstas e as verificadas durante a execução da Empreitada poderá servir de base para a alteração dos correspondentes custos unitários fixados na lista de preços.

As medições respeitantes a cada trabalho dizem respeito às actividades necessárias à sua conclusão, incluindo o fornecimento, o transporte, a montagem e todos os acessórios e operações exigíveis à boa execução, conforme as Cláusulas Técnicas e as peças desenhadas, mesmo que omissos nos critérios de medição e de pagamento.

3.2 ESTALEIRO

3.2.1 Disposições gerais

A organização do estaleiro, o Projecto das instalações provisórias e a sinalização de toda a zona da obra devem ser submetidos à aprovação do Dono da Obra.

O Empreiteiro deverá garantir a conservação e limpeza das instalações do estaleiro, de modo que o trabalho se desenvolva com eficiência e segurança. Além do prescrito a tal respeito no Caderno de Encargos é aplicável o Decreto nº 46 427 (Regulamento das Instalações Provisórias Destinadas ao Pessoal Empregado nas Obras).

Toda a zona deve estar devidamente sinalizada, segundo esquema aprovado pelo Dono da Obra.

A vigilância e segurança de toda a zona da obra e do estaleiro são da total responsabilidade do Empreiteiro desde a data de início dos trabalhos até à data da recepção provisória da obra, considerando-se essa responsabilidade extensiva aos períodos da noite, dias feriados e dias de suspensão dos trabalhos.

Todas as operações de transporte e deposição serão devidamente documentadas sendo interdita a realização de queimadas, enterro, infiltração ou qualquer outra forma legalmente proibida de transporte e deposição de resíduos ou efluentes.

Após a conclusão da obra, as instalações e obras provisórias serão demolidas e os seus restos removidos para fora da zona da obra, devendo os locais de implantação ficar perfeitamente



limpos e regularizados, salvo se outros trabalhos forem previstos no Projecto. Todos os encargos destas operações são de conta do Empreiteiro.

3.2.2 Vedações provisórias

São da responsabilidade do Empreiteiro, e da sua conta, o custo e a execução das vedações provisórias que julgue conveniente existirem.

No final dos trabalhos, as vedações provisórias existentes serão removidas da zona da obra, a expensas do Empreiteiro, salvo se for prevista no contrato a sua manutenção.

3.2.3 Acessos provisórios

O Empreiteiro deverá construir e manter em bom estado de utilização os acessos provisórios à obra e ao estaleiro e repor as condições iniciais após a conclusão dos trabalhos, num prazo máximo a acordar com o Dono da Obra em face das características específicas de cada obra. Findo esse prazo o Dono da Obra reserva-se o direito de mandar executar os trabalhos a outro Empreiteiro deduzindo o seu custo nos pagamentos da Empreitada.

O Empreiteiro deverá fornecer e montar o equipamento necessário à execução e fiscalização, em segurança, dos trabalhos, nomeadamente: andaimes, plataformas suspensas, passadiços, pranchas, escadas e outros similares.

O equipamento referido na secção anterior deverá satisfazer as normas constantes do regulamento de segurança no trabalho de construção civil em vigor e eventuais disposições regulamentares de âmbito local.

3.2.4 Construções provisórias

O Empreiteiro deverá construir e manter em funcionamento edifícios provisórios mas suficientemente sólidos, destinados aos diferentes serviços e instalações exigidas pela obra.

Estas instalações só poderão ser utilizadas depois de aprovadas pelo Dono da Obra, aprovação esta que deverá constar do livro de registo da obra.



3.2.5 Escritórios

Deverão ser previstos escritórios separados para o Dono da Obra e para o Empreiteiro.

Os escritórios destinados ao Dono da Obra terão a área mínima de 25 m² e serão providos de iluminação incluindo tomadas e de telefone. Anexo ao escritório do Dono da Obra deverá existir uma instalação sanitária com o mínimo de 1,5 m² compreendendo uma sanita e um lavatório.

3.2.6 Armazéns

O Empreiteiro deverá tomar todos os cuidados necessários para que os materiais e elementos de construção sejam protegidos contra intempéries e humidade do solo, roubo e outras acções externas.

Se entender necessário o Empreiteiro deverá mesmo construir edifícios fechados destinados a armazéns, sendo o custo deles de sua inteira responsabilidade.

Os produtos classificados de inflamáveis, tóxicos, perigosos, corrosivos e carcinogénicos deverão ser armazenados em local ventilado, diferenciado, devidamente sinalizado no exterior e vedado com rede eléctrica e iluminação adequada.

Os explosivos e detonadores devem ser armazenados separadamente fora do local da obra e de zonas habitacionais, sob guarda de um fiel competente, só devendo sair dos armazéns apenas para uso imediato e nas quantidades indispensáveis com disposições construtivas necessárias ao armazenamento destes produtos e designadamente rede de terras, ventilação, ensombramento, observando as disposições do fabricante e as regras legalmente estabelecidas.

3.2.7 Instalações sanitárias

O Empreiteiro deverá construir e manter em bom estado de limpeza instalações sanitárias adequadas para o pessoal com retenção total de efluentes, tipo cabine sanitária com reservatório.

Poderá ainda construir, se o desejar, cantina, restaurante, em tudo conforme a legislação aplicável ao exercício da restauração e actividades similares.



O Empreiteiro assegurará a manutenção em boas condições de higiene, segurança e funcionalidade das instalações para o pessoal em estrita conformidade com a legislação em vigor.

3.2.8 Instalações para o pessoal

O Empreiteiro deverá construir e manter em boas condições de serviço as instalações destinadas ao pessoal que venha a verificar-se serem necessárias nomeadamente a casa do guarda permanente, dormitórios, habitações e refeitórios.

O Dono da Obra terá acesso às instalações de refeitório.

Competirão ao Dono da Obra as funções previstas no Artigo 34º do Decreto nº 46 427.

3.2.9 Instalações dos serviços médicos

O Empreiteiro deverá construir e manter em boas condições as instalações destinadas aos serviços médicos, quando for aplicável o estabelecido no Regulamento dos Serviços Médicos do Trabalho das Empresas (Decreto nº 47 512).

3.2.10 Instalações provisórias de águas e de esgotos

O Empreiteiro deverá construir e manter em funcionamento uma rede provisória de abastecimento de água que satisfaça as exigências da obra e o prescrito no regulamento das instalações provisórias destinadas ao pessoal empregado nas obras.

Sempre que na obra se utilizar água não potável deverá colocar-se, nos locais convenientes, a inscrição "água imprópria para beber".

Os encargos resultantes da manutenção e utilização da rede, incluindo a aquisição de água serão suportados pelo Empreiteiro.

O Empreiteiro deverá construir e manter em funcionamento os esgotos provisórios que seja necessário instalar para a execução da obra e os trabalhos acessórios para o mesmo fim. Os encargos daqui resultantes são da sua responsabilidade.



Os esgotos que servirem as instalações do pessoal e da Fiscalização deverão satisfazer a legislação em vigor.

3.2.11 Rede eléctrica e iluminação provisórias

O Empreiteiro deverá instalar e manter, por sua conta, uma rede eléctrica que assegure o fornecimento de energia, e a iluminação durante a execução da obra.

A instalação definitiva poderá ser usada durante a execução dos trabalhos.

Deverão ser instalados dispositivos de iluminação nas construções provisórias e nos acessos interiores das construções definitivas, em divisões não dotadas de suficiente iluminação natural.

3.2.12 Aparelhos elevatórios

Os eventuais aparelhos elevatórios necessários à execução da obra deverão ser instalados e mantidos pelo Empreiteiro de acordo com o previsto no regulamento de segurança no trabalho de construção civil.

Os eventuais elevadores para transporte de pessoal deverão ainda satisfazer ao previsto no regulamento de segurança dos ascensores e monta-cargas eléctricos.

3.2.13 Documentos normativos aplicáveis

- Decreto nº 41 821, de 11/08/58 Regulamento de Segurança no Trabalho de Construção Civil.
- Decreto nº 46 427, de 10/07/65 Regulamento das Instalações Provisórias Destinadas ao Pessoal Empregado nas Obras.
- Decreto nº 47 512 Regulamento dos Serviços Médicos do Trabalho das Empresas.
- Decreto nº 513/70, de 30 de Outubro Regulamento de Segurança dos Elevadores Eléctricos.
- Decreto Regulamentar nº 13/80, de 15 de Maio Altera o Decreto anterior



3.2.14 Critérios de medição e de pagamento

Serão pagas por preço global (vg), todas as despesas a efectuar com a montagem, conservação, desmontagem e demolição dos estaleiros e obras ou trabalhos auxiliares, provisórios ou não, e com a execução e conservação dos acessos às diversas frentes de trabalho, necessários à execução das obras.

O valor global do estaleiro deverá ser repartido por três tranches:

- fornecimento e montagem das infraestruturas incluindo todas as operações, nomeadamente licenciamentos e preparação do terreno;
- conservação e manutenção do estaleiro durante a Empreitada;
- desmontagem, incluindo todas as operações de remoção das infraestruturas e reposição das condições iniciais do terreno.

O Empreiteiro deverá discriminar todos os encargos que determinam o preço apresentado.

3.3 PIQUETAGEM E IMPLANTAÇÃO TOPOGRÁFICA

3.3.1 Disposições gerais

Antes de iniciar qualquer das fases de um trabalho, o Empreiteiro deverá proceder à implantação e piquetagem, com base em alinhamentos e cotas de referência fornecidos pelo Dono da Obra.

Todo o material topográfico necessário a estes trabalhos será fornecido pelo Empreiteiro.

O plano de implantação e piquetagem será submetido, pelo Empreiteiro, à aprovação do Dono da Obra, que o aprovará ou modificará no prazo de 5 dias úteis.

O Empreiteiro terá um prazo de 5 dias úteis para verificação no local e apresentação de observações, assinalando as deficiências que eventualmente encontre e que serão objeto de uma verificação contraditória com o Dono da Obra.

O Empreiteiro deverá confirmar a localização dos equipamentos propostos no Projecto de Execução e caso se justifique, o Empreiteiro poderá propor a alteração da sua localização, de forma a que aqueles equipamentos funcionem de acordo com as respectivas especificações.

Neste âmbito, o Empreiteiro deverá elaborar notas de cálculo para aprovação da Fiscalização/Dono de Obra. Assim, a localização final dos equipamentos será da



responsabilidade do Empreiteiro, estando esta dependente das características dos equipamentos a instalar e das cotas existentes no terreno.

O Empreiteiro obriga-se a ter na zona da obra o material topográfico e respectivos operadores adequados às implementações a efectuar e para todas as medições que a Fiscalização entenda necessárias durante a execução dos trabalhos.

Na piquetagem dos trabalhos serão utilizadas mestras de alvenaria ou estacas de madeira com 8 a 10 cm de diâmetro de cabeça, cravadas pelo menos 50 cm, devendo estas ser numeradas e as cotas das suas cabeças ligadas a marcações de referência.

Os marcos de referência implantados pelo Empreiteiro deverão ser mantidos em bom estado de conservação, ficando o mesmo responsável pela sua restauração nas condições originais caso estejam danificados, sem encargos para o Dono de Obra.

Ao Empreiteiro compete a implantação dos trabalhos a partir dessas referências, bem como a conservação dos mesmos.

O Empreiteiro efectuará, de acordo com o Projeto, a implantação planimétrica e altimétrica de todas as obras nele incluídas, bem como o saneamento do terreno na zona de implantação das obras.

O Empreiteiro deverá ter em conta outras infraestruturas projectadas ou existentes, por forma a garantir a correcta articulação do faseamento da obra com o funcionamento destas infraestruturas.

Serão da responsabilidade do Empreiteiro as consequências para terceiros, resultantes de erros de implantação. É, ainda, da sua competência contactar os serviços públicos interessados e, com os mesmos, solucionar e executar os eventuais trabalhos em redes afectadas pela Empreitada.

3.3.2 Critérios de medição e de pagamento

Os custos associados aos trabalhos de piquetagem e implantação topográfica das obras deverão ser diluídos pelos restantes trabalhos de construção civil, especificados nas presentes Cláusulas Técnicas.



3.4 DESMATAÇÃO, DESENRAIZAMENTO E DECAPAGEM DA ZONA DE IMPLANTAÇÃO DAS OBRAS

3.4.1 Âmbito

Definição do modo de execução dos trabalhos de desmatação, desenraizamento e de decapagem da zona de implantação das obras.

3.4.2 Critérios de medição

Os trabalhos de desmatação, desenraizamento e decapagem da zona de implantação das obras, serão medidos por metro quadrado da área de implantação das obras.

3.4.3 Remoção de vegetações

O Empreiteiro deverá efectuar os trabalhos necessários aos desenraizamentos, desmatações e arranque de árvores, nas zonas de implantação dos trabalhos ou nas zonas indicadas no projecto, contudo, o corte de cada exemplar só poderá ser realizado após a aprovação da Fiscalização e deverá ser lavrado em livro de obra, bem como todos os cortes parciais a indicar pela Fiscalização.

Os desenraizamentos serão suficientemente profundos de modo a garantirem a completa exterminação das plantas.

O projecto ou a Fiscalização indicarão, se for caso disso, as zonas em que a vegetação deve ser removida, bem como a profundidade a que deve ser feito o desenraizamento.

Salvo indicação em contrário, as árvores resultantes de desmatação são propriedade do Dono da Obra, devendo o Empreiteiro transportá-las para um lugar a definir por aquele.

3.4.4 Decapagem

O Empreiteiro deverá proceder à remoção da camada de solo superficial existente na área de implantação do aterro.

Nesta decapagem deverá ser removida toda a matéria orgânica existente na camada superficial, incluindo as raízes das árvores e arbustos.



O material proveniente da decapagem deverá ser aplicado imediatamente ou armazenada em locais aprovados pela Fiscalização para aplicação posterior, ou conduzida a depósito definitivo, ficando a cargo do Adjudicatário quaisquer indemnizações que porventura tenham lugar.

No caso de reutilização, o material será empilhado em pargas com altura não superior a 1,5 m e base com cerca de 3,0 m, dispostas longitudinalmente no sentido do menor declive.

3.4.5 Trabalhos de protecção

O Empreiteiro deverá proteger eficazmente a vegetação, as árvores e os arbustos existentes que se pretendam manter, não sendo permitido o corte ou limpeza de qualquer árvore sem acordo da Fiscalização. Árvores ou plantas arrancadas ou danificadas que se destinem a ser preservadas serão substituídas e expensas do Empreiteiro.

3.5 SANEAMENTO DA FUNDAÇÃO

3.5.1 Âmbito

Definição das normas a observar na execução do saneamento da fundação da nova célula.

3.5.2 Disposições gerais

Todas as operações de saneamento serão feitas mecanicamente onde as máquinas possam manobrar, ou manualmente, à enxada, juntando a terra em local de fácil acesso aos meios de transporte.

Em caso algum deverão ser utilizados explosivos.

3.6 ESCAVAÇÕES

3.6.1 **Âmbito**

Definição das normas a observar na execução de escavações.



3.6.2 Critérios de medição

As escavações são medidas por metro cúbico, sem empolamento e segundo os perfis teóricos definidos no projecto.

Esta natureza de trabalho engloba as escavações em solos brandos, em maciço decomposto a muito alterado, ripável com recurso a meios mecânicos correntes, e em maciço rochoso não ripável, com recurso a martelo pneumático ou explosivos. Engloba ainda todos os condicionamentos de execução e as operações inerentes, tais como escavação, eventuais entivações e taqueamento, carga, elevação, transporte a qualquer distância, descarga e arrumação em depósito, desobstrução de estradas e caminhos, e reparação de estragos provocados no decorrer dos trabalhos.

Antes de iniciar qualquer trabalho de escavação o Empreiteiro submeterá à aprovação da Fiscalização os elementos topográficos que servirão de base à medição dos respetivos volumes.

A colocação dos materiais sobrantes das escavações em depósito, incluindo o seu espalhamento e a regularização do depósito, de acordo com as indicações da Fiscalização, encontra-se incluído nas escavações. Esta natureza de trabalho engloba, ainda, a remoção, a carga e o transporte dos materiais.

3.6.3 Disposições gerais

As escavações serão feitas de acordo com planos de execução previamente aprovados pela Fiscalização, com as indicações gerais do projecto e segundo as técnicas mais aconselháveis em face da natureza do terreno e dos condicionamentos específicos de cada caso.

Nos casos em que houver que escavar em rocha sã far-se-á uso de martelos pneumáticos.

O emprego de explosivos só poderá ser feito com autorização da Fiscalização. Porém, tal autorização não isentará o Empreiteiro da responsabilidade total em quaisquer acidentes pessoais ou danos a terceiros.

Todas as sobre escavações serão preenchidas com materiais fornecidos e colocados à custa do Empreiteiro. Salvo indicação em contrário da Fiscalização, este preenchimento deverá exibir as características mecânicas e de permeabilidade idênticas às do terreno inicial.

Os trabalhos deverão ser conduzidos por forma a facilitar os escoamentos das águas pluviais ou de infiltrações de modo a evitar focos de erosão ou de insalubridade.



O Empreiteiro adoptará medidas eficazes de protecção das escavações no sentido de evitar repercussões nocivas sobre instalações e elementos de obra já executados ou em execução, pertencentes ou não à empreitada, e assumirá inteira responsabilidade por todos os danos que ocasionar.

As entivações a fazer deverão ser solidamente executadas através de quadros e pranchões, de modo a garantir a perfeita segurança do pessoal.

As cotas e os perfis de escavação indicados no projecto servem apenas de orientação geral e estão sujeitos às correcções que a Fiscalização julgar convenientes em face das condições locais, o que poderá implicar sucessivas retomas de trabalho.

Não serão aceites nem atendidas quaisquer reclamações ou pedidos de rectificação de preços unitários e quantidades de trabalho com base nas características do terreno, aparecimento de água a qualquer profundidade (cujo desvio, escoamento ou bombagem serão encargo do Empreiteiro), necessidade de proceder a entivações ou qualquer outra razão decorrente das condições locais do terreno.

O Empreiteiro deverá ter em conta a necessidade de obter uma boa ligação nas partes das estruturas de betão que sejam betonadas directamente contra o terreno, em especial as superfícies de fundação.

O Empreiteiro executará com cuidados especiais, por aprofundamentos sucessivos, a parte final das escavações das fundações das estruturas de betão em cerca de 0,5 m de espessura, devendo as profundidades finais destas ser adaptadas no local pela Fiscalização, em função das características do terreno. Para tal as zonas escavadas serão desembargadas de escombros e limpas a fim de poderem ser examinadas pela Fiscalização.

A rocha de fundação deverá apresentar superfície rugosa, sem rocha solta, não sendo permitidos os cortes em degraus.

O Empreiteiro é obrigado, sempre que isso seja possível, o que compete à Fiscalização avaliar, a retirar, imediatamente antes de betonagem, quaisquer madeiras de escoramentos ou entivações que estejam fora dos revestimentos teóricos, de modo que o betão contacte directamente com a rocha.

As escavações para as fundações realizar-se-ão com antecedência não superior a 15 dias, relativamente à data de execução dos respectivos trabalhos.



Durante o período de execução, as superfícies de escavação deverão ser mantidas a seco. As escavações não poderão ser executadas senão após a definição dos dispositivos eficazes de drenagem, captação e evacuação das águas de qualquer natureza.

Para o efeito o Empreiteiro deverá prever, onde necessário, a execução de caleiras, valetas e poços. O Empreiteiro deverá ainda dispor de meios de bombagem suficientes, em número e capacidade, para fazer face a todas as eventualidades.

O material escavado cuja aplicação não esteja prevista no projecto ou que não venha a ser indicada pela Fiscalização será conduzido a vazadouro, em local a indicar pelo Empreiteiro.

Todos os trabalhos deverão ser executados tendo sempre presente a necessidade de garantir a segurança do pessoal e da própria obra.

O Empreiteiro poderá prescindir dos materiais escavados cuja aplicação esteja prevista no projecto e optar por obter os materiais noutras pedreiras ou empréstimo da sua escolha, desde que obtenha aprovação da Fiscalização.

3.7 CONTACTO ATERRO-FUNDAÇÃO

3.7.1 **Âmbito**

Definição das normas a observar na preparação da fundação dos aterros.

3.7.2 Critérios de medição

O custo desta natureza de trabalho considera-se incluído no preço unitário do metro cúbico do aterro.

3.7.3 Preparação da fundação

Antes do início da execução dos aterros deverá garantir-se que a fundação do aterro será realizada em terrenos compactos.

Nenhum material deverá ser colocado sobre a fundação enquanto esta se apresentar com águas depositadas, ou se verificar a existência de qualquer ressurgência. A Fiscalização só permitirá a colocação de materiais de aterro depois da preparação adequada da fundação, que



poderá incluir a execução de um sistema de drenagem que conduza para o exterior as águas provenientes de qualquer nascente existente.

3.8 ATERROS

3.8.1 Âmbito

Definição das normas a observar na execução de aterros.

3.8.2 Critérios de medição

Os aterros são medidos por metro cúbico, não considerando empolamento e segundo os perfis teóricos que se definem nos desenhos e indicações do projecto, tendo em conta, designadamente, o contorno das fundações.

Para efeitos de pagamento não serão tidos em consideração os volumes de aterro necessários para a sobrelevação do coroamento nem outros volumes em excesso do perfil, a menos que estes tenham resultado de condicionamentos de ordem técnica, aprovados ou determinados previamente pela Fiscalização.

Esta natureza de trabalho inclui todos os trabalhos acessórios e complementares necessários, nomeadamente todos os encargos com a selecção do material proveniente das escavações ou de manchas de empréstimo, a carga, o transporte, a colocação, a rega, a compactação e a regularização final de superfícies e taludes e, também, a remoção dos materiais que a Fiscalização rejeitar. Inclui, ainda, a realização das camadas de aterro experimental definidas e todas as outras camadas experimentais que venham a ser necessárias para a aferição do procedimento de compactação e os respectivos ensaios de controlo, assim como os ensaios laboratoriais para comprovação das propriedades mecânicas dos materiais.

3.8.3 Disposições gerais

Não é permitido o início da construção dos aterros sem que previamente a Fiscalização tenha inspeccionado e aprovado a área respectiva.

Na preparação da superfície em que assentam os aterros, sempre que existam declives superiores a 1V/5H, deverá escarificar-se a superfície de fundação ou dispô-la em degraus de forma a assegurar uma boa ligação ao material de aterro.



A realização de empréstimos para aterros dependerá sempre da aprovação da Fiscalização, quanto à origem e à natureza dos materiais.

A qualidade dos materiais e do trabalho de colocação e compactação em aterro, deve ser verificada de modo contínuo durante o trabalho a custos do Empreiteiro.

A superfície da camada superior dos aterros deve ficar lisa, uniforme, isenta de fendas, ondulações ou material solto, não podendo, em qualquer ponto, apresentar diferenças superiores a 5 cm em relação aos perfis longitudinal e transversal estabelecidos.

3.8.4 Espalhamento e compactação

Os solos serão espalhados em camadas aproximadamente horizontais e com espessura uniforme por intermédio de bulldozers ou outro tipo de equipamento acordado pela fiscalização.

Tanto o espalhamento como a circulação dos equipamentos far-se-á paralelamente ao eixo da célula.

Salvo indicação do projecto em contrário, os aterros serão executados por camadas a toda a largura, de acordo com o programa de trabalhos, com espessura e grau de humidade adequados aos meios de compactação, devidamente regularizadas e com inclinação suficiente para fácil escoamento da água das chuvas, devendo o declive transversal ser, no entanto, entre 2 a 5%.

Imediatamente antes do espalhamento em cada camada, a superfície de contacto deverá ser aprovada pela Fiscalização. Antes da descarga dos solos da camada seguinte, a superfície do aterro será escarificada, numa profundidade de 5 cm, com um escarificador e/ou uma grade de discos pesada ou outro tipo de equipamento aceite pela Fiscalização, tendo em vista conseguir ligações perfeitas entre camadas.

Se a superfície do aterro interrompido tiver sofrido alguma alteração, dessecação, fissuração, ravinamento, humidificação excessiva ou amolecimento pelo facto de ter ficado exposta um certo tempo ao ar ou outros agentes atmosféricos, deverá ser decapada até encontrar materiais com características aceitáveis.

Os materiais a colocar na nova célula serão compactados, em princípio, com um teor em água médio de compactação ligeiramente inferior ao teor em água ótimo do ensaio Proctor normal e a faixa de tolerância será de Wópt-1,0% a Wópt.



Nos contactos com a fundação rochosa e com estruturas de betão, a faixa de tolerância será entre Wópt e Wópt+2,0 %, devendo o valor médio situar-se próximo do limite máximo.

O grau de compactação deverá ser superior a 98 % relativamente ao ensaio Proctor normal com um desvio padrão inferior a 3 %.

A Fiscalização reserva-se o direito de modificar, no decorrer dos trabalhos, se necessário, as características de compactação anteriormente fixadas, nomeadamente para obter os pesos volúmicos requeridos e para permitir que as máquinas trabalhem em condições satisfatórias.

No caso dos materiais terem sido compactados com um teor em água diferente do especificado, ou definido pela Fiscalização, deverão ser, segundo o caso, secos ou humidificados e homogeneizados a encargo do Empreiteiro.

3.8.5 Aterros experimentais

O mais tardar um mês antes da data prevista para o início da construção dos aterros, o Empreiteiro executará um aterro experimental, com o fim de optimizar os métodos de colocação e de compactação dos solos de aterro e comparar as baridades e teores em água obtidas no campo com os valores obtidos em laboratório em ensaios de compactação leve.

O Empreiteiro efectuará todos os ensaios solicitados pela Fiscalização fazendo variar os diferentes parâmetros que intervêm na operação, tais como o teor em água, espessura das camadas, número de passagens, equipamento de compactação, condições de exposição do material, etc.

Em princípio o aterro experimental obedecerá às seguintes normas:

- a) Selecciona-se uma área no local, plana e com boas condições de fundação após remoção do solo orgânico superficial, com 30 m de comprimento por 20 m de largura;
- b) Coloca-se o solo a usar no aterro em quatro faixas de 5 m de largura, com uma dada espessura de camada (cerca de 30 cm para um cilindro vibrador de 12tf de peso estático) e junta-se água de forma a que as quatro faixas tenham teores em água de colocação diferentes entre si: duas do lado seco em relação ao óptimo laboratorial (uma mais seca que a outra) e duas do lado húmido (uma mais húmida que a outra). Compacta-se com 4 passagens do cilindro vibrador;



- c) Com os resultados obtidos, isto é, compactação relativa em cada camada e afastamento do teor em água em relação ao ensaio de compactação leve, traça-se a curva de compactação para a energia de compactação de campo
- d) Repetem-se a operações a), b) e c) para diferentes espessuras de camada ou para diferente número de passagens do equipamento compactador tendo em atenção a análise dos resultados obtidos em c);
- e) Em camadas com espessura superior ou igual a 0,30 m far-se-ão duas ou mais determinações em profundidade para analisar a variação do teor em água e de compactação com a profundidade da camada. Devem evitar-se gradientes elevados. Além disso, é importante minimizar a eventual segregação do material;
- f) O conjunto dos resultados permitirá tomar uma decisão sobre a melhor forma de efectuar a compactação.

É de salientar que nos aterros experimentais se deverá proceder à abertura de valas que permitirão uma observação visual fácil das paredes da vala e que contribuem de uma forma importante para um julgamento sobre os efeitos da compactação.

Deverão ser retiradas deste aterro amostras, a partir das quais realizarão ensaios de compactação. Igualmente serão moldados provetes com as características de compactação de campo com vista à realização de ensaios de resistência para verificar se as características mecânicas admitidas no projecto. Para tal, deverá ser realizado um ensaio de compressão triaxial do tipo CU com medição de pressões intersticiais, constituído por 3 provetes com tensões de confinamento de 50 kPa, 100 kPa e 200 kPa.

Embora o processo acabado de descrever seja indicativo e simplificado, a Fiscalização poderá exigir a sua realização, sempre que tenha dúvidas sobre a eficácia dos métodos de compactação propostos.

3.8.6 Controlo da compactação

No controlo da compactação dos aterros em solos utilizar-se-á o método de Hilf.

O controlo dos aterros será efectuado pelo método usual da determinação do peso volúmico aparente seco e do teor em água dos solos colocados em obra e sua comparação com os valores correspondentes ao ensaio de compactação com energia eficaz equivalente ao do equipamento utilizado, efectuado sobre a mesma amostra.



A determinação do peso volúmico aparente seco deve ser feita a partir do método da garrafa de areia (Especificação LNEC E204-1967).

A determinação do teor em água de colocação poderá, após acordo da Fiscalização, ser feita por métodos expeditos devidamente aferidos por determinações laboratoriais através de secagem em estufa, segundo o processo normalizado (Norma Portuguesa NP 84 -1965).

Efectuar-se-ão duas séries de ensaios de controlo por cada camada de aterro do mesmo material.

Independentemente destas condições efectuar-se-ão ensaios nas áreas onde o grau de compactação for duvidoso, tais como:

- Áreas onde as máquinas fazem manobras durante as operações de compactação;
- Áreas em que possa ocorrer um teor em água impróprio;
- Áreas que contenham materiais que difiram substancialmente do tipo médio;
- Áreas em que se suspeite que o número de passagens do cilindro tenha sido menor que o especificado ou que aquele tenha perdido lastro;
- Zonas de ligação dos aterros a obras de betão ou a enrocamentos, em todas as zonas compactadas a maço pneumático ou por processo equivalente;
- Áreas em que uma camada muito espessa tenha sido compactada.

3.8.7 Equipamento para execução dos aterros

A compactação será executada com o equipamento que vier a ser proposto e devidamente aferido em aterros experimentais.

Os cilindros vibradores a utilizar deverão ter as seguintes características, ou características equivalentes:

- Largura mínima dos cilindros 2m;
- Carga por cilindro 8 a 10tf;
- Frequência de vibração 1200 a 1600 vibrações por minuto.



No caso de virem a ser utilizados cilindros pés de carneiro, estes deverão ter as seguintes características, ou características equivalentes:

- Número mínimo de cilindros: 2;
- Diâmetro dos cilindros: 1,5 m;
- O peso do cilindro deverá originar pressões mínimas de 20kgf/cm² quando vazio e de 30 a 35kgf/cm² quando cheio;
- Cada pé (sheep foot) deverá ter, pelo menos, 23 cm, por cada 75 cm² de cilindro.

3.8.8 Equipamento laboratorial

O Empreiteiro disporá do material necessário para executar, de forma permanente, os seguintes ensaios, durante a execução dos aterros:

- Preparação por via seca de amostras para ensaios de identificação (LNEC E195 -1966);
- Análise granulométrica da fracção do solo retida no peneiro de malha quadrada de 0,074 mm de abertura (LNEC E196 -1966);
- Determinação laboratorial do teor em água (NP84 1965);
- Determinação dos limites de consistência (NP143 1969);
- Determinação da densidade das partículas (NP83 1965);
- Ensaio de compactação (LNEC E197 1966);
- Determinação expedita do teor em água (Speedy);
- Determinação da baridade seca "in situ" (LNEC E204 1967, LNEC E205 1967 ou equivalente).

O Empreiteiro disporá também de um funcionário especializado para execução destes ensaios, a efectuar segundo as normas Portuguesas (NP) e especificações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) em vigor e sempre sob o controlo e orientação da Fiscalização.

Todos os valores obtidos nos ensaios de controlo, bem como a respectiva localização, devem ficar indicados no livro de obra.



3.8.9 Encarregado

O Empreiteiro manterá na obra durante a execução dos aterros um encarregado prático e competente o qual acompanhará constantemente todas as operações.

3.9 INSTALAÇÃO DE CONDUTAS PARA FUNCIONAMENTO EM PRESSÃO

3.9.1 Considerações gerais

A presente Especificação tem por objectivo definir os critérios que devem ser respeitados para o fornecimento e montagem das diversas tubagens e respectivos acessórios nas redes destinadas a funcionar em pressão.

A implantação das obras e acompanhamento dos trabalhos deverá ser efectuada por uma equipa de topografia.

Em caso de haver divergências entre elementos do projecto, deverão ser seguidos os seguintes critérios:

- 1. Divergências entre as cotas assinaladas e as dimensões à escala, prevalecerão as primeiras;
 - 2. Divergências entre desenhos de escalas diferentes, prevalecerão os de maior escala; e
 - 3. Divergências entre desenhos e especificação, prevalecerá esta última.

3.9.2 Materiais

3.9.2.1 Geral

Todos os materiais a empregar deverão satisfazer o especificado nas normas e Regulamentos Portugueses em vigor e o estipulado nas respectivas Especificações.

Todos os materiais deverão ser submetidos à apreciação da Fiscalização para o que o Empreiteiro se obriga a apresentar, para aprovação, com antecedência necessária, amostras de materiais a empregar.

Os materiais, fornecidos pelo Empreiteiro, que se verifique por simples exame ou em face dos resultados de ensaios não satisfazerem às condições exigidas serão rejeitados, sendo imediatamente removidos da zona da obra por conta do Empreiteiro, e substituídos.



O facto da Fiscalização permitir o emprego do material, não isenta o Empreiteiro da responsabilidade sobre a maneira como ela se comportar na parte da obra em que for aplicada.

Os materiais de consumo ficarão totalmente por conta do Empreiteiro.

Os materiais, fornecidos pelo Dono da Obra, rejeitados no acto de recepção por não satisfazerem as condições exigidas, serão rejeitados, e removidos do local da obra por conta do Dono da Obra, e substituídos.

Os materiais danificados posteriormente a recepção pelo Empreiteiro, serão substituídos pelo Empreiteiro.

Para verificação da qualidade dos materiais a Fiscalização poderá mandar submetê-los antes do início dos trabalhos ou durante a sua realização às provas de ensaios que julgar convenientes.

O fornecimento das amostras, assim como as despesas que haja a efectuar com os ensaios são por conta do Empreiteiro.

3.9.2.2 Prescrições específicas para cada material

Os materiais utilizados nas tubagens dos diversos materiais deverão satisfazer às características dimensionais, qualitativas e condições técnicas de fornecimento prescritas nas Especificações respectivas.

3.9.3 Movimentação de tubos e sua colocação nas valas

3.9.3.1 Manuseamento

Antes do início dos trabalhos, o Empreiteiro deverá dispor de todos os equipamentos necessários para o descarregamento, empilhamento e colocação sobre o solo junto ao local de aplicação e na vala, dos tubos, acessórios e outros materiais.

A carga e a descarga dos tubos e acessórios nos veículos de transporte e a sua descida para o fundo das valas deverão fazer-se manual ou mecanicamente, consoante o peso dos tubos e a profundidade das valas. Em qualquer dos casos serão sempre manuseados cuidadosamente, com auxílio de cordas, cintas ou correias de couro, ou ainda utilizando garras planas, ou suficientemente largas, protegidas com revestimento macio, por forma a evitar danos nas extremidades dos tubos ou no seu revestimento, quando exista.



Quando não se dispuser de meios mecânicos, os tubos deverão ser carregados e descarregados lateralmente, recorrendo a dois planos inclinados, sendo a sua descida (e subida), controlada manualmente com duas cordas, cintas ou correias convenientemente amarradas. Os planos inclinados deverão ter uma rigidez suficiente e um comprimento permitindo que se estabeleça uma inclinação inferior a 15º e deverão ser colocados à distância de um quinto do comprimento do tubo a partir de cada extremidade. Cada corda, cinta ou correia deverão dar uma volta completa ao tubo (duas voltas para tubos mais pesados). Uma das extremidades das cordas deverá estar fixada firmemente ao veículo (ou ao solo, no caso da descida para a vala), sendo as extremidades livres arreadas lenta e simultaneamente por homens colocados em cima do veículo (ou no solo se o tubo estiver a ser descido para a vala, não sendo, necessário os planos inclinados). Em nenhuma circunstância se poderá deixar os tubos caírem ao solo, sem controlo.

Os tubos descarregados em planos inclinados não serão atirados ou rolados contra tubos já no solo.

Se algum tubo, junta, válvula ou outro acessório for danificado durante o seu manuseamento, os danos serão imediatamente comunicados à Fiscalização que indicará as reparações a efectuar ou a rejeição dos materiais afectados.

3.9.3.2 Transporte

Os tubos devem ser transportados, do estaleiro ou armazém, para os locais de aplicação, em plataformas de reboque por tractor, em camiões ou noutros veículos providos de boa suspensão e equipados com dormentes, coxins ou dispositivos de fixação equivalentes, apropriados ao seu perfeito acondicionamento durante a viagem. Caso haja necessidade de proceder a empilhamento, deverão ser respeitados os preceitos constantes desta especificação.

3.9.4 Armazenamento

O Empreiteiro deverá ter em depósito as quantidades de materiais necessários para garantir a continuidade normal da laboração.

Os materiais deverão ser arrumados em lotes que se distingam facilmente.

O Empreiteiro será responsável, pelo armazenamento em segurança dos materiais por ele fornecidos ou por ele aceites até sua incorporação final na obra.



Até ao momento da sua utilização, as juntas, anéis de borracha, lubrificantes, etc., deverão ser guardados num local fechado. Os anéis de borracha deverão ser mantidos nos sacos ou nas embalagens em que foram fornecidos. Deverão estar protegidos da luz solar, óleos e gorduras e de fontes de calor. Se os anéis de borracha forem entregues atados entre si, é recomendável que sejam desatados alguns dias antes da sua utilização a fim de se eliminarem as marcas eventualmente deixadas pelos atilhos.

3.9.4.1 Empilhamento

Tanto no armazém como nos locais de aplicação, os tubos podem ser arrumados por empilhamento. Este far-se-á (no caso do empilhamento ser de forma prismática) com interposição de travessas de madeira providas de coxins circulares, em recorte ou doutro tipo, nos quais os tubos repousem sem contactos com o solo ou entre si. A espessura dos coxins deverá ser bastante para que nem os tubos nem o seu revestimento exterior, quando este existe, sejam danificados; e o seu raio de curvatura deverá ser igual ao do círculo exterior dos tubos que neles repousem. Calços deverão ser solidamente pregados na extremidade de cada travessa.

Em certos casos, dependentes do material constituinte dos tubos e dos respectivos diâmetros, poderá aceitar-se que o seu empilhamento se faça directamente uns sobre os outros, em pirâmide, ficando apenas os da camada inferior assentes em armações de madeira, providas de coxins, desde que não atinja, na base, um peso excessivo, capaz de produzir deformações nos tubos ou danos no seu revestimento exterior, se existir.

A altura das pilhas a formar deverá ser sempre limitada de maneira a permitir a retirada posterior fácil dos tubos, mas nunca será superior à altura recomendada pelos fabricantes.

3.9.4.2 Colocação junto ao local de aplicação

A descarga dos tubos deverá ser feita tão perto quando possível do local onde irão ser aplicados. Ter-se-á em atenção que os tubos deverão ficar bem estabilizados e colocados ao abrigo do trânsito ou de qualquer causa de dano possível.



3.9.4.3 Protecção interior dos tubos

Serão tomadas todas as precauções para evitar que entrem nos tubos e acessórios terras, pedras, madeiras e quaisquer outros corpos ou substâncias estranhas, assim como água ou animais, procurando-se que o seu interior se mantenha limpo durante o transporte, manuseamento, colocação e montagem nas valas.

Na suspensão diária dos trabalhos e sempre que se verifique uma interrupção no processo de assentamento da conduta, os topos livres dos tubos e dos acessórios já montados deverão ser tamponados e vedados por dispositivo a aprovar pela Fiscalização, a fim de impedir a entrada de sujidade, detritos, corpos estranhos, animais e água.

Se, não obstante todos os cuidados, aparecerem na montagem tubos insuficientemente limpos no seu interior, a Fiscalização determinará ao Empreiteiro que, antes de os aplicar, proceda à sua lavagem, ou mesmo desinfecção, nos moldes prescritos nesta Especificação.

3.9.4.4 Tubos com costura longitudinal

No caso de se utilizarem tubos de aço soldado ou quaisquer outros com costura longitudinal, esta deverá ficar no terço superior da conduta, de modo descontínuo, alternando-se sucessivamente para um e outro lado da geratriz do extradorso.

3.9.4.5 Inspecção antes da montagem

Todos os tubos e acessórios deverão ser inspeccionados pela Fiscalização antes de se colocarem nas valas.

Se apresentarem leves estragos, poderão ser reparados, pelo Empreiteiro e por sua conta, mas, se apresentarem fendas, grandes mossas, falhas e chochos ou outros defeitos importantes, a Fiscalização poderá rejeitá-los e recusar a sua reparação para futura aplicação.

Irregularidades ou riscos podendo afectar a estanqueidade das juntas deverão ser eliminados. No caso de extremidades esmagadas ou rachadas, poder-se-á igualmente cortar a extremidade do tubo e rearranjá-lo. Os tubos objecto de reparações serão assinalados de modo a serem facilmente identificados durante a realização do ensaio hidrostático. Todas as partes reparadas serão novamente inspeccionadas antes da montagem da tubagem.



Para os tubos com revestimentos, exterior ou interior, se qualquer parte do revestimento for danificada, a reparação será feita pelo Empreiteiro e por sua conta, mediante aprovação pela Fiscalização.

3.9.5 Montagem

3.9.5.1 Trabalhos preparatórios

Ao iniciar diariamente a montagem das condutas, o Empreiteiro deverá dispor do seguinte:

- Vala aberta e drenada, com largura e profundidade adequadas ao diâmetro da conduta e à natureza do terreno, leito regularizado e taludes estabilizados, tudo numa extensão não superior a 150 metros e não inferior à média diária de progressão da montagem, salvo casos especiais, como tal reconhecidos pela Fiscalização;
- Tubos e acessórios de ligação, provenientes de lotes aprovados, empilhados ou alinhados paralelamente à vala, em quantidade pelo menos bastante para um dia de montagem;
- Montadores e mão-de-obra auxiliar, equipamento, materiais e ferramentas de espécie adequada e em quantidade suficiente para que o assentamento, o nivelamento e os ensaios da conduta se possam realizar com eficiência e perfeição, e de acordo com o estipulado nesta Especificação, sem interrupção e em bom ritmo.

3.9.5.2 Escavação e preparação da vala

3.9.5.2.1 Recomendações gerais

A vala deverá ser escavada de maneira a que o traçado, a inclinação, o tipo de apoio e as dimensões indicadas no projecto, nomeadamente o alinhamento, seja respeitado. Não será realizada qualquer alteração ao alinhamento de projecto da tubagem previsto sem acordo prévio da Fiscalização.

O Empreiteiro deverá tomar todos os cuidados exigidos pelas regulamentações em vigor, pelas circunstâncias da obra de modo a assegurar a segurança do público e dos operários e a evitar interromper ou perturbar os serviços de utilidade pública ou privada, durante o assentamento da tubagem. Nomeadamente, dever-se-á manter livre o escoamento superficial de águas das chuvas e deixar, sempre que possível, passagem livre para o trânsito de veículos e peões.



A escavação da vala só se iniciará quando forem confirmadas as posições de outras obras subterrâneas interferentes, já executadas ou em execução, pertencentes ou não à Empreitada. O Empreiteiro adoptará mediadas de protecção no sentido de evitar repercussões nocivas sobre essas obras, assumindo inteira responsabilidade por todos os danos que ocasionar.

Se houver risco de a vala recolher água (de toalha freática, infiltração ou escoamento de água das chuvas) ou se o solo for instável, o avanço da escavação deverá ser regulado pela cadência de assentamento da tubagem, de modo a que este esteja a poucos comprimentos de tubos de atraso em relação à escavação.

Todos os trabalhos de escavação e aterro deverão respeitar as indicações constantes da Especificação relativa à movimentação de terras.

3.9.5.2.2 Largura da vala

A largura da vala (excluindo entivação) deverá ser suficiente para permitir o assentamento e montagem da tubagem e acessórios e a compactação do material que fique em contacto com o tubo, nomeadamente com o dorso inferior.

Nos locais onde se recorrer à flexibilidade das juntas para a realização de curvas horizontais ou verticais, o fundo da vala deverá ser alargado do lado exterior da curva de modo a permitir a montagem prévia dos tubos, em alinhamento recto.

3.9.5.2.3 Profundidade da vala

As valas serão, em regra, escavadas até às cotas indicadas no projecto, tendo em atenção que as cotas são do extradorso inferior das condutas e o assentamento da tubagem.

Qualquer excesso de escavação em relação à indicada no parágrafo anterior ou pela Fiscalização ou depressão no fundo da vala, deverá ser preenchido com material granular fino compactado, em condições de garantir o bom assentamento da tubagem, sendo por conta do Empreiteiro tanto o excesso de escavação como o aterro necessário para repor o fundo da vala na cota desejada.



3.9.5.2.4 Preparação do leito de assentamento

Preceitos gerais

O fundo da vala deverá acompanhar rigorosamente a inclinação do perfil longitudinal de projecto. Este deverá estar uniformizado e, se possível, seco.

No sítio das juntas o leito de assentamento deverá ser rebaixado de modo a garantir o apoio contínuo da tubagem e evitar o seu apoio sobre as juntas. As dimensões destes rebaixamentos dependerão das dimensões e do tipo de juntas adoptadas.

Quando o solo natural, após a escavação, não apresentar condições adequadas de suporte nas cotas necessárias ao projecto, a Fiscalização poderá autorizar uma sobreescavação, devendo o material ser totalmente removido e substituído por outro que satisfaça as condições de resistência necessárias, ou adoptar apoios sobre laje ou berço contínuo de betão.

Em caso de dúvida por parte do Empreiteiro quanto ao tipo de fundação a adoptar, este será indicado pela Fiscalização a qual, por seu turno, poderá mandar alterar a fundação adoptada pelo Empreiteiro, devendo, porem, fazê-lo antes de se iniciar o aterro da vala.

Os tubos deverão ficar uniformemente apoiados no leito de assentamento, criado no fundo da vala ou na almofada de areia, ao longo de toda a geratriz inferior, excepto nas secções transversais correspondentes às juntas de ligação, as quais ficarão a descoberto em todo o seu perímetro, até aprovação do ensaio de pressão hidrostática interna.

Apoio em almofada de areia

O fundo da vala deverá ser recoberto com uma camada de areia na espessura de 10 cm como especificado. Antes do assentamento da tubagem, esta camada será humedecida e compactada com maços ou pilões normais.

Apoio descontínuo

Em opção ao assentamento uniforme do tubo no leito, admite-se que, para determinados tipos de tubo e quando a Fiscalização der autorização nesse sentido, o assentamento da tubagem se faça recorrendo a cabeceiras de terra ou areia.



As cabeceiras serão firmemente compactadas e terão uma dimensão que permita manter o alinhamento da tubagem e um espaçamento entre as juntas de ligação e o fundo da vala de 5 cm no mínimo. Cada tubo será assente em duas cabeceiras colocadas aproximadamente à distância de um quinto do comprimento do tubo a partir de cada extremidade.

Depois de montados os tubos seguintes, o intervalo entre o tubo e o fundo da vala será devidamente preenchido com material granular fino (areia) ou terra cirandada e compactada cuidadosamente de modo a proporcionar um leito firme e uniforme a todo o comprimento do tubo.

Apoio em coxins de betão

Nos troços de conduta com o recobrimento mínimo regulamentar sobre o extradorso e sujeitos a fortes sobrecargas de superfície, deverá aumentar-se a resistência dos tubos apoiando-se sobre uma fundação contínua em coxins de betão simples de 200 kg de cimento por m^3 , com as dimensões mínimas em função dos diâmetros interior Φ i e exterior Φ e da canalização.

Uso de calços

Quando o assentamento dos tubos é feito directamente sobre o terreno natural do fundo da vala ou sobre almofada contínua de areia, é expressamente interdita a interposição de calços, também de betão, para erguer e manter os tubos ao nível das cotas necessárias.

3.9.5.3 Assentamento de tubagem

Antes do assentamento na vala, os tubos, as juntas e acessórios serão cuidadosamente examinados para detectar eventuais avarias surgidas com o seu manuseamento. O material danificado deverá ser claramente assinalado para evitar a sua utilização antes de serem tomadas as medidas necessárias.

Os tubos, as juntas e acessórios deverão ser cuidadosamente colocados em vala utilizando os meios manuais ou mecânicos mais apropriados ao seu peso e à profundidade da vala.

No caso de assentamento com apoio contínuo, toda a tubagem deverá estar em contacto com o leito de assentamento ao longo de toda a sua extensão não devendo nunca o seu peso ser



suportado pelas juntas. Para isso, o leito de assentamento será convenientemente preparado através da execução de pequenos nichos no sítio das juntas.

Se o traçado impuser a obtenção de uma curva nos planos horizontal ou vertical através de deflexão permitida pelas juntas, ela só se poderá realizar após a montagem da junta. Numa primeira etapa, os troços de tubo serão colocados num alinhamento recto, alargando a vala, se for o caso, no lado exterior da curva. A curvatura referida obtém-se em seguida através de movimentos sucessivos dos troços de tubagem adjacente, repartindo igualmente o desvio angular necessário á curva de cada lado da junta.

O assentamento da tubagem deverá ser executado com a verificação da profundidade do fundo da vala e das cotas da geratriz externa superior do tubo em cada 30 m, podendo em zonas críticas ser de 10 metros, de modo a respeitar os desenhos de projecto e a permitir que os trabalhos possam decorrer em várias frentes sem a necessidade de correcção de cotas nos encontros dos vários troços.

3.9.5.4 Aterro e compactação

O aterro da vala deverá ser feito, em princípio, em duas etapas:

- 1ª Aterro parcial antes da realização dos ensaios em obra (atingindo cerca de 30 cm acima do extradorso da tubagem para DN < 200 mm ou 50 cm para valores superiores);
- 2ª Aterro definitivo após a realização dos ensaios em obra.

Só com a autorização prévia da Fiscalização se poderá admitir o aterro completo da vala numa única operação. Em qualquer dos casos, a execução do aterro deverá ser devidamente executada e uma boa compactação deverá ser assegurada. O material de aterro deverá ser de boa qualidade, isento de matéria orgânica, pedras e outros corpos estranhos que possam prejudicar a compactação ou a própria tubagem. No caso do aterro parcial antes de realizados os ensaios em obra, as juntas deverão ser deixadas a descoberto.

O envolvimento lateral da canalização deve ser executado simultaneamente de ambos os lados da conduta, através de camadas delgadas de cerca de 15 cm.

O aperto e compactação do aterro até ao nível do semiperímetro inferior dos tubos, deverá fazer-se utilizando maços ou pilões manuais, e na vizinhança da conduta, utilizando maços de madeira rija em forma de cunha, que realizam o aperto com uma componente lateral e assim aconchegam melhor os tubos na sua hemisecção inferior.



A primeira fase do aterro até 20 cm acima do tubo deve ser apertada manualmente. No restante da vala, até se atingir a base do pavimento ou o terreno natural serão permitidas camadas de espessura de 40 a 50 cm antes de apertadas, podendo a compactação ser feita mecanicamente.

Nos trabalhos de aterro e compactação deverá ser tido em conta o prescrito na Especificação relativa a movimentação de terras.

3.9.6 Juntas e acessórios

As juntas serão do tipo e no material adequados à tubagem da conduta. A sua montagem deverá ser executada em conformidade com as instruções do fabricante.

As curvas, derivações, cones de transição e demais acessórios incluindo as respectivas juntas de ligação serão de ferro fundido dúctil e adequados à tubagem da conduta.

As válvulas de seccionamento, as ventosas e as descargas de fundo serão dos tipos mencionados no projecto e localizar-se-ão nas secções também nele indicadas.

3.9.7 Maciços de apoio e ancoragem

3.9.7.1 Maciços de apoio

Serão construídos em betão simples da classe de resistência C25/30 e da classe de exposição ambiental XC2 e moldados "In situ", de encontro à superfície exterior da conduta ou do acessório a que servirem de apoio e do terreno, nos locais indicados no projecto. Estão descritos nos desenhos tipo do projecto.

A moldagem deverá dar aos maciços uma configuração tal que deixe livres os parafusos e as juntas de ligação dos tubos e acessórios, a fim de possibilitar uma eventual desmontagem sem necessidade de demolição dos maciços

3.9.7.2 Maciços de ancoragem

Os maciços de amarração deverão ser executados em todos os acessórios como curvas, tês e cones de redução que não permitam transferir os esforços longitudinalmente ao longo das tubagens;



Os maciços de amarração dos acessórios para diâmetros até 400 mm serão do tipo encosto e executados no local com betão da classe de resistência C25/30 e da classe de exposição ambiental XC2, e aço A400 NR;

Caso as condições da fundação o permitam, e a fiscalização o aprove, os maciços do tipo gravidade poderão ser substituídos por maciços de encosto;

Os maciços de amarração de acessórios com diâmetros superiores a 400 mm serão do tipo gravidade;

A forma dos maciços deverá respeitar as peças desenhadas os quais foram concebidos para colocar a cofragem envolvente dos acessórios sempre normal ao respectivo eixo;

Os maciços do tipo encosto deverão ficar encaixados na escavação quer no fundo da vala, quer nas paredes laterais de pelo menos 10 cm;

A betonagem da face de encosto dos maciços deverá ser feita sempre contra as paredes da vala. Assim, qualquer eventual escavação em excesso será preenchida com betão, a expensas do empreiteiro;

Os maciços de amarração do tipo gravidade deverão ser assinalados através de marcos de betão que se encontram definidos nas peças desenhadas.

3.9.8 Lavagem e desinfecção

Após a recepção e antes da entrada em serviço, as condutas serão submetidas à lavagem se a Fiscalização entender necessária esta operação. A água necessária será fornecida pelo Empreiteiro devendo o seu preço estar incluído nos preços unitários fornecidos, não dando por essa razão, lugar a qualquer pagamento.

A lavagem e desinfecção realizar-se-ão em conformidade com a Norma AWWA C-601, secções 6 a 17 inclusive.

3.9.9 Recepção

Para efeitos de recepção, quer as condutas quer os acessórios da rede (curvas, reduções, peças em tê, cruzetas, válvulas, etc.) serão submetidos a ensaio de pressão interna.



As despesas inerentes aos ensaios, fornecimento de água, bombas e aparelhagem adequada, de mão-de-obra necessária, de construção de maciços e escoramentos temporários, etc., serão por conta do Empreiteiro, pelo que o seu custo deve estar previsto nos preços unitários a fornecer, não dando, por essa razão, origem a qualquer pagamento.

As condutas serão consideradas recebidas após realização, com sucesso, do ensaio de pressão interna, conforme especificações contidas neste caderno de encargos.

Para efeitos de recepção de acessórios da rede, peças em tê, curvas, reduções, cruzetas, diferentes válvulas, etc., serão consideradas duas situações:

- Os acessórios colocados antes dos ensaios para troços das condutas e que com estas tenham sido submetidas a ensaio de pressão interna com sucesso, serão considerados recebidos;
- 2. Os acessórios colocados após a realização de ensaios de pressão interna à pressão de ensaio, serão considerados recebidos desde que provarem a sua estanqueidade após realização de ensaio de pressão interna à pressão nominal da tubagem em que se inserem.
 O ensaio de pressão interna quando da execução da conduta não dispensa o ensaio final da rede.

3.9.10 Cadastro das obras executadas

Na conclusão da obra, o Empreiteiro fornecerá à Fiscalização os elementos que permitam reproduzir por completo e com rigor a obra realmente executada, nomeadamente uma planta e perfis da rede às escalas apropriadas, incluindo todos os acessórios e respectivas características.

Assim deverá o Adjudicatário fornecer ao Dono de Obra, no final dos trabalhos e até à recepção provisória, uma colecção em papel transparente de boa qualidade dos desenhos que contenham a representação cuidadosamente revista e suficientemente pormenorizada das obras adjudicadas tal como tenham sido executadas, considerando pois todas as alterações ou variantes aprovadas no decorrer dos trabalhos.



3.10 BETÕES

3.10.1 Prescrições gerais

Os betões a empregar na obra são os definidos no Projecto, conforme indicado nas peças desenhadas e no mapa de quantidades e medições detalhadas.

Em tudo quanto disser respeito à composição, fabricação e colocação em obra dos betões e às restantes operações complementares, seguir-se-ão as regras estabelecidas pela NP EN 206 (2007) e nestas Cláusulas Técnicas.

Assim, serão considerados, para efeitos destas Cláusulas Técnicas, todas as definições incluídas naquele documento normativo, enquadrando-se como betões convencionais todo o material resultante do endurecimento da pasta de cimento, formado pela mistura de cimento, agregados grosso e finos, água e eventualmente adjuvantes e adições, colocado em obra em elementos cofrados e compactado por vibração interna, vibração de cofragem ou mesa vibratória, exceto nos casos de consistência "auto-compactável" ou de betão submerso.

3.10.2 Composição dos betões

O Empreiteiro indicará na sua proposta os procedimentos a implementar para o fabrico e fornecimento dos betões à Obra, definindo o modo como estes se processarão, a origem dos agregados, bem como as características dos equipamentos de fabrico, transporte, colocação e refrigeração de betão e de processamento de agregados.

O Empreiteiro obriga-se a recorrer a um laboratório devidamente equipado e dirigido por técnico qualificado, cujo nome e "curriculum" submeterá à aprovação da Fiscalização, para aí realizar os ensaios e os controles de qualidade e de conformidade dos agregados, dos ligantes e dos betões postos em obra.

O laboratório deverá também ter prensa adequada e devidamente aferida e, ainda, moldes metálicos em quantidade suficiente para as colheitas de amostras que for necessário realizar.

As composições de betão a empregar na Obra serão definidas pelo Dono de Obra, sendo assim de composição prescrita, devendo o Empreiteiro fornecer, sem encargos, amostras de cimento, de cinzas volantes e de todas as classes granulométricas dos agregados que pretende utilizar, de adjuvantes e de água de amassadura, para a realização dos respectivos estudos.



O Estudo da composição de cada betão deverá ser apresentado pelo Empreiteiro à aprovação da Fiscalização, com pelo menos 30 dias de antecedência em relação à data da betonagem do primeiro elemento da obra em que esse betão seja aplicado.

O Empreiteiro proporá previamente à aprovação da Fiscalização o laboratório que pretende encarregar dos estudos de composição dos betões.

O Empreiteiro obriga-se a mandar efectuar, no mesmo laboratório que encarregar do estudo da composição dos betões, os ensaios dos materiais que entram na sua composição, e ainda, além da determinação da resistência à compressão, a determinação do módulo de elasticidade instantâneo e a longo prazo, e os parâmetros de retracção e fluência para vários valores das tensões e da consistência, dos betões estruturais.

O Empreiteiro entregará à Fiscalização amostras dos mesmos inertes utilizados nos estudos dos betões para se poder comprovar a manutenção das suas características no laboratório da obra.

O cimento utilizado será também ensaiado sistematicamente no laboratório da obra, segundo um plano a estabelecer pela Fiscalização, rejeitando-se todo aquele que não possua as características regulamentares ou que não permita a obtenção das exigidas aos betões da obra. Nos cimentos a utilizar ter-se-á em especial atenção ao disposto nestas Cláusulas Técnicas relativamente aos materiais.

Na composição dos betões, poderá o Empreiteiro utilizar, respeitando o disposto na NP EN 206 - 2007, por sua conta os adjuvantes cuja necessidade se justifique, no intuito de se obter boa trabalhabilidade com a menor relação possível água-cimento.

O Empreiteiro deverá submeter a aprovação da Fiscalização os adjuvantes que pretende utilizar, ficando proibida a utilização de adjuvantes à base de cloretos ou quaisquer produtos corrosivos.

Sempre que a Fiscalização o entender, serão realizados ensaios complementares em laboratório oficial, por conta do Empreiteiro.

Nos casos de betões ou argamassas especiais - tais como betão com colocação prévia do agregado, betão projectado, betões ou argamassas de características específicas para certos casos de preenchimento de 2ª fase, de selagens altamente solicitadas ou de reparações de betões, materiais de revestimento para protecção de superfícies de betão sujeitas a acções agressivas de natureza física ou química, etc., incluindo, em particular, os que utilizem produtos ou processos de execução patenteados, as respectivas composições e aplicação serão da exclusiva responsabilidade do Empreiteiro que as deverá submeter à prévia aprovação da



Fiscalização, assim como prestar todos os esclarecimentos e justificações que esta lhe solicite, com eventual recurso a firmas especializadas competentes sempre que o entenda necessário.

Todos os encargos com o estudo e controle das características dos betões (incluindo o laboratório) aqui especificamente mencionados, ou não, são da exclusiva conta do Empreiteiro e consideram-se incluídos nos preços unitários respectivos.

3.10.3 Preparação dos betões

O betão será feito por meios mecânicos, em central automática, obedecendo os materiais que entram na sua composição às condições atrás indicadas, de acordo com as disposições legais em vigor, e sendo cuidadosamente respeitado o artigo 9 da NP EN 206.

Os materiais inertes e o cimento serão doseados em peso para todos os tipos de betões.

A central deverá ter os contadores de água e as balanças devidamente aferidas, para que a quantidade de água e materiais introduzidos em cada amassadura sejam as constantes do estudo de composição do betão aprovado.

Não será permitida a fabricação de misturas secas, com vista a posterior adição de água.

A consistência normal das massas, a verificar por meio do cone de Abrams ou do estrado móvel e a quantidade de água necessária será determinada nos ensaios prévios de modo a que se consiga trabalhabilidade compatível com a resistência desejada e com os processos de vibração adoptados para a colocação do betão, sendo verificada à saída da central e no local de aplicação.

A quantidade de água deverá ser corrigida, de acordo com as variações de humidade dos inertes, para que a relação água/cimento seja a recomendada nos estudos de composição dos betões.

A humidade dos inertes deverá ser periodicamente determinada, quer com a entrada de novos lotes de inertes, quer de cada vez que a alteração das condições atmosféricas o justifique, para que as correcções anteriormente referidas possam ser realizadas atempadamente e com o maior rigor.

A distância entre a central de betonagem e os locais de aplicação será a menor possível, devendo ser submetidos à aprovação da Fiscalização um plano de transporte em que se enumere o meio de transporte, percurso e tempo previsto desde a confecção do betão até à sua colocação.



O transporte do betão, para as diferentes zonas de aplicação, deverá ser feito por processos que não conduzam à segregação dos inertes.

3.10.4 Betonagem e desmoldagem

As betonagens serão sempre acompanhadas pelo técnico apto para o efeito, só dispensando a sua presença nos casos em que a Fiscalização expressamente o autorize.

A betonagem deverá obedecer às normas estabelecidas no REBAP e na NP EN 206, atendendo ainda ao indicado nestas Cláusulas Técnicas e no Projecto.

O betão será empregue logo após o seu fabrico, apenas com as demoras inerentes, à exploração das instalações. Não se tolerará que o período decorrido entre o fabrico do betão e o fim da sua vibração exceda meia hora no tempo quente e uma hora no tempo frio, devendo estas tolerâncias ser reduzidas se as circunstâncias o aconselharem.

A compactação será feita exclusivamente por meios mecânicos: vibração de superfície, vibração dos moldes e pré-vibração.

A vibração, será feita de maneira uniforme, até que a água de amassadura reflua à superfície, e para que o betão fique homogéneo.

As características dos vibradores serão previamente submetidas à apreciação da Fiscalização, devendo os vibradores para pré-vibração ser de frequência elevada (9000 a 20 000 ciclos por minuto).

Após a betonagem e a vibração, o betão será protegido contra as perdas de água por evaporação e contra as temperaturas extremas.

Para evitar as perdas de humidade, as superfícies expostas deverão ser protegidas pelos meios que o Empreiteiro entender propor e a Fiscalização aprovar. Entre esses meios, figuram a utilização de telas impermeáveis e a de compostos líquidos para a formação de membranas de cura, também impermeáveis.

Se a temperatura no local da obra for inferior a zero graus centígrados, ou se houver previsão de tal vir a acontecer nos próximos cinco dias, a betonagem não será permitida.

Para temperaturas compreendidas entre 0 (zero) e +5 (cinco) graus centígrados as betonagens só serão realizadas se a Fiscalização o permitir e desde que sejam escrupulosamente observadas as medidas indicadas no artigo 5.10 da NP EN 206.



Se a temperatura, no local da obra, for superior a +35 (trinta e cinco) graus centígrados a betonagem não será permitida a não ser com autorização expressa da Fiscalização e com rigoroso cumprimento das condições do artigo 5.10 da acima citada Norma Portuguesa.

Para cumprimento do estipulado na alínea anterior, o Empreiteiro obriga-se a ter no estaleiro um termómetro devidamente aferido, devendo proceder ao registo das temperaturas nos dias de efectivação das operações a que se referem os citados artigos, bem assim como as dos cinco dias seguintes.

Cada elemento de construção deverá ser betonado de maneira contínua, ou seja, sem intervalos maiores do que os das horas de descanso, inteiramente dependentes do seguimento das diversas fases construtivas, procurando-se sempre a redução dos esforços de contracção entre camadas de betão com idades diferentes.

As juntas de betonagem só terão lugar nos pontos onde a Fiscalização o permitir, de acordo com o plano de betonagem aprovado. Antes de começar uma betonagem, as superfícies de betão das juntas serão tratadas convenientemente, de acordo com as indicações da Fiscalização, admitindo-se, em princípio, o seguinte tratamento: deixar-se-ão na superfície de interrupção pequenas caixas de endentamento e pedras salientes. Se notar presa de betão nas juntas, serão as superfícies lavadas a jacto de ar e de água, e retirada a "nata" que se mostre desagregada, a fim de se obter uma boa superfície de aderência, sendo absolutamente vedado o emprego de escovas metálicas no tratamento das superfícies de betonagem.

Nas juntas onde se sobreponham elementos em elevação, a executar posteriormente, deverão ser, passadas 2 a 5 horas, limpas as áreas a ocupar por esses elementos superiores, tratandose essas zonas de forma análoga à atrás indicada.

Nas faces visíveis dos elementos em elevação as juntas só serão permitidas nas secções em que se confundam rigorosamente com as juntas de cofragem.

Não serão toleradas escorrências ou diferenças de secção, pelo que, as juntas da cofragem terão que ser convenientemente vedadas e as cofragens apertadas contra as peças já betonadas.

Se uma interrupção de betonagem conduzir a uma junta mal orientada, o betão será demolido na extensão necessária de forma a conseguir-se uma junta convenientemente orientada. Antes de se recomeçar a betonagem, e se o betão anterior já tiver começado a fazer presa, a superfície da junta deverá ser cuidadosamente tratada e limpa por forma a não ficarem nela inertes com possibilidade de se destacar. A superfície assim tratada deverá ser molhada a fim



de que o betão seja convenientemente humedecido, não se recomeçando a betonagem enquanto a água escorrer ou estiver acumulada.

Todas as arestas das superfícies de betão serão obrigatoriamente chanfradas a 45°, tendo 1,5 cm de cateto a secção triangular resultante do chanfro, quer este corresponda a um enchimento, quer a um corte da peça chanfrada.

Excepto em casos especiais devidamente fundamentados por ensaios de provetes e após obtido o acordo da Fiscalização, a desmoldagem dos fundos dos elementos estruturais só poderá ser realizada quando o betão apresente uma resistência de, pelo menos, 2/3 do valor característico, e nunca antes de 3 dias após a última colocação de betão.

3.10.5 Controlo das características dos betões

Durante a betonagem serão realizados ensaios de controlo de aceitação dos betões, de acordo com o tipo e frequência de ensaios definidos na NP EN 206, sempre acompanhados pelo técnico apto para o efeito.

Esses controlos serão realizados sobre amostras constituídas, cada uma, por pelo menos, seis cubos por amassadura, ou por cada 20 m3 de betão, se as amassaduras ultrapassarem este valor.

A juízo da Fiscalização, e depois de para cada tipo de betão se comprovar a sua qualidade em, pelo menos, quatro betonagens independentes e sucessivas, pode o número de cubos de cada amostra ser reduzido para três, voltando a ser de seis, se entretanto se verificarem desvios significativos na resistência dos betões.

Em qualquer caso, em cada betonagem serão sempre realizadas três amostras. Os cubos serão feitos do betão de uma amassadura destinadas a serem aplicadas em obra e designadas pela Fiscalização.

Os cubos só poderão ser fabricados na presença da Fiscalização.

Os cubos serão executados, transportados, curados e conservados de acordo com a Especificação E 255 - 1971 do LNEC.

Deverá ser organizado um registo compilador de todos os ensaios de cubos, para os diferentes tipos de betões, afim de, em qualquer momento, se verificar o cumprimento das características estabelecidas.



Todos os cubos serão numerados na sequência normal dos números inteiros, começando em 1, seja qual for o tipo de betão ensaiado.

No cubo será gravado não só o número de ordem como também o tipo, a parte da obra a que se destinada e a data do fabrico.

Do registo compilador deverão constar os seguintes elementos:

- a) Número do cubo;
- b) Data de fabrico;
- c) Data de ensaio;
- d) Idade;
- e) Tipo, classe e qualidade;
- f) Dosagem;
- g) Quantidade de água da amassadura;
- h) Local de emprego do betão donde foi retirada a massa para fabrico do cubo;
- i) Resistência obtida no ensaio;
- j) Média da resistência dos cubos que formam o conjunto do ensaio;
- k) Resistência equivalente aos 28 dias de endurecimento, segundo a curva de resistência que for estipulada pelo laboratório oficial que procedeu ao estudo, tendo em conta a composição aprovada para o betão ou, na falta dessa curva, segundo as seguintes relações:

$$R_3/R_{28} = 0.40$$

$$R_7/R_{28} = 0,65$$

$$R_8/R_{28} = 0.85$$

$$R_{90}/R_{28} = 1,20$$

I) Peso do cubo;



m) Observações.

Sempre que forem fabricados cubos, por cada série de seis, ou de três, será preenchido pela Fiscalização um "verbete de ensaio" do qual constará o número dos cubos, a data de fabrico, a água de amassadura, o modo de fabrico e outras indicações que se considerarem convenientes. O Empreiteiro receberá o duplicado deste "verbete de ensaio".

Com base no "verbete de ensaio", e para os cubos mandados ensaiar em laboratório oficial depois de a Fiscalização ter fixado as datas em que esses cubos devem ser ensaiados, será entregue ao Empreiteiro um ofício da Fiscalização, que acompanhará os cubos na sua entrega ao laboratório.

Para o efeito, o Empreiteiro obriga-se a tomar as precauções necessárias por forma a que seja observada a data prevista para o ensaio e a que os resultados dos mesmos sejam comunicados imediata e directamente à Fiscalização.

O controlo de aceitação será efectuado para cada tipo de elemento estrutural separadamente, segundo os critérios seguintes:

a) Número de amostras inferior a 6:

Cada controlo de aceitação será representado por três amostras.

Sendo R₁, R₂ e R₃ a resistência das últimas três amostras, médias das resistências dos cubos de cada amostra, e sendo Rmín a menor de todas, considera-se o controlo como positivo, conduzindo à aceitação do betão, quando se verificarem ambas as condições:

em que:

$$Rmin > (R_1 + R_2 + R_3) / 3$$

b) Número de amostras igual ou superior a 6:

Sendo R₁, R₂, ... Rn, a resistência das últimas n amostras consecutivas, médias das resistências dos provetes de cada amostra, e sendo Rmín a menor de todas, considerase o controlo como positivo, conduzindo à aceitação do betão, quando se verificarem ambas as condições:

Rm > fck +
$$\lambda \sigma$$



Rmin > fck - k

em que:

σ - é o desvio padrão das resistências do conjunto de amostras;

 λ e k - são os valores indicados no Quadro seguinte de acordo com o número n de amostras do conjunto.

n	λ	k
6	1.87	3
7	1.77	3
8	1.72	3
9	1.67	3
10	1.62	4
11	1.58	4
12	1.55	4
13	1.52	4
14	1.50	4
15	1.48	4

Nos ensaios de consistência, realizados com cone de ABRAMS, admitem-se, para betões colocados por bombagem consistências até 15 cm e para as restantes consistências até 5 cm.

Serão conduzidos sistematicamente ensaios sobre cubos para determinar a resistência a compressão aos 1, 3, 7, 28, 90 e 120 dias a fim de se poderem planear e controlar devidamente as várias sequências dos trabalhos (subida dos pilares, aplicação do pré-esforço, avanço dos cimbres e dos moldes, descimbramento e desmoldagens, entradas em cargas, etc.).

Serão realizados os provetes que a Fiscalização determinar, para determinação dos módulos de elasticidade dos betões com várias idades, e para quantificar os parâmetros de retração e de fluência reais, valores esses essenciais para a correta execução da obra.

3.10.6 Rejeição dos betões

No caso de a Fiscalização determinar a rejeição imediata dos betões que não satisfaçam o estipulado, poderá, a seu juízo, ser estabelecido nas seguintes condições:



- a) Proceder-se-á, por conta do Empreiteiro, à realização de ensaios não destrutivos ou a ensaios normais de provetes em zonas que não afectem de maneira sensível a capacidade de resistência das peças. Se os resultados obtidos forem satisfatórios a juízo da Fiscalização, a parte da obra a que digam respeito será aceite.
- b) Se os resultados destes ensaios mostrarem, como os ensaios de controlo, características do betão inferiores às requeridas, considerar-se-ão dois casos:
 - ✓ se as características atingidas (em particular as de resistência aos esforços) se situarem acima de 80% das exigidas proceder-se-á a ensaios de carga e de comportamento da obra, por conta do Empreiteiro, os quais, se derem resultados satisfatórios na opinião da Fiscalização, determinarão a aceitação da parte em dúvida;
 - ✓ se as características determinadas forem inferiores a 80% das exigidas, o Empreiteiro será obrigado a demolir e a reconstruir as peças deficientes, à sua conta.

3.10.7 Critérios de medição e de pagamento

Todos os volumes de betão a considerar para efeito de pagamento serão os volumes teóricos medidos sobre o respectivo Projecto de Execução, em metros cúbicos (m3).

Complementarmente ao definido no parágrafo anterior deverão ser considerados os seguintes aspectos:

- Os sobrevolumes decorrentes de correcções ao Projecto de execução introduzidas pela Fiscalização serão também considerados para efeito de pagamento;
- Nas situações em que, ao abrigo do estipulado nas escavações a céu aberto, a
 Fiscalização decida o pagamento dos volumes de sobreescavação e desmoronamentos,
 com aplicação do preço unitário de escavação respectivo reduzido de 50%, os
 correspondentes sobrevolumes de betão serão pagos com redução de 50% ou 25% do
 preço unitário aplicável, conforme este inclua, ou não, os moldes;
- Os sobrevolumes decorrentes de erro de implantação ou má execução do Empreiteiro que provoquem excessos de escavação ou desmoronamentos, não serão pagos pelo Dono da Obra, assim como não serão pagos quaisquer outros materiais e trabalhos que, por determinação da Fiscalização, forem necessários para o preenchimento do sobreperfil correspondente.



Os volumes de vazios correspondentes a furos e caixas de chumbadouros e canalizações, quando inferiores a 80 litros por metro de comprimento, não serão descontados aos volumes de betão a considerar para pagamento e os respetivos moldes, se os houver, não serão pagos.

Os encargos decorrentes de todos os fornecimentos, operações e sujeições inerentes à completa execução dos betões considerar-se-ão compreendidos nos respectivos preços contratuais, salvo exclusões inequivocamente resultantes das redacções discriminativas de cada um deles ou de disposições expressas.

O Empreiteiro suportará todos os encargos decorrentes da necessidade de demonstrar ou de promover a aceitabilidade, de acordo com as condições regulamentares de segurança, dos betões já colocados em obra e que não satisfaçam os critérios de conformidade estabelecidos, nomeadamente os encargos relativos a:

- Cálculos de verificação de estabilidade, na base dos resultados dos ensaios não conformes;
- Ensaios de carotes extraídos do betão da obra;
- Ensaios do betão da obra por métodos não destrutivos;
- Reparação ou reforço da estrutura;
- Aplicação de revestimentos protectores.

Em todos os casos, todos os volumes só serão considerados para efeito de pagamento após a verificação da conformidade dos respectivos lotes de betão aplicado em obra.

Quando não for possível ou conveniente evitar, da maneira indicada nestas Cláusulas Técnicas, a demolição de qualquer elemento de obra por falta de conformidade de betão, serão pelo Empreiteiro suportados todos os encargos resultantes da demolição e reconstrução da obra em causa.

Consideram-se incluídos nos preços unitários de fornecimento e colocação de betão os encargos decorrentes da aplicação do estipulado nestas Cláusulas Técnicas nos procedimentos de processamento de inertes, fabrico, transporte, colocação, preparação de juntas e compactação, desmoldagem, cura e colocação em serviço.



3.11 ARGAMASSAS E CALDAS DE CIMENTO

3.11.1 Prescrições gerais

As argamassas são obtidas com um aglomerante (gesso, cal, cimento ou pozolana), areia e água e são utilizadas na execução de alvenarias, rebocos e acabamentos.

O fabrico das argamassas será feito mecanicamente, ao abrigo do sol e da chuva, na ocasião do seu emprego, não se admitindo a utilização daquelas que tenham começado a fazer presa, por não terem sido utilizadas em tempo devido ou por qualquer outro motivo.

Poderá eventualmente aceitar-se que o fabrico seja manual, desde que a quantidade de argamassa a empregar diariamente seja pequena.

A mistura dos materiais deve ser feita sempre sob controlo da Fiscalização.

À água a aplicar nas argamassas destinadas a reparação de peças de betão imperfeitas deverá ser adicionada o produto "Sika-Latex" na proporção de uma parte de aditivo para duas partes de água.

Os inertes a utilizar deverão ter a granulometria seguinte:

Peneiro ASTM	Retidos acumulados (%)		
nº 4	0		
nº 8	0 a 10		
nº 16	0 a 30		
nº 30	20 a 60		
nº 50	60 a 90		
nº 100	90 a 100		

O cimento a utilizar deverá ser Portland normal ou Portland de ferro de finura média. Não deverá conter cloreto de cálcio.

A composição e dosagens das argamassas a empregar, quando não se encontrarem previamente especificados, serão as seguintes, fazendo-se notar que os traços estão expressos em volumes, referindo-se a ligantes e areia:

Rebocos



- ✓ Exteriores em Construção Civil
 - cal hidráulica 1:5
 - cal ordinária e cimento 1:1:5
- ✓ Interiores em Construção Civil
 - cal hidráulica 1:7
 - cal ordinária e cimento 1:3:7
- ✓ Estanques
 - Cimento 1:2
- ✓ De argamassas imersas frescas em águas agressivas
 - Cimento 1:1,5
- · Assentamento de alvenaria
 - ✓ Blocos de betão
 - Cimento 1:5
 - ✓ De tijolo
 - Cimento 1:6
 - ✓ De pedra, em paredes em fundação e elevação
 - Cimento 1:5
 - ✓ De pedra, em muros de suporte
 - Cimento 1:4
 - ✓ Refechamento de juntas
 - Cimento 1:4
- · Assentamento de forro de cantaria, ladrilhos e azulejos
 - ✓ Forro de cantaria



- Cimento 1:2
- ✓ Ladrilho hidráulico
 - Cimento 1:8 o
- ✓ Ladrilho cerâmico
 - Cimento 1:6
- ✓ Azulejos
 - cal hidráulica 1:7
 - cal ordinária e cimento. 1:2:8
- Betonilha
- Cimento 1:3 a 1:5

3.11.2 Fabrico de argamassas

3.11.2.1 Argamassas hidráulicas

As proporções em peso de cimento para agregado fino na argamassa deverão ser as mencionadas no Projecto ou nas Cláusulas Técnicas.

A argamassa deverá ser completamente misturada com a quantidade de água suficiente para fazer uma mistura homogénea e trabalhável.

A argamassa deverá ser usada dentro de meia hora a uma hora a seguir à junção da água aos materiais secos.

3.11.2.2 Caldas

As instruções a seguir no fabrico de caldas, a não ser que haja outras resultantes de experiência sobre caldas, serão as seguintes:

• devem conter apenas cimento ordinário Portland e água, a menos que outra indicação conste do Projecto ou seja dada pela Fiscalização;



- devem conter água/cimento numa relação tão baixa quanto possível, compatível com a necessária trabalhabilidade; em nenhumas circunstâncias a relação deverá exceder 0,4;
- não devem ser sujeitas a segregação de água além de 2%, depois de 3 horas, ou 4% no máximo, quando medida a 18°C num cilindro de vidro coberto, com cerca

de 10cm de diâmetro, com uma altura de calda da ordem de 10cm; a água deve ser reabsorvida depois de 24 horas;

• devem ser misturadas durante um mínimo de 2 minutos, até que se obtenha uma consistência uniforme.

3.11.2.3 Recepção

Se a Fiscalização entender serão colhidas amostras de argamassa para ensaios.

A colheita será realizada ao longo do período de fabrico da argamassa correspondente ao lote respetivo. Cada amostra deverá corresponder a uma amassadura diferente.

A resistência à compressão aos 28 dias, à temperatura de 190°C e à humidade relativa de cerca de 70%, não deverá ser inferior a 300kg/cm² para cubos de 10cm de aresta ou cilindros com altura e diâmetros iguais a 10cm. Se forem usados cilindros com outras dimensões deverá aplicar-se um fator de conversão.

3.11.3 Transporte a depósito

Depois de fabricadas, as argamassas deverão ser transportadas para os locais de aplicação utilizando meios de transporte limpos e não absorventes, e que não provoquem a segregação dos componentes. Quando as circunstâncias o permitam, pode o transporte das argamassas ser realizado por gravidade, por ar comprimido ou por bombagem.

Sempre que as argamassas tenham que guardar algum tempo antes de serem aplicadas, devem ser depositadas em recipientes ou plataformas estanques, limpas e abrigadas.

3.11.4 Condicionamento de aplicação

Nenhuma argamassa pode ser utilizada após ter iniciado a presa.



3.11.5 Critérios de medição e de pagamento

As argamassas serão medidas ao metro quadrado (m²) considerando-se incluídas todas as despesas de fornecimento e aplicação dos materiais necessários.

3.12 MOLDES, CIMBRES E ESCORAMENTOS

3.12.1 Objectivo

Definição das normas a que devem obedecer a construção e conservação dos moldes, cimbres e escoramentos para obras de betão simples ou armado.

3.12.2 Disposições regulamentares

- Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes Decreto-Lei nº 235/83 de 31 de Maio.
- Regulamento de Estruturas de Betão Armado e Pré-Esforçado Decreto-Lei nº 349-C/83, de 30 de Julho, e Decreto-Lei nº 357-85, de 2 de Setembro.
- NP ENV 206 1993 Betão. Comportamento, produção, colocação e critérios de conformidade.
- Regulamento de Estruturas de Aço para Edifícios Decreto-Lei nº211/86 de 31 de Julho.

3.12.3 Cláusulas aplicáveis

Os materiais constituintes dos moldes, cimbres e escoramentos deverão obedecer ao estipulado nas seguintes cláusulas das presentes Cláusulas Técnicas:

- Aços macios;
- Madeiras para cofragens e estruturas.

3.12.4 Características gerais

Os moldes e cimbres deverão ser concebidos e construídos de modo a satisfazer as seguintes condições:



- Suportarem com segurança satisfatória as acções a que vão estar sujeitos, em particular as resultantes do impulso do betão fresco durante a sua colocação e compactação;
- Terem rigidez suficiente para n\u00e3o sofrerem deforma\u00f3\u00f3es excessivas, de modo que a forma da estrutura executada corresponda, dentro das toler\u00e1ncias previstas, \u00e0 estrutura projectada;
- Serem suficientemente estanques para n\u00e3o permitirem a fuga da pasta ligante; no caso de serem constitu\u00eddos por materiais absorventes de \u00e1gua devem ser abundantemente molhados antes da betonagem;
- Disporem, se necessário, de aberturas que permitam a sua conveniente limpeza e inspecção antes da betonagem e facilitem a colocação e compactação do betão;
- Terem superfícies de moldagem com características adequadas ao aspeto pretendido para a peça desmoldada;
 - Permitirem fácil desmoldagem que não provoque danos no betão;
- Permitirem a incorporação de vibradores quando tal for exigido neste Caderno de Encargos ou pela Fiscalização.

3.12.5 Construção dos moldes

- Os moldes serão metálicos ou de madeira. Neste último caso as tábuas serão de pinho ou de outra madeira a aprovar pela Fiscalização, utilizando-se exclusivamente na sua confecção tábuas de largura constante, aplainadas, tiradas de linha e sambladas a meia madeira, para não permitir a fuga da calda de cimento através das juntas e para conferir às superfícies de betão um acabamento perfeitamente regular. As tábuas deverão ter espessura uniforme, com o mínimo de 3cm, para evitar a utilização de cunhas ou calços e os seus quadros não deverão ficar mais afastados do que 50cm.
- O Empreiteiro obriga-se a estudar a disposição a dar às tábuas dos moldes das superfícies vistas e a propô-la à Fiscalização, a qual se reserva o direito de introduzir as modificações que em seu entender dêem à obra um aspecto estético que mais se coadune com o aspecto estrutural.
- O estudo referido será executado de acordo com as especificações a indicar oportunamente, tendo-se desde já em atenção que as disposições das tábuas, das juntas, das



emendas, dos pregos, etc., deverão ser devidamente fixados, para que as superfícies vistas da moldagem apresentem um aspecto agradável.

- O Empreiteiro deverá apresentar à Fiscalização os moldes a utilizar, incluindo a verificação da sua estabilidade.
- Na moldagem e na desmoldagem seguir-se-á em tudo o preceituado no Regulamento de Estruturas de Betão Armado e Pré-Esforçado, NP-ENV 206 e no presente Caderno de Encargos.
- Nos casos correntes, a menos de justificação especial, em condições normais de temperatura e humidade e para betões com coeficientes de endurecimento correntes, os prazos mínimos para a retirada dos moldes e dos escoramentos, contados a partir da data de conclusão da betonagem, serão os indicados no quadro seguinte:

Prazos mínimos de desmoldagem e descimbramento					
Moldes e escoramentos	Tipo de elemento	Prazo (dias)			
Moldes de faces laterais	Vigas, pilares e paredes	3 *			
	Lajes ***	7			
	ℓ > 6 m	14			
Moldes de faces inferiores	Vigas	14			
Escoramentos	Lajes ***	14 **			
	ℓ > 6 m	21 **			
	Vigas	21 **			

^{*} Este prazo pode ser reduzido para 12 h se forem tomadas precauções especiais para evitar danificações das superfícies.

^{**} Este prazo deve ser aumentado para 28 dias no caso de lajes e vigas que, na ocasião do descimbramento, fiquem sujeitas a ações de valor próximo do que, satisfeita a segurança, corresponde à sua capacidade resistente.

^{***} No caso das lajes em consola, tomar-se-á como vão ℓ , o dobro do balanço teórico.



- Aos prazos de desmoldagem ou descimbramento indicados no quadro, deverá adicionar-se o mínimo de dias em que a temperatura do ar se tenha mantido igual ou inferior a 5º C, durante e depois da betonagem.
- Os moldes para as diferentes partes das obras deverão ser montados com solidez e perfeição, para que fiquem rígidos durante a betonagem e possam ser facilmente desmontados sem pancadas nem vibrações.
- Os moldes dos paramentos vistos não devem comportar qualquer dispositivo de fixação não previsto nos desenhos, os quais devem indicar esses pontos regularmente espaçados. Não serão permitidas fixações dos moldes através de varões que fiquem incorporados na massa do betão, devendo utilizar-se, para tal efeito, dispositivos especiais que permitam retirar os tirantes. Esses furos de passagem serão posteriormente tapados com argamassa.
- A menos que seja feita referência específica em contrário no Projecto ou nas Especificações Técnicas Especiais, todas as arestas vivas expostas deverão ser cortadas em chanfro, com 25 mm medidos nos catetos em pilares e paredes e 15 mm nos restantes elementos estruturais.

3.12.6 Aplicação dos moldes

- As superfícies interiores dos moldes deverão ser pintadas ou protegidas, antes da colocação das armaduras, com produto apropriado previamente aceite pela Fiscalização, para evitar a aderência do betão prejudicial ao seu bom aspecto.
- Antes de se iniciar a betonagem todos os moldes deverão ser limpos de detritos e molhados com água durante várias horas.
- Se as características da betonagem não ficarem perfeitas poder-se-á admitir excepcionalmente a sua correcção, se não houver perigo para a sua resistência (sendo o defeito facilmente suprimido por reboco ou por outro processo que a Fiscalização determinar, mas, em qualquer dos casos, sempre à custa do Empreiteiro e nas condições em que vier a ser exigida).
- A reaplicação dos moldes, será sempre procedida de parecer da Fiscalização, que poderá exigir ao Empreiteiro as reparações que forem tidas por convenientes.
 - No fim do emprego, os moldes, serão pertença do Empreiteiro.



- As contra-flechas indicadas nos desenhos do Projecto deverão ser respeitadas na execução dos moldes, de modo a serem obtidos, após a desmoldagem, os valores do Projecto.
 - De um modo geral, os moldes deverão garantir as tolerâncias seguintes:

Dimensões (cm) Tolerâncias (cm)

Até 50 $\pm 0,5$ Mais de 50 ± 1

 Em todas as fachadas não se admitem diferenças entre as faces dos elementos estruturais, no plano vertical, superiores a ± 0,5 cm atendendo a que o reboco das paredes é de 1,0 cm.

3.12.7 Conservação e armazenamento dos moldes

- A conservação dos moldes, após utilização na obra, efectuar-se-á arrumando-os em pilhas, depois da aplicação de óleos de tipo adequado.
- Os moldes deverão ficar abrigados da chuva, em espaço coberto, e devidamente isolados do solo.
- A arrumação e armazenagem dos moldes deverá fazer-se de modo a permitir a sua ventilação, tendo em vista contrariar a humificação prolongada, que produz oxidações, no caso dos moldes metálicos, ou apodrecimento, no caso da madeira.

3.12.8 Cimbres e cavaletes

É obrigação do Empreiteiro o fornecimento e montagem de todas as estruturas auxiliares necessárias ao bom andamento e adequada execução das obras, bem como de todas as plataformas e passadiços para o pessoal, satisfazendo em tudo as normas em vigor, nomeadamente no que respeita à segurança.



3.12.9 Critérios de medição e de pagamento

3.12.9.1 Unidades e materiais incluídos

A unidade de medição dos moldes (cofragens) será o metro quadrado (m²) calculado com base nas dimensões teóricas dos diferentes elementos estruturais, definidas no projecto, de acordo com o especificado nestas cláusulas técnicas

O custo da cofragem das lajes executadas com moldes recuperáveis ou perdidos incluem o fornecimento e aplicação destes moldes, considerando-se na medição apenas o m² de laje no plano horizontal.

Os custos dos cimbres (fixos ou móveis), escoramentos, andaimes, cavaletes e quaisquer outros equipamentos e trabalhos necessários à moldagem e desmoldagem do betão consideram-se incluídos no custo do m² de cofragem.

Incluem-se ainda no custo por m² de cofragem a fixação de todas as chapas, aros, cantoneiras de aço, tubos e quaisquer outros elementos, antes da betonagem.

As cofragens necessárias para executar os bordos das aberturas de dimensão inferior a 0,5m² não são objecto de medição específica e consideram-se incluídos no custo por m² de cofragem medida para as lajes e paredes.

Antes da execução das betonagens o Empreiteiro deverá inteirar-se da necessidade de incorporar tubos, caixas e outros elementos indicados nos respectivos projectos da especialidade. O Empreiteiro é o único responsável pela não introdução dos elementos referidos e pelos atrasos e custos daí decorrentes.

3.12.9.2 Cálculo das áreas de cofragem

As dimensões definidas neste artigo são sempre dimensões teóricas, conforme constam dos Desenhos do Projecto:

- a) <u>Vigas</u> área = (b + h₁ + h₂) x d, em que b = base, h₁ e h₂ = altura total deduzida a espessura da laje (quando existe), d = distância entre faces de pilares;
- b) <u>Pilares</u> área = p x I, em que p = perímetro da secção, I = distância entre a face superior da laje do piso inferior ou sapata e a face inferior da laje do piso superior ou viga;
- c) <u>Lajes</u> área = A A_V + A_b, em que A = área entre vigas e pilares, A_V = área de vazios quando superior a 0,5 m² e A_b = perímetro da abertura x espessura da laje (quando a área da abertura for superior a 0,5 m²);



- d) <u>Paredes e Muros</u> área = 2c x h, em que c = comprimento em planta entre faces de pilares, e h= desenvolvimento em altura deduzida a espessura das lajes e vigas;
- e) Maciços e Sapatas área = p x h, em que p = perímetro, h = altura.

3.13 GEOMEMBRANA

3.13.1 Âmbito

Definição das normas a observar na aplicação e colocação da geomembrana.

3.13.2 Critérios de medição

A medição da geomembrana é feita pela superfície teórica do fundo e dos taludes a impermeabilizar, calculada com base nos desenhos do projecto.

A medição das amarrações da geomembrana às estruturas de betão é feita por metro linear e inclui o fornecimento e colocação do perfil em PEAD para soldadura da geomembrana, assim como a execução da soldadura propriamente dita.

A unidade de medição da amarração da geomembrana no coroamento é o metro linear e inclui a abertura da vala com as dimensões teóricas definidas no projecto e a posterior execução do preenchimento da vala com os solos provenientes da abertura da vala compactados.

Esta natureza de trabalho inclui todos os trabalhos acessórios e complementares necessários, nomeadamente as sobreposições, ligações, emendas, dobras, correcção dos defeitos, soldaduras e todos os ensaios de controlo da qualidade definidos neste Caderno de Encargos ou solicitados pela Fiscalização. Inclui, ainda, a reparação de eventuais rasgos por forma a garantir a estanquidade da geomembrana.

3.13.3 Condições de aplicação

3.13.3.1 Preparação da superfície a impermeabilizar

A geomembrana deverá ser colocada por forma a garantir um contacto contínuo com o geotêxtil.



Não é aceitável a existência de água na superfície a impermeabilizar pois tal pode não permitir a soldadura eficaz da geomembrana. Da mesma forma a superfície de assentamento deve estar isenta poeiras e de material dos aterros.

3.13.4 Aplicação da geomembrana

A forma e o período do ano em que decorrerá a colocação da geomembrana, os pormenores executivos a adoptar nas soldaduras e o respectivo dimensionamento devem ser submetidos pelo Empreiteiro à aprovação da Fiscalização, nomeadamente no que se refere à localização e período do dia em que serão realizadas as soldaduras e às disposições a adoptar por forma a minorar ou eliminar os efeitos negativos, em especial sobre as soldaduras, dos ciclos de retracção/expansão da geomembrana devidos às variações da temperatura.

Dada a sensibilidade apresentada pela geomembrana nos ciclos contracção/expansão devidos às variações de temperatura, a colocação desta deverá ocorrer sob condições óptimas de temperatura, a definir e justificar pelo Empreiteiro.

No caso de o Empreiteiro prever deixar "folgas" na geomembrana durante a sua instalação por forma a absorver os efeitos das variações da temperatura local, este deverá também submeter à aprovação da Fiscalização uma nota justificativa com o respectivo dimensionamento, tendo por base amplitudes térmicas diárias de 30 °C e anual de 40 °C.

Quando da aplicação a geomembrana deverá apresentar-se em bom estado de conservação, limpa, seca e sem rasgos. Será aplicada em rolos, abertos e estendidos com uma sobreposição mínima dependente do tipo de soldadura a utilizar.

A aplicação e soldadura da geomembrana deverá ser efectuada pelo fabricante da geomembrana, ou por um seu agente autorizado, de cujos quadros façam parte técnicos instaladores certificados pelo fabricante. Esta aptidão para colocação e soldadura das geomembranas deverá ser comprovada através da apresentação de Certificados de Formação passados pelo fabricante da geomembrana.

Da mesma forma o equipamento utilizado para a soldadura da geomembrana deverá ser o aconselhado pelo fabricante.

A fixação da geomembrana no topo do talude será efetuada recorrendo à amarração por enterramento em vala conjuntamente com o geotêxtil inferior de protecção, de acordo com os desenhos de projecto.



A colocação de qualquer material sobre a geomembrana far-se-á sempre de forma cuidadosa para evitar o punçoamento ou o corte da geomembrana.

O Empreiteiro deverá justificar e submeter à aprovação da Fiscalização os dispositivos que considere necessários para evitar os efeitos detrimentais sobre a geomembrana da acção do vento, nomeadamente a eventual necessidade de colocar pesos permanentes estabilizantes sobre a geomembrana.

3.13.5 Soldaduras

Deverão ser respeitadas as prescrições das Normas ASTM D413, D638, D882 e D6392.

O Empreiteiro deverá garantir os valores limite das seguintes propriedades das soldaduras da geomembrana: resistência no ensaio de corte (shear test) > 35,5 kN/m e resistência no ensaio de arranque (peel test) > 28,4 kN/m, para soldaduras duplas a calor, e > 22,8 kN/m, para soldaduras por extrusão dinâmica.

Todas as soldaduras deverão ser efectuadas de acordo com as indicações do fabricante da geomembrana, devendo utilizar-se o tipo de soldadura térmica dupla a calor.

Em zonas localizadas onde não seja possível utilizar o tipo de soldadura dupla a calor, desde que devidamente justificado pelo Empreiteiro e aprovado pela Fiscalização, aceitam-se soldaduras por extrusão dinâmica.

A soldadura dupla a calor deverá ser efectuada de uma só vez, utilizando para tal uma máquina de cunha quente, auto-propulsionada, equipada com sensores que permitam a regulação dos parâmetros de afinação de acordo com a espessura do material a utilizar, nomeadamente temperatura, velocidade e pressão.

Nos casos pontuais em que se venha a utilizar a soldadura por extrusão dinâmica esta deverá ser feita utilizando uma extrusora portátil portadora de uma caixa de controlo onde se poderá verificar e controlar a temperatura no parafuso de extrusão e no nariz da máquina, devendo estar equipada com um termostato que evite situações de subaquecimento ou sobreaquecimento dos materiais.

Não se poderão utilizar máquinas que efectuem as soldaduras recorrendo a um jacto de ar quente como meio de fundir o PEAD para executar soldaduras definitivas, pois tal procedimento, por provocar a oxidação do polímero, altera a sua estrutura molecular, o que vai modificar as suas características iniciais na zona da soldadura, que é precisamente a zona crítica deste tipo



de trabalhos. A utilização de ar quente neste tipo de geomembrana só é admissível para secar humidades ou para fixar temporariamente a geomembrana antes da execução da soldadura por extrusão dinâmica.

Os troços de soldadura que apresentem deficiente execução poderão ser reparados com recurso a um remendo colocado sobre a zona identificada desde que aprovado pela Fiscalização.

O Empreiteiro deverá efectuar, no mínimo, dois ensaios de pré-qualificação das soldaduras, por cada uma das máquinas, um antes de iniciar cada sessão de soldadura e outro a meio do turno de trabalho. Deverão ser também realizados ensaios sempre que houver alterações significativas nas condições ambientais (temperatura e humidade).

Estes ensaios deverão ser identificados com a hora, o número da soldadura, nome do soldador e número da máquina. Também se deverá tomar nota da temperatura ambiente, dados de afinação da máquina e teor de humidade ambiente.

Os ensaios de pré-qualificação deverão ser realizados na mesma superfície e com as mesmas condições ambientais da obra.

Deverão ser repetidos os ensaios de pré-qualificação sempre que a soldadura ensaiada não atinja os parâmetros de resistência definidos.

Todas as soldaduras deverão ser inspeccionadas por um especialista, devendo qualquer soldadura defeituosa ser reparada de acordo com as normas de reparação.

Todas as soldaduras deverão ser ensaiadas segundo o seu tipo, por um dos seguintes métodos:

- ✓ Soldadura dupla a calor teste de pressão (ASTM D5820-95);
- ✓ Soldadura por extrusão dinâmica teste de vácuo (ASTM D5641-94).

Os ensaios das soldaduras deverão ser devidamente identificados com o número da soldadura, nome do operador e data do ensaio.

Deverão também ser realizados ensaios destrutivos nas soldaduras da geomembrana, devendo para tal recolherem-se amostras das soldaduras efectuadas, em zonas a indicar pela Fiscalização. Sobre estas amostras deverão ser realizados ensaios de arranque e de corte.

A frequência dos ensaios destrutivos deverá ser de um ensaio por cada 150 m de soldadura.



Sempre que nos ensaios se obtiverem valores de resistência inferiores aos definidos, o Empreiteiro deverá proceder ao reforço da soldadura.

Após a recolha das amostras para os ensaios destrutivos, o Empreiteiro deverá proceder à reparação da geomembrana.

3.13.5.1 Ligações ao betão

As ligações da geomembrana a estruturas de betão serão especialmente cuidadas devendo em qualquer caso ser efectuadas de acordo com as indicações do fabricante da geomembrana.

O processo de ligação às estruturas de betão a utilizar e os respectivos pormenores deverão ser propostos e justificados pelo Empreiteiro e serão sujeitos a aprovação pela Fiscalização. Esse processo deverá, no entanto, garantir a fixação da geomembrana no betão e a estanquidade da ligação efectuada.

3.13.5.2 Fixação da geomembrana à parte superior do talude

A fixação da geomembrana à parte superior do talude será realizada por meio de uma vala. A vala, com uma secção mínima de 0,8x 1,0 m², deverá situar-se a uma distância mínima de 0,5 m da crista do talude.

3.14 GEOTÊXTIL E GEOCOMPÓSITO BENTONÍTICO

3.14.1 Âmbito

Definição das normas a observar na aplicação e colocação do geotêxtil a utilizar na protecção da geomembrana e no envolvimento dos sistemas de drenagem sub-superficial e colocação do geocompósito bentonítico, bem como, as suas condições de armazenamento.

3.14.2 Critérios de medição

A medição do geotêxtil de protecção e do geocompósito bentonítico é feita pela superfície teórica do fundo e dos taludes a impermeabilizar, calculada com base nos desenhos do projecto.



A sua medição é feita considerando o perímetro teórico dos sistemas de drenagem e o seu desenvolvimento, de acordo com o definido no projecto.

O preço unitário inclui as operações e materiais necessários à execução dos trabalhos, nomeadamente as sobreposições, coseduras, grampeamentos e encastramentos.

3.14.3 Condições de aplicação

Deverão ser colocados por forma a garantir um contacto contínuo com o terreno de suporte.

A superfície deste será previamente preparada procedendo-se à regularização da camada superficial do terreno de fundação, por forma a evitar depressões e a eliminar todas as saliências cortantes que possam danificar o material. Aquando da aplicação, deverão apresentar-se em bom estado de conservação, limpo, seco e sem rasgos. Serão aplicados em rolos, abertos e estendidos com uma sobreposição mínima de 0,5 m. Os rolos serão abertos livremente sem esticar demasiado, mas de forma a evitar rugas ou dobras.

A forma de colocação do geotêxtil e do geocompósito bentonítico, pormenores executivos a adoptar nas sobreposições e ligações, devem ser submetidos pelo Empreiteiro à aprovação da Fiscalização.

3.15 VALETAS PRÉ-FABRICADAS TIPO MEIAS MANILHAS DE BETÃO

3.15.1 Âmbito

Definição das características a que devem satisfazer as valetas pré-fabricadas tipo meias manilhas de betão.

3.15.2 Critérios de medição

O pagamento para a execução das valetas pré-fabricadas será feito por metro linear de estrutura pronta.

Este preço inclui o custo integral do fornecimento de todos os materiais e de todos os trabalhos de preparação da superfície sobre a qual assentam, escavação e transporte de materiais sobrantes a vazadouro, a ligação a caixas e todos os trabalhos e materiais necessários e complementares.



3.15.3 Prescrições adicionais

As valetas pré-fabricadas serão do tipo meias manilhas de betão Ø600 mm, ou outro diâmetro a definir desde que aprovado pela Fiscalização e serão colocadas de maneira a assegurar uma inclinação mínima que permita o escoamento das águas colectadas e a sua condução a local adequado. As peças serão assentes sobre uma fundação de betão com a espessura mínima definida em desenhos do projecto de execução, executada em contínuo sob todas as peças e não só sob as juntas, iniciando na secção de montante e continuando para jusante.

3.16 CAMADAS EM AGREGADO BRITADO DE GRANULOMETRIA EXTENSA

3.16.1 Âmbito

Definição das normas a observar na execução de camadas de sub-base e de base em agregado britado de granulometria extensa.

3.16.2 Critérios de medição

A execução de camadas de sub-base e de base em agregado britado de granulometria extensa são avaliados por metro cúbico considerando as superfícies teóricas e as espessuras definidas nos desenhos do projecto.

Esta natureza de trabalhos inclui todos os trabalhos acessórios e complementares necessários, nomeadamente a escavação da caixa, a preparação e compactação do terreno, a colocação e a compactação das camadas em agregado de granulometria extensa.

3.16.3 Preparação do leito e compactação

O leito do pavimento deverá ser regularizado e compactado de forma a apresentar uma compactação relativa mínima de 95% quando referida ao ensaio AASHO modificado. Sobre a superfície assim constituída será então aplicada a camada de sub-base, sob a condição de absoluta ausência de água livre.

Sob a camada de base será aplicada a camada de sub-base garantindo-se, também, uma compactação relativa mínima de 95% quando referida ao ensaio AASHO modificado



3.16.4 Espalhamento e compactação

Deve utilizar-se no espalhamento do agregado moto-niveladoras ou outro equipamento similar, de forma a que a superfície da camada subjacente se mantenha com a forma definitiva.

Será feita a prévia humidificação do agregado, na central de produção, justamente para que a segregação no transporte e espalhamento seja reduzida. Se na operação de compactação o agregado não tiver a humidade necessária (cerca de 4,5%), terá que proceder-se a uma distribuição uniforme de água.

O espalhamento e a regularização da camada serão realizados em simultâneo e de tal forma que a sua espessura depois da compactação seja a prevista no projecto. O espalhamento deve ainda ser feito regularmente e de modo a evitar a segregação dos materiais, não sendo de forma alguma permitidas bolsadas de material fino ou grosso.

Se durante o espalhamento se formarem rodeiras, vincos, ou qualquer outro tipo de marca inconveniente que não possa facilmente ser eliminada por cilindramento, deve proceder-se à sua escarificação e homogeneização e consequente regularização da superfície.

A compactação da camada será obrigatoriamente efectuada por cilindro vibrador (ou placa vibradora quando a largura da zona a pavimentar não permita a atuação de cilindros), devendo ser sistematicamente atingidos índices de vazios inferiores a determinado índice de referência, cujo valor terá que ser eventualmente fixado pela Fiscalização face às características específicas do agregado a utilizar e correspondente, pelo menos, a uma baridade seca igual a 95% da que se obteria com uma energia de compactação equivalente à do ensaio AASHO modificado. Porém, não será imposto um índice de vazios máximo inferior a 15%, a não ser no caso de recurso a inertes calcários, para o qual se fixa um valor máximo absoluto de 13%.

Caso se constate durante a execução dos trabalhos a necessidade de se fixar para o índice de vazios um máximo superior aos citados 15%, caberá ao Adjudicatário realizar ou mandar realizar por sua conta todos os ensaios laboratoriais e de campo para tal necessários, que permitam nomeadamente o traçado de curvas [baridade seca da fracção passada no peneiro ASTM 3/4" * teor em água] e [índices de vazios corrigidos * energia de compactação ou compactações relativas]. Será sempre aconselhável a realização de um troço experimental, para fins de traçado de curvas (índices de vazios * nº de passagens).



3.16.5 Regularidade e espessura das camadas

A execução das camadas de sub-base e de base deve ser tal que sejam obtidas as seguintes características finais:

- A camada deve apresentar-se perfeitamente estável e bem compactada;
- A superfície da camada deve ficar lisa, uniforme, isenta de fendas, ondulações ou material solto, não podendo em qualquer ponto apresentar diferenças superiores a 1,5 cm em relação aos perfis longitudinal e transversal estabelecidos.

A espessura de cada camada será a indicada nos respectivos desenhos-tipo. No caso de se obterem espessuras inferiores às fixadas no projecto, não será permitida a construção de camadas delgadas, a fim de se obter a espessura projectada. Em princípio, proceder-se-á à escarificação da camada.

No entanto, se a Fiscalização o julgar conveniente, poderá aceitar que a compensação de espessura seja realizada através do aumento de espessura da camada seguinte, determinado por forma a que sejam estruturalmente equivalentes os pavimentos projectado e executado.

3.17 PINTURAS

3.17.1 Prescrições gerais

Na execução dos trabalhos serão integralmente cumpridas todas as instruções dos fabricantes dos materiais aplicados, com especial atenção no que se refere a diluição e tempos de secagem.

Sejam quais forem os materiais a utilizar ou o seu modo de emprego, não deverão aplicar-se camadas excessivamente espessas, pois originam escorrimentos nas superfícies inclinadas e formam rugosidades nas superfícies horizontais, causando, em qualquer dos casos, um aspecto deficiente que será motivo de rejeição das pinturas que se apresentem com esses defeitos.

A aplicação dos materiais deve, em todos os casos, ser feita de maneira uniforme, de modo a evitar estriações e desigualdades de aspecto, procurando-se obter um acabamento homogéneo.

Deverá haver especial cuidado em evitar que as tintas engrossem nas depressões, curvas ou reentrâncias, ou que tenham tendência a fugir das arestas, deixando películas excessivamente finas.



Antes do início dos trabalhos de pintura, o Empreiteiro apresentará à Fiscalização a especificação técnica da tinta que pretende aplicar.

A espessura final a obter para o conjunto de todas as camadas de tinta aplicadas sobre cada superfície, será definida conforme os sistemas de pintura a utilizar.

A superfície a pintar deverá estar bem limpa e sem humidade. Além disso, tratando-se de uma segunda demão, só deverá ser executada depois da primeira estar convenientemente seca. Se a película de tinta se apresentar muito dura e lisa, terá que ser lixada para se obter melhor aderência.

No caso particular dos trabalhos a executar com tinta ou vernizes de reacção (dois ou mais componentes) deverão respeitar-se as instruções dos fabricantes, em especial no que se refere às proporções da mistura dos diversos componentes e ao "pot-life" (tempo de aplicabilidade do produto depois de efectuada a mistura da base com o catalisador).

3.17.2 Modo de execução

Antes de iniciar a execução das pinturas, o Empreiteiro deverá proceder à verificação do estado das superfícies a pintar e propor ao Dono de Obra a solução de qualquer problema que, eventualmente, dificulte a obtenção de uma boa qualidade na sua execução (humidade, alcalinidade ou qualquer outra particularidade).

O Empreiteiro deverá tomar as precauções necessárias para assegurar a protecção das superfícies que possam ser atacadas, manchadas ou alteradas pelas pinturas. O Empreiteiro deverá, igualmente, submeter à aprovação do Dono de Obra, no período de preparação da execução da obra, as medidas que pretende adoptar para atingir esse objectivo.

Em regra, as pinturas só podem ser executadas nas condições seguintes:

- As bases de aplicação devem ser cuidadosamente limpas de poeiras, substâncias gordurosas, manchas e de todos os resíduos da realização dos trabalhos anteriores;
- O teor de humidade e o acabamento das bases e as condições de temperatura e higrométricas do meio ambiente devem satisfazer as prescrições da base de aplicação fissuras, cavidades, e outras irregularidades devem ser reparadas quer com o mesmo material de revestimento quer com produtos de isolamento e de barramento adequados às pinturas a aplicar; o Empreiteiro, antes do início destes trabalhos, deve, obrigatoriamente, submeter à aprovação do Dono de Obra as soluções que pretende executar;



- As superfícies metálicas a pintar devem ser convenientemente tratadas de modo que fiquem completamente livres de ferrugem e de outros resíduos ou impurezas;
- O Empreiteiro deve preparar, de acordo com as indicações do Dono de Obra, as amostras das pinturas necessárias para fixação das tonalidades definitivas das superfícies aparentes;
- A aplicação de tintas por pulverização só poderá ser realizada mediante aprovação do Dono de Obra;
- O tipo de tinta a aplicar deverá ser adequado a exteriores ou interiores.

Acabamento da superfície aparente:

- As tonalidades devem ficar conformes com as aprovadas pelo Dono de Obra ou constantes do Projecto ou destas Cláusulas Técnicas;
 - As superfícies pintadas devem apresentar uma coloração uniforme e regular;
- A correcção das deficiências das superfícies pintadas bolhas, manchas, fissuras e outras - só será iniciada depois do Empreiteiro ter apresentado à aprovação do Dono de Obra as medidas necessárias à sua eliminação.

Modo de aplicação e esquema de pintura:

- O Empreiteiro proporá caso a caso, para aprovação da Fiscalização, dentro das exigências das Cláusulas Técnicas, o tipo de produto e técnica de aplicação que se propõe levar a efeito na execução da obra.
- Relativamente ao modo de aplicação e esquema de pintura deverão ser seguidas em absoluto as indicações do fabricante, sem prejuízo do exposto nas secções seguintes.

3.17.3 Pintura sobre betão com verniz incolor

Nos locais indicados nos Desenhos, as superfícies de betão que ficarão à vista deverão ser pintadas com três demãos de verniz incolor do tipo "Sikagard 680-ES Betoncolor", ou equivalente.



Onde a Fiscalização o exigir, e para uniformizar a tonalidade das superfícies de betão à vista, corrigindo assim diferenças de tonalidade resultantes das operações de betonagem e moldagem, a pintura deverá conter um pigmento. Entende-se que o custo desta pintura, com pigmento, é igual ao da incolor, sendo a diferença, havendo-a, de conta do Empreiteiro e entendida como fazendo parte da limpeza e acabamento das superfícies de betão à vista.

As demãos suplementares que se tornarem necessárias para tal uniformização da tonalidade das superfícies de betão à vista serão exclusivamente por conta do Empreiteiro.

3.17.4 Pintura de superfícies enterradas com emulsão betuminosa

Este trabalho refere-se à impermeabilização com emulsão betuminosa dos vários elementos e superfícies enterradas e inclui todas as tarefas necessárias, assim como o fornecimento e a aplicação de todos os produtos e materiais necessários à execução dos trabalhos.

Antes de aplicar a superfície deve estar isenta de pó, gorduras, óleos ou qualquer outro material que prejudique a sua normal aplicação e aderência.

Pode aplicar-se com rolo, espátula ou pistola com o mínimo de 8 bar de pressão.

Deverão ser aplicadas duas demãos de emulsão, seguidas de uma demão, com consequente espalhamento superficial de areia, aplicadas nas fundações das estruturas.

3.17.5 Critérios de medição e de pagamento

Todos os trabalhos de pintura serão medidos ao metro quadrado (m²), considerando-se que a área respectiva corresponde à área determinada geometricamente a partir dos Desenhos de construção, incluindo o fornecimento e aplicação da tinta e todos os materiais, equipamentos e trabalhos complementares necessários.

3.18 SERRALHARIAS

3.18.1 Prescrições gerais

Deverão ser fornecidas e assentes todas as peças de serralharia, que constando ou não dos Desenhos, se tornem necessárias à execução das obras, nomeadamente aros e tampas de câmaras, grelhas, suportes de condutas e abraçadeiras.



Os materiais a empregar na construção das serralharias deverão ser de primeira qualidade e o acabamento que lhes será aplicado, quando não estiver expressamente definido nos Desenhos do Projecto de Execução, deverá ser adequado à natureza das funções que essas serralharias têm na obra, competindo à Fiscalização pronunciar-se sobre a proposta que a tal respeito o Empreiteiro fizer.

O Empreiteiro deve proceder ao levantamento na obra, de todas as medidas que são necessárias para o fabrico das serralharias. Quando as exigências de fabrico não permitirem aguardar o levantamento em obra destas medidas, o Empreiteiro deve assegurar que a concepção e o fabrico das serralharias permitam adaptar-se perfeitamente às tolerâncias admitidas para a execução das diferentes partes da obra em que assentam.

O Empreiteiro deverá fabricar, sempre que o Dono de Obra o determinar, um protótipo de cada serralharia para apreciação das suas características e verificação do seu comportamento. Este protótipo, quando aprovado pelo Dono de Obra, servirá de padrão para recepção das outras serralharias e pode ser aplicado na obra, na fase final dos assentamentos das serralharias.

O Empreiteiro deve elaborar o estudo de assentamento das serralharias no período de preparação da execução da obra, de modo a que todas as aberturas a realizar no betão e nas alvenarias figuem definidas antes do início da sua execução.

Todas as serralharias deverão ser executadas de forma a garantirem a necessária rigidez nos conjuntos e respectivos ajustamentos de modo a garantir os desempenos necessários ao seu bom funcionamento e estanquicidade, sempre que seja necessário assegurar esta propriedade.

As estruturas metálicas de aço serão construídas de acordo com os Desenhos do Projecto de Execução. Na sua execução deverão ser tidos os cuidados necessários para a sua adequada instalação e perfeito funcionamento. As suas dimensões serão obrigatoriamente confirmadas na obra a fim de serem evitados enchimentos ou cortes.

Todas as superfícies metálicas deverão ser limpas a jacto abrasivo ou a escova de arame, conforme o seu grau de sujidade ou de oxidação, metalizadas a zinco e pintadas de acordo com a especificação que lhe corresponde nos mapas de quantidades de trabalho a que se referem. Mesmo os elementos que ficarem embebidos deverão ser igualmente metalizados.

A espessura da metalização não deverá ser inferior a 40 µm.

Todas as peças de serralharia deverão ser devidamente protegidas contra a corrosão.



As peças e acessórios que venham a estar em contacto com água, ou estejam potencialmente sujeitos a corrosão, serão galvanizados a quente com recobrimento de 80 µm de espessura mínima, não sendo aceitável a execução de soldaduras em peças já galvanizadas.

A pintura de acabamento, no caso de ser efectuada no estaleiro da obra antes da montagem, deverá ser, após esta, convenientemente retocada. No caso de peças galvanizadas, dever-se-á ter em particular atenção a adequabilidade do primário a utilizar, de forma a obter uma boa aderência das demãos de acabamento. A cor a empregar, caso não esteja definida no Projecto de Execução, será escolhida pela Fiscalização. Para o efeito, o Empreiteiro obriga-se a respeitar o estipulado no artigo relativo a tintas, vernizes e isolantes, constante destas Cláusulas Técnicas.

Na montagem e fixação das serralharias e estruturas de aço deverá conseguir-se um alinhamento perfeito em todo o comprimento das mesmas e, tanto na construção, como na colocação das mesmas haverá o maior cuidado de modo a que, após a sua fixação, se apresentem perfeitamente aprumadas e desempenadas.

Deverá ser dada a maior atenção às fixações, às alvenarias ou betões, de forma a garantir uma solidez perfeita. Para o efeito, serão executados grampos, unhas, ou prolongar-se-ão os perfis no comprimento óptimo para garantir essa fixação, ou ainda utilizando buchas, devidamente ajustadas às circunstâncias de cada caso.

Para a execução das soldaduras deverá seguir-se a norma DIN 4100.

Os vazios entre os aros, serralharias e elementos de betão devem ser preenchidos com um veda-juntas que assegure a sua estanqueidade e que se mantenha plástico para poder acompanhar as dilatações e contracções diferenciais destes diferentes materiais.

Os aros e tampas a utilizar nas diversas câmaras deverão ser em chapa antiderrapante não estriada com espessura de 4 mm e protegidas contra a corrosão.

3.18.2 Critérios de medição e de pagamento

A medição das serralharias será efectuada à unidade (un) tal como constante dos Desenhos ou ao metro (m), consoante o especificado no Mapa de Quantidades.

O preço por unidade ou por metro inclui o fornecimento e transporte de todo o equipamento e material necessário à boa execução dos trabalhos, incluindo montagem e pintura, de acordo



com as boas técnicas de execução e realização de eventuais ensaios solicitados pela Fiscalização.

3.19 GUARDAS DE SEGURANÇA E ESCADAS

3.19.1 Material

As guardas de segurança e escadas serão de Poliéster Reforçado a Fibra de Vidro (PRFV), ou metálicas, constituídas pelos tubos e perfis indicados nos respectivos Desenhos.

O Empreiteiro deverá submeter a prévia aprovação da Fiscalização os desenhos de detalhe e os materiais que pretende utilizar no processo de fabricação das guardas se segurança.

As guardas de segurança deverão ser fabricadas e fornecidas na cor que a Fiscalização vier a indicar.

3.19.2 Fabrico

As guardas e escadas serão fabricadas de acordo com as indicações das presentes Cláusulas Técnicas e dos Desenhos do Projecto de Execução.

Os tubos e os perfis a utilizar serão perfeitamente desempenados e sem variações de secção ou outras deficiências.

Os cortes e furos dos perfis e tubos serão limpos e sem rebarbas.

3.19.3 Colocação e fixação de guardas e escadas

As guardas serão depositadas na obra em peças manejáveis e referenciadas de forma conveniente para serem facilmente identificadas.

Na montagem e fixação das guardas deverá conseguir-se um alinhamento perfeito em todo o comprimento das mesmas.

As juntas de dilatação e de montagem serão colocadas conforme indicado nos respectivos Desenhos do Projecto de Execução e com montagem cuidada para que não haja restrições no seu funcionamento.



A construção e a colocação das guardas e escadas deverão ser realizadas com cuidado, de modo que, depois de prontas, se apresentem perfeitamente alinhadas, aprumadas e desempenadas. Os prumos serão sempre verticais independentemente da inclinação longitudinal do tabuleiro.

A Fiscalização reserva-se o direito de fiscalizar todo o trabalho de oficina, pelo que o Empreiteiro deverá comunicar, antes de qualquer trabalho oficinal, a morada da oficina que contratou.

3.19.4 Critérios de medição e de pagamento

A medição das guardas de segurança e escadas serão efectuadas à unidade (un) tal como constante dos Desenhos ou ao metro (m), consoante o especificado no Mapa de Quantidades.

O preço inclui a fabricação, o fornecimento e o transporte das guardas e de todos os materiais necessários à boa execução dos trabalhos, incluindo montagem e pintura, de acordo com as boas técnicas de execução e realização de eventuais ensaios solicitados pela Fiscalização.

3.20 TRABALHOS NÃO ESPECIFICADOS

Em tudo o que não foi especificado deverão seguir-se os documentos normativos e especificações aplicáveis, bem como as melhores regras de arte para a perfeita e completa execução do Projeto.

Todos os trabalhos especificados ou não nestas Cláusulas Técnicas que forem necessários para o cumprimento da presente Empreitada serão executados com perfeição e solidez, tendo em vista os regulamentos, normas e mais legislação em vigor, as indicações do Projecto e as instruções da Fiscalização.

Não serão aceites nem atendidas quaisquer reclamações ou pedidos de rectificação de preços unitários e quantidades de trabalhos com base nas características do terreno, aparecimento de água a qualquer profundidade (cujo desvio, escoamento ou bombagem serão encargo do Empreiteiro), necessidade de se proceder a entivações ou qualquer outra razão decorrente das condições locais do terreno, nomeadamente os condicionamentos existentes ao acesso às diferentes frentes de trabalho e a eventual necessidade de, em consequência, recorrer a meios de elevação e acesso de máquinas, materiais e pessoal.



4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS RELATIVAS AO EQUIPAMENTO HIDROMECÂNICO E ELECTROMECÂNICO

4.1 DISPOSIÇÕES GERAIS

Este documento especifica as características técnicas que os equipamentos novos deverão apresentar.

Está estruturado nas seguintes partes:

- Objecto;
- Especificações técnicas gerais;
- Especificações técnicas dos equipamentos;
- Protecção anti-corrosão;
- Controlo de qualidade;
- Critérios de medição e de pagamento

4.2 OBJECTO

Tem como objecto o projecto, fabrico, montagem, instalação e ensaios dos equipamentos hidromecânicos e electromecânicos destinados a equipar os diversos órgãos associados à presente empreitada, incluídos nos Desenhos de Projecto de Execução a saber:

- Grupo de Bombagem das águas freáticas;
- Grupo de Bombagem de lixiviados, incluindo bomba submersível de reserva;
- Válvulas de cunha e de anti-retorno;
- Juntas de desmontagem auto bloqueante;
- Interruptores de bóia;
- Borboleta tipo wafer.

Nos itens relativos às especificações dos equipamentos são enunciados os componentes básicos de cada um dos sobreditos equipamentos.



Esta enunciação não deve ser entendida como exaustiva nem delimitativa do âmbito do fornecimento. Consequentemente, para cada equipamento, deverá considerar-se, obrigatoriamente, os seguintes fornecimentos:

- do equipamento completo, com todos os equipamentos auxiliares e acessórios necessários ao seu bom funcionamento em regime de utilização industrial, sob as condições mais exigentes;
- dos acessórios necessários para assegurar a sua conveniente interligação com as estruturas de construção civil, incluindo as placas de primeira fase;
- das peças de reserva adequadas para a exploração dos equipamentos por um período de 5 anos;
- de todas as ferramentas especiais necessárias para a montagem, desmontagem, manutenção e reparação.

4.3 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS

4.3.1 Especificações gerais

Os equipamentos hidromecânicos e electromecânicos a fornecer ou a recuperar deverão ser concebidos levando em linha de conta com os mais recentes progressos técnicos, e fabricados de acordo com as normas estabelecidas, de modo a que o seu funcionamento seja seguro e possam desempenhar as funções e exigências contidas nestas Cláusulas Técnicas.

Deverão ser seguidas as recomendações e critérios dos seguintes códigos e normas:

- DIN 19705: "Hydraulic Steel Structures. Recommendations for Design, Construction and Erection".
- DIN 19704: "Hydraulic Steel Structures. Criteria for Design and Calculation".
- NP EN 1993-1 Regulamento de ações para edifícios e pontes.
- EUROCODE 3.
- RSA EEP.
- FEM "Fédération Européenne de la Manutention".



CECT: "Comité Européen de la Chaudronnerie et de la Tôlerie".

A concepção de detalhe deverá permitir que os trabalhos de montagem, inspecção, manutenção e revisão dos equipamentos sejam realizados com facilidade. Os equipamentos deverão ser fornecidos com os ganchos, olhais e apoios necessários aos trabalhos de montagem e desmontagem.

4.3.2 Materiais

Todos os materiais deverão ser novos, de boa qualidade, e adequados à utilização pretendida.

Os materiais utilizados no fabrico das peças principais deverão ser submetidos a ensaios mecânicos de controlo.

O Fornecedor do equipamento deverá indicar as características dos materiais propostos e confirmadas as normas de referência.

As chapas ou perfis de aço a utilizar não deverão apresentar um estado de corrosão superficial superior ao grau B da norma sueca SIS 055900.

O Adjudicatário obriga-se a apresentar cópias dos certificados de recepção dos materiais principais utilizados, segundo a norma DIN 50049 e como mais adiante se detalha.

Indicam-se seguidamente os materiais a aplicar nos vários equipamentos, devendo entender-se que a sua qualidade corresponde aos requisitos mínimos a observar.

4.4 EQUIPAMENTOS

4.4.1 Introdução

Como descrito e justificado na Memória Descritiva, os equipamentos hidromecânicos a instalar na presente empreitada são os que se seguem.

4.4.2 Grupo de bombagem das águas freáticas e de lixiviados

 a) Os grupos a instalar deverão apresentar as características, caudal e altura manométrica, indicadas na lista de preços para cada caso.



b) Os grupos das águas freáticas, serão bombas submersíveis fornecidas com 20 m de cabo e, conjuntamente com estes, as respectivas bases de assentamento equipadas com curva e o sistema de guiamento e suspensão:

i. Corpo da Bomba: Aço Inox AISI304;

ii. Impulsor: Aço Inox AISI304;

iii. Veio: Aço Inox;

iv. Tipo de empanque: mecânico.

c) A bombagem dos lixiviados serão bombas submersíveis do tipo "furo":

i. Corpo da Bomba: Aço Inox AISI304;

ii. Impulsor: Aço Inox AISI304;

iii. Veio: Aço Inox AISI304;

4.4.2.1 Prescrições técnicas

a) No caso dos grupos com sondas internas de protecção, estas deverão ser ligadas ao sistema de comando.

b) Os grupos deverão ser fornecidos com chapas de identificação com a inscrição dos seguintes dados:

- construtor
- modelo
- número de fabrico
- caudal nominal



- altura de elevação nominal
- velocidade de rotação
- potência nominal
- tensão nominal
- corrente nominal
- frequência e número de fases
- peso

4.4.2.2 Grupos eletrobombas submersíveis dos poços de bombagem de lixiviados e águas freáticas

Para os "poços" de bombagem de lixiviados e águas freáticas devem ser fornecidos grupos electrobomba que, para além de satisfazer os requisitos indicados nos pontos anteriores, serão capazes de trabalhar nos pontos nominais (Q, H), a seguir indicados:

	Nº de grupos no poço	Q nominal unitário [L/s]	H nominal [m.c.a.]
Poço de Bombagem de lixiviados	1+1 (fornecimento)	10	40
Poço de Bombagem de freáticas	1+1	10	15

4.5 PROTEÇÃO ANTI-CORROSÃO

4.5.1 Disposições gerais

Após fabrico ou após montagem, todo o equipamento deverá ser devidamente protegido contra a acção corrosiva, quer do ambiente quer do líquido transportado.

A protecção anti-corrosão considera-se incluída no fornecimento das respectivas tubagens e equipamentos.



4.5.2 Esquemas de protecção

Todos os equipamentos serão entregues devidamente pintados e acabados, nas condições mais apropriadas para a sua perfeita conservação.

Deverão especificar completamente os tratamentos de pintura e proteção anti-corrosão que se propõem realizar, indicando o tipo de produto a utilizar, a sua composição, número de camadas, espessura de cada camada e espessura total do tratamento.

As cores de duas camadas adjacentes deverão ser diferentes para permitir o necessário controlo da espessura da última camada.

Os equipamentos deverão, tanto quanto possível, serem tratados em fábrica. A realização, as respectivas condições de execução em fábrica ou no estaleiro e o tipo de tratamento em estaleiro, seja reparação ou tratamento novo, carecem da aprovação prévia da Fiscalização.

A protecção anti-corrosão de todo o elemento de tubagem que tiver sido aplicado após fabrico, mas que, após final da montagem, se verificar ter ficado ligeiramente danificada, quer devido ao transporte, quer devido à montagem propriamente dita, deverá ser avaliada pela Fiscalização que poderá autorizar a retocagem em estaleiro ou considerar danificações irremediáveis. Neste caso, dever-se-á proceder à respectiva reposição global, antes ou após a montagem conforme o momento em que tal situação tenha sido identificada.

Todos os custos inerentes ao tratamento de protecção anti-corrosão, incluindo os custos com as deslocações à fábrica para análise das condições de aplicação, consideram-se incluídos nos preços dos equipamentos e tubagens onde serão aplicados.

A protecção anti-corrosão deverá ser garantida por um período mínimo de 5 anos.

4.6 CONTROLO DE QUALIDADE

4.6.1 Disposições gerais

O Adjudicatário elaborará um Plano de Controlo da Qualidade do Projecto, fabricação, montagem, ensaios em fábrica e após a conclusão da instalação, dos equipamentos hidromecânicos que serão submetidos à aprovação da Fiscalização. Esse plano deverá contemplar pelo menos os pontos que se indicam a seguir.



4.6.2 Materiais

4.6.2.1 Normas a aplicar

Os materiais principais estarão de acordo com as Normas AFNOR, AISI, ASTM, DIN ou equivalentes.

4.6.2.2 Certificação de qualidade dos materiais

Para os materiais indicados anteriormente a certificação, segundo a Norma DIN 50049 será no mínimo:

- do tipo 3.1 B, para as chapas em aço carbono e para o aço forjado dos componentes estruturalmente resistentes;
- do tipo 2.3, para perfis e restante material dos componentes estruturalmente resistentes;
- do tipo 3.1 B, para os materiais principais (chapas e perfis) em aço inoxidável.

Nas chapas com espessura superior a 45 mm haverá controlo por ultrassons; no aço vazado haverá controlo por partículas magnéticas, líquidos penetrantes ou ultrassons.

Os equipamentos standard fornecidos acabados, serão objecto de uma Recepção com emissão do respectivo Certificado.

4.6.3 Soldaduras

4.6.3.1 Generalidades

As soldaduras serão executadas de acordo com o Código ASME e de acordo com os parágrafos seguintes.

4.6.3.2 Preparação dos chanfros e parâmetros de soldadura

Será apresentada uma Especificação de Soldadura para cada tipo de soldadura e para cada tipo de condição de execução. A Especificação definirá a preparação da junta, forma dos chanfros, tipo de consumíveis, aquecimento, tratamento térmico de relaxações de tensões e sequência de operações, assim como os parâmetros de soldadura a utilizar.



4.6.3.3 Estabilização das peças soldadas

Os Fabricantes dos equipamentos deverão indicar os meios utilizados para eliminar ou reduzir as tensões de soldadura nos elementos ligados por esse processo.

4.6.3.4 Controlo da qualidade dos cordões de soldadura

Os fabricantes dos equipamentos deverão indicar quais os métodos que vão utilizar para garantir a qualidade dos cordões de soldadura e a sua classificação em conformidade com a norma EN 5817.

4.6.3.5 Eléctrodos

Os eléctrodos serão recepcionados por lote, segundo a Norma Portuguesa NP-415 e Normas Técnicas do Empreiteiro.

Antes de serem utilizados, os eléctrodos revestidos serão secos em estufas conforme o prescrito pelos fabricantes.

4.6.3.6 Qualificação dos soldadores e processos

Os Soldadores e os Processos de Soldadura serão Qualificados por uma Instituição independente (devidamente certificada para o efeito) segundo o Código ASME IX ou EN ISO 15614 e EN 287-1.

4.6.3.7 Reparação de soldaduras

As reparações das soldaduras e respectivo controlo, far-se-ão nas mesmas condições que as fixadas para a execução do cordão de soldadura que lhe deu origem. Qualquer processo diferente, nomeadamente em estaleiro, necessitará de aprovação prévia da Fiscalização.

4.6.4 Controlo dimensional

Todos os equipamentos serão submetidos a controlo dimensional, de acordo com o respectivo Projecto aprovado.



4.6.5 Protecção anti-corrosão

Todas as pinturas serão executadas de acordo com o indicado nestas especificações. Os produtos a utilizar serão de acordo com os esquemas de protecção aprovados. Num mesmo esquema só poderão ser utilizados produtos de um mesmo fabricante.

Nenhum produto pode ser adulterado, nomeadamente pela adição de solventes, no sentido de aumentar a vida útil da mistura.

As tintas devem ser aplicadas antes da sua data de prescrição.

4.6.5.1 Controlo dos revestimentos

Espessura

a) Metodologia

- ✓ A metodologia a aplicar num revestimento por pintura, será de acordo com o método 5 da Norma NP 1884;
- ✓ O controlo far-se-á em 'Superfícies Elementares' de 1 dm², após o tempo de cura.
- b) Critérios de aceitação o Serão tomadas 5 medições por cada 1 m² de área protegida;
 - ✓ A média aritmética dos valores das medições, não pode ser inferior a 90% da espessura especificada e individualmente nenhum valor pode ser inferior a 70% do valor da espessura especificada.

Inspecção visual e ensaio de aderência

O Ensaio de Aderência será efectuado segundo a Norma ISO 2409 ou ISO 4624. Consideramse negativos todos os ensaios que conduzam a graus superiores a 2 ou 3 segundo o Método de Quadrícula (ISO 2409).

4.6.5.2 Registos

Serão verificados e registados em boletim próprio, os seguintes registos:



- ✓ preparação das superfícies;
- ✓ medição das espessuras.

4.6.5.3 Inspecção/reparação na obra

Todas as superfícies danificadas no transporte e/ou com remoção da película, conforme a situação, serão reparadas antes ou depois da montagem, de modo a repor o esquema original especificado.

4.6.5.4 Equipamentos de fabrico corrente

Os equipamentos de fabrico corrente tais como órgãos de manobra, motores eléctricos, bombas, permutadores, filtros, válvulas e equipamentos eléctricos, terão a protecção e o esquema de pintura normalizada pelo seu do fabricante.

Esses esquemas terão que ter a mesma garantia de duração que o esquema base.

4.6.6 Plano de inspecção e ensaios

O Adjudicatário elaborará um Plano de Inspeção e Ensaios que submeterá à aprovação da Fiscalização.

Os Desenhos de fabrico serão enviados à Fiscalização para a sua aprovação.

Pertence ao Empreiteiro a responsabilidade do Controlo da Qualidade dos materiais, da execução e dos equipamentos adquiridos completos, sem prejuízo de a Fiscalização poder realizar as inspecções que entender necessárias.

Aquando da realização de ensaios, a Fiscalização será expressamente informada com uma antecedência não inferior a uma semana.

4.6.7 Acesso às instalações pelo Dono de Obra

O Dono de Obra ou os seus representantes terão livre acesso às instalações para fazer as inspeções e supervisão que entender por necessárias ou convenientes.



4.6.8 Não conformidades

As acções correctivas das não conformidades detectadas em curso de fabrico ou montagem, que impliquem desvio ao projecto, deverão ser homologadas pelo Departamento de Controlo de Qualidade do Empreiteiro e propostas à Fiscalização para aprovação.

4.6.9 Arquivo da qualidade

A documentação relativa à garantia da qualidade elaborada no decurso da obra e que demonstra que o Empreiteiro cumpre com os requisitos do seu "Manual da Qualidade", deverá ser enviada à Fiscalização e será constituída, no mínimo, por:

- Certificados dos Materiais e Matérias-primas a utilizar na construção.
- Especificações dos Procedimentos de Soldadura (Cadernos de Soldadura).
- Certificados dos Soldadores e/ou operadores de Soldadura.
- Relatórios de Inspecção, Ensaios e de END.
- Boletins de Anomalias.
- Autos de Recepção.

Os equipamentos ou peças serão enviados para o Estaleiro acompanhados do Certificado de Materiais, do Controlo de Soldadura e de Pintura.

No final do fornecimento, será fornecido o "Arquivo da Qualidade" no número de cópias contratual. Este contém os relatórios dos ensaios com ou sem a presença do representante do Dono da Obra.

4.6.10 Garantia da qualidade

O modelo de Garantia de Qualidade prestada pelo Empreiteiro será baseado na Norma EN 29001. No mínimo poderá ser aceite a Norma EN 29002 dependente da natureza do equipamento e/ou serviços a fornecer.



4.7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Todos os trabalhos discriminados compreendem fornecimentos, transportes, montagens, ensaios e demais operações necessárias à sua execução de harmonia com o especificado no caderno de encargos da empreitada.

Os preços propostos deverão contemplar todas as actividades e materiais complementares necessários à execução da presente empreitada que, para efeitos de pagamento, se considerarão incluídos nos trabalhos discriminados na lista de preços, como sejam:

- O estudo da execução da obra e dos equipamentos a utilizar;
- A elaboração dos desenhos de formas, de atravancamentos, de cargas e de montagem dos equipamentos hidromecânicos, ou seja, a metodologia a ser utilizada na sua realização, bem como os ensaios para recepção e a instrução do pessoal de exploração do dono da obra;
- A obtenção de informações complementares àquelas descritas no caderno de encargos, necessárias à execução das obras e à definição dos requisitos técnicos e de materiais relativos aos fornecimentos objectos da presente empreitada;
- O transporte de todos os materiais e equipamentos desde a origem até ao local das obras, incluindo embalagem, carga e descarga;
- As eventuais despesas de importação, seguro e alfândega;
- A guarda e o armazenamento no local;
- Os ensaios que lhe s\u00e3o imput\u00e1veis no presente caderno de encargos;
- Os trabalhos e diligências necessárias para garantir o trânsito em condições de segurança, na zona das obras;
- Os trabalhos preparatórios necessários à execução dos trabalhos objecto da empreitada, mesmo que não se encontrem explicitados;
- O seguro da obra que é exigido ao empreiteiro.



5. EQUIPAMENTO ELÉCTRICOS, INSTRUMENTAÇÃO E AUTOMAÇÃO

5.1 INTRODUÇÃO

O presente documento especifica as características técnicas que devem apresentar os equipamentos objecto da presente consulta.

Está estruturado nas seguintes partes:

- Objecto da consulta;
- Especificações técnicas gerais dos equipamentos;
- Especificações técnicas particulares dos equipamentos.

Poderão considerar, para além e em complemento das soluções que respeitem as especificações aqui contidas, eventuais alternativas que se revelem globalmente mais competitivas em termos técnico-económicos.

No caso da apresentação de soluções alternativas, estas deverão ser devidamente fundamentadas na proposta, com uma completa avaliação das suas implicações, quer em termos dos equipamentos, quer sobre as infraestruturas de construção civil a estes associados.

5.2 ÂMBITO

Tem como objecto o projecto, fabrico, montagem, instalação, ensaios e colocação em serviço dos equipamentos destinados às infraestruturas eléctricas das instalações associadas à presente empreitada onde se incluem, de entre outros, os seguintes itens principais:

- Preparação para a alimentação de energia às infraestruturas da presente empreitada a partir de um ramal da rede de 50 kVA existente na instalação;
- Alimentação de energia aos equipamentos associados à exploração da instalação, a partir do respectivo quadro eléctrico;
- Instalações de iluminação e tomadas;
- Quadros eléctricos, cabos eléctricos e demais equipamentos acessórios;
- Sistemas de automação, comando;
- Trabalhos de construção civil necessários à adaptação das estruturas construídas às infraestruturas eléctricas.



Esta enunciação não deve ser entendida como exaustiva nem delimitativa do âmbito do fornecimento. Consequentemente, para cada equipamento, deve considerar, obrigatoriamente:

- O fornecimento do equipamento completo com todos os equipamentos auxiliares e acessórios necessários ao seu bom funcionamento em regime de utilização industrial, sob as condições mais exigentes;
- O fornecimento dos acessórios necessários para assegurar a sua conveniente interligação com as estruturas de construção civil, incluindo as placas de primeira fase quando aplicável;
- O fornecimento das peças de reserva para o funcionamento da instalação por um período não inferior a cinco anos;
- O fornecimento de todas as ferramentas especiais necessárias para a montagem, desmontagem, manutenção e reparação dos equipamentos da empreitada.

5.3 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS

Os equipamentos deverão ser concebidos para satisfazer as especificações funcionais e técnicas apresentadas desenvolvidamente nos capítulos respectivos, tendo como orientação prevalecente a segurança da sua utilização e da protecção que proporcionam.

Na sua concepção, para além do respeito pelos critérios universais de dimensionamento, da procura das soluções mais adequadas ao seu fabrico e montagem e das recomendações decorrentes da evolução técnica e tecnológica, deverão ser tomados em consideração, no aplicável, os critérios e recomendações estabelecidos nas seguintes normas e regulamentos:

- Normas NP, EN, CEI;
- Regras Técnicas das Instalações Eléctricas de Baixa Tensão;
- Regulamento de Segurança de PT e subestações;
- Regulamento de Segurança de Redes de Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão;
- Manual de Infraestruturas de Telecomunicações em Edifícios.

Deverão ser efectuados ensaios para:



- Controlo dimensional após montagem dos equipamentos, onde aplicável;
- Verificação das condições de funcionamento dos sistemas de comando e protecção;
- Verificação das condições reais de funcionamento, de forma a garantir o cumprimento dos parâmetros especificados.

5.4 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARTICULARES

5.4.1 Quadros eléctricos

5.4.1.1 Generalidades

Nas instalações associadas à presente empreitada foram previstos os seguintes quadros eléctricos:

- Quadro de alimentação e comando do grupo de bombagem da rede de lixiviados
- Quadros de alimentação e comando do grupo de bombagem da rede de drenagem de águas freáticas

Os quadros eléctricos a fornecer e a instalar, deverão englobar os equipamentos e as ligações que constam dos esquemas representados nas peças desenhadas do projecto. O seu fabrico deve estar de acordo com normas e regulamentos portugueses aplicáveis e as normas NP IEC 61439 e IEC 60529.

As dimensões dos quadros deverão ter em atenção os locais disponíveis para a respectiva instalação e ser adequadas à dissipação de calor e aos equipamentos que irão conter no seu interior (considerando também as reservas previstas), devendo os quadros possuir ainda espaços que permitam uma fácil ligação dos condutores externos às réguas de bornes, assim como a fixação da zona terminal dos cabos.

O Empreiteiro submeterá à aprovação do Dono da Obra, para cada um dos quadros, os seguintes elementos:

- Disposição esquemática do equipamento no quadro;
- Descrição do princípio de funcionamento dos circuitos de comando;
- Desenhos de dimensões do quadro (atravancamento).



5.4.2 Instalações de utilização de energia eléctrica

5.4.2.1 Condutores

As canalizações para as instalações de iluminação, tomadas, força motriz e instrumentação serão constituídas por condutores e cabos dos seguintes tipos:

- Cabos do tipo LXV/LSVV (0,6/1,0 kV), com bainha exterior de cor creme e com bainha exterior de cor preta, fixados por abraçadeiras de material plástico a paredes e tectos, por cintas de serrilhas a caminhos de cabos, perfis e estruturas metálicas ou instalados no interior de caminhos de cabos em PVC;
- Cabos do tipo XV (0,6/1,0 kV), com bainha exterior de cor creme ou com bainha exterior de cor preta, fixados por abraçadeiras de material plástico a paredes e tectos, por cintas de serrilhas a caminhos de cabos, perfis e estruturas metálicas ou instalados no interior de caminhos de cabos em PVC;
- Cabos do tipo H07V-K, destinados às alimentações de equipamentos no interior dos quadros;
- Cabos do tipo LiYCY instalados em caleiras, caminhos de cabos e em vala protegidos por tubo de PVC;
- Cabos para comunicação via Modbus, do tipo UNITRONIC, instalados em caminhos de cabos ou em caleiras de cabos no pavimento e em vala protegidos por tubo de PVC.

Os cabos de energia deverão estar de acordo com as normas HD361, NP 2356, 3324, 3325, 3528 e IEC 60502.

No interior das edificações a instalação será do tipo fixo, à vista, com os cabos instalados em caminhos de cabos em PVC, fixados por abraçadeiras de serrilha ou fixados às paredes ou tetos por abraçadeiras em material plástico.

A instalação dos cabos poderá ainda ser realizada oculta em caleiras no pavimento.

Quando no exterior, os cabos serão instalados em valas apropriadas no interior de tubos no pavimento, ou em caminhos de cabos de PVC.

As secções e o número de condutores são indicados nos traçados dos circuitos e nos esquemas eléctricos dos quadros. As ligações dos condutores serão feitas no interior das caixas de derivação sempre por intermédio de uma placa de terminais com base de porcelana ou resina sintética, com bornes não oxidáveis.



Os condutores de terra, quando instalados em tubagem juntamente com outros condutores, terão isolamento de plástico, desnudado apenas na zona das caixas. Nas montagens à vista os condutores de terra acompanham, externamente, os cabos, sempre que não for possível englobá-los nos próprios cabos.

Todos os terminais de condutores deverão ficar sempre facilmente identificáveis. Os cabos das alimentações depois de montados são sempre identificados nas suas extremidades.

As secções e características dos cabos de CA e de CC deverão estar de acordo com as condições de exploração da instalação, não devendo as quedas de tensão entre os bornes de entrada da instalação e os terminais dos equipamentos exceder os seguintes valores:

- 5%, nos circuitos de iluminação exterior e de alimentação, em regime normal;
- 10%, nos circuitos de alimentação, em regime de arranque de motores;
- 3%, nos circuitos de iluminação, tomadas, comandos e sinalização.

Os cabos de sinalização e de comando deverão estar agrupados e, quando instalados em caminhos de cabos ou em calhas, devem ficar a uma distância dos cabos de força motriz tal que o campo eléctrico devido a estes não cause perturbações eléctricas nos outros circuitos.

5.4.2.2 Tubagens, calhas e esteiras de cabos

Na generalidade as canalizações serão realizadas em:

- Tubos de PVC (classe 6 kg/cm²), com as secções indicadas nas peças desenhadas;
- Caminhos de cabos executados em poliéster, com tampa quando no exterior, ou em varão electrosoldado, galvanizado por imersão a quente ou em inox;
- · Calhas de PVC.

Na montagem destas canalizações deverão ainda ser consideradas as protecções mecânicas para cabos acessíveis, nas instalações à vista e até 1,5 m do pavimento; neste caso deverão ser utilizados tubos de aço galvanizado de secção apropriada e não inferior a DN 20. Quando fixados com abraçadeiras, em locais expostos, e o seu número o justifique, deverão os cabos ser protegidos mecanicamente por chapas de aço e/ou perfilados zincados e pintados

Na instalação exterior de cabos e de tubagens em vala, deverão ser observadas as instruções que a seguir se indicam:



- As valas para instalação de cabos (enterrados diretamente no solo) ou de tubagens serão abertas seguindo aproximadamente os traçados e os perfis tipo indicados nas peças desenhadas;
- As valas terão a profundidade necessária para os tubos ficarem colocados à profundidade de cerca de 0,8 m (referida à parte inferior do tubo), após a regularização do fundo da vala e o recobrimento com uma camada de areia ou terreno arenoso cirandado de 0,10 m de espessura;
- As escavações serão executadas por processos convencionais ou por processos especiais que o Empreiteiro entenda aplicar. O desmonte com explosivos só poderá ser feito depois de autorizado pelo dono da obra e tendo em atenção a legislação aplicável;
- Sempre que necessário as paredes das valas serão entivadas; os tipos de entivação deverão ser estudados pelo Empreiteiro e submetidos a prévia aprovação do dono da obra;
- As valas serão mantidas a seco durante o tempo que for necessário devendo ser bombada toda a água existente no respetivo fundo;
- Depois de colocados, os tubos serão cobertos por outra camada de areia ou terreno arenoso cirandado de 0,10 m de espessura e sinalizados superiormente por uma banda de material plástico vermelha, colocada a uma distância não inferior a 20 cm acima da parte superior do tubo, disposta de forma contínua e com largura de 0,5 m;
- O enchimento da vala será feito por camadas de espessura não superior a 0,20 m bem compactadas, sendo nas duas primeiras camadas utilizada terra, limpa de pedras ou torrões não superiores a 2 cm, batida com pilões de peso inferior a 4 kgf ou meio mecânico equivalente. O material escavado que seja excedentário deverá ser transportado para locais de depósito ou espalhado no local, conforme parecer do dono da obra;
- Os tubos a utilizar serão, em todos os casos, de PVC (classe 6 kgf/cm² mínimo) com o diâmetro indicado nas peças desenhadas.

Para os cabos enterrados directamente no solo, deverão respeitar-se os seguintes condicionamentos:

• Deverá ser observada uma distância mínima de 20 cm a outras instalações, tais como canalizações de água, gás, etc.;



- No lançamento dos cabos deverá evitar-se que estes fiquem esticados, especialmente nos trechos rectilíneos (ligeira ondulação dos cabos ao longo da vala);
- Os cabos de controlo e potência deverão ser colocados separadamente com observação estrita dos respectivos raios de curvatura admissíveis;
- Deverá ter-se a precaução especial de assegurar que não se forme nenhum circuito magnético fechado em torno de cabos monocondutores colocados em esteira ou terno (ou trevo), ou em torno de qualquer cabo que possa conduzir correntes de carga desequilibradas;
- Nas travessias de estradas ou arruamentos, os cabos serão enfiados em tubo de PVC, de diâmetro não inferior a 110 mm (classe 6 kgf/cm², no mínimo).

As caixas de passagem de cabos serão construídas em alvenaria, ou em alternativa serão préfabricadas, com a implantação e as dimensões gerais interiores adequadas e obedecendo às características de pormenor impostas por eventuais condições locais a definir, caso a caso, em obra.

5.4.2.3 Caixas

Para as derivações nas canalizações, serão utilizadas caixas em plástico. Qualquer que seja o tipo da caixa, a ligação dos condutores será efectuada por intermédio de placas de terminais de porcelana ou de resina. As uniões entre condutores serão efectuadas terminais de capacidade adequada às secções dos condutores.

As caixas deverão obedecer às seguintes especificações:

- Caixas de derivação e de passagem: nas instalações à vista, serão do tipo estanque, devendo ser solidamente fixadas às estruturas metálicas, às paredes e às vigas ou pilares e ser providas de bucins para aperto dos cabos. O Empreiteiro deverá contar com o número de caixas (incluindo as de transição) que permita um fácil enfiamento dos condutores e não com o número mínimo indicado nas peças desenhadas.
- Caixas de transição: A transição entre condutores de tipos será feita em caixas de transição do mesmo tipo das anteriores, com o necessário número de boquilhas e bucins convenientemente dispostos. Quando estas caixas tenham de ficar embebidas, a entrada do cabo, será feita dentro duma ponta de tubo VD que o isola da parede. Nas ligações referentes aos sistemas de medição de nível e aos interruptores de nível, serão



utilizadas caixas de transição com o número de terminais suficiente para a ligação dos respectivos condutores. As caixas de transição serão estanques, em polyester ou em aço galvanizado, com bucins de diâmetro apropriado à secção dos cabos e com parafusos não oxidáveis.

• Caixas de aparelhagem: nas instalações à vista, as caixas de aparelhagem deverão ser estanques, redondas, com bucins para aperto do cabo e garantindo a necessária robustez. Para a ligação de cabos de energia no exterior deverão ser utilizadas caixas plásticas constituídas por um molde em duas partes encaixáveis onde é vazada a resina de poliuretano a dois componentes, a qual deverá garantir um enchimento homogéneo e sem bolsas de ar dentro do molde. Estas caixas deverão ser completamente estanques ao ar e à humidade. A sua resistência mecânica, química e aos agentes atmosféricos deverá permitir a instalação enterrada ou à intempérie.

5.5 CONTROLO DA QUALIDADE DOS EQUIPAMENTOS

5.5.1 Generalidades

O Adjudicatário elaborará um Plano de Controlo da Qualidade que submeterá à aprovação da Fiscalização. Tal plano deverá contemplar, pelo menos, os pontos que seguidamente se indicam e atender às indicações constantes das normas ISO 9000 e ISO 14000 aplicáveis.

5.5.2 Normas e regulamentos

Os equipamentos serão fabricados, ensaiados e instalados de acordo com as seguintes normas e regulamentos:

Normas CEI, IEEE, IEC, DIN ou equivalentes e outras recomendadas pelo Instituto Nacional de Seguros;

Regulamento de Segurança de Instalações de Utilização de Energia Eléctrica e Regulamento de Segurança de Instalações Colectivas de edifícios e Entradas.



5.5.2.1 Certificação de qualidade

Os equipamentos e componentes standard serão certificados segundo as normas aplicáveis e deverão ser acompanhados de cópia do respectivo boletim de certificação, onde será inscrito, no mínimo:

- Identificação completa do equipamento ou componente;
- Entidade que procedeu à respectiva certificação;
- Identificação completa dos inspectores;
- Normas nas quais a certificação foi baseada;
- Condições que presidiram à certificação;
- Data da realização da certificação.

Os equipamentos standard fornecidos acabados, serão objecto de uma recepção com emissão do respectivo certificado.

5.5.3 Planos de inspecção e ensaios

O Adjudicatário elaborará planos de inspecção e ensaios para os diversos equipamentos e instalações, os quais submeterá à aprovação da Fiscalização.

Quando aplicável, os desenhos de fabrico e de instalação dos equipamentos, assim como os esquemas eléctricos de princípio e desenvolvidos serão enviados à Fiscalização para a sua aprovação. Tal aprovação em nada diminuirá a responsabilidade do Empreiteiro.

A responsabilidade do controlo da qualidade dos materiais, da execução e dos equipamentos adquiridos completos corresponde ao Empreiteiro, sem prejuízo de a Fiscalização poder realizar as inspecções que entender necessárias.

Os aspectos mínimos da Inspecção e Controlo que durante a fabricação e montagem dos equipamentos o Adjudicatário deverá assegurar são:

- a) Em fábrica:
- Verificação da qualidade dos materiais e sua conformidade com as especificações e, quando aplicável, ou com a respectiva certificação;
- Verificação da implantação dos equipamentos no interior dos quadros;



- Verificação das cablagens no interior dos quadros;
- Controlo dimensional;
- Verificação da protecção anticorrosão;
- Verificação dos níveis de isolamento dos equipamentos;
- Verificação do funcionamento dos equipamentos em fábrica, quando aplicável;
- Verificação das funções de controlo e comando, sinalização e telesinalização.

Após a realização de tal inspecção deverá ser emitido um certificado de conformidade que acompanhará o componente ou equipamento para o estaleiro.

- b) Na Instalação:
- Verificação dos níveis de isolamento dos equipamentos;
- Verificação do valor da ou das resistências de terra da instalação;
- Verificação do isolamento à massa;
- Verificação das funções de controlo e comando, sinalização e telesinalização;
- Regulação e parametrização das protecções e aparelhos de controlo e medida;
- Verificação do funcionamento dos equipamentos;
- Verificação do funcionamento da instalação.

Após a realização de tal inspecção deverá ser emitido um auto com os respectivos resultados, onde serão expressas quaisquer não conformidades encontradas.

Aquando da realização de ensaios a Fiscalização será expressamente informada, com uma antecedência não inferior a uma semana, da data relativa à sua realização.

5.5.4 Não conformidades e acções correctivas

As acções correctivas das não conformidades detectadas em curso do fabrico ou da montagem que impliquem desvio ao projecto aprovado, deverão ser homologadas pelo Departamento de Controlo de Qualidade do Adjudicatário e propostas à Fiscalização para aprovação.



5.5.5 Arquivo da qualidade - "dossier da qualidade"

A documentação relativa à garantia da qualidade elaborada no decurso da obra e que demonstra que o Adjudicatário cumpre com os requisitos do seu "Manual da Qualidade". Deverá ser enviada à Fiscalização e será constituída, no mínimo, por:

- Planos de inspecção e ensaios;
- Certificados de conformidade dos equipamentos;
- Indicação dos procedimentos de fabrico;
- Indicação dos procedimentos de ensaios;
- Relatórios com os resultados da inspecção e ensaios;
- Boletins de rejeições e anomalias;
- Autos de recepção.

Os equipamentos ou peças serão enviados para o estaleiro acompanhados do respectivo certificado de conformidade.

No final da obra será fornecido o 'Arquivo da Qualidade' no número de cópias contratual.

5.5.6 Acesso às instalações pelo dono da obra e seus representantes

O Dono de Obra e os seus representantes terão livre acesso às instalações para fazer as inspeções ou a supervisão que entender por necessária ou conveniente.

5.5.7 Garantia da qualidade

O modelo de Garantia de Qualidade prestada pelo Adjudicatário será baseado na Norma EN 29001 no mínimo EN 29001, que apresentará as respectivas certificações e datas da sua validade.



5.6 PEÇAS DE RESERVA

5.6.1 Disposições gerais

Para cada equipamento deverá ser fornecida uma lista de peças de reserva devidamente detalhada, a qual deverá incluir quais os possíveis fornecedores dessas peças e de outros produtos necessários para a respectiva manutenção.

As listas abrangerão, devidamente classificadas, as peças de desgaste consumíveis em cinco anos de funcionamento normal e as peças de reserva que devam existir aquando do arranque das instalações, com a indicação dos preços unitários e prazos de fornecimento habituais.

As listas de peças de reserva deverão ser baseadas nas indicações fornecidas pelos fabricantes dos equipamentos.

Os materiais das peças de reserva deverão ser obrigatoriamente iguais aos das peças originais idênticas e incluídas no fornecimento.

Estas peças de reserva deverão ser intermutáveis e fornecidas convenientemente referenciadas e protegidas quer para o respectivo transporte quer para uma armazenagem de longa duração.

O Empreiteiro deverá descriminar todas as condições relativas ao armazenamento e ao cuidado a ter com as peças de reserva, devendo para tal, fornecer um manual com estas instruções.



6. CONDIÇÕES DE RECEPÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NA OBRA

6.1 PROCURA

Haverá lugar no decorrer da Empreitada à denominada "Procura" do equipamento que será efectivamente instalado.

Na sequência das actividades de "Procura", o Empreiteiro não fará nenhuma encomenda definitiva de equipamento antes da aprovação definitiva, pela Fiscalização, das respectivas especificações técnicas, a serem apresentadas, para o efeito, pelo Empreiteiro ao Dono da Obra.

Discriminadamente pelas posições da lista de preços unitários do "Equipamento" e, dentro de cada posição, discriminadamente pelas respetivas Folhas de Características, o Empreiteiro organizará processos de "Procura" cada um dos quais será composto pelas seguintes partes:

- Designação do equipamento;
- Área funcional da "Obra";
- Posição da lista de preços unitários a que respeita;
- Especificações técnicas correspondentes;
- Conformidade com as pertinentes exigências mínimas das Cláusulas Técnicas;
- Catálogos;
- Peças de reserva em conformidade com o referido nas Cláusulas Técnicas;
- Proposta justificada da selecção feita e da encomenda a fazer.

Caso o Empreiteiro pretenda propor uma marca ou tipo diferente de equipamento deverá, em primeiro lugar consultar o Dono da Obra sobre a receptividade deste à alteração pretendida e só após a sua anuência poderá apresentar o processo de procura em moldes idênticos e com a devida justificação das razões que presidiram à referida alteração.

As especificações técnicas referidas completarão e, sendo caso disso, ajustarão os correspondentes elementos técnicos que foram apresentados com a proposta do Empreiteiro, designadamente nas Folhas de Características.

A aprovação da Fiscalização sobre cada processo de "Procura" terá lugar nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes à sua apresentação formal pelo Empreiteiro.



A recepção do "Equipamento" correspondente ao "Pronto para Utilização" será feita pelo Dono da Obra, por si próprio ou entidade delegada para o efeito.

6.2 FABRICO, INSPECÇÃO FABRIL E ENSAIOS DE FÁBRICA

A definição dos ensaios a realizar no fabrico e na construção do "Equipamento", quando não previstos em normas ou regulamentos e sem prejuízo do estipulado nas Especificações Técnicas relativas a cada equipamento onde se indicam os ensaios que se consideram como mínimo obrigatório, será feita, pelo Empreiteiro o qual atenderá aos regulamentos em vigor e às normas nacionais e internacionais aplicáveis tanto nas condições de realização como nos resultados. Todos esses ensaios constituirão encargo do Empreiteiro.

Quando a Fiscalização venha a considerar não ser possível efectuar qualquer controlo de qualidade relevante sobre determinado material a fornecer pelo Empreiteiro, poderá definir os ensaios a realizar.

Todas as modificações ou substituições que as inspecções e ensaios demonstrem ser necessárias, serão encargo do Empreiteiro.

A presença dos representantes do Dono da Obra nas inspecções e ensaios, bem como as sugestões que esses representantes possam fazer sobre a condução dos mesmos, não diminuem em nada e em nenhum caso a responsabilidade do Empreiteiro para a correta execução da Empreitada.

6.3 ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE E DESALFANDEGAMENTO

Se os materiais e equipamentos incluídos no fornecimento tiverem que ser armazenados após conclusão da fabricação por não poderem ser recebidos no local da Empreitada na data prevista no Programa Definitivo de Trabalhos, ficará a cargo do Empreiteiro o seu armazenamento, manutenção e guarda, sempre que a ocorrência da situação lhe for imputável ou a qualquer dos fornecedores. No caso de tal situação não lhe ser imputável, o armazenamento, manutenção e guarda ficarão ainda a cargo do Empreiteiro por um período não superior a 90 (noventa) dias, contados a partir da data prevista no Programa Definitivo de Trabalhos para o fim do fabrico ou da data em que o fabrico tenha efectivamente terminado, se esta for posterior àquela. O adjudicatário deverá indicar em declaração própria as tarifas diárias a pagar pelo Dono da Obra para o caso do armazenamento ultrapassar, por culpa exclusiva do Dono da Obra, os referidos 90 (noventa) dias.



Compete ao Empreiteiro transportar da fábrica até ao local da Empreitada todos os equipamentos e materiais objecto do fornecimento, em embalagens que ofereçam a necessária robustez, facilidade de manuseamento e garantia de preservação quanto à eventual agressividade do ambiente, colocando-os nos referidos locais em boas condições de arrumação, manuseamento, conservação e segurança. Exceptuam-se desta obrigação os equipamentos que pela sua dimensão, forma geométrica e estado de desagregação não sejam susceptíveis de embalagem.

O equipamento só poderá dar entrada no estaleiro acompanhado da respectiva guia de remessa devidamente detalhada, bem como dos documentos comprovativos da sua aceitação na fábrica, tendo em atenção os respectivos ensaios e as condições de embalagem e transporte.

As embalagens deverão indicar, em lugar de destaque, a sua posição normal de armazenamento ou manobra, tara e seu destino.

Os espaços vazios no interior da embalagem deverão ser preenchidos nuns casos com lã de madeira e, noutros, com esferovite, devendo o conjunto do conteúdo ser envolvido em papel à prova de água ou outros materiais equivalentes que desempenham essa função.

Todas as válvulas fornecidas deverão ter os seus obturadores imobilizados na posição de fecho.

O equipamento não susceptível de embalagem, nomeadamente, tubagem, etc. deverão ser transportados em camião, assentes em berços de madeira, se aplicável, e com escoras de imobilização aos camiões que deverão assentar nas superfícies exteriores desses equipamentos por intermédio de tacos de madeira.

Todas as superfícies maquinadas de qualquer equipamento, assim como os chanfros para soldaduras de montagem, deverão ser protegidas com verniz amovível.

As flanges deverão ser tamponadas com flanges cegas de madeira, apertadas pelos respectivos parafusos, e todos os furos roscados deverão ser cheios de massa.

Incluem-se no procedimento definido na alínea anterior todas as aberturas flangeadas que resultem da desmontagem de determinadas peças de um conjunto para facilidade de transporte. Quando julgado necessário, as embalagens conterão materiais de características higroscópicas.

São da exclusiva responsabilidade do Empreiteiro não só o estudo dos meios e vias a utilizar para o transporte, como também providenciar o policiamento para os mesmos, se necessário.

As embalagens dos materiais e equipamentos entregues no Estaleiro tornar-se-ão propriedade do Dono da Obra caso este assim o decida após utilização e instalação. Com vista à sua



eventual reutilização o Empreiteiro providenciará de modo a que as embalagens sejam entregues ao Dono da Obra em bom estado.

O Empreiteiro efectuará o desalfandegamento dos equipamentos e materiais importados, designadamente partes, peças e acessórios destinados a serem incorporados na Empreitada. Competirá sempre ao Empreiteiro a iniciativa das diligências que forem necessárias para se proceder ao desalfandegamento.

Caberá ao Empreiteiro proceder à liquidação de todas as taxas e impostos.

Se por falta do Empreiteiro, vier a ser exigido ao Dono da Obra o pagamento de taxas ou impostos evitáveis, estes serão suportados pelo Empreiteiro.

O Empreiteiro obterá, em devido tempo, toda a documentação necessária para a exportação do país de origem e para a passagem em trânsito num terceiro país, se for caso disso.



7. PROTECÇÃO E SEGURANÇA

7.1 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O Empreiteiro deverá adoptar medidas de prevenção, segurança e higiene no trabalho susceptíveis de reduzirem o risco de acidentes na obra.

O Empreiteiro obriga-se a cumprir integralmente a legislação em vigor no domínio da Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, designadamente o disposto nos seguintes diplomas:

- Decreto-Lei nº 41 821, de 11 de Agosto de 1958 (Regulamento de Segurança no Trabalho da Construção Civil);
- Decreto nº 46 427, de 10 de Julho de 1965 (Regulamento das Instalações Provisórias Destinadas ao Pessoal Empregado nas Obras);
- Decreto Regulamentar nº 33/88, de 12 de Setembro (Sinalização Temporária de Obras e Obstáculos na Via Pública);
- Decreto-Lei nº 441/91, de 14 de Novembro (Estabelece os princípios gerais de promoção da segurança, higiene e saúde no trabalho), alterado pelo Decreto-Lei n.º 133/99, de 21 de Abril;
- Decreto-Lei nº 26/94, de 1 de Fevereiro (Estabelece o regime de organização e funcionamento das actividades de segurança, higiene e saúde no trabalho), alterado pela Lei 7/95, de 29 de Março e pelo Decreto-Lei n.º 109/2001, de 30 de Junho;
- Lei nº 7/95, de 29 de Março (altera o Decreto-Lei nº 26/94, de 1 de Fevereiro), alterado por ratificação do Decreto-Lei n.º 26/94, de 1 de Fevereiro;
- Decreto-Lei nº 155/95, de 1 de Julho (Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 92/57/CEE, do Conselho, de 24 de Junho, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis), alterado pelo Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro;
- Portaria nº 101/96, de 3 de Abril (Regulamenta as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho dos estaleiros temporários ou móveis);
- Decreto-Lei nº 133/99, de 21 de Abril (altera o Decreto-Lei nº 441/91, de 14 de Novembro);
- Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de Janeiro (Regulamento Geral sobre o Ruído);



 Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro, que procede à revisão da regulamentação das condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros.

7.2 MEDIDAS DE PROTECÇÃO E SEGURANÇA

Para além das medidas de protecção e segurança específicas de cada tipo de trabalho a executar, o Empreiteiro, sob o seu encargo, deverá, nomeadamente:

- Informar todos os trabalhadores dos métodos de trabalho e dos riscos que podem ocorrer na obra, assim como das medidas de segurança a respeitar;
- Instalar, no estaleiro, painel com as medidas de segurança a respeitar;
- Proteger os trabalhadores do ruído produzido no local dos trabalhos;
- Delimitar, por sinalização temporária, as obras e obstáculos na via pública, com recurso a sinais verticais, horizontais e luminosos, bem como a dispositivos complementares; os sinais verticais e os dispositivos complementares devem ser de material retro-reflector;
- Executar os trabalhos de forma a garantir convenientemente o trânsito, quer na faixa de rodagem, quer nos passeios, utilizando sinalização e as medidas de carácter provisório indispensáveis à sua segurança e comodidade, entre as quais se incluem as passadeiras de acesso às propriedades, a aplicação de chapas metálicas e quaisquer outras obras temporárias que a Fiscalização considere necessárias;
- Isolar os trabalhos de escavação do público que transita pela zona, por meio de barreiras protectoras razoavelmente afastadas dos bordos; durante a noite deverão ser colocados sinais luminosos vermelhos ao longo das barreiras protectoras;
- Proceder ao levantamento de pavimentos e à execução de escavações na via pública de forma a limitar quanto possível a área necessária aos trabalhos e a não prejudicar o trânsito; a programação dos trabalhos deve procurar reduzir ao mínimo o intervalo de tempo em que as escavações ficarão descobertas;
- Proteger a vegetação, as árvores e os arbustos existentes, não sendo permitido o corte
 ou limpeza de qualquer árvore sem a autorização da Fiscalização; árvores e plantas
 arrancadas ou danificadas que se destinam a ser preservadas serão substituídas a
 expensas do Empreiteiro.

A Fiscalização poderá exigir outras medidas de proteção e segurança para além das referidas.



8. CONDIÇÕES AMBIENTAIS

8.1 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Cumpre ao Empreiteiro assegurar o cumprimento integral de toda a legislação ambiental em vigor na execução dos trabalhos, designadamente a constante destas Cláusulas Técnicas, no sentido da minimização do impacte ambiental que lhes esteja associado.

Para além do cumprimento de toda a legislação ambiental nacional e comunitária em vigor, deverão ser integralmente cumpridos todas as medidas e requisitos ambientais estipulados no Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e no Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD).

8.2 OBRIGAÇÕES AMBIENTAIS CORRENTES

Entre as obrigações ambientais do Empreiteiro, no quadro dos trabalhos mais comuns, mencionam-se nomeadamente as seguintes:

- Os processos adoptados, quer na montagem, funcionamento e desmontagem do estaleiro, quer na execução dos trabalhos da Empreitada, serão conformes à legislação ambiental em vigor, no que respeita, entre outros aspectos, à produção de resíduos, efluentes, emissões atmosféricas, poeiras e ruído;
- O Empreiteiro deve construir e manter em bom estado de utilização os acessos provisórios da obra e repor as condições iniciais após a conclusão dos trabalhos;
- As vias públicas de acesso à obra devem ser mantidas limpas e livres de materiais de construção, resíduos e terra/lama. Para tal, os rodados dos veículos pesados afectos à obra devem ser limpos à saída dos acessos não pavimentados;
- Sempre que se verificarem danos nas vias públicas em resultado da obra ou da circulação de maquinaria afecta à obra, o Empreiteiro é responsável pela sua reparação;
- A lavagem dos equipamentos, nomeadamente das betoneiras, terá que ser efetuada de maneira a evitar a contaminação do ambiente ou o arraste de sólidos para as linhas de água;
- As águas de lavagem das betoneiras terão que ser recolhidas e encaminhadas para uma bacia de decantação que permita reter os resíduos de betão;



- O Empreiteiro terá que assegurar a remoção e o encaminhamento a destino final adequado as lamas resultantes da decantação das águas de lavagem das betoneiras;
- O abastecimento e as manutenções dos equipamentos afectos à obra, nomeadamente as mudanças de óleo, terão de ser efectuados em locais impermeabilizados e em condições que assegurem a minimização dos riscos de contaminação do ambiente;
- O Empreiteiro terá que assegurar a existência, nas áreas de manutenção dos equipamentos, de meios de contenção de derrames acidentais (material absorvente adequado) e de deposição de resíduos sólidos (material absorvente contaminado), líquidos (óleos usados) e pastosos (massas de lubrificação);
- Na eventualidade de ocorrerem derrames acidentais de produtos contaminantes (óleos lubrificantes, combustíveis, etc.), a intervenção deve ser a mais imediata, devendo o solo contaminado ser conduzido a destino final adequado;
- Após a conclusão da obra, as instalações, vedações e obras provisórias serão demolidas pelo Empreiteiro, os seus restos removidos para fora da zona da obra e depositados em locais conformes à legislação em vigor;
- As zonas de realização dos trabalhos devem ficar perfeitamente limpas e regularizadas, salvo se outros trabalhos forem previstos no Projecto;
- Uma vez concluída a obra, o Empreiteiro deve proceder à reposição das condições ambientais de referência na área de intervenção e nas manchas de empréstimo ou, quando tal não seja possível, assegurar as condições decorrentes do contrato e da legislação aplicável, de acordo com as instruções do Dono da Obra.



9. ELEMENTOS A APRESENTAR APÓS A CONCLUSÃO DA OBRA

O Empreiteiro obriga-se a fornecer à Fiscalização, no final dos trabalhos da Empreitada e até à sua recepção provisória, uma colecção em papel de boa qualidade, e quanto possível indeformável, bem como suporte informático adequado dos Desenhos do Projecto de Execução definitivo das obras que contenham a representação, cuidadosamente revista e suficientemente pormenorizada, das obras adjudicadas tal como tenham sido executadas.

Após a conclusão da obra, o Empreiteiro deverá apresentar cinco colecções completas das especificações finais dos equipamentos fornecidos, e o correspondente "Manual de Instruções de Funcionamento e de Manutenção dos Programas Computacionais e dos Equipamentos", fazendo-se depender a recepção provisória da entrega dos elementos referidos.

Com esta colecção deverão ser também entregues ao Dono da Obra cinco exemplares do volume (ou volumes) de medições de todos os trabalhos da Empreitada, organizadas segundo a discriminação dos correspondentes volumes do Projecto e com apresentação semelhante às destes últimos, tendo em conta as indicações que forem dadas sobre essa organização.



10. LEGALIDADE DOS DOCUMENTOS

Sempre que se considere obrigatório ou conveniente a apresentação, pelo Empreiteiro, de documentos ao Dono da Obra para aprovação, o processo desenvolver-se-á conforme as cláusulas seguintes.

Dos documentos apresentados, uma das cópias será devolvida ao Empreiteiro devidamente carimbada consoante a respectiva apreciação e conforme se descreve:

- Aprovado: se o documento for considerado bom para execução;
- Aprovado sob condição: se o documento for considerado bom para execução na condição de serem respeitadas as anotações a vermelho;
- Não aprovado: se o documento for considerado impróprio para execução.

Os documentos carimbados com "Aprovado sob condição" e "Não aprovado" deverão ser de novo submetidos à aprovação do Dono da Obra depois de terem sido devidamente corrigidos.

Após a sua aprovação os documentos não podem ser alterados sem o acordo de ambas as partes.

A aprovação por parte do Dono da Obra da documentação técnica referente ao fornecimento, não altera a responsabilidade do Empreiteiro, que permanece integral no que respeita à conformidade do fornecimento com as presentes Cláusulas Técnicas.

Serão da responsabilidade do Empreiteiro todos os atrasos decorrentes da apresentação de documentação deficiente



PROJECTO DE AMPLIAÇÃO DO ATERRO DA BRAVAL

PROJECTO DE EXECUÇÃO MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

C.P.A. - CONSULTORIA E PROJECTOS DE AMBIENTE, LDA
NOVEMBRO 2020



PROJECTO DE AMPLIAÇÃO DO ATERRO DA BRAVAL

PROJECTO DE EXECUÇÃO

CONTEÚDO GERAL DO PROJECTO DE EXECUÇÃO

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

ESPECIFICAÇÕES

PEÇAS DESENHADAS

MEDIÇÕES



PROJECTO DE AMPLIAÇÃO DO ATERRO DA BRAVAL

EQUIPA DO PROJECTO DE EXECUÇÃO Direcção de Projecto Eng.º Mário Aguilar Engenharia civil Eng.º Eduardo Ferreira Modelação Dr. Benedito Rodrigues Impermeabilização Eng.º Mário Aguilar Eng.ª Eduardo Ferreira Hidráulica Lixiviados Eng.a Eduardo Ferreira Electricidade Eng.º Luís Matos Rede de incêndio Eng.º António Vedor Vias Eng.a Eduardo Ferreira Biogás Eng.a Eva Rei Medições Nuno Araújo Desenho Nuno Araújo A Direcção de Projecto:



ÍNDICE

1	Objecto	do projecto e enquadramento legal	1
2	Caracte	rização da situação actual	2
3	Planean	nento, escolha do local e bases de projecto	3
	3.1 Enqu	adramento geral	3
	3.2 Cond	cepção geral	5
	3.3 Base	es de projecto	6
4	Sistema	de impermeabilização	7
	4.1 Enqu	adramento legal	7
	4.2 Esqu	iema de impermeabilização a adoptar	8
	4.3 Dime	ensionamento e cálculos das barreiras de impermeabilização	10
	4.3.1	Barreira de segurança passiva	10
	4.3.2	Barreira de segurança activa	10
	4.4 Verif	icações	11
	4.4.1	Geomembrana	11
	4.4.2	Geotêxtil com função de protecção à geomembrana	12
	4.4.3	Camada drenante	13
	4.4.4	Vala de ancoragem dos geossintéticos	14
5	Drenage	em de águas freáticas	15
	5.1 Cond	cepção geral do sistema	15
	5.2 Crité	rios de dimensionamento	16
6	Sistema	de drenagem de lixiviados e de águas pluviais na base do aterro	17



	6.1 Concepção geral do sistema	17
	6.1.1 Drenagem de fundo da célula	17
	6.2 Critérios de dimensionamento	18
	6.3 Disposições construtivas	20
	6.4 Caudais médios de lixiviados	21
	6.5 Gestão de lixiviados	22
7	7 Sistema de drenagem de águas pluviais exteriores ao aterro	22
	7.1 Concepção geral do sistema	22
	7.2 Rede pluvial do lado exterior do arruamento	23
	7.2.1 Critérios de dimensionamento	23
	7.2.2 Disposições construtivas	25
8	Rede de poços de biogás	25
9	Instalações eléctricas	26
	9.1 Regulamentos e Normas	26
	9.2 Descrição dos trabalhos a executar	26
	9.3 Alimentação de energia	26
	9.4 Quadro eléctrico	27
	9.5 Quadros de tomadas	29
	9.6 Canalizações	31
	9.6.1 Cabos de potência	31
	9.6.2 Abertura de valas e reposição do pavimento	32
	9.7 Protecção de pessoas	33



9.7.1 F	Protecção contra contactos directos	. 34
9.7.2 F	Protecção contra contactos indirectos	. 34
9.7.3 T	Fipo de ligações do circuito de protecção	. 34
10 Rede de ir	ncêndio	35
10.1 Cor	nceito	. 35
10.2 Dor	mínio de aplicação	. 35
10.2.1	Disposições gerais	. 35
10.2.2	Material	. 35
10.2.3	Características dos tubos	. 36
10.2.4	Classes de pressão	. 36
10.2.5	Dimensões e tolerâncias	. 36
10.2.6	Recepção	. 37
10.2.7	Acondicionamento	. 38
10.2.8	Documentos normativos aplicáveis	. 38
10.2.9	Carregamento, transporte e descargas	. 39
10.2.10	Manuseamento	. 40
10.2.11	Armazenamento temporário	. 41
10.3 Ass	sentamento de tubo	. 43
10.3.1	Trabalhos preparatórios e subsequentes	. 43
10.3.2	Assentamento das tubagens	. 44
10.3.3	Movimentação de tubos e sua colocação nas valas	. 44
11 Arruament	to periférico	45



11.1	Meto	odologia	46
11.2	Traç	eado	47
11.2	.1	Planta e perfil longitudinal	47
11.2	.2	Perfil transversal tipo	47
11.3	Terr	aplenagens	48
11.3	.1	Terraplenagens gerais	48
11.3	.2	Decapagem	48
11.3	.3	Escavação	49
11.3	.4	Aterro	49
11.3	.5	Sustentabilidade	51
11.4	Pavi	imentação	52
11.4	.1	Faixas de rodagem e plataforma	52
11.5	Drer	nagem	54
11.5	.1	Águas superficiais	55
11.6	Asp	ectos de segurança, higiene e saúde	56
11.7	Mur	o de suporte	56
ANEXO I	- Me	emória de Cálculo	

ANEXO II – Especificações e controlo de geossintéticos



1 Objecto do projecto e enquadramento legal

O presente documento refere-se ao projecto de execução da ampliação do aterro sanitário da BRAVAL, situado no Rua do Aterro, Ferreiros, concelho da Póvoa de Lanhoso.



Figura 1 – Vista aérea do actual Ecoparque da BRAVAL (2020).

Fonte: Google Earth

O aterro sanitário da BRAVAL é uma infraestrutura de confinamento técnico que assegura um destino final apropriado para os resíduos sólidos não perigosos que não sejam passíveis de valorização, após triagem na Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico.



O presente projecto de execução refere-se ao alargamento do actual aterro de resíduos sólidos urbanos (RSU) da BRAVAL, a executar em terreno contíguo ao aterro existente.

Aproximando-se o esgotar da capacidade de recepção de resíduos do aterro existente, é necessário proceder à preparação de novas áreas que, a prazo, permitam ao aterro continuar a operar em condições normais de funcionamento. Perante esta circunstância, a BRAVAL decidiu iniciar o processo de ampliação do aterro, com a construção de uma nova célula.

A construção da nova célula do aterro permitirá um volume adicional de deposição de resíduos de cerca de 820.000 m3, a explorar durante a vida útil do projecto estimada em cerca de 8 anos, considerando os quantitativos e características médias de deposição de resíduos que se registam actualmente.

Em tudo o que não seja mencionado no presente projecto mantém-se válido o projecto do aterro existente e as licenças e autorizações entretanto obtidas, nomeadamente, entre outros, os sistemas de tratamento de lixiviados, os programas de monitorização, os planos de aceitação de resíduos e de exploração do aterro, os planos de segurança das populações e dos trabalhadores.

Considerando a tipologia dos resíduos a depositar no aterro, o projecto de alargamento do actual aterro enquadra-se, nos termos do Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei nº 84/2011, de 20 de Junho, na classe "Aterro para resíduos não perigosos", tendo sido o projecto desenvolvido de modo a estar em conformidade com a mencionada legislação em vigor. Este quadro legal «visa regular a instalação, a exploração, o encerramento e a manutenção pós-encerramento» e «estabelece as características técnicas específicas para cada classe de aterros».

2 Caracterização da situação actual

No aterro da BRAVAL são depositados os resíduos urbanos provenientes de 6 concelhos, concretamente, Braga, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Verde, Amares e Terras de Bouro.

Os municípios efectuam a recolha dos resíduos urbanos, transportando os mesmos directamente para a Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico, com excepção dos municípios de Vieira do Minho e Terras de Bouro, onde os resíduos recolhidos são conduzidos para uma Estação de Transferência, localizada no Parque Industrial de Pepim, em Vieira do Minho, a 25 km do Ecoparque da BRAVAL. De 2 em 2 dias, a BRAVAL transporta os resíduos depositados na Estação de Transferência para o Ecoparque. O aterro sanitário é o destino final dos resíduos que não são passíveis de valorização.





Figura 2 – Municípios que integram a BRAVAL Fonte: Site oficial da BRAVAL

No âmbito dos processos de gestão de RSU que a BRAVAL desenvolve, o aterro integra-se no contexto de um Ecoparque de RSU e surge como o destino final último a dar aos resíduos que não se consegue submeter a processos de valorização.

O aterro existente ocupa uma área aproximada de 11 hectares e, actualmente, nele são depositados em média 100.000 m3 de resíduos por ano. Considerando a capacidade disponível no aterro existente, estima-se que o mesmo permita a deposição de resíduos por um período de cerca de 2 anos.

3 Planeamento, escolha do local e bases de projecto

3.1 Enquadramento geral

As instalações do Ecoparque da BRAVAL, para além do aterro, são constituídas, genericamente, por um Edifício Administrativo, uma Estação de Triagem de resíduos recolhidos selectivamente, uma Unidade de Produção de Biodiesel, um Ecocentro, um ponto de Recepção de Pneus Usados, uma Unidade de Valorização do Biogás, uma Unidade de Tratamento de Resíduos Hospitalares, uma



Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico e outras instalações e equipamentos necessários ao funcionamento de todo o sistema, tais como, Estação de Tratamento de Águas Lixiviadas (ETAL), Laboratório, Estação Meteorológica, Unidade de Lavagem de Rodados, Portaria e Ecocentro. Existe ainda, em Vieira do Minho, uma Estação de Transferência e um Ecocentro.

O esgotamento da capacidade do actual aterro em exploração, induziu a necessidade de dar início ao processo de ampliação do aterro, correspondente a uma nova célula, continuando, em paralelo e de forma independente, a exploração de todas as restantes unidades operacionais que integram o Ecoparque.

Para o alargamento do aterro foram destacados terrenos incluídos dentro dos limites da área do Ecoparque da BRAVAL. O levantamento topográfico disponibilizado pela BRAVAL para efeitos de desenvolvimento do projecto, incluindo a área destinada à implantação da ampliação do aterro, é apresentado no Desenho E_BRV_101.

Com maior detalhe, a topografia da área destinada à implantação da nova célula do aterro é descrita pelos desenhos com referências E_BRV_102 a E_ BRV_104 onde se encontram evidenciados não só os perfis que descrevem a topografia actual do terreno, mas também a modelação de superfície de fundo do aterro a executar.

De referir que as características geológicas e geotécnicas do local condicionaram de forma relevante a modelação de fundo de célula e do aterro na sua globalidade. O «Estudo Geotécnico», realizado pela PERFIL para a BRAVAL, constitui-se como documento técnico de suporte ao presente projecto.

Considerando o modelo de ampliação e a modelação proposta para a nova célula do aterro, consegue-se uma capacidade adicional de deposição de resíduos de cerca de 820.000 m³ ou cerca de 740.000 ton, tal como é evidenciado na tabela que se segue.

Tabela 1 – Capacidade de deposição adicional e programação previsional temporal da exploração da nova célula

Área total de terreno destinada ao alargamento	ha	~ 4,5
Área da célula de ampliação do aterro	m2	32 625
Volume de encaixe	m3	~ 820 000
Densidade dos resíduos	ton/m3	0,90
Capacidade adicional de deposição	ton	~ 740 000
Resíduos anuais depositados (máx.)	m3	100 000
Tempo de vida adicional de exploração	anos	8,2



3.2 Concepção geral

No âmbito do projecto de ampliação do aterro identificam-se as seguintes principais intervenções:

- Construção de uma célula de aterro para deposição de RSU, incluindo, movimentação de terras, construção de taludes, preparação da zona de deposição;
- Sistema de drenagem de águas freáticas;
- Sistema de impermeabilização de fundo de célula;
- Sistema de drenagem de lixiviados na zona de alargamento do aterro e respectivo encaminhamento até à rede de drenagem e sistema de tratamento de lixiviados existentes;
- Sistema de drenagem de águas pluviais na zona de alargamento do aterro;
- Rede de poços de biogás;
- Rede de combate a incêndio;
- Rede eléctrica;
- Arruamento periférico.

Para a concretização das intervenções projectadas torna-se necessário proceder à modelação do terreno na zona de implantação da nova célula do aterro.

Com a modelação do aterro como projectado, pretendeu-se optimizar a utilização do terreno disponível, assegurando-se o cumprimento do propósito do Dono de Obra de minimizar o recurso a processos de escavação que requeiram a utilização de explosivos e a intervenções sobre elementos da instalação existentes, concebendo-se ainda uma modelação de enquadramento visual com o aterro existente, potenciadora de um adequado enquadramento na paisagem envolvente.

A existência de diferentes unidades operacionais que integram o Ecoparque da BRAVAL, o condicionamento resultante da implantação de redes, infra-estruturas e de acessos existentes e as características geológicas e geotécnicas do terreno, foram factores determinantes na concepção da ampliação do aterro, na área disponibilizada para o efeito.

Como já referido anteriormente, em tudo o que não seja mencionado no presente projecto mantém-se válido o projecto das infra-estruturas existentes e as licenças e autorizações entretanto obtidas, nomeadamente, entre outros, os sistemas de tratamento de lixiviados, os programas de



monitorização ambiental, os planos de aceitação de resíduos e de exploração do aterro, os planos de segurança das populações e dos trabalhadores.

3.3 Bases de projecto

O terreno disponibilizado para o projecto de alargamento do aterro perfaz uma área total de cerca de 4,5 hectares.

O projecto de ampliação compreende a construção de uma única célula. Dada a dimensão e a modelação da célula, mais concretamente da plataforma de base do fundo de célula, foi preconizada a divisão desta célula em dois alvéolos, por meio da instalação de um "septo" central transversal que vai permitir compartimentar a área do aterro.

A tabela que se segue ilustra as áreas úteis de implantação associadas à nova célula, considerando a divisão em alvéolos de fundo de célula.

Tabela 2 – Áreas da célula

Célula / Alvéolo	Área (m2)
Alvéolo 1	18.625
Alvéolo 2	14.000
TOTAL	32.625

Para a concepção da modelação de fundo do aterro, as características geológicas e geotécnicas do local foram determinantes, bem como o propósito de minimizar as intervenções em escavação com recurso a explosivos. Ainda, a morfologia e as características hidrogeológicas também influíram na concepção do projecto da ampliação do aterro, com influência nas capacidades de encaixe de resíduos. De realçar que para além de minimizar as operações de escavação, como descrito, foi considerada a necessidade de assegurar o controlo do nível freático sob a plataforma de base do aterro, tendo sido projectado um sistema de drenagem de águas freáticas.

Atendendo à necessidade de garantir uma boa drenagem na plataforma de base do fundo de célula, foi adoptada uma inclinação mínima de fundo superior a 2%, em média de 5%, coadjuvada por uma rede de drenagem de lixiviados, complementada com um sistema de bombagem e escoamento de lixiviados, que asseguram a ligação à rede e sistema de tratamento de lixiviados existentes.



A drenagem das águas pluviais incidentes no alvéolo onde ainda não ocorra a deposição de resíduos será efectuada através de bombagem, com o escoamento a ser efectuado para a rede pluvial perimetral da célula do aterro, a executar.

A modelação proposta para os taludes de base da zona de alargamento do aterro apresenta inclinação de 2H:1V. A modelação foi efectuada de modo a garantir adequadas condições para a fixação das telas e camadas de selagem inferior, bem como, em fase de exploração, uma adequada deposição e estabilidade à massa de resíduos.

De referir que a modelação de fundo será efectuada quase integralmente com escavação em solos e rochas com meios exclusivamente mecânicos, sendo residual o desmonte rochoso com recurso ao uso de explosivos (ver «Estudo Geotécnico», realizado pela PERFIL para a BRAVAL e desenho E_BRV_102), sendo que nesta circunstância o empreiteiro deverá apresentar os projectos específicos de desmonte, de acordo com a legislação em vigor e com as boas práticas, assim como deverá obter as necessárias autorizações, efectuar as devidas comunicações e desenvolver os planos subjacentes, sempre e quando aplicável.

Em resultado do exposto, a superfície basal desenvolver-se-á entre as cotas 405,00 e 415,00 estimando-se que decorrentes da construção da célula de confinamento, os volumes associados a escavação e aterro técnico sejam de:

- Escavação 308.952,79 m3
- Aterro técnico 128.352,04 m3

Considerando o balanço entre os volumes de escavação e os volumes necessários a aterro técnico, a gestão dos materiais resultantes da escavação permite que se proceda à reutilização de solos na execução de aterros técnicos, especificamente para a execução da modelação da célula de confinamento. Tendo por base os valores apurados estima-se que cerca de 42% dos materiais provenientes da escavação sejam reaproveitados *in situ*, durante a presente empreitada.

4 Sistema de impermeabilização

4.1 Enquadramento legal

O projecto enquadra-se no Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei nº 84/2011, de 20 de Junho, que determina a regulação da instalação, exploração, encerramento e



manutenção pós-encerramento; que define as características técnicas específicas por classe de aterros; e, que estabelece os requisitos gerais a observar na concepção, construção, exploração, encerramento e pós-encerramento de aterros.

No sentido de garantir a melhor protecção ambiental no que concerne à prevenção da contaminação de solos, águas subterrâneas e superficiais, resultantes de impactes gerados pela massa de resíduos e pelos lixiviados, o sistema de selagem de fundo para um aterro de resíduos não perigosos, de acordo com o definido na legislação supramencionada, tem que garantir os seguintes requisitos mínimos:

- Sistema de protecção ambiental passiva constituído por uma formação geológica de baixa permeabilidade (k ≤ 10⁻⁹ m/s) com uma espessura superior a um metro, ou, caso tal condição não se verifique, reforço com uma barreira artificial equivalente com uma espessura mínima de 0,5 m;
- Sistema de protecção ambiental activa constituído por uma barreira de impermeabilização artificial, um sistema de drenagem de águas freáticas, de águas pluviais, um sistema de drenagem e recolha de lixiviados e um sistema de drenagem e tratamento de biogás (se produzido).

O sistema de protecção ambiental activa tem como funções: controlar a infiltração no aterro de águas pluviais; evitar a infiltração de águas superficiais e subterrâneas; captar, drenar e tratar os lixiviados; e captar, tratar e valorizar o biogás (se produzido).

O sistema de drenagem e recolha de lixiviados deverá garantir a rápida remoção do lixiviado do aterro e garantir que a altura do líquido é mínima. A legislação aplicável determina que:

- O fundo do aterro deverá ter uma inclinação mínima de 2 % em toda a sua área;
- A camada drenante deverá apresentar um valor de permeabilidade hidráulica igual ou superior a 10⁻⁴ m/s;
- A camada mineral drenante deverá apresentar uma espessura mínima de 0,5 m e ser isenta de material calcário.

4.2 Esquema de impermeabilização a adoptar

No que se refere ao sistema de impermeabilização da célula, será estabelecido o seguinte esquema:



- Barreira de segurança passiva tela de geocompósito bentonítico com constante de permeabilidade k ≤ 2 x 10⁻¹¹ m/s, colocada sobre uma sub-base preparada com uma espessura de 0,5 m constituída por solos compactados a 95% do Proctor normal, correspondente a uma base de assentamento compactada, isenta de pedras e materiais angulosos.
- Barreira de segurança activa na parte superior da barreira de segurança passiva será instalada uma geomembrana de polietileno de alta densidade com uma espessura de 2 mm, rugosa em ambas as faces. Para proteger a geomembrana de impermeabilização será instalado, sobre a mesma, um geotêxtil não texturizado com uma gramagem de 500 g/m2. Nos taludes o geotêxtil será resistente à radiação UV de modo a proteger a membrana de polietileno de alta densidade.

A instalação da geomembrana de impermeabilização e do geotêxtil de protecção será executada sob um exigente controlo de qualidade ao nível do controlo da recepção dos materiais, inspecção dos métodos de instalação das camadas e inspecção das soldaduras entre as camadas de protecção.

De forma a garantir a qualidade dos trabalhos executados dever-se-á recorrer aos serviços de controlo do LNEC ou de outra entidade independente igualmente credível.

- Camada de drenagem esta camada terá como função permitir a drenagem de eventuais efluentes que se encontrem na base da célula de deposição (lixiviados e/ou águas pluviais). Esta camada terá na sua constituição:
 - O Uma camada na base, constituída por areia com uma granulometria média a grossa (variando entre valores da ordem de 1,0 mm a 4,0 mm) e uma espessura com cerca de 0,20 m; com este nível poder-se-á atingir um coeficiente de permeabilidade hidráulica igual ou superior a 10-4 m/s;
 - Uma camada no topo, constituída por seixo rolado com uma granulometria da ordem de 40/60 e uma espessura com cerca de 0,30 m; neste nível, a permeabilidade hidráulica será superior à do nível anterior;
 - Tubagem drenante em polietileno de alta densidade (PEAD), PN10, ranhurada a meia cana em toda a sua extensão, envolta em geotêxtil, colocada no contexto da camada inferior de drenagem, de forma a assegurar uma área de influência para a drenagem de fundo o mais alargada possível;



 Poços de recolha e de bombagem de lixiviados e de águas pluviais incidentes no interior do aterro.

No desenho E_BRV_301 apresenta-se pormenores do sistema de impermeabilização inferior do aterro.

Nos desenhos E_BRV_401 e E_BRV_402 apresenta-se a rede de drenagem de lixiviados e de pluviais incidentes no alvéolo e todos os pormenores dos elementos que a constituem.

Nos desenhos E_BRV_501 e E_BRV_501 apresenta-se a rede de drenagem de águas pluviais e todos os pormenores dos elementos que a constituem.

4.3 Dimensionamento e cálculos das barreiras de impermeabilização

Os pontos seguintes traduzem as soluções preconizadas com base nas exigências legais e tecnicamente eficazes.

4.3.1 Barreira de segurança passiva

A título de reforço da barreira de segurança passiva constituída pela camada de solo, será aplicada uma tela de geocomposto bentonítico, de 500 g/m² com constante de permeabilidade $k \le 2 \times 10^{-11} m/s$.

A barreira de segurança passiva preconizada dá cumprimento aos requisitos estabelecidos no Decreto-Lei nº 84/2011, de 20 de Junho.

4.3.2 Barreira de segurança activa

A barreira de segurança activa consiste na aplicação de:

 Uma geomembrana em polietileno de alta densidade (PEAD), com 2 mm de espessura, rugosa em ambas as faces;



- Geotêxtil de protecção à geomembrana, não texturizado, com uma gramagem de 500 g/m2 e uma resistência mínima à perfuração de 3 150 N;
- Camada drenante, constituída por 0,20 m de areia de granulometria média a grossa (variando entre valores da ordem de 1,0 mm a 4,0 mm) e 0,30 m de seixo rolado de granulometria 40/60.

4.4 Verificações

4.4.1 Geomembrana

A geomembrana em PEAD tem como principal função servir como barreira activa aos fluidos, evitando qualquer fuga de líquidos contaminados para o meio ambiente exterior.

A espessura da geomembrana é determinada por:

 σ adm x ereq x cos β = P x b x [tg (δ s) + tg (δ i)]

Sendo:

σadm - Tensão admitida - 30.000 KN/m2;

ereq - Espessura requerida à geomembrana (m);

P - Pressão aplicada - 391,0 KN/m2;

b - Tolerância admitida - 5%;

δs – Ângulo de atrito entre a geomembrana e o material superior – 10°;

δi - Ângulo de atrito entre a geomembrana e o material inferior – 10°;

 β – Ângulo da força mobilizadora da geomembrana com a horizontal – **30°**.

Deste modo, de acordo com a fórmula:

ereq $\approx 5,478 \times 10^{-4} \text{ m}$



Considerando um factor de segurança de 3 obtém-se:

ereq
$$\approx 1,64 \times 10-3 \text{ m} \approx 1,64 \text{ mm}$$

Verifica-se, com base nos cálculos efectuados que a aplicação de uma geomembrana com uma espessura de 2,0 mm, em conformidade com o Decreto-Lei nº 84/2011, de 20 de Junho, garante com margem de segurança elevada, a impermeabilização da zonal basal da área de confinamento.

4.4.2 Geotêxtil com função de protecção à geomembrana

O geotêxtil com função de protecção à geomembrana é dimensionado com base nos preceitos apresentados por Ph.D Robert M. Koerner, no livro Designing with Geosynthetics, 5th Edition da editora Prentice Hall PTR, de Abril de 2005.

O método adoptado estipula que a tensão admissível aplicada no geotêxtil poderá ser determinada por,

$$P_{ad} = \frac{50 + 4.5 \times 10^{-4} \frac{M}{d^2}}{FR}$$

onde FR corresponde ao factor de redução, determinado por,

$$FR = (F_S \times F_{PD} \times F_A)(FS_{CR} \times FS_{CBD})$$

em que,

Pad Tensão admissível, kPa,

M Massa por unidade de área, g/m²,

d Altura da protuberância, m,

 F_{S} Factor de forma,

 F_{PD} Factor densidade,

 F_A Factor do efeito de arco,



FS_{CR} Factor de segurança de fluência,

FS_{CBD} Factor de segurança de degradação química e biológica.

A tensão admissível é correlacionada com a tensão efectiva, P_{ef} , por um factor de segurança global, FS, o que resulta em,

$$\frac{P_{ad}}{P_{ef}} = FS$$

onde a tensão efectiva pode ser determinada por,

$$P_{ef} = h \times \delta$$

sendo.

h Altura máxima das camadas sobrepostas, m,

 ${\cal S}$ Peso volúmico homogeneizado das camadas sobrepostas, kN/m³.

Para um terreno homogeneizado, de 10 kN/m³, com 40 m de altura do mesmo material, e adoptando um factor de segurança (FS) de 2, deve-se adoptar um geotêxtil com uma resistência mínima ao punçoamento de 3.150 N e uma densidade de 500 g/m² ou superior.

4.4.3 Camada drenante

A capacidade de drenagem da camada em britas siliciosas, isto é, a permeabilidade no plano da camada, é determinada pela fórmula de Darcy,

$$q = K_D \times i \times A$$

em que,

q Caudal escoado,



- *K*_ρ Coeficiente de permeabilidade da camada,
- Gradiente hidráulico,
- A Secção de drenagem.

Para os materiais envolvidos, o valor de K_p ronda os 10^{-3} m/s, como valor mínimo.

4.4.4 Vala de ancoragem dos geossintéticos

A selagem é completada pela garantia da estabilidade de todas as camadas intervenientes. Com esse efeito em vista, as camadas de geossintéticos são ancoradas por meio de valas, de forma a mobilizar as forças tangenciais de atrito, no contacto com o terreno na zona de amarração. As forças tangenciais advêm da tensão normal na zona de contacto pela componente ficcional, ou seja, a tangente do ângulo de atrito na interface.

Para a verificação do sistema de ancoragem realizou-se um estudo de equilíbrio das forças actuantes, nas componentes tangenciais às camadas dos geossintéticos, segundo:

$$FS = \frac{F_a}{\left(F_d - F_r\right)}$$

onde,

FS Factor de segurança,

 F_a Força de ancoragem na crista do talude,

 F_d Força deslizante,

 F_r Força resistente.

Considerou-se estável e devidamente ancoradas, todas as camadas, que cumprem um valor do factor de segurança superior a 1,5.

Todas as telas serão ancoradas através de uma vala, com as dimensões indicadas no desenho E_BRV_301.



5 Drenagem de águas freáticas

5.1 Concepção geral do sistema

O sistema para drenagem de eventuais afluxos de águas freáticas, que se aproximem da base do sistema de impermeabilização, terá as seguintes principais características:

- Instalação de um canal principal de recolha e drenagem de águas freáticas, com 1,50 m de largura, com profundidade variável, localizado "diagonalmente" sob o fundo da célula, acompanhando a pendente principal de fundo de célula;
- Um conjunto de canais em "espinha" e em pé de talude, escavados na base do terreno natural modelado, em forma trapezoidal regular, com 1,00 m de largura no topo, 0,50 m de largura na base e 0,50 m de altura;
- Preenchimento dos canais de drenagem com gravilha, composta por material rochoso com granulometria de 50 mm, grosseiramente calibrada, na base dos quais será colocada, em posição horizontal, um tubo PEAD ranhurado a meia cana em toda a sua extensão, com um diâmetro de 500 mm no canal principal e diâmetro de 315 mm nos canais em "espinha" e em pé de talude;
- Geotêxtil de 200 g/m², a envolver todo o conjunto (gravilha e tubo PEAD) de forma a que este esteja protegido de eventuais colmatações.

Sempre que após a escavação se identificar a ocorrência de exsurgências de água nos taludes será aplicada uma georede drenante protegida com geotêxtil na face inferior com o objectivo de promover o seu encaminhamento para a base do talude. No pé de talude será executado um geodreno, com o objectivo de promover a sua drenagem para jusante da célula de confinamento.

Os desenhos E_BRV_201 ilustram a rede e pormenores da drenagem de águas subterrâneas a instalar.

As águas subterrâneas recolhidas serão drenadas até uma estação elevatória (ver desenho E_BRV_201) a partir da qual serão bombadas para uma vala de restituição ao meio natural.



5.2 Critérios de dimensionamento

Considerou-se uma capacidade de escoamento de 0,3 l/s por cada 1.000 m².

A tubagem a instalar na base do aterro foi dimensionada para secção cheia, para inclinações mínimas de 2% e velocidades menores que 2,00 m/s, sendo o coeficiente K de Strickler de 125 m1/3s⁻¹, por se tratar de PEAD.

Serão instalados tubos de PEAD ranhurado a meia secção, de Ø315 mm e Ø500 mm, com inclinação a acompanhar a pendente da base do aterro até uma caixa de ligação. Desta caixa, por meio de uma tubagem PEAD, Ø500mm, PN10, as águas freáticas serão conduzidas a uma estação elevatória.

O poço da estação elevatória apresenta uma capacidade de cerca de 12 m3 e estará equipado com um grupo de duas bombas com a capacidade de 10 l/s cada. As bombas serão programadas para funcionar de forma alternada, contudo, caso seja atingido o nível de alarme, ambas as bombas entrarão em funcionamento. O controlo de operação das bombas será efectuado por meio de sondas de nível e programação no quadro comando, dotado de botoneira de emergência.

O comando dos grupos será assegurado por sonda de nível. Serão colocadas cinco sondas, de acordo com o seguinte esquema:

- Cota do fundo do poço 401,25 m
- Cota da sonda de nível mínimo do alarme 401,50 m
- Cota da sonda de nível mínimo (paragem do grupo de serviço) 401,65 m
- Cota da sonda de nível alto (arranque do grupo de serviço) 402,85 m
- Cota da sonda de nível emergência (arranque do grupo de reserva) 403,85 m
- Cota da sonda de alarme 404,50 m

A estação elevatória será em betão armado, classe de resistência C35/45 XA3 e aço A500, assente numa base de regularização em betão C16/20 conforme desenho de pormenor E_BRV_201.



6 Sistema de drenagem de lixiviados e de águas pluviais na base do aterro

6.1 Concepção geral do sistema

O sistema de gestão de lixiviados e de águas pluviais incidentes na célula do aterro foi concebido de modo a minimizar a produção de lixiviados, nomeadamente, pelo seccionamento da célula em alvéolos, permitindo a gestão diferenciada das águas pluviais incidentes sobre as áreas em exploração (lixiviados), das águas incidentes sobre as áreas sem resíduos depositados (águas pluviais limpas).

6.1.1 Drenagem de fundo da célula

Na base da célula, o sistema de drenagem foi projectado de forma a garantir sistemas independentes para a drenagem das águas pluviais precipitadas antes da entrada em exploração do(s) alvéolo(s), e a drenagem de lixiviados no(s) alvéolo(s) já em exploração.

Para a drenagem de lixiviados (e pluviais nos alvéolos sem exploração) será assente uma rede de colectores em tubos de polietileno de alta densidade (PEAD), ranhurados a meia cana, colocados em canais com uma altura de 0,15 m, definidos sobre o fundo de célula, no seio das camadas drenantes, envolvidos por gravilha, sobre a selagem de fundo (ver Desenhos E_ BRV _401 e E_ BRV _402).

A permeabilidade hidráulica da camada drenante deverá ser igual ou superior a 10⁻⁴ m/s, e o fundo do aterro deverá ter inclinações mínimas de 2%, de modo a garantir boas condições de drenagem, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de Agosto.

Com o objectivo de não sobrecarregar os sistemas de drenagem e de tratamento de lixiviados a jusante, a célula do aterro será explorada por fases, de modo a desviar as águas pluviais das zonas não exploradas (alvéolo 2), dos lixiviados das zonas em exploração (alvéolo 1), pelo que será necessário criar sistemas de drenagem selectiva de lixiviados / águas pluviais.

Para o efeito, a célula será compartimentada em dois alvéolos (1 e 2), através da colocação de um septo, que não é mais do que uma "barreira" coberta por geomembrana de PEAD, colada à geomembrana de fundo de célula. Esta barreira impede a passagem das águas pluviais entre os alvéolos 1 e 2, impedindo o contacto das águas pluviais incidentes no alvéolo 2 com a massa de resíduos depositada no alvéolo 1. (ver desenhos E_ BRV _401 e E_ BRV _402)



Refira-se que enquanto o alvéolo 2 não estiver em exploração, as tubagens da rede de colectores de lixiviados dos alvéolos 1 e 2 operarão de forma independente (pois as extremidades estarão tamponadas), impedindo-se, desta forma, que as águas pluviais recolhidas no alvéolo 2 drenem para o alvéolo 1. Entrando o alvéolo 2 em fase de exploração, o septo será removido, serão colocadas as camadas de materiais drenantes e efectuar-se-á a ligação das tubagens de forma a que os alvéolos 1 e 2 passem a funcionar de forma única e integrada. (ver desenho E_ BRV _402)

Importa também referir que enquanto o alvéolo 2 não é explorado, a rede de colectores recolherá água pluvial (limpa) que será drenada por uma tubagem (provisória) e conduzida a um poço de bombagem de águas pluviais. As águas pluviais drenadas serão removidas do interior do alvéolo 2 por meio de bombagem (bombas portáteis de apoio à exploração), sendo a descarga efectuada para o sistema de drenagem de águas pluviais exterior ao aterro, com restituição no terreno natural (ver desenhos E_ BRV _501 e E_ BRV _502).

Para a drenagem de lixiviados recolhidos no fundo de célula, a rede de colectores a instalar conduzirá os lixiviados a um ponto de recolha e bombagem (ver desenho E_ BRV _401). A bombagem será efectuada para uma caixa alta que ligará ao sistema de drenagem de lixiviados existente (provenientes do TMB), sendo conduzidos ao actual sistema de tratamento de lixiviados.

O dimensionamento das condutas de compressão, dos grupos electrobomba e dos diversos equipamentos de bombagem foram projectados tendo em consideração o caudal a bombar, o comprimento da conduta e a altura manométrica entre os pontos de bombagem e os pontos de descarga.

Para a bombagem de lixiviados será instalado um grupo elevatório mais um de reserva. Preconiza-se uma potência unitária de 7,5 kW do grupo elevatório.

O quadro eléctrico será colocado no exterior, junto ao ponto de bombagem, será do tipo apropriado a essa montagem e possuirá botoneira de emergência.

O comando dos grupos será assegurado por sonda de nível.

6.2 Critérios de dimensionamento

A rede descrita neste documento está de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto – "Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais".



A drenagem de fundo das células apresenta duas utilizações, a drenagem de águas pluviais e a drenagem de lixiviados. Contudo, a rede foi dimensionada com base numa situação de drenagem de águas pluviais por se verificar que esta traduziria a situação mais desfavorável, ou seja, a de maior caudal. O dimensionamento garante a drenagem da totalidade das águas precipitadas sobre as áreas de intervenção.

O dimensionamento hidráulico foi efectuado com base no caudal de cálculo determinado através da fórmula racional:

 $Q = C \cdot I \cdot A$

Sendo:

Q Caudal de cálculo (l/s)

C Coeficiente de escoamento

I Intensidade de precipitação (mm/h)

A Área sobre a qual cai a precipitação, em projeção horizontal (m²)

Os caudais pluviais dependem essencialmente da intensidade média de precipitação, que depende das condições climatológicas da região, a sua natureza aleatória está associada a determinada frequência de ocorrência e determinada duração da chuvada; da área de drenagem; e das características físicas da bacia drenante, nomeadamente infiltração, velocidade de escoamento superficial, inclinação e dimensões da bacia drenante.

O coeficiente de escoamento varia conforme o tipo de terreno e a sua inclinação, no entanto, tratandose de uma obra de selagem de fundo de um aterro torna-se imperativo desviar a totalidade das águas precipitadas sobre a superfície, logo considerou-se um coeficiente de escoamento de 0,95, tendo em conta uma percentagem de perda por evaporação.

A intensidade de precipitação foi determinada através da expressão:

$$I = a \cdot t^b$$

Sendo:

I Intensidade de precipitação (mm/h)



- t Tempo de precipitação, o qual se considerou de 10 minutos (min)
- a e b Coeficientes que se determinaram através das curvas de Intensidade-Duração-Frequência previstas no Regulamento, no Anexo IX. Para determinação dos coeficientes, a e b considerouse a Zona Pluviométrica A e um tempo de retorno de 20 anos.

Para cada troço foi determinado o somatório de todos os caudais a montante, constituindo este o caudal de cálculo. As valetas e colectores foram dimensionados através da fórmula de Manning-Strickler:

$$Q = K \cdot S \cdot R^{\frac{2}{3}} \cdot i^{\frac{1}{2}}$$

sendo:

- K Coeficiente de Strickler (m1/3s-1)
- S Secção molhada de escoamento (m2)
- R Raio hidráulico (m)
- i Inclinação da tubagem (%)

A tubagem foi dimensionada para meia secção cheia, para inclinações mínimas de 1,5% e velocidades compreendidas entre 0,9 e 5 m/s, sendo o coeficiente K de Strickler de 125 m^{1/3} s⁻¹.

6.3 Disposições construtivas

Coletores para lixiviados (fundo de célula)

A drenagem de lixiviados é realizada por um sistema de tubagens em PEAD PN10 MRS100, ranhurados a meia cana, com diâmetro nominal de Ø315mm de forma a evitar a sua colmatação por acção dos finos arrastados do fundo do aterro sanitário. (ver desenho E_BRV_401).

As tubagens de drenagem serão assentes na base do aterro, em sulcos, sendo as ligações entre tubos efectuadas por soldadura topo a topo.



Os tubos de PEAD deverão ser de boa qualidade, homogéneos, de bom acabamento, sem fendas ou bolhas e deverão satisfazer o prescrito na especificação respectiva no que respeita às características e condições de recepção.

Tubagem de lixiviados (tubagem em compressão)

O material adoptado para a conduta elevatória é o PEAD (PE100), PN 10, Ø110. As ligações serão feitas por soldadura, preferencialmente por soldadura topo a topo, prevendo-se a introdução de flanges na zona dos acessórios da conduta.

O recobrimento normal da elevatória será de 1,0 metros, podendo este valor ser reduzido até 0,80 metros em zonas pontuais, por necessidade de cruzamento com outras redes e em zonas onde não ocorra circulação de veículos.

Os tubos de PEAD deverão ser de boa qualidade, homogéneos, de bom acabamento, sem fendas ou bolhas e deverão satisfazer ao prescrito na especificação respectiva no que respeita às características e condições de recepção.

Caixas de lixiviados (rede de lixiviados)

As caixas de visita de lixiviados serão em PEAD conforme desenho de pormenor apresentado no desenho E_BRV_402, instaladas na bordadura via periférica e terá uma tampa em FFD D400 DN600.

6.4 Caudais médios de lixiviados

A tipologia dos resíduos a depositar no aterro é determinante para as características quantitativas e qualitativas dos lixiviados produzidos. Contudo, tratando-se de um aterro para resíduos de origem urbana, os lixiviados produzidos durante a fase de exploração serão resultantes, essencialmente, da quantidade de água / líquido contida nos resíduos e das águas pluviais que incidem sobre a massa de resíduos depositada. No período pós-encerramento os lixiviados resultam apenas da massa de resíduos depositada.

Quantitativamente, a ocorrência de lixiviados está associada a factores como as características dos resíduos depositados, as condições climatéricas e as características e os métodos de exploração.



De modo a minimizar a ocorrência de lixiviados estão previstas medidas conceptuais e operacionais, nomeadamente:

- Separação das águas pluviais recolhidas em áreas não explorados, das águas pluviais incidentes em áreas em exploração;
- Cobertura da massa de resíduos depositados com telas temporárias, sendo as águas pluviais desviadas para as valetas periféricas;
- Selagem progressiva da célula com o avanço da exploração.

A estimativa de produção de lixiviados efectuada para a zona de ampliação do aterro foi prevista tendo como referência a produção de lixiviados do aterro existente e as águas pluviais incidentes.

6.5 Gestão de lixiviados

O aterro da BRAVAL dispõe de um sistema de tratamento de lixiviados considerado suficiente para o tratamento dos lixiviados decorrentes do presente projecto.

Refira-se que a quantidade de lixiviado expectável é inferior ao caudal verificado actualmente e que, com a selagem do aterro em exploração, a ocorrência de lixiviados tenderá a diminuir progressivamente. Neste contexto o sistema de tratamento existente apresenta-se como suficiente para dar resposta ao efluente a ser gerado na área de expansão.

7 Sistema de drenagem de águas pluviais exteriores ao aterro

7.1 Concepção geral do sistema

O sistema de drenagem de águas pluviais na área exterior à célula do aterro compreende a drenagem no arruamento e na via periférica e áreas confinantes.

Na concepção da rede de drenagem pluvial periférica são aspectos importantes a modelação do terreno, a modelação de selagem do aterro e a interligação das redes projectadas com as infraestruturas, redes e acessos existentes.



A drenagem das águas pluviais, a implantar ao longo do arruamento e da via periférica ao aterro, será efectuada pelo lado exterior, através da execução de valetas, ou ainda por simples escoamento superficial do arruamento, que terá pendente para o exterior face à célula do aterro (ver desenhos E_BRV_501 e E_BRV_502).

7.2 Rede pluvial do lado exterior do arruamento

O presente projecto integra a instalação da rede de drenagem pluvial do lado exterior do arruamento e da via periférica ao aterro, face à célula do aterro (ver desenhos E_BRV_501 e E_BRV_502).

O dimensionamento desta valeta pluvial foi efectuado tendo em consideração a área de influência mais desfavorável dos taludes a drenar, bem como, a área de influência do arruamento e via correspondente a cada troço de valeta (ver desenho E_BRV_501).

As águas pluviais recolhidas serão descarregadas no meio natural, através de valetas descendentes e dissipadores de energia (ver desenho E_BRV_502).

7.2.1 Critérios de dimensionamento

A rede descrita neste documento está de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto – "Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais".

O dimensionamento garante a drenagem da totalidade das águas precipitadas sobre a área de influência.

O dimensionamento hidráulico foi efectuado com base no caudal de cálculo determinado através da fórmula racional:

$$Q = C \cdot I \cdot A$$

Sendo:

- Q Caudal de cálculo (l/s)
- C Coeficiente de escoamento



- I Intensidade de precipitação (mm/h)
- A Área sobre a qual cai a precipitação, em projecção horizontal (m2)

O coeficiente de escoamento varia conforme o tipo de terreno e a sua inclinação, no entanto, considera-se que o arruamento e a via são impermeáveis pelo que se torna imperativo desviar a totalidade das águas precipitadas na superfície, logo considerou-se um coeficiente de escoamento de 0,95, tendo em conta uma percentagem de perda por evaporação.

A intensidade de precipitação foi determinada através da expressão:

$$I = a \cdot t^b$$

Sendo:

- I Intensidade de precipitação (mm/h)
- t Tempo de precipitação, o qual se considerou de 10 minutos (min)
- a e b Coeficientes que se determinaram através das curvas de Intensidade-Duração-Frequência previstas no Regulamento, no Anexo IX. Para determinação dos coeficientes, a e b considerou-se a Zona Pluviométrica A e um tempo de retorno de 20 anos.

Para cada troço foi determinado o somatório de todos os caudais a montante, constituindo este o caudal de cálculo. As valetas e colectores foram dimensionados através da fórmula de Manning-Strickler:

$$Q = K \cdot S \cdot R^{\frac{2}{3}} \cdot i^{\frac{1}{2}}$$

Sendo:

- K Coeficiente de Strickler (m1/3s-1)
- S Secção molhada de escoamento (m2)
- R Raio hidráulico (m)
- i Inclinação da tubagem (%)



A valeta foi dimensionada para secção a 80%, para inclinações mínimas de 5% e velocidades compreendidas entre 0,9 e 5 m/s, sendo o coeficiente K de Strickler de 90 m1/3s-1.

7.2.2 Disposições construtivas

Valetas

As valetas serão executadas em betão C20/25, serão de forma triangular na zona periférica da via e circular na crista de talude da zona Oeste do aterro. Todas as valetas serão executadas em betão de 100 mm de espessura.

As valetas serão executadas de acordo com os pormenores desenhados (ver desenho E_BRV_502).

Caixas

As caixas serão executadas em betão armado C20/25 de acordo com os pormenores desenhados (ver desenho E_BRV_502).

8 Rede de poços de biogás

A drenagem do biogás gerado na célula será efectuada através de uma rede de poços do biogás a instalar progressivamente durante a exploração do aterro. Para efeitos de concepção da rede de poços de biogás considerou-se um raio de influência de 25 m por poço.

Os poços de biogás deverão ser executados desde a base do aterro, assentes sobre material argiloso para não permitir a subida dos lixiviados, sendo constituídos por argolas de betão pré-fabricado, Ø1000mm, com preenchimento com brita de granulometria grossa, envolvendo condutas verticais em tubagem PEAD DN160 ranhurada, destinadas à recolha e drenagem de biogás.

Com a selagem da respectiva zona de influência, a cabeça móvel dos poços de biogás deverá ser substituída por cabeças fixas. A instalação e "crescimento" destes poços de biogás em toda a sua extensão será efectuada com o decorrer da exploração.



No âmbito do projecto descreve-se os pontos de localização dos poços de biogás, respectivos raios de influência e pormenores construtivos (ver desenho E_BRV_601).

9 Instalações eléctricas

9.1 Regulamentos e Normas

O presente projecto foi elaborado de acordo com as Normas e Regulamentos oficiais em vigor, nomeadamente:

- Regulamento de Segurança de Redes de Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão / Decreto-Lei nº 90/84, de 26 de Dezembro;
- Regras Técnicas das Instalações Eléctricas de Baixa Tensão (Portaria n.º 949-A/2006, de 11 de Setembro);
- Decreto-Lei n.º 517/80, de 31 de Outubro.

9.2 Descrição dos trabalhos a executar

Neste capítulo pretende-se fazer uma descrição genérica dos trabalhos que estão no âmbito da intervenção:

 Criar uma rede de alimentação eléctrica a um Poço de Bombagem de Lixiviados, a um Poço de Bombagem de Águas Freáticas e a um conjunto de Quadros de Tomadas ao longo da via circundante da nova célula do aterro para potenciar a ligação pontual e temporária de equipamentos diversos e/ou iluminação.

9.3 Alimentação de energia

A alimentação de energia terá origem na instalação eléctrica já existente no Aterro. Não foi possível definir o ponto exacto de interligação, mas foi estipulado que esse ponto será um quadro eléctrico



existente a uma distância não superior a 200m. Foi com esta base que se definiu a rede de alimentação de energia ao designado Q.ATERRO, que será o quadro eléctrico onde terão origem as alimentações aos poços de bombagem e quadros de tomadas.

A potência de cada grupo de bombagem será de 15 kVA e foi estabelecido como pressuposto que a potência da rede de Quadros de Tomadas não ultrapassará, simultaneamente, o valor de 27,6 kVA Trifásico. Desta forma, e considerando um factor de simultaneidade, estipulou-se que a potência total a alimentar será de 50 kVA.

Desta forma, a protecção da canalização desta rede de alimentação será obtida através de um disjuntor tetrapolar de 100A, com poder de corte a definir, a instalar no quadro eléctrico a indicar oportunamente pelo Dono de Obra. Para efeitos de orçamentação, considera-se que o poder de corte do disjuntor será de 25 kA.

9.4 Quadro eléctrico

A instalação será dotada de um quadro eléctrico, denominado Q.ATERRO, donde partirão as alimentações para os poços de bombagem e quadros de tomadas, conforme já referido. Este quadro deverá ser instalado no interior de um armário com IP 45 e IK 10, do tipo Vidropol, Isosigma ou equivalente, garantindo assim a necessária protecção da chuva e resistência mecânica ao choque.

É da responsabilidade da empresa instaladora o fornecimento e montagem do quadro.

Todos os circuitos deverão ser identificados e nos quadros deve figurar a identificação do quadro, o nome do fabricante, marca, modelo, índices de protecção, poder de corte da aparelhagem, tensão e corrente nominal.

A aparelhagem será montada sobre calha DIN 46277 fixa a estrutura metálica, independentemente da armação do quadro. Todas as estruturas estarão unidas electricamente entre si, e num dos seus extremos realizar-se-á a ligação à terra.

Os aparelhos de protecção devem obedecer, quanto ao seu poder de corte, intensidade nominal, forma de encerramento do elemento fusível, dispositivos que permitam sem meios especiais verificar o seu funcionamento, ao que está estabelecido nas R.T.I.E.B.T..

O poder de corte da aparelhagem de protecção deve ser superior à corrente de curto-circuito (lcc) máxima no barramento geral do respectivo quadro, com o mínimo de 6kA segundo norma EN60898.



O quadro eléctrico deve cumprir os ensaios estabelecidos na norma EN 61439-3.

O quadro dever possuir classe II de isolamento ou protecção equivalente.

O quadro terá acabamento com porta e fechadura, de modo a que fique inacessível a pessoal não qualificado.

As ligações internas dos equipamentos são todas realizadas por aperto mecânico e executadas com condutores do tipo H07V, instalados em calha plástica e ligados a um conjunto de bornes, devidamente referenciados por algarismos e letras. Em caso algum, será permitido ligar directamente os condutores exteriores à aparelhagem de distribuição, excepto para secções superiores a 25 mm².

Todos os condutores internos de ligação serão referenciados por etiquetas plásticas do tipo PA da Weidmuller ou equivalente.

Todos os circuitos de saída do quadro, serão identificados por etiquetas em trafolite gravada, colocadas por cima ou por baixo de cada órgão de comando ou protecção. Atempadamente deve a empresa instaladora apresentar, para aprovação, à Fiscalização da Obra, o texto a gravar nas etiquetas (letras brancas em fundo preto).

O quadro deve ser dotados de um ligador de massa, ao qual serão ligados os condutores de protecção.

Os barramentos serão em barra de cobre electrolítico para a intensidade de serviço igual, no mínimo, à intensidade nominal do aparelho de entrada, na secção conveniente para resistir aos esforços térmicos e electrodinâmicos das correntes de curto-circuito.

O quadro dispõe de barramentos de fases, neutro e terra em cobre, dimensionados de forma a permitirem uma densidade eléctrica não superior a 2A / mm².

Poderão ser admitidos barramentos normalizados pré-fabricados, por módulos ou pentes de ligação, desde que a intensidade máxima admissível não provoque uma elevação de temperatura superior a 20°C, em regime permanente.

Para total garantia de protecção contra contactos directos, todos os condutores nus e peças nuas em tensão do quadro devem ser dotados de anteparos em material plástico, transparente e auto-extinguível.

Será prevista uma bolsa plástica, a localizar na porta do quadro, destinada a receber o esquema, conforme foi executado.



O quadro será dimensionado considerando um mínimo de 30% de espaço de reserva.

A empresa responsável pelo fabrico dos quadros eléctricos deve ser certificada.

O adjudicatário deve apresentar à Fiscalização da obra os certificados de ensaios e de homologação dos quadros eléctricos, sem os quais os mesmos não serão aceites.

O empreiteiro deverá tomar conhecimento dos espaços disponíveis, para a instalação do quadro eléctrico, antes de proceder a qualquer trabalho.

Se for necessário, o adjudicatário deve apresentar à Fiscalização pormenores de montagem do quadro eléctrico.

O quadro só poderá ser construído, depois de aprovado pela Fiscalização da Obra.

Os quadros serão da marca Schneider Electric, ABB, Hager, Siemens ou equivalente.

9.5 Quadros de tomadas

A instalação será dotada dos Quadros de Tomadas indicados na peça desenhada E_BRV_901. É da responsabilidade da empresa instaladora o fornecimento e montagem dos mesmos.

Também faz parte da presente empreitada o fornecimento e montagem de todos os elementos e acessórios indispensáveis para um bom acabamento e funcionamento.

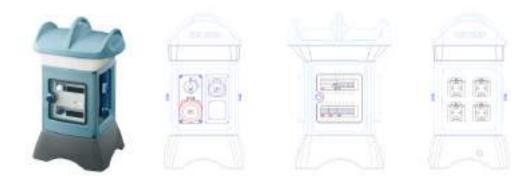
Todos os circuitos deverão ser identificados e nos quadros deve figurar o nome do fabricante, marca e modelo.

Os Quadros de Tomadas serão do tipo pimenteiro, com estrutura em material termoplástico, IP56, para fixação em maciço, constituídos pela seguinte aparelhagem e tomadas, conforme esquema eléctrico incluído nas Peças Desenhadas:

- 1 Tomada CEE 3P+N+T 32A, com interruptor de encravamento incorporado;
- 1 Tomada CEE 2P+T 16A;
- 4 Tomadas tipo Schuko 2P+T 16A;



 Aparelhagem de corte e protecção, com poder de corte mínimo de 6kA, segundo norma EN60898.



A aparelhagem será montada sobre calha DIN 46277 fixa a estrutura metálica, independentemente da armação do quadro. Todas as estruturas estarão unidas electricamente entre si, e num dos seus extremos realizar-se-á a ligação à terra.

Os aparelhos de protecção devem obedecer, quanto ao seu poder de corte, intensidade nominal, forma de encerramento do elemento fusível, dispositivos que permitam sem meios especiais verificar o seu funcionamento, ao que está estabelecido nas R.T.I.E.B.T..

Os quadros deverão garantir a classe II de isolamento ou protecção equivalente.

As ligações internas dos equipamentos são todas realizadas por aperto mecânico e executadas com condutores do tipo H07V, instalados em calha plástica e ligados a um conjunto de bornes, devidamente referenciados por algarismos e letras. Em caso algum será permitido ligar directamente os condutores exteriores à aparelhagem de distribuição, excepto para secções superiores a 25 mm2.

Todos os condutores internos de ligação serão referenciados por etiquetas plásticas do tipo PA da Weidmuller ou equivalente.

Todos os circuitos de saída dos quadros, serão identificados por etiquetas em trafolite gravada, colocadas por cima ou por baixo de cada órgão de comando ou protecção.

Os quadros deverão ser dotados de um ligador de massa, ao qual, serão ligados os condutores de protecção.



Os barramentos serão em barra de cobre electrolítico para a intensidade de serviço igual, no mínimo, à intensidade nominal do aparelho de entrada, na secção conveniente para resistir aos esforços térmicos e electrodinâmicos das correntes de curto-circuito.

Os quadros dispõem de barramentos de fases, neutro e terra em cobre, dimensionados de forma a permitirem uma densidade eléctrica não superior a 2A / mm².

Para total garantia de protecção contra contactos directos, todos os condutores nus e peças nuas em tensão dos quadros devem ser dotados de anteparos em material plástico, transparente e auto-extinguível.

O adjudicatário deve apresentar à Fiscalização da obra os certificados de ensaios e de homologação dos quadros eléctricos, sem os quais os mesmos não serão aceites.

Os quadros só poderão ser construídos, depois de aprovados pela Fiscalização da obra.

O adjudicatário deve apresentar esboços da disposição da aparelhagem e dimensões aproximadas à Fiscalização da obra antes do início da execução dos quadros eléctricos.

A não apresentação pode implicar por parte da Fiscalização a não aceitação dos quadros eléctricos.

Os quadros serão da marca Gewiss, modelo QMC 68 ou equivalente.

9.6 Canalizações

9.6.1 Cabos de potência

Os cabos a utilizar serão do tipo:

- XV-R, para instalações interiores, para secções ≥ 10mm²;
- H1VZ4V-R, para instalações enterradas em vala, e para secções ≥ 10mm².

A identificação dos condutores deverá ser efectuada de acordo com a norma HD 308.S2.

Genericamente, a rede de cabos para alimentação dos Quadros de Tomadas será instalada directamente em valas. Deverá, no entanto, ser considerada um ponta de tubo na zona de passagem do maciço, entre a vala e o próprio Quadro de Tomadas. O tubo deverá ser do tipo PEAD 6kgf/cm².



O empreiteiro de electricidade deverá, junto da Fiscalização da Obra, obter pormenores de instalação das canalizações eléctricas sempre que existam dúvidas quanto ao estabelecimento das mesmas.

Os cabos serão, preferencialmente, de fabrico nacional, tendo por marca de referência a CABELTE ou equivalente.

9.6.2 Abertura de valas e reposição do pavimento

Abertura de valas

As valas terão os traçados indicados na peça desenhada E_BRV_901.

As valas deverão ser abertas em troços rectilíneos, na menor extensão possível, começando-se por arrancar com cuidado e arrumar convenientemente os materiais que revestem o pavimento das mesmas, sem prejudicar as partes contíguas.

As paredes das valas deverão ser aprumadas e o fundo deverá ser nivelado e isento de pedras ou outros detritos, a fim de permitir um assentamento perfeito dos cabos.

Os produtos de escavação deverão ser colocados a uma distância, ao lado da vala, nunca inferior a 0,30 m, salvo se a fiscalização ou outras entidades oficiais exigirem, por motivo de segurança ou outra, a remoção para depósito do adjudicatário.

Quando na execução dos trabalhos surgirem obstáculos, tais como instalações estranhas que possam interferir com o regular assentamento dos cabos e tubos, deverão as dimensões das valas ser alteradas de modo a que se torne possível contornar o obstáculo.

Se no percurso dos cabos e tubos existirem caixas ou aquedutos, deverá o adjudicatário, avisar a Fiscalização da Obra para que sejam tomadas as indispensáveis providências.

Quando o fundo da vala for em rocha, aprofundar-se-á 0,20 m e este espaço deverá ser preenchido com solo bem apertado a mação ou com areia cirandada.

São da responsabilidade e conta do adjudicatário as reparações que porventura venham a ser necessárias em consequência da deterioração de quaisquer canalizações ou outros já existentes, encontradas no percurso das valas e de outros danos causadas pelo seu pessoal.



Aterro das valas

As valas e covas só poderão ser tapadas depois da respectiva autorização da Fiscalização.

As camadas de aterro, com a espessura máxima de 0,20m, devem ser regadas, sempre que necessário, de modo a obter-se um teor óptimo de humidade que possibilite a obtenção dum valor de baridade correspondente à compactação relativa máxima de 95% (ensaio de compactação pesada-Proctor Modificado).

Não será permitido o aterro de valas com solos com matéria orgânica ou argilosa, pedras, detritos.

Reposição do pavimento

A reposição de infra e supra-estruturas terá de ser feita devidamente, respeitando as espécies anteriormente existentes ao levantamento sendo da responsabilidade do empreiteiro o fornecimento de todos os materiais necessários e em falta.

É da responsabilidade do empreiteiro executar as concordâncias com os pavimentos adjacentes e a reparação dos pavimentos abatidos ou qualquer deficiência anotada pela fiscalização ou outras entidades que eventualmente superintendam nas artérias onde se realizem os trabalhos.

Os materiais sobrantes serão imediatamente retirados pelo empreiteiro efectuando-se a respectiva limpeza dos locais de trabalho.

No caso da reposição de pavimento de betonilha esquartelada, é obrigatória a reposição total dos elementos que tenham sido parcialmente destruídos.

Na reposição de betonilha deverá ser empregue cimento da mesma marca do original a fim de evitar as diferenças de cor provenientes do emprego de cimento de origem diferente.

9.7 Protecção de pessoas

A protecção de pessoas reveste-se de dois aspectos:

- Protecção contra contactos directos.
- Protecção contra contactos indirectos.



9.7.1 Protecção contra contactos directos

A protecção contra contactos directos, pode considerar-se realizada pela observância das prescrições regulamentares, em especial no que diz respeito ao isolamento das partes activas.

9.7.2 Protecção contra contactos indirectos

A protecção contra contactos indirectos será assegurada pela ligação directa das massas à terra e emprego de aparelho automático associado, que no presente projecto serão os interruptores e disjuntores diferenciais sensíveis à corrente diferencial-residual de média sensibilidade de 300mA e de alta sensibilidade (30mA).

9.7.3 Tipo de ligações do circuito de protecção

O cabo de alimentação dos Quadros de Tomadas, com origem na instalação existente, não será dotado de condutor de protecção.

Nas proximidades de cada um dos Quadros de Tomadas, será estabelecido, nas condições regulamentares, um ou mais eléctrodos de terra, do tipo vareta de aço do tipo piquet de marca OBO-BETTERMANN ou equivalente, com 2 m de comprimento, 15 mm de diâmetro exterior e com revestimento em cobre 0,7 mm.

Estas varetas deverão estar colocadas em locais tão húmidos quanto possível de preferência em terra vegetal fora das zonas de passagem e enterradas à distância conveniente de depósitos de substâncias corrosivas que possam infiltrar-se no terreno.

O eléctrodo de terra ficará ligado ao terminal de terra do Quadro de Tomadas, utilizando-se para o efeito cabo de cobre isolado H1XV-R de secção não inferior a 25 mm².

O valor da resistência de terra em cada ponto da rede de Quadros de Tomadas deve ser igual ou inferior a 20 Ohm.



10 Rede de incêndio

10.1 Conceito

Previu-se uma rede integrada na rede de incêndio existente, isto é, um prolongamento da rede existente para a nova célula, que vai integrar o novo arruamento a construir. Desta forma a rede de incêndio fica localizada na faixa entre o aterro e a faixa de rodagem.

Foram previstos seis novos marcos de incêndio de forma a optimizar a rede de incêndio existente para esta fase do aterro.

A alimentação aos marcos de água é feita em vala.

A nova rede será aduzida através de picagem à rede existente e irá comportar-se como prolongamento desta (ver desenho E_BRV_801). Sendo assim, a nova rede terá o mesmo diâmetro e material da rede existente (PEAD diâmetro 110 – a confirmar no local).

10.2 Domínio de aplicação

As especificações seguintes aplicam-se aos tubos de polietileno de massa volúmica alta, utilizados na rede de incêndio.

10.2.1 Disposições gerais

O emprego de tubos e acessórios de polietileno de massa volúmica alta está condicionado a superior aprovação, pelo que estes devem estar homologados por documento actualizado.

10.2.2 Material

O material utilizado no fabrico dos tubos será de polietileno de massa volúmica alta, com a conveniente proporção de um antioxidante apropriado e 2 a 3% de negro de fumo, uniformemente disperso.



Não poderão ser utilizadas quaisquer substâncias que transmitam odores ou outras características prejudiciais à saúde.

O índice de fusibilidade do material não deve exceder 1,6 gramas por dezena de minutos e a sua densidade deve estar compreendida entre 0,945 e 0,96.

10.2.3 Características dos tubos

Os tubos devem apresentar cor negra e uniforme devido à integração do negro de fumo na massa do polietileno.

Devem ser marcados de modo indelével de 3 em 3 m com as seguintes inscrições:

- marca do fabricante;
- sigla PEA ou outra reconhecida internacionalmente como identificando o polietileno de massa volúmica alta;
- diâmetro nominal exterior;
- classe de pressão.

10.2.4 Classes de pressão

Os tubos são classificados consoante a sua pressão nominal, de acordo com a norma NP 53.

10.2.5 Dimensões e tolerâncias

Os diâmetros nominais exteriores dos tubos devem estar de acordo com a norma NP 253.

A espessura mínima dos tubos, expressa em mm, será calculada, pela expressão:

$$e = p d / (2 s + p)$$



com e > 2,0 mm

em que:

- p pressão correspondente à classe, expressa em MPa;
- d diâmetro exterior nominal, expresso em mm;
- s tensão de segurança do material que constitui os tubos, a 20° C, para a qual se adopta o valor de 5 MPa.

A escolha das classes dos tubos será feita em função da pressão de serviço e da verificação da estabilidade do tubo instalado para as condições de carga de serviço, num período equivalente à vida útil do tubo, não se admitindo deformações diametrais superiores a 5%.

As tolerâncias admitidas para os diâmetros exteriores e espessuras dos tubos são as fixadas na norma DIN 8074.

10.2.6 Recepção

A recepção dos tubos e uniões será feita com base na verificação das características definidas nesta Especificação e será realizada de acordo com a norma NP 691.

A recepção compreenderá uma inspecção geral e ensaios a realizar em laboratório oficial.

A inspecção geral será realizada pelo Dono da Obra ou seu representante no local do fornecimento dos tubos e consistirá na verificação das características e dimensões, incluindo sobre todos os tubos.

Para efeito de verificação das dimensões, considera-se, de acordo com a NP 691, como valor do diâmetro exterior, numa secção de um tubo, a média aritmética dos valores de dois diâmetros ortogonais entre si e como valores mínimo e máximo de espessura da parede, numa secção de um tubo, respectivamente, o menor e o maior de quatro valores da espessura medidos nos extremos de dois diâmetros ortogonais entre si.

A variação de comprimento dos tubos, quando ensaiados segundo a norma NP 925, não deve ser superior a 3% do comprimento inicial.



Para além do ensaio anteriormente referido, deverão ser realizados os ensaios para a determinação do índice de fusibilidade do polietileno, de acordo com a NP 558, e da resistência à pressão interior de acordo com a DIN 8075.

As regras de decisão são as adaptadas na norma NP 691.

10.2.7 Acondicionamento

Os tubos podem ser fornecidos enrolados ou não, dependendo do diâmetro e classe de pressão dos tubos. As extremidades dos tubos devem ser tapadas.

Os tubos devem ser guardados em locais onde se encontrem protegidos, nomeadamente de ações que conduzam ao seu esmagamento ou furação.

No caso do armazenamento ser prolongado, os tubos devem colocar-se em recinto coberto e fora da exposição directa da luz solar, de acordo com as instruções dos fabricantes.

Devem ser tomadas também precauções em relação ao calor excessivo e aos agentes químicos prejudiciais.

10.2.8 Documentos normativos aplicáveis

- NP 253 Tubos de material plástico de secção circular, para transporte de fluídos.
 Diâmetros exteriores e pressões nominais.
- NP 558 Tubos de polietileno. Determinação do índice de fusibilidade do polietileno.
- NP 691 Tubos de polietileno de massa volúmica baixa, para canalizações de água e esgoto. Características e recepção.
- NP 925 Tubos de polietileno. Ensaio de estabilidade das dimensões.
- NP 1372 Tubos de material plástico. Uniões. Ensaio de pressão interior.
- DIN 8074 Pipes of High-density PE (High-density Polyethylene). Type. General Quality.
 Requirements. Testing.



DIN 8075 - Pipes of High-density PE (High-density Polyelhylene). Dimensions.

10.2.9 Carregamento, transporte e descargas

O carregamento, transporte ou descarga deve processar-se de forma a não provocar qualquer espécie de danificação no material.

As embalagens de protecção e meios de manuseamento fornecidos quando em paletes devem manter-se intactas durante as operações de carregamento transporte ou descarga.

Os veículos de transporte devem ter um fundo plano sem quaisquer pregos ou outras saliências que possam danificar a tubagem ou acessórios.

É interdita a utilização de cabos, correntes, cordas ou qualquer outro tipo de material que, de algum modo, se possam constituir como elemento "cortante".

É obrigatória a utilização de cintas de elevação não metálicas, sempre que se proceda a carga ou descarga de tubagem (quer esta se apresente em bobinas ou em varas).

Durante a execução do carregamento ou descarga deve ser assegurada a elevação, descida e condicionamento suave, assim como uma deslocação lenta e segura.

É interdito realizar-se o carregamento ou descarga através de esticões, arrastamentos ou pancadas.

Deve recorrer-se a carga mecânica sempre que não seja possível assegurar uma manobra manual adequada.

A tubagem e/ou acessórios não devem ser armazenados nas proximidades de fontes de calor.

As varas de tubos devem ser transportadas completamente assentes e convenientemente empilhadas.

Não é permitido transportar juntamente com os tubos de polietileno, tubos ou acessórios de outra natureza, pedras, máquinas ou ferramentas de qualquer espécie, bem como qualquer matéria susceptível de provocar danificação ou contaminação na tubagem.

Quando se transportam acessórios especiais previamente montados em fábrica/estaleiro, o seu peso não deve ser suportado por nenhuma das suas junções.



10.2.10 Manuseamento

Em particular, serão tidos em conta no que se refere ao manuseamento de rolos, varas de tubos e acessórios os seguintes aspectos:

Rolos de tubos

- Os rolos devem ser facilmente manuseados por empilhadores.
- Quando os rolos forem demasiado pesados para serem erguidos manualmente, deve usar-se cintas de elevação não metálicas ou um empilhador com os garfos convenientemente protegidos. Em caso algum serão empurrados das plataformas ou das caixas de carga.
- Os rolos devem encontrar-se presos por fitas, quer exteriores, quer intermédias. Estas não devem ser retiradas até que o tubo seja necessário. As fitas que prendem a extremidade exterior devem ser primeiro retiradas e o movimento da extremidade livre cuidadosamente controlado.
- Só se deve cortar e retirar as fitas necessárias à libertação do comprimento desejado de tubo.
- Depois de se cortar do rolo a quantidade de tubo necessária, deve recolocar-se o tampão de protecção na extremidade deste e voltar a prender com fita as suas extremidades.
- O desenrolamento n\u00e3o deve ser feito de maneira a que o tubo deixe o rolo em espiral pois
 pode tornar-se extremamente dif\u00edcil endireit\u00e1-lo sem o danificar por demasiada tor\u00e7\u00e3o.
 Acresce ainda que se cria desnecessariamente uma situa\u00e7\u00e3o potencialmente perigosa.
- Para tubos de diâmetro DN63 ou superiores devem ser utilizados desenroladores mecânicos.

Varas

• Quando se utilizam gruas deve usar-se cintas de elevação não metálicas no seu manuseamento. Para comprimentos superiores a 6 m devem usar-se apoios em pontos equivalentes a um sexto do comprimento do tubo ou empilhamento de tubos. Durante a sua elevação não se devem usar correntes ou ganchos. Especial atenção deve ser tida relativamente às extremidades dos tubos já flangeados.



- Enquanto se carregam ou descarregam os tubos, os pontos de elevação devem ser o mais afastado possível.
- O empilhamento tipo de 6 metros deve ser feito com um empilhador e o posicionamento dos garfos, aquando da elevação da carga, deve ter em conta a natureza flexível dos tubos.
- Os empilhamentos com mais de 6 m de comprimento devem ser efectuados por um carregador lateral com um suporte mínimo de quatro garfos de apoio ou por uma grua, repartindo convenientemente o peso da carga e usando cintas não metálicas de elevação.

<u>Acessórios</u>

- Não deve ser feito o uso de ganchos para elevar acessórios.
- Os acessórios são geralmente fornecidos em embalagens de cartão ou sacos de polietileno.

10.2.11 Armazenamento temporário

Para além do indicado no ponto 10.2.7, deve ainda respeitar-se as condições que se passa a enunciar.

De um modo geral quanto mais plano for o terreno, maior é a quantidade de tubos que podem ser armazenados, desde que se tomem precauções para evitar danos nos tubos das camadas inferiores.

Deve evitar-se o contacto directo com o solo.

Os tubos serão empilhados em armações conforme provenientes das instalações do fabricante, sendo necessário assegurar que as grades de madeira de apoio se encontram todas na mesma posição em cada empilhamento. Isto permite a armazenagem de 3 camadas de grades sucessivas, sendo todo o peso suportado pela madeira da grade e não pelos tubos.

Os tubos deverão ser arrumados em três áreas distintas, perfeitamente identificadas, de acordo com o resultado da recepção realizada (Aceitação, Aceitação Condicional e Rejeição) e por diâmetros, de modo a permitir a retirada de tubos dos diferentes diâmetros sem movimentar os outros tubos.



Todos os materiais devem ser inspeccionados aquando da sua entrega. Qualquer defeito ou dano deve ser anotado.

Os tubos e acessórios devem ser usados pela ordem de fabrico de modo a garantir a correcta rotação do stock.

Os tubos devem ser empilhados em camadas devidamente tamponados.

Nos armazéns, os rolos de tubos devem ser postos em paletes ou em pilhas nunca superiores a 10 para os diâmetros de 20, 25 e 32 mm e nunca superiores a 6 para os diâmetros de 40 a 90 mm. Em estaleiro os rolos nunca devem ser armazenados em pilhas superiores a duas unidades.

Os acessórios devem ser armazenados de preferência em prateleiras sob cobertura, devendo conservar-se nas embalagens protectoras de origem no maior período de tempo possível até a sua utilização.

As condições de acondicionamento deverão garantir que não serão alteradas as características e identificação dos acessórios.

Os acessórios deverão ser acondicionados em três áreas distintas, perfeitamente identificadas, de acordo com o resultado da recepção realizada (Aceitação, Aceitação Condicional e Rejeição) e por tipo e espécie, de modo à sua fácil identificação e aplicação em obra.

Os tubos e acessórios que se encontram armazenados no exterior, passíveis de serem expostos ao sol, devem ser protegidos dos raios UV.

Deve ser evitado o contacto com óleos lubrificantes e hidráulicos, assim como com produtos químicos agressivos, tais como solventes químicos.

Para além dos cuidados referidos, é ainda absolutamente interdito:

- fazer rolar os tubos no solo,
- submeter os tubos a temperaturas superiores a 40°C,
- empilhar tubos qualquer que seja a altura, desde que não estejam asseguradas perfeitas condições de segurança.



10.3 Assentamento de tubo

10.3.1 Trabalhos preparatórios e subsequentes

Ao iniciar a montagem das tubagens, o adjudicatário deverá assegurar ter a vala aberta e drenada (se for caso disso), com largura e profundidade adequadas ao diâmetro da conduta e à natureza do terreno, leito regularizado e taludes estabilizados, tudo numa extensão não inferior à média diária de progressão da montagem.

Os trabalhos de escavação deverão ser conduzidos de forma a garantir as indispensáveis condições de segurança dos trabalhadores e do público e a evitar desmoronamentos.

É indispensável a entivação do solo nas frentes de escavação, que deverá ser adequada à natureza e à constituição do solo, à profundidade, ao grau de humidade e às sobrecargas a suportar pelas superfícies dos terrenos adjacentes.

No caso dos terrenos pouco coesos usar-se-ão entivações que assegurem a continuidade do suporte. Todos os trabalhos deverão ser realizados a seco, pelo que esta cortina terá que assegurar vedação suficiente. Em alternativa, o adjudicatário poderá recorrer a outros métodos, desde que aprovados pela Fiscalização, não se isentando, contudo, da responsabilidade em caso de acidente.

Os produtos de escavação não poderão ser depositados a menos de 0,60 m do bordo superior do talude. Fixar-se-á sempre, como resguardo, uma prancha de madeira ao longo do bordo superior do talude.

Após a ocorrência de temporais ou qualquer outra situação passível de afectar as condições de segurança estabelecidas, os trabalhos de escavação só poderão continuar depois da aprovação da Fiscalização.

Todas as tarefas inerentes ao decorrer dos diversos trabalhos serão executadas conforme o preconizado neste Caderno de Encargos.

Sempre que as escavações impeçam ou dificultem a circulação de peões e dos veículos, e até que a normalidade seja restabelecida, serão instalados passadiços provisórios, que deverão oferecer estabilidade suficiente, ter os lados protegidos com corrimão e ser convenientemente iluminados, sendo a zona de intervenção vedada com rede apropriada.

Os materiais, os equipamentos, bem como todos os elementos que existam nos locais e nos postos de trabalho, deverão ter solidez e serem estabilizados de forma adequada e segura.



Além dos meios de acção correntes a empregar nos trabalhos preparatórios, o adjudicatário deverá dispor previamente, nos locais da Empreitada ou nas imediações, de pessoal, equipamento, máquinas, materiais e ferramentas em quantidades e em espécie, tais que as escavações e os aterros se processem com eficiência e em bom ritmo.

10.3.2 Assentamento das tubagens

O assentamento das tubagens exige prévia autorização da Fiscalização, que só será dada depois de se constatar que as cotas da respectiva trincheira ou das obras de arte são as estabelecidas. Todas as reparações que venham posteriormente a tornar-se necessárias por virtude de assentamentos nos aterros efectuados serão de conta do adjudicatário.

Nas valas as tubagens deverão ficar uniformemente apoiadas no leito de assentamento, ao longo de toda a geratriz inferior, excepto nas secções transversais correspondentes às juntas de ligação, as quais ficarão a descoberto em todo o seu perímetro, até aprovação do ensaio de pressão interna.

No caso de troços de tubagem com juntas travadas, os ensaios referidos só podem ser realizados nesses troços com as valas aterradas até à cota final, embora com as juntas dos tubos a descoberto.

O fundo da vala deverá ser sempre compactado a, pelo menos, 95% do Proctor Pesado, podendo a Fiscalização mandar executar à sua conta os ensaios de confirmação de compactação que julgar convenientes.

10.3.3 Movimentação de tubos e sua colocação nas valas

Tanto no armazém, como nos locais de aplicação, os tubos podem ser arrumados por empilhamento.

Os tubos devem ser transportados, do estaleiro ou armazém para os locais de aplicação, em plataformas de reboque por tractor, em camiões ou noutros veículos providos de boa suspensão e equipados com dormentes, coxins ou dispositivos de fixação equivalentes, apropriados ao seu perfeito acondicionamento durante a viagem.

A carga e a descarga dos tubos nos veículos de transporte e a sua colocação em obras deverão fazer-se manual ou mecanicamente, consoante for menor ou maior o peso dos tubos e as condições de assentamento. Em qualquer dos casos serão manuseados cuidadosamente, com o auxílio de



cordas, cintas ou correias de couro, ou ainda de garras suficientemente largas e protegidas com revestimento macio, por forma a evitarem-se danos nos tubos ou no seu revestimento, quando exista.

Os tubos devem ser inspeccionados antes de serem assentes em obra. Se apresentarem fendas, mossas, falhas e chochos ou outros defeitos, a Fiscalização poderá rejeitá-los e recusar a sua reparação para futura aplicação.

Serão tomadas as precauções para se evitarem que entrem nos tubos terras, pedras, madeiras e quaisquer outros corpos ou substâncias estranhas, procurando-se que o seu interior se mantenha limpo durante o transporte, manuseamento, colocação e montagem.

Na suspensão diária dos trabalhos, e sempre que se verifique uma interrupção no processo de assentamento da conduta, os topos livres dos tubos e dos acessórios já montados deverão ser tamponados e vedados, por dispositivos a aprovar pela Fiscalização, a fim de impedir a entrada de sujidade, detritos, corpos estranhos ou água das valas.

Se, não obstante todos os cuidados, aparecem na montagem tubos insuficientemente limpos no seu interior, a Fiscalização determinará ao adjudicatário que antes de os aplicar, proceda à sua lavagem ou mesmo desinfecção, conforme o referido no Caderno de Encargos.

O assentamento será feito de jusante para montante e no caso dos tubos com campânula, com esta para montante, devendo haver sempre o cuidado de lhes dar apoio em toda a extensão e de garantir o seu perfeito alinhamento, tanto no plano vertical, como no horizontal.

Independentemente do tipo de enchimento para a vala especificado no Caderno de Encargos, o adjudicatário assentará os tipos de tubos que utilizar com amarrações devidamente calculadas contra a flutuação, sempre que hajam níveis freáticos elevados e que a natureza das tubagens possa colocar em risco a sua estabilidade.

Os restantes requisitos a atender no correcto assentamento dos tubos e boa execução das juntas deverão obedecer à norma NP-893 ou às indicações do fabricante, consoante o tipo de material e de juntas a aplicar.

11 Arruamento periférico

Em linhas gerais a elaboração do projecto do arruamento tenta conjugar a melhor solução técnica com o adequado uso dos recursos disponíveis subjugando-se às condicionantes locais existentes.



Consequentemente, os critérios de trabalho foram baseados na adopção de soluções que signifiquem:

- Conforto e segurança para os utilizadores;
- Mínimo impacte da zona afectada;
- Mínima afectação dos terrenos limítrofes;
- Utilização de materiais locais e equipamentos de fácil disponibilidade;
- Mínimas alterações das funções normais da área durante a construção da obra.

Desta forma, a concepção geométrica do arruamento desenvolvida no presente projecto teve como principal objectivo optimizar um traçado que minorasse os efeitos induzidos pelos condicionamentos encontrados na implantação, sublinhando-se, principalmente, os de ordem topográfica que originam impactos e acarretam outras condicionantes que são necessárias acautelar e o cumprimento da plataforma do futuro aterro.

11.1 Metodologia

A solução apresentada tem por base o levantamento topográfico do local e o estudo da modelação da plataforma do futuro aterro. Assim, o presente projecto pretende implantar o arruamento na periferia da plataforma de aterro, com as características geométricas que melhor se adaptem às condicionantes topográficas e efectuar as ligações com os acessos existentes, tentando privilegiar a segurança rodoviária, bem como a limitação da intervenção nas áreas circundantes. Com base nestas condicionantes, as soluções foram estudadas de modo a garantir uma boa organização do tráfego de pesados, permitindo esta solução um funcionamento mais simples que poderá ser entendido de forma mais fácil pelos condutores. Foi criada uma plataforma anexa à faixa de rodagem para dotar o aterro de um espaço disponível para manobras de viaturas pesadas.

A fixação da velocidade base da qual decorrem todas as características geométricas em planta e perfil é, ela própria, função de elementos básicos como é o caso de:

- Relevância da estrada:
- Tráfego esperado;
- Investimento desejado;



Topografia do terreno.

Acresce que a topografia do terreno é acidentada e existe a necessidade de cumprimento de cotas da plataforma do aterro, bem como a necessidade de ligação às acessibilidades existentes, sendo estes os elementos que mais condicionaram a definição das características geométricas adoptadas. Porém, tentou-se aproximar o máximo possível dos parâmetros fundamentais do traçado em planta e perfil longitudinal.

11.2 Traçado

11.2.1 Planta e perfil longitudinal

Este eixo é condicionado pela definição da plataforma do aterro e pela ligação às acessibilidades existentes, ao nível do desenvolvimento da sua diretriz, da sua rasante e do seu perfil transversal, pelas inclinações e cotas altimétricas existentes a partir das quais se desenvolve (ver desenhos E_BRV_701 a E_BRV_703).

Com uma extensão de cerca de 617 m em planta, a directriz é definida por 4 alinhamentos rectos concordados por 3 alinhamentos curvos, cujos raios são aproximadamente 20,00 m (ver desenhos E_BRV_701 e E_BRV_702).

Ao nível da rasante esta desenvolve-se através de cinco traineis com inclinações de -7% (de ligação à estrada existente), 1,5%, 5%, 1,5%, 1,5%. A concordar os trainéis apresentam-se quatro curvas verticais, uma côncava com raios de 1000.00m, três convexas com 500m, 2000m e 2500m (ver desenho E_BRV_702).

11.2.2 Perfil transversal tipo

Em secção corrente

O perfil transversal tipo é composto por uma faixa de rodagem com 6,00 m de largura, ladeada do lado do aterro por uma plataforma com 5,00 m de largura. Esta plataforma destina-se à instalação de canais técnicos, à amarração das telas de impermeabilização e prevê a inclusão dos órgãos de drenagem do aterro e da aplicação das camadas de selagem, estes em fases posteriores de



exploração. Do lado oposto existe uma concordância com 0,8 m de largura para transição da faixa de rodagem, que é ocupada, em larga parte da sua extensão, por uma valeta triangular de bordadura com 0,70 m, sendo que na restante extensão não existe valeta. (ver desenho E_BRV_703).

A inclinação transversal da faixa de rodagem é realizada a uma água para o lado exterior ao aterro, com um valor de 1,5%. A plataforma do lado do aterro tem uma inclinação de 1,5%, para o lado da faixa de rodagem.

11.3 Terraplenagens

11.3.1 Terraplenagens gerais

Neste ponto, a partir da caracterização local dos terrenos, faz-se referência às questões mais importantes das terraplenagens, nomeadamente no que se refere à decapagem, saneamento, escavações e aterros.

Os trabalhos de terraplenagem a realizar constam essencialmente de:

- Decapagem da "terra vegetal";
- Escavação para abertura da caixa do pavimento;
- Escavação em empréstimo e execução de aterros.

O cálculo dos volumes de terras necessários aos trabalhos de terraplenagem será executado com base nos perfis transversais apresentados nas peças desenhadas e do cálculo de perfis auxiliares para as zonas particulares.

11.3.2 Decapagem

A espessura da camada superficial a decapar é variável e dependente da topografia, da natureza dos terrenos aflorantes e do uso que lhes é dado.



11.3.3 Escavação

As escavações não deverão ser levadas abaixo das cotas correspondentes ao fundo de caixa, salvo em circunstâncias especiais que surjam durante a execução dos trabalhos, tais como a presença de rocha ou materiais impróprios que sejam necessários remover. Neste caso, os materiais removidos serão substituídos por solos com características adequadas devidamente regularizadas e compactados.

Se no decorrer das escavações for encontrada água nascente, freática ou de infiltração proceder-se-á à respectiva drenagem, de forma a manter as zonas de escavação ou aterro livres de água.

Atingindo as cotas de fundo de caixa, deve ser garantido um grau de compactação de 95%, segundo o ensaio de Proctor modificado.

A definição da inclinação dos taludes teve em consideração a altura de escavação, as características dos terrenos interessados, a topografia e a ocupação do terreno.

Tendo em conta os factores acima apontados, para os taludes foi considerada uma geometria de H/V:2/1.

11.3.4 Aterro

Em função das características topográficas e geotécnicas da zona atravessada, para regularizar a plataforma e dotá-la de características geométricas compatíveis com o objectivo pretendido para a estrada existe a necessidade de executar aterros.

Nos pontos seguintes faz-se referência aos principais aspectos relacionados com a construção dos aterros previstos.

<u>Materiais</u>

Os materiais a aplicar nos aterros serão resultantes de escavação da plataforma do aterro ou de outras zonas de empréstimo preferencialmente dentro da área de execução da obra, devendo enquadrar-se nos grupos A-1 e A 2-4 do sistema de classificação AASHTO, o que implica apresentar o máximo de 25% de finos, e ter expansibilidade nula ou muito reduzida.

Este grupo de solos aplicar-se-ão no coroamento do aterro, sempre que possível numa espessura de



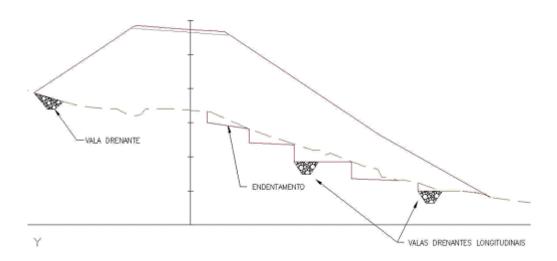
1,0 m. O restante volume de aterro será realizado com solos provenientes das escavações e de empréstimos referidos, mas obedecendo aos requisitos para aterros patentes nas condições técnicas.

Fundação dos aterros

A preparação do terreno de fundação inclui a desmatação e decapagem, conforme definido nos subcapítulos anteriores. Outros cuidados especiais são necessários na fundação dos aterros que se inserem em vertentes inclinadas, exigindo-se a criação de degraus de endentamento nas encostas, após decapagem e remoção dos blocos soltos e dos materiais terrosos, com o objectivo de melhorar as condições de fundação e estabilidade e de facilitar a execução das primeiras camadas de aterro.

Em zonas com afloramentos de núcleos rochosos, que condicionam o espalhamento e a compactação das camadas de base, devem ser fracturados e demolidos os núcleos salientes e as lajes, para proporcionar boa fundação e compactação das primeiras camadas dos aterros e evitar eventuais condições de instabilidade.

Deve dar-se atenção à detecção e tratamento de eventuais ressurgências de água, evitando assim a erosão da fundação dos aterros. Nestas condições, e conforme se ilustra na figura em baixo, preconiza-se a construção de valas drenantes longitudinais (secção de 0.5m², no mínimo).



Métodos construtivos

Previamente ao início da construção dos aterros, a plataforma deverá estar limpa e devidamente regularizada.



Devem observar-se os seguintes procedimentos construtivos e objectivos:

- A espessura das camadas, após compactação, não deverá ser superior a 40 cm;
- A compactação relativa de solos nos aterros, referida ao ensaio de compactação pesada (Proctor Modificado), deve ser de pelo menos 95%;
- Com o objectivo de evitar o ravinamento provocado pela circulação das águas superficiais, recomenda-se o revestimento dos taludes de aterro com 0,15m de "terra vegetal" e sementeira de espécies vegetais adequadas, proporcionando um bom enquadramento paisagístico, logo após a sua execução, a fim de evitar a degradação e erosão da superfície dos taludes com as primeiras chuvas.

Sob o ponto de vista de equilíbrio, prevê-se a execução de taludes com a geometria de V/H=1/2.

11.3.5 Sustentabilidade

Sustentabilidade implica obter o mesmo desempenho com um menor consumo de materiais, o que origina uma menor poluição, menor transporte e um consumo inferior de recursos naturais. Para garantir uma sustentabilidade ambiental, económica e social ao nível das terraplenagens dever-se-á prever medidas ao nível de três elementos:

- Metodologia de projecto;
- Construção consciente;
- Controlo do processo de execução.

No processo de terraplenagens, existem muitas formas de proceder, de maneira a tornar a obra sustentável, controlando e gerindo vários aspectos como o material, o equipamento e a execução.

Ao material resultante das escavações dever-se-á atribuir categorias que permitam distinguir a qualidade e o destino previsto no projecto. Desta forma, será minimizado o transporte, o custo e será definida a sua aplicação consoante as características patentes na categoria. O uso de uma categoria diferente da preconizada no projecto só poderá ser aplicado quando, economicamente ou ambientalmente, esta estiver indisponível.

No caso de existir a necessidade de escavação em empréstimo fora das instalações dever-se-á prever a utilização racional do equipamento de transporte, atendendo à produtividade requerida.



Dever-se-á ter em conta a proximidade do local da escavação em empréstimo para minimizar o transporte, reduzindo a emissão de dióxido de carbono, contribuindo, desta forma, para minimizar o impacte ambiental. Acresce o facto de este procedimento minorar os custos. Os locais de empréstimo deverão ser convenientemente seleccionados para evitar áreas de boa aptidão agrícola, reservas florestais, ecológicas e de preservação cultural.

O material a desmatar e limpar deverá ser retirado e depositado, para que após a execução de todos os trabalhos, o solo orgânico seja espalhado, reintegrando-se na paisagem. Porém, a remoção e depósito dependerá da eventual utilização, não sendo permitida a permanência de resíduos na adjacência da plataforma, de modo a não provocar a obstrução dos sistemas de drenagem natural da obra ou problemas ambientais.

O tráfego de equipamentos e veículos de serviço deverá ser controlado para evitar a abertura de vias desnecessárias.

11.4 Pavimentação

A escolha e concepção dos pavimentos tem como objectivo a criação de uma superfície que possibilite a circulação com segurança e comodidade dos veículos, minimizando a necessidade de obras de conservação durante o período de vida útil.

11.4.1 Faixas de rodagem e plataforma

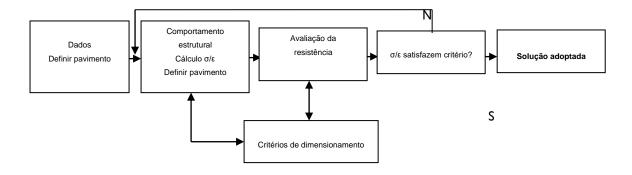
Para a determinação da estrutura de um pavimento flexível existem variáveis que são necessárias considerar.



	Volume do tráfego
TRÁFEGO	Composição do tráfego
TRAFEGO	Crescimento do tráfego
	Período de vida
CONDIÇÕES DE FUNDAÇÃO	Capacidade de suporte
CONDIÇOES DE FUNDAÇÃO	Natureza e propriedades dos solos
MATERIAIS	Características dos materiais
	Processo construtivo
CONDIÇÕES CLIMÁTICAS	Precipitação
CONDIÇOES CLIMATICAS	Temperatura

Variáveis a considerar no dimensionamento da estrutura do pavimento

O dimensionamento do pavimento está subjacente a uma orgânica de cálculo que passa por um processo iterativo.



Processo iterativo de dimensionamento

Recorreu-se para efeitos de pré-dimensionamento das estruturas, ao "Manual de Concepção de Pavimentos para a Rede Rodoviária Nacional" – JAE, 1995 – passando daqui em diante a ser designado por MACOPAV.

Nesse pré-dimensionamento considerou-se como tráfego solicitante a classe de tráfego T7 (MACOPAV – Quadro 2.6), a qual situa o valor do tráfego médio diário anual de pesados (TMDAP) até ao valor de 50 veículos pesados tipo por dia. Relativamente à classe de fundação, tendo em consideração o enquadramento geológico da zona e o reconhecimento de superfície que se efectuou, preconiza-se uma Classe de Fundação F2 (MACOPAV – Quadro 4.6), a qual enquadra o valor do módulo de deformabilidade da fundação para efeitos de cálculo nos 60 MPa.



Assim, aplicou-se a estrutura que melhor satisfaz do ponto de vista técnico-económico aos requisitos que revestem este tipo de obra, optando-se por um pavimento flexível (ver desenho E_BRV_701). Desta forma, para a faixas de rodagem e plataforma é preconizada uma estrutura de pavimento conforme se especifica:

- Camada de desgaste em AC14 surf 50/70 com 0.05 m de espessura;
- Rega de colagem em emulsão betuminosa C60B3 à taxa de 0.5 kg/m²;
- Camada de ligação em AC 20 bin 50/70 com 0.05 m de espessura;
- Rega de impregnação com emulsão betuminosa do tipo C50BF4 à taxa de 1.00kg/m²;
- Camada de base em material agregado britado de granulometria extensa (0/40), com 20 cm de espessura;
- Camada de sub-Base em material agregado britado de granulometria extensa (0/40), com 20 cm de espessura.

11.5 Drenagem

Basicamente, o estudo refere-se à drenagem longitudinal da via periférica ao aterro.

As obras de drenagem longitudinal são concebidas para:

- Garantir a captação e o escoamento das águas pluviais caídas na plataforma;
- Captar e conduzir as águas pluviais geradas nos taludes de escavação de forma a controlar a acção erosiva do escoamento e a evitar o acesso dessas águas à plataforma;
- Captar e conduzir as águas pluviais geradas nos terrenos limítrofes e que drenam para a estrada;
- Minimizar os problemas decorrentes da afectação quantitativa e qualitativa de aquíferos localizados em zonas limítrofes.



11.5.1 Águas superficiais

As águas pluviais afluentes ao arruamento e bermas serão conduzidas, em grande parte da extensão da via, por intermédio de valetas em betão sendo descarregadas para o terreno natural por meio de valetas descendentes e dissipadores de energia, ou então serão devolvidas ao meio natural por mero escoamento superficial, na extensão em que a valeta é inexistente (ver desenhos E_BRV_501 e E_BRV_502).

Consideraram-se os seguintes órgãos de drenagem longitudinal superficiais:

- Valetas de plataforma serão instaladas entre as bermas e os taludes de escavação. Permitirão conduzir as águas para fora da plataforma; possuirão secção triangular excêntrica, de fundo revestido em betão; terão a dimensão de 0,70m. Não estarão associadas a dreno / colector, dada a sua curta extensão.
- Valetas de bordadura de aterro serão instaladas no início da zona de concordância entre a berma e o talude de aterro. Serão também implantadas descidas de talude, que possibilitam a condução das águas até aos terrenos adjacentes.
- Valas de pé de talude Serão instaladas nas bases dos taludes de aterro evitando que as águas provenientes da plataforma lhes causem erosão, encaminhando-as para os órgãos da rede de drenagem ou terrenos confinantes. Executar-se-ão em secção triangular revestidas em betão;
- Caixas de visita assumirão grande importância no sistema de drenagem por possibilitarem operações de inspecção e manutenção, assim como permitirem efectuar a ligação ou mudança de direcção de valas ou valetas. Nestes caixas poderão ser descarregadas águas pluviais de outras origens como por exemplo da bombagem pluvial de fundo de célula do aterro.
- Dissipadores de energia em descidas de talude serão instalados no fim das descidas em talude em aterro, no caso de não existir ligação a valas de pé de talude, procurando evitar a existência de fenómenos de erosão devidos a velocidades de escoamento elevadas. Com o mesmo objectivo, serão instalados dissipadores de energia no final das descendentes no pé de talude.



11.6 Aspectos de segurança, higiene e saúde

A fim de garantir a segurança e a protecção da saúde de todos os intervenientes no estaleiro, bem como na obra e noutras intervenções posteriores, devem ser observados os princípios gerais de prevenção de riscos profissionais consagrados no regime aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho.

11.7 Muro de suporte

Atendendo à topografia da área de implantação do arruamento periférico e de forma a garantir a sua estabilidade, será necessário a execução de um muro de contenção de terras em betão armado com uma extensão de cerca de 100 metros.

A execução do muro de suporte terá como objectivo ultrapassar o desnível de cotas existente na área de implantação do arruamento periférico, nomeadamente, na zona Norte da nova célula, de forma a estabelecer em segurança a transição das superfícies de terreno situadas a cotas diferentes, uma vez que não é possível executar esta transição de uma forma suave.

O muro de suporte será executado em betão armado e será dimensionado de forma a suportar o carregamento causado pelo solo e manter a inclinação necessária à implantação do arruamento.

As pressões laterais exercidas pelo solo sobre uma estrutura de suporte estão fortemente relacionadas com a deformação que a estrutura possa experimentar. A resultante destas pressões constitui o impulso de terras. A quantificação destes impulsos constitui um passo fundamental para o dimensionamento das estruturas de suporte, visto que estas estruturas são concebidas, exactamente, para absorverem estas acções. A relação entre as acções e a estrutura adoptada deve ser tal, que satisfaça o compromisso entre os critérios de segurança e de economia.

Para a verificação da estabilidade do muro de suporte, recorreu-se aos Eurocódigos que fornecem regras comuns de cálculo estrutural para a aplicação corrente no projecto de estruturas e dos seus componentes.

Os cálculos foram feitos para os estados limites últimos geotécnicos e orgânicos, nas situações persistentes ou transitórias e em situação sísmica. Para tal, foram implementados os métodos Rankine, Coulomb e o método do proposto pelo EC7 para o cálculo do impulso das terras no muro em situação estática. Quanto às situações sísmicas, aplicou-se o método de Mononobe-Okabe. A acção sísmica, que neste método reflecte-se através dos coeficientes sísmicos, foi considerada



através do EC8 e foram implementadas as acelerações máximas de referência de todas zonas sísmicas de Portugal.



ANEXO I - MEMÓRIA DE CÁLCULO



ESTUDO DE ESTABILIDADE E DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO E PROTECÇÃO DA ZONA BASAL E TALUDES DA ZONA DE CONFINAMENTO

1 PRESSÃO MÁXIMA EXERCIDA PELA MASSA DE RESÍDUOS DEPOSITADOS

A pressão máxima exercida pela massa de resíduos depositada nas células, admitindo-se para efeito de cálculo 40,00 m de altura de resíduos é dada por:

(1)
$$P = (H \times Pr) + (di \times Pi) + (h \times Pf)$$

Sendo:

- Pr Peso específico dos resíduos 9 KN/m3;
- Pi Peso específico dos materiais que constituem a camada drenante 20 KN/m3;
- Pf Peso específico dos materiais que constituem a cobertura final 21 KN/m3;
- di Espessura dos diferentes materiais da camada drenante **0,50 m**;
- H Altura mais desfavorável da massa de resíduos (m) **40,00 m**;
- h Altura da cobertura final **1,0 m**.

Deste modo, de acordo com a fórmula (1):

$$P = 391,0 \, KN / m2$$

2 DIMENSIONAMENTO DA GEOMEMBRANA EM PEAD

A geomembrana em PEAD tem como principal função servir como barreira activa aos fluidos, evitando qualquer fuga de líquidos contaminados para o meio ambiente exterior.

Espessura (2) σ adm x ereq x cos β = P x b x [tg (δ s) + tg (δ i)]



Sendo:

σadm Tensão admitida – 30.000 KN/m2;

ereq Espessura requerida à geomembrana (m);

- P Pressão aplicada 391,0 KN/m2;
- b Tolerância admitida **5%**;
- δs Ângulo de atrito entre a geomembrana e o material superior **10**°;
- δi Ângulo de atrito entre a geomembrana e o material inferior **10**°;
- β Ângulo da força mobilizadora da geomembrana com a horizontal 30°.

Deste modo, de acordo com a fórmula (2):

$$ereq \approx 5,478 \times 10-4 \text{ m}$$

Considerando um factor de segurança de 3 obtemos:

Verifica-se, com base nos cálculos efectuados que a aplicação de uma geomembrana com uma espessura de 2,0 mm, em conformidade com o Decreto-Lei nº 84/2011, de 20 de Junho, garante com margem de segurança a impermeabilização da zonal basal da área de confinamento.

3 DIMENSIONAMENTO DO GEOTÊXTIL DE PROTECÇÃO À GEOMEMBRANA

Sobre a geomembrana no fundo do aterro é colocado um geotêxtil com a função de proteger a geomembrana das solicitações mecânicas, sendo necessário verificar a sua resistência ao punçoamento e ao rasgamento.



Sobre o geotêxtil é colocada uma camada de areia de granulometria média a grossa, que não se degrada ao longo do tempo e cuja função é proteger a geomembrana da acção directa exercida pelo seixo rolado. No entanto, em termos de cálculo assume-se a situação mais desfavorável – geomembrana em contacto directo com a camada de seixo rolado.

Punçoamento

- (3) Fcbr = (Fp x dp) / (da x S)
- (4) $Fp = [(\pi x da2) / 4] x P$

Sendo:

- dp Diâmetro do pilão de ensaio 0,05 m;
- da Diâmetro médio do material da camada drenante **40 mm**;
- S Esfericidade do material (S = 0,4);
- P Pressão exercida (KN/m2)

Deste modo, de acordo com a fórmula (4):

De acordo com a fórmula (3):

Considerando um factor de segurança de 2:



Rasgamento

(5)
$$F = \pi x da2 x P x S$$

Sendo:

da Diâmetro médio do material da camada drenante – 40 mm;

S' Factor de forma => S' = (1 - S), sendo S a esfericidade (S = 0.6);

P Pressão exercida (KN / m2)

Deste modo, de acordo com a fórmula (5):

$$F = 1.206 \text{ KN} \approx 1.206 \text{ N}$$

Considerando um factor de segurança de 2:

 $F = 2.4 \text{ KN} \approx 2450 \text{ N}$

4 DIMENSIONAMENTO DA VALA DE ANCORAGEM

A ancoragem dos geossintéticos consegue-se pela mobilização das forças tangenciais de atrito no contacto com o terreno na zona de amarração. As forças tangenciais resultam da tensão normal na zona de contacto pela componente friccional, ou seja, a tangente do ângulo de atrito na interface. Quando estes se encontram a tensão normal resulta da acção do peso das terras colocadas superiormente, e quando se situam na vertical a tensão corresponde ao impulso em repouso.

A força máxima a transferir para o terreno é de valor igual ao máximo da força de tracção admitida na geomembrana.

(6) Rtracção = 15 KN / m2

Rtracção = [Ys x (hv + hs) x b x tag α] + (Ys x L x hs x tag α)



Sendo:

Ys Peso específico da camada de impermeabilização - 21 KN / m3

hs Altura da camada sobre a vala (m)

hv Altura da vala (m)

b Largura da vala (m)

L Comprimento entre a crista do talude e a vala de amarração (m)

α Ângulo de atrito no contacto com o geossintético – 20°

Substituindo-se os valores pode-se adoptar uma vala de ancoragem com o mínimo de profundidade de hv = 0,80 m desde que sejam garantidos:

Profundidade - hv (m)	0,80
Comprimento entre a crista do talude e a vala de amarração - L (m)	1,50
Largura da vala - b (m)	1,00
Altura da camada sobre a vala - hs (m)	0,80

Nas condições da tabela anterior, a tracção máxima na vala de amarração é 21,40 KN/m, o que traduz um factor de segurança de cerca de 1,78 no dimensionamento da vala de amarração.



DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL NA ÁREA INTERIOR DO ATERRO

1 SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL

A definição de um adequado sistema de gestão e drenagem de águas pluviais incidentes na área interior do aterro é fundamental para minimizar a ocorrência de lixiviados e permitir a gestão dos mesmos.

A drenagem das águas pluviais tem grande relevância, dada a configuração do terreno, a forma de implantação do aterro e o clima da região.

A resolução da problemática associada às águas pluviais / lixiviados passa por vários aspectos importantes a ter em conta:

- Desvio das águas pluviais das vertentes naturais que drenam na direcção da área do aterro;
- Drenagem das águas pluviais precipitadas directamente dentro da área impermeabilizada do aterro.

Os caudais pluviais dependem essencialmente de:

- Intensidade média de precipitação, que depende das condições climatológicas da região, a sua natureza aleatória está associada a determinada frequência de ocorrência e determinada duração da chuvada;
- Área de drenagem;
- Características físicas da bacia drenante, nomeadamente infiltração, velocidade de escoamento superficial, inclinação e dimensões da bacia drenante.

1.1 Selecção do período de retorno

Para determinação do caudal máximo a drenar pelos órgãos do sistema de drenagem pluvial recorrerse-á ao Método Racional assumindo-se um período de retorno de 20 anos.



1.2 Caracterização das condições de precipitação

Para caracterização da precipitação no local da intervenção recorre-se às *Normais Climatológicas*, correspondentes a 1988–2008, para a zona em estudo, sendo considerada em projecto de execução, a precipitação máxima.

1.3 Determinação do caudal de ponta

A intensidade de precipitação para um período de 20 anos é calculada pela expressão proposta por MATOS que se apresenta em seguida:

 $I = a \times t^b$

Sendo:

- I Intensidade de precipitação (mm/h)
- t Tempo de concentração (min.) 10 min.
- a Constante adimensional que assume o valor [317,74] para um período de retorno de 20 anos
- b Constante adimensional que assume o valor [-0,538] para um período de retorno de 20 anos

O caudal de ponta é calculado pela expressão apresentada em seguida:

$$Q = C \times I \times A$$

Sendo:

- Q Caudal de ponta (L/s)
- C Coeficiente adimensional que considera o tipo de ocupação da bacia hidrográfica
- I Intensidade de precipitação (L/s.ha)
- A Área de bacia hidrográfica (m²)

Relativamente à ocupação do solo consideram-se os coeficientes indicados na tabela seguinte.



Tabela 1 - Coeficientes para o tipo de ocupação

Tipo de ocupação	Coeficiente ¹
Pavimento betuminoso	0,90
Passeio para peões	0,85
Relvado sobre solo impermeável inclinado (> 7%)	0,35
Relvado sobre solo impermeável médio (2 a 7%)	0,22
Relvado sobre solo impermeável plano (< 2%)	0,17
Geomembrana (impermeabilizado)	1,00

Neste enquadramento, o caudal de ponta assim calculado é de 18.5 L/s.ha.

2 DRENAGEM DA ZONA BASAL

O alvéolo 1 é a zona de confinamento de maior área – 1,8 ha – correspondendo um caudal de ponta de 33.3 L/s.

Neste enquadramento a verificação das condições da drenagem das águas pluviais será realizada para o alvéolo de maiores dimensões.

A verificação das condições de escoamento para o caudal associado ao caudal de ponta será efectuada com base nas fórmulas de *Manning – Strickler (7)* e na fórmula monómia para escoamentos em tubagens de plástico (8), respectivamente:

(7) $Q = Ks \times S \times R2/3 \times i1/2$

(8) $Q = 58.9 \times D2.69 \times i0.56$

Sendo:

Ks Coeficiente de rugosidade da tubagem – 125 (tubagem em polietileno)

I Manual de Saneamento Básico 2 – Abastecimentos de Água e Esgoto, Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais, Direção-Geral dos Recursos Naturais, Cap. II.11, Quadro A1 (exceto geomembrana)



S Secção de escoamento (m2) – **0,052 m2**

D Diâmetro interno da tubagem (m) – **0,2576 m**

R Raio hidráulico – 0,0644 m

Perda de carga unitária – 0,02 m/m

Tendo por base a experiência no dimensionamento de estruturas semelhantes, as tubagens de drenagem da zona basal não deverão apresentar um diâmetro nominal inferior a Ø 315, de forma a evitar a sua colmatação por acção dos finos arrastados.

Assim, de acordo com a fórmula (7),

Q = 276,30 L/s

e de acordo com a fórmula (8),

Q = 375,49 L/s.

O caudal escoado por unidade de tempo nas tubagens propostas é superior ao caudal de ponta considerado. Neste enquadramento, o sistema de drenagem projectado assegura a condução das águas pluviais para o sistema de drenagem garantindo que as mesmas não se acumulam do interior da zona impermeabilizada.

Considerando que apenas o alvéolo 1 se encontra em exploração, a precipitação sobre o alvéolo 2 será enviada para a rede de drenagem pluvial. Neste enquadramento, a área de drenagem será 1,40 ha a que corresponde um caudal de ponta de cerca de 25,9 L/s. Neste caso a drenagem pluvial irá ser efectuada com recurso a bombas portáteis (em exploração) de forma a garantir a boa salubridade da instalação.



ANEXO II – Especificações e Controlo de Geossintéticos



NOTA PRÉVIA

Todas as barreiras geossintéticas que constituem o sistema de impermeabilização das células de confinamento da BRAVAL devem respeitar a:

 Norma Portuguesa NP EN 13493:2007 que define as características requeridas para a utilização na construção de estruturas de armazenamento e de deposição de resíduos sólidos e para controlo de qualidade em obra.

Todos os geotêxteis que integram a construção das células de confinamento da BRAVAL devem respeitar a:

 Norma Portuguesa NP EN 13257:2006 que define as características dos geotêxteis e produtos relacionados requeridas para a utilização em depósitos de resíduos sólidos e para controlo de qualidade em obra.



1 MATERIAIS PROPOSTOS

Impermeabilização do fundo da estrutura de confinamento

- Geomembrana PEAD (rugosa em ambas as faces)
- Geotêxtil não tecido
- Geocompósito bentonítico

2 ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS

2.1 GEOMEMBRANA DE PEAD

A geomembrana é fabricada a partir de resinas virgens de PEAD - Polietileno de Alta Densidade, com as seguintes principais características:

Material		Geomembrana PEAD	
Propriedades	Unidade	Norma	Valor
Espessura	mm	ASTM D 5199	2,0
Superfície	-	-	Rugosa
Densidade	g/cm3	ASTM D 792	≥ 0,94
Resistência ao rasgamento	N	ASTM D 1004	≥ 275
Resistência ao punçoamento	N	ASTM S 4833	≥ 690
Resistência à tracção (ambas as direcções)	N/mm	ASTM D 638 type IV D 6693	30
Conteúdo em negro de carbono	%	ASTM D 1603	2,0 – 3,0
Tempo de indução da oxidação (OIT)	min	ASTM D 3895	≥ 100
Dispersão de negro de carbono	-	ASTM D 5596	1/2

As resinas destinadas ao fabrico de geomembrana são submetidas a ensaios de recepção na fábrica que contemplam a confirmação dos seguintes valores mínimos:

Índice de fluidez;



- Teor de humidade;
- Densidade.

As geomembranas são produzidas pelo processo de calandragem, em máquinas que permitem actualmente ir até uma largura de 7 metros.

O material é produzido em rolos com as seguintes dimensões:

ESPESSURA.	LARGURA	COMPRIMENTO	DIAM. APROX. ROLO	PESO APROX.
mm	m	m	mm	Kg
		100		
2	7	150	730	2100
		200		

Durante o processo de fabrico, são continuamente controlados os seguintes parâmetros:

- Qualidade da superfície;
- Acabamento;
- Medição da espessura segundo largura total.

De acordo com os Procedimentos de Garantia da Qualidade, que integram o Manual da Qualidade do Fabricante, serão realizados, como mínimo, em intervalos definidos, os seguintes ensaios:

- Índice de fluidez;
- Determinação da tensão de cedência;
- Determinação do alongamento à cedência;
- Determinação da tensão de rotura;
- Determinação do alongamento à rotura;
- Resistência à propagação de fissuras;
- Estabilidade dimensional;
- Resistência à intempérie;
- Densidade.

Cada rolo em intervalos de um metro terá inscritas marcações onde consta o tipo de resina, número de turno e máquina de fabrico, data e comprimentos intercalares.

Todas as propriedades mecânicas são determinadas no sentido longitudinal e transversal.



2.2 GEOTÊXTIL

O geotêxtil proposto deverá ter as seguintes principais características:

Material		Geotêxtil não tecido	
Propriedades	Unidade	Norma	Valor
100% polipropileno	%	-	100
Espessura @2kPa	mm	EN ISO 9864	3,0
Massa por unidade de área	g/m2	EN ISO 9863	500
Resistência à tracção (ambas as direcções)	KN/m	EN ISO 10319	≥ 5,3
Punçoamento estático	KN	EN ISO 12236	≥ 3,15

2.3 GEOSSINTÉTICO BENTONÍTICO

Material		Geocompósito Bentonítico	
Propriedades da Bentonite	Unidade	Norma	Valor
Bentonite Sódica Natural	%	-	100
Montmorilonite	%	XRD	≥ 90
Absorção de água	%	ASTM E 946	≥ 600
Humidade	%	DIN 18121 / ISO 11465	< 15
Propriedades do GCL	Unidade	Norma	Valor
Massa de bentonite por unidade de área	g/m2	UNE EN 14196	≥ 5 000
Coeficiente de permeabilidade	m/s	DIN 18130 ASTM D 5887	≤ 2,0 x 10-11
Resistência à tracção (ambas as direcções)	kN/m	UNE EN ISSO 10319 ASTM D 4595	12
Propriedades do Geotêxtil	Unidade	Norma	Valor
Polipropileno, não tecido, agulhado	-	-	-
Massa por unidade de área	g/m2	EN ISO 9864	220

Após fabricação, são emitidos Certificados em conformidade com a DIN 50049/3.1 B.



3 MÉTODO DE INSTALAÇÃO DOS GEOSSINTÉTICOS

3.1 RECEPÇÃO EM OBRA

Será verificado, de acordo com as encomendas de materiais efectuadas para a obra, o tipo de material a descarregar, nomeadamente fabricante e identificação do produto (tipo de material). Para tal, o material virá acompanhado de guia de remessa, onde estes dados estarão indicados. Virão também indicados os números dos rolos e do respectivo lote de fabrico.

Posteriormente, e após a recepção dos documentos de controlo de qualidade do fornecedor, será verificado se os materiais cumprem as características para aceitação dos mesmos.

3.2 APROVISIONAMENTO

Os materiais deverão ser armazenados em local plano, não devendo os rolos ser colocados em contacto directo com o solo, mas sim em cima de vigas de madeira.

Geocomposto bentonítico, geotêxteis e geocompostos de drenagem: estes geossintéticos deverão ser entregues em rolos protegidos com invólucros relativamente opacos e impermeáveis, de modo a evitar a sua degradação pela acção dos raios ultravioleta.

3.3 APLICAÇÃO DE GEOTÊXTEIS

Os geotêxteis são materiais geossintéticos aplicados preferencialmente como protecção, drenagem ou reforço.

Quando aplicados em taludes, as juntas de sobreposição são orientadas paralelamente à sua linha de maior declive.

A sua instalação é efectuada por sobreposição de 8 a 15 cm, podendo outras medidas de sobreposição ser definidas nas especificações técnicas de projecto.

Recorrer-se-á à colagem entre os vários troços com máquina manual de ar quente, sempre que necessário.



3.4 APLICAÇÃO DA GEOMEMBRANA DE PEAD

As geomembranas em PEAD são materiais totalmente impermeáveis, compostos pelo polímero polietileno, utilizados na impermeabilização de superfícies, que ao serem soldados entre si conferem um rearranjo entre as moléculas soldadas, formando um material único.

As geomembranas em PEAD são resistentes a ataques por agentes químicos agressivos, incluindo águas lixiviantes, condições atmosféricas adversas, ataques por bactérias, insectos, vermes, raízes e corrosão criada pela fadiga.



Modo de instalação

Espalhamento da geomembrana

Os rolos de geomembrana serão desenrolados sobre a superfície a impermeabilizar com o auxílio de meios mecânicos (multi-funções ou retro-escavadora) utilizando equipamento próprio, constituído por estrutura de suporte e preparada para o desenrolar dos rolos.

O espalhamento dos rolos será executado de modo a deixar uma faixa de sobreposição necessária para a soldadura dos vários troços.

Quando aplicados em taludes, as juntas de sobreposição são orientadas paralelamente à sua linha de maior declive.







Instalação de geomembrana

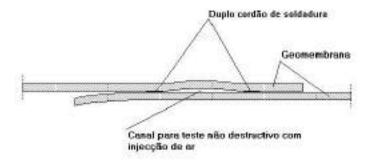
> Tipos de soldaduras:

Mediante dupla soldadura em paralelo, por termofusão, com canal intermédio de comprovação da estanquicidade.

A soldadura por termofusão consiste numa cunha de aquecimento, montada num aparelho autopropulsor, entre duas placas, de modo a que, quando a face das duas telas passa pela cunha, lhes proporcione um tal aquecimento que as derreta. Seguidamente a tela passará por dois rolos compressores que realizarão então a soldadura. A máquina de soldadura por termofusão é equipada com um visor de temperaturas, que continuamente informa sobre a temperatura de fusão.

Largura mínima da soldadura: 2 x 10 mm.

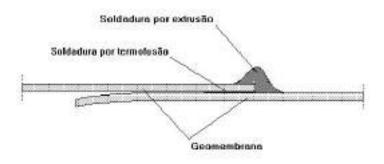
Canal de controlo: 10 - 20 mm.





A soldadura por extrusão (a utilizar em pormenores e em reparações) consiste na introdução de um fio de polietileno de alta densidade derretido ao longo das duas extremidades de tela já soldadas por fusão. A saída de ar quente provoca o aquecimento do fio de polietileno e das duas telas sobrepostas, de modo a proporcionar uma soldadura homogénea das telas.

Largura mínima da soldadura: 20 mm.



Equipamentos utilizados na execução das soldaduras:

Normalmente, a geomembrana é soldada com recurso a uma máquina automática de dupla pista (dupla soldadura) com sistema de cunha quente, a qual cria um canal para posterior ensaio de estanquicidade (teste não destrutivo).

Em zonas de remate, pormenores ou reparações, serão executadas soldaduras por extrusão, utilizando-se uma extrusora manual.

Em soldaduras de grande extensão, será utilizada a máquina automática de dupla pista, enquanto em pequenos remates ou reparações, será feita uma soldadura por extrusão e/ou sistema de dupla pista + extrusão (localizada no local de entrada/saída da máquina de dupla pista).

Execução de soldaduras por máquina automática de dupla pista:

Verificar se a sobreposição é a correcta para a execução da soldadura;

Limpar a faixa de sobreposição, de modo a que toda a zona de soldadura esteja livre de qualquer objecto, sujidade ou humidade;

Preparação para soldadura:



- a) Ajustar a pressão dos roletes de soldadura para a espessura de geomembrana a soldar (entre 1 a 2 kg/cm2);
- b) Ajustar a velocidade (entre 1 a 3 m/min.) e temperatura (entre 350°C a 450°C) para soldadura, de acordo com o tipo de geomembrana a soldar e as condições atmosféricas;
- c) Verificar estado da patilha de ensaio, para teste de pressão;
- d) Efectuar sempre uma soldadura de teste no início de cada dia de aplicação ou sempre que as condições ambientais sofram alterações significativas, para verificação da resistência da soldadura em aparelho manual.
- e) Efectuar a soldadura da geomembrana, colocando a máquina de soldar entre as faixas de geomembrana sobrepostas, tendo sempre em atenção se a faixa de sobreposição é a correcta e ajustando a sua velocidade no caso da existência de singularidades (soldaduras transversais).



Soldadura por dupla pista

Execução de soldaduras por extrusão (pormenores ou reparações):

Efectuar a colagem da geomembrana na zona sobreposta, recorrendo a máquina manual de ar quente. A zona de colagem deverá estar livre de qualquer objecto, sujidade ou humidade;

Limpar a zona de soldadura rebarbando-a;



Preparação da soldadura:

- a) Ajustar as temperaturas de soldadura e de aquecimento da superfície de contacto para tipo de geomembrana e cordão a utilizar;
- Efectuar sempre uma soldadura de teste no início de cada dia de aplicação ou sempre que as condições ambientais sofram alterações significativas, para verificação da resistência da soldadura em aparelho manual;
- c) Efectuar a soldadura por extrusão sobre fio eléctrico condutor, para posterior teste de estanquicidade (Spark-test).

Execução de testes às soldaduras:

Testes não destrutivos às soldaduras duplas:

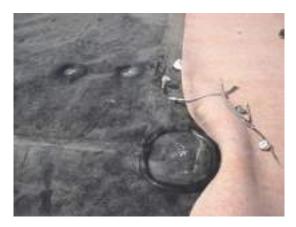
- a) Tapar os extremos do canal central da soldadura dupla com extrusão;
- b) Introduzir a agulha de teste no canal de teste;
- c) Introduzir ar à pressão preestabelecida no canal de teste e verificar se há perda de pressão durante o tempo de ensaio. Caso não se verifique diminuição na pressão introduzida, está garantida a estanquicidade da soldadura.

Directivas para controlo por ar comprimido:

Espessura (mm)	1,0	1,5	2,0	2,5
Pressão de controlo (bar)	1.65 – 2.07	1.86 – 2.41	2.07 – 2.41	2.07 – 2.41

A soldadura é considerada conforme, quando a pressão no canal de teste, não diminuir mais do que 10% do valor da pressão inicialmente introduzida.







Testes não destrutivos

Testes não destrutivos às soldaduras por extrusão:

- a) Verificar a passagem de corrente entre o fio condutor previamente colocado na soldadura por extrusão e a máquina de teste SPARKY, e efectuar o varrimento da soldadura com uma descarga eléctrica.
- b) Caso não se verifique qualquer passagem de corrente, está garantida a estanquicidade da soldadura.



Sparky test



Testes destrutivos às soldaduras duplas:

- Retirar amostras das soldaduras executadas, com a frequência mínima de amostragem de 10.000 m2. As amostras deverão ser retiradas em obra, ou em alternativa serem escolhidas das amostras guardadas diariamente para ensaios de pré-qualificação.
- Diariamente, e antes de se iniciar qualquer trabalho de soldadura, deverá ser feita uma amostra com 1,00 m x 0,30 m, de onde serão retirados 2 provetes para ensaio manual de arranque e de corte. Na amostra deverá mencionar velocidade de soldadura, temperatura, data e nome do soldador. Depois de serem ensaiados os provetes, e atestar a qualidade satisfatória da soldadura, poderão iniciar-se os trabalhos. A amostra restante deverá ser guardada para eventual recolha de outros provetes.
- Nos provetes de ensaio laboratorial, verificar se as tensões de rotura ao corte e ao arranque são superiores aos valores mínimos estabelecidos. O equipamento de ensaios necessário para esta operação trata-se de um tensímetro automático que, com uma velocidade determinada pela norma de ensaio ASTM D 6392, efectua a rotura da soldadura.
- A tolerância máxima admitida será de 10% em relação aos valores obtidos durante o ensaio destrutivo.

No quadro seguinte, são apresentados os valores mínimos admissíveis para os ensaios destrutivos:

Teste	Norma	Valores					
Espessura		1,0 mm	1,5 mm	2,0 mm	2,5 mm	3,0 mm	
Soldaduras dupla pista							
Ensaio de corte	ASTM D 6392	18 kN/m	24 kN/m	30 kN/m	36 kN/m	42 kN/m	
Ensaio de arranque	ASTM D 6392	12 kN/m	18 kN/m	24 kN/m	30 kN/m	36 kN/m	
Soldaduras por extrusão							
Ensaio de arranque	ASTM D 6392	12 kN/m	18 kN/m	24 kN/m	30 kN/m	36 kN/m	







Testes destrutivos

Relatório das soldaduras:

Serão efectuados registos em quadro próprio dos rolos aplicados, bem como da sua localização em obra, de acordo com um desenho actualizado (lay-out).

Neste registo ficará registado a posição da tela, o número do rolo aplicado, a data, comprimento, etc.



PROJECTO DE AMPLIAÇÃO DO ATERRO DA BRAVAL

PROJECTO DE EXECUÇÃO MEDIÇÕES

C.P.A. - CONSULTORIA E PROJECTOS DE AMBIENTE, LDA
JULHO 2021



PROJECTO DE AMPLIAÇÃO DO ATERRO DA BRAVAL

PROJECTO DE EXECUÇÃO

CONTEÚDO GERAL DO PROJECTO DE EXECUÇÃO

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

ESPECIFICAÇÕES

PEÇAS DESENHADAS

MEDIÇÕES



PROJECTO DE AMPLIAÇÃO DO ATERRO DA BRAVAL

EQUIPA DO PROJECTO DE EXECUÇÃO Direcção de Projecto Eng.º Mário Aguilar Engenharia civil Eng.º Eduardo Ferreira Modelação Dr. Benedito Rodrigues Impermeabilização Eng.º Mário Aguilar Eng.ª Eduardo Ferreira Hidráulica Lixiviados Eng.a Eduardo Ferreira Electricidade Eng.º Luís Matos Rede de incêndio Eng.º António Vedor Vias Eng.a Eduardo Ferreira Eng.ª Eva Rei Biogás Medições Nuno Araújo Desenho Nuno Araújo A Direcção de Projecto:



	MEDIÇÕES		QUANTIDADES	
ITEM	DESIGNAÇÃO	UN.	PARCIAIS	TOTAIS
	NOTA: As designações contantes das atividades de fornecimento, aplicação, execução, escavação, terraplenagens, aterro, carga e transporte são sínteses descritivas, estando incluidos nos mesmos todos os trabalhos associados que permitam a boa execução das tarefas que titulam, incluindo o recurso a todos os acessórios e equipamentos de apoio necessários, bem como a carga, a descarga, o transporte interno e externo dos materiais, dos solos e de todos aqueles que resultam da respetiva atividade ou se tornam necessários para a boa execução da atividade em referência nos respetivos itens, incluindo todos os acessórios			
	As eventuais referências a marcas / designações de materiais, produtos ou equipamentos, são representadas a título meramente indicativo do nível de qualidade pretendido, devendo entender-se como associadas ao termo "ou equivalente". Para todos os equipamentos/ materiais/ acessórios/ tubagem a fornecer o empreiteiro deverá fornecer os respectivos certificados de conformidade e demais catálogos técnicos em língua portuguesa. O Empreiteiro assumirá a responsabilidade de execução da globalidade dos serviços previstos no presente Mapa de Quantidades e qualquer outro omisso. Assim, recomenda-se a visita à obra a fim de aferir qualquer caso omisso, para complementar o orçamento. Todos os equipamentos devem ser entregues instalados, ligados, ensaiados e em perfeitas condições de funcionamento e acabamento.			
	ESTALEIRO			
	Montagem, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro, incluindo limpeza e vedação da área a ocupar, sinalização e protecção adequada dos trabalhos em relação às necessidades de circulação pedonal e viária na envolvente, instalação de infra-estruturas provisórias tais como, redes de água, de esgotos, de electricidade e de meios de telecomunicações, vias internas de circulação, fornecimento de todos os materiais e execução de todos os trabalhos necessários.	vg	1,00	
	Fornecimento e colocação de painel de identificação da obra, com a denominação da obra e identificação dos intervenientes, com dimensão mínima de 4mx2m, em estrutura de aço, de acordo com indicações do Dono da Obra.	vg	1,00	
	Balizamento e sinalização temporária dos trabalhos, sinalização informativa e outros equipamentos necessários à segurança da circulação automóvel e pedonal, incluindo fornecimento, colocação e manutenção.	vg	1,00	
	Desenvolvimento do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição e implementação das medidas de gestão de resíduos, como exposto no Decreto-Lei nº 46/2008, de 12 de Março, e demais legislação em vigor, incluindo todos os encargos com os operadores licenciados, taxas e montagem de equipamentos e serviços.	vg	1,00	
	Elaboração do Plano de Segurança e Saúde e do Estaleiro de Obra, implementação das medidas de segurança, de acordo com o referido Plano de Segurança e Saúde e com o exposto no Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro, e demais legislação em vigor, incluindo o fornecimento e instalação de sistemas de segurança, activa e passiva, nas frentes de			
	trabalho e estaleiro. Execução e fornecimento (até 20 dias antes da data de recepção provisória da obra) de desenhos finais de obra, em papel e em CD, no formato dwg, com elementos topográficos relativos à rede Geodésica Nacional, atributos gráficos diferenciados por traçado de colectores, câmaras de visita, ramais, a cutros, o informação alfonumérico em formato y la cutro.	vg	1,00	
	e outros, e informação alfanumérica em formato xls ou txt.	vg	1,00	



	MEDIÇÕES		QUANTIDAD	
ITEM	DESIGNAÇÃO	UN.	PARCIAIS	TOTAIS
7	Execução e fornecimento de elementos a incluir na compilação técnica da obra, como manuais de instrução de instalações e equipamentos, planos de manutenção, entre outros.	vg	1,00	
В	TRABALHOS PRELIMINARES			
1	DESMATAÇÃO			
1.1	Desmatação da zona de implantação da obra, incluindo derrube de árvores e/ou arbustos, preparação, carga, transporte e descarga a depósito e/ou vazadouro dos produtos daí resultantes.	m2	48 000,00	
С	CÉLULA			
1	MOVIMENTOS DE TERRAS			
1.1 1.1.1 1.1.2	Escavação até às cotas de projecto, em solo de qualquer natureza, conforme estudo geológico e geotécnico da área de intervenção, através de mobilização de meios mecânicos, incluindo e todos os trabalhos necessários, carga, transporte e descarga a depósito e/ou vazadouro: Escavação em solos e rochas com meios exclusivamente mecânicos Desmonte rochoso com recurso ao uso de explosivos	m3 m3	278 057,51 30 895,28	
1.2	Carga, transporte e deposição dos solos resultantes da escavação a vazadouro dentro dos limites do terreno, em conformidade com as especificações do caderno de encargos, considerando um empolamento de 25%, incluindo todos os trabalhos.	m3	180 600,76	
1.3	Execução de aterros, com terras seleccionadas, isentas de pedras e materiais angulosos, através de meios mecânicos, compactadas a 95% do Proctor Modificado, em camadas com espessura mínima de 0,30, incluindo carga, transporte, espalhamento, cirandagem, compactação e todos os trabalhos necessários e acessórios.	m3	128 352,04	
2	IMPERMEABILIZAÇÕES			
2.1	ZONA BASAL Impermeabilização da zona basal, conforme pormenor, de acordo com as caraterísticas definidas no projeto, incluindo desperdícios, soldaduras, verificação da conformidade das soldaduras, amarrações e sobreposições e todos os trabalhos, constituída por:			
2.1.1 3.2.1.1.1	Barreira Passiva Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e cirandagem de solos, isentos de pedras ou materiais angulosos para execução da camada de regularização basal (sub-base) com 0,50 m de espessura média, incluindo regularização e compactação dos mesmos até 95% do Poctor Modificado e			
3.2.1.1.2	todos os trabalhos e acessórios necessários. Fornecimento e aplicação de geocomposto bentonítico, com constante de permeabilidade K≤ 2x10-11, incluindo sobreposições, remates e sistema de fixação, de acordo com as especificações definidas no projecto.	m3	20 850,00	
		m2	39 300,00	
2.1.2 2.1.2.1	Barreira Activa Fornecimento e aplicação de geomembrana de PEAD com 2,0mm de espessura, rugosa em ambas as faces,de acordo com as especificações técnicas definidas no projeto, incluindo meios de movimentação, todos os trabalhos necessários e acessórios, sobreposições, soldaduras e sistema de fixação.	m2	39 300,00	
2.1.2.2	Fornecimento e aplicação de geotêxtil, não tecido, de gramagem 500 g/m2, de acordo com as especificações técnicas definidas no projecto, incluindo meios de movimentação, todos os trabalhos necessários e acessórios, sobreposições, remates e sistema de fixação.	m2	27 025,00	



	MEDIÇÕES		QUANTIDADES	
ITEM	DESIGNAÇÃO	UN.	PARCIAIS	TOTAIS
2.1.2.3 2.1.2.4	Fornecimento e aplicação de geotêxtil, não tecido, de gramagem 500 g/m2, com função de filtro com protecção UV, de acordo com as especificações técnicas definidas no projecto, incluindo meios de movimentação, todos os trabalhos necessários e acessórios, sobreposições, remates e sistema de fixação. Fornecimento, carga, transporte e espalhamento de materiais na execução da camada drenante com 0,50 m de espessura, constituída pelos materiais	m2	12 285,00	
2.1.2.4.1	identificados em seguida, garantindo o conjunto um coeficiente de permeabilidade k >= 10-4 m/s Fornecimento, carga, transporte e espalhamento de camada de areia de granulometria média a grossa com 0,20 m de espessura.	m3	5 405,00	
2.1.2.4.2	Fornecimento, carga, transporte e espalhamento de camada de seixo rolado de granulometria 40/60 mm com 0,30 m de espessura, incluindo todos os trabalhos e acessórios.	m3	8 107,50	
2.1.3	Execução de Septo Execução de septo delimitador dos alvéolos da célula, de acordo com as especificações técnicas definidas no projeto, incluindo meios de movimentação e todos os trabalhos necessários e acessórios:			
2.1.3.1	Fornecimento, carga, transporte e espalhamento de camada de areia de granulometria média a grossa. Fornecimento e aplicação de geomembrana de PEAD com 2 mm de	m3	2 871,00	
2.1.3.3	espessura, rugosa em ambas as faces, incluindo sobreposições, soldaduras e sistema de fixação, conforme peças desenhadas. Fornecimento e aplicação de geotêxtil de gramagem 500 g/m2, com função de filtro com protecção UV, de acordo com as especificações técnicas definidas no projeto, incluindo sobreposições, remates e sistema de fixação,	m2	1 612,88	
	meios de movimentação e todos os trabalhos necessários e acessórios	m2	1 612,88	
2.2 2.2.1	ANCORAGEM DOS GEOSSINTÉTICOS NA VALA DE CRISTA DE TALUDE Execução das valas de amarração dos geossintéticos, incluindo todos os trabahos necessários: Escavação para abertura de vala com 1,00 x 0,80 (largura x profundidade), em solo de qualquer natureza, conforme estudo geológico e geotécnico, incluindo mobilização de meios e todos os trabalhos necessários e			
	acessórios Aterro da vala de amarração com solos provenientes da escavação, isentos de pedras e materiais angulosos, de acordo com desenho de pormenor, incluindo compactação e todos os trabalhos necessários e acessórios	m3 m3	691,20 794,88	
2.3 2.3.1	CONTROLO DE GEOSSINTÉTICOS Execução de controlo de qualidade à instalação de geossintéticos.	vg	1,00	
3	REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS FREÁTICAS			
3.1 3.1.1	Movimentação de Terra Escavação para abertura de vala, em solo de qualquer natureza, conforme estudo geológico e geotécnico, incluindo mobilização de meios e todos os trabalhos necessários e acessórios.	m3	751,26	
3.2 3.2.1	Tubagens na Zonal Basal Execução de vala drenate com as dimensões 0,50x0,50x1,00m, conforme desenhos de pormenor, incluindo tubo de PEAD PN10 de diâmetro Ø315mm, ranhurado a meia cana, geotêxtil, brita e todos os materiais necessários ao seu bom funcionamento.	ml	1 128,00	
3.2.2	Execução de vala de drenagem com as dimensões a=variável, b=1,50m, incluindo colocação de brita, tubo de de PEAD PN10 de diâmetro Ø500mm, ranhurado a meia cana, geotêxtil e laje de betão armado, conforme desenhos de pormenor.	ml	230,00	
3.3	Tubagem de Ligação à Estação Elevatória			



	MEDIÇÕES		QUANTIDADES	
ITEM	DESIGNAÇÃO	UN.	PARCIAIS	TOTAIS
3.3.1	Fornecimento e assentamento de tubagem de PEAD Ø500mm PN10, incluindo abertura e fecho de vala, carga e transporte dos produtos sobrantes a vazadouro, em conformidade com as especificações do caderno de encargos e todos os trabalhos necessários	ml	50,00	
3.4 3.4.1	Fornecimento e Execução de Caixa de Reunião Escavação para abertura de vala, em solo de qualquer natureza, conforme estudo geológico e geotécnico, incluindo mobilização de meios e todos os trabalhos necessários e acessórios.	m3	23,77	
.4.2	Fornecimento e colocação de caixa pré-fabricada [0,76mx0,76m] em betão C30/37, armada com aço A400 NR, incluindo tampa correspondente em betão armado e todos os trabalhos	un	9,00	
.4.3	Fornecimento e aplicação de betão de limpeza C16/20 com 0.10 m de espessura em fundações, incluindo todos os trabalhos	m3	0,23	
. 5 .5.1	Execução de Sistema de Drenagem Sub-superficial nos Taludes			
.5.1	Escavação para abertura de "esporão drenante" em solo de qualquer natureza ao nível do talude da célula, incluindo regularização da superfície, mobilização de meios e todos os trabalhos necessários e acessórios	m3	487,50	
.5.2	Carga, transporte e deposição dos solos resultantes da abertura da vala a vazadouro, dentro dos limites do terreno, em conformidade com as especificações do caderno de encargos, considerando um empolamento de	5	101,00	
.5.3	25%, incluindo todos os trabalhos Fornecimento, carga, transporte e colocação de material britado de natureza não friável de granulometria #40/80 no preenchimento do	m3	487,50	
.5.4	geodreno, incluindo todos os trabalhos necessários e acessórios Fornecimento e aplicação de georede drenante, protegida por geotêxtil não tecido em uma face, sobre o geotêxtil, incluindo amarração e encaminhamento para o geodreno de pé de talude, conforme peça	m3	487,50	
.5.5	desenhada, mobilização de meios e todos os trabalhos necessários e acessórios	m2	1 716,00	
.0.0	Fornecimento e aplicação de geomembrana em PEAD com 2,0 mm sobre o geotextil de proteção, incluindo amarração na vala de banqueta, mobilização de meios e todos os trabalhos necessários e acessórios	m2	1 028,30	
.6	Estação Elevatória das Águas Freáticas			
3.6.1 3.6.1.1	ESCAVAÇÕES Escavação com retroescavadora/giratória, de acordo com as especificações técnicas, incluindo, nomeadamente, bombagem e esgoto de eventuais águas afluentes, entivações e escoramentos, carga, transporte, descarga e arrumação em depósito.	m3	187,20	
3.6.2 3.6.2.1	ATERROS Aterro, com terras seleccionadas provenientes da escavação, isentas de pedras e materiais angulosos, através de meios mecânicos, compactadas, incluindo transportes, cargas e descargas, depósitos provisórios, espalhamento	m3	26,33	
3.6.3	BETÕES E AÇO		·	
.6.3.1	Betão da classe C12/15 segundo a NP ENV 206 (B15), na camada de regularização, incluindo fornecimento, colocação e espalhamento (e=0,10 m).	m3	1,53	
.6.3.2	Fornecimento e aplicação de betão C30/37 XC4 em elementos estruturais, incluindo armaduras, cofragens, descofragens e juntas de betonagem, bem como todos os trabalhos e materiais necessários ao perfeito acabamento.	m3	27,50	
6.4	SEDDAI HADIAS	1110	21,00	
.6.4 .6.4.1	SERRALHARIAS Fornecimento e instalação de tampa metálica 0,80X0,80 m2, de acordo com definição dos desenhos de projecto, incluindo acessórios, fixações, tratamento anti-corrosivo e todos os materiais e trabalhos necessários ao			
	perfeito acabamento.	un	1,00	



	MEDIÇÕES		QUANTIDADES	
ITEM	DESIGNAÇÃO	UN.	PARCIAIS	TOTAIS
.6.4.2	Fornecimento e instalação de escada, constituída por material compósito			
	pultrudido, incluindo amarração à estrutura de betão e todos os trabalhos e materiais necessários ao perfeito acabamento.	un	1,00	
5.6.4.3	Fornecimento e instalação de plataforma, constituída por material compósito pultrudido, incluindo amarração à estrutura de betão e todos os trabalhos e materiais necessários ao perfeito acabamento.	un	1,00	
	·	a	1,00	
3.6.5 3.6.5.1	DIVERSOS Pintura com duas demãos cruzadas de tinta à base de betume asfáltico			
0.0.3.1	aplicada em superfícies exteriores enterradas incluindo todos os trabalhos e			
	materiais necessários ao perfeito acabamento.	m2	158,10	
3.6.6	EQUIPAMENTOS PARA O POÇO DE BOMBAGEM			
3.6.6.1	Fornecimento e montagem de Bombas Submersíveis em inox, de fácil			
	desmontagem através de ligação por encaixe rápido, para água bruta com			
	Qn= 10l/s e Hm= 15 mCA, accionadas por motor eléctrico com protecção térmica inorporada. Equipamento completo, devidamente instalado e			
	ensaiado incluindo pecas de reserva.	un	2,00	
3.6.6.2	Fornecimento, montagem e afinação de interruptores de boia com cabo			
	vulcanizado para comando segurança e alarme da instalação/bombas de drenagem. Equipamento completo, devidamente instalado e ensaiado			
	incluindo peças de reserva.	un	4,00	
3.6.6.3	Fornecimento e montagem de troços de tubo em aço carbono DN 50 c/ 0,25			
	m com flanges e todos os acessórios de suporte e ligação (a ajustar no montagem).	vg	1,00	
3.6.6.4	Fornecimento e montagem de válvulas de cunha DN 50. Equipamento	vg	1,00	
	completo, devidamente instalado e ensaiado incluindo peças de reserva.	un	2,00	
3.6.6.5	Fornecimento e montagem de válvulas anti-retorno de bola DN 50.			
	Equipamento completo, devidamente instalado e ensaiado incluindo peças	un	2,00	
3.6.6.6	de reserva. Fornecimento e montagem de um Tê igual em aço com flanges DN 50.	un	1,00	
3.6.6.7	Fornecimento e montagem de curvas a 90º em aço com flanges para DN			
2660	50.	un	2,00	
3.6.6.8	Fornecimento e montagem de juntas de desmontagem auto bloqueante em aço e flangeada para DN 50 com bucins e empanques e para reter água			
	bruta. Equipamento completo, devidamente instalado e ensaiado incluindo			
0.6.6.0	peças de reserva.	un	2,00	
3.6.6.9	Fornecimento de duas mangueiras flexíveis em tela para DN 50 c/6m, e respectivas braçadeiras extensíveis	vg	1,00	
3.6.6.10	Conde de redução em aço , flangeado DN 80 x DN50	un	1,00	
3.6.6.11	Troço aço DN80, c/ flanges, duas curvas de pontas lisas e dois troços rectos		4.00	
3.6.6.12	soldados Cabo de aço de elevação das bombas	vg un	1,00 2,00	
0.0.0.12		a	2,00	
3.6.7	INSTALAÇÃO ELECTRICA			
3.6.7.1	Quadro eléctrico, designado por QPB" Quadro do Posto de Bombagem" constituido por um armário de fixação mural. Este quadro contém a			
	aparelhagem de corte e proteção mencionada nas peças desenhadas e os			
	equipamentos de sinalização e medida, todos os componentes são			
	cableados, ligados, ensaiados e colocados em serviço. Os trabalhos			
	acessórios necessários à sua correcta colocação em serviço estão incluídos, no aplicável.	un	1,00	
3.6.7.2	Quadro eléctrico, designado por QCB" Quadro de Comando das Bombas",			
	constituido por um armário de fixação mural, este quadro contém a			
	aparelhagem de comando corte e proteção mencionada nas peças desenhdas e os equipamentos de sinalização medida e todos os			
	componentes necessários ao bom funcionamento das bombas			
	submersíveis. Serão cableados, ligados, ensaiados e colocados em serviço.			
	Os trabalhos acessórios necessários à sua correcta colocação em serviço estão incluídos, no aplicável.	un	1,00	
3.6.7.3	Fornecimento e intalação de toda cabelagem eléctrica, dos grupos de	-···	1,00	
	bombagem, aparelhos de iluminação e tomadas incluindo todos os		4.00	
3.6.7.4	trabalhos inerentes à sua boa execução Luminárias estanques do tipo "Ollho de Boi" para instalação saliente	un	1,00	
,.0.1.4	equipadas com 1 lâmpada de 9 W, devidamente montadas, ligadas,			
	ensaiadas e colocadas em serviço.	un	2,00	



	MEDIÇÕES		QUANT	DADES	
ITEM	DESIGNAÇÃO	UN.	PARCIAIS	TOTAIS	
3.6.7.5	Blocos autónomos não mantidos equipados com 1 lâmpada fluorescente de 8 W, devidamente instalados, ligados, ensaiados e colocados em serviço.				
	, ,	un	1,00		
4	REDE DE DRENAGEM DE LIXIVIADOS				
4.1	Tubagens				
4.1.1	Fornecimento e assentamento de tubagem de PEAD PN10 MRS100, assente na base do aterro, incluindo abertura e fecho de vala, carga e transporte dos produtos sobrantes a vazadouro, em conformidade com as especificações do caderno de encargos e todos os trabalhos necessários,				
4.1.1.1	nos sequintes diâmetros: - Ø315 mm ranhurado a meia cana	ml	1 140,00		
4.1.2	Fornecimento e assentamento de tubagem de PEAD PN10, incluindo abertura e fecho de vala, carga e transporte dos produtos sobrantes a vazadouro, em conformidade com as especificações do caderno de		·		
4.1.2.1	encargos e todos os trabalhos necessários, nos seguintes diâmetros: - Ø630 mm	ml	18,00		
4.1.2.2	- Ø315 mm	ml	72,00		
4.2 4.2.1	Acessórios Fornecimento e aplicação de acessórios em PEAD PN10, incluindo soldadura topo a topo e todos os trabalhos inerente à sua boa execução.				
4.2.1.1	Forquilha Ø315 a 45°	un	11,00 1,00		
4.2.1.2 4.2.1.3	Forquilha manipulada Ø315 a 55° Tampão de Ø315mm	un un	2,00		
4.2.1.4	Cone de Ø630mm para Ø315mm	un	1,00		
4.3 4.3.1	Estação Elevatória de Lixiviados ESCAVAÇÕES				
4.3.1 4.3.1.1	Escavação com retroescavadora/giratória, de acordo com as especificações técnicas, incluindo, nomeadamente, bombagem e esgoto de eventuais águas afluentes, entivações e escoramentos, carga, transporte, descarga e arrumação em depósito.	m3	5,86		
4.3.2 4.3.2.1	ATERROS Aterro, com terras seleccionadas provenientes da escavação, isentas de pedras e materiais angulosos, através de meios mecânicos, compactadas, incluindo transportes, cargas e descargas, depósitos provisórios, espalhamento	m3	0,23		
400			, -		
4.3.3 4.3.3.1	BETÕES E AÇO Betão da classe C12/15 segundo a NP ENV 206 (B15), na camada de regularização, incluindo fornecimento,colocação e espalhamento (e=0,10 m).	m3	0,50		
4.3.3.2	Fornecimento e aplicação de betão C30/37 XC4 em elementos estruturais, incluindo armaduras, cofragens, descofragens e juntas de betonagem, bem				
	como todos os trabalhos e materiais necessários ao perfeito acabamento.	m3	3,80		
4.3.4 4.3.4.1	SERRALHARIAS Fornecimento e instalação de cobertura metálica incluindo cobertura em painel de sandwish, conforme desenho de promenor, e todos os tabalhos inerentes à sua boa execução	un	1,00		
4.3.6 4.3.6.1	EQUIPAMENTOS PARA O POÇO DE BOMBAGEM Fornecimento e instalação sistema de bombagem constituído por uma bomba submersíveis (tipo furo), com corpo e impulsor em inox, para 10,00 L/s a 40 m.c.a., incluindo, sonda de nível, quadro elétrico, programação e todos os trabalhos e acessórios de acordo com desenho de pormenor.				
4262	·	un	1,00		
4.3.6.2 4.3.6.3	Fornecimento de bomba subemersivel de reserva (tipo furo), com corpo e impulsor em inox, para 10,00 L/s a 40 m.c.a. Fornecimento e montagem de troços de tubo em aço inox AISI316 DN 65	un	1,00		
	com flanges e todos os acessórios de suporte e ligação (a ajustar na	vg	1,00		



	MEDIÇÕES			IDADES	
ITEM	DESIGNAÇÃO	UN.	PARCIAIS	TOTAIS	
4.3.6.4	Fornecimento e montagem de borboleta tipo waffer com disco em inox				
	AISI316 DN 65 PN10. Equipamento completo, devidamente instalado e ensaiado incluindo peças de reserva.	un	1,00		
4.3.6.5	Fornecimento e montagem de válvulas anti-retorno de charneira em aço	un	1,00		
	inox AISI316 DN65 PN10. Equipamento completo, devidamente instalado e				
4.3.6.6	ensaiado incluindo peças de reserva.	un	1,00		
4.3.0.0	Fornecimento de duas mangueiras flexíveis em tela para 2 1/2" c/7m, e respectivas bracadeiras extensíveis	vg	1,00		
4.3.6.7	Fornecimento e assentamento de tubagem de PEAD Ø110 PN10, incluindo		•		
	abertura e fecho de vala, carga e transporte dos produtos sobrantes a				
	vazadouro, em conformidade com as especificações do caderno de encargos e todos os trabalhos necessários	ml	348,00		
4.3.6.8	Fornecimento e instalação de câmara de visita circular em PEAD,		,		
	constituída por anéis e cobertura tronco-cónica, com 1,00 m de Ø interior,				
	com altura interior até 2,0 m, incluindo degraus e tampa em ferro fundido D 400, movimento de terras e todos os trabalhos complementares e				
	necessários, de acordo com pecas desenhadas.	un	1,00		
4.3.7 4.3.7.1	LIGAÇÃO À REDE EXISTENTE Fornecimento e assentamento de tubagem de PEAD Ø110 PN10, incluindo				
4.3.7.1	abertura e fecho de vala, carga, transporte dos produtos sobrantes a				
	vazadouro e ligação à caixa da rede de lixiviados existente numa distancia				
	máxima de 50 mt, em conformidade com as especificações do caderno de				
	encargos e todos os trabalhos necessários	un	1,00		
D	DEDE DE DREMACEM DE ÁCUAC DI INVIAIO				
D	REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS				
1	Rede de Drenagem Longitudianal				
1.1	Execução de orgãos de drenagem longitudinal, incluindo todos os trabalhos				
	necessários, e ainda, para a sua implantação, a escavação em terreno de qualquer natureza, a remoção, reposição e compactação, e condução a				
	vazadouro dos produtos sobrantes, e eventuais indemnizações por				
4 4 4	depósito.				
1.1.1 1.1.1.1	Valetas de plataforma: Revestidas de secção triangular.	ml	635,00		
1.1.2	Valas de crista de talude:	ml	635,00		
1.1.2.1	Revestidas com betão, de secção semi-circular de diâmetro igual a 0,40 m.				
		ml	415,00		
2	Orgãos Complementares de Drenagem				
2 .1	Execução de caixas de recepção, de ligação ou de derivação, incluindo				
	todos os trabalhos necessários, e ainda, para a sua implantação, a				
	escavação em terreno de qualquer natureza, a remoção, reposição e				
	compactação, e condução a vazadouro dos produtos sobrantes, e eventuais indemnizações por depósito.				
2.1.1	Em valetas de plataforma para ligação às descidas de talude.	un	2,00		
2.1.2	Das pluviais do alvéolo 2	un	1,00		
2.1.3	No alvéolo	un	1,00		
_					
3 3.1	Dissipadores de Energia				
ა. I	Dissipadores de energia em descidas de taludes, conforme desenho de pormenor	un	2,00		
			<i>,</i>		
4	Tubagem				
4.1	Fornecimento e Insatalação de tubagem PEAD DN110 PN10, incluindo				
	abertura e fecho de vala, carga e transporte dos produtos sobrantes a vazadouro, em conformidade com as especificações do caderno de				
	encargos e todos os trabalhos necessários	ml	8,00		
4.2	Execução de maciço de protecção à tubagem de PEAD com 0,25x0,25 mt,				
	conforme desenho de promenor e em conformidade com as especificações				
	do caderno de encargos e todos os trabalhos necessários	ml	8,00		
	VIA PERIFÉRICA				
Ē	VIA PERIFÉRICA				



	MEDIÇÕES			IDADES	
ITEM	DESIGNAÇÃO	UN.	PARCIAIS	TOTAIS	
	T				
4	Terraplanagem				
1	Escavação em empréstimo em terreno de qualquer natureza e colocação				
	em aterro, indemnização por matagem e arranjo para enquadramento paisagístico da zona de empréstimo, incluindo carga, transporte,				
	espalhamento e compactação.				
.1.1	Na via periférica	m3	2 834,38		
	Pavimentação				
.1	Camadas Granulares				
.1.1	Camada de sub-base:				
.1.1.1	Agregado britado de granulometria extensa com 0,20 m de espessura.	m2	4 535,00		
.1.2	Camada de base:				
.1.2.1	Agregado britado de granulometria extensa com 0,20 m de espessura.	m2	4 535,00		
.2	Camadas de Misturas Betuminosas a Quente				
.2.1	Camada de ligação:				
.2.1.1	AC20 bin ligante(MB) com 0,05 m de espessura.	m2	4 535,00		
		1112	4 555,00		
.2.2	Camada de desgaste:	C	4 505 05		
.2.2.1	AC14 surf ligante(BB) com 0,05 m de espessura.	m2	4 535,00		
2.3	Regas Betuminosas de Impregnação, Colagem e Cura				
.3.1	Rega de impregnação betuminosa com emulsão betuminosa.	m2	4 535,00		
.3.2			•		
	Rega de colagem com emulsão betuminosa.	m2	4 535,00		
	Muro de Suporte				
3.1	Execução de muro de contenção em betão armado na zona Norte da nova				
	célula, de forma a estabelecer em segurança a transição das superfícies de				
	terreno situadas a cotas diferentes, com uma extensão de 100m.				
3.1.1	Betão da classe C12/15 segundo a NP ENV 206 (B15), na camada de				
	regularização, incluindo fornecimento,colocação e espalhamento (e=0,10	m3	12.50		
4.0	m).	1113	13,50		
.1.2	Fornecimento e aplicação de betão C30/37 XC4 em elementos estruturais,				
	incluindo armaduras, cofragens, descofragens e juntas de betonagem, bem				
	como todos os trabalhos e materiais necessários ao perfeito acabamento.	m3	150,00		
	REDE DE INCÊNDIOS				
	Ligações à Rede Existente				
.1	Picagem à rede de incêndio existente, sem prejuízo da rede existente,				
• •	incluindo tubagem PEAD (SDR 13,6/ PN 10), todos os meios de protecção e				
	segurança, trabalhos (construção civil e eventualmente outros) e materiais				
	necessários para a correcta execução do trabalho conforme boas normas,				
	manual e ficha técnica do produto, condições técnicas especiais, peças				
	escritas e pecas desenhadas.	vg	1,00		
	Tuberem				
	Tubagem				
.1	Fornecimento e montagem de tubagem em PEAD (SDR13,6/ PN10) para				
	rede de incêndio, incluindo todos os acessórios de montagem e fixação,				
	abertura e fecho de valas, reposição de pavimentos, válvulas e soldaduras				
	para a sua montagem, bem como todos os meios de protecção e				
	segurança, trabalhos (construção civil e eventualmente outros) e materiais				
	necessários para a correcta execução do trabalho conforme boas normas,				
	manual e ficha técnica do produto, condições técnicas especiais, peças escritas e pecas desenhadas.				
.1.1	escritas e decas desennadas. Ø110 mm	ml	610,00		
.1.2	Ø90 mm	ml	6,00		
		1111	O.UU		



	MEDIÇÕES		QUANT	IDADES	
ITEM	DESIGNAÇÃO	UN.	PARCIAIS	TOTAIS	
3 3.1	Meios de combate Fornecimento e colocação de Hidrante Exterior (Marco de Água), tipo "FUCOLI Modelo SOMEPAL PN16", incluindo válvula de corte ao aparelho, bem como todos os materiais e trabalhos (construção civil e eventualmente outros) necessários para a correcta execução do mesmo, conforme projecto, condições técnicas especiais e peças desenhadas.	un	6,00		
4 4.1	Ensaios Ensaios normalizados de resistência e estanquidade à rede de incêndio, incluindo todos os meios de protecção e segurança, trabalhos (construção civil e eventualmente outros) e materiais necessários para a correcta execução do trabalho, conforme boas normas, manual e ficha técnica dos produtos, condições técnicas especiais, peças escritas e peças				
	desenhadas.	vg	1,00		
G	INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS				
1 1.1	Alimentação de Energia Fornecimento e montagem de disjuntor tetrapolar de 100A, com poder de corte a definir oportunamente pelo Dono de Obra (para efeitos de proposta, considerar poder de corte igual a 25kA), em quadro eléctrico existente. Deverão estar incluídos todos os acessórios necessários para uma correcta instalação e electrificação.	vg	1,00		
2 2.1 2.1.1	Rede de Distribuição de Baixa Tensão Fornecimento e montagem, de acordo com as Peças Escritas e Desenhadas do Projecto, incluindo todos os acessórios de montagem e ligação, de: Tubos embebidos nos maciços dos Quadros de Tomadas				
2.1.1.1 2.1.2	- PEAD φ40 6kgf/cm2 Cabos enterrados em vala técnica	m	10,00		
2.1.2.1	- H1VZ4V-R3x35+16 - H1VZ4V-R3x16+16	m m	530,00 610,00		
3 3.1	Quadros Eléctricos Fornecimento, instalação e ligação de Quadros de Tomadas, conforme peças escritas e peças desenhadas, incluindo maciço de assentamento. Nota: Ter em atenção ao Lay-out do quadro, considerar toda a electrificação com ponteiras nas extremidades dos condutores, incluir no preço, todos os acessórios que embora omissos sejam necessários para uma correcta execução da instalação, nomeadamente os bucins com porca e sede para passagem dos cabos de entrada e saída, abraçadeiras de fivela, isolamento dos bucins com poliuretano ou silicone, buchas, parafusos, anilhas, etc.				
3.1.1 3.2	- Quadro de Tomadas, incluindo maciço de assentamento Fornecimento, instalação e ligação de Q.ATERRO, no interior de armário do tipo Vidropol, Isosigma ou equivalente, com IP 45 e IK10, incluindo maciço de assentamento. Nota: Ter em atenção ao Lay-out do quadro, considerar toda a electrificação com ponteiras nas extremidades dos condutores, incluir no preço, todos os acessórios que embora omissos sejam necessários para uma correcta execução da instalação, nomeadamente os bucins com porca e sede para passagem dos cabos de entrada e saída, abraçadeiras de fivela, isolamento dos bucins com poliuretano ou silicone, buchas, parafusos, anilhas, etc.	un	5,00		
	- Q.ATERRO, incluindo Armário Exterior e maciço de assentamento	un	1,00		
4	Ligações à Terra				



	MEDIÇÕES			TIDADES
ITEM	DESIGNAÇÃO	UN.	PARCIAIS	TOTAIS
4.1	- Sistema de ligações à terra dos Quadros de Tomadas, constituído por um ou mais eléctrodos de terra do tipo vareta de aço do tipo piquet com 2 m de comprimento, 15 mm de diâmetro exterior e com revestimento em cobre 0,7 mm, condutor para ligação do eléctrodo de terra à instalação (cabo XV - R1x25m² cor verde/amarelo), conector para ligação do condutor de terra ao terminal de terra da instalação (terminal de compressão) e conector de ligação do condutor ao eléctrodo de terra (Abraçadeiras).	un	8,00	
5 5.1	Rede de Valas Técnicas Abertura e tapamento de valas e reposição de pavimento, de acordo com as Peças Escritas e Desenhadas	m	480,00	
Н	ERRROS E OMISSÕES			
	Eventuais erros, propostas, e/ou omissões detectados pelo adjudicante (empreiteiro) durante a fase de concurso deverão aqui serem discriminados. NOTA: Todos os erros e omissões proposto têm que ser validados pelo Dono de Obra. NOTA: Não são admitidos erros ou omissões durante a fase da execução da obra.			





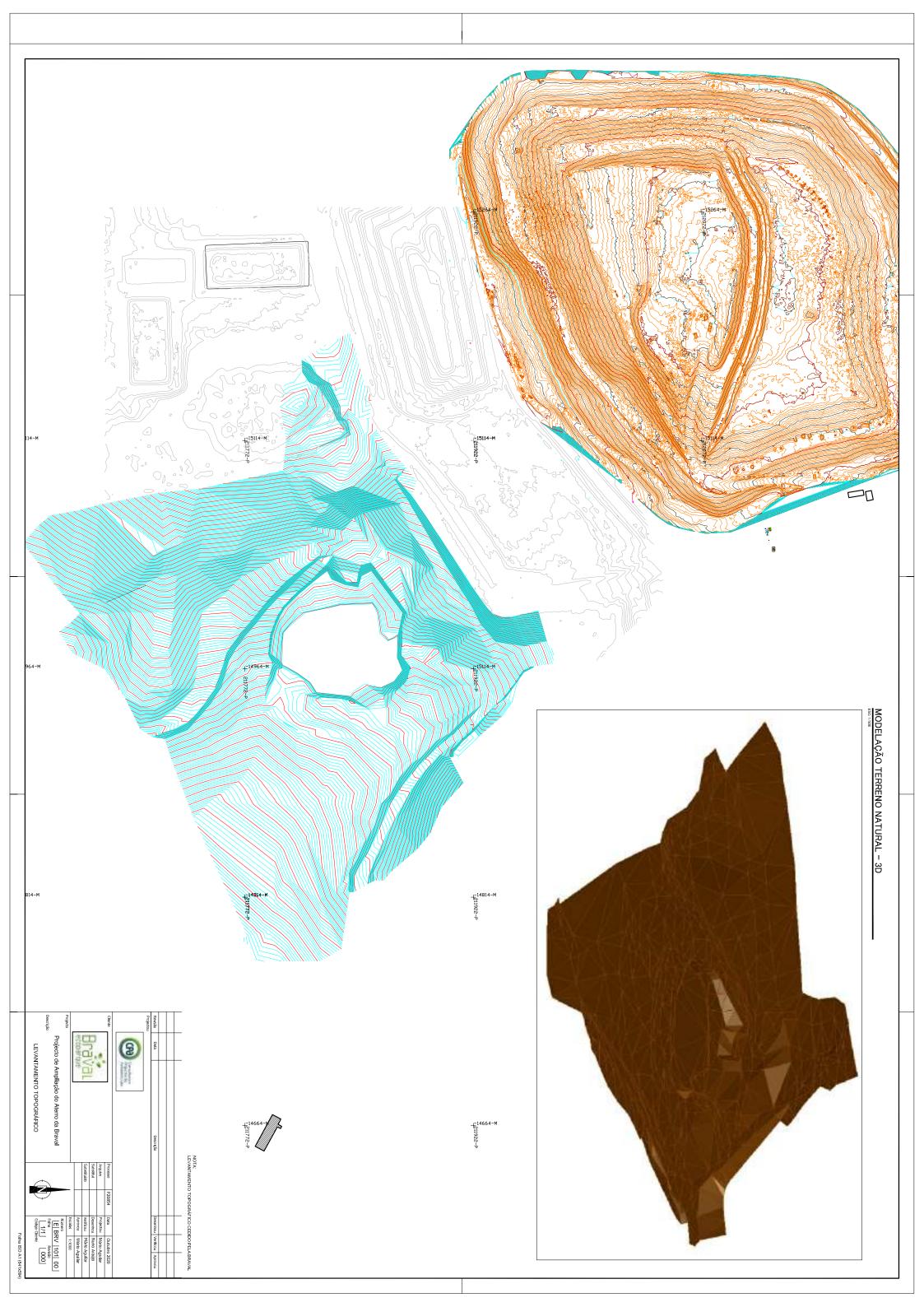


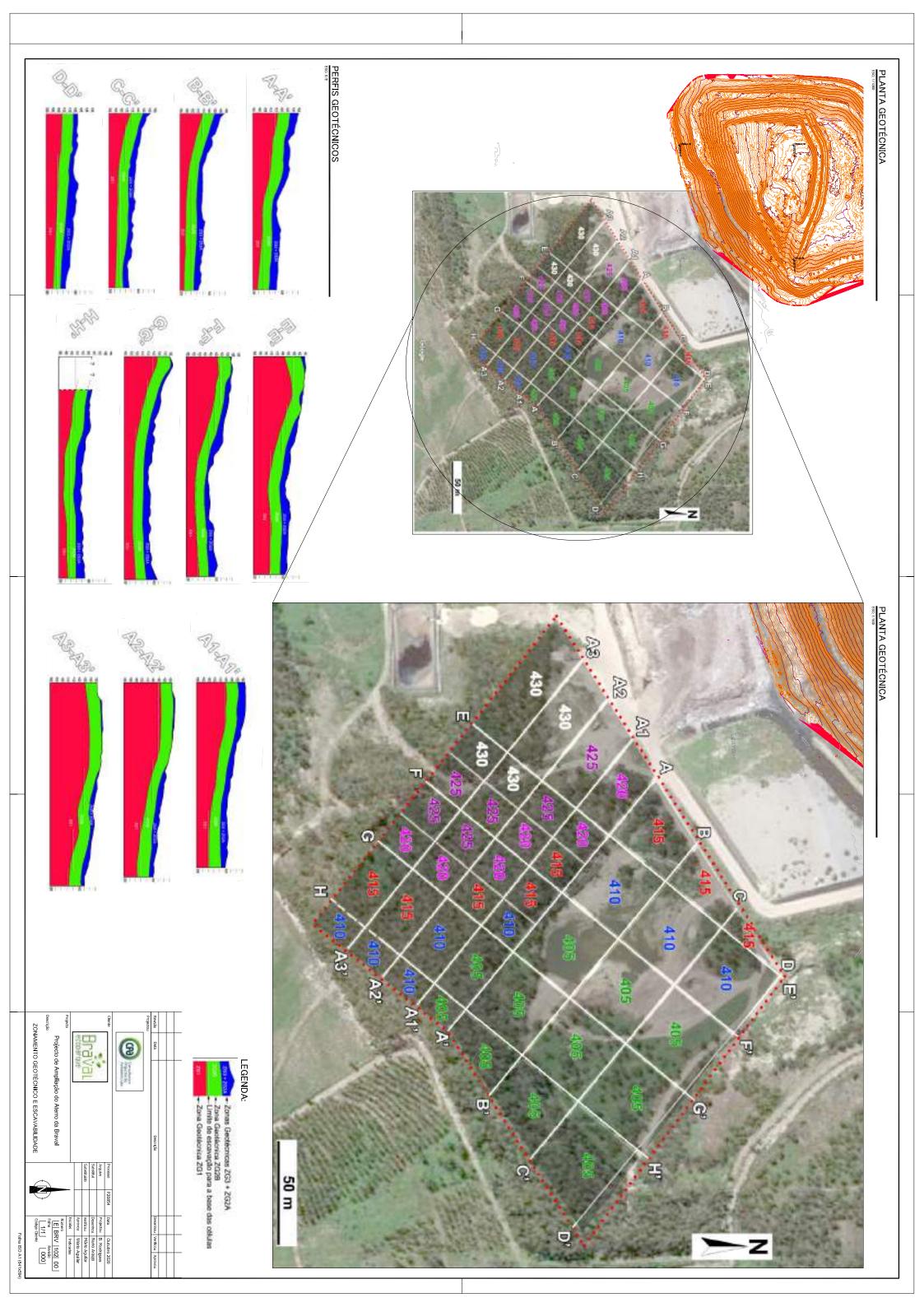
Braval - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A.

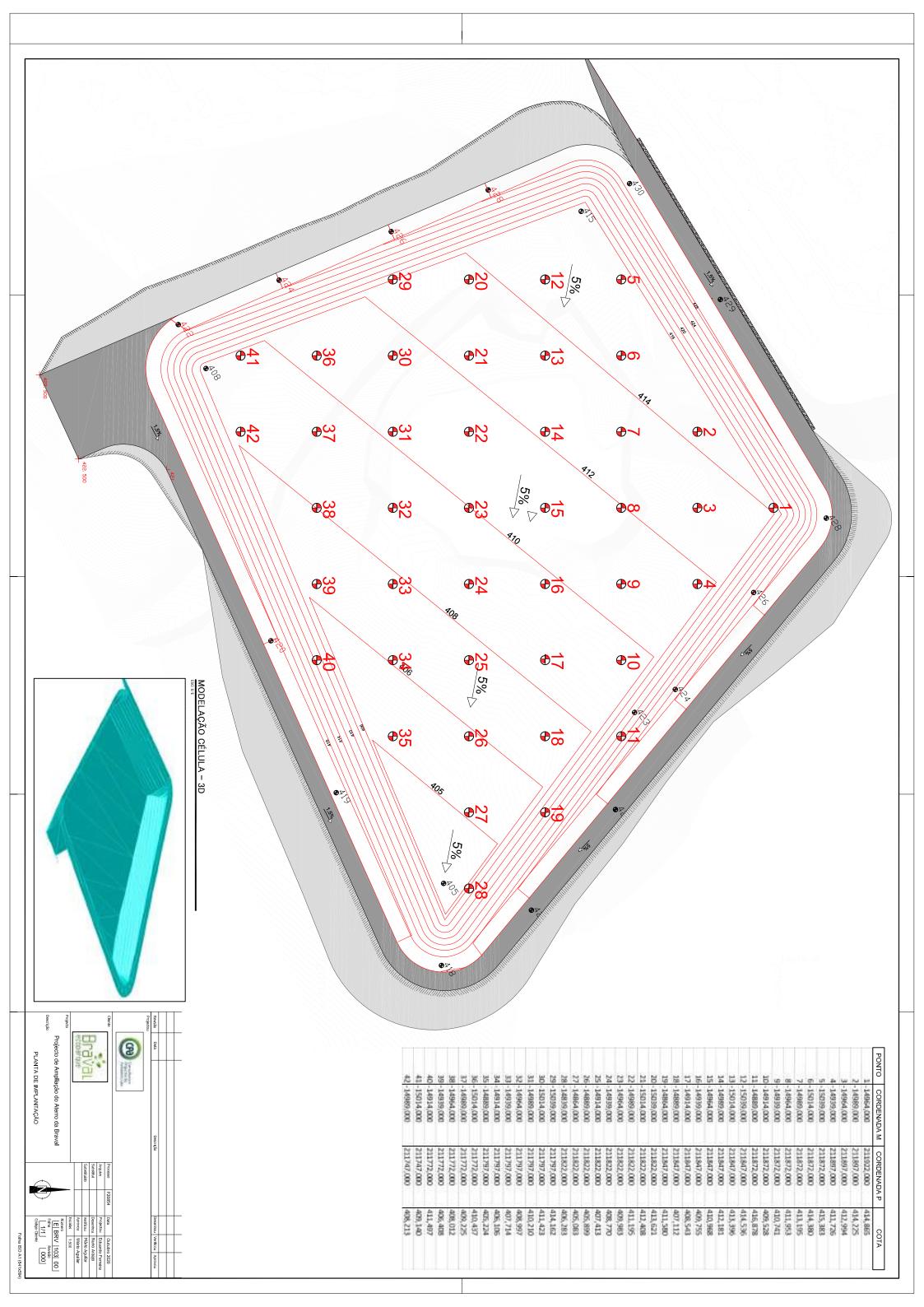
Coordenadas GPS: - N 41,58072° - W 8,31407°

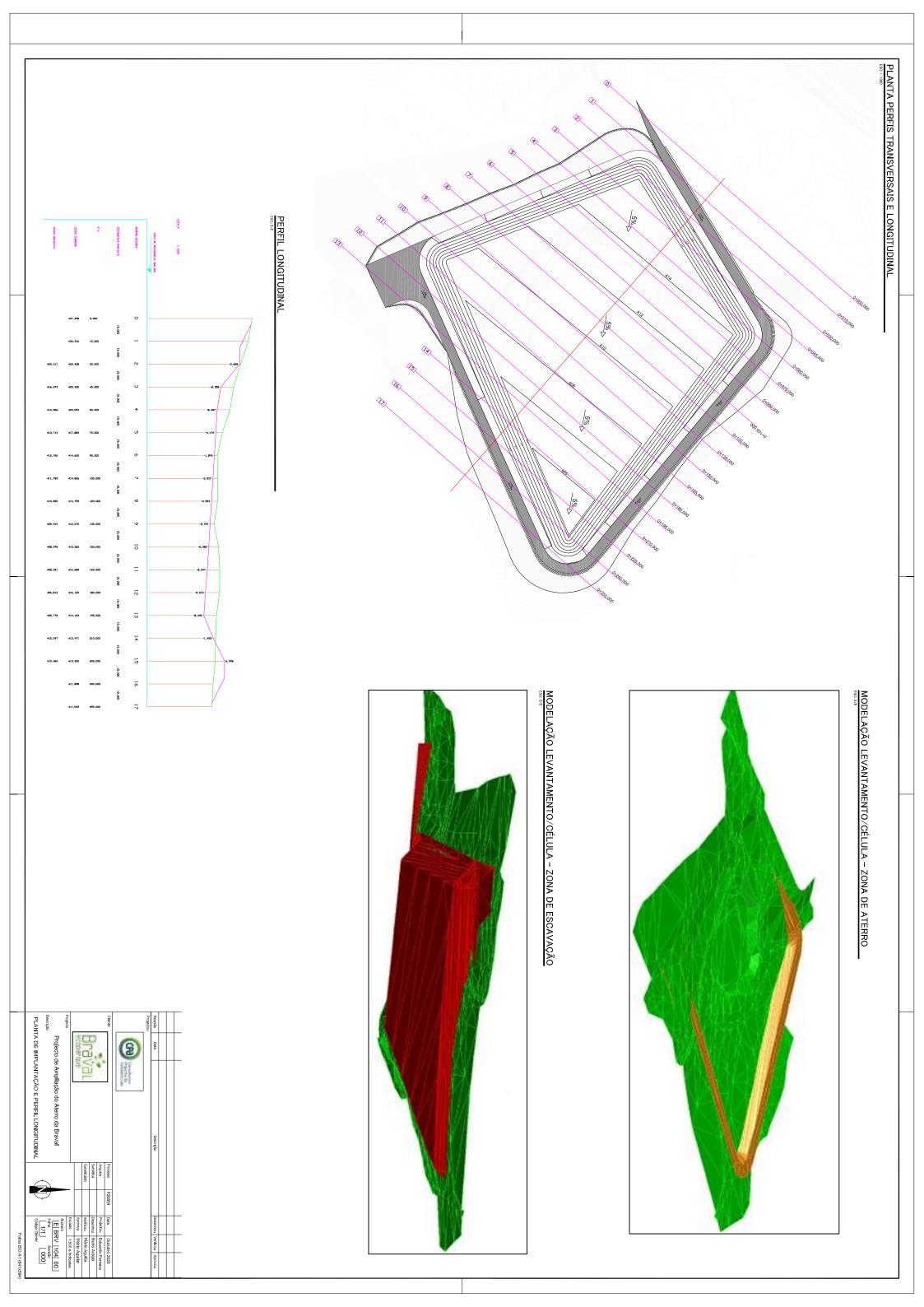
Braval Projecto de Ampliação do Aterro da Braval (3)

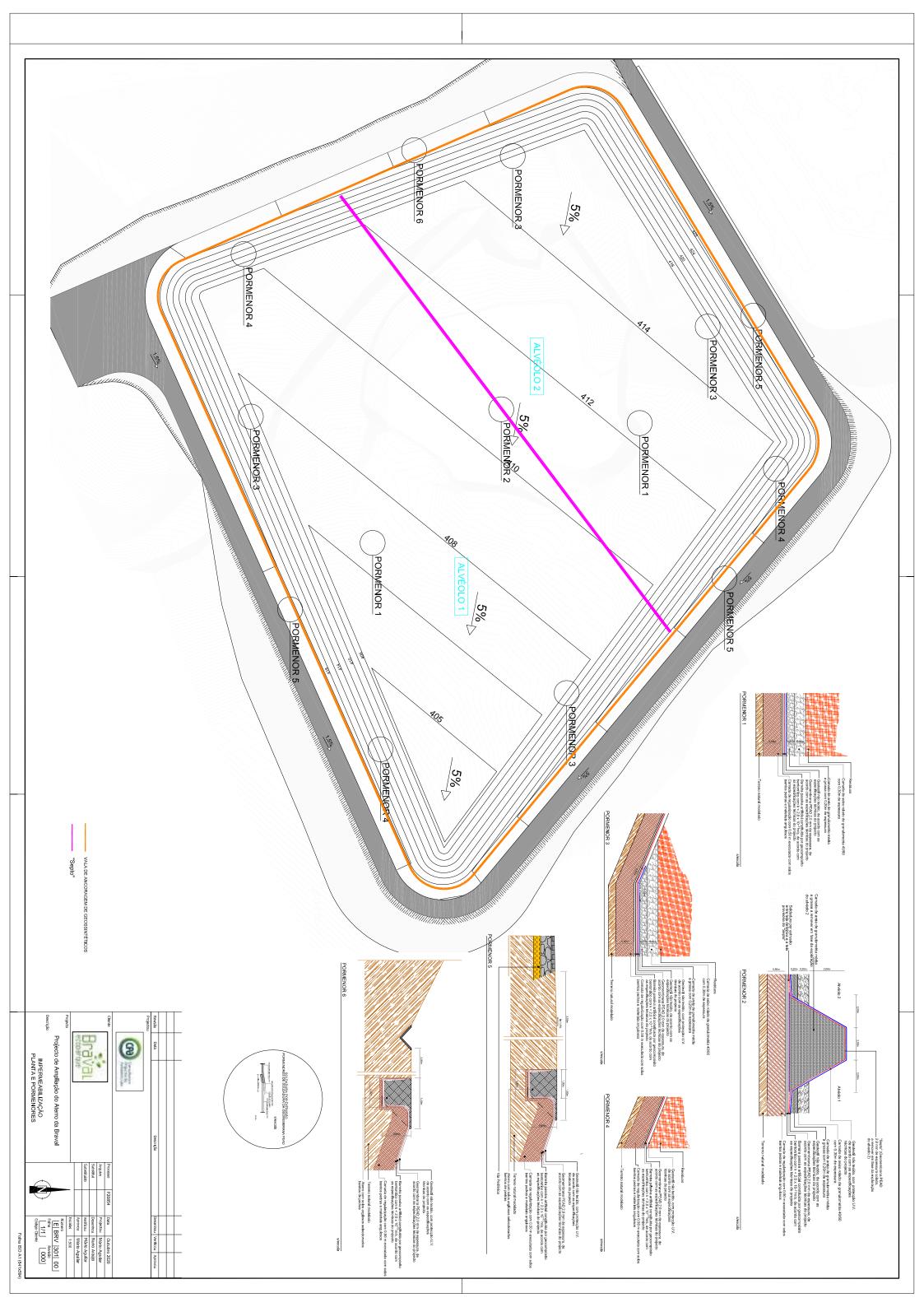
LOCALIZAÇÃO

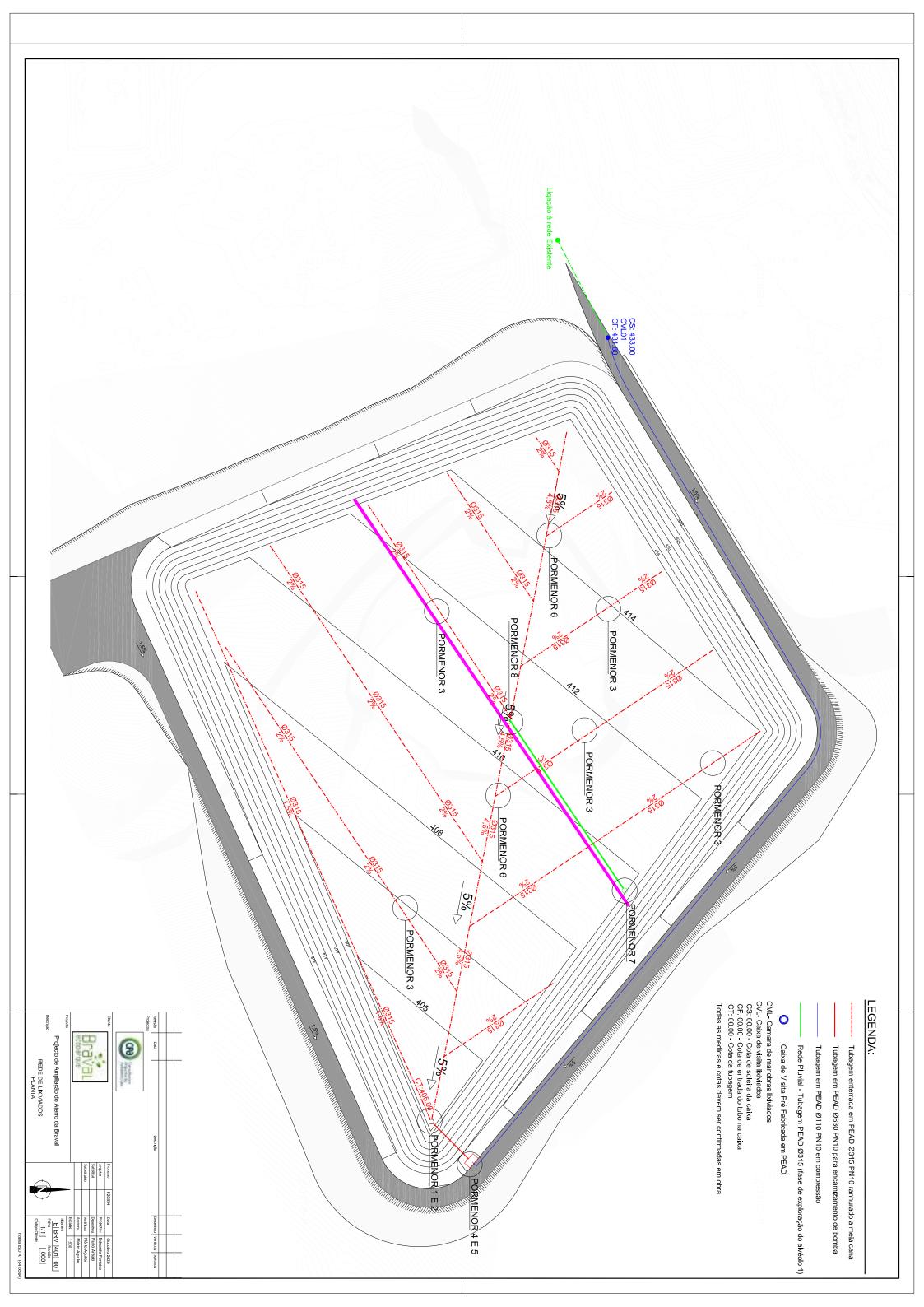


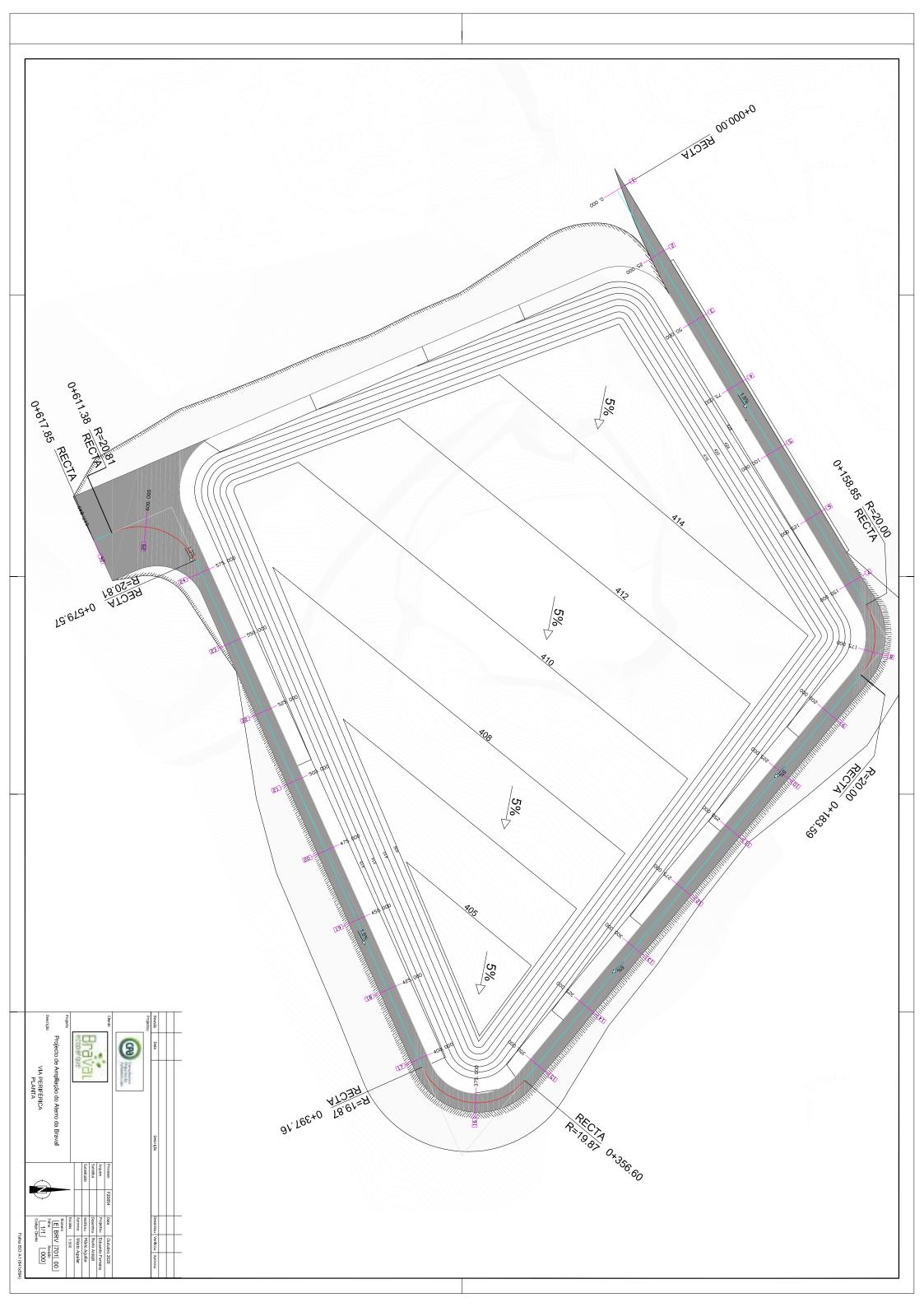


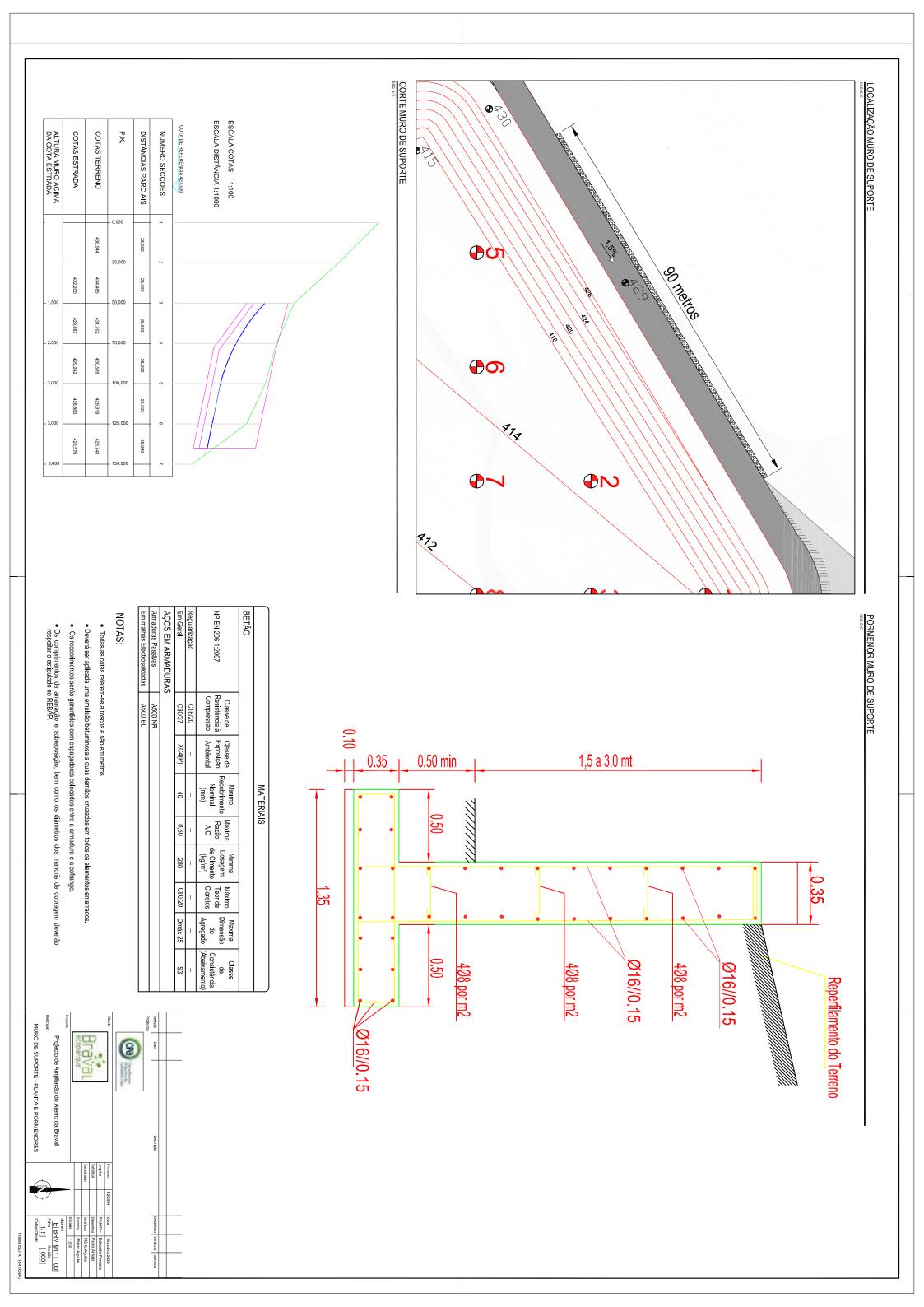














Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso

Ponto Três (20`):

Proposta da Câmara Municipal para apreciação e votação do relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2022, com anexação dos relatórios de contas das entidades nas quais a autarquia exerce posição dominante (EPAVE E.M. – também para efeitos do preceituado na Lei 50/2012, de 31 de agosto).

DELIBERAÇÃO:

Votos contra:Votos a favor: Abstenções:	



Ponto Um

Proposta do Sr. Presidente da Cámara Municipal para apreciação e votação do relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2022, com anexação dos relatórios de contas das entidades nas quais a autarquia exerce posição dominante (EPAVE E.M. – também para efeitos do preceituado na Lei 50/2012, de 31 de agosto), para efeitos de apresentação à assembleia municipal, para respetiva votação, nos termos da alinea ccc) n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.



Seguidamente foi presente proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal do seguinte teor:

"PROPOSTA:

A prestação de contas do município apela à apresentação de um documento formal no qual estão refletidos os resultados da gestão financeira levada a cabo pelo executivo com pelouros, num determinado período financeiro, neste caso o ano 2022. Num enfoque subjetivo institucional, consegue-se perspetivar prestações de contas políticas, administrativas ou jurisdicionais, consoante a sua efectivação decorra perante órgãos de natureza política (por exemplo, Assembleias); de natureza administrativa (por exemplo, superiores hierárquicos, órgãos de tutela governamental); ou perante Tribunais (v.g., Tribunal Constitucional, Tribunal de contas).

Com este enquadramento genérico, e não prescindindo da leitura integral do documento anexo à presente proposta fazendo dela parte integrante, apresenta-se a prestação de contas do município da Póvoa de Lanhoso, referente ao ano de 2022, para aprovação do digão executivo e consequente apreciação pelo órgão deliberativo nos termos do quadro normativo vigente, designadamente no âmbito do anexo I, da Lei 75/2015, de 12 de setembro, onde se prevê, designadamente, o seguinte:

Total do Ativo = 76.654.276,65€

- Património Liquido 65.960.401,91€
- Passivo 10.693.874,746
- Rendimentos 21.313.980,69€.
- Gastos 21.950.484,99€
- Resultado Líquido [- 636.504,30€)
- Recebimentos (000) 23.183.188,920
- Pagamentos (DDO) ~ 20.714.853,42€
- Saldo Inicial Operações Orçamentais + 1.329.684,81€
- Saldo Inicial Operações Tesouraria 1 037.913,426
- §Saldo Final Operações Orçamentais = 2.468.335,50€.
- Saldo Final Operações Tesouraria 992.397,366.



Em face do exposto, PROPÕE-SE:

Que a câmara municipal delibere aprovar a presente proposta para apreciação e votação do relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2022, com anexação dos relatórios de contas das entidades nas quais a autarquia exerce posição dominante (EPAVE E.M. – também para efeitos do preceituado na Lei 50/2012, de 31 de agosto), para efeitos de apresentação à assembleia municipal, para respetiva apreciação, nos termos da alínea coc) n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Que sejam cumpridos os quesitos previstos em termos de redação da ata, na instrução n.º 1/2019, do 6 de março, do tribunal de contas.

Póvoa de Lanhoso, 18 de abril de 2023.

O Presidente da Câmara Municipal,

Frederico de Oliveira Castro, Or."

DELIBERAÇÃO: APROVADO POR MAIORIA, COM A ABSTENÇÃO DOS SRS. VEREADORES DO PSO. REMETA-SE À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Em cumprimento dos requisitos legais, compilação da Informação adstrita a este ponto da ordem de trabalhos:

Entidade: Município da Póvoa de Lanhoso

Período de relato: 01-01-2022 a 31-12-2022

	Ata de aprovação das contas				
1	Órgão competente	Câmara Municipal			
Z	Data da reunião	24 de abril de 2023			
3	As contas foram aprovadas?	Sim			
4	As contas foram aprovadas por	Maioria			
5	Total de votos presentes da reunião	7			
6	Votos a favor	4			
7	Votos contra	0			
8	% que delibérou a favor	57%			
9	% que deliberou contra	0%			
10	Declarações voto (total)	N/A			
11	Declarações voto (contra)	N/A			



RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCÍCIO DE 2022



Indice

Preámbulo	
Refatório de Cestão	5
EIXO 1 Desenvalvimento Sacia	6
Saude	7
Habitação	16
Faucação a Qualificação	18
Parcer as Arivas	29
Inclusão e igualdade de Cénero	50
Combate a Pobreza e ao Isola mento Socia:	35
Juventude	39
Desporta	42
Proteção Civil e Cabinete Técnico Eloresta	46
SIKO 2 - Competitividade e Coesão Torritorial	50
nfraestruturas	51
Coesão terminae	53
Transição Verde	64
Ordenamento e Participação Pública	72
Transição Dígital	77
EIXO 3 - Atrotividade do Concelho. A Marca (Póvoa de Lanhoso)	50
Appio ao Comercio Local e Inovação	81
Cultura	83
Turismo	96
Prestação de Contas	90,



PREÂMBULO

MINERY OF THE



Ao longo deste Relatorio de Cestad e Prestação de Centas apresentamas e mais relevante do trabalho executado em 2022 período a que corresponde o primeiro ano completo de mandato do novo Executivo que resultou da vontado que os Povoenses expressaram nas umas modia 26 de setembro de 202).

Depois de uma fase inicial que se imponha para que podessemos figar a conhecer uma noval realidade, demos inicio la implementacão da mosta visão para algestão de Autarquia, para algestão dos colaboradores, para a relação com as Freguesias e com as entidades llocais, governo central le, acima de tudo, para alcançar uma major proximidade com os Municipes.

Objente diano em enálise, dirigenciárnos no serri, do de estreiter relações institucionais e de trabalho com diferentes ériticades, de indole regional e nacional, mas essenciais para relevarimos o mosso concelho até ao mivol do desenvolvimento que rodos ambicionamos e a que nos propusemos quando assum mos a condução dos destinos da Póvoa de Cannoso.

O ano de 2022 foi um período de trabalho e exigências, devido à delegação da composências has Autoropias, o de muita, incertoza, pois, se e certo que comisçamos a sair de ema pandemia, também ficou evidente que as alterações provocadas dela guerra na Europa e pelo aumento pa inflação agravaram e continuam a trazer dificuldades aes. Covernos e ás familias

Cocalmente, ainda que condicionados pela hinitação financeira que nos impedio de ir mais llonge, atendendo la compromissos essumidos pelo anterio. Executivo assegurántes o comprimento dos compromissos assumidos nomeadamente no que se refere á continuidade e/ou conclusão de projetos que transitaram de mandato la conseguintos realizar investimento para melhona das condições de vida das populações, increadamente, lad nivel de infraestrutoras de abastecimento de água e da sandamento.

Através do presente Relatório de Cestão e Prestação de Contas lé possível traçar o retrato da atividade municipal no exercício de 2022.

Astroturamos este occumiento de irristora permitir filha análise por setor (com base nos el kos que definimos em sede de Plano de Atividades, eu seja, Desenvolvimento Social Competitividade le Coesão Territorial e Atratividade do Concelho. A Marca 19óvos de Lanhosof (com base nas metas que também relembramos neste documento e que dizem respeito la lações orientadas para o mandato. Consideramos que la dinâmica conseguida em 2022 yá revela um caminho que nos levará, certamente, a ultrapassar o delineado am muitas das áreas seusonais.

O Executivo Municipal



RELATÓRIO DE GESTÃO



EIXO 1
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



Mitigar os efeitos da pandemia de COVID-IS,

Aprovar a Estratégia Local de Maortação e desenvolver o programa I^o. Direito

Concretizar a transferência de compatências has areas da saúde, educação e ação social com ganhos efetivos para a comunidade,

Reforçar as medidas de apoid às familias e à população sérior,

Melhorar a oferta de equipamentos desportivos e de lazer e de apoio à Joventude

Sairte

A preparação para a transferência de competências na área da Saúde foi uma precoupação durante o ano de 2022 com a participação em reunidos de trabalho com a Oneção do ACES Cávedo il - Ceres Catherra, para análise do auto de transferencias. No ano em análisa, trabalhárnos, essancialmente em duas vertentes sensibil zação e apropia para a Saúde.

Nesse sentido, forerdidiverses as iniciativas em que estivamos envolvidos.

Campanha i Por cuidados mais justos i Dia Mundial do Cancro.
Em fevereiro, associamo-nes à campanha i Por Cuidades Mais Sustes i promovida Pela União Internacional de Controlo do Cancro, objetivando assinstar o Dia Mundial do Cancro, despeitar consciências para as desigualdades de acesso a diagnóstico precioce e tratamiento chonlogico (tema para 2027) e incentivar a prevenção.

Més do Coração.

Em maio do aborames com a Unidade de Cuidades na Comunidade il Coração do Minho na dinamização de atividades alusivas ao Más do Coração inomeadamente na realização de rastreios de saúde e na realização de uma au a de ginástica ao ar livre.

👸 3º Edição da Comida para a Visia - moda idade digital:

Amda em maio, associámo-nos à 3º Edição da Corrida para a Vida - meda idade digital, através da divulgação e recolha de denativos. Esta iniciativa, promovida pela Liga-





Portuguesa Contra o Cancro, teve como emparkador local o senhor Presidente da. Cómiara Municipal de Poyda de Lonhoso

- Colaboração em rastreios Agrupamento de Escolas de Póvoa de Lanhoso Em Junho colaborámos com lo Agrupamento de Escolas de Póvoa de Lanhoso na dinamização de rastreios gratuitos de saúce, cinamizados por slunos/as e docentes do Curso Profissional de Técnico/a Auxiliar do Saúdo.
- Companha de veráci 2023 l'Contra o Melanoma, a perrida vale tudo!

 Colaborámos com a Liga Portuguesa Contra o Cancro Departamento de Educação para a Saúdo do Núcleo Regional do Norte na Campanha de Verão 2022 (Contra o Melanoma à partida vale tudo!)

Neste sentido, forant concretizadas quatro ações. A Ação 🗀 (In)Formar para Prevenir. olojotikou a formação dos monitores do Espaço Jovenniseivindo como preparação, para a dinamização da Ação 2 - i Contra o Melanoma, á partida vale todofi, oriigida ás changas i e jovens participantes no proprama municipal de ocupação de termoos tivres Férias. Ativas - Vorão 2022 sendo que se procurou alcançar a total dade de participantes no: programa que rondou peros de 140 chancas/jovens. No âmbito da dinamização de atividades de Educação para a Saúde (Asiminhos Aventuras Contre o Sr. Escaldão), al cada participante foram oferecidas uma lancheria e uma pulse re pare medição de radiação ultravioleta. No dia 25 de julho realizaram-se divas ações de sensiorização quacorresponderant és Agões 3 e 4 lespecificamente direcionadas para funcionarios/as da l Aŭtarguia Povoense e paro a população sénior po concelho. Para a dinamização da Ação. Z controu-se point a cole poração de funcionários/as que desentpenhant as suas funções: ao artifyte. Tratouise de uma sessão presencial de abordagem pedagógica pala tiga-Portuguesa Contre lo Candro. Para la dinamização da sessão presencial dirigida a população sémbri- Agão 4, contou-se com a participação de cerca de 120 bessoas utentos. de Centros de Convívia e de algumas Instituiçõesi Part culares de Sol dariedade Socia .

Caminhada Rosa - Prevenção do Candro de Mama.

Em outubro lo Município binamizou uma "Camínhada Rosa", com distribuição de folhetos informativos e preventivos relativos ao candro de mama e a possibilidade de cada dartic pante contribuir com um conativo a favor da Liga Portuguesa Contra o Candro Esta iniciativa contou com a participação de mais de uma centena de passoas.



A caminhada teve um percurso de piticu dade facilie iunito ao Carvalho centenário de Calves os/as participantes construíram um laço humano rosa

O trabalho desenvolvido no capítulo da Saúdo também se controu na sensio Fração e informação lassimi como má dinamização de respostas, como o acompanhamento percalógico e o apoio ao curcador/a informal.





Serviços de Psicologia

Em 2022, foram concretizadas 1.037 sessões individuais de acompanhamento psicológico gratuito (Psicológia Olímbale na 5eúde), sendo 625 sessões em formato presencia: e 112 sessões à distância - oram atendidas maioritariamento pessoas adultas do sevo ferminino, com uma media mensal de 35 cases ativos

Entre las latuações mais prevalentes são de assimalar da quadros de dapressão e Ansiedade, ideação suicida, suto, exposição a contextos do violóncia diemástica adaptação a strassoras agudos, comportamentos desajustados, de entre outros aspetos que provocam malvesta/ olinicamente significativo.

Os encaminhalmentos de novos casos provieram de entidades como o SICO - Serviço para la Promoção da Igua dade de Cénero e de Oportunidades e outros serviços do Município a CPCI - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens a EMAT - Equipa de Assessoria Técnica aos Tribunais do Núcleo de Infância o Juventuda da Unidade de Desenvolvimento Social do Instituto da Segurança Social - Serviço Joca, da Póvea do Lanhoso, os SAAS - Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social e o Ministêrio Público da Pévoa de Lanhoso.

Procedeu-se ao acompanhamento paldore apérido ajustado a dada gaso variando as estilatégias, utilizadas, a duração e a periodicidade dos sessões conscante as necessidades específicas.



Capinete de Apoio ao Cuidador Informat (CACI).

No âmbito do Cabinete de Abdio ao Cuidador informal (CACI), foram realizados 20 atendimentos, individualizados a cuidadores informais, na totalidade destinados à informação, esclarecimento de dúvidas e prestação do todo o apoio necessário ao preonchimento da documentoção específica relativa ao dedido do reconhecimento do Estatuto de Cuidador Informar para como ao requerimento de atribuição de Subsídio de Apoio ao Cuidador Informal Principa:

Desenvolveu-se lo primerio Crucio Psicoeducativo destinado a nove Cuidadoras Informais, nas instalações do Centro Comunitário do Valo do Cávado, em 10 sessões samanais, com inidio a 19 de janeiro e encerremento a 30 de março resultante de Uma Carderia entre o Cabinete de Aparo ao Cuidador Informal (CACI) do Município e o projeto Cuidar do Quem Cuida.

Na sua dinamização leste primeiro Crudo Psicoeducativo contou também com la colaboração da Associação. Em Diálogo, da Unidade da Cuidados à Comunidade II UCC Coração do Minho do ACES Carás/Cabrara, do Núcleo de Intervenção Social para a Povoa de Lannoso do instituto de Segurança Social e dos Serviços Social- e de Sañoe do Município Foram apordados tem as como as vivências, o autocuidado e o de miestar das cuidadoras las demências, a comunicação los cuidados de saúde, as medidas de apordisocial e legal, e os fatores psicológicos essociados ao cuidar.

Do primeiro Grupo Esicoeducativo, resultou a chação de uma nova resposta, o Grupo de Ajuda Niútica, sendo do destadar a promoção de uma primeira atividade com o objetivo orindipar de proporcionar momentos de fazer de descanso e de fortalecimiento de raços ontro as cuidadoras para obantes.

O ano também ficou marcado polos contactos estabolecidos com parceiros comintervenção local, no sentido de daria confieder o Garinete de Apoid ao Cuidador Informal e de definir estratégias de intervenção conjunta, nomeadamente em termos da sinalização e encaminhamento de cuidadores informais para o CAC. De forma complementar a experiência do CAC também foi partilhada junto de outras encidades regionais e nacionais. De facto, em outubro o CAC, fez se representar no evento promovido pelo projeto Cuidar de Quem Cuida intirulado. Como Cuidamos dos nossos Cuidadores?" no Porto, Bibliotoco Municipal Almeida Carrott.



Concomitantemente locuise micro a construção do Perfil do Cividador Informet rio concelho

Envirovembro o Dia Nacional do Culoador Informal foi assinalado com uma sessão de sensibilização a técnicos cuidadores e comunidade em geral, abundando o Estatuto do Cuidador Informal, com lintervenções de representantes da Segurança Social e da Unidade de Cuidados na Comunidade, do Centro de Saude i Realizamos a nida uma atividade lao grupo de muidadores que integram o CAM (grupo de ajuda músual, homenageando cada uma de as pela resilência e amor com que cuidam dos seus dendo- has força e coragem para continuarem com a sua áridua tarefa.

No final de dezembro, tivamos oportunidade de submeter a candidatura de Municípie com case no trobalho que é desenvolvido pelo GAGI, a Rede de Auterquias que Guidemi dos Cuidadores Informais





Seniores

Centres de Convivio

Os Cermios de Convívio são espaços de lazer a de ocupação de tempos livres com o intuito de combater o isolamento e de promover a integração da população mais velha na comunidade.

O ano de 2019 fica mais ado pelo regresso ao funcionemento, em pleno, da redemunicipal de Centros de Convivio.

Estes são locais onde são partilhadas vivências a experiencias acumuladas, funcionando como polos dinamizadores de múltiplas atividades lúdicas formativas culturais o desportivas.



Atraves dos Centros de Convivio, dinamizados em estreira ligação com as illuntas de Freguesia é possíve proportionar momentos de interação, de troca de experiências e de aprendizagem has mais diversificadas áreas. Atividades recreativas o curturais, termação sobre itenhologias de informação e comunicação, traba nos manuais, expressão motora, dança, música jogos diversos ações de sensibilização, de entre outras são algumas das hidiativas que constituento leque de propostas Atividades que contribuem positivamente para um envelhecimento ativo e saudável, bem como para o combate ad isolamiento social.











Destacamos algumas das envidades desenvo vidas

- Cornemoração do Dia dos Namorados
- Comemoração do Dia da Molher.
- Elaboração de Máscaras de Carnaval.
- Elaboração de Ardos de Pásnoa.
- Participação incrinariaia minhoto destinado a assinalar os Santos Populares.
- Participação numb descolhada à antiga.
- El aboração do Arvores de Najali.
- Partid Dação no Almoço de Natal juntamente com utentos de IPSS's e de outras entidades ligadas ao trabalho com a população sémio;
- Animação de uma taide no êndo to de iniciações Natalina Praça?
- Perticipação em diferentes ações de sensibilização idinamizadas com os serviços municipais e com entidades externas.
- "Cuidados a tor com os arrimais de ost, mação o criação e com hós mesmos"
- "Burlas a Furtos na 3" idade".
- 14 prevenção do incéndios e/ou intoxidações em casa?
- "Vendas Enganosas".
- Partici Dação has comemorações do Dia Mundial do Proteção Civil.

As possona utendes dos Centros de Convivio tembém puderam particidar num conjunto de propostas ligadas ao envelhecimente ativo

- Bessões de Musical
- Serades de Dariga e Movimento
- Yoga adaptado.
- C nástica ger árrida.
- Hidroginástica,
- Boccia Sérior e l'Campeonato Roccia Senior Intergerational i om estudantes do Agrupamento de Escolas de Póvoa de Langoso
- Jogo gigante "Aldescoberta da Saúdo".
- Participação no Projeto Cultura IN



Proveder de Idaso.

De modo la evitar que la população sómos se encipitro numa posição do maior volnerabilidade em relação ao risco de pobreza a de outras problemáticas temos defend do que cada uma/umide nós develadotar uma postura atenta para sinalizar junto das enfidades competentes eventuais situações que possant necessitar da intervenção da Autarquia através dos recursos e respostos de que dispód.

Nasse sentido no ano em análise, continuêmos a apoiar e a divulgar o traba ho do Provedor do Idoso, enquanto recurso ao dispor das pessoas mais velhas da nossa comunidado Desta forma, destadam-se a l'Assembleia Sénior e as terribilas com jovens. Para além da sensibilização, o traba ho da figura de Provedor do Idoso também passa bela insalização de latendimentos isendo pue foram acompanhados casos que implicaram a necessária articulação junto de Instituições Particulares de Solidar edade. Sucial, de entidades de Saúde e dos Serviços Sociais do Município.

Como já relendo la constituição e realização da orimeira Assembleia Senior da Póvda de Lanhoso e um dos destaques do anoisendo aquela um órgao local de representação das dessoas ridosas, com funções consultivas, de auscultação, aprecisção e análise dos probiernos, dentificados e das propostas de solução pem como de informação e diomoção dos seus direitos por forma a garantir o seu centrestar partir pação digitidade de vida.

A l'Assembleia Sen or realizou se no dia 31 de outubro, no âmbito de "Més de Idose" e dels resultou a redação de uma Carta de Sugestoes que foi, posteriormente, entregue ao Executivo Monicipal

Ao nível das camadas mais jovens da população, foram dinamizadas tertúlias que se revelaram importantes, momentos, pronotores, do debate, sobre la forma como a intergerad onalidade se pode refletir na defesa e promoção dos direitos das pessoas com mais idade, no nosse concelho e de que maneira os jovens povoenses encaram o onvo hecimento.

Nesse sentido, civeram lugar, no dra 29 de april e no dra 28 de outobro, tertúlias comjevens da EPAVE a da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso, e que contaram também com la participação de elementos da Comissão de Proteção ao Idoso e do Executivo Municipal, tendo se debatido, em ambiente próximo e mais informal de que maneira a intergeracionalidade se pode refletir na defesa e promoção dos direitos das pessoas com-



miais idade no nosso correllho e de que forma os jovens povoenses encaram o envelnecimento para atémide sens prizar pará a existêrio a da Confissão de Profeção ao Idoso e para a missõe do Provedor do Idoso

Amda no âmbito do trebalho com esimais novos, o Município pair cipou na sossão final do cambanha de sensibilização contra a victência sobre as pessoas idosas fú silência tem vozt, da Comissão do Protoção ao Idoso, que acontoceu na Facola Básica Conçalo Sambaio assinalando o Ola Mundial da Consciencial zação Contra a Pessoa Idosa, a 15 de junho de 2022.





Més de Ideso.

Com lo propósido como palidade de incentivar el de sensibilizar para um envelherimento soupovel, ativo e com qualidade de vida e partilha, assinalámos o Mésido Idoso Idutubro), in ciativa la iquali também i quisernos l'associar lalguna idos lobjetivos do i Município, enquanto pertentiente à rede de Municípios Saudáveis. O pilogiarna englobou propostas ligadas à saúde le prevenção, ao desporto o à cidadania sénior. Produtámos altar as atividades intergeracionais às preocupações com o envelhecimento saudavei, que são os objetivos de todos os territórios que querem assumiri-so como promotores da saúde Ações de Rastreio da Cavidade Oral, Saúde Oral e Aconselha mento Dermocosmético de Prevenção de Quedes, no ámbito do Projeto Para-Quedas i e de sensibilização para 10s sinais loudio o corpo idáli foram las propostas, juntamente com la idinamização do 1 Compeonato do Socia Intergeracional (com cerca de 250 atletas) e com a "Caminhada Posa" (no âmbito do mêsi para la sensibilização do cardin da intama; No ultima dia de outubro, o programa englobou a cerimônia de nastear da bandeira comemorativa dos 39 anos da Pede Portuguesa dos Municípios Saudaveis da qual a Povoa de cannoso faz



parte, uma sessão de ginastica geriatrica, e a il Assembieia Sénior, dinamizada pelo. Provedor de Idese

Atwicades que vá foi possível concretizar em colaboração com diferentes entidades.









Laurence (40)

A Resolução de Conselho de Ministros nº 50 A/2019 de 2 de maio, veio estabelecer o encuadramento regulamentar, o sentido estratégido, os objetivos e os instrumentos de atuação para uma Nova Ceração de Políticas de Habitação (NCPH), com o missão essumida de garantir o acesso de todos a uma habitação adequada o chai condições para a reabilitação do edificado.

Neste eriquadramento, foi estabelecido o Programa de Applio ao Acesso à Mabitação designado 1º Direito (criado pero Decreto t.e. n.º 57/20/8 de 4 de junho, e regulamentado pelo Portor a n.º 230/20/8, de 17 de agosto) quentado pera promover o acesso a uma habitação adequada às pessuas que vivem em situações habitacionais indignas e que não dispunhant de capacidade hiancoiro para encontrar uma solução habitacional. Qui



destacar que la prévia ciaboração e aprovação da Estrategra Local de Habitação. Constituía condição obrigatória para o acesso ao Pilograma IR Direito.

Neste sentido, o nosso Município desenvolveu topas as diligências para elaborar a sua Estratégia I ocal del Habitação de forma a garantir o direito a habitação a ibm vasto número de municípes que vivem em condições habitacionais indighas

A Estratógia Local de Habitação do nosse Municipio foi aprovada em sede de reunião de Cármara, realizada no dia 15 de fevereiro le de Assembleia Municipal, no dia 28 de fevereiro de 2020

Como consequência desta aprovação foi submetida para aprovação por parte do Instituto do Habitação e da Reabilitação Urbana tendo já sido assinado o Contrato Programa e respetiva propramação financeira que pormitira executar o Plano de Ação definido.

A estratégia todal de Habitação va permitir a apresentação de candidaturas ao Programa ¹⁹ Oire to de HRU. Programa de Apois ao Acesso à Habitação - por parte de beneficiários diretos - apois pireto as pessoas para acesso a uma habitação adequada ou a entidades para a promoção de soluções habitacionais (Múnicipio e Buntas de Propuesio)

No âmbito da habitação em regime de ariendamento apoiado (Gaife e Oliveira), risci derem entrada novas candidaturas nos Serviços Municipais

Foram ainda realizadas visitas aos bairros e estabelecidos contactos regulares com os meradores de forma a tentar ir suprinde algumas necessidades lidentificadas pelos mesniça.

O Programa Dairros Saudáveis, chado dela Resolução de Conselho de Ministros 52-A/2020, de 1 de Juho renácada pela Declaração de Renácação nº 25-8/2020, de 23 de julho, é um instrumento participativo que promove hiciativas de saúde sociais economicas, ambientais e urbanisticas junto das comunidades locais mais aungidas, suscer veis ou vulnoráveis a pandemia, ou a outros fatores que afetem as condições de saúde e bem-estar.

O Programa visa dinamizar parcerias e intervenções locais de promoção da saúde e da qualidade de vida das comunidades territoriais, através do aporo a projetos apresentados por associações, colet vidades, organizações não governamentais, movimentos cívicos o



organizações de moradores lem articulação incineadamente, com as autarquias, as autoridades de saúde ou demais entidades públicas

Neste Arribito, o Município assumiu-se como entidade parceira na Candidatura apresentada polo Centro Social de Carfe ao Programa Bairros Saudávois, que desenvolvou algumas ayões de requalificação do edificado do Bairro Social de Carfe. Dem assum como iniciativas de desenvolvemento, edal e de departitação dos moradores do mesmo, atraves de laporo institucional a sua auto-organização e a sua participação na melhoria das respetivas condições de vida e dos determinantes em sacide através da implementação de atividados nas seguintas areas saúde, ambiente, cidadanía e direitos formados.

Ao inivel do programa acess di idade 560°, foram identificados 24 processos pelos parceiros e realizadas visitas a rodas as habitacões. Foram realizadas nove candidaturas ao programa las quais reprintin las romo ções e redu sitos, bem como os occumentos necessários.

De lombrar que o Programa de Intervenção em Habitações - Investimento RC-003-02 acessibilidade 360° termidos o objetivos methorar as acessibilidades para as pessoas condeficiencia em nabitações, el promover a acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada ou ciriculdade no acesso e na fruição das suas habitações.

lidude (Alie Quell' cação

No dia 1 de abril de 2022, fotam, formal e definitivamente, transfor das para o Municipio todas as compotôno as no dominio da Educação constantes do Decreto-Hei nº 21/2018, de 30 de janeiro. Neste sentido ipara além das competências já assumidas no âmbito da Educação Pré-Escolar e no 15 ciclo, o Município passou a ser responsável pelas seguintes éreas dos restantes did os de ensino, do entre as quais destacamos as que ossaram a implicar a intervenção dos Serviços de Educação e a reorganização do trabalho interno para o seu competente exercípio.

 A elaboração, e consequente aprovação delos orgãos autárquidos, dos Contratos de Delegação de Competências nos Diretores dos dois Agrupamentos de Escolas



- O fornecimento de refeições em refertorios escolares a todos os ciplos de ensino e o inspotivo appriparmamento o monitorização deste serviço.
- Ao inível do sarviço de transporte escolar especializado, desenvolvemba es procedimentos inerentes à organização dos transportes escolares incluindo dos circultos especiais para asignanças e alunos integrados na Educação inclusiva.
- Desenvolvemos os procedimentos para concretizar o fornecimiento de Leite Escolar a lodas as crianças do pré-escolar e do primeiro ciclo, bem como a pestão de todo este processo na Plataforma do IFAP idando continuidade ao Pregrama anteriormente assegurado celos Agrupamientos de Escolas
- Assum mos a responsabilidade de gestão e manutenção dos nevos equipamentos escolares que possaram para a alçado do Municipio a Escola Sociandário da Póyda de Canhoso, a Escola Básica do Aveleia Escola Básica Conçato Sampaio;
- Concretizámos todos os procedimentos incientos à implementação elgastão do Caitao Escolar Municipal el da Plataforma SICA, disponibilizado de forma universar a robos a todos as ciranças elatunos do concelho, desde a educação pré-escolar ao 12fiano.
- O Monicípio assumiu a responsabilidade da dinamização das Atividades da Enriquedimento Curricular (AEC s), através da delebração de um contrato programa com a FPAVE.
- Assumimos a responsabilidado de organizar e genir os procedimentos de atribuição de apolos de aplicação universal e de aplicação diferenciada.
- Assumimos responsabilidades de recrutamento, seleção e gestão do pessoal não docente de todos os níveis e didios de ensino em parceria com os Agrupamentos de Escolas.
- O processo de assurção de competências to precedido por um intenso trabalho de planeamento e oreparação, desenvolvido em estreita articulação com as Direções dos Agrupamentos de Escolas do concelho has múltiples reunides realizadas para o efeito. Destada-se tempém a constituição da Comissão de Acompanhamento e Monitorização da implementação le i desenvolvimento do louadro ide i transferencias, da lárea da educação, para efeitos de cumprimento do disposto na alínea b) do ponto 2 do artificê do OU nº 27/2019, do 30 de janeiro, tendo se realizado duas reunidos, no dia 3) de março de 2022 e 9 do maio de 2022.



Serviços de Educação.

Algestão da plataforma SICA e constante já que esta assiste informat camente todo o processo relacionado com a frequência dos alunos nos diversos serviços. Nesta é tratada a informação do todos os alunos de ensino pré-escolar do ensino público e ^{17,19} 4.35 diplos do ensino básico ensino secundário e profissional do concelho.

Decorrente da existência dos serviços de refeição, prolongamento de norário e lanche, mansalmente, forans deida de 40,000 os almioços e lanches registados, divididos por cerca de 32 tidologías diferentes (escabes regulares, escabes NEE, escabes POCH e diferentes descentes no âmbito do Cartão Parm la Numerosai.

Referência ainda para a gestão da ação social escolar, que compreande a atribuição do um escalão differ para a refeição, quer para o propagamento de norário. O escalão ó atribuido atraves de processos pre-definidos e justificado peros documentos entregues pelos encarregados de educação em formulário próprio.

No seguimento do protocolo estabelecido com as iPSS is do concelho para o serviço de refeição, lancho el prolongamento de horário, foram tealizadas visitas frequentes de actimpanhamiento el monitorização da prestação destes serviços. Estas visitas têmicomo objetivo a melhoria contínua dos serviços prestados delas instituições.

No âmolto dos diferentes serviços que integram a Divisão, os Serviços de Educação garantiram a programação a implementação das medidas de política educativa que consulvem combetências do Município bara alémide outros projetos municipais Assiminara alémidas novas atribuições provistas no âmbito da transferência de competências demos i continuidado la lianálise lo itratamento das Bolsas de Estudo, Programa PóvoaCresce, Ação Social Escolar, Supervisão dos serviços de prolongamento de horário diploidos passos escolares Circuitos Especiais do baixo conceino, Premio de Mento Antonio Lopes, Programa Tu Decides Forgamento da licipativo escolar.

Poram dinamizados novos projetos la criação do Portal da Educação la Implementação do Projeso de Mobilidade Sustentavel, a generalização de natação e todos os alunos do Silano da escolaridade do concelho. Destaque amba para o projeto "Devagar se va; ao Fonge", um programa universal do promoção de competências socio emocionais que o Cabinete de Educação, em parceria com o CLOS 40 da Póvoa de Lannoso iniciou junto de crianção do 3º ano das escolas do concelho.



Durante o ano de 2022 foi desencadeado também o processo de revisão da Carta Educativa, bem como de elaboração do Projeto Educativo Local, ambos em fase do conclusão

No âmicito das familias, continuarem a sei dinamizados grupos de formação parental, que decorreram na Escola Bosica do Aveleino Contro de Saude leidemos continuidade a todas los atividades inerentes la orientação de carrolla bara los alunos de 9º ano das escolas do concelho.

No que se refere à atividade desenvolvida e aos diferentes apoids que proporcionamos. As familias Povocasos, destacamos, com mais pormenor.

Oferta de cadennos de atividades.

Uma des medidas de aporblás familias apotadas polo Municipio e a oferta dos cadernos de atividades a Todos os alunos e a Todas as alunas do primeiro ciclo. No ano letivo 2022/2023, foram adquir dos cerca de 700 confluitos de cadernos de tichas.

De Isas de Estudio.

No ambito do año let vo 2022/2023, foram analisadas 327 candidaturas, 91 do ensino secundário e 236 referentes ao ensino superior. Estes números revolam-se superiores aos analisados em anos anteriores.

Das candidaturas do ensino secundário analisadas foram admitidas 72. Quanto ao ensino superior foram admitidas 163.

Frémios de Mérito Escolar Antonio Loges.

Os Premios de Mérito Escolar António Lopes visarin distinguir o/a melhor aluno/a de cada turma de 4º ano de cada escola do primeiro ciclo do ensino básico do concelho. No ano letivo 2001/2009, dela primeira vez, decidimos alargar e abrangência destes prémios ao passar a distinguir dizas pessoas por turma, sendo que, no total, foi possível reconhecer o trabalho e o desempenho de 24 changas.



NaturaLanhoso

Afravés deste programa, continuárnos a applar as familias quando veem aumentado o seu agregado familiar, atraves do hascimento de um novo infembro. No ano de 2022, foram contempladas 120 familias

PóvdaGresce.

No âmbito da medida PoveaCresce, que visa apolar as familias no pagamento da creche recedentes 60 candidaturas rolativas ao ano let vo 2023/2023.

🗓 - Truta Escolari

O Municipio assumiu a entrega de fruta escolar ao pré-escolar e ao primeiro octo abrangendo um total aproximado de 1140 crianças. Desta forma, assegura-se o cumprimento do programa a dos objetivos tais como a melhoria da saúde pública atraves da redução do risco de obesidade infantil e de doenças ciónicas associadas à obesidade, o reforço da aduisição de combetências has áreas da educação alimentas e da saúde em contexto escolar o a aproximação das changas ao mundo rural.

Programa Viver +

Programa ocupacional directionado a quem se encontra a procura de printeiro emprego ou em situação de desemprego de longa duração. Com este programa, pretende-se proporcional oportunidades de integração laboral, de forma a aumentar e a entiquecer competências de carácter profissional.

No decorrer do lano, foram lanelisedes 46 candidaturas apresentadas nos serviços municipais, das quais resultaram a integração de 30 municipais.

Capinete de Apoie à Parentalidade.

O Cabinote de Apoio à Parentalidade (CAP) tem vindo a assigimilise como um importante recurso no accio às familias Povoenses destacando-se o trabalho em parcena com diversas entidades da área social e da saúde com intervenção local. O CAP desenvolve, numa rógica de rede, um traba no que tem vindo a ser reconhecido dentro e fora do concelho com algumas das suas boas craticas a serem reolicadas em outros. Municipios No presente, a ação do CAP passa pelo atendimiento individua izado.



de país imbes e/ou familias bern como dela dinamização da Tormação Parenta le de formação a profesionais el pelo desenvolvimento de atividades comemorativas el de sensio ização talicomo o Dia Internacional da Familia.

Da sua atividade, em 2022, destacames e seguinte.

- Estabelecimento de acordos de cooperação com quatro entidades parceiras (UCC)
 Coração do Minho do Cantro de Saúde da Póvoa de Lanhoso: Associação "Em Dialogo" e Santa Caso da Miser cordia da Povoa do Lanhosoi, reconhecendo a importância do trabalho em rede e des prátices de perental dade positiva.
- Dioparação e dinamização de Programa de Formação Parental para país de adolescentes, denominado TMAIS Familia. Mais Covemí no Agrupamento de Escolas de Póvos de Lanhoso, na Escola Básica do Ave.
- Proparação e binamização de sessões de formação no âmbito de Programa de Formação Parental. Anos incriveis1 dingida às Educadores da valência de creche e Cardim-de-Intância da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso.
- Proparação de futuras edições dos Programas de Formação Parental juntamente dom o Centro Comunitário do Cávado em Monsul e dom a Unidade de Cuidades à Comunidade (UCC Coração do Minho), do Centro de Saúde da Póvoa de Canhoso.
- Conceção e dinamização de sessões de Parenta idade Postival denominadas. Converses Com Pais + lonigidas a pais ela mães de crianças do ensino pré-escolar el "ficiclo, no Agrupamento de Escolas Conçalo Samipa o (Escola Básica do Cavado Escola Básica Di Elvira Cârmara Lopies, Escola Básica António Lopes e Escola Básica da Póvoa de Lanhoso.
- Colaboração no projeto de dissertação de Mestrado em Estudos da Criança (Area de Especialização em Intervenção Psicossocial com Crianças e Famílias) orientado por docentos e investigadoras da Escola de Educação da Universidade do Minho ao abrigo do Acordo de Parcere entre a Universidade do Minho e a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, versando o Cabinete da Parental dada o a sua dinâmica de funcionamento/ intervenção.



Em 2022, o CAP realizou um atendimento individualizado a um tota de 41 casos/país/mãos possous encam nhadas por entidades diversas como a CPC) da Póvua de Lanhoso, o Agrapamento de Escolas de Povoa de Lanhoso ou mesmos os próprios servicos da Autarquia. Algumas familias produtaram o CAP por iniciativa própria.

Od forma contorementar ao trabalho desenvolvido com as familias, em março do 2022 duámos um vídeo dara contribuir para o esclarecimen o dos pais e das máes quanto às respostas a dar às questões das crianças, atendendo do contexto do guerro na Ucránia.









Rede de Psicologos da Comunidade Intermunicipal (CIM) de Avel

A Educação para a Carreira é efetuada no âmbito da Pede de Psicó ogos da CIM do Ave, tque tem como objet, vo principal dinamizar os Serviços de Psicologia e Orientação ipara uma iplanificação conjunta e concertada das lações de Educação para a Carreira/intervenção Vocacional realizadas nos diversos estabelecimentos de ansino.

Tentila nda como missão ipromover a psicologia em contexto escolar e a intervenção vocacional como estrategias de combate ablabandono, promoção do sucesso educativo da qualificação e da inclusão social.



Assim, ao nivel da Rede de Psicólogos da Comunidade Intermunicipal (CIM) do Avel destacamos a preparação e participação em rejunides de coordenação no sentido de articular a intervenção dos psicólogos no âmbito da implementação do Programa de Crasse de Intervenção de Carreira com alunos do 9º e do 3º ano de escolaridade, e o acolhimento a diriam zação da reunião da Rede dos Psicólogos, que contou com os Vereadores do Conselho Intermunicipal de Educação da Comunidade Intermunicipal (DIM) do Ave

No Ambito da Rede de Psicólogos e, particularmente com as escolas com nível de ensino secundário do os respetivos es cologos escolares, referência ainda para o acompanhamento do Projeto "Cludes Comunitários integrado nas Academias do Combeo mento da Culbenkian, sobra responsabilidade da Associação de Psicologia da Universidade do Minho que ait cula a sua intervenção com a Rede de Psicologos da CIMI do Avel Neste sentido, crivulgâmios o projeto junto da EPAVE, sendo de realgar a sua adesão ao mesmo, juntamente com a participação da Cacola Secundária da Póvea de Lanhoso.

De lembrar acuda a participação em ações de formeição na área da intervenção vocacional.

Ciclades Educadores

Em 2018, o nosso Municipio adone à Rodo Internacional de Croades Educadoras. De acordo com lo Preâmbulo de Carta das Cidades Educadoras las cidades du las vilas, grandes ou pequenas, dispõem de inúmeras possibilidades aducadoras, mas sobre os Municipios também codom incidir forças e inércias desaducadoras. De uma forma ou de putra la cidade apresenta elementos inteortantes para uma aducação integra. A um sistema complexo e, do mesmo tempo, um lagente aducação permanente, plura lo pol ednos, capaz de potencializar os fatores aducativos e de transformação social. Na Cidade Educadora, a edicação transi ence as paredes da escola para impregnar toda a cidade. Uma educação para a cidadania, na qual todas as administrações assumem a sua responsabilidade na educação di na transformação da cidade num espaço de respeito pala vida e pala diversidade."

Neste sentido, o Município assume o seu compromisso de concretizar a sub função educadora, desenvolvendo a sua ação no sentido da promoção de aprendizagem.



continua, do inovoção los partina com o objetivo de enriqueder a vida de todos es cidadãos do nosso concelho, num trabalho continuo e próximo com todas as mátituições do nosso concelho, numa perspetiva de adotar medidas territoriais para os nossos fonomenos e desprios económicos sociais, demograficos e ambientais.

Nesta concetualização, a educação litranscende as parades da escola para impregnar toda a cidadel não se resumindo adenas aos estabelecimentos de ensino e formação do Municipio, más também la todas as entidades, que de uma forma direta ou indireta contribuem para os processos educativos, numa perspetiva de sociedade educativa ondo as aprendizagens se desenvolvem de longo da vida.

Enquento membro da Reda Territoria! Portuguesa das Cidades Educadoras, o Município associa-se lanualmente à celebração do Día Internacional da Cidade Educadora (50 do novembro), atraves de uma programação diversificada, com ações distintas com ligação aos Principios da Carta das Cidados Edücadoras.

Ao longe do ano 2022, o Município rez-se representar has reuniões da Redil Territoria. Portuguesa das Cipades Educadoras, partificul poas praticas publicadas e Bolerim des Cidades Educadoras integrou o grupo de traba ho feducação ao Longo da Vida fino qualitivemos juma iparticipação, muito lotival e loautâmos o impuiso educativo do nosso concelho emitorno dos 20 Princípios da Carta das Cidades Educadoras.







Cidades Amigas das Crianças.

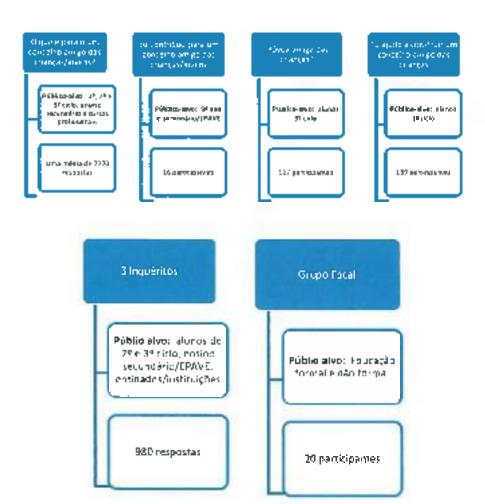
O Programa Cidados Amigas das Chariças, iclanção pela UNICEE Pairtogal em 2015, tem como propósito promover a aplicação dos direitos das chanças has vilas e cidades portuguesas. Este programa inserie se na Iniciativa Internacional das Cidades Amigas das Crianças, hiperada pela UNICEE desde o ano 2000, na quai colaboram governos nacionais administrações locais, organizações não governamentais e outras entidades de mais de 30 países. Uma Cidade Amiga das Crianças respeita e aplica has suas políticas normas la programas de direitos dos crianças consagrados na Convenção sobre os Direitos da Cirança.

Destaca-se como objetivo gera ideste Programa o de contribuir para a realização pos direitos da criança, inediante a adoção de políticas de âmbito local que promovem o bem-estar de fodos os ordadãos e em particular das chanças, e o desenvolvimento das comunidades, tanto no presente como no futuro, e como objetivos específicos os seguintes.

- Implementar políticas locais para a infância e adolescência;
- Perorçar a perspetiva de direitos da cinança ha cultura organizacional dos Municípios e das entidades com responsabilidades em áreas relacionadas com asicilariças.
- Promover a para cipação das crianças ha vida da comunidade.
- Formentar alação concertada entre todos os atores com impacto na vida das crianças hollándo sefores municipais, entidades públicas e privadas.

A Convenção sobre os Direitos das Crianças reconheceras como atores sociais capazas de contribuir para a sua vida e de expressar opiniões sobre o que as redeia e afeto. Subsidiáno i deste l'entendimento, o mosso i Municipio encontra-se la preparar a sua candidatura para ver renovado lo Selo da UNICEE de Cidade Amiga das Crianças. Constituro discu Medanismo de Coordonação no âmbito desta condidatura que delinidos a metodologia a seguir, benr assimi como as atividades de auscultação de crianças e Jovens e da comunidade a desenvolver para a elaboração do diagnóstico local e que se concretizaram da seguinte forma:





O Município assume se fortemente comprenetido com o valerização da participação das crianças e jovens do concelho na vida da sua comunidade, reconhecendo o sea papel no ambito de promotor de políticas públicas locais que incorporem os seus pontos de vista dando origem a uma sociedade mais equitativa o inclusiva ende os direitos das chanços e jovens são assegurados e realizados.







Florderiat Alivas

O Plano de Desenvolvimento Social e um instrumento de definição conjunto e negociada de objetivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social local. Tem em vista não só a produção de efeitos corretivos ao nívei da redução da pobieza do desemprego e da exclusão social intaa também efeitos preventivos gerados através de ações da animação das comunidades e da indução do processos do mudança com vista à melhoria das condições de vida das populações.

No âmicito de revisão do Plano de Desenvolvimiento Social do concelho da Pôvoa de Lambeso. (oi feito lum levantamento de idados sociodemográficos do concelho o replização vários atividades de auscultação de comunidade.

Após la realização das latividades de pragnóstico, furam tratados todos os dados resultantes de cada uma, priginando posteriormente o documento final do PDS.

O nosso Plano de Desenvolvimento Social tern a ambição de alcançar os seguintes objetivos

- Adequar as respossas locais às necessidades individuais e coletivas de população e das organizações.
- Plandar a intorvenção social de forma integrada tendo em contactodas as dimensões dos problemas identificados.
- Enquadrar toas as intervenções que contribuam para a promoção de desenvolvimento social;
- Car visibilidade às boas práticos existentes no território e promover a inovação fade aos deseños crescentes com que o concelho se confibrita.

Estes objet vos material zami-se em dois eixos de intervenção.

- Desenvolvimento e Coesão Territorial com diversas medidas para diferentes áreas.
 Farmilia Comunidade e Habitação Servores, envelhecimento, Saude e Qualidade da Vida, Chanças jovens, loriosão e Deficiência, Empregnie Qualifinação.
- Capacitação para a inovação Territorial, no qual se destacam a Capacitação da Rede-Social dia Qualidade dos Serviços



Pretende-se que este Plano va para alem das intenções e o mesmo será acompanhado de planos de implementação, com metas a atingme um sistema de monitorização e avallação

Entendemos que este documento expressa uma cultura de governança local, onde se pretende o compromet mento dos vários atores nos processos de tornada do pecisão fortalecendo a democracia do abbrativa na Póvoa de ganhoso.

instituse de la grandade de Cellera

No que a area da Igualdade e inclusão dia respeito, implementaram-se as atividades integradas no projeto IGUA! !CADES elaborou-se e aprovou-se o Plano Municipal para e ligualdade e Inclusão, alargou-se o âmbito do programa Férias Auvas e foram dinamizadas númeras atividades com diferentes publicos.

A promoção da qualidade do vida e a iguadade de oportunidades das objecas com: deficienção têm sido objeto de diversas políticas adotadas por várias organizações em prolido valor e da garantia dos dijeitos humanos.

Neste sentido, em 2072 demos inicio a construção do 9 ano Municipal pare a Deficiencia que visa garant no direito à autonomia de vida das possoas com deficiência c/ou incapacidade, inomeadamente através do Jevantamento do necessidades e/ou molhonas no área da deficiencia no Municipio da Povoa de Fannoso, de entre putras eções. A or ação do Balcão de Inclusão também foi uma das medidas que implementámos em 2022.



O SiGO - Serviço para a Promoção da Igualdade de Genero e de Ocontunidades devi continuidade la sua ação lique se prende, sobietudo, com la plevenção e com la intervenção

Em 2022, um andiem que anida se fizeram sentir siguris constrangimentos causados pela pandemia isopretudo nos primeiros moses já foi possívol no entanto, regressar éy at vidades presenciais.

Na vertente preventiva do trabalho do SICO destacamos o seguinte:

- Ações no Jardim de Infancia S. Conçalo, da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa da Lanhoso - Projeto "Igualdade, Cidadan a e Direitos "Jumanos".
- 🎚 Sessões sobre Cipadan el guelpace de Cénero e Integração de pessoas distintas.
- Vverkshops sobre a violencia exercida sobre pessoas idosas isobre o que é ser e sobre a situação das pessoas refugradas.
- Sessões junto das passões sembres dos Centros de Canvívia.
- Vvorkshops, sobre, violôncia, nas, relações, de intimidade, sobre, Igualdade, a Violência, na Escola Profissional do Alto Aveleina Escola Secundária da Pôvoa da Lamboso.
- Webinars sobre "Praticas Tradicionais Netastas" e sobre "A intersecciona loacie no compate as práticas discrim natórias", integrados no projeto ICUALIDADES.
- Sessões sobre Cidadania na Universidade Sénior do Rotary Club da Pávoz de Lanhospie visitas à Bibliotoca Municipal à Casa da Música e Serialves.
- Participação na iniciativa Cirls in ICT Day integrada no projeto Engenheiras dor em dia
- Fromoção da iniciativa #ExperimentaOTeuFuturo integrada no projeto IGUALIDAOFS, através de workshope e da visita a várias escolas e institutos da Universidada do Micho
- Dinamização da Hyman Rights Surmiter Weekle das encenações sobre violência: nas relações de intimidade "Envolvo-to" integradas no projeto IGUA IDADES.
- 🖟 l'Encontro Internacional de Part Ina de Boas Práticas Teambo Iding de Igua dade i
- 🖲 XIII Semianal Municipal para a Igualdade e Não Ciscriminação, com -



- Pegas de toatro "A Mesa" e "Mulheres"
- Descerramento de placa inclusiva na estátua da María da Fonte lem Fontercada.
- Vit Café Concerto Inclusivo.
- Seminário i Percursos de inclusão?
- Calcando os sapates dos putros/as:
- 1Sé a mudança que queres verino mundo?
- Workshops de Braitle.
- Marcha Solidária para com as vítimos de violência doméstica e femicídios em especial aqualas que têm ou em consequência adquirem algum gracida deficiência.
- Dia internacional da Pessoa com Deficiência através da realização de viebinar de apresentação da ação de formação sobre Lingua Cestual Portuguesa.
- Dia de Declaração Universal dos Orientos Humanos 15é a mudança que oberes ver no mundo".
- Reunião de trana no com representantes das entidades parceiras do SIGO ina presença da Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade, Rosa Monteiro que incluíu contacto com o projeto "igualdade, Cidadania e Direitos Humanies", em parceira com la Santa Casa da Misericórdia, e com lo programa de empoderan ento idigital @OpenWindows, que integra o ICUAL DAOES, emparcer a com o Rotary Clubida Póvos de Lannoso, através da Universidade Sónior.

No and em analise, também estivemos envolvidos e participamos em diferentes projetos

- Carta Portuguesa cara a Diversidade
- Plataforma de gestão da RiNAVVO Rede Nacional de Applio a Vitimas de Violencia.
 Coméstica.
- Plataforma R4C Rede de Indicadores para a Igualdade de Genero da Comissão para a Igualdade de Cénero
- Projeto de Investigação Científica TíVVELL (Territórios de Desigualdades e de Berniestar)
- Projeto VIVIDo Plataforma de Cestão da Rede Nacional de Apoid a Vitimas de Violência. Doméstica



 Projeto "Criação de Rede de Autarquias pela Igualdade" - Associação Questão de Igua dade

Na vertente interventiva, em 2022, registaram se: Atendimentos: 519 (presenciais, telefón cos, etravés da enis e de whatsapp). Novos prio essos: 62 Situações de emergência: 20

Em 2022 a argámos o ámbito do programa Férras Ativas, conferindo-lhe uma vertente inclusiva. Assim, promovemos la primeira edição do programa "Ferras Ativas" - Nasa + Indiusivo 2022", om que part diparam crianças e jovens com elsem necessidades específicas, nuntal ógica verdadeiram ente inclusiva.

Depois de Ulma experiência bem sucedida no final do ano letivo 2027/2022 inessa altera direcionada unicamente para a unos las com necessidades especiais la do sucesso que tem sido, edição após edição, o programa "Férias Ativas", destinado a crianças e jovens com lidades entre los 6 e los 76, decidimos alargar e complementar esta resposta (dinocionada para os períodos de pausas letivas) a chanças e jovens com necessidades específicas

O iFórios Ativas - Notal+ino usivo 2022' foi pols idealizado com o proposito de aboier as familias garentindo a ocupação dos témpos livres dos seus filhos e das suas tilhas, no período das ferias inatalidas, contribuindo, paralelamente, para lo conhecimento le desenvolvimento das suas competências pessoais e sociais dando espaço á igualdado de oportunidades a chanças e jovens de todas as condições fisicas isociais e/ou outras, contribuindo também para uma visão do sociedade mais humanizada o inclusiva.





















Celinata à Popreza e ad selamente Secial

Num ano marcado pela transferência de competências em materia de Ação Social - medida de Rendimento Social de inserção (RSI) a intervenção social que realizamos teve atuação la dois iníveis, por um lado, ao iníveil da proximidade com las famílias e da necessária articulação com os diferentes serviços municipais, el por outro lado, ao niveil da resposta ás necessidades el dificuldades da comunidade em geral.

No segundo trimestre, recebemios competências no dominio Ação Sociali- medida da Rendimiento Social de Tiserção (RSI) transfer das dela totela da Segurança Social. Este processo iniciou a Tide abril com Jim total de 412 processos transferidos e ace tes pela equipa do SAAS de Município (Ação Social e medida de RSI).

Com esta transferência de competencias, Evernos de constituir o Núcleo Logal inserção - NUI com competência de opordenação da Câmara Municipal, sendo de destacar que foram subscritos Contratos da Inserção e Acordos de Inserção, abrangendo um total de 6) apreçados familiares.

O NU da Póvoa de Lannoso é constituído pelos seguintes parceiros Cámara Municipal Centro do Emprego, Saúde, Educação, Seguirança Social e outros parceiros convidados como o Centro Qualifica e o CLOS da Miser cordia da Póvoa de Cantroso. De referir que as reuniões têm luma periodicidade quinzenal e, no lano de 2022, realizaram-se 15 rouniões.

Do modo a dar a conhecer as alterações ao nivel da coordenação, apresentâmos o NU junto das IPSS's e das Juntas de Freguesia lexolicando o papel do NU ha comunidado e apolando la integração de familias atraves de programas CSH (Contrato Emprego – Inserção –).

De modo a loccermos melhorar as respostas proporcionadas através do nosso NLI, perticipêmos numa partilhe de experiências e de boas prêticas comilo NLI do Municipio de Vila Verde. No ano en ranálise, também dinamizámos uma sessão de esclarecimentos o dúvidas sobre o Regime de Maior Acompanhado - Instrumento de Promoção e Proteção de Pessoas Vulneráveis, através da Comissão de Proteção do Idoso.



No que concerne ao Sarvigo de Atendimento e Acompanhamento Social — equipa municipal SAAS, a intervenção assentou no princípio do trabalho articulado com responsas e projetos, terido, por base la justiça social ela responsabilidade social O SAAS efetudu atendimento social a lum número total de 477 cidedãos/as em situação da fragilidade social 175 references ao primeiro trimestro), com estraregias de atuação estabelecidas de maneira a mainovaria avalqua idade de vida Em 2022, a equipa real zou emda um total de 97 visitas domiciliánas.

Em loaiko aprosentamos algumas das respostas para as propigirial das identificadas.

- Ajuda económica com recurso a apoios eventuais per parte da Segurança Social e por parte do Município
- Encam inhomento para apolo alimentar (Leja Social, Cantinia Social, Programa Operacional de Apolo as Pessoas Mais Carenciadas, Banco Alimentar) e para adolixi relacionados com la satisfação de outras necessidades (mobiliário vastuano/calgado)
- Orientação para respostas e medidas sociais do Município (Adoid ao Arrendamento, Tarifário Social, HabitaLanhoso, Naturalanhoso, Adoid ao Medicamento PovoaCresce, Viveri+, de entre outras).
- Articulação com outras áreas de intervenção (emprego e formação equipação saude habitação, de entre outros serviços/projetos de eção suciali.

No que concerne à proximidade com las familias, importa sublinhar a ainda maior relevância que assumiu a libja Sociai, através de qual foi possíve ichegar através de abolo alimentar de vestuano e outro, a uma média mensa de corca de 67 familias. De referir que la resposta do Banco de Ajudas Técnicas (BAT) continua a responder és necessidades sentidas palos ridividuos/ familias que necessitam de equicamentos de aporo á sua retina diária. O EAT disponibiliza camas aix culadas, cadeira de roidas, canadianas, andonlhos, comas hospitalares e cadeirás de aporo.

Em 2000, reformulárnos esta resposta, a qual passántos a designar ECO coja Social. Ao introduzir la ivertente ide trocas, potenciando o aprovoitamento e reutilização de vestuário atendemos a um novo perfit de pessoas mais jovens, mais preodupadas com o ambiente e com a eliminação de comportamentos consumistas. A ECO coja Social foi



apresentada à comunidade no dia 8 de junho atraves de um desfile de modo integrado numa iniciativa da 59AVE Ele final de ano, o namizamos o Mercedo de Natal - Sei Mais Social neste Natal com lo lobjetivo de divulgar a Eco Loja Social e de apelar à responsabilidade social dia população

Através do appilo de medicamiento continuámos a appiar as famílias do baixos rendimientos com despesas elevadas com a medicação. Assim, no decorrer de 2022, foram appiladas 130 pessoas inovas situações e renovações:

No que diz respeito ao apoio ao arrendamento, no ano de 2022 foram analisados cercal de 85 processos e foram atribuídos 52 apoios com escalão de apoio

No âmbito da isenção ou redução de taxas de construção, o Municipio concepsulum total de 10 apoids (nove, redução de 50% do valor lum isenção do valor total das taxas de construção). Está medida destina-se a jovens casais que pretendem construir nabitação próprio e permanente o a senção a IPSS o ou equiparadas ao nivel da construção o ou ampliação.

No âmbito dos cartões municipais, destacamos o cartão humanitário, que prevêi como um dos beneficios previstos em regulamente municipal, a redução em 30% do 171. No ano de 2022 foram atribuídos 10 apores.

O Município disponibiliza também o tarifário social, com reduções ao nivel do pagamento de água e residuos urbanos, aos agregados familiares que cumpram o comprovem a necessidade das mesmas. Em 2022, beneficiaram deste apoio 13 famílias.







O primeiro trimestre de 2002 tovo a particularidado de coincidir com o início da invasão ou Ucrônia do a Rússia, rozão pola qual o Municipio tovo do, prontamento, colocar respostas especificas no terreno de modo a appliar também as famílias ucranianas que acolhemos no nosso território.

Não ficamos indiferentes ao eclodo da Querra el desde o inicio, preparamo-nos para apoiar o povo Ucraniano. Num primeiro momento, manifestámos a nossa solidariodade através da realização de uma marcha, que envolveu Câmara Municipal. Assembleis Municipal, corrundade el várias instituições do conceino, que iniciaram campanhas de recolha de alimentos o do outros bons dara enviar para as copulações em fuga do local de conflito. Estas cambanhas foram articuladas com la Braga - SOS Ucránia, que procedeu lá entrega dos donativos a partir da Palónia. Num segundo momento desenhámos el molementámos um plano estruturado de acolhimento e de integração de passoas lucránianas no mosso com elho. A mação do Núcido de Aboro aos Refugiados da Ucránia permitiu realizar um trabalho conjunto, de maneira a criarmos uma plataforma articulada de informação. Também foi possíval genr uma colas de abiamanto dirada latravás de municidas que se disponibilizaram para acolher temporariamente, em suas nabitações familias refugiadas.

O Núcico inicipula suo atividade com a chegada dos crimeiros refugiados, promovendo o ser acolhimento ria nossa comunidade e a integração das crianças em roade escolar rios estabo ecimentos de ensino do concelho. Numa primeiro faso, coincidento com o final do primeiro trimestre de 2022, recebernos 13 dessoas refugiadas (adultos o crianças). No terceiro trimestre, este Nícileo deixon de terrintervenção, atendendo á existência de apenas do sagregados familiares a vivorem no nosso concelho a com acompanhamento da Segurança. Social. Os irestantes procuraram contros jurganos por regressaram. A Ucrania







As predoupações decorrentes da pandemia ainda foram evidentes no início do and. Por isso, também destadamos a criação do Núcleo de Intervenção COVID. Tuncionando em rodo o território do concelho. 24 horas por dia, sere dias por semana, este Nucleo foi constituido por um grupo operativo de intervenção, com pessoa, da área social e da área da proteção cívil, para uma primeira avaliação das situações. O objetivo principa, fo apodr las possoas/famílias em situação de doença (conteminação) e ou isolamento profilático, verilidado e sem retaguarda família próxima. No prima foitrimestre de 2022 foram rececionados. O pedidos do apoio. A partir do então japós uma reunião da Comissão Municipal da Proteção Civil, em que se fez o balanço da intervenção deste Núcleo, considerou-se não existir necessidade da sua continuidade dada a situação controlada da bandomia.

Davestude

Numa logica de continuidade e reforço do trabalho desenvolvido no amorto do Espaço Jovennillas latividades desenvolvidas ao llongo do 2022 foram densadas de forma la garantir la concretização de respostas diversificadas e com lo insuito de melhor corresponder as necessidades dos municipes que produzam estes serviços.

Tendo par objetivo servir todos os municipas e, em particular os jovens, este espaço disponibilizaroum, oforta de atividades adequada às necessidades das passoas utentes do serviço el por referência la tipologia dos seus recursos fúdicos. Norteados pela precupação em contribuir para a melhoria das condições do quem nos procursos e obra elamente obinizar a sua participação, acreditamos que a intervenção do Espaço Joveim se assume como um contributo à qual dade de vida da população em gera e combiner so potencial de progressão e desenvolvimento.

Nesse sentido, as atividades concietizaram-se numa dupla perspetival por um lado tendo em conta a necessária pertinência de atividades com um carater clássico e recomente naquilo que tem sido a intervenção do serviço, mas também a de forma



complementar, com um pensamento progressivo de mudança e de solidificação de um nevo modelo de ação junto da população jovem.

Assimil numa lágica de continuidade e face às dirounstàncias e modelo vigento do funcionamiento do Espaço Devent, continuou-se a garantir o ai espaço informatico e de gaming, pos jogos do tabuloiro e de mesal bem como o acesso a diversificados redursos/ecessór os desportivos e de lutilização exterior no Parque do Pontido, subretudo rentabilizados e solicitados por jovens. Reconhecendo que a utilização dos diferentes recursos disponibilizados são producados má outranamente por prianças e jovens é também importante rea çar que o Espaço Jovens é frequentado por possoas do diferentes foixas otárias, assumindo-se transversalmente como um recurso disponivol a toda la computidade, que, por veses, não producando especificamente um serviço disponíve, apenas pretende usuíruir das condições únicas garantidas pela integração do Espaço Jovens em cleno Parque do Pontido.

De seguida, destacantes os programas e projetos em que participá mos

- Deventude em Movimento. Funciona ao longo de ano evil possibilitando sos jevens com idades compreendidas entre es 16 e os 25 anos ocupar os seus tempos livres, executando taretas ocupacionais em projetos/ações de cariz municipal, tendo-se promovido, no ono em apreço a integração de cerca de uma centena da jevens, com abrangência em diversas areas como ameiente, educação cultura, desporto, turismo entre outras.
- Sorios Ativas. Visa garantii, em períodos de intentipção letiva, a notipação de tempos livres a cuanças e jovens com idades entre los 6 e os 16 anos (horam promovidas na Páscos, no Verão e no Natal tendo se logistado 483 inscrições. Em 2022 consideramos necessário dotal o programa de uma veitente inclusiva.
- EUSQUDIGITAL. Trata-se de um programa de capacitação digital, que visa ajudar as
 possoas adoltas, que nunca utilizaram a internet ou que revelam dificuldades na sua
 utilização, latravés do lapoio de mentores voluntários, devidamente acreditados no
 ámbito da plataforma nacional e com interesso e disponibilidade para tal. Neste ámbito
 foram sensibilizados/prientagos derea de uma dezena de voluntarios e cerca de dues



dezenas de pessoas adultos capacitadas pero Espaço Tevern, na qualidade de centro. EUSCUDIGITAL:

Em termos de atividades loestacamos o seguinte

- Realização de dois workshop's de Bonsa .
- Realização do FEndontro de Xadrez, integrado no programa de Festas de Si José com a do aboração da Associação de Xadrez do distrito de Braga.
- Pealização do Rally Stor Cail com o aboio do Cibbe Sibi de Braga apresentando-se como uma prova pontuável para o Campeonato Regional de Rally Sibt de Braga
- Antevendo os desafios futuros na área do juventudo e o preocupação subjetente ao desenvolvimento estruturado desta dimensão, promovemos um fórsim de discussão/reflexão, utilizando a metodologia de Word Café, sobre o tema. Juventude Coortun dados o Desafios! Como resultado, podemos sublinhar a necessidade de valonzar a intervenção junto da juventude de forma estruturada e com o envolvimento direto o participado dos jovens nas questões que lhas dizem respo to.











Descond

Considerando que a prática regular de atividade fisica e um elemento fundamental para a qualidade de vida das copulações, em 2022 desenvolventos ações e intervenções que visaram facilitar o acesso à prática da atividade física, formal ou informa, ligadas à promoção da saúde, mas i também, como fator de coesão social e de cidadania. Mantivemos ainda uma relação muito próxima e de aceio ao associativismo e clubas desportivos ocais bem como ao Nesporto Escolar.

exemplo é a imicial, va Pontido Desport, vollentie os meses de junho e agosto, atraves da quali proporcionámes, at vidades, desportivas, gratuitos, el poliar. Evre para toda la população, om co acoreção com girlespos locais.

O ano de 2022 ficou marcado pelo traba no de diagnóstico do parque desportivo concelhio informação que servirá de base à elaboração de um Piano Estratégico/Carta Cestortiva, que deve contemplar uma estratégia de metiona e de reconversão de algumas das áreas desportivas do concelho.

No que se refere a infraestruturas lo periodo em analise ficou marcado pola construção de um piso sintético na freguesia de Serzedelo, respondendo a uma riecessidade antiga daqua o territorio e da ACDR Serzedelo, que assimidispõe de um recinto condigno para a sua participação nas comperições regionais.

Aicoblanda mait ado pela intervenção no Pavilhão Desportivo da Escola Secundária, no ámbito do projeto europeu COLECPTER, com vista a melhorar a sua enciência energética e nitórica. Esta intervenção contribui para reduzir os gastos energeticos com o Tuncionamento e imanutenção do Pavilhão, cando cumprimento ás diretrizes europeias também no que concerna as preocupações ambientais.





Alentrada em funcionamento o Centro Cycling" - Póvoa de Lanhoso, junto ao Centro de Interpretação, do Carva hoi del Calvos, lum recurso, que lestá lao idispor idos imuntos praticantes de BTT também acontaceu em 2022.

Com es abjetivos de meinorar o serviço que prestantos a população e de reduzir a fatural energetica e hidrica, tivo mos cinda de intervir em dois equipamentos moito progurados pela comunidado. Referimo-nos és el somas Municipais

No daso das Piscinas Descobertas labós a conclusão da intervenção levada a daho, (gui vista a garantina cometa filtragem e o menor gasto de água possível, através da perfeita mibernimentol a cometa filtragem e o menor gasto de água possível, através da perfeita mibernimentol a do tanque, hoi possível abrir ao público este equipamentol no dia 4 de julho, para a época bainear de 2022 love terminou a 7 de setembro). Ourante esse período, este equipamento ado neu 17 500 dt.! zadoros (utentes el instituições).

Ainda ne écoca balnear, assegurámos a vigilância da Praia Filovial de Verim atraves de colocação de nacladores salvadores.

Dá no caso da Pistina Coberta, também fomos confrontenos com a necessidade de intervir, ao nivel das caldeiras de aquecimento, e assim contribuir para a qualidade do serviço que prestomos el para uma efetiva redidção dos custos de manutenção deste equipamento. Em 2022, dividiçânios o número de los lizadores em relação ao ano anterior, ou seja, registâmos 20.450 os lizadores face aos 9,825 no ano 2021, que folicidado todos sacemos um ano do adaptação por calida da pandemia.

Da referir ainda que mantivemos as atividades da Escola Municipal de ivatação referçando las curmas de hidroginástica disponibilizando mois 5 horários deste mobalidade. Apoiamos o Desporto Escolar através da implementação de um programa de generalização da mateção para o Ensino Básico, junto dos dois Agrupamentos de Escolas (para as turmas de 5º ano).

Com vista a applar es coletividades a clubes, foram assinados contratos-programa de desenvolvimento desportivo, destinados a applar modalidades que vão desde o futebol ao casquetebol, passande polo BTT columbofilia e at ensimo.

A atribuição destes aboros financemos confere aos agentes desportivos do concelho da Póvos de Lanhoso a possibilidado do garantir aos otletas a sua formação desportiva sendo estes valores canalizades para pagamento de insprições, seguros desportivos dos atletas dos escalões de formação, taxas de fillação e organização dos jogos disputados



em casa isondo um appro fundamental para as do otividades poderem desenvolvor e dinamizar as suas atividades

linciativas desposivas de afoance regional inacional o internacional fizeram parte do programa de eventos o que lai ado a uma componente turistica, permit u afrair passoas de deritro, mas sobretudo de fora do concelho, potenciando uma major rentabilização econômica e divulgação do nosso terrisorio je, ao mesmo tempo, apoiando a prática desportiva e a diversió (ação de modalidades

Das attividades desenvolvidas ou que applánnos, destacamos aínda as seguintes.

- 👀 Programia desport voldas Festas de Si José.
- Programa desport voidas Comemorações do 25 de Abril.
- 🕷 Open de Tenis da Póvoa de Lamboyo.
- Comomoração da Semana Europeia do Desporto.
- Triatloidas Andorinhas.
- Trail das Andorinhes.
- Caminhado Rosa (Somana da Prevenção do Canoro)
- Campedrato de (FBS Diarnond Cup Lusofonia, edição 2022 da Taça de Portuga)
 e Trofeu Edgar Cornes Portugal Pio (cultur smo)
- 👫 Concentração Distrital de Baquete sub-10.
- Festival de Natal (hatacão).
- Encontro do Desporto Escolar Adaptado.
- Meeting on Aguas Albertas.
- Megas aulas de ginástica e de hidroginástica.
- 🎚 Passeio de Todo o Terreno do 11 Lanhoso.
- Tradiflargala Netf.
- GTT XEC Tesquires on Ave ACM/ASTAV.
- Norte Classic.
- Buropean Vespa Days 2022 Portuget

Nota ainda cara referir que recedemes o Ferum do Rutobol Distrital luma miciariya direcionada para Verezdores/asido Desporto do Distrito de Braga, que reve por objetivo



apresentar a estratégia da Associação de Futebol de Braga, para o desenvolvimento da modalidade de futedol e, assim, incentivar a reflexão sobra o futuro da modalidade. No ano 2022, inaugurámos o conceito. "Conversasi Fora de Jogo". O objetivo foi trazer até à Poyda de Lanhoso figuras conhecidas do desporto, de diferentas moda idades, com a possibilidade de conversarem de forma, n'ormal e milito próxima com o obblico. No ano que estamos a analisar, tivomos do siconvidados. Eurico Comes, um nome ligade ao futebol, el Carlos Sá, ultraniaradon sta medamado na modalidade de trair quer a nive nacional quer internacional. Cazamos um balanço muito positivo desta iniciativa, que terá continuidade com outros convidados e outras modalidades.

Por fini, é de refetir que renovámos, em 2022 la distinção de "Município Amigo do Desporto". Um galardão atribuído pola plaraforma Cidado Social e pola APOCESO - Associação Portuguesa de Cestão do Desporto, que reconhece a qualidade do trabaino que desenvolvemos no Município, na área do Desporto.

Constatamos que nouvo, durante o ano de 2022, um regresso em pleno, da população em genal e atividado física. Foi notória a apesão das pessoas es atividados descrivolvidas el proporcionadas pelo. Município. Evidente foi também a crescente participação das camadas jovens, nas várias mobalidades desportivas, disponibilizadas pelas associações e clubes concelhios.











Professo Carllie Galainere Televicio Fibreste

A stividade dos Serviços Municipais de Proteção Civil desenvolveu se através de diferentes vertentes e de distintas respostas, centrando moito do seu trabalho na sensio ização e na prevenção.

Destacamos de seguida algumas das ações:

- Dinamização de ações de sensicilização.
- Comemoração do Dialda Proteção Civil
- Operação Floresta Segura da CNR
- Sens oil zação sobre Vesbas Asiáticas
- Formação de Segurança Contra océrnios e Medidas de Autoproteção para delegados de Segurança das Espolas
- Organização de eventos de Cariz Religioso
- Organização de Eventos Culturais e Desportivos.
- O Papel das Juntas de Fraguesia em matéria de Proteção Civi
- Ações de Sensibilização Sobre Peregnino Seguro
- Partic poção em ações de sensibilização. Participação no Exercício Publico a Terra Treine? (5 de novembro) e no exercicio que visou sensibilizar os automobilistas no âmbito do Dia Mundial em Membria das Vitimas na Estrada (20 de novembro)
- Prevenção do Piscos Divorsos. A atuação dos serviços do Proteção Civil visou preven riperigos diversos inomeadamente através da apoção de medidas para fazer face a fenómenos de meteorologia adversa (ventos fortes, predio tação intonsa, ondas de calor, vagas da frio, atumulação de gelo).
- Colaboração no ármoito do Sistema Integrado do Operações do Proteção e Socurio (SIOPS). Dentro das suas competências, os Serviços Municipais de Proteção Civil colaboraram com os demais agentes de proteção civil na resposta.



a ocorrências, como incêndios rurais, acidentes redeviarios, acidentes com materias perigosas, incêndios urbanos e operação de evacuação aeromedica Colaboração ainda no apoio do Município a vitimas de dois incêndios urbanos.

- Acompanhamento e aporo a pestruição da Vespa volutina (vespa asiática)
 Assumintos todo o processo de destruição de ninhos e de compate á vespa passando pola do ocação de armadilhas em todo o território da Póvpa de Lanhoso e poster ormente, no que diz respeito ao compate á vespa, adquir mos uma arma para inoculação dos ninhos com biocida específico.
- Realização de diversos Planes Operacionais de eventos desportivos e outros.
- Acompanhamento do processo de colocação de sinalização luminosa de emergência diffina e noturna nos postas da REN, que circundam o Compo de Jogos do Maria da Fonte, para facilitar a aterragem de meios aéreos de emergência média.
- No sentido de fortalecer os relações institucionais, reun mos com diversas entidades públicas e privadas conhacuação ao nível da Pruteção Civil
- Pealizamos diversas ações, no âmbito da Comissão Técnica do Vistorias em Situações de Riscos Diversos para Pessoas e Bens
- Promovemos a Comunicação de Riscos latravés a criação de uma pagina da Proreção Civil na receisocial facebook, para comunidar situações diversas à ocquilação.

No and cim análise, reunifam, a Comissão Municipal do Proteção Civil iduniu para analisar o ponto de situação no concelho da pandem a de COVID-19, e, já no decorrer do Verão, para tratar de assuntos alusivos à Situação de Alerta decretada para Portugal Continental face ao Perigo de Incendro Bural



7









No âmbito do Cabinete Tecnico il lorestal destacamas o seguinte.

- Elaboração do Plano Operacional Municipa, 2023.
- Acompanhamento dos traba hos de Costão de Combustivois da Rede Secundária (Rede Viária e Rede Viaria Florestal) da Brigada de Sapadores Albrestais da Comunidada Intermonicipal do Ave. Participação em biferentes processos de gestão de combustivois.
- Venficação da operacionalidade da Rede Viária Florestal, através da manútenção da rede viária florestal em cerca de 38 quilómenos com retaxiso a maquina de raxto.
- Appio dos Munícipes no âmbiro da plataforma das quermas e quermadas.
- Applio aos Municipes no âmbito do incurriprimento das Empazas Florestais (Decreto-Lei 124/2006)
- Informação sobre o Regime Buridico Aplicavel às Ações de Andorização e Rearbonização (RJAAR)



- Aporo aos Munio pes no árir bito dos pedidos de Certo e Peda de Sobreiros ao:
 KONF linatituto da Conservação da Natureza e das Florestas
- Acompanhamento da colocação de câmaras de videovigitáni la no amoto do Crupo de Redução de Ignições de Incêndios Rurais do ACIF - Agência para a Costão integrada do Topos Rurais. 19
- Reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios para constituir a Comissão Municipal de Cestão Integrada de Flogos Purais e aprovar o Plano Operacional Municipal do Plano Municipal de Defeso da Floresta Contra incêndios
- Participação em reunides diversas, nomicado mente nas reunides da Comissão Municipal de Cestão Integrada de Fogos Rurais e da Comissão Sub-regional do Cestão Integrado de Fogos Rurais.
- Appio na preparação dos processos de licentriamiento no âmbito do artigo 16 do.
 Decreto-le 124/2006 (Condiciona ismos á edificação)
- Venhoação de condições de Cestão de Combustivois (cumprimento de Decreto Lei 04/2006)
- Verificação da oberaciona idade dos poritos de égina para ineios aereos para combate a incêndios.
- Acompanhamento e apolo à destruição da Vosca volutina (vespa asiática).







EIXO 2
COMPETITIVIDADE E
COESÃO TERRITORIAL



Metas principais.

Assumir o desenvo vimento económico como área prioritária da ação municipal.

Concluir a 3º revisão do PDM, Concretizar a Via Circular Urbana, Instalar o Parque Empresarial Municipal Realizar investimento em todas as freguesias. Concruir a rede de áqua e alargar a rede de saneamento.

Methorar a eficiência dos serviços municipais

Inflament up a Mark

Tratogise do primieiro ato pubbico oricial relacionado com uma infraestrutura que é desejada há décadas pela copulação e que assumimos como uma obra do mandato. No día 9 de dezembro, assinámos com o infraestruturas de Portugal o acordo do gestão da Via Circular Urbana.

Foi um momento muito importante para a Póvoa de Lanhoso, porque conseguintos nestes moses aquillo que se esperava ná muitos anos

A via Circular a vila é uma infraestrutura sodoviár a estruturante, que pretendemos que este a concluida em setembro de 2025.

On ecordo com o estipulado no acordo de gestão la Câmara de Póvoa de Lanhoso var comparticipar (5%) do valor da empreilada, sendo os restantes 85% subortados pela Infraestruturas de Portugal.

A Via Circular dineria da Pévoa de Lanhoso tembém estará incluida no Plano de Atividades e Ordamento da la referencia ao ano de 2024.

A execução da Via Circular urbana, de entre outros aspetos, vá parmitir consolidar a mains urbana da Póvoa de Lamboso e aumentar a capacidade de atrair investimento, e proporcioner memores vias, maior fluidez de trânsito, sobretudo de desados, e acessos.



mais simples e fáceis que aproximam a Povoa de Lanhoso a Braga, capital de distrito, e ao Parque Nacional da Panada-Carás

Esta infraestrutura dorá um forte impulso à oconomia, pois possibilitarà memores, condições de tránsito e melhorar as condições ambientais do centro da VIII.

O um projeto de mandato que prevé a criação de uma zona destinada a instalação de um Parque Empresar al Monicipal com boas acessio idades aos centros orbanos e à autoestrada.

No Plano para 2022, assumimos a necessidade de chação de um novo canil/garil. O ano entrariá ise ficara ainda mai cado dela grande conquista que representa a aprovação da candidatura apresentada ao iCNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Horestas para a edificação do Ceritro Oficial de Recolha de Animais. Um projeto que la breve prazo trará condições dignas para o la ojamento dos animais o condições para o desenvolvimento do um trabaido ainda mais profício na causa enimal.









Cassintismitorial

No capítulo da Coesão Territoria , o trabalho desenvolvido progunou dar continuidade e concluir projetos que transidaran de mandato, encetar novos investimentos e responder ás aspirações da comunidade, que a meja um desenvolvimento equinorado do território, não abenas do ponto de vista da chação de infraestruturas, más também ao nivel dos serviços e das respostas que entidades conto a próbila Cómbro Municipal prestam a comunidade e aos municípos, visando a qualidade de vida das populações

Para la concretização desse deviderato delegárilos has Juntas de Freguesia completências no sentido de se obter melhorias has condições da rede viána e da limbeza de bermas e acjuedutos. Cumprimos os compromissos essumidos com as Juntas da Freguesia concluindo as obras iniciadas no mandato anterior e orojetando putras de peneficiação de acessibilidades e de requal ficação do espaço público.

No que se refere a obras mon o país destagamos o sego nite.

- Pobblitação de gabineres nos Paços do Cordelho (Salão Nobre, Cabinete de Fundos comumbanos, Hall de entrada, Escritórios Secretárias Presidência)
 Renovação Garagens e construção do WCS has garagens dos Paços do Concelho
- Éxeculção de passeio na Rua Maria da Fonte Póvoa de Lanhoso.
- Coloce; ao de dissuesores na Praça Eng.º Armando Rodingues Póvos del Lanhoso
- Renovação da Retunda da Conte do Foral ("Fonte Luminosa") Póvoa de Lanhoso
- Repareção e pintura de chapas da Rotunda das "Bolas do Ouro"
- Execução de passeio originalme has traseiras dos Pagos do Concelho el execução de cobertura. Car Associação dos Funcionários.
- Reposição de calgada em varas e boracos, pelo Concelho;
- 🖲 Execução de muito suporte Rualda Pedrinção Campo:
- Execução de rede de águas pluviais e construção de passoio Rua do Chuzeiro –
 Fontaidada



- Reabilitação do sistema de drenagem da estrada de Caraz do Minho Hecho de valeiras nom inclusão de cubagem e execução de caixas de visira).
- Renovação de a stema de domicagem das piscinas descobertas (abertura e fecho de rocos)
- Construção de dreno de aguas pluviais e regularização de espaço circundante ao pavilhão de Monsul

Outros trabalhos

- Deposição do batuminoso e calgada em valas o buraces no concelho;
- Reparações diversas em Escoles do concelho.
- Limpezas el avagens de espaços núblicos;
- Reparações em dissuasoros o reposição de sinais nos diversas vias Municipais e Espaços públicos

































Destacantos sinda as intervenções relacionadas com a chação da Casa do Livro e de Start Upliquijos trabalhos tiveram centinu dade em 2022

As preudapeções com a modifidade elemiespecial, com a mobilidade sustentável, estão no agenda do planeamento municipal. Atenta a está nova realidade la Autarquia em articulação com la CIM do Ave, no ambino do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporto i do Passagoiros, tem i recebido, novas, atribuições, el competências relativamento aos serviços públicos de transporte de passageiros municipais.

Em 2022, foram prestadas informações técnicas de Trânsito e Estadionamento, com destados para questões de Sinalização Cargos e Descargas, estudos de intervenção em passade ras submissão de pareceres ao IP e implementação da Via Veide Estadionar. No âmbito da gestão dos transportes públicos, fez-se o acompanhamento e prestou-se coraboração dom a Autoridado de Transporte em procedimentos de operacionalização passas. Enhas transmiss Programa PARE, berm como de articulação de informação no âmbito do processo de Concessão iniciada a fide dezembro de 2022 pelo Ave Mobil dade.

Para este mandate, assumimos a conclusão da rede de água publica e o alorgamento da cobertura da rede de saneamento básico, fundamentais dara o bem-estar das populações (à que têm influência na saúde, na qualidade de vida ha qualidade do armbiente e no desenvolvimento da sociedade como um todo.

Neste sentido, no que se refere ao serviço de abastecimento de água no decorrer da 2000 o Municipio executou 7,6 qui fometios de rede a 224 ramais de ligação. Em rejação ao serviço de saneamento foram executados 5.05 quilómetros a 95 ramais de ligação. A realização destes trabalhos contribuiu para o Município alcançar, nesta altura juma cobertura de 96% para o serviço de abastecimento de água e uma pobertura de 60% para o serviço de abastecimento de água e uma pobertura de 60% para o serviço.

De lembrar que, a 31 de dezembro de 2021 la rede pública de abastecimento de águalera constituida por 376,40 quilometros de conduta el 0 500 ramais de ligação sendo a rede de saneamento constituida por 175 qui ômetros de coletor el 4 403 ramais de ligação. Os números do sansamiento ainda estão lorige daduilo que pretendamos para o nosso concelho. Por isso, o ano de 2022 também foi marcado por um trabalho intenso junto.



dos decisores, no sentido de os sensibilizar e domonstrar a urgência em melhorar a taxa. de cobertura

Sendo o a argamento da rede de saneamento uma prioridade, promovernos, duranto o ano, sessões do trabatino com diversas entidades, rendo em vista a proparação dos projetos a integrar no novo quadro comunitário, nomescamente com o Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Anténio Cunha, com o Vogal, da Comissão, Diretiva do Norte, 2020, Rumberto, Carqueira, a com o Vice. Presidente do Agência Parauguesa do Ambiento, Pimento Machado.

No que se refere as redas de agua e de saneamento, apresentamos de seguida os traballitos mais relevantes realizados em 2021.

Fontarcado

- Execução de rede de ágloas pluviais na Rua da Primavera.
- Execução de rede e famais de abasteo mento de água ha Rua Maria da Fonte. - Execução de rede de saneamento e aguas pluviois na Rua de Várzeas

Calegos

- Execução do redeiro sangemento na Rija pos Costinhas.
- Execução de rede e ramais de saneamento na Rua Costa of Além.

Povpa de Lannoso.

- Requal ficação da rede e ramais da apastecimiento de água na Avenida da República.
- Execução de Ligação do saneamento da Pula dos Moinhos Novos à Rua Quinta dos Ansunes
- Execução de armário para o novo Ponto de Entrega a respetivas ligiações na Rua dos. Moinhos Novos
- Execução de rede de aguas pluviais e saneamento na Rua dos Moinhos Novos.
- Execução de rede e ramais de abastecimento de áquale saheamento ha Rua da Eira. Veina



Taíde.

- Pequal ficação da rede de saneamento ha Rua do Santuáño.

💓 Esperança

- Execução de rede e rarmais de abastecimento de água na Rua da Pedreira e na Rual das Casas Velhas

Vilela

- Ligação da rede de saneamento do Caminho do Fojo so Caminho do Esmeilo.
- Execução de recelo ramais do abastos mento de agua e saneamiento na Travessa do Parque industrial
- Execução de rede e lármais de sanearmento ha Avenida de Esperança, na Rua Valo do Escuro, no Calininho do Larne ro/Rua do Verdugo e na Avenido Osírim Rodrígues

Oliveira.

- Execução da rede de abastecimento de água na Rua dos Tabuados e Entre Vinhas

Louredd

- Exocução de rede e remais de saneamento na Sua dos Elberniños.
- Exocução de rede de abastecimento de água para ligação da Rua de Ventoze si (Cáttipo) à Travessa do Monte (Louredo)

3runhais

Execução de rede de abastacimento de água na Rua Francisco Araújo.

Seprapete da Cema.

 Execução de rede e ramais de abastecimento de água na Rua de Varzielas e na Rual da Brasileira.

Travassos

Execução de rede e ramais do abastoc mento de água na Pua do Alto.



- Geraz do Minho
- Execução de rede a ramais de apastecimento de água na Rua Dr. Augusto Martins. Ferreira
 - Serzedelo.
- «Esincução de rede o ramais de abasteo monto de água ha Rua do Seronado.

Exacução de ramais diversos (apastecimento de água e saneamento).

- Monsul Execução do ramal de abastecimento de água na Rua de Várzeas na Travessa da Môle na Rua do Bárrio.
- Calvos Execução de remai de saneamento na Rua da Chá execução do remáil de apastecimento do água na Rua da Escola.
- Larviroso execução de ramais de saneamento e abastecimento de água na Qual Souto de Boixo
- Poyos del Lanticiso Execução de ramal de abastecimento de água e saneamento na Pua Angelo Frondon, e ha Pua do Castannello, Execução de ramal de abastecimento de água na Pua Dir Custódio José da Silva e na Avenida.
 25 de Abril, regualiticação do ramal de saneamente da Escola Secundana.
- Sorzode o Execução de rernal de abastecimento de água na Rua de Santa Luz a e na Rua das Travessas execução do ramal do abastecimento de água na Rua do Telho
- Vileta Execução de ramolide sancamento na Rua do Paço Verho; execução de ramalido apastecimiento de água na Rua do Casal execução do ramolido abastecimento de água na Rua de Vale Covo.
- Carrier Execução de remial de apastecimento de água na Rua de Teire e na Rua.
 Fonte Milho.
- Onlogos Execução de rama de abastecimento de água na Travessa das Barreirinhas e na Rua Dr. Oil da Costál execução de remal de seneamento na Rua Dr. Oil da Costa.

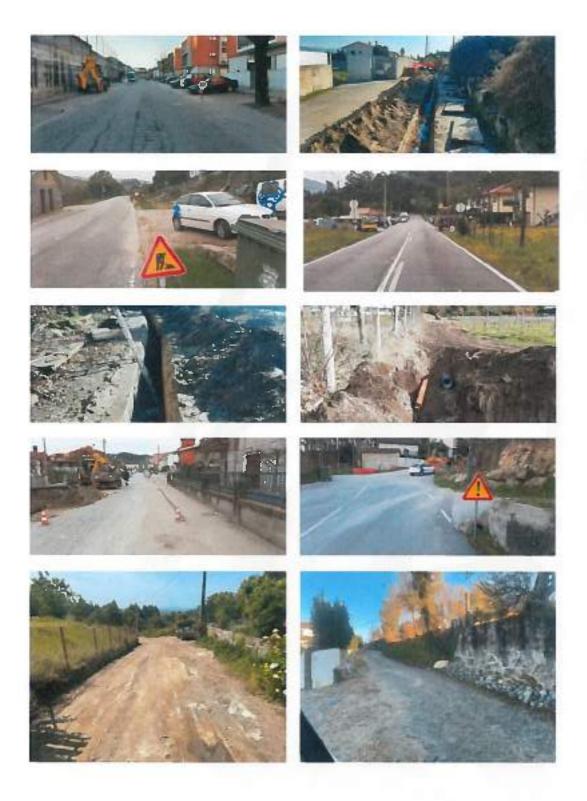


- Fontarcada: Execução de rama de abastecimento de agua na Pua de Cais a na Rua da Laurinda, execução de ramal de abastecimento de água e saneamento na Travessa de Padim
- Friandé Execução de ramal de abastecimento de água na Avenida de Santo.
 André e na Rua da Bouça Nova.
- Verim Execução de rama, de abastecimento do água ha Pula Veiga de Esteiro.
- Taipe Ekcoução de ramal de Abastecimento do água na Rua do Arruado Inalifica de Porto d'Aveleina Rua da Igreja Velha, execução de ramal de abastecimento de água e sarreaniento na Rua da Velga.
- 🎚 Ferreiros Execução de ramal de abastea mento de água na Rua da Porte inha,
- Aquas Santas Exacução de ramal de abastecimento de água na Rua da Cachada, ha Rua da Sarola e na Rua da Medreira
- Santo Em 186 i Execução de ramal de abastecimento de agua na Rua de Santo António execução de ramal de abastecimento de água e saneamento na Rua de Nossa Senhora de Fátima
- Brunhais Execução de ramal de abastecimento de ágida na Avenida de São Paro
- Instalação das ZMC Izonas de medição e controlot e pesquisa de fugas de águal Manutenção de ETAR1s (Aguas Santas/Moute/Mensul)
- Reparação/Desobstrução de diversas sanetas, aquedutos e tubaqens de águas pluviais e saneamento.
- Serviço de dichelarlos Edificies Municipais











No âmbito da melhoria continua no serviço que prestamos aos municipes, num ano que fica marcado pelo assumir de novas compotências dela Autorquia, colocando mais exigência sobie o funcionamento dos serviços municipais, destacamos o seguinte

Atendimento de Público.

No micio do eno, procedemos ao alargamento do período de funcionamento do Balcão. Un comos Paços do Concelho, assegurando a apertura pos serviços á sexta-feira é tande e ao sábado de mantra, possibilitando assim um abesso facilidade aos serviços prestados peia Autarquia. Em 2022, foram realizados 21533 atendimentos no Raicão. Un co



Sistema de Cestão de Qualidade.

No âmbito do sistema de gestacide qualidade, continuárnos com alimplementação de piéticas de trabalho mais adequadas à prestação de um serviço público eficiente « de qualidade

Foram roal Zapas auditor as internas, por forma a colmatar riscos associados a tarefas rotineiros, procurando melhorar procedimentos. O processo operacion el do Balcão Unico contou com: a renovação do certificado, em resultado de uma auditor a externa realizada aos postos que integram o atendimiento ao público.



Modern cação Administrativa

A reengenhaua de processos e a interoperabilidade entre aplicações continuaram a sor June appeta idado ser este lum trabalho de melhor a continua.

Consideramos relevante o avanço de atendimento para piataformas digitais

No ambito da implementação de medidas de modernização administrativa continuámos com a digitalização de processos no ambito de Arquivo Municipa! e cotenciámos o funcionamiento da plateforma "Archeevo"

Concretizários a implementação da pistaforma de Sistema do Costão do Atas, que permito uma desmaterial zação de procedimentos adstritos á gestáticas, reuniões de Camara

Recursos Humanos

Mant vernes o piano formativo comittodas as ações que foram possíveis de se manter. Comit a fransferência de competências na larea da educação, torna-se avidenta o aumento de recuisos humanos.



Em suma produrâmos par resposta às necessidades dos serviços e as exigencias legais orientando a ação dos serviços da Alea administrativa para a visão estabelecida no âmbiro do sistema de gestão de qualidade, produrando assegurar com rigor competência e profissionalismo as necessidades dos municipas e paires une essadas garantindo a sub satisfação e a melhona continua do serviço público.



O Serviço de Appio Durídico e vocacionado para unha intervenção transversa la toda a atividade. Vun tribal, tondo por missão Zelar dela legalidade da ativação do município. Realça-se, neste último ano la atividade desenvolvida em materia das contraordenações tendo sido registados (66 prioressos de contraordenação e traminados 748, permitindo contraordenação e traminados 748, permitindo contraordenação de que proliferam as obras ilegais no concelho apesar de universo existente torem sido devidamente legalizadas 86 obras ilegais no delegação de permitencias ao nivalidas contraordenações i rodoviárias ideu-se il nicio laos i respetivos i processos de contraordenação rodoviar a

Considera-se del oconido am crescente aumento de participações e denáncias particulares, assumindo os munícipes o papel de agenta fiscalizador na sua freguesia e que originou 3424 processos administrativos, a participação de 20 sinistros que ou minaram com a arrecadação do valor reclamado, assim como, a claboração de 812 oficios e a emissão de 231 percidões e emisidos 139 pareceres em processos de licenciamento.

De destecar a transvezsalidade deste serviço a todas as un dades orgânicas, assim como ao executivo municipal

O serviço destacou se com o SMIC - serviço municipal de informação ao consum dor e o RACS - rede de apolo ao consum dor encividado

Tar by so Verde

O desenvolvimento de políticas ameientais com rumo a sustentabilidade é um dos vetores prioritários de intervenção da Auterbuia.

Propomo-rios lao longo do mandato, concretizar o programa de práticas Vila+Verde, cujo propósito é implementar as melhores práticas de construção e manutenção de espaço- verdes proenos, de arbor zação das estradas municipais e de criação de uma rede municipal de espaços verdes de recreio e lazor.



Naquele que consideramos o feno zerol do depertamento de espaços verdes e limpoza urbana do Município intervientos em algens locais, para proceder á sua requalificação e real: itação

Destadamos as intervenções na- diversas rotundas existentes na Vila elenvo vonto, assimcomo no Parque do Pontido, no Praça Engli Armando Rodrigues e na Avil 25 de Abril (faixa central), o os manutenções dos estabelecimentos escolares do Contro do Saúde e das Pracinas Municipais Descobertas. A renovação dos diferentes espaços, tova em arenção as isuas características inomeadamento ina lobção por plantas que exilair interios manutenção e que sejaminais resistentes ao clima, e a opção por diferentes sistemas de regaintais eficientes (gota-a-gota e de culvanzação).

Destaque ainda para a l'impeza total das innas de rigue (le tole margens) que passamina. Vi al Neste processo, foi ainda encontrar novas so uções, como a ligação entre dois poços existemes no Parque do Pontido, que permite o aproveitamento de agua natural com recursos a meios já existentes, para apasieder in Parque.

Ao nivel dos espeços verdes iniciamos ainda um plano de reabilização no mobiliário urbano que os integram.

O Contro de interpretação do Carvalho de Calvos (CICC) conferio úlminovo impulso às iniciativas de sensibilização e educação ambiental, formentando a adoção do atirboes ecológicas mais sonsatas que contribuam para o desenvolvimento susteintável e para a melhona continua da vida da população. Com a requal ficação das instalações, temos incentivado a participação ativa da comunidade local, atra ndo mais visitantes ao escaço do CICC.

O Cantro de Interpretação do Carvalho de Calvos (CICC), que executa as obligoas municipais de sensibilização e educação ambientais, reabnicipal oublico, no dia 4 de março, apos uma renovação da sua imagem e um reforço da oferta educativa, que o transformou num espaço moderno e acessíve!

Esta foi uma oportunidade para "relançarmos" o EJCC aportando- he nover dinamiges e alargando a divulgação não apenas do aprazivel recinto, mas também a sua oferta o recursos ao rivel da sensibilização ambiental e ao nivel das hortas sociais o comunitárias. Dessa forma, opos a reabertura, demos início a um conjunto de atividades que visaram levar cada vez mais pessoas, formilias, público escolar e população sénior até ao Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos.



Os numeros mestramique, no decomei de 2022 este equipamento ambiental registou a visita de 3 494 pessoas, participando em Jri2 atividades programadas, realizadas durante e servana i for notória la produta do Parque do Centro de Interpretação para lazer sobjetudo aos fins de semana.

Dadas es condicionantes relacionadas com a reabertura do espaço e com a bandemia no prime ro trimestre de 2022, a atividade de Centro de Interpretação realizadase sabilistidade no exterior, normescamente, junto da comunidade escolar, nos respetivos estabelecimentos de ensino.

A partir do segundo o mestre, foram dinarrizades mais at vidades el foram recebidos mais visitantes no CICC, em parte devido ao conario condemido mais estavel e a conclusão das obras de repbilitação do espaço.

Desde então, o Centro tem sido um espaco privilegiado para a realização de atividades com escolas, que têm tido a oportunidade de participar em atividados ambientais apaptadas a diferentes, dades e niveis de aprendizagem.

Maio foi o mês em que se verificamos um maior número de atividades e de visitantes, o que se explica por teremisido dinamizados inúmeros iniciativos de educação ambiental dom os estabolecimentos de ensino, devido a proximidade do final do ano letivo e das boas condições meteorológicas. Fambém no mês de novembro, registâmos uma maior al uência de visitantes, resultado das propostos no ômbito da Samana Puropaia da Prevenção dos Resilodos.

Os meses de janeiro e de dezembro foram os que receberam menos visitas devido ao final elinício de períodos, etivos, mas também devido ás mas condições climatéricas.

Estes resultados são reveladores do impacto que o Centro (em) do ha comunidade logal em a promoção da ledicação lambiental. As latividades vestigadas incluíram visiras técnicas, ludicas el podagógicas o visitas guiadas ao C/CC, ao Carvalno de Calvos, as plantos aromaticas el medicinais e la horte social el comunitéria, al comemoração de eferméndes antibienteis; ações informativas sobre diversas temáticas; oficinas práticas el quadriuto do parque em atividades ludicas el pedagógicas.

Todas estas iniciativas visaram proportionar aos visitantes uma experiência educativa envolvente, para que possam corondor a rica história de Carvalhe e a biodiversidade que nele habita, com como a importáncia de todos da recuisos e edossistemes natura s



De referir ainda que a colaboração do CICC com a comunidado escolar tombem se estendo ac Programa Eco-Escolas, sendo que, em 2022 seis escolas da Povoa de Lanhoso receberam a Bandeira Verde Estas Bandeiras traduzant o resultado do excelente trabamo que e realizado por toda a comunidade educativa da Povoa de Lanhoso.

O nosso Municipio também foi vecor hecido dels participação no âmbito deste Programa sondo que a maior corte pas dinâmicas de educação ambiental são dinamizadas através do Contro de Interpratação do Carvalho de Calvas

Somos parceiros des Espolas elo desatio que doixamos ipara o ano lativo 2022-2023, foi lo del que possamos aumentar o húmero de estabelecimentos de ensino galordopos com a Bandeira Verbe

O Centro Escolar D. Elvira Câmaro Lobes lo Centro Escolar de Cávado, a Escola Básica do Avella Escola Básica Prof. Conçato Sampalo la Facola Profissional do Alto Avelle a Escola Secundária da Póvoa de Lannos o foram as escolas galardoadas, em reconhecimento delo trabalho desenvolvido no âmbito da Educação Ambiental para a Sustentabil dade no que se refere ao ano letivo de 2021-2022.

Em suma, os resultados registados são positivos, que rem número de visitantes, que rem dinámiqes desenvolvidas, ao longo de 2022, no CiCC, e recebemos om feedt acidimo, to positivo por parte das pessoas que pas_aaram pelo espaço.

As Hortas Comunitárias, projeto que desenvolvernos nos terrenos do proprio parque do Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos, junto das hortas sociais, revetaram-se Uma aposta ganha

A total dade pos [2 talhões que disponibrizámos de forma gratuita foi ocupada (Para a ém de apoldie acompanhamento técnico, as possoas que aceitaram o rosso repto para cultivariom estas parcelas de remeno sambém puderam beneficiar de um conjunto de sessoas de formação, em areas distintas, tendo por baso a ogricultura em modo biológico. Após a boa recet vidade a uma primeira sequencia, iniciámos uma segunda sequência de sossões de formação, nas instalações do CICC.

Percebemos que adentam a este projeto pessoas que não dispõem de teneno para cultivo sondo algumas familias com changes, hern de conhecimentos técnicos. Para alem do desejo de praticarem a agricultura, os/as beneficiános/as demonstraram a vontade de estar em contacto com a hatureza, de desfiurar em conjunto do espaço.



envolvente e de mostrar aos mais novos de oride proveirs muitos dos alimentos que consomem

Fazemos um balanço muito positivo deste projeto inum ano que lainde assimi foi de proparação para um futuro que, acreditamos, será de sementeiras e coincitas mais intensivas com um impacto mais significativo nos respetivos orçamentos femiliares, que é um dos objetivos que pretendomos a cançar etravés das Hortas Comunitárias.

Emifimais de novembro, apresentámos o nosso Plano de Poupança Energética e Eficiência Hidrica 2027/2023

O doi vimento, que foi e aborado com paseino Plano de Poupança de Energia 2022-2023, proposto pelo Coverno o publicado em Diario da Pepublica, a 27 de serembro de 2022, contemplo 20 medidas para a Poupança Energética e Hídrica.

No que concerne à poupança energetica, as medidas relacionadas com a rodução do consumo energético associado à iluminação publica e a iluminação interior e exterior tiveram ofoito imediato com a redução da Turninação pública de forma alternada, não deixando de posseivar as considerações relativas à segurança do possoas o bena. Também a reminação natalida foi ajustada para um horário ma credizion.

Nosto conjunto, incluem-se ainda as propostas de desligar a luz ornamental, emitodos os ospaços públicos, á exceção do Castelo de Lannoso e do estatua da Maria da Fonte la partir da uma hora da manhá la ligação da iluminação dos campos de jogos do Portido, apenas nos dias e horas em que for feita maicação para a sua utilização e a informação a todos os do abbriadores da Cârmara Municipal, que la illuminação interior dovo ser desligada sempre que o espaço não esteja a ser utilizado ou foi a do norario de serviço. Foram lainda colocadas lem prátical medidas relativas à o miatização dos espaços publicos a Fiscina Municipal Coberta a aos vários complexos desportivos.

No campo da polipança nídrica idefinimos estratégias que apontamipara a redução do desperdício de água na regalde expaços exteriores, passando as mesmas pela colocação pos audins públicos, do sistema de regalem registo manual, da utilização de sistema de regaligota la gota, do instalação do sistemas de regalinteligentes o pola utilização do mecanismos de poudença de água nos autoc ismos das casas de banho públicas lentro outras.



O Plano apresentado incluiro Manuel de Boas Proticas de Poudança Energetica e Hidrida, no qual estad contidas informações e sugestões a terriem conta no dis-a-dis, de os itelizadores de espaços informações escolas edificios desportivos e centro de saúda passando pelo setor do comércio e consumidores domésticos.

Estes documientos, disconiveis no site do Município, reiorgam a necessidade de sensibilizar todos os públicos para a urgência de alteral comportamentos com vista à pouponça energetica e hidrica, contribuindo-se assim, para uma maior sustentabilidade ambiental.















Para os resididos solidos unbanes, atendendo a fase mais entica de Verão e á necessidade de uma recoma mais eficiente lem 2022 heforçámos a recolha el revés do recurso ao a uguer de um camilão.

A receiba de reforço acontacau entra 15 de junho e 15 de setembro, tendo realizado himitotal de 5.408 quilómetros assimicomo a recolha de cerca de 400 (oneladas de residuos).

A partir dos serviços veter hários, em 2022 demos continuidade a implementação de miedidas no ambito do Plano Estratégico. Municipal para Saude Animal e Saúde Ambiental.

Esto Plano assumiu se como um instrumento de gestable de orientação, possibritando a implementação de políticas e estratégias de saude arimal e saúde amb ental, que culm hairinha sustenta oficade amb entak e no bem restandas populações.

A semeinança dos anos onteriores, em 2022, foram asseguradas as diferences tarefas inerentes ao gabinete dos serviços veterinários municipais, destadando-se a elevada ocorrência de pedidos de recolha de animois errantes.

Em relação às atividades promovidas foram realizadas diversas iniciativas lumas de menor loutras de maior projeção, destacando-se a campanha de esterilização de animais de companhia, que colhetí uma boa aceitação pelos municipos o que nos trará benefícios no futuro.

Esta iniciativa contou com a colaboração do CAPA – Clude de Adoção e Proteção de Amirhais e dos Movimentos Catos de Puale Bigodes de Ouro. Com início em maio de 2022, esta campanha de esterilização de animais de companhia atingia, no final oblano, o número do 344 arimais esterilizados (machos e fémeas).



Do traba no desenvolvido, destacamos:

- Cestán técnica do canil municipal.
 - Pedidos de regalhe/intervenção;
 - Recolhaside arrimais acidentados.
 - Vacinação/identificação e etrópica dos animais a ojectos.
 - Acompanhamento niédico dos animais alojados.
 - Recolha de cadáveres de animais na via pública.
- Apoio a campanha san tária oficial de Cuminantes.
 - Acompar namento de ações de saneamento e venificação pos testes.
 - Análisa dos processos dos pedidos de subvenção no âmbito da cambanha
- Applio técnico as associações zoáfilas e outras do concelhor.
 - Identificação eletrônica, Vacinação, Recaituário, Registos.
 - (a) Appio às Festas de Si Dese (Concurso Padillario).
- 🖣 Appilo ad combate à vespa asistica. I
- Atendimento ao público.
 - Vacinação e identificação electrón da de canidoos;
 - Atius ização do registos animais;
 - Transferéncias de propriedade.
- Cestão administrativa das criversas áreas de intervenção;
- Coloce, ão de sina ética para sensibilização da recolha de dejetos animais na via pública;
- Соготаção de mais um abrigo de gatos e manutenção dos já ex stentes.

Por firm mum ado em que se desermou uma soloção delimitiva para responder às nei essidades de recolha a de acolhimento de animais, retembramos a contínuidade do acordos Autarquia ao CAPA para a gestão e manuterição do can Impunidade.



Or deather recent to the Board special in Publica

Atendendo as distintas possibilidades de financiamento, plano de 2022 permitiu planear o platoriar projetos municipais integrados na estratégia de desenvolvimento que pretendemos para o concelho.

Assim no que diz respetib à captação de financiamento comunitário e nacional destacamos o sequinte.

- a. Nove condidaturas do concuiso Acessibilidades 3603 Programa de Intervenções am Habitações, do Plano de Recuperação e Resiliêno a Estas candidaturas objetivam a promoção da acessibilidade em habitações do possoas portadoras de deficiência Previu-se para tal um investimento total de 67.692.084.
- b. "Construção do Ceritro de Recolha Oficial de Animais do Município da Póvoo de Lanhoso", candidatada ao "Programa de concessão de incentivos finiençeiros pera a construção e a modernização de centros de recolha oficial de animais de companhia ICRO) e de instalações das resociações zoóhias (AZ)", promovido delo Instituto de Conservação da Natureza o das Florestas. Provio-se para este projeto um investimento de 220,000€.
- o TProjeto-prioto de recolha se etiva de piorresiduos na Póvoa de Lanhoso", candidatado ao programa (RECOLHABIO APORO A. MPUEMENTAÇÃO DE PROJETOS. DE RECOLHA SECENTIVA DE BIORRESIOUOSE promovido pelo dundo Ambiental. Previo-se para este projecto um investimento de 80.272.83€.

Cotaborou-se amba com

A la CIM do Aveina elaboração da candidatura conjunta ao Aviso ni º 037C |9407-057202].

- Convite à apresentação de candidaturas ao financiamento da oriação de espaços de Cowork. Esta candidatura objetiva a oriação do Espaço de Cowork da Póvoa de Camboso na Casa da Botica. Previo-se para tallum investimento total do 34.6. 3.29 €. representando um investimento elegivel de 28.140.89 €.
- b. a GUEDES CORRENTE Consultores na elaboração da candidatura ao Avise Nº 01/018 102/2022 - Manifestação de Interesse para Desenvolvimiento de Projetos no âmbito dos



Baimos Comerciois Digitais l'Esta candidatura pojet vala driação de um Baimo Comercial. Digital na Vila: Previusa para la lum investimento total de 1142,300,784.

No âmbito da gestão de candidaturas e fundos comunitários e nacionais, foi possive-

- al formalizar pedidos de pagamento no valor de 1249 987,926;
- b. receber 732.731,78€ de 7521,
- o proceder a reprogramação das segumies operações.
- il Start Up Povoa NOR15-04-33/8-7EDE7-000432, por quas vezes.
- il. Pequa incação e medernização das instalações da Escola Hásica Conçalo Sampaio -NORTE-08-5673 (-E.C.E.R-00013):
- III. CU 60 (8.IN NORTE-07-4230-75E-000055)
- iv. Casa doll. vrol. NORTE-04-23'6-66D-8-000360.
- vi Acabilitação do largo da Aeira e envolvente NORTE-04-2316-75059-000187.

No Embito do trabalho com associações e Duntas do Fregues as no o aporação e gestão de projetos/candidaturas, destadamos o apoio prestado

- a, à Em Diálogo i Associação para o Desenvolvimento Social da Póvoa de Fairhovo, ha efocoração instrução e submissão da sua candidatura ao Aviso nº 02/00340 /2021 95-00340 im01 Requalitidação e alargamento da rede do ocurbomentos e respossas sociais.
- bilà Cruzada do Bahilina gestàp processual da candidatura (Remodelação e ampliação doller: Residencial Fenninno), aprovada pelo Programa Operacional Regional NORTE 2020

O Plandamento e Ordenamento do territorio enlaçaram o diocesso de 2º Revisão do PDM da Póvoa de Tanhoso e o ecompanhamento de PDM's externos, bom como atendimentos à população no ânho to do PDM.

A seguir damas conta do trabalho mais relevante que foi desenvolvido, no âmbito do processo de Pevisão do PDM.

Validação colo Executivo da proposta de Ordenamento, realizada pela aquica récrios do POM, em especia, a validação das áreas edificáveis para posterior validação final pela CCOR-N.



- Sobre o processo da Reserva Agricola Nacional, no final de 2022, encontrava-se a equipatentida do 96 Vila elaborar a l'Oarta 41 da proposta da PAN Bruta.
- El aboração el análise da primeira proposta de Regulamento do POM.
- Atuairzação perimenente dos compromissos urbanisticos.

A revisão do PDM coro alóm das varias promogações de prazo, publicadas em talário da Republica, encontrava-se a seguir, em 2022 los tramites regulamentares e normais do um processo com esta complexidade.

Na área de Plandamento e Ordenamento, produzio-se cartografía e dederam-se dados essenciais para vários Projetos Estruturantos Municipais nomeadamente. Processo da Via Circular, Chacão de novos Parques Empresariais / Industriais o Projetos Municipais vários, e colabordo-se com o Cabinete de Empresa dadonamente intuito de encontrar soluções para atrair novos os empresarios e cirál condições para os que se querem hixar no Concelho.

As estrategras a nível de obras municipais, no ano de 2000 foram dominarisemente marcadas por pesenvolvimento de projetos e astudos, em relação à execução física de obres.

Os projetos e estudos realizados ino diram ha tipo egia de edificação, destadando-se a reabilitação de edificios ou infraestruturas existentes em diversas escolas do conceino e o applio de projetos a duas entidades privadas de so pariedade social.

Cos 55 estudos/projetos elaborados 18 ficaram concluidos e remetidos pare contratação publica a três foram de aporo a entidades externas, discriminando-se de seguida os que foram candidatados y fundos comunitários: construção de campo de jogos na escola 852/3 Conçalo Sampaio, Start-Up Pevoa (Reabilitação de antiga Casa dos Magistrados), beneficiação dos balhearios da escola secundária, beneficiação do cobertura do pay hão da escola secundária, execução de cobortura para o mercado do paixe no targo da Feira requalificação da Ay de 9. José na envolventa á feira e espaço de Co-Work na Sóvoa do Lanhoso Biológicos, nestes, projetos destacam-se também los do âmbito Programa Acessib lidados 360% em 10 habitações.



No âmbito de Instrumento Territorial Integrado (f. l) do Ave 2030, em trabalho conjunto entre varios serviçõe i honicipais, elaporaram-se 17 hohas de projeto que envelventitabalhos de construção civi.

Participação em Protocolo de Colaboração Instituciona para a Promoção das Acessibilidades formalizado entre a Associação Nacional de Municipios Portugueses JANMP), a Fundação para os Estudos e Formação nas Auterquias Loçais (heFAL) e a Estrutura de Missão para a Fromoção das Acessib libados.

O desenvolvimento de estudos e projetos tem por obse o levantamiento topografico totalizando-se 49 levantamientos realizados em 2022, requer do por orierentes serviços da cárnara. Totans a nota venificados corda do 52 autos de implantação e licenciados 3 ocoloos do publicidade.

A DPOT (divisão de Planeamento e Ordenamento do Território) tem intervenção em muitos processos de contratação pública desde a preparação dos prejetos com todas as poças indicessárias. A interpretação dos Trabalhos la executar, a prestação de esclarecimientos aos concorrentes e a apreciação de listagens ferros e omissões" adresentadas, e numa faso final, enquanto júri de procedimiento la análise de propostas e elaboração dos relatórios preliminar e final. No ano de 2022 a DPOT acompanhou 16 apostes direitos, dos duais 11 simplificados. 10 consultas prévias e 8 concursos publicos integrou ainda aponas como jurí 2 processos de serviços.

O trabalho de fiscalização reportou-se com maior incidência no acompanhamento fiscalização e apolo a 14 obras incluindo toda a documentação necessária como autos de medição lautos de receção provisona/finais, auto de liberação de canções, runitas finais i revisão de dreços, destacando-se as seguintes i reabjicação de políticio para instalação da Casa do Livro, requia ificação da Estrada Municipal niº603 da rotunda da Escola Secundária da Póvoa de Fianhoso até Viloja, reabilitação do antiga Casa dos Magistrados – Start-Uple beneficiação dos bameários da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso. A fiscal sação tevo sempre o aporo da sacção de topografia, em imprantações e verificação de configurações de projeto.

Foi ainda prestado apoio a diversas obras has diversos freguesias do conceino nomeadamente acompanhamento sempre que solicitado e confirmação de trabalhos executidos obre intervenções em habitações particulares do programa "Habita anhose".



Durante o ano de 2022 no compo de ação da reabilitação urbaina, foram prestadas 7 informações de localização para em ssão de certidões. foram realizadas 2 y storias finais e 1 yestoria inicial, e esclareoimentos de dúvidas sempre que solicitado.

Atraves dos Sistemas de Informação Ceografica procederam-se a diversas tipologias, de atividados inormeadamento.

- Castão da serviços internos e externos (MUNISIGWES), nomeadamente Festas de Sán Dose, Cestão do Cemiterio, Projetos ICPOT, Cestão Urbanística, Testes de Fumo (DOMA), Licenciamento de Infraestruturas, Toponímia a Numeração do polício;
- Procedimentos do informação incluindo geomeferenciação Processos de Obras e projetos no âmilato de licenciamentos, com entrada de 589 em 2072 atuatização de base de dedos cartográfica com georroforanciação da 1731 processos de obras em arquivo.
- Procedimentos de informação técnica (38 FDOC informados) no âmbito de vários tipos de Certidões, nomeadamento Cortidões do Toponímia, de classificação de terrenos no PDM, etc.
- Elaboração de cartograf a em diversas teméticas dos serviços municipais, inclusiva de apoio á decisão e de apoio aos MR nícipos
- Atendimentos diarios no âmbito do BUPI, com validação de 526 processos BUPIs em balcão e 129 via coling.
- Colaboração dos SIC no ámbito de consulta a entidades IRAN, REN. IPL) o candidaturas. Saimos Conterciais Digitais. Cidades Amigas das Changa.

Em 2022, registrou-se uma tendência crescenta de processos que entrai am nos serviços da Oryisão de Costão Urbanística.

O trabalho que esta Divisão executa traduz-se na realização de tareias, ações o atividades no ambito de aplicação do Serviço de Gestão Urbanística e que corresponderam à apreciação técnica/tramitação de todo o tipo de operações urbanísticas que se enquadraram nos controlos prévios previstos no ambito do Regime Juridido de Urbanização a Edificação (ROUE). Dosde occidos de Leviciamiento de obras particulares, comunidações prévias, perádos de autorização de otificios/frações, todos eles sujeitos a opreciação tecnical preventiva e/ou sucessival queride forma física.



(formato capel) quer de forma digital latravés das plotaformas o sistemas informáticos existentes o ao pispor para que os funcionários pudessem executar as mais variadas tarefas no sistema da tromitação digital e processual CSP e FDOC)

Para alémi da tramitação processual das tarefas já identificadas, teve ainda a fivillad de Cestão Urbanística a responsabilidade na tramitação de todos os pedidos de certidões para lefeitos de idestable, pedidos de constituição do propriedades horizontais, licondiamentos do ocupação de via pública por rezão de execução de obras particulares, realização de vistemas indiámbito de pedidos de autorização de utilização de edificios/frações e de pedidos de autorização de alteração de utilização de edificios/frações e realização de vistemas indutrios âmbitos também constantes do Regima Juridico de Urbanização de Edificação (ROUE), controlo/tramitação das vistemas e ascensores lexistentes em lobificios, landise/aprodisção de todo lo tipo de requerimientos/exposições que foram apresentados aos nossos Serviços via FDOC

Para que se compreenda melhono volume de traba ho adstrito aos Serviços da DCU, em 2022, foram 14,438, as intervenções efecuadas, por todos os técnicis, que integram os Serviços da DCU, via GSP e via 2000.

Assistimos, aci ongo do ano de 2032, o uma procuro crescente a sustentada dos Serviços. Municipais por parte de municipos / interessados / requerentos / comunicantes loem como a um aumento notório (em crescendo) e sustentado do número do processos aoministrativos apresentados/requeridos/com un cados junto ido. Municipio i Nilma comperação do volumo de processos administrativos apresentados/comunicados junto do Municipio, no ano de 2022, com o ano anterior, concluímos que também aqui venificamos um crescimento do volumo de processos administrativos do 2021 para 2022.

Тивив сво Отдиса

Em 3022, iniciámos um plano de transformação digital com os objetivos de promover a interopera al pade e dicorsegurança dos serviços intemplais com vista a providenciar um melhor serviço público, utilizando a tecnologia, reforçando a proximidade para o acesso mais simples, seguro, efetivo o obciento dos cidadãos o empresas, roduzindo custos de contexto.



nio âmbito da estrategia de transição digital que estamos a implementar apresentámos uma candidatura ao Aviso Nº CVC 6+02/2022 destinado à manifestação de interesse para Desenvolvimento de Projetos no âmbito dos Bairros Comerciais Cigitais. No fina do ano, fomos notificados da aprovação da nossa candidatura que objetiva a chação do um Bairro Comercia! Digital no Vila, provendo, da entre outros aspetos, o seguinte:

Esperividade e framonização urbanistica.

Reforça da constituidade e nivel de serviço.

Informação digital interativa e conectada no Bairro.

Mobilidado urbanio.

Harmonização visual e chação da maida.

Promoção da identidade comum com elementos físicos.

2. Plataformas eletrónicas Vvedis tele APP "Baitro Olgital" Plataforma de elcontimerco (Maketoloco) Plataforma de chação, de gostão e de munitorização da informação sobre a oferta Distribuição conteúdos digitais com a identidade do Baitro

3 Orgitalização da experiência de consumo Plataforma analítica de gestão e integração de comportamentos no Bairro Implementeção de um sistema do beacons Sistemas de mobilidado o tralego inteligente.

4. Digitalização de infraestruturas abjacentes.
 Plataforma de gestão de estacionamento (incluindo sensorização).
 Monitor zação e sustentabilidade amb ental.

Através do serviços de informaticia é asseguidado um conjunto de tarefas no ambiro dos sistemas de informação, teonologias de informação e comunicações, que se repetirão no Tempo e que tem la veri com lo lapoio ao utilizador has várias vertentes de



operacional zação de soluções (gestão documental le processuel ERP Medidata le remamentas específicas de excloração do posto de trabalho) formação em contexto de trabalho abbio na impressão e digital zação e ainda la garantia da operacionaridade das soluções de apoio do Balcao Unico.

Manteve-se la tenovação do parque informático ao nivel dos postos de trabalho dos serviços e do parque escolar. No un verso escolar, foram implementadas mierdidas para a substituição dos quadros interativos que ficaram inoberacionais por écrons interativos tiurma tecnologia mais adoquada o do investimento equiva ente, por forma a garantir os recursos necessarios na sala de auta.

O Cabinete de Informática assegurou ainda a gostão do packoffice dos portais para a atual zação dos respetivos conteúdos e aplicações municipais (APPN), foi dustomizada a area da educação no Portal do Municipio foi prestado aporo a comunicação grafica e gestão de imagem do Município o no âmoito do processo de desmaterial zação, foi feito o desenvolvimentos municípios.

Foi iniciada cont a NSO a operacionalização do circuito RNSI (Pade Nacional de Segurança Interna) por forma a commitir o utilização deste circuito em futidos acessos (Eleições, SCOT etc.)

Proceder.-se à implementação do QRCode has laboras de águal feiras o SNC-AP. Foi concluida a integração do Sistema de Contraordanações de Fransito (SCCT) com a aplicação de gestão de contraordanações.

Desenvolvimento e atualização de formulários e requerimentos municipais no âmbito do processo de desmaterialização e desenvolvimento do novo porta los serviços. No âmbito das candidaturas da Casa do Livro e da Start-Jub Póvoa foram desenvolvidos procedimentos para lo laperrechamento dos respetivos espaços e concluidos da procedimentos relativos à implementação do projeto 196voa de Lannoso Digital 20 Foi implementada uma riova solução de gestão de bibliotecas, integrando via Web as bibliotecas escolares do Municipio.



EIXO 3 ATRATIVIDADE DO CONCELHO A MARCA 'PÓVOA DE LANHOSO'

Male Provide



Metas orindipais

Appliar o comércio e as pequenas empresas, minimizando os efeitos de pandicinia;

Concretizar a Start-Uple a Start-Upli84, criando nestas o Espaço empresa que articulara com uma rede de parceiros da área empresaria ; Impulsionar a cultura e a formação artística. Apoiar os agentes culturais, Integrar o turismo na estrategia de desenvolvimento económico, mobilizando os principais agentes turisticos e as marcas identitárias do concelho.

Applicación comercio Local e Horacad

O Cabineta de Promoção do Desenvolvimento Economico tem como principal objetivo an cular com as empresas locais a prestar o acolo necessário para a chação de novos negócios, que permitam, por sua vez, um aumento sustentável do emprego Em 2022 o Cabinete do Promoção do Desenvolvimento Economico orientou a sua ação, sobietudo para a promoção do empreended ousnido el para o apolo ás empresas, e para o acoio ao investidor com vista á captação de investimento para o concelho. Destacamos as seguintes ações

- Promoção do empreendedousmo atendimento a acombamamento de projetos de criação do próprio emprego em parceira com a EPAT, sendo que fora in submetidos 3 projetos de criação do próprio emprego atraves das medidas do IEEP.
- Ecleoração de protocoros de cedência de espaços municipais a jovens empreendedores do concelho;
- Acord às empresas no acesso a informação relevante dara a sua at vidade, que respondant a ner essidades do dia-a-dia il programas de efidade, vias verdes, sempre que devidamento justificada – programas de financiamento.
- Captação de investidores para o concelho articulação com potenciais investidores em areas de localização empresarial e outras das freguesias do concelho.



- Roalização de visitas ao terreno, em perceria com os serviços municipais de turismo por forma a orientar/informar pronoctores no que biz respeito à tipologia de projeto o possíveia programas de financiamento.
- Realização de reuniões com ompresarios de referência de concelho os mais exportadores, por forma a ausquitar as suas necessidades
- Poalização do visitas às empreses para perceber in locolas suas necessidades concretas.

A este nível podomos referir que 2007 foi um ano em que produramos ouvir as empresas por forma a podermos desenhar as respostas mais ajustadas às suas necessidades. Quer ao mivel do exercício de lo andamento 2030, quer ao mivel da real zação de agões de informação e capacitação proparação de eventos (Mercado da Terral e e aboração de candidaturas, que, la sereou aprovadas, serão estrategidas para lo desenvolvimento económico do Concelho como é o caso dos Bairros Comerciais Digitais, frata-se de uma candidatura realizada em consércio como a Associação Empresaria da Braga.

Om 2000 or amos uma nova resposta - o Cabinete de Embragabilidade il que protonos avimentar a empregabilidada no Concelho e lom simultáneo, respondivirás necessidades de contratação das empresas. Esta foi uma obestão levantada pero tecido empresarial que identifica o recrutamento como oma dificuldade crescente.

No decorrer do ano, o Município produtou alargan a sua rede de parceiros dare methor responder às necessidades das empresas

- Adelão à rede de applo ao investidor da diaspora RAIO. Este termo de adesão é dirigido a emigrantea portugueses e lusodescendentes que queixam investir ou alargar a sua atividade economica em Portugal, bem como a empresas nacionais que queixam internacionalizar os sous negócipa através da diáspora. Assenta em quas inhas do ação interdependentes id regilesso e/ou o investimento da diaspora em Portugal, e la promoção das exportações o da internacionalização das empresas nacionais através da diaspora.
- No àmbito da parcena com o projeto Amario Minho e em colaboração com a
 TecMinho e com la Sevenforma, foram realizadas ações de cadacitação e
 networking para empreendedores e para empresarios do sector do tunismo e
 eventos. Indiva Turismo o incorporação de indivação respetivamente.



 Proparação de evento colaborativo de varies dias com vállos equirêns e dinámicas diversas (Mercado de Obortun dades) (unhamente com los serviços de turismo e eventos.

Peferência e nda para a di açab da Start-Up Póvoa, no âmbito da requalificação de uma das antigas Casas dos Magistrados, na Vila Povoense

Contro objetivo de pinamizar o comércio local lo Municipio também dinamizou ações como o Concurso de Montras de Si Tose e o Sorte o "Neste Natal compre no comércio Focal". A continu dade da medida de apoid à natalidade e ao comércio "NaturaLanhoso" (que atribui apoids financeiros às familias polo nascimento de chanças, valores que tém obrigator amento de ser despendidos nos estabologimentos do concelho) também tem révelado estrum apoid importanta.

CUTTOR

De seguido, apresentarnos o trabalho desenvolvido pelos diversos sarviços da Cultura (herviços Culturais e Educativos, Exposições, Theotro Club, CIMH, Nucleo Cocumental, Castelo de Lanhoso e Arqueologia), no decorrer de 2022

- Serviços Culturais
 - CIVE/Auditoria
 - Serviços Educativos (Le turas Engenadas).
 - Oficinas de Teatro.
- Inpatro Club.
 - Caleria
- Bib loteca Municipal
- NGCI+o Cochmental
- Núcleo Museológico do Cestelo de Lanhoso.
- Património



Centro Interpretativo Maria da Fonte

O Contro Interprotativo Maria da Ponte (CIMI) é o local de base para o desenvolvimento do trabalho dos recursos afetos aos Serviços Culturais e de onde partem todas es dinâmicas próprias e de coordenação.

Official and do próprio C. MF a propósito da tematica própria "Maria da Fonte", termestado num processo de definição de traba hos lo que além da reestruturação mas serviços foi foitamente condicionado, pales obras que decomem há já 2 años no edifício para a instaleção da "Casa do Lívro", o que ainda não permitiu o desenvolvimiento de anvidades próprias lantes sedeando o funcionamiento dos Serviços Culturais da Cámara Municipa da Póvoa de Lanhoso e dispon o izancio o utilização dos seus recuisos a comunidade o suos instituições.

Em 2022, o CIME recebeu 2 569 visitemes

UTILIZAÇÃO DO AUDITORIO

lan	THY	ivi _s r.	Alb	Me	300	iu.	Ago	3.5	0.7	7.0%	Tex
6	15	.1	33		1	7.		10	-0	10	2

Serviços Educativos

Os Serviços Culturáis térm uma particular vocação de in se encontro das atividades roalizadas palos alumos das escolas do ensino básico da Póvoa de Canhoso.

O trabalho dos serviços educativos distribui-se belas seguintes areas de intervenção, a Budistoda com la realização de Leituras Encenadas, o Teatro, dom a realização de expeláculos e encenações temáticos/as realizados no proprio Theatro Curit, onde se dos ocam os alunda normalmente integrados com os serviços do Redo de Bibliotecas Escolares, o Parrimónio com la realização de atividades e visitas aos elementos cotomonios i muito particularmento o Castelo de Lanheso através do seu Nucleo Museológico i ou com lações de Rensibilização à preserveção e defesa do nosso património.



Certuras Encenadas

1979 (19		la infância (Calvos - Amigos im	promáva s
9 Escolar	10 Oztas	18 Tul mas	975 Allet 68
		And e Capacichai	
h soplay	5 Oatas	S univas	DS Alumos
		And tinna de Agua"	-335-3
5 Escolas	S Datas	S Turmas	60 A and
		ano Aaria da Fonte	
5 Escolas	7 Dates	9 0 0128	197 Alumos









Oficinas de Teatro.

Mantiveram-se em funcionamento, ao longo de 2022, ciniço Oficinas de Leatro, sendo reagrupadas em quatro, já no último trimestre mão de acordo com a idade dos darticipantes, mas com o âmbito da oficina (crianças iniciação, exploração e criação), mantendo em atividade os ceita de 50 participantes.

estes oficinas permitiram la reolização de atividades e outras complementares a dinômicas des serviços

DIA MUNDIA, DO TRATRO Marie e 100 Ambs Al mosfos) preparam las reas eyare ne de vila com pequenes rexass de paras de Mahere	i onas as turmas
Cultirul (A. III.) Curta-Memagen (Tinquictação) Annos(as) contratoriom na indoquer pur curta metragens, integrando cenox	(3.1% 1548 ADULTOS
CAMINHADAS COM HISTORIA Mailla da Fante Alunos (ds.) l'ocuparam pontos estratégicas e encentram momentes alusivas à Història	13/14 15/18
CALA MARIA DA FORTE Novoltrouscio dell'estance ansilote Militieres da Michal polici paresentación na Calo	ADUL G3
SOMOS POVICA IMPRIAT Most is delifest d importácula fo al ar canada usi. Brena taporimho, na riorga i ng Armanas Madagues, a porte de car toudos errados peras alunastas) de radas as sumas	Todas as Turmos
NATAL NA PRAÇA Albastas) comunicem para escrito com pequenos perfermences	Crianças / Integão / Exploiação



Alóns das atividades proprias, o projeto permitriu einda o desenvalvimento de autres propostas

PROCETO ARTISTICO NAPTISCONAS

Aplas da Teasta nas escalas ESTAritánia capes 118 Paisar an conhacte 10 1 Iviral. Carnara Espes

A ESTAÇÃO - Jorda, Encandção e interpretação

CAM PHADAS COM HISTORIA I (Altrisia Civigragaes Cristeguleração)

7 Mai - 1945 DO MINHO | Erdaio d'encenação da Performance

CONFERENCIA POVOARTE : Farlormence a Cambridação Social sobre arejete. Pela refecaul

NAME: Applied a situal Forestable

SENSIB POVOA | Acompan comunity

VAI PUICONCELHO I interpretação da Estiera da Forer

Theatro Citio

Em 2000 forom várias as atividades descrivolvidas no Theatro Club ineste que foi o ano de regresso à normalidade depois da pandentia.

Assim, referem-se como principais destaques da programação o seguinte.

- XVIIK ONTE Correurso Nacional de Teatro Puy de Carvalho (9 esperaculos).
- Posidência artistica "Acalanto".
- Celebrações do Dia Mundial da Marieneta e de Dia Mundial do Teatro.
- Espetáculos musicais (Sentados em Poltronas, Fado a luz das veias, Audições de Música, etc.)
- Apresentação das curtal metragens "Inquictação" e "O Meu Caminho"
- Intercâmbro Teatral com Cruco Cónico Povochse (10 esperántics).
- Leatro para Babés (3 espetáculos);
- 🖲 Encontro de Teatro (Lino Gravie) (6 espetagulos):
- Espetáculos de Teatro extra:
- Palestras, colóquios rauniões, apresentações letel
- 💌 Ekplosicóes.



Galeria Municipal de Exposições

Em 2022, italivaram patentos os seguintos mestras

- CONTE Roy de Carvalho O Patricho
- Lenços de Amor / Versos ao pai Pusgas S. Vicente.
- Desassossego
- Arte l\(\text{in Aquarela}\)
- Rapsodia 2.
- XXVIII Exposição Aberta de Artes Plásticas da Póvoa de Lanhoso.
- II edição XXV. Exposição Aberta de Artes Plásticas de Póvira de Janhoso.
- Exposição (Castolo do Lanhoso) desenho e aguareta.

No que se rafere à frequência de Theatre Club, contabilizámios (0.587 frequentadores/as, que acomeram aos 95 eventos de taatro, niúsica, dança, cinema bernicomo a exposições e a outro trop de micrativas que a ruveram lugar.

Fora do Theatro Club, foi necessário aboier ou realizar tecnicamente, com recurso a sistemas audiovistiais, várias iniciativas municipais e de outras instituições/associações











Biblioteca Municipal

Considerando las condições existentes, la Diolipteca Municipal prestou o serviço de atendimento e requisição de livios no ano de 2022 em condições muito condicionadas partir o autrente pelo processo de transição que está em curso palas obras no adificio para onde se prevé seja transferido no ano de 2023.

Alamido atendimento, requisição e empréstimo de livros, a disponibilização do espaço para estudo folitambém efetuado.

Foram landa recolhidos dois noves fundos bibliográficos, por Cosção do Arquiteto Medias Samueio (Calvos) por desção das filhas, bem como outro fundo bibliográfico proveniente de um Povochse residente em Braga Inatuca ida freguesia de Ferreiros). Por efetuado o inventário da Bibliofeca doada ao Município polo Poeta e Escritor Antonio Colostino, da freguesia de Sidoão de Per

Ao níve da Ciblioteca deve maiecer destaque todo o trabalho efetuado ao níve da Rede Concolh a da Cibliotecas com a realização das visitas ao Património, as des ocações ás escolas latravés da Rede le de pinámicos desenvolvidas em articulação, como por exemplo o participação no Concurso Madional de Leitura.

Nocleo Documentali

O trabalho no Núcleo Documental do CIMF tem vindo a centrar-se, ha medida bas possibilidades e recursos la uma tarefa que será certamente prolongada e ou radoura que se prende com o carregamento do registos e digitalização. De documentos em Arquivo e jo transfer dos do Arquivo Municipal da acordo com a ciono ogla ofitipo ogras? definidas (documentação antenor a 1976 e sénes findas).



Em 2022 foi possíve consolidar os resultados, registando se o crescimento por comparação entre 20 de dezembro de 2022 e 29 de dezembro do 2021.

8648.40	S PORT UNDO		
	1022		2001
	<u>(20 oczi</u>		<u> 239-dezi</u>
F MUNICIPAL	40 054	+ 2.708	37,245
JORNAL MIRONTE	5.228	0	5 2 2 6
DEPOSITOS	1,325	4.21	1304
JORNAL DA POVOA	201	0	491
POVCA DE LANHOSO	4:5	0	7.15
		- 9	
	47.511	1.2,220	49 281

720,5109	9007-000		
	2022 '90-degi		2021 (29. dez)
DEPOSITOS DORNAL MARIA DA	2.970	· .50	2780
FONTE	57'4	0	5.714
FUNDO MUNICIPAL ECOS SENHORA DO	71,448	- 5,104	69 372
PORTO IORNAL CASTELO	÷	÷.	
- A 1/4060	24	0	24
JORNAL DA POVOA JORNAL POVOA 90	636	0	636
LANHOSO JORNAL TERRAS DE	22	Ö	2.51
LANAOSO JORNACISISUNA ()S	.7	0	7
L4NH050	25	0	25
	81.447	13:204	76,163

⁽r) 0.230 / ichai ost (47.5.1-45.281, 2.230).

Outros Processos

Alémido subnimento de necessidades e de solicitações internas e externas, o tratamento de informação aliquivística enquanto processo paulatino limbão cuidados.

^{(*15.384} Sogistos (8),447 - 76,163 = 5.284)



suplementares. A recolha de documentação dispeisa, organização e tratamento é também relevante.

Núcleo Museo ógico do Castalo de Fanhoso

O nucleo museológico do Castelo de Lanheso voltou, em 2022, com um ano integral, normal de visitos após a situação de pandem a que viveinos.

O número total de visitantes este ano superpulo número total somado dos do sianos anteriores, sendo o 5º ano mais visitado de núcleo museo égico.

10	FOR LINGUMULADO DE VISITANTES MENERAL ANHOR								
420	2015	2015	2017	2018	2019	2010	2001	2022	
Cadello	260	407	817	485	743	027	27	415	
Feve 8) o	263	41	883	750	927	782	С	768	
Março	350	724	816	688	1141	244	С	641	
Acmil	371	1061	1 167	555	515	Э	275	621	
OIEM	785	1383	1,233	1333	1497	83	343	1,973	
247tho	1.283	1 130	904	1041	1153	355	546	1063	
Julho	1500	3624	1836	1598	1,513	407	784	1254	
Algosto	1643	2.816	2540	2782	2 855	1 010	154	1508	
Setembro	453	1322	1535	1587	1379	460	1167	1339	
Outubio	645	892	1033	1163	678	348	708	1024	
Novembro	938	413	566	485	557	71	803	748	
Dezembro	583	608	489	875	838	50	274	277	
10701	9 552	12.497	13 591	13.386	13,968	4 S37	6,122	n.e57	



1 100E00 A DE VISITANTES						
Ac., .05	Clempas	Estudis notes	(16%)	in togueses	tist ingeros	277
6.557	2.406	1247	1 427	9.754	2.083	L 193

Os números dos escalões etários chanças/estudantes refletem em grando perpentagem o trabalho positivo realizado com as escolas do conce no, como, por exemplo, através do visitas qui adas dos a unos do 4º ano ae núcleo museológico do Castelo de Lanhoso.

Em relação aos maiores de 65 anos também resulta (em parte) do trabalho com instituições de Févos de Canhoso e de concelhos y zinhos.

Os habitantes da Póvoa de Lanhoso começaram este ano altar a grativitidade na entrada do núcleo museo-ogico. O número de Poveenses que estivaram no interior da torre de menagem mostra que é uma medida que la noa não sendo do total conhectimento da população, apresenta ja úm numero, interessante de visitantes locais (1.193), quando comparado com anos antenores.

No que respetta aos y sitantes estrangeiros los cortugueses são claramente o major númerol, este ano recebemos (2083) visitas de pessoas de mais 38 países.

A presença de países de todos os continentes revela um cada vez maior interesse da Zona norto do país e, consequentomente da Póvoa de Lanhoso

Outras dinâmicas asseguradas a partir do Caste o do Lanhoso.

- Castão da página de Facelbook do Castelo de Lanhose.
- 🎍 Organicação da exposição il Herança Cultural da Poyca de Itanhosof.
- Registo de inscrições das várias caminhadas realizadas este prio:
- Atualização dos Serviços Educativos do Castelo de Lanhoso (visitas Curadas Peddy-Poper, Jogo da Memória; Escapo Rosim; Desenha o teu Castelo, Fichas de atividades. Preparação do dinámicas para as visitas guladas de acordo com a tipologia dos visitantes.
- 🖲 Realização de 44 y sitas guiadas ao Núcleo Museblógico do Castelo da Canhoso .
- Restização de uma Visita Guiada Neturna ao Castero do Lanheso (abril) 50 participantes.



- 👀 Realização da adição de Escapa Room (maio a junho) 50 participantos:
- Acividades relacionadas com o projeto "Castelo para Fodos" (Visitas guiadas Expape Roomisem luz).
- Participação no programa "Viagem a Portugal" na 279.







Arqueologia / Patrimonio

Os serviços de Arqueologia efotuaram o acompanhamiento das diversas situações e tarefas que envolvem esta especificidade da nossa riqueza patrimonia , com um cendor mais acentuado na sua comunicação e divulgação.

Pareceros arqueológicos.

No decorrer de anol foram eleptrados pareceres arqueológicos para o licenciamento per obras privadas

Rota do Románico.

Acompanhamento do processo (CIM do Ave) de retificação da 19ota do Apmênico"... Leon de Rosmithal



Apresentação do itinorario que León de Rosmithal fez em 1166 em direção a Santiago de Compostela, com passagem para Póvea de Lanheso. Atém da componente historica expusentos o que pretendentos domieste projeto. Esta apresentação foi realizada para e Vereadora da Cultura, Drai Fátima Morena e Vereador do Turismo, En Ricardo Alves.

Tribicidos Moinnos do Pontido (Estudo para ampliação dos percursos (Pontido - Castelo) e Pontido - Carvalho de Calvest

Acompanhamento da Impeza das muralhas do Castolo do Lannoso. Exposição do Minerais no Centro Interpretação do Carvalho de Calvos. Concerto às luzos das velas, no Castelo de Cantroso.

Outras atividades de contacto com o Patrimonio.

- Caminhada de Sidosé [13 de março].
- Visita Guiada Noturna ao Cesie o de carrhoso (Dia Internacional dos Monumentos e Sitios)
- Caminhada Notorna do Dia Internacional dos Moseus.
- Di Teresa no Castelo de Lanhoso d'Fresençal de Di Teresa no Castelo de Lanhoso para assinatsi o Dia Nacional dos Castelos)
- Castelo de Lannoso (chação de Uma linite proriológica para o Castelo de Lanhoso con: todos os acontecimentos históricos deste balgante modieval)
- Frojeto l'Portugal por Centrol trinação de um percurso tunistico, com descrição que abarque 10 pontos do concelho da Povoa de Lannioso);
- Carminho alternativo para São Bento da Porta Aberta freparação da sinalética do osminho alternativo, entre Santo Emilião o Sorzodo o criação de conteudos e acompanhamento da aolicação de painel informativo;
- Caminhada com : listório (Caminhada de deis dias com passagem por váries freguesias do concelho com y sitas qui adas aos monumentos);
- Ateliê de Arqueologia Experimental (Serviços Educativos: simulação de escavação arqueológica / conservação di restauro das i pegas) encontradas);
- Caminhada Noturna com Fado.
- Caminhada Noturna de Verão.
- Carrinhada do Dialdo Concelho, 25 de Setembre.
- 🧵 Caminhada Outboro Posal



Abresentação do documentar o 10 Mou Caminhot do Popilo Cribe Vasconcelos. Está documentário recreta a peregrinação que Pedro fez polo Caminho da Ceira Romana AVIII em pireção a Santiago de Compostela. Trabalho amplamente premiado no estrangeno.

Em 2002, devem ser referidos os trabalhos do preparação da entrada em funcionamiento da Casa do Livro prevista para o ínicio de 2023, nomeadamente.

- Procedimentos equipamentos ferramentas e formação.
- Articulação e onvolvimento de Pade Concelhia de Bibliotecas Escalares nos diversos Agrupamentos de escalas

Ab longo do ano, o conjunto dos Serviços Culturais estiveram envolvidos has regulares atividades da Cultura, nomeadamento:

- Concurso Nacional de Teatro Roy de Carvalho (CONTE).
- Festas de S. José (atividades culturais).
- 25 de Abril (intervenção artística no Alto da Bela por Manana Mizorela e Placa Autógrafa do ator e contador de histórias Eino Cravia no Monumento as Centes das Artes e das Letros - Patio do Artistas;
- Adividades Culturais nos periodos do Vorão e de Natal.
- Relação e entroplação de apoios a grupos e associações culturais com Protoco es de Apoio às Atividades (Bandas Filarmónicas Ranchos Folciónicos, Crupo de Teatro)





a CHIRCHIE

El nosso objetivo integrar o turismo ha estratogia de deservolvimento económico do riosso concelho, mobilizando os principais agentes curisticos o las nosses marcas identitárias, como a Maria da Fonte, o Castelo de Tanhoso e a Filigrana, por exemplo. No capitulo do Turismo e Eventos o ano de 2022 lica marcado pelo regresso sinda que progressivo, á normalidade dos tempos pró-pandemia.

Se, no primoiro somostra do ano, sensive mente, altipa forevidente algunha preocudação com a Oalidental indisegundo samestra, assistimos a lum lovantar dos restrições, qua permiticia concretização da propostas sem grandos constrangimentos.

O ano também ficou maidado por uma aproximeção à Entidade Regional de Turismo que nos apora no processo de revisão do Plano Estratégico para o Turismo de Póvoa de Lanhoso que visa dar visibilidade a Povoa de Lanhoso junto do mercado nacional e internacional.

Do ponto de vista local el ritrodução uma nova proposta que mostrou ser um sucosso a Feira de Antiguidades a Veinarias - la continuidade da promoção do tambóno através da gastronomia, com la dinamização dos Fins de Semana Castronómicos (Senta-se à mesa com a gente), e a presença em cartames de divulgação turística são o gumas das atividades eleções desenvolvidas, que juntamente com outras destacames.

- Fins de benfana Castronóm tios 2022 com a novidade de associar descontos no algiamento lo programa integrou umo apresentação publica pala Entidado Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal. Em colaboração com os estabelei imentos ederentes irelembrantos as propostas. Cozido à Portuguesa (26 e 27 de fevere ro); Cabrito à Silose à Rochas do Pilar (18 a 20 de maiço). Viteta Associa (9 difo de abril). Sonhor Bacalhec (14 e 15 de maio). Bifo à Romana (2 a 4 de setembro). Pica-no-châo (22 e 23 de outubro), o Papas do Sarrabulho & Rojóes (26 e 27 de novembro).
- Feira de Antiguidades e Ve hanas sempre no quarto sácado e no quiero comingo de cada més



- Festas de Si Jose il são o principal carraz furier de da Pévoa de Canhose Derreficiando o desenvolvi mento económico do seri tái lo em época baixa, ao conúncar a ser o principal evento mobilizados de visitantes en rigada ano
- e Póvoa em Hesta programação para os mosos do Verão.
- Natalina Praca e a marca da écoca natalicia e de fimide and juncamento com as iniciativas (Carfo la aldeia dos Presépios) e Fena de Natalido Balxo Concelho, que adolamos.
- Participação em ações de promoção turística de forma individual ou no seio de entidades agregadoras com competências da promoção ragional. Balsa de Turismo de Lispoa. Ferra internacional de Arresanato, vinho verde Fest
- Comembrações de datas tomáticas. Mês do Amor Dia dos Namoracos, Dia Mundial da Poesia. Dia Mundial de Chança e Dia Mundial do Turismo.
- Apoio al nicial, vas diversas. Día do Colaborador. Encontro de Carros Classicos.
 European Vesea Cay, Diver Neite Carações, i º Edição Sunset Rio Senero.

Os serviços do liturismo e eventos prestam apo o aldiversas obtras iniciativas, mansversa s As diferentes divisões do Município, nomeadamente ab nivel da oberação logística No Posto de Turismo lé realizado o atendimento prosencial a turistas o a visito livre ou o: enteda á saia de Interpretação da Frigrana.

O serviço acadesia ainda o apoio ao investidor e ao promotor transficio quel seja em lase do pré-projeto, projeto instalação ou requalificação de empreendimento, assegura apoio em loutras inecessidades prementes e que se adequem ao ámbito das competências do Município. Apoia ainda as pessoas interessadas ne instalação de estabolocimentos de albjamento local e de empresas de animação turística. Produca conceitar disponibilidades turísticas de recursos, intermediando a organização do visitas Quiados pelo conceiho, disponibilizando se para o pevido ecompanhamento.

O ano terminiou com la exercição do Projeto Ancora 1 - Minho Tourism Design Experience o le cultivinou na construção de uma plataforma de promoção de Filigiena de alto valor.

O ano de 2022 ficció amb a mercado delo bebalho que realizámios com vista á chação do: Centro de Interpretação do Territorio, num espaço ja adentificado junto la Estrada. Nacional 103 junto a rotunda de acesso á Vila. O objetivo é capitalizar o fluyo de turismo.



dara o Parque Nacional da Poneda-Ceres, fundionando este espaço como porta de entrada do turista ou visitante na região e no conce ho da Póvoa de Lanhoso Comiessa desiderato especificio, tivermos reuniões com a Socretária de Estado do Turismo, Pita Marques, e com o Presidente do Turismo do Porto e No te de Portuga , E.P., Luis Podro Martina.

Ficou Ainda marcado pelo impulso que produremos dai á divulgação de Hiligrana.





Apesar dos constrangimentos e dos desaños que tivomos de entrontar e superar no decurso de 2022, consideramos que conseguimos desenvolver um traba holique contribuio pera a conso dação do uma estrategia que visa melhorar as condições de vida das nossas populações a atratividade econômica e turística do nosso território e os serviços que prestamos aos Municipos



PRESTAÇÃO DE CONTAS

MESSESSIE

RELATÓRIO DE GESTÃO





Índice

I-INTRODUÇÃO	103
II - ANÁLISE ORÇAMENTAL	
2.1. RECEITA	112
2.2. DESPESA	122
2.3. Resultado orçamental	157
2.4. Principais indicadores orçamentais.	140
III - ANÁLISE ECONÓMICA FÍNANCEIRA	142
3.1. Balanço, , , , , , , , , , , , , , , ,	142
3.2. Demonstração de resultados	
3.3. Indicadores económico-financeiros	
3.4 Endividamento municipal	
3.5. Contabilidade de gestão	
3.6. Declarações previstas na LCPA	154
3.7. Outras divulgações	
IV – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	158
Índice de Quadros	
Quadro 1 - Execução do orçamento da receita	
Quadro 2 - Execução do orçamento da despesa	
Quadro 3 - Evolução da Receita 🚃 👢 👢 👢 👢 👢 👢 👢 👢	
Quadro 4 - Evolução da receita própria	
Quadro S - Evolução da rece ta própria proveniente de impostos e taxas	
Quadro 6 - Evolução das transferências obtidas	
Quadro 7 - Evolução participação comunitária em projetos cofinanciados	
Quadro 8 - Financiamento bancário	
Quadro 9 - Descrição dos empréstimos utilizados em 2021	
Quadro 10 - Evolução da despesa	
Quadro II - Execução da despesa	
Quadro 12 - Evolução com despesas de pessoal	
Quadro 13 - Evolução com despesas correntes de aquisição de bens e serviços,	
Quadro 14 - Evolução com despesas de capital de aquisição de bens	
Quadro 15 - Fontes de financiamento de Investimento	
Quadro 16 - Evolução com despesas de transferência e subsidios	
Quadro 17 - Execução das grandes opções do plano	
~···	
Quadro 19 - Receita vs Despesa	
Quadro 21 - Controlo do cumprimento da regra do equilibrio orçamental	7 کا 170
Quadro 22 - Indicadores orçamentais	
Quadro 23 - Evolução do ativo	
Quadro 24 - Evolução do passivo	
Quadro 25 - Evolução do passivo	
Quadro 26 - Evolução dos gastos	
Quadro 27 • Evolução dos rendimentos	
Quadro 28 · Evolução dos indicadores econômico-financeiros	



Quadro 29 - Evolução da divida	150 152
Índice de gráficos	
Gráfico I - Evolução da receita	112
Gráfico 2 - Distribuição da receita	112
Gráfico 3 - Evolução dos impostos diretos	ne
Gráfico 4 - Evolução de outras receitas proprias,	
Gráfico 5 - Evolução do salda de gerência	
Gráfico 6 Evolução da despesa paga	122
Gráfico 7 Evolução da despesa	123
Gráfico 8 Evolução da despesa paga (corrente vs capital)	
Gráfico 9 Evolução da despesa efetiva e não efetiva paga	129
Gráfico 12 - Evolução da poupança corrente	138
Crático 17 - Evolução de divido do porto prozo	150



I – INTRODUÇÃO



I - INTRODUÇÃO

No cumprimento dos preceitos legais, apresenta-se o presente relatório da prestação de contas de 2022.

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e da Lei do Enquadramento Orçamental (LEC), aprovada pela Lei n.º 191/2015, de 11 de setembro, apresenta uma nova visão de prestação de contas, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, quer a nível interno quer a nível internacional O foco está cada vez mais no reporte de informação útil, que reflita, de forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades oúblicas e obviamente nas necessidades sentidas pelos utilizadores.

O normativo contabilistico é constituido pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão. A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorização do processo orçamental. A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, que permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos se serviços a prestar aos cidadãos.

A Prestação de Contas do Município do ano 2022 foi elaborada de acordo com o normativo contabilistico o SNC-AP, que entrou em vigor para as Autarquias Locais no dia 01 de janeiro de 2020.

Os procedimentos inerentes aos registos contabilisticos relativos à gestão económico-financeira da administração local estão devidamente previstos nas disposições legais, obedecendo qualquer ato de gestão da atividade financeira das



autarquias locais a normas e principios constantes no respetivo enquadramento jurídico em vigor.

De referir que não se encontra estabelecido um periodo de transição para a implementação do SNC-AP mas sim um pressuposto de que ajustamentos de transição devem ocorrer no primeiro ano de adoção do Sistema de normalização contabilística.

Não obstante, a International Public Sector Accounting Standard (iPSAS) 33 - First Time Adoption of Accrual Bosis, prevê que, em certas circumstâncias de complexidade, o processo de transição poderá ter uma duração de até três anos.

Este relatório tem, assim, por objetivos:

- Explicitar os níveis de execução conseguidos, referenciando-os aos aspetos mais relevantes do desempenho da atividade financeira municipal;
- Proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição econômica, finançeira e dos fluxos de caixa;
- III. Facultar informação credível para as entidades externas e para a preparação das contas de acordo com o sistema europeu das contas nacionais e regionais;
- IV. Obter maior controlo financeiro, da legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos

٧

Acrescerá ainda referir que foram utilizados mapas e quadros, que rão permitir uma análise financeira e patrimonial de um ponto de vista dinâmico, justificando-se as variações de dotações, das disponibilidades e integrando-as na apreciação global das contas.

A consolidação de contas do Município da Povoa de Lanhoso será apresentada separadamente, fazendo parte do perímetro de consolidação o Município e a empresa subsidiária EPAVE.

As contas do Município foram auditadas por um Revisor Oficial de Contas.



A IPSAS 33 prevé ad cionalmente a possibilidade de haver um período de transição mais alargado, até 3 anos, para matérias mais complexas, sem que as mesmas comportem qualquer incumprimento face ao previsto no normativo, por se encontrarem devidamente justificadas face a tal complexidade e à impossibilidade de implementação efetiva no período que iniciou a 1 de janeiro de 2020, data da adoção pela primeira vez do SNÇ-AP.

O Município da Póvoa de Lanhoso aplicou a prorrogativa do período mais alargado de transição para as seguintes situações:

- Aplicação das alterações de reconhecimento e de mensuração dos ativos fixos tangiveis de concessão, tal como referido no ponto seguinte;
- Aplicação da NCP 4 Acordos de Concessão de Serviços: Concedente, no que respeita ao contrato de concessão celebrado entre o Municipio da Póvoa de Lanhoso e a EDP Distribuição, S.A., por manifesta falta de informação acerca do valor dos ativos e dos passivos a reconhecer e que dependem de informação do próprio concessionário;
- Aplicação da NCP 27 Contabilidade de Gestão, por não ter sido exequivel proceder
 à implementação integral do modelo de contabilidade de gestão, em conjunto com
 os sistemas de informação, a fim de ser proporcionada a informação requerida,
 designadamente para apresentação no Relatório de Gestão, e
- Aplicação da NCP 25 Relato por Segmentos, pelo facto de ainda não se encontrar
 adequadamente implementado o sistema de informação que proporcione
 informação fiável relativamente aos segmentos, situação que resulta igualmente do
 processo de implementação da Contabilidade de Gestão e cujas limitações já foram
 anteriormente apresentadas.

Noto: Os valores unitários constantes nos mapas e quadros encontram-se expressos em <u>unidades de euros</u>.



Índice

I - INTRODUÇÃO	61
II - ANÁLISE ORÇAMENTAL	66
2 1. RECEITA	69
2 2. DESPESA	78
2.3. Resultado orçamental	92
2.4. Principais indicadores orçamentais	,, 95
III - ANÁLISE ECONÔMICA-FINANCEIRA	97
3.1. Balanço	97
3.2. Demonstração de resultados	100
3.3. Indicadores económico-financeiros	103
3.4 Endividamento municipal	104
3.5. Contabilidade de gestão	107
3.6. Declarações previstas na LCPA	108
3 7. Outras divulgações	108
IV - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	112
-	
Índice de Quadros	
Índice de Quadros Quadro 1 - Execução do orçamento da receita	66
Quadro 1 - Execução do orçamento da receita	67
Quadro 1 - Execução do orçamento da receita	67 7D
Quadro 1 - Execução do orçamento da receita	67 7D
Quadro 1 - Execução do orçamento da receita Quadro 2 - Execução do orçamento da despesa Quadro 3 - Evolução da Receita Quadro 4 - Evolução da receita própria	67 70 71
Quadro 1 - Execução do orçamento da receita Quadro 2 - Execução do orçamento da despesa Quadro 3 - Evolução da Receita Quadro 4 - Evolução da receita própria Quadro 5 - Evolução da receita própria proveniente de impostos e taxas	67 70 71 72
Quadro 1 - Execução do orçamento da receita Quadro 2 - Execução do orçamento da despesa Quadro 3 - Evolução da Receita Quadro 4 - Evolução da receita própria Quadro 5 - Evolução da receita própria proveniente de impostos e taxas Quadro 6 - Evolução das transferências obtidas	6770717274
Quadro 1 - Execução do orçamento da receita Quadro 2 - Execução do orçamento da despesa Quadro 3 - Evolução da Receita Quadro 4 - Evolução da receita própria Quadro 5 - Evolução da receita própria proveniente de impostos e taxas Quadro 6 - Evolução das transferências obtidas Quadro 7 - Evolução participação comunitária em projetos cofinanciados	6771727475
Quadro 1 - Execução do orçamento da receita Quadro 2 - Execução do orçamento da despesa Quadro 3 - Evolução da Receita Quadro 4 - Evolução da receita própria Quadro 5 - Evolução da receita própria proveniente de impostos e taxas Quadro 6 - Evolução das transferências obtidas Quadro 7 - Evolução participação comunitária em projetos cofinanciados Quadro 8 - Financiamento bancário	677172747576
Quadro 1 - Execução do orçamento da receita Quadro 2 - Execução do orçamento da despesa Quadro 3 - Evolução da Receita Quadro 4 - Evolução da receita própria Quadro 5 - Evolução da receita própria proveniente de impostos e taxas Quadro 6 - Evolução das transferências obtidas Quadro 7 - Evolução participação comunitária em projetos cofinanciados Quadro 8 - Financiamento bancário Quadro 9 - Descrição dos empréstimos utilizados em 2020	67717274757676
Quadro 1 - Execução do orçamento da receita Quadro 2 - Execução do orçamento da despesa Quadro 3 - Evolução da Receita Quadro 4 - Evolução da receita própria Quadro 5 - Evolução da receita própria proveniente de impostos a taxas Quadro 6 - Evolução das transferências obtidas Quadro 7 - Evolução participação comunitária em projetos cofinanciados Quadro 8 - Financiamento bancário Quadro 9 - Descrição dos empréstimos utilizados em 2020. Quadro 10 - Evolução da despesa	67717475767676



II – ANÁLISE ORÇAMENTAL



II - ANÁLISE ORÇAMENTAL

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano do Município para 2022 foram elaboradas, segundo as normas contabilísticas em vigor, ou seja, pelo normativo contabilistico SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

A execução do orçamento no ano financeiro de 2022 foi desenvolvido e executado no respeito do equilíbrio orçamental, reportando-se a esta conta a execução de todas as receitas e despesas dentro do formalismo legal entretanto exigido, desenvolvendo-se de acordo com as regras contabilísticas fixadas pelo normativo legal – SNC-AP.

No ano de 2022 a receita cobrada atingiu cerca de 23,2 milhões de euros, verificando-se uma execução global da receita de 99,4% relativamente à receita corrigida.

O quadro 1 permite analisar, em detalhe, a receita orçamentada, a corrigida e a cobrada no ano de 2022.

	Orçamento	Orçamento	Execução da	Recelta
Designação	Receita	Corrigido	Receita	Taxa de
	01-01-2022	31-12-2022	Cobreda	Execução
Saldo da gerência [1]	0,00	1.329.684,81	1,329,684,81	100,0%
Receita Corrente	17.207.670,00	18.698.493,00	19.274.700,43	103,1%
Impostos diretos	3.905.569,00	3.905.569,00	4,341,383,53	111,2%
Taxas, multas e outras penalidades	1.324.624,00	1.324.624,00	1.441.287,93	108,8%
Rendimentos propriedade	609 902.00	609 902.00	627.336,91	102,9%
Transferências e subsidios correntes	9 071 130,00	10 463,468,00	10.405.852,39	99,4%
Venda bens e serviços	2.165.289,00	2 165 289,00	2,235,434,93	103,2%
Outras receitas correntes	131,156,00	229 641,00	223,404,74	97,3%
Receita de Capital	3.642.823,00	2.916.883,19	2.204.208,93	75,6%
Venda bens investimento	16.214,00	16 214,00	3,960,79	24,4%
Transferências a subsidios de capital	3.511.606,00	2 890 481,00	2,193,090,58	75,9%
Outras receitas de capital	115.002,00	4.632,00	1 599,04	34,5%
Rep. n/abatidas nos pagamentos	1,00	5,556,19	5.558,52	100,0%
Receita efetiva [2]	20.850,493,00	21,615,376,19	21.478.909,36	99,4%
Receita não efetiva [3]	254.507,00	385.839,00	374.694,75	97,1%
Receita com ativos financevos	3,00	3,00	0,00	0,0%
Receita com passivos financeiros	254,504,00	385 936 00	374.594,75	97,1%
Receita total [4]=[1]+[2]+[3]	21,105,000,00	23,331,000,00	23,183,188,92	99,4%

Quadro 1 - Execução do orçamento da receita



A receita corrente cobrada face à receita corrente inicial e a corrigida obteve, uma taxa de execução de 103%. Todas as rúbricas destas receitas obtiveram excelentes resultados, com especial destaque na rúbrica de impostos diretos que apresenta execução de 111% face à dotação previsional, as taxas, multas e outras penalidades com uma taxa de execução de 109%, as vendas de bens e serviços e os rendimentos de propriedade com uma taxa de execução de 103%, respetivamente. As restantes rúbricas, transferências e subsidios corrente e as outras receitas correntes, conseguirem obter uma taxa de execução muito próxima dos 100%.

A receita de capital cobraca aoresenta uma execução de 76% face à receita corrigida As rúbricas que se destacam pela positiva são as reposições não abatidas aos pagamentos com uma execução de 100%, mas cujo montante é materialmente insignificante, e a rúbrica de das transferências de capital, que se fixa nos 76% de execução. No que concerne às demais rúbricas os valores executados obtiveram taxas de execução bastantes baixas, mas o seu impacto financeiro é materialmente pouço significativo.

A receita ofetiva cobrada (215 m lhões de euros) apresenta uma taxa de execução do 99% e a receita não efetiva cobrada (375 milhares de euros) obteve uma taxa de execução na ordem dos 97%.

No quadro infra é apresentado a decomposição da despesa orçamentada, a corrigida e a paga.



Oπçamento	Orgamento	Execução da l	Despesa
Despesa	Corrigido	Despesa	Taxa de
01-01-2022	31-12-2022	Paga	Execução
14.624.934,00	17.202.019,36	15,755,339,61	91,6%
6.120.515,00	7.386,795,00	7.021.829,36	95,0%
5,974,028,00	6,878,699,36	5,978,240,14	86,9%
52.870,00	53.120,00	50.638,96	95,3%
2,426,501,00	2.784.705,00	2.614.164,38	93,9%
51.020,00	96,700,00	90.468,77	93,6%
5.713.042,00	5.361.956,64	4.237.507,90	79,0%
3.047.437,00	3.052.721,64	2.169.028,48	71,1%
2.550,600,00	2.295.600,00	2.054.925,00	89,5%
115,005,00	13.635,00	13,554,44	99,4%
20,337,976,00	22,563,976,00	19,992,847,51	88,6%
767.024,00	767.024,00	722.005,91	94,1%
3,00	3,00	0,00	0,0%
767.021,00	767 021,00	722.005,91	94,1%
21.105.000,00	23.331.000,00	20.714.853,42	88,8%
	Despesa 01-01-2022 14.624.934,00 6.120.515,00 5.974.028,00 2.426.501,00 51.020,00 5.713.042,00 3.047.437,00 2.550.600,00 115.005,00 20.337.976,00 767.024,00	Despesa Corrigido 01-01-2022 31-12-2022 14.624.934,00 17.202.019,36 6.120.515,00 7.368.795,00 5.974.028,00 6.878.699,36 52.870,00 53.120,00 2.426.501,00 2.784.705,00 51.020,00 96.700,00 5.713.042,00 5.361.956,84 3.047.437,00 3.052.721,64 2.550.600,00 2.295.600,00 115.005,00 13.635,00 20.337.978,00 22.563.978,00 767.024,00 767.024,00 767.021,00 767.021,00	Despesa Corrigido Despesa 01-01-2022 31-12-2022 Paga 14.624.934,00 17.202.019,36 15.755.339,61 6.120.515,00 7.368.795,00 7.021.829,36 5.974.028,00 6.878.699,36 5.978.240,14 52.870,00 53.120,00 50.638,98 2.426.501,00 2.784.705,00 2.614.164,38 51.020,00 96.700,00 90.468,77 5.713.042,00 5.361.956,84 4.237.507,90 3.047.437,00 3.052.721,64 2.169.028,48 2.550.600,00 2.295.600,00 2.054.925,00 115.005,00 13.635,00 13.554,44 20.337.976,00 22.563.976,00 19.992.847,51 767.024,00 767.024,00 722.005,91 3,00 3,00 0,00 767.021,00 722.005,91

Quadro 2 - Execução do orçamento da despesa

A despesa corrente paga apresenta uma execução que se fixou em 92%. Para este resultado contribuíram as rúbricas de despesas com pessoal e os juros é outros encargos (95%), as transferências e subsidios correntes e as outras despesas correntes (94%) e a aquisição de bens e serviços (87%). No computo geral as despesas com pessoal, transferências e subsidios correntes e a aquisição de bens e serviços, representam um total de despesa paga de 15,6 milhões de euros, representam 99% das despesas correntes e de 75% nas despesas totais pagas.

A despesa de capital paga regista uma execução de 79%. A rúprica que mais se evidência é a da aquisição de bens de capital, cujos pagamentos totalizaram aproximadamente 2,2 milhões de euros (taxa de execução de 71%) e a transferências e subsidios de capital cujo montante de despesa paga atingiu 2,1 milhões de euros, com uma taxa de execução de 90%.

A despesa efetiva paga no valor de 20 milhões de euros face ao total da despesa efetiva corrigida de 22,6 milhões de euros, apresenta uma execução de 89%. A despesa não



efetiva paga no valor de 722 milhares de euros, representa 94% de execução face à despesa não efetiva corrigida.

O total da despesa paga (aproximadamente 20,7 milhões de euros) face ao total da despesa corrigida (23,3 milhões de euros), apresenta uma taxa de execução de aproximadamente 89%



2.1. RECEITA

No gráfico n.º I pode verificar-se a evolução da receita cobrada nos últimos quatro anos.



Gráfico I - Evolução da receita

No próximo gráfico pode-se verificar a distribuição da receita no ano de 2022, por rúbricas gerais.

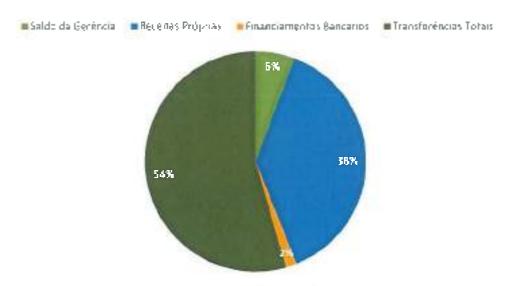


Gráfico 2 - Distribuição da receita

No fim do exercício de 2022 a receita total ascendeu aproximadamente aos 23,2 milhões de euros, correspondendo 12,6 milhões de euros a transferências (54%), 8,9



milhões de euros a receitas próprias (38%), 375 milhares de euros a financiamentos bancários (2%) e 1,3 milhões de euros a saldo transitado da gerência anterior (6%).

De seguida, faz se a análise de evolução da receita por grandes rúbricas.

	Execução Organismal de Receisa							
Designação	2022			2024			Mary W.	
er i en i Ministères.	Donação Comigida	Execução	% de Execução	Corrigida Corrigida	Execução	% de Execução	Ver. % 2022/2021	
Saido da gentinda [1]	1.323.584,81	1.329.484.61	100,0%	1,565 469,45	2.555.458,45	100,0%	(15,150)	
Receita Goerente	18,699,493,00	19,774,700,43	160,1%	15,340,756,00	16,368,766,04	109,0%	17,0%	
languaytas difetas	3 905 959,00	4 341 383 53	111,2%	4 649 643,00	4,049,840,86	100,0%	7.2%	
Tazas, multas e outras penalidades	1 324,624,00	1 441 287,90	108,6%	: 005 684,00	1,005,683,83	190,0%	43,3%	
Rendenentos propriedade	609 902.00	627 335 91	102.9%	770 082,00	770,086,34	100,0%	(18.5%)	
Transferências a subsídias comensas	10 463 468,00	10 405,852 19	99.4%	9.515.616.00	6,815,816,73	100,0%	20.9%	
Venda bens e serviços	2 165 289,00	2 235,434 93	169,2%	1.916.324.00	1,916,920,66	100,0%	16,7%	
Outras receitas comentes	229 841,00	223 404,74	97,3%	11,236,00	11,230,80	199,0%	1819,3%	
Receive de Capital	2.916,693,19	2 204 208,90	75,6%	3,191,716,65	1.842.531,27	52,4%	13,5%	
Venda bens investiments	16,214,00	3,980,79	24,4%	64,654,00	50,600,00	86,4%	(BJ B A)	
Transferêncies e subsidios de capital	2 890 481,00	2 193 090 58	75,5%	3 906 569.00	1875 446,27	82.4%	16,8%	
Outras recesas de capital	4,632,00	1,589,04	34.5%	18 003 65	0,05	0.0%		
Neo n'abatides r-os pagamentos	5 558 10	5 558,52	100,0%	2.485,00	2,486,00	100,0%	129.7%	
Receita efetira (2)	21,615,374,19	21.478.909,36	95,4%	19,400,400,06	18,311,294,31	\$4,0%	17,3%	
Receits não efetiva (3)	385,939,00	374,594,76	87,1%	2.004.730,88	1.839.315,19	81,8%	(37,1%)	
Recesa com ativos Ingaceiros	1.00	3.00	0,0%	3.00	0.00	0.0%		
Receita com passivos trianceros	385,936,00	374 584 75	97.1%	2 004,727,88	1.839.315.19	81,8%	(27,1%)	
Recote 10tal [4]=[1]+[2]+[3]	21,331,000,00	23 183 185,92	99,4	23,050,680,69	24,516,080,95	93,3%	7.7%	

Quadro 3 - Evolução da Receita

Comparativamente ao período homólogo, as receitas correntes cobradas registam um crescimento de 18%, superando a cobrança efetiva face ao ano de 2021 em 29 milhões de euros. As rúbricas que mais de destacam são nomeadamente as transferências e subsídios correntes, com uma variação positiva de 21%, representa em termos absolutos um incremento de 1,8 milhões de euros; as taxas, multas e outras penalidades com uma variação positiva na ordem dos 43%, encaixando-se mais 436 milhares de euros em comparação com o período homólogo, as vendas de bens e serviços e os impostos diretos, cuja variação positiva de 17% e 7%, representa um aumento de receita na ordem dos 319 milhares de euros e 292 milhares de euros, respetivamente.

A receita de capital cobrada evidencia igualmente um acréscimo (14%) face a 2021 (+ 262 milhares de euros), justificado essencialmente pela das transferências e subsidios



de capital, com um acréscimo de aproximadamente 17%, o que equivale em termos absolutos ao valor de 317 milhares de euros. Contrariamente ao ano de 2021, a venda de vens de investimento sofreu um decréscimo de cerca de 60 milhares de euros.

Destaca-se, ainda, a redução de 15% (- 236 milhares de euros) da receita referente ao saldo transitado, e o decrescimo de receitas com passivos financeiros face ao período homólogo na ordem dos 77% traduzindo uma diminuição de aproximadamente 1,3 milhões de euros.

2.1.1. Receita própria

Em 2022 a receita própria atingiu os 8,9 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo na ordem dos 14% face ao período homólogo.

Apresenta-se de seguida, a evolução da receita própria nos últimos quatro anos.

Receità Pròpria Cobrada	2019	2020	2021	2022	Var. 2022/2021				
Impósiós deciós	3 830.611,51	3 898,442,22	4.049 643,68	4,341,383,53	7,2%				
Taxas, multas e cuiras penalidades	944,327,67	914,953,80	1.005.663.83	1,441,287,93	43.3%				
Rendjmentos propriedade	609,822,76	609,046,10	770.086.34	627,336,91	(18.5%)				
Vanda bens e serviços/investimento	f 674.528,45	1 831.688,06	1.979.923,86	2,239,395,72	13 1%				
Outras receitas (corrente e capital)	101,477,81	90,481,95	13,715,60	230,552,30	1581,0%				
Total da Receita Propria	7.160.868,21	7.344.612,16	7.819.033,29	8,879.968,39	13,6%				

Quadro 4 - Evolução da receita própria

Destaca-se pela positiva um acréscimo na ordem dos 14% face ao ano 2021 e que representa em termos absolutos um encaixe a mais de 1,1 milhões de euros Contrariando as demais rúbricas em que se verificam em todas acréscimos comparativamente aos anos anteriores, a única rúbrica em que não se assiste a uma variação positiva é a de rendimentos de propriedade, não obstante o decréscimo na ordem dos 19% em termos monetários esta diminuição representa cerca de 143 milhares de euros, justificado pelo facto da a EPAVE apenas ter liquidado as rendas das instalações no mês de janeiro de 2023.



O acrescimo verificado has restantes rúbricas, justifica-se essencialmente pela retorna da economia no ambito situação provocada pela pandemia da doença COVID-19 e que teve grande enfoque em determinadas rúbricas pela contração económica sentida em especial no ano de 2020 e no primeiro semestre de 2021.

2019	2020	2021	2022	Var. 2022/2021
3.830.611,51	3.898.442,22	4.049.643,86	4.341.383,63	7,2%
2 457.314,05	2,449,823,48	2 424.993,50	2.310.353,32	(4,7%)
587,832,10	548,277,71	554 986,02	656.458,15	18.1%
795,455,36	898,480,32	1 069 664,14	1 375.572,08	28,G%
0.00	3,880,71	0.00	0,00	
944,327,67	914.963,80	1.005,683,83	1.441.287,93	43,3%
82,643,64	21,616,83	13 459,85	71.683.04	432,6%
189,425,24	Z39,359,22	249 579,98	308,497,38	23,6%
458.386,86	477,610,14	500,464,88	773.954,40	54,5%
190,427,41	149,421,97	225,464,46	260,000,60	14,8%
23 444,52	27,548,64	15,094,68	27,153,11	73,0%
4.774.939,18	4.813,396,02	5.056.307,49	5.782.671,46	14,4%
	3.830.811,51 2.467.314,05 587.832,10 795.455,38 0.00 944,327,67 82,643,64 189,425,24 458,395,86 190,427,41 23,444,52	3.830.611,51 3.898.442,22 2.467,314,05 2.449,823,48 587,832,10 548,277,71 795,456,36 898,480,32 0.00 3.860,71 844,327,67 914,963,60 82,643,64 21,616,83 189,425,24 239,359,22 458,386,86 477,010,14 190,427,41 149,421,97 23,444,52 27,548,64	3.830.811,51 3.898.442,22 4.049.843,88 2.467.314,05 2.449.823,48 2.424.993,50 587.832,10 548.277,71 554.988,02 795.455,38 698.480,32 1.069.664,14 0.00 3.880,71 0.00 944.327,67 914.963,80 1.005,683,83 82.643,64 21,616,83 13.459.85 189.425,24 239.358,22 249.579,98 458.385,86 477,010,14 500.464,88 190.427,41 149.421,97 226.464,48 23.444,52 27.548,64 15.694,66	3.830.811,51 3.898.442,22 4.049.843,88 4.341.383,53 2.467.314,05 2.449.823,48 2.424.998,50 2.310.353,32 587.832,10 548.277,71 554.986,02 655.458,15 795.455,38 698.480,32 1.069.664,14 1.375.572,68 0.00 3.880,71 0.00 0.00 944.327,67 914.963,80 1.005.683,83 1.441.287,93 82.643,64 21.616,83 13.459.85 71.683.04 189.425,24 239.358,22 249.579.98 308.497,38 458.385,86 477.010,14 500.464,88 773.954,40 190.427,41 149.421,97 226.464,46 260.000,60 23.444.52 27.548,64 16.094,66 27.153,11

Quadro 5 - Evolução da receita própria proveniente de impostos e taxas

Nas receitas provenientes de impostos e taxas verifica-se um acréscimo de 34%, comparativamente ao registado no periodo homólogo, representando um diferencial de 727 milhares de euros.

As rúbricas que mais contribuíram, em termos relativos, para este acréscimo foram: mercados e feiras (+433%), multas e penalidades diversas (+73%), saneamento (+55%), o imposto municipal s/transmissões onerosas de imóveis (+29%) e loteamentos e obras (+24%), apresentando acréscimos mais ligeiros, temos as receitas provenientes das rúbricas, imposto único de circulação (+18%) e outras receitas (+15%).

Em contrapartida a única rúbrica orçamenta que apresentou decréscimo face a 2021, foi o IMT(-5%), representado uma quebra de receita de cerca de 115 milhares de euros.



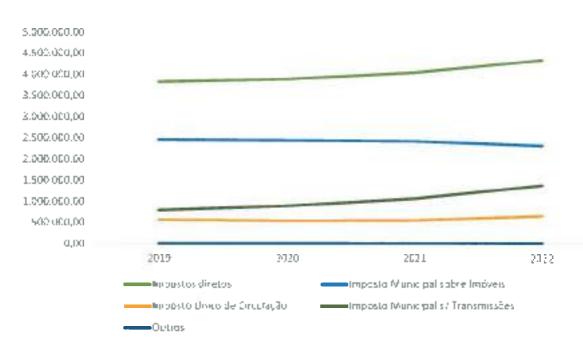


Gráfico 3 - Evolução dos impostos diretos

Este decréscimo no IMI deveise ao fato de se ter passado de uma taxa de 0,32% para a para a aplicação da taxa mínima (0.3%).

No que respeita à evolução dos impostos diretos verifica-se um gradual crescimento rios últimos anos. Crescimento este que assenta essencialmente no acréscimo das receitas provenientes do IMT, pois nos demais "tens o valor pouco tem oscilado no último quadriônio.

Comparando o ano 2019 a 2022, assiste-se a uma cobrança superior em cerca de 511 milhares de euros (+13%), com maior enfoque no IMT, cujo crescimento foi de 73% (+ 580 milhares de euros).

No que concerne à evolução de taxas, multas e outras penalidades, representadas no gráfico n.º 4 e quando comparado ao ano 2021, assiste-se a uma significativa variação positiva, tendo-se obtido um acréscimo na ordem dos 43%.

Todas as suas rúbricas, ultrapassaram o valor executado no ano anterior, o que representou um acréscimo de receita efetiva na ordem dos 436 milhares de euros. As rubricas que mais se destacam pela positiva são designadamente: mercados e feiras



(+433%) e o saneamento na ordem dos 55%, estes aumentos representam um acréscimo de receita de 58 e 274 milhares de euros, respetivamente. Nas taxas de loteamentos e obras também se assiste a um aumento muito relevante (+24%), o que representou um acréscimo desta receita no valor de 60 milhares de euros.

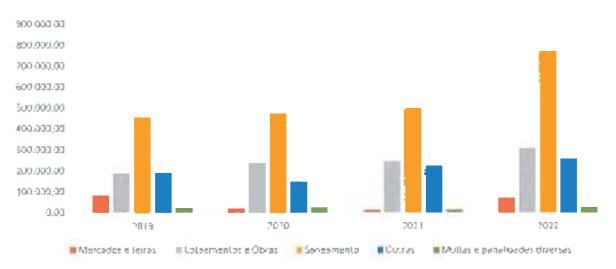


Gráfico 4 - Evolução de outras receitas próprias

2.1.2. Transferências obtidas

As transferências obtidas atingiram o valor de 12,6 milhões de euros em 2022. Quando comparado ao periodo homólogo, regista-se uma variação positiva na ordem dos 2.1 milhões de euros (+20%), justificado pelo acréscimo das transferências correntes (+21%), decorrente essencialmente do recebimento de 1,7 milhões de euros no âmbito das transferências de competências nas áreas de educação e ação social e da comparticipação comunitária em projetos (+82 milhares de euros). No que respeita às transferências provenientes do OE de 2022, verifica-se um decréscimo na ordem dos 120 milhares de euros (-1%).



2022	Var. 2022/2021
10.405.862,39	20,8%
10 179 615,19	20,1%
160 268 15	106,0%
59 509 07	15,4%
6.460,00	149,6%
2.193.090,56	16,9%
1 247,960,88	16,5%
945,129,70	17,4%
0.00	14
0,00	
12.698.942,97	20,1%
	12.698.942,97

Quadro 6 - Evolução das transferências obtidas

As transferências de capita apresentam igualmente um acréscimo, no montante de 317 milhares de euros, relativamente ao ano 2021. Esta situação justifica-se, essencialmente, pelo aumento da arrecadação de receita referente à comparticipação comunitária de projetos de investimento (+17%), o que representa em termos absolutos um encaixe de aproximadamente 140 milhares de euros, e em outros financiamentos um aumento de 220 milhares de euros, pois no que concerne às transferências do OE assiste-se a um decréscimo na ordem dos 76 milhares de euros (-7%).

Mais pormenorizadamente, apresenta-se, no quadro nº 7, a evolução dos fundos comunitários nos últimos dois anos.



Transforâncias	2021	2022	Var. 2022/2021
Transferências correntes			
Estado - participação comunitária em projetos co-financiados	77.787,00	160.268,13	106,0%
FEDER	25 734,68	4 483,39	(82,6%)
FSE	40 470,27	15,236,04	(62,4%)
FC	11 582,05	0,00	end
OUTROS	0,00	140,548,70	end.
Transferèncias de capital			
Estado - participação comunitária em projetos co-financiados	805.314,27	945,129,70	17,4%
FEDER	800,013,76	932 317,72	55,4%
FSE	106.536,45	12 811,88	(88,0%)
FC	98 764,06	OD,0	ind
OUTROS	0,00	0,00	-
Total	883.101.27	1.105.397,83	25,2%

Quadro 7 - Evolução participação comunitária em projetos cofinanciados

No global, assiste-se um acréscimo na ordem dos 25%, o que em termos absolutos representa um encaixe de + 222 milhares de euros



2.1.3. Financiamento bancário

No ano de 2022, o Município utilizou cerca de 375 milhares de euros de passivos financeiros. Verifica-se um decréscimo de 77%, relativamente ao período homólogo. O quadro n.º 8 permite avaliar a evolução da utilização de empréstimos de médio e longo prazo nos últimos anos.

Passivos Financeiros	2019	2020	2021	2022	Var. 2022/2021
Emprestimos a médio e longo prazo	1.084.273,88	1.785.040,82	1.539.315,19	374.584,75	(77,1%)
Sociedades Financeiras	971 507,31	1 725,707,29	1.279,044.06	374,594,75	(70,7%)
Administração Pública	112 656,57	59,333,33	360.271,13	03,0	(100,0%)

Quadro 8 - Financiamento bancário

Financiamento bancário/outros	Capital contratualizado	Capital utilizado 2022
Requalificação de ruas nas Freguesias do Concelho (CCAM)	1.438.000,00	298.887,62
Aquisição de Equipamentos (BPI)	90,000,00	75,707,13
Obras de Requalificação dos Edifícios Escolares (CCAM)	700 000,00	0,00
TOTAL		374.594,75

Quadro 9 - Descrição dos empréstimos utilizados em 2022



2.1.4. Saldo de gerência

O gráfico apresentado permite avaliar a evolução da integração do saído transitado da gerência dos últimos anos.

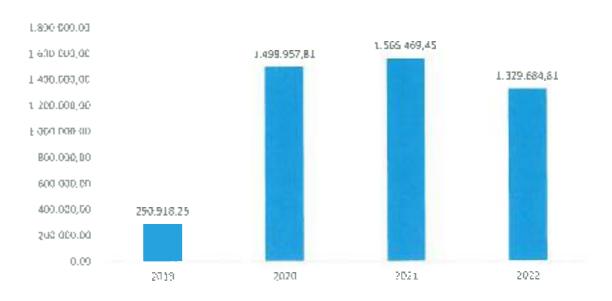


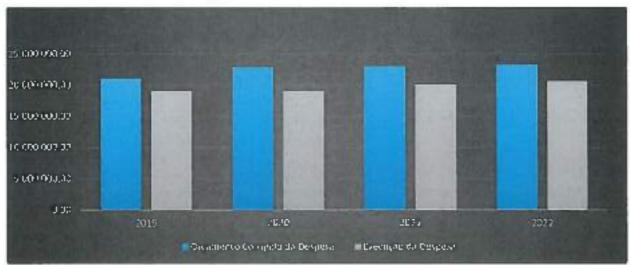
Gráfico 5 - Evolução do saldo de gerência



2.2. DESPESA

O ano de 2022 apresenta um total de despesa paga de 20,7 milhões de euros, representado 89% do total orçamentado (23,3 milhões de euros). Em relação ao ano anterior verifica-se um crescimento da despesa paga na ordem dos 528 milhares de euros.

Da análise ao gráfico n.º 6 verifica-se que a despesa tem vindo a aumentar de forma progressiva desde 2019 em que no ano de 2022 atinge o valor mais elevado do quadriénio.



Cráfico 6 - Evolução da despesa paga

No gráfico nº 7 encontram-se espelhados os valores da despesa orçada, comprometida, realizada e paga nos anos 2021/2022.

O total dos compromissos assumidos e não pagos, em 2022, alcançou cerca de 1.6 milhões de euros, dos quais cerca de 288 milhares euros encontram-se faturados e não pagos.



2.2.1. Despesa por natureza económica

Em 2022, a despesa corrente paga relativamente ao total orçamentado obtovo uma execução de 92% (15,8 milhões de euros), a despesa de capital 79% (4,2 milhões de euros) e a despesa não efetiva de 94% (722 milhares de euros).

A despesa efetiva paga apresenta o valor de 20 milhões de euros o que corresponde a cerca de 97% do total da despesa paga. Por sua vez a despesa não efetiva paga, apenas representa 3% da despesa total paga.



Gráfico 7 - Evolução da despesa

Comparativamente ao periodo homólogo, verifica-se aumento de 16% nas despesas correntes pagas (2,1 milhões de euros) e uma redução de 27% (-1,6 milhões de euros) na despesa de capital paga.

A variação nas despesas efetivas pagas é de 3% (526 milhares de euros), por sua vez as despesas não efetivas pagas apesentam uma ligeira variação positiva de 0,4% (cerca de 3 milhares de euros).



	Execução Organismo da Despesa								
Devignação		2022			Man III				
de algina, co	Ootação	Execução	ta de Execução	Detecto	Execução	% de Execução	2022-2021		
Вавраля Соглянся	17.202-019.36	15.756.339,61	91.6%	14.663.619,00	13,629,696,08	92,9%	15.6%		
Оверера сот резерта	7 384 795 00	7 021 129,36	95,0%	3,895,694,00	5 787 (67,73	95,2%	21.3%		
Aquisição de bena a serviços.	A 672,699.36	5,976,265,14	88,9%	6,078 029,00	5 017 738,78	87,5%	12.4%		
Juius a cultus encargus	55,120.00	50,535,96	95,3%	58 075,05	44,858,51	78.9%	12.8%		
Transferências a autorático comentes	2 764,705.00	2,614,164,36	93,9%	7,588 161,00	2 44 2,269,57	94,4%	7.6%		
Curious despenso comentes	95,700,00	90,465 [7	93,6%	45,172,00	37 445,41	82.5%	141,6%		
Despesa de Capital	6.361.958.64	4.237.807,90	29,0%	7,667,466,88	6,837,695,64	76,4%	[27,4%]		
Arp. Higáo baes car caphal	3.052.72164	2 166 025 46	79,159	4,654,060,89	3 182,941,30	68,4%	(81.9%)		
Transferências a publiciosa de capital	2 285 500,00	7 054 925 00	82,5%	2 801 195 00	2 553 410,47	91.2%	(19,5%)		
Cytein deposés de capital	12,815,00	13 554 44	69,4%	211,500,00	101 343,77	47.8%	(88,8%)		
Opspess elettes [1]	22.563.076,00	18 989,667,51	68,6%,	23.030.674,66	19.467 200,62	47,2%	2,7%		
Despesa não eletiva [2]	767.024.00	722,006,91	94,1%	729.405.00	719,195,52	39.9%	9.4%		
Airos franceiros	3.00	0.00	9.0%	3.00	0.00	0.0%	ind		
Passivos Inanceiros	787,02160	722 005 91	94,1%	720-003-00	799 195,52	99 9%	0.4%		
Despesa lotal (3)=(1)+(2)	25.531.000,00	20,714,853.42	48.8%	23.050.680,89	20.186.396,14	87,6%	2,6%		

Quadro 10 - Evolução da despesa

A despesa corrente paga em 2022, no montante de 15,8 milhões de euros, reporta-se essencialmente a pagamentos com despesas com pessoal (7 milhões de euros), aquisição de bens e serviços (6 milhões de euros) e transferências e subsid os correntes (2,6 milhões de euros).

A despesa de capital paga em 2022, no montante de 4,2 milhões de euros, diz respeito basicamente a pagamentos com a aquisição de bens de capital (2,2 milhões de euros) e transferência e subsídios de capital (2,1 milhões de euros).

No gráfico infra podemos observar a evolução da despesa corrente e de capital (inclui ativos e passivos financeiros), paga nos últimos quatro anos.



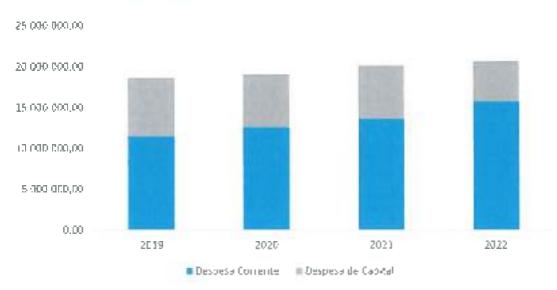


Gráfico B - Evolução da despesa paga (corrente vs capital)

No gráfico seguinte encontra-se registada a evolução da despesa efetiva e despesa não efetiva paga, nos últimos quatro anos.

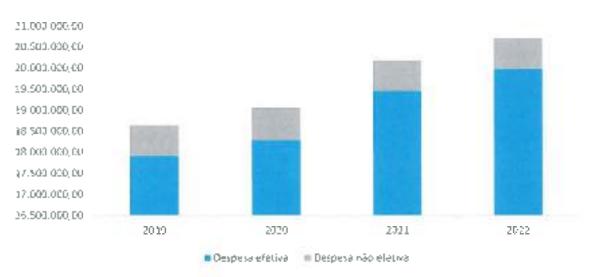


Gráfico 9 - Evolução da despesa efetiva e não efetiva paga.

Como se pode verificar no gráfico representado, a despesa não efetiva paga (ativos e passivos financeiros), apresentam um peso pouco significativo no global das despesas pagas.



2.2.2. Taxa de execução da despesa corrente e de capital

O ano de 2022 encerrou com um total de despesa orçada de 23,3 milhões de euros e despesa paga de 20,7 milhões de euros, obtendo-se uma taxa de execução de 89%.

A despesa corrente paga regista um nivel de execução superior à despesa de capital paga de 92% contra 81% (inclui ativos e passivos financeiros).

No que respeita às despesas correntes, as rúbricas de pessoal e juros e outros encargos e subsidios são as que representam maior taxa de execução, com 95% seguidas da de transferências com 94%.

Relativamento às despesas de capital, as rúbricas de outras despesas, passivos financeiros e de transferência e subsídios são as que apresentam maior taxa de execução, com 99%, 94% e 90%, respetivamente, como se pode confirmar no quadro seguinte.

	Execução Gryamental da Despesa									
Oesignação	Dota;30	Caltimento	% de cabrim	Compromeso	% de compe.	Obrigações	% de Naie.	Pago	% de pago	
Despesa Corrente	F.262.09,36	16,679,349,11	97,0%	16,462,961,86	95,7%	15,938,449,12	92,7%	15,755,339,69	91,6%	
Despesa com pessoal	7 358 795 00	7 123 941,39	36,6%	7,133,841,39	95,6%	7,133 051,63	95,5%	7,021,529,35	85.0%	
Aquisição de bane e serviçõe	6 678 699 36	6 675 389,30	97,0%	5,465,011,85	84,0%	6. 049 ,166,63	57,9%	5,97,9240,14	85.9%	
Juros e putros enclargas	53 120 00	50 636,96	95,3%	50,635,96	95,3%	50 538.96	95.3%	5DE38 96	95,3%	
Translei éncias e autosidos comentes	2 754 705 00	2777647,13	98,0%	2,727,647,13	98.0%	2,545,725,13	95,9%	2,614,164,38	50,9%	
Duras despesas correntes	96 700 00	91 722,33	94,9%	91,722,83	94.9%	90,466,77	93,6%	90,466,77	936%	
Despesa de Cepital	9.384.966,64	E.183.602.32	96,1%	1097,449,39	95,1%	4.342,749,07	81,0%	4,237,507,90	79,0%	
Aquesção bena de capital	3,052,721,84	2910 B18 92	95,4%	2 854 805 99	935%	2 265 704,63	74,2%	2, 69/028 46	71,1%	
Transferências e subsidios de capital	2.295 600,00	2,229,128,96	97 1%	7.22912896	97.1%	2 063,490,00	89.9%	2,054,925,00	89.5%	
Dutras despesas de capitar	13 635,00	13 554,44	99,4%	1365444	394%	13,554,44	99.4%	13,554,44	99.4%	
Despesa eletiva (5)	22,563,916,04	21.832.821.43	96.8%	2L55L451,45	95,6%	20,241,198,19	88,9%	19,192,047,51	89.6%	
Dosposa não elebva [7]	767,024,04	722,005,91	91.1%	722005.91	94.4%	122,005,91	94,1%	772,003.91	94,1%	
Alwas financeros	3,00	0.00	60%	0,00	0.0%	0.00	0.0%	0,00	0,0%	
Passwas financeres	761 021 00	772 005 91	94.1%	722 006.91	94,7%	722 006 91	94,1%	722 005;91	941%	
Despesa 1003 [3]=[1]+[2]	23,134,000,00	28.534.027,34	96.7%	22,288,456.96	25 57	21,003,204,10	90.0%	20,714,853,42	89,8%	

Quadro 11 - Execução da despesa



2.2.3. Despesa com pessoal

As despesas com o pessoal pagas no ano de 2022 atingiu o valor de 7 milhões de euros. face ao período homólogo verifica-se um acréscimo de 21%.

O acréscimo das despesas com o pessoal que se verifica ao longo dos últimos quatro anos, justifica-se essencialmente pelo descongelamento das carreiras na função pública, o aumento significativo do salário mínimo nacional e essencialmente pela transferência do pessoal não docente das escolas para a autarquia no âmbito de descentralização de competências na área da educação que se efetivou a 01 de abril de 2022, o qual representou cerca de 1,1 milhões de euros.

O quadro que se segue permite uma análise à evolução das despesas com o pessoal pagas ao longo dos últimos anos

	Execução Orçamental da Despesa							
Designação	2019	2020	2021	2022	%Var. 2022/2021			
Despesa com pessoal								
Remunerações certas e permanentes	3,783,656,85	4,072,053,56	4 359,009,94	5 421,483,82	24,4%			
Abonos variáveis ou eventuais	106 792 17	101.869,29	157,101,66	166,043,09	5.7%			
Segurança Social	1,052,390,81	1,223,974,59	1 271 056,24	1,434,302,45	12,8%			
Total	4.942.839,83	5.397.897,44	5,787,167,23	7,021,829,38	21,3%			

Quadro 12 - Evolução com despesas de pessoal

O valor desta rubrica não é comparável ao período homologo, justificado pela inclusão com início a O1 de abril de 2022, de 114 novos funcionários provenientes dos agrupamentos de escolas.



2.2.4. Despesa com aquisição de bens (correntes e de capital) e serviços

Em 2022 a despesa paga com aquisição de bens e serviços atingiu aproximadamente 6 milhões de euros, verificando-se um aumento de 12%, relativamente ao período homólogo. O peso da aquisição de bens neste capitulo representa 36% e a aquisição de serviços de 64%.

O quadro seguinte permite uma análise às rúbricas mais relevantes, bem como permite uma verificação a evolução das mesmas no último quadriénio.

	Execução Orçamental da Despesa								
Designação	2019	2020	2021	2022	%Ver. 2022/2021				
Aquirição de bens	1,376,439,24	1.797.190,72	1.090.455,44	2.181.272,05	8,6%				
Matérias-primas e subsidiárias	322,044,54	465.010,14	483 535.40	371,753,78	(23.1%)				
Combustives e lubrificantes	151,713,41	150,669,39	173,390,39	225,852,69	30,3%				
Mercadonas p/venda - Água	524,878,58	587,249,30	633.D14 64	665,885,8D	5,2%				
Outros bens	379,802,71	594 261,89	700 515 01	897 779,78	28,2%				
Aquisição de serviços	3.354.918,54	3.125.248,95	3.327.281,32	3.816.958,09	14,7%				
Encargos com instalações	319 257,88	272 787,26	276 478,25	364 020,05	38,9%				
Transportes	411 987,55	265 242,88	303,796,76	391,669,03	28,9%				
Outros trabalhos especializados	1.019.869,53	1.050.811,29	1.163.219.90	1.266.075.45	8.8%				
Outros serviços	1,603,803,58	1 526 407,52	1.583.785,41	1 775,203,56	12,1%				
Total	4.733.357,78	4.922.439,87	6,317,738,76	5.978.240,14	12,4%				

Quadro 13 - Evolução com despesas correntes de aquisição de bens e serviços

Face ao período homólogo verificam-se diversas alterações em determinadas rúbricas, que se justifica essencialmente pelos anos atípicos de 2020/2021 e aínda de 2022.

Com a pandemia assistiu-se inequivocamente a alterações de prioridades em que se cancelaram atividades culturais, educativas, sociais e se deu prioridade ao combate à pandemia, em que o valor por norma gasto nestas atividades foi alocado à aquisição de bens e serviços no âmbito da tuta contra a COVID-19. Por outro lado, em 2022, assiste-se a uma elevada taxa de inflação, justificada pela guerra na Europa (invasão da Rússia à Ucrânia em fevereiro de 2022) e que consequentemente teve impacto no aumento generalizado dos preços dos bens e serviços.



Um outro fator muito relevante que fez com que esta rúbrica sofresse aumentos bastante significativos, e para o qual não há comparação com os períodos hómólogos, está associado à descentralização de competências da ação social e educação.

Na rúbrica de aquisição de bens assistiu-se a um aumento muito significativo em aquisição de outros bens (+28%), bem como nos combustíveis e lubrificantes (+30%), reflexo do aumento do preço no gasóleo e gasolina.

No cómputo geral esta rúbrica de aquisição de bens verifica uma variação positiva na ordem dos 9% (* 170 milhares de euros), comparativamente ao ano 2021.

No que respeita à aquisição de serviços, destaca-se variação positiva face ao período homólogo em que se assiste a acréscimos nas rúbricas mais significativas, designadamente pelo aumento dos custos de energéticos, motivado pela retoma ainda que parcial das atividades nos equipamentos municipais como a piscina, instalações escolares, pavilhões e outros edifícios municipais. Este acréscimo também se fez sentir nos gastos com transportes e outras rúbricas orçamentais. Destaca-se também, aumentos substanciais nos gastos com o ambiente, em concreto no tratamento de águas residuais e tratamento de resíduos urbanos, bem como novos encargos do âmbito da descentralização de competências.

	Execução Orçamental da Despesa							
Designação	2019	2020	2021	2022	%Var. 2022/2021			
Aquisição de bens de Capital								
Terrenos	0.00	0,00	118,530,00	22,558,93	(81,0%)			
Habriacces	83.512,93	192 790,00	0,00	0,00	ind.			
Edificios	2.034.300.38	392 140,11	666.338,16	493,720,26	(25,9%)			
Construções diversas	15.109,73	13,460,45	5.648,59	37,297,18	560,3%			
Material de transporte	33,700,14	18,130 20	4,551,00	12,249,57	169,2%			
Outro equipamento	355 263,05	204 093,91	255,980,10	544,709,71	112,8%			
Bens de dominio público	3,177,905,87	3 387,453,06	2 131.893,45	1,058,492,83	(50,3%)			
Total	5,899,792,10	4.187.787,73	3,182,941,30	2,169,028,46	(31,9%)			

Quadro 14 - Evolução com despesas de capital de aquisição de bens

Em 2022 a despesa paga com aquisição de bens de capital foi de aproximadamente 7,2 milhões de euros. A redução de 32% quando comparado ao ano anterior, justifica-se pela delegação de competências nas freguesias para a execução de obras o cuja



dotação orçamental passa a ser executada via transferências de capital e ainda, pelo facto de se verificarem atrasos na execução de investimentos a serem financiados por empréstimos bançários e investimentos no âmbito de financiamentos comunitários.

2.2.4.1 - Fontes de financiamento de investimento

D	2019		2020		2021	I Declaration	2022	
Designação	Valor	7/4	Valor	76	Valor	%	Valor	.%
Emprestimos bandários	F 084 270.98	19.0%	1 785 040 92	42.6%	1 639 315 19	51 5%	374 594 75	17 3%
Transferências de capital	3 828 952.30	47.1%	1 927 295.02	46.0%	1 676 444,27	59.0%	2 193 000.56	191.1%
LEL	685 175.00	12.2%	725 770 00	17,3%	779 690 00	24 5%	787 559 00	35.4%
Art 05 " Lein "/3/2013	206 916 00	3.8%	257 509 00	6.1%	291 239 00	9,1%	227 855 00	10.5%
Fundos Externos	2 785 741.21	40.6%	909 026 59	21.7%	805 314,27	25,3%	945 129 70	43.8%
Outros	129 116 09	2.4%	34 989 43	0.8%	0.00	0.0%	252 535.88	11.6%
Outras repetes proprias	788 565 82	13.8%	475 422 09	11.4%	4332 820, 46	10.5%	-396 656 67	-18.4%
Total	5 689 792.70	100.0%	4 187 787.73	100.0%	3 182 941 30	100.0%	2 169 028.46	100.0%

Quadro 15 - Fontes de financiamento de Investimento

Os investimentos têm sido efetuados nos últimos anos com recurso a diversas fontes de financiamento. Pela análise do quadro supra, constata-se que continuam a ser as transferências de capital a maior fonte de financiamento dos investimentos (101%). Os empréstimos bancários financiaram 17% dos investimentos

O financiamento dos investimentos através das outras receitas próprias apresenta o valor mais baixo dos últimos anos, apresentando mesmo um valor negativo, significando que os investimentos efetuados foram financiados integralmente pelas transferências de capital e empréstimos bancários e o valor remanescente (399 milhares de euros) financiaram outras despesas de capital, designadamente pelo FEF e art.º 35 da Lei n.º 73/2013.





Gráfico 10 - Evolução do financiamento dos investimentos por receltas próprias

2.2.5. Despesa com transferências e subsídios

O pagamento das transferências e subsídios no ano de 2022 atingiu 4,7 milhões de euros, um decréscimo de cerca de 7% face ao período homólogo.

No quadro seguinte observa-se a evolução das transferências e subsidios por natureza pagos nos últimos quatro anos.

		Execução Or	çamental da Desj	pesa		
Designação	2019 2020		2021	2022	%Var. 2022/2021	
Transferências e aubsidios correntes	1.688.929,41	2.228.831,43	2.442.289,37	2.614.164.3B	7,0%	
Administração central	33 177.93	28,315.06	25,150,00	174.669.22	594,5%	
Administração local	612 248.48	704,068,51	965,951,60	961,315,39	1.5%	
instituições sem fins lucrativos	729 324,41	668,563,97	708 307,94	861,747,86	22,0%	
Familias	314 178 59	340,733,89	416 804,83	393,911,23	(5.5%)	
Subsidios - Empresas públicas	0.00	487.150,00	328.155,00	202,520,68	(38.3%)	
Transferências e subsiduos de capital	746.166.27	1,441,108,85	2.863.410,47	2.054.925,00	(19,5%)	
Administração central e outras	8 153,45	4,480,13	€,dD	0,00	ınd.	
Administração local	576,942,82	1,357,266,38	2 428 530,82	1,989 036,10	(18.1%)	
Inștituições sem fins lucrátivos	161,060,00	78.199,99	119,879,65	64,560,50	(46.1%)	
Familias	D/ 0 0	1.162,35	5.000,00	1.328,40	(73,4%)	
Total	2,435,085,68	3,669,940,28	4 995.879,84	4,669,089,38	(8,5%)	

Quadro 16 - Evolução com despesas de transferência e subsídios



Com exceção das transferências correntes para a Administração central e local e instituições sem fins lucrativos em que se assiste a um acréscimo, as restantes rúbricas assiste-se a um decréscimo quando comparado ao período homólogo. No cómputo geral, a transferência para a administração local sofre um decréscimo de 424 milhares de euros (-13%) e para as familias o valor de 27 milhares de euros (-7%), em comparação com o ano anterior.

O acréscimo de 595% (cerca de 150 milhares de euros) no valor das transferências correntes para a administração local, assenta no âmbito da delegação de algumas das novas competências da autarquia nas direções dos agrupamentos de escolas. Destacar se ainda, o acréscimo de 22% nas transferências correntes para as instituições.



2.2.6. Serviço da dívida

O serviço da divida do município apresenta um valor de 773 milhares de euros, em que os juros e outros encargos têm um peso de 7% (5) milhares de euros) e a amortização de capital 93% (722 milhares de euros). O impacto destes encargos no orçamento da despesa total paga é de apenas 4%.

Verifica-se uma variação positiva de apenas 1% do serviço da dívida face ao período homólogo. Esta evolução, que assenta essencialmente na amortização de capital, com 1 geiro acréscimo de 3 milhares de euros (+0,4%) e nos juros um acréscimo na ordem dos 13% face ao período anterior (+ 6 milhares de euros)

O gráfico que se segue permite avaliar a evolução do serviço da divida, pela sua natureza, no último quadriênio.

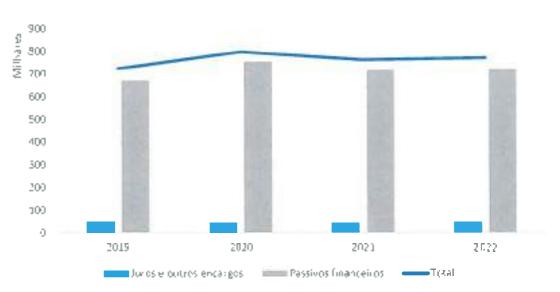


Gráfico II - Evolução do serviço da divida



2.2.7. Execução das grandes opções do plano (GOP'S)

No ano de 2022 o valor orçado para as GOP1S atingiu o valor de 13,2 milhões de euros, o que corresponde a 57% do valor da dotação orçamental da despesa. Como se pode analisar no quadro infra, o valor de execução das COPS foi de 11,5 milhões de euros, em que o PAM apresenta um valor de 8,9 milhões de euros e o PPI de 2,5 milhões de euros.

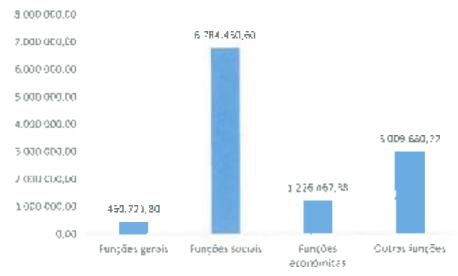
No computo geral, as atividades que mais verba absorveram das GOP'S foram designadamente, a educação (3,2 milhões de euros), as transferências (3 milhões de euros) com maior enfoque nas transferências para a administração pública, o ambiente (2,1 milhões de euros) e o ordenamento do território e transportes rodoviários (589 milhares de euros). Estas atividades apresentam um peso das GOP 'S de 28%, 26%, 18% e de 5%, respetivamente

0		PAPE .	PAM		PAN GÇPS				
Objectivos	Çırçado	Emprisor	1/4	Drgado	Emrução	%	Orçado	Enecução	16
I/ TAdministração Gerál	361,537,00	323,549,04	69 (0,00	0,00	-	361,837,00	223 548,04	89,4
17 I Seguránça e órden pública.	0,00	0,00	-	128,500,00	127 172,76	990	128,506,00	127,172,76	990
2 1 Engina rálo sypenor	177,389,00	127611,58	74,0	124,750,00	174 777,00	1000	347 11900	302 33868	87,1
2) 2 Serviços auxiliares de ensido	5.00	200	-	3518,500,00	2 856 926,92	946	3,018,500,00	2855 926 92	946
2.2.1 Sarviços de Saúde	500.00	150,00	36,0	27,000,00	25,818,56	956	27,500,00	25,990,56	94.5
2.2.2 Acção Social	0.00	200	-	212,100,00	164,680,62	176	212,100,00	164,680,62	77,6
2 4.1 Habitacán	46 000,00	9,00	0.0	0.00	0.00	_	46,000,00	000	0.0
2.4.2 Ordenamento do "sestorio	229 978.00	138 \$74,80	603	0.00	0.00	-	229.978.00	138,974,83	61,6
2.4.) Samamento	71 000,00	45/030	6.4	65/10000	657,078,67	100,0	728.150.00	661,588,99	919
2 4 4 Abasilacimento de Agua	67 910,00	49 003,92	70.6	659,400,00	665,383,80	95.5	707 57000	715,885.75	96,6
2 4.5 Resideos Sólicos	'2 050.00	11 454,47	第4	364 650 00	361,539,86	951	276,700,00	373,034,36	99.0
246 Proesgán M A e Cons Matur	133 802/01	307 828/42	922	15,000,00	10.217,18	681	343 802,00	318,04560	912
251 Cultura	553 375,00	470,217,07	&0	428 950 00	405,726,53	948	362 325,00	876.98260	413
252 Desporto, receso e later	122 481,01	112 879,90	35,0	255 500,00	239,123,30	922	574,981,00	352,00£ 60	628
32 Émerja	122 800,00	224 596.95	97.5	428465.00	23511561	55,1	76: 205,00	560 716 62	72,7
13 I Transportes rodovianes	951 897,00	449 664,32	80,0	0,00	0.00	-	961,897,00	40,651.27	80,0
2.4.1 Mercados e lexas	186 353.55	549 027,74	85,6	0.00	0.00	-	V66.05.000	149,027,74	856
142 Turbrio	5,000,00	0,00	Q D	0.00	4,00		5,000/26	0.00	00
251 Dyogs funções economicas	271 390,00	67 058,70	24,7	000	0,00	-	271 390,00	67 056,70	-
421 Translethous Acm Pública	0,00	0,00		2 062,900 00	2 894 295 49	94.5	3.052.900,00	2.894.859.49	PI 5
422 Transler Engas Adm. Privacias	0.00	0,00	-	265,500,01	115,280 73	43,3	256 500,00	115 260,73	(3,3
4.3 * Activos Financiares	3.00	000	d,Ď	0.99	2,00	-	330	0,00	0.0
4 3 2 Outras Despesas de Capital	0.00	0.00	_	0,00	0,00		0,00	0,00	
Total	1600 825,00	2,635,616,94	72,1	9,710,256,00	8,908,703,96	92,0	1121944000	11,471,320,00	85,8

Quadro 17 - Execução das grandes opções do plano







Cráfico 12 - Valor das COP'S por funções

Como se pode verificar são as funções socias que apresentam o valor mais significativo do total das COP 15 com um peso de 59% (6.8 milhões de euros).

Valor	%
450.721.60	3,9%
6,784,450,60	59,1%
1,226,467,38	10,7%
3.009.680,22	26,2%
11.471.320,00	100,0%
	450.721.60 6.784.450,60 1.226.467,38 3.009.680,22



2.2.8. Compromissos e responsabilidades para os anos seguintes

No quadro seguinte observam-se os compromissos assumidos e que implicam responsabilidades para anos futuros.

Designação	2023	2024	2025	2026	2027 e Seguintus
Despesa Corvanie	2.789.159.80	674,440,53	493.579,24	394.511,81	1.805.920,59
Despesa com pessoal	92,443,02	0.00	0,00	0.00	0.00
Aquisição de bana e serviços	1.813.541.33	390 644.87	273,906,51	255,054,89	1.464.045.07
Juros e culros encargos	137 797,58	124 (32 90	104 872,51	88,556,32	341.875,52
Transferências e subsidios correntes	745,377,87	189 862,78	114 900 22	50,000,60	0,00
Quiras desposas correntes	0.00	0,00	0,00	0,00	0.00
Despesas de Capital	613,389,90	11,068,31	7.380,00	0.00	0,00
Aquisição bens de capital	343,339,08	3,686,31	0.60	0,00	0,00
Transferências e subsidios de capital	470,050,82	7.38D GD	7.380,60	0,00	0,00
Ouvras despesas de capital	0,00	000	0.00	0,00	0,00
Despesa eletiva [1]	3,602,549,70	685,506,84	501,059,24	384.611,84	1.805.920,69
Despesa não efetiva (2)	850.813,21	934.110,84	917.629,84	690,178,99	3,569,796,17
Alwos financeiros	0,00	0,00	0.00	0,00	0.00
Passivos financejros	850.813,21	934,110,54	917 629,84	690,178,99	3,569,796,17
Despesa lotal [3]=[1]+[2]	4.453.362,91	1,619,617,38	1.418.689,08	1.084.790,80	5,375,716,76

Quadro 18 - Compromissos e responsabilidades anos seguintes

Como se pode verificar o ano que maior verba absorve referente a compromissos é o ano de 2023, com 32% do valor total.

Quando comparado ao período homólogo, verifica-se um decréscimo de 8% (-1,2 milhões de euros).



2.3. Resultado orçamental

No quadro seguinte observa-se a receita total cobrada e a despesa total paga no último quadriénio, bem como os respetivos saldos de gerência a incorporar no orçamento subsequente

2019	2020	2021	2022
20.152 044 08	20.639 033,24	21.516.080,95	23,183,188,92
16.652.086.27	19.073.563.79	20,186,395,14	20,714 853,42
1.499.957.81	1.585.469,45	1.329,684,81	2 468,335,50
	20.152 044 0B 18.652.086.27	20.152 044 08 20.639 033,24 16.652.086.27 19.073.563.79	20.152 044 08 20.639 033,24 21.516.080,95 18.652.086.27 19.073.563.79 20.186.396.14

Quadro 19 - Receita vs Despesa

Verifica-se um significativo aumento do saldo da gerência desde 2019, resultado de uma excelente execução orçamental da receita.

Em 2022, o saldo a transitar para gerência de 2022 é de 2,5 milhões de euros.

Resultado Orçamental	2022
Receite corrente cobrada	19 274 700,43
Despesa corrente paga	15,755 339,61
Poupança corrente	3.519.360,82
Receita capital cobrada	2 204.208,93
Despesa capital paga	4.237.507,90
Saldo de capital	-2.033.298,97
Receita efetiva cobrada	21 478 909,36
Despesa efetiva paga	19.992.847,51
Saldo efetivo	1.486.061,85
Receita não efetiva cobrada	374 594,75
Despesa não efetiva paga	722 005,91
Saldo não efetivo	-347.411,16
Receita total cobrada	21.853.504,11
Despesa total paga	20.714.853,42
Saldo da gerência anterior	1,329,684,81
Saldo orçamental	2.468.335,50

Quadro 20 - Resultado orçamental



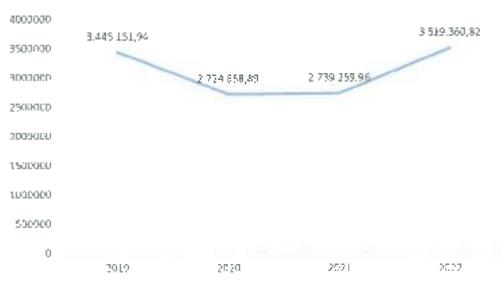


Gráfico 10 - Evolução da poupança corrente

Quando comparado com os últimos anos, o ano de 2022 apresenta-se como o período que apresenta um significativo acréscimo no que respeita à poupança corrente, face ao período homólogo.



2.3.1. Equilibrio Orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental previsto no artigo n.º 40, conjugado com o artigo n.º 83 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece que receita corrente cobrada bruta deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Ao analisar a execução orçamental de 2022, verifica-se que as receitas correntes não só financiaram as despesas correntes, como ainda se verifica um excedente de 2,8 milhões de euros.

Resultado Orçamental	2022
Receita corrente cobrada [1]	19.274.700,43
Despesa corrente paga [2]	15,755,339,61
Poupança corrente [3]≖[1]-[2]	3.519.360,82
Reforço despesas correntes via Saldo Geréncia	0,00
Amortização média dos empréstimos de médio a longo prazo [5]	737.751,89
Equilibrio Orçamental [6]=[3]+[4]-(5]	2.781.608,93

Quadro 21 - Controlo do cumprimento da regra do equilíbrio orçamental

¹ Demonstração da amort gação média dos empréstimos de médio e longo prazo encontra-se no mapa dos empréstimos que laz parte integrantes das demonstrações financeiras.



2.4. Principais indicadores orçamentais

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos principais indicadores orçamentais.

Indicadores Orçamentais de Estrutura	2022	2021
Da Receita		
Impostos diretos/Receitas correntes	22,5%	24,7%
Taxas, multas e ouhas penalidades/ Receitas correntes	7,5%	6,1%
Transferências correntes/Receilas correntes	54,0%	52,6%
Transferências capitat/Receitas capital	99,5%	96,6%
Passivos Financeiros/Receitas Iotais	1,6%	7.6%
Receita cobrada liquida / Previsões corrigidas	99,4%	93,3%
Receitas correntes/Receitas totais	83,1%	75,1%
Receitas de capital/Receitas totais	9.5%	9.0%
Receita efetiva cobrada/Receita total cobrada	92,6%	85,1%
Receita não efetiva cobrada/Receita total cobrada	1.6%	7.6%
Da Despesa		
Passoal/Despass comentes	44,6%	42.5%
Aquisição de bens e serviços/Despesas corrontos	37.9%	39.0%
Transferências e subsídios correntes/Despesas correntes	16.6%	17.9%
Aquisição de bans de investimento/Desposas de capital	51,2%	54,5%
Transferências de capita/Daspesas de capital	48,5%	43,7%
Passivos financeiros/Despesas totais	3.5%	3,6%
Despesa paga líquida/Dotações corrigidas	88.8%	87,6%
Despesas correntes/Despesas totais	76,1%	57,5%
Despesas de capital/Despesas totais	20.5%	28,9%
Despesa efetiva paga/Despesa total paga	98.5%	98,4%
Despesa não efetiva paga/Despesa total paga	3,5%	3,5%
Sajdo Corrente		
Recerta corrente - Despesa corrente	3.519.360.82	2,739 259,98
Saldo de Capitel		
Receita de capital - Despesa de capital	-2.033.298.97	-3.697.649.2
Saldo Primerio		
Receita efetiva - Despesa efetiva + Juros e outros encargos	1.538.700,81	-1.111.018,0
Saldo Giobal		
Receita eletiva - Despesa efetiva	1.486.061,85	-1.155.904.3
Grau de Realização des Liquidações		
Recabimentos / Liquidações	100.3%	99.1%
Grau de Execução das Obrigações		
Pagamentos / Obrigações	98,6%	99,7%
Capacidade Financeire		
Cobertura das despesas pelas receitas	111,9%	106,6%
Receitas próprias de funcionamento (receita total -	1	
transferências da UE - passivos financeiros)	21.703.196,34	18,993,664
	16,477,345,52	14.348.700/



III – ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA



III - ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, de acordo com a estrutura conceptual e as normas de contabilidade pública do SNC-AP.

De seguida iremos analisar o balanço a e demonstração de resultados.

3.3. Balanço

Em 2022 o ativo do Municipio atingiu os 76,7 milhões de euros, significando um aumento na ordem de 915 milhares de euros face ao período homólogo (1%).

Procede-se a uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

Componentes do Ativo	2022	2021	Var. 2022/2021		
Ativos fixos tangiveis	66.682.023,94	67.590.279,68	(1,3%)		
Propriedades de investimento	387,103,91	0,00	ind.		
Ativos fixos intangiveis	259,797,54	227 088,86	14,4%		
Participações financeiras	1.141.252,25	1.175.044,28	(2,9%)		
Outros ativos financeiros	8,36	8 36	0,0%		
Difermentos	2.506,95	0.00	ind.		
Aliyo não corrente	68.472.592,95	68.992,421,18	(0,8%)		
Inventários	190 023,72	197,401,45	(3,7%)		
Devedores pitranfile subsidios não reembolsáveis	574 710,33	428.414 34	34,1%		
Chentes, contribuintes e utentes	461.863,13	312 052.19	47 9%		
Estado e outros entes públicos	48 362,20	211 369,54	(77,1%)		
Outras contas a receber	3.310.808,37	3.094.532,09	7,0%		
Diferimentos	135,263,08	135 828,93	(0,4%)		
Çaixa e depósitos	3.460.732,86	2,367 598,23	45,2%		
Ativo corrente	8.181.583,70	6,747,196,77	21,3%		
Ativo total	76.654.276,65	75,739,617,95	1,2%		



Quadro 23 - Evolução do ativo

Os ativos fixos tangíveis representam 87% do total do ativo e registam um decréscimo de 908 milhares de euros

Esta diminuição justifica-se essencialmente pela reclassificação de ativos como propriedades de investimento e o aumento verificado em obras públicas e aquisição de bens, no âmbito de uma forte política de investimento público não foi suficiente para cobrir os gastos com a depreciação dos ativos.

Consequentemente o ativo não corrente regista ligeiro decréscimo (-0,8%) e representa 89% do ativo total.

Contrariando o decréscimo registado no ativo não corrente, o ativo corrente regista substancial acréscimo de 21% (1,4 milhões de euros), face ao período homólogo. Para este aumento contribuíram as disponibilidades com um acréscimo de 1,1 milhões de euros (+46%), as dividas de terceiros que na sua globalidade representam um acréscimo de 349 milhares de euros

As dividas de terceiros representam 56% do ativo corrente e 6% do total do ativo.

No que concerné ao passivo, o Municipio fechou o ano com um valor de 10,7 milhões de euros, em que passivo não corrente representa 61% e o passivo corrente 39%. O quadro que se apresenta em seguida, permite verificar a evolução dos passivos nas suas diversas rúbricas.



2022	2021	Var. 2022/2021		
101.876,09	101.878,09	0,0%		
5 397,422,67	5,830,310,28	(7,4%)		
80,016,88	107.031,48	(25,2%)		
990.224,52	1.035 282,33	(4,4%)		
6.569.542,16	7.074.602,18	(7,1%)		
25,945.10	53 202,10	(51.2%)		
28,697,98	41,579,99	(31.0%)		
124.086,78	0,00	ind.		
850.813,21	765.336,76	11,2%		
96 676,17	10.058,59	861,1%		
1,500 855,78	1.116.322,31	34,4%		
1.497 257,56	994.898,17	50,5%		
4.124,332,58	2,981,397,92	38,3%		
10.693.874,74	10.055.900,10	6,3%		
	101.876,09 5.397.422,67 80.016,88 990.224,52 6.569,542,16 25.945,10 26.697,98 124.086,78 850.813,21 96.676,17 1.500.855,78 1.497.257,56 4.124,332,58	101.878,09 101.878,09 5 397.422,67 5.830.310,28 80.016,88 107.031,48 990.224,52 1.035 282,33 6.569,542,16 7.074.502,18 25.945.10 53 202,10 28.697,98 41.579,99 124.086,78 0.00 850.813,21 765.336,76 96 676,17 10.056,59 1.500 855,78 1.116.322,31 1.497 257,56 994.898,17 4.124,332,58 2.981,397,92		

Quadro 24 - Evolução do passivo

Face ao periodo homólogo, o total do passivo teve uma variação positiva de 6%, que resulta essencialmente do aumento nos diferimentos e das outras contas a pagai.

As rúbricas de fornecedores c/c e de investimento assiste um acréscimo de 74 milhares de euros.

Contrariamente ao verificado em anos anteriores, assiste-se a uma diminuição no passivo não corrente na ordem dos 505 milhares de euros (- 7%), em contrapartida, o passivo corrente verifica um significativo acréscimo de 1,1 milhão de euros (+38%). As rúbricas que mais contribuiram para este aumento, respeita a diferimentos com um acréscimo de 502 milhares de euros (+51%) e as outras contas a pagar com 385 milhares de euros (+34%).



Os fundos próprios do Municipio passam a totalizar 66 milhões de euros, traduzindo um acréscimo de aproximadamente 0,4% face ao ano 2021.

Componentes do Património Líquido	2022	2021	Vac. 2022/2021	
Património/Capital	41.139.878,22	41.119.678,22	0,0%	
Reservas	1,594,185,94	1.594.185,94	0,0%	
Resultados transitados	6 368.311,49	7 526 737,74	(15,4%)	
Ajustamentos em ativos financeiros	277.386,78	313,424,08	(11,5%)	
Outras variações no patrimônio líquido	17.237.153.78	15 319,671,25	5.6%	
Resultado tíquido do período	(636.504,30)	(1.190.179,36)	(46,5%)	
Total do patrimônio tiquido	65,960,401,91	65.683.717,85	0,4%	

Quadro 25 - Evolução do património líquido

O acréscimo de 277 milhares de euros face ao ano anterior é consequência essencialmente da melhoria do resultado liquido do período e das outras variações no património líquido que compensam o decréscimo nos resultados transitados

A variação dos resultados transitados resulta da contabilização da aplicação do resultado líquido negativo do periodo anterior (1.190,179 euros) e do reconhecimento de ativos que se encontravam omissos no património municipal (31,753 euros).



3.2. Demonstração de resultados

O resultado liquido no presente ano é negativo na ordem de 637 milhares de euros, consequência em larga medida pelo acréscimo verificados nos gastos e cujos rendimentos não acompanharam.

Os rendimentos no ano 2022 foram de 21,3 milhões de euros para um nível de gastos de 21,9 milhões de euros, verificando-se face ao periodo homólogo uma variação positiva de 18% nos rendimentos e de 14% nos gastos.

Efetuando uma análise aos gastos de 2022 podemos concluir que houve um aumento de 2,7 milhões de euros face a 2021.

Para facilitar a análise dos resultados os rendimentos e gatos foram analisados separadamente tendo em conta as variações em relação ao período homólogo.

Gastos	2022	2021	Var. 2022/2021
Transferências e subsidios correntes concedidos	3,236,685,53	3 034,499,22	6,7%
Custo des mercadories vendides e matérias consumides	880 537,23	957,838,12	-6,1%
Fornecimentos e serviços externos	5 657 405,88	4 768,685,92	18,5%
Gastos com pessoal	7 019 170,31	5.622,251,00	24,8%
Gastos de depreciação e amortização	4 568 870,06	4 590,580,27	-0,5%
Perdas por Impandade	113 184,24	141.080,29	-19,8%
Provisões do periodo	0,00	0,00	ind.
Outros gastos e perdas	413,822,34	56 .967,27	626,4%
Gastos e perdas por juros e outros encargos	60,609,40	45,994,59	31,8%
Total	21.950,484,99	19,217,896,68	14,2%

Quadro 26 - Evolução dos gastos

A rúbrica de gastos em que se verifica maior acréscimo foram os gastos com o pessoal. Este substancial aumento justifica-se designadamente pela descentralização de competências na área da educação, em que o pessoal não docente integrou o quadro de pessoal da autarquia com efeitos a 01 de abril de 2022.



Inerentemente esta descentralização do competências, implicou acréscimos significativos nas rúbricas de fornecimentos e serviços externos e transferências e subsídios correntes. Não é possível estabelecer um padrão de comparação com o período homologo nestas rubricas, pelo facto de esta nova competência incrementa uma nova dinâmica em toda a atividade do Município.

No que concerne aos outros gastos e perdas verifica-se um substancial acréscimo, na ordem dos 357 milhares de euros, quando comparado com o exercício de 2021, justificado pela contabilização da anulação de divida incobrável no valor de 295 milhares de euros e pagamento de indemnização.

A rúbrica de gastos e perdas por juros e outros encargos verifica igualmente um acrescimo face ao periodo homólogo, just ficado pelo aumento das taxas de juros por via do indexante Eur bor.

Não obstante se ter verificado acréscimos significativos em quase todas as componentes dos gastos, há que também referir um impacto muito significativo pelo aumento generalizado dos preços por via da alta taxa de inflação atualmente que se verifica

De seguida, passamos para a análise dos rendimentos de 2022 e à sua evolução face ao período anterior.

Rendimentos	2022	2021	Var. 2022/2021
Impostos contribuições e táxás	5.043.317,64	4.504.4D5,55	12,0%
Vendas	1,011,558,84	996,978,86	1,5%
Prestação de serviços e concessões	2.077,438,14	1.482.440,34	40,1%
Trabalhos para a própria entidade	261.071,87	253,307,67	3,1%
Transferências e subaldios correntes obtidos	10.614.778,13	8.573.615,63	23.8%
Reversões	324 282,52	43 115,28	652,1%
Outros rendimentos	1.979.352,28	2.011 701,49	-1,6%
Juros, dividendos e loutros rendimentos similares	2.181,27	162 152,50	-98.7%
Total	21.313.980,69	18.027.717,32	18,2%

Quadro 27 - Evolução dos rendimentos



Os impostos, contribuições e taxas representam 24% dos rendimentos totais e verificaram um acrescimo de 539 milhares de euros face ao ano anterior. Este aumento justifica-se em maior ênfase na rúbrica do (MT.

A rública que maior peso nos rengimentos são as transferências e subsidios correntes obtidos, representa 50% dos rendimentos totais, destacando-se um acréscimo do 2 milhões de euros face ao período homólogo. Deste valor, o fundo de financiamento da descentralização de competências representa 16% das transferências correntes sendo responsável pelo aumento de 85% face ao período homologo.

Nas rúbricas de vendas e prestação de serviços verifica-se uma variação positiva na ordem dos 595 milhares de euros, sinónimo da retorna da economia, face ao ano de 2021.

A rúbrica onde se verifica um substancial acréscimo, é a da reversão das imparidades (281 milhares de euros), não sendo comparável ao ano 2021, pelo facto de ter sido anulada pívida incobrável.

Uma outra rúbrica cujo resultado não pode ser comparado pela diminuição fáce ao ano anterior, são os juros, dividendos e outros rendimentos similares, pelo facto de no presente ano não se ter verificado recedimentos de dividendos por parte da EPAVE (no ano de 2020 foram contabilizados 160 mill euros).



3.3. Indicadores económico-financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas, agrupamentos do contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração de resultados, permitindo quantificar factos, detetar anomalias e efetuar comparações entre periodos. Destacamse os principais indicadores económico-financeiros.

Indicadores económico-financeiros	2022	2021
Autonomia Financeira		
Patriménio Elquido / Ativo	86,0%	86,7%
Solvabliidade		
Património Líquido / Passivo	616,8%	653.2%
Endividamento		
Passivo / Ativo	14,0%	13,3%
Liquidez Geral		
Ativo corrente (ou CP) / Passivo corrente (ou CP)	198,4%	226.3%
Liquidez Reduzida		
Ativo corrente - Inventários / Passivo Corrente (ou CP)	193.8%	219,7%
Liquidez Imediata		
Disponibilidades/ Passivo Corrente (ou CP)	83 9%	79,4%
Rentabilidade do Património Liquido (RPL)		
Resultados Liquidos / Património Líquido * 100	(96,5%)	(161,2%)
Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)		
Resultados Operacionais (EBIT) / Ativo * 100	(75,4%)	(172,5%)

Quadro 28 - Evolução dos indicadores económico-financeiros

Venficam-se melhoria substancial no grau de liquidez imediata, pois no que respeita aos indicadores associados à rentabilidade e grau de cobertura dos gastos financeiros assiste-se a variações negativas, quando comparados ao ano 2021.

Nos demais indicadores não se assiste a alterações muito significativas face ao período anterior.



3.4 Endividamento municipal

A crescente intervenção social exigida aos municípios, devido não só ao alargamento oas suas competências e atribuições, aliada a uma major capacidade interventiva no desenvolvimento do concelho com o objetivo de proporcionar melhores condições sociais, culturais, desportivas e de lazer, fizeram com que o encividamento autárquico comoçasse a ser utilizado como recurso alternativo à insuficiência de recursos próprios

O quadro seguinte permite verificar a evolução da divida municipal nos últimos quatro anos, excluindo diferimentos e acréscimos de gastos.

Oesignação	2019	2020	2021	2022
Dividas de médio e longo prazó [1]	4.445 304.67	5 599,835,90	6.885.592,61	6.387.647.19
Olvidas de curto prazo [2]	1.895.801,11	1.160.583,92	938.358,97	1.259.993.01
Divide (otal [3]= [1]+[2]	6.341.105,78	6.760.420,82	7.803.951,58	7.647.540,20
Taxa de crescimento (%)	-8,2%	6,6%	15,4%	-2,0%

Quadro 29 - Evolução da dívida

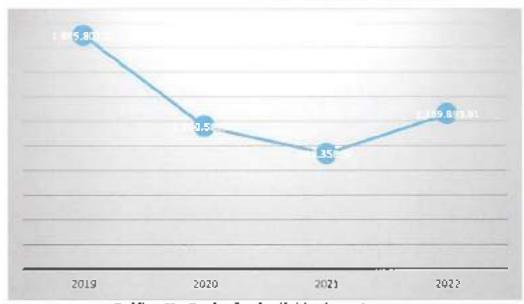


Gráfico II - Evolução da dívida de curto prazo

Os limites ao endividamento são regulados pelo artigo 52º da Lei 73/2013, de 03 de setembro (RFALEI), que impõe que o montante da divida total de operações



orçamentais do Município, incluindo as entidades participadas relativamente às quais se verifique controlo ou presunção de controlo, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente liquida cobrada nos três exércícios anteriores.

Dispõe ainda a alinea b) do n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 73/2013, de 3 do sotombro, que os municípios que cumpram os limites de endividamento, só podem aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no inicio de cada um dos exercícios.

Demonstração da capacidade de endividamento do Municipio para o ano de 7022, assim como o cumprimento do limite da dívida imposta pelo RFALEI.

Divida total da autarquia que releva para os limites de endividamento:

Designação	Valor
Total receits cobrada nos tiltimos 3 anos	46.534.438,19
	14 904.201.78
Receits corrente cobrada em 2021	16.363,765,04
Madia da receita	15.544.812.73
1.5 vezas a média da receita corrente liquida cobrada nos últimos 3 anos	Z3.347.219,10

Margam dispendent per sullage a sullage a		40Cm Herb		9,709,818,64 3,420,744,06	
bianda da Divide Total a 31/32/3001		419 = 0 +430		9,709,819,4u	
Marjem Utilisfred	1109-1977 2875		3.401 824.82		3 405 508 66
Margern Absoluta	(SH1)거리		6.309.095,02 17.009.124,38 3.40,1824.82		8 289,175,78 17 028 043,32 3 405 FOR 66
Divide Total excluindo não orgamentais, capasi excedenado e 6400	(8pc (8F15) 45H71				
FAIM	ΙĿ		00'0		00'0
Capital	≆	Q1-01-2022	532.271,13	31-12-2022	\$19.040,38
Directs rise organicated	151		1,037,913,42		992 387 36
Divide Total	1414214CH		74,327,39 7,876,279,57		7 800 613,49
Contribuição SEL	6		74,327.99		7.647.540.20 153.073.29 7.800.613,49
Formela divide Contribuição a tercemos SEL	я		7,800,951,58		7.647.540.20
C.mcta	22		7,800.951.58	46-21 F-678, 10	

Quadro 30 - Limite de divida total

O Município não só cumpre integralmente os fimites do endividamento, como apenas utilizou 64% da sua capacidade do endividamento, ficando uma margem por utilizar de 3,4 milhões de euros.



3.5. Contabilidade de gestão

A gestão eficiente, eficaz e com qualidade imposta no Sistema de Normalização Contabilistica para as Administrações Públicas, requer obrigatoriamente informação obtida no Sistema de Contabilidade de Gestão. Não é a sua obrigatoriadade, mas a possibilidade de apoiar a gestão adequada dos processos internos ou nas diferentes fases de formação dos custos, que impõe a implementação deste sistema contabilístico.

A NCP 27 tem como objetivo "estabelecer as bases para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas" (NCP27, ponto 3), reforçando a tónica, de que, este sistema contabilístico deve ter em conta dois tipos de utilizadores, os internos (vertente interna) e os externos (vertente externa), salientando que, na primeira vertente pode apoiar os processos internos de gestão pública e na segurida, contribuir para os propósitos de responsabilização pela prestação de contas. Esta norma define os diferentes tipos de custos, bem como os sistemas de custeio e reforça que a informação produzida pela contabilidade de gestão se baseia nas características qualitativas gerais e nos constrangimentos da informação financeira definidos na Estrutura Concetual do SNC-AP (Fiabilidade, Oportunidade, Comparabilidade e Custo/beneficio).

No ponto dedicado ao Relatório de Gestão (ponto 34) a norma específica genericamente o que deve ser divulgado por cada bem, serviço ou atividade final e nos pontos, 35, 36 e 37, as especificidades relativas aos subsetores de ensino, saúde e autarquias locais, respetivamente.

Assim, de acordo com o ponto 34 da NCP 27, o Relatório de Gestão deve apresentar:

- Custos diretos e indiretos de cada bem, serviço e atividade;
- Rendimentos diretamente associados aos bens, serviços e atividades (se existirem),
- Custos totais do exercício económico e custo total acumulado de atividades, produtos ou serviços com duração plurianual, ou não coincidente com o exercício económico;



 Objetos de custo finais para os quais se determinou o custo total, os cotérios de imputação dos custos indiretos utilizados e os custos não incorporados".

Apesar do definido no SNC-AP, a contabilidade de gestão já se encontra completamente implementada não sendo, no entanto possível apresentar em tembo útil as divulgações exigidas pelo normativo para esta matéria. Apesar disso, entende-se que a informação constante do Relatório de Gestão cumpre globalmente a legislação aplicável, divulgando a informação necessária e adequada para a compreensão das Demonstrações Financeiras e das Demonstrações Orçamentais do Municipio.

3.6. Declarações previstas na LCPA

O Municipio beneficia da exclusão do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, (Lei dos compromissos e pagamentos em atraso - LCPA) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual, uma vez cumpriu o estipulado no n.º 5 do artigo 85.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, que aprova a Lei do Orçamento de Estado para 2022, ou seja, cumprimento dos limites ao endividamento municipal.

Considerando o exposto e atendendo à exclusão referenciada não nos encontramos vinculados à elaboração das declarações previstas nas alineas a) e b) do artigo 15.º da LCPA, designadamente:

- ✓ Declaração de compromissos plurianuais;
- Declaração de recebimentos e pagamentos em atraso.

3.7. Outras divulgações

Guerra na Europa

A invasão levada a cabo pela Rússia à Ucrânia no passado dia 24 de fevereiro de 2022, para além do impacto humanitário, está a provocar uma verdadeira avalanche nos preços dos compustiveis e matérias-primas, justificado entre outros aspetos, pela grande dependência energética da Europa designadamente das fontes de energia proveniente da Rússia.



O impacto desta Guerra, associada às fortes sanções económicas e financeira impostas pela generalidade dos países à Rússia, está a refletir-se nas economias de todo o Mundo, incluindo a de Portugal, levando à necessidade urgente da tomada de medidas pelo Governo de forma a atenuar o impacto brutal do aumento da taxa de inflação com consequência em toda a conjuntura económica que daí advém

O efeito deste conflito está e irá ter elevados impactos no decorrer do presente ano, não só a nivel humanitário, mas também económico e financeiro ao qual este município não será alhejo.

Dívidas ao Estado e à Segurança Social

Não existem dívidas em mora ao Estado, à Segurança Social, à Caixa Geral de Aposentações, nem a qualquer outro subsistema de segurança social ou organismo público.

Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Riscos de Mercado

(i) Risco de Taxa de Juro.

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a entidade está exposta ao risco de taxa de juro do Euro. O Município recorre a financiamentos externos no decurso da sua atividade, estando exposto ao risco de taxa de juro já que parte da dívida financeira do Município está indexada a taxas de juro de mercado.

(ii) Risco de Preço

A entidade está exposta ao risco de pregos das matérias-primas e serviços em geral.



Risco de Crédito

O risco de crédito, na entidade resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, contribuinte e utentes, relacionados com a atividade operacional.

A gestão de risco da entidade está estruturada has necessidados próprias das atividades da entidade tendo em constante consideração:

- Uma regular monitorização das contas de clientes, contribuintes e utentes;
- O recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquide**z** tem por objetivo garantir que, a todo o momento, o Município mantém a capacidade financeira para dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

- (i) Cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento;
- (ii) Carantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento da sua atividade.



IV - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS



IV - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o Resultado Líquido do exercicio negativo, no montante de 636 504,30€ (seiscentos e trinta e seis mil, quinhentos e quatro euros e trinta cêntimos), seja integra mente aplicado na conta 56 - Resultados transitados.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço



Balanço em 31 de dezembro de 2022

Municipio da Póvos de Lanhoso

municipio da Povos de Cannoso	'		Valores am euros
DUDDIDAD	NOTAS	DAT	
RUBRICAS	MICH NO.	31112/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente	4.4	0.000.000.00	67 590 279 88
Alivos fixos targeivais	2;5	387 103 91	
Propriedades de investimento	2;3	259 797 54	
Alivos inlangiveis Alivos hiplógicos	2,3	528 Lat 2m	22.00040
Investinentos financeros	18	1 141 252 25	1 175 044 26
Devedores por emprésamos bomilicados e subsidios reembolisêveis	'*	1 141 434 83	1 11 3 0 4 4 2 0
Acionistas / sócios / associados			
Diterments	23	2 506.95	0.00
Outros ativos financeiros	18	8.36	8.36
Abvos por impostos direndos			
		68 472 692.95	68 992 421,18
Ativo corrente			
Inventérios	10	190 023 72	197 401.45
Atmas biológicas			
(Tevedores por transerèncias e subsidios	-8	574 710.33	#28 41#,3 4
Devedores por empréstimos bonificacos e subsidios reembolsáveis Clientes, contribuirses e utentes	9 18	461 663 13	312 052 19
Estado e Outros Entes Público:	18	46 382 20	211 369 54
Aconistas / socios / associados	10	40 305 20	801 203 24
Cylras contas a receber	18	3 310 809.37	3 094 532 08
Diferimentos	23	135 263.09	
Ativos financeiros deudos para negociação	*-	(,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	153 555.53
Outros ativos financeiros			
Ativos não comentes detidos para venda			
Carxa e depúsilos	1,18	3 460 732 66	2 367 598 23
		\$ 131 583.70	6 747 196.77
Total do etivo	'I	76 554 275.65	75 739 617.95
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			i
Paidmonio / Capital	23	41 119 878.22	41 719 878 22
Ações (quotas) própries			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			4 504 455 54
Reservas	23	1 594 185 94 6 368 31 1 49	
Resultados	23	277 366 78	
Ajustamentos em staros financeiros Excedentes de revalorização		2// 400/0	\$13 224 08
Chilinas varnegiles no patrimònio liquido	23	17 237 183.7B	18 319 871 25
Resultedo liquido do período	23	636 504.30	
(Dividendos anlecipados			100 110.00
Interesses que não contrulam			
Total do património liquido	•	85 980 401.91	65 683 717.85
PASSIVO			
Passaivo não corrente			
Provisões	15	101 878.09	
Financiamentos oblidos	g:18;7	5 397 422.67	5 830 310 28
Fornecedores de investmentos			
Responsabilidades por beneficios pós-emprego	23	40.010.00	107.021.48
D4enmentos Pessivos por impostos dileridos	23	80 019.88	107 031.48
Outras contás a pagar	18	990 224 52	1 035 282 33
Ducias curias a pagar	100	6 569 542.16	
Passivo corrente		0 200 412.10	1 01- 002110
Credores por transferências e subsidios concedidos	18	25 945 10	53 202 10
Enmesenores	1 18	28 697 98	
Adianiamentos de clientes, contribuintes e utentes	18	000	
Estado e autros enles públicos	18	174 086 78	
Acignistas / sócios / associados			
Finenciamentos ohtros	6;18;7	850 813 21	
Fornecedores de investimentos	18	96 678 17	
Outras contas à pàgèr	18	1 500 855 78	l .
Drienmentos	23	1 497 257,56	994 896.17
Passavos financeiros dendos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		4 124 332.58	
Total do pasalyo	4	10 693 874.74	
Total de Património Liquido e Passivo	. 1	78 654 276.65	75 739 817.95





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demostração de resultados por natureza



Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2022

Municipio da Póvoa de Lanhose

		PERIO	alores em euros
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2022	2021
Impostes contributedes elfakas	14	5 343 317 64	4 504 405 55
Venoas	13	1 311 558.84	996 576.69
Prestação de serviços e concessões	4(6)13	2 077 498 14	1 487 440 34
Fransferências e subsieios correntes pobdos	14	10 814 778 13	8 573 615.63
Hendymento s'Gastos imputados de entidades controladas, associadas e emarcendimento conjuntos	18	2 265.25	181 774.49
Variações nos inventanos da produção			
Frata hos para a grópica enligade	5	261 071.87	253 207.67
Cueto des mercadorias vendidas e matérias consumidas	10 .	-880 537 2 3	-957 838.12
Fornesimentos e serviços externos	6:23	-£ 657 405 88	-4 768 685.92
Gaste com pessos	19	-7 819 170 31	-8 67X 251 BD
"ransferências e subsidios conceeides	23	2 735 558 92	-2 503 301.56
Prestações sociais	23	-50la 289 61	-531 197 68
Imparidade de inventarios (perdas/reversões)			
Impai dades de d'vidas a receper (perdas/reversões)	9:14	211 099 28	-121 920 53
Previsões (au mentos/reduções)	14 15		23 955.52
Impai dade de investimentos não depredáveis (la mortizaveis (perdasheversões) Aumentos / reduções de justo valor			
Outras rendimentos	13.14	1 977 087 02	1 989 927 GY
Outros gastos	23	-413 B22.34	-55 967.27
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	·	3 990 793.89	3 444 243 00
Gasios / Reversões de deprediação a amonização (mparidade de investimentos depreciáveis / amonizáveis (perdas / reversões)	315	4 595 870 06	-4 590 580 27
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	ıl l	-578 076.17	-1 146 337 27
Jurge e rapdimargos similares obtidos	73	2 (8) 27	2 152 50
Juros e gastos simitares suportados	7.13	-50 609.40	-45 994 59
Resultados antes de impostos		-636 504.30	-1 190 179.36
reposto spere e rendimente			
Resultado liquido do periodo		-636 504.30	-1 190 179.36

istina agril = 2015

Antops an

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração das alterações ao património

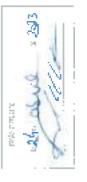


Demonstração das Albraçãos no Património Liquido em 31 de dezembro de 2022

۰	e	5
2	=	5
		•
۰	c	×
٠	a	١.
٠	•	•
		Ξ
٠	А	ı
		ī
-	-	a
á	٠	_
_		c
1	í	3
		_
	я	
×	e	3
	Ξ	:
	2	۰
•	ç	а
e	۱	
٩		•
ě		
	J	ς
		p
	Ξ	_
٠	Ç	3
	7	e
		ð
-	:	:
٨	۱	ē
		c
	Ŀ	
	=	3
-	í	í
3		

	-	1			Patriano	Abstract and explants to county described to continue to the county of the county and the county of	white non defer-	mistal de Pateiro	PO COUNTY TOWARD	to the marganet	words				
Dem chi (dec		Hotel	Captural Promoting Paragonian	Outros lastrumentos eo Parenciale Lapado	Reserves	Rommy to de compresso de una sémbado de attros	Overs	Randlador brandlador	Appartments are arts to from deleted	Exceptions de mande	Outres application no Preferrible Uspales	Resumede Mando do partodo	TOTAL	latyrygeas que wito control en	Post-todale Uspales
Разрама (мас вотелаво	Ē		24 449 171.22	4Do		MOVO	100	F 626 941 Su	34113106	90.0	16.319471.25	-1 110-171-36	BS 115 212-45	0.00	65 845 717 85
AL 18 A GOES AND PERMONDO Prima is assigned our not or referencial confine has no confine and confine has no confine and confine has no confine and confine and confine and confine and confine and confine and confine an emperimental confine and confirmation and confine a	五 在 在 2 2		S 8	8 8	4 d	- B- G-	0 e	2002 K 2002 K 2003 K 20	R (5) #	8 8	0.250.258.89 -244.248.33 -917.492.53 -947.492.53	00 479 000 1 20 400 000 0 20 400 000 0 20 400 000 0	20 CC CC CC CC CC CC CC CC	8 B	10 CT
Outus consignation of the Control Cont	G G G		0.00	100	9 9 HEL 13 H 145 PH	940	#6.0 #6.0	000 000 000 000 000 000 000 000 000 00	100	88	O U DE LES EN LE	00 C 400 Sec.20	00 E 00 C		1 DO 02 05 00 1





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração de fluxos de caixa



Demostração dos fluxos de caixa no periodo findo em 31 de dezembro de 2022

Municipio de Póvoa de Lanhoso

			Vых ез ет емоз
RUBRICAS	NOTAS	PERIO	
ROBRIDAS	HO ING	31/12/2022	31/12/2021
Pruxps de capa das ahvidades operacionais			
Recebimentos de clientes		2 983 858.34	
Recetumentos de coninbumies		4 341 383 53	
Recebimentros de transferências e subsidios correntes		10 406 852.39	8 615 816,75
Racebmentos de utentes		686 114.96	513 178.98
Pagamenios a fornecedores		-6 343 398 72	-5 543 048 30
Pagamentos ao pesacal		6 562 386 99	-6 563 752,43
Pagamentos de tranferências e substitus		-4 275 178 15	4 578 875.01
Pagamentos de presteções sociais		-393 911 23	416 804 83
Caixa gerada pelas operações		T42 134.13	-639 004,31
Outros recebimentos / págrámêntos		76 580 94	286 401.11
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		818 715.07	-372 603.20
Fluxos de caixa das atividades de investi <u>mento</u>	ļ		
Pagamentos respeltentes a:	ì		
		-2 012 222.90	-3.162.427.97
Alpap halos tangives		-152 262.891	-20 513 43
Alivos irtangiveis		0.00	0.30
Investmentos financeiros		7.13	0.30
Recabimentos provenientes de:			00.000.00
Aŭvas fatos lángiveis		3 960 79	
Propredades de investmente		625 830.73	734 517 54
Transferências de capital		2 190 090 58	
Juros e rendementos semitares		14 073 37	2 152.50
Dividendes		. 000	
Fluxos de caixé das atividades de investimento (b	1	672 469.68	-346 229.99
Flunça de çalxa das ativadoces de financiemento			
Receipimentos provenientes de:		ll	
Financiamentos oblidos		374 594.75	1 639 315.19
Pagamentos respeitantes a:	Ļ		
Financiamentos obtatos	ή	.722 005.91	
Juros e gastoa aimilarea		-50 638 98	
Fluxos de caixa das alividades de fijnanciamento (c	1	-386 050.12	875 233.38
Vaneção do caixa e eous equivelêntês (8+6+0)		1 083 134.63	156 400.17
Efelto des diferênças de câmbio			
Calxa e seus equivalentes no inicio do período		2 367 598 23	Z 211 198 08
Calza e seus equivalentes no film do período		3 460 732 86	7 \$67 598,21
····		1	
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Catxa e seus equivalentes no inicio do periodo		2 367 598.23	2 211 188.06
-Equivalentes a caixa no inicro do período		2 367 598 22	2 211 198.00
- Vanações camba-s de caixa no início do périódo			
≈ Sajdo de gerência anterior		2 367 598.23	2 211 198.04
Da execução orçamental	-1	1 329 684.81	
De operacióes de resourar a		1 037 913 42	
Carra e seus equivalentes no fim do periodo	i	3 460 732.86	
		3 460 732.86	
Equivalentes a carsa no fini do período		3 440 7 d E. 00	1 2 001 000 E
- Vanações cambiais de caixa no fim do perículo		3 450 732.86	2 367 598.2
- Saldo para a gerência seguinte	_		
De specução organismental	1	2 488 335,50	
De execução de tescuraria		992 397.36	1 037 913.43





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Anexos às Demonstrações Financeiras





Indice

Nota 1 – Identificação da entidade, periodo de relato e referencial contabilistico	6
1.1. – Çaraçterização da entidade	6
1 Z Referencial contabilistico e demonstrações financeiras	9
Quadro 1 – Desagregação de caixa e depósitos	9
Nota 2 — Principais politicas contabilisticas, alterações nas estimativas e erros	.10
2. Bases de preparação e Políticas Contabilísticas	.10
2 1 Bases de preparação	.15
7.2 – Políticas contabilisticas	.16
2.2.1 – Ativos Fixos Tangiveis	.16
2.2.2 · Ativos Intangíveis	.19
2.2 3 - Locações	ZZ
2.2.4 – Acordos de Concessão de Serviços	.23
2.2.5 – Investimentos Financeiros	.25
2.2.6 – Custos com Empréstimos Obtidos	.27
2.2.7 – Imparidade de ativos	28
2.2.8 – Inventários	.29
2.2.9 – Instrumentos Financeiros	.31
2.2.10 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	.35
2.2.11 – Acontecimentos após a data do balanço	.36
2.2.12 - Rendimento de transações com contraprestação	.37
2.2.13 – Rendimento de transações sem contraprestação	38
2.2.14 – Beneficios dos Empregados	40
2.3 · Outras políticas contabilisticas relevantes	41
2.4 – Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilisticas e que tiveram maior impácto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras	42
2.5 – Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)	
2.6 – Aplicação inicial de uma NCP com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impratiçável determinar a quantia do ajustamento, ou com efeitos em períodos futuros	



2.7 – Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustam	
material nas quantias escrituradas de alivos e passivos durante o ano finançeiro seguinte)	
Nota 3 – Ativos Intangiveis,	
Quadro 3.1 – Ativos intangíveis - variação das amontzações e perdas por impandades acumuladas	
Quadro 3.2 - Ativos intangiveis - quantia escriturada e variações do périodo	
Quadro 3.2.A - Ativos intangiveis – Adições	
Nota 4 – Acordos de concessão de serviços	
Nota 5 – Ativos fixos tangíveis	50
Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidade acumulada:	51
Quadro 5.2 - Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período	55
Quadro 5.2A - Ativos fixos tangiveis – adições	56
Quadro 5 2B - Ativos fixos tangíveis – Diminuições	57
Nota 6 - Locações	58
Quadro 6.2 - Locações Operacionais — Locatário	58
Quadro 6.3 - Locações Operacionais – Locador	59
Nota 7 – Custo dos empréstimos obtidos,	60
Quadro 7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários	60
Quadro 7.2 - Empréstimos bancários por tipologia de passivo,,	61
Nota 8 - Propriedades de investimento,.	62
Quadro 8.2 - Propriedades de Investimento - modelo do custo	62
Nota 9 – Imparidades de Ativos	, .,63
Quadro 9 - Imparidade de ativos geradores de caixa	63
Nota 10 – Inventários	64
Quadro 10 1 - Inventários	64
Quadro 30.2 - Inventários: Movimentos do período	54
Nota 11 – Agricultura	65
Nota 12 – Contratos de construção.	65
Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação	65
Quadro 13.1 - Rendimentos com contraprestação	65
Quadro 14 - Rendimentos sem contraprestação	66
Quadro 15.1 – Provisões	
Quadro 15.2 - Passivos Contingentes	68
Ouadro 18.1 - Atiyos (manceiros	71



	Quadro 18.2 - Passwos financeiros.	72
	Quadro 18.4 - Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos	.73
	Quadro 18.7 - Estado e outros entes públicos	.75
	Quadro 18.8 - Outras contas a receber	75
	Quadro 18.9 - Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	76
	Quadro 18 10 · Fornecedores	76
	Quadro 18.11 – Outras contas a pagar	. 76
	Quadro 18.12 - Instrumentos de capital próprio	. 77
	Quadro 19 – Gastos com o pessoal	. 78
	Quadro 20.1 - Divulgações de partes relacionadas - Listagem de entidades controladas	79
	Quadro 20.2 - Transações entre partes relacionadas	79
	Quadro 22.1 - Interesses em outras entidades - Interesses em entidades controladas não consolidado	. 80
	Quadro 22.2 - Interesses em outras entidades	ao
Not	a 23 – Outras divulgações	81
ż	3.1 Inventário de investimentos	81
2	3.2 Diferimentos	81
	Quadro 23.2 – Diferimentos	81
2	3 3 Património Liquido , , , , , ,	81
	Quadro 23.3 – Património líquido	.82
2	3.4 Fornecimentos e serviços extérnos	62
	Quadro 23.4 – Fornecimentos e serviços externos (FSE)	82
2	3.5 Transferências e subsidios concedidos e prestações sociais	82
	Quadro 23.5 – Transferências e subsidios concedidos e prestações sociais	8Э
2	3.6 Outros gastos	83
	Quadro 23.6 – Outros gastos	83
2	3.7 Juros e gástos similares suportados	83
	Quadro 23 7 – Juros e rendimentos similares obtidos	84
2	3.8 Qutras informações	84
2	3.9 Contabilidade de gestão	. 84
2	3.10 Saldos e transações com partes relacionadas	85
2	3.11 Garantias	85



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



No cumprimento dos preceitos legais, apresenta-se o anexo às demonstrações financeiras de 2022.

O facto de não se encontrar estabelecido um periodo de transição para a implementação do SNC-AP mas sim um pressuposto de que ajustamentos de transição devem ocorrer no primeiro ano de adoção do Sistema de normalização contabilística, ou seja, o ano 2020 Não obstante, a International Public Sector Accounting Standard (IPSAS) 33 – First Time Adoption of Accrual Basis, prevê que, em certas circunstâncias de complexidade, o processo de transição poderá ter uma duração de até três anos, para matérias mais complexas, sem que as mesmas comportem qualquer incumprimento face ao previsto no normativo, por se encontrarem devidamente justificadas face a tal complexidade e à impossibilidade de implementação efetiva no período que micia a 1 de janéiro de 2020, data da adoção pela primeira vez do SNC-AP.

O Município da Póvoa de Lanhoso aplicou a prorrogativa do período mais alargado de transição para as seguintes situações:

- Aplicação das alterações de reconhecimento e de mensuração dos ativos fixos tangiveis de concessão, tal como referido no ponto seguinte:
- Apricação da NCP 4 Acordos de Concessão de Serviços: Concedente, no que resperta ao contrato de concessão celebrado entre o Município da Póvga de Lamboso e a EDP Distribuição, S.A., por manifesta falta de informação acerca do valor dos ativos e dos passivos a reconhecer e que dependem de informação do próprio concessionário.
- Aplicação da NCP 27 Contabilidade de Gestão, não obstante ter-se procedido no
 presente ano à implementação integral do modelo de contabilidade de gestão, em
 conjunto com os sistemas de informação, não foi possível em tempo oportuno tratar
 e proporcionar a informação requerida, designadamente para apresentação no
 Relatório de Gestão: e
- Aplicação da NCP 25 Relato por Segmentos, pelo facto de ainda não se encontrar
 adequadamente implementado o sistema de informação que proporcione
 informação fiável relativamente aos segmentos, situação que resulta igualmente do
 processo de implementação da Contabilidade de Gestão e cujas limitações já foram
 anteriormente apresentadas.



Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

<u>),), - Caracterização da entidade</u>

CARATEAIZAÇÃO DA ENTIDADE		
1. IDEMTIFICAÇÃO	·	
Designação: Vanicipo de Povos de Carhoso		
NIPC: 505632920		
Netwests: Autarquio Local		
Enderage permit Av. de República, 4830-513 Févos de Lanhoso		
Tetelone 253839700 Fez 253839709		
Endereço de correjo ejetrónico: presidente@mur-planticou pl - (miti@mur-plant	hoska (M	
Sillo no inverner, www.powcege.anhogio.pt		
Tem serviços de natureza consultiva elou serviços de facelloação? Sum	Neo X	
Organograma em anexo	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	

2. LEGISLAÇÃO	 	
Pagima Pinanga ino: Las (3/2013 de 3 de 6440 útro		
Regime Jundico: Lei 75/2013 de 12 de selembro		

э, маятсялоров ра фитраре	\$ 14 1	Mro
Service Municipality and the Service S		X
(Sa a emidade assuman que deción paracidações, deverá abrit uma linha para indicar qual a emidade e.		
dentro desso linha, devera lar a opção SM/NAO para responder se delem militado domininte sobre	julijejnoje dominjanje	
aqueja emideda)		
Entidades letermunicipa is		
Comunidade Intermunicipal do Ave		X
Empresas Locals		
EPAVE - Escora Profissional do Aho Ave. EM	J.	
Brewel - Verorização e Treamento de Residuos Sólidos		. Б

4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

☼ Minispro de Posas de Santoen, planeu, arganiza e exécute política fruncipas, designadamente des areas de equipamento quel e urbano, exemple, hurspurses e comunicações, equicação patrimónia, cultura e cencia, tempos livres e desporto; subde, equip social, hurspurse do comunicações e desporto; subde, equip social, hurspurse do comunicação política e subsenso do centrar do comunicações políticas e comunicações e desportos de centrar e urbanismo, política e comunicação extenso do centrar e urbanismo, política e comunicação extenso do centrar e urbanismo, política e comunicação extenso do centrar e urbanismo política.

L COMPOSIÇÃO DO ORBÃO EXECUTIVO		
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIV	0	
5 f f frienklikrepte das membras de Arpila suscetiva		
Frederico de Cliveira Castro		
Mana de Fadma Duana Viska Moreira	<u> </u>	
Peuto Jorge Colmbre do Glego		·
Albano Ricerto Telsella Alves		
Ciga de Jesus de Oliveiro Ferrandes Duque		
Aspendin Manuel Combre Percula		
Andre Miguel Lopes Roringues (substituido e 79/11/2022 por M	ere Alice Reorigues de Sousa)	
6.2 NÚMERO DE VEREADORES [1]		
Em regime de permanência	1	
A meto tempo		
Resignate vereodane	3	
6.3 NUMERO DE ELETTORES	 -	
Até 10.000	10	
Mais de 10 050 a menos de #0.000		
Igual ou supenor à 40,000		



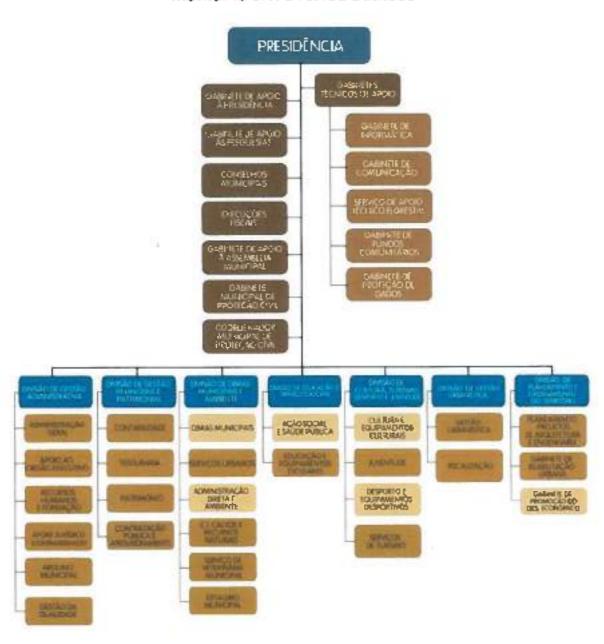
8. DRIGANIZAÇÃO CONTABILISTICA

Referêncies Contabiliatico: As demonstrações financeiras foram preparadas, com pase nos registos contabilisticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilistica para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovedo pelo Decreto Lérinº 192/2015 de 13 de setembro, e foram agricados os requisitos das informas de Contabilidade Pública (NCP) resistações para o Município.

Sistema Informático: Apicação SMC da MEDIDATA		
OUTRA INFORMAÇÃO		
7.1 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (úttimos 5 anne)		
Eráldade fiscalizadora: Autondade inbutána e Aduanera		
Osto de ecéo (24/02/2022)	•	
Penado atrangido: Ano 2021		
idem/Acadên da açên IVA		
	Deta de A	provação
7.2 APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS	Orgalo	Grata
	Executive	0eliberaliyo
Norma de Controlo Interro	28-02-2009	
Regulamentos (todos publicados no syluo do Municipio da internét)		
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	24-05-2022	
Aelatório de Avakação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Oestão	74-05-7027	
···	Days de A	provação
7.2 INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR	Organ	Organo
	Executivo	Delliberativo
Revisão Organismo de la composição de la	15-02-2022	26-02-2022
Alleração Orçamental (n,* 6, do art.* 40* RFALE))		
7.4 INFORMAÇÃO RELATIVA Á CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS		
Idontificação des entidades que compdem o Grupo Público		
EPAYE - Escola Prolestional do Allo Aux, E M		
7.6 DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	Śim	Não
(Art ° 111 ° da Lei n. ° 75/2013, de 12 de selembro)	3	1400
Transferência de competências de órgêos do Estado para órgêos das autarquisa locare	X	
 Transferênç e de compeçências de órgãos do Estado para órgãos dos entidados imermunoiçais. 		К
7.8 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS	- S4m	Nåa
(Art ° 116 ° pa lie n.º 75/2013, de 12 de selembro)	34m	Maka
. Dos árgãos do município nos árgãos das freguesias	X	
Des orgàtes do municipio nos orgâtes das entidades inflemiunicipais		Ж
7.7 INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSUAL	Sim	Mao
Na exentualidade da existência de limites legals, em materia de pessoal indicar se os mesmos forâm.		
observados, com a remessa de decomentação compromitiva (2)		×
- N * de Irabalhacores a 31 de dezembro	338	
	Inída da	Pim do
1.8 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	exercicio	*KBrdclo
	3 chas	4 dias
7.8 CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS	51m	Não
THE CONCESSIVES DE SENTIÇOS POELICOS/GRANO POREICAS	Х	
- Concessionário: 色P		
- Objeto da concesção. Concesção de Qualibuição de Energia Eletindo de Bawa "ensão no Municipio d	e Povoa de Lanhoso	
- Ceta de celebração do contrata, 2001		
- Período da concessão: 20 anos		
- Matureza da concessão. Por imposição legat. Decreto-bei n.º 344.8/62, de 1 de setembro, no sua red	sção acual	-
7.10 MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE	Šlim	Não
NEGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES		ж



ORGANIGRAMA MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO





1,2 Referencial contabilistico e demonstrações financeiras

Referencial contabilistico

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Não existiram, no periodo, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Comparabilidade

As presentes demonstrações financeiras são comparáveis com o período anterior, atendendo a que o relato financeiro do período de 2022 foi elaborado em conformidade com o normativo contabilistico SNC-AP.

O Município não tem Serviços Municipalizados.

Apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Quadro] - Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2022	!	2021	
Cabca		1.352,89		1.250,00
Depósitos à ordem		2.469.155,45		1.331.065,80
Depositos bancários à crdem	2 469,155,45		1.331.065,90	
Outros de pósitos		1		
Depósitos e prazo				
Depós tos consignados				
Depósitos de garantias e cauções		990.224,52		1.035.282,33
Total		3,460,732,86		2,367,698,23

Todos os valores em caixa e seus equivalentes estão disponiveis para uso.



Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

2, Bases de preparação e Políticas Contabilisticas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilistica para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 197/2015 de 31 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) com as seguintes exceções por aínda se encontrarem em curso a sua implementação:

- Aplicação das alterações de reconhecimento e de mensuração dos ativos fixos tangiveis de concessão, tal como referido no ponto seguinte;
- Aplicação da NCP 4 Acordos de Concessão de Serviços: Concedente, no que respeita ao contrato de concessão celebrado entre o Municipio da Póvoa de Lanhoso e a EDP Distribuição, S.A., por manifesta falta de informação acerca do valor dos ativos e dos passivos a reconhecer e que dependem de informação do próprio concessionário;
- Aplicação da NCP 27 Contabilidade de Gestão, não obstante ter-se procedido no presente ano à implementação integral do modelo de contabilidade do gestão, em conjunto com os sistemas de informação, não foi possível em tempo oportuno tratar e proporcionar a informação requerida, designadamente para apresentação no Relatório de Gestão: e
- Aplicação da NCP 25 Relato por Segmentos, pelo facto de ainda não se encontrar
 adequadamente implementado o sistema de informação que proporcione
 informação fável relativamente aos segmentos, situação que resulta igualmente do
 processo de implementação da Contabilidade de Gestão e cujas limitações já foram
 anteriormente apresentadas.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas seguintes caraterísticas qua itativas, postuladas no ponto 5 - "Outras fontes de informação" da Estrutura Conceptual presente no Anexo I do DL 192/2015, do 11 de setembro:



Relevância

A informação financeira e não financeira apresentada pelo Município da Póvoa de Lanhoso. é relevante pois é capaz de oferecer valor confirmativo, preditivo ou ambos.

Pode-se considerar que a informação tem valor confirmativo se confirmar ou alterar expetativas correntes ou passadas. Desta forma, a informação é relevante para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões se confirmar expetativas acerda do grau de cumprimento pelos dirigentes das suas responsabilidades pelo uso eficiente eleficaz dos seus recursos, pelos objetivos da prestação do serviço e pelos requisitos orçamentais e legais aplicáveis (entre outros).

O valor predicivo da informação é necessário para ajudar a construir expetativas sobre os acontecimentos económicos futuros. Consequentemente, o relato financeiro pode apresentar informação sobre os objetivos, atividades e custos futuros, bem como as quantias e fontes de recursos que se prevê alocar a atividades futuras.

Assim, as funções confirmaçivas e preditivas da informação estão interrelacionadas, pois a informação acerca do nível e estrutura corrente dos recursos e da sua utilização, ajuda os utilizadores das demonstrações financeiras a confirmar o desfecho das estratégias dos dirigentes quanto ao uso dos recursos durante o período e a prever a capacidade da entidade pública para responder às alterações de dircunstâncias e antecipar as necessidades futuras das atividades desenvolvidas. De igual forma, a mesma informação ajuda a confirmar ou corrigir expetativas ou revisões passadas dos utilizadores das demonstrações financeiras sobre a capacidade da entidade pública para responder a tais alterações de circunstâncias.

Fiabi idade.

A informação apresentada nas demonstrações financeiras representa os fenómenos económicos de uma forma completa, neutra e isenta de erros materiais. Caraterísticas necessárias para que a informação divulgada pelo Município da Póvoa de Lanhoso seja útil, uma vez que que se pretende uma representação fiel dos fenómenos económicos e outros que se pretende representar.

De referir que para a informação representar com fiabilidade os fenómenos econômicos, esta descreve a substância da transação, acontecimento, atividade ou circunstância subjecente, a qual pode não coincidir necessariamente com a sua forma legal, de acordo



com o princípio da substáncia sobre a forma.

Considera se que a descrição dos fenómenos é completa se não existirem omissões de informação que representem fenómenos econômicos relevantes, os quais distorcem a informação das demonstrações financeiras e a utilidade das mesmas para os seus utilizadores. Por exemplo, uma descrição completa do ativo fixo tangível incluirá uma representação numérica da quantia agregada desse ativo em conjunto com outra informação quantitativa, descritiva e explicativa necessária para representar fielmente essa classe de ativos. Nalguns casos, a fiabilidade pode incluir a divulgação de informação sobre as principais categorias de ativos fixos tangíveis, os fatores que influenciaram a sua utilização no passado ou possam influenciar no futuro, e a base e o processo de determinar a quantia representada. De forma semelhante, a informação financeira e não financeira prospetiva e a informação sobre o alcance dos objetivos do serviço e seus resultados devem ser apresentadas com os pressupostos principais que lhes serviram de base e quaisquer explicações necessárias para assegurar que a descrição é completa e útil.

Para que o relato financeiro seja neutro é necessário assegurar a ausência de influências, logo a seleção e apresentação da informação financeira e não financeira não é feita com a intenção de atingir um resultado específico, com o objetivo de influenciar os utilizadores das demonstrações financeiras para um determinado julgamento ou comportamento. Desta forma, importa referir que alguns acontecimentos económicos presentes na informação financeira ocorrem sob condições de incerteza, o que leva à realização de estimativas baseadas em dados que refletem a melhor informação disponível, tendo sempre em consideração o princípio da prudência.

Por fim, para que a informação financeira esteja isenta de erros materiais não deverão existir erros ou omissões que, individualmente ou agregadamente, sejam materiais e consequentemente possam influenciar a descrição dos fenómenos reconhecidos nas demonstrações. Assim se nalguns casos é possível determinar com exatidão a informação relatada, noutros será necessária a realização de estimativas, as quais deverão estar claramente descritas e explicadas, incluindo as imitações do processo de estimação, o qual deverá estar isento de erros.

Compreensibilidade

A compreensibilidade consiste na qualidade da informação que é apresentada aos



utilizadores e permite que os mesmos compreendam o significado das demonstrações financeiras. Assim, as explicações acerca da informação financeira e não financeira e os comentários sobre o serviço efetuado durante o período de relato, bem como as expetativas sobre os periodos futuros, são escritos numa linguagem corrente e apresentados de uma forma clara, para que seja prontamente percetível pelos utilizadores. Por forma a uma compreensão unanime das demonstrações financeiras, estas são apresentadas de forma clara e concisa, atendendo a que todos os stakeholders devem ter um mínimo de conhecimento das atividades desenvolvidas pelo Município.

Todos os acontecimentos económicos são incluídos nas demonstrações financeiras, sendo que para os acontecimentos mais complexos e dificeis de representar e compreender para alguns utilizadores, são introduzidas explicações para facilitar a compreensibilidade dos mesmos.

Oportunidade

A informação apresentada nas demonstrações tem por objetivo poder influenciar a tomada de decisões pelos órgãos de gestão da universidade, pelo que a sua tempestividade é crucial.

De referir que parte informação pode continuar a ser útil muito depois do período de relato, inclusive para efeitos de tomada de decisões, uma vez que os utilizadores das demonstrações financeiras podem precisar de avaliar tendências do desempenho financeiro e das atividades desenvolvidas pelo Município e o seu cumprimento dos orçamentos durante um conjunto de períodos.

Comparabilidade

A qualidade da informação apresentada permite que os utilizadores das demonstrações financeiras possam comparár a evolução ao longo dos anos do Município, assim como compará la com outras entidades congêneres.

De referir que comparabilidade difere da:

 Consistência, pois esta refere-se ao uso das mesmas políticas, principios contabilísticos e bases de preparação quer de periodo para periodo dentro da mesma entidade pública, quer no mesmo período entre diversas entidades públicas.
 A comparabilidade é uma meta e a consistência ajuda a atingir essa meta.



Uniformidade, pois esta diz que só se deve agregar o que é igual, logo o que é
diferente não deve ser agregado com o objetivo que pareça igual.
Consequentemente, a comparabilidade da informação no relato financeiro não é
melhorada fazendo com que coisas diferentes pareçam iguais ou com que coisas
iguais pareçam diferentes.

A informação acerca da posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa de uma entidade pública, pem como do cumprimento dos orçamentos aprovados e das leis e regulamentos sobre a obtenção e utilização dos recursos e das atividades prosseguidas, é necessária para a tomada de decisões. A utilidade dessa informação é melhorada se for comparada com:

- a) Informação financeira e não finance ra prospetiva previamente apresentada para esse período ou data de relato.
- b) Informação similar sobre a mesma entidade pública para outro período ou data de relato.
- c) Informação similar sobre o mesmo periodo ou data de relato, para outras entidades públicas.

Verificabilidade

A informação produzida por estas demonstrações financeiras tem por base informação de qualidade que assegura aos seus utilizadores que a informação incluída no relato financeiro representa os fenómenos econômicos e outros acontecimentos relevantes na entidade.

Esta característica implica que observadores independentes e conhecedores podem chegar a um consenso embora nem sempre estejam de acordo, que:

- a) A informação representa os fenómenos económicos e outros que pretende representar sem erros materiais ou influências; ou
- Foi aplicado um método de reconhecimento, mensuração ou apresentação sem erros materiais ou influências

A verificação pode ser direta ou indireta. Pela verificação direta, uma quantia ou outra representação é verificável por si mesma, por exemplo, fazendo uma contagem de caixa, observando os títulos cotados e as suas cotações, ou confirmando que os fatores identificados como influenciadores do desempenho de um serviço passado estavam



presentes e operaram com o efeito identificado. Pela verificação indireta, uma quantia ou outra representação é verificável analisando os dados de base e recalculando os resultados usando a mesma metodologia. Um exemplo é a verificação da quantia escriturada de inventários analisando os dados de base (quantidades e preços) e recalculando a existência final usando o mesmo pressuposto do fluxo do custo (custo médio ponderado ou outro). De referir que a qualidade da verificabilidade não absoluta, logo quanto mais verificável for a informação mais fiável será a mesma.

Por fim, o relato financeiro de uma entidade pública pode incluir informação financeira e não financeira, como explicações acerca de:

- a) Influências significativas no seu desempenho durante o período.
- B) Resultados ou efeitos futuros esperados dos programas de serviços realizados no período.
- c) Informação financeira e não financeira prospetiva.

Estas caraterísticas são atributos indispensáveis para que a informação seja útil para os utilizadores das demonstrações financeiras e para que se atinja os objetivos do relato financeiro.

2.1 Bases de preparação

De acordo com o que se encontra previsto no SNC-AP, as demonstrações financeiras são preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, de acordo com a estrutura concetual publicada no Anexo I ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e de acordo com as normas de contabilidade pública publicadas no Anexo II deste mesmo diploma. A base do acréscimo significa uma base de contabilidade pela qual as transações e outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando é recebido ou pago dinheiro ou seu equivalente. Por conseguinte, as transações e outros acontecimentos são escriturados na contabilidade e reconhecidos nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

As demonstrações financeiras são igualmente preparadas no princípio da continuidade das operações. Este princípio subjacente à preparação das demonstrações financeiras é complementado com a sustentabilidade a longo-prazo, como elemento relevante na avaliação do desempenho do Município da Póvoa de Lanhoso.



Os fenómenos económicos e outros apresentados nas demonstrações financeiras ocorrem geralmente sob condições de incerteza. A informação apresentada nas demonstrações financeiras inclui assim estimativas que incorporam julgamentos. Estas estimativas baseiam-se em dados apropriados que refletem a melhor informação disponível pelos órgãos próprios, usando a maxima cautela, assegurando-se desta forma a fiabilidade da informação produzida e relataça. Quando necessário, procede-se à divulgação do grau de incerteza da informação financeira e não financeira, por forma a garantir o relato com fiabilidade dos acontecimentos económicos subjacentes.

2.2 – Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas são princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas adotadas pelo Município da Póvoa de Lanhoso na preparação e apresentação das tiemonstrações (inançeiras. Estas políticas são adotadas, tendo em consideração a avaliação do estado atual dos ativos e passivos, e dos benefícios futuros esperados e das obrigações associadas a esses ativos e passivos Está, portanto, subjacente à aplicação das políticas contabilísticas, um julgamento profissional posicionado no tempo, aquando das transações e outros acontecimentos objeto de reconhecimento e mensuração, que tem em consideração os constrangimentos na informação incluída no relato financeiro, tais como a materialidade, a análise custo-benefício e o equilíbrio das características qualitativas, julgamento este que toma por referência o objetivo do relato, em proporcionar informação sobre o Município da Póvoa de Lanhoso que seja útil para os utilizadores das demonstrações financeiras de finalidade geral para efeitos da responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

O Município da Póvoa de Lanhoso, a partir de 1 de janeiro de 2020, ao aplicar pela primeira vez lo SNC AP, passou la ladotar las seguintes políticas contabilísticas, por área das demonstrações financeiras:

2.2.1 - Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangiveis são bens com substância física que i) são detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguer a terceiros, ou para fins



administrativos, e ii) se espera que sejam usados durante mais de um período de relato. Estão aqui incluídos os bens de domínio público e os bens de domínio privado do Município da Púvoa de Lanhoso. Incluem-se igualmente os edifícios utilizados para o fornecimento de serviço público, enquadrado nas competências municipais, como é o caso dos edifícios utilizados para habitação social, cujo objetivo está intimamente relacionado com a prestação de um serviço social e não com a obtenção de rendas ou com a valorização de capital.

Reconhecimento

O reconhecimento dos ativos fixos tangiveis no balanço é efetuado:

- i) quando for provável que fluirão para o Município da Pôvoa de Lanhoso beneficios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem, e
- ii) o custo ou o justo valor de bem possa ser mensurado com fiabilidade.

Os bens que se destinam a permanecer ao serviço do Município por periodos superiores a um ano, não destinados a venda, quando têm valores individuais de aquisição inferiores a 100 euros, são registados diretamente em gastos do periodo sob a forma de fornecimentos e serviços externos. Esta política, vai ao encontro do que se encontra previsto na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho e atende ao resultado da avaliação do binómio custo-beneficio que se encontra previsto na estrutura concetual do SNC-AP.

Mensuração in cial.

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis é feita ao custo, a menos que o ativo seja adquirido através de uma transação sem contraprestação. Neste caso, a mensuração é efetuada pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT), no caso dos imóveis, e para os restantes ativos, pelo custo do valor recebido, ou na falta deste, pelo valor de mercado.

O custo do ativo fixo tangível inclui o preço de compra, os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser capaz de operar da maneira pretendida, e a est mativa inicial dos custos de desmantelamento do bem é da restauração do local em que está localizado. Inclui ainda os custos com empréstimos obtidos (juros), que se qualifiquem para capitalização, i.e. juros que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que necessita de um periodo substancial de tempo para ficar disponível para o uso pretendido.



O custo corresponde ao preço a dinheiro ou, para bens adquiridos através de transações sem contraprestação, o seu justo valor à data do reconhecimento.

Nos casos em que o pagamento é diferido para além das condições normais de crédito, a diferença entre o equivalente ao preço a dinheiro e o pagamento total é reconhecida como juro.

No caso de ativos fixos tangíveis adquiridos por troca de um ativo ou ativos não monetários, ou de uma combinação de ativos monetários com ativos não monetários, o custo corresponde ao justo valor, a não ser que a transação com contraprestação não tenha substância comercial ou o justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade. Nestes casos, o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido.

Mensuração subsequente

Na mensuração subsequente ao momento do reconnecimento inicial, os ativos fixos são mensurados pelo custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. Caso o ativo fixo seja constituido por diferentes componentes com vidas úteis diferenciadas, tais componentes são tratadas e depreciadas separadamente. Os terrenos e edifícios são ativos separáveis e são contabilizados separadamente, mesmo quando adquiridos conjuntamente. Os terrenos têm vida útil ilimitada, razão pela qual não são depreciáveis, a menos que se trate de terrenos associados a fins especiais, com vida útil definida A depreciação dos ativos fixos é imputada numa base sistemática ao longo da sua vida útil e começa quando o at vo fica disponível para uso.

O método de depreciação é o reflete o padrão pela qual se espera que os beneficios económicos futuros ou potenciai de serviço sejam usufruídos pelo Municipio. O método utilizado para as depreciações é o método da linha reta e a vida útil considerada para a generalidade dos ativos corresponde àquela que se encontra prevista no Classificador Complementar 2 — Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento (CC2). Quando por alguma razão contratual a vida útil do ativo é inferior à prevista no CC2, esta vida útil é ajustada em conformidade. Esta situação aplica-se por exemplo a ativos que sejam edifícios construídos para habitação social, com contratos resolúveis, de acordo com os quais, no final do contrato e cumpridos determinados pressupostos, os inquilinos têm direito à propriedade do bem, sem



quaisquer custos para estes. Nos casos em que o julgamento do período de potencial de serviço de um Ativo Fixo Tangível é materialmente diferente daquele que resulta da aplicação das vidas úteis do CC2, o Município considera o período de potencial de serviço, em conformidade com a evidência histórica

Os periodos de vida útil considerados encontram-se dentro dos seguintes intervalos (valores em anos):

	Vida útil
Edificios e outras construções	Entre 10 e 100 anos
Infraestruturas	Entre 10 e 20 anos
Património histórico, artistico e cultural	Sem vida definida
Equipamento básico	Entre 4 e 10 anos
Equipamento de transporte	Fintre 4 e 20 años
Equipamento administrativo	Entre 4 e 8 anos
Equipamento biológico	Entre 4 e 8 anos
Outros ativos fixos tangiveis	Entre Z e 8 anos

Desreconhecimento

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis é efetuado no momento da alienação, incluindo quando se trate de uma alienação através de uma transação sem contraprestação, ou quando não se esperam benefícios econômicos futuros ou potencial de serviço do seu uso ou alienação.

2.2.2 - Ativos Intangíveis

Os ativos intangiveis são ativos não monetários, identificáveis e sem substância física. O Ativo é identificável se i) for separável, isto é, capaz ou destacado do Município e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, quer individualmente que juntamente com um contrato, um ativo ou passivo identificável associados, independentemente do Município pretender fazê lo ou não, ou ii) decorrer de acordos vinculativos, independentemente desses direitos screm transferíveis ou separáveis do Município ou de outros direitos ou obrigações.



Reconhecimento:

O reconhecimento é efetuado quando o Município é capaz de demonstrar que:

- i) é provável que fluirão para o Município os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperados atribuíveis ao ativo, e que
- ii) o custo ou o justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos intangivois gerados internamente, por norma, não são reconhecidos por não satisfazerem os critérios de reconhecimento. Exceção para ativos decorrentes de processos e fases de desenvolvimento, cujo reconhecimento depende cumulativamente do cumprimento das sequintes condições.

- a existência de viabilidade técnica de concluir o ativo intangível para estar disponível para uso ou venda,
- ii) a intenção, por parte do Município, em concluir o ativo intangível e usá lo ou vendê-lo.
- iii) a existência de capacidade, por parte do Municipio, em usar ou vender o ativo intangivel,
- iv) a capacidade de o Município demonstrar a forma como o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros ou potencial de serviço,
- v) a capacidade de o Município demonstrar que existe a disponibilidade de consignar os adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento, e para usar ou vender o ativo intangivel, e
- vi) o Município tem a capacidade de mensurar com fiabilidade os dispêndios atribuivos ao ativo intangivel durante o seu desenvolvimento.

<u>Mensuração inicial</u>

O dispêndio de um item intangivel é reconhecido como um gasto ha demonstração de resultados, a menos que faça parte do custo de um ativo intangível que satisfaça os critérios de reconhecimento.

O custo do ativo intangível corresponde ao seu preço de compra, incluindo direitos de importação e impostos não dedutíveis ou reembolsáveis sobre a compra, após dedução de descontos comerciais e abatimentos, adicionado por qualquer custo diretamente atribuível à preparação de ativo para o uso pretendido. Os custos dos ativos desenvolvidos internamente, correspondem à soma dos dispêndios suportados a partir da data em que o



ativo satisfaz todas as condições de reconhecimento mencionadas anteriormente. Todos os dispêndios que tenham sido anteriormente reconhecidos como gastos, não podem fazer parte do custo do ativo intangível. Inclui ainda os custos com empréstimos obtidos (juros), que se qualifiquem para capitalização. i.e. juros que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que necessita de um período substancial de tempo para ficar disponível para o uso pretendido ou para venda.

No caso de ativos intangíveis adquiridos por troca de um ativo ou ativos não monetários, ou de uma combinação de ativos monetários com ativos não monetários, o custo corresponde ao justo valor, a rião ser que a transação com contraprestação não tenha substância comercial ou o justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade. Nestes casos, o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido.

No caso de aquisições relacionadas com transações sem contraprestação, o custo do ativo intangível corresponde ao justo valor à data da aquisição. Nos casos em que o pagamento é diferido para além das condições normais de crédito, a diferença entre o equivalente ao preço a dinheiro e o pagamento total é reconhecida como juro.

Mensuração subsequente:

Após o momento do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são reconhecidos pelo seu custo deduzido de amortizações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas. A vida útil dos ativos é considerada de acordo com o que se encontra previsto no CC2. No caso da existência de acordos vinculativos, incluindo direitos contratuais ou outros direitos legais, a vida útil não excede o período desses acordos. O método de amortização reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pelo Município, correspondendo este método, na sua genera idade, ao método das quotas constantes, também designado por método da linha reta.

O periodo de amortização é revisto a cada data de relato, considerando o exposto no parágrafo anterior. O valor residual considerado é de zero, a menos que i) haja um compromisso de um terceiro para adquirir o ativo no final da sua vida útil, ou ii) haja um mercado ativo, o valor residual possa ser determinado com referência esse mercado e seja provável que tal mercado existirá no final da vida útil do ativo.



Desreconhecimento

Os ativos intangiveis são desreconhecidos no momento da alienação ou quando não se esperam benefícios econômicos futuros ou potencial de serviço do seu uso ou alienação.

2.2.3 - Locações

As locações são acordos pelos quais o locador transfere para o locatário o direito de uso de um ativo, durante um periodo de tempo acordado, em troca de um pagamento ou de uma série de pagamentos.

As locações são classificadas como operacionais ou financeiras, de acordo com a transferência substancial dos riscos e vantagens. Uma ocação é classificada como locação financeira quando, através do acordo entre locador e locatário, são transferidos substancialmente, para a esfera do locatário, todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. Todas as restantes locações são classificadas como locações operacionais.

A classificação das locações depende de julgamento profissional e atende a um conjunto de indicadores que, não sendo decisivos para a classificação, appiam este mesmo julgamento. Entre estes indicadores, encontram-se os seguintes i) a transferência ou não da propriedade do ativo para o locatário no final do período da locação, ii) a existência ou não da opção de comprado ativo, por um preço substancialmente mais baixo que o justo valor à data da opção, iii) o prazo da locação e o período de vida do bem locado (critério especialmente atendível quando conjugado com outros indicadores), iv) a existência de um valor presente de pagamentos no início da locação, que em substância corresponde ao justo valor do bem locado, v) a especificidade do ativo e a capacidade ou não do ativo poder ser usado por terceiros, sem grande modificações, e v) a capacidade do ativo locado poder ser ou não, facilmente substituído por outro ativo. Estes indicadores são analisados, tomando em consideração a substância económica e o balanceamento entre os mesmos, por forma a se aferir da transferência ou não, em termos substanciais, dos riscos e vantagens associados à propriedade do ativo.



Reconhecimento has locações financeiras.

No início do prazo da locação, o locatário reconhece no seu balanço os bens adquiridos através de uma operação de locação financeira, como ativos e as respetivas obrigações de locação, como passivos. O que determina a classificação das locações como locações financeiras, é a substância e realidade financeira, independentemente da forma legal

Mensuração nas locações financeiras

Os ativos e os passivos reconnecidos são monsurados pelo justo valor da propriedade locada, ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação, calculada através da taxa de desconto correspondente à taxa de juro implicita da locação. Caso a taxa de juro implicita não seja determinável, é utilizada a taxa de juro incremental de financiamento do locatário. O valor do custo inclui os dispêndios diretamente atribuíveis a atividades levadas a efeito pelo locatário numa locação financeira.

Os pagamentos minimos da locação são repartidos entre o encargo financeiro e a redução do saldo do passivo. O encargo financeiro é imputado a cada um dos períodos do prazo da locação, por forma a obter uma taxa de juro constante periódica sobre o saldo remanescente do passivo. Qualquer renda contingente é reconhecida como gasto do período em que ocorre.

Os ativos adquiridos través de uma locação financeira, têm o mesmo tratamento que os ativos fixos tangíveis, aplicando-se-lhes as mesmas políticas contabilísticas no que se refere à mensuração subsequente ao momento do reconhecimento inicial.

Reconhecimento e mensuração nas locações operacionais

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como um gasto de base linear no período de vida do contrato de locação, independentemente do periodo de pagamentos efetuados. Exceção para os custos relacionados com manutenções e seguros, que são reconhecimentos como gastos no momento da sua ocorrência.

2.2.4 – Acordos de Concessão de Servicos

Os acordos de concessão de serviços são acordos vinculativos entre uma entidade pública que concede ao concessionário o direito de usar o ativo de concessão de serviços



(concedente) e a entidade que usa o ativo de concessão de serviços para prestar serviços públicos sujeitos ao controlo do ativo pelo concedente (concessionário), e em que i) o concessionário usa o ativo de concessão por um período de tempo especificado e ii) é remunerado pelos serviços durante o período de tempo do acordo de concessão de serviços.

A contabilização na ótica do concedente depende do modelo do Passivo, e implica a análise dos termos do acordo vinculativo para se aferir da aplicação do:

- i) modelo da atribuição de um direito, ou do
- modelo do passivo financeiro.

De acordo com o modelo da atribuição de um direito ao concessionário:

(i) o concedente compensa o concessionário, dando-lhe o direito de obter rendimento a partir de terceiros utilizadores do ativo; e/ou dá ao concessionário acesso a um Ativo gerador de rendimentos para uso do concessionário.

De acoido com o modelo do passivo financeiro:

(ii) em troca do ativo de concessão de Serviços, o concedente compensa o concessionário, efetuando pagamentos ao concessionário, e o concedente tem a obrigação de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro ao concessionário, pela construção, desenvolvimento, aquisição ou melhoria do Ativo.

Reconhecimento inicial

Quando o concedente reconhece um ativo de concessão de serviços reconhece igualmente um passivo, a menos que o ativo já exista no concedente o tenha sido reclassificado como ativo de concessão de serviços. Mesmo que o ativo já esteja no concedente e tenha sido reclassificado, caso haja remuneração adicional por parte do concessionário, poderá hayer lugar ao reconhecimento de Passivo.

<u>Mensuração inicial</u>

A mensuração inicial ao ativo é efetuada ao justo valor, exceto quando o ativo já exista no concedente. Neste caso, o ativo é reclassificado como ativo de concessão de serviços e registado numa classe separada como ativo fixo tangível ou ativo intangível



A mensuração inicial do passivo é efetuada pela mesma quantia que o ativo do concessão de serviços mensurado polo justo valor, ajustado da quantia de qualquer outra remuneração proporcionada pelo concedente ao concessionário, ou por este ao concedente.

<u>Mensuração subsequente - aplicação do modelo da atribuição de um direito</u>

O concedente contabiliza o passivo reconhecido, como a parte não ganha do rendimento decorrente da troça de ativos entre o concedente e o concessionário. Reconhece igualmente o rendimento e reduz o passivo reconhecido segundo a substância económica do acordo de concessão de serviços. O rendimento é reconhecido segundo a substância económica do acordo de concessão de serviços, e o passivo é reduzido à medida que o rendimento é reconhecido.

Mensuração subsequente - aplicação do modelo do passivo financeiro

Modelo aplicável quando existe uma obrigação incondicional de pagar dinheiro, seja por quantias especificadas, seja por insuficiência de quantias recebidas pelo concessionário, dos utilizadores do serviço público. O Passivo financeiro é um instrumento financeiro, reconhecido de acordo com as políticas aplicáveis aos instrumentos financeiros.

2.2.5 - Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são classificados em:

- investimentos em entidades controladas,
- ii) investimentos em associadas,
- iii) investimentos em empreendimentos conjuntos,
- iv) juvestimentos noutras entidades, e.
- v) outros investimentos financeiros.

A classificação depende da existência de controlo, influência significativa, controlo conjunto ou a inexistência de qualquer influência.

Uma entidade é classificada como entidade controlada pelo Município, desde que tenha, cumulativamente:

i) poder sobre a putra entidade participada.



- ii) exposição, ou direitos, aos beneficios decorrentes do seu envolvimento, com a outra entidade participada, e
- ii) a capacidade de exercer o seu poder sobre a entidade participada de modo a afetar a natureza e a quantia dos beneficios decorrentes do envolvimento com essa entidade.

O Município está, portanto, perante uma entidade que controla, quando está exposto, ou tem direitos, a beneficios variáveis decorrentes do seu envolvimento com a entidade participada e tem a capacidade de influenciar a natureza e a quantia desses beneficios através do poder que exerce sobre a participada.

Uma entidade é classificada como associada, quando sobre ela o Município exerce uma influência significativa. Esta influência significativa consubstancia-se no poder do Município em participar nas decisões financeiras e operacionais da participada, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto sobre essas mesmas políticas.

Uma entidade é classificada como empreendimento conjunto, quando existe um acordo conjunto entre o Município e essa ou essas entidades, em relação ao qual as partes que exercem o controlo conjunto, têm direitos sobre os ativos líquidos do acordo.

Reconhecimento e Mensuração iniciais

O reconhecimento inicial de um investimento financeiro é efetuado quando o Município é parte contratual do ativo financeiro subjacente. A mensuração inicial é efetuada ao custo ou ao justo valor.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos investimentos finançeiros é efetuada da seguinte formal nas contas individuais:

i) para as participações em entidades controladas, em entidades associadas e em entidades conjuntamente controladas (empreendimentos conjuntos), a mensuração é efetuada através da aplicação do método da equivalência patrimonial.

Nas restantes participações, a mensuração é efetuada ao custo ou ao Justo valor, tal cumo aplicável pela norma dos instrumentos financeiros.



Método da equivalência patrimonial.

De acordo com este método, o investimento numa participada é reconhecido ao custo no momento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuida para reconhecer a evolução da quota-parte do Município nos resultados da entidade participada, após a data oa aquisição.

A quota-parte do Município nos resultados da entidade participada é reconhecida em resultados do periodo do Município. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada da participação financeira. As alterações efetuadas diretamente no capital próprio das participadas, são refletidas igualmente, pela quota-parte da participação, no patrimônio líquido do Município.

Para a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Municipio utiliza as demonstrações financeiras mais recentes da participada e toma em consideração a adoção das políticas contabilisticas desta. Quando a entidade participada tiver prejuizos, a aplicação do método da equivalência patrimonial resulta numa diminuição do valor da participação na respetiva quota-parte. Quando as perdas na participada igualam ou excedem o valor do investimento, o Municipio passa a apresentar a participação com o valor de zero, deixando de registar as perdas, a menos que tenha assumido obrigações por conta das participadas, situação que leva à constituição de provisões para o efeito.

2.2.6 - Custos com Empréstimos Obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são juros o outros gastos suportados pelo Município relativos a empréstimos obtidos

Reconhecimento:

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos do periodo, com exceção daqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, i.e. de um ativo que necessita de um período substancia de tempo para ficar disponível para uso ou para venda. Neste caso, os custos com empréstimos obtidos são incluídos no custo do ativo, correspondendo tais custos àqueles que teriam sido evitados se o dispêndio desse ativo não tivesse ocorrido.



<u>[nício do processo de capitalização dos custos com empréstimos obtigos</u>

A capitalização dos empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica, inicia quando:

- i) os dispêndios com o ativo estejam a ser efetuacios,
- ii) os custos com empréstimos obtidos estejam a ser suportados, e.
- iii) as atividades necessárias com vista a preparar o at vo para o uso pretendido ou a venda estejam em curso.

O processo de capitalização fica suspenso quando o desenvolvimento do ativo estiver interiompido por péríodos extensos. Durante esses períodos, o custo com empréstimos obtidos é registado como gastos do período.

<u>Gessação do processo de capitalização dos custos com empréstimos obtidos </u>

A capita ização cessa no momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo que se qualifica para o seu uso pretendido estão substancialmente concluidas. Este momento corresponde gualmente ao momento em que o ativo passa do estado em curso para o estado firme.

2.2.7 - Imparidade de ativos

Uma imparidade é uma perda de beneficios económicos futuros ou potencial de serviço de um ativo, para além do processo de realização do ativo pelo uso, i.e. do processo de reconhecimento sistemático das depreciações ou das amortizações.

Reconhecimento e mensuração

Existe uma imparidade quando a quantia escriturada de um ativo excede a quantia recuperável. A quantia recuperável corresponde à maior quantia entre o justo valor de um ativo (uma de uma unidade geradora de caixa) menos o custo de vender e o valor do uso. O valor do uso para os ativos geradores de caixa, corresponde ao valor presente dos *cash flows* futuros que se espera obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. Para os ativos não geradores de caixa, o valor de uso corresponde ao valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo.



A determinação do valor de uso em ativos não geradores de caixa é efetuada através da aplicação de uma das seguintes abordagens.

- i) abordagem pelo custo de reposição depreciado;
- ii) abordagem pelo custo de restauro, e
- abordagem pelas unidades de serviço.

A escolha da abordagem para cálculo do valor de uso depende da disponibilidade de dados e da natureza da imparidade.

O reconhecimento de imparidades depende do julgamento efetuado para os diferentes ativos com indícios de imparidade, através de fontes de informação externas e internas do Município. Sempre que existam indícios de imparidade, o Município verifica e testa se o ativo está ou não perante uma situação que implique o reconhecimento da perda por imparidade.

A mensuração é efetuada pela diferença posit va entre o valor escriturado do ativo e o valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do período.

Reversões de perdas por imparidade

A cada data de relato, o Município avalia através de fontes de informação internas e externas, se existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores possam ter diminuído ou deixado de existir. Nestes casos, o Município volta a realizar o teste de imparidade e caso conclua qua a perda por imparidade é menor ou deixou de existir, reverte essa mesma perda através de resultados do período, até ao valor pelo qual o ativo se encontraria escriturado, caso nunca tivosse sido reconhecida qualquer perda por imparidade.

2.2.8 - Inventários

Inventários são ativos:

- na forma de materiais ou consumiveis a aplicar no processo de produção;
- ii) na forma de materiais ou consumíveis a aplicar ou distribuir na prestação de serviços,
- iii) detidos para venda ou distribuição no decurso normal das operações, ou
- iv) no processo de produção para venda ou distribuição.



Reconhecimento:

O reconhecimento é efetuado a partir do momento em que o ativo é controlado pelo Município, normalmente a partir de um evento passado que corresponde a um processo aquisitivo numa transação com contraprestação, ou a partir de uma transação sem contraprestação.

O gasto com inventários ocorre no momento em que seja reconhecido o rendimento associado, por forma a assegurar o balanceamento entre rendimentos e gastos.

Os bens consumíveis que se encontrem armazenados, entre os quais se destacam os bens de economato, por não integrarem a definição de inventários, são registados no ativo na rubrida Gastos a Reconhecer, dando-se cumprimento desta forma à periodização econômica.

<u>Mensuração</u>

A mensuração é efetuada, em termos genéricos, pela quantia mais baixa entre o custo do inventário e o seu valor realizável líquido, correspondendo este ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade do Município, menos os custos estimados de acabamento e os custos estimados necessários para realizar a venda, a troca ou distribuição.

No caso especifico de inventários adquiridos através de transações sem contraprestação, a mensuração é efetuada ao justo valor à data da aquisição.

Nos casos em que os inventários são detidos para serem distribuídos sem contrapartida ou por uma contrapartida simbólica, a mensuração é feita pelo menor entre o custo de reposição corrente correspondendo este ao custo que o Município suportaria para adquirir o ativo na data de relato.

Qualquer diferença positiva entre o valor escriturado e o vaior realizável líquido nos inventários para produção, venda ou para consumo nos serviços, e entre o custo de reposição nos inventários adquiridos para distribuição, é registada como uma redução no ativo (imparidade) por contrapartida de resultados do período (perdas por imparidade).



2.2.9 - Instrumentos Financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que da origem a um ativo finançeiro de uma entidade a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de uma outra entidade. Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencia um interesse residual nos ativos de uma entidade, depois de deduzir os seus passivos.

Reconhecimento:

O Municipió reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Mensuração inicial de ativos e passivos financeiros.

A mensuração inicial de um ativo finançeiro ou de um passivo finançeiro é efetuada pelo seu justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao ativo ou ao passivo, são incluídos no custo de aquisição, no caso de ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja efetuada ao justo valor.

Mensuração subsequente de ativos e passivos financeiros

A mensuração após o reconhecimento inicial de todos os ativos e passivos financeiros é efetuada de acordo com os seguintes critérios:

- ao custo ambitizado, ou
- ao justo valor.

Ao custo amortizado lik

Os ativos são designados para mensuração ao custo amortizado quando satisfaçem a totalidade das seguinte condições:

- a) sejam a vista ou tenham maturidade definida,
- b) os retornos para o seu detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante, e



 c) não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o şeu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado.

Os passivos financeiros que não sejam detidos para negociação, são todos designados para mensuração ao custo amortizado, usando o método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento finançeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

A mensuração dos principais instrumentos financeiros incluídos nas demonstrações financeiras é efetuada da seguinte forma:

<u>Clientes, contribuintes, utentes e outras contas a receber</u>

Estes instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes, contribuintes, utentes e outras contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidades de dividas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Caixa e equivalentes de caixa.

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, assim como os descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo va or, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor



inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Município possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

<u>Fornecedores, adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes, e outras contas a pagar</u>. Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Adjusto valor (ii)

Todos os ativos e passivos financeiros não incluidos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluidos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor, registadas em resultados nas rubricas "aumentos/reduções de justo valor".

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

- a) instrumentos de capital próprio de uma outra entidade, negociados em mercado regulamentado, e
- b) ativos e passivos financeiros detidos para negociação, i.e. os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente prodorcionado lucros reais. Incluem-se igualmente nesta categoria os instrumentos derivados, com exceção os derivados de cobertura e que seja eficaz.

Imparidade de ativos financeiros

A cada data de relato, o Município avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo vator através de resultados. Esta avaliação tem em consideração a existência de evicência objetiva de qualquer um dos seguintes eventos de perda:



- significativa dificuldade financeira do devedor,
- ii) quebra contratual, ta como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização,
- iii) o credor, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que o credor de outro modo não consideraria,
- iv) torne-se provável que o devedor irá entrar em falência ou fará qualquer reorganização financeira,
- v) o desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor, ou
- vi) informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa por via de alterações nas condições econômicas, locais ou setoriais adversas.

A merisuração das perdas por imparidade para ativos mensurados ao custo amortizado corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos *cash-Pows* estimados, descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

As reversões de perdas por imparidade têm como límite o valor pelo qual o ativo se encontraria registado ao custo amortizado, caso nunca tivesse havido qua quer perda por imparidade. Exceção para instrumentos de capital próprio de uma outra entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, assim como para instrumentos derivados que devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos – para estes ativos financeiros não são efetuadas reversões das perdas por imparidade.

Desreconhecimento

Ao ativos financeiros são desreconhecidos quando:

- i) os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram,
- ii) o Municipio transfere para outra parte todos os riscos e beneficios significativos (elacionados com o ativo financeiro, ou
- iii) o Município, apesar de reter alguns riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo, tenha transferido o controlo do ativo para um



terceiro e este tenha a capacidade prática de vender o ativo a outro terceiro não relacionado.

Os passivos financeiros são des reconhecidos quando estes se extinguirem, o que acontece quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

2.2.10 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Uma provisão é um passivo de momento ou quantia incertos. Um Passivo Contingente é uma obrigação possível que decorre de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não estão totalmente sob controlo da entidade, ou uma obrigação presente que decorre de acontecimentos passados, mas não é reconhecido porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar essa obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Reconhecimento:

As provisões são reconhecidas quando o Municip o tem:

- i) uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de eventos passados.
- ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação, e
- iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro o Município divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

<u>Mensuração</u>

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa. O valor estimado do dispêndio é efetuado através da utilização da melhor estimativa para o efeito, com a informação



disponível à data do relato. Estas estimativas são determinadas através de julgamento profissional, complementado com a experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, com relatórios de peritos independentes.

Alterações no valor das Provisões e desreconhecimento

A cada data de relato, o valor das provisões é ajustado em conformidade com a informação disponível. Quando deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recurso incorporando beneficios econômicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

Uti izacão

As provisões são utilizadas, atendendo aos eventos relacionados, para os quais foram constituidas.

2.2.II - Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos apos a data do balanço, são acontecimentos favoráveis ou desfavoráveis, que ocorram entre a data do relato financeiro e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, i.e a data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas pelo órgão competente com autoridade para finalizar essas demonstrações financeiras e responsabilidade pela respetiva prestação de contas.

Reconhecimento e mensuração

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.



2.2.12 - Rendimento de transações com contraprestação

As transações com contraprestação correspondem a transações pelas quais o Municipio receba ativos ou serviços, ou extingue bassivos, e dá diretamente em troca um valor aproximadamente igual (principalmente na forma de dinheiro, bens, serviços ou uso de ativos) a outra entidade.

Reconhecimento.

O rendimento da venda de bens é reconhecido quando estão cumpridas todas as condições seguintes:

- i) o Município tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens,
- ii) o Municipio não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos.
- a quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade.
- iv) for provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados.
 à transação fluirão para o Município, e
- v) os gastos suportados ou a suportar relativos à transação puderem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação puder ser estimado com fiabilidade. O reconhecimento é efetuado de acordo com a fase de acabamento do serviço prestado. O reconhecimento ocorre no momento em que estejam cumpridas todas as seguintes condições:

- a quantia do rendimento possa ser mensurada com fiabilidade,
- ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para o Município.
- iii) a fase de acabamento da transação à data do relato possa ser mensurada com fiabilidade, e
- iv) os custos suportados com a transação e os custos para completar a transação possam ser mensurados com fiabilidade.



<u>Mensuração</u>

O rendimento de transações com contraprestação deve ser mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. Quando o influxo de caixa ou equivalentes de caixa for diferido, o valor reconhecido é o justo valor da retribuição que corresponde áquele que seria praticado caso não houvesse tal diferimento. A diferença entre o justo valor e a quantia nominal da retubuição é reconhecida como rendimento de juros.

2.2.13 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação são as transações em que o Município ou recebe valor de outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual. São igualmente transações sem contraprestação, aquelas em que a entidade recebe recursos, mas não entrega por contrapartida qualquer retribuição, situação onde se incluem os impostos e as transferências, onde se incluem as transferências financeiras, os subsídios, as multas e outras penalidades, legados, ofertas, doações e bens e serviços em espécie.

Especificações sobre ativos transferidos:

As especificações são os termos impostos por lei, regulamento ou acordo vinculativo sobre o uso de um ativo transferido por entidades externas ao Município. Estas especificações podem ser:

- i) condições quando indicam que os benefícios económicos futuros qui potencial de serviço incorporados no ativo devem ser consumidos pelo recetor conforme estabelecido, ou que os futuros benefícios económicos ou potencial de serviço têm de ser devolvidos ao cedente, ou
- ii) restrições quando limitam ou orientam os fins para que pode ser usado um ativo transferido, mas não especificam que beneficios económicos ou potencial de serviço são necessários desenvolver a quem transfere, se tallativo não for empreque conforme especificado.



Reconhecimento de ativos

O reconhecimento de um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação é efetuado quando o Município obtiver o controlo dos recursos que satisfaçam a definição de ativo e este seja possa ser mensurado com fiabilidade.

Reconhecimento de ativos com especificações

No caso da transferência de ativos com condições, o Município reconhece em simultâneo com o Ativo aquando do reconhecimento inicial, um Passivo. No caso da transferência de ativos com restrições, não é reconhecido qualquer passivo, podendo, no entanto, ser constituidas provisões, caso estejam cumpridos os critérios de reconhecimento para as mesmas.

Reconhecimento de impostos e transferências

O reconhecimento dos impostos é efetuado no momento em que o acontecimento tributável ocorre. De igual forma, o rend mento das transferências é reconhecido quando o acontecimento relacionado ocorrei.

Reconhecimento de doações

O reconhecimento de doações é efetuado no momento em que existe o controlo do ativo doado. A contrapartida do ativo doado é efetuada no Património Liquido. Caso se trate de doações de ativos que sejam diretamente transferidos para terceiros através de resultados (ativos de pequeno valor que são consumidos no próprio exercício), o rendimento sem contraprestação relacionado com a doação é reconhecido em resultados por forma a ser garantido o balanceamento entre rendimentos e gastos no período.

Mensuração de ativos no reconhecimento inicial

A mensuração de ativos adquiridos através do transações sem contraprestação é efecuada pelo justo valor à data da aquisição, correspondendo este à quantia pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a negociar, numa transação em que não ha relacionamento entre elas. No caso dos impostos, os ativos são mensurados pela melhor estimativa do influxo de recursos para o Município.



Mensuração de passivos no reconhecimento inicial

A mensuração de passivos corresponde à melhor estimativa da quantia necessária para liquidar a obrigação presente à data do relato.

Mensuração do renoimento

O rendimento de transações sem contraprestação corresponde à quantia do aumento do ativo reconhecido pelo Municipio.

2 2.14 - Beneficios dos Empregados

Os beneficios dos empregados são todas as formas de retribuição dada pelo Município em troca dos serviços prestado pelos empregados.

Os benefic os dos empregados classificam-se em:

- i) beneficios de curto-prazo e
- ii) benefícios pós-emprego.

Os benefic os de curto-prazo:

incluem os salários, ordenados e contribuições para a segurança social, ausências permitidas de curto-prazo remuneradas em que compensação pelas ausências ocorre dentro de 12 meses após a data do relato em que os empregados prestam o respetivo serviço, gratificações relacionadas com o desempenho, e benefícios não monetários, tais como cuidados médicos, alojamentos, automóvel e bens ou serviços grátis ou subsidiados dos atuais empregados. Os benefícios pos-emprego incluem os benefícios de reforma, podendo ser constituídos por planos de contribuição definida ou por planos de benefícios definidos. Dada a não aplicação de benefícios pós-emprego no Município da Póvoa de Lanhoso, apresentam-se as políticas contabilisticas para os benefícios de curto-prazo (i).

Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento resulta da prestação de serviços pelos empregados no período contabilístico. É efetuado pela quantia não descontada dos beneficios de curto-prazo que se espera pagar em troca desse serviço.



O reconhecimento é feito como passivo, sob a rubrica "acréscimo de gastos", após dedução de qualquer quantia já paga. Se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, o Município reconhece um ativo na extensão em que o pré-pagamento conduza a uma redução em pagamentos futuros ou numa devolução de dinheiro, e como um Gasto do periodo, a menos que o valor seja objeto de capitalização, por exemplo, em casos relacionados com Ativos Fixos ou Inventários.

2.3 - Outras políticas contabilísticas relevantes.

A preparação das demonstrações financeiras elaboradas pelo Município tem em consideração os seguintes princípios:

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que o Município continuará a sua atividade no futuro, pois com base na informação disponível e nas expetativas futuras dos orgãos de gestão, não existe a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

<u>Regime do Agrésolmo ou da Periodização Econômical</u>

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem. Independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. Consequentemente, as diferenças entre os rendimentos ou gastos e as respetivas receitas ou despesas são reconhecidas nas rubricas de "Outras contas a receber", "Outras contas a pagas" e "Diferimentos".

Consistência de Apresentação

Com a implementação pela primeira vez em 2020 do SNC-AP, existe a obrigatoriedade da apresentação de novos modelos de demonstrações financeiras, e no qual em 2022 já se assiste a uma consistência ao nível da apresentação.



Materialidade e Agregação

Uma informação é materialmente relevante se influenciar as decisões económicas, com base nas demonstrações financeiras, tomadas por parte dos seus utilizadores. Desta forma, itens que separados podem ser imaterialmente relevantes, de acordo com a sua natureza e materialidade, podem ser agregados para que as demonstrações traduzam uma maior fiabilidade.

<u>Compensação</u>

Os ativos e passivos, assimi como, os rendimentos e gastos, dada a sua relevância não devem ser compensados.

2.4 - Julgamentos jexcetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram major impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juizos de valor e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias reconhecidas de ativos e passivos, assim como, as quantias reconhecidas de rendimentos e gastos do período.

O Municipio aplicou as políticas contabilísticas contidas nas normas ou interpretações que são específicas a cada transação e acontecimento económico. De referir, que na ausência de uma norma ou interpretação específica o órgão de gestão fez juízos de valor na aplicação de políticas contabilísticas, sempre com objetivo de que a informação daí resultante seja relevante e fável para a tomada de decisões económicas por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras, de forma a que estas:

- Representem fielmente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município;
- Reflitam a substância económica de transações, acontecimentos e condições e não meramente a respetiva forma legal;
- Sejam neutras;
- Sejam prudentes;
- Sejam completas em todos os aspetos materiais.

Os principais juizos de valor efetuados na preparação das demonstrações financeiras foram



os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Registo de ajustamentos aos valores dos ativos, provisões e imparidades.
- Especializações diversas.

2.5 - Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provoçar aiustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações financeiras foram elaboradas numa perspetiva de continuidade da atividade do Municipio, logo não existe por parte do órgão de gestão a intenção ou a necessidade de liquidar ou reduzir substancialmente o nível da sua atividade.

2.6 - Aplicação inicial de uma NCP com efeitos no período corrente ou em qualquer período antérior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impratiçavel determinar a quantia do ajustamento, ou com efeitos em períodos futuros

Com a adoção do SNC-AP, e aplicando supletivamente a Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) 22 "Subsidios e outros applicas das entidades públicas", os subsidios ae investimento não reembolsáveis devem ser reconhecidos inicialmente no património l'quido e imputados numa base sistemática a rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados com as depreciações. Este tratamento contabilistico também é preconizado pela nota de enquadramento da conta 201 "Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos" do SNC-AP.

2.7 - Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

Todas as estimativas efetuadas pelo Órgão de Gestão do Município na preparação das demonstrações financeiras, bem como, os pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência á data de relato no melhor conhecimento existente á data de aprovação das



demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados. Estas estimativas podem ser influenciadas por variáveis econômicas e outros fatores externos ao Municipio, aiguns dos quais esta poderá não controlar, nomeadamente a continuidade da guerra que se encontra a decorrer no âmbito da invasão na Ucrânia pela Rússia e que se encontra a ter fortes impactos na economia nacional, União Europeia e Mundial, bem como os efeitos da elevada taxa de inflação que atualmente se assiste.

Poderão existir situações em periodos subsequentes que, não sendo previsiveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Consequentemente, dado pelas estimativas poderem ser influenciadas por fatores externos, os resultados reais das transações poderão diferir das estimativas efetuadas.

É entendimento do órgão executivo que todas as estimativas desenvolvidas refletem o melhor critério, dada a informação disponível.

Nota 3 – Ativos Intangíveîs

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

<u> Quadro 3.1 – Ativos intanaiveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas</u>

		Inicia do parlodo	parlodo			Final do	Final do pertodo	
Rubdrass	Quanda Bruta (1)	Amortzaphes Apumuladas (2)	Perdas por Impendade Acamulades	Ovanta escribrada (44 - 11) - (21 - 13)	Owards Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdos por Impartdade Acumuladas (7)	Outside escriturada [8] = (5) - (6] - (7)
ATIVOS INTAMGIVES								
Alivos infangiveis de doméio público, palnandoso historico antistico a tutural	5 408 54			5.408,94	5. 408 ,34			5,408:54
Goodwall								
Projetics de plasenvolumento								
Programos de campulador e sistemas de intornação	974.381,71	825.50gm		88 822,68	1,025,442,45	892305.08		133 137.40
Propriedade imbohisi e undeckali								
0,00%	3.6000 40	225,547,65		90 452.RE	316,000,23	24115,38		61.885 24
Aliuge intengines am curso	42 404.26			42 404,26	59.305,36			99,355.86
Tolal	1,279195,54	1.451.106,68	6,00	22T.088, M	1.406.218,02	1,145,420,43	8.0	25,54,45

Ouadro 3.2 - Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do periodo

					Variation	5965	Variables			
Rathman	Quada Borinson (eldel(!)	ragogar (E)	Tricollocinosis Informas I andidate 13	Revel ortzanções. (4)	Parentes de perdes per Impurénte	Perduspor Imparticité	Amortizações de parlede	Districts combine	Definição (9	excriberate land (fib) = (11 + (2) + (11 + (2) + (3) + (4) + (2) + (3) + (5)
ATIVES INTAKANDES										
Minot integrate performing pathons, parameters industry, printing elegand. Societal	2400.34									5406,94
Projects are destinational and a second and										
Programas de computadar e parameir de informação	98 622 58	112 SQL 23					(tagging)			159.157.40
Proprietate intuitial excidentate										
SAUSE	90 (32.36						20 Me 174			6136634
And that grate the Can o	42 404 36	16 961 70					5			. 50 X5 IB
Total	227,000,00	134,656,07	00'0	9,00	000	000	pc, mr, con	oi b		253,99,54

Quadro 3.2 A - Ativos intangiveis - Adições

					4.819449	243				
Rubress	Information Principles	Compra 14	Catalon 138	Transferried dis eu froca (8)	Transferred hymaco, legado eu bross de partido I (4) dever de Basalo (5)	Dougloom pagements 49	Locapio Formodin. M	Forto, Orie. Resimbração III	Course &	Total (144 - (1) + (3) +
\$Backerine Style			İ							
Alsos interprets the despite cultures, authorities in places, printing a colored content.										
Projetto de trestamente por la										
Programas de comprisos e salamas de misma de serioridade		07/89/30								117 BM 77
Programme Louis and a review of the second second										
Outos										
Alvos introgres en outo		18.961.70					1			it set M
Teacl	96'd	134,655,47	00.00	BB.0	0000	1,00	0,88	0,00	000	124,196,47

As adições referentes aos ativos intangíveis referem-se à aquisição de software informático.



Nota 4 - Acordos de concessão de serviços

O Municipio da Póvoa de Lanhoso é concedente num contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no perimetro municipal, com a EDP Distribuição – Energia, S.A. JEDP Distribuição). Este contrato de concessão foi efetuado no âmbito do quadro legal que foi criado pelo Decreto-Lei n.º 344-B/87, de I de setembro, tendo o mesmo sido renovado em 2001, para um novo período de 20 anos.

De acordo com o contrato de concessão, o Município da Póvoa de Larihoso concede à EDP Distribuição la distribuição da energia elétrica em baixa tensão na área do próprio Município, passando esta a delegar na concessionária o exercício dos direitos e poderes necessários à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa tensão em regime de exclusivo.

Afetos à concessão, encontram-se al as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e as redes de iluminação pública, compreendendo as linhas, os ramais e as chegadas, bem como os aparelhos e os acessórios ligados à sua exploração, que à data da concessão estavam a ser explorados pela EDP Distribuição, b) os postos de transformação alimentadores das redes anteriormente referidas, e c) os postos de transformação e os direitos sobre os quais em que se encontram implantados as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, compreendendo as linhas os ramais e as chegadas, as redes de iluminação pública, bem como os aparelhos e acessórios ligados à exploração da distribuição concedida, construidos ou instalados pela EDP Distribuição para cumprimento das obrigações da concessão, durante a vigência desta, independentemente de o seu custo ter ou não sido comparticipado ou suportado por quaisquer entidades.

Todo o património abrangido pela concessão, nos termos do parágrafo anterior, é património da EDP Distribuição, não podendo, porém, o mesmo ser utilizado pela EDP Distribuição em atividades diferentes daquelas que constituem objeto da concessão, sem que haja sido acordado entre o concessionário e o concedente, o valor devido de compensação relacionado.

Em resultado do contrato de concessão, o concedente ficou com o direito a uma renda, tendo o concessionário ficado com o direito a isenções, nomeadamente quanto ao uso dos bens de dom*i*nio público municipal.



Aquando do resgate ou do fim da concessão, a EDP Distribuição transferirá o património para o Municipio, nos termos do Decreto-Lei 344-B/82, de 1 de setembro, na sua redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro, i.e. em troca de uma indemnização correspondente ao valor líquido do património próprio da entidade concessionaria afeta à exploração, que será pago pelo Município da Póvoa de Lanhoso. Ao abrigo da concessão, a EDP Distribuição fiçou obrigada a comunicar à entidade concedente, o valor de indemnização a pagar por esta àquela, relativo às infraestruturas elétricas, num hipotético resgate da concessão, devendo tal valor ser fundamentado e instruído, quando solicitado pelo Município, com os elementos necessár os ao seu conhecimento. Os mecanismos destinados à inventariação física deste patrimônio são estabelecidos pelo concedente e pelo concessionário, ao abrigo do contrato de concessão.

Com a Lei n.º 31/2017, de 31 de maio, que aprova os princípios e regras gerais relativos à organização dos procedimentos de concurso público para atribuição, por contrato, de concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração dos redes municipais de distribuição de eletricidade de baixa tensão, encontra-se previsto o lançamento sincronizado dos procedimentos concursais para atribuição de concessões municipais da atividade de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no território continental português, com vista a asseguirar os principios de eficiência económica e de neutralidade financeira para os consumidores e para o Orçamento do Estado. Este lançamento sincronizado ainda não tem data definida, que seja do conhecimento do Município da Póvoa de Lanhoso, não tendo este efetuado a comunicação à FDP Distribuição no periodo previsto para a denúncia do contrato, periodo este que ascende a 2 anos antes do términus do mesmo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro, diploma que alterou o Decreto-Lei 344-B/82, de) de setembro, no que respeita a esta matéria.

Considerando que o Município da Póvoa de Lanhoso, age como concedente no contrato de concessão com a EDP Distribuição, e que controla os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem os tem de prestar e a que preço (sendo este definido com a intervenção do regulador), e considerando que o concedente controla qualquer interesse residual no ativo no final do contrato, tendo no caso em concreto de pagar a indemnização prevista para o efeito nos termos legais, parece não existirem dúvidas de que o ativo deva ser reconhecido peio Município que o controla, não sendo porém da sua propriedade. Não obstante, para que tal reconhecimento se materialize, é necessário que o justo valor dos



ativos seja conhecido ou dado a conhecer pelo concessionário. Considerando o que anteriormente foi exposto, a inexistência de um inventário valorizado relativo ao património afeto à concessão, impossibilita uma mensuração frável dos ativos de concessão pelo concedente, situação que a par do que é referior no parágrafo seguinte, suporta o não reconhecimento do mesmo.

No momento do reconhecimento do Ativo, tal como previsto na NCP 4, o concedente obriga-se a reconhecer um passivo, tomando em consideração o modelo do passivo financeiro, o modelo da atribuição de um direito ao concessionário, ou um hibrido entre estes dois modelos. De acordo com o contrato de concessão, a EDP Distribuição deveria comunicar ao Municipio o valor anual da indemnização correspondendo esta ao valor líquido do patrimônio próprio da entidade concessionária que se encontra ao sérviço da concessão. Ora, até ao momento, que se tenha conhecimento, este valor nunca foi apurado, não existindo de igual modo uma mensuração fiável para o efeito. Acresce o facto de nos termos da Lei n.º 31/2017, de 31 de maio, não ser certo o momento a partir do qual a concessão será resgatada ou finalizada.

Neste enquadramento, e apesar de estarmos perante um contrato de concessão entre o Município da Póvoa de Lanhoso e a FDP Distribuição, não é possível proceder ao reconhecimento dos Ativos e dos Passivos relacionados, dada a impossibilidade na identificação e mensuração destes Ativos e destes Passivos à data da transição para o SNC-AP.



Nota S - Ativos fixos tangíveis

Os bens dos ativos fixos tangíveis foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia-se quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes para calcular as depreciações.

O valor dos trabalhos para a própria entidade ascendeu a 261 milhares de euros.

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangiveis encontra se demonstrada nos quadros que se seguem:

Quadro 51 - Ativos fixos tangiveis - Variação das depreciações e perdas por imparidade acumyladas

Rukritens	Quantis Bruta 11)	Or predações Acumuladas (2)	Perdet por Impardade Acumuladas	Duartumba escritumba (4(=1) - (2) - (3)	Chaptig Bruta	Depradações Acumuladas RS	Pentas por Impandade Acumuladas	Outsitus escribus da (5) = (5) - (6) - (7)
Bens de dominio público, patrimidatio histórico, artistico e cultural								
Steumoru süsembel e Sücemalı	9.854.541,30			9 224 541,30	10,083,625,71			10,038,825,71
Editions equipment and an expension of the end of the e	2,277,550,16	1,228,412.65	_	1.049.158.51	2 240 446,49	1 319 085,41		\$21.361.08
se ministerio	54,249,631,06	23,274,308.67		32.975 522.41	59 622 687,67	26 705 146.10		32,040,541,53
Palambac hylotop, ansticole cultural	(5.068.43	3,844,74		71,224,69	78,219,43	4.086.72		74 (32.7)
Cultra bens de dominio pubblico etta apato	2 084 475,99			2 084.475,99	1036,461,47			1,036 451,47
	70,511,538,96	24 505 456.06	000	46 005.022,90	73 065,640,77	28.025.018.23	000	45,007,322,54
Alived fix 66 PP Concession								
Temenos e recursos naturais				3.00				00'0
Editors e outros construções				3.00				0,00
né aes indurés				3.00				0.00
Datimatric historica, artralica e cultural				3.00				0.00
Alvas inos em concessão em cuisto			!	0000				0.00
	000	000	0.00	000	000	000	0.00	0.00
- Curing a strope. Ange tangmain								
Semples sources and semples sources	2.861.119.39			2,651,313,93	1,693,672,86			2,863,872,66
Edificies e bulies constituções	23,334 819,16	5,561,578,72		17,113,239,44	23 542 152.88	6.215.190,93		17,028,961,95
Equipments blaic 0	1,807 164,06	1,430,034,39		405 829.15	. 985 658.22	1,546,076.15		70,000 962
Equiptometric de Yensporte	1,212 198,44	1,132,600.90		12,994,51	. 241 653.61	1.158 033,72		80,619,89
Equipamento administrativa	923.862,13	818 269 32		105.613.31	.073,257,23	890,796,93		182470,35
Equipamentos bidogicas								90,0
Dums	47,729.818	656 142,39		162,484,95	B86.052.31	706 924,72		65°C IBI
Alras lings langues em curso	196 180.38			196, 180, 98	553,283,74			553 281,14
	31,154 186,39	9 998 958 8	00'0	21.585,256,78	32.160.970,35	10.516.259.45	0,00	21 644 705,40
Total	101.655,684,19	34,105 415,31	00:0	67.598.279.68	105,227,611,62	31.546.547,58	0.00	66,612,421,1M



Conforme já referido, a complexidade no processo de implementação integral do SNC-AP, implica ajustamentos que vão sendo efetuados neste período de transição. Na conta de ajustamentos de transição, foram efetuados:

Reconhecimento de atívos 31.753,11 euros;

Tal como se demonstra nas tabelas que se seguem, o Município mantém os seguintes investimentos em curso no valor de 1.589.745,21 euros:

- Reabilitação da Casa do Livro 474,476,44 euros;
- Reabilitação do largo da feira e envolvente 1.036.461,47 euros;
- Reabilitação das Casas dos Magistrados 78.807,30 euros.

Foram transferidos no periodo para edifícios e outras construções e infraestruturas os seguintes investimentos:

- Infraestruturas para novo arruamento em Galegos 70.896,87 euros;
- Valorização da estrutura de apoio na Praia Fluvial de Verim 520.383,59 euros;
- Requalificação da Travessa de S. Bento em Águas Santas 12.156,08 euros;
- Alargamento da Rua de Portela O'Acha em Brunhais 9.562,18 euros;
- Requalificação da Rua de Portelinha em Covelas 208.539,89 euros;
- Requalificação da Rua de Ferreiros em Ferreiros 37.232,50 euros;
- Requalificação da Rua dos Caçadores em Oliveira 19.080,00 euros;
- Requalificação da Rua Rua Vilar, Largo Fundevila e Rua Fundevila em Travassos - 62.582,00 euros:
- Requalificação da Rua de Quintã na Póvoa de Lanhoso 26.248,66 euros;
- Recupalificação da Rua General Ramalho Eanes na Póvoa de Lanhoso 9.719,14 euros:
- Requalificação da Rua Travessa do Outeiro na Póvoa de Lanhoso 6.837,00 euros;
- Requalificação da Rua dos Moinhos Novos na Póvoa de Lanhoso 26.603,68 euros.
- Requalificação do Centro Cívido em Travassos 52.994,94 euros;
- Requalificação da Rua do Padrão em Mensul 26.484,10 euros;



- Rede de Saneamento na Rua Constantino Gonçalves e Rua do Pelourinho 28.643,40 euros;
- Rede de Saneamento na Rua de Redufe em St. Emilião 47.146,17 euros;
- Rede de Saneamento na Rua de Gerzat em Taíde 42.683.15 euros;
- Rede de Abastecimento de Água em Sobradelo de Rendufinho em Rendufinho – 21.578,63 euros;
- Requalificação da Rua da Pereira e Rua Trasdevesa em Friande 45,586,00 euros.
- Requalificação da Rua de Fonte Secalem St. Emilião 29,234,84 euros;
- Requalificação da Rua de Quintela e Rua do Bárrio em Verim 51.142,00 euros;
- Requalificação da Rua da Igreja e Rua 5. Pedro em Serzedelo 158.999,30 euros:
- Regualificação da Rua Pau de Fiolem Ferreiros 51.142,00 euros:
- Requalificação da Rua de Lanhoso e Rua D. Dinis em Lanhoso 87.349,40 euros;
- Requalificação da Rua da Devesa em Ferreiros 88.675,67 euros:
- Requalificação do caminho dos Moinhos em Vilela 21120 71 euros,
- Requalificação da ligação Av Esperança à Rua do Monte em Vilela 71.991,21 euros;
- Requalificação da Rua dos Amarelos e Rua Fundo de Arcas em Rendufinho 69.922.90 euros.
- Requalificação da Rua de S. Damião e Rua da pena EN207-4 em Garfe -140.963,14 euros;
- Requalificação da Rua Padre Jose Joaquim Martins em St. Emilião 16.800,00 euros;
- Requalificação da Rua do Riberrinho e Travessa dos Novais em Louredo 30.822.15 euros;
- Regualificação da Rua Vale da Moura em Oliveira 124.696,38 euros;
- Regualificação da Rua Av. de Oliveira em Oliveira 121.369,08 euros:
- Requalificação da Rua da Escola em Covelas 46.247.80 euros;
- Requalificação da Rua D. Dinis na Póvoa de Lanhoso 3.561,50 éuros.
- Requalificação da Rua S. João Valdemil na Póvoa de Lanhoso 7.095,98.



euros;

- Requalificação da Rua das Cortes na Póvoa de Canhoso 21.539,15 euros;
- Requalificação do Centro Cívico de Brunhais 68.698,96 euros;
- Requalificação da Rua de Vila Secalem St. Emilião 68,415,48 euros;
- Requalificação do Caminho do Lameiro em Vilela 33.600 00 euros;
- Requalificação do Caminho de S. Miguel e do Pascal em Vilela 23.344,89 euros:
- Construção de muros na Rua Sr,* do Ó e Rua do paço Velho em Vilela 14.560.00 euros.
- Requalificação da Rua de S. Brás. Rua da Alto Sela Póvoa de Lanhoso —
 12.599.70 euros;
- Requalificação da Travessa do Bairro Santiago em Lanhoso 43 508,99 euros;
- Centro Cívico de Sobrade o da Goma 147.291,41 euros;
- Construção de 3 paragens de autocarros em Fontarcada 3.776,45 euros.
- Requalificação da Rua do Outeiro em Louredo 9.333.30 euros;
- Infraestruturas Elétricas em GARFE 25.876,68 euros;
- Posto de transformação em Garfe 10.011,70 euros;
- Requalificação da EM 602 Rotunda da Escola Secundária até Vileta -332.585.13 euros;
- Reposições de Redes de Águas e Saneamento 28.091,04 euros.

Pela complexidade e dificuldade no levantamento o procedimentos legais para o registo de todos os bens patrimoniais e, apesar dos esforços encetados pelo órgão do executivo e pelos serviços do município, não tem sido fácil assegurar o controlo efetivo destes bens. No período e aproveitando a transição para SNC-AP os serviços do município inventariaram, valorizaram e registaram uma grande parte dos bens em falta do município. Considerando o exposto, os bens de domínio público e privado registados no balanço da entidade podem ainda não refletir a totalidade do patrimônio municipal

Ouadro 5.2 - Ativos fixos tangiveis - quantia escriturada e variações do período

					Yes	Variagins no pariedo	, op			
Publican.	in the second se	to de de la company de la comp	franstredus Internation entitles	Revalentes chies	Aprecials de parties pos departicular	Participal Imputible	Dependentian do período (2)	Otennya graduji ja	Divind (for	County of the Co
Berry de dentinio publice, proteindreo hiddelea, artition à cultural										
"entropy of recursor neighbors	B TAN SAT IN	Ma Man								10,000,000,01
Balticos e patra construções	1049 158.51		22 748,089				数数の回じ			321361,98
Machine	22 975 652 (1)	286.002 [7]	2 787 864 98				13 431 WILLIAM			20 1 1 2 1 1 2 1 2 1 2 1 2 1 2 1 2 1 2 1
Parameterismo efetos attant	71.154.84	3.5000					100 PM			Participal
Dubos bero de demino palança em dumo	2.094 (15.89	2334 30 55	15 177 819,234						(140)(14)	1028 461,47
	45 005 002,30	3.425 (20.48)	1417,713,23	0.00	po'a	0000	3522 228 75	E,00		45,007,302,54
Minds fact aim concession			ý ji							
Varieties a rituation hibridal.										
Editions in parameters across packets										
Massifice										
Putmention and account of participation										
Almos flots an expension on curso										
	80	000	000	00'0	10°0	000	0.0	000	000	000
Oultes afters thos langing re-	2		3000		5					
Permissi e resursos naturais	2 8/1 3/15/85	20 age 15							R CEN	1 885 872,86
Bulticos e painas construções	4 75 750 M	intep. of	が続いる				604 227.60			17 120 Miles
Equipment object:	405 829 96	144 300 EE					111: 386 91			424,342,53
Egyptmento de l'amquate	2 10 2	32,243,57					125-224.19			816:918
Equipmento otrinismativo	105.615.91	150 343,45					14433.00		(R)(S)	00 JU + 231
Equipments throughos										
Culvis	N. A. A. S.	(1) (2)					12,547.69		13.42	us justicals
Appear figure imagement of the cut-to-	785 160 36	4BY,521, 20	113041644	i						553 280,74
	25 25 25 25	96337159	21,851,86	0,00	000	000	PD5.205 (05)	000	1554,785	21 644 701 40
Little	M 45 590 219, M	4.000 alle of	286 361,337	900	0,40	9,00	CALABOT A DALSON	00/0	(Pag. 963,43)	66,682,023,94
	İ									

O valor refletido na coluna 9 - "*Diminuições*", nos bens de domínio público refere-se ao desreconhecimento de ativos

140 - (2) - (2) - (3) - (4) + (2) - (3) - (3) + 21% 10 M 969900, M 27 100 (2) 及当湖 12,349,51 13,349,51 130,349,45 S. MALO 40 20 36 95 10 35 0,080,478,07 で感動 90'3 16 KG 90 0.05,0 8 Ba 40000 0,324 11,784,11 華 8 3,00 Pedo Odle, Restriktoria (B 900 8 9 8 å 8 Bunnels H Ę E 9 200 Dept. Couple, September, hypto-ov perdebia force de Elanda 227,200,50 M COOK 157 200,93 7000 Adc fast 0.00 557 2 10 20 8 MA 22 22,598,90 8 8 Byrogeligie ত an an dad a magain gentha Presidential ou sees 274 FB, 24 Š 040 040 99 ş i = 35 456-31 144-356-38 12-349-57 417 S2 L26 900 BBM 54 MB 12.01 A 175.00 190 342 45 20,000 ģ 228,991.2 136101.0 1480.02.48 # # # 皇皇 럘 β 6 ğ forme de dominio publico, palifropano higiórico, pristipa e culmos Publican Others have do derrotte problem the const Personal Works, effects a called Patientes in 1960, 410/4, a talend Alten has on could be of this Abadéa lugas en ano Estima e salas concluções Editors & celling opposite the Editors como confrução Leaders of Carolina (Application) Demonst e cepanos nationals (depote a remains referen Outre alive line to specific Eleparent demogratio Application of Uniques then free an carpote Elephonetry behavior Systematics Done Mochine Machine

Quadro 5.2A - Ativos fixos tanquiveis - adições

Ouadro 5.2B - Ativos fixos tangiveis - Diminuições

				Diminukang		
Pulbrices	Allegación a úbilo enerceo (1)	Transferència ou troca (2)	Devolução ou ravembo	Fusto, clsho, nestruturação (4)	Outrae (6)	Total (6) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5)
Bens de domanjo público, património hidónico, artistico e cultural				i		
Temenos o recuesos naturais						
Editions e outras construções						
Maestrums						
Patrimonio historico, artistico e cultural				_		
Cupres bens de demante pubblico em curso		144.378.85				144.378.85
	3.00	144 378,85	D 00	0,00	D:00	144,378,85
Allvos fixos em concorado						
Terrendos e recursos naturais						
Edificios e outras constituções.						
Massinums						
Palnmane historica, artistico è cultural						
Alivas fixos em concessão en cuitão	•					
	0.00	0.00	0.00	00'0	0.00	0.00
Outros ativos tangiueis						
Temenos e recursus raturais	430,00					430,00
Cdificios a cultida construções						
Equipemento pásico						
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo					153 36	35,551
Equipamentos biolicacos						
Outros					1.42	1,42
Alnes two largives en curso						
	#30.00	0.00	0.00	00'0	154.70	584.78
	Total 430,00	144L37B,85	00'0	00'0	454,78	144.963,63

Nota 6 - Locações

Locações financeitas - Locatários

Em 2022, o Município não tem contratos de locação financeira.

Locações operacionais - Locatários

Ouadro 6.2 - Locações Operacionais, - Locatário

			Pagemorron of the	ofollundes a-cumulades			Futures pagamentos mánimos	ambe minimes		Valor presents
	Valor do	Parlodo	odo	Anumated	Made					SOUTH SOR
	detheca	Pagamentos minimos	Rendas	Pagemente	Rendas Carkingenses	Alle 1 and	Entre I a 8 ands	Superior a 6	Yelsh	paga montos mbninsos
Contrato de amendamento Freistación da CPICU	OD 000 RL	6 200,00		20,000,00		\$ 000 @	nn'n	0.00	5,000.00	6,000.00
Contrato de amendamento como despeto de populación de la como de l	21 000,000	7, 700,00		2. BH2 00		800,000	0.00	0.00	D00 D0	00000
Ranga do Ceraro de Sande de Talde	4 800.00	◆ 900.00		d BR0,00		4 800 00	0.00	0.00	4 800,00	d RID CO
Alaque: de luc e sum	30.285.40	30 295.40		30,385,40		0.00	0.00	II.III	0,00	000
Angular de cerodos providos perentos	DY 052 CI	15 730.49		13.730.45		000	0.00	0.00	00.0	0440
Alaguer de 4 autes de sute embrés cividupamento para o pristro de musco no ER 3 o Consido Semanas	3 420 63	015.47	!	01816		2,307,16	DO'O	00.0	2 507,16	250716
Aligum de equipemento audioxístal o do calomo no Ambio do provino Cultura in	13 345.67	05,246,01		12 345,50		00'0	po'o	00 0	nn'n	0 00
Aligner de volume destinada à nacemb de resident regleseroscos.	14 408 45	18 309 43		14,409.45		0,00	polo	- DO'0	H.H.	
	6,250,27	R 253,47		6.253.47		00'0	90°0	- 00'0	0.00	Cd.d .
Total	125 846,05	96.003.74	9,00	119,309,199	09.4	12 967,15	09'9	06'0	12,307,18	12 907,15

Para efeitos do cálculo do valor presente dos pagamentos mínimos da locação, considerou-se uma taxa de desconto igual a zero. Tratando-se de locações operacionais com um reduzido periodo de contrato, e considerando o valor reduzido das taxas de juros atuais, qualquer efeito adventente de uma taxa de desconto diferente nunca será materialmente relevante.

Locações financeiras - Locador

Não aplicáve!.

Locações operacionals - Locador

Ouadro 6.3 - Locações Operacionais - Locador

	1	Pagame	rdza wfalksados p	Pagamentos malasdos paro localário acumulados	nulados	Fud	Futures pagamentes minimos de tocatário	minimus do bocata	¢	Valor presente
BENS LOCADOS	Valor 00	Periodo	page	Acumulado	ala-do					Tanamondos.
	Seminary of the series of the	Pagareeroos minimos	Rendas	Pagamentos rafolmos	Rendae	All 1 amo	Entre 1 a 5 amos	Superior a S anns	Total	minimos
Bay de Precina Muncipal	45,000,00	675000		DC 0000 OE		15 000,00			15 000,00	15,000,00
Escule Professional do Allo	600 000.00	00'0		440,000.00		- 80 000 00			160 000,00	150.000 00
de Habilações	3.544,04	3 636,58		3 638 56		364932			3 B49,52	3 649,52
Diragio de superficie de pregin unhano, são na Rica Teuera fulbairo - Jal.", o 2005.	2,500,00	\$ 500,00		2,300,00		2.500,00			2.500,00	2,590,00
Randa de dereto de Eupertida referense do Otrodo Gas	E.905,87	6 905.67	!	UR 509 9		5.905,87			6 905,87	5.905,97
Central Eleinda de Produção de Energa de Porto Divie	D 729,04	1729,94		3 /29 HI		M,725,04			3,728,94	\$720.PH
Centro Elemprodutor Moleco de Andorbrea	2.500,00	2.500.00		2 500,00		2 500,00			2500,00	2 500 30
Renda do précio nualido em Senta Eulema - S. João do Res	3,000,00	1.000.00		0,000,1		3 000,000			3.000,00	3 000 00
Total	567.279,85	27 024.37	0.00	490.274,37	00'0	197,285,33	0,00	90°9	107.285.33	197,245,33

Existem ainda dois contratos de bens locados "Quiosque" e "Estação elevatória de águas" cujo pagamento da renda foi efetuada antecipadamente. Não obstante o adiantamento do pagamento da renda, é aplicado o princípio contabilistico do acréscimo, pelo que a renda anual é contabilizada como rendimento do exercício do respetivo periodo.

Nota 7 - Custo dos empréstimos obtidos

Quadro 2.1 - Empréstimos obtigos - Empréstimos bancários

Beun		400	Praza do	Captel	10	Takes do jero	all a	Pagette	Pagaments de semante fores	stuga	Pa	Разупете ж.		Earthyst renddes e alio	灵	Salde en 31
		2		Cothabás	49FEBB	NO.	Mark.	Ameritatello	The	Total	January	Jeros	[cci	pages	Actional	
New Bance, SA	IE11-2004 24 05-2005	N @ 3066	R	3000000	00 000 KL	2553%	500/2	H. MAN	12070051	80134	B38.00	38.21	1,113,8		12(16)102	報:報:
eptisite, St.	31-01-2005 DH-10-2005	041€2006	æ	XXXXXX	1,004,000,00	1255	X-80	11355BH	3,K+31	81117.23	35,691,46	101	57,997,90		2140012	26,885
Cates Geral de Digosotos, SA	27453009 06053009	000000	æ	TOTO	(2) D00 D0	34535	2,94%	72.12.11	19,000 67	362.165.15	30 MAG (5)	2815.15	3203		200,500,50	10,130,88
Sucception	364300 254300	150 E	82,	90000000	644 (10) (3)	道元	3886	109890	\$5.0±00 \$5.0 \$5.0±00 \$5.0±00 \$5.0±00 \$5.0±00 \$5.0±00 \$5.0±00 \$5.0±00 \$5.0±00 \$	40,003.11	BIED	196171	17.255.55	İ	20,002	243,389,98
Chin Getal to Dayde libe, S.U.	div.Dadis asticati	Æ-11-2015	9	2.00,000 G	1916488	2	1363	1.15 5/9 12	£985%	120,568.08	即9.%	63201	274 907 13		754 GE (C)	518 495,06
Season 391, SA.	@-D-2017 (E-05-2017	(F0.50)	21	LEDOTOR!	1775400	1900	2019%	M 999 861	3907.60	19154-1	17,305,00	11,000,34	10.79.94		1317,902.28	1,143,577,61
Saco (91 St	8100-10-91 8100-0.52	(£01-2019	-	EOTOT	&2 IF196.	1900	J.HE	6,623.15	11,915.55	D5854	60,629.40	1,609.94	71436,34		60.80億	11214
	2941-7019-27-05-2019	27-05-2019	£	25,000,00	10,000.03	P.IOR	2,837%	101	1772	22.41	6 33 EE	100	638.2		63,000,00	13,115,13
SEIPTROX .	2941-2019 27-05-2019	27.05.00 B	=	0000e	DC DOD 38	0.108%	23,774	101	N/M	अधि	6 146.16	100	6.846.6		65-000,00	E2 153 BH
Capa Geal in Explosite: Sit	0845201924-073019	E00:048	13	0,000,001.1	1,091657.90	DESTR	53411	45.45.17	841159	48,00,00	16 10 30	8.25E8	910255		1,006,000,00	913M SI
Caira Gest de Depte los, SA	ACCOUNT STORY	11/2/3009	7	30040000	10,030,01	1,000	LIMS.	16.85159	71/26/11	21,000,E9	12,961,72	1302.56	1169.14		UB 355.42	151,954,71
Cast ce Casta Agricta Militar de Ato Gasta a Basta C	35 F-300 75-10,200	7:0300	=	1 (32,000,00	LX6 67.0	0.560%	20008	9.6	766.47	TEMP	19522 40	EMELL	15 [22,23]		19641931	1336 005 13
Barco BPI 54	00 Be 2022 (15-49-2022)	15-75-2022	J.	90,000,00	1870.13	045%	1,916%	900	000	100	080	DÛ	100		000	15 70/13
Coca de Oesta Agricia Roban de Alto Caudo e Basa, Ci.	13.68AE	134 6040	=	00,000,00	000	DESCR	2,50%	400	000	100	0.60	100	100		900	10
ldő				ILSTAINS, N	4位10年10日			1,721.57 JA	F2.69,74	7.00 FT	12 (MC)	SEAT.M	T154115	010	625,335,91	5,487,941,75

No ano 2027 foram amortizados empréstimos no valor de 722 milhares de euros. O empréstimo contratado à CCAM no valor de até 1,4 milhões de euros foi utilizado o valor de 299 milhares de euros. Dos novos empréstimos contraídos, apenas foi utilizado o valor de 75 milhares de euros referente ao empréstimo ao BPI para aquisição de equipamentos. Acando ainda por utilizar deste empréstimo o valor de 14 milhares de curos. No que concerne ao empréstimo contraído junto da CCAM para requalificação de edifícios escolares até ao valor de 700 mulhares de euros, não foi utilizada qualquer verba.



Quadro 7.2 - Empréstimos bancários por tipologia de passivo

Entidade	Data do	Data do	Prazo do	Pas	siyo
Entidade	contrato	visto do	contrato	Corrente	Não Corrente
Novo Banco, SA	10-11-2004	24-02-2005	20	36 746 04	55.118,94
Caixa Geral de Depósitos, SA	28-07-2006	04-10-2006	20	56 584.16	159.761,46
Caixa Geral de Depósitos, SA	27-05-2009	09-07-2009	20	25,020,56	1 56 .110,33
Banco BPI, SA	26-04-2010	23-06-2010	20	33.333,32	216,666,58
Caixa Geral de Depósitos, SA	07-10-2015	26-11-2015	10	196,164,96	392,330,09
Banco BPI, SA	06-03-2017	16-06-2017	12	177.705,60	962,572,00
Banco BPI, SA	23-10-2018	16-01-2019	15	65,629,40	658,294,00
BEI PT2020	29-01-2019	27-06-2019	15	6.381,42	70.233,96
BEI PT2020	29-01-2019	27-06-2019	15	6.827,68	75,326,16
Caixa Geral de Depósitos, SA	08-05-2019	24-07-2019	15	82.841,BD	890.549,13
Caixa Geral de Depósitos, SA	24-09-2019	11-02-2020	15	12.567,72	141 386,98
Caixa de Crédito Agricota Múltipo de Alto- Cávado e Basto, C./.	29-07-2020	22-10-2020	18	83,505,32	1.252.580,01
Banco BPI, S.A	09-08-2022	05-09-2022	5	0,00	75,707,13
Caixa de Crédito Agricola Mútuo de Alto Cávado e Basto, C.R.L.	13-96-2022	09-09-2022	10	0,00	0,00
Total				783.307,98	5.104,656,77

No Balanço o valor correspondente a financiamentos inclui a subvenção reembolsáveis (corrente: 87.505,23€ e não corrente: 292.765,90€).

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisção compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam impultáveis.

Quadro 8.2 - Propriedades de Investimento - modelo do custo

	Percella			Varia	Variables (modelo do clado)	detri)					Randimentos de period	doperiodo
REBUCAS	escribrada	Adepies	Farmété Farmété enfétée	Osperatories de parfetodo	Perdus por imparidada	Reversies de pardas por imperitade	Dilemoras cambiais	Dielnupäes	Chalmopões escribrada final	Garros do periodo	Pandos	Operos
PROPREZINCES CE HIVESTMENTO					İ							
Bens de dominio piùbbos												
Bergios E necursios naturais												
Editions e outles construções			353 600 29	C.395.88					36130661	1.514(31)	120,000,00	
Dutas, proprecates de mestimento			37,748,06	1150.00					25,880,300	(O)	27,010,60	
Propedates de mestmenti en paso			281									
[dol	Q (O	ΩÜ	15 (197 JA	0.303.65	010	000	0100	0,00	P(0)1039	1.543	147.014.54	

Os investimentos em Edifícios e outras construções refere-se ao Edifício da EPAVE, no que concerne a outras propriedades de investimento correspondem ao Quiosque e Estação Elevatória de Águas (ETA) em Travassos, que se encontra completamente depreciada,



Nota 9 – Imparidades de Ativos

A entidade classifica como ativos não geradores de caixa, os recursos presentes controlados pela entidade, como resultado de um evento passado, que contém em si a capacidade de proporcionar um influxo de potencial serviço ou de beneficios econômicos futuros, sem que, necessariamente, tenham de ser gerados influxos de caixa ou equivalentes de caixa. São classificados como ativos geradores de caixa, os recursos presentes controlados pela entidade, como resultado de um evento passado, que contém em si a capacidade de gerar fluxos de caixa ou equivalentes de caixa.

São reconhecidos como imparidades os ativos gerados de caixa ou equivalentes de caixa quando existem forte indícios de incobrabilidade.

Ativos não geradores de caixa

Não foram reconhecidos no período imparidades em ativos não geradores de caixa.

Ativos geradores de caixa

A 31 de dezembro de 2022, as perdas por imparidade em ativos gerados de caixa, são os que constam no quadro que se apresenta.

Quadro 9 - Imparidade de ativos geradores de cajxa.

Rybrica	Natureza	Quantia bruta	Imparidade	Reconlecimento	Reversão de	Quantla	Modelo	utilizato
(//mairs	Malmota	Analism nimis	acemelade	de Imparidades	Imparidades	recuperivel	Justo valor	Valor de uso
a	Clientes, contribuintes e ulentes	927,402,22	485,739,09	113,184,24	324 282 52	461 663,13	X	
17/86(7/95	Devedores por empréstimos não bonficados	4,667,00	4,667,00			0,00	X	
	Fotal	\$32,069,22	470,406,09	113,184,24	324,282,52	451,660,13		

A reversão de imparidades no valor total de 324 milhares de euros, corresponde à anulação da pivida incobrável em conformidade com a deliberação de Assembleia a Municipal de 13/12/2022 no valor de 295 milhares de euros da. O remanescente valor de 37 milhares de euros respeita à cobrança de divida que se encontrava contabilizada como incobrável.



Nota 10 - Inventários

O custo de cada item de inventár o é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos no periodo de 2022 - custo médio ponderado. Apresenta-se de seguida os quadros com a informação dos valores das contas de inventários e os movimentos do periodo.

Quadro 10.1 - Inventarios

Rubrica (1)	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4) = (2) - (3)
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	190.023,72	0,00	190 023,72
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdicios, residuos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	190.023,72	0,00	190,023,72

Quadro 10.2 - Inventários: Movimentos do período.

		"			N overhead se	do periodo			
Plaubel ca	Gua-Ba rectturada Inicial (1)	Corregion Highi class 21	Continues Games [3]	Varia ções nos laveraldos da predupla (4)	Perdisper Imparidade (P)	Conversion de permis per Impuritade (6)	Dutre reduções da invertirios	Duires annentes de inventirles (%	Currents programme filteration (i) = (i) = (i) = (ii) = (i) = (i) = (iii) = (iii)
Mercadoras	0,00	621,A73,66	(2) (73,86)				1		U.00
Malanze-ormes, subsidéries e 49 Comuno	1977, 4 Dr., 4 S.	254 OS1 OZ	(799.052.37]				[13636]63(11 267 25	190,223.72
Products adabates é exemedios							<u> </u>		
Subproduios, desperticion, residuos e relugio									
Procedos e trabathos em curso	1								
Total	197,401,45	835.534,M	# 1537,23	0,00	0,10	QH	(114116)	11,387,25	190,000,73

No ano de 2022 foram efetuadas compras no valor de 876 milhares de euros e os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas perfazem um total de 881 milhares de euros



Nota II - Agricultura

Não aplicável.

Nota 12 - Contratos de construção

Não aplicável.

Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação

Esta nota tem por objetivo descrever o tratamento contabilistico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como especto principal a determinação do momento do reconhecimento,. O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. Apresenta-se de seguida o detalhe dos rendimentos.

Quadro 13.1 - Rendimentos com contraprestação

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do periodo reconhecido
Prestação de serviços	2.077,438,14
Venda de bens	1.011.558,84
Juros	0,00
Royalties	0,00
Dividendos ou distribuições similares	13,64
Trabalhos para a própria entidade	261.071,87
Outros rendimentos	909,097,30
Total	4.259.179,79

As políticas contabilisticas e os métodos adotados foram os referenciados na nota 2.



Nota 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são beneficios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar à entidade, de acordo com as disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimentos às administrações públicas. As transferências são influxos de beneficios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Apresenta-se de seguida o detalhe destes rendimentos.

Quadro 14 - Rendimentos sem contraprestação

	Rendimento	do períoda	Quantiza po	or receiper	Adiantamentos
Tipo de rendimento	Resultados	Patrimonio Ilquido	Inicio do periodo	Final do Período	recebidos
Impostos diretos					
Imposto municipal socre iméveis	2.314.743,71		2.337.796.59	2,337,353,42	
Imposto único de circulação	855 433,47		45 085,11	45 060,43	
Impostos indiretos					
Impostos indiretos específicos das autarquias locais	0,00		1.265,15	494,60	
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	1 368 134.81		91 814,07	84 376.82	
Taxas, muitas e outras penalidades			l .		
Taxas espacificas das autarquias locais	677,637,71		80.832,64	93,460,70	
Multas e outras penalidades	27 367 94		1 391,15	2 109,22	
Transferências e subsidios correntes					
oblidos					
Transferências sem condição					
Fundo de Equillor o Financeiro (FEF)	6,908 030,00				
Participação IRS	570,828,00		513 626,00	570,828,00	
Participação do IVA	113,219,60		77,541,00	113,220,00	ı
Outras	9 143 12		5,100,00	0,00	ı
Transferéncias com condição					
Funde Social Municipal (FSM)	502,142,00				
Transferência de conspetências - Lei n.* 50/2018	1,733,635,43				
Outras	279,335 30				
Serviços e Fundos Autónomos	220,789.79		12 243,74	0,00	
Administração local	0,00		476,97	476,97	1
Projetos co-financiados	277.654.89		0,00	0,00	i.
Reversões					ł
De percas por impandade	324.282.52				l
De provisões	0,00				l
Legados, ofertas e dosções	0,00				1
Imputação de subsidios e	1 020 400 64				
transferências para investimentos	1,072,422,51				
TOTAL	17.054.800,90	0,00	3.167.172.42	3,247,380,16	0,00



Os valores inscritos nas colunas de quantias por receber no início e no final do periodo, foram tidos em consideração o princípio da especialização do exercício, designadamente nas rupricas de IMI, IUC, IMT, IRS e IVA, etc. Foram igualmente consideracios os valores em dívida de cada uma das respetivas rubricas no início e final do periodo.

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, mantem-se a provisão para outros riscos e encargos no valor de 102 milhares de euros, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

A provisão para processos judiciais em curso foi quantificada tendo como base o parecer do Advogado do Município, de acordo com a probabilidade de desfecho dos processos intentados contra o Município e atendendo ao princípio da Prudência, sendo composta por:

N.º PROCESSO	AUTOR	DESCRIÇÃO	VALOR PROVISÃO
297/18 OBEBRG	STAL	Reconhecimento que as horas de trabalho prestadas a mais pelos seus associados (uma hora por día) no período de 20.01.2014 a 20.07.2017, sejam consideradas trabalho extraordinário	22.783
1757/18,8BEBRG	AMAVE	Compaticipação de custos de funcionamento de 2014	76.596
1495/20 BEBRG	Vera Filipa Silva Gomes	Indemnização por danos patrimoniais, por danos causados queda numa caixa de sâneâmento	2.500
	TOTAL		101.878 €



Quadro 15.1 -- Provisões

	Quanta		Autre	nd ps			Qirgin (uições		Osanila
Provisio	escribrada laidal (A	Refunços (3)	Aumenies da quantia escriturada 4	Chaires Autrenius (%)	Fotal aumentos 6 = (3) + (4) + (5)	Williagles (7)	Reversion (8)	Dutras dimirmições (9)	Tota' - Grinulções (10) = [7] + (8) + (9]	escriturada final (h1)
Impostos contiduicios e taxas									:	
Garantas a clientes										
Processos policiais em curso	001,878,99				4,6	_	4,00		0,14	101,818,09
Acidentes ne listralho e duenças ^o professorais	- Hr						100			
Naviorius andu ertais										
Consider denies de ses										
Reestraturação e recryativação										
Outas provisãos										
1otal	111.078,01	0,00	4,00	0,00	0,00	2.0	9,00	0,40	4,00	101,970,19

Os passivos contingentes do Município a 31 de dezembro de 2022 são designadamente.

Quadro 15,2 - Passivos Contingentes

Mahasan Dassland Continuentes	Estimativa	Valor do	processo
Natureza Passivos Contingentes	efeito	Data	Valor
1155/18.3BEBRG - Reclamação de indemnização	S/Data		150,292,92
167/19.4BEBRG - Declaração de nutidade dos actos impugnados no processo de licenciamento n.º 70/2013	S/Data		0,00
1976/20.7BEBRG - Reconhecimento do diferimento tácito do processo n.º P-EDF 3/2019	S/Data		0.00
535/21.1BEBRG - Pedido de anulação do acto de indeferimento da legalização do processo LE-EDI 41/2019	S/Dala		0,00
1033/21.9BE6RG - Condenação de pratica de ato legalmente devido	\$/Data		0,00
Total			150.292,92

Não se reconhecem **ativos contingentes** no ano de 2022.



Nota 16 - Efeito de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

Nota 17 - Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem acontecimentos económicos entre a data de relato e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, o Município avalia se estes acontecimentos dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras. Desta forma, quando há evidência de que os mesmos já existiam á data de relato, estes acontecimentos são ajustados nas demonstrações financeiras. Por outro lado, se não há evidência que os acontecimentos já existiam á data de relato, mas que o Município tomou conhecimento dos mesmos até á data de autorização das demonstrações financeiras e têm uma dimensão material, estes são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer acontecimentos econômicos, com dimensão material nas Demonstrações Financeiras do período econômico de 2022.

Destaca-se um acontecimento a nível mundial que está a ter repercussões econômicofinanceiros no Mundo, na União Europe a e no qual Portugal não é alheio - a guerra na Ucrânia.

A invasão levada a cabo pela Rússia à Ucránia a dia 24 de fevereiro de 2021, para além do impacto humanitário, está a provoçar uma verdadeira avalanche nos preços dos combustiveis e matérias primas, justificado entre outros aspetos, dela grande dependência energética da Furopa designadamente das fontes de energia proveniente da Rússia.

O impacto desta guerra, associada às fortes sanções económicas e financeira impostas pela generalidade dos países à Rússia, está a refletir-se nas economias de todo o Mundo, incluindo a de Portugal. levando à constante necessidade da tomada urgente de medidas pelo Governo de forma a atenuar o impacto brutal do aumento da taxa de inflação com consequência em toda a conjuntura económica que dal advém.

O efeito deste conflito está e irálter elevados impactos, não só a nivel humanitário, mas também económico e financeiro ao qual este município não será alheio. Um dos



indicadores já viseis é a atual taxa de inflação, como reflexo da subida do preço das matérias-primas e dos constrangimentos nas cadeias de abastecimento globais. Um outro indicador que está a ter grandes repercussões a nível económico-financeira é a elevada taxa do indexante Euribor e que consequentemente implicará um aumento muito significativo dos encargos financeiros.

7

Nota 18 - Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros bem como os instrumentos de capital própijo apenas são reconhecidos pela entidade quando esta se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Quadro 18.1 Ativos financeiros

	1		autra	Aumentos			Creimigges	200 Page 1		Owentia
Rubricas	escribizada Mediu	Comprae	Ganhos de Justo valor	Pavender de perdas por Impandade	Quitos	Alineações	Pardas de pasto valor	Perdas por imparidade	Durins	ox rifurada Inal
Abived Financeiros Me Burndos de Justo valor abanés.										
de negultados										
Alinas Inanceiros delidos para nagocuação	:									
Parloqueções imanoteiras - pusto valor										
Dutros sinos intarceiros	BC.H									8,36
Abyor Fledinos vos mainsprodos ao custo amortogrado										
Participações financiaios - custo	552 558.00									112 585,00
Participações Inancelras - MEP	622.456.28				7 286.35				36,057,28	588 664,75
Quinos allaos financeiros										
Contas a receber	4 046,068:16			333,879,74	28.852 106,77			50,481.071	28,720,587,59	4,386,554,03
Caus a dipositos	2,367,598,73				21,735,640,38				20 613 \$05,75	1400 701,66
Total	7,589,019,03	İ		336.870.71	50.559.512.40			113.194,02	113.194,02 49.361.650,62	8.997.967,60

Quadro 18.2 - Passivos financeiros

	Quantila		Aureanbe			Diminulções		Quantia
Pulmiças	enemberada	Aquistções	Gambos de justo valor	Outros	Liquidações	Liquidações Perdas de justo valor	*BUJNO	escriturada final
Passivos financeiros meneuredos ao justo valor								
afravés de maribados			_					
Passivns financeros del dos para responsação								
Outros passinos Indindenda								
Passivos financeuros meneurados ao cresto		!						
amortizado								
Fuguciamentos banciarios	6 595 647,04	374.594,75			722 005.91			6.249.235,88
Adiandamentos de cherdes, contribuirtes e utentes	00'0				00.00			00'0
Estado e outros entes públicos	000	2 655 365,09			2.531 278,31			124.086,73
Outras contas a pagar	2,256 445,32	17 489 872,68			17 103,818,45			2 642,388,55
Total	\$,852,092,36	20,519,612,52			20.357.202,67			9,014,722,24

18.3 Instrumentos de cobartura de risco

Não aplicável.

18.4 Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos

O<u>gadro 18,4 - Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas associadas ou </u> acordos conjuntos

	Fração do	Daniel.		Aum	um estos			Uminopoes	spoes .		Overfie
Rubricas	capital delibba i daka eb melatu	escribrada	Сепртав	Guathres de justo valor	Remarates de pardas par impariabile	Outra	Айкиро́ня	Perths de juste Perths por valor impaédade	Perdas por impaintade	Ouiras	explands
Participações de capital - no custo											
BRAVAL - Valorogão e Tralamento de Residuos Sóldos	433	73 500,00									72 SOCO
Funds de Apos Munique	Q LPM,	479 000,00									030800
Total		552.588,00	ďα	0410	W)	pp	0,00	00'0	00'4	00'4	

18.5 Devedores p/ transferências e subsídios não reembolsáveis

O Município regista o valor de 575 milhares de euros referentes a pedidos de pagamento relativos a subsídios ao investimento solicitados à Agência de Desenvolvimento e Coesão (542 milhares de euros), e cerca de 33 milhares de euros a outras entidades.



18.6 Clientes, contribuintes e utentes

A rubrica de clientes, contribuinte e utentes é constituida por:

Quadro 18.6 - Clientes, contribuintes e utentes

Conta	2022	2021
Clientes c/c	120.405,48	1,161,00
Contribuintes	0.00	0,00
Ultentes	341,257,65	310.891,19
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança		
duvidosa		
Clientes c/c	29.735,66	25,960,66
Contribuintes	820,14	1.678,45
Utentes	435.183,29	655,776,67
Sub-Total	927.402,22	995,467,97
Perdas por imparidade acumuladas	465.739,09	683,415,78
Total	461.663,13	312,052,19

Para efeitos de constituição da perda por impanidade, consideram-se créditos de cobrança buvidosa aqueles em que o risco de incoprabilidade é devidamente justificado, o que se ver fica nos seguintes casos:

- O devedor tenha pendente processo especial de recuperação de empresa ou processo de execução, falência ou insolvência;
- Os créditos tenham sido reclamados judicialmente;
- Os créditos que estejam em mora e em situação de incumprimento.

Em comparação ao periodo homólogo, as perdas por imparidade registam um decréscimo em cerca de 218 milhares de euros, justificado essencialmente pelo desreconhecimento da dívida incobrável até ao ano de 2014 inclusive.



18.7 Estado e outros entes públicos

Os saldos refletidos em Estado e outros entes públicos ativo e passivo correspondem a:

Quadro 18.7 - Estado e outros entes públicos

Conta	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	48,382,20	211.369,54
Sub-Total	48.382,20	211,369,54
Passivo		
Retenção de Impostos s/rendimento	45,326,88	0,00
Outros impostos	0,00	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	78.759,90	0,00
Sub-Total	124.086,78	0,00
Total	75.704,58	211.369,54

18.8 Outras contas a receber

Os montantes refletidos em outras contas a receber respeitam a:

Quadro 18.8 - Qutras contas a receber

Conta		2022	2021
Impostos e taxas imputadas ao periodo			
IMI		2.337.353,42	2.337,796,59
IMIT		84,376,82	91 814,07
Outros		45,741,21	45.624,54
Participação do MA		113.220,00	77.541,00
Participação no IRS		570,858,00	513,626,00
Outros acréscimos		147.406,76	20.912,00
Outras entidades	Į.	11.852,16	7.217,89
	Total	3.310.808,37	3,094,532,09



18.9 Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis

Os montantes refletidos nesta i ubrica subdividem-se em:

Quadro 18.9 - Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis

Conta	2022	2021
Estado	0,00	16,280,00
Administração local	7.523,00	0,00
Instituições sem fins lucrativos	18.422,10	36.922,10
Tota	26.945,10	53,202,10

18.10 Fornecedores e fornecedores de investimento

Os montantes refletidos nesta rubrica subdividem-se em:

Quadro 18.10 - Fornecedores

Conta		2022	2021
Fornecedores de c/c		28.697,98	41.579,99
Fornecedores de investimento c/c		96,676,17	10.058,59
	Total	125.374,15	51,638,58

18.11 Outras contas a pagar

A rubrica outras contas a pagar corrente e hão corrente é composta por:

Quadro 18.11 - Outras contas a pagar

Conta	2022	2021
Não corrente		
Cauções	990.224,52	1.035,282,33
Total	990.224,62	1.035.282,33
Corrente		
Outros acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	951.036,48	716,737,75
Juros a liquidar e outros gastos financeiros	14.964,65	4,994,21
Outros	401.160,88	326,408,82
Outros credores	133.673,77	6B.181,53
Total	1.500,855,78	1.118.322,31



18.12 Instrumentos de capital próprio

A tabela infra discrimina o património líquido do Municipio, contrariamente ao verificado no ano de 2020, a informação a apresentada é comparável ao periodo anterior.

Quadro 18.12 - Instrumentos de capital próprio

Conta		2022	2021
Patrimónlo/Capital		41.119.878,22	41 119 878,22
Reservas		1,594 185,94	1,594,185,94
Resultados transitados		6.368.311,49	7.526,737,74
Ajustamentos em ativos financeiros		277,366,78	313,424,06
Outras variações no património liquido		17 237.163,78	16.319.671,25
Resultado figuido do período		-636.504,30	-1.190.179,36
	Total	65,960,401,91	65,683,717,85

As variações são justificadas pelos seguintes movimentos:

Conta de resultados transitados.

Conta 56 1 - Períodos anteriores:

Resultado transitado de 2021 - 1190.179 euros

Canta 56.4 - Ajustamentos de transição para o SNC-AP:

Registo de bens que se encontravam omissos no património - 3).753 euros.

As demostrações financeiras não foram reexpressas em virtude destas correções.

Ajustamentos em ativos financeiros:

Conta 57.1 – Relacionados com a aplicação do método de equivalência patrimonial:

Aplicação do método de equivalência patrimonial da EPAVE - 36.057 euros.

Outras variações no património líquido:

Conta 59.3 - Transferências e subsídios de capital:

Reconhecimento de financiamentos a investimentos no valor de 1.701.779 euros e desreconhecimento de 1.041.576 euros referente à contabilização dos investimentos como rendimentos, de acordo com a taxa de depreciação do respetivo investimento.

Conta 59.4 - Doações Oblidas:

Cedências ao domínio público no âmbito dos processos de loteamentos – 237.290 euros:

Doação de autocarro no valor de 20.000 euros.



Nota 19 - Benefícios dos empregados

À data de 31/12/2022 o Município registava ao seu serviço 338 colaboradores em funções públicas (239 em 2021),5 colaboradores em cargos políticos (5 em 2021) e 5 colaboradores em contrato de emprego e inserção (5 em 2021).

A 31 de dezembro de 2022, os gastos com o pessoal tinham a seguinte composição:

Quadro 19 - Gastos com o pessoal

Designação	Gastos do período
Membros dos orgãos autarquicos	
Remuneração base	128 683,77
Subsidio de férias e de natal	22.672,74
Despesas de representação	30,492,04
Subsidio de refeição	4.082,83
Gratificações e senhas de presença	23,539,10
Abonos variáveis ou eventuais	169,18
Remuneração base do pessoal	
Remuneração base	3.873.043,88
Subsidio de férias e de natal	810.448,61
Despesas de representação	12.222,06
Subsidio de refeição	319.710,50
Abonos variáveis ou eventuais	144,456,55
Caixa Geral de Aposantações	567.930,84
Segurança Social - Regime Geral	684.198,72
Outros	5.057,26
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	54.019,50
Despesas de Saúde	165.961,21
Remunerações por doença	95.022,93
Pessoal a aguardar aposentação	8.320,43
Encargos com a saúde	41.698,24
Subsidio familiar a crianças e jovens	27,459,92
Outras	0,00
Total	7.019.170,31



Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

O quadro que se apresenta indica-se o controlo do Município nas suas participadas e as transações entre as partes relacionadas

Quadro 20.1 - Divulgações de partes relacionadas - Listagern de entidades controladas

Designação	Sade	%Car	Cardeala final	
Designação	Sene	Direto	Indireto	Controlo finel
EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave, EM	Av. Bombeiros Voluntários. 4830-514 Póvoa de Lanhoso	100,00%	0 00%	100,00%

Quadro 20.2 - Transações entre partes relacionadas

		Transação				
Entidade relacionada	Mature 2a do relectoramento	Tipo		% no total das transações do Municipo		Termos a condições
EPANE	Enlidade controlade	Translenincias e subsidos comentes eletuados. - Contratos programa	202 520.66	2,7%	30,00	Valor a pegar
grang.	CHICANTOTICAGE	Rendas e feluração de água	1 539 13	314	120 133 52	Valor a recebe

Todas as transações entre as entidades são anuladas na consolidação de contas.

Nota 21 – Relato por segmentos

Considerando que ainda não se encontra adequadamente implementado o sistema de informação que proporcione informação fiável relativamente aos segmentos, situação que resulta igualmente do processo de implementação da Contabilidado de Gestão e cujas limitações já foram apresentadas, adota-se a aplicação da NCP 25 - Relato por Segmentos o periodo de três anos previsto na IPSAS 33, tal como referido na nota relativa à adoção pela primeira vez do SNC AP.



Nota 22 - Interesses em outras entidades

Quadro 22.1 - Interesses em outras entigades - Interesses em entigades controladas não consolidada

ESTATE VINCENTAL TO	Rus season Toxo	% Interesses		
Designação	Sede	Propriedade detidos	Direitos de voto	
EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave, EM	Av. Bombeiros Voluntários, 4830- 514 Póvoa de Lanhoso	100%	100%	

A EPAVE é uma entidade participada a 100% pelo Município da Púvoa de Lanhoso, e é apresentada pelo Método da Equivalência Patrimoníal nas contas individuais do Município Nas contas consolidadas, apresentadas em separado, procede-se à consolidação pelo método integral da EPAVE em conjunto com o Município da Póvoa de Lanhoso.

Quadro 22.2 - Interesses em outras entidades

Designação	Sedh	Valor escribuado	% lider esses		Mensumção do investimento	
			Propriedede dofidosiquota aeclonesta	Direitos de volo	Método da equivalência patrimonial	Cuerto
BRAWAL - Valorgação e Tratamento de Residuço Soliçõos	Preça do Municido - Ed Câmara M Braça Aparado 1040, 4711-908 Braga	73,500,50	4,20%	42%		x
Fundo de Apora Numcipal	'Rua Tenente Espancă, M *22 1090 - 223 Lisboa	479.08B,00	911%	0,11%	. i	Х
Comunatate Internunicipal da Ave (CIMAV€)	-Rua Captão Atredo Guimerãos n * 1, 4800-019 Guimarãos					
Associação Nacional de Municipios Portugueses (ANMP)	Ax Marmoco e Sousa Sa, 3004 S11 Coimbra				1	
Astronologia Mational das Assemberas Municipais (ANAM)	Rua Prof. Bento de Jesus Ceração 248 f. n. 4200-128 Porto					
CIAB - Cersto de Marmação Mediação e Arolivaçem de Consumo	Rua D. Alonso liennques n.º1, 4700-030 Braga					
Turismo do Porto e Maste de Portugal	Castelo Santiago da Barra, 4956- 350 Vena do Cestelo					

A participação na BRAVAL e no FAM são mensuradas ao custo.



Nota 23 - Outras divulgações

23.1 Inventário de investimentos

O inventário dos investimentos (bens móveis e imóveis), direitos e obrigações encontra-se depositado nos serviços financeiros deste Municipio e disponíveis para consulta.

23.2 Diferimentos

A rubrica de diferimentos corrente e não corrente do ativo e do passivo é composta por:

Quadro 23.2 - Diferimentos

Diférime ntós	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos (3)	Diminuições (4)	Quantia escriturada final (5) = (2) + (3) - (4)
Ativo não corrente				
Outros	0.00	2,506,95	0,00	2,506,95
Sub-total	0,00	2,506,85	0.00	2,506,96
Ativo corrente	•			
Transferências e subsidios concedidos com condições	0,00	50 912,50	0,00	50,912,50
Outros	135 828,93	393,346,97	444.825,31	84,350,59
5ub-total	135,828,83	444,259,47	444.825,31	136.263,09
Total diferimentos ativo	135.828,93	446.766,42	444.825,31	137.770,04
Passivo não corrente				
Acordos de concessão de serviços	107.031,48	0,00	27.014,60	80,016,88
Sub-total	107.031,48	0,00	27.014,60	80,016,88
Passivo corrente				
Transferências e subsidios de capital obtidos com condições	967.883,57	890.610,01	396,246,63	1,470,242,96
Acordos de concessão de serviços	27.014,60	0,00	0,00	27.014,60
Sub-total	994.698,17	890.610,01	396.246,63	1,497,257,58
Total diferimentos passivo	1.101.929,85	890,610,01	423.261,23	1.577.274,44

23.3 Património Líquido

Os montantes refletidos do património líquido respeitam a:



Quaoro 23.3 - Património líquido

Património Liquido	Quantia escriturada iniciai (2)	Aumentos (3)	Diminuições (4)	Quanția escriturade final (5) = (2) + (3) - (4)
Patrimònio / Capital	41,119,878,22	0,00	0,00	41 119.878,22
Reservas	1,594,165,94	0,00	0,00	1 594,185,94
Resultados transitados	7,528,737,74	31,753,11	1 190,179,38	6 388.311,49
Ajustementos em ativos financeiros	313 424,06	0,00	36 057,28	277,366,78
Outres veriações no património líquido	16,319,671,25	1 701,778,84	784,286,31	17 237.163,78
Resultado fiquido do período	+1.190.179,36	553,675,06	00,00	-636 504,30
Total	65.683.717,85	2.287.207,01	2.010.522,95	65.960.401,91

23.4 Fornecimentas e serviços externos

Sistematiza-se a informação dos fornecimentos e serviços externos.

Quadro 23.4 - Fornecimentos e serviços externos (FSE)

Fornecimentos e serviços externos	2022	2021
Subcontratos e parcerias	2.086.192,39	1.759.756,81
Serviços especializados	1.599 317,84	1 371 461,34
Matenais de consumo	525.551,72	449.568,03
Energia e fluidos	598.831,26	456.246,17
Deslocações, estadas e transportes	411.369,82	304.735,87
Serviços diversos	436,142,85	426.917,70
Total	5.657,405,88	4.768.686,92

23.5 Transferências e subsídios concedidos e prestações sociais

A rubrica *Transferências, subsidios e prestações sociais* concedidos é composta da seguinteforma.



Quadro 23.5 - Transferências e subsídios concedidos e prestações sociais

Transferências e subsídios concedidos e Prestações sociais	2022	2021
Transferéncias correntes concedidas	1.911.694,89	1.689.202,39
Subsidios correntes concedidos	135,182,26	319,229,88
Prestações sociais concedidas	506,286,61	531,197,86
Transferências de capital concedidas	683,721,77	494,869,29
Tolal	3.238.885,53	3.034.499,22

23.6 Outros gastos

A rubrica de outros gastos encontra-se descriminada da seguinte forma: Quadro 23.6 - Outros gastos

Outros gastos	2022	2021
Dividas incobráveis	292,095,62	0,00
Perdas em inventários	13.632,63	0.00
Gastos em investimentos não financeiros	154,78	2.351.35
Outros	107.939,31	54.615 92
Total	413.822,34	56,967,27

O acréscimo muito significativo em 2022, ustifica-se essencialmente pela contabilização do desreconhecimento do valor da dívida considerada como incobrável até ao ano 2014, conforme já justificado na nota 9 – Imparidade de ativos no valor de 797 milhares de euros e pelo pagamento de indemnização no âmbito da deliberação de 20/12/2022 no valor de 43 milhares de euros.

23.7 Juros e gastos similares suportados

O quadro infra discrimina a rubrica de juros e gastos similares suportados:



Quadro 23.7 – Juros e rendimentos similares obtidos

Juros e rendimentos similares obtidos	2022	2021
Restituição de impostos	0.00	0,00
Dividendos oblidos	13,64	13,64
Outros rendimentos similares	2.167,63	2.138,66
Total	2.181,27	2.152,50

23.8 Outras informações

As contas do Município são certificadas pela Sociedade António Fernandes, Marta Martins e Associados. SROC Os honorários faturados durante o exercício de 2022 referem-se a serviços de auditoria com vista à emissão da Certificação Legai de Contas e ascenderam 8.198.96 euros.

Em conformidade com o disposto no Regulamento de Inventário e Cadastro do Património e da Norma de Controlo Interno todos os bens se encontram cobertos pelo seguro.

23.9 Contabilidade de gestão

Conforme disposto na NCP 27 - Contabilidade de Gestão, a contabilidade de gestão é um sistema obrigatório e constitui um importante instrumento de gestão para análise e controlo dos custos com a educação, bem como dos rendimentos e dos resultados das atividades, sendo que este normativo tipifica, para o efeito, divulgações obrigatórias.

Apesar do definido no SNC AP, a contabilidade de gestão verificou um grande impulso no ano em apreço, tendo sido integralmente implementada. Não foi, no entanto em tempo útil, possível ao Município tratar e apresentar as divulgações exigidas polo normativo para esta matéria. De referir, contudo, que o apuramento dos gastos e rendimentos não foram influenciados por esta limitação.



23.10 Saldos e transações com partes relacionadas

	ANNP	CMB	ATPNP	CIM	ENAVE	BRAVAL	ANAM
transações	5.003,05	1.885,94	1.500,00	287,378,75	204.069.39	361.539.86	1,525,00
Vendos	0.00	0.00	0.00	0.00	1,539,73	0.00	0,00
Precipção de Serviços	0.00	0.90	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Compras de Marcacorias	0.00	0,00	0.00	0,00	0,00	0.00	0,00
Juros/Impostos uguidados	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Bens/Serviços adquisidos	5,000,08	1,885,94	1.500,00	0.00	3.00	361 539.88	1,525,00
Subsidias recebidos	0.00	0,00	0,00	12811,98	2,00	4,00	0.00
Subsidios concedidos	0.00	0.00	0.00	274,565,77	202,523,66	0.00	0.00
Dividendos	0,00	0,00	900	0.00	3.00	0.00	0.00
Saldos	0.00	0.00	0.00	0,00	120,168,52	6.270.20	0.00
Contas a receber	0.00	0,00	0.00	0,00	120, 38,52	0,00	0,00
Contaca pogar	0.00	0.00	9.00	0.00	30.00	6 290.20	0.00
Empréstimos obtidas	0,00	0,00	900	0,00	100	0.00	0.00

23.11 Garantias

Garantias concedidas

Todos os financiamentos bancários estão assegurados pela consignação de receita de acordo com o disposto na Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro (Lei das Finanças Locais).

Garantias prestadas por terceiros

As garantias prestadas por terceiros encontram-se:

- registado como garantias bancárias no valor de 1.102.529 euros, e;
- cauções classificadas contabilisticamente em outras contas a pagar no valor de 990,225 euros.

Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, 18 de abri: de 2023.

O Presidente da Câmara.

O Chefe da Divisão de Gestão Financeira e

Patrimonial

Frederico de Oliveira Castro

Hélder Manuel Lima Rodrigues

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS



DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Demonstração de desempenho orçamental



Perundicudase Hensel Perundi Decembro DOCSEC - CONCRETERÇÃO DO COSCRETAR CIRCUMOSTAL MORECURSES DA ROZON DO CARROSO

Moumouadas S

25g. : 2 8ep 2022

2ecip6a 2122/11/01 2022/27/20

Rupse

		-г. —						
AJBRIO)	RECSELHENTOS / VACABROMOS	FORTES SE FLARACCAMENTO (A)						50.0
MENIO	PROCEETHERIDS : PROMETER INC	k F	16	J [EMFE.	9. #AFT00	f976.	\$055
RAÚ	Salto de gazéncia autorios	1,310,121,00		15 357,11		1.037 915,42	2 367,538 33	2,221,198,06
101	(paraphas organizates (1))	1.50.385,00		18/35,29			1.39.50.0	1,565,455,45
Eid)	bevoltráo do saldo rozr, erryamacais							
5106	Pacebusérado do saldo demolvido pos cascastas entodecas							
gjúl	Importagions are transmissing Mil					1.60.93.0	(49) 36.0	66.78,6
RA02	Jeteita tarrenta	19,270,100,41					19.270,730,01	
RI RI-I	Receita duesel Espostos duresos	0.846.395,50					4,349,383,83 4,349,382,02	
R1.2	Expositos anduretas	1.31: 307, 72					- 112.142172	5 (1) 012, (1
F2	Contribuicies para eistemas de ptolegio							
	sacias e subjestames de saúne					:		
F.º	Tabas, moltas e rotras penalicases	1.49 30,9)					1,442,206,52	
E.I	kerdjærtas de gjogrjednog	627, 304, 91					627, 776, 51	79.000
E.	Preze Coténolas e públidade correntos	10, 103, 837, 39					10,485,855,28	3 C/5 6[6,7]
61 641	Coansperências cobjences Administrações Públicas	10,405,657,55 10,355,392,33					10.445.852.75 10.335.352.75	
84 H	Administrações muceros Administrações muceros	16 (05/60/3)					(0.339.H),))	
10001 101	Sautiequés	15 37,534,73					24. 777. 68 7176	* 7/2 E10)7/
FS 1/1/2	Abbitestração Central - Outras	\$9,503,91					32,502,97	50, 545.17
B.1 1.1	PROCESSES Segurance Succell							
S.1 1.4	Admittee Ins Cau Gegentie 2	}						
K5-L13	Ataltest racio Local	·				· '	' I	13,020,63
K-1 2	Econolog - L E	1						/
E3.1.3	Duires	\$,850,03					30,084.5	
E5.2	5_bsidios correntes	1 1						
K Ki	Verde da baro e serviços Dutoas receitas correntes	2.205 4.H/82 201.03,74					2 23) 43 (5) 2/1,400,74	1 906.025.61 (1.026,6
1.1	DALLES FEOST AS EXPENSES	371.747.14					27.2.40-1.41	.1.(26,2
RA03	Jaceita de capital	1,625,050,18		573,590,21			2,598,650,41	b 940,046,25
FÁ	Versa de herz se jinvestyments	1 961.75					3,960,39	
1.9 12.1	Transferências e pubblinos de capital Edenblerèncias de capital	5,50,311.35		573,550,20			7 [9], (9), (8)	
le i 1 151	Administraces Dubintes	(\$89.80,85 (56.80,35		575,590,23 575,590,20			2 193.090,58 2 193 090,56	2.816.446,2 2.816.446,2
[2] [J]	Acelegoparana (Sentral - Sequen	1.5(2.500.05		50),590,()			2 (2).(9),56	
	For equés							
55.1-2.2	Administración Central - Cotras							
-4.1. 3	auticanes							
89.1 (.1 89.1 (.3	Saguranga Shoga							
55.1 2.5	Administração Regional Administração Docal							
19.1.1	Ecopolog - L E							
FS.1 3	Init Later							
69.7	Substitios de daptital							
F20	Ducies Lecestas de capital	1,399,94					1,385,08	
RAM	Bernara efetave (2)	29 505 319,13		570 590,22			21 418,909,35	
kil	Exposições não abelidas aos çagamentos	5.551,57					5 556,52	8.463,0
RA05	Butwish of prefetors (3)				370,594,75		314,590,15	1.639, 335, 13
F32	Recepta com atuvos dinarceloss						99. 10. 00	
F.[] BADS	Excepts our passives [grance)pos	33 440 544 47		£35 014 NF	774,594,73 274,501,75		l .	[1,679,7]5 ₁ 71
6071	5mm [4]=[3]+[2]+[3] Oberables de Describnas [E]	22, 219, 546, 17		598,948,00	374, 594, 75	231,753,27	20 189, LHE, S2 104, 193, 51	-
12711						201.127,21	134 7-,/	457.617,7
DAD1	Визреми соссисто	15,139,381,84		15,367,11			15,756,115,68	13 (38 595 03
Di.	Despesas com o sessonil	1.321.325,36]				5 151, 161, 2
D:								

¹ Os pagamentos, recebimentos, assum come os saldos deverás estas discrimendos de acesdo com os prapos de fontes de Cinenciamento.

Periodicijant i Aensal Periodicijant i Secenbro DEGRO - CERRORETEACÃO DO CESENFERRO OFICIARRICAS. NEMICERRO DA POVOM DE LUMBRESO

Joint Jartis 15

229. 2 Ano 2022

Period: 12002/01/05 | 2022/02/05

Corus

REERICA	FOCOFI ADMITOR + CRON-FIRMOR	1		POMOSS 68, 60991	CENSERO IN			501
SEELIUM.	FECEDIAENTOS + SAGAMENTOS	ś L	k C	0.8	ENFR	7. MGGC003	T0 78.2	701
7	Abords racioveis on Eventuais	156,042,03					[SF 0∉1.09	257 101,
3	Gegreenes appliés	2.40(30)/07					1 *14.707.45	1.30(.0%)
	Japan 20 September September	5 992 892,01		15.351,35	Į		8.918.201.10	
	Coton a northis accargos	\$1,611,20			ĺ		50,538,98	91.386
	Transferires is a substitute contentes	7.504.164.31					2.64.(61.0)	2,445,269,
.1	Pransleréncias contentes	2,00,865.12					2.0.39532	2 115 114
1.1	Acade as tracted Publicas	1 (55.304.4)					1.053,564,02	991,601
111	Ageunistracão Central - Eurado Potrogena							
1.10	Administração Central - Outras entidades	174,165,22		,			10.66432	25 150,
1111	Segurança Social		'					
0.100	Administranto Pragonal						.	
.l) i	Administração Caded	581,205,20					96[1,3]5,39	365, 650
1.2	Entudades de Setos Bão Eucratura	60.745,68					E61.797, E8	WE,357
l I >	Falcilias	39.319.23					391, 911, 23	0.6.600
.1.4	Out ray						.	
.1	Substition Durientes	202,526,66					(0) (21,66	1211.155
	Outres despesas contentes	30,466,77		1			91, (65) 17	31,145
ůž	Corposa de capital	3, 289, 322, 52		579,599,25	310 596, 15		1,231,502,50	
1	Majuistožo de dens de capita!	1,220,600,48		5 (5.35%,33)	59 59, 3		2 (48 028)(4	
	Translaténcias e substrios de capital	2.090.925,00					2 054 925, 10	30,553,400
ı,	Tywasiggrouper de dapital)	2.054,925,01					2,054 325,00	3,599,00
1.1	Administrações Púbblices	1 999 CB,91					24H 196715	E 028.530
1.1.1	Númeriatzacă: Central - Estado Postuduas							
l lalaš	Admynijst padao Cent pal 🕒 Gut nasi ent idades							
OLE P	5equ29466 \$14 (32							
11:1	Arieginijish padabi Rapporusi.				!			
11.11	Administraceo lonal	1.585.036,80					1,969,036,10	2.4/3(5))
1.1.2	Endispades do Seios PAC Dapración	6.36,30					C:_560,50	119,879
053	DB1167	1,726,40		i			1,328,40	i 100
1.1.6	Cut pat			1 1				
1.2	Sebeldado de dapidal							
E	Outras despesas de capita.	25554.44					11,55%, 62	[2] [38]
				5EB.918,00	370,550,75		19,352 847,51	35 (67,200
03	Despess afetiva [5]	19,085,364,76		200.000,00				
	Despusa mūstiva [5] Despusa rās nāstiva [6]	722 005,83		310.543,44			725,005,81	119,195
ADN	Despess rubs station [6]	1 1		10.34	-		721,005,91	119,135
NON:		1 1					722,005,91 772,005,91	
1041 2 13	Despine rès nomina (6) Respesa com anovas comandetors	722 (05,81		589.948,65	374,594,75			101 135
1041 ? !) 105	Despute vác udustán [6] Despesa com estado considerente Despesa com parsivas (()ande/(os Seau [7]=35)4[6]	722 (05,91			374,594,75	(10, 113, 43	722, 005, 91 20, 114, 853, 42	109 195 20,186,356
A0Ali ? ! J A0S 0 F L	Desputa vác udustán [6] Despesa com parativos considerores Despesa com parativos (prancujos) Sam [7]=(5)*[6] Ejeratões de tascudacia (0)	722 605,91 (\$2,465,41 19,751 510,61			374,594,75	(10, 113, 43 992, 191, 36	722 (05), 91 20, 104, 859, 42 131, 202, 11	109 135 20,186,356 (57,035
A04 ? !) A05 Of: A05	Desputa rès udustam [6] Despesa com estavos demarcedere Despesa com passivas (grandujos) Seam [7]=(5)+[6] Syviatões de teatumanda (C) Sulco papa a geoùncia suguente	722 (05,91			374,594,75		722 (05), 91 20, 104, 859, 42 131, 202, 11	109 195 20,186,356 191,089 2,367,588
804 9 13 805 801 805 807	Despute rès ujustes [6] Despute con estate desputetes Despute des passions (franceires Seas [7]-(5)+[6] Devratões de teaturatia (0] Suito para a geniutia sugunte Operações coçamentais [8] - [4]-[7]	722 005,91 (\$2,465,4) (19,751 510,61 2,466 335,50			324,594,25		772 005, 91 20, 114, 853, 43 131, 307, 11 1, 460, 712, 16 2, 468, 335, 50	125 135 26,186,356 1,51,635 2,347,558 1,329,644
A041 9 13 A05 OC: A05 A07 A08	Despute rès ujuries [6] Despess des attres denarcedors Despess des passions ([]ancendes Seas [7]=554[6] Despess de descubanda (0) Seico papa a geriunia segurate Operações orçadestala [8] = [4] [7] Operações de basocraria [8] = [4] [8] [0]	722 005,91 (\$2,465,4) (19,751 510,61 2,466 335,50			374,594,75 -374,584,75	992, 191, 35	772 005, 91 20, 114, 859, 43 131, 307, 11 1, 460, 712, 16 2, 468, 335, 50	709 195 20186,956 191,689 2,367,558 3,929 604 1,097,933
A04 9 13 A05 OFC A07 A08 A08	Despuse rès ujuries [6] Despuse rès ujuries desprécients Despese des entrés desprécients Some [7]=(5)4[6] Despuée de désembrée (0] Selon pape a gardinale seguente Operation de paractain [8] = [4]+[8] Operation de besongarie [9] = [4]+[8]-[0] Selon glabat [2] = [5]	722 (05,81 192,605,61 19,751 510,61 2,466 395,50 2,466,335,50		589.943,64 -15.351,77		992, 191, 35	722 (05), 91 20, 134, 859, 437 (38, 237, 41) 1, 460, 732, 86 2, 468, 395, 50 992, 397, 36 1, 485, 062, 85	719 135 20,186,356 (51,035 2,367,558 1,329 604 1,037,513 -1,155,804
A041 - 9 9 - 10 A05 OFC A05 A07 A08 A08 A08	Despuse rès ujuries [6] Despuse rès ujuries desprécation Despuse des actives desprécation Seau [7]=35]4[6] Desentées de désentación (0] Selon pape a gardinala seguente Operation de particulation [8] = [4]+[8] Operation de besongarie [7] = [4]+[8]-[0] Selon global [2] = [5] Despesa priesson	722 (05,01 197,605,61 197,751 510,61 2.466 395,50 2.466,395,50		588, 948, 64 • 15, 351, 77 568, 349, 33	ON 591,15	992, 191, 35	722 065, 91 20, 134, 859, 62 191, 229, 41 1, 460, 732, 16 2, 469, 395, 50 992, 397, 26 1, 485, 062, 65 13, 342, 286, 35	109 195 20,186,356 (51,089 2,367,558 1,329,664 1,037,913 -1,155,804 19,422,114
A00m 9 1.7 A05 00°C A05 A07 A08 A00 A00 A01	Despuse rès ujustima [6] Despuse rès ujustima [6] Despuse con estates denarcelles Despuse tom persions (prancelles Soin [7]=554[6] Demandes de describación (0] Soinn papa a gerüncia seguinte Operation organistatión [8] = [4]+[7] Operation de bisocracja [7]=[4]+[8]+[0] Soito giotal [2] = [5] Despusa primaria Salon concente	722 (05,01 197,605,61 197,751 510,61 2.466 395,50 2.466,395,50 1.616,014,17 (1.526,525,50 2.516,718,52		589.943,64 -15.351,77	-374, 584, 75 374, 394, 75	992, 191, 35	722 065, 91 20, 734, 859, 62 198, 237, 43 1, 460, 732, 86 2, 468, 395, 80 992, 397, 36 1, 485, 062, 85 13, 342, 286, 33 3, 519, 161, 32	109 195 20,186,356 (51,085) 2,367,558 1,929 044 1,037,913 -1,155,804 19,422,114 2,155,215
A001 9 17 A05 A05 A07 A07 A08 A08 A08 A08 A08 A08 A08	Despuse rès ujustime [6] Despuse rès ujustime [6] Despuse con passivis diparcetirs Seam [7]=35)4[6] Despusée de testimanie (0) Selon pape a gerimola seguinte Operações orçamentais [8] - [4]-[7] Operações de bisocrarje [7, = [4]+[8]-[0] Selon gletai [2] - [5] Despuse priesatia Salon despetir Salon despetir	722 (05,01 19,751 510,61 2,466 395,50 2,466 395,50 1,616,014,17 (1,516,014,17 (1,516,014,17 (1,516,014,17 (1,516,014,17 (1,516,014,17		588,948,60 • (5, 351,77 568, 848,33 • (5, 237,11	034 584,38 876,394,73 ¹ 034,394,35	992, 191, 35	722 065, 91 20, 714, 859, 02 188 237, 31 1, 460, 712, 16 2, 468, 935, 50 992, 997, 26 1, 485, 061, 85 12, 942, 286, 53 3, 519, 161, 92 -2, 136, 351, 49	109 139 20,186,356 (51,039 2,367,558 1,928 04 1,037,932 -1,155,90 19,422,334 2,155,239 -) (52,546
000 000 000 000 000 000 000 000 000 00	Despuse rès ujustima [6] Despuse rès ujustima [6] Despuse con estates denarcelles Despuse tom persions (prancelles Soin [7]=554[6] Demandes de describación (0] Soinn papa a gerüncia seguinte Operation organistatión [8] = [4]+[7] Operation de bisocracja [7]=[4]+[8]+[0] Soito giotal [2] = [5] Despusa primaria Salon concente	722 (05,01 197,605,61 197,751 510,61 2.466 395,50 2.466,395,50 1.616,014,17 (1.526,525,50 2.516,718,52		588, 948, 64 • 15, 351, 77 568, 349, 33	-374, 584, 75 374, 394, 75	992, 191, 35	722 065, 91 20, 734, 859, 62 198, 237, 43 1, 460, 732, 86 2, 468, 395, 80 992, 397, 36 1, 485, 062, 85 13, 342, 286, 33 3, 519, 161, 32	(51,035 2,347,558 1,329,604 1,037,033 -1,155,864 19,422,134 2,154,235 -) (53,649 -1,11,518

[&]quot; De pagamentos, recebimentos, assim como os delats teverão estar discriatinados de adordo com os grupos in factos do financiamento.





Demonstração de execução orçamental da receita



DEHENSTRACKO DE EDICOLAS ONCINEDAM, DA ESCELTA, Helifo Piln de Prens DE LALINOS

Pricingle - 2022/91/ft.	(1222) to the Department of	Consultant or sailed for prefettive and content of prefet forganisms of optimized	TA BUTTELLA AT	WING BUT YOUR	Particular cell	Carathallan								km 103
	Tuxer Fullight	Terry radius	April 10 pro		Trans. Ironham		Permission e Postitvições	estituides	Poten	Potential Colourad III protos	p rotes	_	Gran Tower	Digamenta.
Aurana Acaresiça	Destroylar		percedos Antiecupies	l produce	171 171 171	recorder orbidades brockai	24th 88	20154 10	Perions: animitations:	5011030 correction 191	50:34 (D) = (2) (1)	E PETER	No. 2005. 1711-161 7213-100	Market Mark
# E E E	Next, to receive the factor of	05, 685, 413, 60 3, 905, 569, 69 1, 511, 549, 11	04,050.MQ	19 691 101,611 4 316,516,151 1,116 1/8,131	405 101,87	11 205 225,000 0.306 576,335 0.300,376,335	121.025, 81 45, 191, 62 45, 174, 82	101 104,44 45,156,105 (5,156,10)	ונ. אונ את	11 (11 (12) 12 12 (12) (13) 13 14 (11) (13) (13)	13 274 210, 03 0.300,318 53 4.341,191,55	E1.28,24	2	32 CHC 32 CHC 31 CHC
200 800 800 800 800 800 800 800 800 800	parages securi a substitutus de suda Cara, militar a sebas paradidados Perdamentos e populadados Crandomicos e subsidios correcte. Crandomicos e subsidios correcte. Crandomicos e caracteres Monasianas e principales.	L. 324, 624,00 103, 507,00 10, 643, 644,00 10, 643, 644,00 10, 103, 102,00 13, 255, 307,66	226.4U,54 9.100,00 5,100,00	1 226 525.18 521 506,531 35 401 101,40 35 401 101,40 36 401 201,40 36 402 418,33	136, 565, 13 193, 23 181 033, 13 181 033, 13 181 133, 135, 13	L. 166,02,55 FP. 196,95 50,480,787,60 50,480,787,60 60,480,287,00	4,121,12 42,995,01 42,605,01 43,405,01 6,103,3,	27, 25, 10 11, 25, 10 11, 21, 21 11, 21, 23 10, 21, 23	Push du	1,180,1994,10 (P7,170,5), (0.405,185,10 (0.405,185,13 (0.405,185,13 (0.405,185,13 (0.405,185,13	L. 101.2 D. 30 677.7 D. 31 D. 105.8 D. 31 D. 105.8 D. 31 D. 156.9 D. 31	191702, 66	56	202 202 203 203 203 203 203 203 203 203
	Pertonnia supredes progle Control - Society suprementational Committee to the Committee to the Committee to the	B		TT-201-TQ		High or				D'128' W	n'm'n			38
- 1 1 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2	Danistan merenian Reda da hara a servapa Outra mondara dederical Reda da egucal Reda da hara da servamen Sesan Bermania a sebadana da	2.155.289,00 224,400,00 3.277.284,00 16.211,00 2.890,00,00	11.681.00 431,651 73,675 73,675	2 451 454 B6 201 414 B6 201 414 B6 201 414 B6 201 414 B6 201 514 514 514	260, 423, 45 420, 723, 45 556, 423, 63 566, 443, 83	2.20.605,67 274 801,74 3.100,604,14 3.700,73 2.700,500,50	411.19 304.411.10 506.419.04	1 37,19 8ff,02. 11 8ft,03.11	206 115.23	2 038 68.65 273 604.78 2.552.285.15 3.595.73 2.193.090.39	223.00.00 223.00.00 223.00.00 2.00.00.00 2.10.000.00	65,962,00 05,062,00	\$. BE 60 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00
	Tenniderinean de capital Tenniderinean de capital Managergen Bebager Naminal regio Ferrial - Felante Mannish regio Contral - Calaba Ser John Ser Joh American regio Region I American regio Region I American regio Region I	2 890 41,00 2.890,00,00 2.890,00,00 2.09 2.03 1,13	416,97 416,97	18, 58, 50, E	28, 44, 10 29, 15, 16, 16 29, 15, 16, 16 20, 15, 16, 16, 16, 16, 16, 16, 16, 16, 16, 16	2,150,000,500 2,150,000,500 2,150,000,500 3,150,000,500	966-419-11 506-419-11 VG 419-31	86.03,11 86.03,11 86.03,11		2,193,090,59	2,185,095,39 2,185,095,39 3,185,095,39	15,23 165,33 (9,40)		25.83 25.83 2.03
	Original School and Proposal Original School and the reposal Original School and the special Empirical No. 1994 and 1994	6,62,00 5,984,19 3,00 315,004,00 1,329,004,01		5, 199, 90 5, 199, 90 1, 199, 199 1, 199, 199 1, 199, 199, 19	2,00	1,595,00 20,490,0 374,940,0 11,734,940,1	2,00	2,03		1979 19	20,000.1 20,000.4 20,000.0 11,000.0 11,000.0	81 au 6		34.52 100.03 100.00 100.00
	. Total .	11,221.000,31	99 503.11	99 363.11 24.72.12	1800 SERVE	San Passing III	1900		700000000	200 to 10		82, 181,04	2.	2



salton aback 19235

Demonstração de execução orçamental da despesa



CONTYSTENÇIU DE LOCEINEÑO ARQUMENTAL DA ELOPESA. Hastoliko da Ponda de Limbaso.

741 : 1 Ans : 2527

:01.102	Marcart Telephogal :												Fotos
" - -	Classil icação	rud werarhrag					Urapeans, p	esparense de educati especiales	tapin taiba et			Gian Rier.	Decreased
Petrical Orphines Economics	c) Deytoracy o	pogatical periodina diferiodina	roprogram roprograms 721	design /	de de de de de de de de de de de de de d	00 occupation	Perilipion arteriales	Street Street	Ttal 3) signal	Creative tables a scandistica 191-141-191	361 [494: 8	Pers. In [[1] ext[].	her form Chel/II/ Rocalfe
833	Pespeso concente Dampeus con o parecal Respectações fortax a Patracinos	42.592.61	01 202 CO 10 10 201 105 CO 10 10 105 CO 10 10 105 CO		2 10 403 501,00 10,190 003 7 10,190 003 1	51 (89) 317 (7) 1 153 053 64 5, 011 (1,50)	- 115.00 m	75 27 30 55 2 121 121 35 5 403 412 32	0.5 10s 10g, 41 7 021 129, 36 8 401 401, 10	510 St 5, 14 119,74	11' 105, St. 171	×	2000
3 C 2 8	Allones for Larvis of Exercises September 2001 of the September 20	Id Dat CP	502,311,00 1 \$12,000,00 6 011 400,10 81,000,00		133, 134, 83 1 462 753, 66 6 185 011,45 51,649,96	Lel. 104.31 Lel. 161.32 E Mai 166.65 90.611.96	10,519 11	1.05.042.03 1.034.302.15 5.036.264.00 56.638.96	1 424 242,45 1 424 242,45 2 121 240,44 34,648,95	27.00 215 415 105.72	16,38,47 10,38,47	18.3	2.15 9.15 8.51
: 5 2 2 5	Teamforthering in subfigure thermotor Teamforthering to company Administration (American Administration (American) Administration (American)		2.2h;7(6.0) 7.516.64,03 1.216.320,01		2 221.647.13 7 505 420,11 1 233.100,88			2 614.184.38 2 471 481,73 1 355.484,81	2 EU 164.33 2 EO 641,72 1.153.344,11	105 835.46	946,15 462,15 03,656		222
	Portions Administração Courad Davies Administração Courad Davies Administração Courad Savies		100 816,01		113,461,15	120,000,001		55 17 2	13 W E	811.97			2 2
	Adhamatic again Segment Adhamatic again Segment Adhamatic again Segment Series (see 1941) as		1,653,130,31 89# 74#,30 412,330,33		1, 651, 222, 73 FOR 612, 75 410, FOL 43	93 116 134 63 116 134 E3 116 134		641,315,35 641,111,53 01,911,51	961,315,39 951,305,39 285,941,43	15,284,01 24,144,01 15,114,04	250,00		92.23
<u> </u>	Society Supportunities differences Outers designant extraction towards & capital Approache de famo de capital Transformation is inhabitate as capital Transformation in inhabital Administration of capital Administration of capital Administration of capital Administration of capital	216,000 24,600 24,600 36,000 31,000 74,000 7	218,251,31 46,100,63 5,120,560,04 2,295,660,09 2,295,660,09 7,000,100,03		263.1317,00 40.1227,11 5.013.455,00 2.638,005,30 2.239,106,36 2.239,106,36 2.239,106,36	222 528,54 90 886 11 - 5-044 194,74 2,855,794 63 2,843 89 80 2,843,832 68 2,843,832 68 1,995,833 10 -	2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2	272,528, AE 50, 446, 71, 73, 4,016, 71, 73, 2,326,959, IT 2,426,959, IT 2,460,007, 35, 1,314,438, 45,	207, 726, (0) a0, 46, 277 4, 52, 21, 12, 121 2, 139, 139, 45 2, 034, 405, 40 7, 034, 405, 40 1, 333, 405, 40 1, 333, 405, 40	9 116.14 125.56 151.06.14 989 211.36 145 611.86 165 611.86	00, 241, F) 96, 674, T) 17, 67, TI 17, 67, TI 17, 67, TI 17, 67, TI 17, 17, TI	# E 8 8 2 2	2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2
	Polity Pri Albachatagés Cabrido - Corna entambles Albachatage Cabrido - Corna Albachatage Principal Albachatage Loral Evidence de Caracidos Samilas	24,719,12	VICPUT 21) SCO,EC 21) SCO,EC		7 (13.504,88 279,254,88 279,254,48	01 101 105 C	9764		31, 262, 14 31, 262, 16 31, 263, 16	20,334, 19 144,746, 11		25	95.04 26.04 26.04
25 m m m m m m m m m m m m m m m m m m m	Constitute on copies: Outcas debymas de capital Osapuda com ation financiam Depresa com possition financiamos		13 (45,03 10,0 10,1 10,111,017		22.266.90	13 554,44		13,534,44	LL 584,44		ĺ	i	93.43
	76.00	(1,830.8)	13 301 E00.EE	į	22,283,454,56	22,289,454,56 71,921 734,140	0.500,00	21 401 00(2)2	N,118.151,10	1.215,255,115	All 545, 53	14.23	11.34





Demonstração de execução do plano de atividades municipal (PAM)



蓝雀	ŀ
1	
orders of successful distributed and the successful distribute	make dologic pipulat
	Tips on their increase structure increase. Notice the form of the order in page 100 months and 100 months in the form of the f
	ASSESSED ACTION
	Cooperation

									5	CONTROL OF DOUGH ROADS IN THE CONTROL OF THE CONTRO	04 R5 1.03 004400							ΞÄ	28
Databagk & Onto a for at Pepels	#5		ASSESSED TABLES	lps or Hear ren de Sondo	The selfect or more entances (8,000). You de homes 1,4600, \$10,500.			Li :: Ib	make Cook	1000000									1 2 2
							A SPA IN TAKE	SPECIAL PRINCIPAL				11.1%	Walter Presses		Z	STEATER		4.6.4	h in the
\$ III.		200 mm	Appropriate description of the second of the	PERSON	900 4 000 900 900 900 900 900 900 900 900 900		::		1	- N		3	P. P. States	13	Section 2	ā	2		
=	3	camo sortigo dan E	l:		<u>:</u>	Ė	Ξ		::-	=	<u> </u>	·=		H H H	=	1.51	100	<u></u>	-:-
_ 2: 2			Ample group Ample or order pile con Provincia continuos contro				E,85.61 E,85.61					0.080.0 0.080.0 0.080.0	\$ 4.4	989		200 200 200	555 753	8 2 2	57.
= =	= =	2 % ±	fraction fracts (fell April 2000 oth employing)		ii.		20 m			T mile into	7.51	0.350.0 90.350.0 90.350.0	36 H	33		27 A 27 A 27 B	7.2	2.5	5.00 6.00
3	99		Market of Standard Inches	27			\$180 E	3				0 8		3		2 2	5	2	=
. ; ; ;			Mary de spens				2010 2010 2010 2010 2010 2010 2010 2010	Í											
	24	10.0%	Contract it and a new department of the contract of the contra	95	NEW NEW		A10.101		-	.c.col.31	200	4	000000	90				- - - - -	: =
Ξ.	×2	D##		Ē:	1.18		E. 88.11 F. B. S. S.			A Parallel		10 M K		# 9 # 5 5 %			100 C	E X	20
-: ::	8.5	383.8.1	no Sector a applia	E	2.23		N.W.K						FLOCAL FLOCAL	2 E			\$ 10 mg	ŦĎ	2.3
=	ā	=	on the equity homogenise Geran a formament	=			0.91714												
			and electric and of nephriday	1 1 1															
:::	.	77	Permutos de los destados	= =			10.00												
r: r:	8.8		Participation of the designation of the second seco	<u> </u>			M.C.V.O.												
	5.5	7 : 2 :	Company of the Company	= 7			M.C. S												
: ": !	5.5	; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ;	Andreas of the Control of the Contro	E E :			1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1												_
		7 7 2 8	See See See See See See See See See See	-			- C-C-C-C-C-C-C-C-C-C-C-C-C-C-C-C-C-C-C												-
	<u> </u>		Service serial	¥.3			M.11.17.												_
:-:	= :		Section 4 to the section of	2 :			A.65.50												
	5 5		Satisfact and a satisfact	2.52			5.5												
-11:	5 5		Ambida to the storkets	24.2			5 5 7 T												
-: -	5.5	= : = :	Full find the settled of the settled	7: 3			M.05-0.0												
:::	5.5		Amount of Amount of State	: =:			12.00												
٠.	=	17 1:0:		:: Z			11.E0.H												
	5	77	Colifform of Orlen Nic Learning	ħ:			200												
b ₁	-	; ; ; ; ; ;	11 - 901111				K.R.												-
	2	17 18:	Jenninge inti-				11 150 00					- 15 - 2	7	8 2		1	:	3.3	=
123	- 2	F: 108	September of party of the control of		21.0		100 100 100 100 100 100 100 100 100 100			- 10 march	1		8.8			% Y	13.5	133	. .
200	822	222	Mark the definition of the control o	222			1,700,00 11,000 H			_							_		
	4						7 7 7			-	1:-	2 2	0 100 000	8 8 27 7	-	1.7			2
					=		50.00			İ	-: -:	_			_	πİ			

Limitação de Lexigla do Asea do Ancida do Asea do Asea	Herean white ages
	Toy de Hayer in State Green Highland.
	c Cush Cure Hallos.

144, 5 L 308 - 500

Medical of The Actor	8 20	designation of the control of the Belletic throughout copies		245 to 250 245 to 250 245 to 250	Compared to the content of the section of the secti			80.22	SIMO	= -									3
1	<u> </u>	4	3				Court de Cocket de	a Tributa A		200		Pu.S	bota is iteliate		U::	SHIPS STILLS		0.4	ž:
		0.000	HIND OF THE	7	9000	1:	:		ä	bote	#.	2	200	No.	indeplace independence	,ī	100		
=	ij	orea da las Sistem El			,	Ē	Ξ		т_	E.B.	=	=	ē	31.31.5.11	=	191	जन्मानिय	Ξ	<u></u>
25.5		=======================================	Square and action References	-	.:		20,130 to 20,000			E SCHOOL S	10.000	11.100 G	20 (BC, BC, BC, BC, BC, BC, BC, BC, BC, BC,	B B 707			2000 E	333	7:33
desta	_ <u>28884</u>		of the man entertwice for the second for the second entertwice for the second entertwice for the second entertwice for the second entertwice for the second entertwice for the second entertwice for the second entertwice for the second entertwice for the second entertwice for the second entertwice for the second entertwice for the second entertwice for the second entertwice for the second entertwine for the second entertwine for the second entertwice for the second entertwine for the		20 de 12 de 12 de 12 de 12 de 12 de 12 de 12 de 12 de 12 de 12 de 12 de 12 de 12 de 12 de 12 de 12 de 12 de 12		90000				22223	12 May 20 C		8484E 8888E		84888 84888	20,000 20	11111	3+53P
2	FF 5		on it. In this is faire to broke in fraction	92 s	5		1 80 00 12 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1						2528 2524 2524	2 2 2 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3		5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5	5 3 5 6 6 5 5 7 7 7 7 8 6 6 6 6 6 6 6 6 6 6 6 6 6 6 6	7.5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5	11 1 - 1 1
14.4	. 3 . 3	# #	Appendix of the control of the contr	<u>u u</u>	07.5		00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00				10000		RARE SANGE			48 657 85 765 85 765		1202	11111
34	ā	11:314:	communication in management (1) specification controlled i	-: ::	, 8		E.004,R	2. 2.			::	0.000 N	E 200 F	20 E		56	46 48 48	115	35
434	353	55	Man E. Mercella	342.9	1911		41.68.mL			E	2000.70	0.0000	R. 3: 13: 13: 13: 13: 13: 13: 13: 13: 13:	2.5 2.5 3.5 3.5 3.5 3.5 3.5 3.5 3.5 3.5 3.5 3		5 % 5 %	20 20 20 20 20	338	
38888	****		Notice of the control		Year		X 2 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5	22		2000	SUS	\$	E 3772	# # # # # # # # # # # # # # # # # # #		7'::: F	EC/17/20	3	- - - .
	<u> </u>		Managed in this + sector is compared to the co				8 H H H H H H H H H H H H H H H H H H H												
7000	<u>a. o.</u> e		According to the control of the cont	5.8			M 150 00 00 HZ					0.000	600000 100000 100000	80 H (0)		25 40 40	5 3	5.5	5.30
2	3	30441	Remaining to Land	380	100		31,205,00			merke biken	3.	9300	600 d.	100 N			0 E E	2°	11
					745		1830					No.000 0.0000		A. P. S. S. S.	!	6.00 to 10.0	0 B	ź	5

									5.4	Material production	tale d							24	18 18 18
Opportuge of the control of the cont	25	bendrage of desire cosmons in the same invested in the same in the	Common project monte comuno	Tipo of the	The order of 150 STORES RADIO.	1::::		20.03	Brook - SNOVE SECOR	BCC-SK									1111
					1		Contraction of the State (1995)	elicini, el v	į,		_	7	Erich Period		2	Receive strainth		1.00	# F
200		2,600	MIN (100 H)	: 13	1 1 1 1	=	::		ñ	Ę	14	1	0.00	72	500 At winter	ŝ	1.5		
<i>=</i>	-	days so and Man	Ω	<u>::</u>	Ξ	,.		÷	÷	Ξ.	Ξ	11	Ξ	1.00	:-	141	1 . H	Ξ	Ξ
2	. =	XGI F.	Security assess a ferral		2.08					DRAM COM	11 11 11 11	DEPT PROCE	VSGB,R	10,000,00		28,1133	No all	ä	200
74.7	å		hand and the sail of	15			N.W.H												
::	ü		CONTRACTOR AND CO.	15			00 0mm												
2	ü		The Control of the Co	G			20 00												
ć	ü	MILL	E. C. C. C. C. C. C. C. C. C. C. C. C. C.	£			DO '000 .												
ž	٥	2010	Personal Prince in the by the collection	4			5:00			_	_								_
÷	ā		50 5 St. H In C. St. 201	31			00000												

																									_
7.1		Ξ	2.5							-	Š	26	2.5						:0 %		-	7 .	Ĝ		11.11
5 0 0		Œ	:							3	7	ta 12 13 y	. 2	8	7 7				#			, A	90		100
	1 5	1111,418	NE BEN							2 10 20		5 Y	1 00 × 00 ×	(Me40)					291.300,-		55	11.00	400.4		20 20 20 20 20 20
Resolve products	š	11	100							1 61 71			1,62 (1)	6	131-157				180		7.00.4		20,00		選択を
Pes	500 Johnson	ē																							
	-	11.0-11.000	B(100)00							8 57 53 5		8/18/12/1	1000	8:					E. C. S.		2000	17	0.00		10 M
Purch (report	9.5	Ξ.	al district							-				2					\$ 120 V		100	8.1 1.1 1.1	070777		E 1 2 4 5 1 7 11 1
17	3	11	125 PR-200							2.00		20,000	2007		2. 20 00 × 1				20.00		38.10.10	30°00, 24.	36,50,00		213 111
	4	Ξ	2.5									100000							K.183				F. 60		i
Ž	Ę	В.	Director At S first									of the Party of the Inch							DESCRIPTION OF THE PROPERTY OF				PL-000 991-00		
5	ä	ıΞ																							
ALCOHOLOGICAL	1.1	Ξ.																							10.00
0.50 St 500 M			1	DO 08.	000	0000	20.00	11.90.00	00 W. 70	00'07	5	明 学 野		M. IK.	1.982.FM. W			AL.M. III		三, 是一,	X6.00, X	를 원 첫		# 2000 E	2 2 2
_	1																								
	1	M	;>												2 1				MITTER .				1000		West,
	: :	<u>.:</u>	2									- 3	3		=				100				- 10		
				s to 6	s e i	<u>a 35</u>	8 3	8:3		2		-		_			F	<u> </u>	_	E i	<u></u>			HE	-
	William III	0	According associate force				Service of the Servic	W. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1.	Strategie of Atlanta	Section (chiefe) series as	INCHES OF THE PARTY OF THE PART	Desagno Philips	Mary Lands	Conducting with shariflach	The Substitute of the Substitute of	Private Science selegited	PATRICIA STANDARD CONTRACTOR	ithe other inde	Numerical Prints and	Menual super level	Ven. (10 tople 10 et al.) Melinio de familie de modes	Construction professionary	printed printed by the factorial	Embde is fain to horseld for done to been do hard on	
	4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4	Harry and state Police					1 1					7			0.5100			51	-			8		88	
		1	. 5 (3 2 2	: = :	5.5	30	. = :	00	o.		ъŝ			-			0.0			0	:5	5	5.5	}
	2	=						:: :		:	1 1	77		-:				7	1.	41.1.		43.2.		10	





Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos (PPI)



		-	3	200			7 7.52	2 2 2000 12	0.000	
10 17 17 17 17 17 17 17 17 17 17 17 17 17	war turker		Isabeta Passota	ale:	Paye of Baltic sectors cleaned	op skip	į	40.00	-	3
				2002	REPORT OF THE PROPERTY OF THE	1 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Cash Blow is that Birth 2016 in the first Hold William		CHIEVE SERVICE TO VEHICLE SERVICE SERVICES AND PROPERTY OF THE	lour may be de top de finaje
			o o	Carriedon y modernos Calledos a debididades	1827 1931					

- F

\vdash	4471	Œ	24	233	ij	:: ::		20	88	8		3	:::::::::::::::::::::::::::::::::::::::					<u> </u>	2		2	
11 17	700	12	23	323	3				3 3				(53					<u> </u>	=		=======================================	
	Test	07-1121-139	# C		E A	1.360			5.5 E E 3.5									X EL			3	
ware break	.5	2	0131-0	5 × 4 5 × 4 5 ± ± 1	1,047	100			3.3 2.8 2.8 2.8 2.8										3		200	
125	M.113. 0	==																				
	ā		80'121'50 80'127'50	883	100	X.03,X			X M					H	× ::	1.000 %	6.60	9.5 8.6 8.6	2		20.00	
Recent Pausta	5 1/4	ā	80 M m	20 N	II DOUGH			7000	:0 E					1 (10),09	1,460.0	1 (00,04	1,00,0	90 11,00 70 obta	2000		8.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1	
3	7	Ē	98.5 38.5 38.5	X 2 4	2 1 2	13. SLE		- H	28.8			3			2		_	8 8 2 5 3 7 3 7 3 7 3 7 3 7 3 7 3 7 3 7 3 7 3 7	8		*	
-	į:	=		5717.5	8888	22 62 22		521550 E	13					81 KY 20 KY	# XXXX	41 877 887 h	G2888 B	3				T
	â	é		Ē	Ecci	93300			10.11			á	1222	100 105311-31	80. E1122.E1		Ē	Miles III	3		H-S-H	\downarrow
3	3	Ξ												07:1:0	80,11.0			21.10 (1)				
State Heat	::	::	可要 80 の 80 の 80 の 80 の 80 の 80 の 80 の 80 の	20 開 20 開 20 開 20 開		9. 1			H.	1.50.0 3.50.0	31,001.5	2	E 9 8					EVIET SI	BLIGHE			İ
2																						
	::	Ξ	20,538 F	2000 1000 1000 1000 1000 1000 1000 1000	0.00 M 0.00 M 0.00 M	5	200 mm	8 89 1	00 271 HJ 10 00	8861 1000 1000 1000 1000 1000 1000 1000	2000 H	201	888					B) (III) (B)	0.000	10 (cc)	10,100	
			20.58 H	1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1	512.00 10.00 10.00 10.00 10.00 10.00	2 2 2		B 88 F	30,00 191 £2,00	8 (Kr.) 6 (Kr.) 6 (Kr.)	P.(0.1)	57 5	3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3					IN.III.W	0.000	ID TO CT	10,10°C	
0 2/2	11.	Ξ	20.539 E	THE SAME AND ASSESSED.	5 1 15 00 00 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	2.0	# 50 mm m m m m m m m m m m m m m m m m m	8897	2,00 0.7%		900000 1000000	1	8 00 00 10 1			14.00 M	74:11:3:	TH, ID, WO	180 00 1 10 00 00 1		90°46 10°4615	
0 2/2	9.4	Ξ	20.50 E	がある		25.00	1 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	: = = = = = = = = = = = = = = = = = = =	=				00 00 00 ICI	W. W. W. W. W. W. W. W. W. W. W. W. W. W	:#::#::#: X	24/21/2 will 8	- Aprilian				50 CUTORET	
	200 Parish 100 Parish	И	200.590 advanteración and 100.590 and 100.500 and 100.	20 mg and a construction of the construction o	2. K X	8 8	. Z N E	:	E	× × ×	30 M. A	; W. 16	Marian I	X Section 2	х	ж.	Æ.	Communication (Communication)	10.0	25.25	Accident	
0 9 1 2	0.00 (1.00 (M K T	200.590 advanteración and 100.590 and 100.500 and 100.	24 (f); E	2. K. K.	25.00	Supplied to the control of the contr	Manual de consentrate Cologo de Col	Montagle of contract of contract of the property of the contract of the c	The information of copyline of copyline of the		Participation of the control of the	Contraction (Contraction ction 2	Apr. 20	X E S	X.	Communication (Communication)	Managed American Managed American Managed American Managed American Managed Ma	Memorial de level en entre por la social de level en entre por la social de level en entre por la social de level en entre por la social de level en entre por la social de level en entre por la social de level en entre por la social de level en entre por la social de level en entre por la social de level en entre por la social de level entre por la social de level entre por la social de level entre por la social de level entre por la social de level entre por la social de level entre por la social de level entre por la social de level entre por la social de level entre por la social de level entre por la social de level entre por la social de level entre por la social de level entre portant de level entre por la social de level entre portant de level entre portant de level entre portant d	Accident		
	0.00 (1.00 (16 11 11 14 14 14 14 14 14 14 14 14 14 14	200.590 advanteración and 100.590 and 100.500 and 100.	Manufacture of the control of the co	SOLITOR TO A CONTROL TO A CONTR	With the property of the control of	[1] W. 1 Complete the rest of		C that is Money for and section in the many of the man	The information of copyline of copyline of the	CONTRACTOR OF STATE O	C William Paragonal and March and American a	Marian I	See a series of control formers of 1 1 1000 100	Separation of the separation o	Automotive Company of the Company of	The state of the s	Face for control of the control of t	Control of Manager Manager Annual Control of Manager M	El JOSE DE REGISTRA MATERIALE DE LE LA LA LA LA LA LA LA LA LA LA LA LA LA	Source to the second of the se	

	R::5	# 7 7	E PASSE THE PASS	Ξ		10) ×	ì	6.5	5 5					50	áģ:	15.5		Ē:	-:	0.0	11.6
F8. 4		_				3630									E E	23						9,3	22.2			17	<u></u>	3
				A EVENT		34,216,53						-	1 2		8.3	X 4 4 3					1 5 S	TA:			4:18	90000	V. V.	85 H 80
		through some	.5	÷		11,716,01							Ī		H H	X E E						T 70 7			F. d. d.	5	8	20 HE
			# P	Ξ																								
		H		==		8.1		M. M.	X160	00E,30	2,0	Ř :	1 E X	M. 30	35 M	. 5 5	23 M 25 M	200			5.0	2 7 1 5 8 1	15.5	_		107	ē	8 4:
	[i 		3	- 1		90°H . 1102		_		-	-	= :	. 11	_		- 5	200 200 200 200 200 200 200 200 200 200	C.B08.25					9.5		2 8			enduction
		ATTACK STATE	Sudan.	-=		E		JC 900°	0.00	0.000	0.88	3000		0.000	20	100 Sec. 100	9 00 00 0 E 10 0	0.00.00,00			200 S	0.0000	5 8 8 12 12 1		0.00000	20.00	R	S. J. 11, 10
3		×	3	Ξ		A 18,80						3	99		88	98	88	SE, E			9.9				88.5	9.0	28	. E BK
enega S produktura A conta Produktura A conta Produktura		-	 <u>:</u>	Ę		TATAL		M180000	200	8,8830	28000	318016	55	20000		20134	30.415.0	1001000					5,000		- 19		75 P.	
Mark Co	B000H	3	5	Ξ		2000		8 8	9000	0 00000	<u> </u>	T. Innerit	200000	The state of		C. INTERIOR	E Dinion	TO HITTER				0 00000	0 0 0 0 0 0		-0			
00004	Prima i Montrolli		ä	Ξ	5	_		<u> </u>	×	R	8	H	XX.	- 12		9	9.	H				- 3	<u> </u>		15		-	17,213,08
	10001.00	Stachtstate 4r	-:	- :												20,000												1.11
		a lifeton	ä	Ξ	1 2 1 3 1 3 1 4	# 5 # 5 # 7	2 20 20 1 6 20 20 1 - 21 1	£				4	HOR.		1.0	31 (S) (S)	 			3.53	19.17.00 6.090.00	10.000 to	# A A	# 76 21	2 3 S	40,40	8 %	0.80.8
	8880	9	-	=																								
	E 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2	H	3																									1010
	Market over		# × 5	=		25		2001000		20112.01	46 26 31	RALLS	8 8	W10125		NO.	7,11,150 1,00 1,00 1,00 1,00 1,00 1,00 1,	WH 1707				100	17.99		3 32 33		E	
	borth May 1,20 To 100 E. Prof. ED. 27 P. S. P. Prof. ED. 27 P. P. P. P. P. P. P. P. P. P. P. P. P.		700	Œ	5.63		455	5 95	37	я	35.	*	e v.	*			ń		52 W.	91 P. N		15		v	5.63		2.2	
	= ::							-6							_			- 0	_									
	icles. pe		Trickly II	(The transfer of the control of the c	Appropriate to the contract of		Spungs of the Market Amilia saya or exula fit sa	ends ends colorer 2007 (1927) to	The second of the second secon	Super same Southercold to See to the re-	2. data data iga: Sentenagia ayawa wilinin Sentenaga	conditions as a second	Section of the highest section	on to online colonia. Necesia Services coloniales de sobie	Springers with the first of the	eletação contradação am açõe ao	Saturday Services	Man che de le la particol Granda e see di mond	described a see a consideration of the second of the secon	Management de Latercomment	relevative to Medicality MRC 1 - Level Recipieds	geger (tygen mergan + merg Verber (bygen Oderso + Mass) Promptocycle with recommission	Agriculture de banc de caso d		America e due debutados Sensos edebras	Particle Discourse Aguação de best de Septad. Vicaliado de timo de sebad.	
	Legit Carb pictors, Locates assigned	_) 			25	ĬŽ.		ÿ.	7	3 9	\$ T.	219	11-19	in particular describation	ii.	5 TO 10 TO 1			1	1	11.0	333	0.00	STIP STIP STIP STIP STIP STIP STIP STIP	-
	ı		Manual 6	Occus sea cina deserva		: ! # # !	 FA:	4 9 9	E : 7:2	7.08	80.00	:: :::::::::::::::::::::::::::::::::::	 4 d	 :::		Î	8118	200	20 23	01.5 888		1 14 8	2 1	3			200 200 200	
]	20 th 20 th			ë	==:			===	=	<u>:::</u>	<u>::</u>	u	E =:	=		=:	=	=	==	===		23	<u>:</u>	-	00 <u>-</u>		===	
	ster finale to Option Type of Stoyle			=	211	112			: <u>:</u>	3	=	3	111	7	52.5	= +	37	77	÷ :	<u> </u>	33			1777		7	3 <u>5</u> 2	

	112	P. 1.	0.000 000 0.000 0.000 0.000 0.000 0.000 0.000 0.000 0.000 0.000 0.000 0.	Ξ.	==	2			ŝ		Ď	5							9		: E:		9	::,	-				_	<u>::</u>	=:
5.2		11.4		÷	5	ē			8		3								9	7.	i n		9	£.	ŝ			_		3	7
			100,		=	Ē.			4776		19,001,1								G 60,12	-			2 8 8		N. S. S.					X-1165	97.2
		Read Endin	2	131	5	-			9,405,9		F								2,111,11	1000	1		100	B. W. W.	9 9 =		-			VII. 1862	86.00
		Rek	2.8	[1]																											
			The state of	E 40 40	200,000,00	0 B	10.00	L total a	10 W	8.60	06,13.00	90,711	8	y mag.	1	4	X 13 1		W 11 11	H 10 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00	× (2)		8000	H: 134,34	X 50 37 7	_		_	SCENE S	0.000	W 100 PO
		St. 10 (84/6)	2 1	Ξ.	100 /04/ CB	5. 2. 2. 2. 3. 3. 3.	0.000	To dead	97R (0)	8 2 1	8			90 S					5	KC 100/04			#0.000m	2 200,00	8.8				20,20,00		001771 1878
		40	- 4	ā	8.60	W 008,30			9,300.0	1,300,01	8 8	877	8 4			11.11	1.000,00		9000	8,200	98		00.00.00	2 X X	98.00					8	H 3000
PARTICO A SECONDA LUIG PARTICO A CARGO			:	::	Water (C.)	52578	367.678		74.59	200		110000	163,003,00	1.00	2		34.48			ELI-MIN	1000000			0.000	0.000				8		
1800 A 100 180 A 100		38	\$ 1	ē	TENTAL DE	.F.	THE COLUMN	1000	SC 804 68:25	100		HANN III KARK	ALSO LA	E 889		3	14.044		E	N/MIN/W				Float						: : : :	
5000	::		ä	151																										M 30,00	10,000
	Iloure:	a Charlenga	:.	<u></u>																			00.04.36							10. tel. 44°	41.11
		Published Control	:-	=	E 0				0.000.5	1.88.8	67.63.30	B	10.00		3	ē.	9770		8 7 7	完 p		9 32 3 8 55 5 =	4 60 68	8,54.9	20 DOI: 3	1.23.00	X M :		×.	28,76,0	De dividi
	MICH LA		2	2																											
	The evilon of the rush fitting to Artificial in the evilon of the evilon	9	F 4 2	-	80000		Seutim		27.00.50	D.7::			2010:20	de diac		101110	45000		1.11.15	0,ris	::			CHILDRE	2000				: :: :: :: :: ::		100
	Tips on Harm 11.		111.02	Ξ.	X X	ж.	ж	×	5	,			,	Ψ.					10	. *		NAT I		×.	95	98	85				
			22.00		Application and a second of the second of th	Marines Seen th Constitute to	_	in fair di bross Sib e Septembrio Tracello di Residente	to riper va	structura is social a April plenus Contrata i social com		for the latest described to the con-	4	J:		Form the Both or Association who con-			Production and a compact of the comp		rë.			1000	Court of				MENO PROBLEM DARRA	Special divides to design the option of a price of the second of the sec	
	Dwills:			Crim to the crim	87.78		11 : 12	×.	2017.78	::			:	*			2614.72	g .	a Ā	:	:-:										
	Section of the E		0	=	55.	- 	-		100	n -		<u> </u>	:	-1					<u>ai</u>	<u>::</u>		<u></u>		<u> </u>	# 16 # 16				<u> </u>		$ \ $
	\$ 5	- 3				ā ::	=	=	3	2.6.1.2	1	::,	Ξ.	===			T		7	3;		1	4	-	2.5	3		: :.		10	

. 8	3	his an		:::	1 A G		17.41	1714	5		<u></u>				2. X I.	#	27.5g	:-	<i>5</i>	0.0
7.0		10 7.12		-:	: :: ::::i		875	<u>=</u> :	6.10		24	=			223 245		5558			=
			Tipe.	I region	2.5 8.9		11(01)	H-155-1	2/65.11		No. Company	1.7			20x 24x 368		1.00 M	1983	13/8	88.57
		Parities Decilib	.5	=	20 M		0,200,0	DE 1.1.	2		W 25,12		•		50 50 50 50 50 50 50 50 50 50 50 50 50 5	:: ::: ::: ::: :::	1 2 3 5 1 2 3 5 1 3 4 5 1 5 5 1 5 5 1 5 5 1 5 5 1 5 5 1 5 5 1 5 5 1 5 5 1 5 5 1 5 5 1 5 5 1 5 5 1 5 5 1 5 5 1 5 5 1 5 5 1 5 5 1 5 1	97	<u></u>	20.00
		Fran	35.0	:=																Ti
			N. I.	g - g - r	2 M 2 V 3 V		6,443	1,513. ₄ 01	2	6. 300 pg	(a)(1)	911100	311.1	40000000000000000000000000000000000000	2 H S	97	2000	8	-	B.351.91.86
		anders some	3 5 1.0	==	00 Test 00		000000	0.0000	10 11 A 1		3:	90	7	2000 2000 2000 2000 2000 2000 2000 200		E/17/3	* * * * * * * * * * * * * * * * * * *			E8.380
000		<u>:</u>	×	Ē	8 5 8 5 8 5		1000	1000	=======================================	X: 0#. ;	O'E	-	000	5		12,990,51		11.01° 11	Ē.	100
Specification of the thinking			::!	÷	11.61.61		0.0000	200			22	1716.H	173577				2	8	90.00	
16::(1 ×)	32.56		-5	Ė	Billion		200			£	Dillita	X 2010 X		2868		E E	200	- 11	M 4204577	-
1.5	X2914		ä.	:::					8 8 1 1 1 1			80.000			Shale			7	E	11.11
	10011-1	# linginess	2.7	Ē	M.MC III	■ 040 ■036 ■036			EL MALIE		0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.0				E-181.31					87.100
		from the Power	::	==	0.51.02	0.75 ± 10 \$4.55 ± 10 0.75	1 ×		8 87 E		9 X X 2 X X	00000 00000 00000	0 00	× ×	E 212 60 112 60 112 60 1	18,500,00 1,000,00 10,000,00	9,35,35 9,35,38 9,35,38 9,35,38	38.5	1.0	18081
	alestra.		54	=																
	Les et flux in the refusion is a selfusion for contract there.		1811.00 Childride		MITTER		# F.			- Files	Ĕ	į	15.00	2011-100 1001-100 2011-100	521.157		15 20 20 30	8	9, 35, 37, 47,	i lini
	x 6150		1.1	<u></u>		8858	23		22		265	0222			5	HAY.				
			90000000 90000000	El	Dates (California)		in skin	Contains Account.	la min	JOSEPH Tallet Globague Postades Puper oc	± 5 5 5 ±	B 1 5	1	<u>a</u> .	Pages excited to the first transfer of the f		Comparison occurrency bias Comparison occurrency bias Comparison occurrency bias Comparison occurrency bias occurrency comparison occurrency bias occurrency bias occurrency bias occurrency occurrency bias occurrency occu	. 9		
	Hostificación w Wijer, si sussi Ricede (2000). Propieda (2000).			a senemen A	11 300	 *****	123	131131	E 1 200		5 4 4 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5	3022	E 5			0 45 8 8 8	8	3	2: 000	
	floate at			20074		0004		c	00 4	-				0222		838	2		<u> </u>	$+ \mid$
	Hake Option		4	Ξ	23	1330	33	-7	\$32	÷	<u> </u>	2000	23		1,55	444	200	1	j.	

1 II. 3 ~ 37 37 . 37 33 35 100 THEFT 1 d Nu. CHESS! 4-11-1 8 5 3 ř F = 6 5 5 5 2 5 2 200 5,1 5,55 E 01.8 3.75 formally give 1th 7.4 7.2 9.9 ŝ \pm 3 ľ 38 É 1 H . 0,0110 # 4 4 6 6 6 6 8 7 7 8 4 4444 À 6 ∷ Water of the page # ? X 8 X X 0.010.01 0.000.01 0.000.01 2000 C 01,47,00 E. E. S. 3,000 0,00,000,0 43 Ξ ÷ 9 8 8 8 8 8 9,939 6.183,64 555 688 688 0.38.0 3 2000 Con = S i-, -2, Charles and the country of the count WIND PLOTS Y LESSON 2000 !! Ξ. 38 MINIS 21000 \$ 124 Kg WALLS C. 3 Ξ HOUSE IN = from the Egypting or contribution Name of 15 BIS, 65 15 BIS, 89 20 F 大学 第 1 #1### #00000 #00000 #00000 #100 for fire - 160,0 **B**'B' 1 355 S. 30. C ı S.AM.M. 193 17 0.500.000 Z Form the compact Apply Form the Compact Compac 2011 50 15 m 25 25 m 25 25 m 25 17 18 20 5 2013 100 1111111 Ξ main talk de acceptable your told public city at the hirde intiole ful succession of the full of exercise de extra de exercise. celleto at 60% o tubios checión le Plura rispando Ages es abes frafactos Personal of the Marketine Personal of the Particular COLUMN TO A STATE OF THE PARTY SALES PRINCE OF BUILD marginal and anti-more onwite an entrastic and other southerplant to the deat mode when a carri. months & now discount. gibble from wighter simple to be opin annuals deposit at CPRA spiritable for a service April 124 On Dear Mr Parkel Agustain de bass de capital. DESCRIPTION OF BUILDING extra e per e muxica TOTAL CARGOLIA the taple of Part Parts a spaniera, opticlation educations als especializable Shipped at erne factor symbols Minus Para CELEBO COMPANY Same Leum chrysta de acon so in glade. Countries for the Primers of Committee of Primers.

Countries of South Committee of Sile fatio ILTO ACE ĕ Sept Age Referen , 355554 866886 31.0 1.10 1.32 9.79 1100 initi Nasa 6/4/20 0/4/20 Ę 3.5 Doe or Switch

11.



Ž

3

30.1.1

30.130

PLANCE.

0.000

i i

222

37

65555



Anexos às demonstrações orçamentais



ANEXO I - Alterações orçamentais da receita



MSEGNO - PORTRO - PORTRO - TORNE DE PERSONA SERMITARINAS - TOTAL OS ALTERNAIS ASSECUAÇÕES - DO RAO CONTADIASSICO DE 2027 -

(030,040,010,00,040,-2022)

Tipo de Visual capaci. 70165 AS 2009005 0500001703

lesagrams :

Consideration and sequiptes to

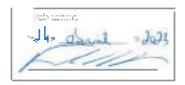
ime

1:pc us 1.515	anapa : Maa ab abaaa seleta ka			n-spitem	i :		CH105	sies os suca sedrucida :	LU
Suberices	0÷aiqeatás	T190	Previsões Eneceads	1.8	eracies (Hasberg)	ei:	Previzões dansēji ideā	lbse suctes	
2000 000 2	5+stylescas	1,190		Cestr!reftrt.	timis./emil	Orégippe report.	(3-1964)	DRIVIDES	
11		1:1	В	-()	i)	.61	El-igl	ĮξĮ	
RO	lecture fiscal	İ	1 965,569,11				3, 905, 569, 00		
F!:	imposant diselos		1,905,555,11	E			3.995.999.00		
el.	fazie, mitte p netres paraindedis		1,524,634,00	-			1.3N.694,00		
N	Amdunentus da progresada		629 902,00				699,882,00		
16	Transferiación e sebujunça		9.113.423,10	3.35L.WII, M	491,110,00		99.463.469,00		
	exemetes								
r51	Transferências corresces		3,171,121,17	3.85L OH, M	458,710,00		50,463,461,00		
R511	Abdelstragina Piblicas		3,371,120,13		456, 110,00		10.463,462,60		
P513.	Administração Cenaja] -	Н	3 007 335, 11	1 85, 046,00	63,70,70		JI 395 337 00		
	Estado Pactuqués								
5. 音	Administração Central o		69.133, D				(l) (129 CO		
	Compas withrepowe								
600	Seguzanza Social		7,0				2.00		
603	Edministración Edual		(,1)				1,00		
Fi;1	Reces		i, l)				F (C)		
57	Schendice conjenery		1.3)				110		
H	Venda de Jaso e serruços		2,165,289,66				2,115 289,00		
17	Outché réceitas corréntes	H	331, 155, 61	91.085,00			225 603,00		
36	Venda de juga de spyestamento		16 2.0.00				16 224,00		
i)	fenatoriocias e sobritare de		3,511 (06,0)	31. [00,00	650, 225,00		2.8% (III,00		
	α-bitπ								
8 0	Transferências de capital		3.5Y1.606,H	11,100,06	69,28,0		2.691 (01,00		
BV.1	Administrações Póblacus		3 521 600 H	31 (00,00	69,275,03		2.898 475,00		
25111	Administración Contral -	14	3.59 (12.0))+()(,()	331.725, 84		2.165.552,00		
	Sstado Portinguês	!							
gH:	Missiparrando Certial Outras entidades	'	2.00				7,10		
511:			1.00						
901: 901:	Separanca Social Methostradap Local		00 (\$0.00			.	1,10		
erit. Mijs	9121 (2512 5131 112) . Outras		6.00				(61,10		
KII KII	dulirăt réduităs de reputul		9.90 11\$ H2,H		\$10,370,011	.	6,10 0.632,06		
K.I	Amesições não abaticam asy		115 m (14)	5.585.39	213.310,01		6 832,00 6 556,19		
	bullenings:	177	1,30	3,550,11			= 270,17		
E2	Notice to attros francionares		100				3.66		
EJ	Incoles on setting transcersor		251.91.01	133,332,00	201,700,61		385, 936, 66 }		
14. U4	Saldo da Geróncia Anterior -	N.	234 291.00	1.129.44,83	71.100/01		1.339 601.61		
- - -	Optration Occumentain			2.365. 2.4,60			3-42) 9/8/63		
	1.	al a!	72 (05 080,00	4.155.005.00	1,225,05,00		5) 19. ftt.tt	(f: 1208)	_
. –							20.00	70 flag i denn de so	endini.

(2) flag i dem de stenkid. witch as alterachic

Fise abscrapas payactatyca

Bi se al l'egação modificativa.





ANEXO II - Alterações orçamentais da despesa



\$55,000 - \$757,000/07 - \$257,000 10 0.000,000 \$550,000 10 0.000 00 or other states of the second states of the sec

08(2H2H9 3C M22 2H22

de tipo de alteración E se alteración seconocida E se alteración eddicionación

tipo de Periotesição : 50945 AS MINESES OFERENTAIS.

Cesageeges .

Constitébabilité unos segui mas di

[LFES

-

	100							
836(1.55)	3esugração	316	beragos: Iniciale	Al:	olatosz Ottasaszak		Saligas Esche	t Obsetvacées
11271		-4-		is secult elected	film, andacies feebacs	estes Tip	jJI-HI	5000.150.00
11.		jt)	[3]	10	βl €		F.151	\$
1	Déspusus com o pussaul	8/8	6.120.555.01	1,395,551,11	523, 279, 66	7.9	8,195,00	
1!	Reduktracidas Casitas e Permanentas	P/5	90.ES.B; F	1.168.500.00	100,100,00	t. t	H.31,00	
13	Marga Asciántia de Evenciais	6/5	153,901,00	0.090,00)	02.111.00	
15	Segurante eccuel	P/8	1,353,700,00	221,300,00	11.260,00	1.5	11.945,00	
Ø	Aquitução de bere e serviços	P/9	5,974,02B,M	1.301.026,50	535, 655,51	6.30	35,689,35	
N .	Juras a cutyon grantian	9	57.811,11	4.4\$8.10	0.000,00 :		52 520,00	
a e	francisciae a scheidice	P/16	3.439.594,0	300,114,111	317.530,66	. 2.70	SI 105,00	
	cacomites					i		
:01	Grand Grinneras, coccomise	0/4	2,751,000,00	201,200,01	112,530,00	. 2.5	8.450,00	
901	Admunistrações Publicus	Din	1.08.90,0	590,156,00	111 430,00 "	1.8	39,221,00	
300	Nes in ist radae. Concret -	1775	35,065,00	(30,350,30	775 656,50	1 1	n 500 00	
	Outriss Entidades				i	j		
SHIS	Attainstracile Loca!	175	1.908,300,00				61.120.00	
:412	Erlydains in Sagon Pay	17/16	147,300,00	10.800	1	j 1	M-151-00	
	2u01a0170					i		
911	Familias	P/S	163,000,00		97, NEC, CE	1	(2.500.00	
142	5doseseus Ochsenses	175	112.301.00		1		01.251.00	
, E	Outrite desposes recombes	N/H	51.00,11	49,655,00	4.175,00		98,1111,40	
M	Aquisução de bern do capital.	P/s	3,901,411,01	1.982.435,14	1.551,154,50	1.00	8.121, 60	
91	Transferencias e materialism de capital	P/#	2,956,610,10		255 300,00	2.2	8.411,47	
SIL	Trèneferències de capital	16/5	2,360,610,00		155, 100,00	2.75	8.40.40	
Mig.	Administrações Públicas	R/s	2.351,111,111		1H. FM.06		0.10.0	
1112	Assentisting and Central		300,00				300.00	
	Outside entrobaies							
9105	Advanistração lugal	P.18	2,758,800,00		111 (00,00	2.0	76,600,00	
1112	Supplates do Secabinão	P	363,300,00		55,000,00	1	15.300.00	
	Jan (40) (W)				.			
:11]	Positive	P/H	25,000.00		70,000,00		0.000,00	
8	Ostoka Geopones do capital	P/M	115.M5.H	9,060,11	111, 171,00		B.05,III	
II.	Dembere care aphase (framabilited		3,10				1,10	
Ш	bespina сов различна билиосите		261.021.00				6 (22, 10	
	ī9(a)	+	21.165.000.01	8, 307, 355, 37	1,711,255,65	(1,:	21.000,00	ET DUTAS

24 abile - 2015

201 april 2/ -233

ANEXO III - Alterações ao PAM



115	ğ
₫	1
	2 50
2	5
3	3
Ş	Ē

182

28

288-30 000380180000 60 00 00 00 00 00 000000 CQSGDUTA AF TABLE II CONFLICTABION SUPPORTED TO TRUM

2022/12/21

PEPTITON: 3123/EL/PO

25 006,111 1,531,101 21,731,111 (12,741,111 (12,941,111 21.01.H -70.01.H 200 450 to 100 t 2.500,66 2.000,00 2.000,00 30.000,00 30.000,00 30.000,00 30.000,00 ANTHURST STATE Ξ 85 i UPICAL CLASSINGNESA CHOSTIL COUNTY Ĕ: Principal securités 90,000 10°03 8.3 Tips to Biblion žĘ 888 **Z**, **Z** Ę 20000 99 9. ĒΞ ψ'n. ļ 30,000 00 -10,500 00 -10,500 00 -10,500 00 # # % % 11,3% θ 4 HB 8 20,000,05 00 P00 Pe 900 Cipa de Plans : PLAID VITATEADO PUNICIPAL 8= **#** # = 5 90,100,10 1100,20,10 151,150,10 171,150,10 171,150,10 171,150,10 171,150,10 171,150,10 171,150,10 1.000.00 11.000.00 12.500.00 18.444.00 46.500.00 0 4 9 8 3 3 8 4 4 8/88/3 26,000 126,00 161,130,00 161,130,00 161,130,00 05,011,00, 0.000 ф(6) I:I Ā 944-64-18 541-564-39 127-564-39 172-564-39 172-560-30 173-600-00 100-000-00 114 004 00 20,500,00 10,000 00 00 000 001 00,000,00 00,000,00 00,000,00 5.1M1.30 10.000.00 15.000.00 725.1M1.00 225.1M0.00 ९०१ 828 90,08 90,08 70,08 8 ± ± $^{\frac{1}{2}}_{\frac{1}{2}}$ я́я E S S Ā 11/21/200 13 (1970) 200 (1970) 2000 M 500000 2 Ξ THE STREET, ADDRESS OF 32 1010-0101 1011-0 2011/13 10/10/10/ = Ξ Charleson 5; Alaba 31 4; Alaba 130 4; Alaba 130 6; Alaba 140 6; Alaba 130 6; Ala 31/3433332 32/04040202 0.0010100.00 0.0010100.00 44.2021.13 24.5020.13 54.5020.13 # (A)A(A) N 1000003 10,010,000 State C. At.) 4: MWH45 THOOP II chalcan do observado de SIX-540 Ė Aprilo à Amediação familiaria de Baderios Adoutários STERNING ST ne comprehensi Nervoya introducia de seide Autoglo o prios e 0 el 100 de Vios Specialist PowerCreaty Actividades CoaperOperation of Additional Submitted to accomplished a numbers Propulsion of Confecto Mandactonal the construction of the territories options and contraction of substitute a sterritore caldetries Contratos do gestão de 19842 Servições ana dismas de gasdino 30HX# depresant a reply are all the Cost, and De cological labour a gar rocket Appeals becaused address. Deane also appeared Acto security and any fraise provides Enquiron dominicos Muse de Result Programs Views 1 Necessary de Janes Printe Print - Dalle Accine social Samenage Totoppes 1 Codigo Ato Tipo Hagens Hanny to project 30H A D 2016 5 6 2016 5 6 2016 5 7 2016 5 7 2016 5 7 2016 6 7 2001.57 14000 Ξ S 8 8888 38238 z 83 Ξ

1	3
Š	3
=	W. B.
Ę	88
ALTERIAL	MATCHETT
•	_

2002

Ė

2.000.00 2.000.00 2.000.00 2.000.00 2.000.00 2.000.00 2.000.00 2.000.00 2.000.00 2.000.00 2.000.00 3.0 12 MI, H 15 (01,00 15 (11,00 14 (62,01 14 (52,01 90,085,00 HG 550,00 1111 9,8 The state of Heartheaghe 부원 ONCARECTA/COMPRICE. Uktres 181 Tipo de Otinica : CaCatta Ma ĒΞ Periodice segarates 35000 777 777 ŝE 10.1400 CO. -2, 566.ft -2, 500,ft -2, 250,ft -2.000.00 300.00 11,000 :: -2.DML.B3 홍조 25,000,00 ĕ .,000.00 Plane : CLATA GTISTOMOCI NUMBER 1775 DO ALO COMPRIO ESTIDO DE 용포 114, 10 1, 17, 10 1, 10 1, 10 1, 10 1, 10 1, 10 1, 10 1, 10 1, 10 1, 10 1, 10 1, 10 1, 10 1, 10 888 20,000,00 1,000,00 15,000,00 10,000,00 1 65,100,00 62,441,00 00°410,00 84,681,00 04,00,00 \$195 H X 1,000,00 1,200,00 1,200,00 1,000,00 1,000,00 1,000,00 1,000,00 45 1H 35 25 MILES 28,001.05 00.000.00 Projection Ξ ă 16.888.30 3.000.00 2.000.00 7.700,00 10,000,00 2,000,00 3,000,00 1, ě C10,000,00 BSC,449,30 C10,000,00 BSC,1441,30 S10,000,00 88.8 6 P0.00 44,740.00 8 E 8 0.000.0 17.463.80 100 TOTAL DE ALTERAÇES HODIETCATIVAS ð 98 ž 10/21/0701 WALTER ! 70,000 CONTROL MANAGED 150H222 100.000 11/21/200 987.000 Ę ☲ Identify Buy a QUESTITISADE PURTURAL 10100000 180008 1010101 18/15/18 10/10/20 ē. Ξ ë TOTAL DE LA TERMÓRIS REPROTATIVAS D \$2000000 \$3000000 \$3000000 G-Manitonio SEP-6 100,01100 966630 000000 200000 0.755170 100000 11202 120007 ANNA 000000 2.03010 Example of profess Program to variantito de antonio Servicio militariais, permitirime è miligacide (milita) entitioners is abone the dubtin Despite time ARCENDARIA MANORCANAN, PACEMICINAS II de APPROXIMA AS MATCHES CALC STATISTICS OF CHARGE AS ALTHOUGH Account o applied to disbute Colonial Outest Parcity Transferiers as acres administração Charlesting to be reported COCCID-Executes and a cluminary to public. frauera de croscos abildo Trajament de Apar Pesshas Despecto, caccaso a Japan Sellary or Innext squide JUNEAUSE OF BOX BOOK Administrações públicas signant i turideful Propries serviced Dimensión Publica Failthon includes SPECESATION (Alteria 177 fac tope bimers [2] 1422/12/11 TOMES TO PUBLIC 2004 & 41 2011 & 1 2016 A 14 3001 A 4 300: 3014 A 31 TELL B. B. 201 F. #6 3 2012/10/02 SE-HE the or broughtered 5 z 8894857777777777777 332333233333 5000 28109 Ξ. 4342442446

				HITE FIGURE	PROBLEM PLAN	Althorate to plant pure ough					!		Fat. : 1
TAR:TPG :	58:000 : 200 : 00:00 : 00:00:00:	- 17 AL DI. AL	TUTAL DE ALIERAÇES INSMERATIVAL Y		urrawder	TOTAL SE ATTEMODE: MILITERITATE 1	33 331 351 JUN-HCT DAY DO	ISTIEC CC 3C33					
Tip. ov YESS	attracto i sento de suali-	The low Year English Character School September out cast the Incidential	DANCTE, Co. CASSICICADO PRICIONE	CCOOR RM	154010	figs to Mate	fig. Is blass. Post statistics should felt	S MULTIPLE S	17	Tayo de Palonca . Chestifichello immeritarionidates	CLESTITICACIO	INCACTOMICANO AND	ICA Lens
		09/3128/4Q	Chapticeph	id.	201AS				Pegra	Payaranas			Held Localia
Ubjet.or	Moments are property			UNIT	=	303	22		1:1	Privates septites			
Ξ	Detro Are Tipe Illanos	Decignação de projecto de projecto de projecto de la la la la la la la la la la la la la	0.9	×	Ξ	Bar, 21ad [6]	Ani, corrienda 17;	197	200 151	7254 1011	2006	Uzitan 171	131 = 111 = 141
121	0; 30;1.8.3;	franctic doctors probletas de fragazata to tabaro de doteca de de comence con-		[0] [6] [6]	1011/200 (011/2010)								
	264 632	protection and the manufacture	31/38/00/33			11.10.000.00	0.06.30.0	8.09.	2,500.00	2,503,00			. II.4B.3)
1.2.1.	16 2002	tenjan di npação Baricinal à CD.		19199191	ionesiai sectroi								
- 27	11 2015.5.1	Manager and an artist and a second	35 (QCQ)QL30			190,000,00	7,90,2001.00	H.300.13-					42, 823,00
2 2 2		Townshineson plateautateapin perenden		-	2	110,641,52	Stellotters	-61.004.B					43.500.00
-: -:	0101 7006 is 55	Charles of the actual and	00.00031	13-10-8007	1008001101 PAST 17:01	00 III 00	21 544.33						33 530,00
1 2 2			0.000.01			195.005,00		46,000,144					-15 LUC; 00
					think a	1.18.500.00	E.ECE.300.00	IE: 000.00	÷ 000.03				1 OLDSAR





ANEXO III - Alterações ao PPI



1	ğ
į	ŝ
5	ä
2	9000
F	ñ
Š	Ë
Ī	Ē
-	2

- 3 - 3 - 3

SITES

2,640.0 1,00.0 1 2018/20 2018/2 2 H, B S. III. 12 0,88,0 1,88,0 0,88,0 0,88,0 图 - 图 - 100 今ののこで全 ġş, ON SALED BANKED MORE CO. 100 -IR 85.00 4.0052123000 žΞ Periodos seguintes %.MD.00 the de Palence 85 Myddynna y 75,000.ft 24,000.ft 24,000.ft -11,990,11 -11,990,11 -11,000,11 11,111,11 17,000.111 24,000,04 $\widetilde{\mathbb{S}}^{-\underline{p}'}$ PLANT PURENTESS DE HERMANDO 236 300,III 236 300,III 6 300,III 1 300,III Ŕ 1,321,33 -31,000,H -31,000,H -11,000,H Z. 1.000,00 1.484,48 50,000,000 13 000 H 42 330,00 20 NO CONFIDENTIAL DE ĒΞ 8.000.0 5.000.0 5.000.0 6.600.0 1000 C 33,300,00 #1,000,44 11,111,11 11,030,03 10,000,03 10,000,03 38.38 155.2% ib 155.2% ib 155.2% ib 155.2% ib \$ 8 \$ 8 1.521, 33 59.0 4,44. 1,44.5 0.450,00 11. "AL. III ER 451.03 151,318.10 400000 Z ₫ = ź ä 20,484,55 (1,232,18 (1,232,18 (1,232,18 (1,232,18 (1,232,18 (2,23, ë 11, 121, 11 12, 12, 11 00,661, 23 11.222.25 Tipo do 20 m 24-11-2 24-11-2 24-14-2 24-14-3 3-14-3 3-14-3 1, 500, IR 15, 200, IR 112, 1131, 23 CC, CCC . C | 会.を Ξ 13 000 11 POSITION INC. 1 225.400. Ē 8 SECTION STORYS SECTION STORYS BURNER urranoles 200000 22757177.0 2374 CAL 10 p.6.001 300/02/11 MAN LOOM 2125/11/20 201/(2)/11 11000000 2022/01/51 2022/12/1 å Ξ Tendida in contribution of 19/19/1703 R DODGE S 272 [26]27] OEST AND MESCLAT ZILLEZII MA. ARCANA. 200 A 10 A 20 E/111/111/2 ì DOMESTICIÓN 3 Flywillowb 13010:0:30 30:0:0:0:30 12000 1 12000 2 12000 2. 12000 1.112 F/8/9/3/55 200 P.O.S. 100 P.O.S. 20/0/20/0/20/2 ENNANA ē 0.0000000 1788.2. 1288.23 1288.33 1288.33 8 0.00 H House DITAL DC ALTBUM(NEX Designation on program [3] Pegocii Locyto do capita de foldaçõe de Tande Pego (110,50) de danha de Indiana de ego introduction de unha de inflama de sante Propa i i incoção e Bodo ariação dos Tostologões Al Escola Sósica Concato Compano seeply of eliminary encounter to editions Tipe or Visualização : Ribbol de Pubellida Organistraís (06 Constituins Aufurh(do Population of the State of Letters 4 demonstrate de la comparte de la comparte de la comparte de la contrata del contrata de la contrata de la contrata del contrata de la contrata del contrata de la contrata de la contrata del contrata de la contrata de la contrata de la contrata de la contrata de la contrata de la contrata de la contrata de la contrata de la contrata de la contrata de la contrata de la contrata de la contrata del contrata del contrata de la contrata de la contrata de la contrata del contrata Service present de administração publica Menintras paral anservação filo política de Difficto a wind to provide the security of the security o RXII-G9 observiços Paris (póro) Sónas de Lacidos 0.9134 20 quintante de Transmer Separates a Companie Wheel de telephotte Rejecto Tarbendesh Dante our percent Major pri-arrelar hangless asserted Cuphe pecus Cesses senior owww. STATE IN THE this little PANY SID DALACAS ě Med 1., politiko |21 bitaire na primpire 21033.137.13 91 - 2302 \$1 1 40 30:: 1 K × 1 :50 1100 99988 ãã ohrag) 2022/11/05 555555 82 £ 2222224 88888888 PEF 1000 Pyterior 2000 117 2000000 Ξ

10,150,30

10,588,83 25,476,80

J.HH.

1,133,38 1,416,48 0.1841.0

1,111,11

20000

NI WIN

Pout i tragia de Dania Besusa de Tai Se

30,000

- MI.B

经存货

254 323,00 c1 853,00 c1,331,H 1.125.00 .11, H 1.11, H -: G1, III 146 D5,00 -2 035,00 -5 990.00 + 550.00 -5 P00,00 -4 DBC,01 83 130,04 64 139,04 H - H - E 11 (111) 11 2002 30,208 201 90,000 3-16 600.04 Thors Hetelesages 53 CHERNITA/DETROMOS. 3 : 133. zhr, III 31M.000,00 TIPL OF THE STATE OF THE PERSONS -311.000,DB -111,000,54 ļ $\frac{d}{dt} = \frac{1}{2}$ į Refolos acquiates - 2: 00LdJ -16 000,011 11,000 31--16,000,III Supragorine -M.000.03 -III.III.PI -11 (11) 11 0.III).(0 èΞ Palino escellados de Investigando è 1.00d.00 1.00d.00 1.000.0 -375 NED.UE 9.500.1 3,000 888 50 Mg 40.30 HT 925 291-28.56LM NO AND DESTRUCTION OF ğΕ 6 12 1 0 0 0 0 1 185 436,00 41 590,00 41,406,00 22 (1) (2) M 115 (3) 3 E 13,00 9 6 # # 11 III. 10 00 Miles 975.00 9.40 8'KI 7 B'IN H poblicos Ξ ≝ ä 3 #50 941,00 # 599,00 2 540,01 888 882 75 PGP, BG 10 PGP PG 51 454 V 11 110,00 0 040,01 55.110,00 15.110,00 30,000 01 45, 1100,00 医心影的 87.48 20,011 <1 Unicacións do mano humanada TOTAL DC ALTDONOCI INDIVIDUALISM Dr. val hjesk Ξ 00:7307 | 10:7367:0 17/21/1301 10/30/0302 2020006 1650201 2020006 7050201 2016/PIJ/T1 322/J/4/J10 00:900/304/10/11/430 03 - 30 - 40 L 10 - 11 - 120 L TOTAL SERVICE 2001/01/01/2012/11 2022/07/20/2011 MESSAGE DOSESSES ALCOURT DESCRIPTION andreada ladreda ac 1001/01/01/2006/12/21 2015/01/20 | 2020/12/11 2010/01/01/2020/12/11 Decreio Adento I DESCRIPTION AND REAL TOLICO DOLINO Ξ Z Ideatt, 04, - CACATIONOS FUCIDAS 21711 Ξ DAY, DE ALTERAÇÕES REMOTATIVAS V Physiotheogla 8.76161636 8.76161636 03/17/11/11 02/01/01/05 MACHELL MACHELLI PEDIDIPATE 5000102010 equalitate de center foldative It." Elvina 00/0001000 West Library 02/01/01/02 000100000 880101008 BACICICS acaland ap appearing Praktuulusee es ustidese sa 1960). Polinga da taksediberke na básola Sackrédina pa Fansa de Lambear Pages, concepto de Cada Secundaria de Póvos Committeeda/Fracaprivação de habilações Sociasa Construção, resodelação a maretareda es raca é ů ä Posto do Bernido Bondundos do Agua na Ordo de Enquesta o Calino e Enabo Fecto de Posto de Vago entreno, de Agua no Unido de Engueran de Emerico, e Emision Tabilitação para "sello IM equasa" " Primites CHAIR OF A BEN'D CARD OF ACCUMPNING PRESENTATION OF TRIVER LIBERALING AND COLD has preciously for lights. soon do hade the theatest health at facts had incha da Prov ne Sareameric na Irrigorada broks de Pode de Cermanoria na frequessa man, handle of the late leading when regular to public and electricals are manyly to Argentida Photo de Lorbogo Pecho de Droe de Sammando na Brado de Conservation of the expension of accounts i recesar da Parlamenta y Cumpuma Construçõe/benefitateado de cento no reporturação do bendos do Cavado quipallerlin hidermann de dabbe intracte a service colertum. March Integer orbits 4 new Authorization Orbital 4 Party Sabat a Kanad Petral and Sudentiments do teccatório reception de Predertaha OFFICE OF CAMPENDE chebeches ab American CALL CARPAGEMENT APPE Services in cultimate Menuga alecano Experies designations Saure secondarie Spine plensie Smith years rata) some fr Liphasa derman the 10 Lincia direns Lympass 17,525 2 3 The san fine Tipe Eduance Millers to project 2022/12/1 8663 2004 2.2 77 3 12 1 2282 2022 2.34 · . . 5 6 7 21.00 2522 | 25 23.2 | 226 17 | 7787 5 282. . . 1100 Ž. éê ž ä 2622/61/22 aparter (military par aday - 22 - 22 - 22 - 24 ä = = = == = = d HIRITO Arkten 24.1.7 2.4.3... 2 - - 2 2 . . 2 7 ... Ξ. 10 Š 1

HARIOL	DANNA
rown rui	HOWOY DE T
5	ő
ALTERNOR	MAIICIPIO

55,000 11,000 10 8000 4.III,00 701,H 6.III,00 40,000,00 -1 500 III -1 500 III 2.111,30 31,111,111 31,31,32 4 120 B 4 Wiles 100 M SM, III MILM ST 879 41 112/8 20,000 00 (a) 1 (b) 1 (b) 100 **Bolliogs** 7 ź j (HEM)CALECOROMICA $\hat{\xi} \in$ Tipo de Estinos y CLASSICIONIS 383 Periodos separates žą 贫豆 Page de Spage : PLWD Specialist DE HINETHURDE 3 11,199,13 W.000.00 DO NO CONTABILISTICS DO 8 2 1.20.00 1.200.00 1.200.00 1.400.00 11 A00.00 (3) (4) (5) 69, 154, 13 535, 535, 13 4,096.10 17,166,19 20,000,19 17,40,00 17,00,00 10,00,00 00,000.00 00,010.00 1200000 3,386,18 31,300,00 50,741,00 878 = 3 9.00 9.00 9.00 8.8 E 2 Ę 37.00.00 100 MOUNT 37.00.70 Migitary. Ξ ä ĕ 15,170,00 15,100,00 15,000,00 17,000,00 17,000,00 5,411 N 2, 991,48 210,411 N 8,000.8 8,000.8 0.000,00 D. 388 30 14,304,00 17,000,00 2,381,23 0,000,000 0,000,00 0,000,00 0,000,00 0,000,00 8.08 80,453.00 00,453.00 2,000,00 8,000,00 10,000,00 0.000.01 310 grd.m Dec. actual nother the name modes into mittable SECTION DONGS IN THE SECTION IN THE SECTION IN THE SECTION IN THE SECTION IN THE SECTION IN THE SECTION IN THE SECTION IN THE SECTION IN THE SECTION IN THE SECTION IN THE SECTION IN THE SECTION IN THE SECTION IN THE SEC DANAGE RANGES 70.000 88.000 88.000 A DOLLAND AND A STATE OF SECTION MALES 100,001,000 10.000 M MANAGE SAMORE TO THE RE 1000000 2000/000 2017120 2 × town to the state of the state 28 1 d 30 28 1 d 30 10 TO 100 100 logs WINNER MANUAL 10/20/10 2002 X10130 IN ID/IA N TO M 10/01/4/11/2 R R S Ξ ĭ 10thal of autholities remainted 8 Place Hearth \$200000 \$20000 \$30000 \$30000 \$30000 \$30000 \$30000 10611000.00.00 (A1100 to 2000 E 2000000 Section 907 00 11 WOLL 00 7 MNIMA K M MINTED 20011000/E 10000000 0.00.00.00.00.00 0000000 20.0011 THEE E 2000 3 110,000 graduated should 근 secrete e mentionedo de civarirse, propies e Disputo, vacione di bate. Codobile - historiphoto per inscripções Reportadas audiculum en mais qui opaque le oparequiable. Menton collectus, escendante a relapione fectorphic for many extension is consumerated to Satestrayle de naktiviana de ajóno é jedné temperator, destine leta e objectos de calecção. The certification and the significant regarding big means in supporting the certification. Togerado decelho uglo de mentigles marchaele Description de Del Inches Reportment increasing National Lorial de Vacia bambicatção do conteta moncipal 9 cracinitacyte de parques mischin fecução de pordas nos suscessido Loss desponsive de Beixo Deresthe Supplied to a significação os codo ₹ Against partiripation forms Super Desporative Building Degricolo š Australization of April Spopurgos Runco Sandos mõloda MUNICIPAL OF LANDER Acjuste Geberale Force on Lambburg photos values MAN OF STATE Rupandra COCCECC cutamilu. Chines. State of 763 Age 1:po Hange PARKEE ON DEDICEO 2002/12/13 22 - 40 E 72 ==== 201 1 20 988855556 × Ξ. 101 2015-1-20 1000 92 3888888 Ξ 100 3 28 388 PEMBER : 2022/01/02 08793 3 3 Z 3288828 382 2222 5582222222 uttetavo Ξ 2223 2436 37.6 10000000000 9.0 Ź

THIRADOR SHIP OF SQUEETS

to test campaint street or nome of safewalter advisory and TITUL DE ALTORIGÔES PERALTATIVAS ..

2002/02/03

20000

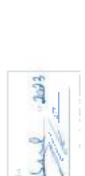
INCADEN/IECOSOMIES

CLESSIFICAÇÃO

, iii

áį

24 2011,00 1,52,011,00 1,53,011,00 246,011,00 10,56,011,00 10,56,011,00 71.565,30 44.341,30 44.161,30 -73.161,30 50 000 OH-50 000 000 50 000 65-8 H H B 11,00 50, 50.50 20, 215, 50 8 81.18 [8] × [1] × [3] 10 TH 6 11.375,33 1,281,00 8717.34 1.1M,00 13,173,3 Hadelicogram F.P. 14.900, -: 121 12 12 Periodus sequistes 34.30LB Tue of Sthring PANAGASIAN - E(00) 贫玉 PLAND : PLRFF PLEUGHING HE LAND "HENDE 131.006,III 138.006,IM 100.000,00 619.500,01 10,000,014 SM.DCI.III ğΞ 905.941,10 15.900,00 951 (97,10 951 (97,10 0,300,00 166,123,18 166,133,18 186,133,20 15,445,30 8.81 8.83 9,5 271.441,10 87777 21,100,00 0.00000 20,000 5.411,201,30 2007 5000 200,1581,003 Allia 11105 a 2 545,030,03 64,554,03 66,5 4,03 73 E. (2000.05 75.0000.05 75.641.01 75.641.01 76.00.001 38.8 226.501.01 226.501.01 226.502.03 ### ### ### ### 120,021 \$.**18** 30 60,001 8 8 3. Water (10) 00,000,000 ID IN CL. Don't ylund 4 Ξ 3 2001-04-05 | 2004-05-01 2001-04-05 | 2004-05-01 2003-091-05 | 3004-05-01 9909161 895/18/01 Substance and reserve Tech y Major Cal 014-01-01 303-03-03 1006-11-21 00/40/100 E217888 F01198 IDIDATED REPORTED 10000 Bene 1010-00-01 N21-00-1 5000 -Z: CAPSULCAND INHOIOUS 3 The dealers of and a in deed 10-10-1707 10:30:0:0:0 100.000.00 1010101 1111 Ξ Oppologedo 00,000000 02,000001H 00,000000000 REGISTORY TO Percentaining to the felt the resumble to the state (\$200000). SALEHER out at 12 lbs 121 00 00 00 131 Illiand do Fundo Anto A Samas Millard March 11 (8 00 0 TH) E - 670 30 III ē 01000130 01700001F 1 Parignação do projeço. Per hade the Propagates the Percentada o Hirecita equellationals du Pas de Gege Degentres de pres P Am e da Ras de Acte na Coursesa de Ministration a faulta-featurisculo de Hergo da ferra e mentamo fangevanderezenpeziolo de partinoario fangevanderezenpeziolo de partinoario inglesta of Milesa equal completed Rea Serbota de Georgian we will brought the color of the Shape by the say PREMIS AS PREPIOTO DECIMENTALS DES CAUSTRE DE ALPERACIO ENWILLIGITION OF Pub Rando Basins to el accordina de Villa de Boroa de Programme Authorite the Drong-The the bactures of educations are controlled Michael of Pole Victor Horicow endicting the accommodates of objects incoperagio de Sorte Gusta de sicilida properties de Phone de santitude act resemble or himse financerios requestion the Schwadellin de Colla applications are incurating process de Brood de Lancere Transporter a communicación Temagoutan endomiseum Rado mitesa a masalumgan Outche Tuedon accountable agustia de Carambilo Enderuia a mergit da Contolat Usbara Company of the company ADDRESS TOTAL CO. Statuty Obes Satisfy the City frame Sucer: 3 do proveila 200 | 28 200 | 28 200 | 28 200 | 28 2821 - 29 2821 - 10 2522 41444 01 1 2002 288 5.5 11 22 žž: 100 1 Ē 222222 ä ": po de hidaul Rução 4 3 C/ B Smiles _ _ _ = Ξ





ANEXO IV - Operações de tesouraria



7581080 2022/01/02 | 2722/22/21/10 | 10 AVC CONTRESCUSTING | 05 | 2022

OPERAÇÕES DE TESCURARIA PUBLICIPAD EN POVOA DE EXPRESO

FM2. 1

	Control das Contas	Designação	Seloc enectal	Recebusentos	2agawertoa	Sälde Final
57	D7	Speracodes de Cesuaranja				
07.1	61.2	Fedebumancos pos apelacões do tepocacida / Façamentas por operacões de resoliaria	1,105,513,42	221, 790, 20	160 (20%) (3	552 US1, 36
67 1 3	01.2.2	Cobrados de receita por conta de detres (Entrega de Lecesta Cabrada por conta de dotres	1.077.317,42	171, 197, 31	187, 909, 40	392 397,39

26 deal story



ANEXO V - Contratação administrativa - Situação dos Contratos



STACLE PROGRAM IN THE STACLE STACK IN THE ST	
ANY ISSUE WINE HAVE HAVE THE THE THE THE THE THE THE THE THE TH	

.1

H 計算 i 49 Ξ. 7.5 50 April 20 į F ĕ ŝ = Ę H Ē Ē 1 Ë Ē ġ. 3 Olivino Constituti EE 1 P.1 A MAN SHIPE S É = 2000 - 1-1 undania phylici 38 7 33 Ė 42 Ė 100 Ė Ę 3 ġ Ė ŧ 5 Ė Ş i 1 Ė Hall. Ė Si o Ï 5 73 Ė 1 Ħij Š Ę 37 23 Ē ij Ē Ė Ė Ş Ė Ī Ē Ė Š ż ŝ halan Genta System errena 101 00 ì Washin 6 H 177:00:13 ž () 9 8 <u>:</u> 4,112.6 2.5 Ě Ξ 38 Ħ = 8 Ξ Ė ė Ē -Ē ē Ë 4 Ē Non-regional designation of the second 2 a 2 a 3 a ij. i i 100 117 113 415 404 2015 5155 1 1 á 100 Ė Alle ŝ į 4447 三 11.5 ij 4117 Stell. 53137 SS. KILL LAND i. á ji bacaden? See 3 F 6 [] 5 0 # E DATE (2007) P. 11.0 Ē 14-3111 ASSESSED 5 EUROSE 15-00 SERVICE 1001000100000 The contest of the THE BUILDING 900 100 3.9%; SMIII,890.60 0.000 SMG SOUR DIRECT TOTAL CONTROL P. C. S. S. P. T. L. E. S. C. No. H-900 900 B 100 HWH 100 H THE SHELL SHIP 2002 SQUIT GOOD 1 124 50 00 1450 MAN House believed 3.9,3 69.01 (453) Felling HING PAIN Ī j r ŝ 5 Ë 200 É É bright Relationary of ŽŽ 11 j 33 ē Ē 2 į ě, 17.5 1 Š 8 Ş = Ē 245 ÷ 8 Ž É 200 ALLEGACIONES AND STATE OF THE CONTROL OF THE CONTRO 12199 97.00 SPAN PARTY CHAINS SPILE 451155 1177 -WASHINGTON SHOW WHY 150 Ì į HERS for massing section of Ė i ij Š 35 i Ī Ī Wells stated Self-on William ď Ē 8 CONTRACTOR SERVICES CONTRACTOR OF THE STATE OF THE y order incurrence of the control of DESCRIPTION OF STREET WINEL OF BUILDING OR OR DESCRIPTION MERCHANISCHER (MICHAEL) SECURITY TO THE PROPERTY OF STEPHEN STATES OF STATES CIC CONTROL STORY THE PERSON NAMED OF THE PERSON COSMICHINAL SAME DECEMBER SPECIAL SERVICE CONTROL STREET PROPERTY TEST Proper current CHALLOSTON と100円の場合の事業 META CONTRACTOR INC. 100 PER 200 PER 1 At. Charlings SPACE PARTY TO THE GIPTER JORGHE CONTRACTOR CO. CONTRACTOR CONTRACTOR MACHINE AND STREET, DESCRIPTION CHANGE BOSTON COMMENSAGE SIGN PRINCIPLEST. 1000年度100日日 100,054,9004 celling and a second and a property of the control SHALL SPALL i 0215 12 Ē. ÷ 13 Ē Ē 5 ë -Ş Į., Ē Ē ÷ Ē Ε 暴 E CORNER OF DESIGNATION margar, apre-plant marca america WIRE Children, etc., Several leads to \$200,000 (100,000) \$100,000,000 Aribl Committenin Application in the sale. はいまいたい 日の Onto History Ligans STANCE OF THE RIS STATE BORN Maryllal has talian into Editor Bruha though majority ONE RESERVE 0. Table STATE OF STATE Music states Issue Agendan Service Sam 1,500,000 GENT NO. 11 Salarita !-September 1 CHILD : Personal Salar SHIPS. Appeal of N. A. I.M. 100 PARTIE = 24.5 198 É 1112% Ž á 7 92 2:4:5 -7 3 = H 147.4 3 Ž ă 3 ij

_	
-	
-:	
_	
a î	
_	
-	
~	
="	
_	':1
	5
-	-
	=:-
::	-5
11.	-
Ä	
	Ξ.
_	
-:	53
1.0	н
-	

APPLANTE STE. DROBERTE B

H

Ē	hardada was pricemede contrated the introduc-	TSH HING		Di tid	Percentification (2)		The constitution of the	2	* Bild in reducing the Control of	0.000	9	565555	1	-	İ							
	380		100.0	5					Carry Section	TEST	::		=	NEEDER TOWN	4.6				1001 (00)	818		
5	II.	ä	140	3	148	# <u>#</u>	200 200 200 200 200 200 200 200 200 200	4.6	Marian Sana Sana Marian Sana Sana Marian Sana	d. 2 d	11223	1900 1900 1900	4 2 2 4	Marie Inappe Marie America Incinia and America		Mann. Little III solan	2 m	March 1971 P	2000 2000 2000 2000 2000 2000 2000 200	Myss compa- more Andre more Actual Rdb:	4/3	Buich
Ě	SEASON SERVICES AND SERVICES AN	7	Mark Department	541	3	3	deal trade of	1			NI N	3.				3	255	11			100	
=======================================	and distinct the same	3		H.V.II	P.	=======================================	esta interior	2			É	:				Ē	-				=	
N N	CIRCLE LIVER, ITC.	57	33	IIIII 1	3	7	Laber - Tries				1111	Ĕ				3	2				200	
<u>-</u>	Entitle Street vol.	ī	PERIODE CONTROL	. E	E 2	==	Total Penta III .	-			al b	÷= =				STEE					101	
Ž.	the formation of the contract	Ę	8	184	ž	-	department :	5			51.5	i i				Ĭ					100	
Ē		3	TANDERSON OF THE STATE OF THE S	5	ah: a	Ē	E-HPOI PARIS (C. c.)	5			Ē	8				200	3				1	
ğ	initia iqueliqual. V	5	achtur 70 Brit. Par. 2019 Peror Research as	460	£.	=	Sente went die i	-:			111	Ē				8	4				i i	_
	to suddentity who	5	rance m Secondaren ESEDELLEGA SACHETALAR	He 41.	2.5	3:	Meds with visit	P .				Ē				OTT.	201				A TOTAL	
P P	tensilioses	152	A TOLERO BOOK	ğ —	=	3	House white con-	÷			Š	÷				No.	8				Ē	
51.8	Spiritar registration of section 1 to the section 1 to th	50	COMPANY OF STATE OF S	H. EL.	=	77:	M-55 7465 1171	5			- E	Ē				1995	3				9	
ğ	Mille Jack of the Section States	5	2 3	Web-	3	1	Development of the extension	5			ALLIN	Ē				=	000				Ξ.	
1	3 18 1	Ē	53	424	Ē	Ť.	District Mark Charle	5			218	Ě				3		LP.			=======================================	
ž.	i in Balancidenas	200	2000 1 A B B B B B B B B B B B B B B B B B B	28	3,	3	TENS IDN	Ē			SITE	=				i.					ŝ	
Ž.	Service Control	5	Ē	Hwile	0.5538	100	9.3248894 (5.00)	-			Ē	::				8	=				316	
Š	W. CARE AND AND	Ē:	1011/2011/101	1741	Ē	2	e cyclothal femal	3			Ė	Ţ.				N.	9				==	
7		174		417.71	0.43	1	Ext. State (force)	2			1	iii.				3					3	
È	to 46 True reallors	ž	14,000 TEL 00. D	113.511	E.	17.13	TST SHIP TERES	5			1111	1000				04	1134	3			÷ 2	-
				5	17 G	11011						2 E				100	19.00				-	

ZNA NOROZ JULIONI IN TOTALI SECTIONI DESP

THE SHIP MAY

SEPTIMES X

Ы

Health 11 Εż Ĭ. 933 88 Ë 2 8 Ē É Ē Ξ. · 1º ÷ Ì Ē 10.441 기 - 1/5/21 - 15 1 Ē 1 11 September 1 5, 5, 5 = 2 9.5 100 # 6 3 Sall S Ē Ě ŝ Ē Ë Š ŝ Ė K Ē ₩. ÷ à Ξ. Market Barrier į - 75 82 855 <u>55</u> Ē 1 Ξ Ē 3 ē 3 1.0 -Ē É 1 -É É 11.16 State Person tablica deal REPURENCE è Ē ŠŽ É i Ě Ē ř = 9 4 335 ŧį Ē 1 Section theory and participated and a construction with 5 £ Ħ ğ E E. Ξ 33 20153 ## Ξ F 差差 100 10.00 Ë ž Ē ž Ī Ě E 글 3 ... ÷ z 2000 January 12 22.000 915 25 2.6 8.6 STREETS STREET 291 À Š Ę 1717 MSSLL 100 Ė H ASSESS WELLT. 9115 5455 FUR 1.0.00 Starts Kidel HEE Secondary Same STREET, SECTION PRINTER S. P. P. MANNEY, SELVER, 500 STREET STREET CONTRACTOR OF THE SHEW SHEET u rikstyna 2 - 2 10.00 Ë B STATE OF THE STATE OF Ę Ť 1 5 5 15 1 ä = E 7 (i) To the bally delight of the 100 22 Ě 23 Ė È į ¥. è R ä Ě ŗ. 76 8 14 ġ 14 -23 Ė Ē ÷ 보 45 #6 HELF 25 Ė Ř ALD No herbreitzmich albeit Odere weiter au É 11/11/ Ĭ į Ë S Control of State of the state Marie Designation of Section of S STATE BY LOTE OF SELECTION OF S THE STREET LEGIL Combined to the company of the compa DESIGNATION OF THE PROPERTY OF STATE STATE STATE SEE MANAGER STORY Spiel-Education of the CORP. OF CALIFFRIDE STATE OF STREET STATE ALTA SPECIAL SPIRES STRUCK CHICKNA ACT Conflict rate (University Control of the Control i stalia munu haki da Misira da 1996 grading materials halloging & Milan Start of Mayor Profession Arrel Shine, Mis. 图111日 11211 1121 1121 11 THE IN PARTORS hurani da sani specially special enteresting a second second special poly-BESSELECT Contract Spirit 世紀になる H. I. P. S. H. L. PRINCIPLE BY Ş ASSESSED. 14 200454 1126 đά ğ ā Š 表方法 Ř ŝ ś āά Ē Ė b 沒 Ġ Ė Ř ia M ä 'nΞ Ĕ 5 Æ UCC-90388 985790.16 604. Zejer Americ 4030.18 200, A Grade, S. Strager-Bernd, E. Stellich Berger, a. or preting fair? SOUTH RESERVE San Education by the dam danger was blu bitta. Ili Archerology & Seatth design 10 (Charle) (10 day ON JUST L Control Cynth III Control of Section 15 Special section 1 04 MBs - 1880 Obern Decil STABLESON den bysh EL ANDONES 2000 E 111775 SHIP JIEZ, BA 7 HILL THE 200 Š 152H M453H h 135 ÷ = = 2/518 500 É Ξ 뜵 Ģ Ŷ 4534 5 3 200 Ξ 9 Ě 2

THE TRANSPORT PRINT NATIONAL PRINTS

į

MONTH OF THE into a oblight outstanding Sea - chile forms. Decrary Balloth Surveyor colorador ou variantes de injuições que esta

per says tells

: # nFL [1] ::

311311 R 3 -ź 1 Ė Ξ. Š Ė Š Ē Ē 3 ž Ē ì Ť 8 Ė Š Ē ž 2011/2 2011/01/ = DATE THEORY Ë A 200 Per 200 A Notice Testino ï -200 7.00 Ē Ř ė 0 ÷ ij Ę H Ė ż Ξ Ė ij Ş ż ē Ė ĕ Ë 13. 1000 ä ÷ Ë Ē ₩ ₩ ₩ è Ξ 3 1 3 Ē Ŧ. 3 7 ğ ä Ę 3 Š 2 = 10.61 200 Š Party. Ī Ë Ĭ P Ē 3 Til. Ξ Ţ ě Ë ¥ ŝ 3 Ž ÷ ij :.. ÷. Ξ -: Palent Water = 3 haber below 100 DUTCHEROP 0 10 0 10 0 10 1 Ĭ á 3.63 3 3 4 ě ħ ÷ 4: 3 3 ĕ Ė Ë Ì É 3 = ŝ ê : 8 ¥ Ē ž Ė 11 5 ij 11.24 1215 Ë Š Ę ë Ė Ė Ë 100 É 145 ě Ē 1 Ē E Ė Ę ġ 1211 Ė 凶 ä Ě ŝ Ξ į Sept. Sept. Sept. - -5 ; 5 2.5 # # μ. 17 (0.00) 111111 TAINS MANAGEMENT OF 835 200 100 STATE OF STATE 1000 1000 4 Ž This N. H. į CLIMBIN THE ŽĮ, 4 Man Sala JULY PROGRAMS Ē PLEE PROFESSIONS that Mart Miles DATE SHELF BUILD 141 1414 PUBL To be the 2003 450 1441 State Ships TANK MAKE DOM: LET MAN 12917 1791 3 27,6 3163 to 1245 MAN PER MAN 1816-6191 TORK DOE 181 2 Mary Strain Inc. 4 19 3 2 3.7 100 = Ξ 100 92 :! :: Š i. 1.1 1 Š i ij ĕ -Ē Š ij 100 Š 3 4 0 5 8 3 E 100 H 5 100 New High E E PROBLEM PROSESSIONS PATON (MINDO ANTRO) ARMINISTERNI PRO II Ë K 1355 Ē Ė Š Ŕ 5 Smith president bill KIMIL i E 1 CHARLES CHARLES INVIDE 923 THE THE PARTY OF THE ANTARAGE SANS -OTTOM CHARACTER INTO PER PROPERTY AND PROPERTY OF THE PERSON NAMED IN COLUMN NAMED Ξ placement agency for Mister of the Part of Section 18 Paper or contact of Section 10000 EXTREMEDIATION (MG): NEW LANDS LECTOR E0071 USERFIELD 12/00 The state of the s Elite or professional Report and Appear sarates Astronomy Control (September 1997) Spirite Burnange pitter better beite bei Contraction from CORPORATION COMPANY Pater Current Land MUTAL HERMITERS DATE OF TABLE CENTRAL MONTHS CHITA MERCANI CHANGE BUILDING March 4 of British P. other average in the SHEED BY MANUAL STREET POINT UNITED ON PASSE METERS THE STREET lot to Section Ş POST SATEL 1 H25H 41/2/18 1111 2400 H ť 红 異 4 ÷ ť ŝ 3 Ξ 3 Ī 5 Ţ 3 75 10 7 Ţ ĕ ä ij ş Ħ 4 . 2 CASH SPERMING Contraction Services Constant Checkership You've love Burnel, Say Springly of N International M SECTION SALE TOP OF THE STATE L'a Schagert Length Person Same at N. Central SMALL NUMBER CHANGE SPECIAL Statistical S SALES AND A SALE Section by Section 5 September 1979 STORY OF THE ST dama beauti lest byrisk is. 3 一 一門に Lord hor E. S1011100 A SHALL BY Landous Automated 7-82-7 Willy of 7 H ř 2 Œ. 7 200 100 25.73 400 ÷ ß Š Ĭ 5 ř H ĕ 8.8 Š Ě Ĭ Ğ

PET BARGER OVER SELECTION OF THE PET SELECTION OF T

Principalism Tilbusiasher custodie : Norr mayor

Becker fallow the synthia

STEEL CONTRIBUTE CHIODHINGS BY

H :::|||| 3 Ē ġ Ė Ė ŝ Ë 7 ĕ Ě Ē Ė į Ä Ξ ì Ì Are in A 1857 A 1868 0 STATE OF STREET 11 16 200 1000 300 Ě Ė R 100 F i 2 7 Ė 7 Ě ġ Ē 3 Ξ Ē Ē ġ Ę = Ë. 5 E ġ Ė Ė Ξ ::-12.4 Ě ä 3 Ä 9 3 Ė Ē ŝ ì =: Ē = Ė Ė -Mark Helling Section. 1100001 8 8 2-0-1 dis(\$0) 11 00,44,00 11.1 Ē 3 è \$ E ĝ Ξ i ¥. Ē 1 1 Ë ď 1419 State 25150 ş 345 1 2 383 H 180 Ħ 838 1 İ į Ė İ 35 ñ å ÷ ÷ Married St. 9 10 0 3 5 ö Ę SPECIFICATION OF STEPS BEE 3.3.3.4000 BHG 25151 THE STATE BUT SHIPS ITTER 2012 NOTES OF SECTION DESTRUCTION OF THE 8 9 5 Ē THE WHITEMAN 111111 THE DESIGNATION 1 P 69 04 SIME THE STATE OF DESK REGI 3 = 3 14 500 Ē Ě E E ÷ ě 23 = 1 2 3 ž 12 ŝ Ē 3 ş Ě i ¥ A Ē Ė Ē 8 3 3 ŝ -Ė 33 Ξ. 111111 PESSE H 3 Š į į į Ž j ŝ Š STATE OF STATE OF THE PARTY OF Ē SPECIFICATION COMMON SAIRFY j 1917 E, 53% 100 Ė Ē Ē 1 Ē CONTRACTOR OF THE STATE OF THE and the representation of the form Berkholmstakende Prikados IV i 1994 MANAGEMENT AND LEGISLAND NA COUNTY CONTRACTOR STREET, 4259 III had 5 of 115 SUPERIOR FOR STATE State demonstrate. sedenbenrotetora Erro colors at least burban the large to the pipe in the Actual Department of Strong to be specified that CHARLING SECTION COMMENSOR AND THE test and higher dealth Full out 3 Sale Merchanist and condition statement and a second 「京山田の町におんり かん . 用好多: 在: 西宋: 日本の東京の中国の MISSAUL MASS IN LEGIS P KI Killed on a Charles TOTAL PROPERTY. DEBILLION BOARD September 19 Sept SECRETARION OF STREET advantably complex Stales o married REPORTED MISSES RECOURSES NO the office of development the section of the filler 9200 000 1 012 of Happy Series T. Ciking anno veel ž HANE. \$10 PM Ξ ž ì 5 F ş ř Ē ö ĕ ä ₫ $\stackrel{>}{=}$ Ξ 5 쨝 i. 1 ŝ Ē 5 Ξ Ē Dath a High english be admin include White at Corp., it. in a kers kirr Area, br ā Sport by Mary Dr. stranger Event in Small Sty. breat to William Control 2014 - 17 1911 2014 - 17 1911 2014 - 18 Peducother Systematics See Created the S Copy Services Secretary of the Party of the P Verdue Mona heimi Sarvenan THE STREET, ST A CONTRACTOR CHICK TIMES がらないがら Strongerin 15: E2 L Of Nothern girid ib. j ≣ 10151 7 3 Ę Ξ 3 ā Ž, Š 72.8 ā I K ä Ŀ Ę į ē -1150 6 # #

Chigh population in 1969 - No 1964 -

OF RESIDENCE OF THE PROPERTY O

ii

	perits																				
	7	2	Ž.	-	100	100	1	200	ij	ĒΞ	Ē	100	310	0130	2	×	3	=	ř.	137	'attri
	2 2 2																				0.1574
2133	A 20 H 20 H																				100
1,00E bear	12.75 12.75 12.75 12.75 13.75																				PARK!
	# E																				200
	2 2	3	9	17,40	8	97 11 27	3	100	3	88	3	7 6		ž	,	20	E	2 0 2	ž	3	12.72
	3	9	-	10401	2	5	ob.	13.0	6	2 克	3	33	100	1	1	5	57	IKE	3	Ž.	8 2112.3
	1 11 E																				110
12	A COUNTY OF THE PARTY OF THE PA																		· -		H
400 A 1400	Hoder Control Control Control Control																				11/11
	1																				2.4.4
F. E	- A	9791	3	3	9	š	ě	Ī	2		ij.	33	3	20	3	24	2	á,	3	· ·	71111
20 mm / mm / mm / mm / mm / mm / mm / mm	10000	SMIC	345	<u> </u>	:THA	-	Ė	- Differ	2	夏景	Ŧ	2 S 1 S	37.	:1140	9	1940	114	10.00	OHE	2	
. 5	7			-	Ť	_	_	-	_		,		-	~	-	_	~	E .	_		
3	6.7																	<u> </u>			
alter der service i della constanta della	2 0 0 0 0 0 0 0																				-
	2.9	-	_	_	_	_	_	_	_					-			-	-	_	-	
-	2 5 2 2 2 2 2 2	201144	2	3	3	9	3	2 10/2 24 p) 1243	990	0.0	7 2	1 d 2 d 4 d	0	HANG BROKE	3 5	# E	<u> </u>	1	11111	5	-
- P	3 4 3	255	SHIP PRES	NAME OF THE	3A P 2116	121 610 6120	WALLEY CHILD	8 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	PHIN HINE	000 4414 040 000 4414 000	DES WITH SIE	A 400 Mai printe de la 100 Mai	A SMIRNIE SCOT	100	MILLS SERVE	Maria artica	Pill Hill		ŧ		
	2 2	3	ě	Ë	-	ž	8	4.	ě	28	2	75	1	5	-	911.7	3.0	SAME DATE OF	High Hyan	44	2000
Section fallow scored (17) 0155	5 5 5	100	100	1 2	Ē	7	0.0	- 1	÷	3 =	3	23	11.	0.00	7	1.	7	73 E	Ē	3	500 00.
4 8	£	11	¥	3	5745	11/11/11	Harm	Sthin	9141	HAR-	14.15	SPEC SPEC SPEC SPEC SPEC SPEC SPEC SPEC	11411	51.15	111.53	0.00 0.00	Hell.	17	Election .	E .	ē
	12.5	STANDARD OF STANDARD STANDARDS	Hard Hazeronia Participato e des Delinio Sector Biographica B	PAGE HIS PACK.	Medical periodical of programme and programm	PROPERTY STATES OF THE CONTRACTOR OF THE CONTRAC	6-10-00-00-00-00-00-00-00-00-00-00-00-00-		000000 100 Mt 200 000000 0000 000 0000	MARCHEN SECTOR S	PROFITE OFFICE CONTROL OF THE CONTRO	STATE OF THE CONTROL	PAGE TOWNS	Participation 5 5 6 130 8 170 170 170 170 170 170 170 170 170 170	PAGE 113 AGENTA ETITORISM SIGNATURA ATTENDED SALE REPORTS	6-30 (40 6) (40	MODEL DESCRIPTION OF STREET STREET, ST	TOTAL STATE OF THE	Compared a particular control of the second	CONTRACTOR CONTRACTOR	
- Francis	<u> </u>	11	ži.	Ε	Ē	Ξ	÷	5		5.5	÷,	5.5	Ξ	5	Ħ	*	7	2	1.	2	
Torkerta (more centre-quistomanie en Mandre central	Iranii	Saturation of the	40.080 H 0.090 D 0	1201211121121	481048031	And the factor of the state of	THE STORY	0.48662,0	(Jaja 357) May 14	Ledman British Ed. (2.196 Staff v.D.)	16-4018/1001/07/03 04-60	A STATE OF THE STA	Soliciareus (kd)	MINISTRATE BE	1000	the Change of	SEMENDER OF THE		Rentast filesories Societas	1201.1018.1019	
991	¥	314 3	345	Ę	200	27/16	ž.	Ę	Skill	Section of the sectio	Ę.	555	21450	Acid	2196	Hill	25	410 F	Ŧ	1	

PACE SPECIAL STREET

PARTHERS NOT

B

High Ž Ē 5 ĝ 1 Ē Š ř === É -Ē 038 M 3 14.00 Š DESCRIPTION S 11/2000 0.000 0.6 or contra 3 : . E ì 1 1 Ē = Š = H Ē 3 Ē è H è 1 13 T. ì 2 B Ē ă Ě Ē ď Ė Ī Ē 20 - 1.3 0000 Ė SOUTH THE R 3 7:05 100 1 SW. 9 6 14091 Ē ž 3.1 Ξ ij . 会場 100 E ì Ε = d Ē Ē Ě 88868 ŝ Ź Ē ï ż Ē Ė Š ġ 83 Š trade calcust 100 mm Spirit Sales Life is sear a fine in the high 有音乐 3 5 OF SAME SAME OF COMMENTS Ė ALUS MODE 1111 MGH 200 CHIMIST CHIMIS NUMBER OF STREET APPROPRIE 144 March 11 Ě Ē LOUGHBANN. SHEAMS PURAMMENTAL STATE 2 - 8 100 100 Ę Ė į -= Ē 2 7 2 3 Ė į to chartethic dond. Of NIN N 2 4 6 4 ã 200 ä -É i 9 Š Ē ē Ē = Ë -. 33 Ē Ĭ 1 ž Ĭ 4.7 ŧ ř MM 1 į 126 į Ė Ĭ FF 1953 Ĭ ij Ĭ 7 Ė ş 8 STATE OF STA CONCERNO OF THE STATE OF THE ST 大路をいけるない はまれる HEAT TO CONTRACTOR OHO CONTRIBUTE GAZER STANGETTE AGENT CONTRACTOR CARLESTED CARDON And the production of the control of TOTAL CONTRACTOR A6200 (SCIENCE) A - DEMILIZARO P COLUMN TO SERVICE SERVICES nde. Griffer proprietation Benediction plus | 日本の大型との次に、日本日 HIGH CONTRACTOR DESCRIPTION OF STREET COMPLETE STATE DESCRIPTION OF REAL PROPERTY. CORPORATION OF COMPANY COMMITTED (INCOMES) 2007年2月2日 - 1908年2月1日 - 1908年 CRESCHI, Provinción USC BENG BEHALIN (日本の日本の日本) DESCRIPTION OF PARTY Children by College A 21 Mishall Cabress. ののいない あいのい Security Care Security Says. 中田市では7万日市 MISG: B東京の SCHOOL STATE Charles By St. too task. Leaner granded flags a principle and a file foot Ē SMET 1000 Ē Ě 5 ē 3 S 3 5 2 ż ŝ į. à ż Ė 3 5 $\bar{\mathbb{T}}$ 3 :3 7 Metal count the thirty to writing depail SPAB Highway of the Same 西川 の次のかり the property of April Unit to part on false Sentilla Emarket light per Sea, bib. types III. What to account the re-199 TO THE REAL PROPERTY. Charles and United Lenter Shink THE MISH OF SAMPAGE OF Selection in Talker beines 0.00 Style 19.00 1 Power State S. H. Perry Bond Library 2 in 10 in 1 \$ Ě 1 Ь 252 á E 10.00 Ē ij H -Ę 1 300 Ξ

21.	
-	
3	
3	į.
4	÷
9	ŝ

Ü

100	0.1456.00	March and	and individual contribution of a particular and	JE1130	Realist Mellon Pilean	s	D'ivenible sens	17.000) to a rubbers	amblers entisted		CHARLE A DOOR												
	1000		Bea			'			discount de-	100%	2.5			MET : P TO I	4,					T-1020 1-1201	E :			
2	Emily	ē	=======================================	9	0.00	213	200	2 A	9 Varies 18.2 Austra 18.3	1 8 4.15 1 8 4.15		===	\$ E	10 to 10 to	2 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	200	3	44	100	Todal in second in the second	0 4 100 0 0 4 100 0 0 100 0 0 100 0	Danes Since Since	ÿ.	Minde
12.2	SIPSE CAUSE	5	22	17408	7	3	9916 45EW	5 3			Hear	1 =			_		=	÷					8	
WI.	And Looks 15. L	5	÷ i!	1515	97	98	0M0 (118 9W)	= 3			1	3					4571	Ē					100	
2 0 0	the stepped by the	3	Ė	151	÷		000000000000000000000000000000000000000	2			Ē	<u>.</u>					7	Ē.					Ų.	
8	- 50-00 - 10-000 - 10-00 - 10-00 - 10-00 - 10-00 - 10-00 - 10-00 - 10-00 - 10-	<u> </u>	55.	15134	200	4.24	that which				i	1811					130	25					0.00	
Š	100 mes mes	5	TOTAL DESIGNATION OF THE PROPERTY OF THE PROPE	120	=	2	TOTAL RESIDENCE IN	- -			Ě	2					12.1	E.					5	
E E	September of the property of t	3	Contracts Desire upon Roma con	ILCO	<u>:</u>	ē	D THAT PARTY OUT	- -			9	ě					3	ž.					E-	
ŽĮ.	(10年) (14年) (14年) (14年) (14年) (14年)	×	20023 (S)	RUN	250	1 14.0	DRESTORAGE	2			1111	Ě					Ī	Š					9	
100	CONTRIBUTE Visiting Both	80	Ē	9.65.0	4.5	180	Property States	20			SHE	43					Š\$	3 5					45	
NO.	bulla, Option Spin.	97	STATE CONTRACTOR	H.	4	2.6.5	A STANSON OF THE PERSON OF THE				1115	Ē					Ē	1					Ě	
į		ē	Committee Commit	KESH	100	5 F	क्षा है। है। है।	2			4	<u> </u>					Ē.	if.					2	
Ę	Gr March albru	Ē		Ichte.	2	27	THE WHISE DAVI	0			100	7					3	2					Ē	
Hwa	DECEMBER STATES OF STATES	5	HAN TAKEN BELLEVIAN CHANGE AND CH	id.	100	2	Retail on the Mind	-			Ē	3					0.8.0	=======================================				_		
4	ATTENDED	ŧ	State of the state	COM (C)	1.151	4.5	220 Miles 500 c	- - - -			3	Ē					-	<u></u>					Ē,	
150	Cont. Sh Charl. Bra. St. Ill.	£.	Harmon Control	113478	3	3.61.18	S QUENTENDE USC				145	521					3	0.0					Ī	
5.5	NAME OF STREET	<u>=</u>		15	ž	100	Kitchelle 9-78	3			3.50	-717					F	Ē					17.1	
<u>=</u>	PC Spirite tention	=	30,000,000	.17151.	2	7	A CALIFORNIA STREET				1	1					ě	KIN.					5 5	
19.7	man Araba Araba	=	MANGELOGISCHER STORE STO	SIE	÷.	2	METHOD REPORT	3			N K	URI					ì	12					17.	
10.75	land begins a beneal to	÷	3	23 IV	3	111	STORY WORLD	0 2			AME	2.0					479.1	=					ž	
<u>+</u>	order Vibrae	ä	Application of the state of the	III-11	7		1910 1114	2 2			Na Na Na Na Na Na Na Na Na Na Na Na Na N	25					2	12 2					V.	
				ž	ir di	0.00						116.62	2 2	-		3	531		- E	2	9	- E	RNF 6	

Distriction with						574.	MEDITALISM COLLONORO DE L'ANTI-	Sept.	198									
						1												
to Sight Cores Specifical	testate tende anothermorrent testada — batential or 3 Proposition i grendible another	Stability and an	100	94900	0	in exhibition	10000	100	1000							!	į	
10.10	THI.	i.				Santo The BORTE has	SCRIE	÷		2	ROLL & STORY				ALTE DELLA	perca		
		Sie de la constant de	2			May Prince to the lander 1			1 4	1	Acres Seeks	many train latter Surbary Western	2	-	And the second of the second second	Section In	-	Person

 - 	900																			
	7	1	3	ā	ide	Ē	2, 2, 2, 4	Ì	STO.	7.	E.	Ā	2.21	Ė	100	1	1		3	NAC WA
	Smark Sdrptic Montal																			4,403
auto étua	1000 mm																			1010
á	70.50 70.00 00.50 00.60																			0.86.00
	= 2 :: ::								,											1
	tinds top:	1780	Ė	083	8	7	Series Finds	į.	2	Ē.		T.	1	1	3:	2.05	2115		ij	KILIBU
	14	1.1	3	Ë	ē	Ŧ.	\$ 7	ŧ	4	ý	169	Ė	Š		3	8	T el		Ē	110011
	Metin. 1150:1																			1 4 .
Sal.	100 A 100 A																			
ROBAR Solar	100 M																			1.13.0
	43																			20.0
	100	100	Ē	- (5) (5)	Ą	2	<u> </u>	=	1	2	717	3	÷	ă.	===	-	100		5	10,170
2	1446	5.11.5	F	<u>÷</u>	1457	2	2000 2000 2000	5	0.00	Philip	11117	17 .	E .	S No.	į	3	3		<u> </u>	1-
STRIE	5 1 6																			
·1 F.	one one of the same																			
Sunforth	9.2																			
	18 B			A	-	1.	-7-D	5	24			, ,,	-	2	- 20		1			-
	121	d ag well dash		See a finite	TOTAL SPEED STATE	2 (184) 64310 (281)	historiasi Jail	D SHAROUS &	01/2 (05/04 (Col))	TOTAL GERMAN COLUMN	NET.	CAST EDGG BANG.	1	Del Store Syde	: 40 had you	1	D P. HARLENER		040	
	# H 2	STATE	11558 OT FAIL 2"5.1	first.	500	01564	177	-	512613	NESO.	2 (F 1191)	FISTIF	ONL INC. 1505	E	Pitt	AGN DRING NOW	24.5		MCST	
	de de de de de de de de de de de de de d	0.6	ğ	2	1.	Pi .	36.6	,e	-	Ę	3):	Ē	7	3	7.	Ė	a'		Day providence	1
	0.4.0	P.F.	Ě	7.7	5		22	ŷ.	4	100	Falls.		100	D)(I)		130	6. 6.		2	
77	5	i	I di i di	200	i i	3	100	<u> </u>	E E	320	Kan		HSST	į	IRANI	INTE	17.17.		14541	†;
ILT.	Sas	Service designation of the contract of	Company of the Compan	Handa Bernalda Handa Bernalda Keleberikan	STOT CO. TORON PUBLISHED	STATE OF THE STATE	State of the character (ASS)	ACT FER CORP. LESSON. ELLES SANCTES L'ONNO LESSON, CHARLES L'ONNO LESSON, CHARLES L'ONNO LESSON, CHARLES L'ONNO LESSON, CONTRA	SECRETARIO MISTORIANI BISSON VICTORIANI MARIOTONI MINISTERI	STACLE FOR STANDARD SAME	PUNE SARS, ELANDING KAN	BEST STORY FEROMETRICAL CERTIFICATION			Appress Descriptions of a company of the company of	anales denominated and some and section of the sect	DOSTINES HAS	21 July 101 - 845 21 July 101 - 845 21 July 101 - 845	ATTENDED A STORY OF THE STORY O	
	=	Ē	<u>=</u>	Ξ	ā.	<u> </u>	2 E	#	2	7	2	2	TF.	P	B ₁	Ş	1		Ξ	
.0.		2.12	Mines vois ed.	4. 4. 4. 4. 4. 4. 4. 4. 4. 4. 4. 4. 4. 4	2000	SECTION AND SECTIO	MARKO MIRECUI. II. Ser in a descenda si in Marko de	GENERAL GE	1000 1200 1000	Up or August Ash Beld 1. 3 of the control of the co	1970 1971 1971 1971 1971 1971 1971 1971	die u.K. U.S. I des i	College Bridge	Marketin Lynn	Approvide Cappin Tight Filter	I sylvather a	Section from Lett. 5		SECOND SECOND VIOLENCE AND COMPANY OF SECOND	
10.10								-												

9	
:::	
_	
氮	
	Шr
1	100
7.1	j-
	-,
20	=
-	
111	-
_	⊏
-	10.7
-	

demonstrate of Representation of the

ij.

DREADING ARLY HACIOUSE II I

Ī

British 1 Ę ĝ -Ī 88 88 20 Ε 3 Ĭ 1 ě Pro-Britan Confession 26,110.0 Š CONTRACTOR Person Indiana 2 17 Ëŝ 2.1 5 8 ġ Ę Š Ħ : 9 Shrett and S ÷ ÷ 불률 Į 5 Ξ -Sar Sar : 5 11 11 Ē Ę 1 Ē ż 3 3 ÿ 5.5 E È Ē ì Š 3 3 11 11000 1177 COLUMN PAGE 93603500 ÷ 1111 7 11 Ě F. 1 Ì ä : = 93 ğ Ş Š Ē H ÷ 5 Ē ŝ è ä 14 44 8 8 8 8 338333 Ž 1 I 924 18605 Ŧ ŧ Ē Š Š Ī 73 į 11:15 ž 200 ¥ 3 ź 115 1711 115 1711 Samuel CAM $\underline{2},\,\underline{\frac{1}{2}},\,\overline{\underline{2}}$ STILL GHISSNEL ź, Ö = TEACHER CONTRACTOR é h h ij E = := SOURCE! 4.17.5 APPENDENCE. A-161 (2011) TENTANTAMENTO A STATE OF STATE III IN MARKED WITH STEEN STATES 383 1881 THE PROPERTY. APP 3577 (\$110) CITY SEPTEMBER 1 STATE STORY MERCE S CONTRACTOR OFF ARELINE III. SAMPLE 200 1 ž St. BESS AND 3 ė Ê 28 Institution habbee delices 0.00 ğ Ę ž 70.0 0.00 Ž. = 1 ě è -Ť ě 2 : 8 3 3 # 8 SHELL Š Ē = The state 11111 1 1 HIE 36 100 Ē 444 1 1 Ē Ē MARK MINE MARK C. P. SEARCH MARK C. MA Valle, ethicitated SAN TIBLE STORY OF THE CONTRACTOR OF THE CONTRAC CARCOLLA SPÉCIA ESPÉSA TORRES PARAS POR A ESPECIA 年 日田田田田田田田田田田村田田 UPS SPARE AREA HERALI CONTRACTOR CONTRACTOR A. T. M. T. THE REAL PROPERTY AND PARTY. podentajni primara Harata meste Security of the Section of August 1997. THE SAME STREET FOR PERMITTER NAMED INCOME. SALES IN THE SECOND STATE OF SECURE Greek Transmitter British STREET BEAUTIFE AND Carry Sparse (EM) of Carry (Carry) BACKERS COM. CHARLES AND THE BILLY STRUKENS PARTY PURSON Se officiological RACINETISTING RONALD NO. R. tyrical grants seembless occurrent because ST. MARCOR 7 100 14 100 The Call 5000 2 11 M II -Ė. -3 Ë Ġ # ₽ ż ÷ Ξ 냪 ŝ £ 33 Ξ Ver Smerthage by ned herein has Internal largest for the formal of the Original of the Control of ed tapidativo The Company of STATES AND SECTIONS distribution to be a DESCRIPTION OF THE PROPERTY OF DESTRUCTION Sometiment of the second Springer Springer 0.80 10/24/12/03 120 C. L. Oct. **年記録の経済の会** Total Section ALCOHOL: N 11:32 1:15 Desking. health late. 0.000.00 1033 - OPEN -ir E -----ŝ á 2415 **F**B 2 5 Ē 3 22 į. Š

Ų.	
5	
ğ	
Ξ.	24
į	4
ğ	i
Ŀ	_
	Ē
į,	ā
١,	

DAN HAIG HAN

1.39

In the second	respecting to particular and the control of the con	(60 to 940)		20000	Challe and the desired		Sile name Sin.	25 540	-	Alexandra (1965) of Parallel	9 . 180	-0 F 450	- 42-											
	515		CERT	13			-	_	- #	. Ind Strayung	7	3		100	ACTUR LITTLE	E				2	TOTAL CASE			
2	2	a	114	2	242	- 3	8 - 9	8 H 944	# 1 B	200 SO SO SO SO SO SO SO SO SO SO SO SO SO	i	# 4 # 0 1 4 2	100 100			Agilio Sano. Paris choos and them	4 5 5	Ded Teat	11-21	1000 1000 1000 1000 1000 1000 1000 100	PARTY NAME OF TAXABLE PARTY NAME OF TAXABLE	Machi. Libraria Libraria	Til.	Design
<u></u>	Child by a by Ma	54 75	Pickel will be target.	Ž	OFFI CHER	1	8888	Haile an	-	-		74 114	181				=	1	-		_		3.11	
LIBER	Bradule or hon	308	This of the com	Ē.	Ť	-	MSEC	NAMA STANSO		-		. H	<u>.</u>				_	= = =	- 2				Ŧ.	
992	2011/06/02/03/10/03/03/03/03/03/03/03/03/03/03/03/03/03	54 E	SIGNED SEE	38	78	2.5	Killer	Harven Herven			37.75	217	100				==	- 52	2.6				4.1	
1010		5		ANIM.	1,41,1	3	HSTILL SHEW	3	_			Ē					-	=	ā				::	
2.5 5.4	2000 2000 2000 2000	5.9	14 ALM 1975 14-14-14-14-14-14-14-14-14-14-14-14-14-1	111	55	100	25	20	2.2		0.0	22	E &				= -		2 h				£2	
100	OF CENTER LA	Ē	CENTRAL STREET, CONTRACTOR	Ě	1	2	N N N	38088			-	25.01	2										100	
121		5 5 5	astalit cuttorio BRANCESCONO Arte estatu BRANCESCO Cuttorio	155	785		284	8 - 5 4 7 2 3 7 2			- + -	ĒĒŚ					= :: ::	888	nige.				1353	
20%	Section of the second	13.13	一 一 一 一 一 一 一 一 一 一 一 一 一 一 一 一 一 一 一	23	34	17.0	33	5 di 118			- 3	2011	20 m				-	1.7	7.5				25.5	
	E.										·						_						÷	
ž			X1-1-74 X1-15					9 1				¥ 1	£ .										: :	
2 K	00/19/05/51/10/20 10/19/51/52/10/20 20	100	ACCIONATION OF THE PARTY OF THE			Ē	PER PER PER PER PER PER PER PER PER PER	No.			e û	1000	14						22				7	
			CASE CENTRALICS FRANCISCO SE O																					
1	F 2040 & 2000	Ď.	With the Company of t		É	ŧ	PELINE BORRE	=======================================	_			3	÷				-:		2				ē	
98		2.5	E F	WEW TRIE-	100	100	OF LASS SELECTION OF THE PARTY.	2 10			U- 4	946	3 5					73	-7 E:		_		Ξģ	
21.6	Perdalan on	- Sec. 1	20	J1-1:	N.	8	(NSMITTING)		1-			386	6100				=	11.	21				1,117	
N FOLIA	Socialis de Machineste Application	55	4 245 - 5 20 1 20 1 20 1 20 1 20 1 20 1 20 1 20	11 11	58	22	STANDARD CONTRACTOR	9 9 9 E			V F	Stable Militer	37				2/2		<u> 53</u>				# <u>@</u>	
900	Southern State Sta	95		= \frac{1}{2}	15 H	53	Unit Assistants of the Person of	24 5 S			- 7	24	Fig.					53	86				8 25	
110.82	12/11/01/01/01/01	is		15.56	ş	3.5	Participation	1h	_		4	315	-				_	-	100				Ē	
ä	Spide et al.	i: Ir	CALLOS INC.	1	1777	2	M. National	5 5 5	_		<i>V</i>	1980	F				-	=======================================	£.				100	
¥ =	E-Application and	8	DE ANNTSTU COLLA SESER ENTENNE	- FEE	2	=	Elektronia in in in in in in in in in in in in in	<u>5</u>	-			9170	<u>:</u>					÷					÷	
2		55	STATE OF THE PARTY	- 100 - 100	Ē	140	AND RELIGIOUS	91				:1541:	2				_	2	<u>:</u>					
2	Vince Vince	iji E	Section by the Con-	TIEBUS	ê	100	SULPHINE STORY	4 Em	_		÷	11,000	5			-	_		ě				F. 1	į
				Z.	LAUFE	19 61						~	The second	0.00	II WIII		11.	THE POIL	11.84	325	9.65	0.00	1111	

SACRESCO PARIO PULI SALVOS ANTE

ij

hedantahan Quirt M. Like a saud comos indire calibrate como office Secretarions in properties in the manufacture of the production

04-169451 62415 04-665644040

i I	RLC:		90,00	·					i.	Committee for Alberta name	48.00	1 2			Name of the Party	u lu					COMPOSED STATES			
	S	<u>:</u>	il.	÷	Sept.	98	100 - 100 000 000 100 000 000 000 000 00	35	5.5	Party Theory II and an arrangement of the party of the pa	- E - E		91	10	Trees of the second sec	100 Per 100 Pe	A de la	2 =	- A	A STATE OF THE STA	Median States in the teacher of the	4 25 kg	14.	tends.
	MRIVE CASE SECTION	÷	Court of the court	15	17	É	THE WEST STATE	6				2	N			 I	:-						32	
	JUG 140 DESIGNA	100	and the property of the state o	1	z	-	SELECTION A	7				SHE				i		15,0	-				÷	
				5	13 8.9 %	-100						Н	FF 1977	5-25.8 PHMpt 1000H	1000		9	THE GODE DOWN THE	100	2000	2000 2009 9000 0000	AND	11111	

Extreme will produce in products
[9:50]]

S second a species by secondarial as species and



DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

ANEXO VI - Contratação administrativa - Aquisições por tipo de procedimento



P.X. 1	
ALMO CACOS SON THE NEW TOWN TO A CONTRACTOR OF THE NEW TOWN TO SOME THE NEW THE NEW TOWN TO SOME THE NEW THE	
no uso companiestrate de 1833	

	тсти	Preported solution that the solution continued solutions are continued solutions and solutions are continued solutions. The solutions are continued solutions are continued solutions. The solutions are continued solutions are continued solutions. The solutions are continued solutions are continued solutions.	44 2 764,102,22 141 4 171,000,00 u2 4 u71,845,02	241 13 201,556,28
AMERICA NO CONTRACTOR	Paremin pare investit	Pulletic ade Preso tonglation contrario		
Har na modelichema no	Contestio on Community	Mumbac dos Pubço considios Controlida Tej		
Discussions contrained dispersion of a further of reductioners to Person to JOSEPH III	atanty atanty	Harero dus Picela Contistos contistad 150	16 242.875.45 125 2.621.454.52 52 J. H. Bill, 64	.0.003.00.3
C-rough 4% contrain	Sublag: International	Humann das Paspa damente das Praça Maméra das Praça Populações desperados contratados cont	# 	
	#:00ad.			
MITA 20 050°71F1B	concurso contrologio prévia preficicação	Places do Preco Humpo tos Stero Humbo em montrator embradad menticidas contratad contratora (3)		
representation of the control of the	Controls	Puedro dos Poecos Rumeros dos Servos Burnesa em entretar embradad menticadas contratadas contratas. Es	25 2 073 534,73 14 3 295,645,14 15 851,552,33	at 5.373,132,15
T.p. of Consults offered of the Toepha Predicts Controlled to everting	FILTHOU PLO H. CUSTINTO	OCETHIA NI OCET	Per mattadas de vibras publicas equilação de salveção Loração no aquicas da on hora adeasa Constanto da Galação públicas Segias	444





DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

ANEXO VII - Transferências e subsídios concedidos



TRACITEMENTS IN CARCIDIUS CURENTIDAS MATERIAS DA POZA DE MARAÑO

386

VEGALISM RECEIPES SERVICED IN

PERÍODO DESENTENDE ENCENTENTE DE PARE DE CONTRACTOR DE CON

VISCALIZAR PELISTOS SV ERECUÇÃO	M 00/1030							-	•			- 0
Tipo de respesa		hisperides legals.	Inalidade		Intidade beneficiária	Despetable Consequence	Despesas	5.5366.00	Sequence official to the	Proceeds to 11345 /	24.481 = 44,483	
			ы	Ξ	1548 (005100/Q0 1 H		N.	N ISI		3 *: 1: 1: 0	INI	
Transformers correction MUSAN - STATILUS IL MUDGO ALTHUMS ALTHUM - SERVICE E CARTOS IL MANAGES	A TÓRDES	LET IL CANGON DE LA DA SERBERO LET IL COMPANSON DE LA DA	Action 10.11, Art. 20 to without III Action 2000, 13 office on the received of	50000000	Monrecomb to edocate Galgado Alebebro de especial de e	26,280.00	B.33.3	0.123				
CACKS - ELEVIQUE L. MADOS ACTORNAS	MATHORIE .	뵘		90000	SAMPLE JOHNSHO OF SCHIS ORIGING SAMPLE	36,901,00	35,040,00	5 743,47		60°621 P		
CADYON - SPENIÇIB F PRINTS ATTANAME	A THERES	LET HE WOOD DE 15 PER CEREMBOD	CONTRACTOR DELIBORATION DE CONTRACTOR DE DECENDADO DE 100 DECENDADO DE 100 DECENDADO DE 100 DECENDADO DE 100 DECENDADO DE 100 DECENDADO DE 100 DECENDADO DE 100 DECENDADO DE 100 DECENDADO DE 100 DECENDADO DE 100 DECENDADO DE 100 DECENDADO DE 100 DECENDADO DECENDADO DE 100 DECENDADO DE 100 DECENDADO DE 100 DECENDADO DE 100 DECENDADO DECENDADO DE 100 DECENDADO DECENDADO DE 100 DECENDADO DE 100 DECENDADO	\$1000004	Actualisms to Escatis chicking Actualisms	56,000,65	6: 6:	17 (5) 73				
GLEVE) - STANIȚINS T. AM DES ALTHANDS	A THING	LET HANDSCOOLS, DK 12 DE SETEMBOU	8.	900000	Automorphics efforts conflue samples	26,291,00	15,670,01	1, 331, 11				
GGCCC - SEATING 6 FULLS ANTOHORIO POPUS ANTOHORIO DI PARCE ANTORNOS	ATTEMS ATTEMS	Let 10,135,2513, 16, 13, 15; skribeeti Let 11,53,2513, ue 13 ue	8 8	0048005 5008500	ACRUMENTO DE ZIOLUE DE MONTO EL MUNDO DE SOCIUM DE MUNDO DE SOCIUM DE MONTO DE SOCIUM DE SOCIUM DE MONTO DE SOCIUM DE MONTO DE SOCIUM DE MONTO DE SOCIUM DE MONTO DE SOCIUM DE MONTO DE SOCIUM DE MONTO DE SOCIUM DE MONTO DE SOCIUM DE MONTO DE SOCIUM DE MONTO DE SOCIUM DE MONTO DE SOCIUM DE SOC	209,300,00	0.000.0	1,355.77				
GRESS SERVIÇIO E EBELOS ALPHANIS	2.404095	Sertimento 161 (1752-2017) DE 18 DE Sertimento	1 W KB TYPORTY, D SET, ONGRAJIO DE JOSPONO DE CHRISTORIO E MONOLIUÑO DA ART, N,º DO DE MITO DEL O,º	SECTIVE IO	MIND IN THIS EVENT OF EVINDS	215, 303,00	8,000.0	9.81%	3:			
wheels is serious a meaning	Significant of the	Sempless	PLESTE cramam ne incidados es comerciales as lamba incidio incidios de incidios de la color incidios de incidios de la color incidio de incidios de la color incidio de incidios de la color incidio de incidios de la color incidio de la color de la color incidio de la color de la color incidio de la color de la color incidio de la color de la color incidio de la color de la color incidio de la color de la color de la color incidio de la color de la color de la color incidio de la color de la color de la color de la color incidio de la color de la color incidio de la color de la color de la color de la color incidio de la color de la color de la color de la color incidio de la color de la	SIMPARK	Willemann of Cours of room is the soon	213,200,00	7. 3. 3. 7. 3. 3. 3. 3. 3. 3. 3. 3. 3. 3. 3. 3. 3.	20,750,71		E .		
0.056163 - 3.95000.iac		161 01 10 20 40 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	STORTE WINDS IN TRANSPORTATION	MILNERS	PADALSIF JE GENE	VD. 320.00	17.11.08	11,117,32				
0100016 - Trepastat		September of the Part of the September of the Part of the September of the Part of the September of the Sept	CONTRACTOR NO COMMITTEES INC. TECHNISMS	90.00	1405-2318 02 02948	71, 514,00	05/30	W1.E.				
10090102 - 100000112		och net Skapity, ng ist op skribated	MOLANTING OF CONTRACTOR ON THE DELIGING OF CONTRACTOR ON C	MLAGIS	PROJESSIP DE GENE	V1.550.00	1.38.30	1,756,30				
00050102 - Corpo scale		UST 01, 150-2011, 05 15 0E scholled	RAZZILE P DATI-ON	All AOIS	PROJESIF JE GENE	11,50.00	8.35	20.262			PERUPPER MANAMERANDA TO MEDICA SE PRIMERIA PO CASCUMO - CAMANAMICA ME	
0105010 Exercises		DEL II. 15/45010, DE 17/00	NO. SECTION OF THE PROPERTY.	SHESSER	PADGLESIP OF GENE	90,580.00	W.03	# 1		de .	Metric	
01000102 - 22cquestas		SERVING DE LE DE LE DE	ART. 170 E. ART. 111: 00 ASSOCIA	SISSISE		21.1 574,00	1,335,22	1,3111,111				
G0050100 Commando		SETTION OF THE OF THE OF	MURC 16 TAX-1516/00 2122 SISSESSE	SISSESSIO		90,68.00	M. tm. 30	31.000.00				
0.000107 - 5.6400 (9.3)		SETTLEMENT OF IS IN CAMPING AND CAMPING CAMPING AND CAMPING AND CAMPING AND CAMPING AND CAMPING AND CA	Operational publications and property of the period of the	MSHAGE	C Spinora au Amana 1402-11 DE Norda DE LIGHOSO C Spinora au Amana	70,580,00	1,47,5	37				
010001G - Ecquesta		CELTANDONE IN TO THE SETTINGEN	IRANICACIO NA CESTUS EL CARRIER EL CARRIER DE CARRIER D	NSSSB	14623317.04 (9400.01 DR-600.01 + 4, SD(600.01 Q-600.00)	313,559,00	po'usi :i	21,000,51			PENERATO YAN KARBUHA M PENER 18 PELELIA DO CHELLE - CARBA MICA DE	al.
0.000.00 - 7.40.000		of the species of the second	SIMMITOCIO DES CIONTRES EX CONTILUO	WSERSH.	PROJECT IS POSOD OL LINESCO v. SULPOPA DE MANOR.	317.250.90	(0)'00	ננ 'נני'			Protection Protection Company (A) Oct. Protection Company (A) Oct. Company Company (A) Oct. Protection Company (A)	
												٦.

			,	
i	ā	ī		

method NOSALAD (2020/2/2) or and communication of 202

husbeerkeins is buschilbs could be haritotio be execute united?

TO ORDITATION SOLVED STATEMENT

Tipa de doqueza	Sussessiphs Injura	Friedlieds		Eccode bereticano		Despenda	28	Desposes augmentation	de objetionen Turnet	Callet Harbert
	<u>:</u>	~	=	hone / Designação	Scalettano.	Antacaudo Si	191	120 OF 28	Jahr. percent	191
Tradecores	ALL 9 PASSUL READ RESIDENCE METABLES	PRODUCE RETUR	SECTION	PRECESTA 16 PACA TO LANDON - 1, SENDIA DO MENZO	1.1 50,00	148,20	WK.00			IDOLUNESTE PUO ECHERCIÓN NE PROJECTAS TRADITESES DE CONTRADA CONTRADA NA SERVICI CONTRADA NA CONTRADA NA SERVICI
00050107 - Fregareive	and the Control of the control of th	אנוספות חוונות	080684080	PARCHELIA DE PONSA DE LIMITADO E LA COMPANDA DE LIMITADO DE LA COMPANDA DE LIMITADO DE LIM	17,500.00	Ť	\$* \$*			D4055340
STEELS - Departure	ALL S. TSABLE. BE AS RE	rates le "basserbecta 7002	281120102	FRIGIN IC CALM	1.1 925,04	11.344,30	11.244.00			
3(35)137 - F12)453133	ALTERNATION OF BEING	20 FEMORIES 41:	381190193	DUDGE IN DE CONTRO	115 220.00	8 52	20 822			
34353137 - 11 rquest 43	SECRETARY LIFE OF PERSONS	CONTRACTOR CONTRACTOR M. METOR CONTRACTOR M. METOR CONTRACTOR M. METOR CONTRACTOR M. METOR CONTRACTOR M. METOR CONTRACTOR M. METOR CONTRACTOR M. METOR CONTRACTOR M. METOR CONTRACTOR M. METOR CONTRACTOR M. METOR CONTRACTOR M. METOR CONTRACTOR M. METOR CONTRACTOR M. METOR CONTRACTOR M. METOR CONTRACTOR M. METOR CONTRACTOR M. METOR CONTRACTOR M. METOR CONTRACTOR M. M. METOR CONTRACTOR M. M. METOR CONTRACTOR M. M. METOR CONTRACTOR M. M. M. M. M. M. M. M. M. M. M. M. M. M	TMICHE	FELIESIA IS. L'ATLAS	8 9% :::	1.164.00	97.97			
34353137 Legecolia	30, 4 13/2/11, 16 17 16 3/2/2/20	MSSC:P A FATHA.	WI DOING N	TELEBOOK OF LINTLAC	15: 20.08	S 30:	* *			POSITIONE FIRE PERIODS DO PROPERTO DE PROPESTO DE MINISTERA DE PROPESTO DE PRO
Mayarin - Iregeenine	TERMINATED IN SECTION	PONEO DE REVIERS FAMILIES DE ESTRESTA, PROTULLI DE TEALSPETES GENADES	9511,0000	PECUESIA IN CONTUM	90 92 11	87.88.88	\$1,430.08			PRODUCTION FOR APPENDING TO PRODUCE AS DESCRIBED OF THE PRODUCE AS DO THE PRODUCE AS DO THE PRODUCE AS DESCRIBEDAD AS DESCRIBED AS DESCRIBED AS DESCRIBED AS DESCRIBED AS DESCRIBED AS DESCRIBED AS DESCRIBED AS DESCRIBED AS DESCRIBED AS DESCRIBED AS DESCRIBED AS DESCRIBED AS DESCRIBED AS DESCRIBED AS DESCRIBED AS DESCRIBED AS DESCRIBED AS DESCRIBED AS DESCRIBED AS DESC
MISSELS - Projective	to a character to a pour	MICHERALINO ELETTORA	061500003	PEDUESIA DE ITMETA	010000	TF-S	18.€			
TelSELE - Frequentas	HI 1 1/25 1, 35 12 55.	AND THE ELAST THE DEVIATION OF SOURCE	30106X30	Enquesis de Taide	115 200 00	4.0%,00	4,510,00			
MANUAL Preparation	UCLA TAMONI DL DI PL	::0:	90000000	Prepagato de Turde	013.80.00	12.424.00	20.00.00			
ENEMBER - Frequencial	90 (1 24 7) 4/7) 4/7 (1 2 6 6 1 6 6 6 6 6 6 6 6 6 6 6 6 6 6 6	TOWNSTONAL ACCIONATION OF MARKET OF VITO	20,000,00	Encuelia de Tarde	-D 580 00	0.E1	771, 25			
BARTON - Progression	11.1 5.7 12.2013 DE 12 DE SEMPRAD	ACCS ATTION TO COMPAND THE AMHIRITY SANTO OF THE STUDIO TOWN SANTO OF AMERICAN TO THE WATER	2000000	Piejiesia de Tarde	91.54.8	3.851	1.380.0			
CALCASTA - Fraquestas	161 p./17/2015 16 12 FF tefferen	SECULIAS SAN O SESTION EXTRA	Middle	Flequents de Taide	713.20.00	:£	05.30			PERSONAL SARA ATLAMAÇÃO DE ARDORS DE PICHAS DA CASTALOS - CÁRATA ARCA ORE
CHENCIES - Proposition	con strictions on 12 of setterano	ROLEO DE ANOTO AS PARTIAS PA ROJESTAS, PARTICIDADOS TRAPERENTE POLITAROS	pewadop	Projects de Tarde	V11,520,00	7.180.00	2.61.0	-		PETRICAL NO FEDERAL SEAS AND HIGH INC EXCELPT LANGE AND A US CASELLA LANGE AND A US
patrionis - Preparate	TALL PURSONS OF 12 SE	PECEFECHENCO CALIDAN	M100073PI	Tepagna de Tando	20,000,00	00.00	05.09			2
GCCUC - Projection	(6) H *72,0011 OK 10 PK	ARTER DE TRACTORIONA (U.)	804000	050fel[7] (d.p[15]005e2	21.54.00	B, 51, 5	10,110,111			
GCCICS - Preparate	Action of the Control	Connection (Applied to Euchardo) over received to with a	Minimine.	pagend on victorial	11,63,00	25.55	23.15			
CATCOLOS - Prequestas	TELPTROZOUS DE 12 DE SERVINOS	CONTRACTO TORS NORTH SERVICES OF DELEGACION OF CONSTRUCTION OF ANALYMENTS	Manda	pedvent ou vlediedká	91.22.0	8.5	04.0			
MSCIC - Frequence	SETTEMBOOK OF USING SECTION	PASSED A TÁTILA	51505c15	Productiv de Liverkon	21.5 × 0.0u	[4·'[#	442, 11			REMEMBERO YAN OTHER LAND UN PROTON OF PROFESSION OF POSICIOS - PAMPA MEDA DAE PROGESSIAS

	d		
ļ	á		
i	ä		

EDDES 2022/10/12 2022/2/11

TOLLOGENÉTCHAS E SLOSÍDIOS CONCEDIDOS MALICIPIO DA PONTA DE LABADED

i i sphichi /s scisceli ilikulinsui										
KIND II CI.	Frage Copy Copy (ahgh [hu]		éncioure benefitration	Despesas	Unaphasa Literatura	bestead	Beyon r subminisher subminisher	Synalogical contracts of the state of the st	Waterugter
	Ξ	=	Ħ	Home i Leastenaydo			· ·		v eerden N	Al.
E4ESETE2 - Pregressari	161 to 175/2017, rec 12 re 38184840	STATE OF AND AS TABLES. (A, PROCESSIA, PROCOCING OF TRANSMITS, EXDIGING.)	2 TO 10	TREATE IA PE LANTEU	115.570.00	1.056.00	1.050.00	i		PEDUDARPT PROJUCTOR (ÇA FE PROJES NO (PESALO SES LO PROTECTOR - CÓNDA ARTISTA DE PROFESOR
ENESESE Proposes	LET 1, "15/2 Cd.). De 12 De	PECEISGREPH GLETTOMA	30 M00000	PROBEIA PS UNITRO	111,730,00	97.00	A.6:			Albertal Ki
Carsonia - fraquesas	161 to 175,0711, No 19 No	208	HINDON	PROTECULAR DE CURROREM DA LANG.	115,520,00	00'05'7'	3,120.00			
DICKERS - Proportion	SCHOOLS LET E. TOUGHT, DE 12 DE	DA LES OCARROS DE MATO.	2180000	installs of sterling of confi	115,520.00	X 204.00	20,455,00			
G(SCIC2 - Prepresion	SETTINGO 181 o ANGELO DE 10 DE 191 o ANGELO DE 10 DE	majori incho are disparame facilità de voto -	H MOIDA	WELLOUGHA THE EUGENEEUE DIS LOMA	30.0%.71	57.85	(F)			
Edeblez - Proponsan	LET PUTSAZETE, DE 12 PE SETEMBO	CONTRACTOR 22 CONTRACTOR OF CONSTRUCTOR DE DELECAÇÃO DE CONSTRUCTOR DE ADMINISTRAÇÃO DE CONSTRUCTOR DE ADMINISTRAÇÃO DE CONSTRUCTOR DE ADMINISTRAÇÃO DE CONSTRUCTOR DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRACTOR DE ADMINISTRACTOR DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRACTOR DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRACTOR DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRACTOR DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRACTOR DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRACTOR DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRACTOR DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRACTOR DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRACTOR DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRACTOR DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRACTOR DE A	1180000	Padjesta ng someonsan na mea	711 VDP.D0	1.314.00	1.24.00			
[455]	UST IN PROPERTY, THE 12 THE STATEMENTS	ispain po Aron A. FAMILIA. M. PRAMESIA, PATOGAD OL. TRIESORTES GYOLIVES	S0100344	IT SOBERTA DE COMPAGEDO DA COMA	9008331	8.651.2	2 199,00			PERUDOMETRIA ROPHITIQUES. PRETER SE PERUDOM 16 SUPETRO - PANAR ANISA PAS PERUSANAS
0405012 - Prepuesuas	90 (1 90 TESTS 10 TE	PETTERMETRY DETTENT	20,000,00	moves in the premise of the Other	117,50,00	ψ. γ.	70,12			2
CACACIC? - Frequencia	SCHOOL STATE OF 12 19	Material PMR (February 200)	STEMPTO	REPORTS OF SPRICE COL	013,520,00	8.68.9	31,835,93			
CHILDIO - EDIOGRAFI	SUTTRIBUTED OF THE DR. SUTTRIBUTED OF THE DR. SUTTRIBUTED OF THE DR. SUTTRIBUTED OF THE DR. SUTTRIBUTED OF THE DR. SUTTRIBUTED OF THE DR. SUTTRIBUTED OF THE SUTTRIBU	CHRISTING AND ALCHERTO INC. MEMS OF VOTO 1 ACTO DELICETT	2019001430	:E3006-13-06-86836.3E10	TI: 50.00	28.03	5			
LALSE ILE Proposition	DET MUTS/2013, DE 12 DE SETRIMEN	CONSTRUCTOR CONTROL OF THE CONTROL O	VATORIA SU	REDECTA DE SEDEREU	313,520,00	00'10:	221,00			
CACALLEY - Proguestaz	DELPHYSA2015 OR 12 OR SPREED	match of Abid A Swiff of the American Management	N100100	repositive on the comment	012720.00	00.00	8.8			PERUNDAÑO PER UNITALIDA DO DECISIO PERUNDA DO GOZERO - CÁMIA JACA DA PERUNDAS
CACSCICS - Posquistas	UEL 10,755/2015 DE 12 DE centration	teaming physical	MARKET	PRODUCE IN DE SERVICION	315,320,00	8.0	<u>1</u> 2,2		,	
00000 - 600000	US 11.75 COLL, PE IS DE STREET	AUTO IN TRACEMENTAL 2022	3001808	MD0014 06 8, 641470	211, \$4.00	13.5%.00	12,573,22			
DALVOIL) - Prequencia	SETTING TO THE TO THE TOTAL SETTING TO THE TOTAL SETTING TO THE TOTAL SETTING TO THE TOTAL SETTING TO THE TOTAL SETTING TO THE TOTAL SETTING TO THE TOTAL SETTING TO THE TOTAL SETTING TO THE TOTAL SETTING TO THE TOTAL SET	COMPARTING OF ALBERTAN	MEDAR	REDARCH NC 3, IGHT SA	313,550,00	NS.38	213.33			
CACKITY - Requestas	DEL HONORODIO, NEI DE SUMBIEMO	notability of Father	2000 M	PEDSECTA OS S. CHILLAN	20.15.04.06	70'07	ш,ш			FEMILIARY CHANA ARTISTICA OS APORTOS ESTRUCIAS DO CERCICA O CONTRA MONTA DO CONTRA MONTA MON
GACSCICE - Responsible	Sembling and the figure of the sembling of the	RECEDENCE AND AS LANTERS AS PROJECTS PORTON IN TRANSPORTED TO THE PROJECT OF THE	Spilos	1400631 vs. 5, 641130	217, 5/4,00	V. 244,00	1, 3/3, 33			FEGULARIES YEA ARTICOLOGIC OF ATTACK AS SPECIES IN THE CENTRAL OF THE ATTACK OF THE ATTACK OF THE ATTACK OF THE ATTACK OF THE ATTACK OF THE ATTACK OF THE ATTACK OF THE ATTACK OF THE ATTACK OF THE ATTACK OF THE ATTACK OF T
CHESSION - FREQUESIAN	DEFINAL SECTION OF THE DEFENDANCE OF THE PROPERTY OF THE PROPE	MODESTAND CALIFORNIA	9001000	PADJESTA OS SU ENTUAN	211,520,00	18,00	N, 31			
GCCCC - Perquesian	SELECTION LET HUMBS ACID DE 12 DE 18 DE 1	AUTO SE TAMBIÉRADIA AND UNIO	MATCH	PRUMESTI DE TRIBADOS	215, 220,000	18,251,00	19, 957, 35	–		
OCCIC - Repeats	LT HATS SOLE DE 15 DE SETTEMBRO	CARDATTING A JOS LABRIDOS NO 1676 - R. 2013 - BECINATIVAS 27	9. 2. 2. 2. 3. 4.	Modelli os femocos:	21.15.04.00	0.00	25,65			

FRANKETERENE DE SUISTE DAS CONCEELOSS MAINTER EN FUNDA EL LIMPA DE SUISTE DAS FUNDAS DE LIMPA DE SUISTE DA FUNDA DE SUIT

ij

DO JANO OSERNAL LICETROL DE 1972

PLODARET O MAS METALIÇÃO DE MELOS IS DESTESIS LO CONTRACTOR PRESENTED INC. reduzatento essa effetentido de PEGALZHLICO BRAS EMELBLICO DE PESTLAKENYO PMBA KIP IBLI ICAO DE SECTIONS OF ANY APPRICATION OF PERLIMENT HAR RIFIELLING CACETO - Chiana antica and CORCESSION AND AND INC SM WHEN A COMPANY MAINS INS SACRUPA CAMPA ANTON ON MOTOR IN PROCESSION DO CONTOUR CONTO COMMO CARLOS UNS COUNTY SAME AND DO GOLDS AS PRINCES NO RIPTOS AS PRIBLICIAS DE PROCES AS INTELLEGIAS DO on all engines on an ora-MPC.00 KS PERCEING DO Cossidações Ė PACING, IS PROGRESSION PC103:75 PESTES : AS PG45575 Departs Described to the Control of Bd Papertain 9 60 co 300 Open R 18. E. fall, m 8 E11,113 38.80 24,82 Ž 8 2,451,151 .. 71K, 13 D. 116, E. 34,6 10° 11 July 15 111.1152, 113 065,0533 ŝ Ξ 50,00 521, 13 8.8 20.03 2.450.03 Š Ž 17,315,33 28.83 7 7 7 7 14,13 10,00 11.00 200 1.734,03 1.114,31 2,00,0 Magazia September 7 11.473,111 11 53 33 11.573,33 EE .E :3 . F IF 10,483.0 10.88.8 11.533,33 11.5.1,11 11 5:3,33 11.513,33 20.5N.B ALMONDAR DE 0.532.0 0.000 UP P/8/18 0.583.0 0.53.10 0.581.0 \$15.00k30 듣 HESTERIC PLANNING PARK PROBEST NO CONTRACTOR PERSONAL NEWSONS DO NOT PRESENTANT OF SUMMER OF RES they be transfer PERSONAL STATES PERSONAL DE TAMABRES PERSONAL DE PROMETES PERMITTAL DE PRANSES PRESENT OF THIRDS DEGRESSION OF THY AND STORY PARGESTA DE GALLOSS page of the state of page PACHESTE BY CALLOCK PERSONAL PROGRESS PRESIDENT NE GALDOSS PERMITTE IN CALIFORNIA PROGRAM BY CALLOSS Entrieste ubterfooding (100 / 21/2) 2010/3/27 STANDAR SECTION SECTION 14 (12.5) MARKET CAN III. 2017/10/2 SIPPLY DIS CIICI CIICIN CHELL SHOW CHECK STATES [1][] SLANGE ME 9.000 PM CHARLO Ħ HE PERSONAL CONTRACTOR AS INCIDENCES OF CONTRACTOR AS INCIDENCES OF PROPERTIES mount in area is taken in pripingly, Polocide E. CAMPARE (APPROPRIATION) HEADTH OF HEAD IN FULL IC. IN PROCESS IN COMPANY OF PROPERTY OF THE CONTROL O MET TALE OF TALE DO MICES OF LCC 16/2011, 17 SET CONFIDENCE NO CLEMENTS specific transference 2022 CONTURNING NAS CUMBATAS WIND IT PRODUCED TO SHIP Porcy 2600 103 (2079)3 HE contract. HARN BOTH BOS CLANDS IN HIMMI ZINGRO DAS COMPAS DO AC AMERIC DE TAMESPURIES STANSON DE LINGULATION DE PECENSENSING CLCTAML PETER DOMENT - D.C. PUBL relationits probats PHASPORES COLLANDS Frankrisk THE AREAS OF AUTO-CHEST DE PORTO DESCRIPTION OF THE PROPERTY OF COLORS MADES POST OF PROF propping two a ď POLICE PETER USSUPPLIES N LIGHTON N 2,000 10, 1,250000, pt.12 pt. 5 pt. BLANDON, BLD B 02. 3. 25.72111. m 12.81 6202@80 62, 3, 15,031U, Pt. 12 Bt. 02728 (100 N. 1952011, DE 12 DE 8170-000 021 31 37 37313, NC L2 NC 03159891 Ħ Ħ DEL N. PSECOLO, DE DOBE GERMANI eticular especial NATIONAL PLANE RE 4,75/2005, RE 12 00 DE ALTONOMA, HE DO HE 27 1 75/2011, 15 12 12 RES N. PASCOLO, BE D. RE 31 71 31 1100750 1 23 ALCOHOLOGICAL TO DE DESIGNATION AND ADMINISTRATION ADMINISTRATION ADMINISTRATION ADMINISTRATION ADMINISTRATION ADMINISTRATION ADMINISTRATION ADMINISTRATION ADMINISTRATION ADMINISTRATION ADMINISTRATION ADMINISTRATION ADMINISTRATION ADMINISTRATION ADMINISTRATION ADMINISTRATION ADMINISTRATION ADMINIS ~ = CO. A. CANDOLL, BE 12 Ξ LEG LEVERORD, CATAMAN 0.000150 TABLE S Month? 068043 THE STATE (485°T) REAL PROPERTY. 200000 alguant in consider straight Tips de despesa Lingson da 114/18/21 43 3435232 · Frequencia 114989143 SANNIN - Frequence 14153L17 - Frequenca 20153172 - Frontistas objection - felicional SELECTION - CORRESPONDE 14353137 - Frequence MINIT - Department 2005002 - Evaluables MANAGE - Departure MINITAL FIRST settadori - Teleganas MUNICIPAL CONTRACTOR setsarboll - Johanes 915514 201500 300000

19ARGERBLUS E SUBSIDIOS CONTROLOS	MULTIPLO OF 1000 OE LAMBED
MAKING 2022/01/02 2022/12/3a	De are detresinification of 2002

VISUALIZAR BECISTIC S. CARCITÁN. H.

epolphy of oil;	Disposições te _s atis	spallat:	۵	Shidede beselferdera		vice de la vice de la	Propries	Activities and the second	Special design of the control of the	25,201,44,303
	Ξ	=	≣	Lime / Designable			ž E		To everally	14.
10,5115 - 60,614.11	LA, H. 134,2011. DE 12 DE 56TRHEO	SASSELLA A DATHAN	Manana	TODARDIA NE DICEMBIRE PEL	115,320,00	00.00	800			PERLUMENT FINAL MENTAL 1990 CE MENUS NE PROMESSAGE DO MENUS HE PROMESSAGE DO
105,172 - 6.cepoet.ed	schemen RELECTION OF 15 NE	POUSTO NE AMBIDIAN DARLINE NA FRENENIA, ROMOGRA EN TRANSMERTE: CALLARES	Magnus	134 du princió del Vicabbles	11 40.00	1 440.00	1.61.30			
(CORS Corpus as	20 51 34 5105/51/54	100011515 Oligani 9000	31040000	repagata na cumanas aci	11.130.00	8	24.45			HINESTER
Patrio - Propiesta	SELEMBED LECTLO AND DE 15 PC	AFEC IN TRAININGS (N. 2027)	SCHOOLS	29001Sta bi GVIII	117, 250,00	(0.0%.00)	25,351,79			
cerember - Chapter	SECTION OF 12 U.C. 15	COMPART MESSA SE STANDINGS AND AND AND AND AND AND AND AND AND AND	2012	11003D 01 GVII	11: Xo.on	8 6	N13, 10			
creath 21000	UCL 11.7 -552013, UCL 12 UC SATURBOL	_	K1801/6	1450000 01 GMT	0070X (T:	8"::1	2 1,30			MESTURENTE PRESENTATION DE METES NE PRESENTA DE CIECLIO - JÁNDA ORIGA DES
0000 - mywona	Su si 3u (102/6), 10 130	neuthn widesacs	V471491721	PEDDUZSIA DE GREE	10,250,00	2:0	8.8			PERIOR
100ptg - 110ptg 201	55TG#681 LKI 11,2 55-0 01 S. ITC 15 DTC	103100	981176	e-Sussing Sportled	00'08':1:	7 7.01,01	: III,31			
10501Gi - Crecmana	ECTRODIO LET IL 1502013, 05, 12 03,	ALM RELEASED, 12 CET. MING ALL MEDIS SPECIAL PRE	92013309	пыналия ис эпаксинан	00.000.00	35.238.00	28.88.9			
1090167 + 7194063001	SETTEMBER LET ILLY DASARIN, IEE IN DE SETTEMBER	ORRECTION NO STREET	93,1139	Provision of Adolfition	00.89.00	10,012	00,00			
1636162 Enquences	20 H 1969D, 07 P 05 873900	AGUSTAPINETS OUPAND LEGISLANDET TRANSPORT IL DELOGICA DE ORMETRICIES AN ARITO DE TANSMORTS	dwin.b	CELLINORER OR RESOURCE	10,89.00	1.24.00	1.30.30			
40,0000 - Freemann	serin, Pseppid, ne iž ne Ket ana ko		32115345	Photogo or sentiridin	11.63.30	0.00.03	W.00			PECLLUARINO MAS, NIFTEL TON NE MONTE NE FRENCES NA DO CHICANO NAMBA MA
10.00162 Frence succ	sci n. 25/2015, os 12 02. Scribiaro	PROSEN N PRESENT	ALCOHOL:	FEDDUSIS OF MEDUTINING	0.02.0	0900	131.33			
039102 - Eventuarii:	ALI M. 1972/010, 03:12:03: \$379@ed	PANETY NE Apple No Particles of Patients, Promodule of THESPORTES ESCHALLS	ALCO DE	MINITED AND RESIDENCE	70,30,30	0.00.0	2,453,41			PROJECTAS FEDERALES PRO ARRIGINADO DE OPIGES DE PRESENTE DO LOCUTION CARANTA ARRIGINADO CONTRA ARRIGINAD
MOVOTON - Tompon state	ACLE, 19520D. July 3.	TOTAL DESCRIPTION	4100 LAID	PRESENT OF PROMISED	911.821.8	8,8	26.43			realine
abyolog - Erepressas	LEFT H. P. SAZOLI, DE 17 DE PERSONA	unicity to unicity to wree .	8E300048	P05045.4.01 40%01	711.5/13/30	1 470,03	1,472,33			
Myotol - Deciman	LECT. 11, 25 (2) 12 (2) 22 (2) 22 (3) 24 (3) 25 (3)	22	812118	property activities	11.V3,34	15,240,01	0.286.00			
abbliky - Feyresias	SECTION 2017 10 17 30 SECTION 2017 10 30 SECTION 2017 10 30 SECTION 2017 10 SE	SOMEOTHERS IN TRACTOR	sty., P215	infailth of word	11.00,00	200,00	74,65			
9000 - 1:0,0000	53 of 25,5311, of 17 TC STDGB0	GACIANI MINTOLOGI	art. Eds	Hoyde it abstruct	11.521.0	1570,01	- III'II'			economic pres emission of order of restriction Coperty - Shiph Arith No
										ip.elandar

PANSTODECUS E SUSTEES CACINIOS CALINOS (MITERE DE 1900) EL LANGOS

9.3

MENTODO 2022/01/20 - 3/22/12/01 00 AND CONTROLLISTICO XE - 3/72	rigitation on comments and patients.

PARSTABLING & SUSTINOS COICENTOS POLICINADA TORONA SE LIMBÃO.

	۸.
3	ь.

opiliara és sustinal azolinhala.

relido 1920-bio 2020-bio.

realizad ad with	Puppyter lears	frylidik		Stridde beselfctatti	v andre,	o Salada	Jegene	Pare Sold	beau, agts right transfer.	Copression
	=	-	i	objective the control of the control	drivaeuda	Mismada ISI	E III	3 alta anqua 17-15 - E	aths, apartida to postulate	÷
CODS - Telesias	061 http://document.com/	SOMEOWEITH LICITION	V27 ISANCE	PRODUCED PERMITTER	11.552.30	17.77	100			
arriantes, - parava	SCORPEO LECTURE STOCK TO DE	MITTER TRANSPORTED AND STATE	SIĞIDIĞIS	PRODUCTOR DE AGAS METRO C	90,59,30	15,393,00	15 191, 10			
SSIS - Teg stand	36-240070 LEL PUTZ-2015 OF 12 OG SKINDINGER	CORPORT INCIDENCE TO SERVICE OUR HELDER WITH THE	SIGHIBIS	mouse repojecte ne maios semios s wount	711.544.30	H; H	119,11			
Phillips - Sequences	LECT INCREASED BY IN THE PROPERTY OF THE PROPE	MAKEL A LATIN	8193/0813	HODEL OF KOND SINTER E HODEL	71,1359,00	16,841	791, 113			PERIODO MA ADEIDUÇÃO DE ADOIS DE POLACE DE DO CASCOLO - CARANA MAIGA AS ADOIS DE
PADITO - Programma	LAT HAVE CLUB IN TO DR.	RECORDING DESTROYS	\$19000018	property or adult Service 3	10,544,40	2%	F. 55			
period - Majorana	SECURIOR DE LA DE LA DESERVACIONES DE LA DESERVACIONES.	APP 110 6 JRL 111 to JRG 0 1 S1005578	510405575	months of calent it makes	211, 214, 40	1,116,92	4.143.83			
PDDD - September	LET HAMPINGS, DC 12 DC	ACTOR DE STANDINGEN (OC)	3033808	Probability Charts 1, 75065	213,550.00	30 ÷30,01	12 (12) 23			
arcieria - Erajoria	SECTION STATES OF 12 DE SECTIONS OF 12 DE SECTIONS OF 12 DE SECTION OF 12	DAMMET PAÇÃO AOS ELEMENTOS OUS MESKE OS YOLD -	H9855235	2130051A 01 GAR05 E 7N065	713, 89.00	88.2	219,13			
PSEIFO - Supertrad	UST HISTORIA DE DIDE	Merchanic Company	Haases	redustrator Chord E (ADES	213,259,00	97.9	33.35			
photo: - Arganisas	SECTION CONTRACTOR OF THE PERSON CONTRACTOR OF	actio de podó levaldo. (0)?	869868	0.000 to 0.000 to 0.000 to	211,524.00	21,215,00	14,305,83			
GOIG Prepares	ACCOUNT OF COOK OF IS OR	DO HEST INCH ACT LENGTHS:	0.03.5500	Products or comos a Jourson	40,59,40	(4,8)	111.93			
DADIDL Temperatus	LECTUATS/2007 OR 13 06. (EISHBFO)	MALSANTING TO CORONIO INTERVIDIO DE CANTEDIO DE DA DALLAGIÓN DE CANTEDIO DE DI ARBITU LE TANDRUMED	MATRICAL	DESCRIPTION OF CHEST ELECTRON	V11,443.00	00800	3.II.5			
CALCULATION OF ANY	LET 10,755/2010 OE 15 OS JETEMBRO	KG610 A P410A	MIROI	TODICIA DE CARDE E SINCON	40.849.00	(6.8)	240, 60			REPLYMENT - CARRA AREA AS ANGLE AS TREATS AS TO THE ASSESSMENT AS TO THE
badibi - regunataa	LECTO, SAGOTA, OL TO OR SERVICED	POLZIO N. AMIO AS PRILINA AN PROSELIA, PRIMOGIA IN PAREMENTE ESOLURES	51311-5493	region of cards transaction	47.844.0	1.320,05	2 2			PECA JABO TO SAFA ACREPATIONS OF TENERS OF THE MEMORY IN THE TOP TOP TO THE TOTAL ACRES OF THE TOTAL ACRES O
656162 - Perguerras	161 p. 155 (201), 06 13 (6) continues	WHAT IS OUR MEDICAL	31113411	PROTESTI NE CAMAS E SUMEN	00,020,00	D, 3	٦٦. ٢١			
Section - Papers	SCHOOL BE IN SECTION	ACT, NO CAST, NO TO MILLOUR SE	51335537	Priorida et Essanta II. Anodali	11.5:1,11	111,111	3311, 193			
Diblo: Ferturalist	10: 10,1%(201), us 13:06.	Johns 3: 19/46/19/9/16 20/7	513475537	PADRICIA DE ESPERÇA E	11.871.10	0.0%,00	38,737.BI			
770 - 300 e141	36 H 20 04 H 20 04 H 20 C	Outputtingly Australians use recks, 3, 400 -	(COORING)	DEMONSTRUCT SPERMENT	10.531,00	21.7,12	0.00			
030102 - feequalities	Ja., 10,155/2013, 06, 13, 05 sembled	College introduction of the control	VIII IN I	MONTELL DE CARTIFICE D'ANNAILS	11.55.0	Land	. 34.E			
certachan - 701000	semples	опирать подпать в	.[1377].	Production of Charleston of Bryondon.	41.81.0	523.33	631, 163			REPLYMENT WAS ARRESTED IN ACCOUNTY OF THE SECULAR WHICH DIS PRESENTED IN THE SECULAR WHICH DIS PRESENTS THE SECULAR WHICH DIS PRESENTS THE SECULAR WHICH DIS PRESENTS THE SECULAR WHICH DISPRESENTS THE SECULAR WHICH DISPRESENTS THE SECULAR WHICH DISPRESENTS THE SECULAR WHICH DISPRESENTS THE SECULAR WHICH DISPRESENTS THE SECURITY OF THE SECULAR WHICH DISPRESENTS THE SECURITY OF THE
		:								

Ë

MASS LINGUIS & SIRST NEST NEST CONTENT IO HINTO REPORT BY DAYS BY DAYS TO medical backfolds of adviced in will be an extraction of the second

POULTER AND COLLEGE OF THE ADDRESS OF THE POULTER OF THE ADDRESS OF THE PROPERTY OF THE PROPERTY OF THE PROPERTY OF THE ADDRESS OF THE ADDRES REPLEMENTS FROM REPORTED FOR DE PLANDARD PAR STREET, NO. 15 Culturativity 2555, ARIBOTCHO 95 POURANCTE DUE TO LEECTHON PERMUNENTE PINA ESPIRA IQUI DE приципри эле дляниру PICCUE LAS Epoquezato Mai Atempoloja APPLICATES TO PRINCES IAS TO CONCELLE - CANADA ANDIA DES CONTINUE CONTACT BY NOT THE SHOUTH - CHAIN AND HIS CHROTIES - CANDA ANDA DES CECCUPO CANNA ANTA DEC CHECKLYS - LÄNNA MIILA AK DWI AZINA ABANA - OHLICOCO UNIDER STERNISHED UN WHITE RS STELLTS IN TO ANTHE IS SEELES IN THE WHO A PROPERTY BY recess to molecular to ALCOHOL: SECTION Ubran explan Ξ REPESIES PERMITSONS PERMISSERS THE CHARLES de objetore John Protected. in pointer · Lennal. Ξ author condus reter para 37,000 DESPERT 7 00 800 8 5 8,3 Ş 2000 53.55 2.5 ii C 30.00 9 19 1 2 00km 8.37. 3 77.7.8 2.01LD 4,540,70 0.194.1 1,470.00 39: Ceapeada ij J 07.00 8 27,74 Š 07.007.0 41.164 CD Ø 2 (1) 12 8.5 100.001 Ŷ 9.88 70,00% 8,83 8 35/36/18 43,253.1 8,000 # eduction. Designation á Z 3 71, 20 00 211, 411, 30 00.000.00 11 COM M 11 ME.G B 900 H P. S. S. C. C. 115 526.00 00.220.00 20.200 211 94.00 10,220,00 21. X4.0 1.1 520,00 21 / SD RC 31 520 BS 0.00.00 CALINGHALAS 11.98 38.77 September 1 IRLANDO D P18005 6 PALMEDS II CONTRACT PARTY SO MISSION IN DOMESTICAL DESCRIPTIONS OF が発して RIMBC PROJECT OF YORK, PURIOR Parguette per sonde verde et Pregucara de fortacidada e Erocucana de Perkaminhio PETELUSIA DU USPORMANIO PERUSIA DE BAMPARA E PRÉCESSIONE BIOSPAÇA E EPILANIS Book / Des.grade Prequesta de Panlachada Despuisare on Processories Frequencian Pincamula Presente de Parka Lada Percurse or Encasorate PREDECTA DE VERTA. PROJECTA DC WATH. 39000013 PE WPIN, PRODUCIA DS YGAIN, AUDE PREMISSING NORTH. Entertail Newstrans PEUL AIS Missera Oliveita IFULLIA Slaverra Shrenge SHARIFA MINIE Oliveita Physical ğ A.882 2012 8 ă 289.901 Spearments 2011112733 SHAMES. 2287.00 2000 108.062 250,000 STOLLER 106,660 2111111 ICE LUEVA DEPT OF 10610833 Sloainss 10000 1930WS Ξ A 01, H. U., AR, 70 M MAN LON AL DOME, IT ST M = 20 L MC = 11 FO ALBIN PAS MESAS PE VPID -LECSLE PAS 22 COPPIDE SPERMALISTICAL with 136 Electrical do MESO 04 35, 15 00 01 to 351. PESSES DE PÉTIT DE POILLISE Nº PRESIDENCE PRODUCTOR BUCCEU OL ARMO ÁS EMBLISA PRINCIPING ARRESTS RANGES סכ במרפעלקט מכ החשורות נוינ IMPES DE PRIMETTRIBEIA 2022 COMPATIBILITY AND ELEMENTARY COMPART: W(V) 705 EASHBITCS Who is regionality ago В ON DESCRIPTION OF THE PROPERTY AS DA PREMETALS. STOROGOLO UN h way, Jacko nes realises no MARKETO M. TROSPORTE RECUSEMBINE RESIDENT DESCRIPTION FROM THE DELIMITAÇÃO DOS CULTOROS TOTAL TITLE AND STORY Payonetts arounding PHASPFFTS CSUICHES TO SOUTH S EX (0.2 ME) Fritz, Gade DAS HESAS DE VOTO : UDIO: AMISMO AZ 5 BUNDER MEAN PASSELID A PATHMA MSCRIO A DATHA PASSE OF REPLIE THE PER Median = :: 설 뉨 ٤ 11 (1) DESTRUCTION OF A DE ALC: N. TSPREED, TE COLUM SECRETARY UPLIED TO TO THE STREET 2012/19/12/2017 18:12:16 AN USE OF THE PERSON TELL PROPERTY OF PER 16 12 06 ALTERNAÇÃO DE 12 DE 20 11.15.0003. DE 12 DE ALL DESCRIPTIONS OF USING 1E: H. 18520D; OE 13 OE bracel styles by an 10.30 님 는 당 ALL NAMED, PE DE L'ANGELL BE 2011 1.7 18/25015 1 3 ETEMBRO Ξ RE. B. 15/2/10. SEC. 4 15/2015 100 N T 18/2002 FI F 375,000 F SETEMBERO 0.0000035 2000 MENTAL CHEMICAL SECTIONS SETENASO SETEMBER CTABLE Direction 1.ETEMBED NOT THE 75-10000 TENDAM: MDWDDA - Assertações or mantepina of souther PICISON of EUCOSIO takab di olit \$60000 - 1 magnets 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 MMLR - Segments MESSIN Sympather AND WIND THE PROPERTY. 6419/04/07 - (PSD494) MANAGE A LINGUISING Jebb. 37 - Truesias PATATATA - Treguentes Fi Pq Mai 43 Mah.N. - Unquistus Chapman MINI I? - Segment Magnesses - Frequencial Progression MEDIN - Velucina MEDIC - ROBERTA MINI-112 CHERTS 34353232 SHOW III. 00000 4858.117

١	Ļ		
	'n	ĺ	

Pracespiectus ir substintos consocions Bis LCTNO CA 2000, DE Librado

-	
10	
ż	
-	
-	
-	
-	
-	
;	
100	
100	
100	
100	
1000	
1000	
1000	
1.254	
1.254	
111.71	
111.71	
100.141	
100.141	
100.141	
100.141	
100.140	
100.141	
1117.1416	
1117.1416	
1117.1416	

relieu SOSSOS SISCOSI la via carbatsterico Regione

Dhammarden	<u>5.</u>																								
Medical de transford	Ma #37:1.1.100																								
Degrees Adolinelis	11-141-16																								
Despecto	=	147.159,IN	31.60,37	00,000,00	0.505.0	0.305,0	14,305.83	0.100.0	1.043.33	00.300.50	1.305,83	0.383.0		- A	16.30E,03	35.86,11	0.555.03	153,83	30.00		2	0.00	S.18.33	9	
rookey	15	\$9°50'01	26.4 6 JU	2 2 2	30.540.00	6,010,01	15,000,00	11.150.00	1,250,00	00.000.00	1,000,00	7.000.0		7 P.O.	5, 101,00	E-800	1,590.00	130,021	30.00		3		W. Salar	0 77 0	, ,
ordered of		30.000.00	An 210.00	00 00 VX	80000	00 00000	8. %%	00000000	181.31.00	80.000	151 151,00	86,131,08		441.51.00	6 17.18	361,111,00	8.50 %	87,33,48	9 37 98		3		P. L. S. J. Ob.	3	
manaland splitter	Hone if textimately	mediavs impaculops in	COMMINSE HTTERSHICESN: 00 ANY	Objections beforeautities to	DATE CENTERN NETO BONE	UNIVERSITY OF THE BOARD BOARD	HAZO HIGHALID DADAS	PARED ASELECTOR NO SONG RE-	Corporational de Exocus F. In	ASSOCIAÇÃO DE SUMBOS DE BISLA	Cody It Cody Sconsoles	ACTION STORY CONTROLS ACTION OF THE CONTROLS ENGINEER OF STORY CONTROLS ENG	EEN' 30	ASTRONOM TRANSPORTS EMPETING WESTFALLE: IA 10/10.	ASSOCIAÇÃO MARATRALA Entreta acumentacias do abras	ASSOCIAÇÃO SIGNIFICAÇÃO DE PROPERTO DE PRO	Taburta Inmije Shasa Sea	departs forms andrease	Control Power Library	IDAN X JAHOO		TALL TO LINES	SATA OUA SA MISURIORANA NA APANA DE CARROLLI	100000000000000000000000000000000000000	WAN IL LANCO
	Н	50500	80 E 898	00000000	**************************************	×10000	500-04015.1	A 104000	20055900	813818	8118 818	827.9		6 ST 18	88708	80008	01/3/10/8	0108010	101-103-103		9	F	901 (030 M	1000	Park I
Applibute.	171	CONSTRUCTOR OF MARKET AND THE STATE OF THE S	CONTRACTOR OF THE CONTRACTOR O	WOOLER TE APO A 1600(A)	M. P., K.P., 441.7 or 10 Mich. 1.24 (2) 1930(1), 10 SET.	ALID: 1.21 ACT 25 TO MEDIO 1.35 TO 150 DOC. 12 SCT.	42.00, 10.10, 461 11.00 Auton	at Politically, Although all Albod	32 0 . 1 *1. 6ff *5 00 A650	A. 16. 16.71. ACC 35 NO AUDOL	A DO 1.01 (A2010) 12 CET.	LOG DELL'ARREST DE SOL M. P., P.T.C. METALS DO MIDIO I DA DEL 183015, 18 SET.		12, 0 - 0 - 1 (A) 11 (M A) 20 1 (A) 15 (1 5 5 50) 5 (1 5 57)	44.0 - PCT - Add, 75 (0.369) 1.06.081 10 (2011), 10.5 (31)	AL DOLDSTO, MATASS DO MITO O TIDA DEL 1922015, 12 Set.	W. B. J. M. J. J. ART. S. Pri AHOU	AL DO, PUTT, MIT TO DO MISTO	1 to 121 13/2015, 12 Set.	TOWNERS AND AND THE	TRANSPORTE MEDICANE PARA DI TANI ATTIVO 2001/200	TOTOCACO DE DECOCAÇÃO DE TRANSTA DE MAIOR DE TRANSTAGA EXCOLUENS NOGA O CONTRA DE CONT	replanation controls required by great introduced from members for Association of the Control of	dominate or operate demands and appropriate pro-	Toy and or good according to terremonent the Association of Associate to Execute to
Tidesigns interd	т.	TELEN TSZELL, PE 12 PE SERENG	LELLA TS/2CJJ. GE 12 LE SEYEMAN	LET 14 - 15/2012, Dr. 12 Let 4070-0465	STATEMENT OF 12 PG.	LELL TAYAZELLI, EL LE DE.	LEL N. TY, ZELL, FR. 12 PS.	20 21 21 (1122/11, 12.12.00)	101 F "15/281J, 11 12 HC	STORES Principles of the Principle	Spreads to November 12 to 12 to	91 (1 91 ,113C,VF # 1]] 91 (1 91 ,113C,VF # 1]] 91 (1 91 ,113C,VF # 1]	S	TOTAL TRANSPORT OF TREE	LELLE PESSON, DUIZ LE ALTERNAS	TELL PLUSTELL, PA. 12 PC. SETEMBRO	80 CF 80 (1907) FF 1181	STIEMEN STEAT OF IT IS NO.	SELECTION - 12 12 12 12 12 12 12 12 12 12 12 12 12	STIPLE SCORE IS IN SEC.		STEPPING IS IS IS	11.1 + 13,720.1, te 12 te SETEMPOS		
Tips de despesa		H453714 - 4200314744 35 404 0.0.03	MADELLA Consoliações de Acesta dos	Hebblide - Restricted or menociated	100 to 1 year 1010/10 play 19 45	14170: - CHOPTER ONES DESCRIBE	TAND - AST TIMES OF EAST THE PARTY OF THE PA	1971, - JOHN DISCOUNTED	241'3 HST:T3F3dES SEP 1.515	0,000 - 100 PH (305 304 F.45	LATRICITATION DE L'ASTRETANT DE L'AS	Lactorines Table - with tables stylens Langertess		MARKET SISTEMAÇES SENTINS LAMORES	MATTER STATE OF THE TOTAL TOTA	Manus - April 1555 style 1955 Later - April 1555 style 1955	TOTAL STREET,		LOCALITICS	LIGHT AND THE STATE OF THE STAT		MARIA - AMSTITUTOUS SED FOIS	MATHLE CHRISTINGES SIN 1918 LIZINGES		adara odar fullocis kivirosis Lizibertež,

986. 13

TRAISTERENCES CORNERS CORRESPONS OCCUPATION OF FOMOR PER LINES FOR 1000000 30 00110171814100 0th 00 20-10/:00:00lass

Name of Co. ÷ Description de 11348 ft. ALTHUR SOUTH F. 182 Children on Edb6211-146 e to pegus Called 131-141-17 February. 25.7.45 20.33 3,455.33 0.000 1.33.34 7.8872 1,592,38 45.000 Z.00.E 15,000,11 12,513,11 9.58 33,213,33 1.51,13 12,12 10,000 17 8 30 10000 60001 -2 0.113.00 1231.8 W.585.W 1,582,98 58.0 11,33 8,455.00 1997年708 1,000.93 34.000.0 7J 47M,41 ED, MOS. I LD,000 (1 19,000,01 6,337.5 1 5M,40 7.00.00 2.35.1 889 Septiment 1512562 Ξ 38,70,38 876.38 AL 21.5 876.38 294, 174, 10 20,300,30 877.78 877.70 84.00.8 544.714.30 Sec. 38, 30 24,234,30 28,000.00 Pet. 14.33 Page 131.33 Pet. 14.33 20,100,11 SACTION. Per 11,00 Onytherable 5800830 Z PMI 0.56 ACESCI HOW PRODUCED INSIDE \$200 KNO \$20061394 \$200 Cliffe de Capazines de Prova SMIN DAY MINISTREADY (AND IN DRINKS) Cardiana Relborates (C.) Sertion Sparing the Health dy Foton Denote Josial Pathyana P. Pelia Serias Anna S. Gear ó Can resa delharabentas St. Cartina Communica Refinanciamentos por Communication Method specified St. Spari Clabs Retra de Force SOUL TIME HOUS OF TORES Cardo Secol Patigolas 5. Pedro Serpeonia o S. Gero does / Destouded WALKE DESMITTED IN WHA GLIED NUMBER OF SERVICE GRIFF DESTRETIVE MORFULL Commission Methodogram Seithau Camingo Methorapemas MISSION WAS IN CARRIED YOU S | 60 | S Calless Lass OZONATA 00 101 201111 500 117020 531441654 STOLETON 100000000 SHARIN 21015 53154(33) SHIFTE 56207103 SEPTEMBER 531429334 1014/3431 1661171735 No. 100000134 100000 1211-0-121 1010010 늗 Program de general tação do territorio des 9121 Julia JR Mitegão e bouga Pari Lo es Maria de la secreta por Migor au pp. 10.50, port, his included by participal and possible 17 SEE to: include to day but at ladas. Jo tomecane its dea Windlades de Intractional day All or deden de four-cities of Artist School Se of cobstitutes and character MANDEADING SET STREET, BE de identifiat dat midwiodikul ALCOHOLD, ART. 10 BO WIDOS BLOLD D. T. J. ART. P.D. N. PRICO. Promises de ornoralitação do Program de general inspiration Program de general inspira for Chibagla e Atoria a Fatrilia va MADE A 11 TO 18 BUILDING WELL Architecture Annual Scientist 19 Antiquedo e Vioto A Farillia as transportation & Carille 11 bridges a Assist a Familia na Program de general cação de PARTONIA DE CETANTRICIO DE of object hands to design to OF CHORD PRODUCED OF WORDS ment continue candidad STATES OF STATES OF SPECIAL DOMESTIC M. RELIEFS & COUNTY methodol 35 Osciologia 35 majetojenis, 40 ijasina 35 DAMEST SYMBOL OF SEC. 29 JPL Sychology 17 SEE, 30 LEI 1972/13, 12 SET. 701100 AWARTE DE LIST LIKE Ξ Mit-iS-20uble 日子成の古 Macachin p d Market of sealing 5dxx,50 p Sdex Sapr Disjoy(025 Jayer) ä 641 (1.55 (2.11), 05 (5.05) of sections 20 (1.20) 112 (2.7) 127 20 41 20 721/2021 07 15 02 20 YEAR OLD A TOTAL OF THE 20 H, 18/200, 02 P 03 20 01 20 31 01 02 02 10 107 24 H. COND. 04 I2 05 (17)(480) 20 17 10 10 10 20 10 10 10 10 41 20 (10:05), 11 130 LEL 11 1 NO 21 L. PE 12 DE 20 11 / 20 20 11 / 10 10 10 20 11 00 70 20 20 11 35 SOLD PROBES OF COR ALL R. 15/2010; 05: 12:05. 2011/2011/1001/1001 20 H. WARDE, 92 P. 92 STR SYCHE BY DESCRIPTION 50 41 50 Cheberral 18 03 81 NO 2002/01/190 0.44480 0,000,000 20055 S. Linden 10000 STREETS 200715 K-13000 1100000 04040 CENTRAL 13666 110960 27.000 CORP. 049793 MODDER IN 2017/1989 WELLOW proport in stimulous sue clus ALONO - HETTENDÓRS SEM FILES histituides son the SHIT HIS COQUETTOD - 100000 AMONOL - HETTITHOOG SEA THE sam e populações con mis 00001 - HALLIUIÇĞES S**EN** TILG HISTORIAGE N.R. CIRC Institutions see the A IISTITUTOR SEE TILE ann 43 Shinings sea ma ант нье официпан -0.000 - institutions see this 00001 - PatHU(0c serins 3000 - HS11101008 884 718 cestor - Institutodes see this SILT HE CONTINUES SER THE Institutions See The 10:01 - IPATIUIQES SEE Arrest depth of 0.9101 - 11 MCMST1995 MORNTINE. WORNTY ON URTATIVE: MATERITY CO. UNTRATIVAE MCHATT/05 **MCBATTAB** DOCATIVO: MCBM1705 DICHARTIYOS DOCHATING. JACKATINGS UNITED TAKE **MONTHWS** MONTHWE DEPARTME DURWING. JURATIWE 999 0.000 ē.28.

۰	-
	þ
	a.

Profession NOVALED CONTROL STATE OF STA

TRACESSENTAS E SUBSTICIOS CONCEDIDOS MAINTENIO DO PRANS DE UARBODA.

,		
7	۲	
	•	
ı	e	
ı	ı	ľ
	7	ï
i		
i	ī	
i	ū	
۰		
ı	۱	
1	k	
i	Z	
i		
ï		
١		
ì		i
ú	n	
į		
i	ī	
i	ñ	
ï		
		å
ė		
i		ī

-																					
THE PERSON	161																				
Nemi ação de Cuanto C ados, nomo rela	TO TOTAL CO.																				
Objection and a reference of the popular of the pop	*21-13-13:																				
Secposary	<u>-</u>	1,506.3	E HS N	36 000 :	0.63.00	7,100,00	9:80:0	3.050.00	14.553,45	103.33	11.0	M 141 M	7 133,33	1,201,10	EII (IICL)	J. 1.11, P.	0.00	Pal la Ch	20.00	4 161.11	-
Regelati	15	40,000	B 19 die	1,006.00	01.501.10	04,001.4	8.85	00.000.:	IB:33:BI	\$0.°°	201162	E	100,001	0.000,00	100003	1,439,43	10.00	10,024	17.71	H.,14F.4	
Felless Permenden	In In	PH 1H, DC	84 1H M	90 rl; rs)	PM 134 DE	PM 134, RC	64.74 00 0 17.74 00	PR 23 10	8	e 1719	% % 8	8 12 1%	8 57 W	474, 254, 40	84,000,00	16-16-20-20	2	2011 101100	Delete act	Pol. 174, 30	
Estable brotication	bran - Permandir 	Control Social Paring our Silvedock Control of Control Control of	Contac Social Portgoins 5. Pedeo Seprenting 5. Ferri	Concert Decad Parencial S. Ledio Secretar e S. Gera Calvo: Inco	Fourier Social Partitions 5 Police Systematics C. Bera Laboration	CENTRO SOCIAL DE CAPITE	CRITISH SITELYAL DK. EMKITE	CEMPR SOCIAL PE CAPIT	Cormo social de GAPRE	Curley StCLA. In CAPR	cume social in deric	cumal patricing parties	RANCIO PURCUERO HIGHA DA	AS CUITABLE DESIGNATION	ATT. OUTUBLE E DESMETIVO	AS: 80 NOTES OF STREET OF	Whole at all the at the state of	THE LIMITED CONTROLL IN DIVINING	On trades, bookies of 810 of 0889 of 0889 of 0889 of 44	Parkar do Latinoso bar Pickleya Posto (2002) Observed vidence Sector du Poresa de Latinoso	
	311	500 511433	20071500	100 (100)	00011000	9532:1105	05221107	05321103	009717100	30303030	000000	90,0,000	28211828	80000	945771345	SMERCE		ALCONOL!	500000	3511CC	
f_1+dOute	F.	HOTERN IN TREPLIENCH DE PRESENCION DE PRESENTANT DE ATTENUACIO DE GONO A SANTAN DE CONTAÇÃO DE PRESENCIA.	Priceous na Caracata (40 pó Presidente na Athribodo pr Anto A Familia de Eudos(40 PEFESTRAS	r compacticipação des eccuences	Performación de Comparticións/o La republicada compartición	04 (b) 1571 (05775) 10 (450 0) 1 (b) 17 (c) 1750 (c) 1750 (c) 1750 (c)	Profession of reservable re- coveryunias no Amironic revession to conductor	PRODUCIO DE RELEGIÃO DE CONSESSITIA DO MBITO DE TRANSMITE ESTRABES	Program in control rapid in legislation by Arriboths of activities of Activity (2011) on Decision of the Control of	contract of prescripting to the former period of the former period of the former of the forether of the former of the former of the former of the former of	Program de general coção do locarecemento das Accodades de decenção e Aporo a Fazo de de- ceso de la compansión de constante de la fazo de la constante de la compansión de constante ansión de de la compansión de de	controller of government of the de- principle of government of the controller of contr	Aum Hill Weilt by Midd	2, 01, 14, 11, 265, 15, 00, 50, 00, 00, 00, 00, 00, 00, 00, 0	ALOL: A. T. ART TO MIXED	1 (M. 461 (1) (2011), 13 (1011), AC ULL H. H. ART. (10) AD ARDOX	Los & 197015, 15 St.	1 00 AT 35 PM 1, 15 PM 1000 1 00 AT 35 PM 1, 15 PM	Program de general ração do locarecimento dos Atrondules de	Antiagos e godo e fontido no diversión pro- tecimo de general regio de forme mento dos altradodes de Antiagós e fonto e fontido se	Schmiddle p
graphs; sachispachg	E	SECOND TO BE OF BE SECONDS	SECTION OF THE POST	30 1 30 1 30 10 30 30 30 30 30 30 30 30 30 30 30 30 30	11 1 1 1/1/20 1, 36 17 39 31 1/200	101 F 14/2017, 01 12 th.	LLJ II *15/25.1. 16 12 76 JETERBOO	LELE TRANSLA DE 12 DE SETENBRE	LET #15/20 1, 16 IS IR. SECRETO	negrans and the control of the	1815 1752013, 16-12-26 Spraign	161 6/73/2015 16 13 76 55 18 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19	DEL PLANSON DE 12 06	SELECTION AND SELECTION	SUTURNO LEI M. 1822013 DE 12 DE		STORY OF THE PARTY	LET PLANSFORM DR. 12 PB	SELL NEWS COLLEGE DE DES	Section of the Property	
Tipo de desas		Matha - institutions sur ruis Liciations	para - intringto de rec populas	Idalii - uvattodala aviitas Laterna	MATHER DISTITUTORS SERVICES CONTROLS	MATTER STATEMENT OF THE LICENTIES	MATTER STATES OF THE LEGITIES OF THE STATES	MANUEL SATURAÇÃO SE DAS LICINOSES	MATTER AND AND AND THE LANDSCORE SERVICES	MATUL - ENTERINGES SENTING	DACHTEL JIESTERLÄGES ŠER FIRS DACHTIVOS	CHENCINES SERVINS	SHELLET - LIST TOPES SERVINE	LICENTINA CACTEL - INSTITUTERS SER PILS	(LEFATIVE CALLIFORM FIRE	LUMATING GOOD - INSTITUTORS SEP FINS	UCFANING	EREIEL - 1631/11/10/65 SEM PIES LUFRATIVIS	GOOD INSTITUTORS SER CINS LACENTING	GOOD - ISTITUIÇÊS SEEFINS DODATIVE	

Thranespection & Statistics Concedible Maticipio on Applying Righest

PERCHADI ZERZZENSY ZEVZZENEL DE AND EUGTACHISTORIO DE 2022

PERMITTA RECEIVE ST DECICE P								 		
ecedena aprode:	bispergee regals	Shall beek		enticice lenetration		Invocata	Despesals	Supposes and a suppose of the suppos	Ogovija, ko nig Lismati, U	Loservaçãos
	Ξ	Į.	Ħ	Hope i Equipmed b	P.Callecturity.	TSI ISI	E E		on Collina III	N
OCCIT INSTRUMENTAL STRIMES	041 nc7523012 06 12 06 2616a860	Program on good Historia do de Jordon Lanco dos Arrandodes de Aprincia e Aporto a Familia se	97 II S	En findings Assemble Para in Received suggery for rid all Bors, do Enfants	64 73.00	80.421.08	80.00			
SMEAT - HETTIVE(PECTER 7357	up n.**0.2015, up 12 op 2016/960	framework Code (s) framework Code (s) framework of Code (s) framework of Steadings (s)	2011 NB	Earlichip Associação Pala o linguamento describidados de la constituição de la constituiç	80.151.150	07.50.40	0.30.30			
5012 MB (a)01004801 × 19019	92013, PE 13 DE	Acidy thanks of control Acidy, 10, 10, 11, Acidy, Acidy acidy	435,23540	Power, the Landmond. COS. (OCTA) II. OVERTOWN.	80.77.08	11,590,3	27,550,55			
AUNATIWE OWNER THETHERING STAFFING	2000, of 12 or	ALOU, 10.11, APR. 75, 30 NISO	800000	CAPA-CIUSE DE ANDINOR E	SELECTION	1.440.00	00.001.0			
JOGST 105 TTO (062 SEH 145)	30 El 30 'Club'	A, 01, 11.11, ATT. 12 70 AIDd	935451590	ROTTOCOL DE AFRICAIS CARA-CIDISE DE ADUNCAS E	964,034,00	11,000,00	11,409,40			
ARAZONOS OLOZOL - LUSTISTICIÓNS SEN FILET	84.59#40 uni 8.455.000, uniti un	LW JC (W/01), U ST. A. 01, U. 11, Art. 10, NI AGG	03500306	PRITOGRADE ANTHRIC YESPI CIABLE ON YOMA DE	007 / 140	N.000.34	0,000.30			
CONTRACTOR OF THE CONTRACTOR O	CATAMENO (21 pt 10 SQUID, 05 to 06 CATAMENO	LONGE SOPPLE IS SET ACOL, ILC., ATC. LEDGE SEDIO LONGE SOCIETA IN SET.	1134111.0	Deleteral ACRECI (CRUC) DO PARCEO COUNTRICO DO PARCEO	86.000,000	4.100,00	> 103.30			
Acceptance and annual contraction of the contractio	20 C (20 C) C (20 C)		7453 e 1989	Vertila V notheria achievana	8	5	3 44			
process - treations and that	SCHOOL OF LANCES	A SECTION OF SECTION OF MIDSE	20200000	Pacability outpaid awayin	2011	2.2	2			
00001 - IISTIDIOS 388 7ks prevince	331 #175/09154 05 15 NE Certified	No Million, Michael Same	VII-JUNIUM I	Francisco Assessa Accessors Aspertment	891,531,90	1:30.90	1.02,1			
manufacturing search and and an annual control of the control of t	Let Hur (ASSet), per litine personne	out on the North Discount of the North System, to suff	21305313	Tritation Andrein - According Acquires	00,100,100	1.150,01	1.10%, 10		-	
0413 RS SQUINTESH - 166040	DE PLUS GROUP, DE LY DE	out of the first office of the	CSSPT-BIS	SELECTION TOTAL SAME	Bog 254,00	7,725,03	". BUE, BU			
JOSAFFASS SPENI - HETTTUGGE TEN FILIS	scraded scribbooth, as the	1 64 LCD 155,2013, 52 SEP 14, 51, 51, 51, 104 1513 X 16124	10294 ARS	ETT: 1002301 S007-1-M2	454, 54,30	2,88.2	0.000.0			
DECUMPAGE OF THE DECIMAL OF THE SEA TH	SCENERO LEFA, CSCOTTI, DE LE IE	The Mill Special of the Mills o	116344814	DERBOY Netrousal or formal	394, 154, 30	11,111,1	B. BOIL, BO			
201300 - Heddidigs 881 THS	all All all Princess and all all all all all all all all all al	SECTION SECTION OF SECTION OF SECTION OF SECTION OF SECTION OF SECTION OF SECTION OF SECTION OF SECTION OF SECTION OF SECTION OF SECTION OF SECTION OF SECTION OF SECTION OF SECTION OF SECTION OF SECTION OF SECTION OF SEC	5115656115	stocks Edicination is made	154.214,33	1,113,32	0.00.00			
presentations are miss unitable seeming	APPENDED AT 12 NE	Mary Mary Williams	0.000000	Version of the Control of Control	394, 104, 10	23.33	231,10			
am sa afourtant - urnu	ar St. 2002(10), pr. 12 pr.	MEC	15.051.1344	TSPOJO EJELOJE Na Palifice Laurian Magographic Rando Per Magintar Party	194, 114, 33	10,000,00	15, 80, 10			
MCDMTPAS 2020 - URSTONIOUS See Find	\$212%) 12, 4 197211, 15 17 15	THE SECONDARY, IS THE PROPERTY OF LICES SAME OUT	Sabils (2.13	Balbachas & Fakas & Lathoso ; California de Protoçõe do Hoso ;	104 114,53	10,010,01	7, 538, 83			
MICHEL 2017	Appropriate to the term of the	MA STREET, IN STREET,	101111115	Magnetago Begrand, da Morse Americagos figuriade	B4.134.13	10.000.8	5, 100, 61			
podnetivas Maturia discipliodes seritoris	31 5: 31 (14/5/47) E. 2 II.	THE STUDY OF A WILLIAM STUDY	179363175	Papartecha Digertedo	194 3 14, 13	11 400,31	12,000,01	N. V.S. III		
2011 - EGRANÇIG 201735	LEGIL PASSILL TO 2011	AND SOUGH IN ARTHURANT	MILLERIN	Museus-da Erginlinor	Berner	1.335.31	E25.00			
DODE - DESTROYERS SAILER	11 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Mary 1 1 1, 1 1, 200 11 DO SHEED	RJITITS	Especiated Frincis Testifus do	Did 114, 10	1 400,31				
12 Mari 14 14 14 14 14 14 14 14 14 14 14 14 14	TOTAL SENSOR DE LE COMPANION DE LA COMPANION D	1 Pr. 11. 12.04 II. IO MEZD	SHEMIN	Maaruga Sacara i Sencera	B4.04.B	20,049,74	78, 010, 64			
SECTION SECTIO	SCHOOLS IN THE STATE OF THE		113111111	Statement - Passesson de	D4 114, B0	0,111	.ht, t4			
1,0 (pr) 100 14111 - Marringles 524 (218	STORING TO A STORY OF THE STORY		5,162,02624	Fortuna Port of American de	Becouch.	10.000.8	5, 416, 44			
200001 - Papussa segucionis	ALCOHOLOGICA DE COMPANS	PROGRAMM ATHER .	G1.63110.	Surve Alexandrian & Costs	602 570, 64	Ē.	= -			MÉRICANITRO DES PÉDIDAS DE CARTO SECTUL - PRIMA SOLIDADE A
MANUTOTIC - FINANSAN ACTORION	SETTING TO SET OF SET	1905/948 1955 -	21,23102,	rimenos Naria Alebadrino do Costo Francia	447 331,113	1 (11) (0	39,46			EGALMEN"C (NR NEODOC 16 JOHN SOCIAL - POWER SULLEMEN

marchaelicus e destutos cordiotos marticipio de riode de Mendo

396, 13

Perfore State All Party 2010 DO NO COMPANION DE STATE

ASI ANISLA	ASSISTANCE PUBLICATION OF DIRECTORS OF									ŀ	
	- FE C4 C4 C4 C4 C4 C4 C4 C4 C4 C4 C4 C4 C4	Cinyal Eddy, Eagerd	Sina Hdade		6.atd/oc/let/CH		Despesos	s market		20 cc	Searrages
		Ξ	-	i	Illian / Doutenação	Norman II		ii.	31-171-1.	3 3 7 1 2 2 P	151
HARMARI	Tregrams contactous	181 P. 7552017 RE R DE	3,000/8 VIVE 1	10083131	Byta Algundhar da for a	N12 Wol.db	P) 121	41.13		125	PUBLICATION OF REMOVE OF
MMM20	Programmed ecological second	SELECTION OF DISC.	Annaya visto	B-716.B	Ib its Applie de Cantin Silva	W.5.300.00	0.31	13.0		2 2 2	8 1
HERETE .	· Frequencia composition	101 P. 1522015 DE 12 DE	#00000 x hogy i	X:	Reits Alelia de Castro Galtsa.	415.300.00	24,5	703,10		2.5	PERMITTANDO DES PROTOCOS DE PROSES SOCIONERA
DESTRI	Displanta surprised	JELENSON LEI F. 75/2013 FF 12 FF 55% MED P	A ODAMA MINES I	M-111-M	Rema Apolta de Dacim Silva.	W2.300.00	1.38.0	1,390.0			FEGULARIO NO HEOLOGY OF
HRITTI -	Statisti - Projekta kenye mana	10, 10, 10, 10, 10, 10, 10, 10, 10, 10,	WILLIAMS TITZE :	7800 (0.0)	MSA UCITA PLEIOTO	00 000 3 m	E (1)	Er 'd			CONTRACTO DEC HEDIDAS DE
NGGG	Crespanda cospacionis	LET 10,7522012 GE 13 06	i santa MRodos	120130	BOSA ONTA INDUM	W2,500.00	1,385,03	1.31.6			FETUALISM POR HERIDAGOR.
FIGHTS -	presentation contribute.	20 CL 20 20 CL 20	WITHOUT VINTE	400 U.S.	FORM OLETA REPUTED	H17,300,00	1.180.33	1.16533			SECULORIZA POST SECULOS DE
NUMBER 1	MERCEL - Programs perpetusians	SECTION OF THE PROPERTY OF THE	#000MM v1969 i	(900)(30)	History on the recipient method	007,007,00	000000	1,255.35		2 2 3	HEGILAMENCO INV. HEGILAMENA AEDID SOCIAL - PONDA SOLITIVETA
MORELL	MORECL - Displayed suspeniored	90 to 30 Chatchers	WOLKEN YIVER I	14000000	MARIA DA LUZ ULIVERNA CACTAD	412,300.00	117.13	6702			FERROMETER DES NEWTONE DE
HMCC) -	chetration sterning - (1200)-	DEL POTESTADOS, DE 12 DE	SUCCESSION STORES I	191099000	HARLY MY CRACK NOSTEN OS	447.300.00	0.70	97.6		2 2 3	PLOLING TO THE OWN OF
MACCE	Programa cospanica is	SECTION STATE OF 12 DE	woodki vjese i	14.00 m85.2	HALLA DA GOUÇA PERELON DE	m7,500,00	500	E. 100		5 = 1	PUTITO LINE DE MONTO COMPTENDE PER LA PENTIDA DEL PENTIDA DEL PENTIDA DE LA PENTIDA DE LA PENTIDA DEL PENTIDA DEL PENTIDA DE LA PENTIDA DE LA PENTIDA DE LA PENTIDA DEL
HMMM -	Steps alled adoption of	3674670 661 H,715,720, PG 12 PG	PATROMO, VIVIDE +	195454231	VICTOR IMPOSA PARING REGILIS	m 2, 500, 50	1.85.0	1 241,45		2 2 3	ACHIOMETER DO HEDINE DE
- IJWIIJM	MIRTOR - Propension company	SECTION OF IN THE IS DE	PODOWAY VINDE 1	1499337	Victor BRESS, POSTAN BRETTE	0.000.00	0.3.0	0.050.0		<u> </u>	rental suchas i Press sublibera Epitiglegen nys Happas os anne special i policia
- Identity	SIGNATURE CONTRACTOR	15.1 h 17.000 s. PG 12 DG	BOLLEGAG VINTO	(80,000)	HALLA KHARAM SIRKS 30	M2,390.m	1.345,13	1,711,45		2 2 3	PUBLISHED OF REDICES OF
- Ідараміна	cimaradus frendra - Japana	SCORMAN LET HE TO SECTION DE LE DE	BUOLINIA YUNE 1	19902935	HOLLESS AND A STATE OF	417, 700,00	551,13	O.M.		223	MODE SECTOR - MODE CARTESTON OF THE SECTOR O
меме	breatheast seatered.	161 10.702000 NE IZ NE	POTESSAL VIOLE	SOUNCE	prospecja alice de fálina areata faranta	at 2, 500, 00	1.175.07	1.75,17			FULL SHALL S
· MOSIO	Automatic copyrights	30 F1 30 F1 00 F1	PULLABOR PITTE I	10000000	Reits Julia Sires Godes	412 590.00	15.6, 15	1511, 15		24	· 6 ·
MDEDCDI -	CIPROTATION CHEROCOL - 1000000	121 10,75/20.0 DE 18 06	P0004W VP35 1	1316/7.37	North Julia Alver, Gason	(0.100.0)	1.30.4	0.743,45			FIGURE COURT TO SELECT TO SELECT THE SELECT
- Ididadid	surveicadas siteratos - (digagia	AND HELD AND AND THE PERSON	PROGRAM VINES I	19939399	Kitla Grao Minito Actub	017,500.00	1,731,03	1.241,45		229	- 20
- издамы	Mikebili - Yaqadar etipitimin	SKILDING 12: 10,155/2010, ng 15:06 proposo	1.000 AM VIVE 1	Villegade I	Motta Catan Peretta datado	0.000.00	150.04	153.78			FOREIGNESS DAS HEDDAG OC
- Maran	Science colorones	AELENSY 0 1.51 11.75 (2013), DE 13 PE 25200000	PUBLISHED VINES I	03333	AND \$ 2000 42613 HW	417 9/33.34	11, [["]	61.0			FEG. ZWELTO OVE HEAT XV. XC.
- IAMBIM	Medical - Programs propertions	LEST IN TAXABLE IN THE PROPERTY OF	Population of CS 1	235221542	GLISMETE NORTH FEMELTS	0.0.500.00	1,735,04	1.225.83			PERCONNECTION OF HEALTH OF THE
0.00000	OPERE SALANS CONCOURS	25 11.77 (2011, DC 11 DC	POLICIAL VIVER I	000000	fillps motoriol message	467, 543, 33	1,115,41	1000		223	FEQ. AMENTO QVA NET 1 XX XX
неебер .	ООСОДО — Эториями выпрытимий	2010/07/2013, 00 15 00	Patentine stress in	73432733	Fortige Reports Rechabs	442,503,30	1,06,23	111,111			PELCARETO DA HECTAS ACTUALISMO
- 1000000	Any state occurrences	75; II 175G013, DK 12 DZ	F045WW 21755 v	2858888	filips Powels Recibility	442,533,33	VE, 10	SH. J.		223	FEG. (MEPTO QV) HED INC. 16
. 10709010	Stog sales or spartballs	26.11.20.121913. ng 11.02	Paradul 2022 1	GIEGINE	Rabe Name Administration by Salak	(07,533,33	154,20	456,91		<u> </u>	MLA CARLTO US: PEULIC XC. XC. ACOLO COLLO
HOMBIN -	privarantea sites, lau,	ACT ALTO CALLE DE 12 DE	Policina YIYES I	SUBSTR	Poulo PortA de SitAs E1950	412,703,33	15, 17	511.17	-	24	PCGLANESTO US HEOLOX X.
19799910	Sharana sensaria	20 U 30 (15 %)	POSSUMA VEZGO	211797113	Paula Parish de Silve franço	0.591.0	1.23.11	LI 1522 .			FLECTORISTO DEC HISTORIOS DE
- Ideaoni	vincalardna verebaly -	ASTRONOMY ACTIONS SETTING	Potential de l'Albert	STAMES	forth route do Super Timpo	0.7,500,00	13,51	711.91		95	3
				_							

PARAMETERS SESSIONS CAREFORE WILLIAMS PROPOSED LABORS PS1000 2013/ST-00 - 2012/12/01 nn win midpat List pin og - 2/02

Par. 14

_	
-	
룅	
ĕ	
۳ :	
ñ	
S	
Ø	
S	
₫	
ĕ	

	Tipo de cespero	DIND TOPO PONT	Final 16#		Cuttade Westicialia	_	per per	H57288	2415F723243	Personge co	Secrações
		=	2	MET	daze i Bezigneplea	O CABADA SA	Alloh Date		# 100 OF 4	debit SOCTESTS of Paperstote of Paperstote	=
		-	=		-	-	-	Ξ			-
4 10/09/00	 Programs components 	CONTRACTOR IN THE PORTS OF SECURITY AND PROPERTY.	PARTICULAR PARTY	211111111111111111111111111111111111111	STREET, N. PATER CREATER	462 ME, PI	11%				Fragulation by Hollykins
0.0000000	s recordence control -	10 d. 15/2014, dt 17 dt	2200000 9,900 o	2111111111	SCSF AUTO IN PROPER CREADING	042, VdE, Dd	12,21	- ZI 'B'			STATEMENT OF THE STATEM
1000000	castion - hogicals connections	20 H 20 H 12 H 05 H 05	PRICESON WINES 1	219121915	requirement to excell requirement	MC, 502, 31	P. F.	1,13,3,			HOLOMEN'S THE MOINT OF THE MOINT OF
0.000000	supposition sources in the source of	251 HUNSON IN TIP IN TIP	FEBRUARY WARREST	7111117	Call 19 ligated, da Capta, Piberra	647, M3, 24	1575,41	11,779,31			1 12
0.0000000	Procrama a ocquectoria in	2011, **5/2010, ou 12 of	Peddidah yayan i	219333032	Carlas Bearl de Casto Piccino	007.907.30	= :x	33.11			FREED SCHOOL 1940G SOLINGEN FULLDARING CTS MEDIONS GE
- 10208010	9838591 - Tropizies ecupacioners	201 H 1552 H J 05 R 05	i santa dividuali	SUBSTITUTE IN	Callas Martel da Costa Piberro	047,303,30	1,215,35	0.707.0			PRINCES OF MENTER OF THE PRINCE OF
- 10000010	abando - 20gramo acidectorets	55754601 (5) H 1557517, 02 IS 00 (4) 100000	Pagnabali Vivini i	7734311113	Harry Streeting Indiangle	v47. Vd3. 3d	1.114,43	13,33			MENDALMAN - MAIN SMITHMAN MENDALMAN MENDALMAN DE MENDALMAN DE MENDALMAN DE MAINTAIN DE MAINTENALMAN DE MENDAL
0.0000000	0000001 - Projemis ocepacionary	GET ILLY SPECIES DE PORT	Hebbolish system	72/14/3531	SOLD THE INTERCO	117,303,40	9,11,9	M. 134			FEGURACIO DE PENDES DE PRESENTA DE PENDES DE PENDES DE PENDES DE PENDES DE PENDES DE LINÉS DE
- 10000010	0.000201 - CO, 24k5 ocq2/CO215	60 11 10 50 01 to 15 05	Hondayya Vivisa i	1/21/2022	SOLTS ARREST ON SILVE ARREST	47. W3.30	, 19, E	71,17			MEZILUGITO DE MEDILE. DE
- 1098010	armaradha ymraa.g	LET 11,475 (3012), PE 12 DE 12 DE 12 DE 12 DE 13	ISSUEDMI VIVER I	1200.000	SHIPT MARKED BY STONE SHOWS	007,900,00	1,235.07	1.38.00			PEGLAMENTO INC. HOUSES OF
- 10709010	01060201 - 210gatada ocupacionera	DEL 10, 150, 2015, Dr. 75, 00, 10, 00, 10, 00, 10, 00, 10, 10, 10	1900 0444 91934 1	1820/00/2	COLD WARLA DA CILAA MIDAG-	vii. ym. 30	£211.7	F. '11:			RESIDUENT DES RELIES ES
FIDERGRI -	elitificati - Cogoras corpectores	US 11.7 NOTO 12 NO 12 NO	PROGRAMM VIVOR	PARAMA	Maria Laucheck Durit. Publica	42,500.00	20.00	22.65			PECULATION - TOTAL SELECTION OF
. 10508070	оповодот - деоргамия выпристемня	141 n. 1540 l. 01 0 00	PROCEDURA VIYOR II	1616/01/2	W18 W 913-91 13961 (1498)	07,503,30	1 315,07	1.00,00			PUBLICATION OF THE ANALYSIS IN
- 10000010	vinceroshoo vincebog	151 H. 5-2-213. DE 13 DE	PROTEININ VINCEN	22345131	MULTINESS RESERVE SECTION	007,900,00	60,00	6.73			MENDER OF THE PARTY OF THE PART
. 10506070	0000000 - Procedula ocupacionale	LET III, 1957-010, 03-12-03, conception	PECSANE VIVES I	RINGHAA	WC13 W W13631 13001 (1008)	ol: 340.00	Š.	20,00			PERIODE NO. 10 - PERIODE NO. 10 - PERIODE NO. 10 - PERIODE NO. 11 - PERIODE NO. 10 - PERIOD
- [0000016	stratopala - Stationals acapactorus	USE IL PASSELL NE IS DE	PROGRAM VIVES I	ECOCERCE	STURY DESIRED BY THE	00700070	2	200			SCOUNTY DAY MODES TO
10000010	0000001 - Preciable propertionals	LET 11,5 (5,0) D. 10 12 0b	PAGEND VIVER I	ELLIGEEC	THE ENGINE STIM	ut: 301,30	118,0	1,155,43			PERLUMENTO PAS MENTAS PE.
- 10300010	Stopping adoption is	0.61 H 15,000 to 115 D.C.	RESTRIBUTION A	FATAFFAA	THE PRINCE NAMED IN	007(0670)	98	9.08			100
10:080:0	Apparate purpor forms	DEL PUNCOSODO DE 12 DE	30-80-000 St 160-0160-00	preparation (व्यक्ति संस्ति हाक्ष	11: 200.00	60,201	147.30			PUSHDAGITU DAS MUNICIPALITA
- 10309010	01000201 - 2:003883 00100013	UCL 11 150 (2015), 05 15 05	LIBRORY VANCOUR	/ NUMBER	Martinas Vierna Bodingues.	47,300.00	16.6.1	113.54			- 32 -
10909010	Specialist pouparionate	SA (00000) UAL 11,4 (5 (2015), 102 (2015) CORRESPONDE	PEDCS/NO VESSOR 1	0.000	SADA GRAD POSTOJE DA	6.0% 11.	0.811	1.155, 9			PERCHANGE FROM A PRINCIPAL II.
0106/201	01050201 - 210QMBAS 000ptc100415	DEL 10, 155 (2015) DE 12 DE septembre servences	одивний в воднали	7 10 14 45 41	Spende cients maunts	07, 99, 30	0,84	113.30			100
MUNICUL .	minual addisa mendasy	LET 11,475 (2015), DE 12 DE	IIIO0586 21201.1	1007/201	Seidia Chari in Orges Gifter	44, 300.00	150.61	4)4,14			PERIORITY DAY MEDICAL CE
- Id909010	OUGGERT - Programs compactours	LALLI PRODUCE NESS NE	PROTECTION VENUE A	10000000	Contra Cataina Espais Salva	047,500,30	800	20,50			ESTABLISHED ON HEDDER OF
MUMOUT .	Middle - Prepara respective	SA (Ademos) LET 11.7 SA(3) 15, 192 (2, 192 SA (2007)	moderni vivan i	2021/201	Saidia Catarriel Copios Sifice	H: 200.40	2000	20 100			PURCHASE OF PURCH SECTION OF THE PURCH SECTION OF T
- 10009010	51700174470 Smir.50% - [050900	LATERIAN DE COMPANSAGO DE COMP	злачиле в неимали	2000,000	Manage Provides de Silva	142,500.00	90.803	03.00			PERCHANGE OF MEDIOS OF THE PERCHANGE OF
NGCC -	MARKET - Processes outper tensis	16.1 (17.5 (2015), 0s. (2.00) serguings	300 GMD 21708 T	2001/00/2012	CATION INCOMESTS INTO	5 X 7	1.68.55	0.305.0			PURILINGENT DAS NECODES DO
- 1303913	URBIT - Arganis aupraione	UST 11 70 OOL ING 15 ING	отвинуть сотвитс	\$ 10 k H 1 80	Raita Joán Pernames Note to	442,300,00	416.00	00%00			COUNTY DAY MEND TO
MIELZÍ .	MIELLÉ I - Processas ocupacionis	LET 11.7 5 (2015) 105 (2016) CENTRINO	опения и ноличий	%: 	Edukado selleri Sarw Gorgerico	H: 200,00	87.80	00170			CONTRACTOR ACTIONS OF
						-	-	-	!	1	

#MAN/IPPS/Jul 1 /unkind2 GACINIOS	Application of the state of the
Portfolia 2023/01/02 (2022/12/2)	JO MID CONTABILISTICO 25 1911

MC. D

100 C. C. C. C. C. C. C. C. C. C. C. C. C.	The Company of the Co										
	seaksp spieditij	wiedzi sodowokie	Hellow		Citatoda Perencialia		Besperators and a second	Name of the second	Peyerds Ampricades	Tendente de la constante de la	Observações
C C C C C C C C C C		Ξ	. 12,	÷	Hint / Parameta 3		121	<u> </u>	11-13-10	M (PE)	
Comparison Com	2004PPL - Propries ecupaciones	21.34 71.02/5	JUNCTUTE DE CAPITAL	241110121	Mayde Maket Sitter Gugstern	457, 533, 33	10,002	10,00	-		=
Company Comp	24343731 - Progrado porpocionars	20 71 20 THE STATE OF THE STATE	LINGHING OF SECTION	743278443	fe.der Rogeria Ferration da	(1,2,3,3,3)	10,02	Shill			PUCAL STATES TO THE SUBJECT OF THE S
Company Comp		10 C 10 C 10 C 10 III	Philipper of tompole,	PERCEPT.	Stand They Date Establish	10,000,00	133,33	401,113			PROTECTION OF THE PROPERTY OF
Company Comp		11 71 10 '010750' 5 121	COMPANY DI PERMITE	MINIMI	Man Littpe Terberry Crowlin	(6), (6), (1)	1.339,33	LBLB			MINISTER OF THE PROPERTY OF TH
20, 20, 20, 31, 10, 10, 10, 10, 20, 20, 20, 20, 20, 20, 20, 20, 20, 2		LES S. PSCOLIS, RC 12 FC	CONTRACTOR DE ASSAULTA	24294198	botton transported	467 533,33	: 1.4, 33	234, 83			. 2
13 C. S. S. S. S. S. S. S. S. S. S. S. S. S.	STANDERS OCUPATION IS	15. C. 25/23/15, Nr. 17. Nr.	MIGHTON MI TOTAL STORY	247414132	Japhen Board Merela	m2.00,0	0.65,316	Mall.			MODE AND THE POINT SOCIAL PROPERTY OF THE PROPERTY OF THE PROPERTY OF THE PROPERTY OF THE PROPERTY OF THE POINT OF THE POI
Color Colo	STROUGHS CONTRACTOR IS	151 S. 2503111, NC 12 NC	MANAGED DI ADMINISTRA	2411151115	Migael Cappas Moenda	0.00.00	585.08	833.8			RECOGNISATION FROM CONTINUED OF THE PERSON O
Column C		MALANDONIO MEDIN	SUBSTIDE DE ACTUENO	2041033	Motte Also Detainder de Arteo	40,00,00	144,33	246,85			MULINISTO DES MEDICAS DE
CONTROL CONT		MALIN PROSESSION IN BUILDING	JUSTINE DE 69° 4DES	743131313	John Planta Silva Pourb	0.093.0	0.50	918.16			RELIGION NO HOUSE IC
Company Comp		IC COUNTY RED BY	COUNTRY DE LA CALLED	TABLES.	Sold from the sold sections	10, 111, 11	11.11	107, 80			
STEERING STEERING	2000001 - Promises adoptions	MALIN CHESTON	CHIEFTER DA 450'4ERT	741231427	from trucks ferreing fale	442,303,30	10.01	544, 83			FEDURE COLOR TONO SOUTHERN
March Marc	standard - Hogisass se-speciolaris	31 71 31 71 11 11 12 13 13 13 13 13 13 13 13 13 13 13 13 13	CHARGE IN SOCIETY	ME 1114	claims front Olivery Miss.	667,503,30	151,111	10,10			CONTROL OF MANY PROPERTY OF THE PROPERTY OF TH
STATES S		LE A MONTH. HE IT HE	F3050000 45003 -	246012347	WHEN SIGNIF MICENE IN SILVE	447, 513, 31	19,32	14,12			FULLARIZED DAS MODOS DA
Company Comp	STATISTAL - Programmy oceans, results	10. 12. 20. 20. 10. 20. 10.	FEDGRAM ADVER -	246002542	APPLY MARKS SPECIFICATION	(47 533, 33	218,71	IV'III'			REGIONAL DE PROPERTOR CE
		Agreement to the Control of the Cont	PRODUCE AACS	24503342	while profess electric and or	007,033,33	0.000,00				FORLARDO DA RODOS OB PORTARDO DA RODOS OB PORTA DE PORTA DE DESENTA
Company Comp	2000201 - hayonas occorronis	27 27 27 71 102254 27 27 27	DIETERE DI NOMBRE	246 14323	Strang filtra de tina beros	(07,501,0)	11,11	11,11			FETALLIST OF THE HEADING DE
Exercised	Management of Programme oververselves	LEC A. PS./Path. CC 10 FC	MINISTER DESCRIPTION	3410103	Our Britis As	10,000,00	140,00	00700			PEGNACIONE POPOS CALIBRATION OF THE PERSON O
10 10 10 10 10 10 10 10	DUDDOL - Programs acquicibilis	THE PERSON IN THE REAL	STANDON NO DANGER	(40.000)	Paperta barerra horenda	00.001.80	1.5.2.31	1313.81			REMLEMENT FAC WENDER DE
12.0 12.0 12.0 13.0 14.0		OHL RD	JOSEPHIE BY REFERENCE	141151149	And a first little AP'4	(67, VIII, P)	240.31	144.63			FORUMENTO CAS HEDIONA OF
12 13 14 15 15	DODDOL - Frontains occubiolists	11 J. 11 YOURS	Subjection of disturbing	Parmente	Cortes Redsh Pibersa sacal chi	00.001.00	10.00	11,13			FEBLUARITY IS WELDS DE
	1011171 - Freguani estasculari	LEG B. PARMAL TO THE	Unitable to Majorina	111111111111111111111111111111111111111	hard supply to have	667.513, 13	10.01	, M, E			-
12 12 13 13 14 15 15 15 15 15 15 15	JOHNSON - Programma doquestuments	H A H THOSE H A H	Sudetice of hemself	100000	Sala Fedra Musica Elimenta	442, 50h, 10	10.01	(31,1)			FILIQUEZIO PET HENIONE EE
	10111711 - Fryjakoj opspecionara	Canal Car	APPEARING DE REFUGIÔ	25141555	Sound fortito Meet	667,530,193	791,111	130			FOURTHER OF HER ONE OF THE PARTY OF THE PART
134,000	200001 - Projecto acquestobilis	TEL 4 MASSILLY REST IN	STREET IN SOCIETY	2504615	The Salve France Salve.	02,534,19	115.31	134, 63			KENDARTO ISC HUISS &
13.00 13.0		11 /5 38 /1 RC /5 11 /5	DESTRUCTION SOURCE	25211/0235	Francisco de Silvo Fernordos	667 531, 83	124,31	174,63			FLORINGTO GO, HEOLOGO, C. Action of the Colonial Colonia
175,731	SOUNDER Programme acquerones	J1 2, 31 11 11 2/5 1 31	THEFT IS SOURCE.	DISORRE	Corn Facul Leave Control	00.50LB	115,31	16,21			FEBRUARIO NO MODINO DE COMO CONTRA DE COMO COMO COMO COMO COMO COMO COMO COM
Service of the first the foreign of the figure former former (0.500.0) PPC 0.000 PRC 0	14181711 - Programo component	10 N. 197311, St. L7 St.	COMPANY OF COMPANY	252116115	Condition duffer liques destros a	(42,538,33	115,21	. 4, 10			E .
100,100	0000001 - Propries capital - 100000	TEL CASCILLA IN 12 EF	HICHELLY DA ACMINANT	ARTITUS A	Total Angert Market Liether	(40,501.3)	10.245	242.83			FEDURATION OF THE TOTAL PROPERTY OF THE TOTA
- Programs apprendict to the Company of the Company	24313731 - Prospans orquermans	Scho, et a	CHEMIN IN EVICENCE	SHILES	Variable Politicative	41.7 322,00	111,02	414, 80			3 1

		Carrier Company			ļ					
16 (a5) CONTRIBILITY DE 2022 (27)			72,00	TAKENERATUR ZINERLIOS CONCELLOS AUTOLITIS EN 1000 DE NORES						206. IS
Machine Brisins & Serich H										
states at only	Disperições legais	Frankleador		Lititade beirhodens	Cospesso	Separation	e craditat		Described on	Elderingted
	Ξ	ē	i	Bas Castronglo [3]	IN IN		å z			Ξ
DEEDEL - Projective ocqueronin	UST HI MAZONIA ING IA ING	ाम्बन्धाः स भवतम्बन्धाः	2007/06	Ana Antio 1110co 6539209	No. 9/0,00	177,00	174, 32			FERHANDER NS NERTONS OF
DEBOT - Precional respiratorio	151 H.7 (\$4301 A. PE 13 PE	LYADRON DI NOVINDRO	110,01757	Tenera Barcanca Mannos	112,200,00	20.00	151,133			REGULACION NO TROPOSO
OCCCCC - Broggalled CulpsCulpsidered	SETTEMBRO LET IN 155,2015 DE 12 DE SETTEMBRO	JUNEAROR SHIPPINGHO	0.00000	ALEAU, V 5618-0185-1903-142,005	00,000,00	100,00	11,11			resentation - robot deliberal Fraudento los lenjos de acceseros - robot del parto
Billiotti - Pogossa ocipiconii;	15 H.75 (10 DE 13 DE	отпримента примета.	media	Any lunes Whom Silva	60,500,00	155.00	0.9(0)			REMINISTER OF RUING DE
CICECOLI - Programal accimilinai:	SECTION DE 12 DE	опенной в воливно	0.0012463	Botto Jobo Couro Oltavitz	112, 500,00	80.30	10,789		•	PERLANET PAS HEALTH TO THE PERSON OF THE PER
CHEEDEL - Programmy onlywriting to	ACTION OF US DE 12 DE PROPERTY OF US DE 12	станья и напаль	281011202	Autora Francisca Villa	m2,300.00	8,7	677			PEGENAL PROPERTY OF THE PEGEN O
CHEECELI - Projectora ecoparational	CELL PURSONELL DE LE PERSONELLE P	отините запеле	255000	Group Protector Alves Carvello	M 2, 900,00	193,94	13,60			FELL WIND THE HOUSE IN
CITECALL - Projective respectance	UPL HITCHOOL OF U. DE	тиндиром не зустевут.	Syman	Reacter Incurred	442,300.00	8.3	153.30			Michigania de la composición del composición de la composición de la composición del composición del composición de la composición de la composición de la composición de la composición de la composición de la composición del composición del composición del composición del composición del composición del composición del composición del composición del c
ripusradiua respuisari - [1553515]	LET H.7.5-2015 DE 12 DE	отения и запам	800088	And seroline Battors de Coox	u2,200,00	Ø':0	22,35			FECTIONS OF MENINS OF
GCEGEL - Programs or process	SETURNO US IN TO THE TO THE	тинити не тапанта.	2000/0100	Existing Report or Citiza Topies	W2,500,00	20.00	25.33			MICHERAL - MAINS SELECTION OF MICHEL CONTROL OF MICHEL CONTROL
E4EEEELI - Programs ortparienais	SKIRATOL LET H. T.S. 2015, DE 12 DE	UPARTOR OF HICHMAN	00041957	Black Beard Actors de 2018.	m3,500,00	10° m	104,33			RESUMEND ONE PEDIONE DE
GCECCO Respensivo serparaciano	SECTION 1	UMELHOOS ON HOW HOMO	3671345	SANJON JOSE ALBERTA TRACKS	E13 - VOL. De	8000	273,233			ATT DISCIPLE - ITAIN SILITORIA REGIONALTO DEC HEDINO DE
MINDEL - Pregrams, respectively	SERMON DELIGISORIDO DE ESTE	отинительно и метипи	256800%	Tiwa silw cens	00,000,00	20,03	174, 33			56
GCCCCC - Programs conjectures	SETURE DO 15 OF 15 OF	UMHIWM RESULTED	2500000	Clay how Vietra Cras.	07,503,00	150.00	20,03			proprieta in transportation of the control of the c
PATEURI - Programs respectivos	SETEMBRO LET ILLA SCOOLS, PIC 13 PIC	стания в менят	250,000	supressing testing of the	m 2,300,00	148,00	144,11			STOLE COURSE FOR SOCIOUS DE STOLE DE ST
GICECACL - Bruganing account of the con-	SETTINGS OF 12 DE	CONSIDER OF WASHING	SMEMIA	Regulds may 70 as	0.000	18,8	0,153			MCGUMENTO LIFE REDINGS OF
GGGGL - Regains equacion (SEPTEMBER LET ILLY SERVICE INC TO DE	JUNDINGS ON HAVIIIONS	2007007	Jeta Satta (19014)	007,000,00	80'08	344,33			- 2
MERCH - Processes occupations	25724000 0.61 0.715/2012, 63 12 03	STARRATION IN HAVINDING	REMERSE	Reize Morra Terreira	00,000,00	24,00	355, 33			NEST SOCIAL POPULACIONEDO PRESENTA DE PENDENCIO. DE PROPUESTO DE PROPUESTO DE PROPULACIONES DE POPULACIONES DE
MRRSCI - Pogarus payaran	ATTENDED OF 12 PE	иматира в менити	revaluel	Maria Perria terretra	m2.200,00	20,55	7, 12			PUBLICATION ON HOUSE DO
Nittiti - Regerma eciperica i:	SECTION OF THE PROPERTY OF THE	дожения и недиции	SMITTERS	March Ethya fosia ferena	113.100,00	00'07.	17,11			NO DISCOLLA - INSIDE SOLUTIONE POSITIONE DE PRODUCTOR. AGO COMPANI - PARA COLUMBA
PITERALL - ROGAINS OCINCIAND	SCHEMBER UEL HONGOGER INGED INC.	AVARIANC DI NAZINDITA	2034 925	Feltille Made Scotts Made (v.	m2.300.00	11,00	714.35	_		graduate has applied in
EADEDZEL - Programma propertionals	LET HAND GOOD BE TO BE	CONSTRUCT IN HOMBIUMO	3000003	Plands dougle Gapor e Olitea	101,300,00	10,00	134,32			PERLUMBER OF REPORT OF
GCCCC - Pergrated octyonomic	SETTINGS OF SETTINGS	планить и маливти	MENT	Carlos danel Sifes lementes	0.300.00	18.90	152.35			FERROR SECTION - POSSES CONTRACTOR FERROR SECTION - POSSES CONTRACTOR FOR CONTRACTOR - POSSES CONTRACTOR FOR CONTRACTOR - POSSES CONTRACTOR FOR CONTRACTOR - POSSES CONTRACTOR FOR CONTRACTOR - POSSES CONTRACTOR FOR CONTRACTOR - POSSES CONTRACTOR FOR CONTRACTOR - POSSES CONTRACTOR FOR CONTRACTOR - POSSES CONTRACTOR FOR CONTRACTOR - POSSES CONTRACTOR FOR CONTRACTOR - POSSES CONTRACTOR FOR CONTRACTOR - POSSES CONTRACTOR FOR CONTRACTOR - POSSES CONTRACTOR FOR CONTRACTOR - POSSES CONTRACTOR FOR CONTRACTOR - POSSES CONTRACTOR FOR CONTRACTOR - POSSES CONTRACTOR - POSSES CONTRACTOR FOR CONTRACTOR - POSSES CO
EMERCELL - Procedura occipar ignata	26704000 12.1 (1.75/2010, 02.12 pg. 47.2) 47.2 (1.75/2010, 02.12 pg. 47.2)	сочение за водираю	185141511	San Populo de Regalides	117.100,00	140,00	143, 25			PLAIDMENT OC HEULOS OF
GGGGCL - Pageants coperionis	161 A, 15, 2015, B5 IS B5	STABILITY DI HAVINDING	2155,71,11.1	Assetted Forstands Sir Sifva	m2,500,30	199,93	20,00			RECIDENT IN MEDIAN TR
Miétifi - Programu priparionau	SKIPHED LET II. (15/2012), De. 12/19 SKIPHEDS	HOUSEN VIVOR II	\$1417,518	Flavia Pullar Garia 005	447.300,00	R W P	1.111,62			PLATER TO THE PERSON CONTROL OF A PERSON OF THE PERSON OF
GERTEL - Projectus experience	LECTURE STORY DE 12 DE	INDERVAN VIVER -	21817.028	Florie Particle Currie Doz	m2.200.00	2000	27,75			RECIDIOR DES MEDIDAS DE
GCCCCL - Projection explanation of	SECTION (SECTION DE LA DESCRIPTION DESCRIPTION DE LA DESCRIPTION DE LA DESCRIPTION DE LA DESCRIPTION DE LA DESCRIPTION DE LA DESCRIPTION DE LA DESCRIPTION DE LA DESCRIPTION DE LA DESCRIPTION DE LA DESCRIPTION DE LA DESCRIPTION DE LA DESCRIPTION DE LA DESCRIPTION DESCRIPTION DE LA DESCRIPTION DESCRIPTION DESCRIPTION DESCRIPTION DESCRIPTION DESCRIPTION DESCRIPTION DESCRIPTION DESCRIPTION D	meglad is regressed	SIMMAN	bus de ártor forte	47,400.00	8.80	455.00			MEDIUMENTO LAS HERITAS DE 100.100.100.100.100.100.100.100.100.100
EMERCIEL - Programma preparienally	DEL TELESONO DE 12 DE SERBORDO	иминия и меници	20911091	Relact Privite Sequelia	00'000'2m	115,00	113,00			PERLUARITE ENS NEDERES DE PETES SOCIAL - EÑALAL SULIDARES

PARSONÁLIAS E SURCIOIOS CORCEJIONS HIGHLING ON HONDY OF LYBRIDGO PERTINGU \$025/CL700 - 30/2/12/11 ALC CONTRACTOR OF THE

<u>-</u>

M

PEDEMENT NO MINUS US PETE SOTEL - INDR. SPLINATA STEERING & CAPACH SWITCH summings is contracted conditional suggestion is exposure, sounded in MELLE SOCIAL - PÓNON SOLIDARIA MELL SALIS, FORM SOLIDARIS anavirus adala - miscs close PPLIC SOCIETY FORM, SOCIETY IN PERSONAL STATES AND SOUTH SERVICES AND SERVI PPOLE SOCIAL - INDION SOLIDARIE ALMOS SOLICE - PORCES SOLICE saeuro (do la centrata sistinte la FEDER SECTAL - PORTA SULIDAGIA SUPPLIED A LEMPARISE SHAPPERS SUPPLIFIE & UNIVARIS SHAFFER SPECIA SOCIAL - INDIANA SUCIOMENT SUPPLEM (NO IN CREATURE STATEMENT) PESSIONALITY INSTITUTOR LIL PESULPHEND NO NEIGHBS 10. PESTURENTE DAS REMINES DE POSTUPERTY DAS PATALIES OF RESULTABLITY DAS NEDEDRE DE ACCUMENTA NO NEARLY OF RECOMMEND OF PROPERTY. PERMANENTY INC. PLINING IA PEGLUMENTO MINICIPAL 16 PERMITTER NO LEGIS DE SECURITY OF SECURITY OF REGULATION RELICIONS OF REMUNESTY MINISTERS OF REGULARITY NAMED IN PESSENDENT DAS PATOTAL PLEALUNEST O MIN IC Pro-CELLIA DE PUMPANES PLIN K RANGER CLICIN DC PUNIMITES FITH REPUBLIC REPRESENTED BEING THE CETTIN DC PUNITABLE GERLOR NABARY Street, Street dell of Whiteed PROGRAMM, DU. 10FPP PERSONAL POLICEP <u>.</u> PASSAGE DE LEPE Acologo de manto de state, accenteds 131 MANAGED COLORS e dlo pages 171-151-131 SHARKS. 93 1 8,43 55,38 20,000 8.52 8,5 Š 8 20.54 8.66 Ā 10,100 P 183,33 F. ... 5,447.1 M 108 1 ī, sidokay 3. ī. Ž 5 8 2000 8 8/8 Ą 2 P 180.03 8,8 8 83 8 55.00 Ę 6,810 2.88 4 20.00 Address of the latest 8 STAKO 447.543.30 11.000.00 8 47, 900,00 8 8 ... 90.000.11 41.X0.00 00.00.11 N. 88. H 8/8/11 0.000 0.00.00 LL: V13.30 87.87.48 87.08.73 H. 301.10 87.687.28 161, 573, 30 G. W. S 42,360,06 80.0% ... H: W0.0H 8.38... Olychen Jahr 1923 9 80.00 KINDER OF WORTH HIMPORIES HIGHTOND DE GESTÃO FILAMACIES People Mine or Carla Silva Others to Concerção Gondados Manciple & The de Compa Bancipia d. Pors do Julion one of a loadings do to the Crimpae freeligheds de 5 le Creamyn Indigitable & Cal-ALS: RUPLY 1005/CO. TUPOT N Ratio de Comerção di como Transfer Material Reference Editorial or Seda Lingin de Managar o Onderfringly de Mangle > Whitings is Brownide Barpoo di Sillo ASSULTED VALUE FOR AND TO Space gains and or Sterna Cercifals Cooperation de Cercitaty Cooperative de lone / lessimado Cump de Jacob Tel celta Percentals Desperative de DOMESTIC BY SECTION OF MINISTERS ADDSTITUTE INDUCTION OF THE session de Solva Polética Lis Rivardo Directo Action Revel Office (A. Ario estado lo signa otomol sector 213 MODIAL AND RELIGION an Source to SOCIAL IN SQUEREN SOCIAL Established by the List of the Californ Sous Podminars. Potosyndor 9165110 8953 312343 2012 Ø:0008 514417473 VIII 23 17 34 1345745 AL Q S AL FILL A.P., ART. 11 (1949) 30 ACCOUNT OF USE PARTIES TO ACCOUNT OF THE PARTIES OF THE P J11331114 Description PARKETS 17566551 2000 Manual Color 音楽を見 WESSEN 100000 2000 7931109 60000 2000000 VD035/G5/G Ē ALM STATE OF THE ACTOR WITH THE WATER TO SEE THE SECOND SE ALCOHOLD IN THE ACT WITH THE SECOND S GLEALTH, J.M. WEATH ALCO CALCO, A.M. UTANA NA SEGUENTA NA SEGU NEWSTREAM FILE APPLICATION OF THE PROPERTY OF NEWSTRANDS OF STREET CONTRATO ESPREDO ESCRECIO E Dert Mile Salvagor I ISSNIN 1 ALCONOMIC SELECTIONS OF THE SECONDARY SECONDAR WITCH BITTERN DECAME MICHORI DRI LEI MANNO. интент вигаем песади татору в солемую метроти и отпечен manda z corental DIENING SHEWING UADRIGOS SHARWING UTO Wanto: 34 KMHGIID MENIAM RE SMITTER WORLD IN HOURSHO INDEPENDENT OF INVINSTRA UNIDATION OF BUILDING ELIZACIONE DI GIGA PRINCIPLE OF STORES ULL & MUDICALT 発生した 4 SELECTION OF DIRECT 50 H. US 5001 J. P. D. D. 씽 E ä ä Ę 20/21/20/2012/03/19/190 H Sertiment SEL H 100 (2015, 10) 17 IIS LO R. 1962(0), 32 (2) 32 Papelight beari Del 10, 15,22015, DE 18 05. MERCYSSOLS NS IS US ALTERS CORP. DC 12 U2 20 (2) 20 (1) (2) (2) (1) (12) 20 CH (0.75) (2015) Rt. 17 RS LET 11.455-3015, DC 12 LE JULY 30000, 02 P.03 STATES OF LANCE OF ALTERNATION IN R 03 STREET, SAND, OR ROS. 20 10, 25/2010, 03, 12 03, ALTERNATION IN 12 BE \$11175001S IN D List 11,7 Sictoria, DC 12, SCHOOL JULIANOUS, RC 1 COLUMN CONSTRUCTION OF THE P. STREAM OF B BL 11,435,2015, 02, 13 ALTERNACION DE LA CETHERN SEPTEMBER OF 0,4943433 SETEMBER CTOREAL 08851490 110000 100001 120000 SETTINGEN I SETTINGE 0.E164900 SKTEMBERG (TEMBER) LTRHM93 ETEMBRI 2000 2000 CTORES PIGGGEL - Procums emperically (40000) - Programs people (CHT) ACCOUNT Busponia's conjusticity of MESSEL - Programs conjudicionals REELECT - Programs, pruparitinalia PIGGGG - CO, Salas convictores ORGEN - Prepare requirement PIGGGO - Buquana cogaciona DESCRIPTION OF STREET THREE DESCRIPTION OF THE PROPERTY OF THE PROPE Агресивых репристрикт 2000001 - Payanas conjuctorals 1100000 - 200, 1888, ordportour CISTALLIAN PROPERTY NO PARTICLE Tipo the mapped \$37,0m0 + 303060m0 141:140 - 101:141 DADOM - Use: AL DECODED - DESCRIPTION \$7.50 - 0000 ono . Put: 180 900000 · 0000000 300 14000000 - 00000000 0.00d0202 - Uusta NORTH 0.000000 70706040

Testiverada CLAS E Substitutos Conceptudo Infanticibilo de 1990 de Lámbido

24c. 13

PERSON OF THE PE	in a sphiladed its souscess one mississi

F: ba # Jedocia	Lapes.cos. cos.s	Xuhiluhi:		Pichar bind bind is	Daysas	Disperies	Despress	Jangaran Lilian Ladas	Septiments de Least, 7	Stantougtea
	Ξ	=	-	Toke Cherryolgio	Organic Lades PT	essentadas NI	ž ×	4 Mortinger	2025 0.0113da 30 6581 1718 13	Ē
Manga - Sagna	# C # 1 405th 1 H D H	APOTO JO JPFELDURINO	38000	Olivia or Concerção Conçaise	11: 200 00	0.00	67.6			Highwale or Robus of
MINIST - Sagas	ALLINES DE LA COMPANION DE LA	Apr 6 Apr 60 11 11 Apr 15 Dr. 10 Apr 15 Dr.	0180910	FIRST OF SPEED AND SH	H2 500 00	E) . 			PETER STANDARD COLLEGE OF THE STANDARD STANDARD AS ENTRANCE SALATAGE.
MARKS - Section 2	161 p. 15770 J. 16 12 16 301880	Market E. Markette, participants, 100 De Alebert E. Martings and son	1207700	office Maria 98 COS.c.	W 000 EH	9 ×	8.8			PERIOD AND MINISTER OF STATE O
14131212 24143	LET E. TS./(DLL. PR. II) PE. SELENDO.	WOLD AD APPLICATION	31080871	биките сверия 311м беня	112 520 00	08.80	8.81			PÉRIDOMETO IN MENERA DE PERIODE DE PROPERTO DE PARAMENTO
HINDS - Sept	TELL **1,726:1, FF 17 FG.	M. N. R. M. 271, H. H. J. JOT 11, D. D. J. M. P. L. J. D. J. M. B. L. T. J. J. J. J. J. J. J. J. J. J. J. J. J.	8.8	Energia British Terra	00 DOC CH	N.00	14.30			PERLUMENT BALLINEE DE. SUPERIOR & DUFNIEL SACTAGES
Ministe - Saras	11 1 4 15/25/11 to 12 to 3 to 3 to 3 to 3 to 3 to 3 to 3 to	APDID AS AMELICANISM	18088041	EMPA IN DREEKNOOM, AND PRINCIPLE	H2 200 00	100.00	13.9			PEGLIALIAN PAS MENTAS DE
MINTER - 2003	LEL L'ALABOR, TO D' TO STATES	menta de desta everana	1405/261	COVIDA IN COLCUÇÃO CASCALATO PARA A DEC	442 360 06	00.00	0.5.00			POSITIONETE INS PARADES DE PRODE SOCIAL : PÉREN SOCIONAGE
MILED - Surve	TOTAL PROPERTY BEING THE	neurought no communicative to America as 200, 500 to	0338381	Ancionio du Colha Misanda	442,500.00	8:%	720.00			National Education and Conference of Conference Confere
Telefolis - Satura	1E1 6 15/75.1. 16 12 16 20'0'88PP	More Entered (CT) APT 13 to approve the fig. 15,000 s. 12 sectors.	1264108	AZETA STRA OTRECA REYOR	90 000 004	20.00	70.70			PERULAGEN METERS DE MENTIPE À CHEME MANTE D F PERUS DE MENTIPE
MINISTS - 24(14)	LELL R. TRUPPLE, DE 12 DE	ATURE AS ASTERNATION	00010000	LLIC HARM SIDE NO CHEST	00 000 EH	536.00	300.00	51,39		PESULUCIAE PAS Agolinas no
MIRRO - 20043	161 a 75/201. FF 12 14	Worn An Aprepaymentin	18.0.01	Scotin Vieto	40 00 th	185.10	987°B			effectively to the second of t
Manager Suren	CELL TRADELL DE 12 DE SECTION	04 to 14 At 1770 (1971), WAT (1) but wat (011011011	Bena from North Gospalism	30 00 34	% %	***			PERLOCATION MAILTING TO SUPERIOR A TOPONIA SALATACIA
E41117 - 54(F13	TELL BOTT STEEL, TO DO TO	APIN AP ASSTINABION	02211517	Note Aleba de Gamo Silva	42,340.00	200.00	8:8			MODULATO STATE SALINOS
MILLER Sales	LILATEDA TO TE	crotto ac ambitomento	022115111	Bend Arelan de Greco Salsa	112 570 00	00'00,	00'00':			REALDUCINE DIS NEDIDIS DE
MINN - atom	10 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	poutough no consequence and decome on action on	H1911550	Norway de la company and a	30 0% 7hr	40.35	6.5			TOTAL TRUNC PART OF LE
MINIST - 201741	TO PERSON IN DIN.	ALTO EALTHOUGH LATERS DO NATIONAL TO SOLD TRANSPORTED TO SOLD TRAN	9500071	Police John vieto A 48 PM	H2 570 III	W1.6.	8 - 7			SUMBLE RECEIVE NO.
14111717 - 514145	SECONDS	ALES RALETTO BY 1, ACT 115 O ATTO 1 DA LET 15,2013, 15	HOLOGE	EMBELLE ARELIE ATTENDED	90 0% 594	00177	E2.00			MENLAGETT MATCHELLE MENLAGETT MATCHELLE STOCKEL E TRACARE SALCAELA STOCKEL E BENEVARIE
[43][32] - Seles	LET A TANZOLL LE 12 PE SCHREPS	AL NO BALL RECIPION OF THE STATE OF THE STAT	H2003H	JUSE AITO ID IPRE	413 VC, UC	B1.14	0.0			POSITIVATION REPORT OF THE PROPERTY OF THE PRO
#43#3737 - 3k:F44	STEER THIRTS, TO 12 TO SECOND	CE PERSON DESCRIPTION OF CONTROL OF SECURITY SEC	11110523	Brown to design Congression (Egyallic	412 BDC DC	811.8	ST# 40			POSITIONER MISSERIE DE MINISTER EL LINEAREN SANTÉS D FEGURE LE PROPRIETO
M4381232 - 245143	3E1 5 13/27 L. LE IZ LE	Weie W. APELINEUIO	5.000.H	HARLA PC JATHAL DC ATZEC	445 VOO DO	00000	100.00			resultation to Minima of
MINST - 26:121	TOTAL TOTAL	Group as arrangement	N:0003	RELATE STITING FISHS	H5 3/4 05	00.00	VOT 100			PEZILUGITE DIS REDIDE DI.
Manazaz - Meras	11 (1 11 1) 12/4L (1 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15	ALE NO ALEMAN CONTRACTOR DE ALTRE DE ALTRE DE ALTRE DE DE ALTRE DE DE ALTRE DE DESCRIPTOR DE LA CONTRACTOR D	Hitte	TWILLIO DA LILVA LORIDO	40, 300, 00	33	8.22			ESPERATOR NATIONAL TO SUPPLIES FOR THE SALES IN
VOITE - ARABBER	ACTOR TAYON I, IC IC IC	M. N. C.M. PEO, N. C. MET, CO. No Partie : Include (S. 2015), d. SPP.	HERE	LLETA PG. JEZIE ARAMO EDCLID	90 080 244	97:14	00.00			ACOUNTY OF COPPUTE CLASSICS OF COMPANY AND COMPANY OF COMPANY COMPANY OF COMP
					1	-				

THANSLUFFICES IT SHEET IN CONTINUES WAS CONTINUED IN WAS CONTINUED. 0 AID CONTAINCTION (\$1972)

Phr. 15

Έ
5
۶
١
ĕ
₫
ď
⋾
Ř
=

			A) 75 A SAUNTARIA	SA UE A SAUNTARIA	HEDION DE PAGE SOLIGIEIN	MEDITAS OR	lura ob s sociodella	44 06 6 3.898TM.10	Mollos of	INC DE	6. C. C.	CO OF SAMOREIA	GA DE S SAMPPRED	at or a calendera	VE OC NE OC	TOTAL UR	INC DC	A Squaren	HERMAN IN	10% 06	MUIDAL IN	Live On the contract of the co	10% DC	IDVS GE	AL 14.	. 2
Becomple		E	Ephyddyno Maip (184) 75 Sysbydd, a pydydau Saldynda Sociolog ac bodiologia	FEGURES NOT COME OF STEEDERS OF CARCAGE SUMPREA	MUNICIPALITY DG. NEDIONS DE GEORGE SCHILL - PROC. SOLUMERS	FIGURATION TO MENTAL OR COMMENTS	72 1	STOCKETOR HICKS OF STANKED STA	eriche de Pontonere: REGUAÇÃO des Hollys ob Joseph Commissión de Daleis	FUNDALIST FOR HOUSE OF LOSS OF THE STATE OF	FEBRUARY HILLS OF STREET	PLUMUSETO NO TOTAL OF SUBMICION OF THE PARTY SAMOLE IN	PERSONAL REPORTS IN THE STANFACTOR OF THE STANFA	CONTROL OF TOTAL AND ON THE SALE OF STREET AND THE SALE OF STREET AND THE SALE OF STREET AND THE SALE OF SALE	Albaman Sundana Rigadaga Al Iolah oo Alaman	DETERMINED TO REMINISTRATION OF PERSONS OF THE PERSON OF T	FEGURATION TAS MOUNT DE	STREET OF CARACTER SALISPIN	可错	HIGHWEN'S DAY HESTORY OF	FURIDATION AND ADDRESS.	FOUR SECTION - FORMS COMPANIES PLOMBRESTO INC. MEDITIVE OC.	REGILIARITY DE HEDIONE DE	RELIGIOS DE REDINA DE LOS DE LA COMPANSION DEL COMPANSION DE LA COMPANSION DE LA COMPANSION DE LA COMPANSION	SERVICIO DE LOCARE SACIÓN DE LA CONTRA LA CONT	THE REPORTED TO
Description Control	MAS NOTTINE TO POTTINE	Ē																								
Secured Secure		1000000																					2M, II3	(II.E		
- Srayeasa	to field	[V]	=		133, 33	11,11	20,20	G 'E.	33,33	10,11	20.00	24, 23	4, 14	31,11	39.66	432, 23	153,33	Ĭ.	, 1, II,	(55, 88	ננ 'ננו	(32, 23	433, 33	MI, IN	25.55	60,000
serkal	ration: (alb)	141	=	97	ED'PCI	430,43	230.41	881	00.00	130,013	8.81	14,d3	45,24	03.33	19.59	430,03	19,00	-	175,43	273.43	10,00	EP'PC!	431,43	630.03	ŝ.	97.8
) Tawara	2	₹	MAN VIII, III	447, 50 b, 10	447. VdE, Dd	40, 502, 30	847, 903, 30	m), 308, 30	047,505,50	117, 512, 31	447,500,50	447. VdE, Bd	447. VdC, Ed	an), 50 k to	40,500.00	447.305,00	m2, 50%, 80	437, 916, 84	107, 501, 101	447,548,84	00,315,89	017, VIII, III	442, 50k, b)	447, 903, 30	60,500,30	uti, 300, 30
	checko		2011/2012/11/2012	APPART ALC 18 DE SELON	dapter to delive	shirt to Silve	Harte Chromitas Replan	Genta de Luides Miberio Asteste dicito	actic coupling carpition	4417916 S0000 SPA	TOTAL SEE MAN MAN VICTOR VICTOR IN VICTOR	Aprilio de Jepus Nation Colomba Personden de Sação	VILLY OF FYITIN SELENCE OF MARKET.	ADDR. MEGRORIAN PSERSOLS APPENDENTED	AIRCIG AGE STAT PORTIN	Mental state State State State	STREET DESTRUCTION AUX REMAN	Saude Circina do Poña	PATTEL AUDING 20051	PARTITION AGENCE SOURS	TEREST JENS AMOJES AUTOS	PEREST JENUS ANDUES ANDS	Judanca Ferranca	Program fermions	AST DOMAES DRIV	ABUREA MERMO DE ABENDO
	4-F		i5c15500.	1454555.5	IMARKI.	14567758	1857 (381	ecessor.	11576.67	46314441	pompi	171713111	113610	95900	SHINES	10110	(Shifted)	31077415	351215251	131212161	1809000	24176240	134141111	154747133	13613613	15554 1382
deliter)		121	ALS CALLS AND SERVICE SERVICES	10 ARSO 1 WITH 1.1, WILLIAM 10 ARSO 1	Outdoor or other	ON SWANDING OF THEF	THE STATE OF THE STATE	30 MG C U FFL, 4.11, WE-11.	AND STREET	Will to synthesists	N. S. E.M. FILL, A.T., MILLY IN MARKET. D. M. ANDALL IN LEI MENNELL IN U.S. MARKET. D.	ALS ESTERNISHED WEST	71 11275 13 W 1 22 M 10 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	u. n. c. u. rri, 4.1, 01.11 b) Arkol i el El 1998 I. 32	32 St. 25 Mill. 3.51, 907 TH. 31 AM PH. 31 AM PH. 31 AM PH. 31 AM PH. 32 AM	SET.	THE STREET	u a bid fft, n.t. bb.33 progent biggroom, 33	ינה. עיוני של טומונענית:	The Design of the Chapter	TENT OF PERMANENT.	0212 ×0.0000000012	AP313 NO APEDITIVACIES	CHEMICAL IN WHENCHES	AL OLD AL PRI, 1,21, 107, 23 20 ARSØ 1, 20 Ed. NOODS, 13	upposable se content totals so
0.5001,665 lrysta		ij	141 (4,1%) (211, 20, 12.0) (27.0) (4.1%)	un H. Marzalla, an us an Sittingen	20 H (1757) 1 (195 H) (20 H)	SCHOOL SCHOOL SCHOOL	157 H. (1973) 1, 10 to 30 57 Ber (1973) 1, 10 to 30	101 H. 103/2013, 00 12 de Stiftene	10 11 3E 11 E2(C) 12 IN	SELECTION OF PURPOSE	521 fd. 255431 tq. 05 td. 35 ctrodusa	sct. 0, 15/22/15, 9c.12-35. 8779@01	an managaran na a na Aringsa	ACT OF STORY IS NOT SELECTED AND SECTION.	20 7/20/21/20/20/21/20/20/21/20/20/20/20/20/20/20/20/20/20/20/20/20/	MELLENSON, SERVICE	10 11 30 11 12 13 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15	SCHOOL TO SEE SEE	an in Possible on their	ALL R. PSEDIDL OF DOLL	SET 18 19 (2011), 30 (2) 30	SECTIONS AND ALC: ALC: ALC: ALC: ALC: ALC: ALC: ALC:	23 of 1750 at 1, at 17 at	20 d 20 20 20 0 0 0 0 0	SOCIETA SOCIETA DE LE DE ESTIDE ESTE DE LE COMPANION DE LE COM	531 d. 153/2011, at 12 at
makao ap odij			0#09000 - 507090	Service - Wildeline	989303 - 04193	0409000 United	46100 - 90100	OMBOC - DOING	Selig - Johanno	endanted - Declar	0.000000 - 0.0100	04000000 - 021140	deleta - Usuak	0m)30502 + 0.0Llas	senr0 - 2020000	delbury - dribat	36(3)00 - 0.0188	dedetal: - minas	ANTHER COLLARS	delita - Tutable	900955G + 0-1185	ANIMALY - DOLLAR	9000000 - 0ctos	0000000 - 0011ac	0000000 - 00100	\$21.00 - \$2560.00

markinelindus a Sussituros Concautodo monocinos na 1900a du pareido

886, 30

PRINCIPLE 1222/CL02 2622/12/1.
DE SALE DEVITABLESTIDE DE 2622

MISCRIPTOR RELIGIOS OF ENERGY IN										
Tipe di raspasa	Hispanyor 19515	ardotte I		HIVETICAL SECTION	- Company	swakay	a noho,	PREFES DA	Describeds do	Standard
	Ξ	Ξ	Ē	Hope i decimation	Cipaterodos 181	#:001.00ks	151	men reject de 4	Materials Materials	
0.0000 - 0.000	LET 10.7 (3.22915 DE 12 DE	of daying an or other	1999100	MAUDI SONOIR THN ORIGINAL	60,000,000	587,50	\$37,10			PERSONAL INC. MEDIDA: DE
CHEEDED - Payous	58751860 151 117 15 25 25 13, 16: 13 16:	AZOLO AD ASSOLUMENTO	155151177	повист эзурова тим одиратие:	0.000.00	9.18	27.35			APECE SOLICE - MATA CULIMATA PLOUDARY OF TAI PROJECT OF
CACECLES - Dulcas	SETTINGOUS DE 12 DE 25 D	A. 61 S.M. STO, 10, 11, 1881, 203 10, 34820 104 181 (3,6211), 13	55,077,000	THORA ON MELTICACIDE SOMES HODGED IN STEAM	112,500,00	16'66	24,13			Epithodica Action Colonical Services of the Principle of Colonical
MANDED - Digas	DELICASONE, DE DIDE	живора ж канепактика и	09(27/29)	there focus Nephrants Course	407.300.00	190.00	151.10		2 6.	FINE CHARGES
GOEGICI - DATEST	SETTENDIA LATERAÇÃO DE 12 DE SETEMBRO	Matro us, apid Sectal. No. No. 3, No. 70, No. 11, No. 15, No. 17, No. 18, No. 17, No. 17, No. 17, No. 17, No. 17, No. 17, No. 17, No. 18, No. 17, No. 18, No.	5255	HAND KADADA MEDINI OTAS:	NO.300,00	6 'A	8,13		<u> </u>	FESTIVALISMANO PROGRAMMANO SERVICES PROFILES DO SERVICES PROFILES DO SERVICES
FARMENTS - Digraz	15.1 11.7 (5.2 (0.1), 18. (3.) G. (b.Téres)	ANT. ACRE CAST TO , R. 21, WIT. 23, 30 Acres 1 Of 161 (2020), 12	150/2001	ARTWIDS AFFILIA YEARSO	M2.300.00	30.8	71.11		2 12 14 0	THE COUNTY OF THE PROPERTY OF THE COUNTY OF
DIFFERENCE - Pages	LET THE POSSION, THE 12 THE SETPHENI	Action to Asterna, 10, 11, 10, 10, 10, 10, 10, 10, 10, 10	15/6/501	CARLO ALTES BARROLA	m2,300,00	Ø10	13,13	_	<i>2 4 6</i> 6	STEELINGT PRINCIPAL OF SECTION OF SECULOR SECU
CHECKLY - INTERS	DELTO/552015 DE 12 DE SETEMBRO	AN 1 SE 70, 8,11, 81,73 O MEM I N IST 35731, 17	0.00000	Corto so in the fiction feet	N1. V00.00	DO'. F	EE'.;		2 80 31 6	CONTRACTOR SECTION OF SECTION OF SECTION OF SECTION OF SECTION OF SECTION OF SECTION OF SECTION OF SECTION OF SECTION OF SECTION OF SECTION OF SECTION OF SEC
CHIEDDS - Decea	LET HAND SOURCE DE 12 DE LETEMBRO	ACRE SAS ERL, R. H., REL, YO DO AREAD FINE MET MONEY, TO	0.50081	AULIN NEWS STEP	m2,790,00	Ş	21,12		2 86 .4 6	STREET STREET OF
GGGGG - 0 to 4:	USE INTRODUCE IN 13 INC	ALKER CHITTO, H.T., STL. 11. Part of the control of	0300000 0	Section ferrein Adapted Politiques	m5.200,00	F-00	51,12			STEEL OF THE STEEL SANTINGS
Metala - Dates	2012/1907/1925/2017/00/1907	NET. NEXT NO ARRENAMENTS	1946/159	WHILE WITH WHITE	90,000,000	16,022	553,25		2 82 9	FLUITABLE FEB. MARKED FLUITABLEO DE MEDIOS DE
0.00000 - 0.0000	SCHOOLS AND STATE OF THE STATE OF THE SCHOOLS OF THE SCHOOLS OF THE SCHOOLS OF THE SCHOOLS OF THE SCHOOLS OF THE SCHOOLS OF THE SCHOOLS OF THE SCHOOLS OF THE SCHOOL OF TH	ALM FIGURE 19, 10, 10, 20, 20, 20, 20, 20, 20, 20, 20, 20, 2	198900	ANDRES STOCK MOSERN	m 2, 200, 90	8.6	14,45		<u> </u>	STATE OF THE PROPERTY OF THE PA
GHOROGOU - DOLLARS	LET IL (15 GOD), 10, 17, 19, 19, 19, 19, 19, 19, 19, 19, 19, 19	MOTO TO APPRIMENTS	154945134	MARIN DE DATION CASTINI DA	(0.2,000,00	66,03	12, 11		2 2 3	OF LOTING OF POST-PORTING PROPERTY OF THE POST PORTING A POST PORTING A POST PORTING A POST PORTING A POST PORTING A POST PORTING A POST PORTING A POST PORTING A POST PORTING A POST PORTING A POST PORTING A POST PORTING A POST PORTING A POST PORT PORT PORT PORT POST PORT PORT PORT PORT PORT PORT PORT POR
01060505 - 0nc343	Opposition of the table of the table of the table of the table of the table of the table of the table of the table of the table of the table of the table of the table of the table of the table of the table of the table of table	WOLD NU APPRIENTEMENTS	0.0869681	HUPE IN LITTLE CACHO SA	m2,590,40	VF1,30	551,12	VII, II3		PERLUMENTO DE PEDIDE DE COMO SOLINOS.
01680262 04542	MET INCOME OF 18 OF SELECTION OF 18 OF SELECTION OF 18 OF SELECTION OF 18 OF SELECTION OF SELECT	Note that the designation of experiments are also assessed in the second of the second	7289884	Maria Raalia Den Sera Gravateve	90.000.0u	2	*			STREET, ALL TO STREET,
record - Disserving	un nut Sigolo, por la especialismo.	ME. 1. 10, FD., 8, 31, 10, 71, 10, 71, 10, 71, 10, 71, 10, 71, 10, 71, 11, 11, 11, 11, 11, 11, 11, 11, 11	(2h(let)	Firs 3therpa Persons	B-2, VOLOD	13.13	14,15		2 6 0 0	n tina de recisión de la Superior de
0100000 - 0+0:4:	LATING STATES BE IS BE SUTTRIBUTED.	Mark Country, 8-11, 670, 73 power of 100 per 1928 Mar 13	19090	PETPL PE SAISA OLI PELAN	m2,991,00	55,02	17, 31		2 14 .4 .	FEBRUARIO MILITARIO DE SIDALIÇÃO A CARAMA MAÑORIA SECTIONA DE COMPANIONE
0.080:0: - 0.4:4:	UST OUT STORES OF 12 OF	MESONOR II CONTRESCOS 90	15)1315.0	House day to Great Bribby	00,590,50	19,03	751,111		. 14	FILED THATCHER SC HICKORY WAS COMPANIED
production in the sur-	Commission of P. D. D. C. C. C. S. S. S. S. S. S. S. S. S. S. S. S. S.	MELECATA DE CARRESCAS 40 MELECATA DE CARRESCAS 40 MELECATA DE CARRESCAS 40	9306.181	Butto Cadel de Reneres de Coma Estesa.	10.7 300,00	175,22	15,1		1 1 1	MIND THACKARITY OF
01080203 - 045242	MET ICCS (2017), No. 15 (0).	Application, act, presum privated to the Median D	H19555H1	COST GUIDANTS NATTI TO	m2,500.00	E '%	H		W 21 V	PERESURAD MANETAN DE SIDNES (O. A. GREMMA SANTÉGA SERVICIA DE SERVICIO
tatalica Decea	DELTO/ 5/2015, DE 18 DE SERGINO	MEN I NOTTO MOTO 1991 701 100 MEN TO 100 MEN	111555311	Anny Elena Dipor Julia Antaina	00,200,50	8.30	15, 25		3 2 11 2	nt industrial de management al Coursé de la Francia de Saladada se de la Course de Saladada en como de managementos
MINESSES - BALsau	uzi n.*15/2010, no 12 no 8e (duyan	SCALE METHODAY, 1995-300 and along a roy of system, 12 and 30 and	वात्स्त	SASTE APPEAR OF BAILO	102,100,00	0,00	20,00		20,11	PERIORICA PROCESSA DE SPAÇIÇÃO À EXPRISA SANTAGO SPOCING PERIORICA

15 588

FUNCTIONALIS C SMSTRISS CACCRIDS MILICIPLE IN PRAIN BE LINEAGO

VISUALISE PECIFIOS SE GUSCIÇÃO . II

MEDIDIO 362376198 30331371 DO ARD CONTABLESTICO DE 3022

Marcia District Politics District Politi	Tipo th the pean	Disposições feacia			Surfish heaptiguests		Same	00,000,00	Duralingka an Literal 7	-damyaydea
MACCO MACC		Ξ	Ξ	i	Bane Chambagle		Ξ	<u> </u>	IN 489171713	141
NATION			1.2.34 mm, m, h, xam, h) 10.0 mm, m, m, m, m, m, m, m, m, m, m, m, m,	1800.08	SOSE OF JENT FILLY IN OUTA	ut. 960.00	20,02	11,71		STEASON OF THE STATE OF THE STA
Marco	ENERGIES - Parcas	DELTH YAGOUT, INCIDENCE SETTING	5 M FOLD 11 1, 198 197 FOLD 12 121 (2001), 13		ARMAN SERVICE AND A STORY OF SERVICE AND A ST	9 W ::	2.	200		COLUMN CONTROL OF THE STATE OF
Maria Harmon Ha	GCECCC - OLUM	LET DUSTAGOD DE 12 DE SERVICE SERVICES	again de Carrentanas III. O os ago cartas		JUST CHEUS HOME DA STEON	41.360,00	100.00	:00:00		CANCELLING TO CONTRACT OF CONT
Notes The Principal is Res. R	DELETE - Payors	SETTING (2011), 16, 11, 10, 10		1974,0501	Percondo Pago Geles e adisa	H2.200 00	2000	00''00		POSITIVEST. DO NICLES DE
Maria		92613. te 12	48 (1971) 971, 387,70 880 (1872) 81 (543) 13	10001000	NOME OF THE PARTIES	н1.366 66	**	22		MOSILINGTT: HURCETUL DO SUFFICIE A CHURCHE SANCTORIA PERCENTIS DE MANIMENTO
Figure Title Prizerii E F F F F F F F F F	1	D. 12		(000000)	A TOULD ALVES FOREMINGS	8		30.00		MODELNE TO MAINTAIN SEATTON
Kitch	GF8777 - Octobs	2	6.86 Ph. p. 11.861.33 60 LN &LYSOLD R	X 50.019	REFERS	HF 586.06		8.8		SOURCE CONTRACTOR CONT
Chica Chic	ENERGY - Delras	50	F 84, Pro J H. H. JAT. 138 (200 H.M. &L 18,2015, 13	10.003100	Chalde Vietra Merida	442 SEL, LE	3.5	i.i.		CONTINUED WHILITH DE SURVINES I CHEROLO STATEDIO
Note	[4E][C2C] - [SC143	LET P **15/2010, PC 12 DC 50/10/40/10	21 - 102 % 15, William (C. 128) 11, William (C. 128)	101504	Acto Otivosa facia	442 (00, 00	8 1			SOURCE WHITE IS A SOURCE IN
Colora		LLI P. 15,201, DE 12 DE SEDEMEDO	0 a0 seessaweram	8.7691	Name of the state of Subs-	A2 500.00	200	8 97		SOUTHWATER TAX SELLING IN
	C4CIIC2E2 - C4C143	STORING 15 10 16		24. (1502.)	Note the Section of Street	442 EEE, EE	74. PC	150,00		CONTAMENT DAS VETTORS DE
	ENERGY - Delras	DC 13		14250002	DAVID ATTRACT CONTACTS	441.5EC, CE	HC Ec	8 9 9 H		COMPANY AND IN TO COMPANY SAFETY IN
	seines - Catabaka	JULY 15,721, K IZ K	o an Applicable and	110111011	Jernine Mryst	14. 150,00	11.11	100,00		SACURATION OF WORLD'S DO
The first black		2011. BL		8889999	Nates of pixt Placing	42.30.0	JULEU	36.60		SOUPPER DO SOUP IN
Solitor Control Cont		 		HOMPHER	Alexandrica Natur Landon	442.540,04	of IC	450 00		ecoularity at rectal R
- Service (17 F ***/2014, E + 2 to 400 20 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 0	MIRRS - 241-65	2		18256166	Jean Pacing of Percental Margon	42.30.04	262.95	260.00	_	
Collection Lith Physical Relationship DESERTED Market	MIRIT - Signer	2		TREATING.	WELL BLEE STUD DATE:	40, 511, 61	20.00	40'04		e-Countries as earlies re-
Colora C		7		04637531	Walls blos sulfa frather	46.300.00	SMURC	250.00		Programmed DES PARTICIO DE ARTICO DE CONTROL
Colorar Colo	**************************************	3		:1444:	Next de Fahign Paloris de Seusa Fabaura	442. JE, Pi	77	27:17		RESOLUTION PRINCIPAL DE AUGNOSAÇÃO A CIPRORAN SAUPIÑA, A
- Certary LTT Thyrill, Et La Er (1902) A DOLLEGAZITO (1914) Lave De Jose Principa Bones (40, 285, 18) (20, 18)				Mister	Laver Te Jertit Potentia 1985 is	10 ME, EL	23,18	11,757		PETROPAS SPRINGES STRUMBING NATINGES NAME SPRINGS
- Shirks	HCIE/27 - ORINA	Mana, m		M74100	Laura De Jesus Petrala Potats	02.20.10	calific	00.00		MANUFACTOR NO PERIOD E
Outline Act of "No. 2010 Outline Outli	202222 - Julias	ALTONOMIA BE 7 III	ALE SALES, a SUBJECT OF STREET	1100	Beauties dono da Sobra	442 538,83	JE . II.			STEDMENT RHICIAL AC
- Outpot LEG 4 Typically Eg to Fee Percent Company of Theorem Anna January Afford Anna January (Company Anna January Anna		5000 m 2		HIGHI	ODGERN STORY STORY	402, 578, B)	IIT, TII	200,50		OPTLIST DE IDMINSPIES PECHVÆRING OVS MEDIONS OF MEDIOSOFIAL - PÅNDA SOLIDIKLA
		33 11825		1	JOSEPH ATTENDATION	447.548,80	IIP'DII	EI III		PERSONAL INC. NUMBER OF AND AND ASSESSMENT OF THE PROPERTY OF THE PROPERTY OF THE PERSONAL PROPE

TARCHERÍSTICS E SUE LITRE CARCELLOS EXELÉCTICO NA EXPRO DE ENACISO

25

ģ

FEBLORG ALXZALAN NOVALANA

approver on sectors of the control of sectors of the sector of sectors of RESULTABLE - PORCESOUMERO RESULDABILIDAS REDIGIS DE Aleksan demokratika demokratika ALCO SOLAD - POROS SOCIONEIA REQUIDENTE PREFEISO, PO STEELING A CANSENS SAUTHERS STENDAÇÎN A PENDANA SAVATARÎA sattatinin a calendard saudatin ACCUMENTO NO HERITADO DE APOSTO SOCIAMENA STREET, A CONTRACT SANTACLA Alegano a casas a colonia STREETING A CONTINUE STREET SEGMENTATION OF HEATONS OF ALDER SECTION SECTIONS IN arese factor - ironos contudeda spanjens krajenski sautuska APPENDAGAM - POPON SOLITORER areas asculativi ribidos soutubedo STREET, O. A. PURPLEA SAPATABLE SUPPLIED A LIMITARY EXPLORABLE APOND SOCIAL - PÁNTA SOLINACIÓ SURFICIO A CERTALA SALVEMEN PERSONALLY DES PLOIDES DE RESUMBLED ON REVIOUS DE PERMITTED BECHLEIDE UN. SEGLINETO NO MENTAL OF ACRESTMENT OF SHIPTON OF PERMANENTO RELICIONAL AC standard haddra of PERCENTAGE MANAGEMENT DOCUMENTO NAMED 1812 DE SEQUENCE PROFESSION SEALCHDER O'TONGEN DOMESTIC MANAGEMENT DO PERSONALLY REPORTS OF regarding ord Healors PUBLIC FURTHEREN OF PARTS FINAL MILTO OL. CLICATION OF PUBLISHING PACK R REBARD TELL OF MAINWANTS WALL IN PRESENT PALE PLENTED WILLIAM DE RENGAMBLE TIME OF PLANSATI OCCUMENC PRESENTE resultable randoms. NAME OF BEHAVIOR CLICIAL DC PLHIBATE SPECIAL DE PUBLICADOR Observações Œ 2007/17/01/01/20 DOMESTIC PROPERTY OF THE PARTY Menastrada de Litabali 2 MATE ATTITUTE 913131616 adian trades F. 6. 2000 July 9 171-151 161 Dea 18543 2 5.6 Š 12.12 3 3 Ş 9 11.11 4 6.3 11,11 8.3 61.13 8... 25. 43 83 8.3 3 8.8 Š 11,11 7 198400 198400 9000 Ξ 3,96 8 8,8% 3 3 Š 8 3,9 20 8, 8.9 2000 8,8,8 8 8,0 39.9 8 W 23 į 8.9 Š 5 4H:0:1144b3 200000 Ξ 8.0 90.000.00 47.400,00 80 000 177 41,366.00 8 94 17 41,360,30 90.00.00 47.900.00 40.46.06 8000 41.400.00 42,340,06 42,300.00 40.00 8 8 ... 41.300.00 4. 20.06 8.00.00 41.300,d0 8.08.E Ottomercadas ġ Orthology Ξ 4 king of figure further Solve Marrie de Macrosa Cardeno Sirba Milk on Athan Falogo Salva FORKIO ASSESSI SOMES CORES Emayer on Applican Lindents Training FIGURE A MARKA CHARLES DARK POYACTO ALKARO 10,9965 CORE MAPLA ALPODA OLOPTIC VIETRA HAPIN ALPREA RIVETE VIELEA Mireline Jores, de Selsa ŝ WALTE PLACE INC. I MET LE PARTE LE PART ANGLIA DZIETINA DARAZAZ June if Destigaçõe 181 8 MRPTCO CARDINO BAITTEIN Many Quy Bodes du Silvar Natural the Security the Court FACTOR OF CASTRO STUM AMORNO PLEIPS ON MONTH Challette Meets to take the CONTRACTOR STATES JOSÉ AMPONTO HONTE PO MAPLY ALITE DE AMBER PERMITTA MARIA STUM intidate banel colons PETTHERES NOTES SUCE ANNUAL DAYS SWITCHES MICACAL CONTAINE CHARACA OM AUS. PETWENC PARIORS MOREIRA 2499 98.5 183 51900 ę 59.040 0.000 06.000 1000 Marsh W 8093E03 E 10174H 1100 5000 27.98 ¥ 100 m 028.8101 12000 1000 17171100 7228 200000 2000 1000001 N.S. R.S. Ė i H H H ALECT ALPTO FOLIO MODES SOCIOLO DE CONTRA DE LA CONTRA DEL CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DEL CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DEL CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DEL CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DEL CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DEL CONTRA DE LA CONTRA DEL :: :: QUE E AU PO E E E MO ED EN PO EN PER 20 (ABO 1 N. A. 17) ABO 150 ABO 150 ABO 170 AB ALE FALFO F 11 ACT 10 30 OCT 1 AL POLICE POLICE MATERS SO GREEN IN ALL 18/2015, 13 ALTERNATION FOR MANY SERVICES ALE FOR ALL PORT OF THE AREA TO THE AREA T ALIO E ALEO DO TOTA MODIO DI 20 02000 DE 20 0200 DE 200 20 MODEL IN ALL 35-2015, 12 ---SELECTION OF TOMPSETCH NO. 计算机 计可引用 化二氯 SECURITY OF THE STATE OF SECURITY OF 20 (AED) 12 (E) 1. AED 30 (AED) 12 (AED) 12 (AED) 13 (AED 20, F 5 40, F7 (1 1 1 40) 20 HED 1 DA EC 15 (20) CHOCK IT WILLIAMS OF 20 (ABO L B. A.) 77 (2017) WELTO DA ACAD SIMILA. (Polo 30 42P610ME110 UTLINEALIZED AL CIUSI OPPID GO GENERALITO UPLIENTERS OF UITE artido ao certa unalistro Outstanding or older 2010 co nefermento OPPOSE OF COMPANIES Opplo an 4FFEANNEDON WELLER RESERVED. UPDISHBUILDINGS ON BIRCH in. idek Ξ Ë. 33 × Ш 뵘 g 当 岩 Puspes tights Jugara 20 77 22 11 27 12 17 00 Υ ¥ ձ Έ ዾ THE TARBLE OF BRICK Ä 11 t. *12/2011. tt. 12 te DC 12 DC ELE ** 32,250, 10 12 PS 01 t 115/2011, FF 13 FF ELL *** 1252FIL GE 12 PG ULI F *15/2003. IE /2 HE #1 5: 31 Tribary 18: 12 14 2 24 EL 1 75,728-1, TC 12 2 <u>r.</u> ELL "TN/2011, CO. 12 11 ELL TAYLOL, Pt. 12 ter s. "Tsylkal, et. 12 27 22 77.78274 22 73 끸 DI L MAZELL, DE H 101 t. *15/2811, FE D 6, 13,220, 18 THE PROPERTY OF ELD **15/25(1). THE STATE OF (0.1) 10.72011, LEI 1. 7 15/2011. SCHERK FIERWAY CHEMINA SCHOOL 200000 VENERAL CUERT CHEMICA CHEMITA CHEST CHIMIN STILETO CHEMITA STATEMENT SCHERO SCIEMBIC SCTIMBLE CHEE CHIMITA STREETS NEW PROPERTY. SCHEPT SQUARE SOLUTION OF THE STATE OF Total de despesa Miles OMMEN - Section MARYNY - NELLER 14311377 - 3m: ran 443124 · 267145 Market - Section MINDLY SELECT MIDS - No. 14313737 - 34:14s MONTH AND A PARTY M111717 - 34(1+4 MINIST - MALES M111777 - 34:1144 MONTH - SERVE 20332 - Muse 14313237 - 3421141 INTRA - Mark MAINTY - DULYS MINISTS - Seepar MIDIN - Sepa MILITAN SEASON MIR27 - 24(199 MINNY - NUM (0000)

:000:

MG. 33

200	MARGO
) 	1 10 60/01
TANCING MICHAEL AS IN	HUNGLING 33

PERTON SESSIONS SESSIONS DO MAD CONTRACTOR DE 2122

Tipe of records	Trail ridge 111 ALE REAL TO LESTE, ART. 25 202 AREA TO LESTE, ART. 25 202 AREA TO REEL TACOUS. 13 202 AREA TO AREA TO REEL TACOUS. 13 AREA TO AR	3	Introduction to the factor of the control of the co	Despetada Organisate de la constanta	S Rockon	s madean	Securiors of	Devotincia de Hansi 7	Statesquet
LET HAT SASOLA FOR 15 DE SETTANDED LET HAT SASOLA FOR 15 DE SETTANDED LET HAT SASOLA FOR 12 DE SETTANDEN IN LET HAT SASOLA DE 12 DE SETTANDEN IN LET HAT SASOLA DE 12 DE SETTANDEN IN LET HAT SASOLA DE 12 DE SETTANDEN IN LET HAT SASOLA DE 12 DE SETTANDEN IN LET HAT SASOLA DE 12 DE SETTANDEN IN LET HAT SASOLA DE 12 DE SETTANDEN IN LA LET HAT SASOLA DE 12 DE SETTANDEN IN LA LET HAT SASOLA DE 12 DE SETTANDEN IN LA LET HAT SASOLA DE 12 DE SETTANDEN IN LA LET HAT SASOLA DE 12 DE SETTANDEN IN LA LET HAT SASOLA DE 12 DE SETTANDEN IN LA LET HAT SASOLA DE 12 DE SETTANDEN IN LA LET HAT SASOLA DE 12 DE SETTANDEN IN LA LET HAT SASOLA DE 12 DE SETTANDEN IN LA LET HAT SASOLA DE 12 DE SETTANDEN IN LA LET HAT SASOLA DE 12 DE SETTANDEN IN LA LET HAT SASOLA DE 12 DE SETTANDEN IN LA LET HAT DE SETTANDEN IN LA LE	-	1:1		_	Notice that the same of			seers o'ollings	
UTT HEYS SOUT ON 15 DE SETTIMEND HET HATTS SOUT ON 12 DE SETTIMEND UTT HET AS SOUT DE 12 DE SETTIMENT LET HEYS SOUT DE SETTIMENT LET HEYS SOUT DE SETIMENT LET HEYS SOUT DE SETIMENT LET HEYS SOUT DE SETIMENT LET HEYS SOUT DE SETIMENT LET HEYS SOUT DE SETIMENT LET HEYS SOUT DE SETIMENT LET HEYS SOUT DE SETIMENT LET HEYS SOUT		Ē				<u> </u>		M *ENTTON	14.
		8 005 ISS1	Marrie Barnella de Costa Cortino Barreso	00'000':17	8.8	13.5			ATENTINGATE NAMED AS TO THE STATE OF THE STA
#\$10,000 DE 12 DE 2000 DE 12 D		TO SHARE F	FUSABILIT DA SULVA AZMUTI	415.340.00	8.3	80,400	M. M.		
### #### #############################		3 (100%)	ESISMETT ON STATE AND AND O	00'000'311	00'93	6.0			PETER STATE - PARTS SULPERS PUBLISHER 145 HONDS PO
ACTIONNO DE LA CONTROLO DE LO DE SECUNDADO DE LO DE LO DE SECUNDADO DE LO DE LO DE SECUNDADO DE LO DE SECUNDADO DE LO DE SECUNDADO DE LO DE SECUNDADO DE LO DE SECUNDADO DE LO DE SECUNDADO DE LO DE SECUNDADO DE LO DE LO DE SECUNDADO DE LO DE LO DE SECUNDADO DE LO DE LO DE LO DE LOS DESENDADOS DE LOS DE LOS DE LOS DESENDADOS DE LOS DELOS DE LOS DELOS DE LOS DELOS		C MMRSSI	Coro Barlo de Tremas Bours.	115,3604,40	000.00	400,00			PINGE SOCIAL - MANNESHLOMAN REGILDERTE MA RENING DE ALCONOCIA - Obios ROLINDO
LETT H.7.5-2012 DE 13 DE SETTAMON DE 13 DE SETTAMON DE 13 DE SETTAMON DE 12 DE 12 DE SETTAMON DE 12 DE 12 DE 12 DE 12 DE SETTAMON DE 12 DE	25	Harman K	Kitz de començão de Sitha es ha	u2.500.00	Ş. 2	6.			Print Court - March Court of C
14 11 25 26 3 16 13 100 2 2 2 2 2 2 3 3 3 3	Mer. 50	12200%	Marija Najossa de Cistro Yrelist	112 (201.00	8'.	04,03			PERSONAL PRINCIPES OF SERVICES
SPERMENT SECTION OF 12 DE PETR	AND ALABOTAMETO	2280000	mental of acts they also	00,000,00	1:3.00	15.00			PERLUMENT PAS MENTAS DE
DE 112 S GOLD DE 12 DE	As 81 s. As 310, 16, 16, 16, 161, 50, 10, 00, 00, 00, 00, 00, 00, 00, 00, 0	1009GH	LOTO HARMA UTAS Afundo	447.394.40	71,00	ρη'1"			STEERING A CHEMIC SALAKTA
0.000	AUTO AN APPLICATION	H 9905001	Herry Box Edderes de Colle	00°D05 214	2,36,00	174,00		•	of Automotive Comments of the president
GACECCO TAKESS LELLOC'S 2013 DE 12 DE 12 DE 15 DE 17 DE 18 D	NO SECTION OF SECULO TO A SECULO TO	C Agricultura	core chemina electron	607,900,00	8::	8.5			PERCENTING PROPERTY OF STREET
Participation of the Company of the		0.000000	Cortos Bernel Tiberto Borros	100,000,000	10,100	10,102			HIGHWARD INSTRUMENTS
COCCOCK - OALAS	A KI CHETTA A TA SECTION OF THE SECT	N GASTRAGA	SOUTHER ARROTT STANS OUTSCHAF	m2.200.00	50'0	۱۱, ۱۱,	•		PERSONAL PROPERTY OF THE PERSONAL PROPERTY OF
20 21 30 71029	err. Upolo no Amuripagoris	N ETDSWAIL	MINNE HUMBO PELOTO	000,000,00	8:8	103.33			LECTION DE PRODUCTES FICALISATION PES MENTAN DE PRODUCTES POETES DE PRODUCTES DE P
200 St. 00 to 15 to 15	TOTAL NEUTRACITY	A ELEMENT	MHOSES ESTANDO PELOTIO	10.390,00	330,00	433, 32	M'IN		PUBLICATION OF PROPERTY OF THE STATE OF THE
Scott by E or	AND TO AMBIDATION I	N MYNGSHII	NUMBER OF STANSON PER OTHER	102,500,00	8.8	53, IP			HEROMETRO NO MODINE OF ACTION ACTION
0.00000 - 0.053 0.05000 0.050000 0.050000 0.0500000 0.0500000 0.0500000 0.0500000 0.05000000 0.05000000 0.05000000 0.05000000 0.05000000 0.05000000 0.05000000 0.05000000 0.050000000 0.050000000 0.050000000 0.050000000000	10 Jan 10 Land 10 July	15-1629a S	CAND PAULO POPLOJES ONES	00,290,00	D.W.	14, 47			PERSONAL PERSONAL DE SINSPINAL DE CONSTRUCTOR SANDONIA CONTRA LA CONTRACTOR SANDONIA
04090603 - 154 - 152 - 1	ACT. ALK I THE FIRE SHEET BY THE WANTED THE WANTED THE SHEET BY THE S	A Amussil	Augusts Dre Posterior Abasig do Carra	00,000,00	8.4	#1.61			mark marker in consequence Epochygano kal jiraka, od Sirekangko A. Gerwene Cuentada Gelt irande Etallodores
HATTER THE STATE OF THE STATE O	Mary 12 Mg 111, 3, 21, 1987 (3.1.) Mg 5600 1 34 LC 13, 2011, 12	A 151 15741	Willy and Paravades du Silva.	(40, 900.9)		E.4			Fraggin Arienalis Singrifo A rapama sustana Peters of suspense
20 71 30 71 025	MOST BU APPLICATION	a steleti	PARTY AND REALING TO CHARLEN AND GOTTO	67 501,00	433,33				PLOSZABITO UC. HOUNG DE APOLO SOCIAL - POMO
0000000 - 15mm v	0. St. C. M. FRI., S. M., A27 11. 1 10. St. O. L. C. St. St. M. C. C. C. C. C. C. C. C. C. C. C. C. C.	l ltt[/dtv]	Hirar de Falias ledas de discrits lages	(40, 50), 30	11.51	11.11			FERNACIO MANDETONI DE SIENTAÇÃO A FARMANA SAUMPRIA PETOTO DE REFERENCE.
20 7 30 7 10 23	contraction of Contractions at a	[FEZET-1]	Melante researce de Silva	447 533,33	465,23	40), M			SIND TOTAL MENT OF THE PROPERTY OF THE PROPERT
04000202 - 04, inc. Professional California Professiona Professiona Professiona Professiona Professiona Professiona Professiona Professiona Professiona Professiona Professiona Professiona Professiona Professiona Professi		N WALEN	Morrie Corps Pereira Sactuada	000,990,00	525,23	SH, H			PERSONAL DAY OF THE PARTY OF TH
	MOLE NA AMBIENCES	LESTELS R	WHI GLUID BY SKIPS	11,193,511	153,33	100			rudinamento una Habituda de escrio stratas - Pótos soutoueix
769D, 01 E 01	LIVENHOUSE OF STORE	Position A	CONTENTS DE SATISFICAS	100, 100, 200, 200	6.08	9118	_		PECHUNEATO INSTITUTORS DE PPCTO SOCIAL - PÓRAS SULTURADA

TWANSTREAM EXAMINED CONCERNOS

MERIODO 2023 (01/02 - 2022/12/5) 00 AND COMMENSATION 00 - 2022

77 783

PROBLEMS PROBLEMS OF FORTIGINE III										
Table de despes	Disposições Legals	of deliberal and a second	J	Entrada semficiana		Post Pass			Leastingle per Liansfi. 7	Matriages
	Ξ	121	υΓL	mate if Obstrukcido 11	(All International Internation	N N	12 12	11-11-11	Mr. 2417, F. C	M
0400000 - 04100	JEL 10, 15/2010, 101 P. 00. Surphiero	de to the term of	[]4,5541]	est to eat attents	6,305,50	8.5	25.55			FEGURAGES HELICIPIA DE SEMERÇÃO A COMPANA SANTAMA
0.00000 - 0.1145	151 H 15,421 L NE IS NE Extrapeal	COLL DE LES MESTE	112110002	NAMES APPLIES ON A PARTY SA	667,503,30	2 2	זו, יונ			re into re montonies Estatuates de minimo de constituir Survivia de constituir
0.0000202 0.00:4.5	and and \$4000 or 12 ps	VATA	23323242	Alter da Neves Sandoso	442,500,00	200.00	80.00			CHILD IN PORTS
ANDROD - United	SCHOOL STANDARD IN IN IN IN IN	AMIG STASSINGFITS	747874117	Mich to Nowe Cultion	617, 903, 30	230,03	1,13,23	13.23	1811	nyo it saring, - Prana singina ja Posituodisto die Montae de Positio dieden - Jakob de Joseph
0.0090202 + 04.162	Lat H. (Sept), by P. by	that is a described in class	23923253	When harrest Godon	M.P. 300, 10	D),Q3	ול ,נוש			recentada - romo su benin Reluggen no Apino e esco esta - elemento
0.0900202 0.01142	peratano per no 1870/000, per le ob- servano	Children O Androhel the	23/14/16/5	Horto Ne Fatable October	05,001.30	נה,וענו	103,33			PROCESSION - POSS SOCIATION - POSS SOCIATION - POSS SOCIAT
0104605 - thr;238	DE 11.7 (2.5) 12. HOLD BE Operation	UNIA ILI ARSDIDIGICIALI	MAGRICA	Month De Latina Da Sulva.	007,007,00	00.00	103.30			100
04/00/201 - United	SERVICE OF 12 02 SERVICE OF 12 02	00 AND 1 SE THE CALL VITE OF THE OUT OUT OF THE OUT OF THE OUT OUT OF THE OUT OUT OUT OUT OF THE OUT OUT OUT OUT OUT OUT OUT OUT OUT OUT	231533943	man de Otrak, Northgres	u2,391,30	F-12	11,11			SECTION OF THE SECTIO
04004505 - Dec:40	LET 11.5 0.5913, DE 12 DE General	AND SUMMERNA	201393014	Shift a day of, Ook (Mosey)	u 2,300,30	0.000	15,131			PERIOD NO REPORT REPORTS OF THE PERIOD OF TH
0.0000:02 - 0.4322	0.0 m (5.0 m) (6.0 m)	idi@hu6ea in idela	500151202	MATERIAL STATES OF STEEN ALVES	10,000,019	D.0	8.5		***	- 22 -
MMM000 - Parism	Selfateron Little H.P. Golden, Dig 12 Dig	WHE WASHINGTON	200,0489	HOLD SHOULD IN STAN ALTS	00,000,00	530.00	157,331			PERCENTING NO PROTOCO DE
0.0000002 - 0.4.54.5	SETAMBO UST pri Sociatio, 07-18-05 SETAMBO	NEWSTRAFFILM OF WATER	237242424	Tailite dino Reigner Grave	417.000.00	120.00	13.3E		•	NACE AND HE TOUR SOLDWING STEEL STEE
6168540b - Bursaz	LET 11.7 \$ (2012), us; 12 us	ser. material preparation of	21234215	Rolls William de Silve Hodes	00,100,40	10,000	577,30	11,113		ERICHALING PROBLEMENTS REGIONALING PROBLEMENTS PROCESSARY OF THE PROBLEMENTS
973200 - 30330010	041 H (5) 641 b, n5 15 05	Physicacyce	(3355314)	LILLING ARREST RECESTS)	00770070	490.00	60.09			MEDINALPO DAS MEDIDAS DE INVESTO MEDINALPO DAS MEDIDAS DE
okologos - fluesau	Accordance Description Des	0.0 to sultrin, 0.0 to 300 APT 200 E	20035213	Alle Supprise (60%) & Alle All Card	00'00'30	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	13,41		•	SIEBLAND MITTING DE
A19600 - 0x12A	LST 11, 13, 43, 43, 10, 13, 10, 13, 10, 13, 10, 13, 10, 13, 13, 13, 13, 13, 13, 13, 13, 13, 13	ewin (2011), um (20)	235345243	Harris Sanacla, dituants Costa Batus	007,007,544	47,00	וני,יו			CELL DE PORTRATES RECLUMENTE MITTELES DE SUPERÇÜE A LEMANIA SOCIATION
010000000 04545	ad 10,75,750 (0), 05 12 05	NET.	235341743	VISITA CICLLIA CRIZ DILCA	47,300.30	175,01	274.33			ATTERNITOR PROMINENTE. MEGLINATIVO POS REDIGAS CE ATTERNITOR PASAMONIA.
Ottoballo - They're	121 H. Co. (3) D. (1) UE	WHICH WARRENGER	80000	adeue Contill usal solish	05,000,50	00000	153,30			PERLUMENTO DEL MENTRE DE
01060202 054342	Manager 10 (20 Pt 0) 2 (20 Pt 0) 2 (20 Pt 0) 2 (20 Pt 0) 3 (20 Pt	10.40 km/sp.mp	225151515	Arabela travela Herricano de	00.000,54	\$20.00	50.00			PEDILUMENTO DAS PETITICA DE
Unitado - Buran	DEFINATION OF PURPOSE STATES	UNIO 10 PROLUMBERS	235431135	0.000 136S1 (1606	ut: 300.00	515,041	27,30			PERMINENT PER REPUBLIS. 19.
515290 - 30509010	24 (1975) 05 15 05 8 (1975) 15 (1975	1.5 % FILL A.71, MILTH EMIT ON EST 25/2011, 12	381 fo 312	COSE MINISTER IN STEW MUNISIPA	u1.300.00	9.	9.6			5 2 7
010M010 - Bir :	LET 11, 10, 20,010, DC 12 DC 3, DC 4	WHO W REGISSERS	0330000	2092 ALTER DA STEW	M: W3.30	:00°00	203, 30			PERMITTED OF PAULS 14
FF-200 - 20202010	USE II PROGRAM IN THE SERVICE SERVICE OF THE SERVIC	TO ALL TOTAL (1.71), NOTA (2.1)	NO SOOT	Zula Liu	07,000,00	8.8	23, 24			STATEMENT WATERS OF SACRED
646600 - 045ap	0.61 (0.759.7915) (0.72 0) common	NET. 19010 NO (NPS)(NRS)(M)	0.000000	Hajisa Relena de Siseria Pressa	No. 141.00	35.00	03.30	97.9		or a reflect to the management of the problem of the company of th
ONLEGOID - Parties	LEL NASSERTA DE SE DE SETTOGRA	WIN W ARBITMEN	008800	Berry Wives de mod jo Yacara	H1.200 90	0.55.00	8.53			TOURS OF INTEREST OF THE PARTY
							· :	_	-	l

ths/recentional Elementors Community His ECHELO on POYATION MANAGED MANAGED

25 mg

PERSON CHRISTIAN CONTRACTOR

I - Optional as sourced materials

	Cool de desens	surface and codes;	F.14110400		Encloding beneficially	Stephens Occupation	Despess:	5 K 3 Kan	School of a	Medited de Control	5136735353
		1-1	E	<u>:</u>	Tope - Dumpagle	_	Z	ē	I CHN (N	m ventitita	141
- 66	34,000	20,000 (1,000)	ALEXANDER MEN WITHOUT DEPOSITS OF PARTY	201817	FORIMORE DLISS SEE JEAN	H2 370 (6	00',00	@`wl			MEDIDALIPE PUBLICAL IE SUPERCIT FERMAN SANTATE PERCET FERMANDER
diffile cores	Outres	LEL N. TAOLEJ, EL 12 EL	UPARALISM AS US	10:66:65	Demands Natura de Actório Consta	445 200 00	8.8	8.9			POSITIONE OF SERVICE IN
- 202060	- Julius	2017 11/20 J. LE 12 HE	GROOM GENERALINE	20188162	received faces of Actorio	442 546.06	136-10	250.00			POSITIVATION OF PROPERTY OF THE PROPERTY OF TH
M132 - 36500	24:144	production of the production o	drivers of the property of the	20142211	MINNIN JENNIN EASTOSD FESETIVA	443 °CD, DC	MT.ED	117.00			SCHOOLS NECETAL CONTRACTOR OF SALCANIS
d9322 - Secu	Delies	SELVENTSZELVER IZER SERRES	V. B. AL. PEN, N. Y. J. APP. 12. SCHOOL IN URL 15/32015, 12.	306754164	MPIA UE PROHA CAMBAN GREEDA MS LEVES	440 CD) RC	H1 FD	9: 1			SUPPLIED FOR SALABIN
OH172 - Miller		LET B. PANNELL DE LA DE SPREAKE.	ערגוניסטוועו או ע	100151307	HALLA DE ENTRA CARVILLO CORCLOS CAS ACTOS	442.546.04	00 %7	330 00			ROUNG #7 DO NO 165 H
09000 - Julius		ALLE TOPPE LE PER PER PER PER PER PER PER PER PER PE	radio po rahestvaliato	1011/21/01	Percenta no vesto quella de sidalpo supragan especial nas vesto	443 (MD) DB	75.00	00.0			MODILANDER PRINTERS TO
84104 - 31/14M	5-11-5	SECTION OF THE SECTIO	ADDR 1 TO 100 AND 100 ADDR 1 TO 100 AND 100 AN	120504171	TIVIES MATERA REFIEM MANT	442 NID DI	12.12	9 24			MODIFICATION FULL FOR THE TOTAL OF THE TOTAL
ONDER - Secure	Dati 45	11 to 11 to 1250 a c.18	NEW MERCE	MUNICIAN	PLESCIA HALIA MATARS SPACS	140 '4B' DI	410,00	N:0.00			68
MM27 - 7ulys	20175	ALTORNA LE LE PAYARLA, LE AZ EE SETORIN	SERIE 191, 81132	131617	Service Light (\$2,0150).	NO 210 (4)	3 %	0 %			AUGUSTA CONTRA SESTION
Sellie - Aldale	5-11-6	SERVICE OF RECEIVED BY RESIDENCE	Secretary of the second of the	2120cM12	PENTIL INSE GARGINA DA SULIA	442 ME G	10: 26	8.91			STOCKE OF THE THREE TO PERSONAL PROPERTY OF THE LE
callet - 554880	2311=3	section Called to 12 to	ECLEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO 3	212176158	Manua Sautua de Auroja fun a	442,510,01	3.PC, EP	3EP.D0			THE TOTAL SECTION S.
editify: Autos	er las	ALUEDA LET I PROVIDE I, EF 22 EF SETURISE	201 744 544, 42	STREETER	JIND PORTIGES 11615 DAIS 1716	442 MB.04	03 331	1EC 00:			MODIFICATION OF THE TOTAL CONTROL OF THE TOTAL CONT
- (0.000	21114	ALL APPOPUL PERSONS SERVICES OF THE SERVICES O	ALE FALFE, and CATTER OF THE O	311111E	NALE SÉRCIP USES PS stass	442 MD, DI	11,00	31°°1			BOALDESTE WILLIAM DE CONTRA CO
Matth? - 2dlan	221122	ACCULATION OF A DESCRIP	EVERTSCE 2	21,210,1255	hasa Nacia de Sonta Apudes	443 (NE, IN	03/317	30 OF			SEQUENCIAL DISTRICTOR DC
00000 - 00000		ACT ALMOST LICENSES	de de parese	3336311116	China to Cornecte Pedragnia	442 VIII), M	92.3%	8 92			MODULATION FOR METERS IN THE SOURCE CONTRACTOR CONTRACT
Middle - Colors		to the Walted, on the or of the State and Stat	to with the PH. P. C. no. 20. Company of the property of the physical company	214121412	Jack Graupa Covero Marks Perpanen	442 (10,01	7 P. CD	314 00			SOCIEDADO UNICIPIO DE SOCIEDAD E CANTRO SOCIÓO A
\$VI200 - (6)(400	Outlas	32" 4. "VAZALI, IE IZ IE	PLEATOS	MU142417	Fiere Secre or Lichar C.43	447.310.01	266.00	20.00			SCOUMEN INS ASSESSMENT AS
0.00000	90:110	SELVINORUM TON	POWERFUL STEEL	HALARIT	Table Seattle Marches Laper	10, 210, 51	14E, EE	986,00			Poulsement NE VEHICLE DE NOTE
030307 - 545185		11 C 10 Will 11 11 II	FULDAÇÃO DE CONTINUE DE CONTIN	214124115	Maria Mate Spring Puberia	442, 526, 62	354, 66	36.00			Resp. Hefter Assorted Formand and Programme Landschaffer
MALLON - TUSTING	00:144	Conference of the State of Conference of the State of the		214111920	March Celebra Sendality	442 VIII, EII	10,525	303,50			POSICIONEM DES MOTORS DE
40000 - 04:155		27 C 200200, R. P. B.	CODMICION OF SAME	13411167	UPISE TA SIZETA LIIIA UAZINDO	447 531,83	JE, EL)I D D			FEBRUARETO NO FEBRUA DE MACIO SOCIAL DE PARA PORTA DE DE PROPENSA DE DE DE DE PROPENSA DE DE DE DE DE DE DE DE DE DE DE DE DE
Action - ibiptps		all of all following the control of	MEDIC NO PRESENCENCE	1941/1017	WHEN THE LESS THE SALES	442 538,83	ICH, EC	201, 140	IŲC, EE		ACQUINED TO PERIOD TO
030302 - 000003		27.50 VANDA, N. 17.10.	cardinates as pode	2141111111	4001SF FA TLEFFA I 140, UKENDO	147, 121, 153	= '"	16, GC			Programme Ac (E) No. 16.
MARTIN - Anglys		services, and the services of services	participates of contributions in a feature for a contribution in a contribution.	MATTE	PROSECTA STATE A LIPE WEBLIN	442, DLB	20.01	141.111			AND STANKINGTON SC PESCHEROLINGE
					- 	4	-	•			

١	۲		,	
		۰	۰	
	Я		•	

Maritano 2022 (et 2) (a. 2027) (a. 2) Do sulo Compani (formo et 2) (a. 2)

NEMBER 9801570 OF SCHOOL WITHOUT IN

#MASTREMENT SUBSTITUTE ON CONTROL ADMINISTRATION OF LANGUAGE.

Tipu de despesa	steps1 sobjetoptiv	Reditas		Entrads entirolitic	a x aka	3. P. A.	t with a	Pospesce Americades	1445 2631 de 	Charvecto
	Ξ	12.	13	dare i benauqia 11.	alcoholzer	- I	Night H	17 4 3 - 6	# 40 74F15131 40 74F151513 1 T	5
0000000 + 001m;	26 TH 20 ACHONOMIA DE 17 30	capabilities as olde	2001007	MARIP LITTER NUMBER COLLEGE	00,007.50	113,53	M, IN	51,13		PENLINEER DE REDIEC DE
04191912 - 031145	157 d 75/2011, 15 12 at	properties of distri	2,491,5405	HOPE LETSA ARMANI COLLIN	07,591.29	119,03	238.83			PUBLISHEN OF REPURS OF
dedable - deries	RELEASONDED OF DOCUMENTS	OSAUTIMOUNT	0.3937.0	Marria Miscrott Costa Ferrandos	40,290,40	513,13	V38, 80			PERLUACING DAS PETITIOS DE
900000 + 0011as	26 Pt 20 (010/2019 1919)	prancipy	2 5741574	Petra based Costa Sattigues	102 900.00	700'93	533.10			MCGLUMERCO INS PEOLICE OF
Jedinai - Anjas	LELY, "POSITY, DE L'ORE	HTTORINGE	1,593.3P	An Hlast Offsetta Riedis	00,593,40	50,01	518, 80			PUSHISHER DISSISTANCE DU
0400000 - 0atras	ACT 80 ACT 20 TO 12 HZ	PHATETIA	2,7125210	Maria Tersel Farsandra Pararia	0.100,000	(R)(G)	51. P.			MESSERVE CONTRACTOR SOCIONES DE MESSERVE D
0#03000 + 0attas	de al SC "Heavisia" (9) La signatura Per qu'abranca	NAME OF THE STATE OF THE PARTY	0.038.03	Teresa de Jesas Suas Perena. Ferreira	00.99.50	81.33	9.7			TELEVISION MELLINGUES CONTROL OF THE STREET
0409000 - 9atras	15 1 2 (2 1) 15 (2 1) 15 (2 1) 15 (2 1) 15 (2 1)	SUT.	2,3485233	Seconds and lead office	00.593.00	990.00	554, 80			STATE OF PROPERTY OF STATE OF
3636372 - Outac	10 (1 30) 11 (2 (3 (3 (3 (3 (3 (3 (3 (3 (3 (3 (3 (3 (3	- Pårenepreser	298250	Strong Substitute Page 30	07.593.40	157,73	558,80			PERSONAL PROPERTY OF THE PROPE
debility - datas	ALL AL MARCOLL, M. T. P. STRONG	18000000	2,96219.4	Delign to 1965 material	00,000,00	133,33	3311. PJ			PEGLIZACIÓN PECHAS DE MOTO SOCIAL - MATE SULMANIA
0403002 + 051145	151 A. 25,2211, 30 17 to	MACHERSTE	7.463 that	UNDOOS MAIS LONG PUBLISHED	02,990,00	333,73	538,83			RESIDENT INS REMINS IN. ROLD COLLA INDEX SOLIDARIA
141125) - 941.54	LES A. PASCILO, IN 12 PL SECTION	ALL IN ENGLISH, N.T., 1987, 10 LO MITGO TO THE WARREN, 12	ELSH H 212.	July Note From Natos Vietra fues	(67,533,33	0.0	87			STANDARD MED 1%, OF STANDARD STANDARD
34313/37 - 041.45	LE: 1,*19/2011, DE 12 FL	SET POWNERS.	ALIPITAS.	supposed planes and property	447, 533, 33	11,11	311,113			relation remineral. Profession of Helphan of Age of
1453522 Online	E. A. M. SCHOLE IV B.	0500000000	COLVERUS.	Late Derriques Process for	40,503.30	3D.03	500,80			FEDERAL SACING FORM CONTROL OF THE PERSON OF
2421222 - Genae	ter at "A Shirly, or 12 co	setting bands	111111111	Clarcia Abbarts Oriena Osto	07 533,33	111,111	117			2 .
M311727 - Octobr	just n. Machine to to su prompaga	the fight fight is a company of the fight of	27327285	APPLICATION OF THE STATE OF THE	467.538,83	13,11	7 7			STATISTICS NO TOTAL OF STATISTICS STATISTICS
MIRES - OLIAN	TEST N. "54/2012), DE LO TE	SEC. SEC. SECURITARISTS	2214,4511	WE'V IN PARISH GODGS BY	447.533,83	103,21	D3,83	15. Ph		is that our mathematic Education of REOLOGICS Pools product a place on pages.
numbb - catro	LCJ n. **5,231.3. LE 12 HE	describe an experience	2344831	ANTER IT TITLES CORES IN	442.541, li)	115.01	15.63			FULL ARTHUR DE HONDER OF
MINERS - CALLAS	10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 1	MOCO NE MALMANENTO	20000	WELL HOULD THE PER TO SELVE	002,531,13	111,71	1.5, 63			PORLANDACO LVS REDIONS OF
MMDD - Otto	11 21 11 (CHANGE IN TO 11 12 11	depresentation of code	angona	METCHANICA PRODUCES SUB-	442, 5311, Ex	15.31	325, 51	225. 111		FULL SECTION - PARTY OF THE PAR
MINIST - veltas	31 57 32 1 (10 5/5) 1 (10 75 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	PORTRESOR	228 (225.15)	4000 May (1910 0.10)	467,531,83	5.13,31	VIE, EII			PEULIANEM DS. HEUROS UZ Contra SO 130 MONA SOLINGES
MIRRO - Serie	to n. "Sales, et a re	PCM W7PESTE	231811277	AATLA DE FALLES SL.PA	40.531.B	10.01	111. [1]			PCGLAMERA NS MERITAL SE AND EDGLA - BOSA COLOMBA
MINISTS - Section	10 1 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	AL SECTION OF THE SEC	72,4,6611	Sergia Jean da Gilra	42.50LB	3.36	7.1			STALLABORA MUNICIPAL DE CIRADIÇÃO A CARBORA SAUMENA PORTO DE COMPANSA SAUMENA
MINDE - Other	ALL 9, *15,270, J. 10, 7-10 ACTOMIC	200 -40 H C 42 FB, 10 C, 401 TD DC 1900 C 10 CLD 15/20.1	77,41,617	Spring Jeap de Silme	42.33LB	43.35	41,65			CONTRACTOR CONTRACTOR
MILLS - Other	142 (C. 1872) 11 (C. 18 C. 18	CARTALISM TO CARA	222 1454.14	MA META DE SELSE DE COSTO	402,501,10	180.00	154, 41			FOUGHT IN HOUND IN.
1011075 - 54105	12 C 22 1 H (C) 1 L 1 L 2 L	CSCIMUSIENT	12181191	the Continuous forther Designers	0.2 511,111	11,000	131,63			REGILDALF DIES HEDING DE
MIRIO SILIN	SETTINGS OF STREET OF 12 EL	NATURAL BUREAUSTER	IF.721722	ALA DISES PETAS ALA	447,533,33	II, LY.	.51, P3			ALCHARDA DES PECHTA GE RECT SOCIAL - PÉNTA SIA, PARIA

ptc. 21

0.000	£ 2002
#Elino 2022/11/09 2002	DO AND TONNESSESSITED D

WISHALDAR BRITING SHEALTH BACLANISIN										
Table of cestera	prepared legals	fryhdede		Durdode beneficiaria	25 April 20	Despess a	604640 2006	Process And London	Tendining for Linual 7	Dharrardez
	Ξ	Ξ	Ī	Ilone i Deminarção 1.1]		2	<u> </u>		M 4311 C. C. C	<u>~</u>
Mainth - huag	DEL HUTS-COLL, DE DE DE	INTUALIBIE O	200 Refres	CHIEF CRISTILL GLISTIPA	N.S. 100, do	500,004	51,11			DO ENGICIA DO GERMANIA
CARROLL - Duras	SETTING SOUND BE IN DE	Remainment	2008542	Exitetion Actors Poditiques	0.000.20	8.89	W.W			PEGLOSCHAL - PANCE COLLOGO PEGLOSCHO - PENCHOS OF PERCHOSCHO - PANCE PANCE
GCCCC - 0.ccd	LET 16,7 (2) 2013. De 12 0e.	UNITED INTEREST	69150182	Colores de force Copulho	101,000,00	200,00	133,33			PENNINGER DES PEDINS DE
ENERGY - Duray	DEL HARBONIA, DE 12 DE	NAME SENT	Maledar	mpar Anarea Hancola Nurtica Horoma	102,300,00	8.8	199.00			PEGLEMANT - FORM SOURCE
OFFETT - Details	16T M. 1502013 DE 12 DE	PÓMONE YESTE	(12)(96)(1)	Validada viz infollotion validation	N2.300.00	80,000	VM,293			PER DISCHALL - MONTH SPECIFICATION OF PERSONS IN CONTRACT OF PERSONS INC.
CACECZCZ - Dulras	LET HUTSVEST DE 12 DE	PORUMERSON	22225000	tours Original alives Geodoso	00'000'300	06'061	(A)			PECULATION FOR MAINS OF
CHIESES Delras	SETTINGO LLI PL'ESZOIX DE 12 DE CONCESO	Todows Sheets 0	70,890	Portos Solie de l'exclusion	115 (200,00	:50.01	274,30			PERIOD OF MEDING OF COLUMN CO.
H0000 - 00mm	DELETA SOUN, DE 12 DE	INTERNATION	2556529	Althor Benefit Day the	u2:300.00	00:00	900.00			- 12
DATECTA Delras	LLI P. CAZOTA DE 12 DE	POTOMONESCE	***************************************	Strick Deniels 0005 of	112 500.00	210.00	210,00			PERLUNCIPE DAS ACOUNTS DE
NUMBER - DUM	SETTING TO DE DO DE	INTERMINED	0.800	TILLIAN AINGELA LUCA PE	20,000.544	00.000	90.00			MEDINATE HE REITS DE
EMERCE - DELVAS	STINGER OF IT OF	HOLLYMANIOSC	0.86.60	Autóno mens de later	447.500.00	470,00	·D'0'4			PERLOCATE DE REDIGE DE
GOOGG BUTTON	SETTEMBRO LET M. TS/2001. DE 12 DE	1/216/1/Next	952200	Report purpose and Riberra	442.560.00	00.00	90.00			PERLEGACIO - PRAMESOCIMENTE PEDILUGUEO LAS REDIGAS DE
MIDD - Night	SETEMBRO LOT BLOCK ORDER TO PE	PDANCES ON	00863833	Susan Harris de Salva	112,300,00	500,000	190,00			PERIODER DIS NUMBER OF
14111717 - 171743	SUTURNO LET M. "15,2201 DE 12 DE	UNITED HARMOND	00/150/012	Thirt folia service as an	442,300,00	80.00%	907.00			PETEL STATES FROM STATES OF THE PETEL STATES O
HURT - North	SENERALO LEL LI TALODELL, DE 10 DE	MANUFACTIN.	000000000	Areyeb Tana Setta Jeita Sema	00.002.514	0.00	130.00			- 33
COLLECT - Dalma	SETTLEMENT OF 12 DE	Moulosass	96,91912	SCHOOL OF BUILDING SCHOOLER	442.320.00	20.00	150,00			PLANTANINE PO PRINCES DE CONTRACTO PER CONTRACTO POR CONTR
H0077 - 6414	SET BUTTLOOPE, DR. 12 DR.	IVITION LAWRESS O	0.000000	COLOR SECTION IN NEWS	00.002.20	800.00	8.88			MODERATE PROPERTY OF THE PROPE
COCOCCC - Dates	SCHOOLS DE 12 DE 12 DE 12 DE 12 DE 12 DE 12 DE 12 DE 12 DE 12 DE 12 DE 13 DE 1	90153 06 651000	2001000	Society of de Sonsi Terrors	442,544,00	1.000.00	1,000.00			POSITION OF THE STATE OF THE ST
H000 - 000	DETERMINE TO THE PARTY OF THE P	ISTURBISHED	0.041022	ATOMO ZONE DRI STESSI LIND	00700077	00.000	70,00			PEDIDUCKE DIS NEDTRES DE
CHEMICAL - Delras	SKIPHONE LET PLANSONS DE 12 DE SANSONS	0.00487174114400.0	910661912	Celic Maria Reducines	445 Mo.00	hq.06#	VC0.00			
G00302 - 0cos	SETTINGS OF THE PROPERTY OF TH	30 PER ALPER, ILC., ACC. 33 OO ARD LESS TO BE \$500 D. H.	51918181	Without Building Silve Sect.	00,000,00	3.081	180.81			STATEMENT MATERIAL IN.
0.0000 - 140.00	Les estimated as the latter representation	About & Apolitic to to APT 155 minimizer for the Skiddle G	Hot Little	Shop Highel Darks Solve	442.380.00	007/1	8701			PERIODE A PETRON LE PERIODE A COMPANY E PETRON A COMPANY SANTANESA
ENERGES - Delras	LET F. 15/20/2015, DE 12 DE	indiphidmento	000000	Cortic du agila de Dirwerra	441,300,00	80.00	500.00			PERMANENTAL MENTAL DE PROPERTIES DE PROPERTI
54000 - 544d	SET BOTT (2001), DK 12 DK	IWITSALABISED	500000	CLOSEDA SYLVOS DEPMINES	00700000	00.000	931,0			PERLUMENTS DAS MEDINES DO.
14111212 - Dulras	LEL HUTS/2001, DE 12 DE SENEMBRA	0.004/0.004/0.000	\$4.084.0	Inco Ditai Remaks in Silva	40,000,00	700.00	400.00			W .
[cital212 - 2-tin3]	10 1 4 TA/2013, DC 12 DC	UNILEAZAN DS U	2,000,000	THE CHARLE OF THE CARRY	20 035777	1,006.00	1,000,00			ESTEVENT DIS RELTES DE
cours sans	161 t 13/2012 IF 12 IF	0.00476747640	\$200000E	Saleta Regina Fora de Saleta	30.41v.ts	406.60	00.005			PAULOCHT 10 HELIAS ECONOMICA SELECTION CONTRACTOR CONTR
C4010202 - Octobs	LELPCTINZOI, DE 12 DE SERVICIO	STANDARD LE	0581367	OLCA 20- In VIETPA PACHADO FERPEIM	442 500,00	01 110	\$10.00			HOSELANDERS ON METERS OF THE SALES OF THE SA
			İ	-	į					

Practice (CESTING 1015) 13:1 Do are cultivation of 2022			TEMES	TRANSPORTER & SUBSTANCE CARCELLAGE AND STREET OF PARM OF ARREST						FM2. 13
it ophnese is satilize withinsia										
Tipo th cellista	futhoughs topic	. असन्तरम्	:	Diday lentrolog		Version of	Stadkoj	-	Described to	Barracke
	Ξ	Ξ	÷	Ibaşı i deştirinçile Dij		- H	<u> </u>	The Markette	M 45FELEE	2
HUUU - 0000	UEL 10, 156,250 D. 15 UF.	1000403000	274L19915	Aneth Stay or 202	W1.9010Y	1)0,00	113,33			REALINGER HES MUNIOR OF
MORDED - Purpos	151 11.7 (5-0.012), DC 13 DC	KMTUSALMINZO	2281875.2	Haratin Décardo da Silva	417,500.00	200.00	573, 33			PUBLICATION OF REDICE OF
CHEETCE DAtes	SETZHIMO LET 10,715,72012 16, 12, 06, segretation	1-4fb5/124-4050	0300000	Ana Solito Pricco Pobolio Guinos	m2.593.90	291,00	153,122			FERUMENT PARTICIONES DE L'ANTI- FERUMENT NO MEDIONE DE REGIONAL PARTICIONES DE LINERA
(405072 - 00042	WELL CORES OF 12 OF	PONONCISCIE.	(1010)000	Any John Timpo Polityla ibitake	10,1900,00	ulc, di	(11,11	-		POSITIONE DE PRODUCTOR.
CAUBLELL - Duteau	LET 11,475-2015 DE 12 DE	PONOUC NESC.	2090/92	Andrew Decision NewsPress	00,000,00	03.00	65,30			PERIODE PARK FOR HOLDER
C4060202 - Octob	JELLICONOMIA DE PORTE CONTRACTOR DE PERSONA DE PORTE DE PERSONA DE PORTE DE	phoyers	276477672	BIL MIGIEL IN STEPH WINE.	417.301.00	200,00	00,00			PLUIDALTO ES PROTES DE LA PROPENSIONE DEPURSIONE DE LA PROPENSIONE DE LA PROPENSIONE DE LA PROPENSIONE DE LA PROPENSIONE DE LA PROPENSIONE DE LA PROPENSIONE DE LA PROPENSIONE DE LA PROPENSIONE DE LA PROPENSIONE DE LA PROPENSIONE DE LA PROPENSIONE DE LA PROPENSIONE DE LA PROPENSIONE DE LA PROPENSIONE DE LA PROPENSIONE DE LA PROPENSIONE DE LA PROPENSIONE
MENTER - Organi	LA HANSONIA IN IS DE	ANDIO ALL ARCHINATIONO	SPECIAL	AIN SAFEK DRETTAL DE CARDO	00700070	8.8%	193.40	g.		14
G06020 - 0.test	161 H-7552615 06 12 06	pdedMaridacy On other	1000000	SAMIN GUIDA PINGURES DA	412, 500,00	8,38	66,00	150.00		POSITIONAL POR PORTING OF ACCOUNTS OF ACCO
C4060202 - Ducas	SELECTION OF THE SECOND	AND MEASURABLE	2,0116,40	SAMES BURES MUNICIPAL DA	02,500,00	80:08	99.99			MUDDANCE ME HERBY IN
LALEGACE Deleas	10. 10.75.2015 DE 12 DE	POWORCESCE	20013932	Critical States Attacks	00:000:01	176,00	10,000			PUBLISHED DE NEDIOC DE
MERCED - Digas	151 II 1000010, PC 10 PC	ANIO AU ARBITANBINO	230128130	CONTRACTOR DATA TO STUDY	612,300,00	8.30	878			MELE LANGE - PORTS DOLLMENT PERIPHER PRO PERIOD DE
HALLELY - Papers	SKIDINA SAZON DE 12 DE	Aeroto uto accomprendo	0.015100	MATERIALS CHAIN AS SENS	H2,590,00	8/8	20,02			PERLUNCING PRODUCTION OF PRODUCTION OF THE PRODUCTION OF THE PERLUNCING PR
G00000 - 0 tude	UEL H. TS-2001 V. DG 12 DK	MANUSTEE	Stellar of the	CARRIED DE BADRO VIEIRA	612,300,00	8.8	587.80			MELUMETE RE REVINS TO
CACILODO - TALEAS	LPT PUTS 2015 IN 12 IN	Ivrito/4ultarito0	0000000	SOFTE MANUA HOSERA AUTOMATES	10,100,514	700,00	16,000			PENLINGER DES PÉNENC DE
GCCCC - DCcd	SET-1450 LET 10,75,200 De 17 De	10/00/01/01/01	2 104/1670	WHICE A MORE DA STOA	44.300.00	8.8	80.03			Michigan Ports Sulfaces Michigan Color Helps 6
ENTERED - DECAR	TEL HER SAUDIN DE 12 DE	Introduction	2002000	POCA MIRITA PLINTO TIRETA	M3,290,40	700,01	300,000			PERLUMENTO DAS MEDIDAL DA
GCECIC - INTERES	10 1 10 1 2 2 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	0.000001.000000	3110012	Johy Bern flithern	405,300,00	00.00	240.00			MULDINATE OF RESIDENCE
[4FF72] - Otto:	2678-1820 124 14215-2015, 14, 12, DE	Lambachance	2002/02	HATEA BRUN CORS COSTA	00'00''	90.0	500,000			PERLUMENT OF HENDER OF
G406020 - Octras	SELECTOR OF 12 DG	logico.cyange a	1115040	Cotata Eduteta Vale Nationa	M.2.300.00	80:00	90.09			SECTION OF SECTION OF
GMDD - fitter	SETTINGS OF THE PERSON	Immenance	2311853177	Holora Tibora vale Bottins	H3.300,00	990,99	791,00			PERLUMENTE PAS NALIONAL MA
GCCCC - Ditem	SETTING 0 LET 10, 75,22015 DF 12 DE SETTING 0	2015 N. S. ESTON	21114150	Carrie Mapazia na Orine Topina	412,300,00	00:00	80.00			PERSONAL PROPERTY OF THE PERSONAL PROPERTY OF
CHERTOD - Ducyan	LEI H.7-5-2015 DE 12 DE	POZUMENESCE	50,550,00	DELSAR TURNOOOE SA SARNOO	00,000,00	530.00	1,10,00			PERLUGEND INS REPORT IN
GGGGG - Dited	SETTINGS (12.05)	3015 V SE ESTUDO	11000000	Bridge Jorge Barbrote de Coura	112,300,00	00:000:1	0.000.0			MESTAGEN - FOND ASSESSED
CACACOO - Duran	LET H.415-2015 DE 12 DE	sous as estable	21413994	Cort. Flo #01615 press	112.100.00	1,000,0	1,222,43			POSITIONE DE PRODUCTURA DE LA CONTRA DEL CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DE LA CONTRA DEL CONTRA DE LA CONTRA DEL CO
G4060202 0.0cms	Section of Charles	DATES DEFENDED.	SHEELS	Ana burn ny Sousa Boltinoun	0070071	90.00	878			FILLIAMEN PAS MONTAN DO TO A
EMENTS - Paras	LET HE SERVICE UNITED BY	MEA & ESTUD	\$1500 E	some Carlos Termodes Agrines.	101,500,00	600,00	122,22			PELATURENCE DE PENTOS DE
CHECKS butens	161 p.75/2013 of 12 of	ndite/planen	364300	CANDONIC LONG TEAMDER	402,300,00	80.00	80.03			PEQUALIFICAÇINE PERTINS DE DATE
EHENCO - Pulnas	Unit publication of the control of t	Phythological	9,000,00	MANUAL MANUE SA PROPERTO DE	H2 500,00	Du'us	521,01			PEZILUGITE DIS NEDIOS DE
(407272 - 0.04)	JERREY UST HERSTONE IN IT IN SETTEMBELL	nhauc stace	T. 14 T.	Delivery Ambient Controlled	00703670	8.8.	2,0,00			NOSTRACTOR NECESSARIA
	2F IP100 II				_	_	-			define a seed of finding which

RECT: SOCIAL - PÁCOS SPULIGEDA

RECT SOCIAL TORON SOCIALIS

PUBLICATION OF MINING OR. PEOLEMENT OF REPORTS OF

ž

Chambardes

PEGLUMBADO DAS NEDIDAS DE APPLE SOTAÇA - PRAMA SALUNETA

MELLY SACIOL - PONUS SOLUMESO Machine South, Embon southers

BUCKLINE OF SEPTON OF

PERLUMENT OF REPORT OF

MELL 225-81 - PORGS 500 (MR.) APERE SOCIAL - EDATAL SDL:DARG

STOLEGE PRO MENINS OF

PERSONALIZA INSTITUTO DE

PLOCESSA INC. - POPOS SOCIORED

PERSONALLY DES PEDIDES DE

TAMBIERÓNCIAS E SUBSTOTAS CONCEDIDOS

MILITARIO DA MANA DE LABOCA

White County Markins

PEF [mio 3722,741,02 3022,127]. DO AND FRATSKILISTIED DE Lewisch or Linear mma apartuda N PTEITLE 171-151-171 e cho paces ABIGITATED AND ADDRESS OF THE PERSONS AND ADDRES Programme and 2 30.03 18,8 3,3 8.8 700,40 ą Š 570.00 8,8 200,000 1.000,00 66.88 88 8,8% 8.28 8.68.1 554 DAMA Ē 8 8.8 8,8 8.8 8.8 80.000 8.98 90.00 8,8 1,000,00 8.89 # christians Damphood 8.000.00 0.000.00 00,000,00 00.000.11 80,000,50 05,500,00 00,000, 51 113 200,00 80.000 H2 90.III 01,360.00 00.000.30 00.000.00 00.000.00 8,00,00 00,000,544 00,000,500 45,700.00 00,000,00 00.006 511 41,380,00 442,300,00 90,000,00 W. W. W. 17,400,00 8.38.35 45.560.00 442,500 00 a runnanda 1,300.0 A PLANTED Ξ AN CITATION TERRITOR ON 21 JOH Harris da Son Officerity Michigal ISBN ROLL Grahos Princip corto de sue postativo de espatores. Carlo Reports Salve Gagables Court as to be Countle Outle table. Second Sankon de Solve assistences of FLVA anthref Major Courting Allowers form Brand Frlipe Compelives Notice John Motte Officerood de Seute Discussion Committee Contacts of Figures Chair a Beating Solve Ballado Strain Higgel Supervilles amenta se arakon udo(suha SOUND WITH BUILDING Trayo Bostel Colgado Coltos Par Pedro Oscilto Personales Declara Recoa Secretar da Ibar / Pesiengle Sanda Cristine de Pochi West Like Silve Reserve de alternation for the day WAY CHAIN FORM THE OLSIPS WITH Are due Dimma dough CONTRACTOR NOTICE Clinic Brogla Forbi Serum Areals attorney On other Peneturians by Lower And Toursell of Eva fillus a Azetujo 1 1 1 E also have Contract of 787F0 MANAGE 0.000 2220 0.00000 237118 Realth 9000 2000 098018 9975 100 82668 80000 15,000 0.00000 SENSON SE 1909 25. OH 128 2000 200 26000 28.88 7000 Ē ALE DE STOLENTO (METO) 00 AREO ED METO (METO) 12 Publisher \overline{a} BUCA SE ESTUD MUSA OS ECIUDA BOKA US KATUM DOLLA DO CITUDO MULTINO STATES MEA OF INTRA BRIDA SE RETUR BUCK A ESTUD DUCA DO DATOS SOUTH OF THING BUCA TE ESTUDI SOUTH OS EXTING MEAN OF LATIN 90 PS A OR ESTUDIO OMERSIAN SO ordered and order schekulence OCHMINATION ATUMANIMED OMPRING OF UNIVERSE when the 650 ATTRAMAMOSC WITH STANSAGE dyddicheste. NAMESTE down rst. WANTED TO Proposition legals Ħ 귈 람 범 ¥ \underline{x} ¥ 8 Ĕ AU 51 AU (1025C), 16 LA ALL REPORTED IN 13 DK DC 12 DC ALL HANDS COLD, INC. ID. PM. IA 12 IA 10 10 DR 12 PE M 12 DA AT DATE OF USING THE PERSON M 12 UE 2 2 3 3 16 12 1E 800 UE 12 UE and an and and the latter Pt 12 UP DF 13 DE 12 usi n.438-4015, mg 12 JOHN 35 2015, UK 12 2 2 当 16 15 8 2 <u>r.</u> -UST HIS SOUTH DIE SETTINGEN. AL 147 N COLUMN MET 94,755,20013, 16 LELH YOR OOL VI SPITFMEN GEL D *75,23013. 101 107 54 2017 38 f8 may 0 2002/04/19 51005-5-511-120 UNI P. 75,02013. AET 94,777,22013. El H.735/2017, EL p.**5,201.x EL 10,435,2013. AL HARBORES EL 9.25-2015 AL 9.775-2013 at p.**52/201... EL P. 15,2003 G P. 4 (Sector) C102/C1-24 190 ALM 177, 001 J. EL 9.435,2013 SETTEMPE SCT-MEPHO LTLEPO SETEMBER SETEMBEN SETEMBER SFFEFF LT-LERIO SCHOOL RETEMBED SETTEMBRO CTEMBH 0 ::#947135 RETEMBER SCT-MENT SPEEFO SETTINGE SETTEMBER OF STITUTED ETEMPRO SETEMBRO SETTEMBED OF SETTINGE 323CE:3 SETTEMBRU TEMPERATURE OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IN COLUMN TW Tipo de respesa ACIDO - Delras AFFECT - MUSIC MEETER - Delras MFEZEZ - 0.00 at ACELAL! - Delras ACECSC! - UNPERS ACECACL - DAVES HIDD - Payar 40ECZCZ - 0.1142 ACNOSCI - Delinas 4060202 - Juhras ADDRESS - Provide ACECSCS - DAMES 406202 - A C-44 ALÉLELE - LAPINS ALÉLZIZ - Letrad AFRICIO - Days MERCACL - DALFASS 40000 - 0 U.+ JULIUS - Dubras ACCOUNT - DUNAS ACECSCS - Dureas 40000 - 00004 AFFERRA - Dictary 405002 - Diras 40000 - 00000 SELECT - PACES 406050 - Nebras 466302

WELL SCOUL - POWERSON, SOUGHERS

attournanty and reflers of PEDILUTIFE FAS NEVINS DE PERUMBER PRINCES DE PROPERTO DE PROPERTO PARTIE PAR

STEWNERS WORD - TRADES STOLEN Capathos solved - Thinks a faith PPETE SOCIAL - PÉNINES DELIVACIÓ PROFESSION - MARK SALINED WELL SOCIAL FINDS SQUINESS

PERCENTING INSTITUTE OF PENLINGERY OF NUMBER OF PENLUMENT NS NESTONS DC.

PÉNER SIMINARY

RETTE SOCIAL

ridNifus wepd - Tribis ulida PPETERSOLAL PONS SOCIALING

PLAUDISPITO DES PROTECTOS DE

PEZILIMENTO PAS NEMINES PE

PPOTE SOCIAL - ITMAK SINJONES

PETER SOCIAL - INSIGE SOCIETIES APOLE SOF ALL - PRIME SINCIPARIA

PESULMENT DIS NOTING DC. PERUPPER NO PERUPPER TE PERLUAGITO DAS HEDIDAL DA. PRILE SCORE - PÓRGA SOUDVETA POSIDIAR POR PORTINS PO

PERLUMENT OF REDIDES IN

vodennus puepe - Truco odole MELL SOCIAL - PÉREZ SECIONATE nomen fan wasal y fielden elekt

PESULMENTE DIS PEDITAS DE

POSITIONERS IN THE RESIDENCE IN to sideals by the Medical

PROTE SOCIETY - PENER SELENATE.

Merby (9) is colorated based 40 in

PEDDADAR HATCHE G DIVINI DE PUMBANTES

Mandana Sand - Parka adam PPECE SOCIAL - PONG SWINGER

PENNUNETTY DE PARINE LÉ

REPLUIDENDING MEDINGS IN.

PESULUKITE ENS NEDIDRE DE

PERLUADITE PS REFLECT IN

#000/LECTION 3.5.33/LESS CARTER 05. AREATER 14.10000 Pt. LINDO.

	_
esta al	agtionaca
PERIUM 2023-01-0.	VISUALITIES PEDITOR N

ուժոնի գյում։	sivial sabig	frelish		Allebation obtains	0:36:82	sesador	XXXXX	Second Se	Despuigle or Lishel 7	ctaph hatte
	Ξ	El	чгг	rione 7 heciquicas Lij	14 A	N N	151	41-1/1-1/1	10 Sept.Com	121
0000000 - Busse	Set in 15/2001, no to no	MUN W GITTIN	715005111	1 45 Chapita 040	00,100,100	10,012	11,15			Houndly one Holing of
04000u v Dutta	LAT IL. CADVILL BY IS BY	MEAN OF ESTIDA	2011/03	And hing on Sullow Belleling	mi 200, 20	430,03	ננ 'נו-"			FOUNDATION FOR AUTOMINETING FOUNDATION OF ROLLING UP FOUNDATION OF ROLLING UP FOUNDATION OF FOUNDATI
0106000 - 044.0	GET 11 10,550 D. 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	0506075660401	0155510	STATE REGULA PLEED BETWO	077,807.00	300.00	50.50			MCCIDATIVE MCCIDATION OF STREET
01040000 - Pict 41	20 ct 20 ct to 02 to 05	3015% TO GUEDO	20589502	Others fillips Soute Siles	111,301,30	00000	90,09			PEDIDATIVO DES PEDIDA DE
61(6636) 00cm	CALIFORNIA DE 12 DE SELECTION DE 12 DE 12 DE SELECTION DE 12 DE 1	PORUNCESCE	3380433	Curtic Softer day area du Otiva.	00.000.10	0.00.0	01.10			MENLOSCHE - MAIN SHARON MAIN MAIN MAIN MAIN MAIN MAIN MAIN MAI
DIMENSI - (MCH)	CELEBRO UST II.2 Sydyts, BS 12 BS SETCHROO	(COMPUSATION)	190090	Angels Peress Troco	H:36.0	530.01	901,00			PERLAMENTAL POPULACIONELLA PERMANENTAL PER PENTAL PER PENTAL PER PENTAL PER PENTAL PEN
EXCEDID - Pages	IZ, IL. SADDE, NO DEC	athausese	21 000 100 0	MINIST TOTAL OCUDA	47.700.00	8,07	171, 30			PERIODE AND ACTION OF THE PERIODS AND ACTION
M66272 + 0 to at	METALSTANDIN DE 12 PER SERVICION	MUSEUMO	100%	Section Comments Section Required Ones Section Adv. Comm	90 0811	130.00	251,00			POSIDATIVE PAS RESIDENCES IN
G165272 - 0.C/12	DELPTOVED UNIT DE	30,555 XF ESTODO	(8000)	Clearly Reported News	H: 300 00	0/0°/	143,31			PSALDAGATO PAS ACHIUS 15
PERIOD - Person	121 H 3 S L S L S L D DC	DUED IN RETURN	050000	Arth Salta Ramor Perenta	141,300,30	600.00	90.00			POSIDIVENTE IN COMPANY OF THE PROPERTY OF THE
GCCCE2 - UCCE2	ACTUAL PROCESSION OF REPARENCES	03099530101	3800000	Bitto Adilé tones Vai	H2 300.00	00'00¢	903.30			PERLAMENTE DAS REPLIES DE
CHEEDED - Payous	DE IL PROPERTY NO DE DE	ANTIO AD ASSUDANDING	10000000	Nath Security & Orwana	42,300,00	0.0	8.22			MESULPHENT DIS REMIDIE IN
CACECLCS - Delvas	MITTERSON OF 12 OF	A2010 A0 A293/DAMENTO	160000000	Migh Edworth de Ornera	H2.20 00	23.00	00'00'	35.90		USAN WENT TO REPORT OF LEADING
E4EFE7E2 - Di (-4.)	SETREMENT OF THE PLANT TO THE	AMIN'S ASSERBING	1,40,00,01	Marin Berauth & Wivers	142,366,46	8.5.8	237.00			POSITIONETTE DAS PEDICINES DE
CACÉCOL) - LEPras	56(500) 11.1 11.4 (5.2015) 10.15 12:	abrate adds	16808047	Book i Sammarile de Orneira	42.30 00	80.00	8.00			POSITIONE - POPUS SUCHARING POSITIONE FOR RESERVE OF
GUETZZ - 0.C.42	MET IN VESTS IN THE IS US	51383000	00 in 00 in 0	ALIZEA MARIA ITERCIPA MOGALE	41.30,00	01.087	857.50			POSITIVESTO PAS RECINS DE
EXCILOTO - Purus	12. II 25/2561	SOMEONICE.	10501581	Sention Monito Permisho	142.300 00	00:005	90,108			MONTH OF THE PERSON OF THE PER
GCCCC - 0 trus	METHODOLOGIC OR 12 ON STATEMENT	080087580090	3001003	ATAN SHAW AMES ON DOLLAR	147.400,00	00.00v	M0.00			POSILIVERTO DAS NECODES DE
EACECTES Dalras	LET 10,415,000 DC 12 UK	9000 36 (2000)	38000	date Marperl Sevan critical	H: 500.00	600.00	00-100-			POSITAGENT DIS NETTONS IN
GEETE - D.C.	LEI M. TS. 2011 DE 12 DE SETEMBER	90.55 00 87500	34155285	dae Provide Velle Deves	H2 "D0 D0	1 P00.D0	1.010.01			DOLLAWATE DAS REYDAS DE
CACHESES - Dalras	LEI P. (1920) DC 12 DC	фикалли	11(0000)	Basina Nameda Caclino	41,966.06	87.00	0.00			MANAGET IN RIGHTS R
OFFICE - Daisa	LET HUTSARDEL DE 12 DE	#ONNORPECE	3500000	HAPTA GOPETT 10:85 DA 51UM,	442 570,00	01.d.	10.001			DOSILIVENTES DAS METERS DE
CACECTOS - Delivas	LEI H. J. 1872 615 DE 12 DE	NU SA DE ESTADO	350104	busyo Named Ooder Stories	90,306,00	8 80	900-009			SOUNDER DE METERS RE
rangegre - Names	ACCEPTOR OF THE PERSON OF THE	BIDS A DE ESTITUT	24211545	Frondrio Brus Paleste	442 120 00	00.00	600.00			SOUTHWAY DE RELIAGING
CHORCEC - Deleas	LEL H. T. M. 2011, DC 12 DL	HATTING SHIPE U	18118181 18118181	Year: Bules Radiayans Treats	H2 506.00	8 9%	8 68			SOURCE OF SECTION OF S
GRECE - 0.0.43	MET PROVIDE DE 12 DE SETTMEND	Willeh Address	313199150	Alexan Andre Valeta de	443 ^250,00	900.00	40.00			EQUIPMENT DAS RELIES DE
E4EMETE? - Detras	LEI PANADEL, DE 12 DE	TANAMETE	A22.10.35	Note that the Yate Hodense on Sales	H2 306.00	90.83	8 95			SOURCETTS DATE TO THE SOURCE S
\$40,0202 - Galass	161 to 75,7011, TG 10 FG	50,53.06 (3100)	342.1.146.	End Stipping on the Salar	44? "EE, EE	00 331	00,00			TOUCHOUSE DAY NOT DUE OF
EMORENE LATERS	LLI PARAGOS, DE 12 DE SETTMENO	MOLEN DE ESTUDO	34247.6490	Pánica Patricia Bapcida Martina	42.90.01	01.10	000.00			20.
									-	

#AMASS SANCIAS & SANSILIAS OGREZALIAS MARIETRIO JA NOVOLOS LIEUROS

VISEALIZAR PRETSTOR SV DICTURE S

PERSON 2022/CIVE 2022/12/12

List or others	Proprietation	Fox Lidede		Suidade hereinchasta	arrada)	Seconda	Desposes.	Secured Secure S	Personale de Lings //	Bleenigtes
	Ξ	121	III	Harvi Demonstra 171		18.	I41		No operators	BI
ENERGY - Payras	TRI P 119,2001 DR D DR	BP 55 TK 751TM	10.000000000000000000000000000000000000	Diogo lest oper lepes de Neto	W 200 00	7/10,0d	EE .EE.			FELLUATION INSTITUTIONS OF ACCUSED
E4EHE2E2 - De:ras	10.1.1.15.2015, DC 12.00 strategie	DOTES OF FEMORE	III STOPPE	Dellata Grant Pernandru	WZ. Sol. 65	1.000,00	11.000,1			PERLUACION DES MEDIONE DE CASA DE COMPANION DE CASA DE COMPANION DE CASA DE COMPANION DE CASA
\$1131252 - Shaa	161 6,719,2015 16 12 GE STITMED	96.73 06 ECHUO	8161	British Corres Goost	at 2,201 rp	100,000	403,30			HETALOGICA THE MENTON CONTROLLING HETALOGICA THE MENTON OR HETALOGICA THE MENTON OR THE PERSON OF TH
G4(4121) - Curta	TELL TANGOLIA DE DI DE	00.55 06 ESTUDIO	910/1000	Toda Pipping Appings	9 8 9	100,000	16,007			PERLUMENT THE MENTAL TIES
E4681252 - Detras	10. 6.7 (5.20) DE 12 DE	RAWKIESKE	10,000	billians faltitus de Aberida Constabil	M2.330 05	20.00	00.00			12
Eptilon - Colonapa	30 C 90 THUZALI 1 33 D 90	mysa ne estand	216,00010	Althory Solita da Silvo Solita da Silvo	9 PQ 5H	PO*000	200,00			PERLUMENTO DAS NEDITAS DE
F11151 - 241178	20 21 90 1102/11, 16 12 10	WINIBUSTO	24.05.00.16	THE CREWS NAMED RITCHED	44 300 05	\$0.00	68.8			PERSONAL PROPERTY OF SECURITY
MINISTE CALLAS	1011 p. 115/2012 16 12 16	WILESAMECO	28/306/42	AN RITA SABILO CASTIÇO DA	HE 500 00	bo'op:	901,00			PUBLICATION TO THE PROPERTY OF
M31212 - Secret	16 L 12/2012 H 12 FF	PANNYEPE> CF	21,909(5)	AND OF STANKING THE PARTY OF STANKING THE PA	445 MOR - ID	80°41.	97.3			MEDILINGETTE DAS NEDIDES DE
Manna - Sayra	JOSEPHAN LOLE TAYARDA, DO 12 DO	WITKITAHED	030803	Litalia, Aliana, Azimirka	90 000 711	90.00	89.88			METER SOCIAL FRAMESONIONIONIONIONIONIONIONIONIONIONIONIONIO
Toddill Salas	SCHEPTS 12-15 12-14	0f1 %(1)(913-400 30 0f202930	21013/80	Messions area july nothers megalities	H2 400 00	D0.04:	1:0.00			NIDO CERNE INDEPENDO
INTRAISIE - Sycras	101 t = 1,770.1, TE 12 TC	MBHO IN OCH SOLISA BOCK IC CATON	met tek	And North Chello Relete	442 X60 00	000.10	900.00			posicity mai segna Pisilonish bes Mikhani uk Besi sesan bahan mai mara
10131512 Salvas	11 1 1 1 1 2 2 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	8447A UC 057UU0	16/501112	Uccodeo Gorgalises	30 00k CH	00.00	300.00			POSITIONETE INS MEDICE DE
MINDS - Street	2010 N 2020 N 10 00 10 00	WITHINGS	00013113	Motiva Pagast Moderney p	90 90 PH	00:00	00'00			ACOUNTED THE NEWTONS OF
MISIEL SALes	STANDARD IN 12 IN 12 IN	Betson be astudo	0011%110	Stepa Gestiv 1800 illivers 500	442 500 00	00.00	300.00			PETE SOFIA - PONDE SOLDMENA PERLUMENT INS NEDDEC DE
H413121 - 24(12)	DETERMINE TO THE POTENTIAL TO THE	BOLSA DC. ESTURAL	84/8/1/8	Lucate the design of a town	30 005 (74	1.000.00	1,000.5			PETEL SOCIAL - MONOS SOCIANESS MODIFICARE PAS NEGLAS DE
M441212 - Salvas	SCHOOL OF BUILDING	APOID AN APPEAUABING	51.51.0	Koun Olbritch Gefaus at 34	H2 500 00	50.00	897/8			PERIODEN - TORIN SOLOWEN
Married - Co. (17)	TETERBOOK IN IN IN IN	MILEALUBRED	100000000	CATA MATS OLIVEIDA	00 000 711	8.8	89.99			MOOD SOLAL - MAGA SOLUMEDA NESUEMENTO HAS NETING DE
MINN - Siras	SECOND IN TANAMA	9642A UE ESTUDO	2116,5115	Fillipe Jose Pereist Orbi	443 500 10	10.000	101.00			PETER SOCIAL - TENEN SOLIDARIA PEZILUGIITE ENS NEMERE DE
MINISTER - Sittes	91 CL 14 CL CL 15 CE	BRESA DE ESTIGO	21/08/01/20	des Polina Balenco Toricas.	442 320 00	00:00	90.005			NOTE: SOUND FROM SELECTION OF THE PROPERTY OF
MILLER - Suran	11 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	MACOLINE CYTUM	11200036	Soft affaot for eta Wile	442 5/0 16	10.011	00.100			PENDUCTE OF ROLE OF
Million	101 F 1326 C H D H	INTENUÇURISII	MANAM	SABA NELITLA BOLCIOLE DA	30 03K 7Fr	900.00	800.00			PERIOR NO PERIOR OF THE PERIOR
MILES - Saran	TOTAL TENDENCE OF THE PARTY OF	MEA UL 15100	3183131E	Loit Natide Physics ofto	90 025 211	1 000.00	1 000.00			PERIODER PROPERTY OF THE PERIODE IN
Hally - Secon	20 C 20 C 20 C 20 C 20 C 20 C 20 C 20 C	PONTONEREEEE	000 B 000	With Ut offer premise year.	00 00% 210	536.00	8.8.			POSIDAGATE PAS ACTIONS TO:
MIRR - Sura	TOTAL SAME TO BE THE	FATT-PATAMP 00.0	10000	JONA SATINA SEROPO HARRINS	90 0% SH	00.00	V00.00			POSICIONEM - TOREN SOCIOUS IN POSICIONEM DISTRIBUTE IN
MIII70 - 74:04	U. L. 17.270.1, FF 12 FF	WILEJUJAFON	14560341	Monte autos de Come Valore	30 005 ETF	00:00	300.00			ESTAGNIC PIS REGISTOR DE L'ANNO DE L
3431373 - 34:r41	10 11 12 12 12 17 18 18 EE	PÉNISERESTE	20011347	Guatra Missandia, April 50,54	943 SZB RG	01.11.	\$10.00			MOSILING THE RECEIPE OF THE PARTY OF THE PAR
2000012 - Junes	30 to 10 to	BGLSA, PC 75*LPO	Mellim	Flace John Mayne Carren	441 SID 08	07.007.1	1 000.00			KOUDENT TO WILL STATE OF THE ST
Mohabit - Setras	LUCKTARE, RED R.	HANSTHEE	2001300	Seque Pacie Protesposa de Servantos	442,510,04	11, 50	90°01			WALLANDING DIS WELLENS DE AVAILG BOLLON : PÉNER SELECULE:
				-	-	-				

440 C017/40/2015 00 2062 412 C21		
00 T/91/18/10 DE	=	2002
	2002 001-00 2002	0017/91/18/100

PARTICIPATES 1 998/1815 09/09/1909

VISING UR BELIEFE STEEDINGS : II										
Tipo de degress	sinder saphisakiru	State of		Fell lab bewlicklin	00300503	sasaka	055 0540	Meganda August des	brolugh to	Observações
	=	Ξ	Ē	dan'i Periongla 11	I			11 17 11 11	M MATERIE	5
MMMIN - Parton	LAT IL CADDILL NO IS NO	MANAGROOD	MANAGEME	VIDE ALSO GAPTARS INTRIBES	447.703,30	510,012	(11)			POSITIONAL POLICE MODIFICE PO-
01060503 004244	LET 11,475 (2017), DE 12 DE 500 (000)	POSTES OF FISHING	SECTION	Cladis filips ours. Wiew-	u 2, 900, 30	500.00	800.00			MENLOMETO PET HEDITE DE
0100000 - Duczys	L61 H 1/5/2015, 05 14 05	2010/1/25 SZT091	541245145	to Associate September	47,500,50	1 931,03	1 303, 31			RELUXION NO MODING DO
Untokude - Director	LET 11.4 -> c->12. 12. 13. 00.	MISA Z ESTIDA	Pasalasi	Married In Contribe Meeting	001000100	1.000.0	0.00.0			PLUMBHEND MY PERIOD DE
\$25.540 - 305.00nv	25724480 (61.01.75,53011, 05.05 of seconds	MATIESTY	240.1571.40	carstral cars follow & also face	47,900.00	110,013	111,30			PETER SALIZE - PORCH STATISMEN PUBLISHEND PRE MEDITAS PU PRESE SALIZE - RÁSIR SIR LAÑO
0x000000 - DACHA	LET 11,755,2015, 105 12 100	POLVMUNENCE	GHZSTEN	sans Carlos de Sol As Terris	00:000:00	0.00	800.00			FEMILIARING ME MEDICAL CA
01(60202 + 000242	LATERATOR DE LA UN DE COMPANSA SECTIONS	10/00/04/201	P#55231#1	inlige Messade (Steels at Solar	ur 303.40	190,01	15.133			PERLUMENTO PAS ARTHURS PAR PERLUMENTO PAS ARTHURS PAR PARTO CALOR TORROS CHILINDO
PHADOLO - Burns	LKI 11,4 8 d d D. D. d DE	PICH OF ESTADO	MSMISS.	Adrian Hilly, de Line terros	00000000	90.00	900.00			100
0x08056 D4cas	20 St. 20 COSS 12 DE 20	3054 & 55000	80000	Santa Metre Costo	11: 300.30	100,000	17, 174			PERIORETO 145 MOUNTS 16.
M064070 - 044,542	SERVICE OF THE PROPERTY OF THE DE-	along the first of the Assessment of the Assessm	REPLAN	MANCEL ARRAID COMMOD	007.007.0	21.3	9.30			PENDANTO METORS OF SERVICE ATTRIBUTES SALVED
04080G 104342	DEL 10,75 (2015), 102 (2010)	WEST INTO STATE OF THE STATE OF	VENEZUEZ-	Lyp Cwiel Riberro dr 10827	115 303.30	530,03	701, 30			ATTENDED PROMINGHES PUBLISHED OF PENIES OF PROFESSIONAL AND PROPERTY.
01060606 - 0105233	IXI II PROGREDO DE LA DE	INCIDENTAL	30513144	Pality de Silve Bechelo	007(00)70	0.000	H,11Y			FEGURES IN PROPERTY IN
0x000000 - 0xxx44	121 ft. 1970 ft. 02 ft. 02 company	phonesus.	(41,050)	stelvino disculstiva	447, WILDO	נה,וער	ונ 'נוי	•		MANDE SANTA TONGS SOLIDANI MIGHIAPPEND UNS PROTESS OR PERCENTION - PARON SOLIDANI
575/20 205/5010	SET IN 15 COURT IN IS NO STORAGEA	ALCO DALCHI, D. M., MILLON, M. M. M. M. M. M. M. M. M. M. M. M. M.	PERMIT	Zatricia Maggeria Velizzo Iliela	00700070	0.80	Ju. 19			ECOLOGICO MALITACIONE SALATANI
0.090606 - 0.45.23	061 H 15/2/2015, 05 IS 05	angle as same	242371473	facia di certo delingues	442,500,00	0.000.1	1,000,0			MODELLINE DE PERMISSION. PEODELLINE DES HENTES DE
MANGO - Digus	STATE OF THE PLAN.	POMORDIESCE	Sections	VENUE BUZO BOS SANTOS ATORGO.	447,309,30	00000	00,00			FEGULAGISTO TAS AGAINS OF
0.0000202 - 0.0024.5	541 10,1552 Dt. 01 11 05 577 0000	9084 00 UNION	748347131	Jahy Appel Melo Cotto	47. W1.3d	1.000,00	1,303,33			PERIORATION OF PEDITOR DE
0.00000 - Partury	20 U. 2000. 00 D 00	NOTE OF FOLKE	20022305	Jings Moundie Bordin	M.(100), 30	DM,41	M3, 30			REGULACION PAS REVIOES DE
0409000 - Dattal	221 H, 15(2010), 01, 12, 01, stephonor	9015 X 53700	743255459	SOLITATE SOUGHLYS NATIONS	0.0,903.30	ED'DE'S	M1, 34			MENDALINE PROPERTY OF THE PROP
0106000 - 04000	161 H. P. GOLL, DC IS DE	ומוצו זו געונות	200255585	Soldia Sabigo hae Salitates	u 2,300,30	00000	רנ ,נויר			REGULACITY NS REDITOR OF
0108000 Becau	Man (1,455,501), pc (2 pc	9015 N 2-4500	24331159	detection ference from	G2 903.30	630,03	503,30			- W
77:300 - 30:000	USE II PORTE DE LA DE	PIER IX ESPINA	Massac	and a fact that the bally as	00700770	1.000.0	1.00.00			RECENT HE KNINS IC
0108000 Decau	10 CL 20 (CL20) 10 LS 00	00942 St #400	HELITER	45(15.0-3); Heye, (6); (5)	02,903,30	th, bet	ננ נות			PERIOR TO UT HOUSE OF
01000000 - 046:41	UST II 1952 N.T. IN IS OF	MICN XX CITIBIL	(2) (044)	Tuned de Sidos Ricultos	0010001711	1.000.0	1,331,34			FEGURACION POR PRINS DE PROCESO DE PROPERT
United to The sur	LET II. (15 (2015), DC 12 Us.	#0151 A 134000	19620600	Sach Albeite Ness Abes	07.540.00	130,03	DC 'CPF			MULITARIA DE PRODESTRA
M0000 - 04000	20 Et 20 (100%) 171	SOLS A ESTUDO	747324323	Code Cante finada	01,101,30	50.00	8,00			National Control of the Control of t
GIFOUR - Ditem	04 pr 45,000 pt 06 to his	share see	Section 4	Hora Agael Sorial Villeto	14 Ud. du	5:0.05	N.13.30			PESSUDALITÉ DAS MILLORS DE PROTE CACALLA PÉRMA SIA ITALIA
Outerator - Parsau	LET HANNE STATES OF 15 DE SETTEMBRO	SULEN OF ENTROL	14511913 14511913	dones Austrian Bertado de Sousa	M:300 00	80'000	8'60 .			DOLLANDERTE DAS MEGTAS DE UNCLE SOCIAL - MÓNEA SOCIEGAT

Ξ

Š

Dhagroughs

FORMS ON TORREST

PÓNUS CULIDADO.

CONTRACTOR OF CONTRACTOR CONTRACTOR HULLOLFTO 33, 2020) 95, LBH 1050

DALLICE MEDICANIS ST. DECLINE

PERCHANTANAN AND AND AND BOTH BY THE PERCHANCE OF THE PER

ACCOUNTY FORM SOLIDARIA ACCOUNTY OF RESIDES OF ACCOUNTY FORM SOLIDARIA ares social - robas sautovers clabalnus buoqu - nyings sinings APPLY STOLED - PHYSA STOLEMEDS WOLD SDELM: - PÜNNS SELSDARIA APPLY SOCIAL - POWA SOLIDIPLA arun social - edros souloneila WOLD SDCIAL - PÓYAM SALIDARSA APOLO SOCIAL - PONOR COLLONOLL Apolo Sofia, - mon ondoes Apolin sincitati - Primma sratitinaeta ALESTS STAFFALL - 1900G SOLLIGHER APPTIN SPETAL - PÁMIG SCEEDIRELE APPLIE 20, Ltd. - MMOS, 50, L0 4P.S. AFORD SOCIAL - PÉRTS, SULLINGUE arego spetial. - Pédas smillases RESTRIBLE - PÁNA SILIDAGO Candifius Yough - 17/1 bus silsake MIDID SPETAL - POWER COLLEGES Can 0.00 v POWW - 1810 pt 1015/44 APPED SECIES. - PÉRUS COLIDARS APOLO TIPOLAL - PÓMOS SOLUTABOL APOTO DIOLIAL - POROS SULUMOS APPLICATIONS - 10006 MUNICIPAL APPRING SPETAL - PÁNNA SKLUNET SEMILARESTO DES PROTORES SE INTERLOBERTO INSTITUTOR OF PEGGLOANTO DAS MEDIONS DE PERMISSION NO WEBSEL IN PEDALOGE TO DIC HESTING RE PERSONAL DAY NEWS DAY PUBLISHED OF REPORT OF 30 MOTOR NO PERIODS OF PERLANDING NY NEWTONS OF PERLINATED INC. REMINE DE PERMANENTO NO HERITAR OF MUSICINATION OF RUNIOR OR PERLUMENTO DEL HEURING JE TO ENGLISH BYS MEDIDIC OF PLOBLINGSTO UNC INCUING NO. RECUMBING MY MEDIAC IN PERMITTED DAY HENDERS DO THE STATE OF HEALTH ST. ANALIZABITY DES PROTOÑO UN PENETRAL DES REDIONS DE SECURENCE DES MENTORS DE PEGALMENTO DAS MEDIONS DE DESILVATATION OF MEDIDAL DE SERVICE INSTRUMEROR. #Course(#0 up: HE010X: 3E SESTEMBER ON HERIOR OF PERMANENTO DE HEDIORO DE DECEMBER ON PERSONS OF MODES SMIRE WIND SIKER WOOD SECTAL Pendicula de la region de la re SAFF 3"TAT" (1) M BECTELET 1610 7 A4231173439 000000 01-141-101 Dr.3 18363 181.181 200 20,000 80,00 Z Z 76.00 M.IN 2,53 20,01 90t. E 9 200 100, 83 B, E 9.48 9.48 7 M, M ML, ES 9.49 315, 11 9.38.1 II ME, II 58983 á -7 8.8 50,00 8,9% 8.85 630,03 3 50.059 8.8 8.83 8 3.000 800 8,080 20,00 20.00 APPRIL 1999 28080 -3 8 89.68 8.8 6.0% 00.000,00 8.00.45 8.38.14 10, 46,46 42.30.30 W. 99.00 00.000.51 808.11 8.36.34 W. WO.00 8.00.00 8.8 W.00.H 8.8 41,900,00 8.38.13 00.000 :11 8.18.13 W.W. 8.38.11 8.48... 87.68.78 8.3 8.38.3 00.00K.: H 00,400,000,000 swakan Riboral depails sector levels ŝ statio Maté conjultes Oliversi Base Albelt Blowin Town Garles André Provincia de Janes brev Exhired Armany Vents Dynek Gorgalises Terreits de adia esera di Sila And Solid Posters de Colon With Dilps Cares Report MILL ADSOLD RADIO Setting cristing School Cowing Contrast Carrello SECTION PROPERTY are Highel Podengue's deorbitality of Johnson And Harmonida Cour Years Anticophysical beaution paroprioritation system Alexandre Vieira Mesona DEGRETARE ORISTRIS JACONS Morne barrelle Carrellie releasi Silage Seria ades Garring Boddon Albest Bropo Octobro Petronia Number of the Private AND STEEDS AS SUPPLY December of the party tion intiped hims Million, January William articles beneficials spanning to company learnin hanna 200110m2 Carlors 14 15 1 MITTER 表別を表 881118 2 B00000 55810 0.158.10 200 MANAGE 11X34 0541835 18:08 V.25.930 119.50 R15869 28 18 18 18 18 18 MARK 200 % 1 7 3 HERE! 897.418 1011100 05-15 LX 5 92.29 3959 15088 20.00 1000 1000 食養 Ë OTHER AND APPROXIMENTED POTO NO APPEARMENTO UNION ALL REPORTED TO ing. this :: 90.54 UE ETRU0 2007 SE ESTUDO ALS DE L'INDO AN 53 DE ESTINA 0.54 to 5200 WEST OF CENTS 0.54 OE 69990 324 OS 15100 454 AL ESTIMO MASS DO DETUDO 90.53, DE E51000 MACHINE LETTER WISH PC. PETUNG WISH IN L'TUR 024 OE 12700 90.53 06 R7100 MASS OF THOSE 00 25 OF F4000 0.55 (0.1510) WII 64 ALSOSO Check Appleon ALPX.484050 ALEALANDES MWITELL **MINISTER** STANKING. Copperation Jegus LEI F 735/21.11, DL 12 DL SCHOOLS 15/25/11. FE 12 FE STANDARD R D R FILL WAYNERS, DC. 12 DC. 20 21 23 DE 12 DE 8 12 16 De 12 DE 26 12 06 20 11 20 16 12 06 M. 12 DC 14. 17 H 16.17 R 2017/10/2017/16 12:16 R 12 UR un i Austril, ne it is BLI PUMPLY R R R JULY 1972 10 18 12 18 FILE WASSELL, DC 12 DC A 1 W TRREAT. MF 12 15 ELL *15/2013. HE 12 DE 20 21 30 DIT # 12/27/17 14 12 16 20 22 202 M. 12 M. NF 12 DK THE PROPERTY OF RESERVE SETEMBRU LET 4 "15/25/11. [EL 1 3 19,222 1. EL 1- 115/2012. FLE STATELL 1111 175,2811. EL 6 ** 15,220 E. J. 115,72011. TELL PRESENT ter 8,719,7611. U 1 315,22011, ELL PROPER 11177414 1111 10117181711 107/34 4 177 2102/2014 12:00:00 1011,715,256,2 CHRISTIA SETEMBER STERRING SCHEMBER CHEMINA SETTINGEN CHRISTI STITIBUD 76711955 SETEMBER 2011/2010 STEEN SCIENTED SCHEEF STITHUD SCIENCE SCHEMBER SETEMBER CHEMITA CHEE COMMISSION CHEMIN SETERATOR CHEMINA SETTING SETEMBRE Tion de despeta 200 beliebabe - category MOREN SALAS Markette - Salvas MINDS - Since MINIST - SALES MINISTER - CALLESS MINUSE - 2401A MINDS - Steam MARINE - Survey MINDS - SALES MINISTER - SALES MIII227 - Surve reality - Server MILLE - Serve Johnston, Second MINISTER SAFA Mahala - Satura MIII/II - 24(1)8 rethble - Server HOME - 74(199 MILES - Serve MILLION SEEDS MINDS - SQUA MINIST - SHARM MINDS - SHAM MANUAL CANADA MILES - Supp 211211111

1000c sucinken

2111896

manacuritations of Superings Contentions	Section 10 February 20 February 11 February 12 February 12 February 12 February 13 Februar	
Forting School Services	DO AND CONTRACTOR DO JULIO	

Ā

ź

									Paranta	leave for de ce	
	tipu de desersi	dismandes leads	Findlina		Details benfitterto	Projection of Octamination of	Raymon	brayetta versa	E-10-1 1 2	Transfer 7	Observações
		.11	ă:	1-1	date (pesignation		141	16		-	<u>1-</u>
361902 - 94135		151 v 1972H J. 30 17 M.	picies in papie	252,64,89	COSTS DOWNER MARKE 101503	DI (11) (10)	1 33, 33	H.H.			FUNCAMENTO ONS NECTORS OF
January - Gamas		10 A. W. W. W. M. M. M. W. W. W. W. W. W. W. W. W. W. W. W. W.	DOLLEY DE CSFLUC	1542252	Licas Samel de Silva Lapre	007,528,83	133.33	H.H		_ as 1	ACCIDENT OF THE PERSON OF THE STATE OF THE S
SECTION - OUTSING		ALL W. **STOLES OF SECTION AND ACCOUNTS.	DSDBCDBCSC	252492528	SERIE BELLE MESS 11 0855	(42,501,10)	111,111	M., M.		_ 66 7	neolo sociale - essos socialento Elonymento one Helione de espie energia - especialento
0000000 - 000148		AST ACCORDANGE OF THE	odřasí od aktor	277419.115	raidy saptified Fialton	(117, MI, 10)	123,33	H'III			MELLEGISTRE PRODUCT CONTROLLER
0409000	dunac	LEL H. PSESSIA. DE SE DE Servicios	MLS* NC CFLDC	2,111,2	done Danola Parties Observa	(4) (5) (9)	19,01	151.14			
9409000 - OULA	. 011141	157 A. 2000 I. 30 O. 30 000 A. 2000 II. 30 O. 30 000 000	00124 N DATES	10.0000	Signa Camply Jodia Appear	etc. MI, IN	נוי'וני	131,111			ALMERICA DE PEDITO DE PERIODE DE PEDITO DEPENIDO DE PEDITO DE PEDI
Selator - Orderes		20 N. T. W. T. W. J. J. C. C. J. C. C. C. C. C. C. C. C. C. C. C. C. C.	TELL TO MEDICALITY	25,114,51	Destroda Filinas de Freilas Conse	440, 90 kB	333.33	131.11			- 32 - 4
9000000 - 0.000		51 A 15 (2011), 35 (3.15)	Squared Sharefull	MINING.	Maria Driva Sasalte Derra	647. WILLIN	130.01	113,111		1	riconsperito nei neutras de dello statto - piene solumeta
deligi, chejas		te florescent, ne d'un	MISH NC CST.DC	251,111054	John Petro costa Pulleca	01.001.00	99.00	123.33,			FEGULARIES US MOTORS OF
0000000 - 00140		20 Y 10 7 10 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20	140,000,000,000	25.12.1.194	Andjaria Seatedla de Basarie da	447, 308, Pt	130.11	112,212			PLATERIAN DE MENTOS DE L'ANTINO DE L'ANTIN
.00000	ONDORUM - Delive	STEEL WASHINGTON OF STREET	NAMESTER	151711951	clas Persons de Coata belec	M.191.00	15,150	93,83			FFEIGHTEN NS BRIDE. IS
77,7160	0000000 - United	Street No. 2012 St. De Ch. De	BOLSE IN CATIO	SHIPPS	his bapel studies frethes	M,117, 54	130,01	133, 13		_ = 1	ATTHE SAFERS - MENN SPECIOSEN MENILWESTU ES PROTOS DE ASSOCIATION - ASSOCIATIONS
2000	9009090 - 0-0195	10 1/1 10 1/1 1/1 1/1 1/1 1/1 1/1 1/1 1/	ML3 K CSTJM	23112011	Japanes Frinkeldes Aucheov	00,100,100	1.003.00	.03,800			ELECTRICAL PROPERTY OF
. (0.000	04000000 - 0411m>	50 Y 30 X 15 X 15 X	Solution (MC Collabor)	31111.8	Jugate Fernandes	447.501.10	1 330.03	13, 11			HEGHLANDEN ON HEDIONS OF
969000 - 0una	. 0.11135	30 20 30 31 length 151	Deligible	WILLIAM.	ATTICLE SOCIATE PERMISS	40, 50h. lb	00.00	133.42		- to F	PROBLEMENTS OF HEADING OF
WALLY.	Objection - Colores	ACT III, MS (2010), DC 17-05.	MICH AL LYING	25,000,000	Britis ruped Reports Aspens	642, VOIL, NO	133,23				PERMITTED IN HOUSE
. (0.000	<= 100 (400 + 1	50 TO 30 TO 10 TO	MUST MUST SELECT	23374111	Sam Bursh Franci Brigary	40.500,00	500.00	13,11		J 500 T	OPOTO 234 TAL - POPOD SALIDAÇÃO PEDILAMENTO DAS HEOTORS GE PROTO POPOTO - PARA POR DIRECTO
- TOTAL -	- Outlan	termonal	UNUMUNITS	253793344	fulure part to itte Osta	m, 301, 30	530,43	133,83		- 10	REGILDMENT DE HENDEN DE
2000	30000000 - 0.0145	53(500) 53(40.5550) 54(40.5550)	BOLTA IK CSTJIK	SARVER	Teresa Sugarida Aufuna	60,500,10	888	473,33		_ 1	GEDO SKIAL – POVON SULIDVEID FEDIUMETO PSE HENJOKE OK
. 70790	000000000000000000000000000000000000000	Sypphysical Communication (Communication)	MUST BE Estable	25402010	Arana Social Acris Recordes Arms	(a.2. 501), 10	110,41	113, 33		- 16	ABRON SOCIAL - PÁNIA SOLINAKIA POLITIAROPO LEL MUIDIO DI:
0.00	200000000000000000000000000000000000000	Afficials of the control of the cont	20 E	1000000	100	9 10 01	70.00	103.83			APOLO (SOLAL - PÓNOS SOLINPED PERSONACIO PAS HENDAS PE
		Name of the control o			HI:F						KNOD COLIMI - HOUSE SULTIONES
b	44000 · 0::44	SELECTION OF STATE STATES	MISH PC CST.IN	2542711	MIS FILLY PRINCE DE 2170	E	[b'ld:	EE, EE3			REGULARITA LES MINIOS DE GRECO CLOTAS - PÓPOS SOCIABELÍS
- 100,000	04030007 - 04448	50 4,754 01 t, 35 t; 35	artst Militaria	MINIM	Filipe Jase Gogalies Ulirenta	447, 50 k. kd	0.00	113.11			HELMINARPHO INS. HEDIONS, CS.
GREAT - OCHEAN	. 00:188	MLH 25200, 25.25.25	MICH PE LADIN	254493394	One Purious Boxes weeks	642.3dE, Bd	נני'וכנ	113, 21			PLOLUMITO INS PEUTOS UE
00000	\$600000 - 0.00000	50 FE 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	MUCH BE ESTABLE	11/4(13)4/	Carbo Sand Collectors	400,500,10	ווי.נונו	13.33		_ 66 *	processing in rother collection of the processing of the processin
delical - Nobelet		ACT IN POSTO LA CARA DEL CARA DE LA CARA DE LA CARA DE LA CARA DE LA CARA DE LA CARA DEL CARA DE LA	MISH RC E-CIDS	23480.03	April de CESA ESHERA	412.3dl, IM	\$33.43	13, III			72 s
30366	\$#\$\$\$\$\$\$ - 06.165	20 01 50 01 11 05 15 05	TATUTAL MATERIAL	0001100	Janua Bapol Ferrence Ference	87.88.50	0.00	55.55		_ 460 %	FEOLOGICA CON FORMS (C.
000000 - Uc. rail		20 H 20 (10 m) 12 00	100 N 170 M	255179589	Lesson Medicina Correia da	07.503,30	430,43	103, 33		-	REGULARIZED MC MUSICS DE
0.0000000000000000000000000000000000000		CT 3/2001						-		- 1	FELLY SECTION FOR STANKING

7.27T	383
200	밥
20122701.702	Contraction
PL953b0	8

manderarencias il suesturios consumutos mandernos in atronomos de unantidos.

 MOREDATA SE SENSERA METANSIA 										
F. co de deputada	bapet-(cm .e(e.d	Strike Fridenck		Enclosed temptions of	000000	101306101	5 5 5 di 20		Newthering dis-	Statistical
	Ξ	Ξ	<u>:</u>	nine ? Resignação Lat	171	MOSSILIANS IN	î z	Platfill M	10 0 0 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Ę
14131212 - Sagras	281 F. 15/2007, 16-12-16	80/5// 16 ESTUDO	1610-852	Glorely Scha Barros Pereria	@ W5 6M	10'00'	990,65			Stellygier as Rejivs of
14HH217 - Section	VETERBRO LET A "TL/ZDI", TG IZ TG	W11 P.U.214 050	W#2002	No Octobina esesso compoles	00 100 cm	700,007	700,00			PRILITY OF CITAL TO MENTAL OUR LOWERS OF THE MENTAL OF THE SECOND OF THE
leadale succe	LITERATED IN 12 IN	MAGN UR 151000	00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00 00	Bodinesi Garinico Museb	00 087711	00.00	80.30			Million States - Professional Designation of the Colombia of the Holling of the Colombia of th
M4131212 - Spt. ad	IFFE TVOTES IN IN RE	90/5A 06 ESTUM	\$5000 U.S.	Joho Registrate de Saltos Azonaci	H2 500 m	2-00,04	400,00			PUBLISHED THE NEWTONS OF
MISIER SHEES	LET N. T. S. Z. Ch. 12 DE. S. DE. S. DE. S.	Mach de Estudo	0500855	buts drafts, larger the Sifter	00 000771	00:00	00.00			Principality (P. Maria Society) PEOLEMENT (P. Maria Society)
14131717 - Sugas	LELL MILLORDING RG 12 RG	HOTE BULLIANTER	21/06/2015	Vicor Blood Public Emplo	01 000 PH	1,0.04	00.150			PUBLICATION OF ALL PROPERTY OF THE PROPERTY OF THE PUBLICATION OF THE
14131217 - Sett 13	ALTERNATION OF 12 PC	BMSA DC ESTINO	2000,000,000	Train Through Riboto Sarina	141 300 00	00.00	300.30			PERSONAL TENNA SOLUMNION PROGRAMMON DE PROGR
relability Sector	11 1 4 15/25.1. 16 12 16	BOLCA DE ESTUDO	\$100,000	francisca Lescope Bodos	H2 200 ID	P0,00÷	00,100			PESTLUCITE FAS MENTALS DC.
1431212 - Situas	161 F 15220.1. IF 12 FF	BOUSH OF EXTURN	2501002	Months Michael Right	142 NAL/00	1,378,00	0.000			PENLINETTE DAS NATURES DE
1031212 - 201701	TOTAL THISTON OF IN DE	WIT PALMFULU	3/8/38/ 3/8/38/	ha Moanda recenta di	90 000 751	0.000	390,8			PEUT SALIA - POPA SALIARIO POLUMBER NA NOFINA DE
14141212 - 540.4a	SECURATION OF DISC.	INTERUARES	1181842	Mary In General County Stone	245 240 00	800.00	90.00			MEDIUMENTO PER PENTAGO DE
FINE - Setting	SETEMBRA LCT & TESTAGE, DC 12 DC	שייוניוניועיועיועיועייי	13686162	GALLON LINES CARD, IN STUDY	H2 360 00	00:00	990.90			PETER SALAT - PRACA SOLUTAR DE PEDIJANJAR RAS ADALMAS DE
MARKE Salvas	SETTATOR 15 12 16 12 16	607.74 OE 651.000	19/2/wd1	Dept front Wearedze	U3.300 U0	:40.00	151.35			PERSONAL PERSONAL DESIGNATION DE L'AUTONNE D
MANUEL - Surav	SETEMBER LEG & TESTADO DE LE PE	WILEALWEIGH	182,801.80	Monthering Light Section 35 Miles 36	M2 300 00	200,00	791,00			PERLUNCATION OF MANINESS OF
M38282 Sures	SETEROD IN 12 IN	BAZA UÉ ESTUDO	300001752	Cortos Gástido Marchis de So	97.00.00	000.00	00.000			NEGLEGACIA - PONG SIALDANIA REALLURITE DE HEMISE DE
HHIDD - Setted	VETENBERO LES N. PLUZDES, PA. 12 PK.	DOCSA DC ESTURII	2882000	Permittee Létra Maria Press	30 0% (Fr	90.009	490,90			. 22
MINDS - 20(10)	SCHOOL IN THE PARTY OF THE PART	BLCCA DE ESTUDO	0.02.6802	VINCE DOMESTIC PRES	on 60% 2M	0000	00,000			PERSONAL PROPERTY OF SECURIOR
M31212 - 3-41-43	LEL N. TSZZDA J. 16 IZ 16	nouse no estima	10/07/04/2	Routh Aubu Shita Traco	112,500 06	900.00	90.99			MILLE MALLE - MONTH AND THE THE SECTION OF THE SECT
MARIN - Salan	LLI P. TEVZOS DE 12 DE	BOGSA DE CSTUDO	35/100090	des toris, diamo Sories	Q1 U0% 2M	Polign:	01,10			PENLINETT IN ROLLS DE
MARINE - SALIAS	SETURNO LEL N. 1922D: L. H. 12 H.	BOUSE DE ESTUDO	2811318	Brogo Jose Fathy Microsc	42,300 00	200.00	8.9			PETER SALAM. THEN SPECIAL DEPOSITION OF CONTRACTOR OF CONT
MINIST - Strait	ALLO TEMES PLICITE	Media of Estudo	\$500.00 \$40.00 \$	ON NEGATION SOON DETAIL	H2 581 IB	-00.0d	101.40			PENLINGITE INS. PLUING DE
14131212 S1143	ALLE POSSO C. HE IZ HE STORMED	80% OL 57100	220 4092	Town furnit tage 7a.b.	442,330.00	200.00	80.00			PEDLUMBER 142 METERS 15
MINISTS - 201733	EL 10. 15.100.0 PL 12 LE	Besta of estudo	98.00	Orld Watch Grwho Gres	EE 700 (B)	:00.00	100.00			PERUDUKTI HE RIGHE DE
MRRIER - Sucras	DEL 19 71/270-1, 16, 12 DC	IMICE DE CENTRAL	N.3081.A	Dentilo chall Visual Alexada	45,560 00	1.000.00	1,990.99			PENLINGER PAS IQUITAS PC.
HILDS - Solar	LELI TENZOS DE 12 DE	BACK IN LOUND	10,255,57	Poro Bryosa Costão Perer 3	H2 500 00	00.00	300.00			POSITIONER PAS PRINTED DE L'ANNO DE
MARRY - Satista	STERRED LEL CHAZONI, PR. D. PR.	BN SA DE ESTITUI	251,84051	Mina Vieine Diseita	42,360.00	900.00	900.00			FERTINGEN THE ROOM SELECTION OF THE PROPERTY O
MINIST - Sign	LEI 1 TUZELL CE 12 FE	BLAZA DE ESTUDO	10000000	Louis Bodini Cores Sukes	445 500 00	1 000.00	1.000.00			COLUMNITY ON ACCOUNT
14111212 - Setter	1 1 2 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	MITEMARKE	P-00/24	Secara Alexandra Nacino	447 500 00	800.00	90.00			COLUMN TWO REPAYS RE
MILLIA - Salvas	CONTRACTOR OF THE STATE OF THE	WIT PALM 050	31000.8C	Contribution superca- lectriques	447 - 980, 08	100.00	700.00			POULMETTS DIS MOLEUS DE INGIO SACIAL - POPER SLLIDAFIR
					-					

ij	•	٠.
ij.		
Ε.		
=	٠	٦.
	۰	т.

PARTITION IN SUBSTITUTE CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE

NATIONAL PROPERTY CONTRIBUTE MORPHOLOGICAL SERVICE OF STATES OF S

1 00/2000 to 10/2000 to 10/2000 to

CLXXXII DEL 1731/2107 N. 1530/05 D.										
Tips to despess	Discourable legan	Brailine		fibteddi camificalita		led P333	Ferren	Deep coat	Devringe de transfer e	Определения
	=	12.	<u></u>	306e / trd136213	141861111111111111111111111111111111111	14.	. J	F 10 SI - 161	ne postacio	H .
Section - Others	101 of 115/2011, NO 17 NO	peyon of partoo	611554152	Juege E. L.pa Mail.is	442 580,00	ו נכני ננ	30'030 I			regularismy and redición of John Statte - Pérci Salament
3433737 - 941.55	10" 4 "1/2011, OL 12 OL	revenentiate	251692164	EZELDA SAPIN "ETRETEK GERAMOS	442 500,00	111,00	80.00			WOUNDERFORM TO SELECT TO A SOURCE OF SELECTIONS
3433323 - 34150	10, 1, 15,7211, N. 17 E.	BUSS IS ISRUPA	117577655	Norwa ne l'alone benno hacado	442.500,00	68.05	M QD)			regulating our vertical or collection of the sectio
MINISTER - Malesa	10 1 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	POVENERSEE	259483433	Manual Sabad Number Aradys	442 500,00	EC. CC	HL, DL			MODULATION FOR ACTUAL TO
34313737 - Saryes	STEER PROBES, IL P. P.	POLSK OF DPUID	\$28,0024.09	Iphi Agriculani Bergalimi	33,334,594	660.06	20 000			Apply action and action of
2020222 - 20125	10.1 v 19.7011, pt 17 pt	DOLLO PE ESTEDO	369545452	beur op, daabije, da bulba	442 500,00	I EEK, ED	L.DLb,DL			PROUNTANTS NO SELLING II
MARROZ - Jacob	10 of 11/2011, of 12 of	BOLSA DE ESTERO	1012101	de Garber Rose Boyan	442 500.00	00.00	90 020			AND SOCIAL PROPERTY OF THE PRO
MIND - Sales	TECHNOLOGY DE DE PER	RASA DE ESTIDO	29641535	Printe Fillips Natura hall	442, 100, 00	'PC, ED	H-41:			22.1
INTERPORT - Secus	101 v "15/2015, Up 17 or	POPOSITION	13564321	Score Brooks Gilper Borgalites	442 500,00	111, 11	2:0.00			Section of the sectio
Maniph - Survi	LES 1. 15/2013. DE 12 DE	PASARETSE	Salitaria	Ara habel Prestas de Sousa	442 506.00	110,00	20.00			DOUBLEST CO. RELIES DE
MIRD - Street	101 a 1577 C F P FC	LATINGUISINGS	187105987	CELIN ALEXANDER, FEFFERM	442 (CD) DC	*DC, TD	NP.00			ar 1
64176 - 242140N	LET B TAYACLA, CC 12 CC	BOLGA IA LÉTIFO	41403043	Milyon, characterists de Milyon, characterists de	442.5EF EC	90 89	00 000			MORITMENT THE METERS TO
MINISTS - Caleus	#1 (1 H 1) (1/2/C) = 141	PONTACETATE	003131997	SATION CATTO ISBREL COLOGE MEPTIOS	442.500.00	01,11	5:0.00			PARTICULAR TO THE STATISTICS OF THE STATISTICS O
101177 - 24755	TC-10/811	efonderste	1/01/2004	house Solve Lepes de Salve	442,216.00	00 399	160.00			MODIFICATION OF THE PROPERTY O
MINISTS - Salvan	STUDIO 15/201. N. 12 H.	9005 TE ESTUDO	370 13500	Ankeu Filips Unde Pierrins	442 500 00	1 100 10	1.100.00			POST SOCIAL PROPERTY IN THE PROPERTY OF MERCHANISM DE
MIR212 - 341-43	187 N. 115/2015, DC 17 DG.	outraentanto de dioue	251005711	THUS BOLISS (LAR. 06 SHOR)	443 M.D.M.	90.903	655.00	23.00		CONTRACTOR OF THE CONTRACTOR O
MINT - 2014	LET F. TISARCE, DL. 12 DE.	60 A.A. E. 1940	10000000	Joor Noorto Nonres to Nathada	442.500 00	99 :00:	ym,4n			PCZILOGENE PIS NECESS IN
D4010282 - 5-11-43	DEL N. TAZZETE, DK. IZ DK.	INTERCENTED	251340016	Autories Angelias Sous Artes	M.48.05	VIII.130	300.005			FORLY DESIGNATION OF THE PARTY
DACHETE - Delras	SELECTION OF STREET, DE 12 DE	0015A 56 8:3000	0.0141.0.0	Para la Lama hair	41,360.00	00.00	000,00			POSITIONER - NAME SALIMANIO POSITIONER PO MENTO 16
LHCH222 Lucius	SPERMINE LET MATCHOLIT, PR. 12 PK.	DOUGH DC EUTOU	X 12 12 12 12 12 12 12 12 12 12 12 12 12	July 0008 Eds	H2 9/0,00	90.00	300.00			PERSONAL PROPERTY OF THE PERSONAL PROPERTY OF
EMERCE - Bulnas	TEL PUNTS 2013 DE 12 DE	MICHARINGS	031780040	Marrie Antonio Abvis rudinyoés	00.000.20	ym, or	900,000			PENDONNE DE PEDICE DE
141612C - 1414a	LET IN TROOPS, NO 12 PER	DOEA DE CANDO	0808080	distributed Post 12 Region	112,900.00	89.38	8.88			Applyance has benefit to
FREEDO - BUTAN	LET PLATS 2015 16 12 06	QTD:Spaned	2010/08/06	Marine Facciona Oliveria	M3.000.00	900,00	900, 13			12
000000 - was	DETRIBETO (LE LE DA LE LE DA L	MEN X ESTAN	00000000	Blood Barrello Harring Carernal	Wa. 300.00	90:00	60.00			RESIDUENCE DAS HEDIONS DE
FAFFEDTS - Dugges	SETEMBRI LEI D. C. S. Z. C. D. E. D. E. D. E.	SOLSA SE ECIDAM	200101012	Harris Danola Vivira Voloso	06700730	10,000	133, 33			PEGLINDING - MADE SOLIMEIO PEGLINDING DE MEDIOS DE PEGLINDING DE MADES
0(600 - 0.test	UEL HUNGARD IN DE ID DE	INTERPRETATION OF THE PROPERTY	9667845	colligio Agglor appor duración	917, Vod, 02	990.00	553.35			FEBRUARIO NZ HIDIOS DE PERIODE NA PERIODE SOLIDADIS
906077 - 0u.ou	LET 11.7 GARGES, DE 12 DE	90¢4 & 6x1500	274504474	Sociego Possiciones de Cistos	m2,800,00	00°00	133, 32			RESIDUENTO NO PROTECTOR.
64600 - 0 test	SELECTION OF USING USING SECURITY OF USING SECUR	ismisianico.	263154941	SIAN REPORT POTES	W.Z. 500, 0J	M, M,	20,02			PEGLUMENTO NES REPLINE DE
Milesona - Throson	141 H. 15 (201), P.L. R. 01. SEPHENDO	HOLSA IS SUPPOR	DIGINADA	Seation Could Present Salundo	05,200,00	ho,ms	533,33			PERLUMENTE PRE REDUCT DE PERLE SALVE — 10kgs 50c.10kg/n
	:									

:: ::

PERSON PROVIDED SIZZASZED DO AND CONTRACTOR OF AND CONTRACTOR OF 2022

francésariotins si sussitutos concestudos HANTOTATO UN 1000A OS LÁRMODO

PARTITION OF SMILE SAFETY OF STREET

from the person	Copper test seption	Sinclinade		ancidate beneficialis	Sepens	ocada)	0espest 5	edecitors edecitors	Review St. 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	-Aselvation:
	1-1	El	Ξ	Pain - Perspector			<u>-</u>	171-151 61		15.
14001207 - 241332	LEL a TSAR C. OF R. R.	MATERIAL (# 05 0	20012002	Podlo Prozedow Milw	M2 584 m	R/6X	900,00			ICCULARTED NOS NEDITAS DO
MIRIT - SUPS	ALCOHOLO S. S. C. M.	INSA IC. ESTAO	194500455	Jours Solisi Note the Sirva	241 V64 09	D0.00x	20,000			PERLUMENTS DES PRODUCT DE
Million Saras	11.1 F 15.756.1. 76.12 PE	wherever 65	193919391	Garla Silipa Becelo Silva	H2 X0 00	(w) (w)	W.m.			PERSONAL PAS MENTAS DE
MINE - 3403	LELL TANDOLD OF IDITE	MALENAME OF S	2014(ELA)	refusion among Bod bright	80 PA CH	M.du.	Vod. do			- 93 H
14111212 - Salvas	TO THE STATE OF TH	MACK BL COURSE	501896397	Palacia de vecio boleves Generales	11: 500 00:	90.00	900.00			MOJEMENT AS HERTAS TE
MINISTS - States	181 P 15200. 38 R 78	MALEMANEGED	16100-004	Public de Cencercão de Missera Visera	40 300 10	ME.M	v01.00			ECALIDATE DE MENTE DE
MINT - ALON	30 0 90 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	MALENAMENSO	200,002	Julian Filips de Cilva	442 320 06	200.00	00.002			PENLOZETY PC RELIEC 16
MIDD - Sector	101 (1707) 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	PALSA DE ESTUDO	500545105	Higgel Alestado Alses Aguato	445 920 00	I-D.P.	001.40			PEZILOGENTO DAS PADIDAS DI-
MIRIT - ALDI	101 a 1577 b 15 ft 16	BOGSA DC (57100)	1962/197	Metuna Illuveira Amunas	46, 380.08	00000	00.000			POSITIONARY DES MESTING DE
MILE - Serve	LELECTROCAL SERVICES	MAGA 18, 15*000	X0111191	Medical final Sales	H2 350 00	PO-DO	304.40			PERLUMENT DAS PEDIDOS DO
100000 - NEOS	10 mars	AGDID AD ASSASSAGACO	MEMORY.	CLEARTH OS BALC AMERICA DA	442.340.00	88.88	250.00			1
M411727 - 74473	TEL 11 11/12/27 ER 12 12	PANCEDE	303000E	Victor Marker Transmiss and Control	H2 200 00	405-10	671.00			PCZILUWITE CAS WOODS DC.
MINING STORY	LEL B. TAZZELL NE IZ NE	BRASA DE ESTAMO	18561548	Jegs Sprief Vierra Davadha	40 AV UF	305.00	000.00			Prof. Series - Print St. Dadio Postbolary Pr. Michael Di Barry Commun Advances Series
MINT - 2413	10.10 PT-7720-2. 20.12.20	BELSA DE ESTUDO	1000000	Bow Buitle Hear Obstine	00 000 211	nd, dri	00'00			COLUMN CTS MEDICS DC
Idhibib - Siria	STEMBO	BOLEA DE ESTIGO	190016502	For Ancente Sc Higalises	40 000 00	(06.60	00.000			PETER SOCIAL - FIGURE SALIDADIO PEDILIMENTO DE REDIORE DE PETER SOCIAL - PARA PARA PARA
1000077 - 141153	10 1 1 1/20 1 30 12 00	NOLSH DC ESTUDO	2,000156.30	done Section deside	48 260 06	(06,10	00,100			PERIODENE CAS MEDIONS DE
MINN - Sim	SCHOOL TABLE IS IN THE STATE OF	WATELLING O	103011392	National Credital Pages	31 475 CFF	*00.00*	90.00			POUDATE DE MESSE DE
RODER - Serva	10 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	manusa an wishou	92XX87	Playte does Tourise attended	90 000 244	1,256,00	1.320.00			POLUCIAL DAS NETINS DO
HORRING Salvas	11.1 TARL N R R R	BATA 06 B83040	50,616,65	Punigh Trave Micerca	40 00 00	100.00	000.00			POUDALTE NO RENTE OF
MINISTS - Salass	DE 21 32 TO 92/50 PE 12 32	INUSA DE ESTUNI	2008/00/1	Jesus balat tacville	H42 X00 00	1,600,60	1.000.90			POSITIONER OF PRINCIPLE IN
MILLION - Solven	LUL TAREAL OF 12 OF	MOUNT DE COUNT	01118-902	Pacinitides 5434 Pel Collade na Silha	30,436,544	00.00	00.00			POST SOUR - THE MAN SOUR SHAPE IN PROPERTY OF THE PARTY O
HIIIII - Seas	F. H. M. C. T. C. F. F. F.	VAT FALABREN	\$04.8 PM	Stuphene Nertura Beccos	90 035771	80.08	80'00			PENDAGNET HAS REVINES TO
16312727 - Super	SELECTION OF REAL PROPERTY.	MASS IN 15500	00215092	liet folia Guerra de Sonsi-	442 900,00	00.00	40d.do			PENLINETE EN REIGHT IF
2035227 - No. 25	#2 (1 #0 1.14/5); 1 #1 12 #1	HOLSA DE ESTRO	917/1016	bit and the but	443,500.00	1.606.00	1.000.99			A SWITCH STATE OF THE SWITCH
10311212 - 201234	10 1 1 1/20 to 10 to	POSSERCIE	1551 30397	but Bryoot Salva Fillering	443,540,00	136.00	110.00			ICALINETE PAS MAINES DE
MARRON - Deliver	LL a MATCH BERT	001,53 30 V59d	0,0000	Peters Masses Directs	442 500 006	1.606.60	1.000.00			POSITIONE NO PROPERTY OF THE P
1438322 - Mrgva	10.1 T. 19.40.1. D. 10.00	DECEMBER DE ESTENO	2277997	Butter: Birtura Block	440 SEP, PC	1 000.00	000.00			COMMENT OF RECORD CO
3033232 - Julius	11. 4 1/2/1. 1 10 12 to	BOLSA DE ESTUDO	361405	Four High Lawrence of Later	44,5000	606.00	00 009			SOUNCHE DIS SERVER RESIDENCE
M3227 - Selves	11.1 1.72.0 to 12.4 stringer	Betali DE ESTICO	2041EE	Conce Supplie Rives	442 VIID, DII	OIL, ID	XD.0X			MONTHS BO WILLOW IN UNIT SOLIE - POOR SOLEDON
	4		į	-						

TRANSERFECTION E SUB-TIONS CONCEDITORS MAINTENANCE ENHANCED

3,000

THE PROJECTION OF CONTROL FRANCISCO CONTROL OF CONTROL FRANCISCO CONTROL OF CONTROL FRANCISCO CONTROL OF CONTR

PERSONAL SAME AND CONTROL OF SAME STATES OF THE PERSONAL STATES OF T										
figo to desposa	Happacass teach	2010/11/2011		encloare beneficiation	beyests become de	(sapea)	Staken		Section 1:	Sheraddes
	[-]	171	NF	Hency Programmed 5	1.1		<u> </u>	171-151-161	- C	15.
MANY - Autos	DELLE 1972/2017, PE 19 PE	BMSQ of ESTIPO	351000370	Surfaction Argones de, tille	40 00 0b	M(00)	543.33			SCOTT METER DIS NOTING PC.
5010217 - Yunys	10 1 1 1/2011 1 10 00 00 10 1 1 1/2011 1 10 00 00	PMSS of (\$1110)	2001-015	Late to Silve Sale	H2.300,00	20.0c	303.35			PERCENTION OF PROPERTY OF PROP
60000 Julius	10. 6. "15.2E.J. 0. J. 0.	MASS IN CSTUD	2580,038	historials upde de Celtar Saltyane	HT.: Do: 00	9000	401.43			PERIODE PAR MENTAL MENTAL PROPERTY AND THE PERIODE PARTY PAR
499337 - Olivas	LEL E. TSZELL IE 22 FE	PROBRESS POOR	23000000	Jone Stripe Poseci di Suba	H3 300,00	Pd'div	940.01		•	RESIDENCE OF TOTAL SOCIOUS SOCIOUS IN THE SECOND SOCIOUS SOCI
03P3237 - 3u11kg	10 1. 15/21.J, CC J2 PC	001253 00 053000	307:1012	Javké bitha Batsa	90,366,06	1.000.00	1.900 30			MEDITAL STATE OF THE STATE OF T
200007 - 041185	MILE TOWNS IN P. R.	Bright of Estition	310524414	English Mange Solve Vigina	443 100,00	00.00	303.30			PENDUNTE NE RINK DE
44451 - 45155	ID N. TOPICI, IT A IT	BDISA DC. ESTEDO	11DL-005H	Developed Pode space District	H1.306-06	00.000.1	1,300,30			
ONN: Alm	10 10 15 20 11 12 14 17 17 14 17 14 17 14 17 14 17 17 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18	ոգրիդերինն	271751106	heby de Zene Topics Place pa	H2 "P0, 00	Dd'dly	103.0			INVESTIGATION OF THE PROPERTY
ABOND - Artes	LILE TSPILL REP K	MUSA PE ESTEP	211.6.4517	Stolin lightender Catholine	441,300,00	20.00	8.38			POLICY OF RELIES DE
438322 - June	ter c. Statut, et it to	0904878811244	211200233	Bryoot Joyeto Errokodes	H2 (D0,00	(49) Pol	100.00			. 66
80900 - 5000	MET CONSTITUTION OF THE PROPERTY OF THE PROPER	ROLSA PC (STLPO	21100236H	Nection Lawren follope allows factors	Hz.366 66	30.03	90.00			Many sector independent Many of the Many o
M10000 - Delpt	10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 1	BOLS.; DC ESTEDO	211662353	beneta Seala femerer dud	H1 500,00	8/6/2	250.00			ACTUACING DIS REDING DE
433222 - 3stres	10 1 2 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	9034 3E ESTUDO	01/40/00	medicant of plants from	44,300,00	00000	90.30			eroka zwana i minin amakania statowania usa katiwa us senia sonia i mata sia maio.
4383737 - 3441×9	10 St 31 (L135/2017) 12 J2 DC	3055.30 0577.00	137007:7	Info Cook Miles	H2 (D0, 00	00'00	203.33			ACTUMENTO DES MEDIOSE DE
4382/27 - 361.03	STEMPS LC1 F, 73/28 LL 17 16	50.55 J€ E51UD0	1000001	Eldel Johns de Felor	117, 406,00	00.00	00:00			MISSESSION - INVOLUMENTAL MISSESSION - INVOL
A1000 - 340 or	111 L "1/2111, Tr. 12 Dr.	SKSA OC ESTEV	1310164	Sexo Semail Genello Percua	HE.200.00	W1600	403.30			ACTUMENTO DES HEDIOSE DE
0313737 - Defran	STORES SELL PAZOLL EL PRE	spancepool	20000	No Child Pigod de Silva	HJ. 400.00	3.85	(6).99			PESCHERAL POST CONTROL OF THE PESCH CONTROL OF THE
(000)27 - Section	10 to 10/2011, on 12 be.	MICS H. ISTUDO	24,804.74	Energy Don't Days	H2.300.00	000	W.150			ACSULACITY DES HEDIONS DE
OHER Salvas	SCHOOLS 15.25(1), 16.12 G	31>347/00/04	64400	(Alto de Reunie Fero Hurgae)	141.560.00	8.81	8.8			ACCUMENT FOR HEIDS OF
430727 - Selvas	SCHEEN TO STATE OF THE PER	TIESTANA	J. J. Bokay	Newforge Marrier Deserte Sunte Margana	142,300 00	8.83	00.00			A STORMEN HAS HAD INSTALLED BY
	五	90.5a.pt 897a00	323220	Herakonya Jeog Perfes Podmęsiałe	143.40,00	30'00	00:00			MESO SOCIAL - ITBOG SULIDANA SEQUEDIFO NO REOTOS OF
	2	Dailed on Medic	20.8.8.0	Valuation Manage Area States to	142,300 00	60.00	6.8			apply sortig Physicaninals applying me applying me applying me
430000 - 24:144	50 21 22 77 (12 25 PC)	Section by ECTIO	20206212	dat Beton Menor de Sulta	H2.700.00	0.100,10	1.303.33			NECOS SOCIAL - PÓRAS CULTURAS ACADOMICO DO REDIDO PE
488255 - Julius	SULPRING TO PERSONAL PRINGE	WINDST.	2 E E	who depend account into	42.300 00	00'007	11,190			NEGO SOCIAL - BONN SOCIOPIN SESUMETO NO HENIXO DE
	: :	200	2		9 99 :7	3	11			APPED SOCIAL - PÓNTA SOCINARIO PERMITENTE DO PRODUCTOR
WILLS - Marsa	STERRY	Michael M. L. Tibro	5.52.5	Maryla heminiko Anuno	141.000.00	70,07	7,72			Archanger - Porton StudioPoli
4281/37 - Delras	LLIN TSZCH. LE 12 FA	40,55, 0£ E91(00	19.50	Fine Take Silter Meades	47,300.00	8.0%	9.39			PESTURBETO DES MEDIONS DE PESTO SOCIAL PÁNTA SIALINACIA
404000 - 244108	10 h 15/2011, no 12 00.	2005 A 20, 1511,00	45451464	Lete Metatic Albany	90000	0000	(E)(4)			IDENLINGATE FAS KIDITAS PC. NECES SOCIAL - EÑADE SUCIDANDA
(1917): Min	101 F 1570 O. 10 O. 16	PASS OF ESTIDO	31.25%.00	Florida Novella Sarpone Solea	H2 300 00	500,000	00.00			PERLUMENTO HE REFLICE THE PROPERTY PROPERTY SECTION FOR
438322 - Serre	TOTAL TANGET, TE 12 DE	MUN 28, 12 TO 00	58892	Susan No Young	H2 556,00	nd, and, I	0.000.1			MESTLOWERS STREETS OF WITH SHELD SHE
				:	-					

NATIONAL 2023 (81-10) | 102-241-703 | 00-3400 (00-3400) (00-3400 (00-3400 (00-3400 (00-3400 (00-3400 (00-3400 (00-3400) (00-3400 (00-3400 (00-3400 (00-3400 (00-3400 (00-3400 (00-3400)

TRUCKLING IS BUSHINGS CONCEINING MATCHINGS

и с ировой из състава востинения

Hokap ap odl‡	ensposições Espais	Espland		Littada encionária	Shirt and	Separation of	Acquesta	Despress Detailings	L: 433;	Character
	Ξ	В.	1.1	1 de 7 355 g 25,70 14,		IN IN	11	7 10 Pejes 1 1 1 1 1	III MINTELLIA 18. 18.	181
1000000 + 0-0103	231 d 125/2011, 95 to 35 common	1000 R 1200	2005001	Supply devests fetwing	W.2 200,00	10'04	01, In			PEQUAEPRO DAS PEDIONS DE
MMRQ - 07183	21 4. 15 6 11, 05 17 15	atta S sand	RULLE	Angla filips been durie	N12 300,00	Do., 00V	133, 30			PETROPE PAS NOTING TO
4080202 0x.zaz	actions and the second	9000 31 00000	TELL'ECC	Herrara Wees discuss	**2,300.00	1.000.00	1.001.00			POST SACRA - TORING SACRAP IN PAST AND MINISTER IN
u080505 + 0x0343	0.61 pt. 155-750 pt. ng 12 ng. spengeo	000451 20 05108	91/1602	Bendio Edipe Actions	417, 900,00	00.00	933. an			POT LANGER FOR HEIGHT DE POT DE L'ANNE DE L'AN
tomosios - flur, p.v.	CONTRACTOR OF TABLE O	שורא זו בעוזס	17751141	Juliani Paria Decin Ilonia	Wall would	bd.db.	503.30			PESTUNDENT DES PERSONS DE LA COMPANSION
1000000 + 0.0014	GET 11, 175 GODS, DE 15 OC	90153 92 53700	116112113	Jobb Ettips Rehelo Japes	U2 304 40	M'do	100.00			INCIDENTAL PROPERTY OF THE PRO
100000 - 00000	161 H. 15 (2015) 05 15 06	p60ths 06 64000	(0.004)	Reducinia Vicio	00,000,011	Made.1	1.040.04			POSITIONERS OF PROPERTY OF THE PARTY OF THE
1080562 004242	SECTION OF 12 OF 12 OF SECTION OF 12	90 tall 02 625000	0.000	Autoria fullipe Ruta Atenedo	112 200 00	1,000,00	1,464.40			Property of the States of the Period of the States of the
1000005 - 040331	30 St 50 CLOSCOTT 07 D2 D2	podes or establ	Grad 10:	Saw July & Sile Mero	01 10% CH	70°0°	400.00			IDDILUGENT: CAS MELLES DE
40€000c - Dacas	SCHARMS LET 11.7 (S12012), US 12 DE SCHEMBO	INTURALAPROU	2000	Tableso Negocide Como Nation	90 000 311	80'00	00:00			POSTANCIA PARA ACTUAL DE POSTANCIA DE POSTAN
100000 - 000001	30 ct 50 mino 65 in 191	BOLCA OF SCHOOL	223/09/23	Alexandra Baretti Termen di	441 900.00	(8.6):	007.00			POSITIVETTE DAS MEDELAS IC
Helolg - Begal	SELECTION OF THE LETTER	DUCA OF ESTON	0.0000000	Harta Maracrida Sucuerta	112,960,00	1,000,00	1.909.90			NATIONAL PROPERTY OF STREET OF STREE
100000 - 00000	20 PET 20 COUNTY IS 06	MODA 06 6470M	(2)(12)(3)	Sin Aringa Brioth	112,300.00	1,005,00	1.303.30			POSTURENTE PAR MET DES LA
408000 - INPAN	SUTURNO LET 11,735/2013, DC 12 DC	BOISA DE ESTUDO	0.91160	Edwindo Sirlan Forms	30 000 21	8'6'	6.0%			PENDAMENT DE MONTES DE MONTES DE
1660G + 044a	LET 11, 15,000 D. 10 DE.	90KA 06 65,000	125253031	Hijiyay (bg) Mey Nevico	442 300,00	1.000.00	1.000.00			PARTICIPATION - PARTICIPATION IN PROPERTY OF THE PARTICIPATION OF THE PA
Heldio - Digital	SERVICE TO THE SERVICE OF THE SERVIC	GRISHWINE OF DIME	0.814857	SPECION PORTS Wall	00 0% :11	10.00	100 00			1 4
arcenced butters	LECTRONICA CONTRACTOR DE LE DE- presentación de la De-	Aboto Ao Amstrokledino	0881883	STEERIN ROADS ONLY	442 300, no	M.00.	Avi.do	94.46		IDOLLANDER PRODUCE CO
100000 - 04031	16 II. 75 600 N. 15 PK	mount on extund	25831032	Bruin Calle Lifter Come	00 005770	9.9	00 00			SOURCE IN WILLIAM IN
108000 - DALM	LET 11, 15 GOLD, DE 12 DE	BOLSA OE 67/100	1000000	Allow Sire Alenda	415 300.00	00.001	304.40			POULDACTE DE MILLES DE
106000 - 04031	SETURNO CONTRA DE DE	MEN DE REIDO	0.000000	Solid Majori Ulmenta Generilla	112,300 00	00.00	8:08			Applyed by Hiller II
406030 04 45	SETTIMBED 12:1 10:7 (5):2015, 01:12:14 SETTIMBED	60 pcy ne ectual	F	Aptho-formed Normes Assurp-	443 520,00	:00.00	90.00			MOLLWATTE BESTERED IN
40000 - 0000	0, 11 °0,001 × 15 10 FK	noisa ok kistind	MINARI	Sans Saquel de Salva Vinisa	441.540.00	09790971	1.000 90			SOUPEN IN WILLIAM IN
40600 Ottom	STATE OF SECOND OF 12 DE	A2010 A0 APSENDARING	10000000	Wolaw Terrora de Color	442 NED DC	8,6	M.0.	45.00		COLLANDITION NOT THE STATE OF T
46000 - 0rca:	SETEMBRA US II.2 NOODES, NE IS DE SKITCHERED	околодію ок сонтеп'яться по Зепто ох жейе состак	事の事後	Tions nameled, suit.	412,320.00	8.3	8 0			March Carlotter 16
obat transferieszus personne					20 1/2 1/0 1	10.000	0.50.41.5	16,006,101	K,111.2	
	section states of the sections	AL BOMBLY FINDARES SINDARES SINDARES	-Q11-11Q-	COLUMN NO LEGAL	3.000,500.00	1,506.60	0.500 00			SALACAN PARA ANTIRONA DI ANTIRONA DI ANTIRONA DI CALACANA DI CALAC
60500 Emperana	111 p 15/2013, 16 12 09, symptom	White Carl 181 on Again 1 (4)	2011/10/06	PROUBLIA IN ISPAL	3 050 700,00	3 515,00	0 5% 4			Topicole:
MENCHES - Preguencias	LEL H *1532015, IRC 12 PC SECTIONAL	ACT, 120 E. ACT, 151 DO AIROU I 16, JEL 159, 2011. 12, SET.	0000000	PREDUEDIA DE PONDE DE LIGHEÑO POR PORTO PORTO DE LA SEMIÑO DE ARGERO DE ARGERO DE LA SEMIÑO DE LA PORTO DEL PORTO DE LA PORTO DE LA PORTO DEL PORTO DE LA PORTO DEL PORTO DE LA PORTO DE LA PORTO DE LA PORTO DE LA PORTO DE LA PORTO DEL PORTO DE LA PORTO DE LA PORTO DE LA PORTO DE LA PORTO DE LA PORTO DE LA PORTO DE LA PORTO DE LA PORTO DEL PORTO DELA PORTO DEL PORTO DE LA PORTO DEL POR	2.000.00.00	4. M. M.	8 M B			

PANGERFLEIGHS E SUBSTITUTO COCEDIDO: HALICIPIO DA PONDA DE L'AMPEN

ġ	
ġ	
yį.	
×	-

	į	

	Tips de despeta	tinks, makingoning	- Seni Lind		Enclose beneficially	SR ake	0.0000	Despess	Praymon MONTHOUS	Products de	Assistant
			-	11	Post of Desired Co.	-:	Styrings.	382		ADTION SUS	:
			-		2	=	=	=	7	:	=.
4 NOWGOL	Fingarities .	101 to 1920 Light of 12 DC	ASSISTED RIGHT TOTAL DO ARON I POPULIDO DA LA LA LA LA COMPLETA, ES SEN	40471110	PPETURS IN TIK. MOTAL DIK LALISTED.	2 OFO 4P0, OP	64°155 F	8 C/S -			
4.700MAR	dation - Treparation	LEI L. 77/281.1, FF 32 DC	## 125 C 57 10 0 400 1 500 0 100	0/1/15/05		3 00 'D0'00	0.515.00	0.315.00			
93030103 +	9909193 - Enylosias	10 a 2200, 10 2 K	## 12 L na" "12 L no dato 50650 CCC	39048908		3 000 300 00	6.565.00	8,363,30			
4 TPJVIAT -	dinydidī - Tisalesias	LI L. "5/20" J. F. P. P.	Mr. 101 E.Mr. 111 to Man 1 Strands	ATTEMPTED.	50 VISE 50 VIS	3 017 900,00	62	6.5			
0000000	[Pakaina	COLUMNISMO, CO DO CO		339110005	- F. STATOGA, TO SHOWED PREALLING DE TWAN, DE LAMBED	3 000 000 0	6.636.00	00 07819			
- 10100000	- Disposies	0,000mb) 100 a, 1977al, pt 17 Pt	94 Ed. 1520 (1.1.2.5) 97 170 E. 97 111 De 1580 (1	STUMBLE	- F. SEMPHOLD CARAPY FEBUSIA DE PORTA DE LAUMEN	3 100 506,00	4 152,00	0.38.1			
410/2010:	2010000 - Edward - 2010000	-	72 14,72611, 10 587			3 111 111 1	2	6.41.3			
		MBAUS	CALLE 1928 12 SEC.		· F SUITOR DO SHOULD						
	03030[0] - [144245144	101 1, 1,115/2010, Rt 17 Rt COTORN	The TC 18/2011 of SC 18/2011 SC 2011 OF THE SC 18/2011 OF	SCREETING	FECUESTA DE PROPA DE LAMASO. - L. SEMBER DO NAMBO.	2 06 50.0		8 2			
03030103	0303010? · FI5y e5185	E. C. SCHILL B. P. B.	APPROVED BY THE ORDER PERSONS	361784190	PRECESTA IC PONOM IC LANGUA	2 040 900,00	1.154.1	6.331,13			
04050107 - Frequencia	Treatment and tr	ter a wayout, or to re	07 1.31 1.07 1.11 to 9.15 1.7069.660	397[[9]]	00.512.00	2.00.30.00	2,465,50				
1010000	\$4030141 - [14040105	31 21 da "1 102/52 à 131	APP TOTAL DEPT TO THE BOTTON TO SECURE	361133634	TELLA DE	2 000 300,00	37.41.52 37.41.52	6 6000			
- iblistato	MANAGER - THEIR FILE	DE N. PS. Path, He in the	DOUGHT OF THE BUS 1800035	3000386	PRECUSIN BLOSHLOS	2 000 310,08	1.565 FG	8 35 9			
03030107	09030107 - Tropics145	SCENARY EC. 4.05/7015, EC. 17 EC.		321123134	FEBILISTA PC ENTLAS	2 515 581, 55	= -	3			
430,4010;	VIII-FEEL	100 N. 19/2013, DE 12 DE		10:005	Proposal of Aude	2 000 380,00	94 202 1	8 000 4			
. (0105060	03030107 - Legucana	L. 1. 1. 1. 1. 1. 1. H. L. H.	De to both it he.	32123135	Freuena refune	3 545 155,55	37:11	35 FESS			
· :pip(iAp	denyaldi - [i-syaesivis	12 17 12 17 13 17 12 17 12 17 12 17 12 17 12 17 12 17 12 17 12 17 17 17 17 17 17 17 17 17 17 17 17 17	DE 7.28 E DE 711 DO 1500 3 150 (054 (0	30108615	PERCONDICIONAL DATEGO	2.00.90.00	H H	\$1 0.			
0300000	Enganot - a	LE A MENTEL OF IT IT	ph. "The phenology of the paper of properties	57,100,117	SECURITY OF DAMESS	P DE ME, DI	I VO II	0-71-4			
- 10106046	· [10]46848	12 1 2 2 2 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	24 LL 10/24 C 10/2 24 T 22 L 10/1 T 2 LO 14/25 1 NO	NEW TRACK	PROTECTION OF UNITED	a de situa	61.145.00	61.165.06			
0.00000	Ecquento	M. S. S. S. S. S. M. D. M. D. M.	# 1 10	a Hallitan	PRESIDENT PROPERTY.	2 010 010,00	21.17.17	20,090,01			
09050141: -	- Engactus	28 71 38 THE PARTY OF THE PARTY	ME TO BE WE ALL DO METO THE	11.1111444	PRINCES OF STREAMERS ON SIGN.	2 141,310,01	14,752.61	11,351.01			
:0:0:0:00	Cogurano	24. 5. 9. 9. 0. 0. 17. 0. 0. 0. 0. 0. 0. 0. 0. 0. 0. 0. 0. 0.	Application of the property of	301046444	west an efformed of visitable	2 151 101, 111	11 (11), EE	5 7 4			
0,000,000	556948383	11 / 1 / 1 / 1 / 1 / 1 / 1 / 1 / 1 / 1		11,100,5444	PETERS OF STRUCKED ON SOM	2.010.010.04	-	0 -1			
10:0:000	Corpurates	MARK MANAGEMENT		VETDREAM	peoples of connector or some	2 545 545,511	MULLIAN.	M ELLO			
. :0:00180	- Pepalettic	ter at Philippin, are in in-		8C1015444	Prediction to purplicing and design	2 000 310,01	H OF DE	R: ISI, 11			
· m:m:m:n	· [:+0.#:11.4	LEE A. PSCHOL BY D. P.	Word's Light of the Other Science	50,015,01	Prediction of stational	1 DEC 211, DA	5 238,00	4,520,00			
. :0.0000	200,000.00	TELEFORM TO THE PERSON OF THE	Mary 12 of the Control of the Contro	NE PRINCIPAL	PIETESTA DE SENSODES	2,000,910,01	3.161.10	JS.656.06			
otovajen – Edigerato	Every cust	LET H. CASCILL, BE ICHE CONTRACTOR	WELL TO BUT THE DE WITH 1 NO	1008003	PROMES OF SUSSINGS	10 (als alb 2	11.0	3			
05050101 + Regranted	Segnative	SE M. 25/21[1, 0] 12.02 SERVICES	NAT TO STATE OF THE STATE OF TH	110400125	PRELITY IT STREET	2 111.011,111	::: 104 HZ	121 (80, 10			
010-010	- Degra class	LELA. PSECOLO, SE LE DE SETAMON	pochlation "Actionates souther	507013461	PESTESSA DE L'ENTERES	2, 651, 521, 62	J. 540.14	11.101.14			
							İ			-	:

PROMISED OF THE PROPERTY OF TH

W. 4

Institution production is accordant.

Define contradiction for large and a

ILL ORDODE NECESTOR SECTIONS IN

Пасеткория	Ξ																													
Festbode & Francis J.	10 DECLARA																												_	
	11-121-71																										_			
Lense ava	141	N.:02.H	0.35,4	L., 141, 101	12,523.47	1,565,14	15,336,40	15, 11, 96,	17, 255, 11	4, 161, 39	3,2	77,416,89	11,505,11	3,565,83	33,443,-4	1, 175, 31	14,838,61	15,538,34	4,44%,18	1,555,11	11.546,42	6,77	1.545,83	52, 555, 31.	1.343,-3	FE 157, FE	14, 52, 1	20,27,27	3, 40	3.557.0
anadkag		11,325,33	67.565.84	-1 '13, 33	0.533.0	9.565,41	2,300,3	F 151 C	23,343,5,	3.555.01	0.0	21 (0.34	4 545,41	3,555,00	51.553.15	3 555.01	IS'FUE h:	0.00.04	11.411.71	3.555,43	MANAGE.	2.0	4.555,d3	B.383.33	11,533,13	28 052,94	11, 122, 11	8.021.7	0,43	8,555.00
	Islanda Pin	NEGRAFIE	(A.115,1511.5)	A.151. VII., PO.	MANAGEMENT.	2 Kil, 201, IN	0.161.91.0	18.3H	2. Ed. Sal, N	0.06.380.0	7 ESE ME, IM	0.00,000	2 Bit MI, IN	0.168.981.0	7, 551, 501, 10	2. KAL801. B	S. IMI. VIII, IM), ball (01), [0]	7. ISB. VII., III	3,654,904,60	7, 575, 505, 80	0.164,001,0	2, EGZ, VOE, BO		2, 858, 508, 80	0.160,000.0	A BALL ME, BU	7,856,800,80	2 303 503,30	1.060,000,00
Laichade perplication	from 1 Prototocobs 1.1	PRESENCE AS SERCECTS	PERMITTED IN 1910	PROJECTA OF S. EVILTRI	PRESIDENCE S. CULLPA	DESIGNATION OF STEELING	DESTERON OF SUPPLIED	CPESTS of S. Gailled	FIRST R 10 TRP/GS/23	DESIGNATION OF THE SECTION OF THE SE	present to a tabletut	1004E304.3E T*F76575	profession of charge	THE REAL OF SHELL	PREATESTY OF CARRE	PEGALESCE DE PARTIENTE	PROJECT OF HOMESON	PREATESTA OF PERSONALINA	1/650- 30 a0000004	PROJECT N. WEST.	mean it authord	PRAINCH EMILES	pagette of Feedbar	marginal Certific	PREMISE OF REPORTS	PROTESTA OF TYPELING	Properties no relative	FIRSTERE DE VINCE	413117 10 4152150s2	FIBSTERI DE YTIELA
	÷	ыны	5010-5045	1111,7146	3171.2146	3111.21(0)	sh),2hd	3771;2146	shillowin	1842.01.48	Married	11,173,11	311171111	M12III.24	MACHINE	3D.,3318	2,000,000	VIIVESSID	802,038	800000	MATHER	19429248	11625711	100000	116272415	LINSON I	11/9/11/15	53.7845.3	11356712	53 ' 1545 ' 12
	2	AND THE OWNERS DO NOT IN	Management of the control of the con	MENTAL PROTECT OF MICH.	MOTOR OF THE OFFICE OF THE CONTROL	WE'ND DUE BY PORCE	App. 128 p. upr. 131 pc. upper ;	M. CO. 1472111, 12 201. 1005, N.S. C. 1071, N.S. 1002; L. 100, 101, 1023111, 13, 377	31.71/3 F WIT.71/1 DC WIDC :	VET. TEXT IN UTILITY TO WINCO I	MILLE ARMITE IN SET. NOT THE STATE OF THE PROPERTY OF THE SET.	WE'T A DATE THE DE WEST	art, 171 t bef. 171 pf bytes .	MC 12 FORT TO BE REC.	91 LU 1/C21 C 1C 5U.	225, 177, 17, 17, 17, 17, 18, 18, 18, 18, 18, 18, 18, 18, 18, 18	10100	MENTAL DE MENTAL DE MECE :	04 LEL 25/2014, 12 SET. 037, 17.3 E MF, 171 EC 19165 1.	WE'TER DISTRICT DO NICE :	APP. 173 E NOT 173 DO MOSE :	ATT TO FAIT TO WEEK IN	ALTO DATE TO SECOND	SECOND CART, COM.	WELL SOUND TO SEE.	ON LET 1972DITE, 12 JET WELT 17 E AUT. 11.1 DC MEDC 1.	DE LEO POPOLIO, EN SET. DE LEO POPOLIO EN POPOLIO DE MESON. SE LEO POPOLIO DE MESON.	SECULIA DE SETUTION SE LA COMPANSA DE SECULIA DE SELECTION DE SECULIA DE SELECTION DE SECULIA DE SE	Market Street, 12 Sec.	MINE CONT. LE MACONE METTO E METTO DE MESONE METETO PASMED, 12 SET.
the second of a legal	Ξ	100 M. PSPOD, 30 D III	M. 6 *5/2010, 02, 12,00	LEI M. P. VOULL, DE D. DE DE COMPANIE	LELH, PSENDID, DE COUR	ATT M. 1982/10, 03 12 02 ATT M. 1982/10, 03 12 02	10 H. WSDJILL 30 J. 30	SECTIONS SECTIONS SECTIONS CONTRACTOR SECTIONS S	10 H (5,00 H), 30 J 30	se in Machine of an	50 to 30 follows:	LEFT H. CHÉCHLA, DE COUR.	ACT OF WARDEN OF TO OF	LEFT HUNGSHAL DE CORE	March 1978/2017, 01:37:01	\$279990 LEF H. P. W. Zhill, he ch he	SCHOOL SCHOOL SECTION	30 30 30 10 10 20 30 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	ACCUPATION OF THE PERSON	10 d. 10 d.	MI H, *** (2010, 02.12.0).	STEPHEN STATE OF STATE S	ACT 10, 70, 2010, 02, 19, 02, 03, 03, 03, 03, 03, 03, 03, 03, 03, 03	30 H 175/2011, 30 17 30	20 H (2020D), 35 R 30	Stroppod Ltr Alithandill, at 12 at	SET 41, 10 (2010), 05 (2.05)	701 d 1742313, at 13 dt	100 H (20 MH) (10 H (0)	Sepagai Let al Colonia, de la de element
Trokep of rdil		000000 trecoraias	ampilar - frequesias	options - fragaetise	0000000 Fromstate:	9902003 - Trepastas	0000000 Frequence	9909000 Incommen	net/digit - [redesids	Obstallar - Trepenates	00000102 · [145,463145	CRORIG - Digunalas	00000107 From state	CMINICA - Disparance	500000 - 100000les	AND AND A TRANSPORTER	09050162 - Trecentina	99090103 Frenchis	03030102 - 11-ersenies	nimpalar - Trepaesias	990000 Trensias	cessora - Diecesias	000,001G2 Firecondinas	anyoto - Depend	00020102 - Trecurates	190,000 - The sectors	00030102 - Trepunsies	000/0100 - [legiestria	00000107 - Tagorana	and joins - Tiejvenins

PROFESSION & SUBSTANCE CONCENTROS AUTHOR PROPERTY DE DAMAGE

34 340 44

Publication 2003-001-02 - 3012-113-31 uplication constraint. ISPN 001-113-31

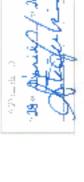
ş
z
g
Ÿ
io.
ğ
×
Ā
ž
Ż
亞
2

TOWNS IN TOUGHT OF COURSE OF THE										
Hodea ap odij	013/05/1905/19915	Habitable		Studels retalicionis	Schelle	SCORPE CONTRACTOR	Programme and a second	Kaprika Amaji rada	Perolago (Perolago)	Charrengina
	Ξ	Ič.	171	state it betrgington 13		- E	=	11-13 16	no pupitizione	15
98036192 - Tropiestas	201 AL 2020 H. L. 2012 A. 2020	NATIONAL PROPERTY OF STREET	0.000.00	PARACELE SCRIPE	3 323 903.30	28,701,0	28,001.89			
omojolož - Tregentas	10 A. 20010, 30 P. 30 October	WELL TATE OF THE DESCRIPTION OF	0.00000	PROGRESTIC NE WILELE	Notes, Medical	15,015,51	0.003.9			
00030162 - Frederica	AL 9, 75/2013, 02 12 03.	PETER 1 10 MIN DO 100	5.10053	Papazore oz nous signisci di	2 474 594,40	17 1 10,41	11 III, M			
sersarbat - 2010/060	64 67 30 7115, 32 17 85 personal	AL ALL DATE OF BUILDING	V3118113	Pagataja at catada e randa	Colod, Wellab	13.540,24	11,541,23			
detailes - frequence	LEE A. PARTITI. DE 17 DE	um. Table um. No. no saba .	51787115	25061 1 50400 10 H50504	7 444 501,00	0.000,00	1,151,10			
0900000 - Tropicsias	151 A. 75/2115, 35 12 35 connect	MILITARY DATE OF THE PARTY OF T	31101117	PRESENT OF CAPAS & POLICE	3.454, MS.30	B.26,33	11,194,19			
0000000 - Trey resides	28 21 20 1112/2011	MICHIGAN WATER	5.1871075	PROTESTA OF CAMPS I PAULS	200,000	15,110,03	11,131,18			
0000000 - Hesterian	61 n. 25/2011, 15 12 35 c2/2000	MET 125 C 1927 (3) (0) (0) (0) (0) (0) (0) (0) (0) (0) (0	5,3105,035	PROFESSION SECRETOR DE PROPERTOR	135 SM, 04	47,431,43	11, 101, 10			
0000000 - Frontisho	24 51 20 (CD2/CD2) 25 17 MG	With the particle of steel of	STRIPE	PERMITTED COUNTY FROM	2,323,593,30	15,315,00	17,115,16			
DIBOOTO - Chepanias	LELA, PAROLIDA DE DA DE	or. 10 Left 1. No oto .	511030113	PROBLEM SE CALME E PASSA	र तस्त १०६,का	133 333,33	138, 108, 103		_	
990000 - Eropeslas	M 21 20 11 12 22 12 M	WE'THE WE'THE DO WELL IN	111115493	PERSONAL ORNAS E MUSEU	2,020,000,00	10,000	11, 31, 15			
490014 - 1109 65145	SCTOREN TO THE TOTAL OF THE TOT	United Section 1 of the control of t	Silling	PERSONAL PROPERTY DON'T	7.450 SM,00	21,585,15	V 88.3			
SENSON - LINGSHALL	ACCORDANGED AS DEPT.	WE'N THE WE'N THE WEET	VIIIIIIV	DEPOSITE IN CONCERNOR O	7, 12, 731, 11	94,521,31	H. 30.00			
Science Telephone	S259840 LCC 4, VS201U, IIC LC FC		90000s	2 (2)Aq2451 14 A5205041 STANDARD	11,115,131,13	17 1 13, 31	11 : 11, 13			
TATALITY - Trequestion	Lot v. 25/2013, no 12 pt.	UPT. 123 L. M.P. 1. John OCCT.	5,000,000	Digitals	(1.153.513, 33	IN. 254, JA	14.758, 25			
40044c(+)] - [[f](18)	22 71 22 "FIDOMA" 121		100001	triguous de fosterado o	1 353 503,33	27,411.57	27,010,02			
JEDNIC - Frontesian	Let. A. PASSILL BE 17 MI	OF "20 L OF "55 10 WEG : Statutes?	5131,0012	Occurs Diguesta de fortações e	7, 353, 533, 33	17.111,11	B,111,15			
SMSPIP - frequentias	527 4.7572111, IE 17 EE	MET THE WEST OF THE STREET STREETS	2731146342	DESIGNATION OF STATE AND A STATE OF STA	2,143,501,0	D 395.31	25 85,83			
manageria - Craserian	36 T. V. *1572[13], EC 17, EC	. Pa	51314(5)7	PICALESTY BE APPLY, THINDER E	/. 253. 522, 32	II. Phy. II	1918, 13			
MMM - Meancalus	September 10 11 11 11 11 11 11 11 11 11 11 11 11		VIII40922	PEGIFORE REPORT, INIVIALE	2,153,503,40	10,455,01	20,415,03			
1011 - INSTITUTORE SELECTION	ACCOMM20 LCC 1, 255/2013, nb 17 pt 1, 181, 403.1	DE LE, SAZZILI, JA SET GLOLO, T., MPT JI PO MERO	TI LATITUS	Oute dispurse rere c.we	211,321,113	0.000,00	LBEB			
MATTER MATERIAL SMITTED INC. MATERIAL SMITTER SMITTER INC. MATERIAL SMITTER INC. MATERIA	11 21 11 11 122 5 1 2 1 2 1 2 1 2 1 2 1	# 11, 4 12, 307 '11 DO BATZO VELIEZEM	METTER	ISSUERGE PERMITTALS. EMEERS ALISTMENT IN POST N. 1940'N.	211.504.10	10.980.01	11.516,83			
SECTION OF THE PROPERTY OF THE	10, 3, 75,0313, 10, 17, 10, 10, 10, 10, 10, 10, 10, 10, 10, 10	OCH of the art of the Tr	MERCIN	CHEMINA SPL POPS FOR	211.011.10	3.464.31	Loberth			
MENT FORTFORD SAIDS	123 4 ** 3,721 1, DY 17 LF		VC642155	CARDINARY, Shi, PCPS print.	213,534,19	1.315.11	1,533,01			
CIESTI - MERITAIOLES SEA 1745	LC B. "5/2013, DC 12 FL	4 11. 4 11. 40" 10 be rated	30,447,22	Clide to Confident de Faras de	71.731,13	-4.000,01	10.630,63			
20731 - 145T DJOJES 304 ELIST 20731 - 145T DJOJES 304 ELIST 2023-202	22 (1.22 *1.10(2) 1.1.25	RESIDENCE OF THE PROPERTY OF T	1000000	Fature In Lines Respired in	213,534,33	7 LFI,11	7, 145, 83			
DA GET PALE 231'31 - HASTITUIONE ASH FUIS INCREMENSE	LOUNDON BUILDING CONTRACTOR	970	NEISSEN.	Christian r Problem to Action	711.731,33	14, 4111, 51	14, [14, 53]			
ALTERNAÇÃO AND LINES AND L	33 (1.31 (1.07/4.27.23)	M. S. C. S. WIT TO BE MILES	1271-2131	PAUCIG TELEGORICS APPLICATION	713 573,33	1,511,11	Mark .			
1915) - BETTUOTE SM HEE	(100 H. *15/2013, pt. 12 kt. / (17/1989)	10 May 10		No he hold way a clipted visite to present	61 300,00	1.121,43	A.1.11, N			

2	3	
۰	r	
	ī	
Ħ	9	
500	_	

PARAMETERS DE SUSCICIOS CARGODOS AMBIENTAS DE ROMA DE LANGODO.

N - CHÉCOSTO DE CALADO MO PROPERTO									!	
casthop op odit	Ciapel cedyloogn in	Frankski		Calidado semilitral.a	ectorical element	heardan	beyeson	Described Develope to	Described Describite to	November
	Ξ	151	₫.	hore / Featurethr	STEEL STEEL		Poges 141	TEN SI	I I I I I I I I II	181
CARD - BITES	LO H. 25/2010, EL 2 EC	MULTALMINGO	2111111111	2000/02 has some better Goothe		1,731,43	11, 171, 11			FOUR AND THE MONTHS IN
Total communicate the capability	STINGER				7,225 IM, III 2 354,255,113 7,334,425 ID	7 354, 375, 83	7,354,425, ID			
Substitute application tradition varietimes LEFH. "Viriable", EF Ju EF + International Automaterials	LEFT H. PROVIDED, DE J., DE ANDSTU	COMPANY PROBLEM ALLEGARDS AS A CONTRACTOR OF A CONTRACTOR OF	31435(61)	CATTURE FROMUS ALevantors and SAGON Cover Locks Prolimaters of Actual question the Cattle For Locks From Cattle For From Cattle For	200.00	0.50,0	0.000	V 785, H		THE TRAIN PRODUCED.
OSCIONA PARTICIONAL PARTICIPADA SAL MANDERONA, 18 D. DE	25 d 54 (2020), b 154	wide LEPture production Contraction Cont	MANAGE I	Chart - Cooks Inclusional or	M.M.M.	ACALIN PROCESS DURING	24,127,84		_	General problems
Concludition (Concluding	Marin a	All the state of t		ALLS 7*** 1.3	M1.231,III	711 727,113	ALCONOMINATION AND MANAGEMENT	5 UB, 14		



inder along while

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

ANEXO VIII - Transferências e subsídios recebidos



Praturo 2015/61/02 - 2042/17/31 Do ana commentarico de - 4812

may applied as a starting a spreador with a second of the

S DYDOUGH OF COTTON OF CARCOCAD S

	Disposițără Ingais	Torni, cash	٤	formale single-activa	Faceila		perela president	perobação per Livina 2	Magraydes
refrest to consider	Ξ	Ξ	₹	Hemo / Disturação	- IN	4 E	Ale Primerally Kledel - PS1	Addit protests Na Publicas 11	≅
- Internal	AL S. M. (2107)	West, Silvie Cife in multiple	9:849:0	Vietra Perarect, dia	3.	01,041	- 141.0d		Final Leg Fosty's 16 1 Core 1922
CALES - MANAGE SAME - CALES	20 0 3 DE 0 DE 0	ART 101 10 121 - 12 20 181	Capeak	MHCC - MINIMES	10.1	256,30	10,000		Louding Feates De Julius 2022
DATE: - MALAGON - (2004)	273012, 02 5 DF	AND OF BLOW BOOLES	0133410	HANDS BOXED CARRITMEN.	0)'1	306,30	.018.03		Benefit on Phathau de Suchon 2002
TOATES - PETPOLISS LE AT # 22	3/2011, 01 1 JE	AFC 61" E N2" - 3 JO EBS	2000000	SOLI OVERSOLI LUMBALIANI DE MOTORIO III	01	366.06	-19.00		booking Pestal de Supsa 2022
Cédités municipals securitirs (2016)	37,2012, 02 3 32	With oth E G21 is out that	SOLUTION		1,14	27,535,33	-2,439,00		Doubling Frank or Subvention
COURT - PETVALOR - COURTS - CO	70011. DE 1. JE	44, 61° F 12° (3.10 Lb)	WEE1308	Caustining Models, 154.	0.1	28.36	24,00		DOMESTIC POSTANCE STANDARD SOLD
Legits - 1419/4645 LEGits - 1519/47 Legits	. 20 7 20 71077	WT. OF C 123 - 1 DO CAF	20101200	Departe Blanca -	1,00,1	31,32	D0.197		Denium Prilias or 3, Jros 2072
2010 - Privates SADVIV - 51000	32 F 20 3 C 1 3 E	440, 615 E 125 3 10 USF	503253452	H09*0 GUASSO.	. 87.	310,16	8 80		Repulso Postas de Sudoso 1922
F 27 Sylvel - 21001	JOHOS, 06:1:38	PP CUT EXTENSION BY	Prinched	the pentile indestigation	. Ē.	341.10	-133 00		Reserve Foundation 7, 1000, 5000
(C) 11 SAUVING SAUVING - 111031	02001, UE 3 OL	MT. SIND RES 3 DO DBC	SOUSHIES	Antania Hyra Bernina, 15ta	0,11	20070	8 62.		Condition Physics on States 2022
160112 - 1915-1034 SELECTION	272013, 06 1 08	M1 01 6 12: 3 10 126	513434345	Mona Pasino e Tanca Dilli	1.70	151,21	-113.00		Motors Bester de 7 desk 2027
Caratr de Equilitation	22011, UE 2 UL	NAMES OF TOTAL SHEETS OF PARKETHES	5003,5973	o lines. Des Autempties	0.001.00.10	1.116.011.01			LLI ONGARITO DO ESTADO?
Regired - 2000 S. CO. Herichal 55: 11	20 F 30 F 10E	PHILO SICTA, MATICIPAL	211/2/11/20	Principle and the Ampropers	502 H3, ED	112,110,111			ULI ORGANISMO DA ESTADO 2022
1603L-G. Participation variation of RS (LC)	272603, 100 2 100	numericação carrega ne nos	:003:009	Director Sine. Has Antenques	\$12.506,00	10.50,03			LL1 04(AID#5 10 LSTAD07IL2
	2010 July 1 01	Habb Plantchakerto 30	2007/103	MACHINE HISTORY DE CESTAS HIMMÉRIES NA RESIDENCE ROCKE	1 03 006,00	15,457,01	1 - 71 135,70		15/pt 20/0140
refredness de commercian	32,011, 00, 1,00	1	503:206	Directo Strat Das Autampares	1,330,506,86	46,000,35	1.30 03.6		2000 0000
1607HGS - Translandnose de cogastónidos (ET 10.77) - Cor (DOSHIS	2/2011, DE 2-07	104E(f0.02)	2,652,000	bhacan Schal Bas Autorgadas Upenas	1.101.006.10	16.955.26	1 311 246.33		SECOND - APCION NATIONALIS
\$603109 - Transferonza de comunidos las puros 222613. - Lo. 502318	DE 2 DE	CONTRIBUTED FURST FURST CONTRIBUTED OF CONTRIBUTED	2,657(62)	triscale Great bes Authoritated	1301.036.00	115,514,91	1.554.00.50		CROSO - 2.1, 3 ° C.3,0 E CRIMO SPINONEIG
30,13164 - Transferencia de consestentes (SCISTO) - Los SOCIOSES (SCISTOS)	SCELL, PK 2 BC	Objects no	21763702	Distrato Geral Day Autorgonal	1.33.45,16	94.565,76	645.12,34		ENCAME POSSENT INCOMENT
36C0106 - Transperences de compassiones (21 m.º1) - 1gr (2007)	2012 00 100	WENT- UC	163760	Enterad Great Das notacquing	133.63.8	10,335.14	1 00 TB, S		ALINQUIT CAREE PARTIES -
96(30166 - Transferencia da comprebación (2010). - Let 16/218	ATTHRON 06 1 06 0	CONTRACTOR OF THE CONTRACTOR O	11631003	barcare final les éstauples Lecere	1101.03.00	40.00	1.085.257.55	6.1	ELLCACAO - EPOFFOTO OS 1957ALADORS I IMPERAÇÃO
dicolics - Tanaderincia de raspecticias (EFP), sel SE/Dais	2 C21). Dt. 1 Pt.	AVUITO DE De DE	2, 447,000	Erroras Geral Dan Assessadas Locals	1, (5), (5), 31	34.392 &C	1,000,000,00		ACHAGO E ASCO A FARTUR
difficult in a Tyang detector of temperature of LEI $L({\cal M})/(L,L)$. Fig. 19 (21)	DK 1 PK	Agrico de Se ne		Translater as George Distance in on Educação 1 p.	LIB/facall	M 171,14	1.ffb.(%).b		ESKAÇIO A VILIZ AL INDIMIES
98130116 - Norsternaklo de suepetionida (61 p. 1972) 3. 16 - Let Algabil) IE	Detribone plone	(10046))	Instituto de fastida financiados de Mesigna III-lea	11.7 (25.41	Ę.	1.69.16.01		SPECKÇES - ETT FOURTH THE ATTRICTOR ENTRY A TRAILTA - LECKÇÜN PER ESLÜLAF

w	
ĸ.	
-	

PRINTED STREET STREET STREET STREET DC ALC CONTROL STREET DC STREE

Page specifical substition assembly appropriate and appropriate page of the specific page of

VESCALLEAN NESTÉTOS SV LOBOUÇÃO - S

State aliforn	8	After SECOND CONTROL OF THE CONTROL	Dougle - Places vio tenders	EDUCAÇÃO A FEVERADES IIII.	LEI ONGARENTO DO ESTADO, N.D.								at procedule Anjechant, estructural	Result Manyon a rechestration day 1900-100 (cm. or becale	Harry Longery Comments Competence Londer pour Tentile inter pour l'Errage	WEST NUMBER OF STREET	Apple and custor tablicos decembers de messare à	parabasa da danga (00,000) in Habitino Sa Pekos				ALL ON CARACTED DE. CSTARICO DE?	SECUREDIDE SECUREDOS	Requestrated a malacontagle das installações de tarbue formate como to	CONTRIBUTION CONTR
Devotopio de Clorol. 7	505 100000 10 0410050 13																				0.II.				
Accella previsu e	151-141-151	1.115.165.13	0.335,115,13	2,000,000,0	0r.1	DLMCD	21,538,52	151,792,89	PC 1970/1971	0.110 III	19 19.55	87,000	-30.484,00	44 III 44	434 142.15	423 145,55	8. (CI) 8	16 00,14	35,111,85	02,352,25	0.392.045.0			-2,751.PE	-150-71E, III
3.5	- IControl	55,285,52	464,516,30	30.00.36	01,546,66	71,085,0	14, 115, 48	M.85.11	JE. JEE, IE	Jr.1.5r.1	1,360,41	11.173	100,000,000	241.34	4,235,35	12,710.01	140,041,21	301117	21, (10.23	12,515,81	T 175 852 13	10.385,04	271 BB, 64	J2.53f, 64	470 000,00
500000	10	1.11; tal, tal	1.01.08.00	1.12 06.00	00,145.17	17, 99,00	03,659,251	17, 933,00	03,0% 2.1	171 179, ED	121,555,10	02 500 EU	03,500,00	41 22 11	9 2 3 3	413 2010	46.47,10	21.101,10	46,286,10	46.3%,16	H 683,519,88	48.964.00	35,1400,00	50,44,04	115.41 115.41
economics (mander)	Hone 2 December (5)	Institute de Gestão Financeiros de Educação, 1.5	Institute de Ceptio Francelos de Edecidas, Tue	Institute in Gestio Proceeding do Edwardo, II-p	Hinney Sold Has Asharping Ap. 15	DESCRIPTION DEPOS DOS PARTIBOLIO HELPOS ESCRUARES	DIRECTOR SERVICES ASSESSMENT DES	DISCOURSE DE DES	Springer a Gene To consumption to Marine Light Internal	Servición la Gerral Do mandado a Do Administração Incerno		Spergram of the Property	De Administração Inserna Director Serial Das Autorquias	Append 2550 h bytenatjuntens Coroda, 1p	Himatorius de Hazimban Forción Pública	Agencie Nach O Setemptistendo E Condo. Io	Aparto 21-to Desentivianos	. HST:TUTC DE FLANFTAMERIC DA	VIZILUCTOR, 2 PESSAG 1787 J. P. CONESSÃO PACICOOL DE PLOFEÇÃO	THE COLUMN STATEMENT OF THE COLUMN IN	LIMITERAL POST DELIMENT	Literate Great Dain Authorphics	Literac Secol INS withcolds	CONTROL OFFICE DOS	Institute to Construedor da Eventora Flava Planatura, E.p.
	Ξ	15382888	T THE REAL	198460	200155312	903169336	AMESTIC	403169100	MILLE	(Mainter)	200 H ECO	STREET	516831790	F133817	SHIDDE	\$10336074	PET MEETER .	- PER 1934	60000033	100 500 137		000019972	110013113	11(04(02)	VP34291
Fireland	R	POSED COMPONENTO DE DESCRIPTO DESCRIPTO DE POSEDES EN DES	POPER CONTRACTOR DE LA SOLITA DEL SOLITA DE LA SOLITA DEL SOLITA DE LA SOLITA DE LA SOLITA DE LA SOLITA DE LA SOLITA DE LA SOLITA DE LA SOLITA DE LA SOLITA DE LA SOLITA DE LA SOLITA DE LA SOLITA DE LA SOLITA DE LA SOLITA DE LA SOLITA DE LA SOLITA DE LA SOLITA DE LA SOLITA DEL SOLITA DE LA SOLITA DE LA SOLITA DEL SOLITA DEL SOLITA DE LA SOLITA DE LA SOLITA DE LA SOLITA DEL SOLITA DE	FORCO COMPLIMENTO EL PETITIBALISMAN LE CHARTETETTE LE	IMPLICITIONS NO. NA.	EDICA, AS PRO-ESCENCE - ACTION FOR PROPERTION IS	councida mo cascula Concoente el aeco è Fantula	PROSPARY DE GENERALIZAÇÃO DE	compressed to compare as made to some reflexive as manners some reflexives	USEQUES ON REPORTOR OF THE PROPERTY OF THE PRO	LUBEÇUES EKAN AS JUTABÇULUS LUCEL SINTA	REPORT WHITE BUTTINGS (20)	INTEGRADATA DA LOSE ALS	MSTE-63-5621-FB32F-541-131	10aurte - 50a/12/10151	A00001-03-500-60-00-00-0	03000312115415451515213154	NUMBER OF STREET	CHANTIC PACID CPC.	о пубавит подама полежно	20.000	MIDDREAD CHANNED	90 DE 01 0 0 LEI 15/2013	CATE NE MEDITALISM (01.3)	
Proposition Indian	Ш	LLI * *** 17,2013. UE 5 EL 51 TEMBERO	LEL 4 7 J. J. Jan 15, DE 15 ER. Sembleru	LET 4 *73/2013, 02.3 PE SENSMIRA	LEL A "73/1013, US 3 FE SCIENCED	LEJ # * 52,2013, pt. 5 3E synthypen	103 K, 1/3/2/012, DE z. 30 6369890	101 H 173/2013, DE 1 30	Schulder of the con-	04689.39 20 1 90 "CHAZACE DE 221	15, 11,*27,2013, De 3 pt.	ECT II TOTALI, DE 1 OF	SCHOOLOUR DE LOC L'EL H. T. M. MOLLO DE L'OR MARGINES	20 r 30 r 10c2/20 1 05 s 00	J21 0, 1972011, Dt. 3 0t.	ECT 10, \$12/2013, DE 3 02 Symbologia	STORY	201 30 1 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	ATTORNO DE 2 DE 2 DE		ACLABIBLE	ACT REPORTED TO 2 NO	2010 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	CATERDAY OF THE THE SECOND SEC	0.61 15 17 57 15 16 3 16 35 16 35 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10
T.30 of 1401111		GOUTHOR - Transferencia de competencias LLI e *79/2013, un establidad de competencias LLI e *79/2013, un establida	Obstatiat - Treastrements or comprehensing Ltd 4 19990015, tel: 20,2013	E907198 - fransferência la chijectora LELA 1773013. - Les 902011	Cedition - MERICIPAGIO VO Los - MP. 256-74, 54 (25 Hill 1988).		Extraction program occursos occursos established posterior established programma established established progr		E-d E-outs - 207376	1603H 9055 + 20F28	#601L00# sures	nontropia - coper	16001000 - 20703	H=03HE01 - 151EB	hebblec zees	1001000 01	1(0)11% - 0)*105	SO : SO (1135) P. D. DEL NEW TOWNS OF A STATE OF STATE OF	MORECUTERY E TORONS (TEAS) \$60,030 - DREUSSKY HALLMALL OF PROTUCKO		Paste, at projector, 1971, Catal transferência corrental	Furth of Kqs. Librin	1060105 - 6:0.pc 20.0.m. 3 da lecino.	SOL - SHUDON GENCE NO ECIMENTS SEINLINES (PCSFE)	110 of 120 t = 0.1503

TPAUSF60E-PCIAS E 316/S10-03 PEC:210/02	C50H4m #1/10/00 * Y04/01 #1/10/00 #1/10	
PER-DOC 2022/01/E2 2022/12/21	Librario Confidentiatico de 2012	

м;
ş
ð
É
ë
Ž
Ī
Ľ

of standard of a standard of the standard of			i						
flyb de roceila	States departed	:lrb:.dol:		Entirade Civariatora	Portla	PECC. No.	Peccina president processes	Sevolugio de Usasi y	CONTRACTOR OF THE CONTRACTOR O
	Itl	<u> </u>	HI	Party of Fernights (F.)	H	N Z		ALL SECTION OF THE SE	191
1601001 - FERN	0546543 31 C 10 C 1027G 6 74	1037E-43-1242-(2148-30014)	MERSIN	April 6ag 0 Testivolispeno 6 Gestio, II	0.36 35.00	15,113,21	1.304.911.3		relation by Electronal Internal Programme of the Company of Programme of Solver de Control Company of the Control Company of the Control Company of the Control Company of the Control Company of the Control Company of the Control C
(E)1(a) - 114()	11: 3.**1/2013, UL J.Pt.	1000E-01-120 COES 100144	MESSEL	Agricia Bara U Economic awaku 6 Toodoo II	1,464,344,30	IEO, 565, 74	1,766,621,46		Ruman Colora of Colora de Romano
(6000) 11th	11. v *77/:013. ut) re streded	H00E-341-516-16-1504	118.811	Agencia Reia O Peservola, mesto E freste. Ia	1.364.744.00	W.53.50	1.301.940.06		Pogazif Codic du Piaço Engille
	20 1 TO 110/11/11 TO 1 TO 1	HPTC-04-2 11 - NEEDS-1EDIAL	MINAMA	Agencie Para II Deverminimento	1.384.244,00	N., 200, H	1,811, III, St		Probabilities on Large de Protes
IOITO ITEM	10, v *23/1013, 0E) LE	103fE-3n-2516-153Ev-103fC	H89H	Agencia Rea O Eccesol signato	1,844,98,00	57 May 20	1, 425, 454,75		75 de Lor.
[6][73] · FEDE?	LE: 4 "73/2012, DE 3 LE SF75/40F0	HOME-04-202E-102ER-000178	HIRATE	Agencia Pora O Pesavole metto E Seraka, le	1,444,744,90	4 W	E TOTAL III		Delytophy 68 Cprobests or Trooms blundar Medico or alone - Mojeto is allonized or the entire
1691091 - 10000	LE: 4 *73/2012, OE > LE SEFF4BF0	10-46-03-59-11-12-63-60-11-01	H1828114	Agencia Peru di Respondimento Pi tracto, in	1 day 214,00	15 E ab	1281 55		Penality and and minimize the second and sec
Iteatrol - Itales	10: 3.732/013, 01.3 cb. SE-EAREO	HARTE-03-55/1-121EA-100253	S135/8374	Agencia Bara O Separable mento 6 Seesby, 18	2.884.384.00	55,75,35	55,16,35 5,87,911.65		Methods of the services of the
16036102 - 11k	LET 4 *7120015, RE 1 EE. SETEMBRU LL. 3 *724013, RE 3 EE. STEWBE	(IOPTE-03-EVAL-72078-31093) (IOPTE-93-5) N2-(72-0330)	0112/91E00	Agencia Para U diseaso Francho El casada. Tr Contullado: InSpecial Clau, 05 AME.	. 30 34,00 . 1M 74,01	10,100,100	1,715,196,14		PONE OF LANCOS (1627A), 21 CHARGE OF LANCOS (1627A), 21 CHARGE OF LANCOS (1627A), 26 CHICCHARGO CHARGEAL
Total terraformetam de espuelt Sobmidios Total esbesidos					4.34.35,00 2.153,66.36	2,153,456,36	2,32,16,12		SIMPLISTONE IN COURSE

B. Arthur A. Sans



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Mapa dos empréstimos



		The second secon					1		1	97	- 11	Acres - 7-0 50 17-0 200	0.T-10.2000		1					1	27.11		W THE PROPERTY WAS	Н		
			1								1	The Park of Spiles	7.5		ļ		3		4	-	į	_		L	_	-
!	1	Promittees.	d			1	1	-	1	Į	i i i i		Table to	i i	1		1	II I	Ī	} }	-	į	P 20	Leaderly N	THE PERSON	ž
1																										
A CHIEF																			Ī	H						
	100	7		I	Ε	***	480 H C	Territoria de California de Marca Londrode (1. 15 du e la chemita efferta esta Penas de Lechana.	3	200.5	1.7	1	r ih	de Abli	i i	į		7			_		4	4-v-h		
			l	•	é	5	Ï	was and and will be a managed	Ì	10 20 00 01	2000	1 2	10,000	ž		Ì	É	1	Ş		_	Tr was	-	1		
	F	- m-m- Casterd & Breasn	100	ī	3	1	1 1	He can demand and the second demand that	i i	All the state of	1999	9 9	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	2 K 4 2	# £	1 1	ů	;	1			1	H HWH	4		
	È	-	-	Е	=	Ē		Annual sector in the sector of	į	A second	1	1	A SECTION ASSESSMENT	4 5	7 3 3 3	4 4		-	Ü		-	A Care	ile de la constante de la cons	2		
	į		1	Ξ	-	5	180.0	A-1 At a large day, an equipment of many and a second of the second of t	L Heal	5	199411	14:41	466	H	7	2	1				_	1	MI MI		E ST	
	ļ	4170000	Ì	=		1		Terroria e hea a dans brasses	ì	11110000	į	1	100	1	1	4					_	H.H.H.	- CHORD		N. A.	
	Į	Promittee Print	į	c	-	li	11	1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 -	į	É		a sort	and have	-	į	1			10		_	A.es.A	0.00		3	
	1	-	6	ć	-	į	1	more in , as amounted	1	1	5	1 2		1	9	2					_	į	- September 1		4611	
	İ	Hm74/1mi	F F	=	-	š	- F	and primary and the contract of the contract o	AN ESPOS	1	101	HAMM	24	1	5	4	1		11		-	171591	-		1	
	The state of	A CONTRACTOR OF THE PERSON NAMED IN COLUMN 1 IN COLUMN	14	=	-	ŧ	9 +	400+	B-ES d y	100		7	į	į	į	1						1	-		1014	
		į	1	7		i	# E	-	1	1000		1	-	Ī		1							1.000		9	
		Leva de charactere de Mara de charles de r Leve : P	1	•	*	i	3	or as above defended as to destable and a share-	4				ļ			1		-							11	
]				ı					STREET,	*1810.	Per Dist	110 14	with to t	N. P. P.	7 11 11	1	2	1	5			1	NEEDIN .	i	100000	
i	i	Mark of the State	1	:	,	3	I K H	H. 2011 Terror magnitude in terror man injust the second s	1	******		į	a u	Ξ		5111					_	1	- un		3	
] =	1	Transference Const.		c	100	1	-	H 17814 Address & bys & mr 1	***	881		and a	100	ą.		á					_	M 00 M	-		N. P. L.	244
1	1_								11,000,00	17.88	1	1715	IN Marin	494		Li dese	i,			-	-	1	100000		A1 mm 1 .	
441									NUMBER OF	123,000	-	11,882	PHILIPIP	HI BLU	No.	1000	Š	1	. while			searcher.	. inches R.	al code	Question.	
ī							Ī	TAPAN II		おきませ	Transfel i	ì	可見書	ii)miga	THE	T break		;	eg.			REMI	All reported in	HILL	a war	

of the property of the propert





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Certificação Legal de Contas





RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO EXERCÍCIO DE 2022

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso parecer sobre as **Contas do Município da Póvoa de Lanhoso** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o que vimos fazer nos termos seguintes:

1. Em termos de enquadramento, devemos referir que:

- a) as contas sobre que nos pronunciamos s\u00e3o as contas individuais.
- ainda que sejam de referir as limitações que decorrem da certificação legal das contas nesta data emitida, o desenvolvimento dos nossos trabalhos contou com a colaboração, por parte do Município, dos intervenientes e responsáveis aos diversos níveis, que em geral se mostraram interessados em discutir e acolher criticamente sugestões de melhoria de procedimentos por nós apresentadas.
- No quadro das normas aplicáveis, considerando especialmente o disposto nos artigos 76.º e 77.º
 da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, procedemos,
 - a) à verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e respetivos suportes documentais;
 - b) à verificação dos valores patrimoniais do Município;
 - à análise dos procedimentos de controlo interno (contabilistico e administrativo) instituidos e à respetiva efetividade de aplicação;
 - d) à análise das Demonstrações Financeiras, dos princípios contabilísticos subjacentes à sua elaboração, bem como do Relatório de Gestão;
 - e) à análise dos mapas e do controlo da execução orçamental.

3. Os procedimentos seguidos permitem-nos expressar que:

 a) a contabilidade, as demonstrações financeiras e orçamentais e o relatório de gestão satisfazem as disposições legais e refletem a atividade e a situação patrimonial, financeira e orçamental do Município no exercício em causa, nos termos da opinião que nesta data manifestamos na certificação legal das contas, onde



- Expressamos uma limitação de âmbito;
- Uma exceção quanto a divulgações no âmbito da contabilidade de gestão constantes no capitulo "Sobre o relatório de gestão"
- b) os mapas de execução orçamental, apresentam taxas de execução próximas de 99,37% e 88,79% quanto à receita e despesa, respetivamente.
- explicações mais detalhadas sobre a execução orçamental podem ser colhidas no ponto "Análise Orçamental" do Relatório de Gestão.
- d) deverá prosseguir-se na melhoria dos procedimentos de controlo interno e de confirmação externa, bem como nos procedimentos de relação entre reconhecimento contabilístico financeiro, orçamental e patrimonial e de divulgação – aspetos que desenvolveremos em carta de recomendações a entregar à Câmara e que nos propomos continuar a acompanhar no desenvolvimento corrente dos trabalhos de auditoria.

4. Tudo ponderado e como conclusão, somos de parecer que:

- a) O grau de execução orçamental corresponde, nas atuais condições, a um nível que consideramos muito satisfatório;
- as contas anuais do Município e o respetivo relatório de gestão, que devem ser vistas à luz dos esclarecimentos que integram, especialmente no anexo às demonstrações financeiras e no próprio Relatório, bem como da certificação legal das contas e das notas anteriores, merecem globalmente apreciação positiva;

e devemos salientar o espírito de colaboração com que pudemos contar por parte da Câmara Municipal e de todos os responsáveis aos diversos niveis, que agradecemos.

Braga, 24 de abril de 2023

António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC, Lda.

representada por:

António Manuel Pinheiro Fernandes

Registo na OROC n.º 993 | Registo ba CMVM n.º 20160608





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Município da Póvoa de Lanhoso (o Município), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 76.654.277 euros e um total de património líquido de 65.960.402 euros, incluindo um resultado líquido "negativo" de 636.504 euros), a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção Bases para a opinião com reserva, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município da Póvoa de Lanhoso em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reserva

Conforme mencionado na nota 5 do anexo às demonstrações financeiras, e não obstante todas as diligências que têm vindo a ser tomadas pelo Executivo Camarário, e pelos Serviços, não está assegurado que os valores que integram o ativo fixo tangível do Município constituem uma garantia da sua plenitude e estejam devidamente registados por valores adequados com referência a 31 de dezembro de 2022. Consequentemente, não conseguimos concluir sobre a razoabilidade dos saldos evidenciados nas contas de ativos fixos tangíveis, depreciações do período e acumuladas, imputação de subsídios e transferências para investimentos, outras variações no património liquido e resultados transitados.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Município nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.



Responsabilidades do órgão executivo pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Município de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demostrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Município;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Município para dar continuidade às suas atividades. Se concluírmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Município descontinue as suas atividades;

 -avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

 comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas do Município que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 23.183.189 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 20.714.853 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no ámbito da prestação de contas do Município. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilistica para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reserva", o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais,



exceto quanto às divulgações apresentadas relativas ao sistema de contabilidade de gestão, as quais não são suficientes para dar cumprimento ao exigido na NCP 27 — Contabilidade de Gestão, do SNC-AP.

Braga, 24 de abril de 2023

António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC, Lda.

Representada, por:

António Manuel Pinheiro Fernandes

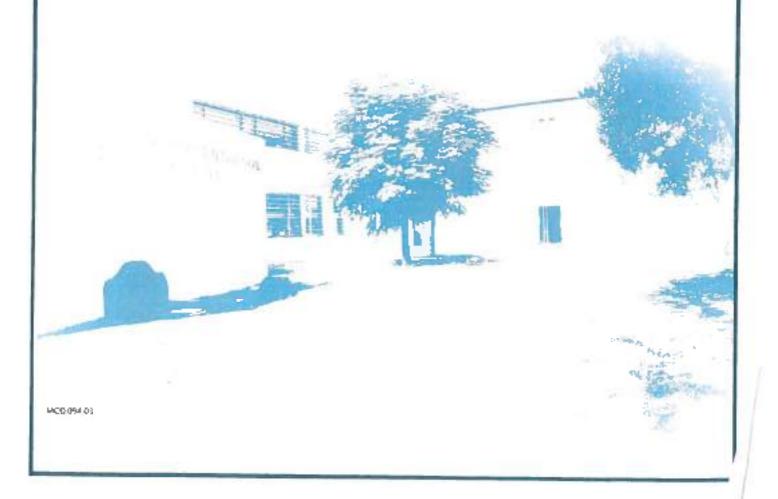
Registo na OROC n.º 993 | Registo na CMVM n.º 20160608

RELATÓRIO DE CONTAS EPAVE, E.M.





RELATÓRIO DE GESTÃO 2022





	apução.	
	TÓRIO DE GESTÃO	
GA5	TOS DO EXERCÍCIO	6
RENI	DIMENTOS	В
No.	THO DE 2022, PONETEMOS CESTACAN, AO NÍVEL OO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES, OS SEGUINTES DADOS	9
የሌነ	NO DE ATIVIDADES E DECAMENTO 2022	19
	KMAÇÃO A DIVULGAR OL ACORDO COM A NCP 27 - CONTABILIDADE DE GESTÃO	
DEM	ONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	2Б
AME	XO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	32
1	IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO	. 32
2	- PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS É ERROS	33
3	- ATIVOS INTANGÍVEIS	
4	→ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE	42
5	- ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	42
6	-IOCAÇÕES	,44
7	− CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBT-DOS	
\$	- PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	46
9	- IMPARIDADES DE ATIVOS.	46
10	+INVENTÁRIOS.	46
11	- AGRICULTURA	47
12	- CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO,	47
13	- RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO	
14	- RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO	47
15	- PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	49
16	- EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBID	49
17	→ ACONTECIMENTOS APOS A DATA DE RÉLATO	
18.	-INSTRUMENTOS FINANCEIROS	
19	-BENEFICIOS DOS EMPREGADOS	53
20	- DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS	\$4
21	- RELATO POR SEGMENTOS	56
22	-INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES.	56
23	- DUTRAS DIVULGAÇÕES	56
ENQ	ERRAMENTO ORÇAMENTAL 2022	59
DEN	MONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL.	60
EXE	CUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	61
EXE	CUÇÃO DRÇAMENTAL DA DESPESA	62
DEN	MONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO PLURIANDAL DE INVESTIMENTOS	63
ANÉ	XO ÀS DE MONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	63
PAR	RECER DO FISCAL ÚNICO	65
CER	ITIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.	67
Rs I	ATÓRIO DE GONERNO SOCIETÁRIO	68





























profissionalização, que representam um encargo em 2022, no valor de 210.689,42€ Em 2021, o valor foi de 197.526,25€.

 Gastos de Depreciação e Amortização, no exercição de 2022 foram imputados 47,302,32€ (2021 -48.427,04€) de gastos com amortizações. Com o reconhecimento do rendimento resultante de subsídios ao Investimento apenas é suportado pela escola um gasto liquido de 11.245,03€. No ano de 2021, o valor era de 12,369,76€.







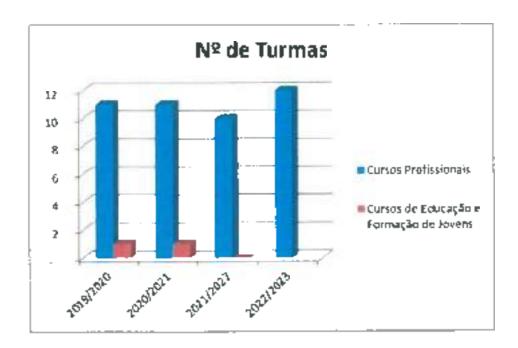






RENDIMENTOS

Os rendimentos da EPAVE são, com maior releváncia, assegurados pelo linanciamento do POCH/Ministério. da Educação/ Municipio da Póvos de Lanhoso. Estes destinam-se a cobrir os gastos de funcionamento e gestão da escola, verificando-se um rendimento de 1.234.303,000. Em 2021, registou-se o valor de 1.151 259.39€, evidenciando um aumento dos financiamentos atribuídos.



O gráfico acuma demonstra a oscitação do número de turmas que têm sido aprovadas pelo Ministério da Educação para a EPAVE, tendo, no presente ano letivo 2022-2023, existiv um acréscimo do número de turmas face ao ano letivo anterior. Neste momento, existem 12 turmas em funcionamemo.

No capítulo dos outros rendimentos do exercício referimos:

- Outros Rendimentos, com um saldo de 60,546,69€ (2021 € 48,537,65€), estes refletem o reconhecimento de rendimentos destinados a compensação de gastos com amortizações de ativos, cuja aquisição foi alvo de subsidios »o investimento (no valor 36,057,28€). Acrescem os rendimentos de atividades conexas a formação, numeadamente os relacionados com o serviço de bar e serviços de apoio a formandos, cujo montante, em 2022, ascende a 18.752,63€ (em 2021 este montante ascendeu a 12.363.90€1.
- Integraram ainda os outros rendimentos a cedência de espaço para realização de formação de uma entidade externa, e a comissão da máquina de vending.

















Órgãos Sociais

Órgão de Gestão Presidente do Conselho de Administração Paula Cristina de Sousa Antunes

Vogais do Conselho de Administração Maria de fătima Duarte Vieira Moreira Pedro Vole da Silva

Fiscal Único Júlio Martins & Alves da Silva, SROC, Lda: representada por Alberto Manuel Alves da Silva Martins















Ικπιορυςλο

O presente relatório, visa sobretudo, identificar, sinalizar e informar a acionista Cámara Municipal da Póvoa. de canhoso e todas as demais partes interessadas, das práticas de gestão corporativa executadas pela EPAVE, fazendo refletir a atividade desenvolvida por esta escola, durante o ano de 2022, assim como a sua: situação financeira no final do referido ano. Assim, no presente documento descrevem-se de formaobjetiva, as atividades desenvolvidas ao longo do ano letivo 2021/2022, identificando os resultados atingidos face aos objetivos traçados no PAA (Plano de Atrodades) estabelecido.

As atividades apresentadas no PAA, têm uma execução temporal planeada para executar ao longo de todo o ano escolar. Pela sua natureza, a maioria das atividades não permitem a aferição imediata do impacto no deservolvimento dos alunos, nem na resolução das problemáticas associadas à intervenção das diferentes. temáticas, no entanto, é possível quantificar o número de atividades executadas face ao número de atividades plancadas e às que ao longo do ano letivo vão sendo propostas complementarmente,:

faz-se alnda referência, ao longo deste relatório, ao número de turmas e cursos em funcionamento à data de 31 de dezembro de 2022.

No que diz respeito às contas do exercício, no ano de 2022 verifica-se um acréscimo de rendimentos e de gastos fundamentalmente devido a acréscimo da atividade, com a abertura de 5 novas turmas no ano. letivo de 2022-2023 e contrato-programa das Atividades de enriquecimento curricular...

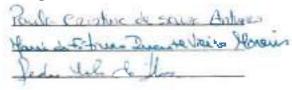
Globalmente no ano em análise, 2022, a EPAVE registou os seguintes valores:

Total de rendimentos - 1.294.849,698

Total de gastos = 1,292,584,44€

Sendo que o resultado líquido do período é de 2,265,25€, representa um decréscimo de 90% face ao ano. anterior. Assim, considera-se que os documentos agora submetidos para apreciação estão em conformidade e que seguidamente são apresentados elementos detalhados, relativamente às demonstrações financeiras do exercício de 2022.

O Órgão de Gestão













RELATÓRIO DE GESTÃO



No cumprimento das obrigações legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V. Exas o presente relatório de gestão do exercício findo em 31/12/2022.

A EVOLUÇÃO DA GESTÃO DA ATIVIDADE, DESIGNADAMENTE NO QUE RESPEITA A CONDIÇÕES OD MERCADO. INVESTIMENTOS, GASTOS, RENDIMENTOS E ATIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.

As varias áreas de formação e saidas profissionais propostas pela escola, foram escolhidas de acordo com o levantamento de necessidades de formação, identificadas pela DGEstê -Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, em articulação com a CIM do Ave - Comunidade Intermunicipal do Ave. Constatou-se a procura por parte dos jovens para determinadas áreas destas tipologias de formação, com o objetivo claro de obterem qualificações que thes permitam, no futuro, um ingresso mais fácil no mercado de trabalho. O (re)conhecimento da qualidade da formação ministrada aos jovens e o enquadramento com a necessidade de técnicos quatificados, capazes de contribuir para o desenvolvimento da economía nacional, aliada ao consequente aumento da empregabilidade, esteve na origem da procura da EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave, E.M. por jovens criundos de vários concelhos do distrito onde nos inserimos, assim como de concelhor e distritos limitrofes.

No que respeita a Recursos Humanos, houve ao longo do ano alguma variação. Sobretudo no segundo semestre, houve uma redução significativa nos recursos humanos do quadro da escola, que advieram de baixas (umas temporárias outras prolongadas) e algumas saidas por licenças sem vencimento ou mobilidade. Ainda neste mesmo perlodo, houve um imprescindivel e considerável aumento, devido à riecessária contratação para dar resposta a gestão e administração das AEC (Atividades de Enriquecimento Curricular]. Foram contrata dos 15 professores/técnicos para ministrar as referidas AEC nas várias escolas dos dois agrupamentos de escolas da Póvoa de Lanhoso...

No exercício económico de 2022, o capital social citra-se nos 20,000,000 (vinte mil euros), detido a 300% pelo Municipio da Povoa de Lanhoso. O valor inscrito na conta de reservas legais obrigatórias – 10.933,65£. (dez mil novecentos e trinta e três euros e sessenta e cinco céntimos), manteve se igual ao exercicio anterior, em conformidade com o que se encontra legalmente previsto para o efeito.

No capítulo dos Meios Financeiros Líquidos, a Escola Profissional do Alto Ave, E.M. apresenta um saldo bancário de caixa de 2.542,360.

















Para além das contas de Depósitos à Ordem, a EPAVE dispõe de uma Conta Caucionada com um "plafond". de 200.000,000 (duzentos mil euros). No ano de 2022, a conta não foi utilizada.

A rubilca de Gastos e Perdas de Financiamento, no valor 550,764, representa essencialmente o valor de juros da locação financeira, registando um decréscimo façe ao ano de 2021, cujo valor foi de 1.220,62€...

As contas a pagar a Fornecedores e Estado e Outros Entes Públicos totálizam um saldo conjunto de 174 712,266, registando se um acréscimo face a 2021, cujo valor foi de 59.689,036. O acréscimo foi gerado pelo não recebimento do adiantamento do ano de 2022 da candidatura aprovada, não permitindo efectuar os pagamentos a fornecedores e formadores, sendo o valor com maior representatividade a renda do edificio a pagar ao Municipio.

GASTOS DO EXERCÍCIO

No capítulo de gastos do exercicio referimos:

- Fornecimentos e Serviços Externos no montante de 357.364,22 € (2021 339.715,56 €) destacamse as verbas destinadas a honorários – pagamento a colaboradores em regime de prestação de serviços (115.551,28€; 2021 - 102.281,00€), e a verba referente a Rendas e Alugueres, devido ao contrato de arrendamento com o Municipio da Pávoa de Lanhoso, cilrado no valor anual de 120,000,00 € (2021 - 120,000,00 €).
- Gastos com o Pessoal no montante de 668.331,050, verificando-se um acréscimo relevante comparativamente com o ano do 2021, cujo valor ascendeu a 581.541,56€. Justificado pela contratação de docentes que ministram as atividades de enriquecimento curricular, no âmbito do contrato programa celebrado com o Município, pela atualização salarial aprovada pelo contrato coletivo de trabalho do ensino particular e cooperativo, bem como pela necessidade de passagem para tempo interior de alguns professores,

Recursos Humanos	Saldo Inicial 2022	Saidas	Entradas	Saldo Final 2022
Funcionarios	30		3	33
Dosentes - AEC's	0		15	15

Recursos Hustanico	Saldo Inical 2021	Seida\$	Entradas	Saldo Final 2021
Funcionários	28	1	3	30

Outros Gastos, no exercicio de 2022 verifica-se o valor de 217.675,046, (no ano de 2021 o valor ascendeu a 201.428,56€). Nesta rubrica o que tem maior representação são os subsidios pagos aos formandos, subsidios de alojamento, alimentação, transporte, bolsas de material de estudo e de















Arthures Macoo 094 07
Feral prior de Gystae 2022

 Os rendimentos de juros, num montante residual de 54,76€ (em 2021 este valor ascendeu a 116,50€).

NO AND DE 2022, PODERCIVOS DESTACAR, AO NIVEL DO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES, OS SEGIJINTES DADOS

Funcionamento e gestão das ações no âmbito da Medida 1.6 Cursos Profissional - POCH:

Relembre-se que todas as ações propostas para esta Medida do POCH - Programa Operacional do Capital humano - estão sujeitos ao modelo de gestão baseado no método de custos unitários (forfetário). Assim, obedece-se a uma gestão mais rigorosa, pela aplicação de valores fixos, condicionando no entanto o orçamento, na medida em que dificulta a correção de gastos pontuais.

No ano letivo 2022-2023, a EPAVE teve oportunidade de disponibilizar à comunidade estudantil, cinco novas turmas para os Cursos Técnicos Profissionais, perfazendo assim 12 turmas a decorrer a partir do 3º trimestre do ano de 2022.

Assim:

- ✓ Curso Técnico de Mecatrónica Automóvel 4 turmas em funcionamento (1 nova em 2002);
- Curso Técnico de Cabeleireiro 3 turmas em funcionamento (1 nova em 2022);
- Curso Técnico de Manutenção Industrial variante Metatrônica 1 nova turma a partir de 2022;
- ✓ Curso Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores 2 turmas em funcionamento (1 nova em 2022)
- Curso Técnico de Instalações Elétricas 1 (urma em 202).
- ✓ Curso Técnico de Comunicação e serviço digital 1 turma já existente.

Em termos globais, a evolução da atividade formativa toi considerada positiva e decenvolveu-se ao longo do ano de 2022 equilibradamente.

Plano Anual de Atividades (PAA)

O Plano Anual de Atividade (PAA) é o documento que agrega as várias atividades propostas por toda a comunidade escolar e também alguns *stokeholders*, que apos orçamentado e aceite financerramente, passa a ser viabilizado em conselho pedagógico e de administração. Num trabalho, muitas vezes interdisciplinar e





com a envolvência do Serviço de Psicologia e Orientação, do SIPRAVE (Serviço de Inserção Profissional do Alto Ave) e dos trabalhadores não docentes, pretende-se que durante o ano letivo haja possibilidade de desenvolver todas as atividades ali previstas, para alem das que complementarmente vão surgindo ao longo do ano e através de várias fontes, considerando-se estas como atividades extra PAA.

Aprovettando as sinergias dos vários stokeholders ao longo do ano em análise, a EPAVE teve oportunidade. de proporcionar/desenvolver e participar nas seguintes atividades:

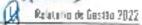
Atroidades PAA				
Proponente(s)	Realizada no Periodo Escalar.	Ativicade Realizada		
SIPRAVE	39	^A STEP TOWARDS YOUR CIT:N75NSIBIP*		
Alice Dias/formadoras de Cabeleireiro	38	WORKSHOP J'OREAL		
EPAVE	25	MOBIL DADE ERASMUS+ FUERT EVENTURA		
Mariana Barbosa e Cluálla Escaleira	10	CONFECER O VOLUNTARIADO DO CONCELHO		
SIPRAVE	1º	"STEP 4 INTERCULTURAL TY"		
Grupo da Qualidade EQAVET	19	REGISTO DO INDICADOR FOAVET SP		
Grupo da Qualidade EQAVET	14	REGISTO DO INDICADOR EQAVETS?		
Grupo da Qualidade FQAVFT	17	REGISTO DO INDICADOR EQAVET 6P		
José Pereira	10	VISITA DE ESTUDO À EXPOMPCÂNICA		
Mariana Barbosa e Cidálio Escoleira	1*	BULLYING / CYBERBULLYING		
Mariana Barbosa e Cidálla Escaleira	15	REFUGIADOS		
Eugénia Gomes e Blandina Cunha	1P	HALLOW'FA		
Mariana Barbosa e Cidália Escaleira	12	ΑΙΙΜΕΝΤΑ ΟΚΟΣΑΤΟΡΙΙΙΑ		
EPAVE	Τū	CHRITAAM CAZ EC AID		
Maríana Barbosa e Cidália Escaleira	1è	SPRING BREAK		
Mariana Barbosa e Cidálla Escaleira	10	SEMANA DA ISUA, DADE ÇM		
Mariana Barbosa e Gidália Escaleira	19	TRÁFICO DE SERES HUMANOS		
EPAVE	76	FESTA DE NATAL		
Eugénia Gomes	1.0	JORNADAS DE INGLÉS		
Martana Barbosa e Cidália Escaleira	29	SÉGLIHANÇA RODOVIARIA		
Mariana Barbosa e Cidália Escaleira	2"	INTERNET SEGURA		
Eugénia Gomes	79 1	SAINT VALENT NES'S DAYS		
Mariana Barbosa e Cidália Escaleiro	Zª	VIOLENCIA NAS RELAÇÕES OS INTIMIDADE		
Jorge Fernandes	74 .	ROBDPARTY		
SIPRAYE	2:	MOBILIDADE ERASMUS»		
José Barros	21	JABORATÓRIO ASENTO		
José Barros	21	JADORATÓRIO ABERTU		













Atividades PAA						
Proponente(s)	Realizada no Periodo Escolar:	Atluidade Realizada				
José Barros	26	LABORATÓRIO ABERTO				
Eugénia Gomes	25	"O MUNDO UNIVERSITÁRIO"				
Eugénie Games	Z5	JORNADAS DE INGLÉS				
Coordenador de CT de Cabeleireiro/a	34	PAP'S DOIC1 CABELEIRTIRO/A				
Coordenador de CT de Mecatrónica Automóvel	32	PAP'S DO CT TÉCNICO DE MECATRÓNICA AUTOMÓVE				
Coordenador de CT de Mecatrónica Automóvei	40	PAPIS DO CI TÉCNICO DE MECARRÓNICA AUTOMÓVE				
Eugénia Games	39	JORNADAS DE /NGLÉS				
SIPRAVE	3°	"PREPARA-TE PARA O FUTURO"				
Afice Dias	39	VISITA DE ESTUDO LABORATORIO L'ORSAL				
Brono Garcia	36	EVENTO DE KARTING A VISITA DE ESTUDO AO MUSEU DO RAJ.				
Fátima fernandes	Ad lango do eno letivo	ECO-ESCOLAS				
SIPRAVE	Ad longa da ano (etiva	COMEMQRAÇÃO DE VÁRIAS EFEMÉRIDES				
Fugénia Gomes	Ao longo de ano letivo	ENGLISH CLUB				
Allce Dias	Ao longo do ang letivo	Disamigação das práticas de Cabeleireiro				
SIPRAVE	Ao longo do ano etivo	PLANO DE DISSEMINAÇÃO SYEP4				

	AUVidades Extra PAA					
Proponente s)	Realizada no Pesiodo Escolar:	Atividade Realizado				
Sandra Oliveira	ſε	Campanha solidár.a риги appiar o САРА				
Grupo da Qualidade EQAVET	10	AUDITORIA INTERNA AO PROCESSO SEO - EDAVE				
ECO-ESCOLAS	Şέ	Colocação de major nº do ecopontos e embelezamento dos mesmos com diversos temas				
ECO-ESCOLAS	Ž ^{ig}	" Não há Planeta B."				
ECO ESCOLAS	29	Introduzia no espaço escola: novas espécies vegetais				
LCQ-ESCOLAS	Ze	* Brigadas Verdes*				
NUNO SILVA E DANIELA SOUSA	5.6	Fake news - Não se derke engariar Dia da internet segura				
CIDALIA ESCALEIRA E DANIELA SOUSA	29	Redes Socials - Cidadão Cibersocial DIA DA INTERNET SEGURA				
NUNO SILVA	26	Cidadão Cyber Seguro DIA DA INTERNET SEGURA				
José Fernandes	29	Olimpiodas/Quiz de Markming e Publicidade - ISCA				















Atividades Extra PAA					
Proponente s	Realizada no Período Escolar:	Atividude Realizada			
José Fernandes	24	Centro Interpretativo Maria da Fonte			
Laura Rodrigues	29. 39	Clube de Alemão Pequeno - Almoço Alemão / Ceutschi Fruhstuck			
Eugénia Gomes	79, 34	Clube de nglés			
EPAVE/CMPL	20	CI)LTURA IN Realização de uma Curta Metragem "Cultura IN"			
EPAVE	2¢	Cube Comunitário/Applier as crianças recanianas qu vierzni para o concelho da Póyco do Canheso			
EPAVE	26	UPA - UfMinho de Portas Abertas- Visita à Universida do Minho e ROBOPARTY, pôlo de Agurem			
CIDÁLIA ESCALEIRA	25	Celebrar o Dig da Mulher			
Cidália Escaleira	29	Ação Olmática - Sensibilização - "A Maior Lição do Mundo"			
Cidélla Escele)ra	2%	Construção da Sandeira da Ucrân a e anganação da bens essenciais			
Sandra Oliveira	29	Visualização e registo fotográfico das Montras de S José			
EPAYE	29. 35	Exposição bib? ográfica de um autor (Antero de Quental, Gil Vicente e José Saramago)			
José Fernandes	3.0	Selfic Paper: Braga			
EPAVE/CMPL	3,2	Aproximação das jovens mulheres às tecnologias e engenharias, desconstruindo estereótipos de géner			
Marlene Vieira	3.0	Vista de Estude a Braval			

Verifiça-se que das 75 atividades propostas, realizaram-se 66, atingindo uma Taxa de Execução de 88%. Conclui-se desta análise que houve muito trabalho desenvolvido por vários stakeholders, em cujo resultado se transforma em aprendizagens para todos, nomeadamente e fundamentalmente, para os alunos. A EPAVE considera ter atingido um excelente resultado no desenvolvimento e aplicabilidade do PAA.

Ao longo do ano letivo, foram ainda dinamizados os Cubes de Inglês e Alemão, as Aulas de Apolo às disciplinas de Português, Matematica e Física o Química e a adequação dos Critérios de Avallação ao Perfil dos Alunos à Saida da Escolaridade Obrigacória e aos Dominios da Estratégia de Educação para a Cidadania.















Como indicadozes, apresenta-se a avaliação do PAA no grafico abaixo explanado.

51 ATIVIDADES ATTYTHANCS EXTRA FAR TOTAL DE ALLO DADAS PLANEADA EXCOUNTAL FAR execulaçãos

Exercicho do Plano de Arindades Ariad (PAA), Ana Letiva 2021-2027

A avaliação das atividades do PAA for ofetuada a partir de dois stokeholders internos: docentes e alumos.

No relatório de avaliação das atividades, verifica-se o cumprimento dos objetivos traçados (Expetativas Afingidas; Conduta dos Formandos; Recetividade Entidade; Conteúdo Informativo e Assimilação de Conteúdos), por parte de Professores e Formadores proponentes da atividade.

Quanto aos alunos, regista-se uma "Satisfação Global" elevada, bem como uma satisfação elevada na "Organização da Atividade" e "Adequação às Expetativas".

Na relação do PAA com o Plano Nacional de Estratégia de Educação para a Cidadania (PNEC), a EPAVE. apresenta umo diversidade de atividades por vários Domínios do PNEC, como se pode observar na Tabela. seguinte:

Distribuição dos atividades do PAA pelos Dominios da PNEC, Ana Letivo 2021-2022

DOMINIOS	Nº ATTVIDADES
A DIREITOS HUMANOS	В
B IGUALDADE DE GENERO	3
CINTERCULTURALIDADE	9
D DESENVOLVIMENTO SUSTENTÂVEL	Э
E EODEAÇÃO AMBIENTAL	â e
FSAÚDE	€
G SEXUALIDADE	2

















DOMÍNIOS	Nº ATIVIDADES
H MEDIA	3
LINSTITUIÇÕES E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA	7
K RISCO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA	a
M EMPREENDEDORISMO	11
N MUNDO DO TRABALHO	10
O SEGURANÇA, DEFESA E PAZ	4
P BEM-ESTAR ANIMAL	3
Q VOLUNTARIADO	3
R OUTRAS DE ACORDO COM AS NECESSIDADES	16

O envolvimento de stokeholders externos no PAA, é de elevada importância, constituindo um dos indicadores para a certificação de qualidade no âmbiro do Quadro EQAVET. Assim, a EPAVE procurou envolver uma diversidade de agentes sociais que pudessem dinamitar, de forma motivadora e inovadora, as atividades do PAA. Na relação entre o PAA e o PNEC, regista-se participação de 13 stakeholdeis, distribuidos pelos diversos Dominios do PNEC, alcançando, desta forma, o objetivo a que a Escola se propos.

A título de exemplo, a EPAVE diligenciou várias iniciativas no âmbito do Projeto ECO ESCOLAS, como a intervenção nos espaços exteriores da escola com a revitalização do jardim, plantação da horta biológica e de árvores de Iruto.

Foram realizados vário micro projetos no âmbito do Programa Erasmus+, como o Dia Europeu da Lingua ou "REcosmusDays". A EPAVE foi novamente PARCEIRA OFICIAL DA EUROPEAN VOCATIONAL SKILLS WEEK 2022

Os Clubes de Alemão, de Inglês e o Clube Comunitário, promoveram a aprendizagem criativa, mas especialmente o espírito de cooperação, solidariedade e a odadania ativa. Destaca-se a participação dos alunos do Clube Comunitário, que desenvolveram o projeto "AMIZADES SEM FRONTEIRA", cujo objetivo foi a inclusão de crianças ocranianas recém-chegadas ao concelho da Póvoa de Lanhoso, através do convivio é de laços de amizade com outras crianças, suas conterráneas, a viver na nossa região.

Ao nivel de atividades de cariz sociocultural e de cidadania promovidos por stokeholders externos, os alunos participaram no "laço humano / laço azul", promovido pela CPCI (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) da Póvoa de Lanhoso; na tertúlia de defesa e promoção dos direitos das pessoas com mais idade:







(Comissão de Proteção do Idoso e Provedor do Idoso). Tiveram ainda oportunidade de assistir a diversas palestras, promovidas pelo SrGO – Serviço para a Promoção da Igualdade de Género (Cámara Municipal da Póvoa de Lanhoso); GNR - Posto territorial da Póvoa de Lanhoso; Associação Bandeira Azul da Europa / Projeto ECO-ESCOLAS, Banco do Voluntariado da Póvoa de Lanhoso e de fazerem visitas culturais, quer dentro do conselho, quer no distrito.

A participação de stakeholdeis externos nos diversos dominios da formação, tem sido uma estratégia. eficiente na dinamização dos Cursos Profissionais, facultando um acrestimo da motivação para a aprendizagem por dos alunos.

A titulo de exemplo, refira-se o Curso Profissional Técnico de Cabeleireiro que permittu a participação de pessoas singulares e utentes de instituições locals, no desenvolvimento da componente prática e no aperfelçoamento das récnicas de saber-fazer, saber-estar e saber-ser, por parto dos alunos.

Ressalta-se também, a participação dos alunos do Curso Técnico de Comunicação e Serviço Digital e de alunos do Eurso de Cabeleireiro, no Projeto *Culturo IN* da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, na realização da curta-metragem "Inquietação". Este projeto permitiu a envolvência de diferentes intervenientes externos, na vida da escola, não só porque desenvolveram formação sobre redação do guião, operação de câmara e produção audiovisual, á turma do 2º ano do curso de Comunicação e Serviço. Digital, como permitiram a confraternização num ambiente extemo à escola, e em vários locais, aos alunos, contribuindo deste modo para o desenvolvimento de competências tecnicas a diversos níveis.

Acrescentam-se, ainda, os seguintes stakeholders externos: Academia ("Oreg/ Porto; ISCET - Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo: Universidade do Minho; SIGO – Serviço para a Promoção. da Igualdade de Género; CEDS 4G Lanhoso / Projeto "Youth Lobs"; Agência Nacional Erosmos 4 Educação e Formação; Projeto e7winting; GNR – Posto territorial da Póvoa de Lanhoso; Câmara Municipal da Póvoa de Canhoso; Associação Bandeira Azul Da Europa / Projeto Eco-Escolas; Banco do Voluntariado da Póvoa de Lanhoso, entre autros.

Assim, e para melhor desenvolver a formação profissional, a EPAVE estabeleceu 115 parçerias com empresas de Formação em Contexto de Trabalho; 25 parcenas europeias, no âmbiso do *Erosmos*+; 13 parcerias e participação de *stokeholders* que participaram nas atividades desenvolvidas no âmbito do PAA; 22 parcerias (empresas e instituições) no âmbito da candidatura ao CTE, perfazendo, no total, 174 parcerias realizadas ao longo do ano letivo 2021-2022



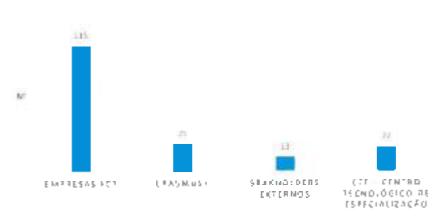






N Stranger

NV de parterias estabelecidos po longo do Ana Letiva 2071-2022



Programas ERASMUS+

No ámbito dos Programas Erasmos+, a EPAVE concretizou o programa Mobilidades à EUROPA. Estas mobilidades/Intercâmbios foram realizadas em márço 2022.

Estes intercâmbios constituem uma forte aposta da Escola Profissional na valorização do percurso profissional e cultural dos seus alunos e do stoff, permitindo-lhes a melhoria de competências profissionais, culturais e linguisticas. Indubitavelmente, o Programa ERAMUS+ contribuiu para uma maior empregabilidade e melhor perspetiva de carrova, assim como maior facilidade de integração no mercado de trabalho, até pela desiniblição que os seus participantes passar a ter.

Desta forma, foram realizadas 37 mobilidades em 2022, o equivalente a 63%. O Projeto assegura gastos de viagem, subsistência e alojamento, suportados pelo financiamento específico, havendo aínda uma pequeña verba para custos de funcionamento e gestão.

Responsabilidade Social da EPAVE

A EPAVE, no âmbito da responsabilidade social, continua a desenvolver um conjunto de atividades, que, de acordo com o perfit profissional dos atunos vão também ao encontro da comunidade local. Neste sentido, têm sido estabelecidas importantes parcerias com instituições locais, enquadradas também no âmbito dos seus Planos de Ação Social, que permitem Encontros Intergeracionais; a abertura da oficina pedagógica de Cabeleireiro a (PSS's da Póvoa de Lanhoso e Centros de Convivio; a Partilha de Experiências, entre outras.

O Serviço de Inserção Profissional do Alto Ave - SIPRAVE presta também um serviço social, na medida em que permite o acesso à lista de Ofertas de Emprego, na dinamização do Grupo EPAVE Emprego nas redes



socieis, onde são colocadas as oferras de Emprego das diferentes áreas profissionais, acessivel aos atuais e ex-alunos da EPAVE. Este gabinete apoia também na claboração de Curriculum Vitae; entrevista de emprego; candidaturas ao ensino superior, divulgando os cursos das várias Instituições do ensino superior, bem como no apoio à inscrição, entre outros serviços.

Evolução Previsivel da Sociedade

As candidaturas com financiamento aprovado no presente Quadro Comunitário de apoio PORTUGAC2020. pelo POCH - Programa Operacional do Capital Humano, ao longo dos anos, apresentam os seguintes montantes.

M*Projetus	And letvos Condidatera	Colsas	linvel	Valor Aprovado Candigatura	rakul Apedyado Candidatura (85% FSL)	válor Aurovado Candidalora (PSS CPN)
POCH-01-5266-F5E-000288	2015 2016	Cursos Vocediones	11.	108 520 45	92 242,38	16 278,67
PDCH-01-5286-FSE-000/15	2016/2017	Cursos Vececioneia	11	72549.96	\$4,667,47	10 882,49
POC+401-5266-FSE-400612	2016-2018	Cursos Educação e Formação de Jovens	1	11696456	99 411,71	17 543 24
POC~ 01 5571 # \$8401073	2016-2019	Cursos Professionaes	r/	2 107 220 82	1.787 727,70	215 483 12
POCH-01-5571#-56-001570	2017-2020	Cursos Professionais	N	1 462 109 66	1 242 75 3.47	210 316 49
POCH-01-5571 #SE-002010	2019-2020	Cursos Profesionas	ľv	900 14420	765 172.57	135 021.63
PO/2H-04-6267 FSE-00017 :	2013-2020	Projeto Certificação ECAVET		2071500	17 607,75	1107.25
POCH-01-5\$71-FSE-002548	2013-2020	Cursos Profesiones	D/	373657.54	317 609 25	56 048,69
POCH-03-5571 FSE (01446)	2013-2021	CEF - Cursos de Educação e Formação de Jovens.	II	138 840 41	118 014 35	20 826,06
POCH-01-5571-FSE-003069	2023-2021	Cursos Profesionals	N	1 07713371	915 553.66	161 570,08
POCH-94-55H8 FSE-000070	2021-2022	Cursos Profesionals	N-	1 112 074 47	945 283,30	156 811,17
POCH-91-55H8 FSE-000572	2027-2023	Cursos Arstenonan	W	1 283 649.77	1 091 102 30	192 547,47
Totals				8 769 571 54	7 454 135,19	1,315,435,75

Estes elementos permitem-nos encarar com satisfação a prossecução do nosso objetivo de contribuir para uma melhor formação profissional.

INDICADORES CONTRATO PROGRAMA

Filiandeiros e Organizau chais	Contraçua vados 2022	Resultados 2022
Rácio: Gastos com Pessoal e com Formadore	<=65%	63,64%
Rácio: Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impossos (EBITDA / Total dos Rendimentos	>=3%	4.12%
Rácio: Alvos Fixos Tangiveis e Inlangiveis / Al	>=25%	42,52%

Face ao quadro resumo, com os indicadores "Financeiros e Organizacionais" acima mencionados, esta entidade compriu os rácios previstos no contrato-programa, conforme evidenciado na cláusula 4.º do referido Contrato, Programa,







amperos varontes at 🏮 2000 STA Paros ar como la 🏚 No. 25169-2511 Fr. (506)-013 🌘 WWW normalis.











Factos relevantes occaridos apos o termo do exercício.

Apos 31 de Dezembro de 2022 e até à presente data os factos que afetaram direta ou indiretamente as condições de equilibrio económico e financeiro da empresa, prende-se com a aprovação de uma candidatura submetida no dia 31 de agosto de 2022, âmbito do aviso nº 01/C06-I01-01/2022, Plano de Recuperação e Resiliência — Qualificações e Competências que consiste na criação de um Centro Tecnológico Especializado na área da Industrial, Assim, a EPAVE viu a sua candidatura aprovada no valor de 1.134.165,39¢ a executar até 31 de dezembro de 2024. Até à presente data, a EPAVE está o aguardar o termo de aceitação que terá grande influência no plano e orçamento de 2023 e 2024

A data, mantém-se situação de conflito armado entre a Federação Russa e a Ucránia, tendo dal resultado uma crescente instabilidade ao nível do acesso a recursos energéticos e alimentares, com repercussões na subida dos preços. Apesar de não ser possível mensurar os efeltos desta guerra á data deste relatório, a administração tudo fará para minimizar os mesmos e garantir a continuidade das operações no seguimento da missão da Escola.

OBJETIVOS E POLÍTICAS DA ESCOLA EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

Risco Financeiro

A EPAVE, à semelhança de todas as outras escolas profissionais, está exposta a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque, os riscos de taxa de juro, de liquidez e de crédito. Este conjunto de riscos financeiros resulta do desenrolar da sua atividade e induzem incertezas quanto à sua capacidade de geração de fluxos de caixa e de retornos, nomeadamente dos seus capitais próprios. A política de gestão dos riscos financeiros procura minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados e das políticas. Esta incerteza, que se reflete em diversas vertentes, exige especial atenção, medidas concretas e efetivas de gestão do seu risco financeiro.

Os diversos tipos de risco finançeiro estão inter-relacionados e as diversas medidas de gestão, ainda que específicas a cada um deles, encontram-se em larga medida ligadas, e essa interligação contribui pará a prossecução do mesmo objetivo comum, isto é, a diminuição da volatilidade dos fluxos de Caixa e das rentabilidades esperadas.

Risco de Tava de Juro.

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a ofinização do custo da divida e a obtenção de um reduzido nivel de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, controlar e mitigar o risco de se



incorrerem em perdas, resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a divida financeira da instituição denominada em euros.

Risco de liquidez

O objetivo da gestão de risco de liquidaz é garantir que, em todos os momentos, as instituições tenham a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são evigiveis, bem como, para exercor a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes políticas de gestão:

- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadores, essegurando o seu apoio financeiro à escola numa ótica de longo prazo, nas melhores e/ou nas mais desfavoráveis. conjunturas, que ciclicamente afetam todos as atividades;
- Financiamento dos investimentos a Médio Longo Prazo (MLP), adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento, à capacidade de geração de fluxos de caixa;
- Escalonamento do vencimento da divida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da divida para a tornar mais coincidente com o grau de permanência de alguns. ativos de longo prazo detidos (neste momento não existe divida financeira que justifique qualquer medida por parte da gestão);
- Produra de diversificação das fontes e instrumentos de financiamento.

PLAND DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2022

O Plano de Atividades e Orçamento de 2022 aprovado em dezembro de 2021 apresentava um montante de recen≯ total de 1.460.224,31€ e um montante total de despesa de 1.441.938,15€.

Durante o ano de 2022 o orçamento aprovado teve alterações orçamentais de natureza permutativas, entre reforço e anulações entre subricas, pem como anulação de rubricas que não foram executadas:

As alterações foram vertidas em relatório de execução orçamental dos trimestres ao longo do ano de 2022. Assim, os montantes do orçamento retificado, tem uma receita no total de 1,348.820,56€ e um montante. de despesa total de 1.327,827,156.

Relativamente à execução da receita cobrada liquida, esta ascendeu a 1.042.003,10€, o equivalente a vina execução de 77%, A despesa paga líquida foi realizada no montante de 1 096.225,79¢, evidenciando uma percentagem de execução de B3%.

















		sinvinção com Alfrações Orgamenta s (1)		ecebimentes / Pagamentes (3)	% da exacução receb iPag (3)/{2)
Receita eletiva		1 348 820,56		1 042 003,10	77%
Receita não efetiva		-			0%
Receits Total		1 348 820,56		1 042 003,10	77%
Despesa eletiva	-	1 327 827,15	-	1 096 225,79	83%
Despesa não efetiva					Ð%
Despess Total	-	1 327 827,15	-	1 095 225,79	83%
Receita - Despesa		20 993,41		54 222,59	
Rec - Desp Efetiva		20/993,41		54 222,69	

Do referir que nos sermos do previsto na Norma de Contabilidade Pública 26, a receita e a despesa não efetiva, correspondem, respetivamente, às quantias recebidas de ativos e passivos financeiros, e as quantlas oagas de ativos e passivos financeiros, que não foi utilizada no ano de 2022, efetuando assim uma diminuição dos despesas não efetivas ao orgamento inicial.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Cumpridos os requisitos legais relativos à constituição de reservas legais e à salvaguarda do capital da EPAVE em conformidade com a legislação aplicável, propõe-se ao sócio que o resultado liquido positivo de 2.265,25€, seja transferido para a rubriça de resultados transitados de forma a permitir o autofinanciamento.

INFORMAÇÃO A DIVULGAR DE ACORDO COM A NOP 27 -- CONTABILIDADE DE GESTÃO

De acordo com a Norma de Contabilidade Pública n.º 27 – Contabilidade de Gestão, existe um conjunto de informação adveniente da Contabilidade de Gestão que deve ser divulgada no Relatório de Gestão. A Norma Internacional de Contabilidade Pública IPSAS 33, aplicável subsidiariamente à EPAVE por força do artigo. 13.º do Decreto-Lei. 192/2015, de 11 de setembro prevé um periodo de implementação deste normativo SNC-AP por um periodo alargado de 3 anos para situações mais complexas, entre as quais se destada a Contabilidade de Gestão.

A EPAVE está em processo de implementação tendo neste ponto centros de custo associados aos processos de sistemas contabilisticos. Assim, em (ace do parágrafo 34 da NCP 27, divulgamos a informação correspondente aos projetos que vigoraram durante o ano de 2022.



A atro-dade exercida pela EPAVE formação profissional vigorou durante o exercício de 2022, dois projetos com candidaturas ao Portugal2020.

Os critérios de imputação dos gastos e rendimentos em função do projeto:

Conston	Ota o le trouteran	Imparleção
	Imputação Gastos com Alunos em função dos Valores Pagos em Bolsas;	100%
Diretos por Projeto	Imputação dos Docentes em funçãos das horas Ministradas,	100%
74-4	Gastos diretos com a aquisição de Material para ministrar a formação	100%
Indiretos por Projeto	Imputação dos colaboradores não docentes,	100%
7-0,00	Impulação Gastos Fixos;	100%
Rendmenton	бейнэ д е Індалоста	Inguita; 86
Diretas par Projeto	Imputação dos rendimento em função da analise do Pecidos de pagamento de Reembolso	1009
Indiretos por Projeto	Imputação de rendimentos conexos com a atividade principal	100%

POCH-01-\$\$446-F\$E-000070.

Projeto acima referido do ano letivo de 2021-2022, no quadro abaixo pode-se venificar os valores aprovados, o valor executado no projeto e a sua execução no ano de 2022.

Final numerio Apievado	A cos M21	7077	Тата Крерсато	Valor (5-a) at at a tarte Light on	dana Submeda Submeda Submeda ana dan 2005	Sevente
FOOH 01-55H6/PSE-000070	370-661	741 583	1 112 074	1 Cales \$45g	534 845	72 14%
Ominipueão Rundo - 85%	312068	63ú ×76	945 209	674 193	454 627	72.14%
Downbucks Publics Namons - 15%	50 004	111 207	₱88 B11	154 253	60 228	72.14%

Com referência à execução do projeto, em termos de turmas, formandos, horas ministradas, no final ou projeto de 2021-2022, conforme mapa anexo, foi executado.

POCH401-59Me-FSH-4X30070	Total Previous Aprovação (1)	Actimitédo Levis (arto	Streaksage o race wo wordward
Nº Turtres	10	1D	100%
Mº de Formendos	164	152	93%
Horas Aprovadas	11 256	11 2 5 8	1,00%
Volume de Formação	185 256	163 731	88%













0 000 0 4006	MEANTER	HAIDADE DE VIELIDA	Me to each contribution of again	Frontisco Newstern Solo Face
Realização	Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED. 3, na operação (1)	Ne	164	152
Resultados	Alunos transitados para o ano de ascolaridade keguinte nos cursos profissionais, na operação (2)	16	85.00%	54.19%
	Diplomados nos cursos de dupla certificação de nivel ISCEU 3 (no tempo próprio) (3), na operação	%	70,00%	71,43%
	Empregabilidade ou prosseguimento de estudos nos 6 metes seguintes à conducto dos cursos, na opreação (5)	96	\$3,00%	55,50%

POCH-01-SSH6-F5E-000572

Projeto acima referido do ano letivo de 2022-2022, no quadro abaixo pode se verificar os valores aprovados, o valor executado no projeto e a sua execução no exercício de 2022.

CONTRACTOR OF THE PERSON	Ma	4	The state of	109080	
Enanciamento Arab. 200	2028	202.: T	rani Anvez este	Varia Suba el do Reencobra da atra gr. 4022	Security
FOOH-01-5946-P5E-000577	42 795 43	1 240 850,34	1 263 549,77	\$70 468,73	44%
Omitribuição Funda - 85%	36 376 97	1 054 725,34	1 091 102,30	464 915,42	44%
Contributão Publica Nacional - 15%	6.419,45	186 129,00	192 547 47	85 573,31	44%

Com referência à execução do projeto, em termos de turmas, formandos, horas ministradas, no ano letivo 2022-2023, conforme mapa anexo, teve inicio a execução no 49 trimestre do exercicio de 2022, conforme se pode verificar na execução das horas ministradas.

PCCH-411-55H6-FSI; 000572	Tala Slovivio Aprovado (1)	Aromulado Execut do	%r8×2 30/00/2	woho leke ad an
Nº Turmas	1	2	12	100%
Nº de Fermandos	18	8	192	102%
Nº de Porte montoradas	10.82	7	3 955	37%
Volume de Formação	209 43	3	69 967	33%

PROJETO DAS ATIVIDARES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR.

O Municipio da Póvoa de Lanhoso celebrou com a EPAVE um contrato programa, no sentido, de prestar um serviço de interesse geral nos agrupamentos de escolas do concelho. Assim, a EPAVE contrata os professores para o exercício das atividades de enriquecimento curricular e fatura os encargos inérentes a este serviço ao Município.







As DD Bambarro (Application) 45-313-34 Aprel de Lamento 🤵 De 1916/0410 (Est 1896/4017) www.spect.pt 🐧 cómos (440-470-470)









Conforme, se verifica na informação relativa ao quadro de pessoal em que referimos separadamente o nº de contratações para a execução do contrato programa.

Os gastos imputados no exercício de 2022 a esta atividade, conforme mapa abaixo, prendem-se com os encargos diretos os gastos com os docentes que ministração das horas de formação das AEC's e os materiais necessários para as atividades, e os encargos indiretos com colaboradores em (ace do nº de horas adstritas a exercício as funções.

Castes com Picyselo	Critino de Intestrição	logic tegan
Diretos	Imputação dos Docentes em função das horas Ministradas;	100%
Director	Gastos direitos com a aquisição de Material para ministrar a formação	100%
Indiretos	imputação dos colaboradores não docentes;	4,7%

PAGIETO ÉRASMUS+ - ESTAGIOS NA COMUNIDADE CUROPEIA

No exercício de 2022, a EPAVE finalizou a execução um projeto que vigorou em 2021 e 2022. No projeto executarameso 63% do total de mobilidades aprovadas.

Total Mobile class automotics	59	% Elencução
Total Mobildades Replicados	55	93%
Total Mobilidades Regizadas em 2022	37	63%

A imputação dos Gastos e Rendimentos ao projeto, verificam-se no balancete analítico do exercicio de 2027

Cooled	CALLO DE IMPUNAÇÃO	тця, ярас
Diretos por Projeto	Imputação Gastos com Alunos/Colaboradores em função dos Valores Pagos em Bolsos (viagens, Alojamentos e Alimentação, Estágio no estrangeiro)	100%

ATIVIDADE CONEXAS — SERVIÇO DE BAR

A advidade do Bar é considerada com enquadramento de isenção de IVA pelo artigo 9º do CIVA, como uma atividade conexa com a formação profissional. Neste sentido, a imputação é em função dos gastos e rendimentos eletivos, imputados em função da execução dos projetos.





Assim, a EPAVE é uma entidade cuja atividade se prende com o Cursos Profissional por via de projetos com tutela do Ministério da Educação e que se candidata aos quadros comunitário do Fundo Social Europeva No mapa de reporte abaixo, evidencia os projetos em curso no exercicio de 2022.

biduiur	Projeto de Mividade	Gasto	Ų.	kendinientos	H.	rangade Souta de primedo
Cursos Profissionais	POCH-01-55H6-656-00007B	709.810,23		775 650,74	_	15 840,53
Corsos Profissionais	POCH-01-55HG-P5C-000572	503 478 17		471 426,96		32 051,17
FRASMUS+	2070-1-PT01-KA 102-077840	52 970.96		72 (049,00		19078,04
Congram-Programa	Atlyidades de Enrique dimento Curricular 2022-2023	25 722.99		25 722,99		
		1 791 982 29		1 294 849 69		2 867.40

RÁCIOS DE 15NDÊNCIAS DE ESTRUTURA E ENDÍVIDAMENTO

Financeiros e Organizacionais	Resultados 2022	Resultados 2021
Autonomia Financeira	61,91%	68,17%
Solvabilidade	162,55%	214,16%
Endividamento	38,09%	31,83%





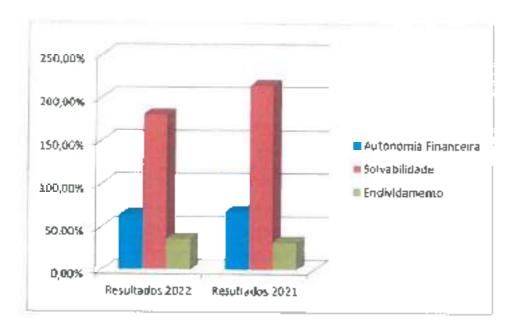












Póvoa de Lanhoso, 06 de abril de 2023

O ÓRGÃO DE GESTÃO

Penda Cristma de seus Antones

Paula Cristina de Sousa Antunes (Presidente)

Maria de Fatima Duarte Vieira Morena (Vogal)

Pedro Vale da Sliva (Vogal)





4. con Bombreon countino - 🐧 +630 STA Pareja de Cartesco - Per 1516 Februari (An 1536 Februari) - 🐧 - Americane de











DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS















Demonstração dos Resultadas

		(Montantes expres	sos em euras)
RENDIMENTOS E GASTOS	Rolas	2022	2021
Transferêncies Contentes e Subsidios a exploração obtidos	14	1 234 303.00	1 151 259 39
Fornecimentos e serviços externos	23	- 357 364 22	339 715 56
Gastos com o pessoal	19	- 668 331.05	- 581 541 56
Frovisões (aumentotedução)	15		27
Authénia/Redução do Ju șio Vajor		- 658,90	96,93
Outros rendimentos e ganhos	23	60 546,69	48 537 65
Outros gastos e perdas	18	- 217 675,04	- 201 428,56
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		50 820,48	77 210,29
Gaptos / reversões de depreciação e de anionização	3/5	- 47 302,32	48 427,04
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e Impostos)		3 5 1 8 1 6	28 783,25
Juros e gaetos similares suportados	7	650,76	- 1 220,62
Resultado antes de impostos		2 857,40	27 562 63
Imposto sobre o rendunento	18	- 602,15	- 5.788,15
Resultado liquido do periodo		2 265,25	21 774,48

Valdemar Jorge Azevedo Veloso

Paula Cossona de Sausa Antunea

National de Falima Buarte Mera Moreira

Pedro Vale da Silva

Póyoa de Lanhoso, 31 de Março de 2023















	(Montavites expressos em euros)					
		34 Dezembro	31 Dezembro			
ATOMO	Notas	2022	2021			
ATIVO NÃO CORRENTE:						
Alvos fixos rangiveis	5	494 172 18	446 718 38			
Alvos intangiveis	3	83,72	1 069,89			
Outros Investmentos Financeiros		7 544 19	5 174 97			
Total do ativo não corrente		411 800,09	455 912,34			
YTMO CORRENTE:						
Devedores por Transferencia e Subsidios(POCH+CPN)	14	30,00	7 530,23			
Estado a outros antes públicos	18	3 059,56	16 059 99			
Outres contas a receber	18	527 479,91	372 438,14			
Diferimentos (Gastos a reconhecer)		5 891.25	4 398,22			
Caixa e depósitos bavcários	1	2 54 2,36	56 765,05			
Total de ativo corrente		539 003,05	467 191,83			
	Total de ativo	959 603,17	913 103,97			
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO						
PAT RIMÓNIO LÍQUIDO:						
Patrimonio Capital	18	20,000,00	20 000.00			
Reservas	18	10 933,65	10 933,55			
Pesultados transitados	18	232 203,83	210 429,35			
Outras Variações Paremonio Liguido	14/18	323 281,52	359 318,80			
		588 199,00	600 681,80			
Resultade líquide de período		2 265.25	21 774,48			
	rlmónia Liquido	588 684,25	622 456,28			
PASSIVO NÃO CORRENTE: Total de passivo não cerrente		9,00	0,00			
ASSIVO CORRENTE						
Fornecedores	18	129 317,42	10 908,88			
Adiantamentos de Clientes, Contibuirtes e Clentes (POCH + CPN)	(4/18)	56 330,92	141 872,86			
Estado e outros entes públicos	18	45 394 84	48 780.15			
Financiamentos obbidos	6	2 692,27	2 422,38			
Outras contas a pagar	18	128 403 47	86 663,62			
Total do passivo corrente		362 136,92	290 647,59			
	Fotal de passivo		290 647,59			
Total do Patrimônio Liqui	do e do Passivo	950 003.17	813 103,97			

O amexo faz pare integrante das Demonstrações Finenceiras de 31 de Deacrito de 2022.

Valdemar Jorge Azevedo Veldso

Truc de titues duans Veice Horem

Maga de Fásima Quarte Meira Mareira

Póvos de Lanhoso, 31 de Merço de 2023

Pedro Vale de Silva















Demonstração das alterações na Patrimánio Liquida

DEMONST RAÇÃO DAS AUTERAÇÕES MO PAT RIMONIO LIQUIDO NO PERIODO 2022

					Ounas	(Montewes 6/4)	RSSS em euro
	Nokes	Capital nealizado	Aeservos iepars	Resolutions	earações na potemania licurdo	Resugedo I qui de se portado	" olai do permonio Jepado
Postçila no imięto do pertodo 2022 AMELAÇÕES no periodoj Ovalet APELAÇÕES reconlegidas no pervisorio ita,	18	\$0 000 00	10 923,85	710429,35	259 218 80	28 774 48	672 456.28
Impulified de Subsidios ar Interstrating	anum EB				36 057 28		
Asicoção de Repultado en exercicio aneses	1			21.770.68	DO OO DE	(2177 (58)	(35957.28) (6:00)
	,	20,000,00	10/933/56	212 203 53	223 28 (.52	(0.00)	383 399 00
Resultado licunto do persodo						2 765 75	2 286 25
Resultedo istagral						2.365.25	2 265,25
Poulção na fim do período 2722	-	20 000,00	10 933.65	210 213,83	327.251.52	2 76525	588 664 25
Vestioner large Appendiced	No oc		3	Paule Cristro re S	cusa frames	was Anton	Fig.
Povce de Lanheso, 11 de Meigo de 2003				Pecine Value da Silve	-	Little.	

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMONIO LIQUIDO VO ASARDDO 2021

		*0*1	E-00000 2021				
				_	Duras	Market Cop	c) 255 ann eyes
	Notas	Čapical reblusate	Retends Ingais	Resetados transitados	variações e a pôtimismos liquisco	Resultado Houido do perodo	Total do 669/mbma liquido
Poeigeo eo Inicia do periogo 2021	ıd	20 000.40	10 903/55	263 986 15	395.376,08	15 643.20	796.739 o c
Limmções no penedo:							
Outres electricaes inconhecidas no perioridas libra	etio:						1
macração de Subsidios ao Eversimento	18				(35 057,28)		(36 057,23
Aplicação de Resultado de exercicio america	15			SE 443,70		(86,443,26)	
	- 6	22000,00	16933.65	378429,33	359 3 (8,8D		750 681 (80
Résultado liquido de partodo						21 274 48	211774,45
Resultado Inargral						21.774.41	21 774 (1
Opërações com decelores de capital no periodo	,						
D sinburg 64a.				(160 301.00)			4760 000 00
	-			(186/000,00)			(760 000,00
Posição no fim do periodo 2011	-		10 933,55	21642933	359-218,60	21 770,00	622 455,28
Contacting Certicado Valormas Jorga Agevedo Miliota	dole	Personal Per	1	Ongéo de Gesta Paulo Cistino de S Marra de Faymo D	OLSA AVENUES	Je Viena H	
Ovea de Leniuso úl de Março de 2 i 21			1	Hedro Vale da Sive			













		(Montantes expresso	g em euros)
	Notas	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIMDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes / Subsidios à Exploração POCH	13/14	1 029 591,11	1 228 878,54
Pagamentos a fornecedores e formandos		-301 297,25	439 773,32
Pagamentos ao pessoal	19	-657 398.88	-567 691,50
Pagarnentus ao pessoal Prestadores de Serviços		-125 613,67	103 498 76
Calxa gerada pelas operações		-54 718,69	117 914,94
Outros recebimentos pagamentos		-6 338,27	
Pagamento / recebimento do emposto sobre o rendimento		12 411,99	-41 477,37
Fituxos das actividades operacionais [1]		-48 642,97	76 437,57
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIMIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangheis		-5 205,70	-27 220,07
		-5 205,70	-27 220,07
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos das actividades de investimento (2)		-\$ 205,70	-27 220,07
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIMIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:		·	
		0.00	0,00
Pagamentos respellantes a:			
Juros e geslos similares	7	-374,02	-1 214,77
Dividendos			-150 000,00
		-374,02	161 214,77
Fluxos das actividades de linanciamento (3)		-374,02	-161 214 77
Variação de calza e seus equivalentes [4]#[1]+[2]*[3]		-54 222,69	-111 997,27
Eleito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no laício do periodo		56 765,05	168 762 32
Gaixa e seus equivalentes no fim do período		2 542,36	56 765,05















Póvea de Lanhoso, 31 de Março de 2023

Caixa e seus equivalentes no Início do geriodo		
Equivalente e calza no início do período	56 755,05	158762,32
Saldo da gêrencia anterlor	56 755,05	16876232
De ellectição orçamental	56 7G5 05	168 762 32
De operações de tesourana		
alxa e seus equivalentes no fim do período		
Equivalente e caixa no fim do período	2 542,36	56 765,05
Saldo da gêrencia seguinte	2 542,36	56 765,05
De execução orçamenta:	2 5 9 2,3 6	66765,05
De operações de Lesouraria		
) anexo faz parte integrante das Demonstrações Financeiras	de 31 de Dezembro da 2022	







🕸 der Bertheren Geliner-gr 🌘 4432-514 Ferman sinnnta 🏚 744251634611 (124-15561433) 🌘 Line 6344-pt 🐞 començation@eggs-gr







ANEXO ÁS DEMONSFRAÇÕES FINANCFIRAS

Este anexo é preparado com base nas demonstrações financeiras de 2022, em conformidade com SNC-AP. (Montantes expressos em euros)

As Notos 4, 8, 9, 10, 11, 12, 16, 21 e 22 em conformidade com o narmativo, no entanto, não são aplicáveis à entidade

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERIODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABHÍSTICO.

1.1 – Identificação da entidade, período de relato.

A EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave é uma Empresa Municipal, classificada como EPR (Empresa Pública Reclassificada), detida a 100% pelo Município da Póvoa de Lanhoso, sediada na Avenida da República da Póvoa de Lanhoso, foi constituida em 1999 em aplicação pelo Decreto-Lei Nº4/98 alterado pelo Decreto-Lei Nº92/2014, e tem a sua sede social em Av. Bombeiros Voluntários 4830-514 Póvoa de Lanhoso.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Órgão de Gestão, na reunião de 06 de abril de 2023. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia. Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal e na alinea c) do nº1 do artigo 25º da Lei 50/2012. As Contas podem ser obtidas na sede do Município da Povoa de Lanhoso, na Avenida da Republica.

O *Órgão de Gestão* entende que estas demonstrações financeiras referentes ao periodo contabilístico de 2022 refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da escola, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de calxa.

1.2 – Referencial contabilistico e demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual e de acordo com a estrutora conceptual da informação financeira pública, normas de contabilidade pública e de relato. financeiro e normas interpretativas aplicáveis, designadamente a norma de contabilidade pública pequenas entidades (NCP-PE) no exercicio findo em 31 de detembro 2022.

















Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caba e em depósitos bancários

		2 022			2 021	
		Pendas por			Perdes por	
		Immaridade	Мощапи		inspandade	Morlane
	моталие бысс	acult riada)	Hquiaa	Mentanie byzu	acumiladas	liquido
sparvb Hoades						
Caina	900,94		906,94	1.100.67		1 100.87
Depositos Bancános	1 635/2		1635.42	55 664,38		36 664,38
CGD - Catria Geral de Depos Ins	28,10		26,10	9 10 1,82		9 101,62
Notice Bango Fatanci Baterio	1 907 32		160702	46 562,56		46.562.46
	2 54 2,16	-	2 542 36	56 785,05		56 765 05

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTICAS, ALTIFICAÇIDES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E EAROS

As principais politicas contabilisticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, são as seguintes:

2.1. Bases de mensuração usada na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilisticos da escola, de acordo com as Normas Contabilisticas Públicas e de Relato. Financeiro vigentos em Portugal no exercicio de 2022.

- 2.2. Dutras políticas contabilisticas relevantes.
- 2.2.) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, o qual inclui o gastos de compra, quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos. na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas.

Os ativos fixos tangiveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado. para cada grupo de bens.













As saxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes periodos de vida útil estimada;

Clease de bens	Anos
Edificios a Outras Construções	20
Equipamento Basico	5-20
Equipamento de Transporta	4
Equipamento Administrativo	4-10
Ferramentas e Utensilios	3-6

A vida útil e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetívais da gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no periodo em que incomem.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo fixo langível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação, ou a receber e a quantia liquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e e reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

2.2.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangiveis são registados ao custo deduzido de amonizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de átivos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangiveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes periodos de vida átil estimada:

Classe de bens	Angs
icenças Software	3
·	

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangiveis são revistos anualmente. O efelto de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.







Av pos gamberso, voluntanos 🧑 Agis-5 ja Pavas de Larnauc 🌘 Tel 261634813 | Fai 2536240|7 🛑 www.ebane.ali 🐞 comunitás de Besard 🕬









2.2.3. Locações

As locações são classificadas como financeiras, sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação finançeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos minimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos, reconhecidos como uma redução do gasto com a tocação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas...

2.2.4. Imparidade de ativos fixos tangiveis e Intangiveis

Em cada data de relato, é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, da instituição, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperával do ativo consiste no maior de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. No determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados, usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e, quanto aos riscos específicos do ativo relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantra escriturada do ativo for superior a sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na



rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decrescimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existam ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (figuida de amornizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

2.2 S. Atwos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a escola se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCP 18 — instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros seguintes são mensurados ao custo menos perdas por imparidade;

- Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários, incluindo os em moeda estrangeira;
- Contratos para conceder ou contrair emprésumos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado figuido e regulamentado são mensurados ao Justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só são incluidos na mensuração inicial do ativo financeiro ou passivo financeiro, quando este seja mensurado ao custo menos perda por imparidade.

2.2.6. Imparidade de ativos financeiros.

Em cada data de relato, é avaliada a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

A perda por imparidade é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.



2.2.7. Des reconhecimento de ativos e passivos financeiros

A instituição desreconhece ativos financeiros aponas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de calxa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e beneficios significativos associados á posse dos mesmos.

A instituição desreconhece o passivo financeiro apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelade ou expire.

2.2.8. Rendimentos de Transações sem contraprestação.

Os subsidios do POCH e CMPVL (Contratos-Programa) apenas são reconhecidos quando existe uma certeza. razpável de que a instituição frá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebicios.

Os subsidios do Governo associados a aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente. reconhecidos no capital próprio sendo subsequentemente impulados noma base sistemática (proporcionalmente às depreciações ou amortitações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsidios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma. sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsidios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incurridas ou que não têm custos. futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebiveis.

2.2.9. Rendimentos de Transações com Contraprestação

O rendimento é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda...

O rendimento proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

 Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;













- A instituição não mantém qualquer controlo sobre os bons vendidos,
- O montante do rendimento pode ser mensurado com fiabilidade;
- E provavel que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a instituição;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas os seguintes condições sejam satisfeitas

- O montante do rendimento pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a instituição;
- Os gastos incorndos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rendimento de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que beneficios económicos fluam para a instituição e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

2.2.10 Juizos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juizos de valor e estimativas é utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos é trancações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em periodos subsequentes que, não sendo previsiveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juizos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas referem-se às vidas úteis dos ativos fixos tangíveis que foram determinadas tendo por base os critérios do Classificador Complementar 2 — Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangiveis, intangiveis e propriedades de investimento, entendendo a gerência que os mesmos representam a methor estimativa da tritidade esperada do ativo para a entidade.



2.2.11 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde aos impostos correntes...

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da instituição. O lucro tributável difere do resultado contabilistico, uma vez que exclui diversos gastos e tendimentos que apenas serão dedutiveis. ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutiveis ou tributávers.

2.2.12 Provisões

As provisões são registadas quando a instituição tem uma obrigação presente (tegal on implícita) resultante. dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocurra uma saida de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo. em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

2.2.13 Encargos financeiros com emprestimos obtidos.

Os encargos financeiros refacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

2.2.14 Especialização de exercícios

A escala regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o principio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes reficimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.







Av oci domentos positivamos 🐧 4030 (14 Monto de tanholo 🏺 (v) 70 March | 1 (to 1500) 🐧 Avia Apart (1 🔵 Lemporation) Christia









2.2.15. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("odjusting events" nu acontecimentos após a data do balanço que dão origen a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financelras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non néjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

2.2.16. Principals riscos

Risco Financeiro

A EPAVE, à semelhança de todas as outras escolas profissionais, está exposta a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque, os riscos de taxa de juro, de liquidez e de credito.

Este conjunto de riscos financeiros resulta do desentolar da sua atividade e induzem incertezas quanto à sua capacidade de geração de fluxos de caixa e de retornos, nomeadamente dos seus capitais próprios.

A política de gestão dos riscos financeiros procura minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados e das políticas. Esta incerteza, que se reflete em diversas vertentes, exige especial aterição, medidas concretas e efetivas de gestão do seu risco financeiro.

Os diversos tipos de risco financeiro estão inter-relacionados e as diversas medidas de gestão, aínda que especifiças a cada um deles, encontram-se em larga medida ligadas, e essa intertigação contribui para a prossecução do mesmo objetivo comum, isto é, a diminuição da volatilidade dos fluxos de cáixa e das rentabilidades esperadas.

Risco de Taxa de Juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a otimização do costo da divida e a obtenção. de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, controlar e mitigar o risco de se incorrerem em perdas, resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dividalinanceira da instituição denominada em euros...

Risco de liquidez

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as instituições tenham a capacidade financeira, para comprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigiveis, bem como, para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos.















A obtenção de elevados níveis de flexibilidade finançeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a sor prosseguida pelo recurso às seguintes políticas de gestão:

- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadoras, assegurando o seu apoio financeiro à escola numa ótica de longo prazo, nas melhores e/ou nas mais desfavoráveis. conjunturas, que ciclicamente afetam todos as atividades;
- Financiamento dos investimentos a Médio Longo Prazo (MLP), adequando as maturidades da divida e o plano de pagamento das responsatividades resultantes do financiamento, à capacidade de geração de fluxos de caixa;
- Escalonamento do vencimento da divida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da divida para a tornar mais coincidente com o grau de permanência de alguns. ativos de longo prazo detidos (neste momento não existe divida finançeira que justifique qualquer medida por parte da gestão),
- Procura de diversificação das fontes e instrumentos de financiamento.

ATIVOS INTANGIVEIS

Durante os exercícios findos em 2022 e em 2021 movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangiveis, hem como nas respetivas amortizações acumuladas o pordas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2022

	Programas de	
	Computadores e	
	Pagina Web	Tojal
Atvos		
Saldo inicia:	18 821,46	18 821,46
Aquisições		
Saloo fina:	18 821,46	18 821,46
Amortizações acumuladas e		
perdas por imparidade acumuladas		
Saldo inicia	17 751 57	17 751,57
Ampriizações do exercício	986,17	986,17
Saldo final	18 737,74	18 737,74
Ations liesday	A ==	
Ativos liguldas	83,72	83,72

















WELLE STATE AND SET AND SET

2021

	Programas de	
	Computadores e	
	Pagina Web	Total
Ativos		
Saldo inicia!	18 821.46	18 821,46
Agaisições		
Saide final	18 821.45	18 821 46
Amortizações acumuladas o		
perdas por imparidade acumuladas	1	
Sates inicial	16 356.29	16 356,29
Amortizações do exercício	1,395,28	1 395,28
Saldo final	17 751,57	17 75 1,57
Ativos liquidos	1 069,89	1 009,89
-		

Os ativos intangiveis são amonizados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme referido na nota 2. A amortização do período encontra-se apresentada nos quadros anteriores.

4 - ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS CONCEDENTE

Não Aplicável

· ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercicios findos em 2022 e em 2021 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imporidade acumuladas, foi o seguinte:















2022

		2022				
	Edificios e custas construções	Equipementos Báscos	Equipam. de Farrsporte	Ecupam.	Outros advas tenglivois	"ctal
Ativos						
Saldo micial	1,351,156,84	568 599.67	30,609,92	82,961,92		2 0000 616 55
Transferências						
Abate		(5.731,60)				(5.751,80
Aquisições		4 158,20				4 158.20
Saldo fina	1 351 156,84	567,316,27	30,609,92	B2 951,52	:	2 032 044,85
Depreciação ocumuladas e						
perdas por Imparidada acumuladas						
Saids iniçia	932 308,21	550.061,38	30 809,97	71 920,56		1 584 900,17
Transfelència entre contas						
Abale		[3/343,55]				(3.343.55
Doprobiação do exercicio	27 140 60	9 175,55				46 316,15
Saldo final	969 448,81	555 893.38	30 609.92	71.920. 6 6		1627 872,77
Ativos liquidos	381 738,03	11 422,89		11041,26		404 172,18

2021

	Scificios a cutras construções	Equipamentos Básicos	Egoipam. de transpona	Есорят. Віт пів	Cultos ativos langineis	" ctal
Áŭvos						
Salde micjai	1,029,450,35	554 032,48	30,609,92	82 96 1 92		1997 054 7
Transferenc-eş						
Aquisições	21,596,45	14 857,39				36 523 8
Galdofinal	1 351 156,84	358 889,87	30 609,32	82 951,92		2030 619,6
Рергесіараю вошты ladas e						
perdas por impar/dade acumolaças						
Saido inicial	595 167,92	540 170 21	30 639 92	71 920.96		1 527 868,4
Transferência enbe contas						
Depriso agão do exercício	37 140,55	9 531.17				47.035,71
Saldofinat	\$32,306,71	550 051,38	30/609.92	71 920 66		1 584 900 1
Ativos liquidos	418 948 63	16.828,49		11 041 26		4487183















Os ativos fixos tangiveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme referido na nota 2. As depreciações do exercício são apresentadas nos quadros anteriores. Poi efetuado o desreconhecimento de um ativo fixo tangivel por via da caducidade do contrato de leasing.

LOCACOES

Locações operacionais

Em 2022 a escola foi locatária em contratos de locação operacional, tendo-se outorgado um contrato de arrendamento do edificio com o Município da Povoa de Lanhoso no valor mensal de 10.009€ por um período de 5 anos. Este contrato termina em Abril de 2023, dependendo das partes (EPAVE e Municipio) a continuidade deste contrato nestes termos.

P;	gamenios minimos não canceláveis	_
	2022	2021
Até Lang	46 000,00	120 000 00
Entre 1 and e 5 ands		40 000,00
	40 000,00	160 000,00

Relativamente aos Fornecimentos e Serviços Externos, apresenta-se a rubrica de rendas e alugueres, hace ad total dos FSE

	2022	2021
6261 - Rendas e Alugueres	123 066.52	122 033,07
62 - Fornecimentos e Serviços Externos	234 297 70	217 682,49
	357 364 22	339 715,58

Locações financeiras

No ano de 2022 a EPAVE mantinham-se em vigência 2 contratos de locação financeira, no sentido de Gotar a escola de meios necessários de informática, a necessidade de adequação do Servidor com maior capacidado o o contrato de máquinas de impressão que cessou em 2022.

Neste seguimento, em 2022, existe um contrato de locação financeira para um UPGrade ao Servidor, cuja merisal ascende a 320,29€ que terminará em 2023. Os valores foram capitalizados pelos pagamentos minimos da locação, calculados de acordo com os contratos outorgados, na nubrica de Ativos Fixos













Religion betran convenience 🌑 48,50 % tol Playsia or existence 🌑 Tel. 7516344 [15] Rep. 25 (0.0418.) 📳 review convenie 💿 convenience @ episco pr



Tangiveis, apresentados na Nota 5 deste Anexo ás contas. Os valores capitalizados relacionados com estes equipamentos podem ser apresentados da seguinte forma:

		2022	
		Depreciações/	
	Cusia	perdas imp	Montance
•	Aquisição	acumuladas	Jiquido
Equipamento de Senidor	5744.69	4 595,76	1 148,93
Equip de Servidor UPGrade	3 517,98	175.90	3 342,08
	9 262,67	4 771,66	4 491,01

	2021			
	Depreciações/			
	Custo	perdas imp.	Montante	
	Aquisiç ào	ac umuladaş	liquide	
Equipamento de impressão	5.731,80	2483,78	3 248,02	
Equipamento de Servidor	5 744,69	3 446,82	2 297,87	
Équipamento de Firewall	5 073.01	1014,60	4 058,41	
	16 549,50	6 945,20	9 604,30	

O valor em divida dos pagamentos mínimos da locação à data de 31 12 2022 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2022	2021
Alé 1 ano	2 692,27	2 004,99
Entle 1 and e 5 ands Valor presente dos pagamentos minimos	2 692.27	2 004.99

- CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Financiamentos obtidos

Não existem financiamentos obtidos que estejam a ser utilizados, para além dos relacionados com as Locações Financeiras apresentadas na Nota 6 anterior. Todavia, existe uma conta caucionada negociada Junto do Novo Banco, podendo o detalhe ser apresentado da seguinte forma:















			2022			2021	
	Enleace		Modan	li ullizaco		Montan	le udázado
	Hirenciadora	Um (e	Conente	Nău comente	Limile	Сателів	Мар сотелю
Instituições financeiras:							
Emprésamos banderios.							
Novo Banco - Conta Caudiscista	94	200,000,00			200 000 00		
	,	200 000,00			200 000.00		

A Conta Corrente Caucionada do Novo Banço com uma taxa de juros contratualizados para "Euribor a 3 meses" acrescida de um "spread" de 1,00%. Para obtenção da linha de crédito foi emitida, como colateral, ema Carta Conforto do Municipio da Póvoa de Lanhoso.

De verificar que a Conta Corrente Caucionada se manteve à data de 31 de dezembro nos anos de referência sem valores utilizados.

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2022 e 2021 são detalhados conforme se segue:

	2022	2021	_]
Juros suportados			
Locações financeiras	650,76	1 220,62	
Outros serviços bandários	550,70	1 220,9	62

- PROPRIEDADES DE INVESTIMINTO

Mão Aplicável

9 - IMPARIDADES DE ATIVOS

Não Aplicável

10 - INVENTARIOS

Não Aplicável













II – AGRILULTURA

Não Aplicável

12 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não Aplicável

13 AFNDIMENTOS DE THANSAÇÕES COM CONTRAPAESTAÇÃO.

As transações com contraprestação estão relacionadas com as atividades conexas com a atividade exercida pela escola, seja no âmbito da secretaria e da reprografia e bar. Os rendimentos destas atividades nos exercicios de 2022 e 2021 podem ser apresentados da seguinte forma:

	2022	2021
Rendimentos suptementares	20 261,63	12 363,90
Serviços de Secretaria	857,50	1 920,00
Serviços de Reprografía e Bar	17 857,63	10.757,50
Outros Rendimentas Suplementares	1 546 50	586.40

14 - RI NUIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Réditos de transferências:

Durante o exercicio findo em 2022 e 2021 a escola beneficiou dos seguintes subsidios:

			2022		
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
			Atiantamento	Reemb	
Subsidio	Reconhecido	recebida	por con l a	Submetido	рогиесебел
Subsidios à exploração			·.		
Subsidies POICH	966 039,71	799 921,41	10 913 09		380 001/99
Subsidios Erasmus -	72 049 00		35 417 B3		72 049,00
Subsidios OPN 15%	170 491,30	174 727,00			66 207,85
Subsidios CMPVA - AEC's	25 722,99	27 793,66	10 000,00	30,00	7 899,33
	1 234 303,00	1002 442.07	56 330,92	30,00	526 158,17

















			2021		
	Valor	Valor	Valor Adiantamento	Valor Reemb	Valor
Subaidio	Reconhecido	recebico	porconta	Submetido	per receber
Subsidios à exploração:					
Subsidios POCH	983 611,97	898 127,09	105 454,83	7 530 23	297 071,03
Subsidios Erasmus +			35.417,83		
Subsidios CPN 15%	167 647,42	328 155,00			75 267,73
	1 151 259,39	1 216 2B2.09	141 872,66	7 530 23	372 338,75

Os subsidios à exploração estão sujeitos à submissão de pedidos de Reembolso/Saldo Final, assim no termo do ano letivo 2021-2022 foi submetido e analisado o saldo final, ficando fechado...

Os subsidios à exploração do ano letivo 2022-2023, mantivemos a política de reconhecimento do rédito em face de uma estimativa plausível, ou seja, analisando número de alunos, nº de horas ministradas e volume. de formação, no sentido de registar a melhor estimativa de rédito a ser aprovado em reembolso intermédia.

Subsidios ao Investimento

Os valores reconhecidos no balanço 31 de dezembro de 2022 refletem os seguintes subsidios ao investimento atribuidos em anos anteriores:

		2022			
		Impulação			
		Acomulada a	Salde Subskilles		
	Valor Bruto	Resultados	Alribuldos		
Concurso Infraestruturas 1997	224 459,08	201 732,64	22 726,43		
Concurso Infraestruturas 2005	851 775 AZ	593 176,07	258 599,35		
Concurse Infraestruturas 2006 - Factoring	247 915,90	167 033.46	80 882,44		
Obras Auditório	5 349,00	5 340,00	0,00		
Medida 1.5 - Reequipamento Escolas	25 433,70	25 433,70	0,00		
	1 354 924,10	992 715,87	362 208,22		

















		2021	
	Valor Bruto	imputação Acumulada a Resultados	Saldo Subsidios Atribuidos
Conqueso Infraestruturas 1997	224 459,08	199 488,03	24 971,05
Concurso Infraestruturas 2005	851 775,42	567 420,67	284 354,75
Concurso intraestruturas 2006 - Factoring	247 915,90	158 976,18	88 939,72
Obras Auditório	5 340,00	5 340,00	0,00
Medida 1,5 - Reequipamento Escolas	25 433,70	25.433,70	0,00
	1 354 924,10	956 658,68	398 265,52

imputação de subvenções relacionadas com ativos não correntes;

No exercício de 2022 a EPAVE imputou a resultados 36.057,280, correspondentes à percentagem de subvenção não reembolsável imputada aos ativos subvencionados durante o período da sua vida útil. Em 2021 o montante imputado ascendeu 36.057,286.

15 - PROVISÕES I PASSIVOS CONTINGENTES FIATIVOS CONTINGENTES.

Não Aplicável...

16 - EFERIOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CAMBIO

Não Aplicável

17 - ACONTLOIMENTUS APOS A DATA DE RELATO

Após 31 de Dezembro de 2022 e até à presente data os factos que afetaram direta ou indiretamente as condições de equilibrio económico e financeiro da empresa, prende-se com a aprovação de uma candidatura submetida no dia 31 de agosto de 2022, âmbito do aviso nº 01/006/i01 01/2022, Plano de Recuperação e Resiliência — Qualificações e Competências que consiste na criação de um Centro Tecnológico Especializado na área da Industrial. Assim, a EPAVE viu a sua candidatura aprovada no valor de 1.134.165,396 à exécutar até 31 de detembro de 2024. Até à presente data, à EPAVE està a aguardar o termo de aceitação que terá influência no plano e orçamento de 2023 e 2024.



















Capital social

Em 2022, o capital da escola, totalmente subscrito e realizado, era composto por uma quota do Municipio da Póvoa de Lanhoso com o valor total de 20.000,00 Euros.

Reserva legal

De acordo com a tegislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribulyet a não ser em caso de liquidação da escota, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capitál.

Em 2022 e 2021 a reserva legal ascendia a 10.933,65 C.

Resultados Transitados

A variação em resultados transitados está relacionada com a aplicação do resultado do exercício anterior. O valor de resultados transitados apos a aplicação dos resultados de 2021, ascende a 232,203,83€ (2021 -210,429,35€).

Contas a Pagar:

Em 2022 e em 2021 as rubriças do Balanço "adiantamentos de clientes, fornecedores e outras contas a pagar" apresentavam a seguinte composição:















	2 022	2 021
Fornecedores		
Fornecedores C/C	129 317,42	10 908,86
	129 317,42	10 908,86
Credores por Transferência e Subsidios Concedidos		
Adiantamentos de Oredores por Subsidios Concedidos	46 330.92	141 872,66
Adiantamentos de Credores por Contralo-Programa AEC	10 000,00	
	56 330,92	141 872,66
Dutras contas a pagar:		
Subsitios a Formandos	12 669 08	401,65
Prestadores de Serviços	9 484 18	
Remunerações Férias e S.F.	104 654,50	84 813,36
Outros por Acréscimo de Gastos	1 313 12	1 448,59
Cutras contas a pagar	282,59	
_	128 403,47	86 663,62

No ano de 2022 registou-se o montante de 56.330,92€ a título de "Adiantamentos de credores por subsidios concedidos e por o contrato programo das atividades de enriquecimento curricular", este valor está previsto na candidatura e no contrato-programa, e engloba montantes de adiantamentos para o ano de 2022 o qual evidencia um decréscimo face a 2021. Em face do desvio da rubrica gerou um acréscimo dos valores em divida de 2022.

A rubrica "outros gastos e perdas" decompõe se da seguinte forma, para o exercício findo em 2022 e em 2021:

	2022	2021
Impostos e Taxas - IUC	76,49	75,79
Quotizações	1 200,00	1 200,00
Contribuições - Entidade Contratante	3 314,79	2 556,60
Outros gastos e perdas	6.09	-
Gásios e perdas em investimentos não financeiros	2 388.25	-
Cutros não especiácados: Gastos com Formandos	210 669,42	197 596,17
	217 675,04	201 428.56

















Estes gastos dizem respeito a gastos com impostos e taxas, quotizações, contribuições, custos com formandos — subsidios de alimentação, subsidios de transporte, subsidio de alojamento, bolsas de profissionalização, bolsas de material de estudo e seguro e acidentes pessoais escolares para os formandos. Os gastos e perdas em investimentos não financeiros refletem a caducidade de um contrato de impressão que deixou de constar no cadastro imobilizado.

Em 2022 e em 2021 as rubricas de "estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

\	2022		202	1
	Activo	Pagsivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o renelimento des pessoss colectivas	3 059,56	0,00	16 059,90	0,80
Pagamentos por coma	3 648 00		21819,00	
Pagamentos Especiais por conta				
Estimatve de imposto	-60Z,15		-5.788.45	
Retunção na Fonte	13,71		29,64	
Imposto sobre o rendimento das passoss singulares		5 264,81		\$ 305.00
Relenção na Forne		5 264,83		5205.00
Imposto sobre o valor acrescentado		253,54		112.19
Contribuições pare e Segurança Social / ADSE/ ACSS/ FCT		39 878,41		43 262.96
	3059,56	45 294 84	16 059.99	43 750 15

Os valores a pagar dizem respeito à segurança social dos vencimentos do mês de dezembro a pagar até 20 de jameiro de 2023, das retenções na fonte de IRS dos honorários de dezembro a pagar até 20 de jameiro de 2023, e o valor da ACSS relativo à divida de 2020 e 2021 que foi pago em 20 de jameiro de 2023, ficou ainda em divida o valor de 2022 que ascende à 10.198,68€.

De acordo com a legislação em vigor, as déclarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades tributárias durante um período de quatro anos (cinco anos para a Seguránça Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos beneficios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstáncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da escola dos anos de 2018 a 2023 poderão via ainda ser sujeitas a revisão.

A raxo de imposta sobre o rendimento em vigor oplicável à escala é de 21%.

A Administração da escola entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parie das autoridades tributárias, áquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 2022 e em 2021.



O gasto com impostos sobre o rendimento em 2022 e em 2021 é detalhado conforme se segue:

	2022	2021
Resultado Antes de Impostos Gasto com impostos sobre o rendimento	2 887,40 602,15	27 562,63 5 788,15
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Gasto com imposto Ajustamentos relativos ao imposto de períodos anteriores	602,15	5 788,15
Taxa efectiva de imposto	21,00%	21,00%



Em 2022 e em 2021 as contas a receber da escola apresentavam a seguinte composição:

1		2022		2021		
	Manjenje onjib	abetillagmi stelumuse	Montante liquido	Montame gruto	Impandade acumulada	Montanie liquido
Campules.						
Outres confus a receber	527 479,91		527 479,91	272 338,75		372338,75
Dev Transi Subs POCH-CPN	448 ZC9 84	'	446 209,84	372 336 76		372338.75
DevTranslSabs EAASMUS+	72 Q49 Q0		72049,00			
Oevil ransfict@PVL = AECIS	7 899 33		7 099,33			
Dev Transf Simplio - vandalismo	1.321,74		1321,74			

19 - BENEFICIOS DOS EMPREGADOS

A rubrica de "gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 2022 e em 2021 é detalhada conforme se segue:

	2022	2021
Remunarações dos orgãos sociais	39 934,82	
Remunerações do pessoal	501 519,70	470 485 98
Endargos sobre remunerações	122 229 85	107 540 12
Seguros do aci trabalho e doenças prof	4 646.68	3 5 1 5 .46
	668 331,05	581 541,56

No decorrer do ano de 2022 verifica se acrescimo devido a atualizações salariais previstas no Contrato Coletivo de Trabalho para o Ensino Particular e Cooperativo. O número de funcionarios oscilou em face do















ano de 2021, pela contratação de profissionais para fazer Jace ao contrato-programa assumido pala EPAVE no âmbino das Atividades de Enriquecimento Corricular. Deve-se ainda a novas contratações para assumir funções de colaboradores que carecem de ser substituídas em alguns casos, a saber, que se encontra de baixa de maternidade (2 colaboradores) uma de serviço de psicologia, bom como para colaboradores que solicitaram Mobilidade da Direção Pedagógica (1 Colaborados) e Licença sem vencimento (2 Colaboradores). um docente de educação física.

Na rubrica de encargos estão inseridos a valores cobrados pela Segurança Social ao abrigo do Regime de "entidade contratante" e pela AC\$5.

Recursos Humanos	Seldo Inicial 2022	Seld85	Entradas	Saldo Finet 2027
Functionários	36		2	30
Opcentes - AECB	0		15	15

Recursos Hurranos	Sakto Inicial 2021	Saidas	Entradas	Saldo Final 2021
Funcionários	28	1	3	30

Verifica se ainda em face da atividade exercida "Formação Profissional", que foram incorridos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos, no período e no ano anterior, de acordo com o apresentado no quadro seguinte.

	2022	2021
6224 - Honorarios	115 551,28	102 281,00
62 - Fornecimentos e Serviços Externos	241 812 94	237 434,56
	357 364,22	339 715,56

O Presidente do Órgão de Gestão da escola no exercício findo em 2022 foi remunerado em conformidade com o referido no art.º3D da Lei Nº50/2012 de 31 de agosto.

20 - BIVULGAÇULS BE PARTES RELACIONADAS















A escola é detida em 100% pelo Município da Póvoa de Lanhoso, sendo as demonstrações financeiras consolidadas nessa entidade.

No decurso dos exercícios de 2022 e 2021 foram registadas transações com partes relacionadas com referência ao fornecimento de agua e piscinas (autas de natação Educação Fisiça) – serviço da responsabilidade do município da Póvoa de Lanhoso e com contrato de arrendamento do edificio pertencente ao Município. Todas as transações e saldos com esta entidade estão divulgados separadamente nas vários notas deste Anexo.

Foi emitida uma carta conforto a favor do Novo Banco como garantia para obtenção de uma linha de crédito de 200.000,00 €, que no final do exercício se encontrava não otilizada.

As transações efetuadas com o Município da Póvoa de Lanhoso e os saldos dos períodos findos em 2022 e 2021 são os seguintes:

_	2 022	2 021
Fórnecedores / Credores Acréscimo de Gasto		
Fornecedores, conta comente		
Saldo Inicial	150,80	104,05
Pagamentos	1 539,73	122 862,03
Pagamentos Rendas		120 000,00
Pagamentos Agua	1 539,73	2 862,03
Saldo Final	120 138,52	150.80
Clientes, Contibuintes e Utemes (POCH + CPN):		
Contribuintes C/c POCM - CPN		
Saldo Inicial	-	(169 829,58)
Recebimentos	(202 520,66)	(328 155.00)
Recebimentos Contrato Programa - CPN	(174 727,00)	(328 155,00)
Recebimentos Contrato Programa - AEC's	(27.793,66)	
Saldo Final:	30,00	-
Devedores Por Acrésolmo de Rendimento - Não exigive	(74.107,18)	(75 267,73)
_	46 061,34	(75 116,93)

Ao abrigo da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, as Participações do Município da Póvoa de Lanhoso é conforme se segue:





















I - DICC I SOSRE AS PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE

(ESECUÇÃO DE ESTRUME (PERMITALA)

1945, 11 200 SAATERA, EA

2000年1月日間の世界に対する利用等的。

	09.00m(A0	HIFC	TA	7 00 kr	CAE	CAPTIL		encho.	РЭДЕЛДАС БЕГАТУЛОЗ	EZTATO	terpols Jāras	TELFOAGE PUBLICA
	(the part of all		Adlina Juniore	RESINE (SINGUINCE			VALDE	18	mitt	придето	CAPITAL	
1	문화장을 전혀 Profit predociale Aver GM	5% 5% 408	PF		190	\$2000	Z 020 X	40	1.17 (See 37 67)	1986 (1 <mark>2</mark> 1)	B 17	
ē							!					
7											[<u> </u>

ZI - RITATO POR SEGMENTOS

A Escola desenvolve uma única atividade, relacionada com o ensino profissional, pelo que não existem outros segmentos relevantes, para efeitos de informação a apresentar-

22 - INTENESSES EM DUTRAS ENTIDADES

Não Aplicável

23 OUTRAS DIVULGAÇÕES

Na rubrica de "fornecimentos e surviços externos nos exercícios de 2022 e em 2021 é detalhada conforme se segue:









6 app former au Voluntarion 🌘 48 60 had Power de Lankatin 🌒 Fel 2536548 (1 Feb 2536368)? 🌑 www.copydyst 🐞 roamsin charafferioner ol









Relatorio de Gestau 2027

	2022	2021
6221 - Trabalhos Especializados	23 081.94	19 887,60
6222 - Publicidade	618.69	2 903,83
6224 - Honorános	115 551,28	102 281,00
6226 - Conservação e Reparação	6 681,41	7 272,72
6229 - Outros Serviços Especializados	1 316,10	3 382,91
6231 - Ferramentas e Utens, de Desg. Rápido	12 359,67	6 672,82
6233 - Material Esc.morio	1 504,72	1803.71
6235 - Material de Educação Cultura e Recreio	7 663,55	20/301,03
6236 - Artigos de Higiene e Limpeza Vestuario	2 542,08	3467,64
6241 - Eletricidade	14 883 04	10 034,10
6242 - Combusilveis	495,64	1,066,81
6243 - Agua	1 532,22	2 139,34
6244 - Gàs	283,89	3 808,67
6251 - Deslocações e Estadas	425,00	1 199,50
6255 - Desiocações ERASMUS+	38 188 10	24 032 88
6261 - Rendas e Augueres	123 066,52	122 033,07
6262 - Comunicações	2 404 97	2 652,60
6263 - Seguros	3 995,11	3 839,52
6265 - Contencioso e Notariado	305,00	523,75
5258 - Outros Serviços (Gastos Bançarios)	464,31	211,86
62 - Fornecimentos a Serviços Externos	357 364,22	339 715,56

Nos fornecimentos e serviços externos a rubrica com maior relevância é os honorários, em face da atividade exercida de formação e os gastos com os formadores externos (recibos verdos) teve um acréscimo em 2022 face a 2021, devido ao acréscimo de nº de turmas que em 2021-2022 eram 10 turmas e em 2022-2023 passaram para 12 turmas.

Destaça-se ainda a rubrica de rendas e alugueres que a maior relevância é a renda do edificio pago ao Municipio (2022 e 2021; 120,000€).

Na rubrica de foutros rendimentos e ganhos" nos exercícios de 2022 e em 2021 é detalhada conforma se segue:















	2022	2021
Rendimentos suplementares	20 26 1,63	12 363,90
Rendimentos e ganhos investimentos não financeiros	4 173.02	0.00
Outros - Imputação de Subsídios para investimentos	38 057,28	36 057,28
Outros Rendimentos Suptementares	54,76	116,50
	60 546,69	48 537,68

Na rubrica de outros rendimentos e ganhos, respeitam a rendimentos suplementares que abrangem as atividades conexas com a atividade de formação, com malor relevância o serviço de bar. Abrange ainda nesta rubrica imputação do valor das amortizações de subsidios para investimento, e os valores das participações de seguros de Multirriscos pelas ocorrências de eventos seguraveis (vandalismo e danos no elevadork.

A data, mentém-se situação de conflito armado entre a Federação Rossa e a Ucránia, tendo dai resultado uma crescente instabilidade ao nível do acesso a recursos energéticos e alimentares, com repercussões na subida dos preços. Apesar de não ser possível mensurar os efenos desta guerra à data deste relatório, a administração tudo fará para minimizar os mesmos e garantir a continuidade das operações no seguimento. da missão da Escola.

Povoa de Lanhoso, O5 de abril de 2023

O ÓRGÃO DE GESTÃO

Taylo Contine de Serva Antines Paula Cristina de Sousa Antunes (Presidente)

Mario of titime Through Visio Horan

Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira (Vogal)

Pedro Vale da Silva (Vogal)

Jedra clale in Il

Valdemar Jorge Azevedo Veloso







Av der flemberen frie rijeren 🌘 4420 114 Proces de Lanhoux 🌘 🏮 251634611 | Fel. 253434402 🚳 over debred 🕬 🐞 demokracien@epire (ii)









ENCERRAMENTO ORCAMENTAL 2022

Exmos senhores, em comprimento do disposto no art. 42º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, o Órgão de Gestão da EPAVE — Escola Profissional do Alto Ave. (E.M.) apresenta o relatório de encerramento orçamental de 2022.

Demonstrações Orçamentais:

- Demonstração de Desempenho Orçamental
- Demonstração de Execução Orçamental da Receita
- Demonstração de Execução Orçamental da Despesa
- Demonstração dos Planos de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

















A. Too

DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO DECAMENTAL

	The second secon	Fai	nles de Exnancian	nento	Total
Rubrica	Recebimentos	R.P.	R.GCTProg	U.E.	10101
	Saldo de gerência anterior				-
	Operações orçamenta: (1)				4
	Operações de tesourana (A)				
	Receits correntes	39 561,03	27 793,66	974 648,41	1 042 003,10
R512	Administração Central - Outras entidades		27 793,66	974 648,41	L 002 442,07
87	Outras receitas correntes	39 561 43			39 561,03
	Receita Capital				
	Receitas efetivas (2)	99.565.03	27 793,66	974 648,41	1 042 003.10
	Relopitus não efetivas (3)			-	-
A 10	Outras receitas de capidal				-
R]3	Repettas dem passivos financeiros				-
	Some $(4) = (1) + (2) + (3)$	39 561,03	77 793,66	974 648,41	1 042 003,10
	Operações de tesouraria (B)				

B 4 1		For	tes de l'inancian	ento	Total
Rubrica	Pagamentos	RIP.	R.G CI Prog	U.E.	Tacar
	Despesa corrente	8 536, 13	24 939, 30	1 064 279,41	1 093 754,84
180	Remunerações certas e permanentes		19 591,80	637 807,08	657 398,88
12	Aquisição de bens e serviços	B 536, 13	1 347,50	224 543,36	234 426,99
13	Juros e outros encargos			374.02	374,02
4.1.5	Administração Local				100
24.3	Familias			195 218,68	195 218,68
26	Outras despesas correntes			6336,27	6 336,27
	Despesa capital	_		2 470,95	2 470,95
27	nvestimentos			2 470,95	2 470,95
	Despesa efetivas (5)	8 536,13	20 939, 33	1 055 750, 36	1,096,225,79
	Despesa não efetiva (6)	-		-	
213	Despesa com ativos finance ros				
011	Despesa com passivos finance (cs				
	Some (7) = (5 + 6	8, 536, 13	20 439, 30	1 066 750,36	1 096 225.75
	Operações de tesouraria (IC)				
	Saldos para a gerência seguinte				
	Operações orçamentais (8) = [4] + (7]	31,024,90		92 101.95	54 222.69
	Operações de tesourar a $\langle \Omega : \langle A + B + \langle C \rangle$				
	Saldo Global (2) (5)	31,024,90	6.854,36	92 101,95	- 54 222,60
	Despesa primário	8 536,13	20,939,30	1,056,376,34	1 095 851,7
	Saldo correran	31,024,90	6 654,36	BS 631,00	- 51 751,79
	Saldo de capita			2.470,95	2.470,93
	Saldu primario	31 024,90	6 854,36	- 92 101,95	\$4,222,65
	Receits total (1) \cdot (2) \cdot (3)	39,563,63	27.753,66	974 648,41	1 042 003,10
	Despesa (otal [5) + (6)	9 536,13	20,919,30	1,006,750,35	1 096 225,73





EXCCUÇÃO OKÇAMENTAL DA RECEITA

MAPA ANEXO





















EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA







En con ferminiou Makesian con 🐞 4130 St.4 Power de Landonc . 🐞 15 M 14811 | Pine 25 M 4411 🐞 years convert d 🐞 general convert d







EPAVE - ESCOLA PROFISSIONAL DO ALTO AVE. E.M.

De: janeiro 2022

Até: dezembro 2022

Demonstração de execução orçamental da repeita

		2. 43 to 40			100	Permission of registroffes	resistados	Arcuita	Receiler rehortschooden			Gran, de mascução organemal	ecuple mai
Budorna	Paghear Paghear III	Prevides cookings corrector protection	Keredas Goddada Di	Equidaded a sould a so	septime C)	Firrtidos.	121	Pendelas Projekto ambricana merante 18 31	Preiodo mente	Octal Peccents Octal O	Proceeds pay obtained do periodo	Neurodne principus (121+(EL)2)	Perodu Source (17): (Pop 1)
85. (Administração Leneral - Cuatus Antisades	33 .09 067 1	18 151 60	HE400.0	MANUEL DIAGODAN	084 64040		7	ris 128 17	Such Sec	TE, SAL SIN		3.0	43.
PS 12 Administração La d	11.7%		27 674 86	-	22.75.54	:	:	:	St. Wille	50000	100	:	47.0
R7 Outlat mental commens	The state of	. 11 67	207756		14 56 10 1		:	:	10.356			:	. M
PP-	Total - 345 600,55 (0.47),54 (0.14),00 Jg	. Bildhoj	101470178	NI SPACE	12 SA, SA - DA CONT O		-	27.021.76	377.81 F.01	47,000 NOT 10,419,121 1,000,000,00	93.8	47.75	F

EPAVE - ESCOLA PROFISSIONAL DO ALTO AVE. E.M.

The state of the s

De: Jameiro de 2022

Até: dezembro de 2022

3 - Demonstração de execução organismos da despesa

	E SA					Omposta pag	Owcoeses pages liquidas de l'especiale	reposições.			Gray do enfogação ergamenta	necessor anta
Abrea	portegion co portegion coll 11	Dotagen contigities 10	Conversion of the Conversion o	Lamping K		Arripdon Autoromy (8)	gyausy ayyayon upausy	Total	Comprises a straight of straight of S(-18)-(S)	Obrigações nov pagar (10) = 15) (8)	Probable architectures (17) [44]21	Perodo correlle
El "Semannegges dends e permanentes	6233514	15 15.0		534 591 16	1445,045	#KS:	20,840	\$20.000.03	22.00	2000	5	126
EL 2 Nigorgs verpretts de eventuels		. × × ×	:	30 last 1	26,069	:	1.085.00	X 100				00100
21.3 Segurangen variation	.5	26.002.00		E E	30862-21	14 (4) N	* 600	126.121.00		18.0%	147	. 2
Ut Aquis (do de benk exemple)	11.00.11	11169 ILL		772.104,00	\$1,988.15	920.62	274 825 13	314.426.33	128.15	William The	787	. e.
(0) - 108 4 047163 10471 004	5	12.5		100	11.00	191		2.42		PEC. 99	- Dept.	3517
Od.3 farmers	. S	N 1138		Shr Maria	207.382,702	. Si a	ICVIDAG.	150 278 //		ELESTING.	.0	- 10 - 10 - 10
Unicatival appears commune	10 K	2,5763		6,1623	- Lai 4	00 607 1	0.450	· 5 4 2 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4	:	:	100	. 8
D2 toorgammen	30.03	8,555,30		. S PM 2.	27F4.	1200	100	150		125615	. =	. E.
Kin'	28.711.00	0.250.20.1		cy'all par .	\$1500 do.15	#65115F	M SZZ 1601 - MINDE CNI . IPOST SZ	M 527 4601	11.467	150/3757	1/28	200



DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO PLURIANHAL DE INVESTIMENTOS

١,	Ш,	eπ-c1-441 .	dilana mumummi u		Ü				i= n								Tion .	
						CHAR			L					100				
	rame (K.	COCCO-CO (A)	mende	TQT ME IS	T					-		11170171		PM	spine upor	MINIS.		200
	II PRPRAT;	ettoles quis	4550	N-IEAC RIV	1	+	lud			ed ed	Sep September and the desire	ari magazin mafada alda		im	MC =	111	ки	* MO-164
N. 11			Amales Inners Mais a res Amales All Paras I no Francia Parlo I no res March I no res March I no res March I no res March I no res March I no res March I I Parlo I no	Paris dad la Que sa		100		draw rho	Meli Kon Men men Meligia		· III. A FIFTURE	2216	1 PRIN 12 PAIN 14000	Th Lorent	man h	marke in	B 111 M	amilio)

ANEXIS AS DEMONSTRAÇÕES ORCANONTAIS

O Anexo às demonstrações orçamentais é composto pelos seguintes elementos:

- 1 Alterações orçamentais da receita
- 2 Alterações orçamentais da despesa.
- 3 Alterações ao plano piurianual de investimentos.
- 1 Alterações orçamentals da receita

Rubrica	7(5)2	TE ST	Λie	Recela rações Orçaniyota	15		
i	121	Previsions Immors [0]	Inscrições / reforças [4]	Dan magans (amzações (5)	Condition especiais [6]	Printsipes comgides (7)=[3]+[4]+[5*+[6]	Observoções (8)
R5		1 260 224 31	52 151,86			1 312 376,17	
R7		13 944,39	22 500,00			35 444,39	
R12		202					
R13		200 000,00		- 200 (000,00			
Total		1 474 188,70	74 651,88	- 200 000,00		1 348 620,58	'

2- Alterações orçamentais da despesa

Destina-se a evidenciar as afterações orçamentais que tenham ocorrido no período de relato devendo as rubricas da despesa ter um grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações entretanto ocorridas.

















Rytuics (1)	Бро [2]	Dateções Imiciais (2)	Arie Indizing dies / Indizingess [4]		Dosneso čes Organienta Orminuigões / anviações [5]	is Creditos especia s [G]	Dotações conigidas [7] :[3]*[4]+[5]*[6]	Obsentições [8]
D1	Р	628 898,33	151 577,02		74 308,93		706 166,42	
02	P	380,604,63	62 799,52	-	47 494,00		395 910,15	
03	P	1 316,27	-		-		1 318,27	
04.3	P	185 802,70	28 929,00	-	8 013,61		208 718,09	
Q6	P	18 992.23	-	-	B 600,00		9 392,23	
D7	Þ	25 322.00	-	-	20 000,00		6.322,00	
011	ρ	200 000,00		•	200 000,00		*	
Total		1 441 938,15	243 305,54	-	357 415,54	-	1 327 827,15	'















3 - Alterações ao plano plurianual de Investimentos

form b		Age pr Na ana ma H		Marian series					1		- 1	g-16	Apr 1			
				12	4	10	HIVE His	an Hb	10	parame. . mma sa	10 mark a de	(n)	Auril 111	7.	-1	Perview
II. stare	Total (Ale Same) Fine 1 plan Fine 1 plan Fine 2 plan Fine 2 plan Fine 2 plan Fine 2 plan Fine 3 plan Fine 3 plan Fine 4 plan Fine 4 plan Fine 4 plan Fine 4 plan Fine 5 plan	.1101										ent se	185.7			1.70.0



























As des Borromen Voluntaires 🍵 4838 5 (4 Policy age ; aminis 🍵 Ten) \$169 (41) 75 (4) 75 (4) 117 (🐞 wave spins of 🍵 (annume except spins of









RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exwo. Sácio

- Nos termos da lei e do mandalo que nos conferram, apresentamos e relatório sobre a alividade fiscalizadora desenvolvido e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da EPAVE Escola Profissional do Alto Ave. E.M., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2027.
- 2 No decurso do exercicio acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a alividade da Entidade, Verricámos a regularidade da escriuração contablistica e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno e do sistema de gestão de neços, se existentos, na medida em que sejam rejevantes para a preparação e apresentação das demonstrações tinanceiras. Vigiámos também pela observáncia da lei e dos estatutos.
- 3 No exercició de 2022 a entidade assiriou com o Municipio da Póvoa de Lanhoso um Contrato-Programa delebrado para 2022, elaborado nos termos do ertigo 47 ° da Lei 50/2012, de 31 de agosto que específica que a EPAVE tem direito a receber uma comporticipação financeira para comprimento das obrigações previstas na clausula 3 º do miesmo. Este contrato-programa foi objeto de Parceor Prévio, por nos emitido em 16 de dezembro de 2021, e os montantes relacionados foram transferidos no exercício de 2022, assegurando desta forma as receitas próprias impostas pera regulação comunitária para a atribuição dos diferentes subsicios relacionados com a abvidade desenvolvida.
- 4. Atendendo a que o nº 3 do artigo 22º dos estatutos da EPAVE com a epigrafe "estatuto dos membros do órgão de gestão" faz aplicar subsidiaziomente o Estatuto do Gestor Público, exceto no que respeita, ao seu recrutamento e saleção. Não chegou ao nosso conhecimento que tenha sido formalizado um contrato de gestão nos termos do artigo 18º do Estatuto do Gestor Público.
- 5. Não nos foi possível afezir da publicação no sitio da Internet da informação que de apordo com o número 2º do artigo 43º da Lei nº 50/2012 as empresas locais devem manter permanentemente atualizada, nomeadamente, o plano de prevenção da corrupção e dos riscos de gestão.
- 6. A PPAVE apresenta uma dívida à Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), acumulada de 2020 o 2022, que ascence o 26.927 € a 31-12-2022, tendo, entretanto, sido regularizado o mormante de 16.729 € em janeiro de 2023. A restante divida encontra-se em inora, tendo sido atentado o órgão de gestão para o recessidade da regularização do mesma, e dos consequências resultantes desta não regularização, tendo-se comprometido com a sua regularização durante o exercício de 2023.



EPAVE - Escour Phos assonation Amplitude, E.M.

- 7 Nos termos do nº 2 de artigo 54 º, em conjugação com o artigo 67 º, ambos do Decreto-Lei n º 133/2013, de 3 de outubro, que aprova o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, damos nota de que foi cumprida: pela Entidade, a exigência estaba ecida no n º 1 desse mesmo artigo em retação ao Relatório de Boas Práticas do Governo Societário.
- 8 A Enticade curreduju a implementação da NCP 27 Contabilidade de Gestão, por forma a conseguir apresentar no Relatório de Gestão as divulgações que considerou serem as adequadas an comprimento ao normativo.
- 9 Como consequência do trabalho de revisão efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em prexo, a qual apresenta uma opinião não modificada.
- 10 No âmoito das nossas funções verificâmos que:
 - i) o Batanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a demonstração das alterações no patamónio tiquido, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreenção da situação financeira da entidade e dos seus resultados.
 - ii) las políticas contabilisticas e os critérios valorimétricos adotados, são adequados.
 - iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da siluação da sociedade evidenciando os aspetos máis significativos;
 - iv) as Démonstrações orçamentais da onlidado foram preparadas de acordo com o normativo vicente.
 - v) a proposta de aplicação de resultados se encontra em conformidade com as disposições legais e estatutárias
- 11. Nesles termos, tendo em consideração as informações recebicas do Conselho de Administração, dos Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Conlas, somos do parecor que as demonstrações financeiras, as demonstrações organismais, o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados estão de acordo com os estatutos da Entidade e com as disposições contabilisticas e legais aplicáveis.



BPAVE - Escola Provissional do Acto Ave. E.M.

12 Finalmente, desejamos expressar o nossu agradecimiento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Entidade com quem comactamos, pela valiosa colaboração recebida.

Porto, 5 de abril de 2023.

JULIO MARTINS & ALVES DA SILVA

Sociedade de Revisores Oliciois de Contas, Eda ... representada por

Assinado por ALBERTO MANUEL ALVES DA SILVA.
MARTINS

Hom. de Idiminifração: DRU38002

Osta: 7073 de D6 18.27-07-01/00°

Conficado por: SCAP

Auribunos centificados: Generite de Júlio Martins

A ALVES DA SALVA, SOCIEDADE DE REVISORES

DENTAIS DE CONTAS, LOA

TO CHAVE MOVEL

Alberto Manuel Alves da Silva Martins, R.O.C. nº 974



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS





















RECATORIO DE GOVERNO SOC STANIO

DE nº133/2013 art. 549













10 74 15 787 Spoinfield für Brokster Obous at Carrier Lou-

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

OMNIÃO

Auditámos as demonstrações finánceiras anexas da EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave. E.M. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um tojal. de 950 803 euros é um lotal do património tiquido de 588 664 Euros, incluindo um resultado liquido. de 2 265 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das atterações no patrimonio liquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das politicas contabilisticas significativas

Em nossa opinián, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em lodos os aspetos materiais, a posição financeira da EPAVE – Escolia Profissional. DO ALTO AVE, E.M. em 31 de dezambro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa. relativos ao ano findo naquela dota de acordo com o Sistema de Normalização Contabi Islica para

as Administrações Públicas,

BASES PARA A OPINIAO

A nossa auditoria foi efetuade de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais: normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Dificiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normes estão descritas na secção "Responsabilidades do audifor pela audiforia das Demonstrações Financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos formos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem

dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada cara proporcionar uma base para a nossa opiniac.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O orgão de gestão é responsável pela:

 preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada. a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Emidade de acordo. com o Sistema de Normalização Contabilistica para as Administrações Públicas.

> www.masauditoles.com PHPC w Estimated ind CRC do Ponyin 9 515) (8297 | Capital Social CUR 5 000 Registo na DROC sobia nil 357 | Royalto na CMVIn yeb o nil referencia Morada, Pua Rokice de Julia, nil 54, Sala 4 (4650-420 Pono



EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave. E.M.

- elaboração do relatório de géstão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou eno.
- adoção de políticas e critérios conlabilisticos adequados nas circunstâncias; e.
- evaliação do capacidade da Entidade de se manter em nonlinuidade, divulgando, quando aplicável, as majerias que possam suscitar duvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR FELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança raznavel sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido à fraude ou erro, e emitir um retalório onde conste a nossa opinião. Segurança raznável é um nivel elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria execulada de scordo com as ISA deletará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razpavelmente espetar que influenciem decisões econômicas dos utilizadores tomadas com base nessos demonstrações financeiras

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos jurgamentos profissionais e mantemos colicismo profissional curante a auditoria e também.

- dentificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode anvolver confuio, falsificação, omissões intoncionais, falsas declerações ou sobreposição ao controle interno.
- oblemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam aproxitados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilisticas usadas e a razpabilidade das estimativas contabilisticas e respetivas divulgações feites peto orgão de gestão;
- conclulmos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se exista qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas stividades. Se concluirmos



EPAVE - Escola Professional do Alto Ave. E.M.

que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluidas nas demonstrações financeiras ou, caso assas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa oprnião. As nossas conclusões sáu baseadas na prova de auditoria obtida até à dato do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades.

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das (lemonstrações financeiras).
 Incluindo as divuígações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os aconfecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada le
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assumos, o ámbito e o
 calendário plantado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo
 qualquer deficiência significativa do controlo inferno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordancia da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras...

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES.

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CRÇAMENTAIS

Auditamos as demonstrações orçamentais da Enfidade, que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um lotal de receita cobrada liquida de 1 042 003 euros), a demonstração da execução orçamental da desposa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 1 096 226 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo am 31 de desembro de 2022.

O órgão de gestad é responsavel pela preparação é aprovação das demonstrações orçamentais no ámbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilistica para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparação, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilistica para as Administrações Públicas.



EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave, E.M.,

Scere o Relatório de Gastão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigo: e a informação nele constante é oberente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 6 de abril de 2023

JULIO MARTINS & ALVES DA SILVA

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por

Assinado por ALBERTO MANUEL ALVES DA SILVA MARTINIS

Mum. de Identalicación (244380)?

Delic 2023.04.06 1823.80-01 DD

Ceriblicado por SCAP

Autobros certificados. Gerente de AÚLIO MARTINS

B-ALVES DA SILVA, SOCIEDADE DE REVISORES

OFICIAIS DE CONTAS, LDA

CHAVE MOVEL

Alberto Manuel Alves da Silva Martins, R.O.C. nº 974



Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso

Ponto Quatro (15`):
Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 4.º Trimestre de 2022 da
Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.
DELIBERAÇÃO:



Ponto Dois

Informação do 5r. Presidente para que a Câmara Municipal apresente à Assembleia Municipal, o Relatório de Execução Orçamental do 4º Trimestre de 2022 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.



Seguidamente foi presente informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal do seguinte teor:

"INFORMAÇÃO:

Nos termos da Lei 50/2012, de 31 de agosto, consubstanciando o dever de informação previsto no artigo 42.º, as empresas loçais devem facultar, de forma completa e atempadamente, aos órgãos executivos e deliberativos das respetivas entidades públicas participantes, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo, entre outros

elementos, relatórios trimestrais de execução orçamental.

Neste sentido, em cumprimento deste normativo, apresenta-se ao órgão executivo, para remessa ao órgão deliberativo do município. Relatório de Execução Orçamental do 4º Trimestre de 2022 da Escola Profissional do

Alto Ave, para cumprimento do dever de informação.

Póvoa de Lanhoso, 18 de abril de 2023.

O Presidente da Cámara Municipal,

Frederico de Oliveira Castro, Dr."

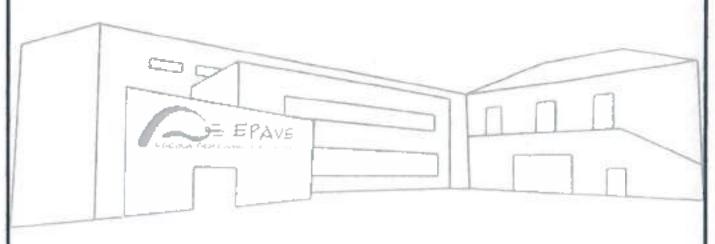
DELIBERAÇÃO: A CÂMARA MUNICIPAL FICOU INTEIRADA.

REMETA-SE À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.



Relatório de Execução Orçamental 2022

4º trimestre 2022



Sede, Av. Combero: Voluntarios 4830-554 Póxica de canhoso. NIPC 504 596 608 Capital Social 20,000,006 Matriculada na C.R.C. de Póvoa de canhovo sob a N # 05/20010911

W dos Bombruca Volumento: 🀞 4820 514 Powga de Lankoje 🌚 Tel 259694811 a Fyn 253694821 🔮 www.coma at 🔞 comenciaca glinosec pr

















Introdução

Em cumprimento do disposto no art.º 42º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, deveres de informação das Empresas Locals, o Órgão de Gestão da EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave (E.M) apresenta o relatório da exacução orçamental no 4º trimestre de 2022.

O trimestre acima indicado corresponde ao início do ano letivo 2022-2023. A submissão da candidatura para aprovação do ano letivo 2022-2023 foi submetida à data de 12 de outubro de 2022, tendo sido emitido o termo de aceitação à data de 07 de Dezembro de 2022.

Ao nivel da execução orçamental, a taxa apresentada de execução da Despesa de 82,5% estando em Ilnha com o esperado, a taxa de execução da Receita cifrada em 75% fiçou à quem do esperado, por via do não recebimento do adiantamento na sua totalidade previsto para o ano de 2022.

Póvoa de Lanhoso, 17 de fevereiro de 2023

O Órgão de Gestão

Paul cristing de S. Antenis

You'r de Fi bien Derich Heire Horains

O Contabilista Certificado

00/2 /2012/2 /18/05.



1 - Situação Económico – Financeira

A análise da execução orçamental assenta na comparação entre o Orçamento Aprovado para o ano de 2022 e os valores executados acumulados no período em análise.

Isto é, por rubrica das despesas e das receitas aprovadas em Orçamento, foi aferida a percentagem de execução das Rubrica da despesa 82,5% e da receita em 75%.

No entanto, a rubrica das receitas que tem como fontes de financiamento o FSE fundo Social Europeu e Contrato-Programa, estas têm algumas particularidades que devernos considerar nesta análise, uma vez que só deve ser registada a recelta, aquando do Termo de Aceltação do Pedido de Reembolso, no momento do recebimento.

Mapa Execução Orçamental da Despesa (em anexo)

A coluna Dotação Corrigida (2) corresponde ao Orçamento de 2022.

Os compromissos assumidos (4) e obrigações (5) refletem as despesas realizadas no período 2022.

O campo de despesas pagas (8) evidencia as despesas sobre as quais já foram emitidos os pagamentos aos fornecedores/funcionários/formadores/formandos/impostos:

Obrigações por pagar (10) representam o total dos compromissos assumidos / obrigações não pagos aos titulares desse direito, que transitam para pagamento no periodo seguinte.

A coluna grau % (12) evidencia a percentagem de execução do Orçamento, ou seja, despesa paga face ao Orçamento aprovado.

Natas explicativos da Demonstração Execução Orçamental da Despesu

- A Rúbrica orçamental Ø1.1 Remunerações Certas e Permanentes Pessoal do quadro evidenciam uma execução do período de 96% das remunerações pagas aos colaboradores, aos quais acresce os colaboradores contratados para as Atividades de Enrequecimento Curricular. No entanto, o valor de obrigações por pagar (10) corresponde aos descontos de Impostos dos trabalhadores, liquidados no mês janeiro;
- A Rúbrica orçamental D1.2 Abonos variáveis e eventuais Ajudas de Custo evidencia uma execução de 80%, em conformidade com a execução das mobilidades no âmbito do projeto ERASMUS+, realizadas no mês de março;





 A Rúbrica orçamental D1.3 – Segurança Social – segurança Social, seguros e outras despesas apresentam uma execução paga do período de 64% que decorre dos encargos da entidade patronal.

No entanto, o valor de obrigações por pagar (10) corresponde aos descontos de Impostos da entidade patronal, liquidados no mês de janeiro;

- A Rúbrica orcamental D2 Aguisição de bens e serviços, combustível, material limpeza, ferramentas e utensílios, material de educação, honorários, rendas e alugueres apresenta uma execução paga do período de 58%. O montante das obrigações por pagar é relativo a faturas emitidas de fornecedores, em que o prazo médio de pagamento aos fornecedores é de 30 dias, e com maior relevância a renda do edifício que será paga até ao final do ano;
- A Rúbrica orçamental D3 Juros e outros encargos apresentam uma execução. do período de 28%. Esta execução deve-se aos juros da locação financeira do sistema de impressão e do servidor:
- A Rúbrica orçamental D4.3 Transferências correntes famílias apresenta uma execução paga do período de 93%, em face dos subsidios pagos aos alunos;
- A Rúbrica orçamental D6 Outras despesas correntes Impostos e taxas, Reservas – outras despesas apresenta uma execução de 55%;
 - A Rúbrica orçamental D7 Investimentos apresenta uma execução de 23%;



















MITE 123.02

Mapa Execução Orçamental da Receita (em anexo).

A coluna Previsões Corrigidas (1) corresponde ao Orçamento Aprovado da receita do ano de 2022.

As Receitas por cobrar de períodos anteriores (2) evidenciam as receitas submetidas e não recebidas do período anterior.

As Receltas Liquidadas (3) evidenciam as receitas submetidas a liquidação.

No campo Receitas Cobradas Brutas relativas ao ano (5) evidenciam as receitas recebidas.

No campo das Receitas Cobradas Liquidas (10) evidencia os montantes recebidos no período.

No campo Receitas por cobrar no final do ano (11) evidencia os montantes pendentes de liquidação, Comparticipação Pública Nacional.

Na coluna grau % (13) evidencia o grau de execução do orçamento.

Notas explicativas da Demanstração de Execução Orçamental da Receito

 A Rúbrica orçamental R 5.1.2 - Estado - Participações comunitárias em projetos cofinanciados.

A rúbrica orçamental relativa às fontes de financiamentos do Portugal 2020 e Erasmuso apresenta, face aos montantes recebidos, uma execução do periodo de 74%. Esta receita corresponde à submissão dos reembolsos e dos adiantamentos recebidos no ano de 2022, e à comparticipação pública nacional assegurada pelo Município, por via do Contrato-Programa, dos projetos em vigência.

- A Rúbrica orçamental R 5.1.5 Administração Local Contrato-Programa com o Municipio no sentido de assegurar as Atividades de Enriquecimento Curricular, uma execução no periodo de 87%.
- A Rúbrica orçamental R 7 Outras Receitas Correntes apresenta as receitas. resultantes da atividade conexa com ensino - receitas suplementares e de reembolso do IRC, apresenta uma execução no periodo de 109%;







An den Barrier ops Volgen Bright 🧂 MIII SIA Provide de Lantano 🌑 Tel (1520-1411) | Pare (1500-1411) 🐞 Annie (1520-151) 🐞 Lantano (1500-151) (1500-151)













Mapa Alteração Orçamental Permutativa

As alterações orçamentais, encontram-se regulamentadas na Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). No que respeita aos conceitos de alteração orçamental modificativa introduzidos pela NCP 26 do SNC-AP.



Neste sentido, a NCP 26 do SNC-AP, define que:

"Alteração orçamental permutativa é aquela que procede à alteração da composição do orçamento de receita ou de despesa da entidade, mantendo constante o seu montante global."

1 — Alterações orçamentais da receita.

12-12	100		Alle	Receità racdes Orcamenta	iş		
Rubnea (1)	Tipo [2]	Previsões Iniciais [3]	krochędos / relorgus [4]	Dinunulgões / anulações (5)	Orenifos especiais [6]	Previsões corrigidad (7]=(3]+(4]+(5)+(6)	Observaçõe: (8)
R5		1 280 224,31	52 151,86			1 312 378 17	
R7		13 944,39	22 500,00			36 444 39	
R12		_					
R13		200 000,00		 200 000,00 		-	
Total		1 474 168,70	74 651,86	- 200 000,00	-	1 348 820,58	

2. Alterações orçamentais da despesa

Destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que tenham ocorrido no período de relato devendo as rubricas da despesa ter um grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações entretanto ocorridas.













6820-536 Neves de Nachtsco 🀞 (et. 2536346) L 8 Pay, 253644862 - Aventaint of 🐞 Los Aventa (2748) Report 80











1 MOD 137 02	
Mustury	
a	
LEA	

175-310	P 15.70	of his said	STIPPED IN		Despesa			
Rubrica	Ties		Alte	rá ,	ões Ovçamenta	15		
[1]	(2) [2]	Dotações Micia s (3)	Inscrições / reforços [4]		Diminoi ções / andiações (0)	Creditos expeciais (6)	Datações corrigidas 7 + 3 + 4 + 5 + 6	Observences [8]
D1	Р	628 898,33	151 577,02	_	74 306,93		706 166,42	
Ď2	P	380 804,63	62 789,52	-	47 494,00		395 910,15	
D3	P	1 318,27	_		-		1 318,27	
D4.3	P	185 802,70	28 929,00		6 013,61		208 718,09	
De	P	18 992,23	_	-	9 600,00		8 392,23	
Q7	ρ	26 322,00	_	-	20 000,00		6 322,00	
D11	P	200 000,00			200 000,00			
Total		1 441 938,15	243 305,54	÷	357 416,54		1 327 827,15	















EPAVE - ESCOLA PROFISSIONAL DO ALTO AVE, E.M.

De: janeiro de 2022

Até: dezembro de 2022

3 - Demonstração de execução orgamental da despesa

	1					Despesas pagas kouedas de esposições	as liauects de	sagópsodas			Grau de execução orçamental	ental
Вибика	periodos art.	Dalwaen compdis (2)	Curbon Describes (\$)	Compromis SOF 14)	Obeigeg bes	Aurodes anterbars	Periodo (priprie (7)	Total Ith=R0+C71	Comprom 4 (4mgtar (9)=(8H/S)	Obergagens por page (#0)+(\$H(k)	Periodos ambrones (11)+ISMZ) x100	Penodo comente (42)=(7)/(2) x MO
0111 Remyhray 644 certak a palmanamas	1364,75	213 869,13		524 581 4G	534 52146	843440	PC196-216	321 396,18	36,02	M(21.51	3	16,30
012 Appropriating the investment	:	2 100,00		1 140.00	000881		1 888.00	00000	:			99,00
013 Segurance social	B(147.66	174 177.25		TE SET OF	TELEBOTI	23 24224	40.555.00	0912270		35.386.27	1306	
D2 Aquitodas de bens a serriços	1,000	300,000		912 161 50	311 544.65	940185	234 625.17	234 (36.99)	514171	15110186	251	100
63 Junes e curinst ériclinges	SE	1.518,27		10/909	16/8/91	19	366,17	Suldz	:	167.51	40	1622
OHabandus	20.00	AND THEOR		NUMBER OF	AUT BLITS	50109	100 117 001	195311,64		12 149,04	400	1937
Di Cuttal despeux chmyrtol	1,0034	River s		633627	633627	1 280.00	513627	430627			数1	
D? Intersomento	Mistal	4 1/204		27915	57,001.5	1 005.02	1486	24m42		2 400,27	15.30	33.19
Foral	PH 1930 1111	114112115		113914211	1.282 IMT,M	43.613,04	1452 603.15	1 006 335,79	136,12	30143214	P.	TL, CT





De: janeiro 2022

Até: dezembro 2022

2 - Demonstração de execução orgamental da receita

												İ	
		Receipts non			Secreta	Reembolson e restituições	restituições	Recent	Receives cobraday ligurday	andes		Grau de essouplo organisminal	phone
Rubina	Previoles voringidas (i)	Prevides cobra de comprés periodes ent. (9) 12)	Receipt Squideday (3)	Liquistações améledas (A)	opposes brose [5]	Emildes 6)	Pagos (7)	Periodos tolertores 450	Periodo correme (3)	Total (10)-(5)-(3)	topus dua de periodo	Partedon amendam (12:RM2) a100	Pérodo romante (I))a(\$W(T)
R5) 2 Administração Central - Outros erodades	1280 601,55	03-386-62	940 \$00 to		16,164 970			40,127.00	अक्षा हिन्द्र	15 648 61	30-858/AT	47.7	K 53
PS.I.S. Administração Local	31.776,62	-	90'th 12		23 783 66	:			21.793.66	3,356	90'08	u!	12.5
RT Outsit intentin conjudge	X 44 22	N (S)	8758 8		10 SA\DI			:	19 MIRS	35 551.00	andie	:	100,55
LetoT	Total 1.340 R20,54		MARKA TOTALDA		0 042 MB 10			P2 \$21,50	77 BOLDH	104200310	66 924 96	OF:	75.19







Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso

Ponto Cinco (15`):

Proposta da Câmara Municipal para celebração de adendas aos contratos de delegação de competências nos srs. Diretores, do Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio e Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, respetivamente, deliberados na sessão ordinária de Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2022.

DELIBERAÇÃO:

Votos contra:Votos a favor: Abstenções:	



Ponte Tres

Proposta da Sra. Vereadora com a área da educação para remessa à Assembleia Municipal, para celebração de adendas aos contratos de delegação de competências nos Srs. Diretores, do Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio e Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, respetivamente, deliberados na sessão ordinária de Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2022, para os efeitos previstos na alínea coc) n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.



Seguidamente foi presente proposta do sra. Vereadora com o pelouro da educação do seguinte teor,

*PROPOSTA

Considerando que:

- Aos quatro dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois foi celebrado, entre Municipio da Póvoa de Lanhoso
 e o Agrupamentos de Escolas de Póvoa de Lanhoso, contrato que teve por objeto a delegação de competências
 no Diretor do Agrupamento de Escolas, no âmbito do novo quadro de competências dos órgãos municipais, em
 matéria de educação;
- II. Aos seis días do més de outubro de dois mil e vinte e dois foi celebrado, entre Município da Póvoa de Lanhoso e o Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio, contrato que teve por objeto a delegação de competências na Diretora do Agrupamento de Escolas, no âmbito do novo quadro de competências dos órgãos municípais, em matéria de educação;
- III. Os contratos supra identificados tem por objeto a delegação de competências nos respetivos Diretores do Agrupamento de Escolas, no ámbito do novo quadro de competências dos órgãos municipais, em matéria de educação;
- Na vigência do Contrato, as partes concluíram que os recursos financeiros destinados à sua execução são Insuficientes ao efetivo exercício das competências delegadas;
- V. Não resulta do acompanhamento à execução do Contrato qualquer indicio de má gestão por parte do Agrupamento de Escolas, venficando-se, isso sim, uma cuidada gestão dos meios disponibilizados no sentido de corresponder às necessidades existentes;
- VI. Urge, assim, na prossecução do interesse público reforçar os meios os financeiros adstritos à execução do Contrato, pelo que pretendem as partes proceder à alteração do contrato que ora se adita por forma a substituir o anexo I existente pelo "Novo Anexo I";
- VII. O reforço de meios financeiros supramencionado destina-se a fazer face às despesas inerentes à boa execução do contrato até ao termo do ano letivo em curso;
- VIII. O Município da Póvoa de Lanhoso dispõe de atribuições no âmbito da ação social, da inclusão e da educação;
 - IX. Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea m) n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submeter à assembleia municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências e, nos termos da alínea k) do artigo 25º do mesmo normativo, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências.



Assim, pelo exposto e considerando tratar-se de uma competência da Câmara Municipal;

A Vereadora com o pelouro da Educação, María de Fátima Duarte Vieira Moreira, propõa, nos presentes termos, que a Camara Municipal delibere:

- Aprovar o reforço dos meios financeiros a alocar aos contratos de delegação de competências celebrados com os Agrupamentos de Escolas da Póvoa de Lanhoso e Gonçalo Sampaio, nos termos anexos à presente proposta;
- Aprovar a minuta do aditamento n.º 1 ao contrato de delegação de competências celebrado entre o Município da Póvoa de Lanhoso e o Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, anexa à presente proposta;
- 3. Aprovar a minuta do aditamento n.º 1 ao Contrato de Delegação de Competências celebrado entre o Municipio da Póvoa de Lanhoso e o Agrupamento de Escolas da Gonçalo Sampaio, anexa à presente proposta;
- 4. Submeter á assembleia municipal, para efeitos de autorização a celebração dos aditamentos aos contratos de delegação de competências celebrados com os Agrupamentos de Escolas da Póvoa de Lanhoso e Gonçalo Sampaio, nos termos anexos à presente proposta.

Paços do Município da Póvoa de Lanhoso, 19 de abril de 2023.

A Vereadora com o pelouro da Educação,

Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira, Dra."

DELIBERAÇÃO: APROVADO POR UNANIMIDADE.

REMETA-SE À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.





ADITAMENTO N.º 1

CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Considerando que:

- 1. Aos quatro dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois foi celebrado, entre Município da Póvoa de Lamboso e o Agrupamento de Escolas de Póvoa de Lamboso, contrato que teve por objeto a delegação de competências no Diretor do Agrupamento de Escolas, no âmbito do novo quadro de competências dos órgãos municípais, em matéria de educação, doravante designado por Contrato;
- O Contrato tem por objeto a delegação de competências no Diretor do Agrupamento de Escolas, no âmbito do novo quadro de competências dos órgãos municipais, em matéria de educação;
- 3. Na vigência do Contrato, as partes concluíram que os recursos financeiros destinados à sua execução são insuficientes ao efetivo exercicio das competências delegadas;
- Os recursos financeiros adstritos á execução do Contrato encontram-se identificados no seu Anexo I;
- 5. Não resulta do acompanhamento à execução do Contrato qualquer indicio de má gestão por parte do Agrupamento de Escolas, verificando-se, isso sim, uma cuidada gestão dos meios disponibilizados no sentido de corresponder às necessidades existentes;
- 6. Urge, assim, na prossecução do interesse público reforçar os meios os financeiros adstritos à execução do Contrato, pelo que pretendem as partes proceder à alteração do contrato que ora se adita por forma a substituir o anexo I existente pelo "Novo Anexo I";
- 7. O reforço de meios financeiros supremencionado destina-se a fazer face às despesas inerentes à boa execução do contrato até ao termo do ano letivo em curso...

É desta forma livremente celebrado e reciprocamente acelte o presente Aditamento Contrato de Delegação de Competências.





Entre

O Município da Póvoa de Lanhoso, pessoa colativa n.º 506 632 920, com sede na Avenida da Rapública, representado, naste ato, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Frederico de Oliveira Castro, no uso das suas competências previstas na allnea a), do n.º 1 e na alínea f), do n.º 2 do artigo 35.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, doravante designado por Município.

Е

O Agrupamento de Escolas de Póvos de Lanhoso, pessoa coletiva n.º 600 085 430, com sede na Rua da Misericórdia, nº 323 4830-503 Póvos de Lanhoso, representado pelo Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas da Póvos de Lanhoso, Ángelo Miguel Pereira Dias, no uso des competências previstas nos artigos 18.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 02 de julho; artigo 44.º n.º 3 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro e artigo 4º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro e todos na sua redação atual, doravente designado como Agrupamento de Escolas.

O qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto)

Pelo presente Aditamento, o Município e o Agrupamento de Escolas visem modificar o contrato, identificado no considerando I, com vista à atualização do seu Anexo I.

Cláusula Segunda

(Modificações ao Contrato)

- As partes acordam em proceder à alteração do Anexo I do Contrato, que passa a ser o Anexo A ao presente.
- Todas as referências feitas no Contrato ao Anexo I consideram-se feitas ao Anexo A.
- Todas as clausulas, alineas e disposições do Contrato que não são objeto de alteração pelo presente.
 Aditamento, mantém-se em pteno vigor.





Cláusula Terceira (Entrada em Vigor)

O presente Aditamento, bem como a modificação ao Contrato que através dele se opera, entra em vigor na data:

da sua outorga. E por ambos os outorgantes concordarem com o conteúdo integral do presente Aditamento e se obrigarem a cumpri-lo integralmente, o vão assinar em duplicado, ficando cada um com um exemplar. Feito na Póvoa de Lanhozo, aos 100000000 dias do mês de xxxxxxxxxx de dois mil e vinte e três. A minuta deste Aditamento a Contrato foi presente e aprovada em reunião de Câmara Municipal de __ em conformidade com o disposto na alínea m) do art.º 33.º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, e submetida à sessão da Assembleia Municipal de______, para efeitos de autorização, nos termos da alínea. k) do n.º1 do art.º25.º do Anexo I, do mesmo diplomá legal.

Pelo Primairo Outorgante	Pelo Segundo Outorpante
(Frederico de Oliveira Castro)	(Ángelo Miguel Pereira Dias)





Апехо А

Transferência de verbas para o	
Rúbrica/Tipo de Despesa	Valor
Conservação, manutenção e pequenas parações/manutenção de espaços exteriores	5:000,00€ (cinco mil suros)
Fornecimento de Bens e Serviços Externos	67,000,00€ (quarenta e cinco mili euros)
Total	72 000,00€ (setenta e dois mil euros)





ADITAMENTO N.º 1

CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Considerando que:

- 1. Aos sais dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois los celebrado, entre Município da Póvoa da Lanhoso e o Agrupamento de Escolas de Póvoa de Lanhoso, contrato que teve por objeto a delegação de competências no Diretor do Agrupamento de Escolas, no âmbito do novo quadro de competências dos órgãos municípais, em matéria de educação, doravante designado por Contrato;
- O Contrato tem por objeto a delegação de competências no Diretor do Agrupamento de Escolas, no âmbito do novo quadro de competências dos órgãos municipais, em matéria de educação;
- Na vigência do Contrato, as partes concluiram que os recursos financeiros destinados á sua execução são insuficientes ao efetivo exercício das competências delegadas.
- Os recursos financeiros adstritos á execução do Contrato encontram-se identificados no seu Anexo I;
- 5. Não resulta do acompanhamento à execução do Contrato qualquer indicio de má gestão por parte do Agrupamento de Escolas, verificando-se, isso sim, uma cuidada gestão dos meios disponibilizados no sentido de corresponder ás necessidades existentes;
- 6. Urge, assim, na prossecução do interesse público reforçar os meios os financeiros adstritos à execução do Contrato, pelo que pretendem as partes proceder à alteração do contrato que ora se adita por forma a substituir o anexo I existente pelo "Novo Anexo I";
- O reforço de meios financeiros supramencionado destina-se a fazer face às despesas increntes à boa exacución do contrato até ao termo do ano letivo em curso.

É desta forma celebrado entre as partes a seguir identificadas o Contrato de Dalegação da Compatâncias. Entre:





O Município da Pôvos de Lanhoso, pessoa coletiva n.º 506 632 920, com sede na Avenida da República, representado, neste ato, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Frederico de Oliveira Castro, no uso das suas competências previstas na alinea a), do n.º 1 e na allnea f), do n.º 2 do artigo 35.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, doravante designado por Município.

E

O Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampalo, Póvoa de Lanhoso, pessoa colativa n.º 600 078 345, com sede na Rua 25 de novembro 295, representado pela Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampalo, Póvoa de Lanhoso, Luisa Maria Monteiro Rodrigues Sousa Dias, no uso das competências previstas nos artigos 18 ° e seguintes do Decreto-Lei n.º. 75/2008, de 02 de julho; artigo 44.º n.º 3 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, todos na sua redação atual, doravante designado como Agrupamento de Escolas.

O qual se rege pelas clausulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto)

Pelo presente Aditamento, o Município e o Agrupamento de Escolas visant modificar o contrato, identificado no considerando I, com vista á elualização do seu Anexo I.

Cláusula Segunda

(Modificações ao Contrato)

- As partes acordam em proceder à alteração do Anexo I do Contrato, que passa a ser o Anexo A ao presente.
 Adelamento.
- Todas as referências feitas no Contrato ao Anexo I consideram-se feitas ao Anexo A.
- Todas as cláusulas, allneas e disposições do Contrato que não são objeto de alteração pelo presente.
 Aditamento, mantêm-se em pieno vigor.





Cláusula Terceira (Entrada em Vigor)

O presente Aditamento, bem como a modificação ao Contrato que através dete se opera, entra em vigor na data da sua outorga.

E por ambos os outorgantes concordarem com o contaŭdo integral do presenta Aditamento e se obrigarem a cumpri-to integralmente, o vão assinar em duplicado, ficando cada um com um exemplar.

A minuta deste Aditamento a Contrato foi presente e aprovada	s em reunião de Cámara Municipal de,
em conformidade com o diaposto na alínea m) do art.º 33.º do	Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, e
submetida à sessão da Assembleia Municipal de	para efeitos de autorização, nos termos da alinea
k) do n.*1 do art.º25.º do Anexo I, do mesmo diploma legal.	

Pelo Primeiro Outorgante	Pelo Segundo Outorgante
(Fredenco de Óliveira Casiro)	(Luisa Maria Monteiro Rodrigues Sousa Dias)





Anexo A

Transferência de verbas par	a o Agrupamento de Escolas
Rúbrica/Tipo de Despesa	Valor
Conservação, manutenção e pequenas eparações/manutenção de espaços exteriores	2.500,00€ (dais m¥ e quinhentas euras)
Fornecimento de Bens e Serviços Externos	61.500,00€ {sessenta e um mil e quinhentos euros
Total	64.000,00€ (sessenta e quatro mil euros)



informação n.º 6/2023	DESPACHO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL	۱
Para: Exma. Sra. Vereadora da Educação Despacho		١
(Dre. tMaria de Fátima Morelra)		
Data: 19.04.2023	(Dr. Frederico Castro)	!

ASSUNTO: Contratos de delegação de competências nos Diretores dos Agrupamentos de Escolas Atendendo a que.

- A Lei-Quadro n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabeleceu as competências para as autarquias locais nomea¢amente no ámbito da educação;
- A concretização da transferência de competências nos órgãos municipais foi operacionalizada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual;
- O novo regime redefine as áreas de intervenção e o ámbito de ação e responsabilidade de cada interveniente, assente nos princípios e regras consagrados na Lei de Bases do Sistema Educanvo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, na sua redação atual e no Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundario, aprovado pelo Decreço-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na sua redação atual;
- O referido decreto les procedes ao reforço das áreas que anteriormente foram descentralizadas para os municípios, conferindo lhes, também, novas competências;
- O agrupamento de escolas é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão e os Diretores dos Agrupamentos de Escolas constituem um dos seus órgãos de direção, administração e gestão nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial, de acordo com o estabelecido nos artigos 6.º, 10.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho;

 Os órgãos dos Agrupamentos de Escolas da Rede Pública do Município da Póvoa de Lanhoso, têm vindo a desenvolver as competências que se pretendem delegar de forma eficiente e com qualidade.

de gestão e educação reconhecida por toda a comunidade educativa;

 Ao abrigo do n.º 1 do artigo 4.º do referido Decreto-Lei n.º 21/2019, é admitida a faculdade de delegação de todas as competências previstas no presente Decreto-Lei nos Diretores dos

Agrupamentos de Escolas.

- Em outubro de 2022 foram celebrados contratos de delegação de Competências entre o Município

e os Diretores dos Agrupamentos de Escolas do Concelho;

- No período de vigência dos referidos contratos de Delegação de Competências constatou-se que os

recursos financeiros alocados aos mesmos se revelaram insuficientes para o efetivo cumprimento.

das competências delegadas, sem que se registem, contudo, indicios de má gestão por parte dos

Agrupamentos de Escolas. Com efeito, o atual aumento generalizado dos preços associados ao

fornecimento de bens e serviços, bem como o facto de terem transitado despesas do ano letivo.

anterior para o presente ano letivo por não terem sido todas apresentadas no decorrer do mesmo,

não se tendo esgotado, por isso, o montante definido nos apteriores contratos de delegação de

competências, concorrem para a necessidade que, neste momento, se verifica, de reforço das verbas.

a destinar aos Agrupamentos de Escolas.

Em face do exposto, propõe-se que o órgão executivo delibere no sentido da aprovação do relorço.

dos meios financeiros a destinar ao exercício das competências delegadas pelo Município nos

Diretores dos Agrupamentos de Escolas, no ano letivo 2022/2023, de acordo com os termos definidos.

nas minutas dos aditamentos aos Contratos de Delegação de Competências que acompanham a

presente informação.

A Chefe de Divisão de Educação e Seneros Sociais

(Maria José Martins Lourenco)





ADITAMENTO N.º 1

CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Considerando que:

- 1. Aos quatro días do mês de outubro de dois mil e vinte e dois foi celebrado, entre Município da Póvoa de Lanhoso e o Agrupamento de Escolas de Póvoa de Lanhoso, contrato que teve por objeto a delegação de competências no Diretor do Agrupamento de Escolas, no âmbito do novo quadro de competências dos órgãos municípais, em matéria de educação, doravante designado por Contrato;
- O Contrato tem por objeto a delegação de competências no Diretor do Agrupamento de Escolas, no âmbito do novo quadro de competências dos órgãos municipais, em matéria de educação;
- Na vigência do Contrato, as partes concluiram que os recursos financeiros destinados à sua execução são insuficientes ao efetivo exercício das competências delegadas;
- Os recursos financeiros adstritos à execução do Contrato encontram-se identificados no seu Anexo I;
- 5. Não resulta do acompanhamento à execução do Contrato qualquer indicio de má gestão por parte do Agrupamento de Escolas, verificando-se, isso sim, uma cuidada gestão dos meios disponibilizados no sentido de corresponder às necessidades existentes;
- 6. Urge, assim, na prossecução do interesse público reforçar os meios os financeiros adstritos à execução do Contrato, pelo que pretendem as partes proceder à alteração do contrato que ora se adita por forma à substituir o anexo I existente pelo "Novo Anexo I".
- O reforço de meios financeiros supramencionado destina-se a fazer face às despesas inerentes à boa execução do contrato até ao termo do ano tetivo em curso.

É desta forma livremente celebrado e reciprocamente aceite o presente Aditamento Contrato de Delegação de Competências.





Entre

O Municipio da Póvoa de Lanhoso, pessoa coletiva n.º 506 632 920, com sede na Avenida da República, representado, neste ato, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Frederico de Oliveira Castro, no uso das suas competências previstas na alinea a), do n.º 1 e na alinea f), do n.º 2 do artigo 35.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, doravante designado por Municipio.

Ε

O Agrupamento de Escolas de Póvoa de Lanhoso, pessoa coletiva n.º 800 085 430, com sede na Rua da Misericórdia, nº 323 4830-503 Póvoa de Lanhoso, representado pelo Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, Ángelo Miguel Pereira Dias, no uso das competências previstas nos artigos 18.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 02 de julho; artigo 44.º n.º 3 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro e artigo 4º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro e artigo Agrupamento de Escolas.

O qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto)

Pelo presente Aditamento, o Município e o Agrupamento de Escolas visam modificar o contrato, identificado no considerando I, com vista à atualização do seu Anexo I.

Cláusula Segunda

(Modificações ao Contrato)

- As partes acordam em proceder à alteração do Anexo I do Contrato, que passa a ser o Anexo A ao presente.
- 2. Todas as referências feitas no Contrato ao Anexo I consideram-se feitas ao Anexo A.
- Todas as clausulas, alineas e disposições do Contrato que não são objeto de alteração pelo presente.
 Aditamento, mantém-se em pleno vigor.





Cláusula Terceira (Entrada em Vigor)

O presente Aditamento, bem como a modificação ao Contrato que através dele se opera, entra em vigor na data da sua outorga.

E por ambos os outorgantes concordarem com o conteúdo Integral do presenta Aditamento e sa obrigarem a cumpri-lo integralmente, o vão assinar em duplicado, ficando cada um com um exemplar.

Feito na Póvoa de Lanhoso, aos xxxxxxxxxx dias do más de xxxxxxxxxxx de dois mil e vinta e três.

A minuta deste Aditamento a Contrato foi presente e aprovada em reunião de Câmara Municipal de ________. em conformidade com o disposto na allinea m) do art.º 33.º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, e submetida à sessão da Assembleia Municipal de _________, para efeitos de autorização, nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25.º do Anexo I, do mesmo diploma legal.

Pelo Primeiro Cutorgante Pelo Segundo Outorgante

(Frederico de Oliveira Castro)

(Ángelo Miguel Pareira Dias)





Anexo A

Rúbrica/Tipo de Cespesa	Valor
Conservação, manutenção e pequenas paraçõesimanutenção de espaços exteriores	5 000,00€ (cinco m# euros)
Fornecimento de Bens e Serviços Externos	67.000,00€ (quarenta e cinco mil euros)
Tefal	72.000,00€ (setenta e dois mil euros)





ADITAMENTO N.º 1

CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Considerando que:

- 1. Aos seis dias do más de outubro de dois mil e vinte e dois foi celebrado, entre Municipio da Póvoa de Lanhoso e o Agrupamento de Escolas de Póvoa de Lanhoso, contrato que teve por objeto a delegação de competências no Diretor do Agrupamento de Escolas, no âmbito do novo quadro de competências dos órgãos municipais, em matéria de educação, doravante designado por Contrato;
- O Contrato tem por objeto a delegação de competências no Diretor do Agrupamento de Escolas, no âmbito do novo quadro de competências dos órgãos municipais, em materia de educação;
- Na vigência do Contrato, as partes concluiram que os recursos financeiros destinados à sua execução são insuficientes ao efetivo exercicio das competências delegadas;
- Os recursos financeiros adstritos à execução do Contrato encontram-se identificados no seu Anexo I;
- 5. Não resulta do acompanhamento à execução do Contrato qualquer indicio de má gestão por parte do Agrupamento de Escolas, verificando-se, isso sim, uma cuidada gestão dos meios disponibilizados no sentido de corresponder às necessidades existentes;
- 6. Urgé, assim, na prossecução do interesse público reforçar os meios os financeiros adstritos à execução do Contrato, pelo que pretendem as partes proceder à alteração do contrato que ora se adita por forma a substituir o anexo I existente pelo "Novo Anexo I";
- O reforço de meios financeiros supramencionado destina-se a fazer face às despesas merentes à boa.
 execução do contrato até ao termo do ano letivo em curso.

É desta forma celebrado entre as partes a seguir identificadas o Contrato de Delegação de Competências. Entre:





O Município da Póvoa de Lanhoso, pessoa colativa n.º 506 632 920, com sede na Avenida da República, representado, neste ato, pelo Senhor Presidente da Câmara Municípal, Frederico de Otiveira Castro, no uso das suas competências previstas na alinea a), do n.º 1 e na alinea f), do n.º 2 do artigo 35.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação afual, doravante designado por Município.

E

O Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampalo, Póvoa de Lanhoso, pessoa coletiva n.º 600 078 345, com sede na Rua 25 de novembro 295, representado pela Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio, Póvoa de Lanhoso, Luisa Maria Monteiro Rodrigues Sousa Dias, no uso das competências previstas nos artigos 18.º e seguintes do Decreto-Lei n.º. 75/2008, de 02 de julho; artigo 44.º n.º 3 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro e artigo 4º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, todos na sua redação atual. doravente designado como Agrupamento de Escolas

O qual se rege palas clausulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto)

Pelo presente Aditamento, o Município e o Agrupamento de Escolas visam modificar o contrato, identificado no considerando I, com vista à atualização do seu Anexo I.

Cláusula Segunda

(Modificações ao Contrato).

- As partes acordam em proceder à alteração do Anexo I do Contrato, que passa a ser o Anexo A ao presente.
- Todas as referências feitas no Contrato ao Anexo I consideram-se feitas ao Anexo A.
- Todas as clausulas, allneas a disposições do Contrato que não são objeto de atteração pelo presente.
 Aditamento, mantém-se em pleno vigor.





Cláusula Terceira (Entrada em Vilgori

(Enclada en	i vigori
O presente Aditamento, bem como a modificação ao Contr da sua outorga.	ato que através dele se opera, entra em vigor na data
E por ambos de outorgantes concordarem com o o obrigarem a cumpri-lo integralmente, o vão assistar em	
Feito na Póvoa de Lanhoso, aos xxxxxxxxx dias do mê	s de xxxxxxxxxx de dois mil e vinte e Irês.
A minuta deste Aditamento a Contrato foi presente e apro em conformidade com o disposto na alinea m) do art.º 33 submetida à sessão da Assembleia Municipal de,	.º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, e , para efeitos de autorização, nos termos da alinea
Pelo Primairo Outorgante	Palo Segundo Outorgante

	-	•
_		
	(Fredenço de Oliveira Caștro)	(Luige Mana Mortero Rodrigues Sousa Dies)





Anexo A

Transferência de verbas par	a o Agrupamento de Escolas
Rúbrica/Tipo de Despesa	Valor
Conservação, manuterição e pequenas reparações/manuterição de espaços exteriores	2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros)
Fornecimento de Bens e Serviços Externos	61.500,00€ (sessenta e um mil e quinhentos euros
Total	64.000,00€ (sessenta e quatro mil euros)

JAROS INFORMAÇÃO DE CABRIGRATO

ENLINATE SE WANTETERO DY NO	DE LAMHOSO Ischsetor da Administração Locali MTE 306832920	
Minero sequencial de cabire	2023 / 1486 Detailed registro (1) = 2125	704/14
Observações do Oppumento		
Ubservações do Jobulbento		
Ubservações do Jobumento Fontes de Financiamento :	Outras Ponces 400	
	Outras Ponces : (≷) (%) Contração de Empréstimos (€)	
Fontes de Financiamento :		3 3 3

Classe 0

OBÇSMENTO DO 5KO (2021)

Classificação Orgânico : 32 - CÁMARA MONOCIPAL E SIZVOCOS MONICERADA

Classificação Puncional : 2.1.2. Cl Serviços auxiliares de ensuro Azividades/competências no ámbito da Educação

Classificação (conómica : MOSIS

ADMONESTRAÇÃO CENTRAL

SERVEÇOS E ETISTOS NATÓNOMOS

K * Rubcica do Plano

: 7021 à 1

STEM	9ESLGLTEVO	NALORES (E)						
		Ano Curiente	2024	2025	2026	Eegcintes		
L 2	Orçamento inicial Reforços e créditos especiais/anulações	124,050,50	123,904,0D	326,306,00	128,363,00	131. 0 75,00		
3 + 1+2	Cotação concupida Callivon/descatavos	1225000,00	121.904,00	126.506.00	123,161,50	131,475,00		
5	Cabinentos registacios	65g196,15						
6 - 3-(4-5)	Cotação disponivel	75,803,25	123,504,00	126,505,00	125, 163, 00	121, 975, 06		
•	Capidento relativo à despesa em arálise	434000.00						
3 = 6-7	Saldo Resodual	34,003,25	[23,904,00	126,506,00	129,161,01	121,875,00		

⁽I) Data do registo do cabimento relativo à despesa em arálise no sustema informático de apoio à execução orçamental

Cata: 7073/04/29 Himero de Tampamento no diácio do occamento: 11946

Outras ObsetVações 🗯

Proposta de Cabinento -,* 2021/1486

ADITAMENTO NOS CONTRATOS DE DEGLIGAÇÃO DE CONFETÊNCIAS NOS DIGETORES DOS NARIVAMENTOS DE ESCOLAS

CECLINEO	QUE	٨	EHPORMAÇÃO	PRESTRUM	COENCEDE	COM	Œ	MARAS.	0.4
ехеонойо) OP(74	ентав						

Edenmificação do Declarantes Осме

Cargo / função

Data

lassinatura)

HARA II DEPORTAÇÃO DE CORPRODESO

ENTIDADE : MUNICIPIO DA PO	DE LANHOSO (subsetor da Administração Local) MTF 506637970
Ximego sequençial de compr	so : 2022 / 2635 - Data do angisto (L) = 2023/24/19
Osservações do Occumento	
Observações do Documento : Fontes de Financiamento :	Cutras Fontes :
	6 t) Contração de Empréstimos (€)
Fontes de Financiasanto : Meceitas gereus	

Classe D

COCAMBATO OC AMO 2023

Classificação Orgânica : 22 — CÂMAKA MUNICULFAD E SERVIÇOS MÚNICURAIS

Ozassilicação Funcional : 7.1.2. - 01

Serviços auxiliares de ensino Acividades/competências no âmbeto da Educação

Chassificação Roomimura : 24030i -

ROMENESTRAÇÃO CENTRAL

SERVIÇOS E FUNDOS AUTONOMOS

M.º Rubrica do Plano 🔠 : 2021 ñ 1

TTEM	0690007190			VALORES (E)		
		Sho Corsente	2024	2825	2026	Seguances
l 2	Orçamento inicial Beforços e créditos espechais/anulações	121.000,00	123,304,00	128 506,50	129,163,40	1515875,00
1 = 1+2	Dotação courigada Cativos/descativos	121.030,40	323 804,00	126 _{:5} 56.00	129-150,40	100,4875.00
5	Compromisses registados	64, 136, 75				
$6 \times 3^{-}(4+5)$	Dotação disponisel	54,801,25	123.504,00	126.508,00	129,161,00	301:875,00
7	Compromisso relativo à cespesa em análise	22,000,00	-			
ā = ģ-7	Salco Residual	34,830,25	121.504,00	126 506,00	129,163,00	201/475,00

⁽¹⁾ Data do registo do compromisso relativo á despesa em analise no sistema informático de apoto a emecução orçamental Datas 2023/00/19 Aŭmero de Tançamento no diácio do presento: 11957

Outras Observações :

Comprendo n.º 2023/1948. Compromisso n.º 2022/7615 GOLLANGATO AS CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÉNCIAS NO DERETOR DO ASRUPAMENTO. DE ESCULAS DA HÓVOA DE LAMHOSO.

Fel atribuido o Eundo Ciaponivel t.º 2211 do diário dos funcos disponiveis⊯

DECLARO	J.E	ş	ps/90366ÇA0	PRESCADA	CORNEROR	COM	CS	NUPAS.	M
бхволско	ÚH:	28	լքարկե,						

Edesk:Escação do Deciasante: Momes Cargo / função Daca / /
(assinatura)

HAPA II DHIOMHAÇÃO DE COMPROMISSO

ENTERALE:	1	MUNICIPIO I	ĮΠ	POVOA:	Œ	1448350	Taubsetor	ф	Administração.	local)	W19	536632920

Namero sequencial de compromisso (2022 / 2634

Data do registo (1) @ 2023/19/33

Coservações do Documento 😨

Pontes de Pinanciamento :			:	Octops Forces :		
Receitas gerais	H	E	(1)	Contração do Empréstimos	(6)	(3)
X Receitas propreas	121.200,00 (EJ 100.00	(1)	Tranferências no ámbito das Adm. Públicas	(E)	(%)
Pomándiamento de DE	II.	ΕΙ	(1)	Outras: Identificação	(E)	(8)

Class D

ORGANIZATIO DO ANO 2023

Classificação Orgânica : 62

CANARA MUNICIPAL E STRVIÇOS MUNICIPATS

Classificação Euroistal (2.1.2.)

Serviços auxiliares de ensino

Atmidades/competências no Ambito da Eduração

Classificação Económica : 040305

ADMONDSTRUÇÃO CENTRAC

SERVIÇOS E FUNDOS NOTÓBIONOS

-8.5 Rubrica du Planu

: 2021 A 1

LYSH	X850917[V0	VALORES (E)						
		Ano Carrente	2024	2025	2026	Seguintes		
1 2	Orçamenad inicial Seforços e créditos especiais/anulações	121.200,00	\$23,464,00	126,506,00	129,163,00	131,875,00		
2 = 1/2 4	Dotacão corregida Cativos/descativos	121,340,40	123, 304, 00	126,596,00	129,163,00	133,815,38		
5	Comprémités de regulatados	(5,336,75						
6 = 3-(4+5)	Detação disponível	15,303,25	123,404,50	125,506,40	1,291,163, 00	[3],815,50		
ī	Compromisso relativo à cespesa em análise	19,000,00						
E = 6:1	Saldo Residual	56,103,25	120 304, M	136,506,40	029,163,00	[33, 815, 50]		

⁽¹⁾ Dața do gegisto de compromisso relativo à desposa em anilise ne mistema informatico de apoco à emércolo organismal

Bata: 2023/84/19 Mission de Cançaiseron no diário do organecto: L3593

Duitas Observações :

Dominiento n.º 2021/1847, Cumpromisso n.º 2022/2634 ADETAMENTO AO CONTRACOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÂNCIAS NO DIRECTOR DO

ECRUPA/ENTOS DE ESCOLAS GONÇAGO SAMPATO

Ebi atribusdo o Pundo Disponivel №º 2219 do diáreo dos fundos disposivois.

DECLARIO QUE LA CHEORINAÇÃO PRESTADA COCHREGA COM OS MARAS DA EXECUÇÃO ORÇANENTA (...)

Identificação do Reclasante:

Home

Catgo / Tungão

Ceta

I = I

em Teuces)